EDUARDO HENRIK AUBERT

**A PROSA DE CATÃO:
MÓDULOS, PROCEDIMENTOS, FUNÇÕES**

Tese de Doutorado

Orientador: Prof. Dr. José Marcos Mariani de Macedo

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS**

São Paulo – SP

2020

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

A889p Aubert, Eduardo Henrik
A prosa de Catão: módulos, procedimentos, funções /
Eduardo Henrik Aubert ; orientador José Marcos
Mariani de Macedo. - São Paulo, 2020.
607 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. Área
de concentração: Letras Clássicas.

1. língua latina. 2. historiografia. 3. oratória.
4. funcionalismo linguístico. I. Macedo, José Marcos
Mariani de, orient. II. Título.

EDUARDO HENRIK AUBERT

**A PROSA DE CATÃO:
MÓDULOS, PROCEDIMENTOS, FUNÇÕES**

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Letras Clássicas, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Letras Clássicas, sob a orientação do Professor Dr. José Marcos Mariani de Macedo.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
São Paulo – SP
2020

Nome: AUBERT, Eduardo Henrik.

Título: A prosa de Catão: módulos, procedimentos, funções

Local de aprovação: _____

Data de aprovação: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof.(a). Dr.(a) _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof.(a). Dr.(a) _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof.(a). Dr.(a) _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof.(a). Dr.(a) _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof.(a). Dr.(a) _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

AGRADECIMENTOS

Se a realização de uma tese sempre pressupõe a contribuição de pessoas e instituições que viabilizam ou facilitam percurso essencialmente solitário, o contexto da pandemia da COVID-19, em que se concentrou o grande esforço da redação desta tese, tornou o apoio recebido ainda mais precioso.

Gostaria, então, de agradecer primeiramente às bibliotecas e bibliotecários que me acolheram, em geral virtualmente, oferecendo condições materiais elementares para o desenvolvimento da pesquisa: Biblioteca Florestan Fernandes (FFLCH-USP), Biblioteca Antonio Candido (IEL-UNICAMP), New York Public Library, National Library of Australia, Biblioteca del Distretto delle Scienze Umane (Università degli Studi di Cagliari), Biblioteca dell'Accademia delle Scienze, Biblioteca Classense, Biblioteca dell'Accademia Galileiana.

Dentre as pessoas que me prestaram auxílio, meu orientador, José Marcos Mariani de Macedo, revelou-se um leitor arguto e generoso, uma pessoa solícita e cordata. Foi um privilégio ter privado de sua convivência.

A banca do exame de qualificação, composta por João Angelo Oliva Neto e Marcos Martinho dos Santos, brindou-me com mais de cinco horas de discussão extremamente proveitosa, a cujas observações busquei atentar na redação da versão final. Ambos foram meus professores em diversos cursos de graduação e de pós-graduação e acadêmicos que há anos me inspiram.

Tive o privilégio de contar com um suplente de excepcionais qualidades, Alexandre Pinheiro Hasegawa, que leu muito do que escrevi ao longo do ano e sempre retornou comentários eruditos e perspicazes. Em seu ano sabático em Oxford, fez chegar materiais preciosos ao meu correio eletrônico.

Poucos dias depois da qualificação, Matheus Trevizam, grande especialista brasileiro na obra de Catão, debateu comigo a mesma versão parcial da tese, enviando-me comentários circunstanciados por escrito, de modo que tenho a sensação de ter tido algo como duas qualificações, ambas extremamente proveitosas.

Muitos outros professores do DLCV (FFLCH-USP), alguns dos quais são queridos amigos, estiveram disponíveis para conversas que, de um modo ou outro, ajudaram a moldar minha percepção e, desse modo, tiveram impacto certo nesta tese.

Corro o risco de nomeá-los aqui, sendo certo que mereceriam cada um indicação em separado, com qualificativos circunstanciados: Adriano Aprigliano, Elaine Sartorelli, José Eduardo dos Santos Lohner, Marcelo Módolo, Marly de Bari Matos, Pablo Schwartz Frydman, Paula da Cunha Corrêa, Paulo Martins.

Professores de fora do DLCV-USP também foram essenciais em muitos sentidos, de quem cito apenas Daniel Russo, Eliana Magnani, Maria Cristina Pereira e Isabella Tardin Cardoso, com os quais tive o prazer de co-ministrar cursos de pós-graduação nos últimos semestres. Ao deles, acresço, repetindo com mérito, o nome de Marcelo Módolo, docente do DLCV-USP com quem também tive a honra de lecionar, que leu trechos desta tese e com quem mantive conversas proveitosas que, de diversas maneiras, acabaram se infiltrando nas páginas que se seguem.

Sem minha família, não teria nem começado a primeira tese; talvez deva a ela a inspiração para chegar à terceira, que não deixa de ser um reencontro: após a graduação e o mestrado na FFLCH, no DH, fui fazer a primeira tese em Paris e a segunda, no Largo de São Francisco. Na terceira, retorno não apenas à FFLCH, minha *alma mater*, mas venho às Letras, de onde saíram meus pais.

Enfim, a João Carlos Mettlach, que ouviu falar mais em Catão do que em COVID-19 em 2020. Tomara que o tenha distraído.

RESUMO:

Este trabalho é dedicado a uma investigação da prosa de Marco Pórcio Catão (234 – 149 a.C.), assunto que interessou aos modernos, sob a imagem do “fundador da prosa literária latina”, e sobre o qual há diversas observações nos textos antigos, notadamente em Cícero e alguns de seus contemporâneos (assunto discutido no capítulo 1). Trata-se-se, mais especificamente, em primeiro lugar, de descrever as estruturas frasais e suprafrasais (referidas como “módulos”), bem como distintas formas de agenciamento dessas estruturas (referidas como “procedimentos”), que constituem a urdidura da prosa catoniana. Ao mesmo tempo, esforça-se por compreender como tais módulos e procedimentos são manipulados em correlação funcional com distintas situações discursivas, especialmente à luz dos diferentes tipos de textos escritos por Catão, especialmente historiografia e oratória (investigados respectivamente nos capítulos 4 e 5), de acordo com diretrizes gerais que balizam aqueles tipos textuais e com distinções internas que particularizam a composição das obras a eles pertencentes. A adaptabilidade dos módulos frasais e suprafrasais e dos procedimentos aos distintos contextos textuais permite apreender a prosa de Catão como sistema complexo, ou mesmo como matriz de produção de textos, em produtivo diálogo com o mais vasto sistema da prosa pré-clássica (sucintamente apresentado no capítulo 3), no interior do qual Catão atuava.

PALAVRAS-CHAVE:

Marco Pórcio Catão; prosa latina pré-clássica; funcionalismo linguístico; historiografia latina; oratória latina

ABSTRACT:

This investigation is concerned with Marcus Portius Cato's (234 – 149 B.C.) prose, a topic of interest for modern authors, who have seen in him the “father of Latin literary prose”, but also for the ancients, who made a number of observations on Cato's writings, first and foremost Cicero and some of his contemporaries (both ancient and modern views of Cato's prose are discussed in chapter 1). The research is specifically concerned with describing Cato's sentence types and his patterns of arrangement of multiple sentences, in larger chains of text. It further aims at understanding how these structures are functionally related to different communicative situations, especially as they are moulded by the diverse genres to which Cato contributed, especially historiography and oratory (studied in chapters 4 and 5 respectively). The main guidelines that underlie the writing of these genres are taken into account along with those conventions that apply to specific units within each genre. The treatment of sentence structures and their combinations in the light of these diverse textual contexts makes it possible to envisage Cato's prose as a complex system or even as a matrix of textual production, developed within the larger system of pre-classical Latin prose (briefly described in chapter 3), of which Cato's practice is an active part.

KEY-WORDS:

Marcus Porcius Cato; pre-classical Latin prose; linguistic functionalism; Latin historiography; Latin oratory

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	p. i
RESUMO, PALAVRAS-CHAVE, ABSTRACT, KEY-WORDS	p. iii
SUMÁRIO	p. iv
CONVENÇÕES A RESPEITO DE CITAÇÕES E REFERÊNCIAS	p. viii
LISTA DE ABREVIATURAS	p. ix

INTRODUÇÃO	p. 1
-------------------------	------

CAPÍTULO 1

<i>Romani generis disertissimus multa paucis absoluit: a prosa catoniana segundo modernos e antigos</i>	p. 11
Introdução.....	p. 11
1.1. Os modernos.....	p. 13
1.1.1. Percepções do primitivismo: estilo, sintaxe, função.....	p. 13
1.1.2. A prosa catoniana como sistema de gêneros.....	p. 26
1.1.3. Externalidades constitutivas da “prosa literária latina”.....	p. 32
1.2. Os antigos, especialmente Cícero.....	p. 38

CAPÍTULO 2

Μεταξὺ διηρημένης τε καὶ κατεστραμμένης λέξεως: considerações em torno das noções de módulo, procedimento, função	p. 58
Introdução.....	p. 58
2.1. A prosa arcaica como sistema.....	p. 59
2.2. Frase narrativa e frase argumentativa.....	p. 67
2.3. A noção de frase.....	p. 73
2.4. Módulo, procedimento, função.....	p. 82

CAPÍTULO 3

<i>Non acta bella significantem sicut ceteris, sed celeriter confecti notam: o sistema da prosa latina pré-clássica</i>	p. 109
Introdução.....	p. 109

3.1. Os <i>tituli</i> dos magistrados romanos e os primeiros prosadores latinos.....	p. 110
3.1.1. <i>Tituli</i> elementares.....	p. 115
3.1.2. <i>Tabulae triumphales</i>	p. 120
3.1.3. Inscrição de Polla.....	p. 136
3.1.4. <i>Elogia</i> fúnebres.....	p. 139
3.1.5. A tradição analística, especialmente Cássio Hemina.....	p. 144
3.1.6. O <i>Euhemerus</i> de Ênio.....	p. 155
3.2. A língua jurídica.....	p. 166
3.2.1. <i>Leges regiae</i>	p. 174
3.2.2. <i>Leges duodecim tabularum</i>	p. 180
3.2.3. <i>Leges sacrae</i>	p. 194
3.2.4. <i>Lex Silia</i>	p. 199
3.2.5. <i>Senatus consultum de bacchanalibus</i>	p. 202
3.2.6. Decreto de Lúcio Emílio Paulo.....	p. 211
3.3. Os <i>carmina</i>	p. 213
3.3.1. <i>Verba impetrata</i>	p. 230
3.3.1.1. VAR.L.7.8.....	p. 230
3.3.1.2. <i>Scholia Veronensis</i>	p. 237
3.3.2. <i>Verba commendationis</i>	p. 240
3.3.2.1. CATO.Agr.141.2-3.....	p. 241
3.3.2.2. LIV.8.9.4-8.....	p. 250
3.3.2.3. LIV.29.27.1-4.....	p. 254
3.3.3. <i>Verba depulsoria</i>	p. 256
3.3.3.1. MACR.3.9.6-9.....	p. 260
3.3.3.2. MACR. 3.9.9-12.....	p. 263
3.3.3.3. LIV.5.21.1-3.....	p. 266
3.3.4. <i>Ius fetiale</i>	p. 267
3.3.4.1. GEL.16.4.1-4.....	p. 269
3.3.4.2. LIV.1.32.5-14.....	p. 274
3.3.4.3. LIV.1.24.3-9.....	p. 279

CAPÍTULO 4

<i>Nam ita euenit: a prosa narrativa</i>	p. 284
Introdução.....	p. 284
4.1. O programa das <i>Origines</i>	p. 285
4.1.1. A estrutura das <i>Origines</i>	p. 285
4.1.2. O primeiro proêmio.....	p. 293
4.1.3. O <i>proemio al mezzo</i>	p. 303
4.1.4. <i>Res gestae</i> e <i>admiranda</i>	p. 311
4.2. Prosa narrativa.....	p. 322
4.2.1. <i>Militiae</i>	p. 322
4.2.1.1. Os fragmentos <i>FRH.5.78</i> e <i>79</i> : introdução à narrativa catoniana.....	p. 322
4.2.1.2. Demais fragmentos de matéria bélica.....	p. 339
4.2.2. <i>Domi</i>	p. 347
4.3. Prosa descritiva.....	p. 352
4.3.1. <i>Quae fierent admiranda</i>	p. 361
4.3.1.1. Descrições entretecidas com sucessividade.....	p. 362
4.3.1.2. Descrições despidas de sucessividade.....	p. 371
4.3.2. <i>Quae uiderentur admiranda</i>	p. 373
4.4. A ἀριστεία de Quinto Cedício.....	p. 382
4.5. As frases narrativa e descritiva catonianas: tentativa de síntese.....	p. 399

CAPÍTULO 5

<i>Iussi caudicem proferri, ubi mea oratio scripta erat: a prosa argumentativa</i>	p. 406
Introdução.....	p. 406
5.1. <i>Oratio pro Rhodiensibus</i>	p. 409
5.1.1. <i>Exordium</i>	p. 410
5.1.2. <i>Argumentatio</i>	p. 421
5.1.3. <i>Peroratio</i>	p. 430
5.2. <i>Oratio dierum dictarum de consulatu suo</i>	p. 442
5.2.1. <i>Exordium</i>	p. 444

5.2.2. <i>Narratio</i>	p. 447
5.3. Prosa narrativa na oratória: precisões.....	p. 462
5.3.1. Introdução e transformações da frase narrativa elementar.....	p. 463
5.3.2. Recurso à hipotaxe.....	p. 471
5.3.3. Considerações suplementares.....	p. 483
5.4. Frases introdutórias e terminativas.....	p. 494
5.4.1. Introdução às frases declarativas.....	p. 496
5.4.2. Inícios de alta intensidade.....	p. 502
5.4.3. Anotações sobre as frases exortativas.....	p. 509
5.5. Prosa argumentativa: o díptico condicional.....	p. 511
5.5.1. Díptico legal-argumentativo.....	p. 512
5.5.2. Díptico argumentativo.....	p. 522
5.5.3. Outros dípticos e dípticos fragmentários.....	p. 528
5.6. Prosa argumentativa: outros módulos.....	p. 532
5.6.1. Enunciados comparativos.....	p. 532
5.6.2. Enunciados interrogativos.....	p. 540
5.6.3. <i>Alia stilemata</i>	p. 543
5.7. A frase argumentativa catoniana e seu entorno: tentativa de síntese.....	p. 547
CONCLUSÃO	p. 556
BIBLIOGRAFIA	p. 559

CONVENÇÕES A RESPEITO DE CITAÇÕES E REFERÊNCIAS

As citações latinas vêm todas em itálico, e aquelas de textos de Catão são identificadas por itálico e negrito, o que basta pra distinguir o texto catoniano do texto dos autores que o citam. Nos outros casos de autor grego ou latino que cita outro autor antigo que não Catão, empregam-se regularmente as aspas duplas (e, dentro delas, aspas simples). Com isso, pensamos facilitar a identificação do texto catoniano, que constitui o objeto central desta investigação.

Os textos antigos vêm citados de acordo com as edições críticas arroladas na Bibliografia, ao fim do trabalho. No caso de haver mais de uma edição para determinada obra, aquela de que são extraídas as citações está assinalada por asterisco. A pontuação daquelas edições é respeitada, salvo indicação em contrário. No entanto, padronizamos o início de frases por maiúsculas, o emprego de aspas duplas independentemente da convenção de citação da edição e a substituição do “v” pelo “u”.

Salvo indicação em contrário, todas as traduções são de nossa autoria. Trata-se de trabalho que visa meramente a explicitar nossa compreensão dos passos citados, de forma ancilar à argumentação do trabalho, não havendo nenhuma pretensão de alcançar leitores que desejem meramente fruir da leitura do texto catoniano em língua portuguesa; seria outra empreitada.

Nos poucos casos de edições consultadas em versão de e-book, não sendo possível indicar a página, servimo-nos de indicações mais gerais, fazendo referência ao capítulo ou, no caso de comentário filológico, remetendo, ao ponto do comentário por meio da locução *ad loc.*. Caso semelhante, mas também pouco frequente, é o de artigos publicados *online* sem numeração de página – informação que não faz falta, uma vez que a busca da passagem resta facilitada pelo formato da publicação.

LISTA DE ABREVIATURAS

N.B.: Sempre que possível, foram adotadas as abreviaturas e convenções de citação do *OLD* para os autores latinos e do *LSJ* para os autores gregos. Subsidiariamente, para autores mais tardios não contemplados no *OLD*, recorreremos às abreviações do *L&S*. Na ausência de abreviatura nessas obras, os nomes vêm por extenso. As edições utilizadas, no entanto, são aquelas indicadas na bibliografia. Algumas especificidades adicionais se colhem nas explicações abaixo.

B: BARWICK, C. (ed.). *Charisii artis grammaticae libri V*. Leipzig: Teubner, 1964.

* O número indica a página.

BL: BLÄNSDORF, Jürgen (ed.). *Fragmenta poetarum latinorum*. 4.ed. Berlin: De Gruyter, 2011.

* O número indica o número do fragmento dentro da série de cada poeta citado.

CIL: *Corpus Inscriptionum Latinarum*. Consilio et auctoritate Academiae Litterarum Regiae Borussicae editum. Berlin: De Gruyter (até 1925: Reimer), 1862- [17 volumes até o presente].

D: P. BONFANTE; C. FADDA; C. FERRINI; S. RICCOBONO; V. SCIALOIA (ed.). *Digesta Iustiniani Augusti*. Milano: Formi, 1931.

* O primeiro número após o ponto identifica o livro; o segundo, o título; o terceiro, o fragmento; o quarto, quando existe, o parágrafo.

FOR: SBLENDORIO CUGUSI, Maria Teresa (intr., ed., com.). *M. Porci Catonis Orationum Reliquiae*. Torino et alibi: Paravia, 1982.

SBLENDORIO CUGUSI, Maria Teresa; Paolo CUGUSI (ed.). *Opere di Marco Porcio Catone*. Torino: UTET, 2001. Consultado em versão e-book.

*A maior parte dos fragmentos dos discursos são citados a partir de SBLENDORIO CUGUSI 1982, mas também recorreremos a SBLENDORIO CUGUSI & CUGUSI, 2001, para alguns acréscimos, notadamente *FOR*.163bis, e para os fragmentos de discursos incertos *FOR*.212 a *FOR*.227, que foram objeto de renumeração em 2001. Apenas os fragmentos transmitidos por Aulo Gélion foram citados de acordo com outro texto, pois, para eles, impõe-se a recente edição da série Oxford Classical Texts: HOLFORD-STREVEENS, 2020. Como, por vezes, o contexto da citação é demasiado reduzido em *FOR*, foi necessário recorrer a alguns autores individualmente, sempre de acordo com as edições apontadas na bibliografia.

FRH: CORNELL, T. J. (ed.). *The fragments of the Roman historians*. Oxford: Oxford University Press, 2013. 3 v..

* O primeiro número após o ponto identifica o historiador; o segundo, o fragmento. Quando vem citado um testemunho, e não um fragmento, o segundo número é precedido pela letra “T”. Todos os fragmentos das *Origines* são citados a partir desta edição, exceto aqueles transmitidos por Aulo Gélio, para os quais se impõe a recente edição da série Oxford Classical Texts: HOLFORD-STREVENS, 2020. Como, por vezes, o contexto da citação é demasiado reduzido em *FRH*, foi necessário recorrer a alguns autores individualmente, sempre de acordo com as edições apontadas na bibliografia.

FRL: GOLDBERG, Sander M.; Gesine MANUWALD (ed., trad.). *Fragmentary Republican Latin: Ennius*. Cambridge, MA/London: Harvard University Press, 2018. 2v..

* O número do fragmento corresponde àquele da obra citada nesta edição.

FRM: SBLENDORIO CUGUSI, Maria Teresa; Paolo CUGUSI (ed.). *Opere di Marco Porcio Catone*. Torino: UTET, 2001. Consultado em versão e-book.

* Os números correspondem à numeração dos fragmentos do *De re militari* nessa edição.

GL: KEIL, Heinrich (ed.). *Grammatici Latini*. Leipzig: Teubner, 1857-1880. 8 v..

* O primeiro número após o ponto identifica o volume; o segundo, a página.

Ho: van den HOUT, Michael P. J. (ed.). *M. Cornelii Frontonis Epistulae*. 2.ed. Berlin: Teubner, 1988.

* O número indica a página.

ILLRP: DEGRASSI, Atilius (ed.). *Inscriptiones Latinae liberae rei publicae: fasciculus prior*. Firenze: La Nuova Italia, 1957.

DEGRASSI, Atilius. (ed.). *Inscriptiones Latinae liberae rei publicae: fasciculus alter*. Firenze: La Nuova Italia, 1963.

* O número é o da numeração das inscrições.

J: JORDAN, Heinrich (ed.). *M. Catonis praeter librum de re rustica quae extant*. Leipzig: Teubner, 1860.

* O número indica a página.

L: LINDSAY, Wallace Martin (ed.). *Sextus Pomponius Festus. De uerborum significatu quae supersunt cum Pauli epitome*. Leipzig: Teubner, 1913.

* O número identifica a página.

L: LINDSAY, Wallace Martin (ed.). *Nonius Marcellus. De compendiosa doctrina*. Leipzig: Teubner, 1903. 3.v..

* O número identifica a página.

L&S: LEWIS, Charlton T.; Charles SHORT. *A Latin Dictionary founded on Andrew's edition of Freund's Latin dictionary* [1879]. Oxford: Clarendon Press, 1993.

- LSJ:** LIDDELL, Henry G.; Robert SCOTT; Henry Stuart JONES. *A Greek-English Lexicon*. 9.ed. With a revised supplement. Oxford: The Clarendon Press, 1996.
- OLD:** GLARE, Peter G. W. (ed.). *Oxford Latin Dictionary*. Oxford: Clarendon Press, 1982.
- P:** PETER, Hermann (ed.). *Historicorum Romanorum reliquiae*. Leipzig: Teubner, 1906-1914. 2 v..
- R:** RIESENWEBER, Thomas (ed.). *C. Marius Victorinus. Commenta in Ciceronis Rhetorica*, Berlin: De Gruyter, 2013.
- * O primeiro número indica o capítulo do tratado, e o segundo, a página.
- R:** RIBBECK, Otto (ed.). *Scaenicae Romanorum Poesis Fragmenta: volumen I, tragicorum fragmenta* [1852]. 3.ed. Leipzig: Teubner, 1897.
- RIBBECK, Otto (ed.). *Scaenicae Romanorum Poesis Fragmenta: volumen II, comicorum fragmenta* [1855]. 3.ed. Leipzig: Teubner, 1898.
- * O número é o da ordenação do fragmento na numeração sequencial do autor citado.
- RL:** HALM, Karl Felix (ed.). *Rhetores Latini minores*. Leipzig: Teubner, 1863.
- * O número indica a página.
- TLL:** *Thesaurus linguae latinae, editus iussu et auctoritate consilii ab academiarum quinque germanicarum Berolinensis Gottingensis Lipsiensis Monacensis Vindobonensis*. Leipzig: Teubner et aliis, 1900- [11 volumes até o presente].
- *O primeiro número identifica o volume; o segundo, o fascículo, quando há; o terceiro – ou segundo, se não há fascículo –, a coluna; quando necessário, o quarto, ou terceiro, se não houver mais de um fascículo, a linha.
- V:** VAHLEN, Iohannes (ed.). *Ennianae poesis reliquiae*. 2.ed. Leipzig: Teubner, 1903.

INTRODUÇÃO

Este trabalho constitui uma investigação sobre a prosa de Marco Pórcio Catão (234 – 149 a.C.) centrada em apreender sua escrita como um processo. Roland Barthes descreve a retórica antiga como uma máquina em que “aquilo que se coloca na entrada, mal emergindo de uma afasia originária, são os materiais brutos do pensamento, os fatos, um ‘assunto’; aquilo que sai, no fim, é um discurso completo, estruturado, todo armado para a persuasão” (BARTHES, 1970, p. 197). A imagem é sem dúvida algo extravagante, e de fato se pretende tão somente sugestiva; além disso, a relação de Catão com a τέχνη ρητορική é polêmica, conforme veremos. No entanto, seria ingenuidade acreditar que a produção escrita de Catão não é em larga medida condicionada por determinantes, fundamentalmente pré-estruturadas, que se combinam para produzir, como resultados de um processo, os textos de que se apresentou como autor.

Mais especificamente, essas determinantes podem ser reconduzidas à conjunção entre um estoque de modelos de escrita e uma tipologia de situações discursivas que solicitavam que mobilizasse tais modelos para lidar com enunciações concretas a produzir. Tais modelos – concebiam-se concretamente como enunciações pretéritas determinadas ou como enunciações virtuais abstraídas de um grupo mais ou menos amplo daquelas enunciações – declinam-se em distintas categorias. O mesmo se pode dizer relativamente às situações discursivas, que se apresentam ao mesmo tempo como tipos de situações e como oportunidades concretas de produção textual. Não se trata, ademais, de duas determinantes que se conjugam no *hic et nunc* da enunciação, os próprios modelos já se devendo conceber como reservatório estruturado da memória de situações comunicativas pretéritas.

Distinção fundamental que nos parece produtiva no âmbito dos modelos de escrita é aquela que se pode traçar entre “módulos” e “procedimentos”; sua definição não é fácil, mas pensamos tratar-se de noções aptas a dar conta dos fenômenos textuais que se nos apresentam na leitura do material. “Módulos” se podem conceber como unidades discursivas – sintagmas, frases ou cadeias frasais – que se alçam a um grau de estabilidade, no uso concreto da língua, de sorte a permitir o reconhecimento de tipos mais ou menos fixos que se empregam como blocos compositivos solicitados por determinadas situações. Há, assim, módulos frasais intensamente típicos, como a frase

narrativa sequencial elementar e a frase argumentativa sequencial elementar, bem como módulos suprafrasais típicos (formados eles mesmos de módulos frasais típicos) em que se vaza o tratamento de um episódio ou de um argumento. Note-se que tal caracterização implica também que nem toda frase é um módulo frasal ou ao menos que há graus distintos de modularidade (replicabilidade reportada a um modelo estabilizado) nas enunciações, ora muito pronunciada, ora mais atenuada.

Já “procedimentos” não são blocos compositivos, não se enfileiram; aplicam-se aos módulos, alterando seu aspecto. Ao passo que os módulos são sintagmáticos, os procedimentos são virtualidades paradigmáticas, operações que permitem manipular os módulos dotando-os de determinados vetores qualitativos, atribuindo-lhes assim distintas intensidades, diferentes formas de redundância ou distinção. A aplicação de determinados procedimentos ao módulo comprime-o e expande-o, substitui algum seu constituinte ou vincula os constituintes uns aos outros; entre módulos, replica-os, segmenta-os, harmoniza-os, e assim por diante. São, assim, os procedimentos técnicas compositivas que incidem, com mais liberdade, como aspectos circunstanciais dos módulos, que, a seu turno, constituem instrumentos compositivos mais estáveis.

Evidentemente, a recorrência com que determinados procedimentos vêm a ser aplicados a certos módulos pode redundar na estabilização de novos padrões modulares, sintagmáticos, frasais ou suprafrasais, dando assim nascimento a novos módulos, que afinal se definem por sua estabilidade no uso linguístico, e não por um esquema classificatório apriorístico. É o caso talvez das frases típicas descritivas, que se explicam geneticamente pela aplicação de procedimentos como inversões, compressões, expansões e ritmicizações aplicados a módulos frasais narrativos, mas que se tipificam no uso, assim granjeando autonomia.

Esses modelos, modulares ou procedimentais, conforme dizíamos, são profundamente conotados por distintas situações comunicativas que não foram elas mesmas estruturadas de cima a baixo por Catão, mas em que ele ingressou como agente já por elas estruturado, embora evidentemente também apto a promover apropriações e inflexões dentro do sistema. O arsenal de modelos de língua que Catão tem a seu dispor e que também vai moldando dialoga, assim, com situações comunicativas determinadas. Os gêneros textuais em que operou (historiografia, oratória, prosa técnica) dão uma ideia categorial dessas situações, uma vez que se concebe o gênero precisamente como horizonte de expectativas gerado por uma situação comunicativa (JAUSS, 1986, p. 42).

O mecanismo de módulos e procedimentos com que se produz a prosa catoniana se serve de modelos que se distinguem não apenas por sua forma de operar, mas também por seu alcance estrutural. Há, assim, módulos e procedimentos que fazem parte, por assim dizer, do estado da língua latina na herança linguística (ativamente) recebida por Catão. Assim, quando se trata de narrar eventos, Catão tem, no horizonte, como seus contemporâneos, matrizes textuais tais como o vasto conjunto da prosa narrativa administrativa produzida pelas instituições da República: relatórios de magistrados, anais pontificais, inscrições comemorativas, etc.. Quando se trata de argumentar, argumenta no campo pré-estruturado pelos precedentes oradores, pelos autores de panegíricos fúnebres, por um vasto corpo de prosa jurídica, seja a própria linguagem legal, seja a dos comentadores que estão a explicar o sentido dos textos normativos.

Ao mesmo tempo, para além do amplo horizonte de modelos de que comunga com seus contemporâneos, Catão foi forjando seus próprios modelos, estabilizando procedimentos em módulos próprios e refinando mecanismos procedimentais aptos a compor seu estoque particularizado de recursos técnicos, resultando em uma matriz geradora de textos dotados de alto grau de especificidade. É o que sugerem as recorrências construtivas, isto é, o ressurgir de módulos e de procedimentos – recorrências que alguns certamente prefeririam entender como marcas de um “estilo” próprio, noção que julgamos conducente a uma compreensão estática dos textos, distintamente da concepção, aqui perseguida, da escrita como processo de geração de textos segundo condicionantes pertinentes funcionalmente mobilizadas pelas situações comunicativas.

A concepção da investigação, esboçada assim com pincel largo, ganhará precisão à medida que o texto catoniano for sendo processado e, pouco a pouco, se tornar possível individualizar os modelos de construção textual e, mais que isso, atribuir, aos segmentos pouco a pouco extremados dos blocos em que se nos apresentam, localização em determinadas situações comunicativas, ainda que de forma genérica, isto é, categorial, não apenas porque a máquina textual é, em larga medida, categorial, mas também porque os contextos se foram borrando irremediavelmente pelas brumas do tempo. Corretamente separados os fios dessas malhas textuais, será talvez possível visualizar Catão a operar o tear com que foram montadas. É novamente Barthes quem concebe a produção dos textos, sob a égide da retórica (mas, alargá-riamos, sobre os alicerces de uma técnica textual), como uma “montagem” (BARTHES, 1970, p. 197).

Um dos maiores desafios concretos para a consecução de uma investigação como essa é simplesmente o estado do *corpus* de escritos catonianos. Costuma-se dizer que o *De agricultura* é sua única obra conservada de forma integral, mas a afirmação não é desprovida de dificuldades. Trata-se, afinal, de conjunto textual impregnado de redundâncias, lacunas, desagrupamentos, enfim, de toda ordem de descontinuidade. Bem se poderia ter como fragmento, não se privilegiasse em geral, ao definir fragmento, a existência ou inexistência de expressiva extensão textual como critério central. Caso se concebesse a fragmentariedade como descontinuidade apta a se manifestar de distintas maneiras, teria também o *De agricultura* de ser tido por obra fragmentária. Para além disso, trata-se de obra cujo horizonte modelar é de árdua perscrutação – irrupção de âmbitos de linguagem heteróclitos – e que se tem correspondentemente muita dificuldade de atingir.

Já sob o critério da extensão textual, o *corpus* dos outros dois setores fundamentais na produção textual catoniana, isto é, a historiografia e a oratória, é sem dúvida flagrantemente fragmentário. Há enorme erudição acumulada sobre esses trabalhos, isto é, especificamente sobre as *Origines*, a obra historiográfica de Catão, e sobre o que resta de seus muitos discursos. São dignos de nota, por sua continuada relevância, os trabalhos de Peter, de um lado, no que concerne à obra historiográfica, no seio de edição e estudo dos historiadores fragmentários republicanos (PETER, 1906-1914), e a obra de Jordan, de outro, no que diz respeito aos demais fragmentos catonianos, notadamente os discursos (JORDAN, 1860). Posto que (mais) fragmentários, esses escritos se prestam mais imediatamente a tratamento que os localize nas situações comunicativas de que participam, e é por isso que este trabalho se concentrará neles, com eventuais remissões ao *De agricultura* e a outras obras de Catão.

Sobre o intenso esforço erudito empreendido entre meados do século XIX e inícios do século XX – ele mesmo aplicado a legado notável da erudição dos séculos precedentes –, acumulou-se, mais recentemente, expressivo labor crítico sobre o *corpus* catoniano que, especialmente nos últimos 40 anos, trouxe a novo patamar o conjunto de instrumentos, sobretudo as edições e comentários, de que dispomos para lidar com a obra (mais claramente) fragmentária de Catão. É o caso especialmente dos trabalhos notáveis de Sblendorio Cugusi sobre a oratória de Catão, mas mais amplamente sobre o conjunto do *corpus* (SBLENDORIO CUGUSI, 1971; 1980; 1982; 1987; SBLENDORIO CUGUSI & CUGUSI, 1996; 2001), e das contribuições de Chassignet e de Cornell para a

elucidação da obra historiográfica, sempre no seio da problemática, como desenhada por Peter, do conjunto dos historiadores fragmentários republicanos (CHASSIGNET, 1986; 1999; 2003; 2004; CORNELL, 2013).

É a existência desses trabalhos – insertos, repise-se, em uma tradição erudita multissecular, que nos chega, assim, sob o crivo de mais uma camada de intenso labor crítico – que viabiliza hoje todo tratamento do *corpus*, inclusive o que se intenta realizar aqui. Isso dito, talvez seja possível determinar que a fragmentariedade não é exclusivamente negativa para propósitos de compreensão, embora evidentemente fosse desejável contar com material bastante mais abundante do que aquele de que dispomos. As descontinuidades flagrantes do *De agricultura* se impõem para recordar a natureza fragmentária de material que não parece ter sofrido significativa perda de segmentos escritos, de forma bastante apta a evidenciar a processualidade da escrita. A descontinuidade é própria do que ocorre no tempo, por uma sucessão de atos de escrita. Um *corpus* fragmentário, com todas as suas limitações, carrega essa consciência sem reproduzir a ilusão do texto fechado – aquele sobre o qual se operou um processo de apagamento das marcas processuais.

Como os modelos de Catão – nos diversos graus de estabilidade que adquirem, para além da prosa de Catão e dentro dela – se vão definindo justamente pelo exame do material e pelas recorrências e contrastes que se vão delineando, conforme desmontamos os retalhos daquelas vestes perdidas em fios, ou segmentos de fios, como ainda importa que a cosedura desses fios seja o mais possível vista à luz da festa em que as túnicas se deveriam trajar – a sua “ocasião formal” (PÄCHT, 1994, p. 37-38) –, não se pode proceder aqui senão por um acúmulo de observações pontuais sobre pequenas extensões de texto, cuja desmontagem vai sendo tentada e cuja categorização se vai tentando com paciência e, tanto quanto pudemos, com cuidado.

É corolário dessa atitude que se proceda por uma leitura em espiral, que vai voltando algumas vezes aos mesmos problemas e inclusive aos mesmos textos, para ir estreitando, eventualmente corrigindo, o desentranhamento dos panos. As redundâncias, esperamos, são parciais e aparentes, pois o círculo se vai estreitando, sem evidentemente se fechar na compreensão ótima que seria a espiralação até o centro, já que o grau de determinação a que se pode chegar (ou a que nós pudemos concretamente chegar) é menos estreito do que isso. Pensamos que a focalização é suficiente para ver o tear e o tecelão ao trabalho, calibrando a máquina para os distintos trajos que a oficina sabe

produzir, mas tudo à distância e sob a névoa. Talvez um retalho ou outro esvoace mais para perto de nossos olhos, o que quiçá não se possa ter por pouco.

Esse tratamento dos textos busca ser cômico, a todo momento, de que eles estão muito afastados de nós, transladados a outras unidades, nas autoridades que citam excertos de Catão, por propósitos que já não são os dele, alterados enfim por uma transmissão multimilenária em que muito se perdeu, inclusive a integridade de parte do que restou, conforme escreba empós escreba criava a oportunidade de desassossegar o texto catoniano. Por isso, o trabalho tem necessariamente uma dimensão filológica, instrumental decerto, mas sempre explicitada, até para que os juízos estejam abertos ao controle intersubjetivo.

Se a dimensão filológica é instrumental, sabedores que somos das implicações da transmissão para as feições mesmas do material sobre o qual incide a análise, o tratamento é descritivo, muitas vezes com o risco de se assemelhar a uma ladainha fastidiosa, conforme excerto se segue a excerto, e os módulos e procedimentos vão sendo extricados dos textos concretos, para que o acúmulo das particularidades possa permitir ao material assumir o aspecto processual que lhe cabe segundo os mecanismos compositivos que presidiram à sua criação. Em outros termos, certas categorias vão sendo departidas dos textos concretos, para que a acumulação das particularidades possa permitir ao material assomar na forma do próprio processo pelo qual veio a ser o que é, ou mais precisamente, o que já foi.

Como toda “descrição densa” (GEERTZ, 1989, p. 13-41), assim, a nossa também encarna uma hermenêutica; pauta-se por um problema: a mobilização de estruturas compositivas em contextos comunicativos e em função desses contextos. Desse modo, solidariamente, a descrição vai-se erigindo em interpretação, com que se busca enquadrar sucessivamente o problema e ir ainda criando condições de a ele responder ou de responder a algumas das múltiplas questões em que se vai desdobrando e que o tornam destarte abordável.

A consecução dessas intenções de pesquisa está organizada em cinco capítulos, que buscam viabilizar, na medida do possível, a apreensão da processualidade do texto catoniano.

No capítulo 1, “*Romani generis disertissimus multa paucis absoluit*: a prosa catoniana segundo modernos e antigos”, procedemos a um exame de distintas abordagens

que buscaram enquadrar uma compreensão de conjunto da prosa catoniana. Trata-se, primeiramente, de estudos modernos, do século XVII em diante, que forneceram sucessivos enquadramentos para atribuir inteligibilidade àqueles textos. Examinamos, em ordem cronológica, as abordagens que nomeamos “preceptismo clássico”, “subjativismo romântico” e “formalismo historicista”, até alcançar estrato mais recente de trabalhos que esboçam algo como um “formalismo funcionalista” da prosa catoniana, vertente em que se inclui o presente trabalho. Duas questões que teriam importância central para o esclarecimento e o refinamento desse paradigma são visitadas na sequência, a saber, o problema dos gêneros da prosa catoniana e de suas relações com sistemas estruturalmente distintos de produção textual, sempre em função do tratamento que receberam da bibliografia, com alguns apontamentos críticos.

Em um segundo momento, dedicamo-nos a conjunto de textos antigos, especialmente a diversos pronunciamentos de Cícero e de alguns de seus contemporâneos sobre a prosa de Catão, fortemente impregnados por categorias retóricas. Verificamos que, nesses textos, identificam-se distintos pontos relativos à técnica de construção textual operada por Catão e que, embora talvez demasiado marcados pela associação direta com as técnicas específicas da τέχνη ρητορική grega, os pronunciamentos de Cícero e dos demais autores antigos complementarmente examinados, mostram-se compatíveis com o enquadramento que propomos. A constatação é relevante na medida em que permite verificar como outros operadores de máquinas de construção de textos em contextos aproximados ao de Catão reconheciam aquela dimensão construtiva técnica que aqui buscamos apreender mais detalhadamente.

O capítulo 2, “Μεταξὺ διηρημένης τε καὶ κατεστραμμένης λέξεως: considerações em torno das noções de módulo, procedimento, função”, representa uma tentativa, à luz de intuições seminais colhidas no material discutido no capítulo anterior, de apresentar especificamente um quadro pertinente de análise. Para tanto, partimos da ideia de um “sistema da prosa pré-clássica latina”, tateando formas de defini-lo, em seus elementos e em sua estrutura. Identificamos, no debate sobre a existência de dois tipos frasais – as chamadas “frase narrativa” e “frase argumentativa” – caminho potencialmente frutífero, ao mesmo tempo em que apontamos suas limitações, a tornar necessário um redirecionamento.

É exatamente esse novo encaminhamento, apto a realizar uma descrição sistemática, que intentamos promover na sequência, por duas vias: primeiramente, trata-

se de identificar na frase a unidade elementar de análise e de investigar a noção de frase de tal modo que possa ser de fato veículo da investigação, apto a dar conta da complexidade dos textos. Na sequência, cuida-se justamente de desmontar a frase – e, potencialmente, unidades para aquém e para além dela, que são solicitadas na descrição – em seus componentes modulares e procedimentais, para o que se torna necessário tentar delimitação mais rigorosa de um e outro termo.

No capítulo 3, “*Non acta bella significantem sicut ceteris, sed celeriter confecti notam*: o sistema da prosa latina pré-clássica”, tratamos de esboçar o que se pode entender como a estrutura estruturante da prosa catoniana, isto é, o sistema da prosa que existia, para ele, como tradição que o constituía e que ele manipulava. Com efeito, de posse das noções construídas no capítulo anterior, trata-se agora de expor o sistema da prosa pré-clássica latina tal qual ainda nos é acessível, o que significa estudar, ainda que sinopticamente, seus módulos e procedimentos fundamentais (os elementos do sistema) e a distribuição desses componentes de acordo com lógicas que permitem passar dos elementos aos textos (a estrutura do sistema).

É por isso que a análise se reparte então nos três grandes conjuntos de textos que conseguimos investigar para aquela conformação histórica, como estruturas estruturadas (na objetividade das tipologias textuais que conhecemos), vale dizer, como associações estabilizadas entre módulos e procedimentos em subsistemas capazes de lidar com certo plexo de situações comunicativas e, mais que isso, por sua importância, atuar também em sentido modelar, atraindo para sua órbita outras situações comunicativas, para que funcionem como espécies de satélites seus. Como *subsistemas* no seio do sistema da prosa latina pré-clássica, não causa espanto que haja muito que partilhem regularmente e que estejam ademais abertos à circulação do material em contextos determinados.

Esses *corpora* são: um conjunto de textos em que têm centralidade as frases narrativas (e que se verão ser de vários tipos e se associar a outros módulos), notadamente uma série de inscrições comemorativas de feitos dos magistrados romanos, a que se apensam considerações sobre dois prosadores *grosso modo* contemporâneos de Catão, também fragmentários, Cássio Hemina e Ênio; um *corpus* em que têm centralidade as frases argumentativas (também de múltiplos tipos e articulados a módulos deles distintos), vale dizer, a linguagem jurídica, e especificamente normativa, *corpus* específico de frases desse tipo, aquele em todo caso a que ainda podemos ter acesso hoje;

enfim, o *corpus*, de difícil delimitação, dos *carmina* religiosos, em que um vasto conjunto de procedimentos, voltados a viabilizar a essência do *carmen* – espraiar força ilocutória –, encontra sua sede privilegiada de desenvolvimento.

Os capítulos seguintes, 4 e 5, assentando-se nos resultados adquiridos nos capítulos 1 a 3, enfrentam diretamente o *corpus* catoniano, que vai agora concebido como parte integrante daquele sistema preliminarmente apresentado.

O capítulo 4, “*Nam ita euenit: a prosa narrativa*”, aborda a obra historiográfica de Catão, a saber, as *Origines*. Se fora possível antes estabelecer balizas significativas a respeito da prosa narrativa republicana, vamos descobrir aqui algo como um subsistema desse subsistema, que se está gestando e individualizando pelas mãos do próprio Catão, algo como a prosa narrativa *historiográfica*. O estudo parte de uma reconsideração do programa da obra e reconstrói uma taxonomia de suas matérias de modo a dar conta de diferentes situações textuais que favoreçam a compreensão dos distintos módulos e procedimentos manifestos nos fragmentos. A existência de um resumo da obra livro a livro, fornecido por Cornélio Nepos, e diversas declarações programáticas, certamente desenvolvidas em dois proêmios, leva a apreender a manipulação do texto em uma dimensão estratégica, de maneira que módulos e procedimentos se vão alinhavando de acordo com um plano estruturado de enunciação.

A investigação permite, assim, descrever as frases sequenciais narrativa e descritiva na prosa historiográfica de Catão, bem como identificar pequenos módulos suprafrasais formados por frases iniciais e sequenciais. Essas frases comparecem em formas elementares e mais intensamente procedimentalizadas, respondendo assim a espécie de planejamento em larga escala, de dimensão propriamente discursiva. O tratamento de um excerto mais amplo do livro IV das *Origines*, a ἀπιστεία do tribuno militar Quinto Cedício, aprofunda constatações feitas a partir de segmentos mais diminutos e prepara uma primeira sistematização descritiva, no fim do capítulo.

O capítulo 5, “*Iussi caudicem proferri, ubi mea oratio scripta erat: a prosa oratória*”, enfrenta a obra oratória de Catão, isto é, os fragmentos supérstites de seus discursos. Embora não se possa atribuir a Catão a formação da prosa oratória latina, que tem longa antecedência relativamente a ele, é com Catão que ela primeiramente se nos dá a ver. Embora módulos e procedimentos da língua jurídica tenham preparado em razoável medida a abordagem, pela centralidade da frase argumentativa em ambos os domínios, a

exploração ganha efetivamente o interesse de se debruçar sobre subsistema que antes é simplesmente insondável.

Diferentemente das *Origines*, estamos a tratar aqui de múltiplas obras catonianas, respondendo a diversos contextos, ao longo de muitos decênios. A reconstrução pontual de cada situação comunicativa é impossível, havendo, se muito, em um ou outro caso, dados contextuais fragmentários que alertam para determinadas possibilidades de compreensão. A atenção à partição do discurso – praticada por Catão, seja em função de um treinamento retórico específico, seja em razão de uma absorção menos formalizada daquela técnica – fornece, nesse panorama, algum enquadramento situacional, como condicionante intratextual que se replica entre discursos e que, portanto, fornece ocasião para recorrências de múltipla ordem.

Dispomos de dois discursos com mais amplo material, o *Pro Rhodiensibus* e o *Dierum dictarum*, investigados primeiramente, antes de que se passe a um exame diretamente guiado pelos módulos frasais narrativos e argumentativos, bem como estruturantes (introdutórios, concludentes e pivotantes) na oratória catoniana, que recorrem em distintos fragmentos e se prestam assim a uma investigação sistemática. Novamente, ao fim do capítulo, propomos um balanço provisório com descrição estruturada dos módulos e procedimentos constatados.

A investigação não é e não pretende ser conclusão definitiva sobre a prosa catoniana; deixou estrategicamente de lado o conjunto mais substancial dela, o *De agricultura*, para privilegiar a delimitação de um método de trabalho e a apresentação de um primeiro conjunto de resultados.

CAPÍTULO 1

Romani generis disertissimus multa paucis absoluit: a prosa catoniana segundo modernos e antigos

Introdução

A ideia de que Catão é o inventor da “prosa literária latina” – expressão que condensa uma série de pressupostos, conforme de pronto se verá – é corrente, quase tópica, e pode ser bem colhida na afirmação de Mommsen, segundo quem Catão “aplicou toda sua versatilidade e energia para criar uma literatura prosaica em sua língua materna” (MOMMSEN, 2010, 2, p. 468; cf., *inter alia*: RIBBECK, 1899, p. 236; KNAPP, 1918, p. 139; LEEMAN, 1963, p. 21; TRAGLIA, 1985, p. 345; GRIMAL, 1996, p. 30; ROBERT, 2002, p. 302; PENNEY, 2011, p. 222). Ou, dito com alguma cautela, Catão foi “*praticamente* fundador da literatura romana em prosa” (ASTIN, 1978, p. 182, *itálico* nosso).

Por vezes, chegou-se a sugerir que esse impacto seria distinto em diferentes domínios, a depender do que se queira dizer exatamente pela característica de prosa *literária*, ou *artística*, para retomar o conceito de *Kunstprosa*, posto em relevo por Norden (1986). Afinal, para Leo, em matéria oratória, Catão foi “o primeiro a tornar a oratória romana literária” (LEO, 1913, p. 284; cf., também, CUGUSI & SBLENDORIO CUGUSI, 1996, p. 115), avaliação glosada como “elevar e embelezar a elocução dos discursos” (SBLENDORIO CUGUSI, 1982, p. 32). De acordo com o mesmo autor, Catão, por meio de sua obra historiográfica, com que inaugura a historiografia de língua latina, tornou-se o “verdadeiro inventor da prosa literária romana” (LEO, 1913, p. 290); ele teria sido, prossegue Traglia na mesma senda, “constrangido a criar, como pôde, uma linguagem e um estilo adaptados a exprimir uma matéria nova, sob o impacto de um gênero literário que ainda não fora tratado por outrem em latim” (TRAGLIA, 1985, p. 345).

A figura é, pois, fugidia: Catão seria um inventor que trabalha sobre um material prévio, que *torna* literário por lhe acrescentar predicados específicos (mas vagamente aludidos); ele transforma uma prosa que existe fora e antes dele em uma prosa “literária”, ou “artística”. Esse construto é tão disseminado na bibliografia, tão difuso nas mais diversas análises, que se torna imperioso desnudá-lo à luz do dia, para que possa já ser

reconhecido quando permanece implícito e, sobretudo, para que a análise a ser empreendida não padeça, inconscientemente, dos mesmos defeitos.

Em suas formulações mais estruturadas, essa concepção entende que Catão não apenas laborou em distintos gêneros de prosa, gerando impactos (distintos, mas sempre no sentido da “literarização”) em cada um deles, mas ainda os tratou de forma diversa: “Catão sabe tocar em diferentes instrumentos” (von ALBRECHT, 2016, p. 337); em seus escritos, podem-se constatar “diferenças de linguagem de acordo com o gênero literário” (PENNEY, 2011, p. 222). A se reter a imagem de “pai” da prosa latina (KNAPP, 1918, p. 139), seria Catão também o pai de um sistema genérico diferenciado, pois a elocução (os autores em geral falam em “estilo”) em seus escritos seria distinta, de acordo com a matéria abordada: “os distintos níveis de linguagem não são aleatórios, mas distribuem-se de acordo com o assunto em cada obra” (von ALBRECHT, 2016, p. 336); “o discurso sobre a língua de Catão deve necessariamente se articular de acordo com o tipo de obra que se tome em exame” (CUGUSI & SBLENDORIO CUGUSI, 1996, p. 205).

Como essa intervenção, por assim dizer, em um material prévio, conduz ao mesmo resultado nos distintos domínios, vale dizer, a transformação da prosa “não literária” em prosa “literária”, é natural – sempre de acordo com a tópica do “inventor da literatura prosaica latina” – que se pressuponha também uma unidade que muito tem que ver com a noção de moderna autoria individual. Não é de estranhar, portanto, nessa formulação do problema, a ideia de que, a despeito de “diferenças de nível estilístico entre uma e outra obra, permanecem passíveis de ser isoladas algumas constantes gerais no *sermo* catoniano, que aproximam todas as suas obras umas das outras” (CUGUSI & SBLENDORIO CUGUSI, 1996, p. 206).

Sumulando: Catão é o inventor da “prosa literária latina” porque trabalhou sobre um material linguístico prévio, não literário, e o tornou “literário”, de forma adaptada a distintos gêneros literários prosaicos, mas com características comuns, que assinalam sua autoria.

Por detrás desses construto geral – ou, talvez melhor dizendo, em seu íntimo –, há uma série de construções particulares, de dúvidas e de polêmicas, dispostas em distintas camadas cronológicas, ao longo das quais o edifício interpretativo se foi erigindo. Neste capítulo, pretendemos investigar a apreciação crítica da prosa catoniana, tocando em algumas das múltiplas questões que interessam à imagem geral de Catão como inventor da

prosa literária latina e, particularmente, ao problema concreto da forma linguística – pois é em alguma caracterização dela que se localizaria a passagem da prosa não-literária à literária – (item 1.1.1), e aos problemas a ele conexos da variedade da forma linguística de acordo com os distintos contextos textuais, em geral concebidos como diferentes “gêneros literários” (item 1.1.2), e da transformação da forma linguística que teria sido operada por Catão sobre um estado prévio da prosa (não literária) a partir de uma série de influxos que a crítica procura identificar (item 1.1.3). Na segunda parte do capítulo, voltamo-nos a uma série de juízos antigos sobre a prosa catoniana, que, de um lado, ajudam a explicar a gênese dos juízos modernos e, com isso, também permitem proceder à sua crítica, e, de outro lado, merecem, tanto quanto aqueles, ser investigados pelo potencial que encerram para a elucidação da forma linguística do texto catoniano.

Espera-se que, desse exercício crítico, possam-se colher não apenas censuras e reparos, mas também possibilidades e caminhos frutíferos que mereçam ser trilhados. Com isso, esperamos alcançar uma “precompreensão” (para recorrer à terminologia hermenêutica, uma *Vorverständnis*) da prosa catoniana que possa ser ulteriormente desenvolvida e posta a serviço de uma análise dos textos.

1.1. Os modernos

1.1.1. *Percepções do primitivismo: estilo, sintaxe, função*

Não seria este o lugar adequado para apresentar um recenseamento completo de tudo o quanto já se disse sobre a expressão linguística de Catão (cf., para um importante ponto de partida, SUERBAUM, 2004). Antes, parece útil apresentar em largos traços, no início desta investigação, aquelas que se nos afiguram como diretrizes fundamentais que guiaram a apreciação da forma linguística do texto catoniano, atentando para a sucessão – que não afasta as sobreposições e continuidades – de abordagens ao longo do tempo.

Para nossos propósitos específicos, podemos pôr de lado uma primeira camada de recepção moderna da obra catoniana, de quando datam as primeiras edições e anotações, primeiramente centradas no *De agricultura* e, depois, em sucessivas recolhas de fragmentos, notadamente dos discursos e das *Origines*, em que as poucas considerações formais são em geral meras transcrições de testemunhos antigos (RICCOBONUS, 1579, p. 81-83; HANKE, 1669, p. 22-29) ou esclarecimentos textuais pontuais (POPMA, 1590, p. 145-165). Note-se, no entanto, que a própria descontextualização dos juízos antigos,

vale dizer, seu tratamento como se não dependessem dos propósitos dos distintos autores que, em algum momento da Antiguidade, foram levados a falar sobre Catão, constitui, sem dúvida, uma relevante precondição para que tais testemunhos possam ser subsequentemente apropriados pela crítica, servindo a seus próprios interesses.

Atingimos, então, a partir do século XVII, um primeiro conjunto de textos, que se expressam diretamente sobre a forma do texto catoniano; neles, as considerações formais vêm enfeixadas por uma concepção retórica – em determinado sentido do termo, porquanto atrelada a determinadas ideias sobre o bom gosto e a elegância. O potencial de descrição da expressão linguística vem assim vinculado e como que subordinado a uma finalidade preceptiva, qual seja, a de informar a forma de bem escrever. Essa atitude talvez se possa condensar na seguinte “tese”, enunciada por Brillenburg, em monografia dedicada a Catão, já ao termo de um longo período em que essa parece ter sido a concepção dominante: “na insigne arte gramatical, encontram-se o auxílio e o instrumento para comandar e realizar o sentido da elegância” (BRILLENBURG, 1826, p. 102). Essa visão aparece claramente expressa nas considerações tecidas por Saggitarius em obra datada de 1672:

Há, no estilo de Catão, muito de elegante para que imites: há também, misturados, muitos detritos daqueles tempos, dos quais quem examinar e seguir a formosura de Cícero e da época de Cícero, tomará distância, espero, com facilidade, sempre que não estiver presente nos fragmentos de Catão. Certamente, no que respeita ao conhecimento das coisas antigas, todos poderão hauri-lo em não exígua monta dos fragmentos de Catão (SAGITTARIUS, 1672, p. 97).

Essa atitude se revela, no ponto extremo dessa quadra histórica, no citado Brillenburg, em uma série de juízos estéticos. Embora emita frequentemente apreciações positivas – e.g., “escreveu astuta e engenhosamente” (BRILLENBURG, 1826, p. 85), “escreveu diligente e acuradamente” (BRILLENBURG, 1826, p. 95) –, não deixa de anuir parcialmente com alguns juízos de Aulo Gélio e com Cícero, de modo que sugere ressalvas:

Embora Gélío diga que essas coisas poderiam ter sido ditas mais ornadamente (o que Cícero aponta em geral nos discursos de Catão), isso diz respeito sobretudo à escolha das palavras e à disposição das palavras (BRILLENBURG, 1826, p. 87).

Um segundo momento pode ser discernido a partir do século XIX, em que a abordagem da forma do texto catoniano está centrada em algo como o indiciamento, no texto, da personalidade do autor, ela mesma espécie de condensado elevado e poderoso de uma mais ampla corrente de valores próprios a determinada condição objetiva no mundo. Assim, em obra escrita originariamente em 1830, a segunda edição, bastante ampliada, de 1850, registra o seguinte juízo:

Marco Pórcio Catão, o mestre da prosa do sexto século, um homem puramente romano pelos quatro costados, que combinou intimamente a sùmula madura da criação nacional e da força do caráter com uma educação original. Ele foi o primeiro a dominar todos os ramos do conhecimento e do agir romanos com a maior versatilidade e mostrou, em incontáveis escritos, ter sido, a um só tempo, o primeiro a se afastar da *secura* anterior sem abandonar a antiga simplicidade e a importância das coisas essenciais sem adornos, e a empregar a linguagem com invenção fresca, enriquecendo-a (BERNHARDY, 1850, p. 185).

Veja-se, no mesmo veio, Ribbeck:

Uma graça rude, rusticamente firme, à moda de um pilão, um tesouro de sentenças robustas e originais, adquiridas à própria convicção e à experiência, uma satisfação genuinamente popular com as narrativas divertidas e com plástica comovente nas representações sérias, nas descrições de costumes e de pessoas traçadas com pincel largo e voz penetrante, uma violência criadora genial em expressões de força contundentes, um *páthos* crescente e intumescendo, apenas ainda não fluente, pela dignidade e pelo bem-estar da pátria, um *éthos* frequentemente

rugindo e fervendo até a ebulição com indignação e ira – tudo apoiado e sustentado na base de um coração honesto, firme e viril, ainda que estreito, que era duro acima de tudo consigo mesmo [...] e vestido em palavras igualmente masculinas, sérias e simples, comprometidas com a oratória do instante, palavras que ainda não haviam sido tingidas e arredondadas pela construção periódica [...] – essas são aproximadamente as características essenciais que ainda podem ser divisadas em meio às migalhas dispersas da antiga estrutura ciclópica (RIBBECK, 1899, p. 239-240).

A atitude ainda pode ser detectada, posto que atenuada, em obras recentes, em afirmações como a de que “o estudo de certos passos deixa entrever uma grande vitalidade que não poderia se expressar sem ser fruto de um certo gozo da vida por parte do autor” (ROBERT, 2002, p. 302); “Catão falava como vivia: com vigor, paixão e determinação” (ROBERT, 2002, p. 318). A concepção romântica da “literatura” ainda é, como o sabemos, bastante vigorosa e difundida.

Essas duas primeiras camadas cronológicas na apreciação da prosa catoniana, a que poderíamos aludir, por comodidade, como “preceptismo clássico” e como “subjetivismo romântico”, respectivamente, permanecem, na investigação da forma linguística, bastante genéricas, não se identificando uma preocupação com especificar características formais e descrevê-las. O caráter meramente exemplificativo desta ou daquela consideração indica que a prosa catoniana não aparece propriamente como objeto de investigação. A transformação, nesse sentido, opera-se com um terceiro estrato cronológico, a que nos referiremos como formalismo historicista e que, em razão da atenção dispensada à expressão linguística catoniana como matéria de análise, merece ser examinado com mais vagar.

Em sua extensa história da literatura latina, Friedrich Leo, após apresentar a vida de Catão (LEO, 1913, 1, p. 265-270), passa em revista cada uma de suas obras (LEO, 1913, 1, p. 271-300), dispensando-lhes comentários linguísticos, os quais consistem, usualmente, em observações sintáticas. Assim, sobre o *De agricultura*:

Essa prosa de ordens breves se liga à língua jurídica; como ela, desenrola-se em imperativos e subjuntivos de comando. Cada oração está posta sozinha, não ligada a outras. Quando duas orações são ligadas, isso normalmente ocorre por meio de anafóricos e de pronomes demonstrativos ou mediante os advérbios *item, ita, ibi, inibi, tum, deinde, postea*. Das partículas conjuncionais, quase apenas *et, aut* e *nam* são usadas, *sed* em um total de três vezes. Os primeiros nove capítulos [...] não têm nenhuma partícula conjuncional além de *et, nam* apenas duas vezes no capítulo 5 e uma vez no capítulo 6. O *enim* não aparece. O *uerum* comparece cinco vezes nos capítulos 156 a 158, mas fora isso nunca, a não ser no prefácio. Este [prefácio] também é como se tivesse sido esculpido em carvalho, mas, além de *uerum*, ele apresenta apenas uma vez *at* e *autem*. Ademais, as poucas orações têm uma verbosidade intencional e, nas repetições e antíteses, algo como figuras de linguagem. Não há nada de semelhante em mais lugar algum do livro, e as palavras-chave, que se destacam e frequentemente fazem o homem aparecer sob uma luz inesperada, são apenas devidas a uma cor natural sem verniz (LEO, 1913, 1. p. 273-274).

Note-se o relevo emprestado por Leo a uma série de ausências, notadamente a falta de ligação entre as orações, indiciada pela escassez de conectivos; aquilo que está presente vem assinalado de forma algo negativa, como “verbosidade” (*Wortfülle*), como a evidenciar a expectativa de certa estrutura que, por retraída ou ausente, torna os elementos subsistentes pouco disciplinados; a existência de trechos específicos sem tais defeitos, como o prefácio, apenas faz ressaltar a insuficiência do conjunto.

Sobre os discursos, após marcar sua distinção relativamente ao *De agricultura* em termos imprecisos que rodeiam a noção brumosa de “estilo” – “o que nós temos dos discursos se distingue estilisticamente muito claramente do livro a respeito da agricultura” (LEO, 1913, 1, p. 286) – e notar brevemente, do ponto de vista lexical, o uso de “palavras vívidas e poderosas” (LEO, 1913, 1, p. 287), Leo resenha o que entende ser os principais traços da sintaxe dos discursos catonianos:

Também na construção das orações, o contraste relativamente ao *De agricultura* é evidente. Ao passo que lá, como vimos, cada oração está posta sozinha, no discurso em favor dos ródios o princípio estilístico latino de expressar o nexo lógico das orações por meio de expedientes linguísticos de ligação e de junção é, em geral, levado a efeito. O isolamento de frases curtas serve agora à expressão forte, assim como na narrativa patética, entrecortada, a respeito da atrocidade de Termo, no fragmento tenso sobre a batalha que se aproximava [...]. Este é um excerto do relato de seus feitos na Hispânia, que, no discurso em que ele defendeu seu consulado, tomou um grande espaço. [...] Assim vemos, a partir dos fragmentos, como a narrativa varia, usando de todos os tons, e se eleva na descrição da batalha. Em oposição, está a construção periódica nos proêmios. Longas estruturas frasais aparecem, quando segmentos de raciocínios colhidos de distintas partes são reunidos [...]; mas uma construção redonda e bem-estruturada é rara (LEO, 1913, 1, p. 288).

Evidentemente, a avaliação é distinta daquela que recebeu o *De agricultura*, mas apenas na medida em que os discursos atendem melhor ao mesmo padrão avaliativo, vale dizer, a expressão do “nexo lógico” entre orações, cujo *télos* é a estrutura periódica – e aqui se nota que o modelo do “preceptismo clássico” ainda ronda a análise. É justamente à suposta dificuldade para construir um efetivo período (“longas estruturas frasais”) que se deve a crítica no trecho final da citação. Consoante Jean Haudry, já promovendo a crítica dessa abordagem, “a ausência de frase complexa parece natural a quem considera os indo-europeus como ‘primitivos’” (HAUDRY, 1973, p. 186); afinal, “a evolução da sintaxe da frase não é linear” (HAUDRY, 1979, p. 109). Advirta-se, assim, que essa formulação do “formalismo historicista” constitui uma forma de evolucionismo, em que se contrapõem o mais simples, o mais antigo e o mais defeituoso, de um lado, e o mais complexo, o mais recente e o mais perfeito, de outro.¹

¹ Apenas exemplificando com material mais próximo de nós, Henrique Geenen analisou redação de um menino alemão de dez anos sobre uma vaca e teceu as seguintes considerações: “Vamos agora à análise do estilo. É todo paratático, isto é, feito por justaposição. É o estilo dos povos primitivos. Capistrano de Abreu o estudou recentemente nas lendas de nossos botocudos. Há exemplos deste estilo na primeira página da

As observações sobre as *Origines* são mais limitadas, já que, segundo Leo, “de sua forma de narrar, nós podemos dizer pouco, pois, além de muitos pequenos excertos, possuímos apenas um de maior dimensão” (LEO, 1913, 1, p. 295-196), referindo-se ao episódio do tribuno Quinto Cedício (v., *infra*, item 4.4). Falando em “estilo”, mas referindo-se à sintaxe, o juízo é o seguinte:

Para julgar o estilo da narração catoniana, nós precisamos nos lembrar das seções narrativas de seus discursos; os fragmentos [das *Origines*] nos fornecem um chão pouco seguro. Onde orações reunidas foram conservadas, elas mostram, em geral, forma paratática, com ligação por meio de simples pronomes anafóricos, como no livro *De agricultura*. O único segmento maior, o fim da *aristéia* de Cedício, tem a mesma construção de frases, mas une um complexo maior (*quidem – at*), evidentemente em uma descrição patética. Por uma vez, encontra-se uma figura de linguagem, uma tripla anáfora. Que o historiador Catão se movimentava em um estilo mais elevado que o discurso cotidiano, vê-se pelo uso acima citado de *atque* no lugar de *et*. Ele começou sua obra com uma forma pronominal que alhures só é atestada na tragédia. Raramente a ocorrência de uma expressão ornamentada e elevada é transmitida (LEO, 1913, 1, p. 299).

Confirma-se aí o recurso ao mesmo conjunto de critérios aplicados à avaliação da obra técnica e oratória. De forma mais condensada, mas perfeitamente compatível com o que se viu em Leo, Knapp centra toda sua apreciação, seja da obra técnica, seja da oratória ou historiográfica, na ideia negativa de que em Catão “não há indícios de que se tente atingir a estrutura periódica” (KNAPP, 1918, p. 142). Por não discrepar substancialmente do que afirma a respeito das outras obras, vale sua apreciação do capítulo quinto do *De agricultura*:

Catão decerto vai diretamente ao ponto nessa passagem; suas injunções são certamente enérgicas. A passagem também tem

Bíblia. Estamos aos antípodas dos longos períodos de um Cícero ou de um Brunetière. São estas verdadeiras árvores frondosas em que as conjunções coordenativas e subordinativas prendem os galhudos ramos ao tronco vigoroso” (GEENEN, 1931, p. 65-66).

brevidade, uma brevidade não inteiramente inconsistente com clareza. Porém, graça e encanto a passagem não tem, embora algum esforço tenha evidentemente sido despendido para atingir uma ordem de palavras eficiente. Não há variedade. Rapidamente ficamos cansados do efeito de *staccato* produzido pela cadeia de injunções, todas expressas na mesma forma, como orações coordenadas, ou em uma disposição paratática do que são, logicamente, partes de uma só frase. Há pouca ou nenhuma evidência de habilidade no trato das partículas, a habilidade tão característica do estilo maduro de Cícero e de Lívio (KNAPP, 1918, p. 140).

A apreciação é reiterada (NETTLESHIP, 1895, p. 97; KROLL, 1933, p. 9-11, 17-18). Em verdade, a centralidade da problemática da contraposição entre parataxe e hipotaxe está subsumida em um enquadramento evolutivo mais geral, que se pode entender como a passagem de um estado apositivo da língua para um estado hierárquico. Essa contraposição vem bem condensada em considerações de Meillet e Vendryes, para quem, em um primeiro momento:

A estrutura da frase indo-europeia é conforme ao que a morfologia deixa prever. Como cada palavra carregava em si mesma a marca do papel que ela desempenhava, as palavras da frase eram autônomas e independentes umas das outras. Elas não se governavam umas às outras. O procedimento dominante da frase indo-europeia é a aposição. [...] Um verbo indo-europeu não “regia” o caso de seu complemento; mas o nome aposto ao verbo se colocava no caso exigido pelo sentido que ele expressava em si mesmo (MEILLET & VENDRYES, 1953, p. 573 e 576).

No entanto, na frase grega e latina vai-se processando uma transformação:

O princípio dessa transformação é que as palavras tendem a se unir em grupos definidos, em que a forma de um é comandada por outro. Ao tipo da aposição de elementos autônomos, substitui-

se pouco a pouco um tipo novo caracterizado pela “regência” (*rection*). [...] Progressivamente, as coisas mudaram; os verbos, como se disse, passaram a “reger” os nomes, impondo-lhes caso determinado (MEILLET & VENDRYES, 1953, p. 574 e 577).

O que vale para os elementos constituintes da frase valeria igualmente para a relação das frases entre si:

O desenvolvimento da subordinação foi paralelo àquele da regência: tal como as preposições passaram a “reger” certo caso, assim também as conjunções vieram a “reger” um determinado modo, que assim se tornou, ele mesmo, marca de dependência. [...] Onde a subordinação é assinalada por um modo especial (subjuntivo, optativo), o ponto de partida da subordinação é reconhecido nas frases em que o modo tinha, por si mesmo e independentemente da proposição principal, o valor que a subordinação lhe atribui; reconhece-se, igualmente, o ponto de partida da regência nas frases em que a forma casual exprime um sentido por ela mesma independentemente da palavra que a rege. Foi a simples justaposição que, nesse caso, criou tanto a subordinação como a regência (MEILLET & VENDRYES, 1953, p. 648).

Essa concepção geral deu margem a numerosos estudos, em geral dedicados, em escopo mais largo, a particularidades da língua antiga. Fankhänel, em monografia sobre a posição do verbo na prosa latina anterior a Salústio, entende que a linguagem de Catão é a que “mais se aproxima dessa estrutura antiga” (FANKHÄNEL, 1938, p. 25). A aposição ter-se-ia originado na língua popular e em seguida se desenvolvido “artisticamente” (FANKHÄNEL, 1938, p. 56); a “lei fundamental para a construção de um enunciado na língua antiga é a estrutura enfileirada” (FANKHÄNEL, 1938, p. 77). Para Fankhänel, “introduzir uma oração subordinada em uma principal ainda é, para Catão – fora o caso das orações relativas – uma impossibilidade” (FANKHÄNEL, 1938,

p. 83). A estrutura frasal antiga, que seria, em grande medida, aquela de Catão, é descrita nos termos seguintes:

A frase da língua antiga é claramente estruturada. Ao fim do núcleo frasal, formado “em um só lance”, está o verbo, e ao redor desse núcleo frasal, agrupam-se, no começo e no fim, *kóla* independentes, de modo que a estrutura frasal como um todo possui claramente uma construção enfileirada. Em momento subsequente, o enunciador pode mais e mais formar unidades maiores “em um só lance” e enquadrar mais e mais sintagmas com um verbo. Com isso, a antiga forma de estruturação se desfez; era necessária uma nova (FANKHÄNEL, 1938, p. 143).

Neste processo, conforme o tempo avança (e a estrutura *evolui*) “a unidade de pensamento do falante não era mais o *kôlon*, mas a frase” (FANKHÄNEL, 1938, p. 263); na sequência, “gradualmente, não é mais a frase, mas a estrutura da frase a unidade em que o falante pensa”, de modo que “as distintas ‘formas narrativas’ agora constituem os elementos individuais que são agrupados na grande estrutura de um período em uma nova unidade” (FANKHÄNEL, 1938, p. 264). Trata-se de verdadeiro evolucionismo organicista: “nós nos deparamos aqui com uma lei relativa a tudo o que é vivo. Assim como toda estrutura viva se forma a partir de um núcleo, se reproduz e aparece em formas cada vez mais perfeitas, assim também na vida das formas linguísticas, essa formação e esse desenvolvimento podem ser determinados” (FANKHÄNEL, 1938, p. 263). Opera-se um “desejo de unidade e fechamento” (FANKHÄNEL, 1938, p. 264).

Nessa história complexa, a antiga prosa latina teria um estágio de desenvolvimento algo inicial, caracterizado por uma abertura para a “experiência”: “os agrupamentos [de palavras] se ocupam aqui muito mais do que é dado no meio-ambiente. Ainda desempenham um grande papel os grupos de palavras surgidos da experiência.” (FANKHÄNEL, 1938, p. 265). Os diferentes gêneros trilhariam o mesmo caminho evolutivo, mas “com rapidez distinta” (FANKHÄNEL, 1938, p. 266). Catão estaria “no começo da prosa latina” (FANKHÄNEL, 1938, p. 267), caracterizando-se por uma verdadeira “criação linguística” (FANKHÄNEL, 1938, p. 268). Ele é um agente nesse processo de transformação, mas não o leva a termo: “a observação dessa moldagem inconsciente das formas de ordenação linguística mostra como ainda havia, em Catão,

formas para um desenvolvimento subsequente em sentido ascensional” (FANKHÄNEL, 1938, p. 268).

Podemos, neste ponto da exposição, entender o preciso sentido que assume a ideia de Catão como pai da “prosa literária latina”: personagem primacial no desenvolvimento de uma sintaxe capaz de extrapolar a forma apositiva, especialmente a parataxe ou a justaposição² entre as orações, e, ainda que limitadamente, mas de forma atenta aos contextos, apontar para o desenvolvimento posterior, em que a expressão linguística assume forma prioritariamente hierárquica, notadamente a manipulação da hipotaxe, a culminar com as vastas estruturas periódicas.

Caso interessante é a obra de Till, originalmente escrita em 1935 e inteiramente dedicada à expressão linguística de Catão. O autor parece trabalhar na margem desse paradigma, suprimindo a consideração da sintaxe, como se quisesse localizar a especificidade de Catão, sua verdadeira criatividade, em outro plano, assim admitindo implicitamente talvez que a sintaxe não poderia ser ponto de originalidade. Till trata o texto catoniano sob o signo indistinto da “língua de Catão e seu estilo” (TILL, 1968, p. 15) e acaba por caracterizá-lo a partir de “quatro elementos fundamentais” (TILL, 1968, p. 15), que são, na verdade, algo como os mananciais de onde hauriu sua expressão linguística, a saber, “o elemento arcaico”, “o da língua falada”, “o elemento poético” e, “em mínima medida, os ecos gregos” (TILL, 1968, p. 15). Toda a primeira parte da obra está articulada em função desses quatro campos de gênese da língua catoniana (TILL, 1968, p. 16-52), a que se segue breve esboço sobre figuras de linguagem (TILL, 1968, p. 52-59). A segunda parte (TILL, 1968, p. 60-161) trata da “criação linguística” em Catão, inteiramente dedicada ao léxico, buscando identificar e agrupar as palavras primeiramente atestadas em Catão.

Afastando-se do paradigma evolucionista do “formalismo historicista”, é possível identificar, na segunda metade do século XX e, mais claramente, em seu último quartel, uma quarta abordagem da prosa catoniana que também se ocupa da expressão linguística como efetivo objeto de pesquisa. O fenômeno foi assinalado por Maria Teresa Sblendorio

² Apesar de ampla variação conceitual na forma como esses termos são empregados, muitas vezes tomados como sinônimos, é possível fazer uma distinção pertinente. Na parataxe, “duas frases sintaticamente independentes são ligadas em uma relação de subordinação implícita” (MOUNIN, 1974, p. 248), fato que nas línguas faladas é frequentemente verificado pelo emprego de “uma curva melódica comum que dispensa o emprego da conjunção” (MOUNIN, 1974, p. 248). Já “orações justapostas designam uma sucessão de orações” (MOUNIN, 1974, p. 189), neste caso sem que se implique uma subordinação implícita.

Cugusi e Paolo Cugusi, em meditação crítica sobre a bibliografia catoniana acumulada entre 1978 e 1993. Para eles, a nova diretriz se caracterizaria nos seguintes termos:

Esses trabalhos, em seu conjunto, modificaram a visão precedente do estilo de Catão, típica, por exemplo, de Norden (que havia falado na presença concomitante, em Catão, de breves frases alinhadas e paratáticas, estilo grosseiro das leis, passos condicionados pelo influxo da retórica grega, ingenuidade): de fato, a prosa catoniana aparece hoje mais madura do que se acreditava. Sobretudo, insistiu-se na necessidade de considerar o estilo em relação com a complexa personalidade de Catão tal qual ela se desenvolveu em campos distintos (CUGUSI & SBLENDORIO CUGUSI, 1996, p. 208).

Mais do que relação com a personalidade do autor – o que poderia soar como um retorno ao paradigma do “subjativismo romântico” na apreciação da língua – parece haver uma nítida diretriz de apreciação funcional da expressão linguística catoniana, centrada notadamente em apontar a relação entre variedade da linguagem catoniana e os distintos contextos comunicativos dos diferentes textos de Catão.³ Veja-se, por exemplo, que a parataxe não é tomada como mero estado da língua, mas como recurso manipulado pelo autor distintamente em suas obras, apresentando-se como “típica do *sermo cotidianus* [...] no *De agricultura*” (SBLENDORIO CUGUSI, 1971, p. 9), mas como “elemento estilístico de alto nível” nos fragmentos dos discursos (SBLENDORIO CUGUSI, 1971, p. 9) e em alguns trechos das *Origines* (SBLENDORIO CUGUSI, 1971, p. 10).

A observação, que não era estranha à percuciente análise de Leo, como se verifica nas passagens transcritas acima, desveste-se rematadamente, no entanto, de considerações evolutivas e, portanto, de juízo de valor a partir de um modelo (clássico) considerado adequado, para deter-se na consideração conjunta da descrição formal – que não arrefece,

³ Precedentes podem mesmo se localizar em trabalhos associados ao “preceptismo clássico”. Em obra do domínio luso, a *Arte de traduzir de latim para portuguez*, de 1818, Albuquerque sugere uma correlação entre forma linguística – novamente sob o influxo da ideia do período – e tipologia textual: “O meu dizer é que uma fala dirigida ao público não admite frases cortadas, *como uma carta ou uma narração*. O seu estilo deve ser periódico, quero dizer, as frases harmoniosas, os pensamentos ligados entre si decem nascer umas das outras, e formar encadeamento” (ALBUQUERQUE, 1818, p. 60, grifos nossos). Na sequência imediata, o discípulo pergunta ao mestre: “P. E se a oração latina for dum estilo entrecortado? R. Não vos podeis dispensar de seguir o mesmo estilo. Tomar o tom e o modo do original é a primeira obrigação do tradutor” (ALBUQUERQUE, 1818, p. 60).

pelo que se pode continuar a falar na forma linguística como objeto de investigação – e das situações de enunciação que poderiam auxiliar a compreendê-la. É assim que, em escrito posterior, Sblendorio Cugusi, representante dessa corrente, nota que, em Catão, “a escolha do estilo é compatível com o refinamento do público a quem a passagem é dirigida” (SBLENDORIO CUGUSI, 1987, p. 35). Ainda que se possa questionar a renitente referência ao “estilo” – não em si mesma, mas na falta de delimitação do que se entende por esse termo notoriamente polissêmico (v., *infra*, 2.4) –, esse “formalismo funcionalista”, como poderíamos qualificá-lo, atribui centralidade aos contextos comunicativos como fatores explicativos da constatada variedade da forma linguística, naquilo que nos resta do texto catoniano. No interior da própria oratória – concebida nos quadros da teoria retórica dos *genera dicendi* –, propõe-se que a “alternância de *genera* foi sugerida a Catão pela necessidade de adequar tipo de oratória a circunstâncias e a interlocutores” (SBLENDORIO CUGUSI, 1987, p. 38).

O mesmo valeria para as *Origines*, cuja variedade formal interna se compreenderia em razão da cindibilidade do texto da obra em distintas seções, com matéria e propósitos específicos:

E, também nas *Origines*, o estilo varia: a porções meramente descritivas (por exemplo, fr. 43, 93P), alternam-se seções de nível mais elevado, como, por exemplo, o passo relativo ao tribuno Cedício, fr. 83P, ou, naturalmente, os dois discursos *Pro Rodiensibus* e *Contra Galbam*, inseridos *ad uerbum* no tecido conectivo da obra histórica. [...] Modificações de estilo, em função do argumento imposto a cada momento [...], sinal não de imperfeição ou ‘rusticidade’, mas antes de maturidade estilística (CUGUSI & SBLENDORIO CUGUSI, 1996, p. 210).

Os trabalhos mais recentes, que buscam entender as relações entre forma da expressão linguística catoniana e os distintos contextos comunicativos que lhe subjazem (e.g., von ALBRECHT, 2012, p. 15-36; CALBOLI, 1996; CAVARZERE, 2000, p. 43-52, etc.), certamente poder-se-iam distinguir pela específica maneira como entendem ser a forma *função* da comunicação, até mesmo porque a questão não vem conceitualizada nesses trabalhos, mas tão somente mobilizada no momento da análise dos textos.

Há, de todo modo, duas questões que nos parecem particularmente merecedoras de meditação, diante desse enquadramento, ainda que de modo algum exclusivas dele, como se verá. A primeira é a relação entre variedade formal e gênero “literário”, diretriz elementar na definição de um horizonte de expectativas dos processos comunicativos, para retomar formulação de Hans Robert Jauss relativamente à noção de “gênero literário”;⁴ o gênero é, afinal, sobretudo em sociedades como a catoniana, em que os textos não flutuam em uma esfera “literária” autônoma, condensação, ou objetivação, de uma situação comunicativa. A segunda questão é a relação entre variedade formal e distintos campos de uso da linguagem que, em formulação tradicional do problema, teriam “influenciado” o processo criativo de Catão no moldar a “prosa literária latina”, vale dizer, conjuntos de práticas que nutririam um laço genético com a prosa de Catão.

Evidentemente, um e outro problema – “gênero literário” e “influências genéticas” – acabam por se identificar, já que, em ambos os casos, trata-se de entender como a existência de conjuntos estruturados de práticas linguísticas moldam a diversidade da forma linguística que se atesta nos textos supérstites de Catão. No entanto, como se trata de questões em geral tratadas separadamente e como estamos a desenvolver um exercício crítico por meio da comunicação da bibliografia, pensamos que a apreciação crítica será mais eficiente caso se mantenha mais rente às formulações propostas. É o que passamos a fazer, nos dois próximos subitens.

1.1.2. A prosa catoniana como sistema de gêneros

As principais matérias representadas no *corpus* catoniano que nos alcançou – pois, para o resto, há muitas incertezas e número reduzidíssimo de fragmentos⁵ – são a técnica (no único texto em estado não fragmentário, o *De agricultura*, “a única obra em prosa integralmente conservada do período arcaico”, SUERBAUM, 2002, p. 383), a oratória (em fragmentos de cerca de 80 discursos que se estendem entre 195 e 149 a.C. e que são,

⁴ “Assim como não existe comunicação pela linguagem que não possa ser referida a uma norma ou uma convenção geral, social ou condicionada por uma situação, não se poderia imaginar uma obra literária que se colocaria em uma espécie de vazio de informação e que não dependeria de uma situação específica de compreensão. Nessa medida, toda obra literária pertence a um gênero, o que significa afirmar, pura e simplesmente, que toda obra supõe o horizonte de uma expectativa, quer dizer, um conjunto de regras preexistente para orientar a compreensão do leitor (do público) e para lhe permitir uma recepção valorativa” (JAUSS, 1986, p. 42)

⁵ Para uma discussão de quais obras Catão teria escrito, com as dificuldades inerentes ao estabelecimento preciso de uma lista, cf. ASTIN, 1978, p. 182-210.

segundo Ribbeck, “os mais antigos fragmentos subsistentes da oratória artística” latina, RIBBECK, 1899, p. 236)⁶ e a historiográfica (nos cerca de 150 fragmentos, a maior parte dos quais indiretos, de suas *Origines*). Daí a ideia de que, para compreender as qualidades da prosa catoniana, devem-se “considerar as principais categorias separadamente” (ASTIN, 1978, p. 142; cf. NORDEN, 1986, p. 177; CUGUSI & SBLENDORIO CUGUSI, 2001, introdução); esse preceito metodológico associa-se à constatação de que, concretamente, Catão teria a capacidade de “optar, de acordo com as circunstâncias, por determinada camada linguístico-estilística antes que por outra” (CUGUSI & SBLENDORIO CUGUSI, 2001, introdução). Já verificamos, nas longas considerações de Leo acima transcritas e comentadas (v. 1.1.1, *supra*), que o reconhecimento dessa correlação não é estranho já ao “formalismo funcionalista”. O que pretendemos aqui é expor e ponderar alguns de seus principais argumentos.

Nesse sistema prosaico, por assim dizer, não há dúvidas quanto ao *De agricultura* ocupar uma posição à parte. De um ponto de vista lexical, Cugusi e Sblendorio Cugusi caracterizaram, em breves traços, a elocução dessa obra pela junção entre, de um lado, um conjunto de termos técnicos bastante específicos e, de outro, uma seleção vocabular muito concisa, que vem assim caracterizada:

[Catão] seleciona ao máximo, até o ponto da monotonia, o léxico usual de base, limitando-o a poucos termos, na precisa vontade de renunciar a todo cuidado formal não funcional ao discurso desenvolvido [...]; e esses poucos termos ele emprega em acepções genéricas, pouco conotadas do ponto de vista semântico (CUGUSI & SBLENDORIO CUGUSI, 2001, introdução).

As caracterizações em geral não discrepam dessa, embora em geral mirem antes o nível sintático, sempre sob o signo da simplicidade: “frases simples, apenas raramente ligadas a outras” (SUERBAUM, 2002, p. 404), avaliação que naturalmente trai certa fascinação pelo período da prosa clássica na esteira do “formalismo historicista”; por

⁶ “O primeiro romano para cuja eloquência há registro é identificado como Marco Cornélio Cetego [...], já que ele é mencionado pelo poeta republicado Ênio (Cic.*Brut.*XIV.57-XV.60). O mais antigo orador romano cujos escritos sobraram em parte, já que seus discursos foram publicados, e cuja eloquência ainda pode ser portanto avaliada, é definido como Marco Pórcio Catão (Cic.*Brut.*XV.61-XVI.64)” (MANUWALD, 2019, p. xv). Cf., ainda, CLACKSON & HORROCKS, 2011, p. 166.

vezes, fazem-se ilações insubsistentes sobre intencionalidades, como quando se afirma que o *De agricultura* seria “o tipo menos pretensioso de prosa” (GRATWICK, 1982, p. 142). Prestando-se, por essa economia de recursos, a toda sorte de avaliações, o *De agricultura* já veio mesmo criticado, certamente diante de parâmetros questionáveis, por ter sido “escrito em estilo nenhum” (NETTLESHIP, 1895, p. 95).

Ao *De agricultura* contrapõem-se, nesse sistema, os fragmentos oratórios e os das *Origines*, porque, segundo Till, “mostram [...] uma estilização consciente” (TILL, 1968, p. 66). Na avaliação de Cugusi e Sblendorio Cugusi, “a profunda diferença existente entre as exigências do estilo oratório e do historiográfico, de um lado, e as de um tratado técnico sobre a agricultura, de outro, levou Catão a opções por vezes radicalmente distintas” (CUGUSI & SBLENDORIO CUGUSI, 2001, introdução). Estudos particulares apontam diferenças marcantes entre o *De agricultura* e as demais obras catonianas, a exemplo do estudo de Lindholm sobre a “lei dos membros crescentes”, a apontar que, “nos fragmentos de Catão [oratória e historiografia], encontramos exemplos da diminuição retórica [i.e., inversão da lei dos membros crescentes], mas o *De agricultura* não os tem” (LINDHOLM, 1931, p. 52). O problema, a partir de então, aceito o enquadramento geral de que a categoria do “gênero” é pertinente, passa ser o de determinar se estamos diante de um sistema em que oratória e historiografia se opõem indistintamente à escrita técnica ou se também assumem posições contrastantes uma relativamente à outra. Aqui cessa a unanimidade.

Sblendorio Cugusi entende que haveria essencialmente dois “níveis estilísticos” em Catão, um próprio ao *De agricultura* e outro característico dos discursos e das *Origines* conjuntamente, “um humilde e rebaixado, no *De agricultura*, outro elevado e solene, nos discursos e nas *Origines*” (SBLENDORIO CUGUSI, 1971, p. 5; cf., também, GRATWICK, 1982, p. 154).⁷ Em outra sede: “podem-se identificar, assim, em Catão, dois registros linguísticos diferentes, um mais elevado, e outro decididamente *humilis*” (CUGUSI & SBLENDORIO CUGUSI, 1996, p. 206, grifos nossos). A consideração é

⁷ Briscoe propõe um mau argumento para não distinguir historiografia de oratória catoniana: “Como ele incluiu alguns de seus discursos nas *Origines*, não é possível realizar uma distinção clara entre sua oratória e sua historiografia” (BRISCOE, 2005, p. 58). Evidentemente, contudo, de um ponto de vista metodológico, é possível distinguir as passagens oratórias das demais passagens, até dentro de uma mesma obra. A conclusão pela existência ou não de diferença é necessariamente posterior à análise. Reichardt tem, assim, razão, ao dizer que os discursos, nas *Origines*, “não podem ser tomados como testemunhos do estilo da obra histórica de Catão, em geral, valendo como casos especiais” (REICHARDT, 2008, p. 90).

sem dúvida interessante, remetendo, pela própria terminologia,⁸ à ideia de níveis de elocução (como o esquema retórico dos três *genera dicendi* – embora, em si mesma, essa divisão seja “artificial e algo arbitrária”, LEEMAN, 1965, p. 29) –, antes que sentenciando uma exclusão do *De agricultura* de qualquer sistema elocutivo consistente. No entanto, alguns dos estudos que Sblendorio Cugusi cita em apoio a essa posição não corroboram o juízo binário. Löfstedt, por exemplo, reconhece “as diferentes estilizações dos escritos de Catão” (LÖFSTEDT, 1933, p. 301), mas está na verdade a opor o *De agricultura*, “com seu modo de expressão simples, anguloso, não diretamente popular, mas por vezes reminescente da língua popular” (LÖFSTEDT, 1933, p. 301), aos discursos, “com tom elevado, inteiramente literário” (LÖFSTEDT, 1933, p. 301),⁹ sem fazer menção à elocução da obra historiográfica.

Outros autores, de uma forma ou de outra, identificaram oposição elocutiva também entre os discursos e as *Origines*, resultando em um sistema, *grosso modo*, tripartite, com elocuições distintas para a prosa técnica, a historiográfica e a oratória. No “criar uma língua artística (*kunstvolle Sprache*)”, Catão “bem distinguiu os diferentes gêneros de expressão em seus discursos, na obra historiográfica e nos escritos técnicos” (SCHÖNBERGER, 2000, p. 360). Em obra que adota perspectiva nitidamente e mais explicitamente funcionalista, Poccetti, Poli e Santini entendem que, “no interior de suas amplas e diversificadas atividades no domínio da prosa, Catão já usa os mais diversificados registros linguísticos” (POCCETTI, POLI & SANTINI, 2005, p. 263).

A correlação entre variedade formal e tripartição genérica já se encontra, conforme visto, em Friedrich Leo, que ressalta o estilo simples, com orações isoladas, do *De agricultura* (LEO, 1913, p. 273-274), o estilo elaborado da oratória, com palavras que dão “efeito e cor ao discurso” (LEO, 1913, p. 287), e enfim, na obra historiográfica, com elementos que aproximam a elocução da elocução oratória (pelos mesmos meios de elaboração formal, mas talvez por distintas razões, já que, em um caso, atribui os expedientes a uma “visão patética”, LEO, 1913, p. 299) e outros elementos que a aproximam da obra técnica (isolamento das orações ou concatenação paratática, LEO, 1913, p. 299; cf, sobre o ponto, também REICHARDT, 2008, p. 89). Mais genericamente, nota Robert, “os discursos mostram certo empenho lexical e estilístico, um gosto pela

⁸ Cf. *Rhet. Her.* 4.VIII.11-X.14.

⁹ Assim a oposição entre os finais em *-ere* e o uso de *atque*, nos discursos, e os finais em *-erunt* e o uso de *et*, no *De agricultura*.

sententia e um uso repetido de figuras de retórica como a aliteração, a epanalepse, o pleonismo ou o assíndeto, que não se encontra de maneira tão pronunciada no *De agricultura* ou nos fragmentos das *Origines*” (ROBERT, 2002, p. 313).

A distinção entre escrita historiográfica e composição oratória é, de todo modo, estrutural no próprio interior da historiografia greco-latina, concebida como gênero, em que a inserção de discursos é peça genérica essencial. Segundo Dangel, escrevendo especificamente sobre Tito Lívio, mas com relevância mais geral, “conduzido a associar, no interior de uma mesma obra, duas escritas de caráter distinto, o autor não podia deixar de reter as técnicas mais expressivas e mais marcadas de uma e de outra” (DANGEL, 1982, p. 2). Não admira, assim, que, para Suerbaum, “as *Origines* são escritas em um estilo conciso, simples, de modo que se revela um caráter cronístico” (SUERBAUM, 2002, p. 391), ao passo que os discursos são “ornados artisticamente” (SUERBAUM, 2002, p. 391). Para Astin, embora, nas *Origines*, “a linguagem seja em geral simples e básica” (ASTIN, 1978, p. 221), Catão se vale, em menor grau e “em determinados lugares”, de “recursos estilísticos que podem ser observados nos fragmentos dos discursos” (ASTIN, 1978, p. 238). Para Conte, ainda, “o estilo da prosa histórica de Catão” opera “distintamente do estilo mais cuidado de seus discursos” (CONTE, 2019, p. 106). Mais pontualmente, Hofmann e Szantyr lembram que, como em Salústio, que só se vale de hipérbatos nos discursos, e não nos segmentos narrativos, “também em Catão uma separação com interposição de muitos lexemas, conceitualmente diferentes, apenas se encontra nos discursos, que sofrem o influxo da retórica grega” (HOFMANN & SZANTYR, 2002, p. 11).

A conclusão pela não identificação entre escrita oratória e escrita historiográfica parece se impor. Até mesmo Sblendorio Cugusi, em trabalho em coautoria, admitiu que “será necessário distinguir certas diferenças entre o estilo dos discursos – indubitavelmente mais rico de instrumentos retóricos e de figuras, como parece quase natural, em que a valência psicagógica *deve* necessariamente ter um peso – e o estilo das *Origines* – em que uma maior *secura* (por exemplo frg. 58P²), se impõe pelas próprias exigências da *narratio*” (CUGUSI & SBLENDORIO CUGUSI, 1996, p. 207, destaque no original). As *Origines* aparecem, sob certos aspectos, em posição intermédia,

relativamente à tendência de franca oposição entre oratória, de um lado, e *De agricultura*, de outro (SBLENDORIO CUGUSI, 1971, p. 8).¹⁰

Tem-se, portanto, por correta a avaliação de Traglia: “sobre Catão historiógrafo, as opiniões dos estudiosos são tudo menos concordantes” (TRAGLIA, 1985, p. 345). O juízo é especialmente válido quanto à posição das *Origines* no “sistema da prosa catoniana”. Ao mesmo tempo, parece-nos desde logo autorizado concluir – e o juízo será referendado, como veremos no item 1.2, *infra*, pelos testemunhos de autores antigos – que a tendência, em certos autores, a identificar a forma da expressão linguística dos discursos e das *Origines* possa, essencialmente, ser reconduzida ao preconceito da ausência de elaboração formal do *De agricultura* – apositivo, paratático, logo “não literário” –, agrupando-se, em bloco, como decorrência, todo texto em que se identifica alguma preocupação formal. Pensamos mesmo que metodologicamente seria preferível tratar analiticamente a expressão linguística, agrupando apenas após distinguir, e então por razões fundadas.

O panorama é ainda mais complexo pelo simples fato de que há variação formal interna a cada texto. Sblendorio Cugusi bem o viu no caso dos discursos, apontando que “a grande variedade e flexibilidade estilístico-oratória constitui uma das maiores prerrogativas de Catão orador” (SBLENDORIO CUGUSI, 1987, p. 32). É condição que se verifica também nas demais obras de Catão. Exemplificativamente, Michael von Albrecht, como muitos autores, verifica, no interior do *De agricultura*, uma distinção entre a elocução do proêmio, com sua “estilização mais cuidadosa”, e o conteúdo instrutivo da obra (cf., por todos, von ALBRECHT, 2012, p. 16). O estilo das *Origines*,

¹⁰ Afinal, há dados apresentados pela própria Sblendorio Cugusi que negam a contraposição estrita entre apenas dois níveis de elocução: por exemplo, há 70 casos de *atque* contra 5 de *–que* e 12 de *et* nos fragmentos oratórios; 7 de *atque* contra 164 de *–que* e 522 de *et* no *De agricultura*; 14 de *atque* contra 12 de *et* e 14 de *–que* nas *Origines* (SBLENDORIO CUGUSI, 1971, p. 8). Outros elementos são menos claros: a distinção entre uma parataxe simples e uma parataxe elaborada não encontra critério firme (SBLENDORIO CUGUSI, 1971, p. 9-10), como tampouco o uso de figuras supostamente distintas caso se entenda serem ou não intencionais” (SBLENDORIO CUGUSI, 1971, p. 11ss). Elemento adicional para refletir sobre essa distinção é a prosa rítmica. Segundo Traglia, a preocupação de Catão com a prosa rítmica “se colhe sobretudo nos fragmentos dos discursos” (TRAGLIA, 1985, p. 355). Prossegue, no entanto, para afirmar que “ela não está ausente tampouco no que resta das outras obras” (TRAGLIA, 1985, p. 355). E, entre estas, faz uma distinção entre a obra historiográfica e a técnica. Segundo o especialista, encontra-se a *oratio numerosa* em “alguns passos das *Origines*” (TRAGLIA, 1985, p. 355) – e sobretudo em passos reconhecidamente elaborados no interior dessa obra, como *FRH.5.76*, de que trataremos mais adiante. A obra técnica a apresenta muito ocasionalmente; ela está presente, assim, “ainda que em escala reduzida, até mesmo no *De agricultura*, especialmente no prefácio” (TRAGLIA, 1985, p. 356). Esse expediente elocutivo se produziria, assim, em um diminuendo, em três graus: maximamente nos discursos, ocasionalmente nas *Origines* e raramente no *De agricultura*.

é, para Norden, “breve, brusco, enérgico” (NORDEN, 1986, p. 177) e, sobretudo, marcado por uma “ondulação”, vale dizer, uma variação recorrente: “ele mostra, se eu compreendo bem, uma ondulação singular; ora escreve em frases breves, alinhadas uma após a outra, ora no estilo bruto das leis, ora constrói períodos em que não se pode desconhecer o influxo da retórica grega e ora se derrama com certa importunação ingênua” (NORDEN, 1986, p. 178). Nessa variedade interna, pode-se até mesmo pensar em influxos recíprocos entre gêneros prosaicos, já que, na *narratio* de um discurso, no entender de Traglia, há “algo da simplicidade narrativa [...], que se mostra sobretudo na prevalência de estruturas paratáticas e no uso de uma linguagem coloquial” (TRAGLIA, 1985, p. 346-347). Assim, pode irromper um conjunto de marcas formais próprias ao texto historiográfico no seio de peça oratória, e vice-versa (v., *infra*, capítulos 4 e 5).

Nossa apreciação crítica do tratamento dispensado à correlação entre variedade formal e enquadramento genérico da prosa catoniana conduz-nos, assim, em uma primeira apreensão sincrônica – ou, deveríamos dizer, pois ainda não nos confrontamos com os textos – em uma “pré-compreensão” a ser ulteriormente entestada com os textos, a conceber o sistema prosaico de Catão como composto por distintas qualidades elocutivas, elocução “rica e variada” (BADIAN, 1966, p. 11); em perspectiva macroscópica, essas qualidades ajudam a caracterizar diferentes gêneros de prosa, mas, em uma visão mais próxima, permitem apreender a composição de textos complexos, a articular distintas qualidades, ou registros, de elocução, atendendo potencialmente a distintos parâmetros para além dos moldes genéricos pré-formatados, ditados por situações mais particulares. Indicia-se, aqui também, portanto, uma suspeita contra a tentativa de enquadrar toda diversidade na estruturação de um sistema de gêneros.

1.1.3. Externalidades constitutivas da “prosa literária latina”

Como já se indicou *supra*, na introdução a este capítulo, a ideia de Catão “inventor da prosa latina” não se pode tomar em sentido forte, como se não houvesse expressão prosaica antes dele, e isso é evidentemente levado em conta pelos distintos autores que aderem àquela corrente. A literatura jurídica se estende até a Lei das Doze Tábuas, nos meados do século V a.C., para indicar o contrário (v., *infra*, item 3.2.2). Seria, portanto, algum tipo de transformação que se teria operado, segundo o critério, fugidio em si mesmo e já acima acenado, de uma prosa *literária*, que, conforme ficou evidente, desde

que se deixa de associar simplicidade (e mais especificamente estrutura apositiva) e antiguidade, de um lado, e complexidade e modernidade, de outro, o que é forçoso em um quadro funcionalista, não se sustenta: estruturas diversas desempenham distintas funções no sistema, e o sentido da transformação só pode ser apreendido pela transformação de um sistema em outro.

Seria, então, Catão espécie de fundador do sistema, na medida em que não havia, anteriormente, diferenciação na forma de expressão? Nessa concepção, Catão seria “pai da prosa literária” por ter procedido à estruturação de um sistema formal capaz de promover distinções internas, logo apto a manipular a forma.¹¹ É a opinião de Till, para quem Catão foi “o primeiro que deu ao latim a *variedade* do patrimônio linguístico da prosa” (TILL, 1968, p. 162, *itálico nosso*). Mas o argumento não se sustenta: Calboli, apoiando-se em Luiselli (LUISELLI, 1969, p. 168), indica que, já na prosa arcaica, isto é, anterior a Catão, haveria um sistema em níveis: “um mais simples dos textos de lei, outro mais elevado e solene dos textos religiosos” (CALBOLI, 1986, p. 1075). Veremos (v. 2.1, *infra*) que o sistema é ainda muito mais complexo e multifacetado que isso.

Descartado de todo, por simples contradição com as evidências, que “sua prosa nasce toda de uma vez, como uma flor no deserto” (TRAGLIA, 1985, p. 345), não passa também de banalidade afirmar que Catão tenha estado “em um tipo de situação de transição entre um estado antigo e um novo” (CALBOLI, 1996, p. 19), já que tudo está sempre em transformação. É difícil se desvencilhar aqui da carga evolucionista. Em um nível elementar, entendeu-se já que o papel “pioneiro” que se atribui a Catão seria o de dar uma primeira forma a um material rude e, com todos os harmônicos da expressão, “primitivo”, como se, em Catão, “a língua escrita germinasse a partir da falada e se elevasse acima dela” (TILL, 1968, p. 33). O primitivismo é indisciplinado, instintivo. Até os elementos da prosa mais elaborada, nos discursos, “não pertencem às escolas, mas jorram do instinto de atacar rapidamente, frequentemente e com ambos os punhos” (FRANK, 1956, p. 143). Essa narrativa permite acomodar convenientemente juízos bastante negativos sobre Catão, uma vez que os supostos defeitos seriam devidos a uma posição de pioneirismo. Sua “indigência de expressão” (MAROUZEAU, 1949, p. 95-

¹¹ Alternativamente, para outra direção em que entender o papel fundador de Catão, “nas mãos de Catão, a prosa se tornou o que até então apenas a poesia fora, o veículo duradouro de um pensamento” (GRIMAL, 1996, p. 34). Mas a formulação não convence: que texto teria maior pretensão de perenidade que as inscrições, que remontam ao período monárquico?

96)¹² advém da “insuficiência de sua língua” (MAROUZEAU, 1949, p. 93). Tudo o que se vê como defeitos pode ser atribuído à “ausência de toda cultura literária estabelecida, como aquela que o próprio Catão estava ajudando a começar” (ASTIN, 1978, p. 203). Está entendido – e, com certa magnanimidade, justificado – por que, até mesmo nos discursos, a escrita de Catão “não tem nenhuma harmonia e, portanto, beleza” (NETTLESHIP, 1895, p. 97).

No fundo, apesar da avaliação globalmente positiva que faz da eloquência de Catão (v. item 1.2, *infra*), essa posição pode ser reconduzida a juízo antigo como o de Aulo Gélcio, para quem Catão “não estava satisfeito com a eloquência de sua época e já então quis fazer o que Cícero depois realizou inteiramente” (*intellegit, opinor, Catonem contentum eloquentia aetatis suae non fuisse et id iam tum facere uoluisse, quod Cicero postea perfecit*, GEL.10.3.16). Catão teria sido pioneiro porque obrou pertinazmente contra a penúria circundante, mas, com maior ou menor sucesso, não pôde se libertar de alguma medida de indigência. Evidentemente, não se trata de minimizar a agência individual – até porque Catão sem dúvida nutria interesse consciente pela elaboração discursiva¹³ –, mas visão *a priori* do homem singular laborando contra seu mundo e apenas na direção, ainda distante, do futuro implica a impossibilidade de abordar Catão naquilo que tem de “distintivo em seu próprio ambiente” (SCIARRINO, 2007, p. 58). Redunda, enfim, em déficit de inteligibilidade.

Evidentemente, assim, o problema genético da prosa catoniana vai maculado pela concepção de um sistema primitivo – ou ausente – que teria sofrido sua intervenção, a qual, por sua vez, seria condicionada por influxos externos. É, de certo modo, a contraparte do sistema genérico visto como todo estruturado e interno – sistema estruturado em Catão ou já no material que recebeu –, que se distingue assim dos sistemas ou elementos externos, seja porque não seriam *prosa*, seja porque não seriam *literários*, seja porque não seriam *latinos*. Desfeita a ilusão totalitária do sistema genérico – ou a ilusão de um sistema genérico totalitário – e quebra a expressão em sua relação com um mais complexo conjunto de referentes capazes de exercer determinação não totalitária sobre ela, aquilo que foi compreendido como influxo externo pode ser ressignificado: tais

¹² Que, para Marouzeau, é brevidade, e não concisão (isto é, defeito, e não virtude, na distinção que Marouzeau intenta operar entre essas noções)

¹³ Problema frequentemente referido a determinados fragmentos que comporiam um conjunto de expressões suas a respeito da retórica. Menos atenção, pensamos, foi dada a um fragmento das *Origines*: “Na maior parte da Gália, duas coisas são perseguidas com o maior empenho: a arte militar e o falar com sagacidade” (*Pleraque Gallia duas res industriosissime persequitur, rem militarem et argute loqui*, FRH.5.22).

referentes podem ser tomados por um conjunto de moldes expressivos à disposição de Catão, sem requerer a adoção do complexo conjunto de hierarquias e das narrativas abstrusas que aquela construção conceitual legou.

Isso posto, um dos nexos apontados entre Catão e o que se lhe confrontaria como campo de onde extrair uma gênese para a prosa literária *latina*, apoiando-se em juízos antigos (v., *infra*, item 1.2), é a retórica grega. Há um debate à parte sobre o ponto (cf. SBLENDORIO CUGUSI, 1987, p. 41, n. 97; CUGUSI & SBLENDORIO CUGUSI, 1996, p. 114; von ALBRECHT, 2012, p. 16; SUERBAUM, 2002, p. 398). De um lado, delineiam-se perspectivas extremadas, seja porque Catão teria sofrido relevante influxo da retórica grega (SBLENDORIO CUGUSI, 1987, *passim*, apontando, *inter alia*, o emprego das técnicas de partição do discurso; LEEMAN, 1965, p. 48; ROBERT, 2002, p. 314) ou porque teria permanecido inteira ou praticamente alheio a ela (para Leo, não haveria influência da retórica grega, mas antes uma “forte potência de linguagem”, *starken Sprachwillen*, em Catão; cf., ainda, LEO, 1913, p. 287; ASTIN, 1978, p. 148-151) – sendo as tentativas de enquadramento retórico dos procedimentos estilísticos de Catão antes um esforço da “retórica mais tardia” para “constranger a arte fresca de Catão em seu esquema habitual” (TILL, 1968, p. 48). De outro lado, identificam-se perspectivas que se propõem moderadas, advogando uma recepção parcial daquele corpo de saberes (LINDHOLM, 1931, p. 54; KENNEDY, 1972, p. 51-52; TRAGLIA, 1985, p. 349-350; CALBOLI, 1996, p. 16-17; CALBOLI, 2013, p. 14).

Não adentraremos nas minúcias da polêmica aqui, reservando um aprofundamento para o momento de confronto com os próprios textos, nas seções subsequentes deste estudo e depois de uma apreciação dos modelos linguísticos latinos à disposição de Catão (no capítulo 3, *infra*), mas cabe identificar, desde logo, um argumento problemático aduzido para rejeitar uma relação significativa de Catão com a técnica retórica. Para Astin, os diversos defeitos do estilo de Catão seriam “quase impensáveis, vindos de um orador que tivesse um interesse mesmo moderado pela teoria retórica grega” (ASTIN, 1978, p. 151). O estudioso chega a afirmar que, ao inserir discursos seus em sua obra historiográfica, Catão estaria expondo seu parco conhecimento da prosa grega, “pois os discursos do próprio Catão não desempenhavam o papel estabelecido de tais discursos” naquelas obras (ASTIN, 1978, p. 235). Mas por que, pergunta-se, Catão não pode ter absorvido criticamente práticas helênicas, aproveitando e modificando ao mesmo tempo? Só haveria impacto se não houvesse mudança? Ora, isso equivaleria a adotar um novo

totalitarismo: se a partição genérica não esgota a forma da expressão linguística de Catão, o vazio de uma sobredeterminação maciça deve ser ocupado, necessariamente, por outra entidade ou bloco. Avançando argumento justamente nesse sentido, Gian Biagio Conte propõe que, “nos discursos, a técnica retórica de matriz grega, mais que ausente, era conscientemente dissimulada de modo a dar ao auditório a impressão de uma imediatez vivaz, e não de elaboração na escrivaninha” (CONTE, 2019, p. 108).¹⁴ É possível, afinal, apropriar-se pontualmente de elementos tomados a outros sistemas ou a outras partes do sistema e conferir-lhes sentido novo no ponto em que se integram.

Outra via pela qual se buscou situar o papel fundador de Catão no panorama da *prosa* literária latina deu-se no aproximá-lo da elocução dos *carmina* itálicos. Os *carmina* são uma ampla categoria de textos, alcançando período muito anterior a Catão, que “pertencem à esfera de uma ‘oralidade festiva’, textos sagrados e jurídicos” (von ALBRECHT, 2016, p. 40), assinalados por uma notável elaboração formal, manifesta nuclearmente “por fortes elementos de paralelismo verbal” (CONTE, 2019, p. 17), nos diversos níveis de estruturação do texto: aliterações, rimas, emprego de cúmulos sinonímicos, etc. (v., em detalhe, item 3.3, *infra*). Mais que isso – e daí sua externalidade – trata-se de *prosa* rítmica, muito próxima à poesia, e notadamente ao verso satúrnio, que seria uma sua elaboração formal (DANGEL, 1997, p. 122).

Na visão de diversos autores, os *carmina* poderiam ser considerados antecedentes da “*prosa* artística”, ou “literária”, de Catão. Essa interpretação vem claramente formulada por Sblendorio Cugusi:

Enfatize-se, como justamente apontaram alguns estudiosos, o aporte da antiga *prosa* sacra latina, de que Catão claramente aproveita muitos expedientes de tom elevado (como, por exemplo, os paralelismos, as antíteses, os agrupamentos sinonímicos e correlativos, a aliteração, o homeoteleuto, o clímax, as assonâncias e outros) [...]: indicador, de um lado, de seu empenho estilístico e, de outro, de sua independência relativamente aos esquemas da retórica grega (SBLENDORIO CUGUSI, 1982, p. 35).

¹⁴ Apropriadamente, Sblendorio Cugusi fala na “ductilidade do *sermo* catoniano” (SBLENDORIO CUGUSI, 1982, p. 40).

Com efeito, a dicotomia entre modelo retórico (para a invenção da prosa literária latina) e modelo dos *carmina* (para a invenção da prosa literária latina) esconde um conjunto bastante mais amplo de referentes – novamente a se processar à distância de todo modelo totalitário, o que se indicia vez ou outra, quando se reconhece, marginalmente, que Catão se apropriou de distintas “linguagens técnicas”, como a “jurídica”, a “sacra” e a “militar em sentido lato” (SBLENDORIO CUGUSI, 1982, p. 40), ou que poderia haver confluência entre retórica grega e *carmen* latino.¹⁵

Completa, de todo modo, de maneira relevante na apreciação de certo setor da crítica, como elemento (externo) a fornecer material de trabalho na criação catoniana da prosa literária latina, o *sermo cotidianus*, elemento especialmente destacado no enquadramento do formalismo historicista, dada a associação que fazia entre aposição e língua falada (cf., *inter alia*, HOFMANN, 1951, p. 102-124). Briscoe, porém, em ponderada resenha de 11 tentativas de identificar coloquialismos nas *Origines*, deixa sobejamente claro que não há prova alguma da origem coloquial dos diferentes elementos considerados como tais por distintos críticos, e que, “em todos os casos, o objetivo de Catão era escrever de forma impactante, não atribuir um sabor coloquial à sua história” (BRISCOE, 2010, p. 160). Os recursos para escrever de forma impactante são vários, como reconhece ainda Briscoe em outro texto: “é melhor ver Catão [...] como alguém que apenas procura os meios para escrever de modo impactante, seja por meio de neologismos, seja usando palavras que encontrava na poesia, seja ainda recorrendo a palavras não usadas pelos poetas e que haviam saído de uso” (BRISCOE, 2005, p. 60). A maior dificuldade é metodológica: o que sabemos da língua falada na Roma catoniana, para além de especulações baseadas sobretudo na comédia plautina?

Esses apontamentos sobre a relação de Catão com antecedentes formais – a retórica grega, os *carmina* itálicos, a mera língua falada – não são mutuamente excludentes. Em tese, todos os modelos combinatórios são possíveis. Em obra da década de 1930, Till já avaliava, em termos bastante abertos, que a prosa de Catão é “composta de diferentes elementos e variada mediante os meios mais diversos” (TILL, 1968, p. 59). Para Emanuele Narducci, nos fragmentos oratórios de Catão, “um fundo de procedimentos estilísticos arcaicos se combina com as sugestões da arte grega”

¹⁵ “A ostentada desvalorização da cultura grega fez com que se acreditasse longamente que o estilo de Catão era descuidado e repetitivo. Na verdade, ele usa de modo pertinente as figuras retóricas e as coloca em uma estrutura de discurso que privilegia, em linha com a tradição arcaica dos *carmina*, paralelismos, variações estilísticas, anáforas e aliterações” (MARCHESE, 2011, p. 287).

(NARDUCCI, 2008, p. 98). Há mesmo uma tentativa, em Cavarzere, de destringir na elocução o que pode ser atribuído a um fundo romano e o que pode advir da retórica grega: o autor aponta a presença de toda a “antiquíssima elocução sacra dos romanos” (CAVARZERE, 2000, p. 52), mas conclui que “as inspirações estilísticas oferecidas pela linguagem solene dos romanos [...] encontravam apoio e, por assim dizer, justificativa, em um senso artístico tornado, em Catão, mais desperto e exigente pelo conhecimento das teorias retóricas gregas” (CAVARZERE, 2000, p. 54). O importante parece ser desenvolver meios aptos à compreensão de um processo complexo de apropriação e agenciamento de uma série de modelos formais que possa, ao mesmo tempo, ser descrito como sistema.

Desse modo, aqui também, em uma “precompreensão”, a ser retomada diante dos textos, é preciso adotar a predisposição de localizar em Catão o reprocessamento – o que, por si só, já implica um senso de agência, não mera reprodução dos antecedentes – de distintas tradições. Pode ser que se trate dos *carmina* itálicos, dos preceitos da retórica grega – ou ainda dos modelos de oradores gregos – ou mesmo, se é que ainda há meios de apreendê-la, da língua cotidiana. Mas pode ser que se trate de outro conjunto de textos de que Catão poderia extrair modelos para a formulação da expressão linguística, sem que se deva, segundo pensamos, naturalizar a dicotomia entre o que estaria supostamente dentro da “prosa literária latina” (como as componentes de um sistema genérico a que supostamente pertenceriam oratória, historiografia e literatura técnica) e o que a ela seria externo (como retórica grega, *carmina* e língua cotidiana); conforme bem viu Braund, “a expressão ‘literatura latina’ pode implicar algumas inclusões e exclusões arbitrárias” (BRAUND, 2002, p. 38), até porque “não é claro que ‘literatura’ constitua uma categoria cristalina” (BRAUND, 2002, p. 38). Uma apreciação de conjunto de elementos que nos parecem relevantes para a compreensão desse fundo de modelos será intentada adiante, no capítulo 3. Por ora, pensamos ser fundamental, em face dos construtos peculiares da crítica que se ocupou de Catão, guardar uma abertura atenta como atitude fundamental para tentar apreciar a manipulação do material linguístico por Catão.

1.2. Os antigos, especialmente Cícero

Preliminarmente, é importante afastar a ilusão de que, a um exame crítico dos autores modernos que se ocuparam da prosa de Catão, poderia seguir-se um tratamento

menos escrupuloso dos autores antigos, intérpretes mais autorizados ou superiores sobre o assunto. A construção é falaciosa e algo ingênua, associando a proximidade temporal a um suposto desvendamento da verdade. Ora, autores de um tempo, como de outro, têm seus propósitos, escopos, intentos e toda sorte de interesses, o que implica simplesmente que abordam os objetos de que tratam à luz de determinados problemas e categorias.

Constatamos, nos itens precedentes, em meio a uma série de enquadramentos insubsistentes, também juízos argutos em numerosos autores modernos, que de fato trazem luz aos textos. Para os antigos, que amiúde estiveram na gênese de correntes de interpretação moderna, como de pronto restará evidente, não poderia haver conclusão distinta. Mais especificamente, muitos leitores antigos de Catão se mostraram analistas judiciosos da prosa catoniana, já a esmiuçando para emulá-la (caso de Salústio), já meditando sobre ela para dissertar sobre o próprio texto (caso de Cícero). Foram leitores excepcionais de Catão, que perscrutaram sua escrita de forma essencial e constitutiva, como meditação sobre suas próprias práticas de composição.

Ao mesmo tempo, as leituras dos antigos, com todas as suas particularidades, ocupam, para nós, posição de relevo especial, já mesmo porque presidiu, em grande medida, à formação de nosso *corpus*, isto é, foi definindo o que, em Catão, merecia ser copiado e citado, e, com isso, foi mediando entre uma situação originária (totalidade da produção escrita catoniana) e aquela com que temos de nos defrontar (fragmentariedade do *corpus*).

O que pretendemos neste ponto é, assim, atingir determinado estrato de juízos sobre a prosa de Catão que, conforme ficará evidente, são pré-moldados por um condicionamento retórico do discurso sobre o texto (embora muito distinto do “preceptismo clássico” de que se tratou *supra*, 1.1.1), para extrair dessa leitura – que não é, assim, um falseamento, mas um peculiar enquadramento – elementos aptos a subsidiar uma “pré-compreensão” do problema da forma linguística da prosa catoniana. De modo até mesmo mais circunscrito, e tendo vista que alguns testemunhos antigos serão objeto de exame mais detido na sequência deste trabalho – e se manterão sempre latentes no enquadramento das citações com que obtemos os excertos que fornecerão material para análise nos capítulos 4 e 5 –, pretendemos aqui, fundamentalmente, ocupar-nos de um conjunto significativo de juízos sobre a prosa catoniana na obra (sobretudo retórica) de Cícero, onde Catão é amiúde posto em evidência. Aos excertos ciceronianos, acrescentaremos passos de outros leitores antigos de Catão, que ajudam a compreender e

a aprofundar o enquadramento geral da leitura retórica antiga da prosa catoniana, expondo alguns de seus limites e potencialidades no tratamento da questão de que nos ocupamos.

O prolífico historiador republicano Cornélio Nepos (c. 110 – c. 25 a.C.) sumulou, após a morte de Cícero, um juízo que certamente teria agradado ao tusciano, que já fizera Ático expressar posição semelhante (Cic.*Leg.* 1.II.5).¹⁶ Segundo Nepos, “ele [Cícero] foi o único que poderia e até mesmo deveria pronunciar a história com uma voz digna, pois polira à perfeição a eloquência oratória recebida em estado grosseiro dos antepassados” (*ille enim fuit unus qui potuerit et etiam debuerit historiam digna uoce pronuntiare, quippe qui oratoriam eloquentiam rudem a maioribus acceptam perpoliuerit*).¹⁷ De fato, o juízo ciceroniano sobre a historiografia está centrado na ideia de que apenas uma escrita historiográfica infundida pela técnica retórica poderia elevar os latinos ao que via como modelos a ser seguidos na historiografia grega.

É a partir dessa posição que Cícero situa, de forma bastante negativa, Catão em uma breve mirada retrospectiva sobre a produção historiográfica romana, em excuro contido no diálogo *De oratore* (55 a.C.):

	Cic. <i>De Orat.</i> 2.XI.51-XIII.54
<p>51. “Age uero” inquit Antonius “qualis oratoris et quanti hominis in dicendo putas esse historiam scribere?” “Si ut Graeci scripserunt, summi” inquit Catulus; “si, ut nostri, nihil opus est oratore; satis est non esse mendacem”. “Atqui ne nostros contemnas” inquit Antonius “Graeci quoque ipsi sic initio scriptitarunt, ut noster Cato, ut Pictor, ut Piso. 52. Erat enim historia nihil aliud nisi annalium confectio, cuius rei memoriaeque publicae retinendae causa ab initio rerum Romanarum usque ad P. Mucium pontificem maximum res omnis singulorum annorum mandabat litteris pontifex maximus efferebatque in album et proponebat tabulam domi, potestas ut esset populo cognoscendi: ii qui etiam nunc annales maximi nominantur. 53. Hanc similitudinem scribendi multi secuti sunt, qui sine ullis ornamentis monumenta solum temporum hominum locorum gestarumque rerum reliquerunt. Itaque qualis apud Graecos Pherecydes, Hellanicus Acusilas fuit aliique permulti, talis noster</p>	<p>51. “Fale, pois,” disse Antônio, “tarefa de que grande orador e de que grande homem, em matéria de eloquência, julgas ser escrever história?!” “De um exímio [orador], se como os gregos escreveram”, disse Cátulo; “mas, se como os nossos, não há necessidade alguma de um orador; basta que não seja mentiroso”. “Mas não desprezes os nossos”, disse Antônio, “os próprios gregos também escrevinharam assim no começo, como nosso Catão, como [Fábio] Pictor, como [Calpúrnio] Pisão. 52. Ora, a história não era nada senão a elaboração de anais; por isso e para preservar a memória dos assuntos de interesse público, o pontífice máximo punha por escrito os eventos de cada ano, até o pontífice máximo Públio Múcio [Cévola], e os transpunha para uma tábua caiada e expunha a tábua em sua casa, para que o povo pudesse tomar conhecimento: e eles até hoje chamam-se “anais máximos”. 53. Muitos seguiram esse modelo de escrita, que, sem ornamento algum, apenas deixou a memória das épocas, dos</p>

¹⁶ Talvez haja mesmo um eco do *De legibus* no fragmento de Nepos, pois lá se falava justamente no *dever* de Cícero escrever história, já que ele o podia fazer, por ser um gênero *unum hoc oratorium maxime*. Sobre esse trecho, cf. AMBROSIO, 2005, p. 35-37.

¹⁷ MARSHALL, 1991, fr. 58, p. 111.

<p><i>Cato et Pictor et Piso, qui neque tenent, quibus rebus ornatur oratio – modo enim huc ista sunt importata – et, dum intellegatur quid dicant, unam dicendi laudem putant esse breuitatem. 54. Paulum se erexit et addidit maiorem historiae sonum uocis uir optimus, Crassi familiaris, Antipater, ceteri non exornatores rerum, sed tantummodo narratores fuerunt”. “Est” inquit Catulus “ut dicis. Sed iste ipse Coelius neque distinxit historiam uarietate locorum¹⁸ neque uerborum conlocatione et tractu orationis leui¹⁹ et aequabili perpoliuit illud opus; sed ut homo neque doctus neque maxime aptus ad dicendum, sicut potuit, dolauit; uicit tamen, ut dicis, superiores”.</i></p>	<p>homens, dos lugares e dos eventos. E, assim como entre os gregos houve Ferecides, Helânico, Acúsilas e muitíssimos outros, assim também [foram] nossos Catão, Pictor e Pisão, que não possuem com o que ornar o discurso – pois esses ornamentos há pouco foram para cá importados – e, desde que se entenda o que dizem, julgam que a única virtude no falar é a brevidade. 54. Elevou-se um pouco e conferiu à história uma voz mais sonora um homem excelente, parente de Crasso, [Célio] Antípatro; os demais não foram ornadores dos acontecimentos, mas apenas narradores”. “É como dizes”, disse Cátulo. “Mas o próprio Célio nem nuançou a história com variedade de estilos, nem pela posição das palavras, e arrematou aquela obra com uma sequência de discurso moderada e monótona; mas, como um homem nem instruído, nem eminentemente dotado para a oratória, ele a moldou tal como pôde; porém, venceu, como dizes, os anteriores”.</p>
---	---

Conforme nota Ursula Gärtner, nessa avaliação o autor se ocupa “apenas de um específico aspecto, claramente julgado importante por Cícero: a ornamentação retórica da historiografia” (GÄRTNER, 2005, p. 42; cf., ainda, REICHARDT, 2008, p. 79). A escrita de Catão – conjuntamente com a de outros historiógrafos antigos, nomeadamente Fábio Pictor (s. III a.C.), que escreveu uma história de Roma em grego (CORNELL, 2013, 1, p. 161-178), e Calpúrnio Pisão Frúgi (nascido c. 180, cônsul em 133 a.C.), autor de história provavelmente intitulada *Annales* (CORNELL, 2013, 1, p. 230-239) – é julgada por termos próprios à retórica, assinalando-se a falta de *ornatus* outro que a *breuitas* (se é que se pode alçá-la a categoria de ornamento nesse contexto). Briscoe entende que, em sua avaliação fortemente negativa, Cícero “estava se referindo especialmente à estrutura simples das frases dos historiadores” (BRISCOE, 2005, p. 54), o que sem dúvida é um elemento relevante, dada a preocupação generalizada de Cícero com a estrutura do período, e – anote-se – fonte relevante para juízos modernos de inclinação evolucionista.

Ademais, o muito moderado elogio a Lúcio Célio Antípatro (último terço do s. II. a.C.), autor de uma história da Segunda Guerra Púnica (CORNELL, 2013, 1, p. 256-263), ao indicar a ausência de variedade na ordem das palavras (*uerborum conlocatione*) e a monotonia (*tractu [...] aequabili*), está sem dúvida apontando para determinado tipo de

¹⁸ Possivelmente devendo ser emendado em *colorum*: cf. KUMANIECKI, 1969, p. 125.

¹⁹ Ou *leni*, segundo outro conjunto de manuscritos: cf. KUMANIECKI, 1969, p. 125.

estrutura frasal – vê-lo-emos em detalhe nos capítulos 3 e 4 – fundamental na narrativa historiográfica dos analistas, Catão incluído. Mas o juízo é, ao menos potencialmente, mais amplo, abarcando o conjunto das qualidades da elocução como ausências: tais autores mantiveram-se apegados a essa estrutura elementar e não se valeram de recursos que a retórica oferece, nomeadamente a ornamentação – *sine ullis ornamentis* –, concebida assim como um conjunto de elementos que se apõem a uma estrutura de base.²⁰

Cícero retorna a juízo semelhante no *De legibus*, obra talvez escrita entre 53 e 51 a.C.:

	Cic.Leg.1.II.6
<i>Nam post annales pontificum maximorum, quibus nihil potest esse ieiunius, si aut ad Fabium aut ad eum qui tibi semper in ore est, Catonem, aut ad Pisonem aut ad Fannium aut ad Vennonium uenias, quamquam ex his alius alio plus habet uirum, tamen quid tam exile quam isti omnes?</i>	Pois, depois dos anais dos pontífices máximos, comparado aos quais nada pode ser mais famélico, se vieres a Fábio [Pictor] ou àquele que sempre está em teus lábios, Catão, ou a Pisão ou a [Caio] Fânio ou a Venônio, ainda que um possa ter algo a mais de força que o outro, o que há, no entanto, de tão tênue quanto todos eles?

Aqui, aos nomes anteriormente citados no *De oratore*, somam-se Caio Fânio, de identidade duvidosa (de todo modo, ativo na segunda metade do s. II a.C., CORNELL, 2013, 1, p. 244-247) e autor de *Annales* (CORNELL, 2013, 1, p. 247-249), e Venônio (ativo na mesma época, mas sobre cuja atividade não se sabe quase nada: CORNELL, 2013, 1, p. 250-251). A avaliação também é negativa, e pela mesma razão, vale dizer, a ausência de qualidades elocutivas julgadas necessárias por Cícero, sumuladas em adjetivações derivadas, também aqui, da retórica, e atinentes à conjugação entre uma estrutura mínima e uma insuficiente exploração do *ornatus*: são textos marcados por *ieiunitas* e *exilitas*.²¹

Sem se demorar em caracterizações mais gerais, porquanto apenas preocupado com exemplificar o problema específico do hiato, Cícero retorna ainda a caracterização potencialmente negativa, alusiva a uma rusticidade própria de tempos mais remotos, no caracterizar os discursos de Catão como *orationes [...] horridulae* no *Orator* (46 a.C.). A

²⁰ Afinal, como fica evidente já nesse passo, para Cícero, os fatos devem, na historiografia, ser revestidos “com uma veste apropriada, de sorte que a narrativa se apresente de modo ordenado e interessante por meio da variedade de cores e tons, bem como por uma colocação precisa das palavras” (CARDINALI, 2017, p. 171).

²¹ Termos do vocabulário técnico da retórica: cf., por exemplo, para *ieiunitas*: Cic.*De orat.*2.III.10; Brut.LV.202, LXXIV.258; Or.V.20; para *exilitas*: Cic.*De orat.*1.XI.50; Brut.XXVII.106, LXXXII.284, LXXXIV.289. Associados alhures em Cícero: Cic.*De orat.*1.XI.50 (*ieiune [...] et exiliter*).

levar em conta, no entanto, o pareamento entre *horridula* e *incompta* formulado por Cícero em uma epístola a Ático, datada de 60 a.C., a caracterização dos discursos de Catão como *horridulae* pode estar a indicar ausência de processamento ulterior sobre material de base, isto é, ausência de ornamentos – o que, na carta ao menos, pode redundar em um juízo positivo. Confira-se:

	Cic. <i>Orat.</i> XLV.152
<i>Sed Graeci uiderint; nobis ne si cupiamus quidem distrahere uoces conceditur. Indicant²² orationes illae ipsae horridulae Catonis, indicant omnes poetae praeter eos qui, ut uersum facerent, saepe hiabant, ut Naeuius.</i>	Mas que os gregos cuidem disso; a nós, nem mesmo se o quisermos é-nos dado separar as vogais. É o que demonstram mesmo aqueles discursos algo rudes de Catão, demonstram todos os poetas, fora aqueles que, ao fazer versos, frequentemente produzem hiatos, como Nêvio.

	Cic. <i>Att.</i> 2.1.1
<i>Quamquam tua illa (legi enim libenter) horridula mihi atque incompta uisa sunt, sed tamen erant ornata hoc ipso quod ornamenta neglexerant, et, ut mulieres, ideo bene olere quia nihil olebant uidebantur.</i>	Embora aqueles teus [escritos] (pois eu os li de bom grado) tenham me parecido algo rudes e descuidados, eram, no entanto, ornados pelo próprio fato de terem negligenciado os ornamentos e, como as mulheres, pareciam perfumados justamente porque não tinham perfume.

Diante dessas passagens, em contraposição às expectativas a respeito de um historiador moderno, poderíamos talvez anuir com Badian e declarar Cícero, ao menos em matéria de escrita historiográfica, “totalmente insensível ao que lhe precedeu” (BADIAN, 1966, p. 11). Segundo Lebek, faltaria inteiramente a Cícero um juízo da historiografia que o antecedeu com base em seus próprios méritos (LEBEK, 1970, p. 190). Ao mesmo tempo, contudo, Cícero indica uma matriz para a forma da escrita desses autores – os *annales* pontificais (v. 3.1.5, *infra*) – e, ainda que sob o signo falta, parece sensível à identificação de uma estrutura frasal, sobre a qual não se demora, e à recorrência dessa estrutura, ainda que apreendida sob a luz negativa da monotonia. Mais à frente, retornaremos a Cícero e veremos o panorama valorativo se alterar, embora os critérios avaliativos permaneçam estáveis.

Contemporâneo um pouco mais jovem de Cícero, o historiógrafo Caio Salústio Crispo (86 – 34 a.C.), notório admirador e emulador de Catão (por todos, cf. SKARD,

²² Aqui e (em número menor de códices) na próxima ocorrência da palavra, logo à frente, é também bastante disseminada a lição *iudicant* (cf. WESTMAN, 1980, p. 47).

1956, p. 75-107, para quem “Salústio viveu no imo da língua e do mundo mental de Catão”, SKARD, 1956, p. 105), caracterizou a escrita historiográfica de Catão – como evidencia a menção conjunta a Fânio, acima referido, partilhando em alguma medida dos critérios ciceronianos de classificação – em termos bastante significativos:

	VICT.28-29.70R
<i>Sallustius [...] in libro primo Historiarum dat Catoni breuitatem – “Romani generis disertissimus <multa> paucis absoluit” – “Fannio” uero “ueritatem” (SAL.Hist.1.3).</i>	Salústio [...], no primeiro livro das <i>Histórias</i> , atribui a brevidade a Catão – “o mais eloquente da raça romana relata <muito> em poucas palavras” – e “a Fânio, a verdade”.

Ao empregar adjetivo próprio à caracterização do orador (*disertus*, “hábil no falar”, OLD, p. 552, cf., e.g., no *Orator*: III.13, V.18, XVII.56; no *Brutus*, X.39, XIV.55, XIX.77, XX.79, etc.), para atribuí-lo no grau máximo a Catão, Salústio o distingue como o mais competente orador dentre os romanos; foi, assim, o mais destacado dos oradores que, em matéria historiográfica, tratou de muitas coisas com poucas palavras. Notável distinção de dois registros de elocução, poder-se-ia dizer, ou, mais além, de dois contextos de uso da palavra; mais que isso, caracterização também ela precisamente situada dentro de um quadro de referências retórico. Afinal, nos termos da *Retórica a Herênio*, a *breuitas* se define justamente pelo muito dizer em poucas palavras: *habet paucis comprehensa breuitas multarum rerum expeditionem* (*Rhet.Her.4.LIV.68*, negritos nossos). Valendo-se da mesma figura de antítese verbal braquilógica que Salústio (*multa paucis*), reforçada pela aliteração (*plura paucis*), Quintiliano qualificará a *breuitas* como belíssima: *est uero pulcherrima cum plura paucis complectimur* (QUINT.Inst.8.3.82).

Parece, por esses termos, que Salústio identificou em Catão a capacidade de se valer de todas as qualidades discursivas que pretendesse (*disertissimus*), mas simultaneamente intenção de contenção, o que equivaleria a espécie de minimalismo na escrita historiográfica, algo que Cícero negara justamente à historiografia de Catão, já que, di-lo no *De oratore*, transcrito acima, conjuntamente com Fábio Pictor e Calpúrnio Pisão, Catão não tinha com o que ornar o discurso; esses meios apenas recentemente se teriam tornado disponíveis em Roma (*qui neque tenent, quibus rebus ornetur oratio – modo enim huc ista sunt importata*). Assim, a oposição do juízo salustiano ao ciceroniano quanto à prosa historiográfica catoniana não se situa na descrição da estrutura formal – apenas braquilogicamente aludida por Salústio, mas que sem dúvida poderia ter percorrido longamente sobre o ponto, a se observar as muitas instâncias de emulação

próxima da frase catoniana em sua obra supérstite (SKARD, 1956, *passim*) –, mas em um juízo de intencionalidades: Salústio identifica propósito onde Cícero vira inaptidão.

Quando Aulo Gélíio (123 – 165 d.C.), grande admirador de Catão, a quem devemos a preservação de parte significativa de seus fragmentos, relata que ele narrou uma história (*historia*) – mas no interior de um discurso – “com muitíssima elegância e lustro e pureza de palavras” (*cum multa quidem uenustate atque luce atque munditia uerborum*, GEL.1.23.1), a associação entre pureza (*munditia*) e ornamentação (*luce*) vem afirmada de forma evidente, em avaliação que bem casa com a de Salústio. Neste ponto, entretanto, convém voltar a Cícero e atentar para um conjunto de observações, no *Brutus* (c. 46 a.C.), prioritariamente sobre a oratória de Catão, mas também sobre suas *Origines*, que tornam mais complexo o quadro apresentado no *De oratore*, no *De legibus* e no *Orator*, de que já tratamos.

Trata-se fundamentalmente de dois excertos. No primeiro deles, (a personagem) Cícero, ao atingir Catão, em seu vasto panorama histórico da oratória romana, tece as seguintes considerações:

	Cic.Brut.XV.61-XVII.69
<p>61. <i>Hunc igitur Cethegum consecutus est aetate Cato, qui annis IX post eum fuit consul. Eum nos ut peruerterem habemus, qui L. Marcio M' Manilio consulibus mortuus est, annis LXXXVI ipsis ante me consulem. Nec uero habeo quemquam antiquiorem, cuius quidem scripta proferenda putem, nisi quem Appi Caeci oratio haec ipsa de Pyrrho et non nullae mortuorum laudationes forte delectant. [...] 63. Catonis autem orationes non minus multae fere sunt, quam Attici Lysiae, cuius arbitror plurimas esse – [...]. Et quodam modo est non nulla in eis etiam inter ipsos similitudo. Acuti sunt, elegantes faceti breues; sed ille Graecus ab omni laude felicior. 64. Habet enim certos sui studiosos, qui non tam habitus corporis opimos, quam gracilitates consecretur, quos, ualutudo modo bona sit, tenuitas ipsa delectat – quamquam in Lysia sunt saepe etiam lacerti, sic uti fieri nihil possit ualentius; uerum est certe genere toto strigosior –, sed habet tamen suos laudatores, qui hac ipsa eius subtilitate admodum gaudeant. 65. Catonem uero quis nostrorum oratorum, qui quidem nunc sunt, legit? aut quis nouit omnino? At quem uirum, di boni! mitto ciuem aut senatorem aut imperatorem;</i></p>	<p>61. Seguiu-se, pois, cronologicamente, a esse Cetego, Catão, que foi cônsul nove anos depois dele [195 a.C.]. Nós o temos por antiquíssimo, ele que morreu no consulado de Lúcio Márcio e de Mânio Manfílio, exatamente 86 anos antes de meu consulado. E, com efeito, não julgo haver ninguém mais antigo cujos escritos eu realmente acredite devam ser citados, a não ser que a alguém por acaso agradem o discurso de Ápio Cego a respeito de Pirro e alguns elogios fúnebres. [...] 63. Não há muitos menos discursos de Catão do que do ático Lísias, de quem julgo haver muitíssimos – [...]. E, de certo modo, há alguma semelhança entre eles: são agudos, elegantes, facetos e breues; mas o famoso grego é mais bem-sucedido, elogiado por todos. 64. Pois ele tem alguns seguidores seus empenhados, que imitam menos a condição robusta do corpo que a sutileza; a quem, desde que a saúde seja boa, agrada a própria fineza. É verdade que em Lísias haja frequentemente também músculos, de tal modo que nada pode ser mais poderoso, mas, no conjunto, é, de fato, bastante delgado; tem, porém, seus admiradores, que se regozijam com essa sua sutileza. 65. Qual de nossos oradores hoje</p>

<p><i>oratorem enim hoc loco quaerimus: quis illo grauior in laudando? acerbior in uituperando? in sententiis argutior? in docendo edisserendoque subtilior? Refertae sunt orationes amplius centum quinquaginta, quas quidem adhuc inuenerim et legerim, et uerbis et rebus illustribus. Licet ex his eligant ea quae notatione et laude digna sint: omnes oratoriae uirtutes in eis reperientur. 66. Iam uero Origines eius quem florem aut quod lumen eloquentiae non habent? Amatores huic desunt, sicuti multis iam ante saeculis et Philisto Syracusio et ipsi Thucydidi. Nam ut horum concisis sententiis, interdum etiam non satis [autem] apertis cum breuitate tum nimio acumine, officit Theopompus elatione atque altitudine orationis suae (quod idem Lysiae Demosthenes), sic Catonis luminibus obstruxit haec posteriorum quasi exaggerata altius oratio. 67. Sed ea in nostris inscitia est, quod hi ipsi, qui in Graecis antiquitate delectantur eaque subtilitate, quam Atticam appellant, hanc in Catone ne nouerunt quidem. Hyperidae uolunt esse et Lysiae; laudo; sed cur nolunt Catones? 68. Attico genere dicendi se gaudere dicunt; sapienter id quidem; atque utinam imitarentur, nec ossa solum, sed etiam sanguinem! Gratum est tamen, quod uolunt. – Cur igitur Lysias et Hyperides amatur, cum penitus ignoretur Cato? Antiquior est huius sermo et quaedam horridiora uerba. Ita enim tum loquebantur. Id muta quod tum ille non potuit, et adde numeros et, ut aptior sit oratio, ipsa uerba compone et quasi coagmenta, quod ne Graeci quidem ueteres factitauerunt: iam neminem antepones Catoni. 69. Ornari orationem Graeci putant, si uerborum immutationibus utantur, quos appellant τρόπους, et sententiarum orationisque formis, quae uocant σχήματα: non ueri simile est quam sit in utroque genere et creber et distinctus Cato. Nec uero ignoro nondum esse satis politum hunc oratorem et quaerendum esse aliquid perfectius; quippe cum ita sit ad nostrorum temporum rationem uetus, ut nullius scriptum exstet dignum quidem lectione quod sit antiquius. Sed maiore honore in omnibus artibus quam in hac una arte dicendi uersatur antiquitas.</i></p>	<p>conhece de fato Catão, quem com efeito dos que hoje há o lê? Ou quem o conhece de todo? Mas que homem, bons deuses! Deixo de lado o cidadão, o senador e o general; pois neste ponto buscamos o orador; quem mais sóbrio que ele ao elogiar, mais ácido ao vituperar, mais arguto nos pensamentos, mais sutil na explanação e na argumentação? Os mais de 150 discursos dele que até hoje encontrei e li estão cheios de palavras e matérias ilustres. Que neles se escolham aquelas que sejam dignas de nota e de elogio: todas as virtudes oratórias se acharão neles. 66. Com efeito, que flor,²³ que lustro²⁴ de eloquência suas <i>Origines</i> não possuem? Faltam-lhe admiradores, como já há muitos séculos também a Filisto de Siracusa e ao próprio Tucídides. Pois, assim como Teopompo obscurece, com seu ímpeto e com a elevação de seu discurso, os pensamentos entrecortados daqueles dois, por vezes não suficientemente claros, mas dotados de brevidade e excessiva agudeza (o que também Demóstenes causa a Lísias), assim também o discurso dos mais recentes, como que soerguido a patamar mais elevado, obstrui as luzes de Catão. 67. Mas tal é o desconhecimento nos nossos, que aqueles mesmos que se deleitam com a antiguidade e essa sutileza dos gregos, a que chamam ática, nem sequer a reconheceram em Catão. Querem ser Hiperides e Lísias. Eu os elogio, mas por que não querem ser Catões? 68. Afirmam apreciar o gênero de elocução ático. E com efeito o fazem sabiamente; mas quem dera imitassem não apenas os ossos, mas também o sangue! Mas é louvável o que querem. Por que então se ama Lísias e Hiperides, ao passo que se ignora inteiramente Catão? A linguagem dele é mais antiga, e suas palavras são mais rudes. Pois assim se falava naquela época. Muda aquilo que ele não pôde mudar, acrescenta ritmo e, para que o discurso seja mais conectado, arranja as mesmas palavras e como que as liga, o que nem mesmo os gregos antigos fizeram: e já não porás ninguém acima de Catão. 69. Os gregos julgam que estão a ornar um discurso se empregam alterações de palavras, que chamam τρόπους, e de pensamentos e formas de discurso, que chamam σχήματα; é incrível</p>
---	--

²³ Segundo DOUGLAS, 1966, p. 56, “qualquer característica brilhante ou adorno retórico”. Cf. *Cic.de Orat.*3.96, *conspecta sit [oratio] quasi uerborum sententiarumque floribus*.

²⁴ Para DOUGLAS, 1966, p. 57, “figuras retóricas”. Note o jogo entre *lumen eloquentiae* e *Catonis luminibus*.

	o quanto, em ambos os gêneros [de ornamentos], Catão é copioso e notável. E eu com efeito não ignoro que esse orador ainda não é suficientemente polido e que se deve buscar algo mais perfeito; isso porque ele é antigo, em relação à nossa época, de modo que não sobrevive escrito de ninguém mais antigo que ele que seja com efeito digno de ser lido. Mas a antiguidade goza de maior consideração em todas as artes do que nesta arte oratória.
--	---

Evidentemente, como os comentadores não deixaram de notar (cf. DOUGLAS, 1966, p. 51-58), há diversos elementos de relevo nessa passagem, muitos dos quais pertinentes para uma apreciação da obra de Catão. Destacamos de partida a preocupação com a delimitação da prosa catoniana como objeto de consideração à parte (*mitto ciuem aut senatorem aut imperatorem; oratorem enim hoc loco quaerimus*), traço distintivo do juízo ciceroniano e razão de seu interesse, ponto a que retornaremos ao fim deste item. Por ora, interessa notar o que parece ser, dentro dessa precisa delimitação do argumento, a qualidade fundamental da elocução catoniana, vale dizer, o domínio que Catão teria sobre todas as virtudes oratórias (*omnes oratoriae uirtutes*), descrição correspondente ao ideal ciceroniano do orador perfeito, tal qual expresso no *Orator* (46 a.C.): aquele capaz de se valer de todos os recursos da arte e, especialmente, apto a manejar todos os gêneros de elocução. Evidentemente, ainda aqui, é o enquadramento dado pela teoria retórica que preside à apreciação da forma da expressão linguística em Catão. Sob esse aspecto, Lebek avaliou esse preciso passo do *Brutus*, concluindo que “Catão aparece aqui como senhor de todos os *genera dicendi*” (LEBEK, 1970, p. 180). Uma vez que, sob o ideal do orador perfeito, desvela-se em Cícero um juízo sobre seus próprios méritos, não escapou a Suerbaum que, no *Brutus*, Cícero acaba por conceber Catão como “um tipo de figura de predecessor de seu próprio ideal” oratório, vale dizer, aquele que pensava ele próprio encarnar (SUERBAUM, 2002, p. 414).

A Catão faltariam apenas algumas qualidades cuja carência, no entender de Cícero, deveria ser atribuída à época em que viveu e que seria corrigida por um rearranjo sintático e rítmico do período (*adde numeros et, ut aptior sit oratio, ipsa uerba compone et quasi coagmenta*);²⁵ evidentemente – mas novamente de forma indireta – Cícero indica

²⁵ Na explicação de Marchese: “a Catão falta uma arquitetura expressiva organizada, o esteio das conexões sintáticas, que ademais não pertencem a um estado arcaico da forma argumentativa, que privilegiava a justaposição, a acumulação, o paralelismo” (MARCHESE, 2011, p. 289).

aqui uma estrutura (ou um conjunto de estruturas) elementar(es) que constituem a urdidura da prosa catoniana, apta a ser alterada(s) por uma intervenção estrutural. Nada disso, contudo, diz-se em seu demérito, pois nem os antigos gregos teriam ido além de Catão (com a consequência evidente de que quem vai além, inclusive dos gregos, é o próprio Cícero). A crítica – rarefeita em face do que se verificou nas obras ciceronianas anteriormente examinadas – sustenta-se, contudo, nos mesmos pilares: defeitos atribuíveis à impossibilidade, não à vontade ou ao perseguição de um desígnio peculiar (*ita enim tum loquebantur*), e necessidade de alteração da ordem das palavras e – aqui adicionando elemento – de estreitamento (explicitação?) dos nexos de dependência (sintática) entre as palavras (*ipsa uerba compone et quasi coagmenta*). O ponto em que os juízos efetivamente se contrapõem é o apontamento, neste passo do *Brutus*, da presença, na obra de Catão, de ambos os tipos de ornamentos (percebidos como gregos) descritos (τρόπους e σχήματα).

Não se deixará de notar que essa avaliação abraça as *Origines* de Catão, em que não faltaria nenhum ornato retórico: logo, não se trata de apreciação contrastante entre história e oratória, mas de leituras, em grande medida coincidentes – e, em parte, efetivamente distintas – da prosa catoniana sob o signo geral da teoria retórica. Aqui, sem dúvida, à luz do que se leu no *De oratore*, impõe-se alguma reflexão. Para tanto, é necessário introduzir o segundo excerto relevante do *Brutus*, mais ao fim do diálogo, quando Ático se contrapõe a alguns dos juízos de Cícero e traz novamente à balha a figura de Catão. Veja-se:

	Cic. <i>Brut.</i> LXXXV.294-LXXXVII.298
<p>294. <i>Ego enim Catonem tuum ut ciuem, ut senatorem, ut imperatorem, ut uirum denique cum prudentia et diligentia tum omni uirtute excellentem probo; orationes autem eius ut illis temporibus ualde laudo – significant enim formam quandam ingeni, sed admodum impolitam et plane rudem –, Origines uero cum omnibus oratoris laudibus refertas diceres et Catonem cum Philisto et Thucydide comparares, Brutone te id censebas an mihi probaturum? Quos enim ne e Graecis quidem quisquam imitari potest, his tu comparas hominem Tusculanum nondum suspicantem quale esset copiose et ornate dicere. [...] 297. [...] Haec cum ille dixisset: Longi sermonis initium pepulisti, inquam, Attice, remque commouisti noua disputatione dignam, quam in aliud tempus differamus. 298. Voluendi</i></p>	<p>294. “Eu tenho teu Catão em alta conta como cidadão, como senador, como comandante, como um homem enfim excelente em prudência, diligência e em todas as virtudes; elogio seus discursos, em consideração àquela época – pois eles denotam certa forma de engenho, embora inteiramente rude e completamente bruto –, mas, quando afirmavas que as <i>Origines</i> estão recheadas de todos os ornamentos oratórios e punhas Catão no mesmo plano que Filisto e Tucídides, acreditavas que obterias adesão de Bruto ou minha? Àqueles que nem mesmo entre os gregos há quem possa imitar, tu comparas um homem de Túsculo que ainda nem suspeitava o que é falar de modo abundante e ornado!” [...] 297. [...] Depois que ele disse tais coisas: “Iniciaste um longo assunto, Ático, e</p>

<p><i>enim sunt libri cum aliorum tum in primis Catonis. Intelleges nihil illius liniamentis nisi eorum pigmentorum quae inuenta nondum erant, florem et colorem defuisse.</i></p>	<p>levantaste matéria digna de nova discussão, que postergaremos para outro momento. 298. Pois, em primeiríssimo lugar, devem-se consultar os livros de Catão, juntamente com os dos demais. Compreenderás que nada faltava aos seus delineamentos, a não ser a flor e a cor daquelas colorações que não haviam ainda sido inventadas”.</p>
--	--

Preliminarmente se notará que o novo tratamento da escrita catoniana retoma o motivo da distinção entre a atividade de escrita e os demais domínios de atividade em que Catão se teria destacado, tema a que retornaremos na sequência, ao fim deste item. Note-se, por ora, que a crítica de Ático, conforme se vê, promove uma distinção: aceita, ainda que com múltiplas reservas, uma avaliação positiva da oratória de Catão, mas rejeita peremptoriamente o elogio à obra historiográfica, recusando-se a ver nela todos os ornatos da arte retórica. Cícero mantém sua posição, anunciando que, em outra oportunidade, fará Ático compreender que a Catão não faltava nenhum ornamento retórico, a não ser aqueles então ainda por inventar. Trata-se, logo, de reafirmação da posição enunciada no excerto anterior – e em contraposição às obras anteriores, segundo as quais Catão teria escrito *sine ullis ornamentis*. O fato de Cícero remeter a discussão para outra ocasião parece indicar claramente a percepção de que a nova apreciação, certamente advinda de reconsideração dos escritos do tusciano, talvez já no contexto de leituras que conduziram à realização do *Cato Maior* (44 a.C.), requeria fundamentação à parte.

Não nos parece, assim, adequada a interpretação de Knapp, para quem Cícero se valeria de um artifício para dissimular sua própria visão sobre Catão nas palavras de Ático (KNAPP, 1918, p. 144; no mesmo sentido, DOUGLAS, 1966, p. 54-56). Parece que a razão esteja antes com Lebek, para quem o único propósito da intervenção de Ático, neste ponto, é colocar Cícero no zênite da arte oratória, assinalando que, por melhor que tenha sido Catão, ainda não havia orador perfeito em Roma, ou melhor, não houvera antes de Cícero (LEBEK, 1970, p. 188; cf., ainda, MARCHESE, 2011, p. 380). Nesses termos, parece de fato verificar-se uma transformação no decênio que interveio entre o *De oratore* e o *Brutus*, muito certamente relacionada a um interesse crescente de Cícero por Catão nos últimos anos de vida (retorne-se a Cic.*Brut.*XVII.65, para a diligência em consultar os discursos do tusciano).

Diante dessa constatação, pode ser esclarecedor o juízo que Cícero emitiu, também no *Brutus*, sobre seu contemporâneo Júlio César (100 – 44 a.C.). Para ele, os

commentarii de César “são despidos, diretos e elegantes, desprovidos de todo ornato do discurso, como se lhes tivessem sido tiradas as vestimentas” (*nudi enim sunt, recti et uenusti, omni ornatu orationis tamquam ueste detracta*, Cic.Brut.LXXV.262). A avaliação, em forma de máxima geral, é que “nada na historiografia é mais agradável do que a brevidade pura e luminosa” (*nihil est enim in historia pura et illustri breuitate dulcius*, Cic.Brut.262).

Evidentemente, o juízo positivo sobre a ausência de ornamento e sobre a *breuitas*, formulado no *Brutus* – ou, mais propriamente, da *breuitas* como ornamento, o epíteto *illustris* remetendo a um dos termos com que Cícero designa os ornatos, *lumen* –, está em contraposição com o juízo inteiramente negativo – como já se viu, referido ao mesmo termo retórico – no *De oratore*; aproxima-se, no entanto, sobremaneira do quanto afirmado em Att.2.1.1, em trecho comentado acima. Ursula Gärtner busca conciliar as posições, apontando que talvez seja o caso de que, entre os historiadores antigos, como Catão, a ausência de ornamento “fora consequência de uma incapacidade, mas em César, era expressão de uma arte elevada” (GÄRTNER, 2005, p. 44, n. 61). Em sentido semelhante, sugerindo alguma especificação genérica, pronunciou-se Marchese (2011, p. 368), para quem: “Normalmente, Cícero demandará à escrita historiográfica uma alta elaboração retórica, mas aqui mostra saber distinguir entre uma escrita sem pompa e uma escrita clara e eficaz, embora seca, como aquela dos *commentarii*” (MARCHESE, 2011, p. 368). A pura explicação sistemática se poderia ter por hígida, não houvesse menção francamente positiva, no *Brutus*, ao extenso domínio da técnica retórica por Catão nas *Origines*. Assim, é preciso notar que, em princípio, é mais condizente com o estado das evidências pressupor uma reconsideração do juízo anteriormente emitido.

Além disso, parece-nos que a intervenção de Ático quando o problema da prosa catoniana é retomado, mais ao fim do *Brutus*, levanta a questão da correlação entre variedade da forma da expressão linguística e distinção entre os gêneros oratório e historiográfico, subsidiando assim a ideia de que um dos vetores para a compreensão do uso que Catão faz da língua estaria nos horizontes de expectativas constituídos pelos “gêneros literários”. É possível, no entanto, que a correlação estrita esteja sobrevalorizada nos quadros de uma leitura fundada na teoria retórica posterior, possivelmente tomando por preceitos gerais diretivas compositivas outrora mais fluidas. Claramente, à luz da apreciação da historiografia de César, pode-se afirmar que, se, para Ático, a distinção entre prática catoniana na historiografia e na oratória se formula em termos abertamente

axiológicos (*orationes... eius... ualde laudo..., Origines uero...*), para Catão, trata-se de certamente de contraposição apta a ser tratada em termos funcionais. Infelizmente, no entanto, a explicação mais detalhada das virtudes formais da obra historiográfica, e notadamente de suas virtudes em confronto com aquelas da obra oratória de Catão, terá de ser buscada sem o apoio de Cícero, que não pôs por escrito a discussão projetada para o futuro na resposta a Ático, ao reafirmar o juízo positivo sobre Catão.

A avaliação da oratória catoniana no *Brutus*, e sobretudo a imagem de um orador de amplos recursos, a modular a elocução segundo a natureza dos atos de fala particulares, no interior do próprio discurso (*quis illo grauior in laudando? acerbior in uituperando? in sententiis argutior? in docendo edisserendoque subtilior?* Cíc.Brut.XVII.65), vem ecoada em Aulo Gélíio, ao descrever um importante discurso em especial, o *Pro Rhodiensibus*, ao qual retornaremos em detalhe em 5.1, *infra*. Confira-se:

	GEL.6.3.52-54
<p>52. <i>Praeterea animaduertere est in tota ista Catonis oratione omnia disciplinarum rhetoricarum arma atque subsidia mota esse; sed non proinde ut in decursibus ludicris aut simulacris proeliorum uoluptariis fieri uidemus. Non enim, inquam, distincte nimis atque compte atque modulate res acta est, sed quasi in ancipiti certamine, cum sparsa acies est, multis locis Marte uario pugnatur, sic in ista tum causa Cato, cum superbia illa Rodiensum famosissima multorum odio atque inuidia flagraret, omnibus promisce tuendi atque propugnandi modis usus est et nunc ut optime meritis commendat, nunc tamquam si innocentes purgat, <nunc> ne bona diuitiaeque eorum expetantur obiurgat, nunc {et} quasi sit erratum deprecatur, nunc ut necessarios rei publicae ostentat, nunc clementiae, nunc mansuetudinis maiorum, nunc utilitatis publicae commonefacit. 53. <i>Eaque omnia distinctius numerosiusque fortassean dici potuerint, fortius atque uiuidius potuisse dici non uidentur. 54. Inique igitur Tiro Tullius, quod ex omnibus facultatibus tam opulentae orationis aptis inter sese et cohaerentibus paruum quippiam nudumque sumpsit quod obtrectaret, tamquam non dignum M. Catone fuerit quod delictorum non perpetratorum uoluntates non censuerit poeniendas.</i></i></p>	<p>52. Ademais, deve-se notar que, em todo esse discurso de Catão, todas as armas e instrumentos da técnica retórica são empregados; mas os vemos ocorrer não como em manobras falsas ou em simulacros de batalhas. Pois a coisa não se passou, eu digo, de forma inteiramente ordenada, ornada e modulada, mas como que em uma batalha incerta, quando a tropa está dispersa, e em muitos lugares se luta, com Marte inconstante; assim também, nessa causa, Catão, quando aquela conhecidíssima soberba dos ródios havia inflamado o ódio e o desprezo de muitos, valeu-se sem distinção de todos os modos de defesa e de contra-ataque e ora os elogia como perfeitamente merecedores, ora como inocentes os escusa, <ora> repreende, para que não busquem seus bens e riquezas, ora pede perdão se algum erro tiver sido cometido, ora os exhibe como necessários para a república, ora recorda a clemência, ora a brandura dos antepassados, ora a utilidade [dos ródios] para a república. 53. E todas essas coisas talvez pudessem ser ditas mais clara e harmoniosamente, mas não parece que poderiam ser ditas mais enérgica e vividamente. 54. Injustamente, portanto, agiu Túlio Tirão, que, de todas as características de tão rico discurso, amarradas e aderentes entre si, tomou um pequeno elemento isolado e desconexo ao qual objetar, como se não fosse digno de Marco Catão, a saber, que julgou não se dever punir a vontade de realizar crimes</p>

	que não tivessem sido efetivamente perpetrados.
--	---

Ecoando à distância aquela pequena medida de crítica relacionada à sintaxe e ao ritmo que Cícero havia expresso no *Brutus* (*adde numeros et, ut aptior sit oratio, ipsa uerba compone et quasi coagmenta*), Gélíio, em termos bastante semelhantes (*eaque omnia distinctius numerosiusque fortassean dici potuerint*), faz mínima ressalva para afirmar também o perfeito domínio de todos os recursos da técnica retórica por Catão e sua correta adaptação às diferentes manobras argumentativas ao longo do discurso, louvando assim a ductilidade do instrumento formal empregado na situação discursiva.

Gélíio foi contemporâneo do orador e rétor Marco Cornélio Frontão (c. 95 – c. 170 d.C.),²⁶ grande admirador de Catão, que ecoa em diversos passos de suas epístolas, infelizmente conservadas de modo precário, em palimpsesto de difícil leitura (van den HOUT, 1988 e 1999). Em passo que interessa aqui, Frontão qualifica a prosa de Catão três vezes seguidas, contrastando-a à de outros autores, segundo escrevesse historiografia ou oratória e conforme a oratória fosse de *genus deliberatiuum* ou *iudiciale*. Trata-se da passagem seguinte:

	FRO.134Ho
<i>Historiam quoque scripsere Sallustius structe, Pictor incondite, Claudius lepide, Antias inuenuste, Seisenna longinque, uerbis Cato multiugis, Coelius singulis. Contionatur autem Cato infeste, Gracchus turbulente, Tullius gloriose; iam in iudiciis saueuit idem Cato, triumphat Cicero, tumultuatur Gracchus, Caluus rixatur.</i>	Também escreveram história Salústio de forma estruturada, [Fábio] Pictor de maneira grosseira, Cláudio [Quadrígário] com graça, [Valério] Antias sem elegância, Sisena prolixamente, Catão com múltiplas palavras jungidas, Célio [Antípatro, com palavras] isoladas. Já ao discursar na assembleia, Catão o faz com agressividade, [Caio Semprônio] Graco com arrebatamento, [Marco] Túlio [Cícero] com pompa; já nos juízos, o mesmo Catão é feroz, Cícero triunfa, Graco tumultua, [Caio Licínio] Calvo alterca.

Embora seja interessante a distinção entre oratória deliberativa e judiciária, o advérbio *infeste* e o verbo *saueuit* não parecem criar efetivo contraste (como tampouco *turbulente* e *tumultuatur* para Graco ou *gloriose* e *triumphat* para Cícero), referindo-se ademais muito indiretamente à elocução catoniana. É de muito maior interesse a caracterização da prosa historiográfica, valendo a descrição de Catão como historiógrafo que escrevia *multiugis uerbis* como clara referência ao emprego de cúmulos sinonímicos

²⁶ Para a relação entre Gélíio e Frontão, cf. HOLFORD-STREVEENS, 2003, p. 131-139.

por Catão (v., *infra*, 3.3 e, *inter alia*, 5.4.2), característica que claramente parecia bastante distintiva a Frontão. Afinal, em outro passo, escrevendo ao imperador Marco Aurélio, fala em grupos de duas, três, quatro e cinco palavras, que não se podem unir de qualquer modo, mas apenas segundo uma estrutura apropriada (*quae ratio sit uerba geminandi et interdum trigeminandi, nonnumquam quadriplicia, saepe quinquies aut eo amplius superlata ponendi, ne frustra neque temere uerborum strues aceruentur, sed ut certo ac sollertei termino uniantur*, FRO.135Ho, cf. van den HOUT, 1999, p. 319 e 324).

Diante do contraste com Célio Antípatro, em lista que opõe repetidamente um historiador virtuoso a outro vicioso (a exceção sendo Sisena, sozinho, provavelmente por erro de cópia; cf. van den HOUT, 1999, p. 319), e do fato de que, em todos os casos, o defeito consiste na ausência de qualidades próprias à arte retórica, fica evidente que Frontão estava fazendo elogio a Catão como alguém que dominava a técnica retórica e que, especificamente na historiografia – assim vista sob a luz daquela técnica –, unia as palavras em cúmulo segundo uma ordem tecnicamente aceitável, o que, à luz dos passos citados, representava diretiva técnica essencial para Frontão. Em outra passagem, Frontão elogiara Catão como um dos poucos oradores que se haviam empenhado na busca de palavras (FRO.56Ho), problema central para rétor que acreditava dever o orador “atentar, acima de tudo, para a escolha das palavras” (HOLFORD-STREVEENS, 2003, p. 133). Ainda que a partir de problema particular, a conclusão é, portanto, que, aos olhos de Frontão, Catão pratica uma prosa infundida por determinado saber técnico.

Antes de concluir, voltamos, conforme anunciado, a aspecto distintivo do conjunto dos testemunhos ciceronianos que vimos de analisar, a saber, a delimitação, como objeto específico de tratamento, da forma da prosa catoniana (não o cidadão, não o senador, não o comandante militar, mas o orador). Alguns outros testemunhos permitem ver que essa não era a única forma de abordagem possível para a atividade literária de Catão na Antiguidade. Já pouco tempo depois, Tito Lívio (c. 59 a.C. – c. 17 d.C.) inseriu um longo excurso sobre Catão no trigésimo-nono livro da *Ab urbe condita*. Veja-se:

	LIV.39.40.3-12
<p>3. <i>Sed omnes patricios plebeiosque nobilissimarum familiarum M. Porcius longe anteibat.</i> 4. <i>In hoc uiro tanta uis animi ingenique fuit ut quocumque loco natus esset, fortunam sibi ipse facturus fuisse uideretur. Nulla ars neque priuatae neque publicae rei gerendae ei defuit; urbanas rusticasque res pariter callebat.</i> 5. <i>Ad summos honores alios</i></p>	<p>3. Mas Marco Pórcio [Catão] antepunha-se de sobejo aos patrícios e plebeus das mais nobres famílias. 4. Havia nesse homem tanta força de ânimo e de engenho, que, onde quer que tivesse nascido, parecia fazer ele mesmo sua própria fortuna. Nenhuma arte de gerir nem a república nem o patrimônio privado lhe faltava; tinha experiência igualmente nos</p>

<p><i>scientia iuris alios eloquentia, alios gloria militaris prouexit: huic uersatile ingenium sic pariter ad omnia fuit ut natum ad id unum diceret, quodcumque ageret: 6. in bello manu fortissimus multisque insignibus clarus pugnis, idem postquam ad magnos honores peruenit summus imperator, idem in pace, si ius consuleres, peritissimus, 7. si causa oranda esset, eloquentissimus, nec is tantum cuius lingua uiuo eo uiguerit, monumentum eloquentiae nullum exstet: uiuit immo uigetque eloquentia eius sacrata scriptis omnis generis. 8. Orationes et pro se multae et pro aliis et in alios: nam non solum accusando sed etiam causam dicendo fatigauit inimicos. 9. Simultates nimio plures et exercuerunt eum et ipse exercuit eas; nec facile dixeris utrum magis presserit eum nobilitas an ille agitauerit nobilitatem. 10. Asperi procul dubio animi et linguae acerbae et immodice liberae fuit, sed inuicti a cupiditatibus animi, rigidae innocentiae, contemptor gratiae, diuitiarum. 11. In parsimonia in patientia laboris periculique ferrei prope corporis animique, quem ne senectus quidem, quae soluit omnia, fregerit, 12. qui sextum et octogesimum annum agens causam dixerit, ipse pro se orauerit scripseritque, nonagesimo anno Ser. Galbam ad populi adduxerit iudicium.</i></p>	<p>assuntos urbanos e rurais. 5. Às mais altas honras conduziu uns a ciência do direito, outros a eloquência, outros a glória militar: para ele, o engenho versátil foi tão igualmente dado a todas as coisas, que dirias que ele nasceu unicamente para aquilo, o que quer que fizesse: 6. valentíssimo no comando em guerra e preclaro em muitas e insígnies batalhas; igualmente [valente], depois que atingiu grandes honras, como comandante supremo; e também na paz, se consultado a respeito do direito, o mais conhecedor; 7. se havia uma causa em que devia discursar, o mais eloquente; e não foi um daqueles cuja língua apenas teve força em vida e de quem não restou nenhum registro da eloquência; antes sua eloquência vive e vige consagrada em escritos de todo gênero. 8. Discursos, [pronunciou] muitos em sua defesa e em defesa de outros: pois não apenas acusando, mas também defendendo, fustigou os inimigos. 9. Muitíssimas desavenças o perseguiram, e ele mesmo as perseguiu; e não dirias com facilidade se foi a nobreza que mais o pressionou ou ele que perturbou a nobreza. 10. Sem nenhuma dúvida, teve ânimo duro, língua acerba e desmedidamente livre, mas ânimo liberto de cupidez, ilibada inocência e foi desprezador da bajulação, das riquezas. 11. Na parcimônia, na paciência do trabalho e do perigo, foi de corpo e ânimo quase férreos, ele a quem nem mesmo a velhice, que desfaz todas as coisas, aquebrantou, 12. ele que, em seu octogésimo ano, defendeu uma causa, ele mesmo discursou e escreveu por si, [e], em seu nonagésimo ano, levou Sêrvio Galba ao juízo do povo.</p>
--	--

De modo inverso ao que se verificara em Cícero, a atividade discursiva vem aqui inserta no conjunto das outras atividades desenvolvidas por Catão (*pariter ad omnia fuit*). A respeito dela, destacam-se os contextos de realização (*orationes et pro se multae et pro aliis et in alios*), mas não em correlação com as características formais da língua, cuja condensação no epíteto único e abrangente *eloquentissimus* não dá margem à diversidade. Abordagem, portanto, opaca ao tratamento da composição formal do texto catoniano.

Não se trata, longe disso, de idiosincrasia da fonte, mas de enquadramento específico de certo filão do biografismo antigo, assinalado pela definição de

características nucleares da personalidade do biografado, que se projetam, como consequência, nos diversos campos de atividade, à guisa de desdobramentos ou realizações daqueles traços subjetivos – o que vem perfeitamente caracterizado em uma observação no prefácio às vidas paralelas de Alexandre e César, de Plutarco (46-120 d.C.), a caracterizar aquilo que é narrado na biografia como “sinais da alma” (τῆς ψυχῆς σημεῖα):

	PLU.Alex.1.2-3
<p>2. οὔτε γὰρ ἱστορίας γράφομεν, ἀλλὰ βίους, οὔτε ταῖς ἐπιφανεστάταις πράξεσι πάντως ἔνεστι δῆλωσις ἀρετῆς ἢ κακίας, ἀλλὰ πρᾶγμα βραχὺ πολλάκις καὶ ῥῆμα καὶ παιδιὰ τις ἔμφασιν ἦθους ἐποίησε μᾶλλον ἢ μάχαι μυριόνεκροι καὶ παρατάξεις αἱ μέγισται καὶ πολιορκίαι πόλεων. 3. ὥσπερ οὖν οἱ ζωγράφοι τὰς ὁμοιότητας ἀπὸ τοῦ προσώπου καὶ τῶν περὶ τὴν ὄψιν εἰδῶν, οἷς ἐμφαίνεται τὸ ἦθος, ἀναλαμβάνουσιν, ἐλάχιστα τῶν λοιπῶν μερῶν φροντίζοντες, οὕτως ἡμῖν δοτέον εἰς τὰ τῆς ψυχῆς σημεῖα μᾶλλον ἐνδύεσθαι, καὶ διὰ τούτων εἰδοποιεῖν τὸν ἐκάστου βίον, ἔασαντας ἐτέροις τὰ μεγέθη καὶ τοὺς ἀγῶνας.</p>	<p>2. Pois não estou escrevendo <i>Histórias</i>, mas <i>Vidas</i>, e nos fatos mais notáveis não há, por toda parte, evidências da virtude ou do vício, mas pequenos feitos, como uma frase ou uma brincadeira, frequentemente fazem alguma revelação do caráter, mais do que batalhas de muitos mortos e grandes disposições de exércitos e cercos de cidades. 3. Assim como, pois, os pintores obtêm a adequada semelhança a partir das faces e da expressão do olhar por meio dos quais o caráter se manifesta, desprezando em grande medida as partes restantes, assim nos deve ser permitido penetrar os sinais da alma e, por meio deles, criar uma imagem da vida de cada um, possibilitando que outros se ocupem dos grandes feitos e das contendas.</p>

É, assim, justamente nesse veio de desvendamento subjetivo (a alma, τῆς ψυχῆς) por meio de sinais que meramente manifestam a essência da subjetividade (os sinais, σημεῖα) a caracterização da escrita de Catão no *Cato Maior* de Plutarco:

	PLU.Cat.Ma.7.1-3
<p>[1] Τοιαύτην δέ τινα φαίνεται καὶ ὁ λόγος τοῦ ἀνδρὸς ιδέαν ἔχειν · εὐχαρις γὰρ ἅμα καὶ δεινὸς ἦν, ἡδὺς καὶ καταπληκτικός, φιλοσκόμμων καὶ αὐστηρός, ἀποφθεγματικὸς καὶ ἀγωνιστικός, ὥσπερ ὁ Πλάτων τὸν Σωκράτην φησὶν ἔξωθεν ιδιώτην καὶ σατυρικὸν καὶ ὑβριστὴν τοῖς ἐντυγχάνουσι φαινόμενον ἐνδοθεν σπουδῆς καὶ πραγμάτων μεστὸν εἶναι δάκρυα κινούντων τοῖς ἀκροωμένοις καὶ τὴν καρδίαν στρεφόντων. 2. ὅθεν οὐκ οἶδ' ὅτι πεπόνθασιν οἱ τῷ Λυσίου λόγῳ τὰ μάλιστα προσεοικέναι φάμενοι τὸν Κάτωνος. 3. οὐ μὴν ἀλλὰ ταῦτα μὲν οἷς μᾶλλον ιδέας λόγων Ῥωμαϊκῶν αἰσθάνεσθαι προσήκει διακρινούσιν.</p>	<p>[1] Também o discurso do homem parece exibir a mesma imagem: pois era ao mesmo tempo gracioso e assustador, suave e surpreendente, provocativo e austero, sentencioso e combativo, assim como Platão diz que Sócrates, no exterior, aparecia aos seus seguidores como rude, grosseiro e briguento, mas, no interior, era cheio de vivacidade e de assuntos que os levavam às lágrimas e lhes dilaceravam o coração. 2. Por isso eu não sei o que podem querer dizer aqueles que afirmam que a oratória de Catão mais se parecia com a de Lísias. 3. No entanto, tais questões precisam ser decididas por quem é mais capaz do que eu para analisar as características da oratória dos romanos.</p>

	PLU.Cat.Ma.25.1-2
[1] Συνετάττετο μὲν οὖν λόγους τε παντοδαποὺς καὶ ἱστορίας · γεωργίᾳ δὲ προσεῖχε νέος μὲν ὢν ἔτι καὶ διὰ τὴν χρείαν – φησὶ γὰρ δυοὶ κεχρηῆσθαι μόνοις πορισμοῖς, γεωργίᾳ καὶ φειδοῖ –, τότε δὲ διαγωγὴν καὶ θεωρίαν αὐτῷ τὰ γινόμενα κατ’ ἀγρὸν παρεῖχε · 2. καὶ συντέτακται γε βιβλίον γεωργικόν, ἐν ᾧ καὶ περὶ πλακούντων σκευασίας καὶ τηρήσεως ὁπώρας γέγραφεν, ἐν παντὶ φιλοτιμούμενος περιττὸς εἶναι καὶ ἴδιος.	[1] Ele compôs discursos, então, sobre todos os tipos de assuntos, e histórias, e relativamente à agricultura, ele a perseguiu seriamente quando jovem e pobre – com efeito, ele diz que tinha então apenas duas formas de se sustentar, a agricultura e a frugalidade – mas, mais tarde, os afazeres no campo lhe ofereceram distração e reflexão. 2. Também compôs um livro sobre a agricultura, no qual deu boas receitas para fazer doces e preservar frutos, tão ambicioso que era em ser superior e peculiar em tudo.

O próprio símile com Sócrates – na medida em que, de Catão, se está a falar do discurso especificamente (ὁ λόγος) e, de Sócrates, do conjunto dos traços de personalidade (ἔνδοθεν) e da tensão aparente com a manifestação externa (ἔξωθεν) – indica a inserção da discussão sobre a língua em um enquadramento genérico dado pela forma do biografismo. A discussão específica sobre as qualidades discursivas, que toma, na aproximação com Lísias (questionada), mote de problema explorado em Cícero, vem apropriadamente afastada em forma de *recusatio*, sem dúvida determinada pela concepção do gênero biográfico no autor. A breve resenha da amplitude da atividade literária encontra-se novamente referida a esse núcleo de predicados pessoais, quando Plutarco conclui com a explicação subjetiva φιλοτιμούμενος περιττὸς εἶναι καὶ ἴδιος (“ambicioso que era em ser superior e particular”).

Esse enquadramento biográfico, embora francamente dominante, não é exclusivo, e teremos ocasião de retornar a Cornélio Nepos, em cuja curta biografia de Catão separou uma primeira seção mais geral (NEP.24.1-2) de uma segunda, especificamente dedicada à atividade literária (NEP.24.3); como ela é centrada na descrição do conteúdo das *Origines*, livro a livro, e apenas obliquamente deixa entrever apreciação de ordem formal, esse passo nos ocupará mais adiante (v. 4.1.1, *infra*).

Por ora, interessa concluir com a explicitação de quatro pontos, a que nos conduz a leitura dos passos ciceronianos aqui empreendida, iluminada pelos demais testemunhos antigos investigados:

- (a) seria possível identificar, na prosa catoniana, um – ou, extrapolando a avaliação de Cícero, em direção a um enquadramento pertinente do problema, mais de um – modelo formal de base, a constituir espécie de frase típica

catoniana, em que recorre “monotonamente” a mesma ordenação das palavras e que exhibe déficit de estruturação hierárquica (donde o mandamento de *coagmenta!*) – estruturação que, ainda aqui extrapolamos, pode se referir seja à relação entre os constituintes da frase típica, seja à relação entre as sucessivas frases;

- (b) essas estruturas de base são suscetíveis de um labor aditivo – e não necessariamente estrutural – por meio do acréscimo de ornamentos, tirados à retórica grega – e, extrapolando, à luz do quanto foi exposto na primeira seção do capítulo, potencialmente a outros domínios da experiência linguística;
- (c) assim como os “ornamentos” podem advir de campos estruturados de práticas discursivas, os tipos elementares de frase – já que extrapolamos, pluralizando o que aparece como tipo exclusivo na apreciação ciceroniana – podem, como o referente reiterado dos anais pontificais indica, também estar radicados em outros repertórios linguísticos ou entretecidos com eles, e de fato veremos que pontualmente o próprio Cícero, no *Cato Maior*, de que não tratamos aqui, aponta na direção da pluralidade;
- (d) enfim, a variedade constatada por Cícero entre registros distintos da atividade de escrita de Catão – para além do esquema simples de frase típica com mais ou menos ornamentos, que, consoante veremos, é pálida aproximação de uma técnica compositiva bastante mais desenvolvida – está articulada a distintas situações comunicativas, de modo que se torna imperativo concluir que a prosa catoniana é flexível, capaz de adaptar sua forma às funções discursivas preenchidas na extensão de um texto complexo como uma peça oratória, conforme sugerido no *Brutus* e desenvolvido em Aulo Gélcio.

Pensamos que o conjunto dessas observações permite que se construa, como nos propusemos, uma “precompreensão” da prosa catoniana apta a moldar o seu tratamento nos quadros de um “formalismo funcionalista”, na esteira de trabalhos apontados no item 1.1.1 deste capítulo. Esse enquadramento será desenvolvido mais pormenorizadamente no capítulo seguinte, para que, depois, possamos primeiramente, no capítulo 3, promover um tratamento sistemático do material linguístico no horizonte catoniano – tanto quanto ainda nos é acessível –, e, enfim, nos capítulos 4 e 5, retornar à prosa de Catão em condições propícias para levar a efeito a análise a que nos propusemos.

CAPÍTULO 2

Μεταξὺ διηρημένης τε καὶ κατεστραμμένης λέξεως:

considerações em torno das noções de módulo, procedimento, função

Introdução

No capítulo anterior, examinamos uma série de autores antigos e modernos, em exercício crítico de que foi possível extrair uma primeira apreensão da prosa catoniana. Com isso, e especialmente com a consideração de diversos passos de Cícero, chegamos a uma diretriz de análise potencialmente frutífera: identificar um conjunto de estruturas típicas, sobretudo frasais; verificar a existência de um labor aditivo, acidental, realizado sobre aquelas estruturas; associar os tipos de frase e os tipos de manipulação acidentais operados nas frases aos modelos textuais no horizonte linguístico de Catão; enfim, atentar para esses modelos como potenciais ancoragens no mundo social das enunciações. Compõe-se, assim, um núcleo heurístico a partir do qual intentar abordagem que elucide a forma do texto catoniano em função dos contextos comunicativos de que seus escritos faziam parte, na esteira do que se pode denominar um “formalismo funcionalista”, conforme já delineado (v., *supra*, 1.1.1).

Diante dessa orientação, assumimos, neste capítulo, a tarefa de especificar o enquadramento conceitual da investigação assim adumbrada. Para tanto, principiaremos por identificar na tentativa de definir um sistema da prosa pré-clássica condição fundamental para que possa ser frutífera a exploração pretendida. Particularizaremos na sequência uma forma de conceber tal sistema a partir da identificação da frase, ou antes do tipo frasal, como seu elemento essencial, atentando sobretudo na polaridade entre dois específicos tipos frasais, que se poderiam denominar “frase narrativa” e “frase argumentativa” como tensão estruturante do sistema.

A despeito do potencial dessa abordagem, restará evidente também que o sistema assim bosquejado carece de adicional especificação para fornecer enquadramento suficiente a uma análise profícua dos textos, a um só tempo rente à expressão linguística e apto a nele identificar elementos e processos compositivos pertinentes. Propomos que o remédio adequado é o refinamento nocional dos componentes do sistema e, assim, avançaremos, em um primeiro esforço, no esclarecimento da própria noção de frase. Aprofundaremos, enfim, o preenchimento nocional do sistema lançando-nos, no último

item do capítulo, a exercício crítico, voltado dessa feita a propor, definir e especificar três noções essenciais a esta investigação – “módulo”, “procedimento” e “função”, já aparecentes no quanto se disse até aqui – em grau tal de determinação, que as análises subsequentemente empreendidas disponham de instrumental adequado para chegar a bom termo.

2.1. A prosa arcaica como sistema

O recorte de um sistema²⁷ da prosa latina pré-clássica, no interior do que poderiam ser sistemas mais abrangentes – no limite, o do indo-europeu –, parece bastante justificado pelas peculiares transformações atinentes à ampla difusão da escrita, por volta de 300 a.C.. Essa inflexão se manifesta de modo mais direto, ao menos tanto quanto nos é hoje dado perceber, no incremento e na diversificação tipológica da documentação epigráfica. Sobretudo, nesses suportes, “os módulos textuais e os critérios redacionais” dos documentos (POCCETTI, 1994, p. 22) exibem vínculo estreito entre estrutura linguística e tipologia textual, nexos que reputamos essenciais na concepção do sistema que vamos Tateando, conforme se esclarecerá de pronto.

Examinando o fenômeno em sua amplitude e entendendo o caráter estrutural da transformação, Poccetti foi ao âmago do problema que aqui nos move: despontava então um “novo tipo de textualidade” (POCCETTI, 1994, p. 22), atrelado a “novas estruturas sintagmáticas” (POCCETTI, 1994, p. 22). O autor exemplifica esse liame com larga variedade de casos em que se fez tão conspícuo, a ponto de engendrar extensos formulários:

Elas [novas estruturas sintagmáticas] consistem na elaboração de formulários estereotipados, seja no âmbito burocrático e oficial (encomenda de obras públicas), seja no âmbito privado (oferendas votivas, epitáfios, *elogia*), que dão lugar a estilemas repetitivos com forte caráter técnico dispostos em uma concatenação fixa e sistemática, tais como *faciundum curauit idemque probauit, de senatus sententia, de sua pecunia* (nas

²⁷ Noção que pode ser muito preliminarmente tomada no sentido que lhe atribui Marouzeau para logo ser devidamente concretizada: “conjunto cujas partes são ligadas entre si por relações de sentido, de forma, de sons” (MAROUZEAU, 1951, p. 222).

inscrições públicas), *donum dedit*, *uotum soluit*, *merito* (nas privadas) (POCCETTI, 1994, p. 22).

Consoante nota o autor, indicando assim ser os elementos do sistema determinadas estruturas linguísticas que aderem a classes de textos – vale dizer, a situações enunciativas objetivadas em modelos textuais –, “essas fórmulas [...] constituem o *material de construção* de novas tipologias textuais” (POCCETTI, 1994, p. 22, destacamos). Fenômeno bastante revelador do que se está a passar é o desenvolvimento de amplo leque de siglas e abreviações, com difusão “cerca do fim do século IV a.C., em forma codificada” (POCCETTI, POLI & SANTINI, 2005, p. 194). À guisa de exemplo:

O repertório contém um número determinado de siglas [...] com sintagmas estereotipados do domínio do culto dos mortos (*D.M.* = *Dis Manibus*; *O.B.Q.* = *ossa bene quiescant*) ou das inscrições dedicatórias (*L.M.* = *libens merito*; *D.D.D.* = *donum dedit dedicauitque*), podendo até reunir complexos formulares do domínio judicial e legislativo (*T.PR.IA.V.P.V.D.* = *te praetor iudicem arbitrumue postula uti des*) que apenas poderiam ser decifrados por especialistas (POCCETTI, POLI & SANTINI, 2005, p. 194; cf. também POCCETTI, 1994, p. 22-23).

Não se trata, por certo, da introdução da escrita em sociedade anteriormente alheia a ela, mas de complexo processo de reconfiguração da dinâmica social da textualidade (noção que poderíamos entender como o processo de produção e circulação dos textos, de que resulta seu vário estatuto em distintos contextos),²⁸ em que novas estruturas linguísticas, expressas inclusive mediante novas manifestações gráficas, e novas ocasiões de uso do texto escrito se desenvolvem de forma articulada.

O advento de uma nova textualidade naquela quadra não se impõe como um acaso ou em razão de algum direcionamento natural da mudança histórica, mas muito

²⁸ Brian Stock apontou claramente para a distinção entre “letramento” e “textualidade”: “Letramento não é textualidade. Pode-se ser letrado sem o uso ostensivo de textos, e pode-se usar textos extensivamente sem que isso implique efetivo letramento” (STOCK, 1983, p. 7). A textualidade diz, pois, respeito ao “estatuto dos textos (STOCK, 1983, p. 7), de sorte que há distintos “estados de textualidade” (STOCK, 1983, p. 9) de acordo com a “complexidade das atitudes relativamente aos textos” (STOCK, 1983, p. 7).

precisamente como uma faceta da “formação de um Estado romano na Itália e da subsequente extensão do poder romano no Mediterrâneo” (CLACKSON & HARROCKS, 2011, p. 90); essa ampla reconfiguração linguística, textual e gráfica, incluindo “a emergência de muitas convenções de escrita condicionadas pelo gênero textual” (CLACKSON & HARROCKS, 2011, p. 90), é o processo mesmo em que “o latim romano foi progressivamente elaborado, regularizado e imposto como língua oficial do Estado em expansão” (CLACKSON & HARROCKS, 2011, p. 90).

A inflexão que se realiza ao redor de c. 300 a.C. – mas apoiando-se naturalmente em modelos mais antigos e carregando-os adiante, transformados em maior ou menor medida – legou-nos, assim, como consequência daquele mesmo processo, ademais uma série de materiais ainda hoje supérstites que permitem vislumbrar de modo bastante razoável, ainda que inelutavelmente incompleto, o sistema linguístico-textual – isto é, repise-se no interesse da máxima clareza, sistema que se define pela existência de determinadas estruturas sintagmáticas e sua distribuição diferencial em ocasiões textuais distintas, evidenciadas por diferentes tipologias textuais – no interior do qual Catão compunha seus textos e em relação ao qual seus atos de fala (ou de escrita), que hoje nos atingem depurados desse contexto, ganhavam sentido e força.

Com efeito, já se tentou definir, a partir de tais testemunhos, mas com entendimento bastante diverso,²⁹ algo como um sistema, devendo-se a Luiselli a proposta mais abrangente de que temos notícia. Para o autor, há um sistema da prosa arcaica romana, cujos principais traços são, de um lado, a existência de dois elementos distintos, os *carmina* e as *leges*, e, de outro, a transformação paralela desses dois elementos ao longo do tempo, a indicar o nexo de dependência entre eles:

Creio que o conjunto dos documentos antigos que nos chegaram constituam uma realidade mais complexa, em que se deve reconhecer a um só tempo: (1) a existência de um fato evolutivo, pelo qual, de formas primitivas mais simples, passou-se a formas mais complexas; (2) a existência de dois distintos níveis

²⁹ Sobre a noção mesma de sistema, Luiselli não se demora. Contrapondo-se aos que não distinguiriam entre *carmina* e textos jurídicos e reduziriam “todos os vários documentos [...] a um único sistema interpretativo” (LUISELLI, 1969, p. 123), sugere que é na noção vaga de *realità* [...] *più complessa* (LUISELLI, 1969, p. 123) que se definiria a noção de sistema. Talvez indicando algo semelhante, afirma que “cada estudioso interpretou nossos documentos sem distinção de tipo [*sorta*], segundo um critério de juízo (qualquer que fosse) único e imutável” (LUISELLI, 1969, p. 123).

expressivos: um mais tênue e humilde, próprio aos textos de lei; outro mais elevado e solene, relativo aos textos especificamente religiosos (LUISELLI, 1971, p. 61; cf. também LUISELLI, 1969, p. 123).

A evolução é descrita associando passagem do tempo com incremento de complexidade, de modo que ressoa as narrativas evolucionistas do formalismo historicista (v., *supra*, 1.1.1):

A diferença existente entre os dois níveis é extremamente nítida. Ela o é na fase mais antiga, como demonstram, de um lado, a *léxis* esquelética dos mais antigos documentos legislativos, e, de outro lado, o bem menos magro estilo dos *carmina* religiosos como aqueles para a *delimitatio* do *templum in arce* ou para os ritos *foederis feriendi* e *belli indicendi*. Ela o é também na fase mais recente: bastará confrontar a *léxis* dos mais recentes textos legais (*senatus consultum de bacchanalibus*, etc.) com aquela dos vários *carmina* religiosos como a *precatio* catoniana e os outros do período das guerras púnicas (LUISELLI, 1971, p. 63; cf. LUISELLI, 1969, p. 168).³⁰

Os termos gerais dessa interpretação não destoam substancialmente do que já sugerira Norden, em 1939, ao apontar para a necessidade de envolver os *carmina*, “tanto quanto possível, no modo de expressão solene da antiga prosa latina” (NORDEN, 1939, p. 12). Para o estudioso, mais ainda, “a linguagem sacerdotal, especialmente em épocas mais recuadas, não deve ser separada da linguagem oficial e jurídica” (NORDEN, 1939, p. 12).

Recuando ainda na genealogia, deparamos Lindholm, que, já em 1931, ao mesmo tempo em que indica suas afinidades (alfim, a pertença a um sistema pressupõe, a um só

³⁰ Magdelain concorda com a evolução, notando, relativamente aos *carmina*, que “se nota uma acumulação expressiva de termos correlativos, duplicados ou triplicados, muito mais frequente que no passado, que contrasta com a secura dos *carmina* mais antigos” (MAGDELAIN, 1990, p. 48). Distingue “a língua seca e pobre dos *carmina* arcaicos da eflorescência verbal das preces mais recentes” (MAGDELAIN, 1990, p. 48).

tempo, identidade e diferença),³¹ delineia algumas das principais características a seu ver diferenciais entre as linguagens jurídica e ritual:

A semelhança da prosa sacra e da [...] linguagem legal salta imediatamente aos olhos, mas nós também encontramos uma grande diferença. Ambas amam o cúmulo sinonímico, para obter clareza e ausência de ambiguidade; assíndeto, aliteração, isocolia e membros crescentes são comuns em ambas. Na linguagem jurídica, porém, domina a objetividade da ordem das palavras, ao passo que o estilo ritual sacro é dominado por perspectivas artísticas e estilísticas; ele é dividido em *kóla* e *kómmata*, e o paralelismo e os membros crescentes se tornam uma característica do estilo (LINDHOLM, 1931, p. 58-59).

Constata-se, pois, que, se a formulação do problema de um “sistema da prosa latina” arcaica se deve imediatamente a Luiselli, há uma paternidade mais recuada na tentativa de entender os entrecruzamentos dos dois estratos linguísticos (jurídico e religioso) por ele privilegiados. Os termos gerais dessa descrição, dotada assim já de alguma ancestralidade, são referendados por Calboli, que se refere elogiosamente aos trabalhos de Luiselli (1986, p. 1075; 1987, *passim*), não sem apontar, é verdade, as dificuldades que advêm da incerteza relativa ao *corpus* dos *carmina*, notadamente no que tange à datação dos espécimes explorados (CALBOLI, 1987, p. 137; cf., *infra*, 3.3). Pode-se, portanto, dizer que se delineia aí construto acadêmico de ponderável relevância, pela adesão que granjeou, sem sofrer crítica que reorientasse a visão de conjunto.

Como bem viram Clackson e Horrocks, entretanto, a aproximação entre linguagem jurídica e linguagem religiosa dá conta apenas de alguns registros bastante específicos e muito formais do uso da língua (CLACKSON & HORROCKS, 2011, p. 105). Ademais, do ponto de vista aqui adotado, as análises propostas não permitem cernir a relação entre estruturas sintagmáticas e (eventos textuais transmutados em) tipologias

³¹ Razão pela qual a proposta de identificar, na forma da expressão, magia, religião e direito arcaicos, por Magdelain, a menos que se complete por outra polaridade não explicitada, não se mostra apta a erigir nada que se assemelhe a um sistema: “As leis republicanas têm a mesma frase que o conjunto dos textos normativos que remontam aos tempos reais. É também com base no modelo dos *carmina* religiosos ou mágicos que foram concebidas as fórmulas de atos jurídicos, que, como o testamento comicial ou o ato *per aes et libram*, começaram por proceder da ciência do sagrado”. (MAGDELAIN, 1990, p. 42).

textuais, pois, ao descrever o material, acumulam, sem distinção, elementos de ordens distintas. Assim, por exemplo, Luiselli vai comentando texto após texto e listando características como aliteração (LUISELLI, 1969, p. 127, 130), simetria de expressões rítmicas (LUISELLI, 1969, p. 130), linearidade (LUISELLI, 1969, p. 125), hipotaxe (LUISELLI, 1969, p. 140) ou mais genericamente a ausência de “qualquer recurso estilístico-expressivo” (LUISELLI, 1969, p. 132). A que categoria pertencem todos esses elementos?

Destarte, dos dois critérios com que Luiselli busca definir o sistema, destarte, um revela estar o estudioso impregnado de paradigma evolucionista bastante questionável, tanto o mais porque escorado em datações altamente subjetivas das fontes, ao passo que o outro sofre de déficit de categorização, de maneira que não se entende o que nos textos está sendo tomado por elemento pertinente à descrição sistemática e se há ou não alguma sorte de estruturação hierárquica entre elementos disparatados. Revela-se, assim, a mais decidida tentativa de apresentar o sistema da prosa romana pré-clássica como uma visão marcadamente impressionista dos textos. Da percepção de haver um sistema da prosa latina pré-clássica – ou melhor, da percepção de que os textos latinos daquela época se deixam descrever como sistema – infelizmente não resulta, em Luiselli, como tampouco em seus antecessores, o atingimento desse desiderato.³² O sistema resta, portanto, em grande medida, ainda por conceber.

Face a tais constatações, não podemos anuir com Calboli, tomando a formulação de Luiselli – do ponto de vista da “sintaxe da antiga prosa latina” – por “utilizável, ao menos de um ponto de vista prático” (CALBOLI, 1987, p. 137). Para obter um quadro de referência que possa efetivamente ser posto a bom uso, trazendo inteligibilidade aos textos transmitidos, é imprescindível dedicar mais atenção a como o molde descritivo deve ser erigido. Sem isso, a apreciação dos textos vai sendo enredada nos enlaçamentos da subjetividade do intérprete, que se torna presa fácil de seus próprios preconceitos.

Elemento essencial na correção de rumos que se impõe é questionar se algum quadro se poderia dar por completo apoiando-se apenas naquelas duas tipologias textuais. A esse propósito, Clackson e Horrocks assinalam a relevante infusão de propriedades de fontes religiosas e jurídicas em outros textos:

³² A mesma impressão de acúmulo de observações disparatadas – ainda que em uma apresentação mais sucinta – também se deduz do trecho de Linholm acima transcrito.

Aqui nós podemos apenas notar que muitos aspectos dos *carmina* religiosos e legais tradicionais (assumindo que os poucos exemplos supérstites são com efeito representativos da prática mais antiga) são transmitidos e desenvolvidos de vários modos em antigas espécies de prosa latina tanto oficial como literária [...] Isso reflete a exploração natural de uma “fonte” existente para a estilização refinada da elocução apropriada para um conjunto de funções mais elevadas recentemente surgidas [...] (CLACKSON & HORROCKS, 2011, p. 105)

Diante disso, seria muito interessante, na tentativa de dar conta de um sistema da prosa latina, e não apenas de uma parte, bastante restrita, de usos formais dela, levar em consideração a língua falada cotidiana, ainda que para produzir um contraste; sem dúvida, tão logo se formula o problema da textualidade da prosa, é em todo o sistema comunicativo – e na posição assumida pelos textos escritos nesse sistema – que se deve pensar. Diante disso, a íntima compenetração entre oralidade e escritura nos mais diversos atos indica desde logo a falácia que seria identificar a prosa como texto exclusivamente escrito (cf. POCSETTI, 1994, p. 23, para essa interpenetração no contexto jurídico).

Para Fankhänel, sugerindo haver de fato uma polaridade essencial no sistema linguístico, “em contraposição à abundância de formas da língua cotidiana (*umgangssprachlichen*), constitui-se a prosa como um modo de expressão relativamente elevado, que prioritariamente se limita a formas determinadas de ordem das palavras” (FANKHÄNEL, 1938, p. 265). No entanto, conforme já apontamos (item 1.1.3), esse estrato não nos é acessível, em que pesem hipóteses interessantes, mas absolutamente insuficientes para fundamentar uma investigação que se valesse dos dados assim obtidos para incrementar a inteligibilidade de outros textos. Assim, a delimitação de um sistema centrado na referida emergência de uma nova textualidade precisará prescindir dessa delimitação externa, em forma de contraste, que lhe seria oferecida pela língua falada.

Essa perda da língua falada não é, lastimavelmente, a única com que se defronta o estudioso preocupado com delinear, ainda que de forma aproximada e lacunosa, o sistema da prosa latina pré-clássica. Muitas vezes, identificam-se os ecos de determinadas tipologias textuais, de todo desaparecidas, em textos de outra natureza que as imitam. É o que estudiosos constatarem frequentemente na obra de Plauto. Conforme James Adams,

reconhecendo a existência de um sistema funcional diversificado, “em Plauto, são representados diversos registros que mostram que, mesmo que a escrita tivesse ocupado até então papel diminuto na cultura latina, a língua havia desenvolvido uma diversidade notável, com diferentes estilos apropriados para diferentes circunstâncias já bem estabelecidas” (ADAMS, 2005, p. 73). Exemplifica com emulações da oratória (PL.Mil.219-227), da narrativa militar (PL.Am.188-196, 203-247, 250-261), da língua jurídica (PL.Mil.159-165; PL.Capt.791ss) e do próprio registro religioso (PL.Per.753-757; PL.Mil.411-414; PL.Cas.815-824) (ADAMS, 2005, p. 73-74).³³

Embora sugestivas – e muito esclarecedoras quando tratamos de tipos textuais que se preservaram em seus próprios contextos e permitem destarte algum cotejo – a confiança nessas emulações não pode ser *a priori*, devido aos *procedimentos* próprios à poesia plautina, que submetem o material a múltiplas alterações, conforme já reconhecia Fraenkel para o caso específico, mas paradigmático, da emulação do discurso religioso, notando a maior exuberância e a ausência de foco no emprego das figuras de linguagem para Plauto, em contraposição a textos que pertencem à mesma categoria que seus modelos (FRAENKEL, 2007, p. 242).

Bem constatadas essas limitações, resta ainda assim campo fundamental de textos que podemos conceber *grosso modo* como narrativos (tábuas votivas, tábuas triunfais, *laudationes*, epitáfios, etc., para não falar em textos não preservados que se incluíam nesta série, a exemplo dos *commentarii*, dos *annales maximi*, entre outros), que não podem de modo algum ser excluídos de consideração e que não se entende terem sido de todo silenciados em obra como a de Luiselli.

Diante das dificuldades assinaladas para definir o sistema da prosa pré-clássica latina a partir de uma disposição prévia de determinadas tipologias textuais, notadamente em razão da restrição tipológica, em parte devida às perdas de material, em parte a uma concepção restritiva do sistema, pensamos ser produtivo recuperar, na reflexão de Poccetti, a ideia de que as novas tipologias textuais que se estruturam ao redor de 300 a.C. estão intimamente vinculadas a determinadas estruturas sintagmáticas e com isso verificar a possibilidade, sob uma perspectiva epistemológica, de tomar essas próprias

³³ Fraenkel ilustrara já esse aspecto do texto plautino com exemplos tirados a diferentes registros: religioso (fórmula fecial em Cecílio GEL.2.23.10; oração do general no triunfo, PL.Bach.1068ss, PL.Per.753ss: “o texto dessa oração extremamente solene, com que culminava toda a cerimônia, perdeu-se, mas alguns de seus elementos podem ser reconhecidos por meio de seus ecos”), jurídico (*senatus consultum* em PL.Epid.1048), etc. (FRAENKEL, 2007, p. 242).

estruturas como elementos fundamentais do sistema. Apesar de a ideia de uma correlação entre essas estruturas e distintas classes de textos ser fundamental – e constituir hipótese investigativa que tencionamos perseguir –, partir das tipologias mesmas, realidades mais abstratas que são, poderia nos afastar do material mais concreto à disposição, que é a própria expressão linguística. Parece-nos, assim, que as regularidades eventualmente constatadas nesse domínio podem fornecer ponto de partida mais firme e sobretudo mais aderente à escala de observação.

Trata-se, assim, desde logo, de precisar com mais clareza o que se pode conceber como “estrutura sintagmática” apta a compor tal sistema, afastando com isso as referências indistintas e várias que pavimentam a via para o impressionismo. Ora, se os sintagmas são “os elementos que se arranjam conjuntamente, que são organizados em um todo, que vão juntos, a combinação ou reunião de muitos elementos em uma organização, uma unidade” (DUBOIS-CHARLIER, 1975, p. 77), ou, concretizando em termos linguísticos, a “sequência de palavras organizadas conjuntamente que entretêm relações de dependência” (DUBOIS-CHARLIER, 1975, p. 78), então desponta, dentre os sintagmas, a mais elevada unidade estrutural independente, sintagma dos sintagmas, vale dizer, a frase; na equivalência avançada por Mattoso Câmara: “um sintagma concluso, ou frase” (MATTOSO CAMARA JR., 1970, p. 175).³⁴

Com efeito, como veremos no item seguinte, podem-se listar algumas tentativas de abordagem sistemática da prosa (inclusive) latina, ainda que sem o escopo específico de descrever o sistema da prosa pré-clássica de uma forma geral, a partir da noção de frase, e mais particularmente a partir da contraposição entre dois tipos de frase. Tais tentativas têm sobretudo o mérito de transparentar o potencial dessa abordagem. É o ponto a seguir examinado.

2.2. Frase narrativa e frase argumentativa

Não poucos estudiosos da prosa latina – e mais genericamente das línguas indo-europeias – propuseram que se concebesse a existência de dois tipos frasais fundamentais naquele âmbito linguístico, estribando-se em veneranda ancestralidade na teoria retórica antiga (v., *infra*, 2.4). Ao resenhar obra de Chausserie-Laprée sobre a “expressão narrativa

³⁴ Na imagem de Dubois-Charlier, “as palavras de uma frase não estão simplesmente postas umas na sequência dos outros, como as pérolas de um colar, mas entretêm entre si relações sintagmáticas” (DUBOIS-CHARLIER, 1975, p. 151).

dos historiadores latinos”, Soubiran remete a Cícero e contrapõe o “enunciado narrativo” ao “período da argumentação lógica” – significativa denominação metonímica do tipo sintático pelo gênero textual que ele caracteriza:

Partindo de certas observações de Cícero (*Orat.*XIX.62-XX.68), pode-se deduzir [...] que há, em latim, dois tipos fundamentais de enunciado: o enunciado narrativo, linear, *tracta et fluens* (*Orat.*XX.66), que procede por notações sucessivas – e que é, no limite, um contínuo em que a posição e a força das pausas de sentido têm apenas uma importância relativa – e o período da argumentação lógica, cujo caráter “cíclico” (*Orat.*LXI.204-LXII.211) os antigos bem perceberam, pelo nome que lhe deram (SOUBIRAN, 1971, p. 87).

Com efeito, o próprio Chausserie-Laprée havia sugerido existirem – à luz mais concretamente do *período* narrativo, contraposto ao oratório –, duas formas de frase: uma que admite (na sua cisão, caso se trate de períodos simples, ou cindibilidade, caso se esteja a falar de período composto) a apresentação da informação em unidades sucessivas (relativamente) independentes; outra que se caracteriza por uma hierarquia de conjunto que veda a cindibilidade, logo por uma mais cerrada hierarquia. Em suas próprias palavras:

As frases narrativas que justapõem, antes da principal, pelo menos dois membros circunstanciais, e por vezes muitos mais, apresentam, sabe-se, um procedimento muito simples. Desenvolvendo-se em uma sequência de movimentos separados, a frase, que põe em jogo uma sucessão de fatos que poderiam ter recebido cada um expressão autônoma em enunciado independente, pode a todo momento interromper-se. A seu turno, nenhuma necessidade interna obriga a se prolongar, por exemplo, o período oratório, que, o mais das vezes, apenas forma um todo quando chega a seu fim. À construção una, rigorosa e coerente da segunda, feita de uma imbricação tão estreita de seus diversos elementos, que nenhum deles pode ser retirado sem arruinar o significado ou o equilíbrio de toda a frase, opõem-se os

desenvolvimentos desiguais, independentes e sucessivos da primeira (CHAUSSERIE-LAPREE, 1969, p. 172).

Mais adiante (item 2.4), adentraremos na arqueologia antiga dessa tradição de pensamento sobre a frase – anterioridade de que os autores estão naturalmente cômicos, como se percebe pelas remissões que fazem, segundo já se vai constatando –; por ora, todavia, importa destacar os traços principais dessa concepção tal qual aparece aos estudiosos modernos e vem implementada como instrumento heurístico na lide com os textos latinos.

Note-se, na mesma senda, que, em tese orientada por Chausserie-Laprée e dedicada à frase argumentativa em Tito Lívio – esclarecida a todo momento pelo cotejo com a frase narrativa – Dangel deu sequência à caracterização desses dois tipos frasais elementares – nomeando-os “frase aberta” (para referir a frase narrativa) e “frase fechada” (para referir a frase argumentativa), novamente assinalando, pela nomenclatura, a correlação entre as estruturas linguísticas (frase) e as tipologias textuais a elas associadas. Segundo a autora:

no primeiro caso, o enunciado “se estende e corre”, a exemplo da própria água em movimento que nada faz parar; no segundo caso, oferece-se a imagem de um ciclo perfeito, tão bem fechado em si próprio, que Aristóteles pôde sugerir a ideia de uma frase que possui, em si mesma, como que a partir do interior, seus próprios fatores de delimitação. Essa reflexão sobre uma oposição funcional entre uma *frase aberta* e uma *frase fechada*, a primeira narrativa, a segunda oratória, é fundamental em latim, lembremo-lo, já que os manuscritos não contêm nenhum signo material de pontuação (DANGEL, 1982, p. 9, destacado pela autora).

Note-se, por relevante, o apontamento de que identificar o *molde frasal* em questão – se “aberto” ou “fechado” – é de cabal importância para seccionar a frase convenientemente, atribuindo-lhe marcas de pontuação que acedem, como meras manifestações circunstanciais, àqueles moldes. Teremos a oportunidade de revisitar esse problema quando abordarmos o conceito mesmo de frase (cf., *infra*, 2.3).

Na sequência da exposição, Dangel sugere ser possível pensar em diferentes graus de concretude do modelo em sua relação com os atos de fala específicos (v., *infra*, 2.4). Afinal, são alguns padrões de subordinação que, em Tito Lívio, realizam a frase fechada em oposição à aberta: “condicionais, relativas e completivas permitem, assim, concluir pela busca sistemática, nos discursos livianos, por uma composição obrigatória e de integração orgânica, ao contrário do que ocorre na escrita narrativa” (DANGEL, 1976, p. 227-228), que, por sua vez, vale-se sobretudo de temporais, causais e consecutivas. Como subtipos frasais, assim, essas diferentes formas de subordinação podem ser concebidas não como classificações áridas e arbitrárias depositadas nas gramáticas, mas como componentes de um “sistema funcional” (expressão empregada por DANGEL, 1982, p. 10), a adjetivação do “sistema” se referindo aqui justamente ao nexos que faz de certos tipos frasais uma função dos tipos textuais em que figuram (e vice-versa).

Tanto Chausserie-Laprée como Dangel estão abordando o problema de um ângulo bastante peculiar, centrando-se na prosa clássica latina e, diante de sua específica conformação, descrevendo modelos de frase que, em sua estrutura de ocorrência, apresentam-se como períodos, cabendo-lhes, diante disso, a tarefa de averiguar conformações distintas do período – o que talvez se pudesse descrever como períodos genuinamente periódicos e períodos ocasionalmente periódicos. Assente-se, assim, desde logo, que a polaridade de que se está tratando assume distintas vestes históricas, devendo os instrumentos heurísticos ser, portanto, adequadamente calibrados segundo o material que se esteja maneando.

Diante dessa ponderação, torna-se relevante contemplar a caracterização desses mesmos dois tipos elementares no mais amplo domínio do indo-europeu, logo em grau bastante superior de abstração, no seguinte extrato de Haudry, que convém citar por inteiro a despeito da extensão:

Com fundamento nas análises precedentes, considerar-se-á que o indo-europeu possuía dois tipos principais de frases complexas. Um é *narrativo*: a frase hitita dá uma imagem disso. Ela se define relativamente à narrativa: um elemento assinalado como novo ou que constitui um marco na narração (hit. *kwiš*, *mahhan*, alhures uma *naming-phrase* ou um sintagma nominal com conector interno) é retomado por uma série indefinida de elementos anafórico-catafóricos que introduzem elementos secundários da

narração: hit. *n-aš*, *nu*, indo-europeu **t-o-*, etc.. Não é uma simples enumeração (*ueni*, *uidi*, *uici*), mas uma apresentação estruturada em que os processos são hierarquizados. A importância desses pontos de referência cronológicos é garantida por sua integração às formas verbais em que eles se tornam, em parte importante do domínio indo-europeu, aumentos (i.-ir., gr., arm., frig. **e-*; irl. ant. *no-*). A existência dessa estrutura explica que a renovação formal ou, por vezes, a criação de subordinadas se tenha feito a partir da anáfora, para chegar a sistemas com correlativos, quer distintos (*yo-... to-*, **kwo-... *to-*), quer idênticos (*yo-... *yo-*, *to-... *to-*).

Esse ponto de chegada comum pressupõe uma estrutura precedente comum, o díptico; pode-se, por oposição à precedente, defini-la como *retórica*. Dois processos são postos em relação direta; a simetria da forma enfatiza a expressão da relação. O que importa não é o sentido do termo “introdutor” (o futuro “relativo”), mas o fato puro e simples de ser retomado por um segundo e de ser posto em relação binária; a melhor prova disso é aduzida pelos dípticos com base em antigos anafóricos, que, contrariamente ao que se poderia esperar a partir de seu valor primeiro, constituem dípticos idênticos àqueles que se constituíram por meio de correlativos diferenciados (HAUDRY, 1973, p. 183-184).

Aqui, evidentemente, nem um nem outro tipo assumem veste periódica; trata-se antes de padrões abstratos, dos quais um se assinala pela seriação aberta, mas estruturada, de eventos, e o outro, pela defrontação de dois processos, arrostados em forma de díptico para indicar uma relação estreita.

Mais particularmente, a caracterização da frase que Haudry nomeia “retórica” como um “díptico” remete explicitamente ao importante trabalho de Minard sobre a

subordinação na prosa védica.³⁵ Segundo Minard, o estado normal da prosa védica é refratário à frase complexa, expandindo a frase simples por meio de “absolutivos sabiamente dispostos segundo o escalonamento temporal dos processos, participípios precedidos de seu regime ou agrupados com seu predicado, relativa aposta ao termo que ela especifica, breve glosa inserida na sequência de uma palavra” (MINARD, 1936, p. 2). Quando, porém, a frase complexa é utilizada, prossegue Minard, ela assume a forma de um díptico, termo sobremaneira apto a indicar a dobradura de um membro em direção ao outro:

Seu instrumento preferencial [da frase complexa] é a frase de dois membros subordinada/principal, a dupla escada prótase/apódose ou, como diremos aqui, o díptico [...].³⁶ Dessa forma rudimentar, tirou vantagens surpreendentes. Nenhuma fantasia, aliás, nenhuma graça. Por toda parte – para me valer de uma forma litúrgica – por toda parte, rigor, exatidão, um brilho sem defeito assim como sem sorriso, a fascinante dureza de um mecanismo de precisão. E já de princípio, dos dois membros da frase, os dois membros do díptico, até a sequência é regulada. Ela nunca se inverte sem que se possa encontrar a razão e o valor disso no interior do sistema ou nas suas proximidades imediatas, na estrutura do pensamento ou na pressão do contexto. [...] O díptico normal se inscreve entre duas fronteiras: o subordinador inicial e o verbo final da apódose (MINARD, 1936, p. 3 e 11).

Evidentemente, essa descrição também é gravada com determinada realização conjuntural do díptico, ainda que com sugestão relevante na contraposição entre o molde típico e sua alteração excepcional. De todo modo, figurando, com esse conjunto de textos

³⁵ Não adentraremos aqui no problema da prosa védica, em si mesma, com o que nos embrenharíamos já por terra estrangeira; interessa-nos esclarecer a construção de Haudry. Para uma apreensão da subordinação védica, cf. HETTRICH, 1988.

³⁶ A terminologia “prótase” e “apódose” é hoje habitualmente confinada à descrição das orações de uma frase condicional (e.g., MATTOSO CAMARA JR., 1956, p. 60), mas tem amplitude bastante maior. A prótase é “a parte ascendente da curva melódica de uma frase, estendendo-se da primeira sílaba à *acmé*” (MOUNIN, 1974, p. 274); a apódose é “a parte descendente da curva melódica de uma frase, estendendo-se da *acmé* à última sílaba” (MOUNIN, 1974, p. 36). Na definição de Lausberg, com esteio em teóricos antigos: “A primeira parte do período, criadora de tensão, chama-se *πρότασις* (D.L.3.52), e a segunda parte, que afrouxa essa tensão, chama-se *ἀπόδοσις* (DON.Ter.An.279)” (LAUSBERG, 1967, p. 307).

que se servem de observações da retórica antiga para explicar uma dualidade que, assumindo embora distintas vestes em contextos bastante particulares, ainda assim se mostra estruturante, esperamos ter comunicado uma primeira impressão da concepção de um sistema prosaico em torno de tipos distintos de estruturas frasais.

Esboçando-se, assim, de um lado, um tipo frasal nomeado distintamente narrativo ou aberto e, de outro, um tipo nomeado argumentativo (oratório, retórico) ou fechado, ou simplesmente, díptico, caracterizados, fundamentalmente, o primeiro pela sucessividade (linearidade, continuidade), e o segundo pela ciclicidade (especularidade, dobradura, defrontação), projeta-se uma polaridade elementar que, desde que apropriadamente concretizada e descrita, com atenção para subtipos e variações, parece-nos apta a fornecer uma primeira aproximação relativamente ao material linguístico concreto de que havemos de nos ocupar; trata-se, ao que tudo indica, sobretudo de caminho apto a inculcar as relações entre tipos frasais e (situações comunicativas em determinado estado de textualidade transmutadas em) tipologias textuais, nexos que, na senda de Pocetti, como ficou claro (*supra*, 2.1), reputamos essencial para a concepção do sistema. Insista-se: está-se diante de um ponto de partida, não de chegada.

Já de pronto – é preciso avançar além do ponto de partida –, pode-se afirmar que, tomada em si mesma, a dicotomia exposta não seria apta a descrever com especificidade o sistema da prosa *latina pré-clássica* em sua particular estrutura e em sua dinâmica peculiar, dada a amplitude da polaridade que embasa o sistema. É por essa razão que, conforme proporemos abaixo (v. 2.4. *infra*), as componentes nocionais do sistema precisam ser mais discriminadas, aptas a captar sua estrutura e seu funcionamento de modo bastante mais pormenorizado. Para tanto, contudo, precisaremos adquirir maior clareza conceitual sobre os elementos que compõem o sistema, a começar pela própria noção de frase, que propusemos alocar no centro da descrição; é como se garante que os elementos do sistema não sejam heteróclitos. A ela voltamos agora nossa atenção.

2.3. A noção de frase

Há muitíssimas definições de frase (*sentence*). Fries alega ter identificado mais de 200 na época em que escrevia (FRIES, 1952, p. 9 e 17; SCHERER, 1975, p. 101, fala em

“bem mais de 200”), número decerto exabundante,³⁷ mas ainda assim expressivo de acentuada dispersão nocional. Segundo o estudioso, a definição de frase deve se fundamentar na forma, não no pretense significado (completude de sentido) de um enunciado, como sói ocorrer em vetusto filão da cultura gramatical ocidental (FRIES, 1952, p. 19; cf. também CHARPIN, 1979, p. 29).³⁸ Na negativa categórica de Charpin: “a frase não se define assim pelo sentido que possui, nem pelo *pensamento* que contém, nem pelas categorias lógicas que utiliza, mas pelas relações sintáticas entre os elementos que a constituem em unidade” (CHARPIN, 1979, p. 29, destacado no original). Não que não haja coincidência frequente entre “sentido completo da reunião de palavras” e “caráter fechado da construção gramatical”. No entanto, “aqui, como alhures na linguagem humana, ocorre que traços que habitualmente andam juntos venham a se encontrar dissociados” (MARTINET, 1970, p. 227); o “pensamento completo” é um acidente da substância “frase”, que é aquilo que efetivamente se tem de conceituar (contra a definição sintática de frase, cf., no entanto, CALBOLI, 1987a, p. 11).

Noções como “sentido completo”, “imagem completa” e similares carecem, ademais, de objetividade, não havendo, nos autores que propõem essas definições de frase, critério claro para identificar quando há e quando não há sentido completo. Mais que isso, segundo veremos ao fim deste item, as frases não nascem como traduções imediatas de uma imagem mental; são antes estruturas reiteradas a que o falante recorre para encaixar ideias muitas vezes vagas e imprecisas. Em palavras tersas, a estrutura da frase se impõe à expressão do pensamento. Sugerindo que o molde sintático da frase é, ainda mais que imposição constrangedora do pensamento, condição de sua inteligibilidade, para si mesmo e para os outros Dubois-Charlier apontou: “nós falamos e escrevemos em frases, nós percebemos o que os outros dizem ou escrevem em termos de frases” (DUBOIS-CHARLIER, 1975, p. 39). Do ponto de vista do intérprete, a

³⁷ Afinal, essas definições certamente se agrupam por proximidade em número bastante mais reduzido: “Existem ao menos cinco classes desse conceito intuitivo: (1) uma frase é um enunciado completo do ponto de vista do sentido; (2) é uma unidade melódica entre duas frases; (3) é um segmento da cadeia falada sintaticamente independente [...], a maior unidade de descrição gramatical [...]; (4) uma frase é uma unidade linguística que contém um sujeito e um predicado; (5) é um enunciado cujos elementos todos se ligam a um predicado único ou a múltiplos predicados coordenados” (MOUNIN, 1974, p. 262).

³⁸ Um exemplo de definição semântica de frase se encontra em Vendryes. Para o autor, aquilo que é tido por uma frase no registro escrito poderia ser de tal modo quebrado na fala, de modo tão pouco estruturado até, que mal se saberia contar as frases sob o ponto de vista sintático. No entanto, entende que “sob certo aspecto, há uma única frase. A imagem verbal é uma só, ainda que ela comporte um desenvolvimento por assim dizer ‘cinemático’. Apenas trata-se de que, ao passo que, na língua escrita, ela se apresenta em um só bloco, na língua falada, ela se corta em fatias sucessivas cujos número e intensidade correspondem às impressões que se sentem ou às necessidades que se tem de agir sobre outrem” (VENDRYES, 1950, p. 173).

constatação dessa centralidade implica que “a frase é o ponto de partida, a unidade de partida da análise” (DUBOIS-CHARLIER, 1975, p. 41).

O trabalho seminal de Bloomfield é tido por referência incontornável na definição sintática da frase, alicerçando-se para tanto na distinção entre posição incluída e posição absoluta: “quando uma forma linguística ocorre como parte de uma forma mais ampla, diz-se dela que está em *posição incluída*; de outro modo, diz-se que está em *posição absoluta* e que constitui uma *frase*” (BLOOMFIELD, 1933, p. 178).³⁹ Formulação dessa mesma ideia já se encontra na pena de Meillet, em trabalho originalmente publicado em 1903, tendo sido apenas desenvolvido por Bloomfield:⁴⁰ “a frase pode ser definida: um conjunto de articulações ligadas entre si por relações gramaticais e que, não dependendo gramaticalmente de nenhum outro conjunto, são suficientes em si mesmas” (MEILLET, 1964, p. 355). Com brevidade, aderindo ao mesmo marco teórico e resumindo essas formulações, para Martinet, a frase é “essa construção que não se inclui jamais em uma construção mais vasta” (MARTINET, 1970, p. 229).⁴¹

Adotada tal definição, que goza de ampla aceitação em distintos quadrantes da linguística, é necessário instrumentalizá-la, vale dizer, antes do mais, especificá-la de modo apto a segmentar a enunciação, identificando onde começa e onde termina uma frase. Um dos mais importantes critérios destacados por diversos autores que escrevem a partir desse pressuposto é a prosódia (BLOOMFIELD, 1933, p. 179; ALLERTON, 1969, p. 35-36), mas o critério é restritivo. Mattoso Câmara Jr. indicava já que “o texto escrito ministra a frase sem entoação, fora de uma situação adequada e dirige-se a leitores individualmente imprecisos e vagamente conhecidos, que com ele tomam contato nas mais variadas ocasiões” (MATTOSO CAMARA JR., 1970, p. 167). Tampouco o recorrente critério da pontuação pode ser de serventia (ALLERTON, 1969, p. 27): os sinais de pontuação são lábeis, expressando apenas uma convenção muito tênue relativamente à segmentação das frases (v., *supra*, 2.2). Em suma, conforme indica com precisão Dubois-Charlier, “certa sequência de palavras é reconhecida como sendo ou não uma frase independentemente das maiúsculas ou da pontuação da língua escrita,

³⁹ O estudioso prossegue a afirmar que há diversos meios convencionais para determinar esse isolamento nas diferentes línguas (BLOOMFIELD, 1933, p. 178).

⁴⁰ A obra vem referida na bibliografia de Bloomfield, em sua terceira edição, de 1912: BLOOMFIELD, 1933, p. 534. A correta genealogia está apontada em MOUNIN, 1974, p. 262: “Bloomfield retomando Meillet”.

⁴¹ Veja-se ainda resumo dessa concepção em Fries: as frases “ocorrem sozinhas como enunciações separadas” (FRIES, 1952, p. 19), ao contrário daqueles segmentos de linguagem que “ocorrem apenas como partes de unidades maiores” (FRIES, 1952, p. 19).

independentemente das pausas e da entonação da língua oral” (DUBOIS-CHARLIER, 1975, p. 40). Nenhum ponto final, nenhuma linha prosódica é capaz de transformar em frase uma não-frase sintática. É preciso, portanto, avançar por outro ângulo.

Definindo preliminarmente a frase como “o componente mínimo de uma enunciação que seja estruturalmente independente” (ALLERTON, 1969, p. 30), e assim inserindo-se no marco conceitual de Meillet e de Bloomfield, Allerton questiona de pronto “qual a natureza da independência estrutural” visada (ALLERTON, 1969, p. 30), ao que responde tratar-se de “sua liberdade de ocorrência relativa a suas formas confinantes (se houver)” (ALLERTON, 1969, p. 30). Essa liberdade é tanto interna, implicando que a frase pode ser deslocada ou isolada mantendo sua estrutura, como externa, pois “todos os elementos que são inteiramente independentes devem ser passíveis de omissão, sem afetar o estatuto enunciativo do restante da enunciação (caso exista)” (ALLERTON, 1969, p. 32). Em decorrência dessa especificação do conceito de frase, propõe os seguintes critérios para sua delimitação na enunciação:

Um resumo de nossos critérios para atribuir valor de frase parece agora possível: (1) Os segmentos em questão precisam ocorrer alhures como enunciações completas, (a) com a mesma forma (*e.g.*, sem mudança no padrão acentual) e (b) sem mudar o sentido (em si mesmos, em seus confinantes ou na relação entre eles). (2) O segmento candidato a ser frase precisa ser passível de omissão sem deixar para trás nenhuma não-frase, *i.e.*, as enunciações precisam ser completamente analisáveis como frases. Uma frase pode, portanto, ser definida como “uma sequência mínima de morfemas estruturalmente independente em dado arranjo com dado padrão prosódico”, o “mínimo sintagma estruturalmente independente” sendo compreendido relativamente aos critérios listados acima (ALLERTON, 1969, p. 42).

Dedicando-se especificamente ao latim, Guy Serbat, que também se inseriu na esteira de desses autores,⁴² propôs critérios de identificação da frase aparentados aos de Allerton, associando aspectos externos (trata-se daquilo que a frase repele como não

⁴² O autor destaca o “caráter unitário extremamente coercitivo” (SERBAT, 1988, p. 30) da frase, como um “operador de síntese” cuja “decodificação está em suspenso até o final” (SERBAT, 1988, p. 31)

compondo sua unidade) e internos (aquilo que a frase atrai para seu magnetismo hierárquico):

Em uma língua, a frase é a macro-unidade sintática; (1) como tal, é delimitada externamente; (2) mas também no interior da qual – *porque ela é uma unidade, um quadro de síntese* – se desenvolvem redundâncias, atuam (sobretudo) os fenômenos de seleção e de exclusão cujos exemplos veremos; (3) essa unidade é corroborada por traços prosódicos; enfim, (4) a frase deve satisfazer à condição semântica de não-absurdo, de coerência (o que não quer dizer precisão referencial) (SERBAT, 1988, p. 30, grifos do autor).

Ainda que se possam acatar essas diretrizes genéricas, em grande medida concordantes, entre Allerton e Serbat, posto que não se sobreponham por inteiro, algumas dificuldades se apresentam, dentre as quais a mais relevante parece-nos ser a existência de elementos de coesão suprafrasais, caso das “partículas” gregas e latinas.⁴³ Visitando o problema da variação entre coordenação e parataxe, Allerton entende que tais elementos “coordenam frases (e não palavras ou sintagmas), e as relações que marcam são suprafrasais” (ALLERTON, 1969, p. 37). Já Fries abordara o problema ao notar a existência de alguns advérbios que funcionam como “indicadores sequenciais” (*sequence signals*), entendendo por essa expressão “formas que [...] ligam as frases que, em uma mesma enunciação, se seguem às frases precedentes” (FRIES, 1952, p. 241). Afinal, segundo ele, “praticamente todas as unidades de frase que se seguem àquela que começa uma conversa contêm algum tipo de indicador sequencial” (FRIES, 1952, p. 251). Assim que se admite esse fato, no entanto – e pensamos não haver refutação plausível –, um teste que repouse na aptidão de um segmento enunciativo a figurar isoladamente alhures sem afetar o estatuto enunciativo do que reste após sua subtração, quando aplicado com rigor, estará votado ao insucesso.

⁴³ É por isso que há quem rejeite a definição da frase por sua autonomia. Para Grevisse, muitos “consideram que uma frase se caracteriza por sua autonomia ou pelo fato de apresentar sentido completo [...]. Mais frequentemente, contudo, a comunicação se dá por uma sequência de frases, *que estão em relação umas com as outras*” (GREVISSE, 1986, p. 294, destacamos). Comentando especificamente extrato de Marc Aymé, Grevisse nota que “cada uma das frases, *com exceção da primeira*, contém elemento extrato de Marc Aymé, Grevisse nota que “cada uma das frases, *com exceção da primeira*, contém elementos que encontram sua justificativa no contexto [linguístico]: *voilà* anuncia o que se vai seguir; *leur, elle plus tôt, enfin, la première* remetem ao que precede” (GREVISSE, 1986, p. 294, destacamos). Cf., ainda, LONG, 1961, p. 9.

Dai decorre a importância de compreender, com a linguística do texto, que há frases com distintos graus de independência (cf. ADAM, 2004, p. 53-54). Parte significativa dessa distinção opõe frases iniciais – sejam elas efetivamente as primeiras de uma enunciação ou representem rupturas mais marcadas com os segmentos precedentes, a emular estruturalmente aquela primeiridade – e frases subsequentes – que, a seu turno, podem marcar essa posição de posterioridade por expedientes diversos, especificamente sintáticos ou distintamente semânticos, lexicais, etc..⁴⁴

Tendo em mente textos da oratória antiga como aqueles que nos ocuparão neste estudo, Fraenkel identificou a preferência pela abertura de discursos com aforismos, frases cuja generalidade semântica estereotipada favorece sua mais absoluta independência sintática, apta portanto a prescindir de todo antecedente linguístico: “desde quando os gregos começaram a falar como indivíduos, eles gostavam de abrir seus discursos com algo geral (isso depois se fossiliza em uma fórmula, um expediente, tendo sido a expressão direta do processo de pensamento e o reconhecimento de certa consideração por relações mais profundas)” (FRAENKEL, 2007, p. 338-339).

Evidentemente, a solução não pode repousar em abdicar da noção de frase, até mesmo porque as frases com algum grau de dependência suprafrasal gozam, ainda assim, de independência de tal ordem, que não faria sentido ignorar sua essencial não-inclusão em estrutura hierárquica mais ampla. Foi o que Halliday e Hasan buscaram esclarecer com a distinção entre “estrutura” (*structure*) e “textura” (*texture*), vale dizer, especificando que é qualitativa a diferença entre a ordenação interna da frase e o arranjo de frases entre si: “seja qual for a relação que existe entre as partes de um texto – as frases, parágrafos ou as trocas de papel em um diálogo –, não é o mesmo que estrutura em sentido usual, a relação que liga as partes de uma frase ou de um sintagma” (HALLIDAY & HASAN, 1976, p. 6).

⁴⁴ Reconhecendo graus distintos de dependência externa entre as próprias frases, Allerton afirmou serem as frases declarativas “praticamente livres de todo condicionamento linguístico. Elas são, de certo modo, as mais livres das frases livres” (ALLERTON, 1969, p. 43). A afirmação é problemática, a menos que se restrinja severamente a noção de “frase declarativa”, fazendo-a corresponder à proposição lógica – matriz de influência certamente excessiva no pensamento gramatical ocidental. O problema fora já notado por Meillet e Vendryes, ao apontar a distinta distribuição dos elementos na frase por ser ela a primeira ou única frase, de um lado, ou uma frase inserida em uma sequência, de outro: “em uma frase que faz parte de um conjunto, a primeira palavra é, habitualmente, aquela que permite ao pensamento ligar mais comodamente a frase àquela que precede. Em uma frase isolada ou que começa um desenvolvimento, põe-se no início uma palavra que chame a atenção” (MEILLET & VENDRYES, 1953, p. 579).

Martinet abordou o problema de modo que, pensamos, tem importância mais geral para a dificuldade com que estamos lidando e que, em termos amplos, diz respeito a algo como o grau de independência requerido para que possamos considerar determinados segmentos de enunciação como frases no sentido do marco teórico de Meillet e Bloomfield. Confira-se:

No domínio da coordenação, em que a distinção entre a partícula coordenativa e o complemento de valor conectivo (*therefore, now, en conséquence, en revanche*) não é sempre fácil, o linguista não hesitará em identificar uma daquelas zonas de passagem que frequentemente tornam aleatórios os esforços para cernir rigorosamente os fatos. Convir-lhe-á adotar arbitrariamente critérios que permitirão conduzir a bom termo uma classificação exhaustiva dos dados (MARTINET, 1970, p. 234-235).

A nosso sentir, contudo, a abordagem de Martinet não resolve o problema a contento, até porque a gradação da independência dos segmentos da enunciação recorre a todo tempo, não podendo ser relegada à zona cinzenta habitada pelas exceções. Parece-nos antes que a percepção de Fraenkel, segundo o qual os aforismos em início de discurso adquirem espécie de “fossilização em fórmula”, contenha lição de muito mais ampla pertinência para a discussão que estamos a travar. Desde que se reconhece que as frases que se seguem em uma enunciação não são apenas atos discursivos singulares, mas atualizações de modelos de construção discursiva⁴⁵ – conforme já vimos sugerindo a partir do exame dos autores antigos (v., *supra*, 1.2) e conforme o evidencia a relevância dos tipos frasais como o narrativo e o argumentativo (v., *supra*, 2.2) –, é em grande medida em função da sombra projetada por esses modelos que se logra identificar com clareza o ponto de segmentação da frase.

Em muitas tipologias textuais, ademais, como veremos dentro em pouco com mais vagar, à imagem do que se relata sobre a frase narrativa (v., *supra*, 2.2), os modelos se repetem sequencialmente, um após o outro, no mesmo ato enunciativo, de modo que é a própria replicação do padrão que atua como garante de que a segmentação se impõe: a

⁴⁵ “As frases da língua, ou tipos frasais (ing. *sentence-patterns*), que a análise linguística pode deduzir, por abstração, das enunciações que são as frases dos discursos”, ensina Mattoso Câmara Jr., são “padrões sobre os quais elas se desdobram, obrigatoriamente” (MATTOSO CAMARA JR., 1970, p. 165).

ressurgência do mesmo implica justamente a possibilidade de excluir o último elemento (ou o anterior) sem perturbação sintática interna ou externa; as frases, a partir de modelos que presidem às suas realizações, acabam por se apresentar como verdadeiros blocos construtivos das enunciações.

Expressando ideia a nosso ver capital, Fankhänel assevera que o discurso, de um modo geral, é pré-moldado por tipos frasais, levando ao “surgimento integral das construções discursivas” (FANKHÄNEL, 1938, p. 11):

A moderna filosofia da linguagem nos ensinou que o pensamento dos homens não contém conceitos isolados que nós expressamos discursivamente como palavras; antes, em cada formulação da linguagem na enunciação, de maneira mais ou menos inconsciente, a frase já está previamente conformada em maior ou menor extensão; a vontade do enunciador apenas reside em que ele pode alçar conceitos importantes a uma camada superficial no interior dessa estrutura (FANKHÄNEL, 1938, p. 11).

No mesmo sentido se expressou Scherer, fundamentando nesse caráter modelar a própria definição de frase: “denominamos frases àquelas enunciações que representam inteiramente, em seus aspectos essenciais, um estado de coisas (*Sachverhalt*) de acordo com um modelo de representação (*Darstellungsmodell*) para estados de coisas disponível na língua” (SCHERER, 1975, p. 102). Essas estruturas frasais modelares não são, ademais, em grande número, havendo “apenas algumas poucas formas” (FANKHÄNEL, 1938, p. 11) – ponto desde logo relevante, pois, conforme veremos, a variedade da expressão terá de ser atribuída a todo um conjunto de manipulações dessas estruturas fundamentais (v., *infra*, 2.4).

Embora haja tentativas consistentes de classificação universal das frases, inclusive meritórias sistematizações que assinalam a mútua incompatibilidade lógica entre as frases declarativa, interrogativa, imperativa e exclamativa (cf., *infra*, 2.4), tornando-as, por decorrência, as peças essenciais dessa classificação, daí resultam modelos hiperabstratos, bastante afastados em si mesmos das enunciações concretas;⁴⁶ se aptas, portanto, a tratar

⁴⁶ Propondo-se a ir além da classificação em frase declarativa, interrogativa, imperativa e exclamativa, Sechehaye buscou combinar dois critérios para o que entendia ser uma classificação mais refinada. Assim, distinguiu, de um lado, os critérios de subjetividade, objetividade e especulação e, de outro, comunicação

certos problemas de linguística geral, prestam-se menos bem a fundamentar análises particulares, especialmente no caso de textos majoritariamente compostos de frases declarativas, cujas oposições significativas devem portanto ser internas a esse tipo, dotado que seja de relevância universal.

Conforme bem notou Calvert Watkins, a “estrutura subjacente de uma frase [...] constitui um sistema linguístico que funciona no tempo”, isto é, suscetível de um estudo de linguística histórica (WATKINS, 1964, p. 1035; em sentido semelhante, MARTINET, 1970, p. 230). Referindo-se ao problema específico da ordem das palavras, que – vimos-lo sugerido no capítulo precedente – pode ser tomado como marca relevante do tipo, Meillet e Vendryes esclarecem que, se os tipos se projetam, como anterioridades, sobre as frases concretamente enunciadas, eles mesmos resultam, a cada momento, da condensação dos usos: “o uso tendia a estabelecer para cada tipo de frase uma ordem habitual que vinha naturalmente ao espírito” (MEILLET & VENDRYES, 1953, p. 578).

Pensamos haver aqui senda profícua para a delimitação de um enquadramento analítico de apreensão sistemática da prosa latina pré-clássica. Adiantando algo do desenvolvimento que exporemos na seção seguinte, podemos afirmar que, desde que, aos tipos frasais – que podemos conceber como modelos mais concretos, que chamaremos “módulos” –, acresçam-se operações que incidem sobre aqueles tipos – como modelos mais abstratos, de manipulação dos tipos frasais segundo determinados vetores, e que por isso denominaremos “procedimentos” –, desenha-se um núcleo conceitual mínimo, apto a guiar não apenas a apreensão analítica da enunciação, inclusive a segmentação das frases, que encontra a solução de suas aporias na delimitação dos tipos frasais,⁴⁷ a apresentar previamente os cortes analíticos pertinentes, mas também, pela ancoragem social de módulos e procedimentos, passíveis de se combinar em novos modelos mais ou menos estáveis, apto ainda a enquadrar uma apreciação funcional do uso da linguagem. É ainda o próprio Fankhänel quem sugere o caminho, ao afirmar que tais tipos “surgiram

e apelo por uma reação. Do entrecruzamento, nascem seis tipos de frase: exclamação, asserção e ficção (frases comunicativas, respectivamente portadoras de subjetividade, objetividade e especulação), vocativo/imperativo, interrogação e hipótese (frases apelativas, respectivamente portadoras de subjetividade, objetividade e especulação) (SECHEHAYE, 1934, p. 66). No entanto, essa tipologia universal distancia-se a tal ponto da forma concreta assumida pelas frases efetivamente enunciadas, no tempo e no espaço, que sua operacionalidade fica comprometida.

⁴⁷ Long chega a posição semelhante: “Nem sempre conseguimos estar certos de onde se encontram as fronteiras entre frases. A análise da estrutura frasal faria bem em começar com frases cujas fronteiras não estão em dúvida. O melhor que faria é começar com frases em que sequências de palavras familiares simples se combinam em padrões familiares para expressar sentidos prontamente compreendidos” (LONG, 1961, p. 9).

como portadores de determinadas funções expressivas (*Ausdrucksfunktionen*)” (FANKHÄNEL, 1938, p. 12), e ao conduzir toda a análise, correspondentemente, escorando-se em farto material histórico, que sugere a todo passo como eventos de enunciação.

Essa apreensão global do problema da frase, como unidade fundamental do sistema, habilita-nos, segundo pensamos, a derradeiro exercício crítico preambular, destinado a especificar os conceitos relacionados com a noção exposta de frase e a com isso erigir os parâmetros da descrição sistemática a que nos aplicaremos a partir do próximo capítulo.

2.4. Módulo, procedimento, função

Neste derradeiro item em que buscamos refinar os parâmetros de análise dos textos de que vamos nos ocupar, pretendemos chegar a formulações suficientemente operacionais, embora não a conceitos perfeitamente acabados, das noções de “módulo”, “procedimento” e “função”, a que aludimos já no subtítulo deste trabalho, em sua introdução geral e que já prenunciamos nos itens anteriores deste capítulo. Para tanto, seguiremos percurso expositivo centrado no diálogo com uma série de textos a partir dos quais se possa não apenas definir, mas pôr em questão, submetendo-as já a um processamento crítico – ou forjando-as como resultado de um exercício crítico – as noções que condensam a abordagem visada nesta investigação.

Principiamos com um capítulo relevante da história da retórica antiga, com que se retoma e se reconfigura a polaridade de que já se cuidou (v. 2.2, *supra*) entre frase narrativa e frase argumentativa. Seguimos então com a consideração de duas vertentes da linguística moderna radicadas na matriz estruturalista – a linguística transformacional e a teorização coseriana – que permitem enfim chegar a definições de “módulo” e de “procedimento”. O contexto da discussão permite já propor uma ideia de “função”, noção que vai então aprofundada mediante discussão de alguns textos ligados à corrente funcionalista e à pragmática. Arrematamos com um retorno à retórica antiga, para assentar a compatibilidade do enquadramento nocional proposto com aspectos salientes da reflexão antiga sobre a produção discursiva.

É fundamental esclarecer desde logo que não estamos mirando uma exposição estruturada de determinadas correntes de reflexão sobre a linguagem, nem, muito menos,

filiando-nos a elas ou ao ecletismo resultante de sua junção. Trata-se a nossa de construção teórica que se apoia naquelas contribuições como interlocutores qualificados em um exercício crítico para, bem aquém de uma teoria, esboçar balizas nocionais aptas a conduzir uma análise esclarecedora dos textos que examinamos na sequência da pesquisa. Acrescente-se que, de nosso ponto de vista, é despicienda a sorte que algumas das correntes linguísticas aqui discutidas sofreu, resultante de contingências alheias aos objetivos deste trabalho; nosso exercício não é de exposição voltada à filiação obsequente, a atestar a compreensão daquilo que se pretende aplicar, mas sim de identificação de referentes que podem ser apanhados com vantagem e suprasumidos (*aufgehoben*) em nossa própria construção nocional.

Principiamos essa tarefa crítica apontando que a distinção de que se tratou acima entre “frase narrativa” e “frase argumentativa” (item 2.2) está radicada na teoria aristotélica da elocução, mais especificamente na exposição do livro terceiro, capítulo nono, da *Retórica*, onde o estagirita distingue o estilo antigo (chamado εἰρομένη λέξις, “estilo costurado, encadeado, coordenado”)⁴⁸ do estilo recente (dito κατεστραμμένη λέξις, “estilo trançado, emaranhado, terminado”, ou mesmo “periódico”).⁴⁹ Eis o segmento pertinente:

	ARIST. <i>Rh.</i> 3.9.1-3, 1409a-1409b
1. τὴν δὲ λέξιν ἀνάγκη εἶναι ἢ εἰρομένην καὶ τῷ συνδέσμῳ μίαν, ὥσπερ αἱ ἐν τοῖς διθυράμβοις ἀναβολαί, ἢ κατεστραμμένην καὶ ὁμοίαν ταῖς τῶν ἀρχαίων ποιητῶν ἀντιστρόφοις.	1. Necessariamente, o estilo é ou costurado, devendo sua unidade apenas ao conectivo, como os prelúdios nos ditirambos, ou trançado e parecido com as antístrofes dos antigos poetas.
2. ἡ μὲν οὖν εἰρομένη λέξις ἢ ἀρχαία ἐστὶν “Ἡροδότου Θουρίου ἡδ’ ἱστορίας ἀπόδειξις” (ταύτη γὰρ πρότερον μὲν ἅπαντες, νῦν δὲ οὐ πολλοὶ χρῶνται) : λέγω δὲ εἰρομένην ἢ οὐδὲν ἔχει τέλος καθ’ αὐτήν, ἂν μὴ τὸ πρᾶγμα τὸ λεγόμενον τελειωθῇ. ἔστι δὲ ἀηδὴς διὰ τὸ ἄπειρον: τὸ γὰρ τέλος πάντες βούλονται καθορᾶν: διόπερ ἐπὶ τοῖς καμπτήρσιν ἐκπνέουσι καὶ ἐκλύονται: προορῶντες γὰρ τὸ πέρας οὐ κάμνουσι πρότερον.	2. O estilo costurado é o estilo antigo: “De Heródoto de Túrio eis a exposição da investigação” (valiam-se antes todos desse estilo, mas hoje não muitos). Eu chamo “costurado” ao estilo que não tem um fim determinado por si mesmo, enquanto não termina a matéria de que se fala. Ele é desagradável por não ter limites, pois todos querem ter o fim em mira. Por isso que quando os corredores chegam às marcas de limites [no hipódromo], perdem o fôlego e a coragem; com efeito, quando podem ver antes a meta, não se cansam prematuramente.

⁴⁸ Norden dedicou pequeno estudo especificamente à εἰρομένη λέξις: NORDEN, 1913, p. 367-379.

⁴⁹ Sobre as dificuldades para a tradução das expressões εἰρομένη λέξις e κατεστραμμένη λέξις, cf. DUFOUR & WARTELE, 1980, p. 111. Valemo-nos do termo “estilo” para traduzir λέξις de acordo com longa tradição de leitura desses passos. Sobre a própria noção de “estilo” e as reservas a seu emprego neste trabalho, v., *infra*, neste item. Feito esse esclarecimento, dispensamo-nos de empregar aspas para o termo “estilo” no comentário dessas fontes.

<p>3. ἡ μὲν οὖν εἰρομένη τῆς λέξεώς ἐστιν ἥδε, κατεστραμμένη δὲ ἡ ἐν περιόδοις: λέγω δὲ περίοδον λέξιν ἔχουσιν ἀρχὴν καὶ τελευτὴν αὐτὴν καθ' αὐτὴν καὶ μέγεθος εὐσύνοπτον. ἡδεῖα δ' ἡ τοιαύτη καὶ εὐμαθής, ἡδεῖα μὲν διὰ τὸ ἐναντίως ἔχειν τῷ ἀπεράντῳ, καὶ ὅτι αἰεὶ τι οἶεται ἔχειν ὁ ἀκροατὴς καὶ πεπεράνθαι τι αὐτῷ, τὸ δὲ μηδὲν προνοεῖν μηδὲ ἀνύειν ἀηδές: εὐμαθὴς δὲ ὅτι εὐμνημόνευτος, τοῦτο δὲ ὅτι ἀριθμὸν ἔχει ἡ ἐν περιόδοις λέξις, ὃ πάντων εὐμνημονευτότατον. διὸ καὶ τὰ μέτρα πάντες μνημονεύουσιν μᾶλλον τῶν χύδην: ἀριθμὸν γὰρ ἔχει ὃ μετρεῖται.</p>	<p>3. É tal, pois, o estilo costurado; o estilo trançado é o que se encontra nos períodos. Eu chamo “período” à frase⁵⁰ que tem um princípio e um fim próprios determinados por si mesmos e uma extensão que pode ser bem apreendida sinopticamente. Um tal estilo é agradável e fácil de compreender. Agradável porque se opõe à ausência de limites, pois o ouvinte sempre julga estar de posse de algo e porque algo se termina por si mesmo, ao passo que é desagradável que nada se possa prever e que nada se acabe. Esse estilo é fácil de compreender porque é fácil de memorizar, e isso porque o estilo tem ritmo nos períodos, que é o que há de mais fácil de memorizar. Por esta razão todos se lembram melhor dos metros do que da prosa: pois eles têm um ritmo com que ser medidos.</p>
---	--

Conforme anotou Pierre Chiron, “a metáfora da costura oposta à trança confronta dois tipos de composição: a adição de sintagmas autônomos apenas coordenados se opõe a um jogo complexo de estruturação por efeitos de retardamento e por jogos de correspondências entre os elementos dos *kôla* (membros) no interior do conjunto formado pelo período” (CHIRON, 2007, p. 462). Desenha-se, em outros termos, contraposição entre “um estilo cujos sintagmas são justapostos ou coordenados e um estilo cujos sintagmas são ao mesmo tempo interdependentes e constitutivos de uma unidade dinâmica, adquirida apenas com a última palavra” (CHIRON, 2007, p. 462-463).⁵¹

Aristóteles inaugura, assim, não apenas o contraste formal entre os dois tipos frasais (narrativo e argumentativo), vistos à luz de seu encadeamento textual, mas também uma oposição cronológica e valorativa, em que o estilo apositivo, próprio à sucessão de frases narrativas, é mais antigo e tosco, e o estilo periódico, agregador de vasto conteúdo disposto em uma única estrutura frasal, se afigura mais recente e acabado. Há aqui como que um germe fecundo para nutrir os estudiosos posteriores ocupados de entender a marcha que levaria da velha e imprestável parataxe à rematada hipotaxe clássica (v., *supra*, item 1.1.1 – e, especificamente com fundamento nessa passagem, cf. NORDEN, 1986, p. 46-47).

⁵⁰ Parece necessário reconhecer aqui a polissemia do termo grego λέξις.

⁵¹ É naturalmente nesta fonte que se vai abeberar Cícero, com nuances que poderiam ser aprofundadas em outro contexto, nos passos referidos do *Orator* (v., *supra*, 2.1.2), ainda que não reproduza em tratamento concentrado a distinção entre os dois estilos (Cic.Or.XX.66 e Cic.Or.LXI.207), associando antes um aos historiadores, e outro aos oradores.

A própria tradição retórica antiga, no entanto, infundiu de complexidade e de maleabilidade a dicotomia aristotélica, como se verifica no importante tratado *Sobre o estilo* outrora atribuído a Demétrio de Falero, provavelmente escrito na passagem do século II para o I a.C. (CHIRON, 2002, p. xiii-xl; cf. também INNES, 2005, p. 313 e 321), por um Demétrio que não se pode especificar (CHIRON, 2002, p. xvi). Conforme nota Chiron, em comparação com Aristóteles, com quem dialoga estreitamente ao que tudo indica, esse tratado compreende o “estilo arcaico” como parte de plúrimos recursos de elocução; mais particularmente, promove uma “concepção muito mais diversificada que, para se adaptar a conteúdos ainda não definidos, mas que se sugere ser muito variados, indica toda uma gama de procedimentos de agenciamento, desde a justaposição de elementos breves até uma complexa estruturação periódica” (CHIRON, 2002, p. lxx-lxxi). Vejamos os termos da própria fonte:

	DEMETR. <i>Eloc.</i> 12-15
<p>12. τῆς ἐρμηνείας ἡ μὲν ὀνομάζεται κατεστραμμένη, οἷον ἡ κατὰ περιόδους ἔχουσα, ὥς ἡ τῶν Ἰσοκρατείων ῥητορειῶν καὶ Γοργίου καὶ Ἀλκιδάμαντος· ὅλαι γὰρ διὰ περιόδων εἰσὶν συνεχῶν οὐδέν τι ἔλαττον ἢ περὶ Ἡμήρου ποίησις δι' ἐξαμέτρων· ἡ δὲ τις διηρημένη ἐρμηνεία καλεῖται, ἡ εἰς κῶλα λελυμένη οὐ μάλ' ἀλλήλοις συνηρημένα, ὥς ἡ Ἑκαταίου, καὶ τὰ πλεῖστα τῶν Ἡροδότου, καὶ ὅλως ἡ ἀρχαία πᾶσα. παράδειγμα αὐτῆς, Ἑκαταῖος Μιλήσιος ὧδε μυθεῖται· τάδε γράφω, ὥς μοι δοκεῖ ἀληθέα εἶναι· οἱ γὰρ Ἑλλήνων λόγοι πολλοὶ τε καὶ γελοῖοι, ὥς ἐμοὶ φαίνονται, εἰσὶν. ὥσπερ γὰρ σεσωρευμένοις ἐπὶ ἀλλήλοις τὰ κῶλα ἔοικεν καὶ ἐπερριμμένοις καὶ οὐκ ἔχουσιν σύνδεσιν οὐδ' ἀντέρεισιν, οὐδὲ βοηθοῦντα ἀλλήλοις ὥσπερ ἐν ταῖς περιόδοις.</p>	<p>12. Relativamente aos estilos, um é chamado “trançado”, tal o que se constitui de acordo com períodos, como o dos discursos isocráticos, de Górgias e Alcidas. Pois são compostos inteiramente de uma sucessão de períodos, contendo nada menos [que períodos], como a poesia de Homero é formada de hexâmetros. O outro estilo é chamado “costurado”, dissolvido em κῶλα pouco ligados uns aos outros, como em Hecateu e como na maioria das vezes em Heródoto; em suma, em tudo o que é antigo. Eis um modelo dele: “Hecateu de Mileto conta isto; eu escrevo essas coisas conforme me parecem ser verdade; as histórias dos gregos são muitas e risíveis, segundo se me afiguram”.⁵² Pois os κῶλα parecem estar empilhados uns sobre os outros e fluir sem ter nada para os ligar ou para os sustentar, e eles não se socorrem uns aos outros como nos períodos.</p>
<p>13. Ὁμοίει γοῦν τὰ μὲν περιοδικὰ κῶλα τοῖς λίθοις τοῖς ἀντερείδουσι τὰς περιφερεῖς στέγας καὶ συνέχουσιν, τὰ δὲ τῆς διαλελυμένης ἐρμηνείας διερριμμένοις πλησίον λίθοις μόνον καὶ οὐ συγκειμένοις.</p>	<p>13. Os κῶλα periódicos por certo se assemelham às pedras que sustentam os tetos abobadados e os unem, enquanto os do estilo dissoluto assemelham-se a pedras apenas deslizadas uma próxima à outra, sem se combinar mutuamente.</p>
<p>14. Διὸ καὶ περιεξεσμένον ἔχει τι ἡ ἐρμηνεία ἢ πρὶν καὶ εὐσταλές, ὥσπερ καὶ τὰ ἀρχαῖα ἀγάλματα, ὧν τέχνη ἐδόκει ἡ συστολή καὶ</p>	<p>14. É por isso que há algo de unido e de bem equipado no estilo anterior, como nas estátuas antigas cuja técnica parece residir na</p>

⁵² Cf. outros passos de Hecateu, com comentário fundamentado na mesma distinção de que aqui se trata, embora a partir do texto aristotélico, em NORDEN, 1986, p. 47.

ισχνότης, ἡ δὲ τῶν μετὰ ταῦτα ἐρμηνεῖα τοῖς Φειδίου ἔργοις ἤδη ἔοικεν ἔχουσα τι καὶ μεγαλεῖον καὶ ἀκριβὲς ἅμα.	parcimônia e na sobriedade; o estilo dos autores posteriores se parece já com as obras de Fídias, com algo ao mesmo tempo grande e refinado.
15. Δοκιμάζω γὰρ δὴ ἔγωγε μήτε περιόδοις ὅλον τὸν λόγον συνείρεσθαι, ὥς ὁ Γοργίου, μήτε διαλελύσθαι ὅλον, ὥς τὰ ἀρχαῖα, ἀλλὰ μεμῖχθαι μᾶλλον δι' ἀμφοτέρων: οὕτω γὰρ καὶ ἐγκατάσκευος ἔσται καὶ ἀπλοῦς ἅμα, καὶ ἐξ ἀμφοῖν ἡδύς, καὶ οὔτε μάλα ιδιωτικός, οὔτε μάλα σοφιστικός. τῶν δὲ τὰς πυκνάς περιόδους λεγόντων οὐδ' αἱ κεφαλαὶ ῥαδίως ἐστᾶσιν, ὥς ἐπὶ τῶν οἰνωμένων, οἳ τε ἀκούοντες ναυτιῶσι διὰ τὸ ἀπίθανον, τοτὲ δὲ καὶ ἐκφωνοῦσι τὰ τέλη τῶν περιόδων προειδότες καὶ προαναβοῶσι.	15. Eu, de minha parte, julgo que não se deve encadear períodos ao longo de todo o discurso, como em Górgias, nem dissolver todo o discurso, como nos antigos, mas antes se deve misturar a ambos. Pois assim o discurso será ao mesmo tempo cuidado e despojado, e de ambos advirá deleite, e assim não será nem muito rude nem muito refinado. Declamando períodos sem parar, as cabeças facilmente rodam, como aos que beberam vinho, e os ouvintes sofrem de náuseas devido à falta de verossimilhança e antes mesmo do orador recitam o fim dos períodos, que conhecem de antemão.

Os estilos costurado e trançado se combinam e se transformam mutuamente, o maior vício parecendo repousar na monotonia de empregar uma única forma de elocução. Demétrio se aparta de Aristóteles ao não ver no estilo periódico o que há de melhor e de mais recomendável; prescrevendo uma mistura, esclarece não haver hierarquia *a priori* entre eles. Mais que isso, a combinação é *vária em função* dos contextos elocutivos, e mais especificamente dos tipos textuais que determinado autor tenha em mira. Assim, por exemplo, ao tratar, logo na sequência dessa apresentação geral, especificamente três tipos de período, a saber, o oratório, o narrativo e o dialógico, Demétrio promove distinções em que o mais simples deles, o dialógico, está quase a tocar, embora periódico, o estilo antigo, que é, por definição, não periódico:

	DEMETR. <i>Eloc.</i> 21
21. Διαλογικὴ δὲ ἐστὶ περίοδος ἡ ἔτι ἀνειμένη καὶ ἀπλουστέρα τῆς ιστορικῆς, καὶ μόλις ἐμφαίνουσα, ὅτι περίοδος ἐστίν, [...] ἐπέρριπται γὰρ ἀλλήλοις τὰ κῶλα ἐφ' ἐτέρῳ ἑτέρων, ὥσπερ ἐν τοῖς διαλελυμένοις λόγοις, καὶ ἀπολήξαντες μόλις ἂν ἐννοηθεῖμεν κατὰ τὸ τέλος, ὅτι τὸ λεγόμενον περίοδος ἦν. δεῖ γὰρ μεταξὺ διηρημένης τε καὶ κατεστραμμένης λέξεως τὴν διαλογικὴν περίοδον γράφεσθαι, καὶ μεμιγμένην ὁμοίαν ἀμφοτέροις.	21. O dialógico é um período ainda mais relaxado e despojado do que o histórico, e ele mal manifesta que é um período, [...]. Os κῶλα se empilham entre si um sobre o outro, como no estilo dissoluto, e, tendo terminado, com dificuldade descobriríamos, pelo fim, que o enunciado era um período. É, pois, preciso que o período do diálogo seja escrito em uma forma intermediária entre o estilo costurado e o estilo trançado, com uma mistura equilibrada de ambos.

Para os fins metodológicos que estamos a perseguir, essa abordagem indica, com supedâneo na própria teoria retórica antiga, um caminho para evitar erigir uma dualidade

rígida entre “frase narrativa” e “frase argumentativa”, no interior da qual permanece viva uma narrativa teleológica e axiológica. Trata-se de conceber antes a existência de uma polaridade importante como referência descritiva (e compositiva), mas também bastante maleável, existindo os polos como tendências capazes de se desdobrar em distintos graus de realização, submetendo-se a alterações que os adaptam funcionalmente às diferentes situações discursivas manipuladas pelos autores (objetivadas em tipos textuais, bem como em segmentos distintos em cada tipo textual).⁵³

Nessa diretriz, condensa-se muito do que desenvolveremos na sequência, socorrendo-nos de alguns textos da linguística moderna como forma de explicitar, esclarecer e desenvolver esse que parece ser o núcleo do posicionamento crítico de Demétrio em face de Aristóteles.

Passamos, assim, a considerar um conjunto de escritos aptos a vincular modelos polares típicos como os agenciamentos “narrativo” e “argumentativo” com suas realizações dúcteis, descritas – e destarte percebidas – como formas variantes, trabalhadas, alteradas, daqueles tipos, sempre à luz das situações comunicativas, e por isso mesmo se dando a ver como codificações formais das próprias situações discursivas. Trata-se assim de alargamento crítico de uma percepção antiga, a que aliás retornaremos ao fim do item para assentar a compatibilidade das especificações alcançadas com essa atitude diante do texto.

A linguística transformacional – que nesse ponto não se afasta do estruturalismo bloomfieldiano – entende a frase como “uma organização, uma combinação de elementos em função de princípios”, o que equivale a afirmar que “a frase é uma estrutura” (DUBOIS-CHARLIER, 1975, p. 42). No entanto, para essa corrente linguística, a estrutura da frase deve ser apreendida em mais de um grau de abstração, de onde decorre uma contraposição entre o que denomina “estrutura profunda” e “estrutura de superfície” (sobre a distinção, cf. LYONS, 1969, p. 247-249). Este é o ponto central a reter (mas essencial já na teoria gramatical do século XVII, cf. LAFONT & GARDÈS-MADRAY, 1976, p. 43), do qual decorrem ulteriores especificações que, mediante processamento

⁵³ É, assim, sob a condição de infundir Demétrio em uma perspectiva que parece ter se mantido predominantemente aristotélica na posteridade, que entendemos válida a referência à polaridade entre frase narrativa e frase argumentativa anteriormente delineada, aliás talvez mais bem definida como se produzindo entre “agenciamento narrativo” e “agenciamento argumentativo”, uma vez que a distribuição do material em (plúrimas) frases sucessivas ou em (uma) grande frase que tudo abarca é essencial na caracterização dos polos em tela.

crítico e supressão, permitem avançar no enquadramento apropriado para as análises que enfrentaremos ao longo da investigação.

Mais especificamente, segundo determinado veio de trabalhos, definem-se, de um lado, quatro tipos fundamentais de frase, declarativo, interrogativo, imperativo e exclamativo, mutuamente excludentes (DUBOIS-CHARLIER, 1975, p. 49; empregando a mesma tipologia na descrição do latim, cf. PINKSTER, 1990, p. 191-202 e TOURATIER, 2008, p. 168-182) – e por isso mesmo basilares, todos eles resultantes da mínima “reescritura” necessária da estrutura profunda que gera uma estrutura de superfície, isto é, uma frase enunciada –,⁵⁴ e, de outro, alguns tipos opcionais, passíveis de cumulação (com os tipos fundamentais e também entre si: ênfase, negação e passivização; cf. DUBOIS-CHARLIER, 1975, p. 50-58) – com o que se desenha espécie de superestrutura facultativa da frase, por assim dizer. É importante lembrar que “a frase núcleo defendida por Chomsky como uma frase simples, ativa, afirmativa” (DELAS & FILLIOLET, 1973, p. 74) “não se confunde com a ‘sequência de base que lhe é subjacente’” (DELAS & FILLIOLET, 1973, p. 74), isto é, com a própria estrutura profunda. Assim, a bem da verdade, estamos a lidar com três níveis, um abstrato, a estrutura profunda, e dois concretos, a frase elementar, apenas com transformações obrigatórias para que possa constituir um enunciado gramatical, e a frase derivada, com transformações facultativas adicionais. Ocorre que, do ponto de vista da frase derivada, se tal é a enunciação concreta, a frase elementar se erige em abstração, já que pode ser imaginada por um processo de eliminação.⁵⁵

Essa concepção busca evidenciar sobretudo que “há, nas frases, elementos facultativos, que podem ser suprimidos sem destruir a frase, e outros elementos fundamentais, necessários, cuja supressão acarreta a destruição da frase” (DUBOIS-CHARLIER, 1975, p. 42). Em outros termos, pensada a frase realizada como tipo, isto é, como agenciamento formal (de um conteúdo informativo, que se pode denominar

⁵⁴ Afinal, é impossível ter “uma interrogativa-imperativa, uma imperativa-interrogativa, uma afirmativa-interrogativa ou uma afirmativa-imperativa”, como já notavam Dubois e Dubois-Charlier em modelo que ainda não previa o tipo exclamativo, que apenas incrementaria o rol de impossibilidades (DUBOIS & DUBOIS-CHARLIER, 1970, p. 138).

⁵⁵ A essa multiplicidade estrutural, isto é, de níveis de abstração distintos, que nos interessa de perto, Dubois e Dubois-Charlier nomeiam “hierarquia dos constituintes da frase” (DUBOIS & DUBOIS-CHARLIER, 1970, p. 140), entendendo por “constituente” justamente o “tipo frasal”: “A fórmula institui uma *hierarquia de constituintes da frase* que corresponde à dupla relação existente entre os constituintes obrigatórios (a interrogação, o imperativo e a afirmação se opondo entre si [em momento posterior da teoria, também a exclamação]) e os constituintes facultativos (que não se opõem, mas que podem se cumular entre si e com os constituintes obrigatórios)” (DUBOIS & DUBOIS-CHARLIER, 1970, p. 140, grifos no original).

“material”; cf. DUBOIS-CHARLIER, 1975, p. 42-45), há (ao menos) dois graus distintos de sua estruturação, vale dizer, uma base necessária (reescrita mínima da estrutura profunda), que pode assumir uma só de distintas vestes, e uma superestrutura facultativa, que transforma – em graus distintos, já que os elementos dessa superestrutura se podem cumular ou nem sequer comparecer – as frases mínimas.

A gramática transformacional entende essas “manipulações” (LAFONT & GARDÈS-MADRAY, 1976, p. 44) estruturais como “operações” (DUBOIS-CHARLIER, 1975, p. 200, 205, etc.), ou “procedimentos” (DUBOIS & DUBOIS-CHARLIER, 1970, p. 26), vale dizer, “modificações a partir de uma outra estrutura” (DUBOIS-CHARLIER, 1975, p. 200) – ou “modificações *sobre* uma certa estrutura” (DUBOIS-CHARLIER, 1975, p. 210, destacamos) – ou ainda, mais especificamente, como “transformações” – donde o nome da corrente – que, a partir de uma “estrutura profunda”, produzem diferentes “estruturas de superfície” e, de frases (realizáveis) elementares, originam frases (realizadas) derivadas (DUBOIS-CHARLIER, 1975, p. 202; cf. também HUDDLESTON, 1971, p. 1). Nessa concepção, “[a]s transformações são regras que ligam a estrutura profunda de uma frase à sua estrutura de superfície, que dizem por quais etapas de modificação a estrutura profunda passa para se tornar a organização real da frase tal qual ela se apresenta efetivamente na língua” (DUBOIS-CHARLIER, 1975, p. 227). Trata-se de operações, ou procedimentos, (ao menos exemplificativamente) de “adição de certos elementos, de deslocamento de outros, de apagamento ou substituição de outros ainda, enfim” (DUBOIS-CHARLIER, 1975, p. 260; no mesmo sentido, DUBOIS & DUBOIS-CHARLIER, 1970, p. 26-27; LAFONT & GARDÈS-MADRAY, 1976, p. 48).

Nos termos em que as apresentamos, essas balizas proporcionadas pela linguística transformacional são importantes para as definições que proporemos para “módulo” e “procedimento”, especialmente: (a) a distinção entre dois níveis de estrutura da frase realizada, superpostos, por sua vez, à estrutura profunda, definidos por um núcleo obrigatório e por uma periferia facultativa, a descrever *tipos elementares* e *tipos derivados*; (b) a ideia de que são *operações* aplicadas aos tipos elementares, tais como adição, supressão, substituição de elementos e alteração de sua ordem, que resultam nos tipos derivados.

Essas relevantes constatações, que formalizam observações presentes na matriz estruturalista,⁵⁶ imbricam-se, contudo, com postulados menos aceitáveis, concernentes à concepção de linguagem sustentada por aquela corrente. Aqui precisaremos nos despegar do transformacionalismo até mesmo para explicar os distintos níveis estruturais e as operações que permitem passar de um a outro.

Podemos expor brevemente o ponto de divergência. Ademais de um critério estrutural objetivo a distinguir os dois níveis da hierarquia – necessidade de que conste um e apenas um dos tipos obrigatórios e facultatividade de que compareçam um ou mais dos tipos facultativos –, haveria uma experiência ou, mais propriamente, um juízo subjetivo da hierarquia, uma vez que a relação entre frases com ou sem transformação formalizaria algo que “‘todo o mundo sabe’ sobre as frases” (DUBOIS-CHARLIER, 1975, p. 203), a exemplo da identidade entre a frase sem tipo facultativo e sua transformação passiva, cuja “identidade gramatical é percebida pelos falantes” (DUBOIS & DUBOIS-CHARLIER, 1970, p. 140). Haveria, assim, um dado cognitivo a ser levado em conta, ao menos como confirmação da descrição puramente estrutural.

Ocorre que a importância que se atribui ao dado cognitivo é mais profunda: nos modelos de análise transformacional a que recorreremos acima, a noção de gramática transformacional se assenta em importante postulado da matriz chomskyana, a saber, a centralidade da noção de gramaticalidade, definida a partir dos julgamentos dos falantes (nativos) a respeito das frases.⁵⁷ Essa perspectiva afasta explicitamente a ideia de “norma” entendida como “um uso definido da língua limitado por balizas socioculturais” (DUBOIS & DUBOIS-CHARLIER, 1970, p. 12-13), para se concentrar em uma dicotomia bastante abstrata associada à experiência de um falante hipotético, e mesmo transcendental, alheado de toda particularidade situacional.

Ora, segundo pensamos, com a depuração acarretada pelo foco exclusivo na gramaticalidade, as regularidades com que se poderiam compreender as próprias

⁵⁶ Exemplificativamente, bem notou Kehdi que, ao apresentar e desenvolver o conceito de translação, Tesnière oferece “a rigor uma versão menos formalizada do conceito de transformação, o que faz deste manual [os *Éléments de syntaxe structurale*] uma primeira versão [...] de uma syntaxe transformacional” (KEHDI, 2002, p. 69). Com efeito, o próprio Tesnière reconhece, aludindo para a concepção de diferentes tipos frasais em múltiplos graus de manipulação, que “a translação é [...] um dos fenômenos que contribuem para complicar a frase simples” (TESNIÈRE, 1976, p. 361).

⁵⁷ Conforme já delineado por Chomsky na primeira versão de sua teoria: “O objetivo fundamental na análise linguística de uma língua L é separar as sequências *gramaticais* que são frases de L das sequências *agramaticais* que não são frases de L e estudar a estrutura das sequências gramaticais” (CHOMSKY, 1968, p. 13).

operações de transformação, na relação entre tipos obrigatórios e tipos facultativos, perdem inteligibilidade: a “identidade gramatical” entre frases que sofreram ou não determinadas “operações”, supostamente percebida pelos falantes, não dá conta da diversa distribuição das frases e das operações que a elas subjazem nas situações em que a língua vem efetivamente usada⁵⁸ – e, sem dúvida, a inspiração de Demétrio que estamos perseguindo tem que ver com contraposições internas ao campo dos enunciados gramaticais. Conforme apontou Pinkster relativamente à língua latina – mas com alcance muitíssimo mais amplo: “numerosas características do latim não podem ser adequadamente descritas sem levar em conta o específico ambiente comunicativo (*the particular communicative setting*) em que as frases aparecem” (PINKSTER, 1990, p. 4).

Tomar a regularidade da distinção formal entre frases como insignificante apenas porque, por detrás do que difere, há um núcleo mínimo de identidade, é contentar-se com explicação tão minimalista dos fenômenos, que, sistematicamente aplicada, redundará no falseamento do quadro. A reorientação do transformacionalismo para uma nova fase do gerativismo pouco tem que ver com essa preocupação, mas é preciso reconhecer que o problema era mais agudo na primeira formulação da teoria chomskyana, que, em resposta a críticas, “transformou um pouco seu modelo para atribuir um papel semântico às estruturas superficiais” (LAFONT & GARDÈS-MADRAY, 1976, p. 45). Em passagem bem destacada por Lafont e Gardès-Madray, Chomsky chega a afirmar o seguinte:

A estrutura profunda fornece as relações gramaticais de predicação, modificação, etc., que entram na determinação do sentido. Por outro lado, parece que os problemas de foco e de pressuposições, de temas e de comentários, de campos dos elementos lógicos e de referência pronominal são determinados, ao menos em parte, pela estrutura superficial. As regras que ligam as estruturas sintáticas às representações semânticas não são bem compreendidas (CHOMSKY, 1972, p. 144).

⁵⁸ Parece antes que, sob a perspectiva subjetiva (mas não individual), é a conotação de generalidade atribuída a certas estruturas fundamentais, contraposta à conotação de especificidade conferida a estruturas que se podem ter, assim, como derivadas, o que permite explicar a distribuição entre frases que, até mesmo por apresentar estruturas distintas, não deveriam ser tidas por equivalentes, a não ser em passo provisório da análise.

Como reconhecem os autores, contudo, o germe de uma linguística enunciativa que aí é lançado não teve desenvolvimento significativo subsequente nas correntes linguísticas associadas a Chomsky: “Esse texto é capital, em nossa perspectiva, pois ele abre o caminho para levar em conta as marcas da enunciação no nível dos enunciados realizados. Mas não se trata ainda senão de uma direção de pesquisa que não deu azo a uma investigação sistemática” (LAFONT & GARDÈS-MADRAY, 1976, p. 45).

É imperativo explicar ao mesmo tempo o elo entre tipos derivados (já que são derivados de um mesmo tipo elementar) e sua distribuição específica, isto é, mutuamente diferencial, e essa diretriz nos impele a tomar em consideração, entre os fatores explicativos determinantes para a diversidade estrutural das frases e sua distribuição nos atos comunicativos, o elemento (social) da norma, rejeitado, conforme se viu, por Dubois e Dubois-Charlier. Aproximamo-nos, assim, da definição já por nós proposta da frase como necessariamente atrelada à estabilização de expectativas a respeito da reprodutibilidade de certos modelos linguísticos, como resultado de seu uso reiterado (v., *supra*, item 2.1.3).

Jungimos a discussão presente àquela do item anterior por meio de uma citação do *Handbuch der lateinischen Syntax*, já referida naquela sede, em que, no ano de 1975, Scherer associa noção já por nós destacada (definição da frase a partir dos modelos de frase) às questões que estamos a agitar agora, notadamente a centralidade da noção de norma, e ao problema em que adentraremos na sequência, a saber, a adequação das frases a seus contextos comunicativos:

Não podem ser objeto da gramática, que deve representar a constituição da língua (*Sprachbestand*), as frases concretas (e enunciados diversamente formados) que ocorrem nos atos de fala, pois elas pertencem ao campo do uso da língua, e não à constituição da língua [...]. A gramática (especialmente a sintaxe) deve pelo contrário determinar os modelos de frase (*Satzmuster*) comuns na língua e descrevê-los, assim como aos meios de expressão que constituem o plano da frase (*Satzplan*) e que possibilitam sua acomodação às necessidades concretas do ato de fala pertinente. Em outros termos, as frases não são compostas a partir de uma como que contínua recombinação de peças isoladas prontas, mas dependem da valoração de modelos que são

adaptados, nos quadros das normas vigentes, às necessidades do momento (SCHERER, 1975, p. 102).

De certa forma, todo o tema de nossa meditação está aí condensado, na ideia de modelos que se impõem aos atos de fala concretos por meio de operações que os adaptam em razão de dados contextuais da comunicação – Scherer fala, a propósito, em “modificação” (SCHERER, 1975, p. 103) e “variações do plano da frase” (SCHERER, 1975, p. 103), com técnicas como “extensão” e “encurtamento” (SCHERER, 1975, p. 103), remissivas do que se viu entre os transformacionalistas, mas aqui desenvolvido em diálogo estreito com a sintaxe de Tesnière, a sugerir ainda uma vez que aquilo que nos importa no transformacionalismo é a formalização de certas intuições estruturalistas que decorrem do conceito estrutural de frase (v., *supra*, 2.3). De forma lapidar, remetendo inclusive à matriz chomskyana e percebendo finamente não se tratar de intuições absolutamente novas na história da linguística:

Apenas o reconhecimento de que a fala se realiza por meio da transformação (*Umformen*) e da variação de modelos de frase preexistentes possibilita entender que o falante de uma língua pode construir frases novas e que essa nova criação (*Gebilde*) pode ser compreendida por outros e percebida como adequada à língua. É devido a Noam Chomsky o mérito de ter assinalado o sentido fundamental dessa verdade, que não é nova em si mesma (SCHERER, 1975, p. 104).

Para trilhar essa senda e assim avançar além das dificuldades apontadas na linguística transformacional, chegamos ao ponto anunciado de recuperar alguns elementos da teoria linguística coseriana; o foco dessa incursão é a constatação de que não devemos renunciar a ver a linguagem como “‘historicidade’, técnica histórica e tradição, vínculo com outros falantes presentes e passados” (COSERIU, 1980, p. 101). Afinal, entre liberdade de formulações (de frases), a partir de regras abstratas bastante etéreas, e produção linguística efetivamente constatada, erige-se a pressão da “linguagem repetida” (COSERIU, 1980, p. 107), consubstanciando toda uma mediação da experiência que preenche de regras o vasto espaço entre as diretrizes mínimas de gramaticalidade e a

linguagem empírica. Nesses termos, a superestrutura dos tipos frasais derivados, como concebida pelos transformacionalistas, frequentemente se impõe aos falantes como necessidade (situacional, ainda que não gramatical) na comunicação linguística.⁵⁹

Antes que se imagine – a despeito da advertência relativa à natureza do exame crítico a que se está procedendo, que é redimensionamento, não enquadramento – haver alguma dificuldade em relacionar essas correntes, assinale-se de pronto que não há contradição, quanto menos incompatibilidade entre linguística coseriana e transformacionalismo. Como assinala Neves, a linguística de Coseriu é uma abordagem estruturalista-funcionalista, e não há dúvidas de que a matriz estruturalista de seu pensamento é plenamente apta a receber e processar as formalizações transformacionais, provendo-as de um conjunto de determinações sem as quais elas não se compreendem plenamente. Nos termos da autora:

Coseriu não privilegia a gramática estrutural e funcional em relação à gramática transformacional, o que ele faz é assinalar que, se uma investigação linguística pretende descrever a língua como estruturação de conteúdos, como sistema de funções, ela deve partir do significado estrutural para a designação – como faz a primeira – e, não, partir da designação para o significado estrutural (NEVES, 2018, p. 62; cf. também BECHARA, 1991).

⁵⁹ Trata-se do que muitos estudiosos buscam explicar recorrendo à noção de estilo. Huddleston expressou consciência de que o critério da gramaticalidade representa uma restrição – por cuja superação propugnamos –, ao extremar sua análise, conduzida em *corpus* específico de textos ingleses (escritos científicos nas áreas de biologia, química e física), investigação que alcunha “gramatical”, daquela proposta por Crystal e Davy sob a noção de “estilística”, que buscaria “isolar as características linguísticas que diferenciam essa forma de outras variedades da língua inglesa” (HUDDLESTON, 1971, p. 2). Nos termos daqueles autores, contudo, “as variedades de uma língua precisam ser estudadas tão detalhadamente quanto possível, para que se possa apontar para as características linguísticas que a particularizam e *entender as restrições a seu uso*” (CRYSTAL & DAVY, 2013, p. 8, destacamos). Embora evitemos recorrer muito ativamente à noção de estilística (e a noções associadas como estilo, estilização, estilema, etc.), por sua marcada equivocidade, pensamos que uma linguística do sistema exclusivamente, para a qual a norma permaneça uma impureza de que não se pode contaminar, jamais poderá ser uma linguística efetivamente descritiva, porque renuncia a dar conta de amplo conjunto das regularidades verificadas nos enunciados produzidos. Fazemos essa restrição à noção aqui, assim, pelas dificuldades que surgem ao recorrer a termo tão variamente compreendido. Expressamos, mesmo assim, afinidade com a direção da análise que Crystal e Davy entendem como objeto da estilística e, mais especificamente, de uma “abordagem linguística do estilo” (CRYSTAL & DAVY, 2013, p. 10); de acordo com os autores, “o objetivo da estilística é analisar hábitos de linguagem com o propósito principal de identificar, na massa geral de características linguísticas comuns ao inglês tal qual usado em qualquer ocasião, aquelas características que são restritas a certos tipos de contexto social; explicar, quando possível por que tais características foram usadas em detrimento de outras alternativas; e classificar essas características em categorias baseadas em uma visão de sua função no contexto social” (CRYSTAL & DAVY, 2013, p. 10). Para uma tentativa de desenvolver uma estilística transformacional, com referência a outros trabalhos pertinentes, cf. THORNE, 1970.

Com essa advertência em mente, é imperativo compreender que o objeto da linguística, defina-se como for – e, provisoriamente, pode-se recorrer, como Coseriu, à “linguagem” como termo suficientemente amplo – constrói-se sempre a partir da “única realidade investigável da linguagem” (COSERIU, 1979, p. 71), isto é, a fala em seu grau máximo de concreção: os enunciados linguísticos individuais dos falantes. Destarte, quando se busca compreender algo como “o sistema”, o que se está operando não é uma passagem da fala para outra realidade ontologicamente distinta dele, mas um movimento intelectual de abstração (da fala em direção ao sistema), sob o pressuposto de que existe, no funcionamento da linguagem, um movimento inverso, real e especificamente efetivo porque produtor de linguagem – que, portanto, é verdadeira “realização”, na terminologia de Coseriu, mais do que mera concretização, do sistema em direção à fala.

A noção central que se afirma aqui, e que reputamos fundamental para nossos propósitos, é a existência de distintas “formas” (COSERIU, 1979, p. 72), ou abstrações, que se projetam sobre o falar concreto como diretivas de sua realização; as falas empíricas – material, não objeto em si e por si mesmas da linguística – são, assim, “atos de recriação”, isto é, atos que “se estruturam sobre modelos precedentes que os novos atos contêm e, ao mesmo tempo, superam” (COSERIU, 1979, p. 72). A linguagem não funciona por uma polaridade, mas por “abstrações sucessivas, relacionando o falar, os atos linguísticos concretos, com os seus modelos, mediante outro processo de formalização” (COSERIU, 1979, p. 72).

É para caracterizar essas abstrações sucessivas que Coseriu propõe as noções de “sistema” e de “norma”. O sistema “realiza oposições significativas fundamentais” (COSERIU, 1979, p. 73) subjacentes à linguagem, assim permitindo “seu funcionamento como instrumento cognoscitivo e comunicativo” (COSERIU, 1979, p. 73). Ele é a “*técnica aberta* que abrange virtualmente também os fatos ainda não realizados, mas possíveis de acordo com as mesmas oposições distintivas e as regras de combinação que governam o seu uso” (COSERIU, 1980, p. 123, destacado no original). Contudo, “ao lado do *sistema funcional*, há que distinguir a *realização normal*, ou seja, um grau inferior de abstração que também caracteriza as línguas” (COSERIU, 1979, p. 68). A norma é justamente o grau de abstração que identifica, como chave para a compreensão dos enunciados efetivamente verificados, a eliminação de amplo campo do teoricamente possível, de acordo com o sistema, por meio daquela ou daquelas realizações das regras

sistemáticas que se impõem ao falante como meio adequado (normal) de criar linguagem compatível com o sistema.

Aspecto fundamental dessa percepção de um movimento metodologicamente regressivo de formalização, vale dizer, fundado em abstrações sucessivas, é que não há, assim, apenas “distintos graus de formalização do próprio falar” (COSERIU, 1979, p. 74), isto é, sistema e norma, mas a norma é ela mesma vária; “na realidade, a norma é variável” (COSERIU, 1979, p. 73). A pluralidade da norma, ademais, não remete apenas a distintas esferas de abrangência (no tempo, no espaço, nos grupos sociais), mas também à existência de distintas realizações na mesma esfera de abrangência (temporal, espacial, social); contrapõem-se, assim, estruturalmente, modelos *normais* idealmente diferenciais, quer a coexistência se dê em um mesmo grau de generalidade, quer haja algum tipo de distribuição subsidiária. Coseriu bem o assinalou, ao indicar que, entre variantes igualmente modelares, “uma pode ser considerada como a realização normal na língua dada” (COSERIU, 1979, p. 65) – ou antes, diríamos nós, como realização normal genérica – ao passo que outra ou outras “adquirem normalidade só numa determinada convenção estilística” (COSERIU, 1979, 65) – isto é, segundo determinada noção de “estilo” como forma especificamente conotada.⁶⁰ A língua conotada pela norma e, mais que isso, pelas oposições que as expectativas normativas são aptas a criar – entre normas de mesma estatura, entre normas em relação subsidiária ou, no limite, o que é próprio à linguagem poética (COSERIU, 1979, p. 75), entre norma e realização da liberdade do sistema num ato que escapa aos modelos – é a única que “entra efetivamente nos discursos” (COSERIU, 1980, p. 113).

Essas considerações acerca do aporte teórico de Coseriu, como aquelas que tecemos com base em alguns fundamentos da linguística transformacional, são centrais para que possamos enfim chegar à definição de “módulo” e “procedimento” especialmente, já sugerindo também aquela de “função”; convém, por isso, sumular os dois pontos a reter: (c) a ideia de que o material da análise linguística são as *falas concretas*, elucidadas como realizações de diretivas para a produção da linguagem postas

⁶⁰ De forma interessante para nossos propósitos aqui, a distinção é exemplificada com problema que será bastante visitado neste trabalho, vale dizer, a ordem das palavras em latim: “é verdade que em latim o sistema permitia, para dizer ‘Pedro ama Paulo’, qualquer destas expressões: *Petrus Paulum amat*, *Paulum Petrus amat*, *Petrus amat Paulum*, *Paulum amat Petrus*, *Amat Petrus Paulum*, *Amat Paulum Petrus*; mas também é verdade que a primeira era a construção normal, enquanto as demais, ou não eram normais, ou teriam particulares valores estilísticos: a ordem das palavras na frase latina era muito menos arbitrária e facultativa do que dizem nossos manuais” (COSERIU, 1979, p. 65).

em graus distintos de abstração, da mais abstrata no *sistema* às mais palpáveis nas *normas*; (d) a coexistência de distintas normas como *variantes modelares* distintamente conotadas, possivelmente pela contraposição entre generalidade e especificidade (o que se poderia nomear *norma genérica* e *normas específicas*).

Embora se distingam em muitos pontos, como já ficou evidente, as reflexões hauridas às correntes teóricas indicadas têm elemento fulcral em comum, vale dizer, a centralidade que atribuem à contraposição entre distintos graus de abstração, que recuam gradativamente para a idealidade a partir das enunciações concretas (distinção entre estrutura profunda e estrutura de superfície, bem como entre tipos elementares e tipos facultativos de um lado, diferenciação entre sistema e norma(s) de outro). É esse, afinal, o centro de gravidade da matriz estruturalista em que ambos se alicerçam. A essa atitude analítica comum, por assim dizer, cada uma das correntes contribui de modo distinto, mas que pensamos, conforme já explanado, inteiramente compatíveis.

A reflexão coseriana confere centralidade às abstrações que resultam de seleções dentro do conjunto de possíveis linguísticos (sistema) impostos à fala no seio de uma experiência histórica e cultural determinada; disso resulta que a coocorrência reiterada de mais de uma norma para um único necessário sistêmico (dois tipos de frases declarativas, por exemplo, como as típicas do “estilo antigo” e do “estilo novo”, na *Retórica* e no *Sobre o estilo*) não é fenômeno disfuncional ou exorbitante da observação linguística, mas problema de linguagem a ser explicado.

A linguística transformacional, a seu turno, pensa na passagem de tipos mais abstratos para tipos mais concretos em função da noção relevante de “operações” capazes de afetar circunstancialmente ou acidentalmente a realização de um tipo (frasal, por exemplo). Essa importante noção – também ela formalização de diretrizes postas no estruturalismo, conforme se viu – pode, enfim, e deve, pensamos, ser suprasumida no enquadramento da linguagem posta em situação, no veio coseriano. Afinal, os espaços de liberdade, em que a norma parece retraída (frase mais afastada de seu tipo ideal), são muitas vezes preenchidos por uma combinatória entre tipo (normal) e operações (que também se deixam compreender como típicas, mas insubsistentes por si mesmas, pois precisam se aplicar a determinada estrutura já logicamente anterior). O que estamos a salientar é que a distribuição de enunciados que resultam da aplicação de operações a estruturas frasais basilares (tipos elementares) é ela mesma estrutural, no sentido de que os enunciados resultantes, que podem ser vistos como estruturas frasais derivadas (tipos

derivados), justamente porque há regularidade na aplicação das operações, não possuem distribuição aleatória ou indiferente ao mundo social da comunicação.

Com essas ponderações, não nos afastamos do que se nos afigura como o cerne produtivo da linguística transformacional como relevante veio do estruturalismo metodológico. Afinal, convivemos com Lyons em compreender, adotando um sentido lato para o transformacionalismo, que “toda gramática que proponha atribuir a cada frase uma análise tanto da estrutura profunda como da estrutura de superfície e relacionar sistematicamente as duas análises é uma gramática transformacional (quer use ou não esse rótulo)” (LYONS, 1969, p. 248); discordamos antes na explicação de como se dá a passagem de uma à outra. Afinal, conforme bem aponta Cervoni, “as noções de *nível* e de *operação*” – e aqui estamos tratando justamente dos pontos (a) e (b) sumulados acima –, “que fazem parte do aparato conceitual da linguística gerativa” – sobretudo em sua veste transformacional – “se encontram em algumas teorias da enunciação” (CERVONI, 1987, p. 12). Nelas se encontram precisamente por inexistir incompatibilidade e haver mesmo grande interesse em se apropriar daquelas noções em contexto em que se considera a linguagem em situação comunicativa.

Nesse sentido, levar em consideração a distribuição das frases em função das restrições impostas pelo peso da tradição em determinadas situações comunicativas, conotando tipos e conotando operações, não parece tarefa fundamentalmente distinta, mas aprofundamento ou adensamento daquele quadro teórico, o que se faz necessário aliás para quem pretende explicar a língua não como ela poderia ser usada (e mesmo assim ser considerada gramatical), mas como ela de fato é (ou, em nosso caso, foi) usada pelos falantes. À luz desse primeiro exercício de crítica, desenvolvendo percepções hauridas ao *Sobre o estilo*, passamos a uma definição instrumental (mais que uma conceituação, como já dissemos) das noções de “módulo”, “procedimento” e “função”, que expressam nossa compreensão dos problemas que acabamos de expor: uma primeira supressão das questões agitadas, apta a realizar uma análise consequente do sistema da prosa latina pré-clássica em geral e dos textos de Catão, especificamente.

Por “módulo”, entendemos toda estrutura (como a frase, nossa unidade privilegiada de análise) normal, vale dizer, toda estrutura que existe na linguagem como norma, isto é, como padrão reiterado apto a servir de modelo para os diversos atos de fala concretos. Assim, um módulo frasal narrativo é um modelo, uma abstração reconhecida pelos falantes como padrão enunciativo apto a ser replicado em novas enunciações.

Pensamos que empregar o termo “módulo” oferece a vantagem de chamar atenção para sua conformação prévia, como estrutura apta a ser solicitada na enunciação e “encaixada” no fluxo discursivo. Os módulos frasais também se engatam um ao outro, segundo padrões que podem, nos mesmos termos, ser igualmente modulares, caso em que estaremos a considerar módulos suprafrasais, escala de observação a que também se atentará, até porque os módulos frasais são distintos em distintas posições do discurso,⁶¹ consoante já se apresentou (v., *supra*, 2.3). Há, evidentemente, diferentes graus de modularidade, segundo determinado bloco de texto, como a frase, seja mais ou menos assentado pela tradição como forma normal (regular, regrada, adequada) de enunciação em determinado contexto.

Para entender a relação entre frases (e estruturas de outras escalas) mais e menos normais, vale dizer, mais ou menos reconhecíveis como módulos de estruturação discursiva, convém introduzir a noção de “procedimentos”, que são como as “operações” da linguística transformacional, apenas repropostas em contexto em que ganha preeminência a norma como critério de estabilidade, mais do que a presença dos mínimos traços diferenciadores sistêmicos que definem as frases declarativa, interrogativa, imperativa e exclamativa. Os procedimentos são assim aquelas operações, categorizadas pelos transformacionalistas como de acréscimo, supressão, substituição de elementos ou alteração de sua ordem, e que, no mundo social da comunicação linguística, permitem transformar os módulos em estruturas que tenham menor estabilidade como norma, adaptando expectativas típicas a expectativas ou desígnios específicos a partir dos quais a linguagem ganha maleabilidade.

Embora o que importe, em um primeiro momento da investigação, seja verificar os desvios (primeiro estabelecendo que se trata de desvios, isto é, que há uma forma normal pressuposta, subsequentemente alterada), podemos, alterando ligeiramente a tipologia transformacional, propor categorizar os procedimentos em quatro tipos: (1) alteração da ordem dos constituintes; (2) alteração paradigmática dos constituintes; (3) supressão ou desdobramento de constituintes, neste último caso, quer cumulando constituintes na mesma posição, quer abrindo nova posição sintagmática; (4) enfim – sem paralelo na tipologia transformacional – geração de vínculos icônicos entre constituintes

⁶¹ E, como bem apontam Lafont e Gardès-Madray, “pode-se até mesmo questionar se certas marcas sintáticas são possíveis de explicação se não se leva o contexto linguístico da frase em que figuram” (LAFONT & GARDÈS-MADRAY, 1976, p. 58). Fazendo a mesma constatação do ponto de vista da linguística latina, cf. PINKSTER, 1990, p. 243.

de posições distintas (e.g., aliteraões, homeoteutos, issosilabia, etc.). Muitos desses procedimentos alteram os módulos em sentidos típicos, isto é, menos particularizando a enunciação como individualmente idiossincrática do que conotando o *hic et nunc* da fala concreta com predicados categoriais que não são despidos de abstração: a frase procedimentalizada não é frase que abdica da norma e se radica diretamente no sistema; ela particulariza *normas modulares* mediante *normas procedimentais*.⁶² Trata-se, pois, não de anomia, mas de algo como uma modalização normativa.

A análise desenvolve-se, assim, sobre atos individuais de linguagem (em nosso caso, as frases e os encadeamentos frasais de Catão, vistos à luz do material linguístico que a ele se oferecia), dos quais se depreendem módulos (marcados pela estabilidade da norma) e se extremam procedimentos (que intervêm, como secundidades, sobre um núcleo de – maior – estabilidade). No entanto, como não dispomos da interrogação do falante nativo como critério para discriminar a frase que é realização da norma modular e aquela que a procedimentaliza – tanto o mais porque, já o vimos, pode haver duas (ou mais) frases normais com mesmo conteúdo informacional –, é preciso desenvolver uma compreensão relativa aos atos de linguagem, às suas estruturas próprias segundo sua posição na vida, para que a distinção seja operativa. Para tanto, mostra-se fundamental desde logo a noção de “função”, que, conforme anunciado, será introduzida e imediatamente processada em diálogo com alguns textos.

A ideia de “função” decorre da constatação central da linguística coseriana de que a linguagem define sua estabilidade (a normalidade da expressão) *em função de* uma imanência da produção da linguagem na interação humana. A generalidade de determinada norma, como sua especificidade, são manifestações da generalidade e da especificidade das situações de interação social em que a linguagem é usada. Nesse sentido, pode-se afirmar que “o sistema que subjaz à construção das expressões linguísticas é um sistema funcional” (DIK, 1997a, p. 6) porque “as expressões linguísticas apenas podem ser compreendidas adequadamente quando consideradas como funcionando em contextos cujas propriedades são codeterminadas pela informação contextual e situacional disponível aos interlocutores” (DIK, 1997a, p. 6). Diante disso, tomaremos aqui “função” como a específica relação existente entre a forma da expressão

⁶² A percepção já está intuída em Sechehaye: “tão logo uma frase de um tipo qualquer se torna complexa e se carrega de complementos, ela recorre, para tanto, a *procedimentos comuns a todos os tipos* [...]” (SECHEHAYE, 1934, p. 72, destacamos).

linguística e a situação comunicativa que lhe confere, desde que a situação é recorrente como idealidade, sua normalidade e que, por uma série de razões mais lábeis, em diferentes graus de desvio em relação às mais estáveis normalidades, confere-lhe também as oportunidades para sua procedimentalização.

Situar a investigação em um contexto funcional significa não apartar da análise da linguagem (até porque, segundo ficou dito até aqui, trata-se de dimensão constitutiva dela) sua dimensão pragmática.⁶³

Ora, se a expressão linguística codifica em sua estrutura a situação da interação em que ocorre (como idealidade) a enunciação concreta (porque na situação se recorre à realização de um tipo adequado à comunicação), resulta que a frase (e com efeito o discurso) comunica um conteúdo (o que os transformacionalistas chamam de “material”, isto é, “as relações fundamentais”, sintático-semânticas, “entre as palavras da frase, relação de sujeito ou agente, de objeto, etc.”, DUBOIS-CHARLIER, 1975, p. 44) ao mesmo tempo em que comunica o próprio enquadramento comunicacional da interação. Maingueneau buscou dar conta dessa polaridade opondo “conteúdo proposicional” a “força ilocutória”:

O que se chama o “sentido” de um enunciado associa duas componentes: ao lado do *conteúdo proposicional*, de seu valor descritivo (que seria o mesmo em “Paulo parte” e “Paulo, parta”), há uma *força ilocutória* que indica que tipo de ato de linguagem é realizado quando é enunciado, como ele deve ser recebido pelo destinatário: pode se tratar de um pedido, de uma ameaça, de uma sugestão, etc.. Falar é, portanto, comunicar igualmente o fato de que se comunica, integrar na enunciação a maneira como ela deve ser recebida pelo destinatário (MAINGUENEAU, 1997, p. 6).

⁶³ Afinal, “há pragmática linguística quando se considera que a utilização da linguagem, sua apropriação por um enunciador que se dirige a um alocutário em um contexto determinado, não se acresce do exterior a um enunciado autossuficiente por direito, mas que a estrutura da linguagem é condicionada pelo fato de ser ela mobilizada por enunciações singulares e produzir certo efeito no interior de determinado contexto, verbal e não-verbal” (MAINGUENEAU, 1997, p. 2-3). Isso não se dá, por tudo o que foi dito, no sentido de que a “pragmática se apresenta como estudo não das frases como *tipos*, fora de contexto, mas das *ocorrências* de frases, desse evento singular que é cada ato de enunciação” MAINGUENEAU, 1997, p. 2-3). Afinal, os tipos (normais) são condensação, ou objetivação, de experiências; eles possuem um contexto estabilizado, e até os tipos mais genéricos codificam em expressão linguística a imanência da linguagem na interação. Para Dik, “a descrição linguística dá conta do fato de que as línguas são usadas para propósitos comunicativos na interação verbal” (DIK, 1997b, p. 409).

Descontada a limitação advinda da concepção da linguagem como um face-a-face de dois sujeitos, em que se exclui um contexto social objetivado em situações mais institucionalizadas, particularmente relevantes para a definição da norma linguística,⁶⁴ as enunciações – quer estejamos falando nos módulos, quer nos procedimentos que os alteram e os particularizam –, combinam, assim, uma dimensão representacional e uma dimensão ilocutória (para o *locus* clássico dessa distinção, cf. ASTIN, 1975, p. 99-100, “a realização de um ato *ao* dizer algo em oposição à realização de um ato *de* dizer algo”). É no mesmo sentido que Dik distingue, em um evento discursivo, uma “camada interpessoal” (DIK, 1997b, p. 425) e uma “camada representacional” (DIK, 1997b, p. 426). Essas duas componentes da enunciação, a seu turno, codificam-se na estrutura linguística, já de forma plenamente assentada, nos módulos, já de forma categorialmente desviante, nos procedimentos. Antes de retornar a Demétrio, conforme prometemos, convém explicitar algo a respeito dessa dupla codificação na estrutura linguística, de modo a deixar consignados, já com apontamentos conceituais que serão posteriormente especificados, quando necessário, alguns dos elementos que permitem conferir dinâmica ao sistema, *funcionalizando a descrição de módulos e procedimentos*.

Do ponto de vista da dimensão representacional ou informativa, a polaridade essencial é entre tópico e foco – a que se poderiam acrescentar, na senda da gramática funcional, tema e cauda –,⁶⁵ ou mais especificamente entre “topicalidade” e “focalidade”, noções que se desdobram em espécies de tópico e foco a que aludiremos ocasionalmente no decorrer das análises,⁶⁶ mas que preliminarmente podem ser entendidas como segue:

⁶⁴ É o mesmo problema que leva Maingueneau à exclusão da noção de tipo, conforme reportado na nota anterior.

⁶⁵ A diferença essencial é que o tópico e o foco são internos à oração, ao passo que o tema e a cauda são externos a ela: “o papel do tema é especificar uma entidade a respeito da qual a oração que se segue apresentará alguma informação relevante. De um ponto de vista sintático, esses constituintes não pertencem à oração: eles são tipicamente extra-oracionais, constituintes deslocados para a esquerda” (SPEVAK, 2010, p. 107). Já com relação à cauda: “constituintes podem ser adicionados ao fim da oração como uma especificação adicional de um constituinte já contido na oração ou como uma especificação de todo o conteúdo da oração. Eles são um tipo de adendo que especifica, esclarece ou corrige algo que já foi dito. Tais constituintes [...] são chamados caudas. Trata-se de constituintes extra-oracionais, localizados à direita, que podem ser identificados por seu contorno prosódico nas línguas faladas e são especialmente usados em conversas não planejadas” (SPEVAK, 2010, p. 111-112). Cf. DIK, 1997b, p. 389 e 401.

⁶⁶ Assim, por exemplo, uma monografia recente dedicada ao problema, fala, relativamente ao gênero foco, nas espécies “foco amplo” e “foco restrito” (este com subespécies como “foco forte”, “foco duplo”, “foco incluído” e “foco repetido”). Com relação ao “tópico”, especifica-o em “tópico deslocado”, “tópico locativo”, “tópico simples” e “tópico contrastivo” – ou “contrastante” (DEVINE & STEPHENS, 2019). Algumas dessas categorias serão mobilizadas localmente nas análises, com explicações pertinentes a cada momento.

Topicalidade diz respeito ao estatuto daquelas entidades “a respeito das quais” a informação é dada ou pedida no discurso. A dimensão da topicalidade diz respeito aos participantes na estrutura de eventos do discurso, os “atos” na peça encenada na interação comunicativa. A focalidade diz com aqueles itens de informação que são os mais importantes ou salientes com relação à modificação que o enunciador deseja realizar sobre a informação pragmática de seu interlocutor e com relação ao desenvolvimento subsequente do discurso. A dimensão de focalidade diz respeito à “ação” da peça (DIK, 1997a, p. 312; retomando explicitamente Dik em contexto de discussão da língua latina, cf. PINKSTER, 1990, p. 4; SPEVAK, 2010, p. 6-8; HOFFMANN, 2018, p. 113).

Essas diretrizes da dimensão representacional estão codificadas em grande medida na ordem das palavras em latim, de modo que “em relação à *perspectiva comunicativa* que é dada à frase pelo falante/escritor, os *constituintes da frase* são ordenados de acordo com sua dinâmica comunicativa, com o tópico no começo e o foco no fim da frase” (PANHUIS, 2015, p. 247; cf., mais amplamente, PANHUIS, 1982, p. 7-17).⁶⁷

Procedimentos de alteração na ordem das palavras são, assim, frequentemente destinados a intervir especificamente na dimensão representacional dos módulos. Trata-

⁶⁷ Substituímos “rema” por “tópico” e “rema” por “foco”, até porque as definições propostas por Panhuis são inteiramente compatíveis com aquelas acima propostas. Para ele, o tema “garante que *aquilo* que se diz na frase é *sobre* alguma coisa” (PANHUIS, 2015, p. 245, destacado no original). Do mesmo modo, “a respeito desse tema, no começo da frase, *algo é dito na segunda parte da frase*. Essa parte é o *rema* [...]. O rema é aquela seção que leva a comunicação adiante: ele oferece informação relevante” (PANHUIS, 2015, p. 245). Trata-se, conforme explica Halliday, de terminologia própria à Escola de Praga (HALLIDAY, 2004, p. 64). Halliday, no entanto, entende que o par tema-rema tem conotações distintas de tópico-comentário (terminologia hockettiana adaptada por Dik) e prefere não lidar com tais denominações (HALLIDAY, 2004, p. 65, nota). Em sentido contrário, em prol da terminologia tópico-foco, cf. BAÑOS BAÑOS & CABRILLANA LEAL, 2009, p. 685. Pensamos que a proposta terminológica de Touratier, que se combina, a nosso ver, com definições claras, tem muito em seu favor (apenas não é seguida neste trabalho para evitar mais uma complicação vocabular): “Para descrever o conteúdo informativo dos enunciados, utilizar-se-ão ao menos os dois conceitos de aporte e de suporte. O *suporte informativo* (a escola de Praga diz ‘o tema’, e a linguística americana, desde Hockett, ‘o tópico’) é aquilo a propósito de quê o enunciador diz alguma coisa, isto é, seja em que ocasião (ou enquadramento: enquadramento espacial, temporal ou nomenclatura da mensagem), seja aquilo a respeito de quê (ou o tema em sentido estrito do enunciado) o enunciador aporta uma informação. O *aporte informativo* (a escola de Praga diz ‘o rema’, e a linguística americana, ‘o comentário’) é precisamente a informação que o enunciador pretende comunicar por seu enunciado” (TOURATIER, 2008, p. 142).

se das movimentações dos constituintes em geral descritas por termos como “topicalização”⁶⁸ e “focalização”,⁶⁹ que reputamos, contudo equívocos; tendem a associar o deslocamento à esquerda com a “topicalização” e o deslocamento à direita com a “focalização”, ao passo que, como bem lembra Lambrecht com relação ao primeiro desses termos, “o que não se reconhece frequentemente é que esse tipo sintático serve a duas funções discursivas muito distintas [...], o sintagma ‘topicalizado’ pode estar quer em uma relação tópica, quer em uma relação focal com a proposição expressa pela frase” (LAMBRECHT, 1994, p. 31). Pensamos, por isso, ser melhor designar antes o movimento dos constituintes em relação com sua função pragmática informacional, referindo-nos assim ao deslocamento, à anteposição e à posposição do tópico ou do foco – por vezes de forma combinada, como no caso de tópicos e focos ditos “contrastivos”,⁷⁰ ou, como talvez melhor se dissesse, “contrastantes”.⁷¹ Outras estratégias de marcação do tópico e do foco evidentemente também devem ser consideradas.

De todo modo, em vez de uma tipologia abstrata dessas alterações, que fugiria inteiramente a nossos propósitos, e talvez levasse até a pistas falsas, oferecemos, nas análises, especificação de algumas das formas pelas quais expectativas estabilizadas da codificação de tópico e foco vêm subvertidas por determinados procedimentos.

Talvez já não seja tão simples definir para a dimensão ilocutória uma polaridade organizativa como a relação entre topicalidade e focalidade, que se beneficiou, nas últimas décadas, de muitas monografias especificadamente dedicadas ao latim, como as que acabam de ser citadas. Já com relação à dimensão ilocutória, apesar de muito trabalho acumulado desde então, uma visão estruturada ainda falta, e assim não nos parece que a avaliação de Huddleston em 1971 precise ser substancialmente modificada:

⁶⁸ Fala-se em “topicalização” ou “construção de topicalização”, definido, por exemplo, como “posicionar um elemento pragmaticamente tópico em uma posição sintática tópica” (DEVINE & STEPHENS, 2019, p. 225). Cf. SPEVAK, 2010, p. 75, para conceito diverso de “topicalização”: “retomada, por meio de anáfora pronominal, de um anterior constituinte de foco, e sua seleção como tópico frasal”. A autora, no entanto, tem plena consciência da especificidade do conceito que propõe (SPEVAK, 2010, p. 75, n. 78).

⁶⁹ Fala-se por vezes em “focalização”, ou “movimento focal”, como “colocação de um constituinte focal em posição anterior ao sujeito (‘topicalizada’)” (LAMBRECHT, 1994, p. 225), o que Spevak denomina *focus-first strategy* (SPEVAK, 2010, p. 41), mas por vezes o deslocamento do foco, em contextos em que o verbo assume regularmente posição final (PANHUIS, 2015, p. 249), é a posposição ao verbo.

⁷⁰ Isto é, “um tipo de confronto entre dois elementos que são postos em contato um com o outro” (SPEVAK, 2010, p. 45).

⁷¹ O adjetivo “contrastivo” é calque do inglês *contrastive*; não consta nos principais dicionários da língua, apesar de se encontrar hoje admitido no Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa.

O trabalho detalhado a respeito da força ilocutória é muito mais recente [do que a classificação das frases em declarativas, interrogativas, imperativas e exclamativas], permanecendo ainda algo concreto e implícito. Não sabemos quais são as categorias (os trabalhos mencionados acima sugerem que há um número bastante amplo: sugestão, conselho, súplica, convite, aposta, promessa, aviso, ameaça, insulto, etc., para além das habituais asserção, questão, comando e exclamação), nós não sabemos em que medida elas são discretas e mutuamente exclusivas, o que exatamente são os “indicadores de força ilocutória” [...] e assim por diante (HUDDLESTON, 1971, p. 5; no mesmo sentido, CERVONI, 1987, p. 110).

Por isso mesmo, será necessário trabalhar aqui de forma mais pronunciadamente indutiva. Desde logo, entretanto, pode-se sugerir que uma divisão essencial – e bastante recuada na cadeia de especificações de força ilocutória – tem de ser a oposição entre enunciados transparentes (em que a força ilocutória se dissimula criando o efeito de que o enunciado é toda representação) e enunciados reflexivos (em que a força ilocutória vem ostensivamente marcada na expressão linguística de tal modo que o enunciado se apresenta claramente como linguagem).⁷² Sem dúvida, a essa divisão se prendem fenômenos específicos como os procedimentos de geração de vínculos icônicos entre os constituintes, acima mencionados, em que a linguagem vem como que dobrada sobre si mesma – não é à toa que são procedimentos essenciais em atos linguísticos performativos em que se põe em relevo o poder criador da linguagem (v., *infra*, item 3.3).

Se a percepção de Demétrio – empírica e ademais voltada a uma polêmica específica, embora tácita, com Aristóteles – era que, para além da polaridade de tipos de

⁷² A oposição e a terminologia nos é sugerida por passagem do historiador da arte Louis Marin: “Uma vez bem determinado que, como estrutura de significação, toda representação, quer se trate de linguagem ou de imagem, apresenta-se representando alguma coisa, eram agora os modos específicos particulares da articulação da opacidade reflexiva e da transparência transitiva da representação no campo das artes visuais, eram as figuras e as configurações históricas e culturais, ideológicas e políticas que essa articulação assumia, de modo singular, em determinada obra, em determinada comanda, em determinado programa, eram todos esses domínios de objetos indissolivelmente históricos e teóricos que se tornavam as questões da pesquisa” (MARIN, 2006, p. 15).

agenciamento discursivo (sobretudo frasal) fixos, havia largo espaço para adaptação desses tipos em função de determinadas situações discursivas como aquelas que estão como que objetivadas nos gêneros textuais, pensamos que os desenvolvimentos que perseguimos ao longo deste item visaram apenas a dotar essa percepção de maior generalidade, de um lado, apontando as razões que justificam a adoção dessa perspectiva, e de mais evidente especificação, de outro, mediante uma série de distinções dela decorrentes, de modo a torná-la instrumento apto a guiar as análises que se desenvolverão na sequência. Esse é o propósito das definições por nós avançadas para “módulo”, “procedimento” e “função”. Trata-se de uma extrapolação *na senda da* intuição demetrianiana, e não em oposição ou em substituição a ela.

Retornaremos amiúde, e de forma balizada pela experiência histórica concreta de Catão, à retórica, que, independentemente da intensidade do contato de Catão com ela (v., *supra*, 1.1.3), fornecerá luzes preciosas sobre o texto catoniano. Podemos, no entanto, apenas para indiciar a aderência das noções que foram aqui propostas, examinar mais alguns trechos de Demétrio, dos muitos que se ofereceriam a inspeção semelhante. Tomemos breve passagem em que a discussão sobre a clareza conduz a algumas considerações a respeito da ordem das palavras:

	DEMETR. <i>Eloc.</i> 199-200
<p>199. Καὶ ὅλως τῇ φυσικῇ τάξει τῶν ὀνομάτων χρηστέον, ὥς τὸ “Ἐπίδαμνός ἐστι πόλις ἐν δεξιᾷ ἐσπλέοντι εἰς τὸν Ἰόνιον κόλπον”. πρῶτον μὲν γὰρ ὠνόμασται τὸ περὶ οὗ, δεύτερον δὲ ὁ τοῦτο ἐστίν, ὅτι πόλις, καὶ τὰ ἄλλα ἐφεξῆς. 200. Γίγνωιτο μὲν οὖν ἂν καὶ τὸ ἔμπαλιν, ὥς τό· “Ἔστι πόλις Ἐφυρη”. Οὐ γὰρ πάντη ταύτην δοκιμάζομεν τὴν τάξιν, οὐδὲ τὴν ἑτέραν ἀποδοκιμάζομεν, καθὰ ἐκτιθέμεθα μόνον τὸ φυσικὸν εἶδος τῆς τάξεως.</p>	<p>199. E, em geral, deve-se empregar a ordem natural das palavras, como da seguinte maneira: “Epidamno é uma cidade à direita de quem veleja entrando no golfo jônico” [Th.1.24.1]. Pois primeiramente se nomeia a coisa a respeito do quê [se fala], em segundo lugar aquilo que isso [aquilo de que se fala] é, isto é, que é uma cidade, e o resto sucessivamente em ordem. 200. Mas também pode ocorrer, é verdade, no sentido contrário, como no seguinte caso: “Há uma cidade, Éfira...” [II.6.152]. Portanto, não prescrevemos em todos os casos aquela ordem [direta] e tampouco proibimos a segunda [ordem], mas apenas expomos a forma natural da ordem [das palavras].</p>

Demétrio está trabalhando com uma unidade muito curta, apta a constituir uma frase ou um segmento de frase; opõe os esquemas “A é uma cidade” e “uma cidade é A”, em que “A” vale por um topônimo. Ambos são possíveis, mas um se lhe afigura natural (φυσικός) – o que apresenta a ordem sujeito-predicado (e, no caso, também tópico-foco)

–, de sorte que “A é uma cidade” é entendido como padrão, ao passo que o segundo esquema apenas se verifica subsidiariamente. Tanto é assim que, ao nuançar a exclusividade, anota que o primeiro esquema não tem de ser seguido “em todos os casos” (embora o deva, entende-se, na ampla maioria deles), enquanto o segundo não é proscrito, (mas a ausência de qualificativo sugere que é admitido só excepcionalmente).

Sem dúvida, a distinção de gênero textual é capital aqui, uma vez que é de modelo historiográfico que advém o esquema normal e de modelo de poesia épica que provém o segundo (este, acrescente-se, em \ discurso de Glauco a Diomedes na iminência de um – frustrado – combate singular que se anunciava). Há, assim, o que podemos descrever como um *módulo* (Α ἔστι πόλις) que pode aparecer sob uma forma excepcional mediante manipulação que consiste no *procedimento* de inversão da ordem dos constituintes, em que o sujeito assume posição terminal – e, ao que parece, desempenha no contexto função pragmática de foco.⁷³ Essa distinção parece, assim, colhida a gêneros distintos, ter importante nexos com a *função* dos enunciados, pressupondo situações comunicativas bastante diversas – o que não aprofundaremos, pois se trata agora apenas de testemunhar, explicitando-a somente, a argumentação de Demétrio, não de analisar os próprios passos.

Veja-se então ainda, logo na sequência, arrematando a discussão sobre a clareza, mais um curto segmento e a reflexão final de Demétrio:

	DEMETR. <i>Eloc.</i> 202-203
<p>202. Πειρᾶσθαι δὲ μὴ εἰς μῆκος ἐκτείνειν τὰς περιαγωγάς: “ὁ γὰρ Ἀχελῷος ῥέων ἐκ Πίνδου ὄρους ἄνωθεν μὲν παρὰ Στράτον πόλιν ἐπὶ θάλασσαν διέξεισιν”: ἀλλ’ αὐτόθεν ἀπολήγειν καὶ ἀναπαύειν τὸν ἀκούοντα οὕτως: “ὁ γὰρ Ἀχελῷος ῥεῖ μὲν ἐκ Πίνδου ὄρους, ἔξεισιν δὲ εἰς θάλασσαν”: πολὺ γὰρ οὕτως σαφέστερον, ὥσπερ ἂν αἱ πολλὰ σημεῖα ἔχουσαι ὁδοὶ καὶ πολλὰς ἀναπαύλας: ἡγεμόσι γὰρ τὰ σημεῖα ἔοικεν, ἢ δὲ ἀσημεῖωτος καὶ μονοειδής, κἂν μικρὰ ἦ, ἄδηλος δοκεῖ. 203. Περὶ μὲν δὴ σαφηνείας τοσαῦτα, ὥς ὀλίγα ἐκ πολλῶν, καὶ μάλιστα ἐν τοῖς ἰσχυοῖς αὐτῇ λόγοις χρηστέον.</p>	<p>202. Tente não estender em tamanho os círculos dos períodos: “Pois o [rio] Aqueloo, fluindo dos montes do Pindo, desce ao longo da cidade de Estrato, em direção ao mar” [TH.2.102.2]. Porém, [prefira] parar logo e dar um descanso ao ouvinte, da seguinte maneira: “Pois o [rio] Aqueloo corre dos montes do Pindo; ele então corre em direção ao mar”. Pois assim é muito mais claro, como estradas com muitas sinalizações e muitos pontos de repouso. Pois os sinais se assemelham a guias e, desprovida de sinalização e com um único aspecto, ainda que seja pequena, [a estrada] parece incerta. 203. Essas coisas, com efeito, [basta] a respeito da clareza, sendo poucas de muitas, e sobretudo devem ser utilizadas no estilo simples.</p>

⁷³ Como notam Graziosi e Haubold, comentando a passagem, “a formulação com ἔστι introduz um lugar obscuro que adquire súbita proeminência” (GRAZIOSI & HAUBOLD, 2010, p. 119).

Aqui Tucídides não é o exemplo de clareza, e as frases reputadas claras são uma reescrita do mesmo passo devida ao próprio Demétrio. Estamos claramente a lidar com dois módulos distintos: de um lado, o agenciamento periódico, em que duas ideias verbais são associadas, com uma progressão que, antes de desaguar no verbo finito (διέξεισιν), passa por oração participial extensa (ῥέων); de outro lado, um agenciamento curto, com dois verbos finitos (ῥεῖ, ἔξεισιν), como nos módulos narrativos, e uma sugestão clara de desenho de limites com balanceamento promovido pelas partículas μέν e δέ.

Não se está tanto falando aqui de um procedimento (ainda que idealmente se pudesse pensar em algo como desmembramento, segmentação, etc.), ideias que não são produtivas porque o que se apresenta são dois modelos bem estabelecidos como normais, isto é, dois módulos. Trata-se, alfim, justamente da κατεστραμμένη λέξις e da εἰρομένη λέξις, aquela dualidade fundamental que, vimos, Demétrio retirou à retórica aristotélica e habilitou conjuntamente como tipos (*módulos*) a ser acolhidos segundo os contextos discursivos (*funções*) e temperados, sempre que necessário, pelas alterações (*procedimentos*) contextualmente convenientes ao discurso que se está a tecer.

Pensamos que esse breve exercício de seguir a argumentação de Demétrio ao longo de alguns segmentos do tratado confirma que as considerações desenvolvidas para chegar à definição de *módulo*, *procedimento* e *função* não representam senão formalizações instrumentais a partir de certa percepção da linguagem que pode ser colhida naquela fonte. Assim preambularmente municiados – para um trabalho que terá sempre de refinar os seus instrumentos no confronto com os próprios textos – passamos ao tratamento de nosso *corpus*, que, dedicado primeiramente a uma extensa investigação de tipologias textuais fundamentais no mundo romano pré-clássico, fornecerá relevante quadro de referência para distinguir níveis de abstração na construção dos discursos e seus vínculos profundos com situações comunicativas determinadas.

CAPÍTULO 3

Non acta bella significantem sicut ceteris, sed celeriter confecti notam:

o sistema da prosa latina pré-clássica

Introdução

Firmadas, no capítulo anterior, as balizas nocionais com que procederemos à nossa investigação, podemos agora nos dedicar a descrever o sistema da prosa pré-clássica no interior do qual Catão operou: sistema formado por módulos frasais e suprafrasais passíveis de sofrer a incidência de procedimentos diversos, empregados, uns e outros, em relação funcional com situações comunicativas determinadas, já mais estabilizadas, já mais efêmeras, em mundo marcado pela emergência de uma nova textualidade que despontava a partir dos arredores de 300 a.C..

Uma vez que as situações comunicativas tendem a se estabilizar em moldes comunicativos que, em certos contextos – aqueles que nos são acessíveis –, originam verdadeiras tipologias textuais, este capítulo se dedicará ao estudo, tão completo quanto possível nesta sede, das diferentes tipologias prosaicas, com suas distintas espécies, atentando mesmo para exemplares dotados de notável individuação, sugerindo situações menos estabilizadas. Trata-se nomeadamente dos *tituli* dos magistrados romanos (analisados no item 3.1), dos textos normativos (examinados no item 3.2) e dos *carmina* religiosos (considerados no item 3.3).

Ver-se-á que os tipos frasais narrativo e argumentativo (v., *supra*, 2.2) figuram proeminentemente nas duas primeiras tipologias textuais, respectivamente. Note-se, porém, de imediato que, com isso, não se está a dizer que a primeira tipologia textual se identifica com as frases narrativas, e a segunda, com as argumentativas; como ficará evidente, trata-se de textos concretos – e não de modelos encarnados –, em que são possíveis cruzamentos e em que se notam a cada passo, internamente a cada tipologia, os distintos usos a que se põem os procedimentos compartilhados entre os polos.

Ainda que incompleta, essa investigação oferecerá um mapa – em que se registram também os espaços que não podem ser preenchidos por falta de informação. Nele, poder-se-ão subsequentemente cartografar os percursos de Catão, que, sem desenhar novos continentes, indubitavelmente interferiram na paisagem, possibilitando-nos, finda a

investigação, retocar o mapa, que não resta inalterado depois da vigorosa intervenção desse agenciador da prosa pré-clássica.

3.1. Os *tituli* dos magistrados romanos e os primeiros prosadores latinos

Designa-se *titulus*, em sentido lato, amplo conjunto de inscrições em suporte durável, mas mais particularmente aquele tipo de inscrição comemorativa ligada a um evento – ou a um conjunto de eventos – relevante na vida pública romana. Oughton, seguindo recensão proposta por Riggsby (2006, p. 217-221), propôs identificar diferentes espécies entre as inscrições dos comandantes militares romanos, chamando atenção especialmente para a oposição entre as inscrições dedicatórias elementares e aquelas que, expandindo a forma básica, registram o ato de celebração de um triunfo, seja atestadas em suportes epigráficos, seja preservadas indiretamente pela tradição literária (OUGHTON, 2018).

Aos *tituli* mais simples, ligados a eventos específicos (em geral vinculados ao evergetismo, substanciando-se em uma doação, em uma obra pública, etc.), e aos mais complexos *tituli*, comemorativos de um *triumphum* (*tabulae triumphales*), acresce-se a especificação tipológica daquelas inscrições comemorativas que celebram o conjunto dos feitos de uma personagem (*elogia*), que podem ser caracterizadas como segue: “*elogia* epigráficos, ou listas de realizações, são atestados em uma variedade de formas. Ao fim da República, a forma incluía listas, normalmente de realizações políticas, inscritas na base de uma estátua exposta em público” (BERNARD, DAMON & GREY, 2014, p. 971; cf. ainda, BUONAPARTE, 2009, p. 194-195).

Há casos de exemplares complexos, como os epitáfios dos Cipiões, espécies de *elogia* fúnebres,⁷⁴ e sem dúvida caracterizações formais que entendem que os *tituli* são, como um todo, caracterizados por uma forma “simples e primitiva, uma sequência paratática de características, fórmulas onomásticas e menções de cargos e *res gestae*” (TORELLI, 1982, p. 126) são simplificações tão excessivas, tão atreladas a espécimes particulares dentro desse *corpus* multiforme, que não podem ser aproveitadas.

⁷⁴ “A mais antiga forma do *elogium* romano era o *titulus* apensado às *imagines maiorum*. Suetônio menciona as *imagines et elogia* familiares. O *elogium* incluía o nome, certamente no nominativo, seguido pelos cargos desempenhados e pelos triunfos ganhos pela pessoa celebrada. Ele assim correspondia à forma usada nos mais antigos epitáfios, e.g., aquele de Lúcio Cipião, côsul em 259 a.C., *L. Cornelio L. f. Scipio aidiles cosol cesor*” (SANDYS, 1919, p. 94).

O principal interesse dos *tituli* reside em que, a despeito da acentuada variedade interna, são, como um todo, integrantes de um mais amplo conjunto de tipologias textuais próprias a documentos administrativos que, embora não se tenham conservado de forma íntegra, se dão a conhecer por meio de emulações, referências e outros ecos em testemunhos de diversa natureza. Comungam, assim, do que Fraenkel denominou “estilo dos relatórios (oficiais)” (*Bulletinstil*), de que localiza uma série de ecos em Cícero (FRAENKEL, 1964b, p. 70-71: *Cic.Att.5.20.3, Att.9.13, Att.9.14, Att.7.11, Fam.15.4,8ss, 10ss*) e em César: “César estava decerto inteiramente consciente do forte impacto que o *páthos* controlado dessas frases curtas de soldados exerceriam aqui [no fim do *de bello Gallico*: 7.90-2-7]” (FRAENKEL, 1964b, p. 71). Aduz algumas características formais que estariam associadas a esses textos: “a monotonia das orações independentes curtas, enfileiradas uma ao lado da outra” (FRAENKEL, 1964b, p. 69), “o verbo no fim da frase e o objeto no começo” (FRAENKEL, 1964b, p. 69).

Horsfall se alinha com a descrição de Fraenkel, aduzindo texto epigráfico mais tardio (CIL 8.2728 e 18122) e destacando como características essenciais desses textos – a posição final do verbo, antecedido do objeto, e o assíndeto –, concluindo que “o *Bulletinstil* durou por muito tempo e sem alterações” (HORSFALL, 1988, p. 55); para ele, “as observações de Fraenkel, sem surpresa, mostram-se válidas e prestadias, muito além de seu escopo original” (HORSFALL, 1988, p. 56).

Seria essa também a linguagem em que estariam vazados os *commentarii*, isto é, os:

registros preponderantemente oficiais, a partir dos quais os livros funcionais dos magistrados se desenvolveram [...]. Continham apontamentos gerais sobre experiências e eventos, protocolos e atas, bem como documentos de vários tipos, e enfim formulários e diretivas de serviços que, até a época de Cícero, foram transferidos à *gens* ou também foram copiados como instruções para os seguidores e para as gerações seguintes de burocratas em serviço (BÖMER, 1953, p. 214).

Esses livros, desde cerca de 200 a.C., forneceram fundamento para matéria “literária”, vale dizer, para tipologias cuja circulação estava desvinculada da condução de um cargo público (cf. SUERBAUM, 2002, p. 454), de forma muito próxima ao que se

passa entre analística oficial e historiografia (v., *infra*, 3.1.5), impactando sobremaneira o desenvolvimento de gêneros narrativos (BÖMER, 1953, *passim*).

O fenômeno é paralelo ao que foi verificado na relação entre língua administrativa e prosa “literária” no domínio grego. Carla Schick demonstrou amplamente como, naquele domínio, a língua oficial das inscrições foi apropriada pelos prosadores: a “língua chanceleresca”, tendente a constituir um formulário, mas não imune aos desenvolvimentos gerais da língua, encerra “interesse singular” para explicar as “origens da prosa grega” (SCHICK, 1955, p. 364). Segundo afirma com razão a estudiosa, no entanto, “a análise dos fatos lexicais e particularmente sintáticos atestados pelas inscrições foi, no mais das vezes, ignorada pelos estudiosos” (SCHICK, 1955, p. 364).

O mesmo descaso no potencial informativo dos registros epigráficos para a compreensão da antiga prosa pode ser constatado no domínio latino.⁷⁵ Nesse pormenor, assiste razão a Poccetti, Poli e Santini, que bem devisaram que “poderíamos dizer muito pouco a respeito das formas antigas, inteiramente perdidas, da prosa latina, se não pudéssemos recorrer, para comparação, aos textos de alguns testemunhos epigráficos da mesma época, como, por exemplo, os *elogia* dos Cipiões” (POCCETTI, POLI & SANTINI, 2005, p. 259).

Abre-se, portanto, na língua dos *tituli* dos magistrados romanos, um caminho fecundo para compreender filão relevante da prosa latina antiga, e notadamente da prosa narrativa, havendo solução de continuidade entre tais testemunhos e os registros da analística oficial e, na esteira dela, dos historiógrafos (v., *infra*, item 3.1.5).⁷⁶ Existe, assim, o potencial, ainda por aproveitar, de melhor caracterizar a forma da expressão linguística da incipiente historiografia romana e, em seu seio, do empreendimento de Catão nas *Origines*.

Jean-Pierre Chausserie-Laprée empreendeu o mais vasto estudo sobre o “estilo” historiográfico latino, na verdade uma investigação sobre modelos de frases narrativas e sua transformação ao longo do tempo – uma “radiografia”, conforme Soubiran, “das principais formas da frase narrativa” (SOUBIRAN, 1971, p. 79). Para Chausserie-Laprée,

⁷⁵ Risch, por exemplo, julga que as mais antigas inscrições latinas são valiosas em termos fonéticos e morfológicos, mas muito menos para informações sintáticas (RISCH, 1984, p. 124, n. 165). Embora possa estar se referindo a inscrições muito fragmentárias como o *lapis niger*, a apreciação não parece se justificar de um modo geral.

⁷⁶ Segundo Traina, “a tradição estilística dos *elogia*, conjuntamente com a das *tabulae triumphales*, confluíu na língua da épica e da historiografia e foi refletida parodicamente na comédia plautina” (TRAINA, 2019, p. 165).

partindo de inícios titubeantes (“bastante imperfeitos”, CHAUSSERIE-LAPREE, 1963, p. 282), com os analistas, desenvolveram-se dois conjuntos de procedimentos para conduzir, de um lado, a narrativa sustentada ou contínua (*récit soutenu ou suivi*) e, de outro, a narrativa animada ou dramática (*récit animé ou dramatique*).

A narrativa contínua é baseada em encadeamento de orações que parte de um “enunciado de base” composto por dois membros circunstanciais (ablativos absolutos, participípios conjuntos ou subordinadas adverbiais, estas em geral temporais) (CHAUSSERIE-LAPREE, 1963, p. 285-286). Teria surgido com o analista Cláudio Quadrigário, em quem apareceria pela primeira vez uma sequência de dois ablativos absolutos (CHAUSSERIE-LAPREE, 1963, p. 287), e tornar-se-ia corrente com Sisena (CHAUSSERIE-LAPREE, 1963, p. 287). A narrativa dramática, por sua vez, ter-se-ia desenvolvido por camadas. Entre os analistas, os efeitos próprios a essas seções dos textos seriam obtidos por meio dos seguintes meios: “o emprego da *parataxe*, o apelo aos recursos do *ritmo* e, a partir de Quadrigário, a busca de certo jogo de *oposições temporais*, destinado a uma grande fortuna, na sequência” (CHAUSSERIE-LAPREE, 1963, p. 289, destacado no original). Seguir-se-iam, em segundo momento, outros recursos, advindos da épica (CHAUSSERIE-LAPREE, 1963, p. 289).

Nessa interpretação, a passagem do tempo é associada a um aperfeiçoamento da forma narrativa. Alguns analistas vão caminhando em direção a algo que progressivamente se tornará melhor, e naturalmente Catão, nas primícias da escrita historiográfica latina, desaparece tendendo a encarnar o estágio menos desenvolvido – e nessa leitura menos perfeito – da escrita historiográfica, sua primeira infância: nas etapas do desenvolvimento desse “estilo histórico”, “atribui-se seu justo lugar a Antípatro, Quadrigário e a Sisena, aos quais cabe o mérito de ter afastado o estilo histórico de sua pobreza original. Já com eles se forjam uma frase e técnicas que tornariam possíveis as grandes conquistas da época clássica” (CHAUSSERIE-LAPREE, 1970, p. 125, n. 20). Afinal, para Chausserie-Lapree, constatar-se-ia uma “servidão da narrativa ‘analística’, que constantemente corta a narração” (CHAUSSERIE-LAPREE, 1969, p. 53), a caracterizar “a frase ainda rudimentar da *narratio* analística” (CHAUSSERIE-LAPREE, 1969, p. 551).

De forma que faz lembrar os juízos ciceronianos mais severos no *De oratore*, no *De legibus* e no *Orator* (v., *supra*, item 1.2), Chausserie-Laprée traça uma narrativa de princípios indigentes, resultantes de incapacidades técnicas, desfraldando-se depois em

conquistas progressivas, libertárias, que fornecem aos historiógrafos latinos, a duras penas e apenas por etapas, um instrumento dúctil, capaz de expressão complexa:

Originariamente, uma escrita rudimentar, frases curtas, uma sintaxe impedida, mas logo (em Pisão) o esboço de certas sequências rítmicas, arranjo natural que, por vezes associado à anteposição do verbo, desabrochará sob o impulso de Célio Antípatro e, mais tarde, de Cláudio Quadrigário. A obra deste último abriria um novo período e introduziria as primeiras conquistas decisivas do estilo histórico. [...] Assiste-se, paralelamente, aos inícios de uma frase narrativa complexa (com dois membros circunstanciais), cujo estabelecimento, sob suas diversas formas, está dado desde a obra de Cornélio Sisena (CHAUSSERIE-LAPREE, 1969, p. 651).

Soubiran notou, no interior mesmo das obras tidas por relevantes à análise por Chausserie-Laprée, que o autor “negligenciou [...], nas obras históricas, os enunciados secos de tipo analítico (enumerações de prodígios, eleições de magistrados)” (SOUBIRAN, 1971, p. 80). Não se tratava de censura, pois opina que os analistas “parecem ter tão somente pressentido o interesse de certos tipos de enunciados expressivos” (SOUBIRAN, 1971, p. 84).

Ora, uma consideração da língua administrativa, tal qual se revela nos *tituli* dos magistrados romanos, atentando para sua complexa tipologia, poderia levar a conclusões bastante distintas, de modo a exhibir significativa variedade formal associada a distintos contextos de uso – recuperáveis nas distintas espécies de *tituli* –, logo à conclusão pela ductilidade da língua; mostraria, especialmente, que apenas um forte anacronismo é capaz de situar Catão no ponto zero de uma evolução teleológica e progressiva: ao buscar atingir a posição histórica do próprio escritor – no sentido específico dos módulos e procedimentos de que se vale em sua prosa narrativa – a conclusão que se impõe é a de uma vasta ancestralidade, a indicar a existência de modelos passíveis de apropriação e ulterior e incessante reprocessamento, como ficará evidente depois, no capítulo 4.

Neste ponto da investigação, procederemos à análise inicial de dois *corpora* (*tituli* simples e *tabulae triumphales*, respectivamente em 3.1.1 e 3.1.2) para, na sequência, comentar dois itens com eles relacionados, a respeito dos quais já se verificam claramente

instâncias de profundo agenciamento dos modelos herdados (em 3.1.3 e 3.1.4). Feita essa análise de rico *corpus* epigráfico, consideraremos dois exemplos de prosa narrativa de muito maior extensão, *grosso modo* contemporânea de Catão: os fragmentos dos *Annales* de Cássio Hemina (em 3.1.5) e aqueles do *Euhemerus* de Ênio (em 3.1.6).

3.1.1. Tituli elementares⁷⁷

Roma, 264 a.C.	CIL I ² 2836a
<i>M. Foluios Q. f. cosol dedet Volsinio capto.</i>	Marco Fúlvio, filho de Quinto, cônsul, deu [isto], Volsínios tendo sido tomada.

Túsculo, 225 a.C.?	CIL I ² 48
<i>M. Fourio C. f. tribunos militare de praedad Fortune dedet.</i>	Marco Fúrio, filho de Gaio, tribuno militar, deu [isto] à Fortuna, a partir do butim.

Túsculo, 225 a.C.?	CIL I ² 49
<i>M. Fourio C. f. tribunes militare de praedad Maurte dedet.</i>	Marco Fúrio, filho de Gaio, tribuno militar, deu [isto] a Marte, a partir do butim.

Túsculo, 211 a.C.	CIL I ² 608
<i>M. Claudius M. f. consol Hinnad cepit.</i>	Marco Cláudio, filho de Marco, tomou [isto] de Hena.

Preneste, 192 a.C.	CIL I ² 613 = ILLRP 321
<i>L. Quinctius L. f. Leucado cepit. Eidem consol dedit.</i>	Lúcio Quíncio, filho de Lúcio, tomou [isto] de Lêucade. E ele mesmo deu [isto] como cônsul.

Roma, 189 a.C.	CIL I ² 615
<i>M. Foluius M. f. Ser. n. Nobilior cos. Ambracia cepit.</i>	Marco Fúlvio Nobilior, filho de Marco, neto de Sérvio, cônsul, tomou [isto] de Ambrácia.

Túsculo, 189 a.C.	CIL I ² 616 = ILLRP 322
<i>M. Fuluius M. f. Ser. n. cos. Aetolia cepit.</i>	Marco Fúlvio, filho de Marco, neto de Sérvio, cônsul, tomou [isto] da Etólia.

⁷⁷ Seguimos a lista preparada por RIGGSBY, 2006, p. 217-221.

Luna, 177 a.C.	CIL I ² 2926 = ILLRP 321a
<i>M. ' Acilius C. f. cos. Scarpea cepit.</i>	Mânio Acílio, filho de Gaio, cônsul, tomou [isto] de Escarpeia.

Delfos, 167 a.C.	CIL I ² 622 = ILLRP 323
<i>L. Aimilius L. f. imperator de rege Perse Macedonibusque cepit.</i>	Lúcio Emílio, filho de Lúcio, comandante militar, tomou [isto] do Rei Perseu e dos macedônios.

Marrúbio, 146 a.C.?	CIL I ² 625
<i>Cornelius Scipio Carthagine capta.</i>	Cornélio Cipião, Cartago tendo sido tomada.

Itálica, 146 a.C.?	CIL I ² 630 = ILLRP 331
<i>L. Mummius L. f. imp. dedit Corintho capta uico Italicensi.</i>	Lúcio Múmio, filho de Lúcio, deu [isto] ao vico de Itálica, Corinto tendo sido tomada.

Curos, 145 a.C.	CIL I ² 631 = ILLRP 328
<i>L. Mummius consul Achaea capta.</i>	Lúcio Múmio, cônsul, Acaia tendo sido tomada.

perto de Cápuia, 135 a.C.	CIL I ² 635
<i>Ser. Fuluius Q. f. Flaccus cos. murum locauit de manubies.</i>	Sérvio Fúlvio Flaco, filho de Quinto, cônsul, encomendou [este] muro a partir de sua parte nos despojos.

Roma ou Esparta, 74 a.C.	CIL I ² 741
<i>P. Seruilius C. f. Isauricus imperator cepit.</i>	Públio Servílio, filho de Gaio, comandante militar na Isáuria, tomou [isto].

O exame dessas inscrições indica um elevado grau de formularidade, havendo até mesmo um conjunto delas com formulação rigorosamente idêntica (e.g., CIL I² 608, CIL I² 616, CIL I² 2926; envolvendo a mesma personagem: CIL I² 48 e CIL I² 49), constatação válida ao longo de considerável extensão temporal.⁷⁸ Como se verifica, todas se iniciam com o sujeito, formado pelo nome da personagem, sua filiação e seu cargo na administração; é notável o uso de abreviações, sinal distintivo de um formulário estabelecido e reiterado (v., *supra*, 2.1). O verbo finito, sempre no *perfectum*, comparece

⁷⁸ Esses modelos se protraem ainda mais no tempo: cf. HORSFALL, 1988.

regularmente, com duas exceções (CIL I² 625 e CIL I² 631), assumindo posição final, a não ser que haja um ablativo absoluto, em alguns *tituli* um pouco mais complexos, casos em que o ablativo absoluto é posposto ao verbo (CIL I² 2836a, CIL I² 630). Há uma única exceção ao padrão, com um complemento posposto (CIL I² 635).

Como bem reconheceu Watkins, “a posição final do verbo foi já de há muito reconhecida como elementar, e podemos afirmar em geral que, quanto mais antigo o texto, mais regularmente isso ocorre” (WATKINS, 1964, p. 1039).⁷⁹ É também a “forma narrativa” da escrita historiográfica latina, que, segundo Fankhänel, seria “muito conservadora”, marcada pela posição final do verbo (FANKHÄNEL, 1938, p. 27; cf., ainda, PANHUIS, 2015, p. 248-249).⁸⁰

Entre o sujeito e o verbo, inserem-se alguns complementos, notadamente um ablativo que designa a proveniência da oferenda, em geral de uma empresa militar, que pode vir significada por um topônimo (*Hinnad, Leucado, Ambracia*, etc.), excepcionalmente por antropônimos (*de rege Perse Macedonibusque*) ou então pela menção genérica ao butim (*de praedad, de manubies*). Excepcionalmente, inclui-se complemento no dativo para designar o destinatário da oferenda (*Fortune, Maurte*), uma vez deslocado após o verbo, mas, nesse caso, em presença de um ablativo absoluto que se interpõe entre eles (*uico Italicensi*). É notável que a própria oferenda, que deveria ser expressa no acusativo, não venha nomeada, sendo recuperada no contexto situacional, em que a inscrição se apõe à oferenda; exceção é o caso, menos formular – o único que não emprega as formas verbais *cepit* ou *dedit* – em que *locauit* se completa com *murum* (CIL I² 635).

O ablativo absoluto ocorre em alguns *tituli*, sempre na fórmula “nome da localidade + *capto/capta*”. Por duas vezes (CIL I² 625 e CIL I² 631), apõe-se diretamente ao nominativo do nome do magistrado, intensa braquilogia a fazer deduzir, pelo contexto, algo como [*hoc donum*] *dedit*, brevidade confirmada pela diminuição dos qualificativos da personagem. Em duas outras inscrições (CIL I² 2836a e CIL I² 630), o ablativo absoluto ocorre concomitantemente ao verbo finito, a que estão pospostos. Essas inscrições são particularmente notáveis porque desdobram a referência aos eventos em

⁷⁹ Aparece “a posição inicial do verbo como uma variante marcada” (WATKINS, 1964, p. 1039).

⁸⁰ Clackson e Horrocks mostram como a variação é significativa no sistema: “a ordem de palavras elementar já está padronizada em (S)OV na narração simples e nos editos oficiais, embora os estilos literários em geral e o diálogo dramático em particular admitam muito mais variação, tanto para efeito dramático como para propósitos de conexão (CLACKSON & HORROCKS, 2011, p. 106).

torno de duas ideias verbais, com antecedência de uma (*capto/capta*) relativamente à outra (*dedit*), pelo que se entende que as inscrições com uma única ideia verbal (*dedit* ou *cepit*) na verdade estavam a escolher explicitar um de dois eventos que se podem ter por nocionalmente presentes, um e outro. Tais inscrições devem assim ser postas em paralelo com o único caso de dois verbos finitos em nosso *corpus*, em que se seguem *cepit* e *dedit* (CIL I² 613).

Com a sobreposição de duas ideias verbais, seja por meio de um verbo finito com ablativo absoluto posposto (a indicar, contudo, evento anterior), seja por meio de dois verbos finitos (na ordem própria da sucessão temporal), os *tituli* se desdobram em micronarrativas. Já de imediato, a existência das duas formas (e das distintas maneiras de braquilogia por meio da expressão de uma única ideia verbal) indicam que não se está diante de absoluta indigência da forma, de modo que se confirma a necessidade de se livrar do mito da parataxe primitiva (v., *supra*, item 1.1.1); trata-se, como bem reconheceu Gaffiot, de “fato [...] desejado pelo escritor, que, podendo valer-se da subordinação, prefere a parataxe com uma intenção literária determinada” (GAFFIOT, 1936, p. 465). Há formas, distintamente conotadas, já nesse tipo de documento minimalista, para estruturar o material narrativo, de modo afim com o que se verifica nos demais filões associados à escrita administrativa, aí incluída a narrativa de base analística.

Os ablativos absolutos são fundamentalmente um clichê da língua militar (ADAMS, 2005, p. 74-75), excepcionais nos “primeiros textos narrativos latinos” (CHAUSSERIE-LAPREE, 1969, p. 135). Segundo Fraenkel, “as frases dos generais triunfantes, tais como refletidas nos discursos dos escravos em Plauto, são caracterizadas por uma série de ablativos consistentes em duas palavras (isto é, substantivo e predicado) e arranjadas em assíndetos” (FRAENKEL, 2007, p. 414).⁸¹ Trata-se de “modo de apresentação”, dentre outros, “em que o narrador explicitamente distingue as principais linhas narrativas do material subsidiário. No interior da própria linha narrativa principal, alguns eventos podem, por sua vez, ser apresentados de modo mais proeminente do que outros” (KROON, 1998, p. 38).

⁸¹ O ablativo absoluto é raro na comédia e na tragédia republicanas (JOCELYN, 1967, p. 312) e deve ter se originado na linguagem oficial. Segundo Jocelyn, “a oração dos generais bem-sucedidos dirigida a Júpiter pode ter contido a expressão *re bene gesta*” (JOCELYN, 1967, p. 312). “Na época de Ênio, a oração absoluta, especialmente quando tinha um sentido preponderantemente temporal, caracterizava a linguagem oficial antes que o vernáculo ordinário. É uma característica notável do estilo dos discursos na comédia parodiando os relatos que os generais faziam de suas realizações; onde quer que apareça, o contexto tem um tom notadamente formal. Não é muito comum nem na tragédia” (JOCELYN, 1967, p. 172).

Já as sequências narrativas formadas por frases sucessivas com verbos finitos são menos conotadas que os ablativos absolutos e ganham mais vasto campo de aplicação, sobretudo na narrativa analística; em vez de desigualar os enunciados, a estratégia não promove outra hierarquia entre as ideias verbais senão a sequência temporal, razão pela qual se inicia habitualmente a frase subsequente por pronomes anafóricos, como o *eidem* de CIL I² 613, mas muito comumente também, como se verá adiante, por advérbios. Segundo Watkins, no indo-europeu: “para frases em estilo narrativo ou contínuo, uma partícula conectora pode aparecer na posição inicial, seguida por um enclítico permitido ou por uma série de enclíticos na segunda posição, com o verbo na posição final” (WATKINS, 1964, p. 1041). Esse tipo de relato, aponta Kroon, conota-se como objetivo, pela ausência de hierarquia explícita: “essencialmente, um narrador pode se limitar, ao contar uma história, a um relato objetivo, cronológico, dos eventos sucessivos, constitutivos, sem adicionar comentários de pano-de-fundo e sem distinguir, por exemplo, entre eventos centrais e mais marginais (a típica narrativa escolar: ‘E então... E então... E então...’).” (KROON, 1998, p. 38).

É curioso ver como Chausserie-Laprée trata esse tipo de enunciação entre os analistas, que se tornam novamente alvo de preconceito em narrativa teleológica. Assim, entende que “a simplificação sintática extrema que define as sequências rítmicas as destinava a ser a primeira técnica narrativa da historiografia em latim. Elas se adaptavam facilmente à expressão rudimentar dos mais antigos analistas” (CHAUSSERIE-LAPREE, 1969, p. 426). Haveria um exemplo no “muito medíocre Pisão” (CHAUSSERIE-LAPREE, 1969, p. 426) e “uma aplicação verdadeiramente significativa” em Célio Antípatro (CHAUSSERIE-LAPREE, 1969, p. 426), pois este último usa o presente e antepõe o verbo; caberia a Quadrigário lhe dar uma “forma notável” (CHAUSSERIE-LAPREE, 1969, p. 426), mediante anteposição do verbo, uso do infinitivo de narração e brevidade dos membros. A obra desse analista configuraria “uma primeira manifestação dramática da narrativa histórica que encontrou sua expressão derradeira, a mais elevada, nos *Anais* de Tácito” (CHAUSSERIE-LAPREE, 1969, p. 427).⁸²

⁸² O mesmo tipo de enunciado é reputado eminentemente expressivo na historiografia que julga madura: “Que uma sequência de enunciados breves paratáticos descreva a cena, e nós sentiremos imediatamente como expressiva, fonte a um só tempo de rapidez e de tensão, a abordagem entrecortada, ofegante, procedendo por pequenos toques sucessivos, que caracterizam a passagem. Esse retorno, a intervalos próximos, de uma pausa entre as frases de tipo elementar instaura aqui uma pulsação dramática sensível: o movimento da narrativa se precipita, a impressão do ritmo é criada” (CHAUSSERIE-LAPREE, 1969, p. 415).

Do quanto exposto, extrai-se, dos *tituli* simples votivos, uma estrutura formal simples, iniciada por sujeito (fortemente formularizado) e terminada por verbo finito (novamente muito formularizado, limitando-se a escolha a fundamentalmente um par de verbos no *perfectum*). Essa estrutura maneja alguns complementos do verbo, quase sempre em posição medial. Mas essa estrutura elementar já se presta, ela mesma, a um desdobramento em duas ideias verbais (aquelas que, na maior parte dos *tituli*, apareciam como alternativas excludentes, *cepit* ou *dedit*), e isso por meio de dois procedimentos: pela posposição de um ablativo absoluto, em que estava contido o evento cronologicamente anterior (forma que sugere hierarquia narrativa e aparentemente bastante conotada em seu contexto de uso) ou pela sucessão de dois verbos finitos, vale dizer, por duas estruturas frasais, com uma marcação anafórica no começo da segunda frase (forma que se apresenta como aparentemente mais objetiva, por não pressupor hierarquia, e de uso mais amplo, especialmente favorecida na antiga analítica, como se verá).

O estudo das *tabulae triumphales*, com a remissão a uma mais ampla série de eventos, permitirá aprofundar a compreensão das estratégias de organização narrativa e de manipulação de um tipo frasal elementar, que, pela sua essencial linearidade, encaixa-se perfeitamente no tipo da frase narrativa (cf., *supra*, introdução a este capítulo).

3.1.2. *Tabulae triumphales*⁸³

Roma, c. 260 a.C. ⁸⁴	CIL I ² 25 = ILLRP 319
<p>[<i>Consol Segest</i>]ano[s, socios p(<i>opli</i>) <i>R(omani)</i>, <i>Cartaginiensiom</i>] / [<i>opsidione</i>]d <i>exemet legion[esque Cartaginienses omnes]</i> / <i>[ma]ximosque magistr[a]tos l[uci palam post</i> <i>dies]</i> / [<i>n]ouem castreis exfogiont</i> <i>Macel[amque opidom]</i> / [<i>p]ugnandod cepet.</i> <i>Enque eodem mag[istratud bene]</i> / [<i>r]em</i> <i>nauebos marid consol primos g[eset</i> <i>copiasque]</i> / [<i>c]lasesque nauales primos</i> <i>ornauet pa[rauetque]</i> / <i>cumque eis nauebos</i> <i>claseis Poenicas om[nis, item ma]</i> / [<i>x]umas</i> <i>copias Cartaginiensis praesente[d</i> <i>Hanibaled]</i> / <i>dictatored ol[or]om in altod</i> <i>marid pug[nad uicet]</i> / <i>uique naue[is cepe]t</i> <i>cum sociéis septer[esmom I, quin]</i> /</p>	<p>Como cônsul, libertou os segestanos, aliados do povo romano, do cerco dos cartagineses, e todas as legiões cartagineses e o mais elevado magistrado fogem do acampamento após nove dias, à luz do dia, abertamente, e [ele] tomou a cidade de Macela lutando. E, na mesma magistratura, [foi o] primeiro cônsul [que] conduziu vitoriosamente a guerra no mar em navios, [o] primeiro que equipou e preparou as tropas e as esquadras navais, e, com esses navios, em batalha em alto mar, venceu todas as esquadras púnicas e também os maiores exércitos cartagineses, com Aníbal, ditador [deles] presente, e por meio de força tomou os navios, com a tripulação, uma septerreme, 30</p>

⁸³ Seguimos a lista preparada por RIGGSBY, 2006, p. 217-221.

⁸⁴ Edição segundo GORDON, 1983, p. 125-126.

<p>[<i>queresmo</i>]sque <i>triresmosque naueis</i> X[XX, <i>merset XIII.</i>] / [<i>Auro</i>]m <i>captom numei</i> ØØØ DCC(?) / [<i>Argen</i>]tom <i>captom praeda numei</i> [um símbolo para 100 mil]. / [<i>Omne</i>] <i>captom aes</i> [oito símbolos para 100 mil] / [dois símbolos para 100 mil] [mais 13 do mesmo tipo]. / [<i>Triump</i>]oque <i>naualed praedad poplom</i> [donauet] / [multosque] <i>Cartaginie[nsis inge]nuos d[uxit ante]</i> / [<i>curum</i>] [espaço para cerca de 24 letras] / <i>capt</i>[...]</p>	<p>quinquerremes e trirremes, afundou 13 [navios]. Moedas de ouro tomadas: 3.700 [?]. Moedas de prata tomadas: 100.000. Tudo o que foi tomado em bronze: 2.400.000 [ou mais]. E, no triunfo, doou ao povo a partir do butim naval e conduziu muitos cartagineses nascidos livres diante do carro [...] capturou [...]</p>
--	---

A construção de uma coluna rostral (coluna provida de rostros, prolongamentos da proa em forma de aríete para perfurar as naus inimigas) parece ter sido uma das muitas iniciativas com que a primeira vitória naval romana sobre os cartagineses, em 260 a.C., foi comemorada pelo cônsul Caio Duílio (KONDRATIEFF, 2004, p. 2). O monumento é mencionado por Quintiliano, como exemplo de ortografia antiga (QUINT.*Inst.*1.7.12), e conhecido por diversos autores antigos (DEGRASSI, 1957, p. 188-189). Essa coluna não chegou até nós, mas a inscrição – em estado fragmentário – foi encontrada em 1565 (KONDRATIEFF, 2004, p. 10) e, com base em relatos de historiadores como Políbio (1.23-24) e mediante um cálculo preciso das letras faltantes, o texto foi completado sucessivamente por diversos especialistas, com margem para discordâncias, mas também consensos bastante assentados.

A maior dificuldade, no entanto, repousa na data da inscrição, o que nos obriga a uma discussão, tendo em vista tratar-se possivelmente do constituinte mais antigo de nosso *corpus* de *tabulae triumphales*.⁸⁵ É ponto pacífico que, materialmente, a inscrição é bastante posterior aos feitos de Duílio, situando-se no começo do período imperial, mais provavelmente sob o próprio Augusto. No entanto, travou-se debate acirrado acerca da datação do conteúdo. Nos termos de Niedermann, em momento em que a polêmica grassava, “alguns dentre os filólogos modernos viram aí uma cópia do original; outros sustentaram que ela foi fabricada com materiais heteróclitos por algum antiquário dos primeiros tempos do império” (NIEDERMANN, 1936, p. 277).

Wölfflin produziu, no final do século XIX, uma defesa vigorosa da antiguidade do conteúdo da inscrição – que, reconhece, fora transcrita em época posterior (WÖLFFLIN, 1890, p. 296) –, fundamentada na escolha das palavras e na sintaxe, a

⁸⁵ Note-se a descrição da procissão do evento nas últimas linhas da inscrição.

exemplo de traços como uso exclusivo de *–que* para a cópula, recorrência do assíndeto, etc., defendendo ademais que questões ortográficas e de flexão, a que se havia apegado Mommsen entre outros, “sozinhas não provam absolutamente nada” (WÖLFFLIN, 1890, p. 309): provavelmente decidiu-se fazer uma cópia porque o original estava em mau estado (WÖLFFLIN, 1890, p. 310, aduzindo o exemplo de LIV.42.20.1: *nocturna tempestate columna tota ad imum fulmine discussa est*).⁸⁶ A conclusão é que o objeto material recuperado é “uma cópia do original”, mas “o latim, descontada a ortografia inconsequente, [é] um latim do tempo da Primeira Guerra Púnica, não do início do período imperial” (WÖLFFLIN, 1890, p. 321).

Wackernagel interveio em 1919 com uma análise pormenorizada. Para o estudioso, a inscrição deve ser considerada trabalho imaginativo e defeituoso de um antiquário imperial: “há toda razão para que se veja na inscrição trabalho de respeitável erudição do início do período imperial. De todo modo, ela não deve ser usada como fonte de fatos históricos ou linguísticos” (WACKERNAGEL, 1955, p. 1671). Embora, no curso de sua exposição, tenha cogitado a possibilidade de que se tratasse de cópia de original antigo, ainda nesse caso seria “muito imprecisa, e não apenas, o que seria compreensível, pela mistura com particularidades modernas, mas também pela tentativa de encarecer a antiguidade do original” (WACKERNAGEL, 1955, p. 1664).

Rebatendo diretamente Wackernagel, Niedermann, na última grande intervenção sobre o tema, enfatizou que seria natural uma modernização da ortografia, tendo o copista da inscrição “se concentrado na matéria” (NIEDERMANN, 1936, p. 278); aduz ainda caso de ablativo em *–ed, consoled*, em inscrição do século III a.C. encontrada apenas em 1900 (CIL I² 19), que Wackernagel não havia levado em consideração ao condenar os ablativos *dictatored* e *naualed* como hiperarcaísmos fantasiosos (NIEDERMANN, 1936, p. 279). Esse seria um de diversos casos que indicam ter havido mais variação ortográfica em época antiga do que pretendia Wackernagel, que estava a projetar imagem de um sistema de grafia e de flexão uniformizados e constantes para aquela época. Niedermann confere peso também ao testemunho de Quintiliano, que, ao usar a inscrição de Duílio para discutir grafias arcaicas, merece crédito, pois “gramático tão esclarecido nunca teria utilizado como fonte um pastiche sem nenhum valor documental” (NIEDERMANN, 1936, p. 287).

⁸⁶ Possivelmente por ser em tufa, como propõe Gordon (1983, p. 124).

Estudos mais recentes tenderam a se alinhar com essa posição, vale dizer, parece haver uma opinião majoritária em torno da tese de cópia, ainda que com imperfeições, de um original do século III a.C. (RADKE, 1981, p. 128; GORDON, 1983, p. 125; ROSÉN, 1999, p. 104; KONDRATIEFF, 2004, p. 13, não posterior a 211 a.C.; em sentido contrário: RISCH, 1984, p. 135, n. 182; WACHTER, 1987, p. 361).⁸⁷

Diante dos argumentos apresentados por Wölfflin e por Niedermann e à luz da opinião majoritária a respeito da inscrição, parece-nos legítimo tomá-la como peça informativa apta a compor nosso *corpus*. No limite, conforme argumentam Clackson e Horrocks, “mesmo que o texto tenha sido composto sob Augusto ou Cláudio [...], deve ao menos ter tomado por modelo inscrições genuínas da época com que se relaciona, e nessa medida pode ainda fornecer ilustração plausível do estilo narrativo ‘simples’ usado para comemorar os feitos dos comandantes militares romanos” (CLACKSON & HORROCKS, 2011, p. 108). Podemos, então, passar à análise do texto.

Em continuidade com os *tituli* votivos elementares, examinados no subitem precedente, encontram-se aqui não só conjunto de verbos finitos (majoritariamente) no *perfectum*, mas especificamente a recorrência de *cepit* e de equivalente do *dedit* que lá havia (*donauet*), inclusive com complemento ablativo encontrado naquele *corpus* (*praedad*). Já Wölfflin notara a presença de formulismo no recurso a *cepit*, anotando que a forma “mostra ser imitada a partir do estilo oficial dos relatos de vitórias” (WÖLFFLIN, 1890, p. 304). Mais que isso, os verbos finitos se encontram em posição final da estrutura frasal, o elemento subsequente da próxima estrutura articulando-se ao anterior pela aposição da partícula copulativa –*que* à primeira palavra da nova estrutura (*lectionesque*, *Macellamque*, *enque*, *copiasque* *clasesque*, *cumque*, *uique*, *multosque* e – certamente – *triumphoque*), elemento apontado por Watkins em anotação sobre a própria coluna rostral: “um dos fatos característicos da mais antiga prosa latina é o uso quase universal de –*que*, enclítico da primeira palavra da frase ou oração, que funciona como um conector frasal puro, e não como a conjunção copulativa da língua clássica” (WATKINS, 1964, p.

⁸⁷ Conforme Gordon, “as únicas formas estranhas na presente inscrição [...] parecem ter um paralelo [...] em uma base de tufa fragmentária, CIL I² 19” (GORDON, 1983, p. 125), e a própria coluna era provavelmente feita de tufa (KONDRATIEFF, 2004, p. 9), de modo que “o recurso a formas mais tardias é provavelmente devido à transcrição descuidada de um original desgastado em tufa” (KONDRATIEFF, 2004, p. 13). Gordon lembra que os *elogia* augustanos não demonstram nenhuma busca de formas arcaicas (GORDON, 1983, p. 124-125). Já na sequência mais próxima da intervenção de Niedermann, Fankhänel tratava o texto normalmente como antigo (FANKHÄNEL, 1938, p. 155), e Degrassi propunha que o elogio foi composto ou após a morte de Duílio (c. 220 a.C.) ou depois da segunda Guerra Púnica (DEGRASSI, 1957, p. 190; contra: PISANI, 1950, p. 29).

1039). A ligação entre as estruturas frasais é reforçada por um conjunto de anafóricos (*enque eodem...*, *eis*, *item*, *olorum*).

No entanto, não é apenas pelo enfileiramento de diversos eventos que essa inscrição se distingue dos *tituli* simples que havíamos analisado no subitem anterior, até porque o procedimento lá se havia manifestado, posto que em pequena escala. Partindo claramente da estrutura elementar de frases narrativas enfileiradas sucessivamente umas às outras por meio de simples conectivos frasais, há aqui, primeiramente – em uma narrativa evidentemente mais recheada de eventos – uma estruturação mais notável da informação, e isso em distintos níveis. Primeiramente, como se há de perceber, há duas sequências cronológicas, e não uma única sucessão contínua, narrando-se primeiramente os feitos de Duílio em terra (até *pugnandod cepet*) e, depois, a partir de abertura com forte carga anafórica (*enque eodem magistratud...*), seus feitos no mar, como ademais já notara Degrassi (1957, p. 188). É no interior de cada uma dessas estruturas que os feitos se sucedem em ordem temporal. No interior do primeiro segmento, ademais, mais curto, há uma forma de hierarquização narrativa notável. Isso se dá já pela intervenção de um presente *infectum* na sequência de perfeitos que dominam a narrativa (*exfogiont*), indicando algo como que “o segundo evento é uma consequência do segundo, talvez em parte se sobrepondo com ele no tempo, e não apenas uma série de ocorrências distintas marcadas por perfeitos” (CLACKSON & HORROCKS, 2011, p. 111). O segundo indicativo de hierarquização, possivelmente relacionado com a maior brevidade do primeiro segmento, é o uso do particípio *pugnandod (cepet)*, ao passo que, no segundo segmento, tem-se *pugnad uicet uique [...] cepet*, vale dizer, um desdobramento da mesma sequência de eventos em duas estruturas com verbos finitos. Sem dúvida, a coexistência das formas *dedit... capto* e *cepit... dedit*, nos *tituli* simples, indica a transposição, para a coluna rostral, desse potencial de se valer de mais de um arranjo, segundo os contextos. No segundo segmento da narrativa, o procedimento é retomado com o ablativo absoluto *praesented Hanibaled*.

O outro aspecto notável em que esse antigo exemplo de *tabula triumphalis* se dissocia dos mais simples *tituli* votivos é o conjunto de sintagmas que compõem cada unidade de frase narrativa. A ordenação desses sintagmas é sem dúvida elemento relevante, em que não nos demoraremos por ora, mas note-se que a sintaxe não basta a explicá-la, havendo considerações de ordem pragmática que a ela se sobrepõem (note-se, assim, exemplificativamente, o nominativo, referido a Duílio, em primeira posição na

primeira frase narrativa – *consol* – e deslocado após os complementos na frase que abre os feitos em mar – também *consol*).⁸⁸ Há notável quantidade de complementos circunstanciais (três na unidade terminada com *exfugiont: luci / palam / post dies nouem*), os complementos acusativos não só não estão suprimidos, como vêm desdobrados, seja em apostos (*Segestanos, socios populi Romani*), seja pela existência de mais de um núcleo (*copiasque clasesque nauales*). A mesma tendência expansiva se nota na multiplicação de adjuntos, muitos funcionado como magnificadores da narrativa, como se identifica por seu próprio conteúdo lexical (*maximosque magistratos; claseis Poenicas omneis; maxumas copias; multosque ingenuos*), e mesmo na multiplicação do núcleo verbal (*ornauet parauetque*). Essa *copia dicendi*, que magnifica o desenrolar da narrativa, vem inclusive reforçada pelo recurso eventual a aliterações no interior desse sintagmas expandidos (em /m/: *maximosque magistratos*; em /k/: *copiasque clasesque*).

O que se verifica, assim, na *tabula triumphalis* de Duílio, é uma magnificação, ou encarecimento, da narrativa que, longe de romper com o esquema da frase narrativa elementar, constatada de forma concisa nos *tituli* simples, torna-a a plataforma própria a essa narrativa magnificada: à sucessão linear de estruturas frasais segmentadas entre si pelo verbo finito, imediatamente seguido de um conectivo interfrástico com maior ou menor densidade anafórica, processa-se – adicione-se – intenso desenvolvimento dos complementos antepostos ao verbo, que se desdobram por distintos procedimentos (aposição, adjunção, amiúde reforçadas por nexos de paralelismo fônico) que, como veremos, fazem parte de significativo repertório de que se vale a língua pré-clássica para conferir força e autoridade à enunciação (v., *infra*, item 3.3).

Roma, 179 a.C.	LIV.40.52.5-7 ⁸⁹
5. <i>Supra ualuas templi tabula cum titulo hoc fixa est:</i>	5. Sobre as portas do templo, foi fixada uma placa, com a seguinte inscrição:
“ <i>Duello magno dirimendo, regibus subigendis, † caput patrandae pacis haec pugna exeunti L. Aemilio M. Aemilii filio † auspicio imperio felicitate ductuque eius inter Ephesum Samu<m> Ch<i>umque, 6. inspectante eopse Antiocho, exercitu omni, equitatu elephantisque, classis regis Antiochi</i>	“Com pôr fim a uma grande guerra, com subjugar reis e com obter o início da paz, [foi feita esta] inscrição para Lúcio Emílio, filho de Marco, ao deixar essa batalha. Sob os auspícios, comando, fortuna e liderança dele, entre Éfeso, Samo e Quio, com o próprio Antíoco observando, [assim como] todo o

⁸⁸ Em outros casos, a aparente irregularidade (no documento) expressa uma regularidade da língua, caso da posposição de todo o segmento após *naueis cepet* (*cum sociis...*), que é fato habitual quando se trata de complementos muito longos ou, como também é o caso, que se referem a listas ou quantificações (FANKHÄNEL, 1938, p. 60).

⁸⁹ Seguimos o texto de BRISCOE, 2007.

<i>antea inuicta fusa contusa fugataque est, ibique eo die naues longae cum omnibus sociis captae quadraginta duae. Ea pugna pugnata rex Antiochus regnumque <...>. Eius rei ergo aedem Laribus permarinis uouit.”</i>	[seu] exército, cavalaria e elefantes, a armada do rei Antíoco, anteriormente invicta, foi dispersa, esmagada e posta em debandada. Lá mesmo, naquele dia, [foram] tomados quarenta e dois navios longos, com toda a tripulação. Tendo sido lutada essa batalha, o Rei Antíoco e seu reino [...]. Por essa razão, dedicou um templo aos lares marítimos”.
7. <i>Eodem exemplo tabula in aede Iouis in Capitolio supra ualvas fixa est,</i>	7. Uma placa de mesmo teor foi fixada no templo de Júpiter, no Capitólio.

Este testemunho de *tabula triumphalis* apresenta outro tipo de dificuldade, a saber, a questão de sua fidedignidade. Briscoe entende que a inscrição foi provavelmente tirada a um analista e, mesmo que tenha sido copiada diretamente por Lívio, “não há garantias de que ele reproduziu corretamente o que estava na inscrição” (BRISCOE, 2007, p. 551). Ademais, o texto, segundo Briscoe, estaria muito corrompido, especialmente na porção entre óbelos,⁹⁰ que, por isso mesmo, precisará ser deixada de lado. Como bem notou Fraenkel, porém, comparando outros registros de inscrições como esta e emulações de narrativas bélicas em Plauto, a vasta concordância na disposição e nos “frasemas” (locuções ou sintagmas estereotipados)⁹¹ a que se recorre indica que certamente há fontes reais por detrás do material (FRAENKEL, 2007, p. 163-165).

Do ponto de vista da expressão linguística, o primeiro aspecto a ser notado é que, como quer que se resolva o trecho entre óbelos, todo o conteúdo da inscrição se adapta à estruturação típica da frase narrativa em contexto de enunciação narrativa contínua, vale dizer, de sucessão de frases narrativas: verbos finitos ao final das unidades frasais, seguindo a ordem cronológica dos eventos (*fusa contusa fugataque est; uouit* – a aparente exceção de *captae (sunt)*, a que se pospõe *quadraginta duae*, sendo na verdade a forma regular de expressão para complementos quantitativos, como já se viu, cf. FANKHÄNEL, 1938, p. 60), e expressões anafóricas em posição inicial (*ibique eo die; ea pugna pugnata; eius rei ergo*), marcadores de topicalidade.

⁹⁰ A passagem *L. Aemilio M. Aemilii filio* levanta dificuldade pelo fato de não se ter dois nomes nas demais inscrições; ademais, “Walsh afirma que um suplemento é necessário depois de *filio* (*Ritschl* propôs *res cessit gloriose*): na realidade, se um verbo está faltando, ele poderia ter vindo depois no texto; é possível, entretanto, que não haja omissão e que os dativos *exeunti... filio* dependam de *classis fugataque est*” (BRISCOE, 2007, p. 552).

⁹¹ Na definição de Granger e Paquot, “unidades de múltiplas unidades cuja coocorrência não pode ser explicada pela semântica e que se qualificam como unidades fraseológicas, ou frasemas (*phrasemes*)” (GRANGER & PAQUOT, 2008, p. 31, com critérios de identificação em p. 35).

O que se destaca aqui, comparativamente ao que se viu nos *tituli* simples, mas em consonância com o quanto observado na coluna rostral de Duílio, é o notável desenvolvimento expansivo dos sintagmas no interior dessas estruturas, conforme já se estampa na citada primeira forma verbal finita, com núcleo tríplice realçado por homeoteleuto entre os dois primeiros núcleos (*fusa contusa*) e aliteração entre o primeiro e o último (*fusa... fugata*), ou nos também já citados primeiro e segundo anafóricos, o primeiro com dois núcleos, cumulando referências espaciais e temporais (*ibique eo die*), e o segundo com objeto direto interno (*pugna pugnata*). Como quer que se leia o segmento inicial, anterior ao primeiro verbo finito – isto é, como uma sequência de complementos gerundivais⁹² seguida de uma série de ablativos ou, mais prudentemente, como compreendendo apenso que se segue a *auspicio imperio* –, o conjunto de complementos circunstanciais anteposto ao sujeito *classis regis Antiochi* é não apenas de notável extensão, mas também de grande complexidade, iniciado e terminado por ablativos que se organizam dois a dois – (*auspicio imperio*) (*felicite ductuque*) *eius*; (*exercitu omni*) (*equitatu elephantisque*) –, seja pela combinação de nexos formulares, como *auspicio imperio*, que recorre em LIV.41.28.8 e em CIL I² 626, na forma completa (*ductu auspicio imperioque*),⁹³ como de pronto se verá, seja novamente pelo recurso à aliteração, em como *equitatu elephantisque*. Essas séries de ablativos são séries separadas por um complemento espacial (*inter...*) e por um ablativo absoluto (*inspectante eopse Antiocho*) sintática e semanticamente paralelo ao ablativo absoluto *praesentem Hanibalem* da coluna rostral, logo com elemento de nítido cunho formular.

Trata-se, assim, de nítida magnificação, no mesmo contexto de celebração de triunfo, da estrutura narrativa elementar, alçada a uma “linguagem grandiloquente” (BRISCOE, 2007, p. 552) por meio de procedimentos expansivos diligentemente aplicados àquela estrutura, ademais de mesmo tipo que os procedimentos verificados na coluna rostral.

Roma, 174 a.C.	LIV.41.28.8-10
<i>Ti. Semproni Gracchi consulis imperio auspicioque legio exercitusque populi Romani Sardiniam subegit. In ea prouincia hostium</i>	Sob o comando e os auspícios de Tibério Semprônio Graco, a legião e o exército do povo romano conquistou a Sardenha. Naquela

⁹² “Conforme Fraenkel [2007, p. 163-164] observou, essas orações gerundivais são análogas a ablativos absolutos” (BRISCOE, 2007, p. 551).

⁹³ Sobre a qual Traina comenta se tratar de “expressão formular” (TRAINA, 2019, p. 172). Cf. ainda apropriação plautina: *ut gesserit rem publicam ductu, imperio, auspicio suo* (PL.Am.196).

<i>caesa aut capta supra octoginta milia. Re publica felicissime gesta atque libertatis <<sociis,>> uectigalibus restitutis, exercitum saluom atque incolumem plenissimum praeda domum reportauit; iterum triumphans in urbem redit. Cuius rei ergo hanc tabulam donum Ioui dedit.</i>	província, [foram] mortos ou apreendidos mais de 80.000 inimigos. Tendo sido conduzida a República com o maior êxito e tendo sido libertados os aliados e os tributos restituídos, reconduziu para casa o exército são e salvo, cheio de butim; pela segunda vez entrou na cidade em triunfo. Por essa razão, deu esta placa como dom a Júpiter.
--	--

Ponderadas também aqui as dificuldades inerentes à transmissão por via indireta a inscrição, vai-se notando a recorrência do quanto já observado relativamente às *tabulae triumphales* precedentemente examinadas. Em primeiro lugar, o enquadramento estrutural dado pela sucessão de frases narrativas terminadas por verbo finito no *perfectum* e em ordem cronológica (*subegit, reportauit, redit, dedit*; notar-se-á que o primeiro e o último correspondem estreitamente ao par *cepit/dedit* dos títulos dedicatórios simples) e iniciadas por elementos anafóricos (*in ea prouincia; iterum; cuius rei ergo*), sem a correspondente braquilogia manifesta nos *tituli* simples pelo não comparecimento do complemento acusativo (aqui *hanc tabulam donum*). Repare-se ainda, em conformidade com os modelos dos *tituli* simples, na posição inicial absoluta do nome do magistrado agraciado com o triunfo, conjuntamente com seu cargo, neste caso no genitivo, segundo outro formulário que – veremos – recorre.

Complementarmente, sobre essa estrutura, verifica-se a aplicação de procedimentos relevantes, com sintagmas (alguns claramente sinonímicos) binucleados (*imperio auspicioque; legio exercitus; saluom atque incolumem*), eventualmente aliterantes (em /k/: *caesa aut capta*), ao lado de outras estratégias de magnificação tais como o emprego de superlativos (*felicissime; plenissimum*). Fraenkel, cruzando texto de Plauto (*Per.753ss*) com essa passagem, identifica o uso de “ablativos com duas palavras [...] postos assindeticamente um ao lado do outro, por meio dos quais o resultado geral da vitória é decomposto em seus elementos constitutivos, ou, como se poderia também dizer, há uma enumeração de todos os fatores que, em conjunto, determinam o sucesso completo” (FRAENKEL, 2007, p. 163). Em lugar da braquilogia, da retenção apenas do mais distintivo aspecto, como nos *tituli* simples, insinua-se, assim, pretensão ao esgotamento da expressão. Vai-se delineando, assim, efetiva recorrência, a demarcar forma de expressão associada a determinado contexto situacional bastante preciso.

Roma, 142 a.C. ⁹⁴	CIL I ² 626
<i>L. Mummi L. f. cos. duct. auspicio imperioque eius Achaia capt. Corinto deleto Romam redieit triumphans ob hasce res bene gestas quod in bello uouerat hanc aedem et signu Herculis Victoris Imperator dedicat.</i>	Sob a liderança, os auspícios e o comando de Lúcio Múmio, filho de Lúcio, cônsul, tendo sido capturada a Acaia [e] Corinto destruída, retornou a Roma em triunfo. Por terem sido esses empreendimentos bem sucedidos, porque o prometera na guerra, [ele como] comandante militar dedica este templo e a estátua de Hércules Vencedor.

Neste caso, dispomos de transmissão direta de *tabula triumphalis* e, mais que isso, relativa à mesma personagem de quem conservamos dois *tituli* simples já estudados (CIL I² 630 e CIL I² 631). Demais dos elementos que recorreram no conjunto das *tabulae triumphales* mais antigas, seja atinentes à estrutura elementar da sucessão de frases narrativas (posição frontal do nome do magistrado, sua filiação e cargo, com as abreviações abundantemente encontradas nos *tituli* simples, verbos finitos, em ordem cronológica, em posição – majoritariamente – final, seguidos, no início da próxima estrutura frasal, de elementos anafóricos), seja relativos à sua expansão (sintagmas trimembres ou bimembres, como *ductu auspicio imperioque* e *aedem et signum*) ou mais excepcional ordenação hierárquica (último verbo no presente *infectum*, *dedicat*) – tudo a evidenciar a tipicidade da aplicação dos procedimentos sobre estruturas frasais, também típicas –, há dois elementos particulares a chamar a atenção.

Pela restrição do *corpus*, não temos meios de indicar se estamos diante de (esperáveis) transformações devidas à passagem do tempo – alfim, já nos encontramos 120 anos depois da data estimada da *tabula* de Duílio –, mas, sem dúvida, trata-se de elementos que se podem entender como prolongamentos daquela preocupação de conferir lustro à enunciação. O primeiro é a posposição de *triumphans* ao verbo *redieit* (*Romam redieit triumphans*, caso para que, em LIV.41.28.8-10, conforme se viu, lia-se *triumphans in urbem redit*);⁹⁵ esse tipo de deslocamento, por romper a estrutura repetidamente afirmada, é meio particularmente apto a salientar a ideia de especial relevo, o que é evidentemente o caso do *triumphans*, que remete ao contexto que justifica a própria existência da inscrição; pode-se tê-lo por foco principal não só da frase, mas do texto como um todo, a informação de maior relevância sobre Lúcio Múmio que o texto

⁹⁴ De acordo com Courtney, o saque de Corinto foi em 146 a.C., o triunfo em 145 a.C., e a dedicação do santuário ocorreu em 142 a.C. (COURTNEY, 1995, p. 208).

⁹⁵ Sem dúvida, é lícito conjecturar também, mas para além de toda prova, uma normalização sintática em Lúvio (ou em sua fonte) relativamente à inscrição original.

comunica. O segundo elemento é a introdução de conectivos que – tal como a simples alternância entre *infectum* e *perfectum* – sugerem hierarquia entre elementos que em geral vêm expressos em frases mais independentes (*ob hasce res... quod in bello...*), o que, no caso, talvez se possa tomar justamente por explicitação do nexos que leva à sucessão de um verbo no *perfectum* por outro no *infectum* (*dedicat*). Teremos a ocasião de verificar que, em outros textos, a alternância entre estruturas paratáticas e hipotáticas guarda nexos estreito com o grau de elaboração da enunciação, sendo a *escolha* por uma formulação hipotática indício de encarecimento da expressão – associada ao desígnio de dotá-la de mais intensa força ilocutória.

Bozkir, 75 a.C.	CIL I ² 2954
<i>Serueilius C. f. imperator hostibus uicteis, Isaura uetere capta, captiueis uenum datis, sei deus sieue deast quoius in tutela oppidum uetus Isaura fuit uotum soluit.</i>	Servílio, filho de Gaio, comandante militar, tendo vencido os inimigos, tendo tomado a antiga Isáuria, tendo os reféns sido dados à venda, seja um deus, seja uma deusa sob cuja proteção estava a antiga Isáuria, [a ele ou a ela], ele cumpriu o seu voto.

Embora já mais removida do recorte temporal que imediatamente nos importa nesta pesquisa, essa inscrição, transmitida também diretamente em suporte epigráfico, guarda o especial interesse de estabelecer estreita relação entre as *tabulae* de que estamos nos ocupando e aquele gênero textual que, conforme veremos pormenorizadamente mais adiante (item 3.3), é o principal repositório de procedimentos de expansão da frase narrativa tal como os vimos testemunhando: os *carmina*. Com efeito, retoma-se aqui formulação que recorre naqueles testemunhos (e.g., *si deus, si dea est, cui populus ciuitasque Carthaginensis est in tutela*, MACR.3.9.7, v., *infra*, item 3.3.3.1) e, mais que isso, conecta-se a realização da *tabula* ao *uotum* que era pronunciado e dirigido aos deuses por meio de um *carmen* no contexto bélico. Talvez essa conexão fosse até mais profunda, como sugere Fraenkel ao afirmar que “as tábuas triunfais seguiam as palavras da *gratulatio* do *triumphator*; a razão para sua existência era a mesma, e então o mesmo tipo de formulação era usado” (FRAENKEL, 2007, p. 163). Seja como for, adquire-se assim um contexto notável para os procedimentos expansivos que vimos verificando e que, também aqui, figuram na interposição de uma série de complementos entre o nominativo

(em sua forma epigráfica usual: nome, filiação, cargo, com abreviações) e o verbo finito, incluídos três ablativos absolutos.⁹⁶

Roma, 60 a.C.	PLIN.Nat.7.97
<i>Cn. Pompeius Magnus imperator bello XXX annorum confecto fuis fugatis occisis in deditionem acceptis hominum centiens uiciens semel LXXXIII depressis aut captis nauibus DCCCXLVI oppidis castellis MDXXXVIII in fidem receptis terris a Maeotis ad Rubrum mare subactis uotum merito Mineruae.</i>	Gneu Pompeu Magno, comandante militar, tendo posto fim a uma guerra de 30 anos, tendo sido dispersos, postos em debandada, mortos, tomados prisioneiros 12.183.000 homens, afundados ou capturados 846 navios, 1538 cidades e fortificações entregues a nosso poder, e as terras desde a [lagoa] Meótida até o Mar Vermelho conquistadas, [cumpriu] seu voto a Minerva, merecidamente.

A inclusão dessa inscrição, tardia para nossos propósitos e reportada indiretamente por Plínio o Velho, serve unicamente a indicar a possibilidade de aplicar os procedimentos de expansão aos mais braquilógicos modelos de *tituli* simples, sem verbo finito, que se valem apenas de particípio (v., *supra*, 3.1.1). A expansão, como se vê aqui, é realizada, como no caso precedente, pela acumulação de complementos em ablativo absoluto entre o nominativo e o fim da frase. Não escapará a reprodução de um mesmo nexos aliterante em grupo de núcleo complexo que já ocorrera em Lívio (em /f/: *fuis fugatis*, v., *supra*, neste item, LIV.40.52.5-7), bem como outras ocorrências de sintagmas complexos (*depressis aut captis*; *oppidis castellis*, neste último caso, significativamente em assíndeto, como se constatará ocorrer frequentemente nos *carmina*, *infra* 3.3). Notável reproduzibilidade – e concreta reprodução – de procedimentos que se estendem a pelo menos 200 anos antes, com a coluna rostral de Duílio, redundando no encarecimento da frase narrativa, aqui em seu mais depurado, quase etéreo, aspecto.

*

O estudo das *tabulae triumphales*, apesar das ponderosas questões suscitadas por sua transmissão – cujo peso se atenua, sem dúvida, pela forte convergência entre os casos de transmissão indireta e aqueles poucos que nos atingiram diretamente – permitiu estabelecer notável contraponto, que não é oposição, mas supressão (*Aufhebung*),

⁹⁶ Mostra-se pobre, assim, o comentário de Courtney, segundo o qual “esta inscrição mostra o hábito de narrar os feitos em ablativos absolutos” (COURTNEY, 1995, p. 207). Afinal, falar em “hábito” normaliza ou equipara aquilo que se configura como escolhas feitas em contextos específicos.

entre essas *tabulae* e os simples *tituli* votivos. Em ambos os casos, manifesta-se uma mesma estrutura de base, centrada na sucessão de frases narrativas que podemos ter por elementares, isto é, por um módulo narrativo. Dos *tituli* votivos às *tabulae triumphales*, o que ocorre é a aplicação de uma série de procedimentos que visam à expansão do que era braquilógico, ao limite potencial, muitas vezes realizado, da enunciação copiosa. Fankhänel, referindo-se mais amplamente à prosa pré-clássica, identificou justamente o fenômeno da transformação no interior da frase narrativa:

Foi a partir de um grupo nominal e do verbo que a ele se seguia, em posição final, que, conforme vimos, se formou a mais antiga forma de frase para a expressão não patética de um relato. O verbo constituía o núcleo dessa frase com os casos oblíquos dele dependentes ou complementos preposicionais. Em torno desse núcleo frasal, agrupavam-se, para sua ampliação, nos tempos mais recuados, outros sintagmas, ainda claramente independentes do núcleo [...] (FANKHÄNEL, 1938, p. 38).

Verificamos, assim, mais precisamente, na análise das *tabulae triumphales*, que, ao lado da multiplicação dos sintagmas (desde o desdobramento do próprio núcleo verbal até a interposição de numerosos complementos circunstanciais, como ablativos absolutos, sintagmas preposicionais de diferentes tipos, etc.) e do reforço do vínculo entre os constituintes por expedientes de aproximação icônica, como aliteração e homeoteleuto, recorrendo amiúde a fraseas estereotipados, aplicavam-se ainda à estrutura da frase narrativa, procedimentos como deslocamento de palavras, extraindo-as dos limites da frase, recurso a formas de presente *infectum* na série de verbos finitos e mesmo recurso à hipotaxe. Tudo isso sugere a aderência de determinado conjunto de procedimentos a determinada situação comunicativa cuja excepcionalidade tendeu a se estabilizar em uma tipologia textual bastante particularizada no mundo social da República romana.

Temos a sorte de ter conservado em Suetônio, na famosíssima referência ao *ueni uidi uici* cesariano, testemunho antigo a respeito precisamente desse *corpus* republicano. Será instrutivo passar em revista esse excerto:

Roma, 46 a.C.	SUET. <i>Iul.</i> 37.1-2
<p><i>1. Confectis bellis quinquens triumphauit, post deuictum Scipionem quater eodem mense sed interiectis diebus, et rursus semel post superatos Pompei liberos. Primum et excellentissimum triumphum egit Gallicum, sequentem Alexandrinum, deinde Ponticum, huic proximum Africanum, nouissimum Hispaniensem, diuerso quemque apparatu et instrumento. 2. Gallici triumphi die Velabrum praeteruehens paene curru excussus est axe diffracto ascenditque Capitolium ad lumina quadraginta elephantis dextra sinistraque lychnuchos gestantibus. Pontico triumpho inter pompae fercula trium uerborum praetulit titulum, VENI VIDI VICI, non acta belli significantem, sicut ceteris, sed celeriter confecti notam.</i>⁹⁷</p>	<p>1. Findas as guerras, conduziu cinco triunfos, quatro vezes no mesmo mês, mas em dias espaçados, após derrotar Cipião, e depois mais uma vez após debelar os filhos de Pompeu. O primeiro e mais notável foi o triunfo gálico, o seguinte foi o alexandrino, então o pântico, o posterior o africano e enfim o último foi o hispânico, cada um com distintos aparatos e acessórios. 2. No dia do triunfo gálico, atravessando o [bairro de] Velabro, quase foi atirado de seu carro, tendo-se partido o eixo, e subiu o Capitólio, iluminado à esquerda e à direita por quarenta elefantes que portavam lampadários. No triunfo pântico, em meio aos andores da procissão, fez ir adiante uma inscrição de três palavras – “vim, vi, venci” –, não dando a conhecer as façanhas da guerra, como nas demais, mas [dando] mostra de se ter completado [a campanha] rapidamente.</p>

O passo célebre reporta especialíssima *tabula triumphalis* dos estertores da República, em que, na apreciação de Suetônio, face a modelo reputado normal (*sicut ceteris*), ao menos na série de triunfos de César, mas certamente compatível com tudo o que examinamos neste item, consistente na exposição narrativa de façanhas bélicas (*acta belli significantem*), promoveu-se desvio funcional, para que, como forma simbólica, a *tabula* mimetizasse a própria rapidez da campanha.

O procedimento de supressão de constituintes, guardando apenas o núcleo mínimo da sucessão de frases narrativas – enfileiramento paratático de orações terminadas por (ou efetivamente reduzidas a), no caso, três verbos no *perfectum* –, não resulta, contudo, em sucessão de frases narrativas elementares como as de outros *tituli*, já que a máxima condensação mimética do triunfo pântico se assinalava igualmente pelo procedimento de vinculação icônico entre os constituintes, mediante recurso à aliteração em /w/ e ao homeoteleuto. Trata-se, portanto, não de retorno a *titulus* normal, mas de procedimentalização de segundo grau, sobreposta ao grau excepcional que significa já a *tabula triumphalis*.

Não se trata, assim, no triunfo pântico, de desfazer o sentido distintivo dos procedimentos bem assentados da *tabula triumphalis*, mas antes de promover uma

⁹⁷ Emendamos a pontuação após *VICI*, onde Kaster apresenta um ponto.

distinção suplementar: em lugar de inserir-se na reiterada (e, nesse sentido, normalizada, cf. 2.4, *supra*) excepcionalidade das façanhas merecedoras de triunfo como os demais feitos realizados por um magistrado romano, César demarcava a singularidade ou, melhor dizendo, a excelência daquele seu triunfo com respeito aos outros triunfos dos demais magistrados romanos.

Percebe-se, assim, que, como resultado de sua reiteração em contextos institucionalizados, as *tabulae triumphales* poderiam passar a ser vistas elas mesmas como formas normais – modelos narrativos estavelmente excepcionais – face aos modelos narrativos mais elementares e mais difundidos, desprovidos do predicado da excepcionalidade. Nesse caso, entretanto, o usuário poderia recorrer ao sistema, inflectindo a norma em gesto poético – no sentido de que se tratou em 2.4, *supra* – motivado por específica situação de interação.

Se essas considerações se dessumem do texto de Suetônio, parece-nos que o interesse fundamental do passo repousa em atestar como a distinção entre estrutura frasal normal e estrutura frasal funcionalmente procedimentalizada não é mera projeção do intérprete, mas parte essencial da experiência linguística dos usuários da língua. Sem dúvida, essa manipulação do material linguístico estava à disposição dos falantes, que faziam uso propositado dela, sendo bastante razoável supor que outros generais, antes de César, tivessem também surpreendido expectativas a fim de criar certos efeitos (v. 3.1.3, *infra*, para caso bastante comparável, até pelo uso muito raro da primeira pessoa do singular em inscrições comemorativas).

É uma pena, nesse contexto, que, tendo Catão celebrado um triunfo (PLU.Cat.Ma.11.3; v., *infra*, itens 4.4 e 5.2.2), não disponhamos de uma *tabula triumphalis* gravada com seu nome. Um breve relato, no entanto, do que parece ser um *elogium* posterior à censura (184 a.C.), é oferecido por Plutarco, com tradução grega parcial do conteúdo:

	PLU.Cat.Ma.19.3
Φαίνεται δὲ θαυμαστῶς ἀποδεξάμενος αὐτοῦ τὴν τιμητείαν ὁ δῆμος. ἀνδριάντα γοῦν ἀναθεὶς ἐν τῷ ναῷ τῆς Ὑγείας ἐπέγραψεν οὐ τὰς στρατηγίας οὐδὲ τὸν θρίαμβον τοῦ Κάτωνος, ἀλλ’ ὥς ἂν τις μεταφράσειε τὴν ἐπιγραφὴν, ὅτι τὴν Ῥωμαίων πολιτείαν ἐγκεκλιμένην καὶ ῥέπουσαν ἐπὶ τὸ χεῖρον τιμητῆς γενόμενος χρησταῖς ἀγωγαῖς καὶ	E parece que o povo aprovou admiravelmente sua censura. Tendo-lhe, de todo modo, erigido uma estátua, no templo da Saúde, inscreveram [na inscrição que a acompanhava] não os feitos militares nem o triunfo de Catão, mas, como se poderia traduzir a inscrição, “que, desempenhando a censura, pôs de novo de pé endireitada a república romana, declinante e

σώφροσιν ἔθισμοις καὶ διδασκαλίαις εἰς ὀρθὸν αὐθις ἀποκατέστησε’.	pendente em direção à sua piora, por meio de uma condução honrosa e de prudentes exemplos e ensinamentos”.
---	--

Se o aspecto peculiar, notado por Plutarco, aproxima-nos possivelmente de alguns exemplos mais idiossincráticos do gênero – um pouco como os que veremos em 3.1.3 e 3.1.4 – talvez seja possível, ainda que sob o quicá pesado véu da tradução, discernir algo e, mais que isso, talvez identifique algo comparável ao que se viu em César (recusa de detalhar os feitos bélicos) do mesmo trabalho que constatamos nos *tituli triumphales* sobre uma frase narrativa de base com verbo no *perfectum*, em posição final (correspondendo ao aoristo ἀποκατέστησε). É provável que, entre o sujeito (inicial, não preservado na tradução) e o verbo, houvesse um conjunto de complementos acumulados, valendo-se talvez do ablativo absoluto (aqui traduzido pelo particípio τιμητῆς γενόμενος) e de uma série de simples ablativos (vertidos em grego como dativos instrumentais, χρῆσταῖς ἀγωγαῖς καὶ σώφροσιν ἔθισμοις καὶ διδασκαλίαις), o segundo dos quais vinha desdobrado em dois núcleos, aqui de sentido complementar. A percepção é reforçada pela coordenação de dois participios no acusativo que acenam à típica forma de desmembramento sinonímico observada nas *tabulae triumphales* (ἐγκεκλιμένην καὶ ῥέπουσαν). Assim, ainda que pela mediação (não sabemos até que ponto espesso) de Plutarco, essa inscrição sugere oportunidade em que os módulos e procedimentos das *tabulae triumphales* não apenas se mostram em circulação no ambiente de Catão, mas expressaram, em vida, narrativa sobre suas próprias realizações, como certamente o fizera sua *tabula triumphalis*, não conservada.⁹⁸

Sem dúvida, a caracterização de Chausserie-Laprée para a “narrativa dramática”, pensada como aplicável apenas à historiografia latina clássica, cabe perfeitamente para essas inscrições: “as passagens intensas da *narratio* são o lugar natural e privilegiado de uma acumulação e de uma convergência notáveis das técnicas de estilo mais poderosas da narrativa dramática” (CHAUSSERIE-LAPRÉE, 1969, p. 691). Essas técnicas, no caso dos testemunhos de que nos ocupamos, como já o afirmamos e depois ficará claro a partir

⁹⁸ Para Scardigli (2011, p. 426, n. 231), seguindo Astin (1978, p. 103, n. 89), a estátua deve ter sido posterior a Catão; segundo Astin, a própria inscrição, “omitindo menção de seu consulado e seu triunfo, é extremamente improvável” (ASTIN, 1978, p. 103, n. 89), devendo-se ter por “erigida muito depois”. No entanto, conforme se verá na sequência, havia espaço bastante relevante para inscrições idiossincráticas no entorno de Catão, sendo arriscado julgar do possível e do impossível com base em suposta aderência a norma que é apenas a mediana do que foi transmitido.

das análises empreendidas no item 3.3, são aquelas típicas do *carmen*, como notou Santini, mencionando especificamente a coluna rostral de Duílio e a *tabula* transmitida por Lívio em 40.52.5-7 (SANTINI, 1988, p. 223, n.40 e 41).

Antes de chegar lá, no entanto, precisamos tratar da frase argumentativa (item 3.2, *infra*) e, antes ainda, pensamos útil apensar à análise dos *corpora* já examinados o estudo de algumas inscrições bastante relacionadas com o que vimos de tratar, que exibem, contudo, particularidades a justificar seu tratamento em separado e, como forma de arrematar enfim o estudo preliminar da frase narrativa, o exame dos fragmentos do que teriam sido espécimes bastante mais extensos de prosa narrativa.

3.1.3. Inscrição de Pola

cônsul em 132 a.C.	CIL I ² 638 = ILLRP 454
[P. Popillius C. f. co(n)s(ul)] / uiam fecei ab Regio ad Capuam et / in ea uia ponteis omneis, miliarios / tabelariosque poseiuei. Hince sunt / Nouceriam meilia LI, Capuam XXCIII, / Muranum LXXIII, Cosentiam CXXIII, Valentiam CLXXX..., ⁹⁹ ad Fretum ad / Statuam CCXXXI..., Regium CCXXXVII. / Suma af Capua Regium meilia CCCXXI... / Et eidem praetor in / Sicilia fugiteiuos Italicorum / conquaesiuei rededeique / homines DCCCCXVII eidemque / primus fecei ut de agro poplico / aratoribus cederent paastores. / Forum aedisque poplicas heic fecei.	[Eu, Públio Popílio, filho de Gaio, cônsul] fiz uma estrada de Régio a Cápua e, nessa estrada, instalei todas as pontes, pedras miliárias e correios. Daqui são 51 milhas a Nucéria, 84 a Cápua, 74 a Murano, 123 a Cosença, 180 a Valência, até o Estreito, perto da estátua, 231, 237 até Régio. O total de Cápua a Régio [é de] 321 milhas. E [eu] mesmo, pretor na Sicília, procurei e devolvi os fugitivos dos [senhores] itálicos, 917 homens. E [eu fui o] primeiro [que] fiz com que, relativamente à terra pública, os pastores dessem lugar aos agricultores. Aqui eu construí um foro e prédios públicos.

A inscrição de Pola é espécime bastante singular de *titulus*, com intersecções relevantes com os *elogia* (BERNARD, DAMON & GREY, 2014, p. 970-971), mas os “verbos em primeira pessoa, a despeito da natureza biográfica dos *elogia*, são quase sem precedentes” (BERNARD, DAMON & GREY, 2014, p. 972; cf., no entanto, CIL I² 2926). Sem dúvida, trata-se de caso que combina criativamente “múltiplas fontes”, de distintas “categorias de inscrições republicanas” (BERNARD, DAMON & GREY, 2014, p. 970-971). Importa-nos, neste contexto, que ela pertence àquele mesmo veio de língua administrativa que Fraenkel nomeou *Bulletinstil*: “nós a encontramos [essa forma de escrita oficial] com algumas variações de menor importância (dentre as quais o abandono

⁹⁹ Aqui e, na sequência, quando nos servimos novamente de três pontos, há, na inscrição, números que foram apagados (DEGRASSI, 1957, p. 254).

do assíndeto) na inscrição que o cônsul Públio Popílio Lenate erigiu na Lucânia no ano de 132 a.C.” (FRAENKEL, 1964b, p. 73).

Conforme se verifica, nela vêm reportadas, sucessivamente, quatro realizações (*uiam fecei...*; *et eidem praetor... conquaesiuei rededeique; eidemque primus fecei...*; *forum... fecei*), sempre associadas a verbos no *perfectum*, mas com a já assinalada particularidade de constarem na primeira pessoa. Na sucessão de frases narrativas, deve-se reparar que quase todos os elementos pospostos ao verbo são aposições desprovidas de excepcionalidade, por se tratar de listas e especificações espaciais ou quantitativas de alguma extensão (*fecei ab Regio ad Capuam; sunt Nouceriam meilia...*; *rededeique homines DCCCCXVII*), conforme, assim, ao que já se viu (*supra*, 3.1.2; cf. FANKHÄNEL, 1938, p. 60 e 67-68). O caso de deslocamento efetivamente significativo – influência que o recorrer da posposição nos outros segmentos pode ter exercido aqui – localiza-se na terceira realização, em *aratoribus cederent paastores*, descontada a possibilidade de contaminação possivelmente exercida pelas reiteradas posposições.

O contexto, porém, descarta o descaso pelo acúmulo de elementos de relevo. Note-se que é a única realização em que o sujeito vem assinalado com o qualificativo *primus*, que já deparamos na coluna rostral de Duílio para referir a primeira vitória naval de Roma, o que indicia aqui também um encarecimento peculiar do feito. Bernard, Damon e Grey notaram, ademais, a particularidade da escolha lexical de *aratoribus*: “*arator* não é a palavra normal em latim para fazendeiro. [...] Ela é claramente elevada, usada como um sinônimo para *agricola* ‘*apud poetas potissimum*’ (TLL, s.v. II, com exemplos em 398-48-66)” (BERNARD, DAMON & GREY, 2014, p. 966).¹⁰⁰ É também exclusivamente nesse segmento que comparece mecanismo de subordinação completiva, (*feci*) *ut... cederent*, em que *feci* figura como verbo auxiliar causativo, contrapondo-se, com isso, ao uso de *feci* como verbo lexical no quarto segmento, que não exhibe nenhuma particularidade análoga. Justifica-se, assim, plenamente, a apreciação de Bernard, Damon e Grey a respeito da terceira realização, para quem “o fraseado dessa seção é abstrato e elevado, consideravelmente mais elevado do que tudo o mais na inscrição” (BERNARD, DAMON & GREY, 2014, p. 962).

¹⁰⁰ Se levarmos em consideração os casos de *tituli simples* em que figura, como último elemento, o dativo posposto, poder-se-ia mesmo cogitar que, pela contraposição de expectativas, é o elemento preposto ao verbo que ganha relevo aqui.

Há elemento adicional a levar em consideração na articulação desse segmento com o que se segue. Na sequência das frases narrativas, como é de esperar diante da prática adotada nesse filão de língua, os segmentos abertos após os verbos finitos se iniciam por uma expressão anafórica (*et in ea uia; et eidem; eidemque*). A única exceção é justamente a passagem da terceira à quarta realização. Parecemos estar diante de caso semelhante aos visados por Chausserie-Laprée ao discorrer sobre a parataxe em contextos narrativos: “entendemos por ela [parataxe] uma sequência de orações independentes curtas cuja brevidade e sucessão produzem, se a situação histórica permite, um efeito de rapidez expressiva, próprio a marcar a precipitação dos eventos e a reproduzir a vida, o movimento mesmo da cena descrita” (CHAUSSERIE-LAPRÉE, 1963, p. 290-291). Feita a ressalva da distinção entre uma parataxe mais branda (com anafóricos) e outra mais intensa (sem anafóricos), como no caso em tela, verifica-se aqui ocorrência do caso mais intenso. Os efeitos não se podem, contudo, subsumir na avaliação de Chausserie-Laprée, parecendo antes produzir-se ruptura intensa, a encapsular a elocução peculiar da terceira realização.

Elemento suplementar digno de nota, agora no conjunto da inscrição, é a presença reiterada de dêiticos que, para além dos anafóricos textuais nas aberturas das frases narrativas, situam a inscrição mesma com relação ao lugar em que está posta (*hince, heic*). Evocam-se, assim, as inscrições dos *miliaria*; mas também se sugere uma relação com as inscrições fúnebres, como os túmulos dos Cipiões de que nos ocuparemos no subitem seguinte (cf. BERNARD, DAMON & GREY, 2014, p. 973). Parecemos estar diante de fórmula peculiar de monumentalização da memória e do esforço de presentificação do comitente, que, conforme se viu, vem proeminentemente indicado pelos verbos em primeira pessoa.

Com essas breves considerações, indica-se a flexibilidade da estrutura de sucessão de frases narrativas, que, por meio de manipulações já atestadas nas *tabulae triumphales* – combinação entre recorrência estrutural e ruptura pontual, notadamente pelo deslocamento de complemento para posição externa à frase e pelo recurso à hipotaxe, mas também naturalmente pela escolha vocabular – logram variar e tornar complexa a enunciação a partir daquele ponto de partida estrutural.

3.1.4. Elogia fúnebres

	CIL I ² 7 = ILLRP 309
<i>Cornelius Lucius / Scipio Barbatus, Gnaiuod patre prognatus / fortis uir sapiensque, quoius forma uirtutei / parisuma fuit. Consol, censor, aidilis, / quei fuit apud uos, Taurasia[m], Cisauna[m] / Samnio¹⁰¹ cepit, subigit omne[m] Loucanam / opsidesque abdoucit.</i>	<p>Lúcio Cornélio Cipião Barbado, nascido de [seu] pai Gneu, homem corajoso e sábio, cuja forma à [sua] bravura foi equivalente. Cônsul, censor, edil, que esteve entre vós, tomou Taurásia, Cisauna, Sâmnio, domina toda a Lucânia e leva reféns.</p>

	CIL I ² 9 = ILLRP 310
<i>Honc oino[m] ploirume / consentiont R[omai] duonoro[m] optumo[m] / fuise uiro[m], Luciom Scipione[m]. Filios Barbati, consol, censor, aidilis / hic fuet a[pud uos]. Hec cepit Corsica(m) / Aleria(m)que urbem, dedet Tempestatibus / aide(m) mereto(d).</i>	<p>A maioria [das pessoas] concordam que este Foi um homem único entre os melhores homens de Roma, Lúcio Cipião, filho de Barbado, cônsul, censor, edil, ele esteve entre vós. Tomou a Córsega e a cidade de Aléria, dedicou às Tempestades um templo, merecidamente.</p>

Antes de abordar, com a necessária brevidade, a forma de expressão dessas duas inscrições, convém enunciar duas questões preliminares.

A primeira, principal foco de controvérsia, reside na datação relativa dos dois *elogia* – que integram seis túmulos da família dos Cipiões, encontrados nos séculos XVII e XVIII (SUERBAUM, 2002, p. 40). Desde o fim do século XVIII, entende-se majoritariamente que o *elogium* do filho é anterior ao do pai (ZEVI, 1968-1969, p. 65). A ideia de que a inscrição CIL I² 7 é mais recente seria demonstrada pela ortografia e pela forma das letras, entre outros indícios (ERNOUT, 1947, p. 16; PISANI, 1950, p. 11). Tal posição é, no entanto, questionada por distintos estudiosos, com argumentos atendíveis. Wachter, sobretudo, teceu detalhadas considerações para concluir pela maior antiguidade de CIL I² 7 (WACHTER, 1987, p. 301-342), que dataria de c. 260 a.C. (WACHTER, 1987, p. 337), posição que vem granjeando adesão. Radke anui nos resultados de Wachter, entendendo que o *elogium* de Barbado foi composto e gravado já pouco após sua morte (RADKE, 1991, p. 70). Clackson e Horrocks também entendem não serem

¹⁰¹ Sobre a interpretação de *Samnio*, se ablativo instrumental, ablativo de proeminência ou acusativo, cf. TRAINA, 2019, p. 166, que reputa a leitura como ablativo “a melhor exegese”.

convincentes os argumentos relativos à ortografia, sendo assim “possível que o *elogium* do pai seja de fato mais antigo que o do filho, e que o último seja apenas mais tradicional em alguns aspectos de sua ortografia” (CLACKSON & HORROCKS, 2011, p. 141). De todo modo, ambos remontam ao século III a.C.,¹⁰² sem margem para dúvidas pertinentes (ZEVI, 1968-1969, p. 66); daí resulta, como nota Rosén, que “nós temos motivos para contemplá-los como pequeno *corpus* que oferece um quadro representativo de um *état de langue* antigo (fim do s. III a.C.?)” (ROSEN, 1999, p. 37).

A segunda questão preliminar concerne à espécie de *titulus* a que pertencem essas inscrições em versos satúrnios. Zevi rejeita a classificação como *elogia*, pois os “*elogia* públicos [...] constituem a motivação oficial de uma honraria pública” (ZEVI, 1968-1969, p. 66), ao passo que se estaria diante de verdadeiras *laudationes*, vale dizer, “excertos de canções de louvores mais longas, recitadas publicamente durante os funerais” (ZEVI, 1968-1969, p. 67). A hipótese é indemonstrável, e mais vale afirmar com Clackson e Horrocks que se trata de “epitáfios-com-*elogia*” (CLACKSON & HORROCKS, 2011, p. 138), desde que por essa denominação se entenda não uma mistura de dois gêneros em si mesmos puros, mas antes o recurso a elementos do *elogium* para cumprir a *função* do epitáfio. É o que se evidencia, ademais, na própria análise do texto, como de pronto se constatará.

Cada uma com seis versos, as inscrições ostentam notável paralelismo nos três últimos versos, especialmente no quarto, praticamente idêntico, não fosse por detalhe que logo nos ocupará. Há também evidente equivalência entre o primeiro verso e meio de CIL I² 7 e o terceiro verso de CIL I² 9 (nome e filiação).¹⁰³ Os elementos de fato estranhos às diferentes modalidades de *tituli* precedentemente examinadas se concentram na segunda metade do segundo verso e no terceiro verso de CIL I² 7 e nos dois primeiros versos de CIL I² 9, pontos em que elas divergem também entre si e que remetem provavelmente a modelos gregos (LEO, 1913, 1, p. 269). À luz dos *tituli* antes estudados, haveria assim divergência da primeira parte, com conteúdo ideológico peculiar (ZEVI, 1968-1969, p.

¹⁰² Descontada a hipótese de Courtney, que leva apenas em conta uma ocasião favorável e despreza todos os argumentos paleográficos e linguísticos pertinentes. Para Courtney, que propõe datação especialmente tardia, o túmulo e o sarcófago do filho datariam de c. 240 a.C., e o sarcófago do pai, de c. 200 a. C., mas o poema de CIL I² 9 teria sido inscrito após 205 a.C., e aquele de CIL I² 7, em 186-185 a.C., “quando L. Cipião tentou reviver a popularidade declinante da família ao patrocinar jogos magníficos” (COURTNEY, 1995, p. 219).

¹⁰³ Notar-se-á que, se a primeira se aproxima da tradição dos *tituli* por começar com o nome do magistrado (morto) no nominativo, a segunda inscrição o coloca no acusativo, já na altura do terceiro verso, mas não interrompe a sequência tradicional nome/filiação/cargo(s), como CIL I² 7 fizera.

73), mas aderência às convenções na segunda parte, em que ocorre o tipo de narrativa dos demais *tituli*. Aquelos segmentos anódinos não constroem, entretanto, enunciação narrativa e devem ser entendidos segundo outros cânones que não nos concernem diretamente neste ponto da investigação, ainda que se possa notar o recurso a estruturas com que não nos havíamos defrontado nas inscrições precedentemente analisadas: a oração relativa em CIL I² 7 e o acusativo com infinitivo em CIL I² 9.¹⁰⁴

É digno de nota, nos dois últimos versos de ambas as inscrições, onde se desenrola a enunciação propriamente narrativa, o recurso ao vocabulário compartilhado já com os *tituli* simples, de forma mais rente em CIL I² 9 – que tem como únicas formas verbais precisamente *cepit* e *dedet*, que dominam aquele gênero (ponto também notado por ADAMS, 2005, p. 75, n. 4), além do voto ao deus no dativo com complemento *meretod*, também altamente formular –, mas também bastante pronunciado em CIL I² 7, com o tradicional *cepit*. Nessa inscrição, chamam atenção as duas formas verbais no presente *infectum*, após *cepit*, “presentes surpreendentes” para Ernout (1947, p. 14), mas, em verdade, já se viu, formas que ocorrem também nas *tabulae triumphales*. Não se trata, à luz daquele *corpus*, de “variação livre” do presente histórico com o perfeito (ROSÉN, 1999, p. 38),¹⁰⁵ mas certamente de recurso que promove hierarquias no relato (sobre esse ponto, de modo geral para a prosa historiográfica, cf. KROON, 1998, *passim*).

A posição das palavras em geral, e dos verbos em particular, nessas inscrições, levanta problemas, pois atende, entre outros imperativos, à natureza excepcionalmente métrica dos textos (GORDON, 1983, p. 81); Clackson e Horrocks falam na “liberdade da ordem com relação à posição do verbo” (CLACKSON & HORROCKS, 2011, p. 140), com que concorda Rosén, para quem “o verbo não está fixado em posição de fim de frase” (ROSÉN, 1999, p. 38). Fankhänel, no entanto, procedeu a análise minuciosa, concluindo em sentido diverso. Para ele, os túmulos dos Cipiões como um todo, mas mais especificamente CIL I² 7, têm “em geral a posição final do verbo” (FANKHÄNEL, 1938, p. 230); *subigit* vai para o começo da frase por causa da ação nova, voltando, na sequência,

¹⁰⁴ Sua estrutura é assim descrita por Zevi: “uma primeira parte em que se enunciam a ascendência direta e as virtudes pessoais do defunto, uma segunda dedicada a enumerar seus cargos e seus mais notáveis empreendimentos. É claro que, nos verdadeiros *elogia* públicos, que, no entanto, têm afinidades notáveis com nossos epitáfios, apenas a segunda parte terá relevo e desenvolvimento, organizando-se em esquema rapidamente estabilizado e substancialmente conservado até os *elogia* do foro de Augusto” (ZEVI, 1968-1969, p. 67).

¹⁰⁵ Formulação que não se distingue muito da ideia de “mera *uariatio* formal” (CHAUSSERIE-LAPREE, 1969, p. 372), que Chausserie-Laprée invoca mais genericamente para tratar da irrupção do presente histórico na historiografia latina

a ação subordinada (pois tomar os reféns seria consequência da captura do território) à posição final (FANKHÄNEL, 1938, p. 231). Assim, segundo o autor, “pela posição inicial, determinadas ações são destacadas, ao passo que aquelas de significado secundário se encontram em posição final” (FANKHÄNEL, 1938, p. 232). Aponte-se que o qualificativo *omne* (*Loucanam*) parece reforçar o destaque pretendido, com magnificação lexical pelos adjuntos, conforme vimos ocorrer em diversas *tabulae triumphales*.¹⁰⁶ A questão é evidentemente complexa, em face da natureza métrica das inscrições, mas o recurso ao deslocamento das palavras se insere, assim, entre os procedimentos à disposição dos escritores para gerar efeitos de sentido nesse filão da língua.

Ainda na contraposição entre as duas inscrições, merece breve referência a distinção entre *filios Barbati* em CIL I² 9 e *Gnaiuod patre prognatus*, em CIL I² 7, a salientar mais uma vez a contraposição entre uma forma de base, idêntica aos *tituli* simples em CIL I² 9, e a possibilidade de seu incremento, em CIL I² 7, neste caso com expansão associada a diversa escolha lexical, a produzir aliteração em /p/.

Chegamos enfim a ponto em geral desconsiderado, mas que merece, a nosso sentir, mais séria ponderação, a saber, o (quase) idêntico quarto verso dos *elogia*, em que, na contraposição entre *consol, censor, aidilis, quei fuit apud uos* (CIL I² 7) e *consol, censor, aidilis hic fuet apud uos* (CIL I² 9), pensamos ser significativa a ocorrência de *quei* e de *hic* exatamente no mesmo ponto. O problema foi minimizado, sem maiores considerações, por Rosén, levantando suspeita de erro (ROSÉN, 1999, p. 172, n. 31), e tratado como simples *attractio inuversa* por Havers (1925, p. 250). No entanto, como a própria equivalência contextual entre *quei* e *hic* sugere aqui, trata-se de caso de “proximidade (ou melhor, indistinção natural) do relativo e do demonstrativo” (SERBAT, 1988, p. 40), e mais especificamente, como notou Benveniste, de uso dos pronomes de tema **kwo-/kwi-* como determinantes (BENVENISTE, 1966, p. 221).¹⁰⁷ Ademais, se a regra, nesse filão de língua, é posicionar o anafórico no começo da frase, alocar esses

¹⁰⁶ É interessante que, com base na posição dos verbos, Fankhänel pense que CIL I² 9 é posterior: “A forma da outra inscrição já parece ser mais tardia. A posição inicial é aqui a única forma que se encontra do relato, e eliminou a posição final da mais antiga forma de relato. *hec* tem aí a tarefa de retomar a pessoa cujo nome e títulos foram apresentados anteriormente” (FANKHÄNEL, 1938, p. 231).

¹⁰⁷ Para o especialista, na origem, esses pronomes são “determinantes do nome ou do adjetivo” (BENVENISTE, 1966, p. 221), estendidos depois à frase verbal.

pronomes entre os nominativos e o verbo sem dúvida constitui desvio – e é possivelmente a busca do desvio que explique o recurso a construção rara.

Há vestígios desse uso do relativo na forma *diui qui potes* (VAR.L.5.58) (BENVENISTE, 1966, p. 220).¹⁰⁸ Penney explica pormenorizadamente a construção:

Há magros traços de uma construção antiga em que o pronome relativo funciona simplesmente como um determinante do substantivo em um sintagma nominal. Os melhores exemplos vêm de citações: cf. *qui patres, qui conscripti* (FEST.304L) com referência aos senadores; *diui qui potes* (VAR.L.5.58) “divindades poderosas”, tiradas aos livros dos áugures. Reputa-se que esse uso continue um modelo indo-europeu [...], já que há paralelos marcantes em grego e em sânscrito. Um exemplo literário pode ser *saluete, Athenae, quae nutrices Graeciae*, ‘salve Atenas, nutriz da Grécia’ (PL.St.649), embora alguns prefiram ver aqui, e certamente alhures no latim antigo, uma simples elipse do verbo *esse* (PENNEY, 2011, p. 228).

Tal construção, especialmente quando se trata de determinante da frase verbal, como em CIL I² 7, tem laços com o fenômeno do *nominatiuus pendens*, ou, como prefere Havers, “nominativo isolado-enfático” (HAVERS, 1925, p. 209),¹⁰⁹ e mais propriamente com caso afim, que Havers nomeia “nominativo temático”: há “fronteiras [...] fluidas entre nosso nominativo e um nominativo independente que toma o caráter de título. Para ele, proponho o nome de ‘nominativo temático’” (HAVERS, 1925, p. 212). O próprio Havers localiza diversos exemplos da construção em inscrições (HAVERS, 1925, p. 229). São comuns em Nepos, de que é exemplo *Themistocles, Neocli filius, Atheniensis. Huius uita ineuntis adolescentiae magnis sunt emendata uirtutibus* (HAVERS, 1925, p. 214).¹¹⁰

¹⁰⁸ Serbat referenda os exemplos de Benveniste (SERBAT, 1988, p. 40) e introduz mais o seguinte: *quique sacerdotes, ... quique uates, quique...* (VERG.A.6.660-665). Segundo o autor, no relativo, “o valor anafórico pode se atenuar até atingir o de um simples artigo em *qui patres*” (SERBAT, 1988, p. 43). Já Norden, em *diui qui potes*, crê haver elipse de *esse* (NORDEN, 1939, p. 62, n. 1)

¹⁰⁹ É o que também se chama de *left-dislocation*, vale dizer, “uma construção sintática que tipicamente compreende duas partes: 1) a primeira parte é um sintagma nominal ou pronominal que ocorre em uma posição externa à oração, à esquerda da oração a que pertence; 2) a segunda parte é uma oração sintaticamente completa, por meio da qual o sintagma inicial é habitualmente (embora não necessariamente) retomado por uma expressão anafórica correferente” (HALLA-AHO, 2018, p. 2).

¹¹⁰ Com exemplos dessa ordem, os tipos de Havers como que se tocam.

Classifique-se como for a ocorrência de *quei* em CIL I² 7, contudo, o resultado da construção é destacar à esquerda do relativo/demonstrativo o *cursus honorum* do magistrado, compondo, com isso, mais um recurso de transformação de módulo de base largamente atestado. Pensamos, por isso, que não deve ser menosprezado e, de fato, veremos que há casos comparáveis que ocorrem em Catão (v., especialmente, 4.4, *infra*).

*

No *Cato Maior* (44 a.C.), Cícero atribui a Catão especial interesse pela leitura dos epitáfios, relatando, na voz da personagem do próprio Catão a afirmação de que, “lendo os epitáfios, eu não temo, como dizem, perder a memória: pois exatamente com lê-los eu torno a visitar a lembrança dos mortos” (*nec sepulcra legens uereor, quod aiunt, ne memoriam perdam; eis enim ipsis legendis in memoriam redeo mortuorum*, Cic.Sen.VII.21). Mais que isso, novamente no *Cato Maior*, com nova citação no *De finibus* (2.XXXV.116) e menção nas *Tusculanae disputationes* (1.VII.13), Cícero cita – também na voz de Catão, no primeiro caso – um epitáfio em particular, de Aulo Atílio Calatino (cônsul em 258 a.C.), cujo texto seria o seguinte: *Hunc unum plurimae consentiunt gentes / populi primarium fuisse uirum* (“a maioria dos povos concorda em ter sido este aqui, sozinho, o homem mais proeminente de sua comunidade”, Cic.Sen.XVII.61).

Conforme Cícero indica, trata-se apenas do começo da inscrição. Não há razão para duvidar do testemunho, que, como não se deixará de notar, exibe estreita semelhança com os dois primeiros versos de CIL I² 9. No contexto do diálogo ciceroniano, Catão avança a citação em meio a desenvolvimento sobre a *auctoritas* trazida pela velhice (XVII.60), sendo o elogio ao Calatino exemplo do reconhecimento conferido pelos romanos a alguém especialmente dotado daquela qualidade. No entanto, como ilustração concreta do interesse de Catão pelos epitáfios antigos, segundo o trecho anteriormente citado do mesmo diálogo, é lícito ver aí indicação de liame muito seguro, embora indireto, entre Catão e aqueles modelos de expressão linguística, como os túmulos dos Cipiões e os outros tantos como eles, de que já não dispomos.

3.1.5. A tradição analística, com especial atenção para Cássio Hemina

Indicamos (3.1, *supra*) que os *tituli* de magistrados romanos, seja em suas formas mais canônicas (3.1.1 e 3.1.2), seja em casos de mais particular agenciamento (3.1.3 e

3.1.4), constituíam apenas algumas concretizações em um conjunto mais vasto de documentos compostos segundo os cânones do que Fraenkel denominou *Bulletinstil*. No vasto conjunto das concretizações desse modelo linguístico, certamente com grande centralidade em seu subsistema, figuravam os anais pontificais. Infelizmente, contudo, não dispomos de citações literais deles, nem em sua forma originária, a única que pode ter sido conhecida de Catão – como quer que se registrassem, ao longo do tempo, o conteúdo das *tabulae dealbatae* –, nem na redação em 80 livros que lhes foi procurada por Públio Múcio Cévola († 115 a.C., KUNKEL, 1952, p. 12), em algum momento de seu pontificado (130-115 a.C.) (cf. RÜPKE, 2013).

Esses anais, como se viu (v., *supra*, item 1.2), são postos por Cícero na nascente da prosa historiográfica romana (quer em língua grega, quer latina). A relação, longe de arbitrária, vem confirmada em fragmento do quarto livro das *Origines* (FRH.5.80), que nos ocupará no item 4.1.3, *infra*. Tampouco dispomos de fragmentos textuais dos historiógrafos romanos de língua grega que antecederam Catão e com quem ele certamente dialogava, o que poderia talvez nos informar sobre confluências e transformações de múltipla ordem, processando de algum modo o conteúdo dos anais pontificais.

Assim, não é possível entender o que Catão conservava da expressão linguística dos anais pontificais pela via direta; afinal, subsistema do latim pré-clássico como a língua administrativa, e mais propriamente aquele conjunto de textos que consistem em relatos de eventos (*Bulletinstil*), pode muito bem apresentar particularidades internas, a justificar a delimitação de subgrupos, como ademais propusemos já internamente aos *tituli* estudados nas seções anteriores.

Entretanto, na medida em que se entenda por analística “uma forma de historiografia literária em prosa que, *a priori*, inspira-se dos *annales* dos pontífices” (CHASSIGNET, 2003, p. vii), adotando, assim, a ideia de uma “tradição analística” (LA PENNA, 2008, p. 24) para designar ramo derivado que guarda intenso nexos com sua fonte, talvez algo dos anais se dê a conhecer indiretamente, já que uma tradição assim conformada preserva, pelo diálogo que tece com seus modelos, algo desses referentes.

A questão passa, então, a ser epistemológica, voltada à possibilidade e às condições de identificação desses ecos. Assim, à luz do quanto se discutiu nos subitens precedentes sobre a conformação da frase narrativa, como módulo constitutivo da

enunciação narrativa, sobre os padrões de articulação entre esses módulos e sobre os procedimentos pelos quais eles são transformados, assume particular interesse a consideração do que nos foi conservado da obra do historiógrafo Lúcio Cássio Hemina, que, segundo Briscoe, “completou parte substancial de seu trabalho em 149 a.C.” (BRISCOE, 2013b, p. 220), já tendo então, no ano da morte de Catão, publicado os quatro primeiros livros de sua obra, cujo conteúdo se estendia até a Segunda Guerra Púnica (SCHOLZ, 1989, p. 167 e 171).¹¹¹

Hemina escreveu, pois, seus *Annales* (ou *Historiae*), ao menos em parte, contemporaneamente a Catão. Por isso, segundo Suerbaum, “talvez Hermina deva ser visto, ao lado de Catão, como o mais antigo dos analistas” (SUERBAUM, 2002, p. 419; cf., ainda, para uma apreciação geral, SCHOLZ, 1989). Sua obra surgiu “mais ou menos contemporaneamente às *Origines* de Catão e parece ter sido publicada em parte antes e em parte depois dos meados do século II a.C.” (SUERBAUM, 2002, p. 419). Ainda que não esteja descartada de toda influência recíproca, os indícios apontam no sentido de um influxo de Catão sobre Hemina, que seria o “sucessor imediato de Catão” (BRISCOE, 2013a, p. 25).¹¹²

Embora, para Briscoe, “a pequena quantidade de prosa supérstite de Cássio Hemina [...] torne difícil dizer muito a respeito de seu estilo” (BRISCOE, 2013a, p. 25), pensamos que as análises até aqui empreendidas nos habilitam a ler proveitosamente os fragmentos de Hemina em função do tratamento dispensado aos módulos estruturantes de seu texto – constituído sobretudo por frases narrativas – por meio de diversos procedimentos de que lança mão. Se os anais pontificais são o principal modelo para essa prosa narrativa, conforme se disse acima, decorre do que nos sobrou dos analistas que

¹¹¹ Contra, imaginando uma atuação no terceiro quarto do s. II a.C., cf. FORSYTHE, 1990, p. 133, argumento rebatido por BRISCOE, 2013b.

¹¹² Para Cugusi e Sblendorio Cugusi, “Hemina parece ter modelado seu livro I nas linhas dos livros I e II das *Origines*; abre seu livro IV com a Primeira Guerra Púnica, exatamente como Catão; reproduz, em seu fragmento 29P² [FRH.6.30] o catoniano fragmento 57P² [FRH.5.40]; e ecoa Catão também do ponto de vista estilístico” (CUGUSI & SBLENDORIO CUGUSI, 1996, p. 144). Ademais: “no quadro da dependência de Cássio Hemina relativamente a Catão, pode-se lembrar também o uso comum de *plebitas* em Catão, *orat.* frg. 205 Sbl. [FOR.205] e Hemina frg. 17P² [FRH.6.41] (cfr. Sblendorio OR p. 473 [SBLENDORIO, 1982, p. 473]) e a relação entre o fragmento catoniano *orat.* frg. 107 Sbl. [FOR.107] e Hemina frg. 21 P² [FRH.6.24] (ainda Sblendorio OR, p. 301 [SBLENDORIO, 1982, p. 301])” (CUGUSI & SBLENDORIO CUGUSI, 1996, p. 144, n. 183bis). Evidentemente, a leitura oposta não está descartada, mas o prestígio de Catão e as evidências de que Hemina continuou em plena atividade após a morte do tusciano sugerem antes o contrário.

aquele prestigioso modelo certamente estava vazado em módulos de mesmo feitio que os dos *tituli*.¹¹³

Alguns fragmentos exibem claramente os módulos narrativos elementares, o que talvez esteja reconhecido na afirmação de que, em Hemina, “se encontra também o estilo cronístico rápido” (SUERBAUM, 2002, p. 420). Esses fragmentos mais aderentes à frase narrativa elementar são transcritos na sequência, conjuntamente com breve comentário individual:

	NON.510L
<i>Hemina Historiarum libro I: [FRH.6.10] “Et tum quo ire nesciebant; ilico mansuerunt”; [FRH.6.11] “His persuadetur ilico manerent”; [FRH.6.12] “Pars ilico manent”. (FRH.6.10-12)</i>	Hemina, no primeiro livro das <i>Histórias</i> : [F10] “e então não sabiam aonde ir; permaneceram no mesmo lugar”; [F11] “eles são persuadidos a permanecer no mesmo lugar”; [F12] “uma parte permanece no mesmo lugar”.

Trata-se de três fragmentos distintos, sempre terminados em verbos finitos. Em *FRH.6.10*, especialmente, fica claro o enfeixamento das duas unidades frasais por um elemento anafórico no começo (*et tum; ilico*) e o verbo ao final (*nesciebant; mansuerunt*). Notar-se-ão também as duas instâncias de subordinação, uma vez interna, com advérbio relativo (*quo [ire]*), outra vez em aposição, em *FRH.6.11* (*ilico manerent*) – distinção que não é ocasional, podendo ser sintaticamente explicada pelas modalidades de complementação em questão, problema a que retornaremos oportunamente. Por ora, note-se que a subordinada apostá (*ilico manerent*) condensa os traços elementares da frase narrativa (anafórico... verbo finito), o vínculo hipotático se manifestando apenas na alteração morfológica do verbo. A única exceção, em *FRH.6.12*, reúne verbo no presente *infectum* e posposição do anafórico (*pars ilico*), o que talvez seja significativo, na senda da interpretação de Scholz, para quem Hemina “emprega o recurso do presente de atualização, que torna a narrativa vívida” (SCHOLZ, 1989, p. 179).

	NON.93-4L
<i>Cassius Hemina Annali libro II: “Tunc Marc<i>us praeto<r> primum proletarios armauit”. (FRH.6.24)</i>	Cássio Hemina, no livro segundo dos <i>Anais</i> : “Então o pretor Márcio, por primeiro, armou os proletários”.

¹¹³ Evidentemente, fragmentos que não preservam nem mesmo uma frase inteira não serão levados em consideração, por impedirem comparações com a escala de análise que privilegiamos.

Aqui não apenas o anafórico *tunc* (advérbio temporal, como o *tum* que já compareceu em *FRH.6.10*) está em posição inicial, e o verbo finito no *perfectum* no fim da frase (*armauit*), emoldurando, por assim dizer, o módulo narrativo elementar, mas a enunciação do nome seguido do cargo e o advérbio *primum* remetem a formulismos já constatados nas *tabulae triumphales*, que se valiam do *primus* (lá como adjetivo) para qualificar ação pioneira de determinado magistrado (v. 3.1.2, *supra*). Estamos, assim, em terreno conspicuamente contíguo ao daquelas inscrições.

	NON.269L
<i>Hemina Historiarum libro III: “In Hispania pugnatum bis; utrasque nostri loco moti”. (FRH.6.37)</i>	Hemina no livro terceiro das <i>Histórias</i> : “Na Hispânia, lutou-se duas vezes; em ambas, os nossos foram retirados de sua posição”.

Nessas duas frases, temos o que poderia ser a sequência de frase narrativa inicial – logo sem anafórico, mas com adjunto adverbial de lugar a situar a (nova) ação no espaço – e frase de continuidade, ou sucessiva – esta com anafórico no começo (*utrasque*). Notar-se-á que *bis* está posposto ao verbo, talvez sem excepcionalidade, como expressão de quantidade (FANKHÄNEL, 1938, p. 60 e p. 67-68). A segunda frase, a não ser que a citação esteja cortada, termina com a ideia verbal expressa no particípio, mas sem o verbo finito (*sunt*), o que também recorre nos mais breves *tituli*, como visto (v., *supra*, 3.1.1). Por isso, pensamos, Suerbaum entendeu que o fragmento retrata “o mais conciso estilo cronístico” (SUERBAUM, 2002, p. 420; no mesmo sentido, BRISCOE, 2013c, p. 181).

	NON.548L
<i>Cassius Hemina de censoribus libro II:</i> ¹¹⁴ “ <i>Et in area in Capitolio signa quae erant demoliunt</i> ”. (FRH.6.43)	Cássio Hemina, no livro segundo [dos <i>Anais</i>], a respeito dos censores: “E na praça, no Capitólio, põem abaixo as estátuas que lá havia”.

A frase é iniciada pela partícula copulativa *et*, a que se seguem dois adjuntos adverbiais, com espécie de rarefação do nexos interfrástico anafórico, que é só sintático

¹¹⁴ Há discussão a respeito de *de censoribus* designar título de obra (de que só haveria este fragmento) ou matéria no interior de seus *Annales*, sendo mais provável que Nônio tenha omitido o usual *annalium* ou *historiarum*. Cf. CORNELL, 2013, 3, p. 183.

(*et*), e não mais denso do ponto de vista semântico, talvez a indicar quebra mais relevante da narrativa. Conforme se espera na frase narrativa, encontra-se o verbo finito no *perfectum* no fim. Há uma expansão, mais uma vez, do sujeito por oração relativa.

Ter-se-á notado que, sobre a base da frase narrativa, talvez mais evidente em *FRH.6.24*, alguns procedimentos se aplicaram, em sentido seja de expansão (subordinação), seja de abreviamento (elipse do verbo finito). Um fragmento em particular merece ser examinado nesse contexto:

	PRISC. <i>GL.2.537</i>
<i>Cassius Hemina in III Annalium: "In campo Tiburte ubi hordeum demessuerunt". (FRH.6.30)</i>	Cássio Hemina, no livro terceiro dos <i>Anais</i> : "Na planície tiburtina, depois de ter colhido o trigo..."

Como em diversos outros fragmentos de Hemina já examinados, o segmento se inicia por expressão adverbial de lugar (ver *FRH.6.37* e *FRH.6.43*) e se estende até a forma verbal finita. No entanto, o advérbio relativo, ou conjunção, *ubi* indica a integração desse segmento em enunciado mais longo – de modo que não se trata de frase, mas de segmento de frase. Felizmente, podemos entrever algo do que poderia estar lá à conta de fragmento excepcional de Catão. Trata-se – no segmento comum a ambos – fundamentalmente dos mesmos sintagmas (alteração restrita às desinências verbais), de modo que Hemina repete (segundo a maioria, cf. BRISCOE 2013b, p. 219, n. 2; ou talvez o contrário, cf. CHASSIGNET, 1999, p. 12) palavras de Catão que também guardamos:

	PRISC. <i>GL.2.537</i>
<i>Cato in II Originum: In campo Tiburti ubi hordeum demessuit, idem in montibus serit, ubi idem iterum metit. (FRH.5.40)</i>	Catão, no livro segundo das <i>Origines</i> : "Na planície tiburtina, depois de ter colhido o trigo, ele o planta nas montanhas, onde o colhe uma segunda vez".

Não é, evidentemente, o caso de adiantar a análise de Catão aqui – a passagem nos ocupará *infra*, em 4.2.2 –, mas a formação dos módulos sucessivos, pelo enfeixamento dos demais componentes entre anafóricos (*idem; ubi idem iterum*) e verbos finitos (*serit, metit*) pode dar uma ideia do que Hemina estivesse a realizar, sempre mantendo em mente a fundamental estruturação da prosa narrativa por frase inicial e frases sucessivas, bem como a distinta qualidade (e intensidade) das quebras, no interior da enunciação, que ocorrem para a enunciação de frases (relativamente) iniciais.

Já notamos a intrusão do presente em algumas frases de Hemina (cf. *FRH.6.12* e *FRH.6.43*), como os que se acaba de ver em Catão e que talvez tivessem sido replicados em *FRH.6.30*. Esse recurso está em perfeita concordância com o quanto observado nas *tabulae triumphales* (3.1.2, *supra*). Outras frases, no entanto, que se assemelham aos módulos narrativos elementares, fazem uso antes do imperfeito:

	NON.129L
<i>Cassius Hemina libro III: "Mulier cantabat tibiis Phrygiis et altera cymbalissabat". (FRH.6.28)</i>	Cássio Hemina, no terceiro livro: "uma mulher tocava a tibia frígia, e outra, os címbalos".

	PRISC.GL.2.380
<i>Cassius similiter: "Adulatique erant ab amicis et adhortati". (FRH.6.42)</i>	Cássio de modo semelhante: "Eram adulados e exortados por amigos".

Nesses dois casos, como fica evidente, à mudança na forma verbal associa-se uma perturbação na ordem dos constituintes: *tibiis Phrygiis* e *ab amicis* estão pospostos ao verbo; combinando-se os dois desvios, a enunciação ganha feições já bastante alteradas. Scholz notou que o imperfeito, em Hemina, é usado para "expressão da repetição, do hábito, da agitação e da perturbação" (SCHOLZ, 1989, p. 179). Esse aspecto parece se inserir em um quadro mais amplo de distinção das formas verbais como meios direcionados à obtenção de determinados efeitos em uma prosa narrativa que se estrutura como que em planos diversos, organizando informações centrais e subsidiárias na narrativa (cf. KROON, 1998). Para Hemina, nota Scholz, "o afastamento da referência elementar do tempo narrativo é uma possibilidade consciente escolhida para destacar especificidades da representação em face da uniformidade da narrativa dos eventos, para comunicar vivacidade, tom ou tomada de partido" (SCHOLZ, 1989, p. 179). Veremos, em Catão, que se trata de um agenciamento sistemático, a merecer consideração própria (v., *infra*, 4.3).

Por ora e de avançar para os três fragmentos mais extensos que restaram da prosa de Hemina, que talvez possam dar uma primeira ideia dessa contraposição, fundamental para entender se continuamos a falar em módulos narrativos alterados ou em outros módulos, apreciamos sucintamente dois outros fragmentos:

	NON.144L
<i>Cassius Hemina libro II Annali: "Quae nata sunt, ea omnia denasci aiunt". (FRH.6.25)</i>	Cássio Hemina, no livro segundo dos <i>Anais</i> : "Dizem que o que nasce, isso tudo fenece".

	NON.302L
<i>Cassius Hemina Historiarum libro III: “Qua fine omnis res atque omnis artis humanitus aguntur?” (FRH.6.38)</i>	Cássio Hemina no quarto livro das <i>Histórias</i> : “Com que propósito todas as coisas e todas as atividades são realizadas de modo conforme à natureza humana?”

Trata-se de pensamento sentencioso e de interrogação que, não restam dúvidas, nada têm que ver com as frases narrativas. É evidente que uma obra historiográfica, já o dissemos, não é apenas narrativa. O problema ficará mais evidente, assim como o rol de modelos com que essas frases dialogam, mais à frente, quando estivermos lidando com a frase argumentativa (v., *infra*, 3.2, e especificamente 5.5 e 5.6).

Passamos então aos três fragmentos mais extensos da prosa de Hemina. Como ficará evidente, estamos aqui afastados dos módulos narrativos elementares, seja já por sua transformação mediante procedimentos variados que encarecem a elocução (FRH.6.14 e FRH.6.35), seja porque a estrutura de base é de outra natureza, ainda que haja afinidades com a prosa propriamente narrativa (FRH.6.17). Vamos discernindo, assim, no horizonte, a necessidade de lidar com outros módulos frasais (o que será feito a partir do item 3.2).

	DIOM.GL.1.384
<i>Hinc quoque Grundiles lares dictos accepimus, quos Romulus constituisse dicitur in honorem scrofae quae triginta pepererat. Haec ita esse hoc modo adfirmat Cassius Hemina in secundo historiarum: “Pastorum uulgi sine contentione consentiendo praeferunt aequaliter imperio Remum et Romulum, ita ut de regno par<ar>ent inter se. Monstrum fit: sus parit porcos triginta, cuius rei fanum fecerunt laribus Grundilibus”. (FRH.6.14)</i>	Aprendemos também que é daí [<i>grundire</i> : grunhir] que os Lares Grundiles derivam seu nome, os quais se diz que Rômulo estabeleceu em honra à porca que deu à luz 30 [filhotes]. Cássio Hemina, no segundo [livro] das <i>Histórias</i> afirma ter sido assim do seguinte modo: “a turba dos pastores, consentindo sem dissensão, colocou à frente, no comando, Remo e Rômulo em igual posição, para que eles estabelecessem entre si o que dissesse respeito ao reinado. Faz-se um prodígio: uma porca pare trinta porcos, por cuja razão fizeram um templo para os Lares Grundiles”.

Neste excerto, Hemina está narrando portentoso relacionado ao nascimento de 30 porcos que também comparecia nas *Origines* de Catão (FRH.5.10, mas que não nos chegou em suas palavras; v., *infra*, item 4.3.2). Embora associe o episódio a Rômulo e Remo, e não a Eneias, como Catão, a proximidade é muito significativa e talvez até contenha algum traço de polêmica entre as versões (CHASSIGNET, 1999, p. 61).

Do ponto de vista da expressão, notar-se-á, primeiramente, o deslocamento sistemático de constituintes para depois do verbo: *praefecerunt... Romulum; pararent inter se; parit porcos triginta; fecerunt laribus Grundilibus*; o último caso, o fenômeno se dá no mesmo contexto em que testemunhamos deslocamentos nos *tituli* votivos e nas *tabulae triumphales*, com a posposição do nome do deus a quem a oferta é feita. Constatar-se-á, em seguida, que uma potencial sequência de verbos no *perfectum* se interrompe por dois verbos no presente *inflectum*: *fit* e *parit*, justamente no ponto em que se trata do portento, e não de seus antecedentes (*praefecerunt*) ou desdobramentos (*fecerunt*), o que se deve ter por notável forma de pôr em relevo aquele segmento da enunciação, coerentemente, aliás, com o emprego de distinções temporais e aspectuais para organizar os relatos, de que já se tratou (v., *supra*, 3.1.2 e 3.1.4). Esse núcleo distintivo, por assim dizer, no interior do fragmento, vem também destacado pela intensa parataxe entre as duas orações e entre a primeira delas e o que precedia, como o que testemunhamos no terceiro segmento da inscrição de Pola, também no ponto em que se acumulavam efeitos elocutivos (v., *supra*, 3.1.3).

Outros elementos que, nas *tabulae triumphales*, apareciam como resultantes de procedimentos encarecedores da elocução figuram aqui: o recurso, por duas vezes, à subordinação (*ita ut...; cuius rei...*) e o desdobramento dos complementos (*sine contentione consentiendo*), marcado, neste caso, pela aliteração (em /k/). Conforme se constata, assim, a enunciação é obtida por meio da aplicação de procedimentos que já havia nas inscrições dos magistrados romanos, que vão então apropriados para conferir destaque a segmento distintivo no interior da prosa narrativa. Ao mesmo tempo, como elementos nocionalmente basilares, são os módulos narrativos e seu balizamento por anafóricos e verbos finitos no *perfectum* que permitem que tudo isso ocorra, organizando-se diferencialmente a partir de eixo comum pressuposto.

	PLIN.Nat.32.20
<i>Pisces marinos in usu fuisse protinus a condita Roma auctor est Cassius Hemina, cuius uerba de ea re subiciam: “Numa constituit ut pisces qui squamosi non essent ni polluerent, † patrimonia † commentus ut conuiuia publica et priuata cenaque ad puluinaria facilius compararentur, ni qui ad polluctum emerent pretio minus parcerent eaque praemercarentur”. (FRH.6.17)</i>	Cássio Hemina é uma autoridade para o fato de que peixes marinhos eram usados quando Roma foi fundada, e eu acrescento suas palavras a esse respeito: “Numa determinou que os peixes que não tivessem escamas não fossem dados em sacrifício †patrimônios†, arrazoando que os banquetes públicos e privados e os jantares seriam mais facilmente preparados junto aos lectistérnios, se aqueles que os comprassem para dar em sacrifício não

	buscassem poupar com preço mais baixo e os comprassem com antecedência”.
--	--

Este fragmento é presa fácil dos discursos evolutivos sobre a prosa latina. Assim, se, para Briscoe, ele “exibe estrutura frasal de uma complexidade sem paralelo em Catão e em nenhum outro escritor do século II” (BRISCOE, 2013a, p. 25), vale dizer, uma “estrutura periódica complexa [...] notável para um escritor do tempo de Hemina” (BRISCOE, 2013c, p. 169), para Scholz, ele indicaria, ao revés, “haver dificuldades para formar um período mais longo – no sentido de uma estratificação ordenada de pensamento e fala” (SCHOLZ, 1989, p. 179). Estamos em plena discussão sobre parataxe e hipotaxe, nos moldes evolucionistas do “formalismo historicista” (cf., *supra*, item 1.1.1).

Sem dúvida, essa estrutura parecerá menos anódina após o exame da frase argumentativa, e especialmente de seu protótipo nos dípticos jurídicos (cf., *infra*, item 3.2), modelo aliás identificado pelo próprio Scholz: “a proibição (*ut... ni/ne*) está expressa na forma típica da época de Hemina, que se encontra nos textos de juristas ainda no século II d.C. até sua imitação em Gaio” (SCHOLZ, 1989, p. 178). Confrontamo-nos, assim, como já em alguns fragmentos menores anteriormente comentados, com a mobilização não apenas de distintos procedimentos sobre a frase narrativa, mas de outros módulos sobre os quais aplicar procedimentos pertinentes. É novo alerta contra a redução da prosa narrativa à (supostamente homogênea) frase narrativa. Naturalmente, dados nossos propósitos propedêuticos neste ponto, deixamos, por isso mesmo, a própria análise em suspenso.

	PLIN. <i>Nat.</i> 13.84 e 85-86.
<i>Ingentia exempla contra M. Varronis sententiam de chartis reperiuntur. Namque Cassius Hemina, uetustissimus auctor annalium, quarto eorum libro prodidit [...] quapropter in re tanta ipsius Heminae uerba ponam: “Mirabantur alii quomodo illi libri durare possent; ille ita rationem reddebat: lapidem fuisse quadratum circiter in media arca euinctum candelis quoquouersus. In eo lapide insuper libros insitos fuisse; propterea arbitrarier non computuisset. Et libros citratos fuisse; propterea arbitrarier tineas non tetigisset. In his libris scripta erant philosophiae Pythagoricae”. (FRH.6.35)</i>	Encontram-se poderosos exemplos contra a opinião de Marco Varrão a respeito dos papiros. Pois Cássio Hemina, antiquíssimo autor de <i>Anais</i> , expôs, no livro quarto deles [...] Por isso, em um assunto de tal vulto, eu aduzirei as palavras do próprio Hemina: “Outros se admiravam como aqueles livros podiam estar conservados; ele dava a seguinte explicação: que havia uma pedra quadrada mais ou menos no meio da arca, amarrada de todos os lados com cordas untadas de cera, que sobre aquela pedra haviam sido postos os livros; que por essa razão julgava não terem apodrecido. E que os livros haviam sido ungidos com óleo de cidra; que por essa razão

	julgava que as traças não os tinham tocado. Nesses livros, havia escritos de filosofia pitagórica”.
--	---

O fragmento se constrói, como *FRH.6.17*, em discurso indireto (lá introduzido por *ut*, seguido por subjuntivos, aqui sem conjunção, e depois por uma sequência de infinitivos). Veremos abaixo (item 3.2.5) que se tratava de recurso disponível na língua administrativa em seu filão normativo. Como fica evidente, o fragmento não é propriamente narrativo. Pressupõe um evento – descoberta de livros de Numa – mas efetivamente se ocupa de uma descrição. Serve-se, para tanto, do imperfeito (*mirabantur; reddebat; erant*), os infinitivos passados no segmento em discurso indireto equivalendo, assim, em geral, a imperfeitos.

Apesar disso, o segmento em discurso indireto exhibe arranjo homólogo ao das frases narrativas, notadamente pela existência de um segmento inicial (*lapidem... quoquouersus*), em que a posposição dos complementos ao verbo está bem justificada pela natureza da complementação e pelo tamanho (FANKHÄNEL, 1938, p. 60 e 67-68). A essa frase de abertura, seguem-se quatro frases, todas iniciadas por um anafórico e terminadas pelo verbo, ainda que no infinitivo, regidos que são pela subordinação: *in eo lapide... fuisse; propterea... computuisse; et libros... fuisse; propterea... tetigisse*. Esses segmentos, como se vê, assumem, ademais, a forma de dois módulos paralelos: *libros... fuisse, propterea arbitrarier non; libros... fuisse; propterea arbitrarier... non*, em que se notam as subordinações em aposição: *arbitrarier computuisse; arbitrarier tetigisse* e o largo emprego coesivo da repetição lexical. A essa intensa simetria do segmento em discurso indireto, associam-se outros elementos nos segmentos que abrem e fecham a citação, em que também se verificam elementos homólogos aos módulos narrativos, como a abertura por anafóricos (*in his libris*) e a posição final do verbo (*reddebat*).

Justamente com relação à posição das palavras, contudo, manifestam-se, no começo e no fim, fenômenos relevantes: anteposição do verbo na abertura (*mirabantur alii*) e posposição do complemento ao fim (*erant philosophiae Pythagoricae*). Trata-se de deslocamentos que também já vimos ocorrer nas *tabulae triumphales* e que conferem saliência a elementos que parecem bastante significativos: destaque do verbo que indica o caráter prodigioso do que se seguirá (*mirabantur*), certamente com função decisiva, anunciadora do foco, análoga ao *monstrum fit* de *FRH.6.14*, e destaque do complemento que indica o conteúdo inusitado, ou surpreendente, dos livros – evento certamente

notável, tendo em vista o número de registros sobre o fato nos autores antigos (BRISCOE, 2013c, p. 177).

Assim, apesar das muitas transformações, ainda constatamos aqui laço estrutural significativo com a frase narrativa, apenas intensamente procedimentalizada. Quando chegarmos ao item 4.3.3, teremos ocasião de investigar mais a fundo os segmentos descritivos – e, mais especificamente, esse tipo de descrições de alta intensidade que são os portentos de que aqui se cuidou, estrategicamente conotados por palavras-chave como *monstrum* e *mirabantur*. Nós confirmaremos então que esses segmentos descritivos são estruturalmente calcados nos segmentos narrativos, embora funcionem já com evidente autonomia.

A breve análise dos fragmentos de Hemina nos conduz, assim, notadamente por tocar no nexos entre narração e descrição e, mais além, por já exhibir segmentos que não se subsomem na estrutura da frase narrativa, a refletir tanto sobre a variedade da prosa especificamente narrativa como sobre seu entretecimento com outras modalidades de discurso prosaico, de modo que, sem dúvida, estamos diante de testemunho complexo. Antes de dar um passo além – que já se torna assim urgente para oferecer condições de inteligibilidade ao que se vai vendo acontecer –, precisamos cuidar da última fonte útil para desenhar um quadro do mundo narrativo com que Catão estava dialogando.

3.1.6. O *Euhemerus*, de Ênio

O *Euhemerus* é uma tradução, ou adaptação, da *Ἱερὰ ἀναγραφή*, narrativa helenística de viagem fantástica devida a Evêmero de Messina, personagem que viveu na passagem do século IV para o III a.C. (CANFORA, 1993, p. 317). Há quem entenda tratar-se da “primeira prosa latina que nos chegou (e talvez da primeira prosa em absoluto com pretensões literárias: anterior até mesmo aos tratados em prosa do velho Catão)” (CANFORA, 1993, p. 319; no mesmo sentido, COURTNEY, 1999, p. 37) ou, mais moderadamente, mas ainda assim com grande pertinência para nossos propósitos, narrativa que, “junto com o *De agricultura* de Catão, constitui um dos mais antigos textos em prosa da literatura latina” (GOLDBERG & MANUWALD, 2018, 2, p. 240).

Ainda ecoam por vezes dúvidas sobre o *Euhemerus*, notadamente sobre ter ele sido escrito ou não em prosa e, mesmo que escrito em prosa, sobre os fragmentos terem sido transmitidos de forma fidedigna por Lactânio (c. 240-320 d.C.) ou terem sofrido

modificação.¹¹⁵ Parece-nos, todavia, que estudo de Eric Laughton (1951) solucionou a questão a contento, granjeando imediata adesão de Fraenkel (1964a).

Apoiando-se em Skutsch (1905, coll. 2600-2602), Jacoby (1907, coll. 955-957) e Leo (1913, p. 202-204), Laughton principia sua argumentação por notar a proximidade dos fragmentos do *Euhemerus* com os antigos analistas, e especificamente com Catão e Calpúrnio Pisão, concluindo pela existência de um “estilo narrativo arcaico”, comum a todas essas obras.¹¹⁶ Segundo o autor, “essa característica é óbvia em todas as três passagens [analisadas], e por si só é suficiente para nos garantir que a citação do *Euhemerus* fornece a linguagem genuína de Ênio e, poder-se-ia adiantar, em sua forma original, não reconstruída a partir de quaisquer *disiecti membra poetae*” (LAUGHTON, 1951, p. 38). Assim, haveria um primeiro argumento formal, a saber, que é a forte semelhança entre os fragmentos do *Euhemerus* e os analistas do século II a.C., a ser levado em conta para a constatação da fidedignidade das citações de Lactâncio. Os traços mais salientes dessa proximidade seriam, dentre outros, “a monotonia com que, em alguns deles [excertos], muitas frases começam com advérbios temporais como *deinde*, *exim*, *ibi* e *tum*” (FRAENKEL, 1964a, p. 53),¹¹⁷ “a proeminência do pronome *is*, por vezes em lugares em que escritores posteriores o teriam considerado desnecessário” (LAUGHTON, 1951, p. 38), etc.. Trata-se, isto é, de elementos próprios ao *Bulletinstil*.¹¹⁸

Um segundo ponto, decisivo, na argumentação de Laughton, para assentar a fidedignidade das citações do *Euhemerus*, é a diferença na maneira como são introduzidas as citações da obra em Lactâncio: às vezes, Lactâncio indica estar citando as próprias palavras de Ênio e outras vezes não: “isso sugere que a forma das palavras usadas por

¹¹⁵ Pronuncia-se nesse sentido WINIARCZYK, 2013, p. 130 e 135, apenas sob o argumento de que não seria provável que Lactâncio tivesse acesso ao texto original de Ênio no começo do século IV.

¹¹⁶ Segundo Winiarczyk, “as semelhanças com o estilo de Catão e dos analistas mostram que a prosa literária do século II a. C. era caracterizada pela simplicidade” (WINIARCZYK, 2013, p. 128).

¹¹⁷ Segundo Courtney, “a narrativa de Ênio é dominada pela sequência temporal [...], marcada por advérbios e conjunções” (COURTNEY, 1999, p. 39).

¹¹⁸ Dentro desse panorama, há, contudo, discordância sobre o modelo da prosa eniana do *Euhemerus*. Fraenkel pensa que Norden deu ao *Euhemerus* “seu contexto estilístico apropriado, ao relacioná-lo com a prosa grega arcaica e arcaizante, de um lado, e com a prosa latina antiga, de outro” (FRAENKEL, 1964a, p. 54). A bem da verdade, contudo, Norden havia comparado os fragmentos do *Euhemerus* com o relato do mito de Protágoras em Platão (NORDEN, 1913, p. 374-379), e Fraenkel se concentrou em vincular a forma da expressão especialmente com a prosa grega de Ferecides e das fábulas (FRAENKEL, 1964a, *passim*). Não que Ênio estivesse a considerar diretamente aqueles textos; o próprio Evêmero é quem teria escrito naquele tipo de prosa simples, e “Ênio o seguiu de perto” (FRAENKEL, 1964a, p. 58; ainda, TRAGLIA, 1985, p. 346). No entanto, como lembra Winiarczyk, nas passagens em que parece ter sido preservado o texto original de Evêmero, citado por Diodoro da Sicília (5.41-46; 6.1), o estilo não é o de Ferecides (WINIARCZYK, 2013, 128), de modo que é mais provável que Ênio estivesse vazando o conteúdo de Evêmero em forma linguística bastante distinta daquela em que o original grego fora concebido.

Lactânio para introduzir uma citação possa nos dizer algo a respeito da exatidão com que a passagem é reproduzida” (LAUGHTON, 1951, p. 39). O autor promove então minucioso cotejo entre as citações de Cícero em Lactânio, atentando para como são introduzidas, e os segmentos correspondentes na transmissão independente da obra ciceroniana. A conclusão é que, se Lactânio não indica, de algum modo, estar citando as próprias palavras de Cícero, trata-se de paráfrase, mas, se declara valer-se das palavras do arpinate, merece confiança; nestes últimos casos, “quando há discrepância [entre a citação que se anuncia literal e o texto hoje fixado de Cícero], trata-se frequentemente de nada mais do que aquilo que resultaria de uma lição variante no original de Lactânio ou de um simples equívoco de transcrição” (LAUGHTON, 1951, p. 40). Portanto, há razão suficiente para crer que, quando Lactânio indica estar citando as próprias palavras de um autor, a afirmação deve ser levada a sério.¹¹⁹

Desse conjunto de considerações, deriva o seguinte desenlace para o problema da genuinidade dos fragmentos em questão:

A conclusão é que, dos fragmentos coletados na edição de Vahlen, nós podemos aceitar que I [FRL.E.7], III [FRL.E.8], IV [FRL.E.8], VI [FRL.E.5], VII [FRL.E.2], VIII [FRL.E.3] e XI [FRL.E.4] preservam a linguagem de Ênio, com nada além das discrepâncias que observamos nas citações que Lactânio faz de Cícero. Os fragmentos restantes não fazem senão transmitir o conteúdo das passagens que parafraseiam (LAUGHTON, 1951, p. 49).¹²⁰

Resolvida essa questão preliminar, desperta grande interesse o estudo dos fragmentos do *Euhemerus*, até porque Catão e Ênio foram personagens que certamente

¹¹⁹ Terceiro e último argumento, que é, na verdade, relevante comprovação do segundo, encontra-se na epítome que o próprio Lactânio fez de suas *Institutiones*, em que algumas passagens do *Euhemerus* já citadas nas *Institutiones* aparecem novamente. Quando citadas com a mesma indicação de literalidade, elas vêm reproduzidas de forma idêntica à da obra anterior; quando, entretanto, aquelas citações que, na obra original, eram apresentadas como literais, vêm agora referidas sem o mesmo compromisso, o texto se altera, indicando a ocorrência de dupla paráfrase (LAUGHTON, 1951, p. 47-49).

¹²⁰ Sobre a importância dessa constatação, já antes intuída, mas apenas subsequentemente demonstrada por Laughton nos termos que resumimos, Norden havia se expressado assim: “a prova de que as grandes citações do *Euhemerus* de Ênio conservaram para nós a versão original em prosa quase sem nenhuma mudança é para mim uma das mais importantes descobertas recentes para a história da antiga literatura romana” (NORDEN, 1913, p. 374).

conviveram (Nepos chega a atribuir ao tusciano a instalação de Ênio em Roma: NEP.*Cato*.1.4) e, como teremos ocasião de discutir mais adiante, no item 4.1.3, é bastante possível que Catão tenha em algum momento se engajado polemicamente com a obra de Ênio.

Principiamos nosso estudo pelo fragmento mais extenso:

	LACT. <i>Inst</i> .1.14.1-6
<p>1. <i>Nunc, quoniam ab iis quae rettuli aliquantum Sacra Historia dissentit, aperiamus ea quae ueris litteris continentur, ne poetarum ineptias in accusandis religionibus sequi ac probare uideamur. 2. Haec Ennii [enni uel enim codd.] uerba sunt:</i></p> <p><i>“Exim Saturnus uxorem duxit Opem. Titan, qui maior natu erat, postulat ut ipse regnaret. Ibi Vesta mater eorum et sorores Ceres atque Ops suadent Saturno, uti de regno ne concedat fratri. 3. Ibi Titan, qui facie deterior esset quam Saturnus, idcirco et quod uidebat matrem atque sorores suas operam dare uti Saturnus regnaret, concessit ei ut is regnaret. Itaque pactus est cum Saturno, uti si quid liberum uirile secus ei natum esset, ne quid educaret. Id eius rei causa fecit, uti ad suos gnatos regnum rediret. 4. Tum Saturno filius qui primus natus est, eum necauerunt. Deinde posterius nati sunt gemini, Iuppiter atque Iuno. Tum Iunonem Saturno in conspectum dedere atque Iouem clam abscondunt dantque eum Vestae educandum celantes Saturnum. 5. Item Neptunum clam Saturno Ops parit eumque clanculum abscondit. Ad eundem modum tertio partu Ops parit geminos Plutonem et Glaucam. Pluto Latine est Dis pater, alii Orcum uocant. Ibi filiam Glaucam Saturno ostendunt, at filium Plutonem celant atque abscondunt. Deinde Glaucam parua emoritur. 6. Haec, ut scripta sunt, Iouis fratrumque eius stirps atque cognatio: in hunc modum nobis ex sacra scriptione traditum est”. (FRL.E.8 = ENN.Var.64-82, 83-86V)</i></p>	<p>1. Agora, como a <i>História Sagrada</i> discrepa um pouco das coisas que eu contei, revelemos o que está contido nos verdadeiros documentos, para que não pareçamos seguir e aprovar a estupidez dos poetas ao vituperar a religião. 2. Estas são as palavras de Ênio:</p> <p>“Então Saturno tomou Ops como esposa. Titã, que era mais velho [do que Saturno] postula que ele deve reinar. Então Vesta, sua mãe, e suas irmãs, Ceres e Ops, convencem Saturno a não conceder ao irmão no que diz respeito ao reino. 3. Então Titã, que era menos belo que Saturno, por isso e porque via que a mãe e as irmãs se esforçavam para que Saturno reinasse, concedeu-lhe que reinasse. Então entrou em acordo com Saturno, de modo que, se tivesse um filho homem, Saturno não o criaria. Ele o fez para que o reino voltasse para seus próprios filhos. 4. Então mataram o primogênito de Saturno. Depois, então, nasceram gêmeos, Júpiter e Juno. Então eles deram Juno para que Saturno visse e escondem Júpiter à sorrelfa e o dão a Vesta para que o criasse, escondendo-o de Saturno. 5. Também Ops pare Netuno escondida de Saturno e o esconde em segredo. Igualmente, em um terceiro parto, Ops pare os gêmeos Plutão e Glauca. Plutão, em latim, é <i>Dis pater</i>; outros o chamam Orco. Então exibem a filha Glauca a Saturno, mas escondem e ocultam seu filho Plutão. Então Glauca morre pequena. 6. Esta, segundo está escrito, é a origem e a família de Júpiter e de seus irmãos: dessa forma foi-nos transmitido pela sagrada escritura.”</p>

Já em 1907, Rache notara a frequência com que as frases do *Euhemerus* começam com advérbios temporais e traçou um paralelo com o mesmo fenômeno em Catão (RACHE, 1907, p. 58). John Adams contou, com base na pontuação da edição de Vahlen, 14 frases nesse fragmento, oito das quais começam com advérbios temporais, e quatro,

com outros advérbios (ADAMS, 2016, p. 9). Para o autor, “essa apresentação monótona era uma característica do estilo artificial da narrativa popular” (ADAMS, 2016, p. 9). Courtney, de forma semelhante, falou em um “estilo narrativo muito simples” (COURTNEY, 1999, p. 38); essas avaliações, observe-se, ecoam à distância algumas das apreciações do “formalismo historicista” (cf., *supra*, 1.1.1).

Notar-se-á também que os verbos estão prevalentemente (mas não sempre) em posição final. A constatação é válida tanto para as frases simples como para aquelas que exibem subordinação, que são majoritariamente completiva (com alternância de *ut* e *uti*), embora se encontrem também relativas, acusativos com infinitivos, causais e concessivas. Se os módulos narrativos elementares encontram-se, assim, bem assentados, a subordinação aparece como forma recorrente de expansão desses módulos, seja no interior da unidade frasal, caso das relativas (e.g., *Titan / qui maior natus erat / postulat*), seja em aposição, caso do acusativo com infinitivo (e.g., *uidebat / matrem atque sorores suas operam dare*) e das completivas (e.g., *postulat / ut ipse regnaret*).

Assim, o módulo expandido por uma multiplicidade de procedimentos aplicados à frase elementar de que vínhamos tratando aparece no *Euhemerus* como espécie de módulo com aspiração de regularidade: em vez da sequência *anafórico-complementos-verbo finito*, para as frases narrativas que não sejam (relativamente) iniciais, tem-se algo como *anafórico-complementos(+relativas)-verbo finito(+subordinadas apositivas)*. Por um processo de replicação, no interior da subordinação apositiva, há frequentemente também um anafórico pronominal em posição inicial, imediatamente após a conjunção (e.g. *ut ipse regnaret; ut is regnaret*). É como se expediente constatado já nas *tabulae triumphales*, em específico contexto de elocução ditado pela própria situação a que estava ligado, passasse agora de acidente a componente estrutural.

Note-se, contudo, que há seleção na inflexão a que Ênio parece submeter a prosa narrativa latina. Admira especificamente que não haja procedimentos de vinculação icônica entre os constituintes, à diferença do que se processa extensivamente na poesia eniana, notadamente no que concerne às aliterações, inclusive em passagens narrativas que se poderiam pôr aqui em paralelo. Talvez naquele autor essa distribuição contrastiva fosse essencial.

Repare-se, enfim, nos deslocamentos, em determinados pontos, de constituintes para depois do verbo. É o caso sobretudo da identificação, nominal ou pronominal, das

múltiplas personagens dessa história: *duxit Opem; suadent Saturno; concedat fratri; esset quam Saturnus; concessit ei; nati sunt gemini, Iuppiter atque Iuno; parit geminos Plutonem et Glaucam*. Não parece que tais deslocamentos desempenhem sempre a mesma função, ainda que estejam claramente vinculados ao conteúdo informacional do texto. Embora incidam sobre elementos focais, há casos nítidos de focos contrastivos (*suadent Saturno... concedat fratri; quam Saturnus*) e outros em que o foco parece sobretudo servir a introduzir o tópico imediatamente posterior (*nati sunt gemini Iuppiter atque Iuno. Tum Iunonem atque Iouen...; parit geminos Plutonem et Glaucan. Pluto... Ibi filiam Glaucam...*), de tal sorte que são quase extensas introduções de novo tópico (sobre o tema, cf. DIK, 1997a, p. 315-318).

Os casos são, assim, diversos na função, mas iguais na forma, sugerindo não haver especialização no procedimento, avultando antes a mera distinção relativamente à estrutura de expectativas informacionais já codificada no módulo narrativo elementar. Desse ponto de vista, chama igualmente atenção que os deslocamentos se operem sempre em fim de frase; o início, como se viu, é marcadamente estereotipado pelos anafóricos de baixa densidade semântica. De certa forma, parece que Ênio se apropria dos módulos e procedimentos do *Bulletinstil* e lhes entrega uma gramática bastante codificada, a evidenciar uma pronunciada norma individual.

Outro fragmento do *Euhemerus* demonstra como o emprego do deslocamento podia se centrar em determinado segmento textual, particularizado no conjunto de um texto mais amplo, assumindo o procedimento, assim, função de organização do texto, e não apenas da frase. No excerto seguinte, destarte, os deslocamentos figuram na seção inicial e se retraem uma vez engajada a narrativa:

	LACT.Inst.1.11.63
<i>In Sacra Historia sic Ennius tradit: "Deinde Pan eum deducit in montem, qui uocatur Caeli stella. Postquam eo ascendit, contemplatus est late terras ibique in eo monte aram creat Caelo primusque in ea ara Iuppiter sacrificauit. In eo loco suspexit in caelum quod nunc nos nominamus, eique quod supra mundum erat, quod aether uocabatur, de sui aui nomine caelum nomen indidit idque Iuppiter quod aether uocatur placans primus caelum nominauit eamque hostiam quam ibi sacrificauit, totam adoleuit."</i> (FRL.E.5 = ENN.Var.99-106, 62-63, 98V)	Em sua <i>História Sagrada</i> , Ênio o relata da seguinte maneira: "Então Pã o conduziu a um monte, que é chamado Estela de <i>Caelus</i> . Depois que o escalou, examinou as terras de lado a lado e lá no monte institui um altar para <i>Caelus</i> , e Júpiter foi o primeiro a sacrificar naquele altar. Naquele lugar, olhou para cima, para o céu, como nós agora o chamamos, e àquilo que estava acima do mundo, que costumava ser chamado éter, ele deu o nome de "Céu", a partir do nome de seu avô, e, aplacando o que se chama "Éter", Júpiter foi o primeiro a chamá-lo "Céu", e aquela vítima

	que ele lá sacrificou, ele a queimou completamente”.
--	--

Até *creat*, os verbos estão todos antepostos e, depois, com uma exceção apenas (*suspexit in caelum*), acomodam-se em posição final. É também na parte inicial que se concentra a plethora de marcadores adverbiais, especialmente de tempo, mas com marcado pleonismo de adjunto adverbial de lugar (*ibique in eo monte*). A distinção entre dois segmentos com distintas qualidades no interior do fragmento é ainda confirmada pela distribuição das formas verbais, com preferência pelo presente *infectum* na primeira seção, em que ocorrem os deslocamentos e se multiplicam os anafóricos adverbiais (*deducit; creat*), ao passo que a segunda seção, sem deslocamentos e sem anáforas adverbiais, prefere os perfeitos (*nominavit; sacrificavit; adolevit*). Registre-se que os distintos presentes no interior de relativas não são históricos (*qui uocatur; quod... nominamus; quod... uocatur*), e que, também dentro de relativas, o imperfeito serve igualmente ao propósito de referir elementos não narrativos no passado (*quod... erat; quod... uocabatur*), constituindo um plano contextual ou explicativo (KROON, 1998).

Evidentemente, essa manipulação da prosa narrativa, estendendo procedimentos que vimos acompanhando desde o exame das *tabulae triumphales*, mas lhes emprestando notável papel como elementos estruturais da composição, demonstra não simplesmente que Ênio exibe “capacidade de elevar o estilo” (COURTNEY, 1999, p. 38), mas sobretudo que “o estilo do *Euhemerus* era complexo e não deve ser considerado como ingênuo” (ADAMS, 2016, p. 26), isto é, que, “se um escritor como [...] Ênio, em algum momento, adota um estilo simples, ele o faz deliberadamente” (ADAMS, 2016, p. 25). A contraposição, em *FRL.E.5*, de dois segmentos dotados de distintas qualidades sugere, pois, uma ordenação macroestrutural para além da frase, o que é, naturalmente, também um procedimento de encadeamento, como o que vínhamos examinando entre uma frase e outra, mas, neste caso, extensivo.

Como tivemos a oportunidade de constatar em Hemina (e.g., *FRH.6.35*), qualidades inerentes a determinadas seções do texto, como a interrupção da narrativa para cuidar de uma descrição com encarecimento, dentro do fio narrativo, de evento excepcional, ajudam a explicar estratégias como essas e a enquadrá-las no que se exhibe, assim, como um esquema em que a textura da linguagem está em nexo de dependência para com os papéis atribuídos aos distintos segmentos na obra, em uma economia de

conjunto. A ausência de um texto completo e, com ele, a possibilidade de perseguir essa constatação na minúcia não impede que a existência desse princípio organizacional seja atestada.

Seguem-se os demais fragmentos que Laughton logrou determinar como autênticos, providos de mais sucinto comentário:

	LACT.Inst.1.11.34
<i>Hanc Historiam et interpretatus est Ennius et secutus. Cuius haec uerba sunt: "Vbi Iuppiter Neptuno imperium dat maris ut insulis omnibus et quae secundum mare loca essent omnibus regnaret". (FRL.E.2 = ENN.Var.107-108V)</i>	Ennio traduziu e narrou essa <i>História</i> . Suas palavras são as seguintes: "Quando Júpiter dá a Netuno o comando sobre os mares para que reine sobre todas as ilhas e sobre todos os lugares que estejam ao largo do mar".

O início por marcador temporal *ubi* indica que a estrutura não é independente. De todo modo, destaquem-se a posposição de *maris* ao verbo (certamente, deslocamento do foco, que põe em saliência a informação nova mais relevante retomada lexicalmente na sequência: *insulis, mare*) e o tratamento expansivo do que parece ser uma relativa (*quae... essent*, na verdade emprego demonstrativo do *quae*, v., *supra*, item 3.1.4), como equivalente de um simples constituinte nominal (*insulis*), ambos qualificados por *omnibus*.

	LACT.Inst.1.11.35
<i>In Olympo autem Iouem habitasse docet eadem Historia, quae dicit: "Ea tempestate Iuppiter in monte Olympo maximam partem uitae colebat et eo ad eum in ius ueniebant, si quae res in controuersia erant. Item si quis quid noui inuenerat quod ad uitam humanam utile esset, eo ueniebant atque Ioui ostendebant". (FRL.E.3 = ENN.Var.109-112V)</i>	A mesma <i>História</i> ensina que Júpiter habitava no Olimpo, dizendo: "Naquele tempo, Júpiter passava a maior parte do tempo no monte Olimpo, e lá vinham até ele para realização de juízo se houvesse assuntos em disputa. Também sempre que alguém encontrasse algo de novo que fosse útil à vida humana, ia para lá e mostrava a Júpiter".

Para além dos anafóricos em começo de frase (*ea tempestate*; *et eo ad eum*; *item*; *eo*), dos verbos sempre em posição final (*colebat*; *ueniebant*; *erant*; *inuenerat*; *esset*; *ueniebant*; *ostendebant*) e das subordinações (regularizadas e amoldadas aos módulos narrativos, de acordo com a já apontada diretriz estrutural em Ênio), note-se que o tempo de base é o imperfeito, a sugerir, aqui, como em *FRL.E.5*, examinado *supra*, uma posição

macroestrutural do fragmento distinta daquela em que a sucessão é guiada pelo perfeito, ainda que com intervenção de outras formas.

	LACT.Inst.1.11.45-46
<p>45. Ennius, in <i>Sacra Historia</i>, <i>descriptis omnibus quae in uita sua gessut, ad ultimum sic ait</i>: “<i>Deinde Iuppiter postquam quinquies terras circuiuit omnibus amicis atque cognatis suis imperia diuisit reliquitque hominibus leges mores frumentaue parauit multaue alia bona fecit, immortalis gloria memoriaue adfectus sempiterna monumenta sui{s} reliquit.</i> 46. <i>Aetate pessum acta in Creta uitam commutauit et ad deos abiit eumque Curetes filii sui curauerunt decoraueruntque eum; et sepulchrum eius est in Creta in oppido Gnosso et dicitur Vesta hanc urbem creauisse; inque sepulchro eius est inscriptum antiquis litteris Graecis ZAN KRONOU id est Latine Iuppiter Saturni</i>”. (FRL.E.4 = ENN.Var.132-141V)</p>	<p>45. Depois de descrever tudo o que ele [Júpiter] fez em sua vida, Ênio escreve, por fim, na <i>História Sagrada</i>: “Então, Júpiter, depois que deu a volta na Terra por cinco vezes e dividiu o comando entre todos os seus amigos e parentes e entregou aos homens leis e costumes e proveu grãos e fez muitas outras coisas boas, interessado pela glória imortal e pela memória, deixou monumentos eternos de seus feitos. 46. Tendo chegado à parte final da vida, foi viver em Creta e foi ao encontro dos deuses, e os curetes, seus filhos, cuidaram dele e o honraram, e seu sepulcro está em Creta, na cidade de Cnosso, e diz-se que Vesta criou essa cidade, e no sepulcro dele está escrito, em antigas letras gregas, ZAN KRONOU, que em latim quer dizer ‘Júpiter, filho de Saturno’.”</p>

Todo o segmento até *reliquit* levanta o problema de determinar a extensão da subordinação encetada com *postquam*: *reliquitque*, *frumentaue* e *multaque* não são candidatos a retomar o *deinde* inicial pelo emprego da cópula, de modo que se pode pensar ou em *postquam... circuiuit*, (*deinde*)... *diuisit* ou em *postquam... fecit*, (*deinde*)... *reliquit*. Optamos pela segunda leitura, por causa do relevo do longo constituinte *immortalis gloria memoriaue adfectus*.

Notem-se o emprego da subordinação (*postquam*; *dicitur... creauisse*, que se deve tomar por não excepcional nesse autor) e o recurso a um ablativo absoluto (*aetate pessum acta*, raro nos fragmentos do *Euhemerus*, com apenas mais dois casos, ambos em FRL.E.9). Fundamentais são as posposições de constituintes ao verbo (*reliquitque hominibus leges mores; decoraueruntque eum*), que devem sinalizar a natureza focal daqueles constituintes, bastante evidente no último caso, que participa de intensa reiteração pronominal relativa a Júpiter: *eumque Curetes filii sui curauerunt decoraueruntque eum*, talvez assinalando a simetria *eum... eum*, articulada à duplicação do verbo no centro.

Como há se vê pelo segmento que se vem de comentar, o elemento efetivamente distintivo parece ser a expansão dos complementos por meio do desdobramento dos núcleos. Trata-se de desdobramentos complementares (*amicis atque cognatis; leges*

mores) ou mais propriamente sinonímicos (*gloria memoriaque*), incluindo a referida duplicação verbal com destacada homofonia (*curauerunt decoraueruntque*). Como vimos, desde as *tabulae triumphales*, trata-se de procedimentos que promovem especial encarecimento da enunciação, particularmente desenvolvidos nos *carmina*, como veremos mais abaixo, ainda neste capítulo (item 3.3). É notável que compareçam aqui no passo que fala da morte de Júpiter e que reporta a inscrição em seu túmulo, o que sugere que se promove funcionalmente uma pontual, mas muito efetiva, alusão à linguagem própria a um *elogium* fúnebre (como visto em 3.1.4, *supra*).

	LACT.Inst.1.14.10-12
<p>10. <i>Reliqua Historia sic contextitur: “Iouem adultum, cum audisset patrem atque matrem custodiis circumsaepatos atque in uincula coniectos, uenisse cum magna Cretensium multitudine Titanumque ac filios eius pugna uicisse, parentes uinculis exemisse, patri regnum reddidisse atque ita in Cretam remeasse. 11. Post haec deinde Saturno sortem datam, ut caueret ne filius eum regno expelleret; illum eleuandae sortis atque effugiendi periculi gratia insidiatum Ioui, ut eum necaret; Iouem cognitis insidiis regnum sibi denuo uindicasse ac fugasse Saturnum. 12. Qui cum iactatus esset per omnes terras persequentibus armatis, quos ad eum comprehendendum uel necandum Iuppiter miserat, uix in Italia locum in quo lateret inueniret. (FRL.E.9 = ENN.Var.87-97V)</i></p>	<p>10. A sequência da <i>História</i> se apresenta como segue: “[...] que Júpiter adulto, quando ouviu que seu pai e sua mãe haviam sido cercados por guardas e atados com grilhões, ocorreu com grande turba de cretenses e venceu em batalha Titã e seus filhos, libertou seus pais dos grilhões, devolveu o reino a seu pai e então retornou a Creta. 11. Depois disso, então, foi informado um oráculo a Saturno, a saber, que tomasse cuidado para que seu filho não o expulsasse do reino; ele, para evitar o oráculo e fugir do perigo, preparou uma emboscada para Júpiter, para matá-lo; o qual, tendo tomado conhecimento da emboscada, novamente reclamou o reino para si e pôs Saturno em fuga. 12. Depois de ser atirado para todas as terras por homens armados, que Júpiter enviara para aprisioná-lo ou matá-lo, com dificuldade encontrou um lugar para se esconder na Itália”.</p>

O aspecto mais saliente neste fragmento é o emprego, em toda sua extensão – excetuado o final *quos... inueniret*, que é um à parte do narrador –, do discurso indireto, comandado por um *uerbum dicendi*, certamente cortado pela citação, a que se liga uma série de acusativos com infinitivo. No interior dessa estrutura, há um anafórico temporal pleonástico, como alhures no *Euhemerus* (*post haec deinde*), anteposto ao sujeito acusativo (*sortem*), a sugerir talvez que se trate também de intervenção do narrador (“depois disso, então, diz-se que...”). Além dele, ocorre apenas um *ita*, desta vez claramente incluído na estrutura do discurso indireto (*atque ita in Cretam remeasse*). A organização da sequência temporal é antes obtida por meio da subordinação (*cum audisset...; cum... esset*) e pelo recurso a dois ablativos absolutos (*cognitis insidiis; persequentibus armatis*).

O conjunto desses traços diferencia o fragmento dos demais examinados até aqui. É fato que os diversos elementos presentes no excerto, incluindo as outras subordinações, relativas (*quos... miserat*), completivas (*caueret ne*), finais (*ut... necaret*), assim como as elipses do verbo *esse* (*coniectos; datam; insidiatum*), já se encontravam nos demais fragmentos; eles se estruturavam, todavia, em torno da frase narrativa elementar típica do *Bulletinstil*, usualmente se integrando àquela estrutura de base de forma tão recorrente, que aquilo que, em outros textos examinados, aparecia claramente como procedimento, se alça em Ênio ao posto de novo módulo narrativo. Neste fragmento, no entanto, a estrutura elementar não comparece. O que é devido à estrutura do estilo indireto ou à estrutura do texto citado, replicado por Ênio, não temos como apontar, por ausência de mais material.

A análise dos fragmentos do *Euhemerus* conduz a algumas conclusões.

Em primeiro lugar, destaca-se a filiação aos modelos da língua administrativa, pois a frase narrativa e os procedimentos a ela associados – para obter seu encadeamento umas com as outras, bem como, internamente, para promover sua expansão e seu abreviamento – constituem o pano de fundo estrutural da prosa narrativa eniana.

Em segundo lugar, há particularidades típicas de Ênio na forma como se apropria desses modelos, de que merecem destaque as seguintes: (a) o uso regular da subordinação interna (expansão por relativas) e apositiva (expansão mediante outras formas de subordinação), a ponto de redefinir qual é o módulo básico de sua estrutura narrativa;¹²¹ (b) a tendência a desenhar, internamente à oração subordinada, uma estrutura equivalente, formada por anafórico, complementos e verbo, nessa ordem; (c) a frequência com que procede ao destaque de constituintes – aparentemente sem especificação de determinado tipo focal – por sua posposição ao verbo; (d) a frequente variação dos tempos verbais, notadamente *perfectum*, presente *infectum* e imperfeito; (e) a intensa recorrência de advérbios temporais e espaciais, inclusive pleonásticos, como anafóricos em início de frase, posição em que, distintamente do fim, não se verificam deslocamentos.

Enfim, em terceiro lugar, é notável a existência de planejamentos macroestruturais com acúmulo de traços distintivos ao longo de diversas unidades frasais. Esse

¹²¹ Pensamos merecer especial destaque o alçamento das subordinações a modelos recorrentes na escritura prosaica. Para largo filão da literatura crítica (cf. item 1.1.1), esse traço seria naturalmente suficiente para marcar uma quebra definitiva. No entanto, trata-se de regularização, em módulos – logo, concreção – de procedimentos expansivos à disposição desde as mais antigas camadas da prosa narrativa romana.

planejamento em mais larga escala da narrativa, que já fora em alguma medida constatado em Hemina, estabelece um nexo funcional entre a forma da expressão e a matéria tratada a cada ponto (distinção entre narrativa e descrição, narrativa e explicação, narrativa principal e subsidiária, particularização de episódios com mais intensos ecos de outras tipologias textuais, etc.).

Assim, dos simples *tituli* votivos à prosa narrativa elaborada de Ênio – arco que não implica sucessão temporal, mas antes pluralidade e dinâmica dentro de um sistema – examinamos a notável ductilidade da frase narrativa tal qual conformada em relevante filão da língua latina pré-clássica, apta a sustentar narrativas complexas por meio de procedimentos de encadeamento (que vão levando a narrativa adiante) e por diversas operações de expansão e abreviação (que vão aderindo à matéria narrada, permitindo criar oposições e toda sorte de relevo) bem como de vinculação icônica entre os constituintes (que vão modalizando a carga ilocutória da enunciação). Vimos inclusive que a aplicação reiterada de determinados procedimentos é capaz de gerar novos módulos, desde que se estabilizem e se tornem unidades de referência na sucessão narrativa que, por sua vez, sejam aptas a sofrer distintas operações.

Assim, pensamos ter pintado, ainda que forçosamente com pincéis largos, um dos painéis de nosso tríptico. É chegado o momento de investigar a estrutura e a dinâmica do outro grande tipo frasal, a frase argumentativa, sujeita também, conforme veremos, a se fixar em mais de um modelo de base.

3.2. A língua jurídica

Não é por uma metáfora singela que o tipo frasal fechado (isto é, aquele em que a frase funciona como um todo unitário bastante compacto, em forma de díptico, com segmentos unidos como que por magnetismo, vem amiúde classificado como frase *oratória* ou *retórica* (cf., *supra*, item 2.2). A minuciosa análise conduzida por Jacqueline Dangel a respeito da “frase oratória” em Tito Lívio indica que se trata, em verdade, de estreito vínculo entre um molde de frase e um contexto de uso: “na frase da oratória liviana, o termo ‘sintaxe’ assume assim seu sentido mais pleno, isto é, aquele que supõe uma hierarquia rigorosa e bem estruturada dos constituintes” (DANGEL, 1982, p. 88); a marca fundamental mesma da escrita oratória é que, nela, a frase “forma não apenas um

conjunto bem cerrado e bem circunscrito, mas um todo coerente e fundamentalmente unitário” (DANGEL, 1982, p. 117; cf., ainda, DANGEL, 1976, p. 222-223).

Podem-se arrolar diversos elementos definidores da prosa oratória liviana, em contraposição às passagens narrativas; a elocução dos discursos é dedicada às “técnicas do desenvolvimento, consistente em precisar, definir, explicar” (DANGEL, 1982, p. 24), como uma notável determinação do sujeito (DANGEL, 1982, p. 19-20) e dos objetos (DANGEL, 1982, p. 26), por meio de adjuntos, bem como mediante orações adjetivas e substantivas. No entanto, seu aspecto mais peculiar é que, em contraposição aos segmentos narrativos da obra, os modelos de frase fechada ganham relevo nos segmentos oratórios. É por isso que, dentre as formas de subordinação, aquelas em que há um nexos mais evidente de interdependência entre as orações são as que exibem maior variação entre prosa narrativa e prosa oratória. Assim, nos discursos de Lívio, as condicionais são 14,6% das subordinadas, ao passo que, na narração, são apenas 3,6%; as comparativas, 6,3% nos discursos contra somente 1,9% na prosa narrativa (DANGEL, 1982, p. 29).

O fundamento para essa notável distribuição desigual das estruturas frasais repousa em uma atitude muito distinta para com os textos e em um posicionamento bastante diverso do orador em face de sua audiência. Conforme explica Dangel, há um vínculo estreito entre esse molde sintático fechado e a natureza argumentativa de seção relevante da prosa oratória:

Antes que submeter ao ouvinte um certo número de ideias prontas, como permitem o sujeito, o verbo e o objeto, aumentados por suas respectivas determinações, o orador liviano sugere aqui um modelo de arrazoamento. Ele convida a recorrer à dedução pela arte das aproximações com as comparativas, pela prática do cálculo com as condicionais (DANGEL, 1982, p. 28).

Na verdade, assim como vimos que a prosa narrativa lidava distintamente com a frase (total ou relativamente) inicial em uma enunciação, também se verifica, na oratória liviana, e particularmente em suas seções argumentativas, uma distinção entre frases autônomas, muito frequentemente postas em início de desenvolvimento, e frases argumentativas, que manipulam ideias de forma a tirar conclusões. Em verdade, do ponto de vista suprafrasal, frases autônomas e frases argumentativas engancham-se segundo

padrões relevantes que caberá examinar no momento adequado.¹²² De todo modo, na prosa oratória como um todo, não apenas liviana, e mais especificamente naquelas seções dos discursos em que se expressa um raciocínio, pode-se falar, desde logo, em dois tipos de enunciado:

Um, *puramente explicativo*, repousa na enunciação de uma única ideia, contida em um grupo sintático único, sujeito, verbo, objeto, e cuja extensão é maior ou menor de acordo com a amplitude do objeto ou do sujeito. O outro, *essencialmente lógico*, nasce da relação de duas ideias diferentes, contidas em duas ‘proposições’ sintática e semanticamente distintas (DANGEL, 1982, p. 28, grifos da autora).¹²³

Desde logo, contudo, vê-se, pela referência às condicionais e às comparativas, que existe mais de uma realização sintática típica da frase argumentativa. A condicional, que é claramente o modelo mais recorrente de frase argumentativa em Lívio, funciona suscitando um problema e dando-lhe resposta na sequência:

Com efeito, especulativa, toda condicional submete ao ouvinte uma hipótese que vale por suas qualidades de suspense e à qual a principal tem o encargo de dar uma solução real ou imaginária. [...] Assim, sob esse aspecto psicolinguístico, a subordinada, introduzida por *si*, tece então com a principal que a rege laços similares àqueles supostos por uma questão confrontada com uma resposta (DANGEL, 1982, p. 40).

A “frase argumentativa” é, pois, uma abstração de alto grau, que se “reescreve” em grau subsequente de concretização, em mais de um molde sintático, por meio do qual cumpre a função de promover o arrazoamento. Seria, assim, sobremaneira interessante se houvesse condições de inserir o estudo das frases argumentativas de Catão – que ocorrem,

¹²² Tendencialmente: 1. frase enunciativa (de definição); 2. frase lógica; 3. frase enunciativa (de desenvolvimento explicativo).

¹²³ Na verdade, o primeiro é o que Dangel chama *frase enunciativa* (divide-se em frase enunciativa de definição e frase enunciativa de desenvolvimento explicativo); a segunda é a *frase lógica* (o propósito da qual é manipular ou inter-relacionar duas ideias distintas: são sobretudo as comparativas e as condicionais).

sobretudo, como é de esperar, nos fragmentos de seus discursos – no contexto das realizações modelares de tais frases nos oradores que o precederam e que foram seus contemporâneos.

Sabemos, afinal, que a memória da oratória romana, ao menos à época de Cícero, remontava ao menos a mais de um século antes de Catão, com a figura de Ápio Cláudio Cego (cônsul em 307 a.C.; MANUWALD, 2019, p. xv), um de cujos discursos teria sido citado por Ênio (CIC.*Sen.* VI.16), logo de memória proeminente à época do próprio Catão, e que, ao menos na compreensão posterior de Isidoro de Sevilha, mereceria ser visto como fundador da prosa romana: *primus apud Graecos Pherecydes Syrus soluta oratione scripsit; apud Romanos autem Appius Caecus aduersus Pyrrhum solutam orationem primus exercuit* (“entre os gregos, Ferecides de Siro foi o primeiro a escrever em prosa; entre os romanos, Ápio Cego empregou pela primeira vez a prosa contra Pirro”, ISID.*Orig.* 1.38.2). Mas de Cego não resta nada e, excetuada uma controversa frase que Gélío atribui a Cipião Africano (GEL.4.18.3; MANUWALD, 2019, p. 22), nada há que possa legitimamente figurar como precedente oratório da oratória catoniana. Temos de esperar por Quinto Cecílio Metelo Macedônico (cônsul em 143 a.C.; MANUWALD, 2019, p. 70), para contar com duas citações (GEL.1.6.2; GEL.1.6.8),¹²⁴ e depois por Caio Lélío Sapiante (cônsul em 140 a.C.; MANUWALD, 2019, 1, p. 100), para dispor de outras duas (*Schol. Bob. ad Cic. Mil.* 16; FEST.196L), descontado fragmento, menor que uma frase, de Sapiante (FEST.210L); tudo evidentemente não apenas algo tardio, mas em quantidade insuficiente para abstrair módulos e procedimentos das frases concretas.

Contamos, no entanto, com *corpus* relevante, apto a sanar em certa medida essa lamentável lacuna: os textos normativos. A relevância da língua jurídica como modelo basilar para a língua que se emprega na argumentação – seja filosófica, seja oratória, com as adaptações que o arrazoamento sofre em contexto de convencimento – é, por vezes, reconhecida pela literatura crítica. Poccetti, Poli e Santini enfatizaram, assim, a importância da língua jurídica na formação da língua filosófica, destacando especialmente sua contribuição para a construção de conceitos e para o desenvolvimento de um vocabulário abstrato (POCCETTI, POLI & SANTINI, 2005, p. 208) –, o mesmo podendo-se dizer a respeito das estruturas frasais. O próprio Poccetti, em trabalho

¹²⁴ Em ambos os casos, note-se, valendo-se de condicionais.

anterior, avançara muito claramente essa proposição, justamente pelo viés das frases condicionais, que aproximam enunciado normativo e inferência lógica:

Bem conhecida, com efeito, aos romanistas é a circunstância de que, na fase mais antiga, a validade geral dos comando jurídicos vem confiada a uma sequência sintática constituída por duas porções lógico-conceituais das quais a segunda prescreve o comportamento em relação com uma situação enunciada na primeira. O modelo é representado pelas prescrições da Lei das Doze Tábuas, onde a combinação de dois pares de tais sequências dá lugar a uma argumentação de tipo silogístico; por exemplo, *si in ius uocat, ito, ni it antestamino*, onde o verbo *ire* constitui o conector lógico. Sucessivamente, a determinação dos comportamentos jurídicos sob a influência da dialética é confiada não mais aos enunciados de tipo condicional, mas à constituição de uma terminologia essencial e à sua organização em um sistema (POCCETTI, 1994, p. 34-35).

É bastante provável, contudo, ao revés do que Poccetti alvitra, que o enunciado normativo tenha precedência cronológica sobre o enunciado lógico, questão que não pode nos demorar aqui. De todo modo, a primazia da língua jurídica aparece para nós já como precedência epistemológica, em razão da precedência cronológica da documentação supérstite.

Essa compenetração entre língua normativa e língua argumentativa pode ser vista como faceta da intensa proximidade entre enunciados deônticos (como aqueles dos textos normativos) e epistêmicos (como nos textos argumentativos). Na definição de Huddleston:

Prototipicamente, a modalidade epistêmica diz respeito à atitude do falante quanto à facticidade (*factuality*) de situações passadas ou futuras, enquanto a modalidade deôntica diz respeito à atitude do falante relativamente à efetividade (*actuality*) de situações futuras. ‘Epistêmico’ deriva da palavra grega para ‘conhecimento’: esse tipo de modalidade envolve características

relativas ao conhecimento do falante. [...] ‘Deôntico’ deriva do termo grego para ‘obrigatório’, de sorte que o que está em questão aqui é impor obrigação ou proibição, conceder permissão, etc. (HUDDLESTON, 2008, p. 178).

No sentido, aliás, da precedência também cronológica dos enunciados normativos d e que falamos acima, Huddleston informa que: “Em geral, é plausível entender os usos deônticos como mais elementares, ao passo que os epistêmicos surgem como extensão, ao domínio do arrazoamento, de conceitos primacialmente aplicáveis ao domínio da interação humana, como compelir e permitir” (HUDDLESTON, 2008, p. 178). A hipótese da condicional ou da relativa anteposta atrai um juízo que se formula como uma consequência (de necessidade forte ou atenuada),¹²⁵ seja de ação, seja de constatação.

Em estudo clássico, Ducrot descreveu os enunciados do tipo “se p, q” como realizando uma suposição, que “consiste em solicitar ao ouvinte que aceite, por um tempo, certa proposição ‘p’, que se torna, provisoriamente, o quadro do discurso, e notadamente da proposição principal, ‘q’” (DUCROT, 1972, p. 167). Lehmann, exemplificando com a homóloga relativa anteposta, fala, em sentido muito próximo, em exposição: “uma exposição cria um quadro de referência para o texto que se segue” (LEHMANN, 1984, p. 370). Suposição ou exposição servem, assim, a criar um enquadramento (*cadre*, *Bezugsrahmen*), dentro do qual algo acontece, de modo que se sobrepõem “duas funções comunicativas: ‘oração relativa = exposição, oração principal = evento’” (LEHMANN, 1984, p. 372). Esse ponto é interessante também quando se pensa nas relações interfrásticas, pela relação entre frases anteriores (notadamente as simplesmente enunciativas) e a condicional ou relativa anteposta, a indicar que *si* na verdade abre um quadro dentro de um quadro, ou uma exposição dentro de uma mais ampla exposição – um quadro dentro de uma paisagem.

Essa compenetração entre língua normativa e língua argumentativa, desenhada a partir desse campo fenomenológico, atesta-se, a seu turno, conforme dizíamos, pelo vasto

¹²⁵ Essa noção de consequência de um juízo significa justamente que não estamos no domínio da planície descritiva ou narrativa dos fatos, mas nos vales e montanhas do pensamento. Segundo Lehmann: “O fato de que a oração relativa e a oração condicional constroem conceitos puros significa, por outro lado, que elas não têm uma relação semântica concreta com a oração principal ou um de seus constituintes. Isso as distingue de orações subordinadas como as orações temporais, consecutivas ou finais” (LEHMANN, 1984, p. 331). Portanto, têm uma relação semântica aberta.

compartilhamento do material linguístico. Rosén assinalou, nessa direção, a preponderância da língua jurídica e sua capacidade para criar modelos linguísticos nesse e noutros domínios: “em Roma, fórmulas fixas dos *decreta* e dos *senatusconsulta* bem como modos de expressão resultantes das formas de sua composição, redação e publicação ao longo de toda a República contribuíram para a naturalização de modelos linguísticos” (ROSÉN, 1999, p. 20). A importância dos modelos linguísticos jurídicos, a despeito do nexos genealógico postulado, também foi bem percebida já por Pocetti, que, remetendo nominalmente a Coseriu, caracteriza a língua do direito como “linguagem repetida”, vale dizer, produtora e reprodutora de modelos (também e sobretudo frásais):

A norma jurídica, sendo caracterizada pela fixidez e formulada de modo literal, passa a fazer parte da linguagem “repetida” a que pertencem as máximas, os provérbios, as citações célebres, que constituem repertório tradicional de aprendizado e transmissão mnemônica. Obviamente, a linguagem “repetida” explica-se em sua produção e em seu uso, no nível mais amplo do texto: uma palavra sozinha não constitui linguagem repetida, mas pode sê-lo apenas um sintagma mais ou menos amplo (trate-se de uma frase célebre, de uma norma, de um provérbio, de uma máxima) (POCETTI, 1994, p. 27).

Há, assim, uma homologia, senão uma identidade, entre enunciados normativos e lógicos, servindo-se de expressão modular.¹²⁶ Reconhecendo que a língua jurídica é uma língua técnica, Pascucci busca identificar suas principais características,¹²⁷ muitas das quais comparecerão em Catão, até porque “os exemplos de presença do latim jurídico na

¹²⁶ Esse ponto é, ademais, reconhecido também pelos contemporâneos filósofos do direito – já que, tenazmente, muitos desses moldes sintáticos foram se transmitindo às línguas modernas. Assim, nos termos de Karl Engisch: “como os lógicos, no chamado juízo hipotético (se *a*, logo *b*), distinguem prótase e apódose, assim também, devemos distinguir no imperativo jurídico condicional a prótase da apódose. A prótase contém os pressupostos de cuja verificação depende o imperativo, e a apódose, o próprio imperativo. O jurista chama à prótase ‘hipótese legal’ e à apódose ‘consequência jurídica’, devendo a propósito desta última pensar-se no comando ou determinação de consequências jurídicas, no dever-ser de uma prestação (ação), tolerância ou omissão” (ENGISCH, 1989, p. 32-33).

¹²⁷ Pascucci indica algumas características que a seu ver seriam essenciais: (1) omissão do sujeito; (2) o estilema de acompanhar o pronome relativo do substantivo; (3) uso do advérbio pronominal no lugar do pronome correspondente; (4) uso de *nec* com sentido de *non*, exclusivo nas XII Tábuas; (5) *ast* para introduzir uma segunda condição na frase hipotética; (6) o uso do imperativo futuro; (7) emprego da *figura etymologica*; (8) combinações entre o verbo simples e o verbo composto; (9) comedimento no uso das aliterações (PASCUCCI, 1983a).

linguagem de Catão são bastante numerosos” (CUGUSI, 1982, p. 339). Entretanto, muitas dessas marcas, mais ou menos estereotipadas segundo os contextos, das quais nos ocuparemos na sequência ao tratar de enunciados concretos, podem ou não comparecer, de acordo com lógicas internas ao próprio *corpus*, aparecendo frequentemente como resultados da aplicação de determinados procedimentos a uma estrutura de base, que é a frase argumentativa. Essa é a forma de base do enunciado jurídico latino, seja por meio da frase condicional, seja por meio de seu equivalente funcional em determinado tipo de frase “relativa” (já ficará clara a razão das aspas), vale dizer, o molde em que vem vazada a língua normativa e, com ela, em grande medida, a língua argumentativa).¹²⁸

As condicionais, já o vimos, aparecem como estrutura mais tipicamente assumida pela frase argumentativa. No entanto, trata-se de resultado de fenômeno histórico de profunda transformação na forma e no sentido da relativa o fato de ela não ser associada, tanto quanto a condicional, a esse tipo de papel na enunciação.

Na época dos primeiros testemunhos latinos conservados e por longos séculos, de forma especialmente tenaz em determinados setores da língua (como a língua jurídica), as relativas tinham forma normal anteposta (MEILLET & VENDRYES, 1953, p. 660; LEHMANN, 1984, p. 368-369), e o pronome *qu-* era um indefinido (CALBOLI, 1987, p. 142),¹²⁹ regularmente retomado por um correlativo ou anafórico (HAUDRY, 1973, p. 154). Esse tipo de frase – que continuamos chamando de relativa por mera conveniência – tinha estreito nexos com as condicionais em *si*. De acordo com Lehmann, “o nexos semântico entre oração relativa e oração condicional é tão amplamente gramaticalizado em latim, que *si quis*, ‘se alguém’, é equivalente a *qui*, ‘quem’, em uma notável quantidade de casos” (LEHMANN, 1984, p. 330).

Essa equivalência ocorre quando a oração (relativa ou condicional) trata de um referente geral, de escopo indefinido, o que permite a Lehmann formular a seguinte “regra de intercambiabilidade”: “uma oração relativa que é indefinida e não específica pode substituir uma oração condicional se há uma relação anafórica entre a oração subordinada

¹²⁸ Essa centralidade do modelo frasal é também em certa medida reconhecida por Pascucci: “a multiplicidade e a relevância dos fenômenos que nela comparecem, interessando não apenas o arco do léxico, mas também as estruturas das formas, a organização lógica do enunciado, as exigências expressivas do discurso, induzem a recrutá-la entre as línguas especiais” (PASCUCCI, 1983b, 358). Pascucci indica as estruturas frasais de forma tênue, em um *crescendo*, que se afasta do léxico em direção ao discurso. É nesse ponto precisamente, no entanto, que nos fixaremos, dado o caráter estruturante dos módulos frasais para a enunciação.

¹²⁹ É uma das condições para a posposição – ou para a inversão do díptico – “que o pronome indefinido-interrogativo seja gramaticalizado em um pronome relativo” (LEHMANN, 1984, p. 372).

e a principal” (LEHMANN, 1984, p. 334). Justamente por essa generalidade introduzida pelo indefinido ou, na condicional, também pela omissão do sujeito, “ambas servem à pura construção conceitual” (LEHMANN, 1984, p. 331). Nesse sentido, fica mais fácil compreender também como a condicional e sua homóloga, a relativa anteposta, circulam tão bem entre os textos normativos, de um lado, e os textos argumentativos – seja filosóficos, seja oratórios, não havendo solução de continuidade entre estes –, de outro.

Posto assim em termos bastante gerais o problema da frase argumentativa, precisamos nos ocupar de suas concretas ocorrências para esquadriñar a conformação desses moldes de expressão frasal que chegaram a Catão e com os quais ele dialogava em sua escrita. É o que passamos a fazer, por meio de uma exploração dos módulos e procedimentos frasais nos principais conjuntos de textos normativos que se localizam até os começos do século II a.C..

3.2.1. *Leges regiae*¹³⁰

<i>Si nurus, sacra diuis parentum est.</i> (I.13) ¹³¹	Se nora..., seja <i>sacra</i> ¹³² aos deuses dos antepassados.
<i>Vino rogum ne respargito.</i> (II.1)	Não derrame vinho na pira funerária.
<i>Paelex aram Iunonis ne tangito; si tangit, Iunoni crinibus demissis agnum feminam caedito.</i> (II.2)	Que a <i>paelex</i> não toque o altar de Juno; se tocar, sacrifique uma ovelha a Juno com os cabelos soltos.
<i>Si hominem fulminibus occisit, ne supra genua tollito</i> (A); <i>Homo si fulmine occisus est, ei iusta nulla fieri oportet</i> (B). (II.3) ¹³³	Se um homem é morto por raios, não seja levantado acima dos joelhos (A); Se um homem é morto por um raio, não cabe que se lhe faça nenhuma [cerimônia] devida (B).
<i>Cuius auspicio classe procincta opima spolia capiuntur, Ioui feretrio bouem caedito; qui cepit, aeris CCC dari oporteat. Secunda spolia, in Martis aram in campo solitauralia, utra uoluerit, caedito; [qui cepit, aeris CC dato.] Tertia spolia, Ianui Quirino agnum</i>	Aquele sob os auspícios de quem, tendo se posto o exército ao redor, se tomaram os despojos do comandante inimigo, sacrifique um boi a Júpiter; a quem os tomou, devem-se dar 300 asses; pelos segundos despojos, sacrifique os solitaurílios que quiser no altar

¹³⁰ Numeração e edição segundo GIRARD & SENN, 1977.

¹³¹ “Evidentemente, ou caiu o resto da prótese, entre *nurus* e *sacra*, [...] ou nosso fragmento era precedido do VIII [*Si parentem...*] ou de outro semelhante” (PISANI, 1950, p. 38).

¹³² Termo que se refere ao estatuto daquele que é entregue a uma divindade, juntamente com sua propriedade, em razão de um desrespeito à lei religiosa (*OLD*, p. 1674). Como o termo tem conotações muito peculiares, julgamos melhor não traduzir, como é, aliás, habitual na bibliografia.

¹³³ “Existe um consenso geral sobre o fato de que as regras citadas no *lemma* de Festo são duas redações diversas da mesma lei” (CARANDINI, 2011, p. 346), mas não é o caso: “as duas regras, embora assemelhadas pelo fim de impedir a remoção do cadáver do lugar em que havia sido fulminado, não se equivalem, tendo conteúdo preceptivo diverso: o soerguimento até os joelhos não faz parte da celebração dos *iusta* indicados por Cícero” (CARANDINI, 2011, p. 347).

<i>marem caedito; C qui ceperit ex aere dato. Cuius auspicio capta, Dis piaculum dato. (II.4)</i>	de Marte, no Campo [de Marte]; [a quem os tomar, dão-se 200 asses]; pelos terceiros despojos, sacrifique um carneiro a Jano Quirino; a quem os tomar, deem-se 100 asses. Aquele sob cujos auspícios foram tomados, dê um sacrifício expiatório aos deuses.
<i>Si qui hominem liberum dolo sciens morti duit, paricidas esto. (II.12)</i>	Se alguém, com dolo e conscientemente, infligir a morte a um homem livre, que seja [equiparado a] um parricida.
<i>Si quisquam aliuta faxit, ipsos Ioui sacer esto. (II.15)</i>	Se alguém fizer de outro modo, que ele seja <i>sacer</i> para Júpiter.
<i>Duumviri perduellionem iudicent: si a duumviris prouocarit, prouocatione certato: si uincant, caput obnubito, infelici arbori reste suspendito, uerberato uel intra pomerium uel extra pomerium. (III.2)</i>	Os duúnviros julgarão [o delito de] traição: se tiver recorrido contra os duúnviros, lutarão no juízo recursal: se vencerem, cubra a cabeça, seja suspenso com uma corda em uma árvore infértil, seja golpeado já dentro do pomério, já fora do pomério.
<i>Si parentem puer uerberit, ast olle plorassit, puer diuui parentum esto. (VI.6)</i>	Se um filho golpear o antepassado, e ele [antepassado] clamar, o filho será [<i>sacer</i>] para os deuses do antepassado.

No ponto máximo de recuo cronológico concebível à busca de enunciados normativos latinos, topamos com um complexo conjunto de citações, transmitidas em sua ampla maioria pelo gramático Festo, do que seriam *leges regiae*, vale dizer, leis promulgadas pelos sete reis nas primeiras centúrias desde a fundação da Cidade. Sobre sua edição e conservação, dispomos de alguns testemunhos antigos, dentre os quais um relato do jurista imperial Pompônio, que viveu à época de Adriano (KUNKEL, 1952, p. 170):

	D.1.2.2.1.2
<i>Et ita leges quasdam et ipse curiatus ad populum tulit: tulerunt et sequentes reges. Quae omnes conscriptae extant in libro Sexti Papiri, qui fuit illis temporibus, quibus Superbus, Demarati Corinthii filius, ex principalibus uiris. Is liber, ut diximus, appellatur ius ciuile Papirianum, non quia Papirius de suo quicquam ibi adiecit, sed quod leges sine ordine latas in unum composuit.</i>	E assim [Rômulo] promulgou para o povo leis, inclusive por sugestão das cúrias, e também as promulgaram os reis subsequentes. Elas sobrevivem todas transcritas no livro de Sexto Papírio, que viveu à época de Soberbo, filho de Demarato Coríntio, um dos mais destacados homens [da época]. Esse livro, conforme dissemos, chama-se <i>Ius Ciuile Papirianum</i> , não porque Papírio aí adicionou algo de seu, mas porque organizou em um só [volume] as leis promulgadas de forma esparsa.

Isso teria ocorrido talvez logo no começo da República (PISANI, 1950, p. 38),¹³⁴ e de todo modo Lívio indica que, em 389 a.C., após o saque de Roma pelos gauleses, um decreto determinou que se buscassem tratados e leis, incluindo a Lei das Doze Tábuas e algumas *leges regiae* (*erant autem eae duodecim tabulae et quaedam regiae leges*, LIV.6.1.10). Gânio Flaco, contemporâneo de César (BUJUKLIĆ, 1998, p. 118), produziu um comentário à recolha de Sexto Papírio (D.50.16.144). Essa recolha é citada ainda por Macróbio (*Sat.*3.11.5), o que talvez indique que esteve disponível por longo período. De todo modo, conforme aponta Pisani, “uma recolha de antiquíssimas leis deve ter existido em época arcaica, e dela derivam os fragmentos [...] transmitidos *uerbatim* por nossas fontes” (PISANI, 1950, p. 38). É muito certamente ao *Ius Ciuile Papirianum* ou a recolha semelhante, se não a um comentário de tal recolha como o de Gânio Flaco, que Festo recorreu para as citações que nos legou.

O sentido específico dessa recolha levanta questões diversas, havendo relevante corrente crítica que tem por fantasiosa a ideia mesma de *leges regiae*, isto é, de leis promulgadas pelos reis. Assim, para Magdelain, haveria um conjunto de dispositivos, de diversas origens (*ius pontificum*, *ius augurium*, *ius fetiale*), que teriam sido “atribuídos aos reis para aumentar seu prestígio” (MAGDELAIN, 1990, p. 35; ainda, MAGDELAIN, 1983, p. 1), mas que, na realidade, comporiam “antigo fundo de arquivos pontificais, ficticiamente atribuído aos reis” (MAGDELAIN, 1978, p. 24). Alguns notam o conteúdo predominantemente religioso e, mais que isso, o fato de que os fragmentos transmitidos parecem conter “certas disposições de ordem principalmente religiosa, que interessam especialmente aos particulares” (GIRARD & SENN, 1977, p. 3). Um conjunto robusto de argumentos, contudo, foi apresentado por Alan Watson, para defender a datação no período monárquico, senão sua concepção na atividade legiferante real. O especialista constata uma evolução normativa na Lei das Doze Tábuas, com relação ao conteúdo das *leges regiae*, de modo que “a imagem geral do direito privado material na época dos reis, tal como representado pela tradição posterior, é merecedora de crédito ainda que possa haver dúvidas quanto à correção do detalhe” (WATSON, 1972, p. 103).

Ora, é justamente quanto a certas questões de “detalhe” que nos preocupamos aqui, pois, ao menos do ponto de vista ortográfico, é certo que esses textos foram “mais ou menos modernizados na forma” (MAGDELAIN, 1990, p. 35). É relevante, então, que

¹³⁴ Seria o mesmo Gaio Papírio mencionado por Dionísio de Halicarnasso (3.36.4), pontífice que teria reunido prescrições especificamente religiosas após a expulsão dos reis?

Carandini, também contrastando essas citações com o que nos sobrou das Leis das Doze Tábuas, conclua haver, nas *leges regiae*, “esquemas verbais e conteúdos seguramente mais arcaicos” do que na Lei das Doze Tábuas (CARANDINI, 2011, p. 288). Aquiescendo na análise de Watson, conclui que “ao menos algumas *leges regiae* deveriam ser consideradas substancialmente autênticas, tanto mais que certas réplicas aparentes de normas régias nas Doze Tábuas não podem ser consideradas meras reiteraões, mas reforma de disciplinas preexistentes” (CARANDINI, 2011, p. 288). É, enfim, essa significativa concordância com as Doze Tábuas – para Wieacker, as *leges regiae* têm “esquemas estruturais e formais inteiramente idênticos aos das Doze Tábuas” (WIEACKER, 1966, p. 327) – em um contexto que sugere ademais evolução material das determinações das *leges regiae* a elas, que corrobora, no essencial dos esquemas frasais, a percepção de que se trata de formulações de altíssima antiguidade.

Se nos voltamos agora aos próprios fragmentos, podemos notar que existem neles fundamentalmente três tipos frasais, todos os quais se concluem por um imperativo em –*to(d)*, os imperativos futuros, ou “imperativos impessoais, ou melhor, apessoais” (ROSÉN, 1999, p. 115), que acabam por se tornar, com a passagem do tempo, verdadeira marca da elocução legal,¹³⁵ mas que indicam, nos fragmentos de que nos ocupamos, prescrições de caráter geral *pro futuro*.

O primeiro tipo frasal é composto por frases simples que contêm uma prescrição geral não limitada (a exemplo de II.1), com tendência a que o sujeito ocupe a primeira posição, quando ele vem expresso (*Paelex... ne tangito*; *Duumuiri... iudicent*), mas, em caso contrário, quando o sujeito é indeterminado, com estratégias de deslocamento de constituintes tópicos para posição inicial (evidentes em *secunda spolia... caedito* e *tertia spolia... caedito* e prováveis em *uino... ne respargito*).

O tipo mais comum, entretanto, é a frase condicional, com prótase seguida de apódose (*si...*, ... [imperativo em –*to(d)*]). A prótase termina com o verbo, com forma variável, mas tendencialmente valendo-se do sistema verbal arcaico com formas diversamente significadas, mas que certamente constituíam subjuntivos (*tagit*,¹³⁶ *duit*,

¹³⁵ Para Decorte, há dois tipos de imperativos em *to(d)*: um para admoestações informativas (segunda pessoa); outro para imperativos legais (terceira pessoa). A partir da República tardia, essa forma teria função “quase inteiramente estilística” (DECORTE, 2016, p. 818).

¹³⁶ Ernout retém *tagit* e afirma que é um “optativo radical, correspondendo ao subjuntivo *tagam*” e cita Pacúvio, 344R: *ut ego si quisquam me tagit* (ERNOUT, 1947, p. 112).

faxit, plorassit),¹³⁷ sendo provável que tenha havido modernização nas prótases que exibem outras formas verbais (v., *infra*, item 3.2.2, neste capítulo). O sujeito vem expresso quando se trata de categoria específica (*si nurus, si paelex*) – o que pode indicar que havia um foco contrastivo na anteposição de um sujeito como *homo* em *homo si fulmine* (II.3), foco reforçado, ademais, pelo excepcional anafórico *ei* na apódose – ou em geral indeterminado, de modo a expressar a generalidade da prescrição. Por isso mesmo, são interessantes casos como *si qui...*¹³⁸ e *si quisquam...*, no que parece ser uma forma ampliada, sobre cuja significação se pode apenas especular (v., *infra*, item 3.2.2). Em um caso, a prótase em *si* vem seguida de uma segunda prótase, com a conjunção *ast*, que particulariza hipótese de ocorrência da primeira (*si... uerberit, ast... plorassit*), a pintar, portanto, enquadramentos particularizadores sucessivos.

Nesse segundo, e mais recorrente, modelo de frase, a apódose assemelha-se formalmente à frase simples, eventualmente com sujeito e, então, em posição inicial (*ipso... esto, puer... esto*), e, nas demais ocorrências, deslocando constituinte focal para a primeira posição (*Iunoni... caedito, infelici arbori... suspendito*). Há um caso de desenvolvimento da prótase por um ablativo absoluto (*crinibus demissis*), que, se original, seria, como creem Hofmann e Szantyr (1965, p. 137), o primeiro ablativo absoluto da língua latina. Registra-se também caso de uma sucessão de núcleos verbais cumulados em uma apódose (*obnubito, ... suspendito, ... uerberato*), indicando uma sucessão temporal, mas sem conectivos de espécie alguma. Trata-se de caso interessante pela posposição ao último verbo do adjunto adverbial *uel intra pomerium uel extra pomerium*, menos pela posição, porque não há casos suficientes para julgar sua normalidade ou anormalidade em uma sucessão de núcleos verbais na apódose, mas porque a *complexio uel... pomerium, uel... pomerium*, é remanescente não só pelo procedimento, mas pelo conteúdo lexical, de formulações que se encontram nos *carmina* (v., *infra*, neste capítulo, item 3.3, especialmente a formulação em LIV.1.26.11), o que talvez aponte ser exagerada a avaliação de Luiselli de que, nas *leges regiae*, “o que podemos identificar em toda parte não é senão uma *secura rude* e pedregosa” (LUISELLI, 1969, p. 126).

Os enunciados normativos que se valem do modelo da “relativa anteposta” também comparecem, pelo que se pode falar em um terceiro tipo frasal, embora apenas

¹³⁷ A questão é bastante complexa e não pode nos demorar aqui. Para uma análise centrada nos comediógrafos, em que essas formas são raras e, ao menos em Terêncio, não mais produtivas, cf. MELO, 2007, p. 191-223 e 240-299

¹³⁸ Para Pisani, um “*qui* indefinido” (PISANI, 1950, p. 41).

em um fragmento (II.4) e sem retomada anafórica. O passo invoca cuidado – possível omissão de segmento, restituído aqui entre colchetes, provável substituição dos subjuntivos arcaicos, etc. – e talvez seja a uma modernização que devemos atribuir a única apódose sem imperativo do *corpus*, figurando no lugar do imperativo a construção com verbo auxiliar *darier oporteat*. Embora seja recomendável cautela, ainda mais em um *corpus* restrito a único exemplar, a presença mesma das relativas antepostas pode muito bem ainda aqui representar a formulação original; afinal, a relativa anteposta parece estar num dos mais antigos documentos em língua latina, o *lapis niger*, provavelmente com uma *sacratio* para quem causasse algum dano à pedra (WIEACKER, 1966, p. 324): *quoi ho [...] sakros:es/ed* (WACHTER, 1987, p. 66, isto é, *qui hu[nc lapidem]... sacer es[to]*, para RADKE, 1981, p. 76).

A existência de alguns fragmentos de maior extensão permite compreender algo a respeito da forma de articulação entre frases. A frase simples antecede a frase argumentativa, seja em sua realização condicional, seja já em sua realização com relativa anteposta (II.2, II.4, III.2). A frase simples, nesses casos, apresenta um enquadramento geral, do qual a hipótese sucessivamente introduzida na primeira parte do díptico é uma concretização. Isso pode ocorrer de modo replicado, como em II.4, indicando distintos enquadramentos dentro dos quais se especificam determinadas hipóteses particulares. Não necessariamente, contudo, deve-se pensar em uma sucessão regular de frase simples seguida de frase argumentativa, em alternância. Isso não apenas porque não há como supor uma extensão “normal” para cada preceito, mas concretamente porque III.2 mostra caso de sucessão do tipo frase simples > frase argumentativa 1 > frase argumentativa 2, com a segunda frase argumentativa particularizando hipótese que depende da ocorrência da primeira, o que, em tese, poder-se-ia conceber nos moldes de dupla prótase, não houvesse a apódose da primeira (*si a duumuiris prouocarit [prouocatione certato], ast uincent, ... obnubito...*).

Muitas dessas considerações poderão ser retomadas em maior pormenor na análise das frases da Lei das Doze Tábuas, no item seguinte. Como se verá, os moldes sintáticos em questão são fundamentalmente de mesma natureza, com a maior variedade que naturalmente se pode esperar de um material que, ainda fragmentário, é, no entanto, bastante mais abundante.

3.2.2. *Leges duodecim tabularum*¹³⁹⁻¹⁴⁰

1. orações simples	
<i>igitur <im> capito</i> (I.1)	então o pegue
<i>adsiduo uindex adsiduus esto</i> (I.4)	um <i>assiduus</i> seja fiador de um <i>assiduus</i> ¹⁴¹
<i>comperoranto ambos praesentes</i> (I.7)	Terminem o arrazoado da causa com ambos presentes.
<i>post meridiem praesenti litem addicito</i> (I.8)	Depois do meio-dia, dê a faculdade de expor em juízo àquele que está presente. ¹⁴²
<i>in ius ducito</i> (III.3)	Conduza-o a juízo.
<i>uincito aut neruo aut compedibus</i> (III.3)	Amarre-o ou com corda ou com grilhões.
<i>aduersus hostem aeterna auctoritas <esto></i> (VI.4)	Contra um estrangeiro, a <i>auctoritas</i> <seja> eterna.
<i>tignum iunctum aedibus uineaue e concap<edine> ne soluito</i> (VI.6)	Não remova uma viga jungida a uma edificação ou uma vinha da ramada.
<i>ambitus parietis sestertius pes <esto></i> (VII.1)	O perímetro do muro <seja> de dois pés e meio.
<i>uias muniunto</i> (VII.7)	Construam estradas.
<i>hominem mortuum in urbe ne sepelito neu urito</i> (X.1)	Não enterre nem queime dentro da cidade um homem morto.
<i>hoc plus ne facito: rogum ascea ne polito</i> (X.2)	Mais que isso não faça: não nivele a pira fúnebre com o enxó.

¹³⁹ Valemo-nos da edição de CRAWFORD, 1996, p. 555-721. Foram desconsiderados, pelo estado acentuadamente fragmentário, os seguintes dispositivos: I,5; I,10; I,12; I,16; I,19; I,20; I,22; II,2; III,1; III,2; III,5; III,7; IV,1; IV,3; IV,4; V,1; V,2; V,6; V,9-10; VI,2; VI,1-2(a); VI,3; VI,5; VI,6; VII,9; VIII,3; VIII,5; VIII,6; VIII,7; VIII,8; VIII,9; VIII,12; VIII,14-15; IX,1-2,6; IX,3; X,6; X,9; X,10; XI,1; XII,1; XII,4.

¹⁴⁰ Como as frases são amiúde seccionadas, isoladas que foram de seus contextos quando há encadeamento, preferimos não recorrer nem às maiúsculas nem ao ponto final.

¹⁴¹ GUILLÉN, 1968a, p. 47: “aquele que tem sua parte no *ager Latialis*”; “na Antiguidade, dava-se o sentido de *locuplex*, de modo que se oponha a *proletarius*, segundo a divisão dos cidadãos romanos feita por Sêrvio Túlio”.

¹⁴² GUILLÉN, 1968a, p. 45: “Especialmente, *addicere iudicium* em VAR.L.6.61 é dar a alguém a faculdade de proceder em juízo, isto é, reconhecer-lhe o direito de fazer suas reclamações e imediatamente a faculdade de expor sua causa. A essa expressão responde em nossos fragmentos *litem addicere*, que indica a concessão outorgada a quem tiver acudido ao juízo de expor sua causa e a obrigação do juiz de pronunciar *iuxta allegata et probata*. Mas, como na hipótese da nossa lei, se a outra parte não comparece e não se defendeu, equivale, no final das contas, como o interpretam outros, a ‘fale-se em favor do que veio a juízo’.”

<i>mulieres genas ne radunto neue lessum funeris ergo habento</i> (X.4)	As mulheres não arranhem suas faces nem façam um lamento por causa de um funeral.
<i>eorum arbitrio duplione damnum decidito</i> (XII.3)	Por meio do arbitramento deles, ele concorde com a pena do dobro.
2. orações condicionais introduzidas por <i>si</i> e <i>ni</i>	
si... –to	
<i>si in ius uocat, ?ito?</i> (I.1)	Se chamar a juízo, vá.
<i>si caluitur pedemue struit, manum endo iacito</i> (I.2)	Se engana ou foge, apanhe-o.
<i>si morbus aeuitasue escit, iumentum dato</i> (I.3)	Se houver doença ou velhice, dê um carro ordinário. ¹⁴³
<i>si nolet, arceram ne sternito</i> (I.3)	Se não quiser, não prepare uma <i>arcera</i> . ¹⁴⁴
<i>si ambo praesentes, sol occasus suprema tempestas esto</i> (I.9)	Se ambos estiverem presentes, o pôr-do-sol será o último momento.
<i>si os fregit libero, CCC, <si> seruo, CL poena<e> su<n>to</i> (I.14)	Se quebrou um osso a um homem livre, a pena será de 300; <se> a um escravo, 150.
<i>si iniuriam ?alteri? faxsit, uiginti quinque poenae sunt</i> (I.15)	Se comete injúria a ?outrem?, a pena será de 25.
<i>quindecim pondo ne <maiore> aut si uolet <minore> uincito</i> (III.3)	Com peso não maior do que 15 libras ou, se quiser, com menor [peso], amarre.
<i>si uolet, suo uiuito</i> (III.4)	Se quiser, viva com os seus [próprios recursos].
<i>si uolet, plus dato</i> (III.4)	Se quiser, dê mais.
<i>si plus minusue secuerunt, se fraude esto</i> (III.6)	Se cortarem mais ou menos, que seja sem punição.
<i>si pater ter filium duit, a patre filius liber esto</i> (IV.2)	Se o pai dá [à venda] três vezes o filho, o filho seja livre do pai.

¹⁴³ GUILLÉN, 1968a, p. 85: “na lei I.3, *iumentum* significa, pois, um carro ordinário”.

¹⁴⁴ GUILLÉN, 1968a, p. 54: “Significa, assim, um carro fechado de todos os lados, como uma arca gigante, em que se conduziam os doentes e os idosos. Usou-se antes de serem inventadas as liteiras, logo desaparecem”.

<i>si agnatus nec essit, gentiles familiam ?pecuniamque? h[abento] (V.5)</i>	Se não houver um parente agnado ou gentilício, fiquem com o patrimônio ?e o dinheiro?.
<i>si furiosus ?prodigusue? ess<i>t, agnatum gentiliunque in eo <familiaque> ?pecuniaque? eius potestas esto (V.7)</i>	Se houver um louco ?ou pródigo?, tenha poder sobre ele; o poder sobre <seu patrimônio> ?e o dinheiro? seja dos parentes agnados e gentilícios.
<i>si patronus clienti fraudem fecerit, sacer esto (VIII.10)</i>	Se o patrono causar dano a um cliente, que se torne <i>sacer</i> .
<i>si uindiciam falsam tulit, s<t>litis arbitros tris dato (XII.3)</i>	Se fez uma falsa vindicação, dê três árbitros para a lide.
parciais:	
<i>si in iure manu conserunt (I.11)</i>	Se duelarem em juízo...
<i>si adorat furt<i> quod nec manifestum erit (I.21)*</i>	Se alguém se queixa de furto que não é manifesto...
<i>si libertus... ex ea familia... in eam familiam... (V.8)</i>	Se um liberto... de tal <i>familia</i> ..., naquela <i>familia</i> ...
<i>si iurgant (VII.2-5)</i>	Se discordam...
<i>si aqua pluuiā nocet... (VII.8)</i>	Se a água da chuva prejudica...
<i>si quadrupedes pauperiem <faxit> (VIII.2)</i>	Se um quadrúpede <causa> perda...
<i>si telum manu fugit magis quam iecit (VIII.13)</i>	Se uma arma escapou da mão, em vez de ser atirada...
<i>si seruus furtum faxit noxiamue no<x>it (XII.2)</i>	Se um escravo comete um furto ou causa dano...
ni... –to	
<i>ni it, antestamino (I.1)</i>	Se não vai, sejam chamadas testemunhas.
<i>ni pacunt, in comitio aut in foro ante meridiem causam coini<un>to (I.7)</i>	Se não chegam a um acordo, apresentem sua causa no foro antes do meio-dia.
si... ni... –to	

<i>si membrum rupit, ni cum eo pacit, talio esto</i> (I.13)	Se quebra um membro [do corpo] e não faz um acordo com ele, que haja o talião.
si... ast... –to	
<i>si nox furtum fa<x>it, <ast> im occisit, iure caesus esto</i> (I.17)	Se comete um furto à noite, <e se> o mata, seja morto licitamente.
<i>si luci <furtum faxit, ast> se telo defendit, ... endoque plorato</i> (I.18)	Se <comete um furto> à luz do dia <e se> defende-se com uma arma..., e implore.
3. orações com pronome indefinido ou relativo	
qu-... –to	
<i>proletario ?ciui? quis uolet uindex esto</i> (I.4)	Quem quiser, seja um fiador para um ?cidadão? proletário.
<i>cui testimonium defuerit, is tertiis diebus ob portum obuagulatum ito</i> (II.1)	Aquele a quem faltar testemunha, que vá dia sim dia não fazer um clamor diante da porta.
parciais:	
<i>qui malum carmen incantassit... <quiue> occentassit carmen<ue> cond<issit></i> (VIII.1)	Quem cantar um encantamento prejudicial, <ou quem> cantar contra ou quem compuser encantamento...
<i>qui fruges excantassit... ?quiue? alienam segetem pelleleri<t>... (VIII.4)</i>	Quem encantar frutos... ?ou quem? levar embora a colheita de outrem...
<i>qui coronam parit ipse <familia>ue eius uirtutisue ergo duitur ei</i> (X.7)	Quem obtiver uma coroa por si mesmo ou por sua <familia> ou lhe for dada por sua bravura...,
qu-... ni... –to	
<i>qui se sierit testarier libripensue fuerit, ni testimonium fariatur, inprobis intestabilisque esto</i> (VIII.11)	Quem se permitir testemunhar ou for um portador de balança, se não der seu testemunho, seja ímprobo e incapaz de testemunhar.
qu-... ast... –to	

<i>cui auro dentes iuncti ess<i>nt, ast im cum illo sepeliet uretue, se fraude esto (X.8)</i>	Aquele cujos dentes foram unidos com ouro e se com ele for enterrado ou queimado, não seja punido.
si... qu-... -to	
<i>si intestato moritur, cui suus heres nec essit, agnatus proximus familiam ?pecuniamque? habeto (V.4)</i>	Se morrer sem testamento, quem não tiver um herdeiro necessário, tenha a <i>familia</i> e ?o dinheiro? o mais próximo parente agnado.
ni... qu-... -to	
<i>ni iudicatum facit aut quis endo eo in iure uindicit, secum ducito (III.3)</i>	Se não cumprir a decisão ou se ninguém agir como fiador por ele em juízo, leve[-o] consigo.
<i>ni suo uiuit, qui eum uinctum habebit, libras farris endo dies dato (III.4)</i>	Se não viver com seu próprio [patrimônio], quem o detiver amarrado dê uma libra de mingau por dia.
<i>ni sam delapidassint, qua uolet, iumenta agito (VII.7)</i>	Se não a calçar de pedras, conduza um carro simples para onde quiser.
4. outras subordinações	
ubi... -to	
<i>ubi pacunt, orato (I.6)</i>	Quando chegam a um acordo, discurse.
uti... ita... -to	
<i>uti legassit super familia ?pecuniaue? tutelaue sua, ita ius esto (V.3)</i>	Tal como dispôs em legado a respeito de sua <i>familia</i> ?ou dinheiro? ou sua tutela, assim seja a atribuição de direitos.
cum... uti... ita... -to	
<i>cum ?facit nexum? mancipiumque, uti lingua nuncupassit, ita ius esto (VI.1)</i>	Quando fizer o <i>nexum</i> e o <i>mancipium</i> , assim como com a língua nomeou, assim seja a atribuição de direitos.
quandoc... donec:	
<i>...quandoc sarpta, donec dempta erunt... (VI.7)</i>	Quando podados, até que sejam removidos...

quo	
<i>homini mortuo ne ossa legito, quo post funus faciat</i> (X.5)	Não recolha os ossos a um homem morto, para que depois faça um funeral.

Transmitida também de forma indireta, por meio de citações fragmentárias e amiúde corrompidas, a Lei das Doze Tábuas apresenta numerosos desafios para o estudioso. Sua origem é envolta em névoa, apesar da tradicional narrativa encontrada em Lívio (LIV.3.33-34) e ecoada alhures (sobre esse ponto, ver WIEACKER, 1966); na avaliação de Horsfall, trata-se de narrativas decalcadas de histórias gregas e que não merecem crédito (HORSFALL, 1994, p. 57). A possível influência grega na Lei das Doze Tábuas escapa à determinação. Foi vigorosamente sustentada por Norden, para quem a Lei seria imitada de codificação da Magna Grécia (NORDEN, 1939, p. 254), mas, tendo em mira compreensões como essa, Pascucci critica a “posição de estudiosos da ‘escola de Bonn’ contra acolher todo o tipo de originalidade romana” e entende que se deve pensar antes em arquétipo indo-europeu para explicar certas semelhanças (PASCUCCI, 1983a, 10-11, n.2; cf., ainda, GIRARD & SENN, 1977, p. 25).

Independentemente de sua origem primeira, acredita-se hoje, em geral, que tenha existido uma antiga recolha, de que decorrem os fragmentos hoje supérstites da Lei das Doze Tábuas (LUISELLI, 1969, p. 125). Para Radke, assinalando que, em todas as citações, já se processou o rotacismo (RADKE, 1981, p. 126), deve ter havido uma compilação posterior ao momento a que se credita a redação original, nos meados do século V, a exemplo de uma “restauração das tábuas originais, depois do ataque gaulês [...], no tempo da reflexão e reordenação política do vintênio entre 387/6 e 367/6 a.C.” (RADKE, 1981, p. 126-127). O jurista Pompônio, anteriormente referido, remete a Sexto Élio Peto Cato, cônsul em 198 a.C., que teria redigido livro intitulado *Tripertita*, assim chamado porque, “iniciando-se com a Lei das Doze Tábuas, adiciona a interpretação e então completa-se com a ação legal cabível (*tripertita autem dicitur, quoniam lege duodecim tabularum praeposita iungitur interpretatio, deinde subtexitur legis actio*)” (D.1.2.38). Para Coleman, todas as citações de que dispomos decorreriam dessa recolha (COLEMAN, 1996, p. 403, n. 2), mas Wieacker lembra que os antiquários da Antiguidade tardia se serviram também de Masúrio Sabino (WIEACKER, 1966, p. 295), que viveu no século I d.C. (KUNKEL, 1952, p. 119), que pode ter se servido da recolha de Cato ou de obra semelhante a ela.

Diante dessas circunstâncias da transmissão, novamente se levanta o problema da confiabilidade do material de que dispomos para um estudo da linguagem. Há atitudes mais céticas, como a de Guillén, para quem “é natural que a sintaxe reflita mais ou menos a situação da língua do tempo dos autores que as transmitem” (GUILLÉN, 1968b, p. 193); haveria mesmo, já se especulou, indistinção entre material original e glosas confundidas com os textos (BRÉAL, 1902, p. 607). No entanto, prevalece a percepção de que, a despeito da modernização, muito do que nos alcançou espelha o material original, que pode muito bem ser mesmo do século V (PISANI, 1950, p. 42; COURTNEY, 1999, p. 13). Ademais, julga-se, precisamente, que aquilo que melhor se conservou foi a sintaxe (PISANI, 1950, p. 42; SBORDONE, 1964, p. 334; LUISELLI, 1969, p. 132; GIRARD & SENN, 1977, p. 40), notadamente os “módulos sintáticos” (SBORDONE, 1964, p. 335; no mesmo sentido, também falando em “módulos”, GUILLÉN, 1968b, p. 193; PASCUCCI, 1983b, p. 361). Mesmo Meillet, que é bastante cético no geral,¹⁴⁵ destaca, dentre as “formas gramaticais antigas” que se podem observar, “o torneio das frases (*le tour des phrases*)” (MEILLET, 1977, p. 118).

A persistência desses módulos frasais, entende Meillet, é da maior importância: “todos esses moldes de frase, simples e nitidamente articulados, subsistiram, e a língua literária que os utilizou apenas precisou suavizá-los e desfazer as ambiguidades” (MEILLET, 1977, p. 119). Especificamente para o que nos interessa neste trabalho, avalia Pascucci que o modelo difunde-se em Catão (e em outros autores também) como um “módulo individualizado” (PASCUCCI, 1983b, 361). Para Poccetti, essa modularidade sintática bem caracterizada na Lei das Doze Tábuas seria um formulismo estreitamente associado com a oralidade: “a concisão, a repartição em *cola*, o andamento mais ou menos rítmico com aliterações e assonâncias desenham sua natureza de fórmulas de notável maleabilidade e de extrema facilidade para o aprendizado mnemônico” (POCCETTI, 1994, p. 13). Esses módulos, a seu turno, sujeitavam-se a ser replicados por escrito; assim, o direito, mesmo mantendo sua característica oral, “conhece, na escrita, um canal privilegiado e antigo de produção de textos que, por sua vez, geram outros textos por meio da interpretação e da classificação sistemática” (POCCETTI, 1994, p. 17-18). Há,

¹⁴⁵ Para o especialista, “os pequenos fragmentos que subsistem da Lei das XII Tábuas não foram conservados em condições tais que possam servir à história das formas linguísticas (MEILLET, 1977, p. 118).

assim, todo um estado de textualidade a favorecer a transmissão e a difusão desses módulos sintáticos arcaicos.

Sem dúvida, no processo de manipulação e atualização da língua, o que mais chama a atenção – e ao mesmo tempo aponta para o que se deve ter concretamente por modernização do texto, à margem de toda ingenuidade e de todo hiperceticismo – é o problema, já mencionado relativamente às *leges regiae*, de transformação da forma verbal das prótases. Sbordone constata que a apódose é constante nos diferentes dispositivos que nos chegaram (SBORDONE, 1964, p. 33) e vê, na mudança sofrida pela prótase, uma evolução no sentido teleológico do desenvolvimento da hipotaxe.¹⁴⁶ Coleman, porém, dedicou-se a enfrentar sistematicamente o problema e concluiu tratar-se de variedade criada na transmissão, não presente no texto originário (COLEMAN, 1996, p. 403): a prótase estaria originalmente no subjuntivo arcaico (COLEMAN, 1996, p. 410), hipótese que, conforme vimos, é corroborada pelo estado de transmissão das *leges regiae*, em que, embora mais restritamente, se identifica modernização semelhante. Para Coleman:

os dados da Lei das Doze Tábuas só podem ser incorporados à diacronia suposta da sintaxe condicional latina por meio de uma substancial emenda do texto, especificamente pela introdução de formas subjuntivas no lugar do indicativo nas prótases condicionais, notadamente formas subjuntivas e optativas antigas de um tipo bem documentado no latim pré-clássico (COLEMAN, 1996, p. 419).¹⁴⁷

¹⁴⁶ Segundo o autor, “de um período hipotético com prótase no presente do indicativo, apenas poderiam partir duas estradas, ambas sob o signo da hipótese eventual; de inegável prioridade a prótase orientada ao futuro, claramente mais tardia a formação da mesma com os tempos habituais do subjuntivo. A equivocidade das formas em *–so*, *–sim* devia apressar a tendência expressiva para o modo daquilo que é eventual, um caráter constante da prosa latina em sua fase de passagem da rígida e desarticulada forma paratática das origens à flexível *tourneure* hipotática do classicismo” (SBORDONE, 1964, p. 339).

¹⁴⁷ Powell espousa posição semelhante, afirmando que “nas *leges regiae* e (onde não modernizado) no texto das Doze Tábuas, o verbo das orações condicionais tem uma forma especial, característica do latim antigo” (POWELL, 2011, p. 472). Para Clackson e Horrocks, buscando explicar a persistência de algumas dessas formas na transmissão e mesmo, como veremos, em documentos posteriores que aderem em parte ao sistema antigo, no século III a.C., a forma sigmática “tinha passado a ser considerada como equivalente ao futuro do indicativo. Mas nós podemos mesmo assim especular que o latim pré-histórico havia usado os subjuntivos presente ou perfeito (= aoristo) de forma muito geral nesse contexto (= ‘se em qualquer ocasião X’), muito como no grego, que de fato forneceu o modelo para os códigos legais latinos antigos, mas eles foram progressivamente substituídos por uma mistura de presentes, perfeitos e futuros (ou futuros perfeitos) depois que enfraquecimentos de vogais e sínteses obliteraram distinções formais anteriores. [...] A única exceção parece terem sido os casos que envolviam formas em *–s* distintivas (que originariamente funcionaram como subjuntivos aoristos), com o resultado de que elas logo passaram a ser vistas simplesmente como futuros/futuros perfeitos antiquados nos casos relevantes” (CLACKSON & HORROCKS, 2011, p. 115).

Assim, o que temos, na transmissão, é “uma mistura de material latino pertencente a períodos distintos” (COLEMAN, 1996, p. 404), mas não de forma imprevisível e incompreensível, havendo ampla possibilidade de investigar os próprios processos de alteração.¹⁴⁸

Se passarmos agora a um exame dos próprios fragmentos, patentear-se-á haver notabilíssima semelhança com a situação já verificada nas *leges regiae*. Observe-se, no entanto, que, no começo deste subitem, seccionamos os fragmentos mais extensos para apresentar as estruturas frasais de maneira isolada. Retornaremos mais adiante ao problema da articulação interfrástica, recorrendo a alguns dos poucos fragmentos que contêm mais de uma frase e que por ora seguem desmembradas em suas unidades constitutivas. A congruência com os módulos frasais das *leges regiae* é de tal ordem, que Calboli os caracterizou conjuntamente, nos seguintes termos:

Nesses textos, encontram-se [...] três construções: (1) orações condicionais que são introduzidas por *si* e *ni* (nunca *nisi*); (2) orações relativas e aparentadas, isto é, orações subordinadas introduzidas por algumas partículas originadas nas raízes **kwi-/*kwo-*, como *uti, ubi, quom*; (3) substantivos simples, como, por exemplo, *Leges Regiae* S.8 [II.1] [...] *Vino rogum ne respargito* [...]; *ibid. Paelex aram Iunonis ne tangito* [II.2] (CALBOLI, 1987, p. 145).¹⁴⁹

Acatado esse panorama, Wieacker busca compreender a distribuição dos distintos tipos de frases. Afirma, com relação ao primeiro grupo, que se compõe de “imperativos curtos, enfileirados parataticamente [...]”. Essa forma está fundada na matéria: trata-se ou

¹⁴⁸ Um exemplo: “Se o subjuntivo for restaurado ao papel que lhe atribui este texto, outras *cruces* também podem ser tratadas mais eficientemente. Por exemplo, no notoriamente destituído de verbo *si ambo praesentes* (1.9), o particípio suspeito, que parece como se tivesse se infiltrado do precedente *com perorando ambo praesentes*, provavelmente substituiu um **praisient* (>clas. *praesint*) original ou mesmo *praessint**, um acaso novamente da desapareição das variantes alomórficas subjuntivas, mas sobretudo da mudança no uso do subjuntivo apenas para condições irreais” (COLEMAN, 1996, p. 420).

¹⁴⁹ Embora fale em dois grupos de base, Wieacker, dedicando-se especificamente à Lei das Doze Tábuas, descreve o sistema frasal segundo a mesma concepção, apenas agrupando conjuntamente condicionais e relativas antepostas. É perspectiva semelhante a de Guillén, que fala, de um lado, em “proposições independentes”, que são escassas (GUILLÉN, 1968b, p. 211), e, de outro nas subordinadas, anotando que, “ordinariamente, a sanção está relacionada com uma condição em que o cidadão tem de se encontrar previamente para que chegue o efeito da lei” (GUILLÉN, 1968b, p. 211).

de prescrições de procedimentos, devido ao contexto imaginado da ação, ou de ordens e proibições tais, que, por causa de suas circunstâncias simples, não precisam de mais condições” (WIEACKER, 1966, p. 321). O segundo grupo – em que trata conjuntamente condicionais e relativas antepostas – é bastante mais numeroso:

prevalentes são as frases condicionais simples ou compostas [...] A condição carrega aqui uma forma de pensamento da frase jurídica geral: a ordem a alguém condicionada por um suporte fático. A ligação por meio de relativo tem a mesma estrutura conceitual. Ela ocorre frequentemente quando o destinatário da norma é uma pessoa cujo comportamento é sancionado (*Qui malum carmen incantassit* [VIII.1]; *Qui fruges excantassit* [VIII.4]) ou a quem algo é permitido (*Cui testimonium defuit... obuagulatum ito* [II.1]). Em todos esses casos, a oração relativa poderia, sem mudança da estrutura conceitual, ser convertida em uma oração condicional sem sujeito *si...* ou em uma oração *si quis* (WIEACKER, 1966, p. 322).

Correspondentemente, no início deste subitem, organizamos o material em orações simples, orações condicionais introduzidas por *si* e *ni* e orações com pronome indefinido ou relativo, adicionando uma quarta categoria para outras subordinações, a que voltaremos pontualmente no fim da exposição.

A estrutura da frase simples exhibe o mesmo comportamento verificado nas *leges regiae* com relação ao verbo em última posição, na forma de um imperativo em *–to(d)*. Notem-se apenas os casos de I.7, que apresenta dúvidas de transmissão (CRAWFORD, 1996, 2, p. 596), e de III.3, em que é posposta expressão alternativa (*aut neruo aut compedibus*), como já vimos ocorrer nas *leges regiae* (III.2: *uel intra pomerium uel extra pomerium*). Os fenômenos de deslocamento de constituintes para posição inicial, porém, são não apenas mais frequentes que nas *leges regiae*, como também se verificam inclusive na presença de um sujeito, deslocando-o para posição subsequente na frase (*adsiduo uindex adsiduus esto*, I.4; *aduersus hostem aeterna auctoritas <esto>*, VI.4). Em um caso, há toda uma frase catafórica, em estratégia de marcação sintática do foco que se segue (*hoc plus ne facito: rogum ascea ne polito*, X.2). Também é possível verificar, em dois casos de preceitos proibitivos, a existência de coordenações, nos dois

casos com constituinte distinto do sujeito deslocado para a posição inicial (*hominum mortuum in urbe ne sepelito neue urito*, X.1; *mulieres genas ne radunto neue lessum funeris ergo habento*, X.4).

Em tipologias textuais como esta, e como fora o caso também com os textos narrativos examinados em 3.1, *supra*, a tendência à estereotipagem dos módulos frasais tem por efeito, senão deixar tópico e foco retraídos, tornar estratégias de deslocamento de constituintes apontamentos bastante salientes porque as expectativas são muito consolidadas, pela própria replicação reiterada do material sintático para conteúdos bastante diversos. Isso não equivale a dizer que os módulos muito estáveis não marcam já o tópico e o foco (contra PANHUIS, 2015, p. 248-249), mas sem que as frases se prestam a manipulações imediatamente significativas, lidando sobretudo com a primeira e a última posições na frase. Voltaremos a esse ponto concretamente em algumas das análises abaixo.

De todo modo, considerações sobre o manejo das discussões sobre topicalidade e focalidade dependem de uma compreensão mais clara dos distintos modelos frasais com que estamos lidando. Com relação à frase simples, Wieacker, consoante visto, entendeu tratar-se de construção escolhida sob determinadas condicionantes semânticas. Viriam empregadas em referência a circunstâncias simples ou para vazar prescrições procedimentais – estas resolvendo-se em espécie daquelas, como “determinações para a realização de um ritual ou proibições sacras, que são, por sua natureza, sobretudo incondicionadas, pois suas circunstâncias mais imediatas se dessumem do contexto de culto” (WIEACKER, 1966, p. 326). Pensamos, no entanto, que a explicação dessas condicionantes independentemente do contexto interfrástico é falha, o que já se poderia intuir pela existência, em alguns poucos dispositivos, de adjuntos adverbiais ou anafóricos em primeira posição: *igitur* <im> *capito* (I.1); *post meridiem praesenti litem addicito* (I.8); *eorum arbitrio duplione damnum decidito* (XII.3). O já mencionado fenômeno da deslocamento de constituintes para a primeira posição sugere, ademais, frequentemente a existência de focos ou tópicos contrastivos intimamente dependentes de contextos interfrásticos, de modo que pensamos que virão mais bem esclarecidas após o tratamento dos demais módulos frasais, quando então teceremos algumas observações sobre os encadeamentos suprafrasais.

A ampla maioria das frases na Lei das Doze Tábuas é formada pela estrutura de díptico condicional: *si...*, ... [imperativo em *-to(d)*], com suas variantes. VA despeito de

distintas camadas de modernização, de que já se falou, há uma série de dispositivos que preservam a forma verbal arcaica na prótase, em posição final (*si... fax(s)it; si... duit; si... essit*). Guillén bem reconheceu que, “embora sejam muitas em número as orações condicionais em nossos fragmentos, não o são na variedade de construções” (GUILLÉN, 1968b, p. 215). Entre as variantes, constam as condicionais com prótase negativa (*ni...*, ... *-to*) e as frases com duas prótases, as duas positivas (*si...*, *ast...*, ... *-to*) ou uma positiva e outra negativa (*si...*, *ni...*, ... *-to*), tudo exatamente no sentido do quanto já examinado nas *leges regiae*, apenas com o acréscimo de algumas variantes. A ordem dos constituintes é por vezes alterada, de modo a realizar, em certos casos, evidente foco contrastivo (*si os fregit libero*, CCC, <si> *seruo*, CL *poenae sunt*, I.14) e, em outros, talvez como foco forte de identificação¹⁵⁰ (*si pater ter filium duit*, **a** *patre filius liber esto*, IV.2), mas, em geral, o sujeito segue-se ao *si* na prótase (I.3; I.14; IV.2; V.5; V.7; VII.8; VIII.2; VIII.10; VIII.13; XII.2) e se encontra em posição inicial na apódose (I.9; I.14; I.15; V.5).

Conforme indicado, paralelamente às condicionais, existem, ainda que em menor número, os dípticos em que o primeiro membro é introduzido por um pronome indefinido ou relativo. Quanto à ordem dos constituintes na prótase introduzida por *qu-*, não cabe, por certo, falar em casos com e sem sujeito, já que o pronome marca justamente a indefinição do sujeito. Atestando a afinidade entre as prótases introduzidas por *si* e aquelas encabeçadas por pronome indefinido ou relativo, as prótases duplas também se verificam com uma delas em *qu-*, e a segunda em *ast* se positiva e em *ni* se negativa. Em um caso (V.4), a segunda prótase, após o *si*, é em *qu-*, o mesmo padrão se repetindo em três frases com uma primeira prótase negativa (III.3; III.4; VII.7). Isso sugere, evidentemente, uma notável proximidade entre *si* e *qu-*, talvez com maior amplitude para o segundo, já que pode figurar na primeira ou na segunda prótase.

A bibliografia se interessou pelo problema da distinção entre essas frases, e Calboli anotou sua relevância do ponto de vista funcional, já que “essas expressões não são empregadas sem distinção” (CALBOLI, 1987a, p. 144); no entanto, pensa que o tema ainda carece de aprofundamento (CALBOLI, 1987b, p. 15). Alguns buscaram resolver o

¹⁵⁰ O *strong focus* é aquele que “ativa um conjunto de alternativas e exclui exaustivamente todas, menos o foco (DEVINE & STEPHENS, 2019, p. 57). Exemplificando com a frase *Demophilus wrote it*, explicam os autores que “se o foco em Demófilo tivesse sido foco forte de identificação, a frase teria significado algo distinto, a saber, que, dos autores em questão, foi Demófilo, não um dos outros, que escreveu a peça” (DEVINE & STEPHENS, 2019, p. 57).

problema em termos cronológicos.¹⁵¹⁻¹⁵² Wieacker, no entanto, levanta o problema da distribuição sob perspectiva marcadamente impressionista, propondo que “a forma condicional é a mais espontânea, menos refletida, se assim se quiser, a ‘mais natural’, embora claramente também a menos educada” (WIEACKER, 1966, p. 324).

A maior dificuldade para a compreensão desse e de outros problemas levantados pelos fragmentos da Lei das Doze Tábuas resulta do fato de haver pouco contexto para os fragmentos, com muitas das frases isoladas de suas circunstâncias, hoje perdidas – ou talvez conservadas, mas com perda de prova da soldadura, o que redundaria no mesmo –, ou ainda com número razoável de frases conservadas em estado mutilado. Por isso, são preciosos alguns excertos um pouco mais extensos, de onde extraímos, na abertura deste subitem, algumas das frases para alinhá-las com aquelas de mesma estrutura. Aqui também, pensamos, é preciso exercitar cautela e não extrapolar para além do que a transmissão indireta permite afirmar. Julgamos, por isso, arriscadas tentativas de reconstrução como a de Gerhard Radke. O autor acredita que o esquema elementar das previsões normativas na Lei das Doze Tábuas era tripartite, com ao menos duas prótases, a primeira introduzindo as premissas (*Voraussetzungen*), a segunda a condição propriamente dita (*Bedingung*), enquanto o terceiro membro conteria o comando (*Anweisung*) (RADKE, 1981, p. 129). De fato, essa construção por vezes se verifica, como indicamos relativamente às *leges regiae*, com sucessivos enquadramentos

¹⁵¹ Especificamente sobre o problema cronológico, Coleman tece considerações pertinentes. O autor expressa dúvidas sobre haver condicionais no indo-europeu devido à variedade das conjunções nas línguas derivadas (COLEMAN, 1996, p. 406), mas entende que “podemos no mínimo estabelecer um sistema de pares paratáticos a partir dos quais as orações condicionais acabaram por se desenvolver. Nesse sistema, o que deveria se tornar a prótase precedia a apódose, assim como aquilo que se tornaria a oração relativa de definição naturalmente precedia sua oração principal; e, pela mesma razão, isto é, que ela especifica o tópico a respeito do qual o que se segue constitui o comentário” (COLEMAN, 1996, p. 406-407).

¹⁵² Como Fankhänel, para quem, na Lei das Doze Tábuas, as relativas seriam posteriores às condicionais, pois implicariam aquelas uma mais explícita vinculação entre as frases – o que soa natural uma vez que se admite a ideia de uma evolução da parataxe à hipotaxe (FANKHÄNEL, 1938, p. 24), mas, à luz da fragilidade dessa narrativa (cf., *supra*, item 1.1.1), e, como já se viu (*supra*, 3.2), à luz de testemunhos como o *lapis niger*, não se pode sustentar. Para Daube também – a relativa seria muito rara na época mais antiga (DAUBE, 1956, p. 4). Segundo o autor, teria havido uma “evolução”: “Essa mudança reflete uma evolução do que podemos chamar ‘direito costumeiro (*folk law*)’ para um sistema jurídico” (DAUBE, 1956, p. 6); a primeira modalidade “conta uma história – embora de algo ainda por vir. Ela apresenta uma situação que pode ocorrer e informa como lidar com ela” (DAUBE, 1956, p. 6); já a segunda, “refere-se não a uma situação, mas a uma categoria, uma pessoa definida por sua ação. Ela não informa como lidar como uma contingência, mas declara o tratamento apropriado de [por exemplo] um assassino. Ela é mais geral, abstrata, afastada” (DAUBE, 1956, p. 6). Segundo ele, “a história se tornou uma categoria” (DAUBE, 1956, p. 6). O terreno é minado por evolucionismos de toda ordem, acreditando-se, por exemplo, que o relativo já teria “maior consciência” sintática (SBORDONE, 1964, p. 336), ou que “a subordinação é fruto da reflexão e do exame” (GUILLÉN, 1968b, p. 214).

particularizadores da hipótese fática a que se aplica o comando.¹⁵³ No entanto, Radke vai à cata de agrupamentos, unindo, em um longo segmento, I.1, I.2 e I.3: 1. *si in ius uocat*, 2a. *ni it*, 3a. *antestamino igitur, em capito*; 2b. *si caluitur pedemue struit*, 3b. *manum endo iacito*; 2c. *si morbus aeuitasue escit*, 3c. *iumentum dato* (em que 1 representa a premissa, 2 a condição, e 3 o comando, RADKE, 1981, p. 130). Trata-se, contudo, de hipótese extremamente conjectural, não se prestando a transmissão complexa à verificação do acerto desse raciocínio.¹⁵⁴ Mais vale, pensamos, observar com alguma cautela os fragmentos de dimensão um pouco maior, sem extrapolar as evidências.

Observe-se, de início, que, em I.4, verifica-se a sequência frase simples > frase argumentativa (com relativa anteposta): *adsiduo uindex adsiduus esto. Proletario ciui quis uolet uindex esto*. A anteposição dos dativos realiza um foco contrastivo (*adsiduo x proletario ciui*), o mesmo sendo certamente verdade para os dois sujeitos (*adsiduus x quis uolet*). Em X.8, verifica-se a anteposição de *auro* ao nominativo *dentes*: *...neue aurum addito, <at> cui auro dentes iuncti ess<i>nt, ast im cum illo sepeliet uretue, se fraude esto*. Neste caso, a falta de contexto anterior dificulta a análise: o ouro mencionado anteriormente não especificava os dentes e *dentes iuncti essint* é o verdadeiro foco da frase? Em todo caso, a presença de *auro* no fim da frase anterior e no começo desta pode simplesmente indicar o deslocamento à posição inicial de tópico que não corresponde ao nominativo.

O fragmento III.3 é um dos mais extensos preservados: *In ius ducito. Ni iudicatum facit aut quis endo eo in iure uindicat, secum ducito. Vincito aut neruo aut compedibus. Quindecim pondo ne <maiore> aut si uolet <minore> uincito*. Observa-se aí, novamente, e por duas vezes, a sequência frase simples > frase argumentativa, indicando assim tratar-se de estrutura privilegiada de articulação interfrástica. Há uma estrutura bastante semelhante em VII.6-7: *uias muniunto. Ni sam delapidassint, qua uolet, iumenta agito*. Seguem-se frase simples e frase argumentativa e, no interior desta, uma oração com advérbio relativo-indefinido, que assume o sentido de “onde quer que...”, ou “por onde

¹⁵³ Nesse sentido, Pascucci, mais cauteloso, associando essa estrutura a *algumas* previsões da Lei das Doze Tábuas: “tome-se, por exemplo, a estrutura típica do período que preside à formulação de certas normas da Lei das Doze Tábuas, caracterizada pela justaposição assindética de diversas subordinadas, seguindo-se, em fechamento, a principal comum a todas elas, isto é, seguindo-se à enunciação preventiva das condições ou circunstâncias concomitantes que dão lugar à intervenção do dispositivo coercitivo ou prescritivo” (PASCUCCI, 1983b, 361). Adicionaríamos apenas que a formulação de uma concomitância das condições talvez não expresse a ideia, importante, de uma sucessão particularizadora.

¹⁵⁴ Houve, talvez, desatenção para com o salutar “princípio metódico de estudar as poucas relíquias da legislação decenviral diretamente a partir do contexto dos autores que as transmitiram, e não nas recolhas de fragmentos” (PASCUCCI, 1983b, 364).

quer que...”. Pode-se talvez ler III.3 de forma semelhante, onde o indefinido *quis* se lê como “não haver nenhuma pessoa que...” Nesses casos, o indefinido evoca amplamente toda uma categoria.

Embora a exploração de alguns contextos que contêm mais de uma frase pudesse ainda ser prolongada, pensamos que a consideração dos passos já examinados aporta elementos suficientes para o encaminhamento cauteloso dos principais problemas instrumentais para nossa investigação, especialmente à luz do quanto já se havia determinado a partir da análise dos fragmentos das *leges regiae*. Assim, parece que uma estrutura bastante recorrente na Lei das Doze Tábuas era a sequência de frase simples seguida por uma ou mais frases argumentativas, quer se tratasse de dípticos condicionais ou de dípticos com relativa anteposta, em suas muitas variantes, e notadamente com o potencial, muitas vezes concretizado, de se valer de sucessivos membros para particularizar a hipótese fática antes da enunciação do comando.

Os deslocamentos de constituintes parecem ter que ver com a manipulação da focalidade e da topicalidade, esclarecendo-se sobretudo na dimensão interfrástica. A escolha pela relativa anteposta, enfim, parece obedecer a condicionantes sobretudo semânticas; sem dúvida, à luz da documentação que ainda será examinada, parece-nos temerária toda tentativa de definir um sentido global para a distinção, válido para extenso arco temporal.

Antes de concluir, assinalamos apenas que a rubrica em que reunimos “outras subordinações” é composta, em sua maioria, por palavras relativas, ainda que não pronomes, como bem notou Caboli, ao comentar que, em I.6,¹⁵⁵ V.1 e V.3, trata-se de “três conjunções de origem relativa” (CALBOLI, 1987, p. 144).¹⁵⁶

3.2.3. *Leges sacrae*

315-314 a.C.	CIL I ² 401 = ILLRP 504
<i>In hoc loucarid stircus / ne[qu]is fundatid neue cadauer / proiectad neue parentatid. / Sei quis aruorsu(m) hac faxit, [ceiu]ium / quis uolet pro ioudicatod n(umum) [L] / manum</i>	Neste bosque, ninguém despeje esterco nem jogue cadáver nem celebre ritos fúnebres. Se alguém agir contra isso, o cidadão que quiser lance a mão sobre ele, pelo valor de 50 moedas, como dívida decorrente de

¹⁵⁵ Ernout traduz, em I.6, “caso haja transação...” (ERNOUT, 1947, p. 115), assim entendendo o *ubi* como equivalente a uma condicional.

¹⁵⁶ Meillet e Vendryes, indicavam já que são “conjunções tiradas aos temas do relativo” (MEILLET & VENDRYES, 1953, p. 658).

<i>iniect[i]o estod. Seiue / mag[i]steratus uolet moltare, / [li]cetod.</i>	julgamento. Ou, se um magistrado quiser impor multa, seja permitido.
---	--

c. 241 a.C.	CIL I ² 366 = ILLRP 505
<i>Honce loucom / ne qu<i>s uiolatod / neque exuehito neque / exferto quod louci / siet neque cedito, / nesei quo die res deina / anua fiet; eod die / quod rei dinai cau[s]a / [f]iat sine dolo cedre / [l]icetod. Sei quis // uiolasit, Ioue bouid / piaculum datod; seiquid scies / uiolasit dolo malo, / Iouei bouid piaculum / datod et a(sses) CCC / moltai suntod. / Eius piaculi / moltaique dicator[ei] / exactio est[od].</i>	Este bosque, que ninguém [o] viole nem transporte nem carregue o que pertence ao bosque, nem corte [árvores], a não ser no dia em que anualmente se realiza o ritual divino; nesse dia, seja permitido que, sem dolo, se cortem [árvores], o que se faça em razão do ritual divino. Se alguém violar [o bosque], dê uma oferenda expiatória, com um boi, a Júpiter; se alguém violar, com má intenção e conscientemente, faça um sacrifício com um boi a Júpiter, e que a multa seja de 300 asses. A exação desse sacrifício e dessa multa seja do dedicador [do bosque].

c. 241 a.C.	CIL XI 4766 = ILLRP 506
<i>[H]once loucom / nequis uiolato / neque exuehito / neque exferto / quod louci siet / neque caiditod, / nesei quo die res / [dei]na anua / [fiet; e]od died / [quod] rei dinai [causa fi]at sine // [d]olo malo cedre / [li]ceto. Sequis / aduorsum ead / uiolasit Iouei / bouid piaculum / dato; seiquis scies / uiolasit dolo / malo et Io[uei] / bouid piac[um dato] / et a(sses) CCC mo[lta]i sunt[od]. / Eius piaculi e[xactio / dicatori esto.]</i>	Este bosque, que ninguém [o] viole nem transporte nem carregue o que pertence ao bosque, nem corte [árvores], a não ser no dia em que anualmente se realiza o ritual divino; nesse dia, seja permitido que, sem dolo, se cortem [árvores], o que se faça em razão do ritual divino. Se alguém violar [o bosque], dê uma oferenda expiatória, com um boi, a Júpiter; se alguém violar, com má intenção e conscientemente, faça um sacrifício com um boi a Júpiter, e que a multa seja de 300 asses. A exação desse sacrifício e dessa multa seja do dedicador [do bosque].

Figuram entre os mais antigos textos normativos que nos chegaram por via direta, em suporte epigráfico, um conjunto conhecido como *leges sacrae*, datadas de entre o final do século IV e os meados do século III a.C.. Todas elas são destinadas a “proteger um *lucus* contra profanações” (PISANI, 1950, p. 18); não punem o violador dos bosques com torná-lo *sacer*, como nas *leges regiae*, II.15 e – aceito o complemento – VI.6, mas são ditas *sacrae* porque tratam de um espaço *sacer*, o *lucus* “dedicado aos deuses” (HEUMANN & SECKEL, 1926, p. 552).¹⁵⁷ O tratamento desses textos pede, ademais,

¹⁵⁷ Uma *legge sacra*, conforme Pisani caracteriza CIL I² 401 (PISANI, 1950, p. 18), também uma *lex sacra*, para Wachter (1987, p. 421).

algum cuidado, pois se trata de “inscrições [que] refletem um direito local que tem nítidas analogias com o de Roma” (MAGDELAINE, 1978, p. 30).¹⁵⁸

Se nos centrarmos em CIL I² 401, veremos que o sistema frasal tem fortes semelhanças com aquele desenhado nas *leges regiae* e na Lei das Doze Tábuas, com algumas especificidades relevantes. Note-se, assim, a sucessão de uma frase simples (*in hoc... parentatid*) e de dois dípticos condicionais (*sei quis... faxit, ... estod; seiue... uolet moltare, licetod*). Os verbos ocupam posição final, e uma das prótases tem a forma de subjuntivo arcaico (*faxit*). Há uma estrutura com anteposição do genitivo *ceiuium*, em prolepse relativamente ao indefinido *quis*, compatível também com o que já víamos também nos modelos previamente examinados. Como também nas *leges regiae* e na Lei das Doze Tábuas, é o contexto suprafrasal que permite compreender o deslocamento, diante do contraste entre *ceiuium quis uolet*, no primeiro díptico, e *seiue magistratus uolet*, no segundo.¹⁵⁹

Há, no entanto, algumas notáveis diferenças também com relação aos testemunhos precedentemente examinados. Veja-se primeiramente o *quis* após o *ne* e após o primeiro *si* (no díptico subsequente, a ausência se explica por tratar-se de previsão voltada a categoria específica, *magisteratus*), que já encontráramos isoladamente, mas que aqui é empregado de forma regular, de modo que parece não ser elemento distintivo, a promover alguma sorte de relevo, mas forma habitual da expressão, confirmando-se, aliás, nas outras duas inscrições). É perceptível também o desenvolvimento da coordenação, com três proibições formando uma frase simples inicial dotada de três coordenadas unidas por *neue*, mais amplamente portanto do que nas *leges regiae* e na Lei das Doze Tábuas, e com o uso de *seiue* na segunda condicional, que carrega, portanto, marca de coordenação com a primeira, o que ainda não deparáramos.

Algumas dessas constatações se tornam mais claras ao examinar CIL I² 366 e CIL XI 4766. Essas inscrições, quase idênticas, exibem estrutura semelhante à de CIL I² 401: frase simples com orações coordenadas que expressam proibições (aqui coordenadas com *neque*), seguida por dois dípticos condicionais (*sequis... uiolasit, ... dato; sei quis...*

¹⁵⁸ Explicam-se assim algumas formas, certamente dialetais, como *fudatid* e *parentatid*, em CIL I² 401, que, para Pisani, “são subjuntivos perfeitos de tipo osco” (PISANI, 1950, p. 18). Cf. WACHTER, 1987, p. 421-423.

¹⁵⁹ Para Pisani, seria um *nominatiuus pendens*: *quis uolet* seria “forma absoluta (*nominatiuus pendens*) referindo-se a *estod*: ‘se alguém quiser’, ‘quem quer que queira’: temos aqui uma contaminação sintática entre um *quis uolet... poterit* ou semelhantes e *ei qui uolet... estod*” (PISANI, 1950, p. 18).

uiolasit, ... dato et... sunt). O todo se fecha, contudo, com outra frase simples (*eius piacli... esto*). A soldadura da conjunção com o indefinido *quis* também é plenamente normalizada aqui, como já na inscrição anterior. Há, ademais, alguns deslocamentos de constituintes que parecem significativos, como o *honce loucum*, para a primeira posição, correspondendo ao *in hoce loucarid* em CIL I² 401, em todos esses casos marcando o tópico em caso distinto do nominativo como primeiro constituinte do texto normativo.

O texto tem aqui estrutura mais complexa, não apenas pelo uso de uma condicional em *neisi*, a marcar uma exceção à incidência da norma, o que não havia tampouco nas *leges regiae* e na Lei das Doze Tábuas, mas notadamente pelo uso dos pronomes indefinidos-relativos, não em concorrência com o *si* e o *ni* (*ne*), mas como forma de organizar constituintes frasais complexos que se encontram assim oracionalizados: *quod louci siet, quo die... fiet*. É nesse contexto, aliás, que encontramos a construção *quo die... eo die*, muito provavelmente de origem indo-europeia, segundo a apreciação de Lehmann:

A retomada literal do núcleo na oração relativa anteposta por meio da oração subsequente é, se não incomum, certamente, em ambos os grupos linguísticos, secundária em contraposição à simples anáfora pronominal. Ela ocorre ocasionalmente com diversos substantivos, mas mais frequentemente com um substantivo, ‘dia’. A construção hitita *kwedani UDti... apedani UDti*, latina *quo die... eo die* é inteiramente típica e talvez originada na língua jurídica ou sacra indo-europeia. Daí também se origina a segunda construção especial comum, a saber, a acumulação de muitas orações relativas antepostas para a definição de uma situação ou de um suporte fático (jurídico) (LEHMANN, 1984, p. 369).

Essa ocorrência de constituintes oracionalizados é de extrema relevância, pois em breve a veremos recorrer muito amiúde em determinados textos. Teremos ocasião de discutir com mais vagar abaixo as possíveis razões para que o surgimento de tais estruturas, inteiramente ausentes do estrato anterior da documentação (v., *infra*, 3.2.4).

Por ora, podemos afirmar que, apesar do material diminuto, em face da ampla concordância entre o que se verifica nessas inscrições, há sistematicidade na distância que se desenha relativamente ao material das *leges regiae* e da Lei das Doze Tábuas, uma distância que, note-se, dá-se no interior de módulos frasais que estão, *grosso modo*, em continuidade com aqueles.

Primeiramente, cabe reparar no emprego de procedimentos de expansão das estruturas de base, seja da frase simples, seja do díptico, aqui exclusivamente condicional: (1) emprego da coordenação (*ne... neue... neue* ou *ne... neque... neque... neque*); (2) emprego de construções com o pronome indefinido-relativo que oracionalizam constituintes da frase (*ceiuium quis uolet, quod louci siet, quod rei dinai causa fiat*) – note-se, nesses casos, que se trata de verbos semanticamente fracos, que servem apenas de suporte à construção; (3) emprego de subordinação interna (*nisei*), no caso para introduzir uma exceção ao preceito. Esses procedimentos expansivos são, em larga medida, comparáveis ao quanto se verificou no estudo da frase narrativa, com seus distintos procedimentos expansivos.

Um segundo ponto merecedor de comentário, para o conjunto dessas inscrições, é o que também pode ser pensado como uma expansão, mas em nível suprafrasal. Trata-se do conteúdo das prótases encabeçadas por *siquis*, com fraca autonomia semântica. Assim, *sei quis aruorsum hac faxit*, de um lado, e *sei quis aruorsum ead uiolasit*, de outro, exibem forte dependência semântica relativamente à frase simples anterior, como indicam os próprios pronomes demonstrativos *hac* e *ead*. Assim, em vez de conceber o díptico como expressão da hipótese fática no primeiro membro e da consequência jurídica no segundo, tal como ocorria nas *leges regiae* e na Lei das Doze Tábuas, a hipótese fática se expressa em outro módulo frasal e vem simplesmente modalizada com a condicional pela primeira metade do díptico, que se concentra, portanto, como um todo, na expressão da consequência jurídica.

Não há, portanto, entre a frase simples e o primeiro membro do díptico uma particularização sucessiva de enquadramentos, como no estrato documental anteriormente examinado, funcionando a oração introduzida por *si* ou *ni* (*ne*), nessas inscrições, antes como apoio sintático para ligar a hipótese já descrita à sanção, e potencialmente para a adjunção de informações em uma estrutura mais abstrata. Em breves palavras, em vez de *si loucum uiolasit, Ioue bouid piaculum datod*, como poderíamos esperar segundo o modelo dos documentos previamente analisados, temos

honce loucom ne quis uiolatod; sei quis uiolasit, Ioue bouid piaculum datod, com a repetição do verbo marcando espécie de termo médio que une distintas proposições.

3.2.4. Lex Silia

287-218 a.C. ¹⁶⁰	FEST.288L
<p><i><Aediles qui nunc sunt ex hac lege curanto --> ex ponderibus publicis <--->, quibus hac tempestate populus oetier {qui} solet, uti coaequ<e>tur se dul<o> m(alo): ut {h}i quadrantal uini octoginta pondo siet; congius uini decem p(ondo) <siet>; sex sextari congius siet uini; duo<de>quingenta sextari quad{a}ranta<l> siet uini; sextarius †aequus aequo cum librario † siet; <sedecim>que †librae† in modio sient. Si quis magistratus aduersus hac d(olo) m(alo) pondera modiosque uasaque publica {modica} minora maioraue faxit iuss<er>itue {re} fieri dolumue <m(alum)} duit qu<o> ea fiant, eum quis uolet magistratus multare{tur}, dum minor<is> pa<rt>is familias taxat, liceto, siue quis in sacrum iudicare uoluerit, liceto.</i></p>	<p>Os edis que agora há [em seu cargo], com base nesta lei, cuidem para que, de acordo com os pesos oficiais, que o povo costuma empregar neste momento, haja equivalência, sem má intenção: para que um quadrantal de vinho tenha 80 medidas de peso; [que] um côngio de vinho tenha 10 medidas de peso; [que] seis sextários sejam um côngio de vinho; [que] 48 sextários sejam um quadrantal de vinho; [que] um sextário seja igual a um libário; e [que] haja 16 libras em um módio. Se algum magistrado, contrário a isso, com má intenção, tiver feito os pesos, medidas e continentes oficiais menores ou maiores ou mandado que essas coisas sejam feitas ou tiver empregado má intenção para que elas se façam, seja permitido que o magistrado que o desejar o multe até a metade de seu patrimônio ou seja permitido que alguém, se quiser, adjudique para fins de torná-lo <i>sacer</i>.</p>

A *Lex Silia*, transmitida indiretamente por Festo, é um plebiscito provavelmente datado de entre 287 e 223-218 a.C. e, segundo Crawford, talvez “mais tardia do que mais antiga nesse intervalo” (CRAWFORD, 1996, p. 738); ela trata da padronização das medidas oficiais pelos edis e, segundo pensamos, permite verificar, em maior escala, alguns dos fenômenos já constatados ao contrastar as *leges sacrae* com os dispositivos das *leges regiae* e da Lei das Doze Tábuas. Isso não apenas porque, pontualmente, há concordância até mesmo lexical com as *leges sacrae* (*si quis magistratus aduersus hac...; liceto*), mas sobretudo pelos procedimentos (comuns) de que se vale no tratar uma estrutura de base (também comum).

Essa estrutura, conforme se vê, é formada por uma frase enunciativa (*aediles... sient*) e por um díptico condicional com *quis* integrado a *si* (*si quis... fiant, ... liceto*), como nos testemunhos imediatamente precedentes. No entanto, sobre essa base, verifica-se o

¹⁶⁰ Edição em: CRAWFORD, 1996, p. 738

desfraldar de toda sorte de expansão. A frase enunciativa, para além das diversas relativas que adensam a informação trazida pelos constituintes (*qui nunc sunt; quibus... oetier solet*), constrói-se em um enfileiramento de completivas dependentes do imperativo *curanto* (*aediles... curanto ut... coaequetur, uti... siet..., [ut] ... siet, [ut] ... siet, [ut] ... siet, [ut] ... siet, [ut] ... sient*). Trata-se de todo um conjunto de determinações que articulam o que poderia ter sido expresso, segundo o módulo não expandido dessas frases, com algo como *aediles quadrantalem uini octoginta pondo coaequanto*, e assim por diante, para as outras previsões normativas.

O mesmo se pode dizer com relação ao díptico condicional. Veja-se, pois, na prótase, a coordenação de três hipóteses: *si... faxit, [si] iusseritue fieri, [uel si] duit quo ea fiant* – a última com uma subordinação interna. Aqui, fica mais evidente a utilidade de empregar a frase enunciativa para a descrição do comando e relegar à prótase do díptico sucessivo o que parece simples articulação sintática, e, mais genericamente, a utilidade de abrir a estrutura sintática por meio de pequenos módulos expansivos: com isso, podem-se introduzir diferentes modos de verificação da hipótese fática (fazer, mandar fazer ou ainda mandar fazer com má intenção), que são modalizações de uma mesma hipótese e não restrições sucessivas dela; mais genericamente, pode-se produzir um incremento informativo – que não é meramente informativo, evidentemente, voltado que está a construir uma prescrição normativa. A apódose também coordena duas consequências jurídicas, mediante o conectivo *siue* (aqui como simples conjunção alternativa: *quis uolet magistratus... liceto, siue quis... uoluerit, liceto*). Registre-se que, também em cada núcleo verbal da apódose, há um desdobramento, na medida em que a sanção propriamente dita vem expressa pelo infinitivo regido por *liceto* (*multare... liceto* e *in sacrum iudicare liceto*). Trata-se, pois, de mais um caso de verbos auxiliares que oferecem apoio a construções com o infinitivo, modalizando-as.

O que se vê, assim, como nas *leges sacrae*, mas em muito maior extensão, é um conjunto de expansões que são preenchidas, mas mais que isso, atuam como expansores potenciais, dotando a frase da maleabilidade necessária para a possível especificação informativa, evidenciando que a expansão desempenha algum tipo de papel relacionado a um incremento informativo. Essas expansões, no entanto, articulam-se claramente a estrutura de base que não é substancialmente distinta daquela que se encontra nos mais concisos documentos, o que permite qualificá-las como “procedimentos”: isto é, como

operações que afetam uma estrutura que permanece no horizonte da enunciação (cf., *supra*, 2.4).

Marouzeau percebeu a diferença entre testemunhos como esses e as *leges regiae*, por exemplo, e recenseou como outros autores já haviam apontado para o que pareceria ser um “contraste [...] entre a redação lacônica, elíptica até o ponto da obscuridade e a fraseologia redundante da legislação posterior” (MAROUZEAU, 1959, p. 435). O autor notou dois procedimentos empregados nos últimos textos, a saber, “a repetição pura e simples, sem necessidade real, de um ou de mais termos” (MAROUZEAU, 1959, p. 436), com um importante subtipo, isto é, a repetição nas relativas, “em que o substantivo introdutor que pertence à principal é retomado de forma pleonástica em relação com o relativo da subordinada” (MAROUZEAU, 1959, p. 437), e a “acumulação de termos diferenciados” (MAROUZEAU, 1959, p. 438), verificada na “prática comum do cúmulo, isto é, na justaposição de termos sinônimos ou de sentido complementar” (MAROUZEAU, 1959, p. 438).

Em suma, para Marouzeau, haveria “duas configurações principais da língua jurídica: concisão extrema e extrema prolixidade, a segunda apresentando dois procedimentos (*processus*) diferentes: repetição abusiva de um mesmo termo, acumulação de termos sinônimos ou complementares” (MAROUZEAU, 1959, p. 439). O isolamento desses dois procedimentos – em um panorama que, vimos, é bastante mais complexo, envolvendo até mesmo a manipulação da estrutura sintática – aponta, no entanto, desde já, para um arsenal de instrumentos de manipulação da expressão que já flagramos no contexto das transformações da frase narrativa e cuja sistematicidade virá mais bem elucidada em 3.3, *infra*.

Por ora, importa inquirir a razão – se há, como certamente há de haver – para essa variação formal. Marouzeau vazou sua explanação nos seguintes termos:

Os fatos se apresentam de tal modo, que dois traços opostos da língua, a saber, economia e superabundância da expressão, parecem pertencer em igual medida e de forma própria ao latim, destinados a ser explorados segundo as circunstâncias e em virtude de preferências de tom, se podemos dizer assim: o laconismo, isto é, a economia dos meios, parece convir à expressão da solenidade e do domínio verbal, ao passo que a abundância, seja a uma certa forma de ênfase retórica, seja à

necessidade de especificação inerente à formulação jurídica (MAROUZEAU, 1959, p. 444).

Tal explicação, no entanto, é vagamente sugestiva, certamente em razão das dificuldades inerentes à ideia mesma de “estilo” em Marouzeau (v., *supra*, 2.4). Nesse sentido, é bastante mais alinhada com os fatos aqui discutidos a reposta dada por Powell, que explica as diferenças de acordo com categorias funcionais, no sentido de que tais textos normativos ocupariam posições distintas na definição do panorama normativo latino:

o criador de máximas legais, como boa parte das Doze Tábuas, tenderá a cultivar a brevidade, de modo que os princípios sejam facilmente memorizáveis e amplamente aplicáveis, ao passo que o redator de uma lei via de regra precisa comunicar um sentido preciso e detalhado e estar sempre vigilante contra o risco de deixar brechas (POWELL, 2011, p. 473).

A consideração do próximo testemunho, para o qual dispomos de uma feliz abundância de contexto, permitirá aprofundar esses problemas, notadamente os procedimentos de expansão que particularizam determinados textos normativos relativamente ao que se pode entender como uma estrutura de base, autonomamente atestada em outros textos, e a compreensão das razões que presidem ao uso de uma e de outra forma de expressão.

3.2.5. *Senatus consultum de bacchanalibus*

186 a.C. ¹⁶¹	CIL I ² 581 = ILLRP 511
[1] [Q.] Marcius L. f., S(p.) Postumius L. f. cos. senatum consoluerunt n(onis) Octob(ribus) apud aedem [2] Duelonai. Sc(ribendo) arf(uerunt) M. Claudi(us) M. f., L. Valeri(us) P. f., Q. Minuci(us) C. f. De Bacanalibus quei foideratei [3] esent ita exdeicendum censuere:	[1] Quinto Márcio, filho de Lúcio, e Espúrio Postúmio, filho de Lúcio, cônsules, consultaram o Senado nas nonas de outubro [7 de outubro], no templo [2] de Belona. Estiveram presentes para escrever Marco Cláudio, filho de Marco, Lúcio Valério, filho de Públio, Quinto Minúcio, filho de Gaio. A

¹⁶¹ Os números entre colchetes indicam as linhas na inscrição. A correspondência na tradução é necessariamente imperfeita e apenas indicativa.

	respeito dos santuários das bacantes, ¹⁶² relativamente aos <i>foederati</i> , ¹⁶³ [3] decidiram que fosse promulgado o seguinte:
<p><i>Neiquis eorum Bacanal habuisse uelet; sei ques [4] esent quei sibi deicerent necesus ese Bacanal habere, eeis utei ad pr(aitorem) urbanum [5] Romam uenirent, deque eeis rebus, ubei eorum uerba audita esent, utei senatus [6] noster decerneret, dum ne minus senatoribus C adesent quom ea res cosoleretur.</i></p> <p><i>[7] Bacas uir nequis adiese uelet ceiuis Romanus neue nominus Latini neue socium [8] quisquam, nisei pr(aitorem) urbanum adiesent, isque de senatuos sententiad, dum ne [9] minus senatoribus C adesent quom ea res cosoleretur, iousisent. Censuere.</i></p>	<p>Que nenhum deles queira ter um santuário de Baco; se houver alguns [4] que digam que é necessário ter um santuário de Baco, que eles [5] venham a Roma, ao pretor urbano, e que, a respeito daqueles assuntos, quando suas palavras foram ouvidas, [6] o nosso Senado decida, desde que não menos de 100 senadores estejam presentes quando o assunto for debatido.</p> <p>[7] Que nenhum homem, cidadão romano ou de nome latino ou nenhum aliado qualquer, queira estar presente junto às bacantes, [8] a não ser que tenha vindo até o pretor urbano, e ele, de acordo com a decisão do Senado, desde que não haja [9] menos de 100 senadores presentes quando esse assunto for debatido, tenha autorizado. Anuíram.</p>
<p><i>[10] Sacerdos nequis uir eset; magister neque uir neque mulier quisquam eset. [11] Neue pecuniam quisquam eorum comoinem habuisse uelet; neue magistratum [12] neue pro magistratod neque uirum neque mulierem qui<s>quam fecise uelet. [13] Neue posthac inter sed coniuorase neue comuouise neue conspondise [14] neue conpromesise uelet, neue quisquam fidem inter sed edise uelet. [15] Sacra in oquoltod ne quisquam fecise uelet; neue in poplucod neue in [16] preiuatod neue exstrad urbem sacra quisquam fecise uelet, nisei [17] pr(aitorem) urbanum adieset, isque de senatuos sententiad, dum ne minus [18] senatoribus C adesent quom ea res cosoleretur, iousisent. Censuere.</i></p>	<p>[10] Que nenhum homem seja sacerdote, que nenhum homem ou mulher seja <i>magister</i>.¹⁶⁴ [11] E que nenhum deles queira ter dinheiro em comum; [12] e que ninguém queira fazer de um homem ou mulher um <i>magistratus</i> nem um substituto de <i>magistratus</i>, [13] nem [queira ninguém] fazer juramentos, votos, promessas ou [14] compromissos uns aos outros, nem queiram ligar-se mutuamente por boa-fé. [15] Que ninguém queira secretamente realizar rituais sagrados; e nem queira ninguém [16] realizar rituais sagrados em locais públicos ou privados nem fora da cidade, a não ser que [17] tenha vindo até o pretor urbano, e ele, de acordo com a decisão do Senado, desde que não haja menos de [18] 100 senadores presentes quando esse assunto for debatido, tenha autorizado. Anuíram.</p>
<p><i>[19] Homines plous V uniuersei uirei atque mulieres sacra ne quisquam [20] fecise uelet, neue interibei uirei plous duobus, mulieribus plous tribus [21] arfuisse uelent, nisei de pr(aitoris) urbani senatuosque sententiad, utei suprad [22] scriptum est.</i></p>	<p>[19] Que ninguém queira realizar rituais sagrados com a presença de mais de cinco pessoas ao todo, homens e mulheres, [20] e, entre elas, não queiram estar presentes mais de dois homens nem mais de duas mulheres, [21] a não ser que, de acordo com a decisão do</p>

¹⁶² PERRI, 2014, p. 6-7, n. 8: “o termo *Bacchanal*, contrariamente ao que em geral se pensa, não deriva de Baco, o deus, mas de *baccha*, a bacante”.

¹⁶³ PERRI, 2014, p. 9, n. 10: “aqueles que, no âmbito dos bacanais, fizeram algum tipo de pacto entre si”.

¹⁶⁴ Trata-se do “principal dirigente de um *collegium*, de uma associação religiosa, etc.” (*OLD*, p. 1062, s.v. *magister*, 4a), entendido por Clackson e Horrocks, para esse documento, como *head lay administrator* (CLACKSON & HORROCKS, 2011, p. 146). Dada a especificidade, julgamos mais prudente, como Clackson e Horrocks, manter o termo no original.

	pretor urbano e com a decisão do Senado, como [22] escrito acima.
<i>Haice utei in conuentionid exdeicatis ne minus trinum [23] noundinum; senatuosque sententiam utei scientes esetis – eorum [24] sententia ita fuit: “sei ques esent quei aruorsum ead fecisent quam suprad [25] scriptum est, eeis rem caputalem faciendum censuere” – atque utei [26] hoc in tabulam ahenam inceideretis, ita senatus ai quom censuit, [27] uteique eam figier ioubeatis ubei facilumed gnoscier potisit, atque [28] utei ea Bacanalia, sei qua sunt, exstrad quam sei quid ibei sacri est, [29] ita utei supra scriptum est, in diebus X quibus uobeis tabelai datai [30] erunt faciatis utei dismota sient. IN AGRO TEURANO.</i>	Que promulgue essas coisas na assembleia por não menos do que três dias [23] de mercado consecutivos; para que fiquem cientes da decisão do Senado – a decisão deles [24] foi a seguinte: “Se houver alguém que aja contra o que foi [25] escrito acima, anuíram em que se instalasse um processo capital”. E o Senado decidiu que [26] é apropriado que se grave isto em uma placa de bronze, [27] que ademais seja ela fixada onde possa mais facilmente se dar a conhecer, e [28] que aqueles santuários de Baco, se houver algum, a não ser que lá haja algo de sagrado, [29] como acima está descrito, em dez dias depois desta comunicação oficial [30] vos ser dada, sejam removidos. NO CAMPO DOS TEURANOS.

Conforme indicado no subitem anterior, com o *senatus consultum de Bacchanalibus*, atingimos testemunho que oferece, de certo modo e até certo ponto, uma abundância de contexto, tendo em vista a ampla narrativa transmitida por Lívio, no trigésimo-nono livro, a respeito do desenvolvimento dos rituais de bacantes em Roma e da dura repressão dessas cerimônias pelos magistrados. No entanto, contra a ilusão fornecida por um texto transmitido epigraficamente e amplamente contextualizado por fonte narrativa, é preciso ter em mente duas ordens de questões preliminares.

Primeiramente, impende atentar para o estatuto exato do texto gravado no bronze. Não se trata, afinal, do “original romano, mas da carta enviada pelos cônsules a propósito do *senatus consultum* e cinzelada no *ager Teuranus* por homem pouco letrado em latim” (ERNOUT, 1947, p. 60). Mais que isso, o texto é compósito, pois “não há apenas uma decisão do Senado em forma de carta, mas também um edito” (KUPFER, 2004, p. 158); especificamente, “a cópia do *senatus consultum*, que vai até *scriptum est*, na linha 22, é seguida por disposições a respeito de sua publicação, as penas aos transgressores e o modo de aplicá-las” (PISANI, 1950, p. 20).

Emsuma, temos uma carta dos cônsules aos magistrados locais que, na primeira seção (ll. 1-22), relata em discurso indireto a decisão do Senado, e que, na segunda seção (ll. 22-30), se dirige aos magistrados locais com mandamentos relativos à aplicação da decisão; nessa forma de transmissão, o edito é a moldura que enquadra o *senatus consultum* (l. 3: *ita exdeicendum censuere*; l. 22: *haice uti... exdeicatis*).

Há autores que notaram haver ruptura linguística entre as duas seções, porque, nas linhas 22-30, não seria perfeita a *consecutio temporum* (por todos, FRAENKEL, 1964d, p. 456). Com base nisso, distintas hipóteses foram ventiladas para dar conta da autoria propriamente linguística da segunda seção do documento. Para Courtney, seria devida aos próprios cônsules. Segundo o autor, até a linha 22, “os cônsules estão citando a partir do decreto senatorial redigido por escribas profissionais; depois [após a linha 22], estão dizendo aos funcionários locais o que eles têm de fazer e, mais habituados à espada que à pena, fazem-no de forma incoerente” (COURTNEY, 1999, p. 98). Para Fraenkel, tratar-se-ia antes de redação local, sob a responsabilidade de alguém que pode até mesmo não ter sido um falante nativo de latim (FRAENKEL, 1964d, p. 470). Para o especialista:

as linhas 22-30 da tábua de bronze contêm uma versão grosseiramente editada do documento original, realizada na região dos brútijs, determinada por considerações e propósitos de interesses regionais; mas, na seção principal (1-21), encontra-se um segmento da carta dos cônsules que é, em geral, tal qual lhes fora enviada (FRAENKEL, 1964d, p. 475).

O *senatus consultum de Bacchanalibus* pode nos ter chegado, assim, a dois passos de distância da decisão senatorial propriamente dita: primeiramente reportado em edito consular, na forma de epístola aos teuranos, teria sido subsequentemente revisto, em sua seção final, por administradores locais. O fato de que essa intervenção redacional tenha se limitado à moldura fornecida pelo edito conduz à segunda questão preliminar, relativa à forma linguística dos *senatus consulta*, que não sofreu intervenção local. Como Mommsen já mostrou, partindo do posterior *senatus consultum de Thysbaeis*, de 170 a.C. e que sobrevive apenas em tradução para o grego (MOMMSEN, 1913, p. 281-282), os *senatus consulta* são formulares. Mais que isso, trata-se de tipo textual “seccionado de acordo com expressão formular” (KUPFER, 2004, p. 159).

As linhas 1-2 do *senatus consultum de Bacchanalibus*, que nos importam menos aqui, por não constituírem porção propriamente normativa, são inteiramente formulares e rigidamente estabelecidas. O conteúdo normativo propriamente dito vem regido pela expressão *ita exdeicendum censuere* e pontuado, em duas oportunidades, pelo formular *censuere*, a expressar a anuência do Senado ao pedido dos cônsules. A expressão referida é equivalente ao mais comum *de ea re ita censuerunt*, habitualmente abreviada (*d.e.r.i.c.*),

como se vê, por exemplo, em *Cic.Fam.8.8.5*, dado precisamente o alto grau de formulismo (v., *supra*, 2.1). A ligeira distinção na formulação, com recurso à forma *exdeicendum* (retomada, depois, na linha 22, com *exdeicatis*), deve-se sem dúvida ao contexto de transmissão, vale dizer, a implementação pelos magistrados da vontade do Senado tal qual expressa no *senatus consultum*; trata-se afinal de produzir um edito com fundamento no *senatus consultum*.

O reconhecimento do intenso formulismo nos interessa aqui de perto não apenas porque indica, como quer Meillet, alto nível de estruturação sintática da língua (MEILLET, 1977, p. 120)¹⁶⁵, espancando, ainda uma vez, a ideia, em tudo equivocada, de um ambiente linguístico rude em que Catão teria florescido, mas, mais particularmente, porque estabelece que, com o *senatus consultum de Bacchanalibus*, e mais especificamente as linhas 3-22, não atingimos documento singular, irreduzível, mas molde linguístico de ampla difusão nos séculos III e II a.C. para vazar a enunciação prescritiva (e, mais largamente, acrescentamos à luz do que se disse em 3.2, *supra*, argumentativa). Curiosamente, apesar dos muitos estudos existentes sobre esse texto, há não muito tempo Kupfer avaliou faltar ainda “um tratamento da estrutura do texto e da sintaxe específica ao texto” (KUPFER, 2004, p. 166). Evidentemente, o que podemos oferecer aqui é mero esboço desse desiderato, direcionado aos fins particulares desta pesquisa. Para tanto, concentrar-nos-emos nas linhas 3-22, com breve tratamento das linhas 22-30 ao final da exposição.

A seção das linhas 3-22 se secciona claramente em três segmentos (ll. 3-9, 10-18 e 19-22, com separação em distintas linhas na coluna que abre este subitem), cada um dos quais terminado com as mesmas palavras, *nisei praeitorem... iousisent*, seguidas do formular *censuere*, a expressar a anuência do Senado com a proposição dos magistrados. Note-se, contudo, que, no terceiro segmento, a formulação é meramente iniciada, abreviando-se, na sequência, com indicação da identidade com os segmentos anteriores (*nisei de praeitoris... utei suprad scriptum est*). O seccionamento das frases a partir da recorrência dos modelos permite identificar 3 frases até o primeiro *censuere* (*neiquis... uelet; seiques... consoleretur; Bacas... iousisent*), 8 frases até o segundo *censuere*

¹⁶⁵ Segundo o autor: “a frase é complexa; contém diversos membros bem articulados, sem nenhuma impropriedade. A transposição do estilo direto para o subjuntivo, sob formas temporais regidas não pelo próprio sentido, mas pelas formas da frase principal, é executada com precisão. Observa-se aqui um uso linguístico fixado, conduzido à maturidade graças a um emprego prolongado na língua oficial. Em 186 a.C., e talvez já por longo tempo antes, a forma dos relatos e dos decretos havia atingido uma espécie de perfeição” (MEILLET, 1977, p. 120).

(*sacerdos... eset; magister... eset; neue... uelet; neue... uelet; neue... uelet; neue... uelet; sacra... uelet; neue... iousisent*), e mais 2 até o fim (*homines... uelet; neue... est*).

No conjunto dessa seção, nos três segmentos, recorrem três tipos frasais, a cujo exame passamos a nos dedicar.

O primeiro tipo, que responde por 9 das 13 frases identificadas, é o das frases simples enunciativas, sempre comandos negativos com a partícula *ne*, seguida de um pronome indefinido a que está ligada ou não (*neiquis, nequis, ne quisquam, ne... quisquam*, exceção feita apenas a *neue posthac... compromesise uelet*, único caso em que não figura o indefinido). As frases terminam ou com *eset* (duas vezes) ou com *uelet* precedido de um infinitivo perfeito, sobretudo *fecisse* (três vezes) e *habuisse* (duas vezes). Conforme nota Ernout, remetendo inclusive ao que é certamente eco da linguagem do *senatus consultum* no texto liviano:

A construção de *uelle, nolle* com o infinitivo perfeito é muito frequente, quando se trata de exprimir uma ordem ou uma proibição, cf. CATO.Agr.5: *ne quis emisse uelit insciente domino, ne quid dominum celauisse uelit*. Tito Lívio, no relato dos eventos relativos aos Bacanais, emprega muitas vezes essa construção, cf., por exemplo, LIV.39.14.8: *ne quis, qui Bacchis initiatus esset, coisse aut conuenisse sacrorum causa uelit*. O perfeito indica que se proíbe a *compleição do ato*” (ERNOUT, 1947, p. 63).¹⁶⁶

Trata-se de formulação comum nos *senatus consulta*, como se vê, por exemplo, no *senatus consultum de pago Montano* (150-120 a.C.): *ne iue ustrinae in eis locis regionibus ne iue foci ustrinae<ue> caussa fierent, niue stercus terra[m]ue intra ea loca fecisse coniecisseue uelit* (BRUNS, 1909, 44a, p. 189). Também no edito do pretor que a ele se refere: *nei quis intra terminos propius urbem ustrinam fecisse uelit ne iue stercus cadauer iniecisse uelit* (BRUNS, 1909, 44b, p. 190). Essa construção com verbo auxiliar, que, para Daube, conteria uma “clara ameaça” (DAUBE, 1956, p. 39), não é estranha às

¹⁶⁶ Ainda Ernout, em livro escrito com Thomas: “Há uma tendência a usar o infinitivo perfeito ativo sem o valor de *perfectum*. Ela é antiga na fórmula proibitiva *ne quis fecisse uelit*, de caráter jurídico, ‘que ninguém queira fazer, não faça’, atestada no latim antigo: *senatus consultum de bacchalalibus*, linha 2: *neiquis eorum Bacanal habuisse uelet*, ‘que ninguém organize um Bacanal’. [...] Essa fórmula transpunha ao infinitivo o subjuntivo perfeito ‘atemporal’ de proibição *ne feceris (faxis)*...” (ERNOUT & THOMAS, 1953, p. 260).

leis e a outros textos normativos. Aqui importa notar que corresponde a formulação que já observamos alhures (v., *supra*, 3.2.4), consistente no desdobramento das nuances modais em verbos auxiliares, permitindo dispensar tratamento analítico à enunciação, com maior controle sobre o sentido da prescrição. Sobre esses módulos frasais, em continuidade com procedimentos já observados, verificam-se ainda deslocamentos de constituintes para a posição inicial e expansões de constituintes. No entanto, mais que procedimento, por recorrer reiteradamente, encontra-se aqui claramente transmutado em módulo frasal próprio, de todo estereotipado.

Com relação aos deslocamentos, embora em geral se verifique que a partícula negativa *ne[ue]* e o pronome indefinido ocupam a primeira posição, há comumente um deslocamento de elementos à esquerda (notado por FANKHÄNEL, 1938, p. 47): há tanto elementos da frase que se antecipam à partícula negativa (*sacerdos nequis... ; magister neque...; sacra in oquoltod ne...; homines... ne...*), como intercalação de constituintes entre *ne[ue]* e o indefinido (*neque uir neque mulier quisquam; neue pecuniam quisquam; neue magistratum... quisquam*). Evidentemente, trata-se, de forma semelhante ao que já se viu, de recurso capaz de promover uma série de saliências aptas a organizar o texto em nível suprafrasal, por exemplo realizando focos contrastivos (a exemplo das anteposições, em sequência imediata, de *sacerdos* e *magister*, logo após o primeiro *censuere*).

Igualmente relevantes são o que aparecem como expansões lexicais, com certa maleabilidade,¹⁶⁷ já em nível muito elementar, como demonstra a alternância entre o simples indefinido e o indefinido acompanhado de *eorum*. Mais conspicuamente, o texto se vale de sucessivos merismos,¹⁶⁸ especialmente na identificação de homens e mulheres, uma vez claramente submetidos ao *táxon* superior explícito do merismo, *homines: neque uir neque mulier; neque uirum neque mulierem; homines... uirei atque mulieres*.

De pronto, constataremos haver outros merismos, igualmente significativos, mas, por ora, basta apontar a expansão realizada pelo desdobramento, aliterante e homeotelêutico, dos infinitivos perfeitos em *neue... coniourase neue comuouise neue*

¹⁶⁷ A maleabilidade, neste ponto, é notável, sentido que talvez se possa atribuir à imputação de flexibilidade avançada por Daube relativamente aos *senatus consulta* : “como os *senatus consulta* são direcionados não às pessoas em geral, mas a magistrados, sua linguagem e sua disposição são muito livres em comparação com leis e editos” (DAUBE, 1956, p. 29; cf., também, DAUBE, 1956, p. 78-79).

¹⁶⁸ Isto é, segundo Calvert Watkins, “um sintagma nominal bipartido, consistindo de dois substantivos em relação copulativa (A e B), dois substantivos que compartilham a maior parte de suas características semânticas e, conjuntamente, servem a designar globalmente um mais amplo conceito C, isto é, a indiciar o conjunto de um *táxon* mais elevado, C” (WATKINS, 1995, p. 45-46).

conspondise neue compromesise, com uma sucessão de compostos em *con-* de termos dotados de marcada sinonímia, em que uma possível especificação contrastiva é duvidosa, sendo antes provável haver efetivo encarecimento formal da enunciação – ou talvez exibição do potencial analítico da linguagem que, como exibição de algo que não necessariamente se realiza, mas que existe em potência, é exaltação do próprio domínio exercido sobre a linguagem (a dimensão do problema ficará mais clara em 3.3, *infra*).

A consideração de três instâncias de um segundo tipo frasal ajuda-nos a avançar. Trata-se, em verdade, da última frase de cada um dos três segmentos, pontuados por *censuere*, em que se pode seccionar a primeira parte do *senatus consultum de Bacchanalibus*. Trata-se de estrutura semelhante à das frases enunciativas (*nequis adiese uelet; neue... quisquam fecise uelet; neue... arfuisse uelent*), embora bastante desenvolvidas, porém seguidas de oração condicional negativa introduzida por *nisei* (idêntica em todos os casos) a introduzir situação em que aquilo que é geralmente vedado pode ser excepcionalmente aceito. Ocorre, entretanto, que, especialmente no segundo e no terceiro segmentos, em que tal frase é precedida por uma ou mais frases enunciativas, pode muito bem ser que a oração condicional negativa *nisi... adiesent isque... iousisent* na verdade se aplique a todo o conjunto de frases anteriores, devendo-se subentender algo como “[e tudo isso é vedado], a menos que...”.

Nesse sentido, a estrutura anterior a *nisi* talvez deva ser compreendida como parte do *corpus* de frases enunciativas, restando uma condicional com apódose subentendida. De todo modo, na oração que antecede *nisi*, verificam-se procedimentos de expansão pelo desdobramento de constituintes: assim, *nequis*, no primeiro caso, é desdobrado em *ceiuis Romanus neue nominus Latini neue socium quisquam*; no segundo caso, há dois merismos: *neue in poplicod neue in preiuatod* e [*neue in urbid*] *neue exstrad urbem*. Com relação ao último par, “concorda-se normalmente que uma expressão como *neue in urbid* ‘nem na cidade’ foi omitida antes de *neue extra urbem* (l. 22) em nossa cópia (comparar com Liv.39.18.8), por ser irrelevante para os distantes teuranos” (CLACKSON & HORROCKS, 2011, p. 166).

Na narrativa que Tito Lívio dedicou ao episódio (Liv.39.8-18), , há paralelos relevantes de expressões duplas (*coisse aut conuenisse*, 14.8; *Romae neue in Italia*, 18.8; *sine religione et piaculo*, 18.8), o que justifica a avaliação de Fraenkel, para quem, neste passo, Lívio ou o analista de que se serviu tem o texto do *senatus consultum* diante dos

olhos (FRANKEL, 1964d, p. 457).¹⁶⁹ Esse nexos entre os textos senatorial e liviano é reforçado por Briscoe, que identifica em LIV.39.14.8 e em LIV.39.17.3 o uso do infinitivo perfeito com *uolo*, construção, como vimos, frequente no *senatus consultum*, de modo que, para o autor, “não pode haver dúvida de que Lívio reflete aqui a linguagem do *senatus consultum*” (BRISCOE, 2007, p. 233). Trata-se de interessantes indicações não apenas de que Lívio consultou o texto do *senatus consultum de Bacchanalibus*, mas sobretudo de que o impressionou, na linguagem, o uso de recursos formais que, como vimos apontando, têm muito que ver com o gênero do *carmen* – fato de resto apontado por Clackson e Horrocks, para quem, no *senatus consultum de Bacchanalibus*, “algumas similaridades verbais e estilísticas com o *carmen* são imediatamente aparentes” (CLACKSON & HORROCKS, 2011, p. 166).¹⁷⁰

O único caso de díptico que certamente se pode apontar na primeira seção do *senatus consultum de Bacchanalibus* – tendo em vista a possibilidade bastante concreta de que *nisi...* deva ser visto como prótase de uma apódase elíptica – é o de *sei ques... cosoleretur*, frase única que responde pelo terceiro tipo frasal em nosso documento. Nessa longa frase, notar-se-á, de imediato, a estrutura de duas orações em *utei*, coordenadas aditivamente, dependentes da fórmula *ita exdeicendum censuere*, com marca de correlação, por serem antecipadas por *ita*, mas que funcionam como completivas de *censuere*: *utei... uenirent*, *utei... decerneret*. A estrutura termina por duas orações circunstanciais, ademais compartilhadas com a fórmula final que antecede *censuere* em cada um dos três segmentos dessa primeira seção do texto (*dum ne minus senatoribus C adesent, quom ea res cosoleretur*). Há outra circunstancial (relativa) encravada na segunda oração em *utei* (*deque eis rebus, ubi... essent, utei... decerneret*). A intrincada subordinação nessa frase é completada enfim pela formulação da prótase, que se desdobra com uma relativa (*sei ques esent, quei... deicerent*),¹⁷¹ que por sua vez abre espaço para

¹⁶⁹ Contra: “a evidência da língua não indica que Lívio tenha visto a inscrição” (SAGE, 1958, p. 272, n. 1)

¹⁷⁰ É o que mais amplamente aponta Luiselli, para quem, embora haja uma “coexistência de partes sem busca de recursos expressivos particulares e partes em que aquela busca ocorre, ao contrário, muito claramente” (LUISELLI, 1969, p. 140), o *senatus consultum de Bacchanalibus* representaria, em geral, o que entende ser o segundo de dois momentos na evolução estilística dos textos de lei (v., *supra*, item 2.1). Nesse estrato, “a forma expressiva não tem mais agora aquela segura pedregosa típica dos antigos contextos das *leges regiae* ou da própria Lei das Doze Tábuas” (LUISELLI, 1969, p. 136). Luiselli assinala sobretudo as formas do paralelismo (LUISELLI, 1969, p. 137): anáforas e termos correlativos, aliterações e homeoteleuto (LUISELLI, 1969, p. 138), paralelismo que veremos ser elemento definidor do gênero dos *carmina*. Observa ainda uma notável “articulação em grande parte hipotática” (LUISELLI, 1969, p. 141), o que ficará mais evidente na sequência imediata da exposição.

¹⁷¹ Sobre essa formulação, que recorre nos *senatus consulta*, Fraenkel entende que não se trata de mera abertura formal da expressão, mas de uma específica nuance de sentido: “essa língua antiga não se entrega por gracejo ao luxo de uma ‘perífrase’ *sei ques esent quei*; ela deseja com isso indicar algo de muito

uma oração de acusativo com infinitivo, em que o acusativo é, ele próprio, uma expressão verbal (*necese ese Bacanal habere*).

Note-se que, na segunda seção do *senatus consultum de Bacchanalibus*, é estrutura semelhante, ainda que algo mais enxuta, que aparece formada por prótase desdobrada em duas relativas (*sei ques esent **quei**... fecisent **quam**... scriptum est*). Assim, embora o díptico não constitua, no *senatus consultum de Bacchanalibus*, a estrutura de base em que vem vazado o discurso normativo, quando pontualmente aparece – com mais insistência na segunda seção (cf., depois, *sei qua sunt* e *sei quid ibei sacri est*), talvez por ser mais desprendida do modelo formular –, ele desdobra todo o seu potencial analítico fornecido pela criação de estruturas de relativas sucessivas. Como vimos, esse desdobramento analítico pode ser tomado a um só tempo como efetiva codificação do conteúdo da enunciação e, conforme evidenciam certas passagens, como exibição exuberante do instrumento linguístico, algo que certamente se relaciona com a força ilocutória da enunciação.

3.2.6. Decreto de Lúcio Emílio Paulo

189 a.C.	CIL I ² , 614
<i>L. Aimilius L[uci] f[ilius] inpeirator decreiuit, utei quei Hastensium seruei in turri Lascutana habitarent leiberei essent, agrum oppidumqu[e] quod ea tempestate posedisent item possidere habereque iousit, dum populus senatusque Romanus uellet. act. In castreis a[n]te] d[iem] XII. k[alendas] Febr[uarii].</i>	Lúcio Emílio, filho de Lúcio, comandante militar, decretou que os escravos dos hastenses que habitam na fortificação de Lascuta sejam livres; mandou que o campo e a cidade que naquele tempo possuíam, [os] possuísem e mantivessem, até quando o quisessem o povo e o Senado romanos. Realizado no acampamento, no décimo-segundo dia antes das calendas de fevereiro [= 19 de janeiro].

O último testemunho que será objeto de nossa atenção neste item é um decreto associado à atuação de Lúcio Emílio Paulo Macedônico (c. 229 a.C. – 160 a.C.) na Hispânia, para onde fora enviado como pretor para conduzir a guerra contra os lusitanos, de acordo com as fontes narrativas de que dispomos (LIV.37.57; PLU.*Aem.*4).

determinado, a saber, a possibilidade da existência de pessoas que são mais precisamente qualificadas por meio da oração relativa. Tais pessoas precisam, no entanto – tal é o sentido desse modo de expressão – ser pensadas como já existentes na qualificação especificada” (FRAENKEL, 1964d, p. 454).

Trata-se de texto bastante conciso, mas que permite vislumbrar forma de organização frasal já encontrada no *senatus consultum de Bacchanalibus* em outro contexto, assim evidenciando sua dimensão propriamente formular. Conforme se vê, trata-se de orações completivas (*decreiuit ut ei... leiberei essent; ...possidere habereque iousit*), uma regida diretamente por *utei*, outra não, em que há, ademais, constituintes preenchidos por relativas (*quei... seruei... habitarent; quod... posedisent*). A essa oracionalização dos constituintes que resulta em estruturas de dípticos relativos incrustados na completiva, soma-se a existência de uma oração circunstancial em *dum... uellet* (do mesmo tipo, portanto, que aquelas existentes no fim de cada um dos três segmentos em que se divide a primeira seção do *senatus consultum de Bacchanalibus*), mas com *uellet* agora não como verbo auxiliar, e sim como verbo lexical.

São notáveis, ainda nesse curto trecho, as expressões duplas: *agrum oppidumque*, neste caso merismo, paralelo a *extra urbem* e *in urbid* que se reconstrói para o *senatus consultum de Bacchanalibus*; *possidere habereque*, com desdobramento de sinônimos próximos a especificar hipóteses fáticas próximas. Confirma-se, assim, a tendência observada, em contraposição à elocução das *leges regiae* e da Lei das Doze Tábuas, a recorrer a procedimentos múltiplos de expansão que marcam, assim, significativo conjunto dos testemunhos jurídicos contemporâneos de Catão.

Embora os testemunhos conservados sejam muitos séculos posteriores ao decreto aqui examinado, é bastante provável que, por detrás dessa formulação, houvesse já um texto como o do interdito *uti possidetis*, que nos é conservado em três versões, em Festo, no edito perpétuo de Sálvio Juliano e em Gaio, e que se vale também da repetição de formas do verbo *possideo* em duas orações subsequentes (ao menos em um caso correlativas) para indicar que o estado atual de posse deve se manter no futuro. Veja-se:

	FEST.262L
<i>Vti nunc possidetis eum fundum quo de agitur, quod nec ui nec clam nec precario alter ab altero possidetis, ita possideatis, aduersus ea uim fieri ueto.</i>	Assim como agora possuíis esse terreno, sobre o qual se controverte em juízo, já que o possuíis sem violência, sem clandestinidade e sem precariedade, um relativamente ao outro, assim o possuiais. Contra isso, eu proíbo que se use a força.

	D.43.17.1.pr (Ulpiano, <i>Ad edictum</i> , livro 69)
<i>Vti nunc eas aedes, quibus de agitur, nec ui nec clam nec precario alter ab altero possidetis, quo minus ita possideatis, uim fieri ueto.</i>	Como agora possuí essa casa, sobre a qual se controverte em juízo, sem violência, sem clandestinidade e sem precariedade, um relativamente ao outro, eu proíbo que se use a força para que a possuais diferentemente.

	GAI.4.160
<i>Vti nunc possidetis, quominus ita possideatis uim fieri ueto.</i>	Eu proíbo que useis a força para não possuídes assim como agora possuí.

Não cabe comentar aqui esses interessantes textos que, a despeito de aparecerem tardiamente, todos no século II d.C., decerto remetem a reelaborações – paralelas ou encadeadas – do interdito *uti possidetis* ao longo do tempo, que encadeiam os constituintes segundo distintas ordenações sintáticas. Que elas sirvam aqui como indicação derradeira, no estudo dos modelos da frase argumentativa, da intensa produtividade dos módulos frasais arcaicos.

3.3. Os *carmina*

	MACR.3.5.10
<i>Sed ueram huius contumacissimi nominis causam in primo libro originum Catonis diligens lector inueniet. Ait enim Mezentium Rutulis imperasse ut sibi offerrent quas dis primitias offerebant, et Latinos omnes similis imperii metu ita uouisse: Iuppiter, si tibi magis cordi est nos ea tibi dare potius quam Mezentio, uti nos uictores facias. (FRH.5.9)</i>	Mas o leitor diligente encontrará, no primeiro livro das <i>Origines</i> , de Catão, a verdadeira causa desse atributo tão insultante. Pois diz [Catão] que Mezcêncio ordenou aos rútulos que oferecessem a ele os primeiros frutos que ofereciam aos deuses, e [diz] que todos os latinos, com medo de tal ordem, fizeram o seguinte voto: “Júpiter, se é mais de teu agrado que nós tos demos do que a Mezcêncio, que nos faças vitoriosos”.

Veremos adiante (item 3.3.2.1) que Catão é uma das principais fontes de antigos *carmina* religiosos; há espécimes no *De agricultura* que ocupam posição central na historiografia desse gênero textual. Menos atenção veio dedicada ao fragmento *FRH.5.9*, posto ao início desta seção. Na edição de Cornell, foi tratado como paráfrase (CORNELL, 2013, 2, p. 164), embora a prece ao fim possa ser citação literal. É o que pensam Sblendorio Cugusi e Cugusi, para quem “a citação textual *Iuppiter... facias*, conservada

por MACR.3.5.10, fonte do passo, tem boa probabilidade de ser autenticamente catoniana” (SBLENDORIO CUGUSI & CUGUSI, 1996, p. 151).

Trata-se, mais especificamente, de *uerba commendationis* (v., *infra*, neste item), denotados já pelo infinitivo *uouisse* com que se introduz a provável citação. No excerto, como é de esperar nesse tipo de *carmen*, identificam-se três três seções, a saber, a *inuocatio* (*Iuppiter*), a *precatio* (*uti nos uictores facias*), com o habitual emprego de *ut(i)*, e a *deuotio*, na forma corrente de condicional (*si tibi magis cordi est nos ea tibi dare potius quam Mezentio*). Admira, no entanto, a extrema concisão da expressão, que se afasta da elocução característica – e, em larga medida, definidora, já se verá – dos *carmina*, o que poderia indicar alguma abreviação, quer já em Catão, que não se teria talvez proposto a transmitir a literalidade do *uotum*, quer no próprio Macróbio, que, todavia, como também veremos abaixo (especialmente nos itens 3.3.3.1 e 3.3.3.2), oferece espécimes relevantes do gênero com elocução característica.

Gneu Gélio (meados do século II a.C., CORNELL, 2013, 1, p. 252) também apresenta versão de *carmen* em obra historiográfica, desta vez, contudo, impregnada da elocução dos *carmina*:

	GEL.13.23.13
<i>Sed id perite magis quam comice dictum intellet qui leget Cn. Gelli annalem tertium, in quo scriptum est Hersiliam, cum apud T. Tatium uerba faceret pacemque oraret, ita precatam esse: “Neria Martis, te obsecro, pacem dato, uti liceat nuptiis propriis et prosperis uti, quod de tui coniugis consilio contigit, uti nos itidem integras raperent, unde liberos sibi et suis, posteros patriae pararent”. (FRH.14.5)</i>	Mas quem ler o terceiro livro dos <i>Anais</i> de Gneu Gélio compreenderá que isso [PL.Truc.515] foi dito mais doura que comicamente; nesse livro, está escrito que Hersília, quando se dirigiu a Tito Tácio e pediu paz, lhe imprecou assim: “Néria de Marte, eu te imploro, concede a paz, que seja possível desfrutar de casamentos sólidos e prósperos, pois foi o plano de teu cônjuge que nos raptassem virgens, que tivessem filhos para si e para os seus e assegurassem descendência à pátria”.

Note-se, de um lado, estrutura semelhante aos *uerba commendationis* das *Origines*, com *inuocatio* (*Neria Martis*) e *precatio* introduzida por *uti* (*uti liceat*), embora não compareça *deuotio*. Verificam-se, de outro lado, no entanto, marcados paralelismos fônicos, com aliteraões (em /p/: *propriis et prosperis*; *posteros patriae pararent*; em /s/: *sibi et suis*) e sequência de compostos com prefixo *con-* (*coniugis consilio contigit*; v., *supra*, 3.2.5). Embora transformada, essa emulação exhibe marcas distintivas da elocução do gênero.

Feito esse pequeno introito que indica a receptividade das obras historiográficas a registrar *carmina* (Lívio, como de pronto se verá, propõe-s e transmitir numerosos deles) e que já permite alguma ideia sobre o material, achegando-nos a uma definição do *carmen* latino, constatamos tratar-se de assunto espinhoso, não havendo consenso sobre o a delimitação precisa do *corpus*. A extensão com que o substantivo *carmen* vem empregado para referir ampla gama de pronunciamentos – “fórmula mágica, prece, juramento, pacto de aliança”, exemplifica Norden em rol aberto (NORDEN, 1986, p. 173) – levou Williams a propor que “não havia limitação quanto ao conteúdo de um *carmen*; sua característica deve ter sido sua forma” (WILLIAMS, 1982, p. 54).

A posição parece, porém, extremada, uma vez que, a despeito da variedade aparente de matérias, o conceito de *carmen* vem sempre associado a certas enunciações solenes de intensa carga performativa, vale dizer, enunciações a que se atribui eficácia constitutiva; o *carmen* é, antes do mais, “palavra eficaz” (ROSIER-CATACH, 2004). Parece assim acertada a identificação de uma esfera própria ao que Michael von Albrecht denominou “oralidade festiva (*feierliche Mündlichkeit*)” dos *carmina*:

pertencem à esfera de uma “oralidade festiva” textos sagrados e jurídicos; o significado particular da oralidade, o efetivo ressoar das palavras formulares, esclarece que a validade de um ato jurídico é dependente dela, e não de uma fixação escrita (von ALBRECHT, 2012, 1, p. 40).

É no mesmo sentido a expressiva definição avançada por Traina, para quem *carmen* é “a ‘fórmula rítmica’ em que se encarna a força mágica e poiética do *uerbum*. *Carmen* é a fórmula do mago e do legislador, o oráculo do profeta, o verso do poeta, a receita do médico: é a palavra que age e que constrói” (TRAINA, 2011, p. 40). Exemplifica perfeitamente o postulado da “moderna linguística pragmática” de que “a fala deve ser entendida como ação” (TRAINA, 2011, p. 194; cf., ainda, no mesmo sentido, SUBIAS-KONOFAL, 2010).

Nessa esfera própria de pronunciamentos, os *carmina* exibiam traços de linguagem peculiares, aptos a definir a pertença genérica de distintos espécimes a esse vasto campo, não sendo desarrazoada, por isso mesmo, definição que parte da forma para chegar à definição dos *carmina*, pois a linguagem é aqui indício de uma função

pragmática da linguagem: é por isso que, para Suerbaum, os *carmina* seriam “tudo aquilo que é enunciado em uma linguagem formular, rítmica, contínua” (SUERBAUM, 2002, p. 30).¹⁷²

Neste ponto da exposição, importa primeiramente caracterizar, em traços largos, a elocução dos *carmina* – que será depois examinada mais no detalhe a partir dos exemplos supérstites, nos subitens que se seguem –, e depois indicar o *corpus* de que se trata ou ao menos como se pode proceder à sua delimitação e à sua ordenação em subtipos que ajudem a conferir inteligibilidade à estrutura dos textos. Finalizaremos essa exposição geral com três breves observações ainda propedêuticas.

É comum, sobretudo diante das expectativas que, conforme já se viu, dominam a apreciação dos textos pré-clássicos, caracterizar os *carmina* a partir de uma negativa, que é, como não poderia deixar de ser, a ausência de complexidade hipotática (v. item 1.1.1, *supra*):

Em tal contexto, a recusa de se valer da estruturação sintática, e assim hierárquica, da frase, em favor da articulação em blocos, privilegia, enfim, por meio do uso do assíndeto ou, ao contrário, do polissíndeto, o arranjo simétrico e comático do período (POCCETTI, POLI & SANTINI, 2005, p. 253).¹⁷³

O sentido que se pode atribuir proveitosamente a essa caracterização de Poccetti é que a elocução dos *carmina* se assinala nuclearmente pela aplicação de uma série de procedimentos a uma estrutura sintática de base, variável de acordo com os subtipos de *carmina*. Isso permite entender que são aqueles procedimentos, e não as estruturas de

¹⁷² Não nos interessam aqui as complexas discussões sobre as origens remotas dos *carmina*, especialmente a medida em que seriam ou não derivados de modelos gregos (PASQUALI, 1936, p. 72) ou, mais genericamente, como aliás parece ser o caso, constituiriam “forma expressiva comum aos indo-europeus” (PASQUALI, 1936, p. 82; cf., para paralelos não apenas itálicos, mas também hititas e indianos, LAZZERONI, 1959, *passim*; para o domínio itálico, cf. COSTA, 2000). Claramente, no período que nos interessa mais de imediato (passagem do século III ao II a.C.), era percebido como forma autóctone, razão pela qual muitas das discrepâncias entre tradução e original na adaptação da tragédia grega se devem à mobilização da linguagem do *carmen* como forma de *Romanisierung* (FALCONE, 2013, p. 310). No mesmo sentido, enfatizando a especificidade e independência dos *carmina* romanos frente a supostos antecedentes gregos, cf. WASZINK, 1972, p. 873 e FRAENKEL, 1936, p. 5; cf. ainda o tratamento de SKARD, 1956, p. 57-74 (sobre o uso da tragédia grega em Salústio) e p. 103 (sobre como já Catão o fazia distinguindo, no entanto, a elocução por expedientes tipicamente latinos, como a aliteração).

¹⁷³ Em visão extremada, Santini propõe que as relações hipotáticas “reduzem-se a mero esquema convencional e garantem à palavra latina uma independência de ordem substancialmente fonética” (SANTINI, 1988, p. 226).

base, que caracterizam como um todo o trabalho da linguagem operado pelos *carmina*;¹⁷⁴ na feliz expressão de Bettini, “é um tipo de poesia diferente, que se move mais no plano sintagmático do que naquele da codificação paradigmática” (BETTINI, 1985, p. 35).

Em vários pontos ao longo dos itens 3.1 e 3.2, *supra*, apontamos que determinados procedimentos aplicados às frases narrativas, às frases argumentativas e às frases enunciativas simples tinham que ver com a elocução dos *carmina*. Trata-se, assim, agora, de intentar uma apreensão estruturada do problema, antes de detalhar determinados aspectos com base na apreciação individual dos textos. Com esse intuito, então, pensamos ser possível, sempre para fins de compreensão preliminar, abranger esses procedimentos sob as noções de modularidade e de paralelismo, que articulam sistematicamente plexos de procedimentos essenciais ao gênero. Veremos como essa descrição se associa com o quanto dito sobre as modalidades de procedimentos acima (item 2.4).

A característica da modularidade indica que a elocução especial dos *carmina* se fundamenta em uma abertura das diferentes posições sintagmáticas no seio do esqueleto sintático da frase, promovendo, em potência ou em ato, um acúmulo expansivo de blocos (formulares, pelas próprias palavras que repetem modelos anteriores ou pelos procedimentos, que se replicam aplicando-se a novos vocábulos); cada posição sintagmática pode abarcar uma sucessão de módulos (recorrentes e pertencentes, em maior ou menor medida, a um estoque de fórmulas) que como que se desvirtualizam da equivalência potencial no eixo paradigmático para se projetar, enfileirados, na realização da frase ou ao menos para projetar, ou programar, a possibilidade de que assim ocorra em nova atualização do *carmen*, por exemplo na próxima vez em que determinada cerimônia tiver de ser realizada.¹⁷⁵ Para Poccetti, Poli e Santini, tratar-se-ia de um “mecanismo de

¹⁷⁴ É nesse sentido a caracterização de Calboli, para quem haveria, nos *carmina*, uma “sintaxe da palavra”, que, no latim clássico, viria suplantada pela sintaxe de tipo isocrático (CALBOLI, 1964-1965, p. 64).

¹⁷⁵ É o que se costuma entender por construção *per kóla et kómmata*. Preferindo, à terminologia gramatical grega, a noção de “associações de termos correlativos”, pois os termos *kóla* e *kómmata*, na caracterização dos *carmina*, são frequentemente usados em desacordo com a terminologia gramatical grega, de forma algo imprecisa, pois *kóla* e mesmo *kómmata* não são em geral constituídos de palavras únicas,¹⁷⁵ ao passo que o fenômeno de que se trata nos *carmina* diz justamente respeito à combinação de palavras (TIMPANARO, 1988, p. 259, n. 3), Timpanaro expõe com clareza o que se entende quando se fala nesse aspecto do paralelismo dos *carmina*: “A prosa-poesia do *carmen* é, ainda que não constantemente, subdividida em membros e em incisos menores (*kóla* e *kómmata*, para usar expressões tiradas à métrica e à retórica gregas), que são ligadas por relações aproximativas de paralelismo naquilo que respeita ao significado, à estrutura gramatical, à duração, a vários efeitos fônicos. Os incisos menores, os *kómmata*, são constituídos, em muitos casos, por sequências de dois ou três sinônimos: *precór quæsoque*; *uolens propitius*; *conregione conspiciōne cortumione* [...] Prevalecem nitidamente as bipartições, que, como demonstra o próprio confronto com as outras línguas a que remetíamos, representam o tipo mais antigo; mas também são numerosas as tripartições, muito mais raras as quadripartições” (TIMPANARO, 1988, p. 259-260). Esses “grupos em coordenação” (assindética ou sindética com *-que*), na terminologia de Marouzeau (1933a, p.

técnica gerativa” (POCCETTI, POLI & SANTINI, 2005, p. 254), expressão do fato de que há um estoque formular (repise-se, de fórmulas prontas e de procedimentos) à disposição do enunciador de *carmina*, a que pode recorrer cumulativamente para preencher os espaços, que se replicam reiteradamente e sem limitação *a priori*, no mesmo ponto do eixo sintagmático. A modularidade é, portanto, uma espécie do gênero dos procedimentos de expansão da frase, de que já se cuidou (*supra*, 2.4).¹⁷⁶

Parece-nos que algumas das características usualmente associadas pela bibliografia ao *carmen* sejam precisamente expressão dessa diretriz construtiva essencial nos espécimes do gênero. É o caso da sinonímia, do assíndeto e da ordenação dos constituintes cumulados em determinada posição. Vejamos brevemente a que se refere cada um desses pontos.

O preenchimento cumulativo, em módulos formulares, de cada espaço que constitui o eixo sintagmático estabelecido pelas estruturas sintáticas que caracterizam os diferentes subtipos de *carmina*, elas também formulares, recorre amiúde ao cúmulo sinonímico, ou “geminção”, na expressão de May (1907). Evidentemente, a sinonímia é

85), são os módulos fundamentais de preenchimento das posições sintagmáticas de que já tratamos, que, pelos distintos expedientes pelos quais se aproximam, ou se paralelizam (aliteração, homeoteleuto, assonância, isossilabia, etc.), produzem aos ouvidos as correspondências próprias ao andamento rítmico que se imprime a esses textos. Assim, quando especialistas falam em composição *per kóla et kómata* nos *carmina* e em suas formas de expressão particulares (*díkola*, *tríkola*, etc.), estão meramente aludindo à já examinada modularidade. Ocorre apenas que são essas correspondências de posições no eixo sintagmático vistas agora a partir dos indícios estruturais que são correspondências formais como aquelas já aludidas. Não se demande, aliás, à terminologia antiga definições uniformes de *kómma*, *kólon* e *períodos* à terminologia antiga. Aristóteles não define *kómma* e trata o *kólon* apenas como parte do *períodos* (CHIRON, 2002, p. lxxviii). Lausberg estudou grande número de teóricos antigos que se dedicaram ao problema (LAUSBERG, 1967, p. 309-319). Conforme o estudioso indica, fundamentando-se em Longino, “o volume do inciso [*incisum* é uma das traduções latinas de *kómma*] e de ao menos duas palavras adiante, como mostram os exemplos. Sem embargo, também se consideram como incisos palavras isoladas coordenadas sintaticamente, quer sejam de mesma significação [...], quer de significação distinta” (LAUSBERG, 1967, p. 317).

¹⁷⁶ Jacqueline Dangel, em artigo que corretamente insiste na modularidade dos *carmina*, tentou explicar essa característica como fruto de uma pobreza da língua: “em uma língua pobre de palavras abstratas, a exatidão terminológica por muito tempo passou por uma abordagem analítica e cumulativa de conceitos, consistente em enumerar os elementos constitutivos de uma noção em vez de um conjunto” (DANGEL, 1997, p. 115). Pensamos, contudo, que situar os *carmina* no conjunto dos textos produzidos em época pré-clássica veda essa compreensão negativa, devendo-se buscar outra razão para a acumulação de módulos formulares no mesmo ponto do eixo sintagmático da expressão, a constituir característica essencial dos *carmina*. Talvez uma pista possa ser colhida na ideia de que, definido como *concepta uerba*, isto é, como “palavras agrupadas de modo formular” (POCCETTI, POLI & SANTINI, 2005, p. 252), o *carmen* dá a impressão de que “o sentido da palavra individual depende da estrutura de conjunto do sistema, em que o princípio determinante é o *ordo*, isto é, o acostamento e a divisão em blocos” (POCCETTI, POLI & SANTINI, 2005, p. 252). Isso porque, sob a hipótese explicativa de Dangel, subjaz a ideia de que a linguagem serve a expressar realidades a que alude externamente, ao passo que o contexto pragmático dos *carmina* talvez se preste antes a dotar de predicados ilocutórios as palavras enunciadas, conferindo-lhes eficácia; saturar posições do eixo sintagmático seria, assim, desde logo, forma de conferir vigor à própria linguagem, para que possa atuar como instrumento de alteração da realidade.

fenômeno complexo que abarca realidades diversas. Para Timpanaro, “a noção de ‘sinônimo’ se compreende em sentido muito amplo: vai-se de palavras de significado e frequentemente mesmo de valor estilístico igual até palavras de significado parecido, mas não igual e de especificidade ou de intensidade crescente” (TIMPANARO, 1988, p. 260; em sentido semelhante, CALBOLI, 1964-1965, p. 35). Em conhecida emulação plautina da dicção dos *carmina*, por exemplo, são quatro termos sinônimos que produzem a sequência do que deseja Cálicles ao oferecer uma guirlanda ao deus Lar: *ut nobis haec habitatio bona, fausta, felix, fortunataque eueniat* (PL.*Trin.*40-41). Evidentemente, esses termos, todos sinônimos, possuem âmbitos complementares, de modo que a sinonímia como expressão da modularidade não é enfadonho encontro de identidades, mas complexa ordenação de noções aproximadas: “quando dois ou mais sinônimos são associados em um sintagma, há, por isso, uma gradação, uma intensificação de significados, não uma simples tautologia” (LAZZERONI, 1959, p. 121); mesmo quando houvesse tautologia semântica, haveria necessariamente intensificação da força ilocutória.¹⁷⁷

O assíndeto, embora desigualmente verificado nos diferentes componentes do *corpus* dos *carmina*, é recorrente como forma de estruturar internamente os módulos cumulativos que ocupam os distintos espaços sintagmáticos da frase, podendo se expressar ainda em distintos níveis da estrutura frasal e mesmo na conexão interfrástica (TIMPANARO, 1988, p. 262, n. 2). Para de Groot, em latim arcaico, “o assíndeto não tem nada de insólito; ademais, ele é buscado como um dos meios mais simples para obter a correspondência de palavras sucessivas, o que está na base de todas as formas literárias desse período” (de GROOT, 1934, p. 120-121). Distintamente da percepção habitual de que são os conectivos que promovem nexos entre (grupos de) palavras, nos textos dos *carmina*, o assíndeto é recurso particularmente eficiente de soldadura, por exemplo nos cúmulos sinonímicos (assim, *miseras inopes aerumnosas*, em outra imitação plautina, PL.*Rud.*258), indicando o conectivo antes a passagem de um módulo a outro.¹⁷⁸

¹⁷⁷ Frequentemente expressam-se analiticamente, por meio de “unidades semânticas individuais” (LAZZERONI, 1959, p. 121), conceitos mais amplos, não por pobreza do léxico abstrato, mas por efetiva perscrutação ordenada da concretude. É por isso que frequentemente, mais que sinônimos, os módulos são compostos por pares complementares, muitas vezes expressões polares ou merismos cuja complementaridade (e.g., *pastores pecuaque*) alude às categorias semânticas de que ambas participam como espécies (PASQUALI, 1936, p. 76, v., *supra*, 3.2.5).

¹⁷⁸ Note-se que os sinônimos são nos *carmina* sempre assindéticos ou ligados por *–que*, mas nunca por *et* (LAZZERONI, 1959, p. 121).

Também no interior de cada módulo ou entre distintos módulos, opera, nos *carmina* – mas não apenas neles – uma série de diretrizes relativas à ordem dos membros. Em estudo alentado, Lindholm indica dois principais critérios de ordenação.¹⁷⁹ O primeiro é conceitual: o conceito mais importante precede o menos importante (o clímax constituindo inversão da ordem normal, logo figura de linguagem, cf. LINDHOLM, 1931, p. 20), o mais próximo no tempo, no espaço ou na série causal precede o mais distante, o positivo precede o negativo, o geral precede o especial, e o simples precede o composto. O outro princípio organizativo é a lei dos membros crescentes (*Gesetz der wachsenden Glieder*, primeiramente formulada por Behagel, em 1909), vale dizer, a colocação do mais longo elemento na última posição, “regra de primeira importância no latim antigo (Catão)” (LINDHOLM, 1931, p. 17), que talvez opere mesmo como contrapeso à preeminência conceitual da primeira noção da série (LINDHOLM, 1931, p. 24).¹⁸⁰ Note-se, nos exemplos plautinos dos dois parágrafos anteriores, a observância da Lei de Behagel.

Os *carmina* se baseiam, assim, em uma espécie de sintaxe procedimental que preenche posições do eixo sintagmático cumulativamente por módulos formados em cúmulo sinonímico ou complementar, ordenados segundo critérios de gradação (conceitual e dimensional, habitualmente em relação inversa) e conectados por expedientes de articulação entre os elementos componentes dos módulos e entre os módulos em que o assíndeto é particularmente significativo. Esses são os aspectos mais destacados de sua modularidade, que se pode ter, portanto, por um conjunto de procedimentos de expansão dos módulos frasais, segundo diretrizes bastante específicas.

Isso posto, podemos entender por paralelismo aquele conjunto de procedimentos aplicados a esses módulos para produzir ou ressaltar a homologia (ou mesmo identidade) entre os constituintes, notadamente procedimentos de vinculação icônica (v., *supra*, 2.4). Quando Calboli afirma que os *carmina* dividem “analiticamente as maiores unidades semânticas em segmentos menores ligados uns aos outros simétrica e paralelamente” (CALBOLI, 1987, p. 138), está destacando que a cumulatividade dos constituintes é

¹⁷⁹ Pode haver também – mas o critério não é adotado sem reservas – considerações fonéticas, como o membro de vogais fechadas preceder o membro de vogais abertas (LINDHOLM, 1931, p. 3-9).

¹⁸⁰ Interessante que, segundo Hofmann e Szantyr, em Catão, a lei dos membros crescentes é muito estritamente observada nas *Origines* e nos discursos, “bem como nas partes com andamento retórico de seu tratado”. A partir disso, sugerem ser fácil deduzir que “já em Catão, a sucessão originariamente natural das palavras se transforma em uma figura de colocação a que atenta conscientemente” (HOFMANN & SZANTYR, 2002, p. 67).

estruturada segundo correspondências formais (definidas por de Groot como “uma repetição mais ou menos perfeita, suscetível de atrair a atenção”, de GROOT, 1934, p. 118, n. 1).¹⁸¹ Assim, a reiteração da mesma posição sintagmática pela presença (ou possibilidade de presença) de mais de um elemento vem como que exibida, evidenciada, pelo recurso a expedientes formais particulares.

Se entendemos o paralelismo como o “retorno do igual”, estamos a falar então em ritmo: “é possível, na prosa artística, arquitetar a frase pela prática de *retornos formais* e pela aplicação de *enquadramentos* precisos, calculados com cuidado” (DANGEL, 1982, p. 126). Ritmo, assim, não é apenas isocronia, embora também o possa ser; afinal, na prosa, “à isocronia das medidas, devida à retomada de pés métricos definidos com rigor, podem-se assim substituir correspondências verbais mais livres, mas tornadas obrigatórias e facilmente identificáveis por recorrências de ordem fônica, morfológica, semântica ou mesmo sintática” (DANGEL, 1982, p. 129).¹⁸²

¹⁸¹ Trata-se de elemento tão fundamental nos *carmina*, que, para Lazzeroni, “a simetria dos membros do período é a característica mais evidente do estilo desses *carmina*” (LAZZERONI, 1959, p. 120). Evidentemente, poder-se-ia perguntar se é o preenchimento cumulativo das posições sintagmáticas que convida ao paralelismo (uma vez que pôr lado a lado já é criar paralelo) ou se, ao contrário, como quer Bettini, “o poeta arcaico pensa paralelisticamente e gera textos que são como nós os conhecemos exatamente porque o paralelismo [...] os quis assim” (BETTINI, 1985, p. 41). Mais amplamente: “O paralelismo latino arcaico é vazio e abstrato. Uma sucessão de dentais, uma *παρίχησις*, uma escansão múltipla de *cum* temporais, não carregam atrás de si senão uma porção mínima de significado. Para ‘preencher’ essas sucessões, o poeta é, no fundo, livre para escolher o que quiser, basta que respeite a fonacidade ou o sintatismo paralelístico inaugurado no começo” (BETTINI, 1985, p. 42). “Então, o poeta arcaico concebe segundo o fio do paralelismo, não exclusivamente, mas certamente em uma medida notável; não sempre, mas com grande frequência” (BETTINI, 1985, p. 40).

¹⁸² Mais que isso, para além do ritmo sintático, pré-moldado pela sintaxe (e.g., *non solum... sed etiam...*), o paralelismo dos *carmina* é constituído pelo que Dangel nomeia “ritmo temático”, que “repousa não apenas na disposição de palavras na frase, mas também na busca de correspondências silábicas e, especialmente, de recorrências fônicas” (DANGEL, 1982, p. 137). Com maior amplitude: “No *ritmo sintático*, Tito Lívio explora os quadros fixos e preexistentes (lexemas copulativos, lexemas sociativos) ou as construções binárias (disjunção, correlação) contidos na sintaxe e nos hábitos da língua. Esse ritmo, correspondendo a um pouco mais de um terço das disposições, não é, contudo, específico da frase oratória liviana. Ele atinge proporções quase parecidas na frase da narrativa. Fixado em um funcionamento conhecido de antemão, ele deixa, é verdade, um espaço por vezes demasiado restrito para a imaginação criativa. É ela, ao revés, que governa um ritmo bem representado nos discursos livianos: o *ritmo temático*. Às figuras pressupostas das construções precedentes, Tito Lívio pressupõe aqui um modo de composição original. Preocupado com extrair das palavras seu poder rítmico e com tornar evidentes as repetições, ele busca correspondências formais, valendo-se de marcas objetivamente identificáveis. Ele o realiza especialmente seja reiterando palavras da mesma categoria gramatical, seja servindo-se dos dados morfológicos e etimológicos para retomar toda uma palavra ou parte dela. Quer o procedimento da repetição repouse sobre um simples cúmulo funcional ou sobre a retomada formal de variantes e de invariantes, as construções que resultam dessas disposições sempre têm um caráter pertinente” (DANGEL, 1982, p. 250-251, grifos da autora). Expressando, em termos lapidares, a construção modular e seu tratamento paralelístico, Lazzeroni parece ter dado conta dos elementos essenciais na caracterização do *carmen*: “Em suma, no *carmen*, os benefícios invocados, os males esconjurados, as desgraças conclamadas contra os inimigos, os objetos pelos quais ou contra os quais se impreca são expressos analiticamente, nunca com uma só palavra; a cada unidade semântica corresponde assim um sintagma de termos correlativos, e o paralelismo dos membros do período está fundamentado quase sempre na correspondência desses sintagmas. Esse módulo estilístico é

Os *carmina*, portanto, são uma prosa intensamente rítmica – para retomar categoria de Norden (1986, 1, p. 171) – exatamente nesse sentido, isto é, textos em que os componentes de módulos cumulativos e os próprios módulos, em sua relação uns com os outros, são tratados para destacar as correspondências formais, dando a impressão, na progressão da enunciação do texto, de um reiterado retorno de elementos já enunciados, as “incontáveis possibilidades de referência ‘do mesmo ao mesmo’” (POCCETTI, POLI & SANTINI, 2005, p. 253). O *carmen* é, pois, caracterizado por uma estrutura que se pode resumir como sucessão cumulada e ritmada de módulos rítmicos.

Assim como a cumulatividade potencial dos sintagmas, o destaque da expressão por correspondências entre os componentes é, antes de tudo, uma latência do gênero: “o paralelismo se desenrola linearmente, é flexível, imprevisível – pode se exaurir em uma modesta aliteração em cláusula, ou então explodir, como frequentemente ocorre em Plauto, em verdadeiras obras-primas de arte verbal” (BETTINI, 1985, p. 35). Esse ritmo – e segundo essa noção específica de ritmo –, em que se resolve o paralelismo, expressa-se, já o vimos, em distintas dimensões, semânticas, fônicas e sintáticas (BETTINI, 1985, p. 34). Entendemos que o cúmulo sinonímico e complementar, de que já tratamos, é o núcleo do paralelismo semântico, pelo que merecem agora breves indicações as características dos paralelismos fônico e sintático.

A característica do paralelismo fônico é tão sobressalente, que estudiosos como Durante chegam a nomear o *carmen* como um todo “*carmen* aliterante”, aludindo à aparentemente mais notável expressão dessa ordem de paralelismo (DURANTE, 1958, p. 61). De Groot no entanto, adverte contra privilegiar a aliteração na consideração dos paralelismos fônicos típicos dos *carmina*, talvez simplesmente mais impressionantes para os ouvidos modernos, “mais acostumados à rima”; “percorrendo, por exemplo, a introdução de Catão a seu livro sobre a agricultura”, prossegue, “constata-se que a isossilabia, a sinonímia e a rima são tão frequentes quanto a aliteração, se não mais frequentes” (de GROOT, 1934, p. 126). Destacam-se também, assim, a rima, o homeoteleuto (NORDEN, 1986, 2, p. 825), a assonância, entre diversos expedientes que fazem soar como correspondentes aqueles componentes que ocupam posições

empregado no *carmen* com tal frequência, e sobretudo, como vimos, com tal regularidade, que exclui o acaso; ele representa, cremos, uma estrutura estilística típica das mais antigas fórmulas religiosas latinas” (LAZZERONI, 1959, p. 126; de forma semelhante, COURTNEY, 1999, p. 9).

equivalentes na complexa estrutura cumulativa.¹⁸³ Veja-se exemplo assindético em emulação devida a Ácio: *portenta ut populo patriae uerruncent bene*, ACC.688.

O paralelismo sintático, que está em germe na própria cumulatividade ínsita à construção modular, expressa-se de distintas maneiras, conforme indica Bettini: “a construção por *kóla*, a escansão insistente em certas partículas, a forma de anel, etc.” (BETTINI, 1985, p. 34). Para além das anáforas, sobretudo de palavras gramaticais no interior de frases, interessa aqui destacar o problema do paralelismo entre as frases.

Calboli bem notou que o paralelismo se estende para além da relação entre palavras que preenchem determinada posição no eixo sintagmático, para estender-se às próprias frases: “o paralelismo das frases, por sua vez, é um tipo de construção do período que, de um lado, participa desse binarismo dos *kóla* que é já uma forma de sintaxe e, de outro lado, está diretamente ligado à antiga parataxe que se vale da técnica do assíndeto e da coordenação” (CALBOLI, 1986, p. 1084). Por vezes, trata-se mesmo de repetição de frases inteiras, seja com alteração de um único componente, seja com a recorrência da mesma idêntica frase a distâncias periódicas, o que é próprio de alguns subtipos e possivelmente de alguns estratos cronológicos dos componentes do *corpus* (v., *infra*, 3.3.1.1).¹⁸⁴

Exposta essa breve caracterização dos *carmina* como enunciações performativas que, sobre uma sintaxe variável (mas tipificada), procedem por sucessão e multiplicação de módulos rítmicos (procedimentos de expansão e de vinculação icônica segundo códigos bastante específicos), chegamos ao problema da definição do *corpus*. As listas de espécimes de *carmina* são mais ou menos amplas conforme os autores, mas a recolha de Pighi (1958) permanece como única tentativa de reunir o conjunto dos *carmina* latinos. No entanto, a listagem é extremamente ampla, atingindo até as orações cristãs e tratando indistintamente textos mais bem preservados, textos profundamente alterados e outros

¹⁸³ Embora não obrigatória e mais presente em alguns espécimes do gênero que em outros (TIMPANARO, 1988, p. 264), a aliteração é contudo marca bastante recorrente, menos como elemento simplesmente ornamental e mais como componente efetivamente constitutivo, para retomar distinção devida a Pasquali (1936, p. 78-79), isto é, como forma de articular os constituintes no seio da ordenação modular própria ao gênero (cf. ainda LAZZERONI, 1959, p. 134-136).

¹⁸⁴ Proximamente ao que nos move nesta investigação, é elemento presente nos exemplares transmitidos por Catão: “o paralelismo das frases que encontramos em Catão tem antepassados distantes no binarismo dos *kóla*” (CALBOLI, 1986, p. 1085).

que certamente são pastiches de *carmina*, além de prestar pouca atenção aos múltiplos problemas filológicos envolvidos na transmissão desses textos.¹⁸⁵

Mais circumspecto é o seguinte recenseamento proposto por Timpanaro:

Os textos que costumam ser considerados mais típicos do *carmen* e mais imunes a modernizações são a prece a Marte por ocasião dos suovetaurílios (CATO.Agr.141), a evocação dos deuses de uma cidade inimiga (MACR.3.9.7ss), o amaldiçoamento da própria cidade (MACR.3.9.10-12), a fórmula pronunciada pelo áugure na delimitação do *templum* (VAR.L.7.8, ainda que com erros da tradição manuscrita) e, ainda que com alguma suspeita maior de modernização, a *deuotio* de Décio Mus na iminência da batalha do Vesúvio (LIV.8.9.6-8) e a oração de Cipião Africano (LIV.29.27.1-4) (TIMPANARO, 1988, p. 258, n. 1).

De forma um pouco menos exigente, Lindholm estudou a prece a Marte, ao lado de outras fórmulas em Catão (CATO.Agr.134 e CATO.Agr.139), textos transmitidos por Lívio (LIV.29.27.1, LIV.8.9.6) e por Macróbio (MACR.3.9.7, MACR.3.9.10), bem como “uma paródia dessa prosa sacra” em PL.Cas.815ss (LINDHOLM, 1931, p. 57-58). Talvez intactos mesmo haja apenas o *carmen aruale* e a delimitação do templo em VAR.L.7.8, que foram objeto de denso estudo de Norden (1939, p. vii). A escassez do material não é um acaso, mas resulta das condições de conservação de textos religiosos pelos pontífices, cuja função social “impediu sua difusão em forma escrita” (POCCETTI, POLI & SANTINI, 2005, p. 217); não houve, afinal, como no direito, laicização ou quebra do monopólio pontifical (POCCETTI, POLI & SANTINI, 2005, p. 217).

Pensamos que a delimitação de um *corpus*, se não se pretender ficar restrita a dois textos que, em si mesmos, não permitem identificar séries e, conseqüentemente, padrões de recorrências, precisa ser um pouco mais aberta, embora sempre atenta às condições de transmissão. É nesse sentido que Pasquali elegeu como “os melhores exemplos” CATO.Agr.141, MACR.3.9.7, MACR.3.9.9 e VAR.L.7.8 (PASQUALI, 1936, p. 75), no

¹⁸⁵ Calboli adverte que, embora Pighi apresente o conjunto do material, não se trata de edição crítica, sendo necessário recorrer às edições pertinentes para cada passo (CALBOLI, 1987, p. 138).

sentido de que, malgrado possíveis inexatidões, são de pequena monta.¹⁸⁶ Lazzeroni ampliou um pouco o escopo, mas a nosso sentir de forma justificada, conforme argumentaremos individualizadamente nos subitens abaixo:

a prece a Marte por ocasião dos suovetaurílios (CATO.Agr.141), a *euocatio* dos deuses da cidade inimiga (MACR.3.9.7) e a maldição da própria cidade (MACR.3.9.10), a fórmula de consagração de Décio Mus (LIV.8.9.6), a oração de Cipião (LIV.29.27) e, enfim, a fórmula pronunciada pelo áugure na *limitatio* do templo (VAR.L.7.8) são os restos mais insignes daquele tipo de prosa pré-literária que Pasquali chamou *carmen aliterante* (LAZZERONI, 1959, p. 120).

Esses serão os testemunhos centrais de que nos ocuparemos e em torno dos quais alguns outros textos serão articulados, com uma necessária apreciação crítica de seu valor informativo. Desde logo, entretanto, cabem três precisões ulteriores, antes de finalizarmos esta introdução com uma discussão tipológica.

A primeira concerne ao sentido de se tratar determinado texto como original, genuíno, fidedigno ou, inversamente, como imitação, modernização, pastiche, falseamento. Frequentemente, textos de *carmina* são atribuídos, conforme veremos, a ocasiões históricas determinadas, muitas vezes remontando ainda antes dos inícios do período republicano, ao mesmo tempo em que exibem evidências linguísticas (não apenas fonéticas e morfológicas, em que a adaptação foi amplamente generalizada, mas também lexicais e sintáticas) de que seriam mais tardios. Dessa constatação não decorre – longe disso – que estejamos diante de textos inventados por um letrado infenso às situações rituais em que esses textos circulavam (como se fosse um pesquisador laico moderno); frequentemente, pode-se supor, conforme se verá nos casos particulares adiante examinados, que se tratava antes de recorrer a extratos menos arcaicos, mas não por isso falseados, na produção de *carmina*, postulando (erroneamente) uma maior antiguidade, o que é bem distinto de falsear o testemunho.

¹⁸⁶ Para o autor, por exemplo, “o último texto dá a impressão de ter sido reproduzido por Varrão com fidelidade escrupulosa, mas, a partir de Varrão, corrompeu-se a tradição até se tornar quase incompreensível; os outros dois foram modernizados na fonética e na morfologia, mas a ossatura se manteve intacta” (PASQUALI, 1936, p. 75).

Ademais, admitindo justamente que os *carmina* participam centralmente de contextos rituais (políticos, religiosos, jurídicos), deve-se admitir que são textos sujeitos a uma reprodução (de onde derivam parte significativa de sua autoridade), mas também a um conjunto de mudanças (de que dependem para manter sua relevância, sobretudo diante das ingentes transformações por que Roma passou ao longo dos cinco séculos da República). Em alguns casos privilegiados, podemos ver uma mesma fórmula dotada de segmento em uma fonte que não comparece na outra (v., *infra*, item 3.3.4.1), ou então *carmina* transmitidos conjuntamente com marcas formais muito heterogêneas, a denunciar origens distintas, muito provavelmente cronologicamente afastadas (v., *infra*, itens 3.3.3.1 e 3.3.3.2).

Enfim, desde que se admite que a transmissão dos *carmina* não se dá apenas em bloco, mas permite a apropriação de formulismos em distintos graus,¹⁸⁷ é preciso aprender a ponderar humildemente que estrutura sintática modernizada pode transmitir fraseologia arcaica e vice-versa. Em suma, é preciso explorar o *corpus* de forma ponderada, o que evidentemente só podemos fazer aqui de forma superficial – mas, esperamos, sem falsear os termos do problema.

A segunda observação, que particulariza a primeira, concerne aos muitos casos de *carmina* encontrados em Lívio. Muito frequentemente esses espécimes são vistos como meras imitações de *carmina* autênticos (assim, por exemplo, SANTINI, 1988, p. 225). Considerando os diferentes *carmina* encontrados em Lívio, contudo, Luiselli acredita não se tratar de textos criados por Lívio, afirmando que, contra isso, milita “a variedade redacional em que eles se apresentam” (LUISELLI, 1969, p. 145). Para o autor, mais no detalhe:

Em alguns deles, a busca pela expressão exuberante é claríssima; em outros, a situação é nitidamente distinta. De fato, por vezes há abundância de assonâncias (aliteraões, homeoteleutos), como em LIV.25.12.9-10 ou em LIV.29.27.1-4; por vezes, aqueles mesmos fenômenos recorrem muito raramente, como em LIV.5.16.8 ou em LIV.25.12.5-6. Às vezes, há pontos em que é evidente a busca das correspondências e dos paralelismos lógicos,

¹⁸⁷ Estruturas frasais, fraseologias compostas por duas ou três palavras que formam sintagma especialmente significativo, procedimentos como o cúmulo sinonímico, a aliteração constitutiva, o assíndeto, etc., independentemente dos itens lexicais sobre os quais atuam, “é-se assim levado a falar por fórmulas muito mais que por palavras”, diz Marouzeau (1933, p. 89)

como em LIV.1.24.7-8 e em LIV.1.32.6-13 ou em LIV.29.27.1-4, outras vezes isso falta inteiramente. Em alguns *carmina*, a busca por associações de termos correlativos é clara e mesmo exuberante, como em LIV.8.9.6-8 e sobretudo em LIV.29.27.1-4; em outros, é menos vistosa, como em LIV.1.24.7-8 e em LIV.1.32.6-13, ou muito menos vistosa, como em LIV.25.12.5-6 ou em LIV.25.12.9-10; outras vezes, isso não se encontra nem mesmo minimamente (LUISELLI, 1969, p. 145).

Diante dessas relevantes ponderações, que impedem que se reconheça determinada orientação formal que marque uma autoria especificamente liviana para os *carmina* que transmite, talvez se pudesse convir que se trata de textos que podem ter sido submetidos a modificações maiores ou menores por obra de Lívio, mas que foram em princípio tomados por ele com fidedignidade às suas fontes, que podem evidentemente também ser fruto de reconstruções por parte dos analistas a que recorreu ou dos eruditos que acessou por meio dos analistas ou diretamente. De todo modo, segundo Norden, analistas tinham amplo acesso aos arquivos sacerdotais, onde eram conservados formulários rituais e *carmina* festivos (NORDEN, 1939, p. 89), de forma que não é mau conselho levar a sério os espécimes livianos como correspondentes, *grosso modo*, às práticas próprias ao *carmen*, em seus contextos rituais, abstração feita, como já se indicou, da exatidão com que tal *carmen* vem associado, no texto liviano, a um estrato cronológico específico na evolução dos *carmina*.

Pensando nos *carmina* como uma tradição a que Catão teve acesso e à qual recorreu amiúde, interessar-nos-á antes a possibilidade de acessar um estrato cronológico que possa representar, ainda que com algum desvio, uma situação que corresponda ao que se lhe apresentaria até os meados do século II a.C.. A possibilidade de divisar camadas cronológicas no interior desse patrimônio tradicional que Catão terá podido acessar parece-nos um luxo de que, ao menos por ora, não podemos desfrutar (a tentativa mais ousada nesse sentido é devida a LUISELLI, 1969, p. 162-167, mas Timpanaro a critica, por entender que Luiselli “demonstra excessiva segurança ao distinguir os *carmina* mais antigos dos mais recentes”, TIMPANARO, 1988, p. 266, n. 1).

Ainda com relação à delimitação do *corpus* – e é nossa terceira observação – esclarecemos que não comentaremos diretamente o *carmen saliare* e o *carmen aruale*: o

primeiro porque transmitido em estado demasiado fragmentário para os fins deste estudo, ainda que, como bem nota Giulia Sarullo, “nos raros fragmentos de certa dimensão, podem-se identificar alguns elementos típicos da poesia arcaica” (SARULLO, 2015, p. 320), vale dizer, dos *carmina*, como aliteração (e.g. *pilumnoe poploe*, fr. 9), paronomásia (*dium deo*, fr. 1), homeoteleuto (*cante [...] supplicate*, fr. 1), figura polar (*pennatas impennatasque agnas*, fr. 9) (SARULLO, 2015, p. 320), todos, como se vê, elementos relevantes na elocução dos *carmina*; o segundo porque, como testemunho isolado, embora “um dos raros [*carmina*] que nos foi transmitido diretamente por uma inscrição sem sofrer a intermediação de um historiador ou de um compilador” (SUBIAS-KONOFAL, 2010), apresenta vários problemas atinentes a “um longo processo de *remaniements*” (HORSFALL, 1994, p. 61, n. 5) e aparece em uma “situação isolada [...] quanto ao estilo” (TIMPANARO, 1988, p. 269), escapando, assim, aos propósitos de compreensão tipológica que aqui abraçamos.

Feitos esses esclarecimentos, conforme havíamos apontado, o *corpus* se organiza internamente também, ponto a que aludimos brevemente ao fazer referência às estruturas sintáticas de base que se associam a distintos subtipos de *carmina*. Torna-se então útil estabelecer uma tipologia, para o que se pode apoiar em taxonomias autóctones, como a interessante classificação das preces (*precationes*) por Plínio o Velho (*Nat.28.3.10-21*). Para o autor, elas seriam de três tipos (*alia sunt uerba inpetritis, alia depulsoriis, alia commendationis*, PLIN.*Nat.28.3.11*), em que se incluem expressamente alguns dos espécimes transmitidos alhures acima listados e que estão contemplados no *corpus* analisado abaixo. Infelizmente, contudo, Plínio não categoriza os exemplos, mas oferece braquilogicamente as três categorias e passa a listar diversos exemplos, específicos ou genéricos, deixando ao leitor a tarefa de alocá-los (ou não) nas categorias propostas. Assim, Plínio fala no *inmenso exemplo Deciorum patris filiiue, quo se deuouere, carmen* (PLIN.*Nat.28.3.12*), que, segundo Ernout, são as fórmulas conservadas em LIV.8.9.6-8 e em LIV.10.28.14-18 (ERNOUT, 1962, p. 121); um tracejado do templo pelo áugure no solo (PLIN.*Nat.28.4.15*), tirado aos *Annales* de Calpúrnio Pisão, que evidentemente remete a VAR.L.7.8; a evocação das divindades protetoras da cidade sob cerco, prometendo-lhe um culto em Roma para que ela deixasse a cidade assediada (PLIN.*Nat.28.3.18*), evocação semelhante, senão idêntica, ao que se encontra em MACR.3.9.6-9.

Para Guittard, “toda classificação das preces em uma dada religião apenas pode ser arbitrária” (GUITTARD, 1987, p. 158). Sem dúvida, porém, o esforço classificatório parte da constatação de afinidades não desprezíveis por Plínio, que, veremos, têm ainda correspondência segura na sintaxe de base e também no recurso a formulismos compartilhados; assim, a classificação só se pode ter por parcialmente arbitrária. Teremos decerto que lidar com aqueles casos que não se encaixam no esquema pliniano, para os quais eventualmente pode haver outras tipologias mais adequadas, mas isso não invalida o esforço de agrupar os semelhantes entre si. Na tentativa de conferir operacionalidade às categorias de Plínio, o trabalho de Charles Guittard, que investigou a fundo essa passagem, pode ser de precioso auxílio. O especialista a explicou como segue: “há certas palavras para obter bons augúrios (*uerba impetritis*), outras palavras para afastar as ameaças (*alia depulsoriis*), outras ainda para as orações de recomendação (*alia commendationis*)” (GUITTARD, 1987, p. 158; no mesmo sentido, ERNOUT, 1962, p. 120). Sobre a segunda categoria, veremos adiante (item 3.3.2) que não há total clareza acerca dos *carmina* que aqui se deveriam localizar, mas pensamos ser possível avançar um pouco na discussão, como veremos naquele ponto.¹⁸⁸

Assim concretizadas por meio dessas explanações e pela identificação de exemplares específicos, ainda supérstites, que correspondem, em alguma medida, àquelas categorias, sem que Plínio estabeleça relação entre as categorias e cada exemplo que cita, a taxonomia de Plínio o Velho ganha operacionalidade, e é de acordo com ela que estruturamos os subitens desta derradeira porção do capítulo, com ao menos dois exemplares examinados em cada categoria, o que nos parece essencial para a identificação de recorrências significativas. Demais disso, inserimos, ao fim, categoria não prevista por Plínio relativa ao *ius fetiale*, que conhecemos por meio de fórmulas que dão a ver com clareza a pertença desses espécimes à mais ampla categoria dos *carmina*. O direito, como vimos na avaliação de alguns autores, é campo muito propício à elocução dos *carmina*; no entanto, isso se dá menos na dicção abstrata dos textos normativos, que tratamos no item 3.2 *supra*, como repositório de frases argumentativas, e que se valem de

¹⁸⁸ O verbo *impetrire* deriva da língua augural e significa “buscar obter algo por meio de bons augúrios” (GUITTARD, 1987, p. 161). Enfim, entre as orações de recomendação, esclarece Guittard, há três tipos, “segundo se recomenda aos deuses um simples objeto, uma pessoa ou, mais particularmente, o próprio Estado e a pessoa do príncipe” (GUITTARD, 1987, p. 162). Sobre essas últimas, anota ainda que a prece dos *suouetaurilia* de Catão é exemplo claro: “a fórmula catoniana *uti sis uolens propitius mihi domo familiae*, os temas da *salus*, da *incolumitas*, da *ualetudo* ou da *uictoria* são os elementos constitutivos dessas preces, quer elas acompanhem ritos sacrificiais, quer elas revistam-se da fórmula peculiar do *uotum*” (GUITTARD, 1987, p. 170).

procedimentos de *carmina* de modo mais ocasional, em diálogo com diretrizes analíticas que atendem também a outras demandas que não a performativização da linguagem, e mais na realização de atos jurídicos, como a celebração de contratos ou, como veremos no caso do *ius fetiale*, nas formalidades que envolvem a declaração da guerra ou a celebração de um tratado. É o que passamos a analisar.

3.3.1. Verba inpetrita

3.3.1.1. VAR.L.7.8

	VAR.L.7.8 ¹⁸⁹
<p><i>Tem<pla> tescaque m<eae> f<ines> ita sunt quod ego easte lingua nuncupauero.</i></p> <p><i>Ollaber arbos, quirquir est, quod me sentio dixisse templum tescumque m<ea> f<inis> esto laeuom.</i></p> <p><i>Ollaner arbos, quirquir est, quod me sentio dixisse templum tescumque m<ea> f<inis> esto dextrum.</i></p> <p><i>Inter ea conregione conspicione cortumione utique ea f<ini> rectissime sensi.</i></p>	<p>Lugares construídos e selvagens sejam meu território tais como eu os tiver nomeado com a minha língua.</p> <p>Esta árvore aqui, onde quer que esteja, que eu tenho a intenção de ter nomeado, seja meu território à esquerda, lugar construído e selvagem.</p> <p>Aquela árvore lá, onde quer que esteja, que eu tenho a intenção de ter nomeado, seja meu território à direita, lugar construído e selvagem.</p> <p>Entre elas, [os lugares construídos e selvagens serão] território para direção, observação e interpretação, tais como eu tive a intenção [de ter nomeado] com a máxima correção.</p>

Essa fórmula do áugure, transmitida por Varrão (116 – 27 a.C.), constitui documento relativo ao ritual da *finitio*, ou *limitatio*, por meio do qual o áugure (isto é, um dos membros do colégio dos áugures) demarcava, na *arx* capitolina, o espaço de observação do augúrio que na sequência lhe incumbia interpretar. Trata-se, mais precisamente, de delimitar, “no solo da *arx*, o *templum in terris*, o *auguraculum*” (MAGDELAINE, 1990, p. 38), o que implicaria, segundo Melo, “separar os *templa*, a área de observação propriamente dita, dos *tesca*, ‘áreas selvagens em torno deles’” (MELO, 2019, p. 905). Parece contudo, como notou Lazzeroni, que “a fórmula *templum tescumque*

¹⁸⁹ Reconstrução de NORDEN, 1939, p. 1-106, resumida por BAILEY, 1940, p. 44. O texto é bastante distinto na edição recente de Wolfgang David Cirilo de Melo, embora Melo afirme que considera a discussão de Norden “a contribuição mais fundamental sem a qual o trabalho mais recente sobre esse texto não teria sido possível” (MELO, 2019, p. 905): *Tem<pla> tesca[que] me ita sunt, quoad ego ea rite lingua nuncupauero. Olla uera arbos quirquir est, quam me sentio dixisse, templum tescumque me esto in sinistrum. Olla uera arbos quirquir est, quam me sentio dixisse, te<m>plum tescumque me esto <in> dextrum. Inter ea conregione conspicione cortumione, utique ea rite dixisse me sensi.*

designa, no seu conjunto, o objeto da *limitatio*” (LAZZERONI, 1959, p. 122). Afinal, conforme aponta Norden, a interessante construção paratático-apositiva *templa tescaque meae fines [...] sunt* (por *ut meae fines sunt*, ou *fines templorum tescorumque*), que seria “assinatura de uma forma de discurso originária [...] que desaparece no latim clássico” (NORDEN, 1939, p. 42-43), indica que os limites são dados conjuntamente pelo *templum*, isto é, o *auguraculum*, e pelo *tescum*, cujo “significado é correlativo ao de *templum*: *tescum* é o lugar sagrado aos deuses que os homens não podem nem percorrer, nem cultivar, próximo e anexo ao templo” (LAZZERONI, 1959, p. 122).

O texto, sem que se possa precisar mais que isso, é, para Luiselli, “de extraordinária antiguidade” (LUISELLI, 1969, p. 142), pertencendo “ao extrato mais arcaico das cerimônias religiosas de Roma” (LUISELLI, 1969, p. 142). Faz sentido, inclusive à luz de narrativas como a de LIV.1.18.6-9, a que retornaremos abaixo, neste mesmo subitem, entender que o *carmen* se processa “segundo um rito tão antigo quanto a cidade e que se tem razão de ligar à pré-história da ciência augural” (MAGDELAIN, 1990, p. 38), quando a paisagem do Capitólio era fundamentalmente intocada. Do ponto de vista linguístico, é possível reconhecer, “por meio da análise da linguagem, elementos antigos assim como contemporâneos, o que faz concluir pelo uso [do *carmen*] ao longo de um amplo período de tempo” (SUERBAUM, 2002, p. 34; era já a conclusão de NORDEN, 1939, p. 9). As modificações, contudo, parecem ser no geral mais superficiais, dada a manutenção de formas pronominais, partículas, etc., extremamente antigas que apenas se esclarecem com recurso a outras línguas itálicas (e.g., *ollaner* e *ollaber*, NORDEN, 1939, p. 67). Talvez o próprio uso do *–que* inicial se deva, como propôs Melo, a uma adição posterior, o que implicaria a existência de um assíndeto na abertura da fórmula.¹⁹⁰ É possível que Varrão tenha recebido esse *carmen* de algum amigo do colégio de áugures (NORDEN, 1939, p. 4) e que os elementos modernos se tenham infiltrado na própria transmissão da obra varroniana, diante da dificuldade de compreensão, de um possível erro no desdobramento de abreviaturas, ou de alguma circunstância equivalente. É devida a Norden a mais meticulosa tentativa de restabelecimento da fórmula, em trabalho em que se dedicou a tratar esses problemas na minúcia e que, no que tange à

¹⁹⁰ De acordo com Melo, seguindo sugestão de Crawford, “o *–que* da tradição que coordena *templa* e *tesca* precisa ser apagado, não porque ele seria agramatical ou estranho, mas por causa da discussão em VAR.L.7.10, onde ele acredita que *templa* e *tesca* são idênticos, uma confusão que apenas poderia surgir se esses termos não fossem coordenados. Isso significa que *–que* é uma adição posterior de escriba” (MELO, 2019, p. 905-906).

restituição do texto, é julgado “definitivo” por Luiselli (1969, p. 142), dentre muitos outros especialistas.

Não há dúvidas de que estamos diante de discurso performativo, talvez até mesmo de um guia geral aberto para concretizações específicas,¹⁹¹ em que “as fronteiras são criadas por meio do discurso” (MELO, 2019, p. 905). Indicação bastante clara desse caráter performativo da fórmula augural é o emprego da expressão *lingua nuncupauero*, na primeira frase, introdutória da fórmula propriamente dita. Segundo explica Festo, *uti lingua nuncupassit* equivale a *uti nominarit, locutusue erit* (FEST.176L), constituindo *nuncupare*, conforme Poccetti, Poli e Santi, “antiga expressão técnica”, derivada de *nomen capere*. Segundo os autores, tal expressão:

recorre regularmente nos discursos jurídico e religioso em relação com a pronúncia literal de uma fórmula. Trata-se, na verdade, da pronúncia solene, reproduzida em contextos determinados, que, espera-se, realize uma ação com significado jurídico ou religioso, cujos efeito e obrigatoriedade se esclarecem para ambas as partes já por sua pronúncia (POCCETTI, POLI & SANTINI, 2005, p. 203).

Mais que isso, trata-se, em seu conjunto, de texto formular, a que Varrão se refere como *concepta uerba* (*templum locus augurii aut auspicii causa quibusdam conceptis uerbis finitus. Concipitur uerbis [...], VAR.L.7.8*). Para fins de compreensão, ele pode ser seccionado em três segmentos, a que Norden nomeou *Vorspruch* (*templa tescaque... nuncupauero*), *Spruch* (*ollaber... dextrum*) e *Nachspruch* (*inter ea... sensi*), entendendo-se, portanto, que as duas frases centrais – constituindo repetição idêntica, não fossem as oposições *ollaber/ollaner* e *laeuom/dextrum*, e inclusive isossilábicas, na reconstrução de Norden – constituem o núcleo performativo, enquadradas por uma frase prospectiva (valendo-se, apropriadamente, do futuro *perfectum*, *nuncupauero*) e outra retrospectiva (servindo-se do *perfectum*, *sensi*); diante disso, “a estrutura geral do *carmen* aparece regulada segundo um preciso esquema estruturante” (LUISELLI, 1969, p. 143).

¹⁹¹ É a interessante hipótese de Melo, para quem seria estranho falar em uma árvore, “qualquer que seja”, e anota: “trata-se apenas de um espaço a ser preenchido na fórmula, e o áugure adaptaria esse trecho quando delimitasse o templo dizendo algo como ‘o carvalho aqui à minha esquerda’” (MELO, 2019, p. 906).

A notável estrutura, em que o núcleo performativo é formado por duas frases idênticas, com alteração apenas do referente espacial que alude aos dois lados da *finitio* operada pelo áugure, pode ser entendida como caso extremo de modularidade, nos termos de que se tratou *supra*, item 3.3, isto é, como preenchimento cumulativo e formular de uma mesma posição no eixo sintagmático – aqui, todas as posições da frase, que vêm duplicadas. Trata-se de elemento que se verifica, em domínio itálico, nas *tabulae iguinae* (NORDEN, 1939, p. 216) e que, para alguns, seria não apenas uma culminação da modularidade,¹⁹² mas representaria mesmo um estado mais antigo na (dificilmente determinável) cronologia dos *carmina*: segundo Calboli, “muitas vezes, nos autores arcaicos, não é usada a variação sinonímica, pois se tem simples repetição; também a variação representa uma fase mais avançada” (CALBOLI, 1964-1965, p. 35).

Evidentemente, a modularidade pela repetição, idêntica ou quase, condensa todas as figuras de repetição, como resultado de uma anáfora termo a termo, além do homeoteleuto, ou ao menos forte assonância, produzido na última palavra, variante, nas frases centrais, da fórmula (*laeuom/dextrum*). Afinal, se contrapusermos variante rítmica (forma similar, mas distinta) e invariante rítmica (forma idêntica), entendendo ser o ritmo a ocorrência de retornos formais (DANGEL, 1982), fica patente que, “com a invariante rítmica, o volume sonoro da anáfora e a analogia na construção garantem uma dominante rítmica excepcional. [...] A invariante contém assim, em si, um verdadeiro poder de encantamento” (DANGEL, 1982, p. 145).

Essa estrutura rítmica vem muito conspicuamente condensada no par nocional central *templa tesca(que)*, aliterante e homeotelêutico em todas as suas ocorrências (além das duas primeiras palavras, também em *templum tescumque* nas duas frases centrais). Trata-se, evidentemente, de expressão polar, ou merismo, em que as componentes do par “se subordinam a uma unidade conceitual mais elevada” (NORDEN, 1939, p. 18). Há vários paralelos formulares (NORDEN, 1939, p. 18-20), muitos dos quais são correlativos de local (*urbe arceque, agrum oppidumque, loci regionesque*), e, se “a eles corresponde *templum tescumque*” (NORDEN, 1939, p. 20), neste específico caso o cúmulo modular ainda é realçado pelo aludido paralelismo fônico. Evidentemente, no próprio tecido fônico da porção central da fórmula, os paralelismos podem ser ressaltados (aliteração em /k/: *quirquir est, quod*; assonância em /s/: *sentio dixisse*; assonância em /r/: *ollaber*

¹⁹² “Os procedimentos dessa arte linguística culminam nos casos em que a palavra ou a série de palavras são repetidas de modo idêntico e completo” (de GROOT, 1934, p. 127)

arbos, ollaner arbos). Mas particularmente relevante é, contudo, no último verso, no interior de uma mesma posição sintagmática, o cúmulo de três termos (*conregione conspicione cortumione*). Como bem notou Norden, o paralelismo fônico é notável, pois “os vocábulos tríplex assindéticos amados na linguagem religiosa e legal mostram aqui mesma quantidade de sílabas e nexos por meio de identidade de som no começo e no fim” (NORDEN, 1939, p. 71). Trata-se, no caso, de noções complementares que indicam aspectos da ciência augural a ser desenvolvida no espaço delimitado pela fórmula, replicando assim o mesmo princípio de desmembramento de uma noção superior que se verifica no par central *templa tesca(que)*, com realce da proximidade semântica pela semelhança formal. Veremos, em mais de um caso, que as aliterações promovidas pelo prefixo *con-* constituem verdadeiro estilema da língua performativa (e.g., *infra*, 3.3.4.1, e já *supra*, 3.2.5).

Trata-se, assim, de realização em tudo e por tudo típica da modularidade rítmica que preside à determinação estrutural dos procedimentos dos *carmina*. Conforme bem notou Luiselli sobre esse texto, concomitantemente ao emprego do “recurso expressivo mais característico de todos os antigos *carmina*: [...] enunciação de noções sinonímicas ou de todo modo reciprocamente complementares e paralelas” (LUISELLI, 1969, p. 143), a fórmula augural promove “os jogos de assonâncias (aliteração e homeoteleuto) em cada uma das séries” de noções paralelas, evidenciando o paralelismo ao ouvido (LUISELLI, 1969, p. 143).

É frequentemente pelos ecos de sua recepção que logramos verificar os elementos que, para certa camada de leitores ou ouvintes, tinham relevo em determinado texto ou tipo de texto. Isso é tanto mais verdade, conforme dissemos, em caso de fórmulas rituais, cuja transmissão é prioritariamente pragmática, e não filológica. Temos a sorte, conforme notou Norden, de ter conservado, em Liv.1.18.6-9, eco desse texto ou de algo muito próximo a ele: “a transformação em um estilo narrativo analítico não pode ser observada tão claramente em nenhum outro lugar como no caso apresentado aqui, o único texto arcaico de caráter sagrado cujo modelo foi preservado” (NORDEN, 1939, p. 89). Nos termos de Ogilvie, “Lívio criou uma narrativa a partir de uma fórmula” (OGILVIE, 1965, p. 92). Trata-se do seguinte excerto:

	Liv.1.18.6-10
6. <i>Accitus, sicut Romulus augurato urbe condenda regnum adeptus est, de se quoque deos consuli iussit. Inde ab augure, cui deinde</i>	6. Tendo mandado vir [o áugure], assim como Rômulo adquiriu o reino por meio de um augúrio que determinava a fundação da

honoris ergo publicum id perpetuumque sacerdotium fuit, deductus in arcem, in lapide ad meridiem uersus consedit. 7. Augur ad laeuam eius capite uelato sedem cepit, dextra manu baculum sine nodo aduncum tenens quem lituum appellarunt. Inde ubi prospectu in urbem agrumque capto deos precatus regiones ab oriente ad occasum determinauit, dextras ad meridiem partes, laeuas ad septentrionem esse dixit; 8. signum contra quo longissime conspectum oculi ferebant animo finiuit; tum lituo in laeuam manum translato, dextra in caput Numae imposita, ita precatus est: 9. “Iuppiter pater, si est fas hunc Numam Pompilium cuius ego caput teneo regem Romae esse, uti tu signa nobis certa adclarassis inter eos fines quod feci.” 10. Tum peregit uerbis auspicia quae mitti uellet. Quibus missis declaratus rex Numa de templo descendit.

cidade, [Numa] também ordenou que os deuses fossem consultados a seu respeito. Daí foi conduzido à cidadela pelo áugure, que depois disso foi reconhecido com um cargo vitalício de sacerdote, [e] sentou-se [Numa] sobre uma rocha, voltada para o sul. 7. O áugure, com a cabeça velada, tomou assento à sua esquerda, segurando, na mão direita, um báculo recurvado sem nódoas, a que chamaram *lituus*. Então, quando, tendo divisado a cidade e o campo e imprecado aos deuses, delimitou o espaço de oriente a ocidente, considerou ser regiões da direita as que estavam ao sul e regiões da esquerda as que estavam ao norte. 8. Delimitou em seu espírito uma marca localizada no ponto extremo alcançado pelos olhos; então, tendo passado o *lituus* à mão esquerda e tendo posto a direita sobre a cabeça de Numa, pronunciou uma prece como segue: 9. “Pai Júpiter, se é a vontade dos deuses que este Numa Pompílio, cuja cabeça eu seguro, seja rei de Roma, que tu no-lo deixes claro por meio de sinais certos no interior dos limites que tracei”. 10. Então ele nomeou em palavras os auspícios que queria que fossem mandados. Tendo eles sido mandados, Numa, tendo sido nomeado rei, desceu do templo.

Sem dúvida, é possível perceber nessa narrativa reminiscências da linguagem formular (augural), tal como no *carmen* que nos ocupa: *urbem agrumque* (paralelamente a *templa tescaque*), *regiones... determinauit* (cuja pertença à linguagem técnica dos áugures vem confirmada em nosso *conregione*) e, na fórmula pronunciada pelo áugure, *inter eos fines quod feci* (que ecoa algo como a última frase de nosso texto). Fórmulas semelhantes se encontram, também pela via epigráfica, relativamente à *dedicatio* de templos e altares, como por exemplo *ollis legib[us] ollisque regionibus dabo dedicaboque quas hic hodie palam dixero* (CIL III 1933, de uma tardia dedicação de altar a Júpiter em Salona, em 137 d.C., mas com importantes paralelos anteriores, cf. GORDON, 1983, p. 94-95), em que se podem notar distintas ordens de modularidade e de paralelismo. Não escapará tampouco a coincidência entre a pronúncia do áugure no final do excerto liviano e o *uotum* dos latinos no fragmento das *Origines* com que principiamos nosso tratamento dos *carmina*: *Iuppiter pater* $\approx$ *Iuppiter*; *si est fas... esse* $\approx$ *si tibi... dare... Mezentio*; *uti... nobis adclamassis... feci* $\approx$ *uti nos... facias*.

É notável, assim, que, para Lívio ou para os analistas a que recorreu neste ponto, os *carmina* remetessem ao que lhes parecia estrato de alta antiguidade; com efeito, conforme assinala Norden, “formulários de fórmulas rituais foram conservados nos arquivos dos sacerdotes, *carmina* festivos que deram à invenção espaço de desenvolvimento e ao mesmo tempo o brilho de uma antiguidade autêntica” (NORDEN, 1939, p. 89). Inclusive, em pontos em que cuidava de replicar as próprias fórmulas, com maior ou menor fidedignidade, como já se viu ser o caso em Lívio, a modularidade rítmica vem a primeiro plano. Como exemplo disso, vale a pena examinar brevemente outro trecho de Lívio, em que não se trata propriamente de augúrio, mas que se aproxima, pelo tipo de expediente mobilizado, do que se pôde verificar na fórmula da *finitio* augural:

	Liv.1.26.11
<i>I, lictor, colliga manus, quae paulo ante armatae imperium populo Romano pepererunt. I, caput obnube liberatoris urbis huius arbore infelici suspende uerbera uel intra pomerium, modo inter illa pila et spolia hostium, uel extra pomerium, modo inter sepulcra Curiatorum.</i>	Vai, litor, amarra suas mãos, que, armadas, há pouco adquiriram o poder para o povo romano. Vai, cobre a cabeça do liberador desta cidade; suspende-o de uma árvore infértil; bate nele seja dentro do pomério agora entre aquelas armas e despojos do inimigo, seja fora do pomério, agora entre os sepulcros dos <i>curiati</i> .

Estamos em plena passagem oratória sem pretensão de transmitir fórmula concreta, mas a emulação é evidente. Dangel aponta aqui uma “correspondência formal perfeita”, com recurso a uma “técnica próxima dos *carmina*” (DANGEL, 1982, p. 175, n. 57). Trata-se, assim, de parte de discurso “destinada a relembrar uma fórmula de ritos antigos” (DANGEL, 1982, p. 157), com outros paralelos no texto liviano (e.g., Liv.7.30.7), em que a impiedade do ato de que se fala vem reforçada pela linguagem ritual. É notável o intenso paralelismo, a começar pela anáfora *i... i...*, mas com especial relevância na segunda metade da fórmula, em que as estruturas se replicam, em uma “superposição estrutural” (DANGEL, 1982, p. 176) de dois segmentos isossilábicos, de 19 sílabas cada, feitas as elisões (*uel intra pomerium... hostium; uel extra pomerium... Curiatorum*), também aqui a se referir a uma configuração espacial que vale pelo todo.¹⁹³

Evidencia-se, destarte, uma apropriação, seja específica do *carmen* da *auguratio in arce*, seja genérica dos procedimentos – notadamente a intensa modularidade rítmica

¹⁹³ Note-se que já topamos com o par *intra pomerium/extra pomerium* nas *leges regiae* (III.2, cf. supra, 3.2.1), que também falava na punição de suspender alguém em uma árvore e que vai, portanto, aludido aqui.

produzida pela repetição de estruturas – que nele se verificam, com notável recurso a frases próprios à linguagem performativa, tudo a atestar a longa recepção desses textos e seu emprego como modelos enunciativos na mão de autores posteriores. Evidentemente, trataremos de ver na minúcia a que serviço Catão pôs esses modelos em sua obra, tarefa que será empreendida nos capítulos subsequentes, após esta análise preambular do *corpus* dos *carmina*.

3.3.1.2. Scholia Veronensis¹⁹⁴

	Comentário a VERG.A.10.241
<i>Vt in exercitu prius quam acies instrueretur, is, penes quem imperium auspiciumque erat, in tabernaculo in sella sedes auspicabatur, coram exercitu pullis e cauea liberatis positisque in locum circum sellam suam dicebat:</i>	Tal como, no exército, antes de se pôr a postos a linha de batalha, aquele em cuja mão estavam o comando militar e o poder de conduzir os auspícios, sentado na cadeira curul, no tabernáculo, realizava os auspícios; diante do exército, tendo as galinhas sido liberadas das gaiolas e dispostas em sua posição em volta de sua cadeira, ele dizia:
<i>“Obnuntiato augurium bonum sinisterum solistimum, quisquis uestrum uiderit tripudiatum nuntiato”.</i>	“Que seja proclamado o augúrio bom, favorável, perfeito; quem quer de vós que tenha visto, anunciará o <i>tripudium</i> ” ¹⁹⁵ .
<i>Silentio deinde facto residebat et dicebat:</i>	Tendo-se então feito silêncio, sentava-se novamente e dizia:
<i>“Equites et pedites nomenque Latinum, contubernales, cincti armati paludati, quicumque in haec castra et hoc bello me ducem uestrum estis secuti, nunc augurium, dum sinisterum [...] solistimum quisquis uestrum uiderit, nuntiato”.</i>	“Cavaleiros e peões e [homens] de nome latino, camaradas, cingidos [com a espada], armados, vestidos [com manto militar], quem quer [de vós] que me seguiu, como vosso comandante, a este acampamento e a esta guerra, agora, quem quer de vós tiver visto [o <i>tripudium</i>], favorável, perfeito, proclame o augúrio”.
<i>Deinde ille augurio nuntiato dicebat iterum:</i>	Então, o augúrio tendo sido proclamado, ele dizia outra vez:
<i>“Ergo di, uti placet, a legionibus inuocentur faciantque, quod iis imperabitur, milites imperiumque fidemque meam seruent. Quod conducat salutareque siet, uiros uoca, proelium ineant”.</i>	“Portanto, os deuses, como convém, sejam invocados pelas legiões, e os soldados façam o que se lhes ordena e obedeçam ao meu comando militar e à minha autoridade. Que isso seja vantajoso e salutar, chama os homens, que adentrem a batalha”.
<i>Deinde exercitu in aciem educto iterum ibi auspicabatur. Interim ea mora utebantur, qui testamenta in procinctu facere uolebant.</i>	Então, tendo o exército se retirado em fileira, novamente conduzia aí o augúrio. No entretempo, valiam-se daquele tempo de

¹⁹⁴ Texto segundo: BASCHERI, 1999, p. 123-124.

¹⁹⁵ O *tripudium* é a “queda no chão barulhenta dos grãos em que se alimentam as galinhas sagradas, considerado como um augúrio” (OLD, p. 1976).

	espera os que desejavam fazer um testamento no campo de batalha.
--	--

Trata-se aqui de comentário fragmentário a VERG.A.10.241, com muitas dificuldades de compreensão e um texto infelizmente lacunar e corrompido. Cuida o passo da realização de um augúrio como “preliminar a uma batalha”, pelo comandante que está à frente do exército (PALMER, 1970, p. 88). Infelizmente, há muito pouco contexto, e esse fragmento, pouco estudado, não pode dar margem senão a alguns comentários singelos e provisórios. Para Luiselli, apesar de não haver como determinar precisamente a data (LUISELLI, 1969, p. 149, n. 29), tratar-se-ia de texto bastante antigo, sendo a transmissão por fonte gramatical e antiquária elemento que milita em favor da genuinidade (LUISELLI, 1969, p. 149, n. 29), entendendo-se por genuinidade o fato de corresponder às fórmulas augurais preservadas pelos oficiais romanos em seus arquivos.

Note-se, antes do mais, que a carga performativa das palavras aqui transmitidas é bastante mais reduzida do que no testemunho precedente; trata-se de comandos dirigidos aos soldados, projetados portanto a uma ação que se há de fazer, e não àquilo que se faz enquanto se pronunciam os *concepta uerba* e por obra mesmo dessa pronúncia. Diante disso, talvez se possa ter por problemática a caracterização do testemunho como um *carmen stricto sensu*. Ele traz, contudo, marcas evidentes dos *carmina* na elocução, como se pode constatar de pronto, pelo que pensamos aproximá-lo de um *carmen* augural como o da *finitio* não é de todo impertinente.

As fórmulas transmitidas remetem a alguns dos procedimentos extremos vistos no caso da *auguratio in arce*, com a repetição, nas duas primeiras intervenções do *imperator*, do segmento *sinisterum solistimum*, *quisquis uestrum uiderit tripudiatum nuntiato*, sendo possivelmente atribuível a omissão de *tripudiatum*, na segunda intervenção do *imperator*, à deficiência na transmissão, talvez justamente por um incômodo gerado pela repetição termo a termo. Na primeira intervenção do *imperator*, a estrutura rítmica já se assinala pela *redditio* com variação, isto é, iniciando-se por *obnuntiato* e terminando com *nuntiato*, jogo entre a forma simples e a composta do verbo a enquadrar o conjunto da enunciação. Também internamente, chama a atenção o cúmulo assindético a caracterizar o augúrio, obedecendo à lei dos membros crescentes, com aliteração em /s/ entre os dois últimos membros e homeoteleuto entre todos os três: *bonum sinisterum solistimum*. O nexos *tripudium solistimum* é inteiramente formular e pertencente à língua técnica do

áugure (Cic.Div.1.XV.28; 2.VIII.20; 2.XXXIV.72; em SERV.B.8.29, *tripudium solistimum faciant, quod auspiciū...*), não se podendo descartar que o cúmulo aliterante de *solistimum* com outro adjetivo iniciado por /s/ também o fosse: *ex tripudiis solistimis aut soniuīs*, Cic.Fam.6.6.7).

As variações na segunda intervenção do comandante se apresentam destarte como expansão do segmento inicial, por meio de um longo vocativo composto modularmente (*equites... secuti*). Como se percebe, a articulação interna aos cúmulos e externa, entre eles, dá margem a múltiplas formas de junção, talvez retratando distintas fases da transmissão – mas é estranha, diante da possível antiguidade do texto, a que já se aludiu, a recorrência de *et*. Constatam-se, de todo modo, recurso ao assíndeto entre membros fonicamente aproximados (assonância e homeoteleuto em *cincti armati paludati*) e duplicação de estruturas paralelas na mesma posição sintagmática (*quicumque in haec castra et hoc bello*, aqui para se referir a duas noções contíguas e mesmo parcialmente justapostas). Na terceira e última intervenção do *imperator*, constata-se por fim alguns desdobramentos comparáveis, a saturar as posições sintagmáticas (*imperiumque fidemque meam; conducat salutareque siet*), com recurso mesmo à aliteração em /w/, em um fraseado composto do verbo e de seu objeto (*uiros uoca*)

Embora o estado do texto impeça uma apreciação mais detalhada e convide à prudência, a cumulação modular, enfatizada por distintos procedimentos rítmicos, inclusive a pura repetição, fica assim evidenciada. A constatação não seria desimportante caso se viesse a concluir pela inautenticidade do texto (no sentido de que a fórmula não constasse em documentos prescritivos do ritual romano), pois então teríamos caso relevante de emulação, a exemplo do quanto já discutido a respeito de Tito Lívio, no subitem anterior, o que é testemunha sempre eloquente da recepção daqueles textos, tidos por genuínos e, portanto, ainda que a um passo de distância, fonte para o conhecimento deles.

Sem dúvida, caminho suplementar que poderia ser trilhado seria o exame de fórmulas devidas aos arúspices, adivinhos etruscos ou versados na chamada “arte etrusca”, que “nunca se tornaram *sacerdotes publici populi Romani*” (LENAGHAN, 1969, p. 34), consultados em geral por ordem do Senado ou mesmo privadamente e cujas respostas, no âmbito militar, ao menos em um primeiro momento, “apenas suplementavam aquelas do áugure” (LENAGHAN, 1969, p. 34). Thulin (1906, p. 67-76) lista alguns textos pertinentes (e.g, MACR.3.20.3; *Historia Augusta, Tac.*, 15.1-5), com

muitas dúvidas, no entanto, sobre a autenticidade e sem que se possa atribuir texto algum ao período que nos concerne aqui; mesmo que, nesses testemunhos, fossem transmitidos textos antigos, o que é pouquíssimo provável, são extratos curtos ou reportados em estilo indireto.

Talvez algo se pudesse extrair das citações de Cícero à resposta dos arúspices de 56 a.C., em seu discurso *de haruspicum responso* (notadamente Cíc.Har.X.20, X.21, XVI.34, XVII.36, XVII.37, XIX.40, XXVI.55 e XXVI.56), no qual se identificam procedimentos típicos dos *carmina*, razão pela qual Wuilleumier e Tupet falam em “fórmulas estereotipadas” (WUILLEUMIER & TUPET, 1966, p. 16). No entanto, o texto está cindido em diminutas citações, ainda que um pouco mais extenso em Cíc.Har.XIX.40, com dificuldades que demandariam um tratamento alentado, e de todo modo pouco pertinente nesta sede em que textos posteriores à época de vida de Catão são apenas objeto de interesse lateral, na medida em que possam representar práticas anteriores com algum grau razoável de certeza.

3.3.2. *Verba commendationis*

O fato de não dispormos, para os *uerba inpetrita*, de mais do que um *carmen* propriamente dito impediu naturalmente que se pudessem divisar, no subitem anterior, formas específicas de estruturação daquele tipo de *carmen* – admitindo, com Plínio o Velho, que de fato se trataria de um tipo –, embora tenha ficado sugerido, pela observação de testemunho aproximado daquele gênero, que a repetição de segmentos extensos tenha desempenhado papel de relevo naquele âmbito.

No que diz respeito aos *uerba commendationis*, todavia, é possível identificar um formulário de base, fundamentalmente composto por três momentos: a *inuocatio* (“invocação”), a *precatio* (“pedido”) e a *deuotio* (“promessa”), conforme Thulin reconheceu ao constatar correspondências entre a *deuotio* de Décio e a *precatio* a Marte (THULIN, 1906, p. 55; v., também, as considerações *supra*, sobre FRH.5.9 e, para análise das fontes, *infra*, 3.3.2.1 e 3.3.2.2, respectivamente). A esses segmentos, correspondem determinadas estruturas, que, como se verá adiante, são partilhadas também com uma categoria de *uerba depulsoria*: a *inuocatio* é formada por um vocativo, frequentemente expandido por meio de orações relativas, a *precatio* é geralmente introduzida por uma expressão verbal a que se prende uma sequência de completivas introduzidas por *ut(i)*,

todas no subjuntivo, e a *deuotio* exhibe variação estrutural mais ampla, conforme logo se verá, mas frequentemente se apoia em uma correlação *si...*, *ita...* ou *ut...*, *ita...*

Diante desse enquadramento estrutural geral, deve-se ressaltar que, embora Pighi tenha diferenciado entre preces públicas e privadas (PIGHI, 2007, p. 141ss), “as orações individuais, quer se inscrevam em um calendário litúrgico coletivo, quer respondam a uma situação particular e original, seguem os esquemas das orações públicas, e nelas se encontram os mesmos estilemas, as mesmas constantes verbais e rítmicas” (SUBIAS-KONOFAL, 2010). Não consideramos, por isso, pertinentes distinções dessa ordem para fins de estabelecer uma taxonomia dos *uerba commendationis* ou dos *uerba depulsoria*.

3.3.2.1. CATO.Agr.141.2-3

	CATO.Agr.141.2-3
<i>Ianum Iouemque uino praefamino, sic dicito:</i>	Invocai primeiramente Jano e Júpiter, e assim dizei:
I. <i>“Mars pater, te precor quaesoque, uti sies uolens propitius mihi domo familiaeque nostrae: quoius rei ergo, agrum terram fundumque meum, suouitaurilia circumagi iussi;</i>	I. Pai Marte, eu te suplico e peço que sejas favorável e benfazejo a mim, à minha casa e a nossos dependentes: por essa razão, eu mandei conduzir em torno de meu campo, de minha terra, de minha propriedade, os suovetaurílios;
II. <i>uti tu morbos uisos inuisosque, uiduertatem uastitudinemque, calamitates intemperiasque prohibessis defendas auerruncesque;</i>	II. que impeças, afastes, desvies as doenças visíveis e invisíveis, a esterilidade e a devastação, as calamidades e as intempéries;
III. <i>utique tu fruges, frumenta, uineta uirgultaque grandire beneque euenire siris; pastores pecuaque salua seruassis duique bonam salutem ualetudinemque mihi domo familiaeque nostrae.</i>	III. e que permitas que os frutos e os cereais, as vinhas e os arbustos cresçam e cheguem a bom termo; os pastores e o gado conserves a salvo e dês bem-estar e saúde a mim, a minha casa e a nossos dependentes.
IV. <i>harunce rerum ergo, fundi terrae agrique mei lustrandi lustrique faciendi ergo, sicuti dixi, macte hisce suouitaurilibus lactentibus immolandis esto:</i> <i>Mars pater,</i>	IV. Por essas razões, em razão da lustração de minha propriedade, de minha terra e de meu campo e do término da lustração, segundo eu disse, sejas honrado com o sacrifício destes suovetaurílios que ainda mamam: Pai Marte,

<i>eiusdem rei ergo, macte hisce suovetaurilibus lactentibus esto.</i>	por essa mesma razão, seja honrado com estes suovetaurílios que ainda mamam.
--	---

A *precatio* a Marte – paralelamente a outras *precationes* menores contidas no *De agricultura* que serão brevemente referidas no fim da análise (CATO.Agr.132, 134, 139 e 141) – é certamente peça central nos estudos sobre os *carmina*. Embora haja vozes que se manifestem no sentido de que “esta não é uma prece antiga genuína, mas composta, ou ao menos adaptada, pelo próprio Catão” (CLACKSON & HORROCKS, 2011, p. 163; cf. também COURTNEY, 1999, p. 63), a apreciação geral é que se trata de prece transmitida por Catão, e não composta por ele (POCCETTI, POLI & SANTINI, 2005, p. 253; no mesmo sentido, SANTINI, 1988, p. 224); para Risch, as *precationes* do *De agricultura* seriam mesmo “os mais antigos textos latinos conservados de forma razoavelmente segura” (RISCH, 1984, p. 124), possivelmente “tiradas aos livros dos pontífices”, sugere Luiselli (1969, p. 150). Identificando vínculos importantes com registros itálicos semelhantes (WATKINS, 2001, p. 223), Watkins propõe – com especificação que de pronto se verá – ter-se, na *precatio* a Marte, testemunho de uma poética itálica que remonta ao período que se estende do início aos meados do primeiro milênio a.C. (WATKINS, 2001, p. 224).

Na verdade, a opinião de Watkins sobre a datação do *carmen* está atrelada a uma compreensão de sua própria estrutura, pensada em função dos quatro segmentos que numeramos de I a IV acima. Segundo o autor, as estrofes extremas (I: *Mars pater... iussi*; IV: *harunce rerum ergo... lactentibus esto*) seriam “linguagem religiosa solene da Roma do século III a.C.” (WATKINS, 2001, p. 201), mas as estrofes interiores seriam muito mais antigas:

aninhados no interior dessas camadas externas de linguagem religiosa formal, acalentados e protegidos contra os ventos da mudança, estão os verdadeiros arcaísmos: as estrofes II e III. Se I e IV representam a linguagem tradicional e refletem o uso estilístico de, digamos, um século ou mais antes do século III a.C., então as estrofes II-III devem representar um estado de língua tradicional já àquela época, e talvez anterior à fundação da República romana (WATKINS, 2001, p. 202).

A concepção da parte central da *precatio* como especialmente arcaica, que encontra eco em outros especialistas (cf. SUERBAUM, 2002, p. 35), sustenta-se em análise percuciente de Benveniste, que identificou, naquele núcleo dos segmentos II e III, clara estrutura hierárquica relacionada à representação trifuncional que seria própria ao imaginário social indo-europeu. Assim, a modularidade rítmica, evidente no conjunto do *carmen*, funcionaria diversamente ao longo do texto, casando-se, nesse núcleo conceitual, com a estruturação de um conteúdo complexo. Segundo Benveniste:

Esse texto abunda em expressões duplas e triplas, que se tomam habitualmente por redundâncias próprias aos formulários arcaicos, traindo uma minúcia obstinada. Essas repetições são, na realidade, de caráter muito variado. Na primeira parte da oração, algumas são destinadas a definir sem ambiguidade um sentimento, um ato, um objeto (*uolens propitius, precor quaesoque, agrum terram fundumque*); outras são enumerativas (*mihi domo familiaeque, fruges frumenta uineta uirgultaque*, etc.). Mas outras, e é o que queremos mostrar, são hierarquizantes; podem-se reconhecer aí noções distintas, coordenadas em uma estrutura que não é apenas formal (BENVENISTE, 1945, p. 9).

Com relação à porção central do *carmen*, especialmente nosso segmento II, Benveniste propôs que os três pares de males que devem ser afastados (com três verbos para o afastamento de cada um desses males, justapostos ao fim da frase e na mesma ordem que eles) remetem à tripartição funcional. Segundo o autor, *morbos uisos inuisosque* “advêm da ciência do sacerdote-feiticeiro” (BENVENISTE, 1945, p. 10), e o verbo *prohibere* é o verbo próprio das deprecações; *uiduertatem uastitudinemque* “são as destruições causadas pela guerra”, e o verbo correspondente *defendere* significa afastar por meio de armas (BENVENISTE, 1945, p. 10); enfim, *calamitates intemperiasque* “são os males que atingem as colheitas e devem ser ‘varridos’ ou ‘afastados’ (*auerrunces*)” (BENVENISTE, 1945, p. 10). A conclusão é que, “sob a aparência de uma formulação redundante, percebe-se nessa enumeração um arranjo ordenado segundo categorias sociais” (BENVENISTE, 1945, p. 10).

Na sequência do *carmen*, em nosso segmento III, prossegue Benveniste, há uma hierarquia da mesma ordem, “mas desta vez enumeram-se analiticamente, e para cada elemento do conjunto os bens desejados” (BENVENISTE, 1945, p. 11): “*utique tu fruges, frumenta, uineta uirgultaque grandire beneque euenire siris* [...] anunciam a prosperidade do cultivo; [...] *pastores pecuaque salua seruassis*, isto é, em segundo lugar [...] o grupo dos homens, no caso, criadores; [...] *duisque bonam salutem ualetudinemque mihi domo familiaeque nostrae*, a última classe, aquela dos sacerdotes” (BENVENISTE, 1945, p. 11). É nesses termos então que o *carmen* transmitido por Catão “perpetua concepções altamente arcaicas que põem toda a sociedade em relação simbólica com o ato cerimonial” (BENVENISTE, 1945, p. 12).

Thulin, ainda que sem identificar a concepção que presidiu à ordenação dos módulos nesses segmentos, propusera já que a *precatio* a Marte, que seria “o mais belo exemplo da prosa de arte itálica antiga” (THULIN, 1906, p. 53), desenvolve uma série de correspondências formais, com a distinção de que, “na porção central, os recursos rítmicos são empregados de forma mais forte. Mas a divisão e o paralelismo dos períodos pertencem ao todo do *carmen*” (THULIN, 1906, p. 54). Notou, assim, uma especificidade formal naquela porção central, com uma intensificação das correspondências fônicas. Ora, o que vai ficando claro, assim, é que há uma homologia estrutural entre conteúdo e expressão digna de nota a operar na composição do *carmen*. Vejamos um pouco mais no detalhe como isso se dá.

Nota-se, de partida, que, embora a *inuocatio* seja bastante breve, sem expansão do vocativo *Mars pater*, a *precatio* propriamente dita não é contínua, havendo uma menção à *deuotio* entre dois pedidos, justamente entre o que seria a porção mais recente, ao final do segmento I, e o início da porção mais antiga, nos segmentos II e III: formula-se aí um pedido genérico (*uti sis uolens propitius mihi domo familiaeque nostrae*), imediatamente encadeado com menção breve ao *uotum* (*quouis rei ergo...*), antes de se formularem os pedidos especificados segundo a complexa estruturação desvelada por Benveniste (*uti tu morbos...*), a que se apensa uma *deuotio* também mais ampla (*harunce rerum ergo...*). Ao final do *carmen*, é a *inuocatio* que vem repetida (*Mars pater*), com mais uma menção à *deuotio* (*eius rei ergo...*).

Há portanto uma clara estrutura em *inuocatio*¹ / *precatio*¹ / *deuotio*¹; *precatio*² / *deuotio*²; *inuocatio*² / *deuotio*³, que, mais do que seguir o esquema linear *inuocatio* / *precatio* / *deuotio*, gera uma estrutura de recorrências rítmicas, com uma construção em

anel com as *inuocationes* nos extremos, ritmada internamente e ao fim por repetições parciais do segmento característico que introduz a *deuotio* neste texto (*quoius rei ergo, harunce rerum ergo, eiusdem rei ergo*) e internamente, ao final das duas seções de *precationes*, por uma repetição longa do beneficiário do pedido (*mihi domo familiaeque nostrae*). Somando-se isso às habituais repetições geradas pela acumulação de cláusulas do petitório, abertas por *ut(i)*, essa particular estrutura rítmica vem assim realçada por uma série de recorrências; diferentemente, contudo, do que se viu na fórmula da *finitio* augural, não se trata de repetições enfileiradas com distinção de termos específicos (*ollaber/ollaner; laeuom/dextrum*), mas de repetições puras e simples, sem diferenciação nocional.

No interior desses segmentos, as posições sintagmáticas vêm preenchidas de forma cumulativa, já nas estrofes extremas (I e IV); é o caso dos verbos que introduzem os pedidos (*precor quaesoque*), da disposição favorável que se espera da divindade (*uolens propitius*), do já referido destinatário das benesses (*mihi domo familiaeque nostrae*), do espaço percorrido pelas bestas que serão sacrificadas (*agrum terram fundumque; fundi terrae agrique mei*, em que se notará o quiasma na repetição), da própria noção de lustração (*lustrandi lustrique faciendi*), e mesmo a menção às bestas é um composto ternário assindético (*suouitaurilia*, isto é, *sus, ouis* e *taurus*).

Esses procedimentos se verificam, no entanto, com particular intensidade na porção central (segmentos II e III), já referida, em que todas as noções são desdobradas, mas aqui com amplo uso de recursos fônicos que promovem soldadura entre os constituintes, contribuindo assim, no plano sensível, para a organização nocional. É o caso, notável, das aliterações: em /w/: *uiduertatem uastitudinemque; uineta uirgultaque*; em /f/: *fruges frumenta*; em /p/: *pastores pecuaque*; em /s/: *salua seruassis*. Notar-se-á o emprego exclusivo de *-que* para a cópula e o respeito constante à lei dos membros crescentes. Assim, a modularidade rítmica, para além das repetições estruturais, preenche todo o tecido do *carmen*, que enuncia suas frases obedecendo rigorosamente a um procedimento de cúmulo rítmico dos constituintes, com intensa densidade nocional na porção central, realçada ainda pela aliteração – a que se poderiam adicionar os outros paralelismos fônicos existentes, que não se examinam apenas para não alongar a análise.

Subias-Konofal parece ter sido especialmente feliz ao caracterizar essa *precatio* nos seguintes termos:

Essa prece repousa em uma rede de procedimentos estilísticos que transformam o texto em uma tela nitidamente estruturada segundo uma armadura fixa e reproduzível sobre a qual são bordadas variações. Uma de suas variações próprias é o léxico técnico do mundo agrícola, ao passo que se encontram as constantes da escrita precativa, como as repetições, fônicas ou sintagmáticas (SUBIAS-KONOFAL, 2010).

A especialista identifica, assim, o que nos parece ser essencial na leitura dessa composição, isto é, a ideia de que estamos diante da aplicação de um conjunto de procedimentos, uma diretriz cuja principal característica é sua própria reproduzibilidade. Essa construção tende, aliás, a dissipar o problema da autoria catoniana ou não da *precatio*, uma vez que a própria noção de composição retrocede diante da preeminência dos procedimentos aptos a produzir uma *precatio* desse tipo, que comandam em larguíssima medida o trabalho de qualquer compositor de um específico *carmen*, e das fórmulas (cúmulos verbais e nominais, entre outros frasemas) em que esses procedimentos se condensam.

Aqui podemos novamente nos servir de breve referência a outros textos para indicar esse formulismo corporificado no *carmen*. Plauto, contemporâneo de Catão, inseriu no *Mercator* três versos em que a similaridade, conforme apontou Watkins (2001, p. 217-218), é evidente: *Apollo, quaeso te, ut des pacem propitius, / salutem et sanitatem nostrae familiae, / meoque ut parcas gnato pace propitius* (PL.Mer.678-680). Para além das identidades lexicais evidentes, que apontam para a existência de um estoque de fórmulas (*quaeso te...*; *ut des...*; *propitius...*; *nostrae familiae...*), é o desdobramento aliterante e homeotelêutico *salutem et sanitatem*, justamente por não ter correspondência lexical em Catão (em que pedido de mesma natureza vinha expresso com *bonam salutem ualeitudinemque*) que chama a atenção – trata-se de aplicação de procedimento em autor no qual, aliás, “a cadeia sintática se duplica em uma cadeia fônica” (TRAINA, 1999, p. 63). Desse ponto de vista, a transmissão das fórmulas é, ao mesmo tempo e necessariamente, também transmissão do sistema gerativo.

Muitas das recorrências lexicais – juntamente, portanto, com os procedimentos nelas corporificados – podem ser amplamente atestadas também em documentação

posterior, como bem apontado por Sblendorio Cugusi & Cugusi para Lívio¹⁹⁶ e por Diehl para os *ludi saeculares* realizados por Augusto em 17 a.C..¹⁹⁷ Recorrências de mesmo tipo, lexicais e, conjuntamente com elas, procedimentais, podem ser aferidas também, e de modo particularmente relevante nesta investigação, nas *precationes* menores de Catão, já acima enumeradas e que se encontram abaixo transcritas, com destaque (em negrito) para fórmulas lexicalmente aproximadas às da grande *precatio* a Marte e (com sublinhados) para as diferenças que testemunham justamente essa variação (e dão mostras da produtividade do sistema gerativo):

	CATO.Agr.132.1
<i>Cum pollucere oportebit, sic facies:</i>	Quando for conveniente que se faça uma oferenda, farás assim:
<i>“Iupiter dapalis, quod tibi fieri oportet in domo familia mea culignam uini dapi, eius rei ergo macte hac illace dape pollucenda esto”.</i>	“Júpiter Dapalis, ¹⁹⁸ pois que é conveniente que, na minha casa e em meio aos meus dependentes, te seja feito um cálice de vinho sacrificial, por isso então sejas honrado com este e com aquela refeição sacrificial que deve ser oferecida”.

	CATO.Agr.132.2
<i>Manus interluito postea uinum sumito:</i>	Lava as mãos no entretempo e depois pegue o vinho:
<i>“Iupiter dapalis, macte istace dape pollucenda esto, macte uino inferiori esto”.</i>	“Júpiter Dapalis, sejas honrado com essa refeição sacrificial a ser oferecida, sejas honrado com o vinho derramado”.

¹⁹⁶ Segundo Cugusi e Sblendorio Cugusi, “o texto [da *precatio* a Marte] está entretecido de fórmulas próprias às *precationes*” (SBLENDORIO CUGUSI & CUGUSI, 1996, 189), o que concluem justamente ao citar diversos paralelos, dentre os quais os seguintes livianos: LIV.9.8.8-10: *uos di immortales precor quaesoque... nouos consules... ita... gerere bellum prospere uelitis*; LIV.29.27.2-4: *diui diuaeque... uos precor quaesoque uti... ea bene uerruncet... saluos incolumesque... uictores... mecum domo reduces sistatis*; LIV.1.16.3: *pacem precibus exposcunt, uti uolens propitius suam semper sospitet progeniem*; LIV.7.26.4: *precatus deinde, si diuus si diua esset... uolens propitius adesset*; LIV.31.5: *ea res uti populo Romano... bene ac feliciter eueneniret*; LIV.1.32.8: *patriae compotem me numquam siris esse*; LIV.22.10: *si res publica p. R. ... salua seruata erit hisce duellis*.

¹⁹⁷ Para o que aqui importa, Diehl (1934b, p. 358-363) identificou as seguintes formulações nos *acta ludorum saecularium*, com as correspondências em Catão indicadas entre parênteses: *quarumque rerum ergo* (≈ CATO.Agr.139;141.2), *uos quaeso precorque* (≈ CATO.Agr.141.2), *uictoriam ualeitudinemque* (≈ CATO.Agr.141.3), *saluam seruetis* (≈ CATO.Agr.141.3), *mihi domo familiae* (≈ CATO.Agr.141.3), *macte hac agna femina inmolanda* (≈ CATO.Agr.139), *uolentes propitiae* (≈ CATO.Agr.132;134.3;139;141.3).

¹⁹⁸ Trata-se de “epíteto de Júpiter, [significando] ‘a quem se oferece um sacrifício’” (ERNOUT & MEILLET, 2001, p. 164).

	CATO.Agr.134.2
<i>Iano struem commoueto sic:</i>	Leva a <i>strues</i> [sacrificial] ¹⁹⁹ a Jano assim:
<i>“Iane pater, te hac strue [c]ommouenda bonas preces precor, uti sies uolens propitius mihi <u>liberisque meis</u> domo familiaeque meae”.</i>	“Pai Jano, impreco-te com boas preces com esta <i>strues</i> [sacrificial], para que sejas favorável e benfazejo a mim, aos meus filhos, a minha casa e aos meus dependentes”.

	CATO.Agr.134.2
<i>Fertum Ioui [c]ommoueto et mactato sic:</i>	Leva a oferenda de <i>ferctum</i> ²⁰⁰ a Júpiter e o honra assim:
<i>“Iupiter, te hoc fercto obmouendo bonas preces precor uti sis uolens propitius mihi <u>liberisque meis</u> domo familiaeque meae mactus hoc fercto”.</i>	“Júpiter, impreco-te com boas preces com este <i>ferctum</i> , para que sejas favorável e benfazejo a mim, aos meus filhos, a minha casa e aos meus dependentes, honrado [que estás sendo] com este <i>ferctum</i> ”.

	CATO.Agr.134.3
<i>Postea Iano uinum dato sic:</i>	Depois, dá o vinho a Jano assim:
<i>“Iane pater, uti te strue commouenda bonas preces bene precatus sum, eiusdem rei ergo macte uino inferiori esto”.</i>	“Pai Jano, assim como eu bem te imprequei com boas preces, com uma <i>strues</i> [sacrificial], pela mesma razão, sejas honrado com o vinho derramado”.

	CATO.Agr.134.3
<i>Postea Ioui sic:</i>	Depois, a Júpiter assim:
<i>“Iupiter, macte isto fercto esto, macte uino inferiori esto”.</i>	“Júpiter, sejas honrado com este <i>ferctum</i> , sejas honrado com o vinho derramado”.

	CATO.Agr.139
<i>Lucum conlucare Romano more sic oportet: porco piaculo facito, sic uerba concipito:</i>	Convém aparar um bosque assim, de acordo com o costume romano: dá um porco como vítima expiatória e enuncia as seguintes palavras:
<i>“Si deus, si dea es, quouum illud sacrum est, uti tibi ius est porco piaculo facere illiusce sacri coercendi ergo <u>harumque rerum ergo</u>, siue ego siue quis iussu meo fecerit, uti id</i>	<i>“Quer sejas tu um deus, quer sejas uma deusa, a quem este [bosque] é consagrado, como se deve dar a ti um porco como vítima expiatória, pela poda deste [bosque] consagrado, por este</i>

¹⁹⁹ Trata-se de uma oferenda sacrificial. Cf. FEST.408L. Referências em GOUJARD, 1975, p. 281.

²⁰⁰ Outra oferenda sacrificial, relacionada à *strues* Cf. FEST.75L: *ferctum genus libi dictum, quod crebrius ad sacra ferebatur; nec sine strue, altero genere libi, quae qui adferebant struferctarii appellabantur* (“*ferctum* é uma espécie de bolo, que muito frequentemente era levado aos ritos religiosos; e não sem a *strues*, um outro tipo de bolo, de modo que aqueles que levavam esses bolos eram chamados *struferctarii*”).

<i>recte factum siet, eius rei ergo te hoc porco piaculo immolando bonas preces precor, uti sies uolens propitius mihi domo familiaeque meae liberisque meis: harumce rerum ergo macte hoc porco piaculo immolando esto</i> ".	motivo, para que seja feito corretamente, seja por mim, seja por alguém a meu mando que o fizer, eu te impreco com boas preces, sacrificando este porco como vítima expiatória, para que sejas favorável e benfazejo a mim, a minha casa, aos meus dependentes e aos meus filhos: por estas razões, sejas honrado com esse porco como vítima expiatória que há de ser sacrificado".
--	---

	CATO.Agr.141.1
<i>Agrum lustrare sic oportet: impera suovetaurilia circumagi:</i>	Convém assim purificar o campo: ordena que as vítimas dos suovetaurílios sejam conduzidas em torno [do campo]:
<i>"Cum diuis uolentibus quodque bene eueniat, mando tibi, Mani, uti illace suovetaurilia fundum agrum terramque meam quota ex parte siue circumagi siue circumferenda censeas, uti cures lustrare"</i> .	"De acordo com a vontade dos deuses e de modo que chegue a bom termo, eu te envio, Mânio, para que permitas que minha propriedade, meu terreno e meu campo sejam circundados ou circunscritos com estes suovetaurílios, em qualquer parte, para que cuides de [os] purificar".

	CATO.Agr.141.4
<i>Si minus in omnis litabit, sic uerba concipito:</i>	Se não tiveres feito um sacrifício aceitável, enuncia as seguintes palavras:
<i>"Mars pater, quod tibi in illisce suovetaurilibus lactentibus neque satisfactum est, te hisce suovetaurilibus piaculo"</i> .	"Pai Marte, pois que a ti não satisfez algo naqueles suovetaurílios que ainda mamam, eu te [honro com] estes suovetaurílios como vítimas expiatórias".

	CATO.Agr.141.4
<i>Si uno duobusue dubitabit, sic uerba concipito:</i>	Se houver dúvida relativamente a uma ou duas [das vítimas], enuncia as seguintes palavras:
<i>"Mars pater, quod tibi illoc porco neque satisfactum est, te hoc porco piaculo"</i> .	"Pai Marte, pois que a ti não satisfez algo naquele porco, eu te [honro] com este porco como vítima expiatória".

O formulário com *inuocatio* distinta (vocativo com ou sem palavra qualificativa), em CATO.Agr.139, ver-se-á de pronto, é também parte do estoque formular (*si deus, si dea es*) (WEST, 2007, p. 103, n. 95). Justifica-se, à luz desses testemunhos, a ideia de que, conjuntamente com fórmulas concretas (formularidade cuja consciência fica bem indiciada na frequente introdução dessas *precationes* pela expressão *sic uerba concipito*),

vai-se transmitindo, em Catão e paralelamente a ele (e.g., em Plauto), bem como certamente antes e depois dele (em Lívio, nas *acta ludorum saecularium*, entre outros), um sistema gerativo de enunciação formal, em princípio e fundamentalmente atrelado aos *carmina*, mas com potencial para se replicar também alhures, com as implicações inter e intragenéricas que se hão de averiguar a cada ponto, conforme já tivemos a ocasião de assinalar no tratamento dispensado a certas modalidades de frases narrativas e argumentativas. Veremos que, de posse desse sistema gerativo, é o próprio Catão quem o aplicava – seguindo modelos procedimentais de transposição entre gêneros que já antes se aplicavam às frases narrativa e argumentativa – em sua prosa historiográfica e oratória. É sem dúvida nesse complexo sentido que podemos referendar a avaliação de Sblendorio Cugusi e Cugusi, para quem a grande *precatio* a Marte “é um texto importante para fins do estudo da progressiva criação da prosa de arte latina” (SBLENDORIO CUGUSI & CUGUSI, 1996, p. 187). Trata-se, afinal, de texto que dá corpo a uma série de procedimentos que foram sendo reprocessados e postos a uso como instrumento privilegiado para disciplinar a elocução de distintos gêneros prosaicos.

3.3.2.2. LIV.8.9.4-8

	LIV.8.9.4-8
4. <i>In hac trepidatione Decius consul M. Valerium magna uoce inclamat:</i>	4. Em meio a essa perturbação, o cônsul Décio clama a Marco Valério, em alta voz, e [diz]:
“ <i>Deorum</i> ”, inquit, “ <i>ope, M. Valeri, opus est; agedum, pontifex publicus populi Romani, praei uerba quibus me pro legionibus deuoueam</i> ”.	“Marco Valério, o auxílio dos deuses é fundamental; vem então, pontífice oficial do povo romano, dita as palavras com as quais eu devo me dar em voto pelas legiões”.
5. <i>Pontifex eum togam praetextam sumere iussit et uelato capite, manu subter togam ad mentum exserta, super telum subiectum pedibus stantem sic dicere:</i>	5. O pontífice lhe ordena que tome a toga <i>praetexta</i> e, tendo coberto a cabeça com um véu, tendo esticado uma mão para fora da toga, posta no queixo, que, estando de pé sobre uma lança posta sob seus pés, fale assim:
“6. <i>Iane Iuppiter Mars pater Quirine Bellona Lares Diui Nouensiles Di Indigetes Diui quorum est potestas nostrorum hostiumque Dique Manes, uos precor ueneror ueniam peto oroque 7. uti populo Romano Quiritium uim uictoriam prosperetis, hostesque populi Romani Quiritium terrore formidine morteque adficiatis. 8. Sicut uerbis nuncupauit, ita pro re publica populi Romani Quiritium, exercitu legionibus auxiliis populi Romani Quiritium,</i>	“6. Jano, Júpiter, Pai Marte, Quirino, Belona, Lares, deuses novos, deuses tutelares, deuses que têm poder sobre nós e nossos inimigos, deuses Manes, eu vos suplico, imploro, peço vossa graça e rogo 7. para que favoreçais a força e a vitória do povo romano dos Quirites, e que acometais os inimigos do povo romano com medo, pavor e morte. 8. Assim como eu pronunciei [as fórmulas] com palavras, assim também, que pela república do povo romano dos Quirites, pelo exército, pelas legiões

<i>legiones auxiliaque hostium mecum Deis Manibus Tellurique deuoueo</i> ”.	auxiliares do povo romano dos Quirites, as legiões e os auxiliares dos inimigos, junto comigo, eu as dou em voto aos deuses Manes e à Terra”.
---	---

A tripartição linear da *deutio* de Décio fornece a essa fórmula estrutura evidente em que se seguem *inuocatio* (*Iane... Manes*), *precatio* (*uos precor... adficiatis*) e *deutio* (*sicut uerbis... deuoueo*). Trata-se da fórmula performativa (*praei uerba*, expressão técnica, segundo a qual alguém dita a fórmula para que outrem a pronuncie, cf. PLIN.Nat.28.11) que teria sido recitada pelo cônsul Públio Décio Mus, em 340 a.C., na Batalha do Vesúvio, em que pede aos deuses que conceda a vitória a seu exército (*precatio*) em troca de sua própria imolação e da dos inimigos (*deutio*). O intento programado, prossegue a narrativa, realizou-se, com a morte de Décio e a vitória romana.

Trata-se de episódio famoso na história de Roma, matéria de dois versos de uma tragédia perdida de Ácio (ACC.687-688), com forte emulação da elocução dos *carmina* (*Te sancte, uenerans precibus, inuicte, inuoco / portenta ut populo, patriae uerruncent bene!*), para citar exemplo destacado em recepção bastante mais vasta (sobre o episódio, cf. JANSSEN, 1981). O passo liviano é, em geral, tido por inautêntico, no sentido de que não se trataria dos *ipsissima uerba* pronunciados por Décio no evento histórico, mas de uma reconstrução, devida seja a Lívio, seja a uma das fontes de que se serviu. É a opinião de Magdelain, para quem se trataria de construção “recente” (MAGDELAIN, 1978, p. 53-54) ou “lendária” (MAGDELAIN, 1990, p. 48, n. 141). À luz do quanto examinamos até aqui, essa caracterização merece ponderação; afinal, se “a linguagem desse texto pode conter alguns elementos relativamente recentes [...], isso não significa que o *carmen* associado com o rito era de origem recente” (MCGANN, 1958, p. 302, p. 3), muito menos que frases e outros componentes do sistema formular o fossem. Ademais, como resultado de uma composição que atende às exigências de um sistema gerativo formular, inserindo-se em uma tradição compositiva, o *carmen*, autêntico ou não, é sempre imitação de *carmina* autênticos, para recorrer a expressão de Pasquali, que também o julgava inautêntico em sentido estrito:

sua construção [dos *carmina*], já dissemos sua “ossatura”, é tão evidente e característica, que se consegue, no confronto, descobrir, em Lívio, imitações de outras fórmulas semelhantes não transmitidas diretamente, por exemplo quando ele narra, a

respeito do cônsul de 340, Lúcio Décio Mus, que (Liv.8.9.6-8), na guerra contra os latinos, na batalha às encostas do Vesúvio, consagrou a si mesmo aos deuses íferos para obter a vitória (PASQUALI, 1936, p. 76).

Se o próprio enfileiramento de divindades já é uma forma de cumulação modular na *inuocatio*, com recurso a uma oração relativa (*quorum est potestas nostrorum hostiumque*), correspondente a antiquíssimo esquema clético, segundo o qual, “onde uma divindade tradicional está envolvida, na literatura grega como na romana, uma oração relativa frequentemente indica seu *habitat* permanente ou sua função” (JOCELYN, 1967, p. 170; cf. também PASCUCCI, 1983a, p. 315; FALCONE, 2013, p. 311), é na abertura da *precatio* que a longa expressão verbal (*precor ueneror ueniam peto oroque*), regendo os dois pedidos encabeçados por *uti*, produz cúmulo em tudo e por tudo estereotipado como verdadeiro marcador genérico (cf., adiante, item 3.3.2.3, dentre outros). A despeito de tentativa de identificar uma precisa distinção entre as noções que compõem a expressão verbal em questão,²⁰¹ fato é que há preeminência na determinação da fórmula pelo próprio procedimento cumulativo (como já no *precor quaesoque* da grande *precatio* a Marte catoniana), capaz, por evidente, mas em razão do próprio constrangimento formular, de convocar conotações complementares na sucessão dos constituintes; “a formulação de um sentido nasce de uma rede de constrangimentos e de correspondências verbais” (DANGEL, 1997, p. 122). Conforme Szantyr, “a longa antiguidade da fórmula *precor, ueneror, ueniam peto* está fora de dúvidas” (SZANTYR, 1971, p. 44). Para o autor, “com completude primitiva, está contido nessa fórmula tudo o que pertence ao formulário do *carmen*: o pedido, o elogio da bondade dos deuses e a demanda expressa pela boa-vontade dos deuses” (SZANTYR, 1971, p. 45).

Nos dois pedidos, as noções centrais daquilo que se pede, de um lado, em favor do povo romano e, de outro, em desfavor dos inimigos, há oportunidade para cúmulo, aliterativo e assindético no primeiro caso (em /w/: *uim uictoriam*), com cópula em *–que*

²⁰¹ “Se as orações transmitidas por Catão são todas de natureza jurídica, não se dá o mesmo com as fórmulas da *deuotio* e da *euocatio*. Nós identificamos aí verdadeiros duplos de expressão, que correspondem à fusão de duas correntes originariamente distintas. Com efeito, nas duas orações, o *precor* é reforçado pelo *ueneror ueniamque peto*: o *precor* promete uma cláusula jurídica que não tarda a ser precisada – ao fim da fórmula da *euocatio*: *si ita feceritis, uoueo uobis templa ludosque facturum* – e ao fim da fórmula da *deuotio*: *sicut uerbis nuncupauit, ita pro re publica populi Romani Quiritium legiones auxiliaque hostium mecum deis Manibus Tellurique deuoueo*” (SCHILLING, 1954, p. 55).

no segundo (*terrore formidine morteque*), talvez a promover justamente dissociação entre as duas primeiras noções (*terrore formidine*), mais próximas, que respeitam a lei dos membros crescentes entre si, e a última, que extrapola a sinonímia. Na *deuotio*, que recorre à estrutura correlativa comum *sicut... nuncupauit, ita... deuoueo* (assinalando o nexo entre a pronúncia ritual, com o termo técnico *nuncupauit*, e o efeito performativo da pronúncia), além dos cúmulos, ora assindéticos (*exercitu legionibus auxiliis*), ora sindéticos (*legiones auxiliaque*), recorre-se à efetiva repetição de constituinte (*populi Romani Quiritium*).

Constata-se, assim, o recurso à cumulação modular, com emprego de alguns procedimentos rítmicos tendentes a destacar a modularidade da construção, isto é, valendo-se dos instrumentos próprios a evidenciar a saturação das posições do eixo sintagmático dentro da estrutura sintática de base dos *uerba commendationis uel depulsoria*.

O que talvez seja mais interessante é que o passo vem, por assim dizer, complementado, um pouco mais à frente (Liv.10.28.15-18), quando o filho de Décio faz outra *deuotio*, que teria sido formulada nos mesmos termos da primeira, mas dotada de um adendo, aludido em discurso indireto por Lívio. Veja-se:

	Liv.10.28.15-18
<p>15. <i>Deuotus inde eadem precatatione eodemque habitu quo pater P. Decius ad Vesperim bello Latino se iusserat deuoueri, 16. cum secundum sollemnes precatationes adiecisset prae se agere sese <u>formidinem ac fugam caedemque ac cruorem, caelestium inferorum iras, 17. contacturum funebribus diris <u>signa tela arma</u> hostium, locumque eundem suae pestis ac Gallorum ac Samnitium fore, – 18. haec exsecratus in se hostesque, qua confertissimam cernebat Gallorum aciem, concitat equum inferensque se ipse infestis telis est interfectus.</u></i></p>	<p>15. Tendo então se dado em voto, com a mesma <i>precatio</i> e com a mesma vestimenta com que seu pai, Públio Décio, ordenara ser ele mesmo dado em voto, na guerra latina, às margens do rio Visera, 16. então, após ter acrescentado, de acordo com as <i>precatationes</i> solenes, que ele agitaria diante de si o medo e a fuga, a morte e o sangue, as iras dos [deuses] celestes e íferos, 17. que tocaria com maldições funestas as insígnias, as armas ofensivas e defensivas dos inimigos e que o mesmo lugar de sua ruína seria o da [ruína] dos gauleses e dos samnitas, 18. tendo então amaldiçoado a si e aos inimigos, impele o cavalo para onde via estar mais compacta a fileira dos gauleses, ele mesmo se lançou e foi morto pelas armas dos inimigos.</p>

Justamente na porção que se refere à pronúncia solene complementar à de Públio Décio, sob o discurso indireto de Lívio, encontram-se, de forma mais proeminente talvez do que no texto da *deuotio* de Décio, alguns dos procedimentos centrais no sistema

formular dos *carmina*: as aliteraões em cópulas sinonímicas (em /f/: *formidinem ac fugam*; em /k/: *caedemque ac cruorem*), expressão polar (*caelestium inferorum iras*), bem como um cúmulo trimembre assindético homeotelêutico (*signa tela arma*). Não é de estranhar que diante disso Magdelain avalie, embora sem expor seus argumentos, que “a única *deuotio* autêntica parece ser a de 295, Liv.10.28” (MAGDELAIN, 1990, p. 48. n. 141). Nesse apensar-se um texto a outro, como reforço ao voto de si mesmo e do exército inimigo como sacrifício aos deuses em troca da vitória, exemplifica-se, sobretudo, a própria modularidade dos *carmina*, sujeitos a expansões, sempre, ao menos virtualmente, extensíveis e que alcançam essa elasticidade justamente apoiando-se em estoque de recursos composto seja pelas fórmulas transmitidas, seja pelas estratégias desenhadas nas fórmulas, que com elas solidariamente se transmitem e permitem assim continuar compondo dentro de uma tradição.

3.3.2.3. LIV.29.27.1-4

	LIV.29.27.1-4
<i>1. Vbi illuxit, Scipio e praetoria naue silentio per praeconem facto</i>	1. Quando o dia nasceu, tendo-se feito silêncio por obra do arauto, Cipião disse, de seu navio almirante:
<i>“2. Diui diuaeque”, inquit, “qui maria terrasque colitis, uos precor quaesoque uti quae in meo imperio gesta sunt, geruntur, postque gerentur, ea mihi, populo plebique Romanae, sociis nominique Latino qui populi Romani quique meam sectam, imperium auspiciumque terra mari amnibusque secuntur, bene uerruncet, 3. eaque uos omnia bene iuuētis, bonis auctibus auxitis; saluos incolumesque uictis perduellibus uictores, spoliis decoratos, praeda onustos triumphantesque mecum domos reduces sistatis; inimicorum hostiumque ulciscendorum copiam faxitis; 4. quaeque populus Carthaginiensis in ciuitatem nostram facere molitus est, ea ut mihi populoque Romano in ciuitatem Carthaginiensium exempla edendi facultatem detis”.</i>	“2. Deuses e deusas que habitais mares e terras, eu vos suplico e imploro que aquilo que se realizou, se realiza e se realizará posteriormente sob o meu comando tenha bom êxito para mim, para o povo e para a <i>plebs</i> romana, para os aliados e para os latinos que seguem a direção, o comando militar e os auspícios, por terra, mar e rios, do povo romano e meu, 3. e que vós favoreçais todas essas realizações e que as protejais com bons incrementos; permitai reconduzir para casa comigo os vencedores salvos e incólumes, tendo sido vencidos os inimigos, ornados com despojos, carregados de butim e em triunfo; que vós deis poder para ferir os oponentes e os inimigos; 4. e aquilo que o povo cartaginês tramou fazer contra a nossa cidade, daí a mim e ao povo romano poder para produzir, nos mesmos moldes, contra as cidades cartaginesas”.

A *precatio* de Cipião Africano (cônsul em 205 a.C.), na avaliação de Luiselli, teria sido aproveitada por Lívio de relato do analista Célio Antípatro (fim do s. II a. C., cf.

CORNELL, 2013, 1, p. 256-257), que se teria servido, por sua vez, das memórias do próprio Cipião Africano (LUISELLI, 1969, p. 154-155). Embora levante os problemas de que já se tratou de forma geral com relação aos *carmina* transmitidos por Lívio, e a despeito de não comparecer aqui a seção da *deuotio*, que, já alertamos, é a parte menos estável na tripartição estrutural das *precaiones* – mas também, note-se, o ponto em que se evidencia a natureza performativa do *carmen* –, esse excerto corrobora as análises até aqui empreendidas.

A *inuocatio*, vazada em merismo altamente formular, *diui diuaeque* (WEST, 2007, p. 103, n. 95), e complementada por meio de relativa que também recorre a expressão polar (*maria terrasque*, ampliada depois, na *precatio*, em um cúmulo trimembre, *terra mari amnibusque*), segue-se a *precatio* propriamente dita, regida (como na grande *precatio* catoniana) por *precor quaesoque*, a que se subordinam diversas orações no subjuntivo, regidas por *uti*, algumas com subordinações internas múltiplas (... *uerruncent*, ... *iuuetis*, ... *auxitis*, ... *sistatis*, ... *faxitis*), o último item da *precatio* dando azo à retomada da conjunção (*ut... detis*). Nas subordinações internas, para além do ablativo absoluto (*uictis perduellibus*), são notáveis as estruturas correlativas, com relativo anteposto retomado pelo demonstrativo (*quae in meo...*, *ea mihi...*; *quaeque populus... ea ut*), assim como o uso de relativas em substituição a componentes nominais (*qui... quique secuntur*), fenômeno que já identificamos em outros gêneros textuais (v., *supra*. 3.2.3 e 3.2.4) e que permite justamente o alargamento da expressão, favorecendo, no caso concreto, a ampliação das posições sintagmáticas no *carmen*.

Como se poderia esperar a esta altura da análise, os módulos cumulativos abundam. Para além dos já mencionados *precor quaesoque* e *maria terrasque / terra mari amnibusque*, é o caso das expressões verbais *gesta sunt*, *geruntur*, *postque gerentur* (com a *deriuatio* gerada pelo desdobramento temporal de nosso verbo), do destinatário do pedido (*mihi populo plebique Romanae, sociis nominique Latino*, com disposição dos membros em ordem crescente e aliteração em /p/: *populo plebique*, cúmulo posteriormente abreviado no último item do petitório para *mihi populoque Romano*), do grupo nominal *meam sectam, imperium auspiciumque* (novamente em ordem crescente). É também o caso dos desdobramentos de uma mesma noção em sinônimos próximos, *saluos incolumesque* e *inimicorum hostiumque*, ao lado de outros componentes que, sem ocupar a mesma posição no eixo sintagmático, exibem nexos sintático ou semântico

estreito e vêm marcados pelo recurso ao paralelismo fônico (*auctibus auxitis, uictis... uictores*).

Várias dessas expressões são formulares e recorrem em contextos alusivos a rituais ou deles reminiscentes: *populo plebique* (Cic.Ver.2.5.XIV.36; Mur.I.1; abreviada em um *senatus consultum* transmitido também por Cícero: *ad populum pl.ue ferrent*, Cic.Fam.8.8.5); *imperium auspiciumque* (já encontrado *supra*, itens 3.1.2 e 3.3.1.2, também em PL.Am.196: *ductu imperio auspicio suo*); *auctibus auxitis* (SAL.Rep.1.7.4). Há, assim, concreta ancoragem desse *carmen* no sistema formular dos *carmina* rituais que aqui particularmente nos interessam.

Ainda que se distinga, assim, dos exemplos anteriores, pelo recurso a múltiplas relativas no interior do petitório (mas também na *inuocatio*), a *precatio* de Cipião Africano exhibe conjunto significativo de procedimentos de elocução que particularizam os *carmina*, transmitidos em estreita conexão com componentes lexicais que integram esse sistema formular. Evidentemente, seria de grande interesse saber se recursos específicos como o emprego de relativas e correlativas se insere em alguma cronologia do gênero; no entanto, diante das já mencionadas dificuldades para o estabelecimento do *corpus*, tal tentação deve, ao menos nos quadros deste trabalho, ser refreada.

3.3.3. *Verba depulsoria*

Não é de todo evidente o que Plínio estava a entender por *uerba depulsoria*, que literalmente significa “palavras que afastam”; o que se estaria a afastar propriamente? Ao tratar das fórmulas religiosas, em passagem que, para Ernout, é vazada “em termos mais ou menos similares” aos de Plínio (ERNOUT, 1962, p. 120, §11, n. 1), Valério Máximo, embora fale em *portentorum depulsiones* de acordo com a *Etrusca disciplina*, pelo que se deve entender a atuação dos arúspices (sobre os quais, cf., *supra*, item 3.3.1.2) (V.MAX.1.1.1a), não especifica aqueles casos em que a atuação dos arúspices afasta portentos, para que entendamos do que se trata. Em listagem subsequente, em que reencontramos as noções de *uerba inpetrita* e de *uerba commendationes*, entre outras categorias, Valério não retoma as *depulsiones*.²⁰² Portanto, não conseguimos avançar muito na compreensão do texto pliniano sobrepondo-o ao de Valério Máximo.

²⁰² O, trecho em sua integralidade, é o seguinte: *Maiores statas sollemnesque caerimonias pontificum scientia, bene gerendarum rerum auctoritate<s> augurum obseruatione, Apollinis praedictione<s> uatum libris, portentorum depulsi<one>s Etrusca disciplina explicari uoluerunt. Prisco etiam instituto rebus*

Como, mais adiante, em enumeração de *carmina* que não obedece à tripartição inicial, Plínio menciona *carmina* empregados para curar ou afastar uma doença, talvez estivesse mirando esses *carmina medica*. De fato, *depulsio* vem frequentemente associado com o nome de uma doença (*depulsio caecitatis*, *depulsio pestilentiae*, etc.), e Plínio menciona *carmina* pronunciados para curar ou evitar doenças, afirmando, por exemplo, que César costumava, “após ter caído uma vez de seu veículo, sempre que se sentava, como a maioria hoje sabemos fazer, garantir a segurança dos deslocamentos com um *carmen* cantado três vezes” (*Caesarem dictatorem post unum ancipitem uehiculi casum ferunt semper, ut primum consedisset, id quod plerosque nunc facere scimus, carmine ter repetito securitatem itinerum aucupari solitum*, PLIN.Nat.28.21). Poder-se-ia, assim, cogitar algo como o *carmen* medicinal transmitido por Varrão:

	VAR.L.6.21
[...] <i>quod Flaccus flamen Martialis dicebat hoc die solitum uinum <nouum> et uetus libari et degustari medicamenti causa; quod facere solent etiam nunc multi cum dicunt:</i>	[...] porque Flaco, sacerdote de Marte, dizia que era costumeiro, nesse dia, fazer uma libação de vinho novo e velho e degustá-lo como remédio; o que ainda hoje muitos costumam fazer ao dizer:
“ <i>Nouum uetus uinum bibo: nouo ueteri morbo medeor</i> ”.	“Novo e velho vinho eu bebo: uma nova e velha doença eu curo”.

Trata-se de fórmula “marcada por completo paralelismo e assíndeto entre os adjetivos” (MELO, 2019, p. 830), para além do poliptoto *nouum uetus... nouo ueteri* e das aliteraões em /w/: *uetus uino* e em /m/: *morbo medeor*; fórmula ademais ligada a contexto ritual segundo a explicação com que Varrão a introduz e, como buscou demonstrar Gerhard Radke, muito provavelmente corrompida na transmissão, para quem a forma original deveria ser algo como *Vetus uinum libo, ueteri morbo medeor; nouum uinum bibito, nouo morbo mordeor* (RADKE, 1988, p. 110-111). Há mais alguns versos, todos, contudo, com pouco contexto e sem muita esperança de datação, recolhidos por Blänsdorf (2011, p. 416-419; talvez de maior interesse: VAR.R.1.2.27).

diuinis opera datur: cum aliquid commendandum est, precatione; cum exposcendum, uoto; cum soluendum, gratulatione; cum inquirendum uel extis uel sortibus, inpetrito; cum sollemni ritu peragendum, sacrificio, quo etiam ostentorum ac fulgurum denuntiationes procurantur (“Nossos antepassados determinaram que as cerimônias fixas e móveis fossem realizadas por meio da ciência dos pontífices; a conduta de como bem gerir o Estado, por meio da observação dos áugures; as profecias de Apolo, por meio dos livros dos vates; a aversão dos portentos, por meio da disciplina etrusca. Procede-se também à realização dos rituais de acordo com as determinações antigas: quando algo deve ser recomendado, por meio de prece; quando pedido, por meio de voto; quando liberado, por meio de agradecimento; quando perquirido, ou por entranhas ou por sorteio; quando se deve realizar algo de acordo com o rito solene, por meio de sacrifício, com que também se afastam os anúncios dos portentos e dos raios”, V.MAX.1.1.1a).

Poder-se-ia também cogitar, como possíveis *uerba depulsoria*, as *defixiones*, ou maldições, frequentemente gravadas em metal, de que temos hoje cerca de 500 exemplares (URBANOVÁ, 2018, p. 13, n. 1, lista 487 tábuas, indicando que o número “certamente não é definitivo”), em distintos estados de conservação. Com efeito, Plínio o Velho lembra as *dirae preces* pelas quais todos temem ser amaldiçoados (*defigi*, PLIN.Nat.28.19). Para Ernout (1962, p. 123, §19, n. 1), é justamente a tais tábuas de chumbo que Plínio se refere, como as cinco *defixiones* conservadas na Universidade John Hopkins, que contam entre as mais antigas e mais complexas (URBANOVÁ, 2018, p. 223), datando talvez de c. 100 a.C., segundo Adams (2016, p. 122-123), embora tradicionalmente localizadas entre 75 e 50 a.C. (URBANOVÁ, 2018, p. 225). A mais bem preservada delas – com o texto complementado pelas demais –, é voltada a Prosérpina, para que faça indivíduo de nome Plócio adoecer e morrer:

WARMINGTON, 1959, p. 280-284.	
<p><i>Bona pulchra Proserpina, [P]lut[o]nis uxor, seiue me Saluiam deicere oportet, eripias salutem, c[orpus, co]lorem, uires, uirtutes Ploti; tradas [Plutoni] uiro tuo ni possit cogitationibus suis hoc uita[re; tradas] illunc</i> <i>Febri Quartan[a]e, T[ertian]ae, Cottidia[n]ae, quas [cum illo l]uct[ent, deluctent illunc] eu[in]cant, [uincant], usq[ue dum animam] [eiu]s eripia[nt. Quare ha]nc uictimam tibi trad[o, Prose]rpi[na, seiue] me, Proserpin[a, seiue] m[e Ach]eruosiam dicere oportet, <.ut> m[e mittas a]rcessitum canem tricepitem qui [Ploti] cor eripiat. Pollicearis²⁰³</i> <i>illi te daturum t[r]es victimas, palma[s, ca]rica[s], por[c]um nigrum, hoc sei pe[r]f[er]erit [ante mensem] M[artium. Haec P]roserpina Saluia tibi dabo cum <.me> compote fe[cer]is. Do tibi cap[ut] Ploti, Auon[iaes <.mariti>, Pr]oserpina S[aluia]; do tibi fron[tem Plo]ti, Proserpina Saluia; do [ti]b[i] su[per]cilia Ploti, Proserpin[a] Saluia; do [tibi palpebra]s Plo[ti], Proserpina Sa[luia]; do tibi pupillas Ploti, Prose[r]pina Saluia; do tibi nare]s, labra, or[iculas, nasu]m, lin[g]uam, dentes P[loti], ni dicere possit Plotius quid [sibi dole]at, collum, umeros, brachia, d[i]git[os, ni po]ssit aliquit se adiutare, [pe]c[tus, io]cinera, cor, pulmones, n[i possit] senti[re] quit sibi doleat, [intes]tina, uenter, um[bi]licu[m],</i></p>	<p>Boa, bela Prosérpina, esposa de Plutão, ou, caso eu deva dizer [assim], Sálvia, arranque a saúde, o corpo, a cor, as forças, o vigor de Plócio; carregue[-o] a Plutão, teu esposo, e que ele não possa evitar isso com seus estratégias; traga a ele a febre quartã, terçã, quotidiana, que com ele lutem, que o derrotem, que vençam, destruam, até que arranquem sua alma. Por isso eu te trago esta vítima, Prosérpina, seja, Prosérpina, que eu deva dizer Aquerúsia, que me mandes, para conjurar, o cão de três cabeças, para que arranque o coração de Plócio. Promete-lhe dar três vítimas, tâmaras, figos, um porco negro, isso se ele o fizer antes do mês de março. Essas coisas, Prosérpina Sálvia, eu te darei, quando me satisfizeres. Eu te dou a cabeça de Plócio, escravo (?) de Avônia, Prosérpina Sálvia, eu te dou a testa de Plócio, Prosérpina Sálvia, eu te dou as sobrancelhas de Plócio, Prosérpina Sálvia, eu te dou as pálpebras de Plócio, Prosérpina Sálvia, eu te dou as pupilas de Plócio, Prosérpina Sálvia, eu te dou as narinas, os lábios, as orelhas, o nariz, a língua, os dentes de Plócio, de modo que Plócio não poderá dizer o que lhe dói, o pescoço, os ombros, os braços, os dedos, de modo que não poderá se ajudar em nenhum aspecto, o peito, o fígado, o coração, os pulmões, de modo que não poderá sentir o que lhe dói, os intestinos, o ventre, o umbigo, os flancos, de modo que não poderá dormir, as costas, de modo que não</p>

²⁰³ Polliciarus em Warmington; adotamos aqui o texto como em MURANO, 2012, p. 651.

<i>latera, [n]i p[oss]it dormire, scapulas, ni poss[it] s[a]nus dormire, uiscum sacrum, nei possit urinam facere, natis, anum, [fem]ina, genua, [crura], tibias, pe[des, talos, plantas], [digito]s, ungis, ni po[ssit s]tare sua [ui]rt[u]te. Seiue [plu]s seiue parvum scrip[tum fuerit], quomodo quicqu[id] legitim[e scripsit], mandauit, seic ego Ploti(um) ti[bi tr]ado, mando ut tradas, [mandes me]nse Februari[o] [e]cillunc mal[e perdat, mal]e exset, [mal]e disperd[at. Mandes, tra]das ni possit [ampli]us ullum [mensem aspic]ere, [uidere, contempla]re.</i>	poderá dormir bem, os testículos, de modo que não poderá urinar, as nádegas, o ânus, as coxas, as faces, as pernas, os pés, os tornozelos, as solas dos pés, os dedos, as unhas, de modo que não poderá ficar em pé com suas próprias forças. Se houver algo escrito [por ele, como maldição], muito ou pouco, seja como for que ele tenha escrito algo de forma apropriada, e que ele [o] tenha mandado, assim eu te entrego Plócio, envio para que o entregues no mês de fevereiro e que ele se dê mal, se acabe, se arruíne. Envies, entregues, para que ele não possa divisar, ver, contemplar mais mês algum.
---	--

Sem dúvida, há aqui diversos elementos próprios aos *carmina* e na verdade bastante próximos das *precationes* (*uerba commendationis*). Já na estrutura, podem-se identificar *inuocatio* (*Bona pulchra Proserpina... oportet*, com vários vocativos entremeados depois ao pedido), *precatio* (*eripias...*, com alguns *ut* e diversos *ni*, por *ne*), também entremeada a *deuotiones* (*quare hanc uitimam tibi trado...*, etc.).

No entanto, é no cúmulo sinonímico assindético (*bona pulchra, palmas caricas porcum nigrum*, todas as listagens das partes do corpo, os grupos verbais como *trado mando, trades mandes, aspecere uidere contemplare*), por vezes ainda aliterantes (dois a dois na sequência *salutem corpus colorem uires uirtutes*) ou com *redditio* do simples e do composto (*luctent deluctent, euincant uincant*), é nas muitas repetições (e.g., a sequência de seis frases de estrutura *do tibi* [parte do corpo] *Proserpina Saluia*, ou a sequência *male perdat male exset male disperdat*), bem como nas fórmulas específicas (e.g. *seiue me Saluiam dicere oportet, seiue me Acherousiam dicere oportet*, cf. 3.3.3.2, *infra: siue uos quo alio nomine fas est nominare*), que se evidencia a intensa proximidade com os *carmina* de que vamos aqui tratando. Afinal, justamente porque são performativas, as *defixiones* são também, lembra Adams, “quase-religiosas e quase-jurídicas” (ADAMS, 2016, p. 110).

Infelizmente, contudo, esses interessantes documentos, que, conforme já o confirma esse breve exame, por consistirem em enunciações formais destinadas a produzir efeitos no mundo, podem enunciar-se como os (outros) *carmina*, são um *corpus* vasto de difícil tratamento, com poucas pistas de datação, o que dificulta sobremaneira sua abordagem apropriada nesta sede, tanto mais porque *defixiones* anteriores aos meados do século II a.C. não são atestadas, com apenas duas datadas do s. II a.C., uma de forma

genérica, e a outra, da segunda metade do século, ambas de todo modo fragmentárias (URBANOVÁ, 2018, p. 34, 441-442, 464), ainda que seja muito provável, diante do extenso formulismo, que “tábuas latinas de maldição, bem como oscas e etruscas, existissem desde os séculos IV e III a.C.” (URBANOVÁ, 2018, p. 212).

Diante dessas considerações, trataremos aqui de conjunto bastante específico de *carmina*, cuja espécie também é mencionada por Plínio o Velho, na seção exemplificativa de seu tratamento das *precationes*. Conta o autor que, “durante os cercos, antes de qualquer outra coisa, os romanos costumavam evocar o deus sob cuja tutela estava a cidade e lhe prometer um culto igual ou maior entre os romanos” (*in oppugnationibus ante omnia solitum a Romanis sacerdotibus euocari deum cuius in tutela id oppidum esset, promittique illi eundem aut ampliorem apud Romanos cultum*, PLIN.Nat.28.18), adicionando que “tal cerimônia continua na disciplina dos pontífices” (*et durat in pontificum disciplinam id sacrum*, PLIN.Nat.28.18).

Talvez o sentido de *depulsio* pudesse ser tomado então como equivalente a *exsilium*, *expulsio*. Embora o significado específico de *uerba depulsoria* no passo pliniano referido deva permanecer obscuro, ele nos servirá aqui como enquadramento para tratar de componente essencial do *corpus* dos *carmina*, que corresponde inteiramente à descrição de Plínio relativamente à evocação do deus tutelar da cidade sitiada.

3.3.3.1. MACR.3.9.6-9

	MACR.3.9.6-9
<p>6. <i>Sed uidendum ne quod non nulli male aestimauerunt nos quoque confundat, opinantes uno carmine et euocari ex urbe aliqua deos et ipsam deuotam fieri ciuitatem. Nam repperi in libro quinto rerum reconditarum Sammonici Sereni utrumque carmen, quod ille se in cuiusdam Furii uetustissimo libro repperisse professus est. 7. Est autem carmen huius modi quo di euocantur cum oppugnatione ciuitas cingitur:</i></p>	<p>6. Mas deve-se tomar cuidado para que não nos confunda o que alguns consideram equivocadamente, julgando que, com um único <i>carmen</i>, são evocados os deuses de alguma cidade, e a própria cidade é dada em voto [à destruição]. Pois eu encontrei, no quinto livro das <i>Rerum reconditarum</i>, de Sereno Samônico, ambos os <i>carmina</i>, que ele informa ter encontrado em livro antiquíssimo de certo Fúrio. 7. Há, pois, um <i>carmen</i> como segue com o qual os deuses são evocados quando a cidade está sitiada por um cerco:</p>
<p><i>“Si deus, si dea est, cui populus ciuitasque Carthaginiensis est in tutela, teque maxime, ille qui urbis huius populique tutelam receperisti, precor uenerorque ueniamque uobis peto ut uos populum ciuitatemque Carthaginiensem deseratis, loca templa sacra</i></p>	<p><i>“Seja um deus, seja uma deusa, sob cuja proteção estão o povo e a comunidade dos cartagineses, a ti sobretudo, que tomaste a proteção dessa cidade e desse povo, imploro, suplico e peço a graça de que abandoneis o povo e a comunidade dos cartagineses, as</i></p>

<p><i>urbemque eorum relinquatis, absque his aberatis 8. eique populo ciuitatique metum formidinem obliuionem iniciatis, propitiiue Romam ad me meosque ueniatis, nostraque uobis loca templa sacra urbs acceptior probatiorque sit, mihiue populoque Romano militibusque meis propitii sitis. Si <haec> ita feceritis ut sciamus intellegamusque, uoueo uobis templa ludosque facturum”.</i></p>	<p>moradas, os templos, os santuários e a cidade deles, e que vades para longe deles 8. e que incutais nesse povo e nessa comunidade medo, pavor e esquecimento, e que benfazejos venhais a Roma, a mim e aos meus, e que as nossas moradas, templos, santuários e cidade vos sejam mais agradáveis e apreciadas por vós, e que sejais benfazejos para mim, para o povo romano e para os meus soldados. Se assim fizerdes essas coisas, de modo que saibamos e conheçamos, eu faço um voto de que vos farei templos e jogos”.</p>
<p>9. <i>In eadem uerba hostias fieri oportet auctoritatemque uideri extorum, ut ea promittant futura.</i></p>	<p>9. Com as mesmas palavras, devem ser feitas vítimas sacrificiais e ser inspecionada a autoridade das entranhas, de modo que elas informem as coisas que vão ocorrer.</p>

Embora reservas tenham sido formuladas sobre os *carmina* transmitidos por Macróbio, em geral (“Macróbio, como historiador da religião romana, poderá também servir de fonte, mas com mais reservas”, SUBIAS-KONOFAL, 2010), e sobre esse *carmen*, em particular (“o problema é que esse e outros indícios para o uso da *euocatio* em Cartago não estão além de suspeita”, RAWSON, 1973, p. 169; “nós deveríamos provavelmente, assim, suspender o juízo sobre a *euocatio* de 146 e o *cuiusdam Furii uetustissimus liber*”, RAWSON, 1973, p. 173), houve importante descoberta, com a publicação, em 1977, de inscrição (CIL I² 2954 – transcrita, traduzida e comentada *supra*, item 2.2.2), capaz de alterar significativamente os juízos sobre este ponto. Segundo Courtney:

Essa inscrição, encontrada em Isáuria, na Cilícia, mostra Públio Servílio [...], durante o cerco de Isáuria, em 75 a.C., realizando um rito de *euocatio* com um vocabulário muito parecido com aquele relatado por Macróbio (e aparentemente dedicando um templo à divindade em Isáuria antes que em Roma [...]); note-se que Servílio era um *pontifex* (Cic.*Har.*VI.12). Pode-se concluir que, tenha o rito sido realizado de fato ou não, as formulações apresentadas por Macróbio (com referências específicas a Cartago excluídas, se necessário) são substancialmente autênticas (COURTNEY, 1999, p. 109).

Ainda que os paralelos em questão tratem especificamente de MACR.3.9.6-9, o relato do próprio Macróbio, que afirma ter recorrido a Sereno Samônico, que, por sua vez, se servira de certo Fúrio, impele também a que se confira credibilidade ao *carmen* transmitido logo na sequência, em MACR.3.9.9-12 (analisado *infra*, 3.3.3.2), que figura neste ponto justamente porque Macróbio está a explicar que se trata, segundo essa fonte, de dois *carmina* distintos. Acrescentamos ainda que especificidades formais que serão destacadas na análise desses *carmina* sugerem que, se assim constavam no livro de Samônico – e a prática criteriosa das citações em Macróbio não sugere outra coisa –, é porque Samônico não deve ser tido por redator desses textos, já que diferem entre si em distintos aspectos linguísticos. Fúrio, que seria a fonte última do passo, é “habitualmente tomado por Lúcio Fúrio Filo (cônsul em 136 a.C.), amigo de Cipião Emiliano, o conquistador de Cartago (146 a.C.)” (KASTER, 2011, p. 67, n. 75; cf., ainda, LUISELLI, 1969, p. 159), embora se trate apenas de probabilidade.

Do ponto de vista genérico, embora o *carmen* de MACR.3.6-9 se amolde ao que propusemos conceber como *uerba depulsoria*, mais precisamente denominado por Suerbaum como *euocatio* (SUERBAUM, 2002, p. 35), a articulação com o *carmen* subsequente, como parte de um todo ritual, faz pensar antes em um desdobramento ou desenvolvimento de *precationes* como a *deuotio* de Décio, mas em que se exclui a auto-imolação, para restar apenas o sacrifício dos inimigos (em MACR.3.9.9-12), a que se acresce, em MACR.3.9.6-9, o tema do pedido para que os deuses abandonem a cidade inimiga (o que é uma *precatio*) prometendo-lhe culto em Roma (o que consiste em um *uotum*). O aspecto enunciativo do ritual, assim, pode ter-se por “um desenvolvimento único do rito em que um general romano se devota e toma muito às fórmulas então empregadas, mas tem de introduzir alguma inovação” (COURTNEY, 1999, p. 110). Muito embora outras dimensões do ritual possam ter uma história própria (OGILVIE, 1965, p. 674), ele certamente foi redesenhado pelos romanos no contexto da Terceira Guerra Púnica (OGILVIE, 1965, p. 674).

A estrutura sintática de base do primeiro *carmen* é aquela que vimos encontrando como arquitetura elementar das *precationes*: uma *inuocatio* com o já aludido merismo formular *si deus si dea est*, seguido de duas orações relativas; uma *precatio* introduzida por expressão verbal complexa também formular e aliterante (em /w/: *precor ueneror ueniamque uobis peto*), que, por meio da conjunção *ut*, rege um conjunto de pedidos formulados no subjuntivo (... *deseratis*, ... *relinquatis*, ... *abeatis*, ... *iniciatis*, ... *ueniatis*,

... *sit*, ... *sitis*). Enfim, *deuotio* introduzida por oração condicional cuja principal contém o verbo em que se encontra explicitada a eficácia performativa do *carmen* (*si...*, *uoueo...*).

No interior dessa estrutura, como também já se poderia esperar, encontram-se diversos cúmulos, assindéticos ou com cópula em *–que*, muitos dos quais repetidos, com pouca aliteração, mas com recurso frequente a paralelismos por meio de homeoteleutos e assonâncias, em geral com respeito à lei dos membros crescentes: *populus ciuitasque Carthaginensis* (retomado em *populum ciuitatemque Carthaginensem* e abreviado na sequência como *populo ciuitatique*), *metum formidinem obliuionem* (particularmente interessante pela não ocorrência do formulismo aliterante *fuga formido*, que comparece, no entanto, no segundo *carmen*, como de pronto se constatará), *me meosque, acceptior probatior* (ocorrente ainda em GEL.17.14.2), *mihi populoque Romano* (já visto em LIV.29.27.2), *militibus meis, sciamus intellegamusque*.

Particularmente interessante é um cúmulo repetido (para além da variação entre uso ou não do síndeto para o último elemento) que se presta a demarcar uma oposição espacial: *loca templa sacra urbemque eorum e nostra... loca templa sacra urbs*. Caso semelhante ao que víamos ao examinar os *uerba inpetrita* e alguns testemunhos a eles associados, esse procedimento vai, assim, bem situado no conjunto geral de recursos formulares que o compositor de *carmina* tem à sua disposição.

3.3.3.2. MACR.3.9.9-12

	MACR.3.9.9-12
9. <i>Vrbes uero exercitusque sic deuouentur iam numinibus euocatis, sed dictatores imperatoresque soli possunt deuouere his uerbis:</i>	9. Já tendo sido evocados os deuses, que as cidades e o exército sejam dados em voto, mas apenas os ditadores e os comandantes militares podem dar em voto com as seguintes palavras:
“10. <i>Dis pater Veiovis Manes, siue uos quo alio nomine fas est nominare, ut omnes illam urbem Carthaginem exercitumque quem ego me sentio dicere fuga formidine terrore compleatis quique aduersum legiones exercitumque nostrum arma telaque ferent, uti uos eum exercitum eos hostes eosque homines urbes agrosque eorum et qui in his locis regionibusque agris urbibusque habitant abducatis, lumine supero priuetis exercitumque hostium urbes agrosque eorum quod me sentio dicere, uti uos eas urbes agrosque capita aetatesque eorum deuotas consecratasque habeatis ollis legibus quibus</i>	“10. Pai Dis, Véjovis, Manes, ou por qualquer outro nome com o qual seja permitido vos nomear, que vós todos enchaís de fuga, medo, pavor a cidade de Cartago e o exército que eu tenho a intenção de nomear, e quem quer que porte armas ofensivas e defensivas contra as legiões e o nosso exército, que vós leveis embora aquele exército, aqueles inimigos e aqueles homens, as cidades e os campos deles e quem habita nesses lugares, terras, campos e cidades e os priveis da luz celeste; e que o exército e as cidades e campos daqueles inimigos sobre os quais eu tenho a intenção de caminhar, que vós tenhais por dados em voto

<p><i>quandoque sunt maxime hostes deuoti. 11. Eosque ego uicarios pro me <meaque> fide magistratuque meo pro populo Romano exercitibus legionibusque nostris do deuoueo, ut me meamque fidem imperiumque legiones exercitumque nostrum qui in his rebus gerundis sunt bene saluos siritis esse. Si haec ita faxitis ut ego sciam sentiam intellegamque, tunc quisquis uotum hoc faxit ubiubi faxit recte factum esto ouibus atris tribus. Te Tellus mater teque Iuppiter obtestor”.</i></p>	<p>e em sacrifício aquelas cidades e campos, as vidas e os tempos de vida deles, com aquelas fórmulas com as quais, em qualquer tempo, os inimigos foram dados em voto. 11. Como substitutos, por mim, por minha confiança e minha magistratura, pelo povo romano e por nossos exércitos e legiões, eu entrego, ofereço em voto a eles, para que permitais que eu, minha confiança e meu comando militar, as legiões e o nosso exército que estão envolvidos nesse empreendimento fiquem a salvo. Se o fizerdes e eu o souber, perceber e compreender, então quem quer que faça este voto, onde quer que o faça, terá feito corretamente com três ovelhas negras. Chamo, por testemunhas, a ti, mãe Terra, e a ti, Júpiter”.</p>
<p><i>12. Cum Tellurem dicit, manibus terram tangit; cum Iouem dicit, manus ad caelum tollit; cum uotum recipere dicit, manibus pectus tangit.</i></p>	<p>12. Quando diz “Terra”, toca a terra com as mãos; quando diz “Júpiter”, ergue as mãos ao céu; quando diz receber o que é dado em voto, toca o peito com as mãos.</p>

O *carmen*, que, como se viu no item precedente, segue-se à *euocatio* dos deuses cartagineses vale-se também da estrutura sintática de base das *precationes*, com algumas particularidades dignas de nota. Ressalte-se preliminarmente, contudo, a insistente referência ao caráter performativo da pronúncia solene, seja já pela menção, finda a fórmula, aos gestos rituais que a acompanham, seja ainda pelas referências metalinguísticas no decorrer do *carmen*, que encontram paralelo sobretudo na *finitio* augural (v., *supra*, 3.3.1.1), por meio da fórmula recorrente *quem ego me sentio dicere*, replicada em *quod me sentio dicere*, e que se avolumam no começo (*quo alio nomine fas est nominare*), mas também por outras expressões no fim (*quisquis uotum hoc faxit ubiubi faxit recte factum esto*), fechando-se o todo com uma invocação das testemunhas (*te Tellus mater teque Iuppiter obtestor*). Na verdade, a presença de elementos metalinguísticos é tão forte nesse *carmen*, que seção da *deuotio* (*si haec ita faxitis... atris tribus*) só se pode ter por prescrição genérica, já que conflita com a primeira pessoa que está efetivamente fazendo o *uotum* a menção àquilo que deve ser feito por *quisquis uotum hoc faxit ubiubi faxit*.

Feitas essas ponderações, a estrutura do *carmen* se compreende bem em *inuocatio* (*Dis pater... nominare*), *precatio* (*ut omnes... deuoti*) e *deuotio* (*eosque ego... siritis esse*, tendo em vista o que se disse acima a respeito da seção aberta com *si haec* e a invocação das testemunhas ao fim). Algumas particularidades estruturais chamam a atenção, a

começar pela ausência de verbo ou expressão verbal a introduzir os itens do petitório. Esses itens, de forma também inusual, vêm todos introduzidos por conjunção *ut(i)* (*ut... compleatis, ... uti... abducatis... priuētis, ... ut... siritis esse*). No que diz respeito à segunda e à terceira orações em *ut*, talvez a conjunção seja repetida justamente pela ausência de verbo, a condensar a semântica que viria desdobrada nas expressões verbais características dos *carmina*. Do ponto de vista do paralelismo, no entanto, acabam por constituir anáfora com impacto na estruturação do ritmo. Também como manifestação de uma rítmica gramatical, é notável a prolepse dos elementos que são na sequência retomados por um anafórico posposto a *ut(i)*: *quique aduersum... uti uos eum...*; *et qui in his... uti uos eas...*). Essa rítmica gramatical dá margem à repetição, com certa medida de variação, dos elementos referidos em prolepse também na sequência da conjunção (*quique aduersum legiones exercitum nostrum..., uti eum exercitum...; urbes agrosque eorum..., uti... eas urbes agrosque...*), pelo que se desdobra também em mais ampla rítmica dos constituintes nominais, contribuindo evidentemente para a saliência daqueles elementos específicos, mas também, necessariamente, para a percepção de um tecido amplo de paralelismos.

Tais paralelismos também se encontram onde os esperaríamos, vale dizer, nos cúmulos de constituintes nas mesmas posições do eixo sintagmático, com muitos formulismos já encontrados em outros *carmina* e que fazem parte do reservatório do gênero, seja com cópula em *–que*, seja em assíndeto. É o caso de duas expressões verbais, aliterantes e em ordem de membros crescente (em /d/: *do deuoueo*; em /s/: *sciam sentiam intellegamque*) e do correlato cúmulo participial *deuotas consecratasque*. É recorrente o merismo *urbes agrosque* (*agris urbibusque, urbes agrosque*), coordenado uma vez com outro cúmulo espacial, cada um dos quais agrupado pela cópula em *–que* (*locis regionibusque agris urbibusque*; cf., em Plauto, *haec loca atque hae regiones*, PL.Rud.227), podendo-se entender como merismo também *arma telaque*, formular (armas ofensivas e defensivas,²⁰⁴ frase recorrente, cf. SAL.Iug.43.3; 51.1; 76.1; LIV.6.6.14; 10.4.2; 22.57.10, etc.). Recorrem ainda os cúmulos *legiones exercitumque* (*exercitibus legionibusque, legiones exercitumque*) – a noção central de exércitos entrando em outras combinações também (*illam urbem Carthaginem exercitumque; eum exercitum eos hostes eosque homines*, com notável anáfora do demonstrativo) – e *me*

²⁰⁴ Traduzir por “armas ofensivas e defensivas” (BORNECQUE, 1937, p. 349), é solução de Bornecque que seguimos aqui.

meaque fide magistratuque meo (com variação em *me meamque fidem imperiumque*, sempre com ampla aliteração e assonância em /m/). Não menos relevantes são os cúmulos encontrados apenas uma vez, *fuga formidine terrore* (com aliteração em /f/, *fuga formido* recorrendo em CIC.Dom.VII.17; Att.8.14.1; SAL.Iug.55.7; LIV.7.37.16; 10.14.20, etc.) e *capita aetatesque* (também formular, recorrendo em emulação de prece em PL.Rud.1346).

Todos esses expedientes de repetição e outras formas de paralelismo – nossa descrição não os esgotou, como o leitor atento de pronto constatará – certamente fundamentam a apreciação de Thulin, para quem a construção desse *carmen* é “notavelmente simétrica” (THULIN, 1906, p. 57). Evidentemente também vamos vendo que, ao lado de um núcleo comum de procedimentos, mais ou menos intensamente empregados neste ou naquele espécime concreto, há procedimentos que parecem ocorrer de forma mais restrita, caso das prolepses, com repetição do constituinte e após a conjunção, segundo verificamos acima, com ênfase muito pronunciada na repetição de palavras gramaticais e de constituintes nominais. No entanto, as já amiúde referidas dificuldades na estruturação do *corpus* não permitem, ao menos no estágio atual de nossos conhecimentos, atribuir explicação apropriada a essas particularidades, se devidas a estratos cronológicos específicos, a idiossincrasias individuais, à autonomia de determinado filão particularizado de *carmina*, por exemplo por critérios atinentes à matéria. Seja como for, conforme já assinalamos em 3.3.3.1, a ocorrência de toda uma gama de procedimentos próprios ao segundo, mas não ao primeiro, *carmen*, do conjunto que remontaria, em última instância, ao “certo Fúrio”, sugere a existência de formulários concretos, com sua densidade histórica peculiar, mais que a imaginação criativa de algum autor a fabricar pseudo-antiguidades.

3.3.3.3. LIV.5.21.1-3

	LIV.5.21.1-3
<i>1. Ingens profecta multitudo repleuit castra. Tum dictator auspicato egressus, cum edixisset ut arma milites caperent,</i>	1. Uma imensa multidão chegou e encheu o acampamento. Então, o ditador, após ter realizado os auspícios, tendo saído, ordenou que os soldados pegassem em armas, [e] disse:
<i>“2. Tuo ductu”, inquit, “Pythice Apollo, tuoque numine instinctus pergo ad delendam urbem Veios, tibi que hinc decimam partem praedae voueo. 3. Te simul, Iuno regina, quae nunc Veios colis, precor, ut nos uictores in nostram tuamque mox futuram urbem</i>	“2. Sob tua condução, Apolo Pítico, e instigado por teu poder, procedo a destruir a cidade de Veios e a ti consagro a décima parte do butim. 3. A ti igualmente, rainha Juno, que hoje habitas entre os veios, imploro que nos sigas, vencedores, para a nossa cidade – logo

<i>sequare, ubi te dignum amplitudine tua templum accipiat</i> ”.	de se fazer tua –, onde um templo digno de tua grandeza te acolha”.
---	---

Trata-se aqui da *euocatio* de Marco Fúrio Camilo (c. 446-365 a.C.), em meio à guerra contra os veios (406-394 a.C.), em que atuou como *tribunus militum consulari potestate*, *euocatio* que é tida por Suerbaum como exemplo de *deutio* (SUERBAUM, 2002, p. 35). Como bem reconhecem os estudiosos, a passagem está afastada da elocução que se poderia esperar de uma *euocatio*, à luz, por exemplo, do quanto vimos acima, no item 3.3.3.1, e mais genericamente dos *carmina* até aqui estudados, já mesmo porque “Tito Lívio modifica sua fórmula ritual (MACR.3.9.7) para harmonizá-la com o voto dirigido ao Apolo grego” (BAYET, 1954, p. 35, n. 2). Conforme bem aponta Ogilvie, trata-se de uma incorporação – inclusive procedimental – da fórmula à narrativa:

Em vez de detalhar o ritual como ritual, Lívio o tornou parte da narrativa, incorporando os diferentes atos como episódios históricos [...] e parafraseando a prece em linguagem literária que transmite a atmosfera, mas não a rudeza da devoção propriamente dita (OGILVIE, 1965, p. 675).

Para o estudioso, entretanto, “os elementos da prece original ainda são reconhecíveis” (OGILVIE, 1965, p. 675), notadamente a insistência nos pronomes de segunda pessoa: *tuo... tuo... tibi... te... te*. Pensamos, entretanto, que se trata de elementos difusos, a que se poderia acrescentar a relativa após o vocativo *Iuno Regina (quae... colis)*, mas que certamente apareceriam a qualquer romano como elementos estereotipados de um hino clético, muito presentes na poesia tardo-republicana e augustana, por exemplo. Julgamos, assim, que o testemunho vale menos pela elocução de um possível *carmen* já para além de recuperação, mas por confirmar uma especialidade tipológica das *euocationes* (no subconjunto mais amplo dos *uerba commendationis*).

3.3.4. *Ius fetiale*

Os *fetiales*, ou feciais, cuja origem é situada por alguns autores antigos no reino de Numa e por outros no de Anco Márcio, formavam um colégio de 20 membros, dois dos quais serviam em missões, um como *uerbenarius*, levando as ervas da cidadela, e o outro como *pater patratus*, carregando o cetro e a rocha, este último sendo o emissário

principal (OGILVIE, 1965, p. 110). Dionísio de Halicarnasso especifica as diferentes funções por eles desempenhadas (2.72.4-6), todas ligadas a um complexo de procedimentos político-religiosos e jurídicos atinentes à relação dos romanos com outras populações e especialmente “à frente do complexo conjunto de operações que precediam o começo e o fim de uma guerra” (SANTANGELO, 2008, p. 63).

Ainda que haja muita discussão sobre sua história, dada a natureza tardia dos testemunhos de que dispomos, Santangelo aponta que, seja qual for o conjunto de distorções produzidas pelos contextos subsequentes relativamente às camadas mais antigas de atuação dos *feciais*, claramente “havia um complexo conjunto de procedimentos a ser seguido antes da preparação de um conflito, e um grupo de sacerdotes chamados *fetiales* era responsável por eles” (SANTANGELO, 2008, p. 65). Textos de Cícero (*Off.*1.XI.36; *Rep.*2.XVII.31; *Rep.*3.XXXI.35) deixam claro que, ao menos na República tardia, havia imagem bastante clara de aspectos desse ritual que não contradizem as fontes posteriores, especialmente Lívio, Gélio e Dionísio de Halicarnasso, onde a informação mais detalhada pode ser colhida, o que sem dúvida se relaciona com o amplo interesse antiquário atestado nos dois últimos séculos da República (SANTANGELO, 2008, p. 83), antecedendo o notável engajamento de Otaviano com o rito fecial, quando da declaração de guerra contra Cleópatra, em 32 a.C. (D.C.50.1.4-5).

Para o que nos importa imediatamente aqui, é certamente a partir de materiais que colheram aos autores da República tardia que Gélio e Lívio transmitiram as fórmulas que nos chegaram – não como mera inércia, mas como fruto do interesse pelo que ao menos parecia uma elocução solene arcaica, própria aos atos discursivos performativos, como evidentemente o era a declaração de guerra. Note-se, por exemplo, como Suetônio se refere à “antiga fórmula dos feciais”: *cum regibus foedus in foro icit porca caesa ac uetere fetialium praefatione adhibita* (“concluiu um tratado com os reis no foro, após ter abatido uma porca e ter sido realizada uma fórmula”, Suet. *Cl.*25.14). O termo *praefatio* é aqui de interesse, e não escapará à atenção que, em algumas das *precationes* menores de Catão, transcritas no item 3.2.1.1, *supra*, o verbo *praefari* foi empregado (*uino... praefato*, Cato. *Agr.*134; *Ianum Iouemque... praefamino*, Cato. *Agr.*141). Se é possível ver aqui uma medida de transformação, pois, segundo Mohrmann, ao passo que em Catão o verbo designava um sacrifício prévio (MOHRMANN, 1953, p. 2), em Suetônio o substantivo *praefatio* está tomado no sentido de “fórmula de oração solene” (MOHRMANN, 1953, p. 3), também é possível identificar, ao menos para a percepção de Suetônio, o que se

poderia ter como um nexa evidente entre uma enunciação formal arcaica e seu contexto ritual.

Com algumas ponderações suplementares sobre o problema da genuinidade desses textos, em função de especificidades apropriadas a cada caso, passamos a uma breve consideração desses testemunhos no espírito da investigação que aqui nos anima.

3.3.4.1. GEL.16.4.1-4

	GEL.16.4.1-4
1. <i>Cincius in libro tertio de re militari fetialem populi Romani bellum indicientem hostibus telumque in agrum eorum iacientem hisce uerbis uti scripsit:</i>	1. Cíncio, no terceiro livro do <i>De re militari</i> , escreveu que o fecial do povo romano, declarando guerra contra os inimigos e jogando uma lança no campo deles, valia-se das seguintes palavras:
<i>“Quod populus Hermundulus hominesque {populi} Hermunduli aduersus populum Romanum {bellum} dicit²⁰⁵ fecere deliqueruntque quodque populus Romanus cum populo Hermundulo hominibusque Hermundulis bellum iussit, ob eam rem ego populusque Romanus populo Hermundulo hominibusque Hermundulis bellum <in>dico facioque.</i>	“Porque o povo hermúndulo e os cidadãos do povo hermúndulo travaram guerra e cometeram ofensa contra o povo romano e porque o povo romano ordenou a guerra contra o povo hermúndulo e os cidadãos hermúndulos, por essa razão, eu e o povo romano declaro e faço guerra contra o povo hermúndulo e os cidadãos hermúndulos”.
2. <i>Item in libro eiusdem Cincii de re militari quinto ita scriptum est: “cum dilectus antiquitus fieret et milites scriberentur, ius iurandum eos tribunus militaris adigebat in uerba haec:</i>	2. Também no livro quinto do <i>De re militari</i> do mesmo Cíncio, está escrito: “Quando, antigamente, se fazia um alistamento, e os soldados eram inscritos, o tribuno militar os fazia prestar um juramento com as seguintes palavras:
<i>“C. Laelii C. filii consulis L. Cornelii P. filii consulis in exercitu decemque milia passuum prope furtum non facies dolo malo solus neque cum pluribus pluris nummi argentei in dies singulos; extraque hastam, hostile, ligna, poma, pabulum, utrem, follem, faculam si quid ibi inueneris sustulerisue quod tuum non erit, quod pluris nummi argentei erit, aut tu ad C. Laelium C. filium consulem Luciumue Corneliu P. filium consulem siue quem ad uter eorum iusserit proferes aut profitebere in triduo proximo quidquid inueneris sustulerisue dolo malo, aut domino suo cuium id censebis esse reddes, uti quod recte factum esse uoles”.</i>	No exército de Caio Lélio, filho de Caio, cônsul, e de Lúcio Cornélio, filho de Públio, cônsul, e em um raio de 10 mil passos dele, não farás, com má intenção, sozinho ou com outros, um furto de mais de uma moeda de prata a cada dia; e, afora uma lança, um dardo, lenha, frutos, forragem, um odre, uma bolsa, uma tocha, o que quer que aí encontrares ou tomares que não seja teu e que valha mais de uma moeda de prata, tu levarás ou a Caio Lélio, filho de Caio, cônsul, ou a Lúcio Cornélio, filho de Públio, cônsul, ou a quem um dos dois tiver mandado ou então declararás, dentro dos três dias seguintes, o que quer que tenhas encontrado ou tomado com má intenção, ou darás a quem pensas ser

²⁰⁵ Esse *dicit*, que figura na edição de Holford-Strevens, não nos parece admissível: não consta no aparato crítico e não aparenta fazer sentido. Tratamos o texto como na edição de Julien, que aqui traz *bellum fecere delinqueruntque* (JULIEN, 1998, p. 7).

	seu proprietário, para que queiras que seja feito o que é justo”.
3. <i>Militibus autem scriptis dies praefinibatur, quo die adessent et citanti consuli responderent; 4. deinde ita concipiebatur ius iurandum ut adessent, his additis exceptionibus:</i>	3. Tendo sido inscritos os soldados, um dia era determinado para que, naquele dia, comparecessem e respondessem ao cônsul que os convocava; 4. então assim era formulado o juramento para que permanecessem, juntando-se as seguintes exceções:
<i>“Nisi harunce quae causa erit: funus familiare feriaeue denicales, quae non eius rei causa in eum diem conlatae sint, quo is eo die minus ibi esset; morbus soticus, auspiciumue quod sine piaculo praeterire non liceat, sacrificiumue anniuersarium quod recte fieri non possit nisi ipso eo die ibi sit; uis hostesue, status condictusue dies cum hoste; si cui eorum harunce quae causa erit, tum se postridie quam per eas causas licebit eo die uenturum aditurumque eum qui eum pagum uicum oppidumue delegerit”.</i>	<i>“A não ser que haja alguma das seguintes causas [de dispensa]: um funeral de família ou dias denicais, que não tenham sido fixados naquela data para que ele não estivesse presente lá, uma doença grave, um auspício que não é lícito deixar passar sem um sacrifício ou um sacrifício de aniversário, que não pode ser feito corretamente se ele mesmo não estiver presente naquele dia, violência ou inimigos, um termo aprazado ou ajustado com um inimigo; se houver para algum deles alguma dessas escusas, então no dia seguinte ao qual, devido a essas escusas, será permitido [não se apresentar], naquele dia deverá vir e se apresentar aquele que destruirá aquele vilarejo, aldeia ou praça-forte”.</i>

Esse fragmento, transmitido por Aulo Gélcio, é devido não ao analista Cíncio Alimento, mas a autor posterior, talvez contemporâneo de Varrão (JULIEN, 1998, p. 7, n. 9). Como se vê de pronto, é apenas a primeira citação, que contém a fórmula de declaração da guerra de acordo com o *ius fetiale*, que nos interessa aqui imediatamente. As outras duas fórmulas – a segunda em discurso indireto (também transmitida em PLB.6.26.2-4) – são juramentos a ser prestados por soldados, que merecerão apenas breve menção ao fim da análise.

Embora esteja contida em trecho mais amplo que narra os procedimentos dos feciais antes da declaração da guerra, com outras fórmulas pertinentes a nossa análise e, por isso mesmo, objeto de nosso interesse na sequência (item 3.3.4.2, *infra*), será conveniente tratar aqui, conjuntamente com a forma contida no livro de Cíncio, aquela transmitida por Lívio, com destaque, em negrito, para seção em Lívio que não encontra correspondente em Cíncio:

GEL.16.4.1	LIV.1.32.13
<i>Quod populus Hermundulus hominesque {populi} Hermunduli aduersus populum Romanum {bellum} dicit fecere</i>	<i>Quod populi Priscorum Latinorum hominesque Prisci Latini aduersus populum Romanum Quiritium fecerunt deliquerunt,</i>

<i>deliqueruntque quodque populus Romanus cum populo Hermundulo hominibusque Hermundulis bellum iussit, ob eam rem ego populusque Romanus populo Hermundulo hominibusque Hermundulis bellum <in>dico facioque.</i>	<i>quod populus Romanus Quiritium bellum cum Priscis Latinis iussit esse senatusque populi Romani Quiritium censuit consensit consciuit ut bellum cum Priscis Latinis fieret, ob eam rem ego populusque Romanus populis Priscorum Latinorum hominibusque Priscis Latinis bellum indico facioque.</i>
--	---

Diga-se, prefacialmente, que os *hermunduli* são um “povo desconhecido” (JULIEN, 1998, p. 171), pelo que se torna despicienda a anotação de Pighi de que poderia se tratar de germânicos, conhecidos dos romanos a partir de 5.d.C., redundando em que a fórmula seria fictícia (PIGHI, 2007, p. 43; no mesmo sentido a avaliação de SANTANGELO, 2008, p. 86, de que se trataria de *lapsus calami* para os *hermunduri*, que entraram em contato com os romanos a partir de 3 a.C.). Tito Lívio, como se vê, fala nos *Prisci Latini*, o que, à luz da didascália explícita aduzida logo antes, deve-se tomar como mera exemplificação, o que também talvez seja o caso em Cíncio, com recurso a nome deliberadamente fantasioso.

Mais à frente, verificaremos que, no caso de Lívio, a avaliação da autenticidade da fórmula de *indictio belli* é, como não poderia deixar de ser, polêmica, mas que, no entanto, na pior das hipóteses, tratar-se-ia de a uma “invenção de antiquários do século II a.C.” (OGILVIE, 1965, p. 128), pelo que não perderia seu interesse para a compreensão, senão dos *carmina* feciais diretamente, ao menos do que se poderia apreender como um *carmen* – e especificamente como procedimentos de elocução do *carmen* – à época de Catão. É por isso mesmo notável a correspondência entre as duas formulações da *indictio belli* que temos aqui diante dos olhos, cuja identidade, exceção feita ao nome do povo contra quem se declara guerra e ao acréscimo no testemunho liviano, a que já retornaremos, empresta credibilidade à ideia de uma fonte comum, seja ela algum registro oficial propriamente dito ou a tradição antiquária ou analística, que, segundo pensamos, não poderia ter se afastado em larguíssima medida das práticas de oficiais que continuavam a existir.

Uma última nota prefacial sobre o problema da autenticidade: se fica assim excluída a ideia (já refutada por SANTANGELO, 2008, p. 87), de uma fantasia de Otaviano quando da *indictio belli* contra Cleópatra em 32 a.C., o fato de encontrarmos, conforme já visto (item 3.3.2.1), o mesmo Otaviano a recitar, nos *ludi saeculares*, fórmulas de *precationes* vazadas em moldes idênticos aos das *precationes* catonianas,

sugere-nos que é bem possível que se estivesse então a recorrer a um mesmo estrato de antiguidade.

Feitas essas considerações preliminares, verificamos, na fórmula da *indictio belli*, a modularidade rítmica própria aos *carmina*. Sua estrutura geral é provida por duas orações iniciadas por *quod*, que justificam a declaração de guerra que vem performativamente enunciada na última oração, iniciada pela ampla expressão anafórica *ob eam rem* e culminante na declaração performativa propriamente dita (*bellum indico facioque*). Se a modularidade vem, assim, macroestruturalmente consignada na existência de duas orações iniciadas por *quod* e terminadas no *perfectum*, pensamos que a especificidade da versão transmitida por Lívio promove, ou atualiza, esse desdobramento, que é também virtual, aludindo a uma das etapas anteriores do rito que levam à *indictio* – o que concretamente poderia ser feito também para uma ou várias das demais etapas que se verão no item 3.3.4.2, adiante. Nesse desdobramento, como se vê, não se repete o *quod*, mas se desenvolve outra estrutura, com cópula em *–que*, logo subordinada ao *quod* precedente, e com uma completiva introduzida por *ut*.

Com isso, chegamos à estruturação das distintas posições no eixo sintagmático no interior das orações, em que são notáveis, de um lado, a repetição dos constituintes que designam seja o povo romano (*populus Romanus*, em Cíncio; *populus Romanus Quiritium*, em Lívio), seja o povo inimigo (*populus Hermundulus hominesque Hermunduli*, em Cíncio; *populi Priscorum Latinorum hominesque Prisci Latini*, em Lívio), e, de outro, as cópulas verbais na primeira oração (*quod... fecere deliqueruntque*, em Cíncio; *quod... fecerunt deliquerunt*, em Lívio) – sem que se possa, pela variação, ter certeza sobre a camada em que situar o homeoteleuto e o assíndeto que marcam o texto liviano, e isso na própria declaração de guerra (*bellum indico facioque*).

O trecho que é próprio à versão liviana acrescenta um cúmulo trimembre assindético aliterante, assonante e homeotelêutico (*censuit consensit consciuit*), recorrendo ainda aqui aos compostos com prefixo *con-*, com que já cruzamos em diversas oportunidades (v., *supra*, 3.2.5 e 3.3.4.1). Ogilvie pensa que esse cúmulo deriva de um “desejo de reproduzir a solenidade arcaica frequentemente encontrada em leis” (OGILVIE, 1965, p. 134). No entanto, a conclusão óbvia é que, antes que trair uma emulação e denunciar um pseudoarcaísmo, cúmulo dessa ordem, de que não localizamos outra atestação exata, dá testemunho do recurso ao sistema formular gerativo dos *carmina*, mesmo que não se possa determinar se isso se deu em contexto ritual ou em

contexto, por falta de outro termo, literário (ou, simplesmente, alheio ao ritual). Sem dúvida, e terá de bastar, dada a insuficiência de nossos conhecimentos, é recurso que poderia ser mobilizado em contexto ritual, uma vez que se admite que tal contexto permite a incorporação dinâmica de novidades.

Não se trata de questionar que o trecho é adventício – parece-nos antes interessante que o paralelismo fônico que ele concentra e que não se expressa em outro ponto da *indictio belli* é indício de abordagem distinta do paralelismo, em uma camada preferindo a repetição ou o cúmulo sem realce fônico, e na outra optando pela vinculação icônica dos constituintes. Trata-se, sim, de evidenciar, ainda uma vez, que, em sistema formular altamente produtivo, o foco está nos procedimentos e formulismos tratados dinamicamente mais que na excepcional transmissão *ipsis litteris* e definitiva do mesmo *carmen*. Especialmente em uma declaração de guerra, situações as mais variadas (necessidade de explicitar ponto polêmico, vontade de nomear claramente injúria particularmente grave, etc.), poderiam impelir a uma dinamização da fórmula. É o caso, como se sabe, da necessária adaptação do ritual quando o inimigo não faz fronteira com território romano, em que não há terra para onde atirar a lança (SANTANGELO, 2008, p. 86-87).

Examinada a *indictio belli*, conjuntamente em Cíncio e em Lívio, restam algumas palavras sobre os dois juramentos transmitidos em Cíncio, que não se relacionam, conforme dito, com os feciais, resumindo-se o interesse no fato de que o primeiro menciona Caio Lélcio e Lúcio Cornélio Cipião Asiático, que, segundo Courtney, foram cônsules em 190 a.C., “ano em que um exército consular foi reforçado, e outro foi arregimentado para a guerra contra os etólios e Antíoco” (COURTNEY, 1999, p. 104; cf. LIV.37.2.2.4; há resumo do juramento em PLB.6.33.2). Figura aí, de todo mod, interessante lista assindética de oito elementos, seis dos quais associados dois a dois por aliteração (*hastam, hostile, ligna, poma, pabulum, utrem, follem, faculam*), para além de algumas expressões verbais duplas (*inueneris sustulerisue; proferes aut profitebere*). Alguns formulismos comparáveis também se encontram no segundo juramento, que, como já se disse, vem vazado em discurso indireto (notadamente as repetições com *dies*, já visitadas em outros gêneros textuais, e a expressão *uenturum aditurumque*, que não é, contudo, cúmulo sinonímico). Ainda que atenuados, os procedimentos próprios aos *carmina* estão sempre à disposição para servir a enunciações performativas solenes, como é o caso também dos juramentos.

3.3.4.2. LIV.1.32.5-14

	LIV.1.32.5-14
<p>5. <i>Vt tamen, quoniam Numa in pace religiones instituisset, a se bellicae caerimoniae proderentur, nec gererentur solum sed etiam indicerentur bella aliquo ritu, ius ab antiqua gente Aequiculis quod nunc fetiales habent descripsit, quo res repetuntur. 6. Legatus ubi ad fines eorum uenit unde res repetuntur, capite uelato filo – lanae uelamen est.</i></p>	<p>5. Mas, porque Numa havia estabelecido as cerimônias religiosas durante a paz, para que as cerimônias bélicas fossem desenvolvidas por ele e para que não fossem apenas travadas, mas também declaradas as guerras com determinado rito, ele [Anco Márcio] reduziu por escrito, tomando-o à antiga população dos équos, aquele [rito] que hoje os feciais conservam, pelo qual se reclama algo. 6. Quando o legado chega à fronteira daqueles a quem se reclama algo, com a cabeça coberta por um <i>filum</i> – é um véu de lã – ele diz:</p>
<p><i>“Audi, Iuppiter”, inquit, “audite, fines” – cuiuscumque gentis sunt, nominat; “audiat fas. Ego sum publicus nuntius populi Romani; iuste pieque legatus uenio, uerbisque meis fides sit”.</i></p>	<p>“Ouve, Júpiter, ouçam, fronteiras – designa de que povo são – ouça o direito. Eu sou o mensageiro oficial do povo romano; como legado, eu venho justa e piedosamente, e que se empreste confiança às minhas palavras”.</p>
<p><i>Peragit deinde postulata. 7. Inde Iouem testem facit:</i></p>	<p>Então, ele expõe todas as demandas. 7. Em seguida, toma Júpiter por testemunha:</p>
<p><i>“Si ego iniuste impieque illos homines illasque res dedier mihi exposco, tum patriae compotem me nunquam siris esse”.</i></p>	<p>“Se eu injusta e impiedosamente reclamo que aqueles homens e aqueles bens me sejam dados, então não permitais que eu um dia recobre minha pátria”.</p>
<p>8. <i>Haec, cum fines suprascandit, haec, quicumque ei primus uir obuius fuerit, haec portam ingrediens, haec forum ingressus, paucis uerbis carminis concipiendique iuris iurandi mutatis, peragit. 9. Si non deduntur quos exposcit diebus tribus et triginta – tot enim sollemnes sunt – peractis bellum ita indicit:</i></p>	<p>8. Essas [palavras], quando atravessa as fronteiras, essas [palavras] quando se depara com o primeiro homem, essas [palavras] adentrando pelo portal, essas [palavras] tendo adentrado o foro, ele as pronuncia inteiramente, tendo mudado poucas palavras do <i>carmen</i> e da fórmula de juramento. 9. Se não são entregues as coisas que pede, tendo-se passado 33 dias – pois tantos são [os dias] de acordo com o rito –, ele declara a guerra assim:</p>
<p><i>“Audi, Iuppiter, et tu, Iane Quirine, dique omnes caelestes, uosque terrestres uosque inferni, audite; 10. ego uos testor populum illum” – quicumque est, nominat – “iniustum esse neque ius persolvere; sed de istis rebus in patria maiores natu consulamus, quo pacto ius nostrum adipiscamur”.</i></p>	<p>“Ouve, Júpiter, e tu também, Jano Quirino, e todos os deuses celestes, e vós, [deuses] terrestres, e vós, [deuses] ínferos, ouvi. 10. Eu vos chamo como testemunhas de que esse povo” – designa o povo que for – “é injusto e não realiza o que é de direito; mas, a respeito dessas coisas, nós consultaremos, em nossa pátria, os anciãos, [para determinar] de que maneira obteremos o nosso direito”.</p>
<p><i>Tum nuntius Romam ad consulendum redit. 11. Confestim rex his ferme uerbis patres consulebat:</i></p>	<p>Então o mensageiro volta a Roma para consultar [os anciãos]. 11. Sem demora, o rei</p>

	consultava os <i>patres</i> mais ou menos nas seguintes palavras:
<i>“Quare rerum, litium, causarum condixit pater patratus populi Romani Quiritium patri patrato Priscorum Latinorum hominibusque Priscis Latinis, quas res nec dederunt nec soluerunt nec fecerunt, quas res dari solui fieri oportuit: .</i>	“Por essas coisas, disputas, causas, o <i>pater patratus</i> do povo romano dos Quirites reclamou ao <i>pater patratus</i> dos antigos latinos e aos cidadãos antigos latinos, coisas que nem deram, nem pagaram, nem fizeram, coisas que era devido dar, pagar, fazer”.
<i>“[D]ic”, inquit ei quem primum sententiam rogabat, “quid censes?”</i>	Ele diz àquele a quem pedia primeiramente a opinião: “Dize, o que resolves?”
12. Tum ille: <i>“Puro pioque duello quaerendas censeo itaque consentio consciscoque”.</i>	12. E então este: “Com uma guerra pura e piedosa, eu resolvo que devem ser buscadas, e assim eu julgo e decido”.
13. Inde ordine alii rogabantur; quandoque pars maior eorum qui aderant in eadem sententiam ibat, bellum erat consensum. Fieri solitum ut fetialis hastam ferratam aut praeustam sanguineam ad fines eorum ferret et non minus tribus puberibus praesentibus diceret:	13. Então, os outros eram questionados em ordem, e, quando a maior parte dos que estavam presentes concorria na mesma opinião, a guerra estava decidida. Era costume que o fecial levasse uma lança provida com ferro ou com a ponta endurecida ao fogo, feita de corniso, até a fronteira deles e, com não menos de três homens púberes, dissesse:
<i>“Quod populi Priscorum Latinorum hominesque Prisci Latini aduersus populum Romanum Quiritium fecerunt deliquerunt, quod populus Romanus Quiritium bellum cum Priscis Latinis iussit esse senatusque populi Romani Quiritium censuit consensit consciuit ut bellum cum Priscis Latinis fieret, ob eam rem ego populusque Romanus populis Priscorum Latinorum hominibusque Priscis Latinis bellum indico facioque”.</i>	“Porque os povos dos antigos latinos e os homens dos antigos latinos agiram contra e cometeram ofensa contra o povo romano dos Quirites, porque o povo romano dos Quirites ordenou que houvesse guerra contra os antigos latinos, e o Senado do povo romano dos Quirites resolveu, julgou, decidiu que se fizesse guerra contra os antigos latinos, por essa razão, eu e o povo romano faço e declaro guerra contra o povo dos antigos latinos e os homens antigos latinos”.
14. Id ubi dixisset, hastam in fines eorum emittebat. Hoc tum modo ab Latinis repetitae res ac bellum indictum, moremque eum posterius acceperunt.	14. Depois de dizer isso, atirava a lança no território deles. Então, desse modo reclamava-se algo aos latinos e declarava-se guerra [a eles], e os pósteros receberam esse costume.

A *indictio belli* pronunciada pelo fecial que examinamos no subitem anterior era, como o dissemos, o ponto culminante de um conjunto de procedimentos conduzidos pelos feciais. Tal procedimento, mais amplamente relatado em Lívio e em Dionísio de Halicarnasso (2.72.6-9, mas aqui sem as fórmulas que constam em Lívio), era composto originariamente por três estágios (OGILVIE, 1965, p. 127): a *denuntiatio*, ou *rerum repetitio*, quando o *pater patratus* ia, com três outros delegados chamados *fetiales*, ou *oratores*, demandar a restituição do que fora tirado aos romanos; a *testatio deorum*, 33

dias depois, se não houvesse resposta favorável ao pedido, quando os *fetiales* retornavam ao inimigo e chamavam os deuses como testemunha do mal que lhes fora infligido; enfim, a *indictio belli*, quando, após decisão do Senado, um mensageiro lançava uma lança mágica na terra do inimigo para anular seu poder.

Interessar-nos-á agora examinar um pouco mais de perto a *denuntiatio* (LIV.1.32.6-7) e a *testatio deorum* (LIV.1.32.9-10), uma vez que a *indictio belli* já foi objeto de nossa atenção (v. 3.3.4.1, *supra*). Antes disso, contudo, cabem algumas palavras sobre o problema da genuinidade desses textos, supondo-se incorporadas as discussões expostas nos subitens precedentes deste trabalho. Talvez a atitude mais sintomática a respeito dos excruciantes problemas envolvidos nesse debate seja a de Fraenkel, que, primeiro, em 1922, entendeu que a cerimônia dos *fetiales*, “nesse aspecto [figuras de linguagem], foi certamente transmitida de modo autêntico” (FRAENKEL, 2007, p. 379, n. 89), mas depois, em adendo datado de 1960, mudou de ideia, afirmando que “a antiga fórmula fecial em LIV.1.32.10 deve antes ser considerada um arcaísmo artificial” (FRAENKEL, 2007, p. 413).

Ogilvie pronunciou-se de forma bastante determinada contra a autenticidade, asseverando tratar-se “ou de uma invenção de antiquários do século II a.C., ansiosos por fornecer os detalhes exatos de um ritual por que estavam começando a se interessar ou, no mínimo, de uma ‘tradução’, em linguagem apropriada, dos pronunciamentos arcaicos” (OGILVIE, 1965, p. 128). O mesmo valeria para outras fórmulas feciais em LIV.1.24.4, por exemplo, ou em LIV.1.38.1 (OGILVIE, 1965, p. 129).²⁰⁶ No polo oposto, poder-se-ia situar McGann, para quem “esse texto é, no essencial, muito antigo, mesmo que tenha sido retrabalhado” (MCGANN, 1958, p. 302, n. 2). Nesse sentido, talvez seja mais ponderada a atitude de Norden, que desmembrou o problema nas várias componentes do *carmen*: segundo o filólogo, em *si ego iniuste impieque... esse*, “a fórmula é retrabalhada” (NORDEN, 1939, p. 131, n. 3), pois *posco* ou *exposco* regendo acusativo com infinitivo não são anteriores a Augusto. Todavia, “são legítimos *dedier*, *iniuste impieque*, *illos*, *patriae compos*. Eu julgaria útil uma análise das fórmulas guardadas por Lívio que as distinguísse em legítimas e pseudo-arcaicas” (NORDEN, 1939, p. 131, n. 3). A incitação ao *discrimen* permanece atual, pois que o caminho ainda não foi trilhado adequadamente,

²⁰⁶ Por exemplo, o uso de *fas* como objeto certamente não é arcaico, pois, em latim arcaico, ocorria apenas na expressão *fas est*, com conotação negativa (OGILVIE, 1965, p. 130). Em contraponto, Ogilvie nota *suprascandit*: “apenas aqui em latim, e logo talvez emprestado diretamente ao procedimento fecial” (OGILVIE, 1965, p. 131).

o que também não pode nos ocupar senão incidentalmente aqui. Pensamos, de todo modo, que Magdelain aponta para caminho produtivo para este caso específico, ao propor, mais geralmente, que o “*aggiornamento* do vocabulário”, destinado a “permitir seu emprego em tempos recentes”, em vez de falsear os *carmina*, antes “respeita a contextura de atos que permanecem fiéis à sua vocação primeira” (MAGDELAIN, 1990, p. 39).²⁰⁷

Assim, ao menos alguns segmentos merecem atenção na *denuntiatio*, por recorrer a procedimentos típicos do sistema gerativo dos *carmina*, tenham sido carregados no interior de uma fórmula, em parte alterada, como parece ser o caso, tenham sido transmitidos como virtualidade procedimental, por outra(s) fórmula(s), e aplicados a um material novo (isto é, não dotado da alta antiguidade pretendida). Assim, note-se a tríplice invocação anafórica assindética (*audite...*, *audite...*, *audite...*), na primeira intervenção do legado (repetida depois na abertura da *testatio*). Do mesmo modo, o cúmulo *iuste pieque* (também em Cíc.*Clu.*XIV.42), da primeira fórmula da *denuntiatio*, vem revertido com o prefixo negativo em *iniuste impieque* ao final da *denuntiatio*. O cúmulo *illos homines illasque res* parece ser de mesma ordem.

A *testatio* apresenta *testor* regendo um acusativo com infinitivo, que, como o *exposco* da *denuntiatio*, sugere intervenção posterior (encontramos a construção primeiramente em Cícero: e.g., Cíc.*Caec.*XXIX.83; Cíc.*pro Man.*70); no entanto, a tripartição dos deuses em *caelestes*, *terrestres* e *infern*i, bem como *iniustum esse neque ius persolvere*, sugerem cúmulos saturando as mesmas posições do eixo sintagmático, com alusão, e muito provavelmente retenção – adotando-se a hipótese de Norden de um retrabalho, com algum grau de mudança, de fórmulas anteriores –, de elementos do formulismo próprio aos *carmina* feciais, talvez para não apagar as marcas genéricas importantes nesse contexto – e Suerbaum nota, a propósito desse texto, a “cuidadosa formulação” pelas “repetições com sinônimos” (SUERBAUM, 2002, p. 35).

Nesse sentido, julgamos interessante observar que a já visitada *indictio belli*, excetuado o segmento em Lívio que não encontra correspondente em Cíncio, não dá mostras de desnível formal, podendo ter-se conservado com menor intervenção, talvez porque fosse porção mais ativa do próprio ritual; aliás, conforme aponta Santangelo, na República tardia, está evidente que a *denuntiatio*, ou *rerum repetitio*, não é mais percebida como parte essencial da declaração de guerra (SANTANGELO, 2008, p. 81-83), o que

²⁰⁷ Comentando especificamente LIV.1.24.7-8, afirma que, “sob a capa de uma língua modernizada, a estrutura primitiva do ato permanece intacta” (MAGDELAIN, 1990, p. 39).

talvez sugira que os antiquários que direta ou indiretamente municiaram Lívio dispunham de menos material ou de material menos crível para aquela seção do cerimonial.

Em ordem de considerações semelhante, talvez mais relevante que a *denuntiatio* ou a *testatio* para alcançar um estrato cronológico mais recuado do procedimento, devam-se considerar seriamente as fórmulas pronunciadas pelo rei e pelos senadores antes da *indictio* propriamente dita. Não apenas o arcaísmo *duello* por *bello*, que poderia muito bem ser forjado à época de Lívio, encontra-se aqui, mas todo um tecido bastante próximo à própria fórmula da *indictio belli*, a começar pelo cúmulo *censeo... consentio consciscoque*, que corresponde à seção da *indictio* que não tem paralelo em Cíncio (*censuit consensit consciuit*). Como se verifica, estão presentes as mesmas formulações que na *indictio* para designar os representantes dos romanos (*pater patratus populi Romani Quiritium*) e dos inimigos (*patri patrato Priscorum Latinorum hominibusque Priscis Latinis*), uma estrutura semelhante ao *quod* que lá invoca as causas da guerra, aqui introduzidas por *quare* e designadas por um grupo nominal trimembre assindético e homeotelêutico (*rerum litium causarum*), a que se somam dois cúmulos verbais também trimembres na sequência, com os mesmos verbos, um polissindético (*nec dederunt nec soluerunt nec fecerunt*), o outro assindético (*dari solui fieri*), com anáfora ainda da expressão correlativa que retoma *rerum litium causarum* (*quas res..., quas res...*). Na resposta dos senadores, já se viu, o arcaico *duello* é qualificado pelo par aliterante em /p/ *puro pioque* (remeta-se a *purum pium* que, em outro passo, qualifica Décio Mus prestes a realizar o sacrifício examinado *supra* 3.3.2.2: LIV.10.7.4), e a formulação propriamente performativa é marcada pelo cúmulo *censeo... consentio consciscoque*.

Solda-se, portanto, essa seção do ritual à *indictio belli* propriamente dita, a sugerir, diante da relevância já apontada da concordância entre Lívio e Cíncio, uma fonte seguida aqui à risca – excluindo-se, logo, em princípio, a fantasia liviana – também para aquele trecho que, já o dissemos, em meio à dinâmica reformulação das enunciações rituais que devem ser esperadas, deve remontar ao menos ao século II a.C., atingindo, assim, essa intensa modularidade rítmica uma camada próxima a Catão, se não anterior a ele, como um conjunto de procedimentos e outros formulismos veiculados concretamente por algo muito próximo a esta fórmula especificamente.

3.3.4.3. Liv.1.24.3-9

	Liv.1.24.3-9
<p>3. <i>Foedera alia aliis legibus, ceterum eodem modo omnia fiunt.</i> 4. <i>Tum ita factum accepimus, nec ullius uetustior foederis memoria est.</i></p>	<p>3. Cada tratado tem as suas cláusulas próprias, mas todos são feitos do mesmo modo. 4. Assim nós fomos informados de que eles eram feitos do seguinte modo, e não há registro de um tratado mais antigo em Roma.</p>
<p><i>Fetialis regem Tullum ita rogavit: “Iubesne me, rex, cum patre patrato populi Albani foedus ferire?” Iubente rege, “Sagmina” inquit “te, rex, posco”. Rex ait: “Pura tollito”. 5. Fetialis ex arce graminis herbam puram attulit. Postea regem ita rogavit: “Rex, facisne me tu regium nuntium populi Romani Quiritium, uasa comitesque meos?” Rex respondit: “Quod sine fraude mea populi Romani Quiritium fiat, facio”. 6. Fetialis erat M. Valerius; is patrem patratus Sp. Fusium fecit, uerbena caput capillosque tangens. Pater patratus ad ius iurandum patrandum, id est, sanciendum fit foedus; multisque id verbis, quae longo effata carmine non operae est referre, peragit.</i></p>	<p>Assim rogou o fecial ao Rei Tulo: “Rei, ordenas que eu conclua um tratado com o <i>pater patratus</i> do povo albano?” O rei ordenando, disse [o fecial]: “Rei, eu te peço a erva sagrada”. Disse o rei: “Tomá-la-ás pura”. 5. O fecial pegou erva pura na grama da cidadela. Depois rogou novamente ao rei: “Rei, és tu que me tornas mensageiro régio do povo romano dos Quirites e a meus aprestos e a meus companheiros?” O rei respondeu: “Desde que sem prejuízo a mim e ao povo romano dos Quirites, eu o torno”. 6. O fecial era Marco Valério; ele tornou Espúrio Fúcio <i>pater patratus</i>, tocando-lhe a cabeça e os cabelos com o ramo sagrado. O <i>pater patratus</i> é ungido para fazer o juramento, isto é, declarando [a fórmula] faz o tratado; ele o realiza com muitas palavras, que são pronunciadas em um longo <i>carmen</i> que não cabe reproduzir aqui.</p>
<p>7. <i>Legibus deinde, recitatis, “Audi” inquit, “Iuppiter; audi, pater patratus populi Albani; audi tu, populus Albanus. Vt illa palam prima postrema ex illis tabulis ceraue recitata sunt sine dolo malo, utique ea hic hodie rectissime intellecta sunt, illis legibus populus Romanus prior non deficiet. 8. Si prior defexit publico consilio dolo malo, tum ille Diespiter populum Romanum sic ferito ut ego hunc porcum hic hodie feriam; tantoque magis ferito quanto magis potes pollesque”.</i></p>	<p>7. Então, pronunciadas as cláusulas, diz: “Ouve, Júpiter, ouve <i>pater patratus</i> do povo albano; ouve tu, também, povo albano. Tais como elas foram claramente, da primeira à última, recitadas a partir destas tábuas de cera, sem má intenção, e tais como elas aqui, hoje, foram perfeitamente compreendidas, essas cláusulas o povo romano não será o primeiro a quebrar. 8. Se primeiro quebrá-las, por uma decisão oficial, com má intenção, então que Júpiter abata o povo romano como eu aqui, hoje, abaterei este porco; e tanto o mais abata quanto mais é forte e poderoso”.</p>
<p>9. <i>Id ubi dixit porcum saxo silice percussit. Sua item carmina Albani suumque ius iurandum per suum dictatorem suosque sacerdotes peregerunt.</i></p>	<p>9. Depois que disse isso, ele abateu o porco com um seixo. Então, com seu <i>carmen</i>, os albanos realizaram seu juramento por meio de seu ditador e de seus sacerdotes.</p>

Trata-se aqui da atuação dos feciais na celebração de tratados entre Roma e outras entidades políticas. Embora não disponhamos do corpo do próprio tratado – certamente uma fórmula sujeita a larga medida de adaptação segundo as circunstâncias –, é notável

que Lívio se refira a ele como um *carmen*, assim como é um *carmen* o juramento dos albanos (e, por consequência da simetria, o dos romanos). Assim, o que temos, nesse passo, são, de um lado, as palavras formulares pelas quais o fecial encarregado da celebração do tratado se torna *pater patratus*, “aquele que é tornado um pai” (OGILVIE, 1965, p. 111), cuja função é “garantir, pela fórmula correta, o inquebrantável valor religioso do tratado” (BAYET, 1940, p. 39, n. 1), cerimônia que comparece frequentemente em moedas do fim do século II a.C. (OGILVIE, 1965, p. 110), e, de outro, o juramento do fecial tornado *pater patratus* diante do correspondente oficial da população com que conclui o tratado (aqui nomeado *pater patratus populi Albani*).

Novamente, travou-se discussão sobre a genuinidade do texto, com posições que julgam tratar-se de “fórmula antiquíssima” (LÖFSTEDT, 1942, p. 98, sobre o juramento) ou que apontam ser a passagem “tomada sem dúvida a um antiquário” e dotada de “uma admirável precisão técnica” (BAYET, 1940, p. 40, nota), ao lado de outras conjecturas segundo as quais “os textos apresentados por Lívio são uma reconstrução arcaizante” (OGILVIE, 1965, p. 110), com “termos [...] pseudo-arcaicos” (OGILVIE, 1965, p. 111).²⁰⁸ Porém, já o vimos à exaustão, a falta de fidedignidade relativamente ao momento que pretende retratar (no caso, o reinado de Tulo) não significa falta de aderência a realidades rituais de maior ou menor antiguidade, sendo inclusive plausível que, ao menos no século II a.C., as fórmulas fossem pronunciadas de forma próxima à transmitida por Lívio, dada a proeminência da cerimônia em representações de época. É o próprio Ogilvie quem avança a hipótese de que “tais fórmulas terão sido primeiramente publicadas em manuais de procedimento constitucional e então incorporadas por analistas em suas histórias” (OGILVIE, 1965, p. 110).

Na cerimônia em que o fecial se torna *pater patratus*, alguns procedimentos típicos dos *carmina* parecem comparecer, já mesmo na denominação fortemente aliterante e assonante *pater patratus*, em que *patratus* vale por *sanctus* (“*patrare* = *sancire*”, BAYET, 1940, p. 39, n. 1). É o caso da aliteração em /f/: *foedus ferire*, na pergunta formulada pelo fecial e depois das aliterações igualmente em /f/: *fraude... fiat*,

²⁰⁸ Para além do já notado problema com (*audite*) *fas* como objeto, em LIV.1.32.6, é difícil aceitar também *audi tu, populus Albanus*, conforme nota Fraenkel (2007, p. 289, n. 1), sendo inexistente, em textos republicanos conservados, essa forma de apóstrofe; por isso, conclui o filólogo que “essa frase pode ser tomada como invenção seja do próprio Lívio ou de um historiador que escreveu pouco antes dele” (FRAENKEL, 2007, p. 289, n. 1). Ogilvie retoma a crítica sobre o nominativo *populus Albanus*, que teria seguido um modelo da tragédia grega (OGILVIE, 1965, p. 111), tratando ainda da expressão *ex tabulis ceraue*, que não se aplicaria a momento de pouca difusão da escrita (OGILVIE, 1965, p. 111-112), e da forma *defexit*, que seria forma antiga putativa do futuro perfeito (OGILVIE, 1965, p. 112).

facio, na resposta do rei. As aliterações comparecem também no juramento (em /p/: *palam prima postrema*; em /h/: *hunc... hic hodie*; em /p/: *potes pollesque*). Muitas dessas aliterações formam grupos formulares compartilhados em diversos outros textos, e especialmente em contextos que remetem a situações rituais, pelo que os procedimentos dos *carmina* vêm aqui carregados pelas fórmulas, e não abstratamente aplicados a textos distantes dos efetivos modelos rituais. Assim, para ficar em exemplos especialmente conotados, com palavras de maior densidade lexical, embora se pudessem replicar as ocorrências para termos menos semanticamente determinados (*hic hodie, primum postremum*, etc.): *foedus feriam* (PL.*Most.*1061), confirmam-se as seguintes ocorrências: *foedus feriebantur* (CIC.*Dom.*XLIX.129), *foedera ferires* (CIC.*Cael.*XIV.34), podendo a poesia trocar uma das palavras, mantendo a aliteração (*foedera firment*, VERG.*A.*11.330); *ut potior pollentia sit* (PL.*Ca.*818), *pollens potensque* (SAL.*Iug.*1.3).

Apontam no mesmo sentido as reiteradas menções à performatividade, com alusões metalinguísticas à pronúncia da fórmula ritual (*recitata sunt... utique eo... rectissime intellecta sunt*).²⁰⁹ A menção à ação ritual no final do juramento, com concentração dos agrupamentos formulares aliterantes, está vazada em estruturas correlativas que conferem ritmo e correspondência ao conjunto da enunciação. Nesse sentido, a divisão do juramento em um conjunto de vocativos reiterados por três chamamentos abertos por *audi*, uma declaração de compromisso em manter o tratado acordado (*Vt... utique..., non deficiet*) e um voto ligado a um sacrifício em caso de descumprimento da promessa (*si... tum..., sic... ut..., tantoque magis... quanto magis...*) criam uma estrutura de base modular e paralelística, casada com as formas de recorrência nos sintagmas, que se preenchem saturando e cumulando as suas posições. Tem-se, assim, por correta a avaliação de Ogilvie, para quem a “fórmula se desenvolve em sintagmas balanceados [...] com aliteração marcada, sugestiva do ritmo dos antigos *carmina*”

²⁰⁹ Em seu comentário à *Eneida* (9.52), Sêrvio tratou exatamente da cerimônia, enfatizando o aspecto formal da pronúncia: *PRINCIPIVM PVGNAE hoc de Romana sollemnitate tractum est. Cum enim uolebant bellum indicere, pater patratus, hoc est princeps fetialium, proficiscebatur ad hostium fines, et praefatus quaedam sollemnia, clara uoce dicebat se bellum indicere propter certas causas, aut quia socios laeserant, aut quia nec abrepta animalia nec obnoxios redderent. Et haec clarigatio dicebatur a claritate uocis. Post quam clarigationem hasta in eorum fines missa indicabatur iam pugnae principium* (“*PRINCIPIVM PVGNAE*: isso foi retirado de uma cerimônia romana. Pois, quando queriam declarar a guerra, o *pater patratus*, isto é, o primeiro dentre os feciais, dirigia-se até a fronteira dos inimigos e, após declarar inicialmente alguns ditos solenes, dizia, em voz sonora, que desejava declarar a guerra devido a determinadas causas, seja porque haviam prejudicado aos aliados, seja porque não devolviam animais furtados ou não entregavam o que eram obrigados a entregar. E a isso se dava o nome de *clarigatio* devido à sonoridade da voz. Depois da *clarigatio*, com uma lança atirada através de suas fronteiras, era declarada a guerra e já também o começo da hostilidade”, SERV.*A.*9.52).

(OGILVIE, 1965, p. 111). Ocorre apenas que qualificar a fórmula como meramente “sugestiva” decorre do já denunciado equívoco de equiparar toda sorte de adaptação de um *carmen* reputado originário a um falseamento, impedindo justamente que se entenda os *carmina* como fruto de uma prática dinâmica de transmissão e composição, com um balanceamento sempre precário e reposto em discussão, nos próprios contextos rituais, entre os modelos herdados e os procedimentos que os animam.

*

Chegamos, assim, ao termo da exploração do sistema da prosa latina pré-clássica que pretendemos apresentar como cartografia prévia daquele sistema em que Catão agenciou seus textos e que agora, nos capítulos 4 e 5, poderão ser lidos à luz da dimensão estrutural assim obtida.

Em contraposição à imagem do sistema como composto estritamente das frases narrativa e argumentativa (v., *supra*, 2.2), patenteia-se já situação mais complexa, em grande medida vinculada à consideração de textos de alguma extensão. Assim, primeiramente, ao lado de módulos narrativos sequenciais, há módulos narrativos relativa ou inteiramente iniciais, assim como, assim como, paralelamente aos módulos argumentativos em forma de díptico (estabilizados, nos textos normativos, em mais de um molde frasal), há módulos enunciativos constituídos por frases simples. Evidencia-se também o desenvolvimento de módulos aparentados àqueles nucleares, de modo que parece haver uma especialização de módulos descritivos, vinculados aos narrativos, assim como, no conjunto de textos normativos, a frase em forma de díptico estereotipa determinados procedimentos (notadamente a expansão oracional de constituintes nominais) em módulos que passam a se associar a determinadas situações comunicativas. Uma série de procedimentos, enfim – tenham ou não se estabilizado em novos módulos – foi não apenas descrita, como associada à distinção de situações comunicativas, notadamente um conjunto muito bem determinado de procedimentos de expansão e de vinculação icônica de constituintes intimamente associado à performatividade das enunciações, aplicando-se a distintos tipos textuais e interferindo em sua força ilocutória.

A paisagem é lacunosa, pela restrição de nossa observação àquele conjunto de eventos linguísticos que não apenas produziu registro escrito, mas ainda foi preservado ao longo de uma transmissão multimilenar. Que Catão tenha sido agente que atuou no interior desse sistema permitirá, esperamos, não apenas melhor esclarecer seus textos à luz desse estudo, mas também completar alguns pontos da paisagem até aqui descrita.

CAPÍTULO 4

Nam ita euenit:

a prosa narrativa

Introdução

A historiografia republicana, ou analística, nos termos em que propusemos concebê-la no item 3.1.5, *supra*, iniciou-se ainda no século III a.C., mas nos atingiu, conforme já vimos, em estado fragmentário, havendo pouquíssimas obras legadas por transmissão direta, e ainda assim, nenhuma escrita antes dos meados do século I a.C., de quando se salvaram Nepos, Salústio e César. Nesse panorama, as *Origines* de Catão – para Siber, “sua obra mais importante” (von SIBER, 1872, p. 47) –, iniciadas ao mais cedo em 170 a.C. (CHASSIGNET, 1986, p. ix), mas mais provavelmente na década de 150 a.C. (CORNELL, 2013, 1, p. 196), e deixadas inacabadas com a morte do autor em 149 a.C., constituem caso excepcional, por duas razões conjugadas.

A primeira é o elevado número de fragmentos conservados, contabilizados em 156 na edição de Cornell (2013; 143 para PETER, 1906-1914; 125 para CHASSIGNET, 1986; 131 para BECK & WALTER, 2001; 136 para CUGUSI & SBLENDORIO CUGUSI, 2001), conjuntamente com ao menos 23 *testimonia* (CORNELL, 2013). O número é bastante expressivo, ainda que, em aproximadamente 40% dos casos, se trate de paráfrases ou remissões, e não dos *ipsissima uerba* de Catão. Reichardt aponta que 75 dos 131 fragmentos em BECK & WALTER 2001 seriam citações literais (REICHARDT, 2008, p. 63; são 89 dos 156 em CORNELL, 2013), mas, em muitos desses casos, trata-se de fragmentos extremamente curtos, transmitidos por gramáticos interessados, por exemplo, na forma de determinado vocábulo, que pode vir citado sem nenhum contexto. De todo modo, em meio a esses fragmentos, encontramos também seções mais extensas de prosa catoniana, seja historiográfica, seja oratória, com material, senão abundante, ao menos suficiente para uma análise mais atenta.

A segunda razão de excepcionalidade das *Origines* reside no fato de que Cornélio Nepos, em curta biografia de Catão que fazia parte de seu trabalho, hoje perdido, sobre os historiadores latinos,²¹⁰ oferece um resumo, livro a livro, do conteúdo das *Origines*,

²¹⁰ E onde também descobrimos que Nepos escrevera separadamente uma biografia mais alentada de Catão, a rogo de Tito Pompônio Ático, hoje perdida (MARSHALL, 1991, p. 89).

descrição sem paralelo para os demais historiadores fragmentários republicanos, que compõe uma imagem do conjunto da obra que hoje anda perdida (“é ao mesmo tempo pouco – logo frustrante – e o suficiente para fazer uma ideia dos objetivos perseguidos pelo autor”, ROBERT, 2002, p. 327-328).

À luz dos objetivos da análise que será empreendida neste capítulo e em parte do capítulo 5 (item 5.1, sobretudo), interessará uma exposição concisa do que se pode entender como o programa das *Origines*, capaz de subsidiar a leitura dos fragmentos que serão objeto de exame mais à frente. Afinal, se razão assiste a Astin no afirmar que as *Origines* são “o maior, mais elaborado e provavelmente mais sofisticado dos escritos de Catão” (ASTIN, 1978, p. 210), a leitura detida dos excertos sem alguma compreensão do todo – por mais difusa que seja, por força das circunstâncias da transmissão – pode gerar prejudiciais desvios de entendimento. A moldagem da expressão – a menos que se acolha a representação, indefensável, de um escritor inteiramente sujeito a um material linguístico que não controla – participa da estruturação de um programa e lhe dá consistência. Para entender, assim, como Catão agencia o material linguístico que mapeamos sumariamente no capítulo anterior, é preciso indagar acerca de seus propósitos, de maneira que o material possa surgir em sua dimensão efetivamente estratégica.

4.1. O programa das *Origines*

4.1.1. A estrutura das *Origines*

Para abordar essa tarefa, passamos a uma leitura inicial do relato de Nepos, seguida de algumas observações estruturais, antes de detalhar certos temas que nos conduzirão, na sequência, a uma leitura mais aprofundada desse texto:

	NEP.Ca.3.1-4
<p><i>1. In omnibus rebus singulari fuit industria: nam et agricola sollers et peritus iuris consultus et magnus imperator et probabilis orator et cupidissimus litterarum fuit. 2. Quarum studium etsi senior arripuerat, tamen tantum progressum fecit, ut non facile reperiri possit neque de Graecis neque de Italicis rebus, quod ei fuerit incognitum. Ab adulescentia confecit orationes. Senex historias scribere instituit. 3. Earum sunt libri septem. Primus continet res gestas regum populi Romani, secundus et tertius unde</i></p>	<p>1. Em todas as coisas, foi de excepcional empenho: pois foi agricultor dedicado, juriconsulto douto, grande general, orador admirável e homem que amava imensamente os estudos literários. 2. Embora tenha se aplicado a esses estudos com idade avançada, fez tamanho progresso, que não se poderia encontrar com facilidade algo a respeito da Grécia ou da Itália que lhe fosse desconhecido. Desde a juventude, compôs discursos. Já</p>

<p><i>quaeque ciuitas orta sit Italica, ob quam rem omnes Origines uidetur appellasse. In quarto autem bellum Poenicum est primum, in quinto secundum. 4. Atque haec omnia capitulatim sunt dicta. Reliquaque bella pari modo persecutus est usque ad praetoram Seruii Galbae, qui diripuit Lusitanos: atque horum bellorum duces non nominauit, sed sine nominibus res notauit. In eisdem exposuit, quae in Italia Hispanisque aut fierent aut uiderentur admiranda. In quibus multa industria et diligentia comparet, nulla doctrina.</i></p>	<p>idoso,²¹¹ começou a escrever histórias. 3. Há sete livros delas. O primeiro contém os feitos dos reis do povo romano; o segundo e o terceiro, de onde surgiu cada cidade itálica; parece que por essa razão chamou ao todo <i>Origines</i>. O quarto contém a Primeira Guerra Púnica, e a Segunda está no quinto. 4. Mas tudo isso é dito em linhas gerais. E as demais guerras ele perseguiu do mesmo modo até a pretura de Sérvio Galba, que saqueou os lusitanos; e não referiu pelo nome os generais dessas guerras, mas escreveu os feitos sem nomes. Nos mesmos livros, expôs o que de admirável ocorreu ou o que admirável parecia na Itália e na Hispânia. Neles, são evidentes muito empenho e diligência, mas nenhuma erudição.</p>
---	---

O conjunto de 156 fragmentos das *Origines*, muitos dos quais identificados pelo número do livro de que provêm, confirma, de maneira geral, o relato de Nepos, vale dizer, a divisão da obra em sete livros e, em ampla medida, o conteúdo de cada um. No entanto, há alguns descompassos menores – a exemplo de fragmentos que tratam dos primeiros anos da Segunda Guerra Púnica já no quarto livro – que despertaram a atenção e, por vezes, a crítica dos estudiosos (para um resumo dessas divergências, cf. CHASSIGNET, 1987, p. 289-290). Chassignet, por exemplo, acredita que “o testemunho de Cornélio Nepos sobre as *Origines* repousa provavelmente em uma leitura demasiado rápida ou em um conhecimento demasiado superficial da obra” (CHASSIGNET, 1986, p. xii). No entanto, diante da ampla correspondência constatada, parece assistir razão a Flach, quando afirma que não se trata de desmerecer o testemunho de Nepos, que possivelmente identificou apenas os pontos mais salientes dos livros, mas antes de ler com cuidado tanto Nepos como os fragmentos, uns à luz do outro (FLACH, 1998, p. 69).

Diante da imagem que se pode reconstituir pela combinação dessas fontes, fica evidente que a tessitura narrativa das *Origines* se desenrolava em distintos andamentos, isto é, a representação “oscilava entre uma mais forte compressão e uma narrativa relativamente mais desenvolvida dos acontecimentos individuais” (KIERDORF, 2003, p. 22). Mais precisamente, Catão destacava, de um lado, a época das origens de Roma e, de outro, o período da expansão itálica, dispensando pouca atenção ao período que medeou

²¹¹ Ou antes sexagenário, cf. IORDAN, 1860, p. xx, e ROBERT, 2002, p. 328.

entre tais eventos (CHASSIGNET, 1987, p. 290-291). Mesmo dentro do arco temporal da expansão itálica, é notável que os livros quarto e quinto continham um longo período marcado por múltiplas guerras, e os livros sexto e sétimo “parecem ter sido devotados ao período final de menos de 20 anos, durante o qual as guerras de Roma foram menos dramáticas e em uma escala menor” (ASTIN, 1978, p. 214).

Pode-se especular sobre as distintas razões para tal tratamento do material: a tradição e a vontade autoral, para um e outro dos momentos fortes da narrativa (KIERDORF, 2003, p. 22), a influência de modelos helenísticos a valorizar κτίσις e história recente (TIMPE, 1970-71), a aplicação do modelo típico das tradições orais, “em que os dois blocos narrativos obrigatórios (história das origens – história do passado recente até o presente) são separados por uma lacuna variável” (SUERBAUM, 2002, p. 390), etc.. O incômodo com a suposta falta de homogeneidade interna chegou a sustentar teorias sobre a existência de mais de uma fase de escrita ou uma mudança de planos, entre outros possíveis fatores explicativos, a redundar em verdadeiro dualismo, vale dizer, postulação de que interveio algum fator externo capaz de explicar o que é percebido como falta de unidade suficiente (cf. a ampla discussão em CORNELL, 2013, 1, p. 198-205, com exposição e crítica às distintas hipóteses unitárias e dualistas).

Há, no entanto, mais de uma hipótese convincente que, em contraposição, pode-se nomear “unitária”, isto é, que entende a diversidade interna como parte de um programa. Gotter pode muito bem ter razão ao propor que as *Origines* do título possam se declinar em duas, do livro primeiro ao terceiro, de um lado, e do livro quarto ao sétimo, de outro: “o próprio título do trabalho pode ser lido não como um *pars pro toto*, mas como uma dupla história das ‘origens’. Os primeiros livros descrevem a *origo* das *gentes* romano-itálicas, e a segunda parte do trabalho descreve a *origo* do império romano-itálico” (GOTTER, 2009, p. 115; cf., no mesmo sentido, já GOTTER, 2003, p. 133). Outro enquadramento bastante defensável é o de que não há duas *origines*, mas distintas fases de desenvolvimento do poderio romano primeiramente sobre a Itália, nos livros segundo e terceiro, e depois para além da península, nos livros subsequentes. Assim, toda a obra estaria centrada na empresa militar romana e nos seus “teatros de guerra”, segundo a hipótese, também unitária, de Cornell: “a unidade da obra, que seria bastante evidente se o tema da guerra fosse desenvolvido do começo ao fim, teria sido reforçada pela presença de digressões sobre as origens, que aparentemente não estavam confinadas aos primeiros livros, mas ocorriam também nos últimos” (CORNELL, 2013, 1, p. 205).

Ainda na Antiguidade, para Festo, haveria, na verdade, uma disparidade entre o título e o conteúdo da obra, ou, mais propriamente, o intento de Catão, e não falta de unidade da matéria tratada:

	FEST.216L
<i>Originum libros quod inscripsit Cato non satis plenum titulum propositi sui uidetur amplexus, quanto prae grauant ea quae sunt rerum gestarum populi Romani.</i>	Quanto ao fato de que Catão intitulou seus livros <i>Origines</i> , parece que o título não abraçou suficientemente todo o seu propósito, na medida em que preponderam aquelas matérias que tratam dos feitos do povo romano.

Teremos ocasião de retomar, de forma concentrada, o problema da estruturação das *Origines*, ao considerar importante fragmento do quarto livro (item 4.1.3, *infra*), e retornaremos com mais vagar à descrição de Nepos posteriormente (item 4.1.4, *infra*), para buscar uma taxonomia das matérias das *Origines* que ajude a explicar especificidades do tratamento linguístico verificado, quando se tornará mais claro o destaque conferido por Festo às *res gestae*. Mais que isso, a reflexão deverá nos acompanhar ao longo deste capítulo, pois, se o problema naturalmente apenas se levanta com tamanha premência graças ao estado lacunar de nossos conhecimentos sobre as *Origines*, a postulação de uma ruptura externa ao desenho de um programa de conjunto talvez possa vir mais bem considerada se atentarmos para o próprio tratamento linguístico dos diversos segmentos, visto, assim, como possível traço ou manifestação de um intento programático. Por ora, todavia, gostaríamos de destacar, muito brevemente, dois pontos específicos do relato de Cornélio Nepos que perturbaram os críticos e, segundo pensamos, podem importar para a compreensão de certas características da elocução com que nos defrontaremos na análise dos fragmentos.

O primeiro ponto é a proposição de que Catão teria conduzido sua narrativa *capitulatim*. Há séria discussão sobre o que exatamente isso significaria (cf., para distintas posições, CHASSIGNET, 1986, p. xv-xvi). A dúvida reside especialmente em determinar se, com isso, Nepos avalia que Catão escreveu em traços largos, sem se demorar em detalhes, ou seguindo divisões temáticas, e não de modo estritamente cronológico. Propomos examinar uma série de cinco textos que, segundo pensamos, podem ajudar a esclarecer o problema.

O primeiro é trecho das *Antiguidades Romanas* de Dionísio de Halicarnasso (TIMPE, 1971, p. 25-26, n. 85). No passo, Dionísio contrapõe a forma pela qual os

historiadores Fábio Pictor e Lúcio Cíncio Alimento (c. 250 a.C. – depois de 208 a.C.) narraram os eventos em que estiveram presentes (a respeito dos quais, pela experiência, cada um deles escreveu com exatidão: διὰ τὴν ἐμπειρίαν ἀκριβῶς ἀνέγραψε, D.H.1.6.2) e como trataram os eventos antigos, entre a fundação de Roma e sua própria época (esses eventos, diz Dionísio, eles percorreram κεφαλαιωδῶς: τὰ δὲ ἀρχαῖα τὰ μετὰ τὴν κτίσιν τῆς πόλεως γινόμενα κεφαλαιωδῶς ἐπέδραμεν, D.H.1.6.2). Estabelece-se, assim, uma contraposição entre ἀκριβῶς e κεφαλαιωδῶς que nos interessa particularmente por ser κεφαλαιωδῶς o correspondente estreito de *capitulatim* (κεφαλῆ = *caput*), ademais de estarem ambas qualificando texto historiográfico. Mais que isso, estão a caracterizar os primeiros historiógrafos latinos, associados entre si aos olhos de Cícero, como vimos extensamente no item 1.2, *supra*. Bem, se ἀκριβῶς pode designar “precisamente” (*LSJ*, p. 55), o sentido negativo de “imprecisamente” não parece se aplicar a κεφαλαιωδῶς, mais provavelmente associando-se àquilo que é feito τύπῳ (“esquemáticamente”, *LSJ*, p. 55). Embora o sentido de rapidez venha sugerido pelo verbo escolhido por Dionísio (ἐπέδραμεν), a oposição estrutural a ἀκριβῶς sugere algo além de rapidez. É, portanto, conveniente aprofundar a inquirição.

O segundo texto é outro passo de Dionísio, em que se refere especificamente a Catão, afirmando que ele “reuniu as genealogias das cidades na Itália com o maior cuidado” (Πόρκιός τε Κάτων ὁ τὰς γενεαλογίας τῶν ἐν Ἰταλίᾳ πόλεων ἐπιμελέστατα συναγαγὼν, D.H.1.11.1). Van den Hout evoca o passo em uma discussão destinada a defender, com base no advérbio superlativo ἐπιμελέστατα (“com o maior cuidado”), a ideia de que *capitulatim* apenas poderia se aplicar a uma narrativa circunstanciada (van den HOUT, 1999 p. 467). Entretanto, é relevante apontar que o verbo συνάγω é empregado de forma técnica para se referir ao discurso historiográfico (*LSJ*, p. 1691), implicando uma seleção e possivelmente algum tipo de concisão. Desse modo, ao menos para os primeiros livros, Catão poderia estar narrando ao mesmo tempo de forma seleta e com cuidado.

Podemos passar, então, a dois outros textos potencialmente esclarecedores. Na epístola 6.22, Plínio se refere a causa a que assistiu, caracterizando a forma da atuação dos litigantes por dois qualificativos: *egit uterque pro se, egit autem carptim et κατὰ κεφάλαιον* (PLIN.*Ep.*6.22.2). Encontramos aqui a expressão κατὰ κεφάλαιον, muito próxima a κεφαλαιωδῶς e referindo-se à forma de realização de um discurso. O fato de deparar com *carptim* remete, por sua vez, ao prefácio do *Bellum Catilinae*, de Salústio,

em que aquele historiógrafo, êmulo de Catão, já o vimos (SKARD, 1956), afirma ter decidido “escrever os feitos do povo romano *carptim*, segundo cada um parecia digno de memória” (*statui res gestas populi Romani carptim, ut quaeque memoria digna uidebantur, perscribere*, SAL.Cat.4.2), *carptim* vindo aqui, como em Plínio, qualificar o modo de proceder de um discurso, no caso uma nova obra historiográfica. Ora, o passo salustiano deixa claro que *carptim* apenas pode designar uma narração seleta, ou, segundo o étimo do advérbio, realizada de forma escolhida. Já o excerto pliniano caracteriza o discurso dos oradores como tendo se realizado então de forma escolhida e κατὰ κεφάλαιον. Quando deparamos dois qualificativos assim unidos, coordenados na mesma posição sintagmática, é preciso cautela, pois não se sabe, *a priori*, se a qualificação visa mais à redundância ou à complementaridade. No caso, no entanto, o que mais de imediato nos importa é o sentido distributivo implicado por κατὰ κεφάλαιον, a reforçar a leitura de κεφαλαιωδῶς, em Dionísio, como “esquemáticamente”, talvez mesmo “topicamente”.

Um último texto a considerar foi trazido à discussão por Horsfall, para quem, “em uma passagem estreitamente relacionada à de Nepos, Plínio o Velho usa *capitulatim* como sinônimo de *breuiter* (PLIN.Nat.2.55)” (HORSFALL, 1989, p. 56); nota o autor que, claramente, “alguns episódios eram tratados de modo muito mais amplo” nos livros sexto e sétimo (HORSFALL, 1989, p. 56).

O trecho é o seguinte, ocorrente após longo desenvolvimento sobre eclipses: *nunc confessa de iisdem breuiter atque capitulatim attingam ratione admodum necessariis locis strictimque reddita, nam...* (“eu vou agora levantar rápida e sumariamente os pontos já admitidos nessa matéria, dando apenas breves explicações quando for necessário, pois...”, PLIN.Nat.2.55). Ora, o pareamento de dois advérbios, já o dissemos, não é razão suficiente para pressupor uma sinonímia, conforme pretende Horsfall. É preciso atentar mais amplamente para o sentido da passagem. No caso, trata-se de forma de transição anunciada por *nunc*: “Plínio retoma, no §56, o fio do desenvolvimento, abandonado desde o fim do §48, para falar dos ciclos de eclipses” (BEAUJEU, 1950, p. 146). Na sequência, dando continuidade a materializar em seu próprio texto o que entende por *capitulatim*, Plínio oferece uma lista das questões tratadas, sumulando-as ponto a ponto (PLIN.Nat.56-58). Assim, *breuiter atque capitulatim* parece, ainda aqui, coordenar noções aproximadas, mas não idênticas, como o uso do verbo ἐπέδραμεν e do advérbio κεφαλαιωδῶς em Dionísio: de forma rápida e ponto por ponto (separadamente, topicamente).

Desse modo, o que talvez se passasse na narrativa de Catão, pelo menos entre a κτίσις e o seu próprio tempo, caso procedesse como sugere Dionísio para Fábio Pictor e Cíncio Alimento, fosse uma narrativa não apenas rápida, mas esquemática, topicalizada, menos preocupada com a conexão entre os eventos, mas enfileirando *capitulatim* (esquemáticamente, episodicamente, topicamente, ponto por ponto) determinados episódios escolhidos (*carptim?*), que naturalmente iriam tratados em geral de forma breve, mas, eventualmente, como conhecemos por trecho que será examinado *infra*, item 4.4, justamente no livro quarto, logo nesse *interregno* entre as origens e seu próprio tempo, eventualmente também de forma expandida. Como teremos ocasião de ver mais adiante, a distinção acordada a certos eventos, em meio a uma narrativa em geral ágil (mas sempre tópico por tópico), poderia oferecer ocasião para relevantes manipulações da elocução.

Um segundo ponto de dissenso entre os estudiosos sobre o resumo de Nepos e que julgamos merecedor de alguma atenção é a afirmação de que Catão teria escrito *nulla doctrina*. Há diversas propostas de emenda a esse passo, que muita vez se supôs corrupto (*multa doctrina*, *nonnulla doctrina*, cf. CORNELL, 2013, 2, p. 134, nenhuma das quais sequer indicada na edição de referência, por MARSHALL, 1991, p. 88), sob o argumento de que tal afirmação seria “além de qualquer defesa razoável” (GRATWICK, 1982, p. 150, n. 2). De todo modo, aceita a leitura dos manuscritos – bem fundada, como de pronto se verá – resta a dúvida sobre o seu sentido, já que, nos termos de Astin, *nulla doctrina* pode corresponder a “uma falta de discussão erudita ou à ausência de citação a outras autoridades literárias” (ASTIN, 1978, p. 223). Na formulação de Horsfall:

Catão não mencionava as fontes? Ou não discutia versões alternativas? [...] Em comparação com as mais recentes *Antiquitates* de Varrão (25 livros sobre assuntos humanos e 16 sobre divinos), que tanto haviam impressionado Cícero (Cic.Ac.1.III.9), as *Origines* de Catão podem de fato ter parecido pouco eruditas. Nepos pode, no entanto, estar se referindo apenas à ausência de teoria científica grega nos *admiranda* (HORSFALL, 1989, p. 57).

Parece-nos que excerto das *Tusculanas* (c. 45 a.C.) de Cícero ajude a resolver o problema a contento. Trata-se de discussão sobre os oradores romanos, que teriam sido primeiramente capazes de falar bem, e só depois formados na arte retórica (*aptum tamen ad dicendum, post autem eruditum*, Cic.*Tusc.*1.III.5). Ora, Catão é posto entre os primeiros e qualificado como *studiosus* (cf. as qualidades de *industria* e *diligentia*, em Nepos), ao passo que os que estudaram retórica, os eruditos, seriam *docti*: “pois se relata que Galba, Africano e Lélío foram doutos, mas aquele que os precedeu no tempo, Catão, industrioso” (*nam Galbam Africanum Laelium doctos fuisse traditum est, studiosum autem eum, qui is aetate anteibat, Catonem*, Cic.*Tusc.*1.III.5). Assim, ao retirar Catão ao círculo dos posteriores oradores *docti*, o passo ciceroniano confirma a leitura dos manuscritos de Nepos (*nulla doctrina*) e permite compreendê-los como portadores do mesmo significado: Catão teria escrito sem ser instruído por preceitos formais, como aqueles (ou precisamente aqueles) que poderiam ser dados pela retórica.

Não pensamos, contudo, que com isso se possa referendar ideias como a de Astin, para quem as *Origines* possivelmente não tinham “nenhum tema bem pensado, nenhum plano claro e pré-determinado para a estrutura de todo o trabalho” (ASTIN, 1978, p. 220), chegando ao ponto de afirmar que “a criação de elegância literária não era um propósito ou uma consideração fundamental para Catão na composição das *Origines*” (ASTIN, 1978, p. 238; já em resposta, CALBOLI, 1996). A concepção de Astin afirma a ausência de programa, seja do ponto de vista temático, seja já sob um ângulo formal – escrita desprovida de estruturação propositada, o que vem claramente desmentido por tudo o quanto se verá neste capítulo. A avaliação é, ademais, bastante isolada na crítica.

Rejeitada essa leitura extrema, julgamos ainda que nem sequer se pode concluir pela efetiva ausência daquela erudição específica que Cícero tinha em mente (e aparentemente também Nepos) ao caracterizar a situação de Catão, isto é, a retórica (v., *supra*, para a discussão sobre o influxo da retórica na obra catoniana, item 1.1.3). O máximo que se pode dizer, e que certamente não vem contraditado pelos fragmentos, é que não se localiza em ponto algum uma exibição de conhecimentos eruditos ou livrescos sobre a própria escrita da obra. Isso não significa, contudo, como veremos de pronto, ausência de reflexão explícita, quer sob uma perspectiva temática, quer sob o aspecto formal, sobre a própria obra. Evidentemente, diante de um modelo de historiografia calcado na retórica, como o propugnado por Cícero, parece natural que a ausência de uma exibição dessa arte na redação da obra possa ter chamado a atenção à época de Nepos, de

modo que *nulla doctrina* não faria mais do que vaziar aquele juízo de falta da retórica em outros termos, ademais, como vemos pelo passo das *Tusculanas*, também ciceronianos.

Antes de retornar, em 4.1.4, ao texto de Nepos para aprofundar ponto que nos parece crucial para entender o projeto catoniano nas *Origines*, vamos nos dedicar, em 4.1.2 e 4.1.3, a fragmentos das *Origines* de especial significado para delinear esse projeto: aqueles que nos informam sobre seus dois proêmios.

4.1.2. O primeiro proêmio

As *Origines* de Catão, como, ademais, o *De agricultura*, que está preservado, e o *De re militari*, de que temos alguma notícia (o que parece ser o *incipit* vem transmitido em PLIN.*Nat.praef.*30, cf. ASTIN, 1978, p. 204), começavam por um prefácio ou proêmio. Algumas referências, umas poucas citações, além de possíveis ecos em autores posteriores, permitem tecer alguns comentários sobre seu conteúdo. Churchill chega a propor uma reconstrução textual literal, partindo da premissa de que “o prólogo das *Origines* era, em linhas gerais, semelhante ao prólogo do *De agricultura*” (CHURCHILL, 1995, p. 95). Paolo Cugusi, sem chegar a esse extremo, fornece um esquema concatenado, sugerindo o que poderia ter sido seu conteúdo integral, ainda que não a literalidade do texto, distinguindo, pelas letras latinas e gregas, o que tem por certo ter estado no prefácio e o que é menos certo, respectivamente. Trata-se de interessante exercício especulativo:

Se há indivíduos que, como eu, julgam útil ocupar-se dos feitos do povo romano [ponto a], eles poderão fazê-lo no *otium*, que, no caso dos *clari homines*, se deve entender como substituto do *negotium* e portanto como pôr-se a serviço dos demais [ponto b], de acordo com o dito de Cipião Africano [mas talvez o nome não fosse citado expressamente], para quem, por vezes, quem está no *otium* é mais ativo do que quem pratica o *negotium* [ponto α]. Os louvores dos homens romanos famosos eram celebrados outrora nos *carmina conuiuialia* [ponto γ]; mas a história do povo romano pretende um objetivo muito mais importante que o louvor dos indivíduos, ensinar como esse povo criou suas instituições no curso dos séculos com a contribuição engajada de todos os seus

membros e como é, por isso, superior a todos os outros povos [ponto β] (CUGUSI, 1996, p. 270).

Essa tentativa de reconstrução, que parte da avaliação de empreendimentos anteriores (cf. o excelente quadro sinóptico em CUGUSI & SBLENDORIO CUGUSI, 1996, p. 145, com apresentação esquemática das principais contribuições para a reconstrução do prefácio), está fundamentada nos seguintes textos, para cada um dos pontos referidos: 1P² (FRH.5.1), 2P² (FRH.5.2a), 127P² (Cic.Rep.1.XVII.27), 118P² (Cic.Tusc.4.II.3 ~ Cic.Tusc.1.II.3; Cic.Brut.XIX.75), fr.64J (Cic.Rep.2.I.2 = FRH.5.131).

Uma das mais notáveis dificuldades nesse empreendimento reside, entretanto, no fato de que, como veremos de pronto, é mais do que provável que a obra tivesse um segundo proêmio, no livro quarto, a dificultar a definição do que se localizaria em um ou em outro, à míngua de dados textuais mais precisos, não bastando que se trate de algum tipo de referência à própria escrita da história, o que poderia figurar em qualquer um dos dois proêmios ou mesmo em algum outro ponto da narrativa, que não se pode postular como infensa à reflexão sobre a escrita historiográfica, e isso em que pese o fato de que algumas dessas referências possam evocar tópicos proemiais, como ademais notado amplamente (por todos, CUGUSI, 1996, p. 270-271). Neste subitem, passaremos em revista os textos cima listados, conjuntamente com alguns outros aptos a informar sobre o projeto catoniano e mais especificamente sobre o primeiro proêmio, apontando os problemas de sua topografia relativa, quando pertinente. O subitem seguinte se ocupa justamente do segundo proêmio.

Os *Excerpta rhetorica* anônimos preservados em manuscrito do fim do século VIII, mas remetendo a material seguramente muito mais antigo (WARD, 2006, p. 12-16), indicam haver três tipos de proêmios apropriados às obras historiográficas, o primeiro dos quais louva, de modo geral, a importância da história e é exemplificado por Catão, pelo que se devem entender suas *Origines*:

	<i>Excerpta Rhetorica</i> , 588-599RL
<i>Principiorum ad historiam pertinentium species sunt tres: de historia, de persona, de materia. Aut enim historiae bonum generaliter commendamus, ut Cato, aut pro persona scribentis rationem eius quod hoc officium adsumpserit reddimus, ut Sallustius</i>	Há três tipos de prólogos pertinentes à escrita da história: a respeito da história, a respeito da pessoa e a respeito da matéria. Pois ou elogiamos o valor da história em geral, como Catão, ou, em defesa da pessoa que escreve, comunicamos o motivo pelo qual assumiu

[...] aut eam rem, quam relaturi sumus, dignam quae et scribatur et legatur ostendimus, ut Liuius ab urbe condita. (FRH.5.T9)	essa tarefa, como Salústio [...] ou mostramos que aquele assunto que vamos relatar é digno de ser escrito e lido, como Lívio na [História de Roma] desde a Fundação da Cidade.
---	--

O elogio do valor da história era, podemos ter certeza, um pouco mais particular, conforme se apreende de menções mais específicas no *Pro Plancio* (54 a.C.), de Cícero, e na *Epitome historiarum Philippicarum Pompei Trogi*, de Justino (s. II d.C.), e continha, de alguma forma, um tratamento do *otium*, em contraposição ao *negotium*, infundindo aquele com algo da valorização positiva que se costuma atribuir a este. Confira-se:

	CIC.Planc.XXVII.66
Etenim M. Catonis illud, quod in principio scripsit originum suarum, semper magnificum et praeclarum putavi, clarorum uirorum atque magnorum non minus otii quam negotii rationem exstare oportere. (FRH.5.2a)	Pois eu sempre considerei magnífico e esplêndido aquele pensamento de Marco Catão, que escreveu no princípio de suas <i>Origines</i> , a saber, que convém apresentar um relato não menos do ócio do que do negócio dos homens ilustres e importantes.

	JUST.Praef.5
...quod at te non tam cognoscendi magis quam emendandi causa transmisi, simul ut et otii mei, cuius et Cato reddendam operam putat, apud te ratio constaret. (FRH.5.2b)	Eu te enviei não tanto para que aprendesses, mas para que corrigisses e ao mesmo tempo para que tivesses um relato do meu ócio, a respeito do qual também Catão pensa que se deve cuidar.

Nenhum desses textos indica conter as próprias palavras de Catão, mas a proximidade entre *rationem exstare* e *ratio constaret* sugere fortemente que a paráfrase seja bastante próxima (CORNELL, 2013, 3, p. 64), a menos que Justino esteja já citando Cícero. De todo modo, a se tomar em consideração o prefácio do *Bellum Iugurthinum*, de Salústio, que parece preservar um eco catoniano no ponto, provavelmente se tratava de uma defesa do valor de ocupar o *otium* com a (investigação e a) escrita da história:

	SAL.Iug.4.4
Profecto existimabunt me magis merito quam ignauia iudicium animi mei mutauisse maiusque commodum ex otio meo quam ex aliorum negotiis rei publicae uenturum.	Certamente julgarão que eu, antes por mérito que por preguiça, mudei o juízo de meu espírito e que advirá maior bem para a república do meu ócio do que dos negócios dos outros.

Há quem entenda que a fonte da ideia é a abertura do *Simpósio* de Xenofonte, com a contraposição entre σπουδή e παιδία (ἀλλ' ἔμοι δοκεῖ τῶν καλῶν καὶ ἀγαθῶν ἀνδρῶν ἔργα

οὐ μόνον τὰ μετὰ σπουδῆς πραττόμενα ἀξιομνημόνευτα εἶναι, ἀλλὰ καὶ τὰ ἐν ταῖς παιδιαῖς, “mas parece-me que os feitos belos e bons dos homens são dignos de memória não apenas quando realizados mediante empenho, mas também no ócio”, X.*Smp.*1.1, cf. REICHARDT, 2008, p. 71, SKARD, 1956, p. 76 e já PETER, 1906-1914, p. 55), mas o assunto é polêmico, devido às múltiplas possibilidades de circulação dessa mesma ideia (BARWICK, 1948, p. 128, n. 2; cf., também: HORSFALL, 1989, p. 121; CORNELL, 2013, 2, p. 64).

Catão se referiu ao ócio em outro ponto, como atestado por duas citações em Cícero, cujo grau de literalidade é difícil estimar, e talvez Paolo Cugusi tenha razão em ver essas referências como alusivas a ponto do primeiro proêmio, já que atestadamente aqui se falava em ócio. Segundo o autor, “Catão pode ter querido corroborar a afirmação geral relativa à utilidade do *otium* (fr. 2 P² = ponto b acima [=FRH.5.2]) mediante recurso a *exemplum* famoso, com procedimento que anteciparia aquele aplicado por Salústio, no proêmio do *bellum Iugurthinum* 4, 5” (CUGUSI, 1996, p. 268; contra: PETER, 1906-1914, 1, p. 94, citando Bormann). Haveria mais de um paralelo com o proêmio salustiano a referendar a ideia: “ademais, a favor da inserção do fr. 127P² no proêmio, milita também o confronto com SAL.*Iug.*4.3, *nam saepe... adcendi*, no sentido de que, em Salústio como em Catão, o comportamento dos grandes (do presente ou do passado) vem tomado como modelo moral, será fortuito que Cipião seja o referente em ambos os casos?” (CUGUSI & SBLENDORIO CUGUSI, 1996, p. 146).

Os passos em questão são os seguintes:

	Cic. <i>Rep.</i> 1.XVII.27
... <i>qui denique ut Africanum auum meum scribit Cato solitum esse dicere, possit idem de se praedicare, numquam se plus agere quam nihil cum ageret, numquam minus solum esse quam cum solus esset.</i>	... que, finalmente, o que Catão escreve que meu antepassado Africano costumava dizer, poderia ele afirmar sobre si mesmo, a saber, que nunca se está mais ativo do que quando não se tem atividade a realizar, nunca menos sozinho do que quando se está sozinho.

	Cic. <i>Off.</i> 3.I.1
<i>P. Scipionem, Marce fili, eum qui primus Africanus appellatus est, dicere solitum scripsit Cato, qui fuit eius fere aequalis, numquam se minus otiosum esse quam cum otiosus, nec minus solum quam cum solus esset. Magnifica uero uox et magno uiro ac sapiente digna!</i>	Ó Marco, meu filho: Catão, que foi quase contemporâneo dele, escreve que Públio Cipião, ele que foi o primeiro a ser chamado “Africano”, costumava dizer que nunca estava menos ocioso do que quando estava ocioso, e nunca menos sozinho do que quando estava sozinho. Dito realmente magnífico e digno de um homem grande e sábio.

Se o passo for de atribuir efetivamente ao prefácio das *Origines*, como parece ser o caso, resulta interessante a frequência com que o primeiro proêmio das *Origines* corresponde a seções significativas do proêmio do *Bellum Iugurthinum*, o que consistiria em mais um caso de emulação salustiana não apenas pontual, mas extensa reelaboração de modelo catoniano, um pouco como em caso que veremos em 5.2, *infra*.

O único ponto do prefácio para o qual que temos o próprio texto catoniano é um curto segmento do *incipit*, em que pese uma divergência na ordem das palavras entre os dois testemunhos de que dispomos:²¹²

	SERG.GL.4.502
<i>Cato quoque Origines sic inchoat: Si ques sunt homines</i> (FRH.5.1a)	Catão também começa as <i>Origines</i> assim: “Se há alguns homens...”

	POMP.GL.5.208
<i>Sed huius declinationis nominatiuus erit “ques” [...]: Si ques homines sunt quos delectat populi Romani gesta describere</i> (FRH.5.1b)	Mas o nominativo dessa declinação será <i>ques</i> [...]: “Se há alguns homens a quem agrada escrever os feitos do povo romano...”

Parece claro que nessas palavras se encontra uma “declaração programática” (CORNELL, 2013, 3, p. 63) a respeito do conteúdo das *Origines*: narrativa escrita (*describere*, provavelmente aqui corruptela de *describere*, e não *describere* no mero sentido de arranjar ou distribuir, CORNELL, 2013, 3, p. 64) dos feitos (*gesta*) do povo romano (*populi Romani*). A seriedade desse programa pode ser vislumbrada se entendemos *populus Romanus* como escolha vocabular densa de sentido, vinculando-a à indicação, dada por Nepos, conforme se viu, *supra*, item 4.1.1, e confirmada pelos fragmentos, de que, ao menos em parte das *Origines*, Catão narrou os acontecimentos sem nomear as personagens (*sed sine nominibus res notauit*). Conforme afirma Zecchini, trata-se de expor uma história de Roma centrada na empresa coletiva dos romanos: “não por causa de grandes personalidades, mas de virtudes anônimas de todo o corpo cívico, é

²¹² Há terceiro fragmento (FRH.5.123), *si ques sunt populi*, que, desde Peter, vinha sendo tratado como corrupção do *incipit* (PETER, 1906-1914, 1, p. 54), mas, segundo Cornell (2013, 3, p. 146), que retoma com isso opiniões anteriores, não havendo indicação, na autoridade que o transmite, de que se trate do *incipit*, é mais prudente tratá-lo à parte.

que fora concedida a Roma pelos deuses a hegemonia mundial” (ZECCHINI, 2016, p. 31).

Talvez seja exatamente a isso que remetam referências a Catão no *De re publica*, de Cícero (54 – 51 a.C.). Logo na abertura do segundo livro, Cipião se refere a Catão e lhe atribui o seguinte pensamento:

	Cic.Rep.2.I.2
<i>Is dicere solebat ob hanc causam praestare nostrae ciuitatis statum ceteris ciuitatibus, quod in illis singuli fuissent fere quorum suam quisque rem publicam constituisset legibus atque institutis suis, [...]; nostra autem res publica non unius esset ingenio sed multorum, nec una hominis uita sed aliquot constituta saeculis et aetatibus; nam neque ullum ingenium tantum extitisse dicebat, ut quem res nulla fugeret quisquam aliquando fuisset; neque cuncta ingenia collata in unum tantum posse uno tempore prouidere ut omnia complecterentur, sine rerum usu ac uetustate. (FRH.5.131)</i>	Ele [Catão] costumava dizer que a condição de nossa cidade estava acima daquela das demais cidades, porque, praticamente em todas elas, indivíduos sozinhos as haviam provido de suas leis e instituições, [...], mas a nossa república não fora constituída pelo engenho de um só, mas de muitos, nem no espaço de uma única geração, mas no de vários séculos e períodos. Pois dizia que nunca houve tamanho engenho que nunca lhe escapasse alguma coisa e que nem todos os engenhos combinados em um só propósito, em uma única época, poderiam lograr compreender todas as coisas, sem a experiência e a passagem do tempo.

Ainda que se pretendesse desprezar a pertinência do passo diante de exceções nos fragmentos das *Origines* a esse enquadramento coletivo (por exemplo, BECK & WALTER, 2001, p. 153), ele indica, tão claramente quanto possível, a concepção de uma instância histórica supraindividual posta em proeminência por Catão. É praticamente certo que essa declaração estivesse contida nas *Origines*, não apenas pelo conteúdo, mas porque a obra vem referida na sequência imediata (Rep.2.I.3), e dela, afirma Cícero, não extrairá não apenas o conteúdo, mas as próprias palavras (*libenter enim etiam uerbo utor Catonis*). Mais que isso, como às declarações programáticas de Cícero segue-se o tratamento das primícias de Roma, parece-nos altamente provável que estejamos diante de conteúdo do proêmio, no primeiro livro das *Origines*, incorporado nesse proêmio ciceroniano ao segundo livro de sua *República*.

A ideia formulada aqui é de tanta importância para Cícero, que retorna um pouco mais abaixo, em Rep.2.XXI.37, agora nos lábios de Lélcio:

	Cic.Rep.2.XXI.37
<i>Tum Laelius: “Nunc fit illud Catonis certius, nec temporis unius nec hominis esse constitutionem rei publicae; perspicuum est</i>	Então Lélcio: “Agora se torna mais evidente a correção daquela famosa afirmação de Catão, a saber, que a constituição da república não é

<i>enim quanta in singulos reges rerum bonarum et utilium fiat accessio. Sed sequitur is qui mihi uidetur ex omnibus in re publica uidisse plurimum</i> ”.	obra de um único tempo ou de um único homem; pois é claríssimo quão grande foi a contribuição de cada rei em matéria de coisas boas e úteis; mas seguiu-se aquele que me parece que, de todos, teve melhor compreensão da república”.
--	---

O próprio descompasso entre uma afirmação geral, em Catão – retomada pela segunda vez, logo dotada de especial autoridade – e seu uso por Cícero, para fazer a transição para passo em que será destacada a importância particular de um rei (logo servindo à distinção de uma personagem) parece-nos suficiente para postular a ampla preservação, no ponto, da ideia catoniana.

Pensamos mesmo que a reescrita, em *Rep.2.XXI.37*, do que já estava dito em *Rep.2.I.2*, com as diferenças elocutivas evidentes – são próprias a *Rep.2.I.2* as repetições de palavras (*ciuitatis, ciuitatibus*), as aliteraões (em /k/: *ob hanc causam praestare nostrae ciuitatis statum ceteris ciuitatibus*; em /f/: *fuissent fere*), os cúmulos sinonímicos (*legibus atque institutis; saeculis et aetatibus*), antecipação sintática de nexos explicativos (*ob hanc causam... quod*), etc., todos elementos eliminados em *Rep.2.XXI.37* –, todas essas particularidades sugerem uma preservação de muito da elocução catoniana no primeiro passo, provavelmente com uma *expolitio* (*Rhet. Her.4.XLII.54*) ciceroniana no segundo, que, pelo contraste mesmo, acaba por indicar marcada aderência de *Cic. Rep.2.I.2* à letra catoniana.²¹³ Mais adiante, neste capítulo e nos seguintes, veremos que muitas dessas características são recursos constitutivos da prosa de Catão, não só, mas especialmente, em passos proemiais.

Parece-nos, assim, que apenas a aderência ao postulado de que o proêmio das *Origines* deveria ser tão sucinto quanto o do *De agricultura* justifica que Churchill nem sequer se ocupe dos relevantes elementos programáticos atribuídos a Catão no *De re publica* (CHURCHILL, 1995). Cornell, a nosso ver corretamente, inseriu *Cic. Rep. I.2.1-3* como um “possível fragmento” das *Origines* (FRH.5.131, CORNELL, 2013, 2, p. 231), ao passo que Sblendorio Cugusi e Cugusi chegaram até a incluir a passagem entre os fragmentos do prefácio, argumentando que “se pode verossimilmente levantar a hipótese de que exatamente no proêmio encontrassem espaço considerações catonianas sobre a

²¹³ Von Albrecht demonstrou, em outro caso, pela presença mesma dessas particularidades de linguagem, como muito do texto catoniano foi preservado por Aulo Gélcio na narração de certo episódio (von ALBRECHT, 2012, p. 32-33; cf., ainda, REICHARDT, 2008, p. 81, ver adiante item 4.4).

excelência da constituição romana” (CUGUSI & SBLENDORIO CUGUSI, 2001; cf. ainda CUGUSI, 1996, p. 268-269), localização julgada possível, embora não necessária, por Cornell (2013, 3, p. 151). Pensamos que os argumentos aqui aduzidos, notadamente a inserção do passo antes de uma revisitação dos primeiros tempos da história romana e a elaboração formal com toda probabilidade calcada em Catão e própria a seu tratamento de passos como os proêmios (cf. von ALBRECHT, 2012, p. 16), conferem maior robustez à hipótese de estar localizada no primeiro proêmio.

Aprofundando propostas anteriores, Churchill sugere ainda que fragmento não literal, por vezes atribuído ao sétimo livro (CHASSIGNET, 1986, fr. 7.12-13, p. 53-54), mas transmitido sem menção à sua posição nas *Origines* (FRH.5.113), deva ser posicionado ao proêmio (CHURCHILL, 1995, p. 103-106). Trata-se de relato segundo o qual os antigos romanos costumavam, nos banquetes, cantar, com acompanhamento da flauta, os feitos dos grandes homens (*grauissimus auctor in originibus dixit Cato morem apud maiores hunc epularum fuisse, ut deinceps qui accubarent canerent ad tibiam clarorum uirorum laudes atque uirtutes*, Cic.Tusc.4.II.3, cf. também Cic.Tusc.1.II.3, Cic.Brut.XIX.75, Cic.Leg.2.XXIV.62, QUINT.Inst.1.10.20, VAL.MAX.2.1.10, VAR.de uita populi romani, apud NON.76L). Neste caso, no entanto, diversamente dos passos do *De republica*, não há dados contextuais, pela localização da referência com relação à própria estrutura do texto em que está inserta, para referendar um posicionamento no prefácio das *Origines*. Embora o juízo siga sendo eventualmente secundado por outros especialistas (REICHARDT, 2008, p. 80), julgamos mais prudente a avaliação de Cornell: “quando nada é certo, tudo é possível [...] a conclusão deve ser que o contexto desse famoso fragmento é irrecuperável e que, a despeito de muitas possibilidades interessantes, a questão permanece em aberto” (CORNELL, 2013, 3, p. 142).

À luz dessas considerações, devemos retornar ainda uma vez ao *incipit* e aos *uerba Catonis*. Embora se trate de muito pouco material, deve-se notar que a elocução carrega potencialmente duas reminiscências. A primeira, significada pela formulação *si ques* (com a forma arcaica *ques*, nominativo plural de *quis*),²¹⁴ é a linguagem jurídica, que, conforme vimos (item 3.2, *supra*), por vezes recorria às prátases que combinavam *si* com o pronome indefinido *quis*; como lembra Calboli, no latim arcaico, “é muito rara, mas muito importante, a formulação *si qui(s)*” (CALBOLI, 1987, p. 144). Das próprias

²¹⁴ Ademais recorrente nas *Origines*, cf. FRH.5.32: *quescumque Romae regnauissent...* (destacamos).

Origines, conservamos, por exemplo, fragmento em que essa estrutura, no singular, vem empregada para se referir a uma regulação de direito sucessório (*si quis mortuus est Arpinatis, eius heredem sacra non secuntur*, “se algum Arpinate morre, as obrigações rituais não passam ao seu herdeiro”, *FRH.5.35*), outro em que ela relata uma regulação de direito militar romano (*imperator noster, si quis extra ordinem depugnatum iuit, ei multam facit*, “nosso general, se alguém vai à batalha saindo de sua fileira, impõe-lhe uma multa”, *FRH.5.82*) e outro ainda que faz referência a um costume, não localizado, relativo à vigência de uma lei de talião (*si quis membrum rupit aut os fregit, talione proximus cognatus ulciscitur*, “se alguém rompe um membro do corpo [de outro] ou quebra um osso, o parente masculino mais próximo aplica o talião”, *FRH.5.85*), de forma extremamente próxima, neste último caso, a disposições contidas na Lei das Doze Tábuas: *si membrum rupit, ni cum eo pacit, talio esto* (1.13, CRAWFORD, 1996, 2, p. 606); *si os fregit libero, CCC, <si> seruo, CL poena<e> su<n>to* (1.14, CRAWFORD, 1996, 2, p. 606) (v., *supra*, item 3.2.2).²¹⁵ Talvez o próprio objeto *leges*, em que Cícero condensa o resultado do feito coletivo dos romanos narrado por Catão (*Cic.Rep.2.I.2*, v., *supra*, neste item), estivesse assim em mira pela moldagem do continente à luz do conteúdo, desde as duas últimas palavras.²¹⁶ Mais que esses outros dípticos de molde jurídico nas *Origines*, com elementos elocutivos tópicos, como a retomada anafórica (*eius*; *ei*) e a antecipação do sujeito da principal (*imperator noster*), o *incipit* exhibe desenvolvimento amplo do sujeito (a frase poderia ser condensada em *qui gesta populi Romani scripturus est*, em que o *qui* valeria por *si ques sunt homines*), a relativa valendo-se, portanto, de forma bastante ampliada do díptico, como vimos ocorrer, por exemplo, no *senatus consultum de Bacchanalibus* (*sei ques esent quei...*, v., *supra*, item 3.2.5 e, sobre o sentido da expressão, FRAENKEL, 1964c, p. 454).

A segunda reminiscência elocutiva, já bastante discutida na literatura, é poética, já que, conforme se notou, desde que se mantenha a ordem *si ques sunt homines* (e não *si ques homines sunt*), toda a sequência, até *Ro[mani]* tem andamento hexamétrico (CARDINALI, 1978; CHURCHILL, 1995, p. 100; para uma discussão densa, cf. REICHARDT, 2008, p. 76-77), o que, como se sabe, estaria destinado a se tornar importante marca do *incipit* de obras historiográficas latinas (CHURCHILL, 1995, p. 101). Seja qual for o intento perseguido (v., mais amplamente, para uma hipótese

²¹⁵ Cf. discussão em PETER, 1906-1914, p. 78.

²¹⁶ A formulação, ainda que no singular *si quis*, comparece diversas vezes no *De agricultura*, em que abundam os preceitos formados a partir do esquema legal de prótase e apódose.

explicativa, item 4.1.3, *infra*) –, reconhecer a tradição poética e “sinalizar que seu trabalho será de algum modo distinto”, pensa Churchill (1995, p. 100) – sem dúvida se poderia cogitar de um entrecruzamento entre a convenção da poesia hexamétrica de abrir o primeiro verso com a proposição da matéria do canto e o conteúdo programático do *incipit* catoniano.

É possível e mesmo provável que essas reminiscências elocutivas estivessem de algum modo relacionadas. Note-se que, à prótase *si ques...*, encadeava-se necessariamente uma apódose, certamente prescritiva, e não descritiva, como as três emulações de díptico legal citadas *retro*, que são antes descrições de normas ou costumes. Assim, balancear-se-ia o trecho de que dispomos pela enunciação (certamente com um anafórico, a considerar os modelos referidos: *si ques...*, *ii...*) de uma norma geral a dizer o que deve fazer quem pretende escrever a história de Roma. Essa abertura do livro por uma prescrição é, em si mesma, marca de uma diretriz programática – há uma obrigação abstrata de tratar o objeto de tal modo ou com tal cuidado, etc.. A forma balanceada do díptico não nos parece desimportante, aceita a constatação de que há andamento hexamétrico no início (efetivo hexâmetro ou reminiscente que seja dele), que casa com a festividade impressa a um díptico tão amplamente desenvolvido, com redundâncias e recurso à relativa interna à prótase.

Os demais casos de *incipit* historiográfico hexamétrico se aplicam em geral a um segmento inicial da frase de abertura, e não a toda ela; tomado Catão como modelo do gênero também nesse ponto e atentando para o fato de que dois ou três testemunhos nos trazem parte de um texto hexamétrico, há toda probabilidade de que a passagem à apódose fosse o ponto de quebra, de modo que a prescrição viria vazada em forma não metrificada. Se assim fosse, a própria afirmação da prescrição seria um abandono do andamento hexamétrico, a indicar talvez que quem queira escrever a história de Roma não o deve fazer à moda dos poetas hexamétricos (v., mais amplamente, item 4.1.3, *infra*).

Seja como for, desses difusos elementos que apontam para referenciais elocutivos muito conotados, embora não se possam extrair certezas, pode-se concluir pela bem fundada suspeita de um marcado entretecimento entre matéria e elocução nas *Origines* e particularmente no proêmio. Outra declaração metarreferencial, conservada no quarto livro, permite aprofundar os problemas evocados e vislumbrar a relevância da articulação entre programa temático e elocução.

4.1.3. O proemio al mezzo

Um dos mais discutidos fragmentos das *Origines*, preservado por Aulo Gélíio, que o localiza no quarto livro, é o seguinte:

	GEL.2.28.4-7
<p>4. <i>Sed de lunae solisque defectionibus, non magis in eius rei causa reperienda sese exercuerunt. 5. Quippe M. Cato, uir in cognoscendis rebus multi studii, incerte tamen et incuriose super ea re opinatus est. 6. Verba Catonis ex Originum quarto haec sunt: Non lubet scribere, quod in tabula apud pontificem maximum est, quotiens annona cara, quotiens lunae aut solis lumine caligo aut quid obstiterit. 7. Vsque adeo parui fecit rationes ueras solis et lunae deficientium uel scire uel dicere. (FRH.5.80)</i></p>	<p>4. Mas, a respeito dos eclipses do Sol e da Lua, eles não se dedicaram a encontrar sua causa. 5. Com efeito, Marco Catão, homem de muito empenho em conhecer as coisas, opinou sobre esse assunto de forma incerta e sem interesse. 6. As palavras de Catão, no livro quarto das <i>Origines</i>, são as seguintes: “Não me interessa escrever o que está na tábua do máximo pontífice, quão frequentemente o trigo ficou a preço alto, quão frequentemente a névoa ou qualquer outra coisa impediu a luz da Lua ou do Sol”. 7. A tal ponto fez pouco caso de saber ou expor as verdadeiras causas dos eclipses do Sol e da Lua!</p>

Em que pese eventual opinião em contrário (ASTIN, 1978, p. 219; CORNELL, 2013, 3, p. 128), esse excerto é em geral tido por espécie de segundo proêmio, ou novo prefácio (BADIAN, 1966, p. 7; TIMPE, 1970-71, p. 14; CUGUSI & SBLENDORIO CUGUSI, 1996, p. 160; SBLENDORIO CUGUSI & CUGUSI, 2001, *ad loc.*; REICHARDT, 2008, p. 77), e é por vezes relacionado à hipótese dualista de uma obra pensada ou realizada em duas fases distintas (BADIAN, 1966, p. 7). Mas a ideia de “falta de um plano orgânico” é, antes que referendada, segundo Cugusi e Sblendorio Cugusi, “desmentida, com efeito, pela presença de dois proêmios” (CUGUSI & SBLENDORIO CUGUSI, 1996, p. 136). Há paralelos historiográficos relevantes, e o de Políbio pode ter influído em Catão (ou ter sido influenciado por ele).²¹⁷ Segundo esses autores, haveria uma mudança de abordagem a ser assinalada pelo proêmio dentro de uma obra unitária: “Parece então que a hipótese menos aleatória seja que as *Origines* constituam sim obra unitária, na qual, no entanto, Catão, em certo ponto, modificou o ângulo visual e ‘técnico’

²¹⁷ “Com efeito, no proêmio do livro IV, de que resta traço no fragmento 77P² [FRH.5.80], sintetiza-se programaticamente a ‘novidade’ da recusa catoniana da precedente ‘ingenuidade’ historiográfica, recusa nascida da lição de Políbio (tal qual se encontra exposta em IX,1 e X,21,3 e III,20,5) – e Políbio, recorde-se, chegou a Roma em 168, quando Catão, embora tendo iniciado a composição das *Origines*, estava ainda no início do trabalho” (CUGUSI & SBLENDORIO CUGUSI, 1996, p. 139).

do tratamento, assinalando a mudança no ‘segundo proêmio’, anteposto precisamente ao livro quarto” (CUGUSI & SBLENDORIO CUGUSI, 1996, p. 139).

Essa não é, contudo, a única forma de considerar o proêmio, mesmo aceito o postulado unitário. Na busca por compreender as *Origines* em sua dimensão programática, parece essencial aprofundar o exame, o que pretendemos fazer sobretudo chamando a atenção para passo que julgamos ainda não ter sido agregado à elucidação desse fragmento e que reputamos central.

Antes disso, contudo, há hipótese específica na literatura que precisa ser retomada aqui: a de que a referência explícita aos anais pontificais, com o apontamento de alguns dos temas mais banais neles registrados, poderia ter profundas implicações políticas, conforme propôs Ulrich Gotter em uma série de escritos. Assim, a crítica de Catão seria menos dirigida aos anais pontificais em si mesmos que a específica apropriação deles por Marco Fúlvio Nobilior (cônsul em 189 a.C., criticado por Catão em *FOR*.103, v. 5.6.2, *infra*), que concebeu o Templo de Hércules das Musas para, fundamentalmente, criar um espaço de memória, preenchido de pinturas murais, em que os registros retirados aos *annales*, dentre os quais o calendário, com a localização dos dias fastos e nefastos (donde sua denominação, *fasti*), serviriam como forma de instituir uma narrativa visual sobre a história romana (GOTTER, 2003, p. 118). Muito mais do que preços do trigo e datas de eclipses, os anais continham os nomes dos principais magistrados e seus triunfos, “juntamente com as guerras que eles conduziram como representantes do povo romano” (GOTTER, 2003, p. 119). Nesse sentido, o que Catão está rejeitando ao refregar os anais pontificais, para Gotter, é toda uma narrativa que apresenta a história romana como resultado de determinados feitos da aristocracia.²¹⁸ A hipótese casa bem com a decisão de não nomear as personagens e com o provável intento de valorizar uma história coletiva, supraindividual, do *populus Romanus* (v., *supra*, item 4.1.2), sobretudo se entendemos

²¹⁸ O dossiê relativo ao templo de *Hercules Musarum* é bastante complexo, referindo-se a monumento há muito desaparecido. A mais ampla contextualização da consagração do templo por Fúlvio Nobilior se encontra em discurso de Eumênio, de 298 d.C. (EUM.*Pan. Const.*3), mas sucintamente já em Plínio o Velho (Nat.35.66). A associação de Nobilior com Ênio nessa específica empreitada já está documentada no *pro Archia*, de Cícero (CIC.*Arch.*XII.27), de 62 a.C.. Uma menção ao fim dos *Fasti* de Ovídio (6.798-812) recorda a reconstrução do templo por Lúcio Márcio Filipe, padraсто de Augusto. Sobre o conteúdo de representação social contida nos registros que decoravam o templo, há algumas considerações em Macróbio: “pois Fúlvio Nobilior, no calendário que pôs no templo de *Hercules Musarum*, diz que Rômulo, depois que dividiu o povo em *maiores* e *iuniores*, para que uma parte protegesse a república pela deliberação, e a outra com as armas...” (*nam Fulvius Nobilior in fastis quos in aede Herculis Musarum posuit Romulum dicit postquam populum in maiores iunioresque diuisit, ut altera pars consilio altera armis rem publicam tueretur...*, MACR.1.12.16). Para uma mais ampla discussão, cf. RICHARDSON, 1977, com referências adicionais.

que Nepos aponta para essa especificidade referindo-se particularmente aos livros quarto e seguintes, leitura possível do excerto.

Conecta-se com essa hipótese observação já antiga na bibliografia, segundo a qual poderia haver referência, no ponto, a fragmento eniano conservado por Cícero (Cic.*Rep.*1.XVI.25, *nonis Iunis soli luna obstitit et nox*, ENN.*Ann.*163V, *FRL.*153), talvez, pensa Cornell, para se distinguir dos poetas, que se fiavam nos anais pontificais para compor suas narrativas (CORNELL, 2013, 3, p. 128). Prinzen, contudo, aponta que “eclipses do sol e outros assuntos que estavam contidos nos *annales maximi* desempenhavam em Ênio apenas um papel de pouca importância ou nem sequer eram referidos” (PRINZEN, 1998, p. 297, n. 30). Gotter, a seu turno, lembra que Ênio esteve diretamente associado com Marco Fúlvio Nobilior, compartilhando de um mesmo enquadramento narrativo: “nessa visão compartilhada do passado, os *Annales* de Ênio e os *Fasti* de Nobilior se acostam conceitualmente” (GOTTER, 2003, p. 120), o que sugere que a possível confrontação com a poesia hexamétrica seja mais específica. Afinal, ao que tudo indica, em seu programa original, os *Annales* deveriam se encerrar com o “triunfo de Fúlvio Nobilior, o protetor do poeta, e talvez com a consagração, pelo próprio Nobilior, de um templo para as musas” (CONTE, 2019, p. 87). Nesse sentido, a possível menção a Ênio ganharia densidade ampliada, se retivermos o andamento hexamétrico do início do primeiro proêmio, o que, à época de vida de Catão não se pode ter por reminiscência genérica à épica ou mesmo à épica histórica, mas se deve reputar alusão àquele – Ênio – que passou a vazar a épica histórica romana em verso hexamétrico latino.

Essa específica hipótese de uma relação entre o programa dos *Annales* e Marco Fúlvio Nobilior deve permanecer uma hipótese, mas o problema do tratamento dispensado à agência individual nas *Origines* e a imagem de Ênio como contraponto polêmico justamente nesse ponto persistem no horizonte. Precisamente no *Cato Maior* (Cic.*Sen.*IV.10), Cícero preservou o *elogium* de Ênio a Fábio Máximo “Cunctator”, que se destacou na oposição a Aníbal em 217-216 a.C.: *Vnus homo nobis cunctando restituit rem. / Noenum rumores ponebat ante salutem. / Ergo postque magisque uiri nunc gloria claret* (“Um único homem, retardando, restabeleceu a república para nós. Ele não punha os rumores à frente da salvação. Assim, hoje, a glória desse homem brilhe mais e mais com o passar do tempo” ENN.*Ann.*370-372V, *FRL.*363-365, citado em Cic.*Off.*1.XXIV.84). Evidentemente, o pequeno panegírico individual e, mais que isso, a singularização da agência individual, merecedora de glória, em contraposição ao coletivo

(*unus homo nobis... restituit rem*), parece se contrapor ao programa desenhado no proêmio catoniano, a referendar talvez a contraposição entre o tipo de história narrado por Ênio (centrada no indivíduo, encomiástica) e o tipo de história que Catão pretende tratar.

Ora, é no próprio livro quarto das *Origines* que se encontra a história de Quinto Cedício (v., *infra*, item 4.4), em que Catão se refere ao *tribunus militum* (sem nome, ao menos no trecho que nos chegou) e desenvolve o tema da *gloria* ou *laus* que lhe deveria ter sido dada pelos romanos, que não o reconheceram suficientemente pelo seu feito, designado com a expressão *rem seruauerat*, afim ao *restituit rem* do *elogium* eniano ao *Cunctator*. Efetivamente, não há apenas uma dimensão em que o problema da relação entre agência individual e supraindividual vem tratado em Catão, assunto que nos ocupará mais no pormenor à frente, quando estivermos a analisar esse fragmento. Distintamente do que pensa Prinzen, para quem haveria certa hipocrisia de Catão ao (provavelmente) criticar Ênio (“a representação feita por Ênio de seus feitos [dos *nobiles*] não lhe deve ter sido intimamente incômoda”, PRINZEN, 1998, p. 300), pensamos que haja antes formas de articulação entre essas dimensões da agência e notadamente uma grande valorização não exatamente da individualidade, mas da realização individual dos papéis públicos que lhe cabem; de todo modo, essas questões que parecem marcar o trabalho a partir do livro quarto, ou no próprio livro quarto, sinalizam para um momento denso na obra, apto à explicitação de propósitos, haja ou não verdadeira inflexão, no sentido de mudança de rumos.

Embora não possa ser cabalmente provada em detalhe, a hipótese de um engajamento cerrado com a obra de Ênio, dotada de bastante verossimilhança, tem o mérito de recordar que o trabalho de Catão se insere em panorama de gestão polêmica da memória coletiva (REICHARDT, 2008, p. 78), com que suas escolhas, aparentemente idiossincráticas – mas talvez apenas pela perda de contexto – dialogavam. Tem-se, assim, vislumbre do tipo de densidade pragmática que permitiria explicar, no detalhe, a obra. Postas essas especulações no pano de fundo de uma leitura que tem de se haver com o caráter fragmentário dos testemunhos restantes, pensamos que o fragmento do proêmio do quarto livro merece reconsideração atenta.

Em importante estudo, Gian Biagio Conte expôs como os poetas helenísticos produziram relevante inovação ao conceber proêmios que continham verdadeiras declarações de poética, isto é, que, ao lado dos proêmios tradicionais, temáticos,

preocupados com anunciar o assunto, o *quid*, do poema, posicionavam o autor, no polêmico espaço letrado alexandrino, a respeito dos procedimentos de que se valia, isto é, do *quale* da composição (CONTE, 1984, 121-123); “os dois proêmios, em suma, definem-se em termos relativos: em um, a função dominante, e por isso especializada, é informar a respeito do conteúdo; no outro, é dizer a ‘qualidade’ de um texto poético” (CONTE, 1982, p. 133-134). Conte chama a esse proêmio programático *proemio al mezzo* porque ele vem em geral posto no início da segunda metade das obras latinas que acolhem o tipo (assim, em Virgílio, na sexta égloga, no início do terceiro livro das *Geórgicas* e no sétimo canto da *Eneida*, mas já em Lucrécio, na abertura do quarto livro do *De rerum natura* e talvez em Ênio, no início do sétimo livro dos *Annales*). Nesse proêmio, tipicamente, o poeta visita um número de tópicos, como os motivos da *recusatio* e do *primus ego* (CONTE, 1984, p. 126), que fundamentam o seu credo poético.

Em meio a relevante polêmica travada com La Penna, Conte resume a distinção como aquela entre “proêmios de função (prevalentemente) informativa e proêmios que concedem espaço à reflexão programática e crítico-literária” (CONTE, 1982, p. 132), esclarecendo, para desfazer incompreensão de seu oponente, que “isso não quer dizer que existam proêmios que tratam unicamente de ‘coisas’, de *res*, e proêmios que tratam unicamente de ‘modos e qualidades literárias’” (CONTE, 1982, p. 132). A precisão é importante porque já vimos (item 4.1.2, *supra*) que o primeiro proêmio certamente não apenas anunciava sua matéria (na prótase do díptico que forma o *incipit* da obra), mas muito verossimilmente também discutia a forma de tratamento dessa matéria (na apódose perdida, mas também mais amplamente, pois, ainda que a discussão ecoada em *Cic.Rep.2.I.2* e *Cic.Rep.2.XVIII.34* fosse um esclarecimento sobre a matéria, ou uma justificação da matéria – os *homines* no plural são objeto da narração porque a história não é obra de uns poucos indivíduos – está aí, ao menos em germe, a indicação de um conjunto de procedimentos que decorrem dessa tomada de posição). Nesse sentido, para o *proemio al mezzo* de que aqui nos ocupamos, vale certamente o quanto afirmado de forma geral por Conte: “quando as *res* aparecem no proêmio programático [o *proemio al mezzo*], elas aparecem em sua veste e qualidade literária: não é a substância, mas a forma do conteúdo; são as *res* consideradas no aspecto dos temas, das codificações retóricas, dos emblemas literários, que significam uma tradição, uma linguagem, um gênero poético” (CONTE, 1982, p. 134).

Ora, a leitura do que nos restou do fragmento de que aqui nos ocupamos sugere que estamos diante de autêntico *proemio al mezzo*. Em primeiro lugar, por sua posição, marcando uma reflexão incisiva no meio da obra – embora não seja possível saber se estamos diante de um “meio” em sentido estrito, isto é, uma “metade”, não havendo como determinar se Catão pensava, naquele momento, redigir as *Origines* em seis, sete ou mais livros. Em segundo lugar, e mais especialmente, porque claramente se trata de uma *recusatio*; afinal, a estrutura é a do início de um priamel: “não me apraz escrever isso, nem aquilo, nem ainda aquilo”, série de recusas que certamente se arrematavam por uma afirmação, ou enfim uma reafirmação, qualificada, do tema (ou da forma do conteúdo) da obra.

A técnica do priamel é reforçada pela disposição crescente dos membros (anaforicamente introduzidos por *quotiens*, após *quod*, que não faz parte da enumeração, mas designa tudo aquilo que está na tábua pontifical, que vem na sequência exemplificado, de modo que entre *quod... est* e *quotiens*, há pausa forte, valendo por “a saber”) e talvez pela anteposição do verbo *lubet*, notada por Fankhänel, para quem se trata de deixar claro desde o começo tratar-se de uma rejeição, o que se pode reter como efeito secundário de uma construção que não se expressaria, em princípio de outro modo (FANKHÄNEL, 1938, p. 210), pois a anteposição do verbo é de regra diante de um enfileiramento de completivas (v., *supra*, item 3.1.2).

Dizemos ser reafirmação qualificada da narrativa dos *gesta populi Romani*, anunciados no *incipit* do primeiro proêmio, já porque a estrutura do priamel pressupõe uma polêmica, que é própria do *proemio al mezzo*, uma vez que, no contexto alexandrino de constante manipulação das convenções, “quem pratica literatura precisa dizer o que está fazendo, pois cada um a pratica de modo diferente” (CONTE, 1984, p. 122). Afirmamo-lo ainda porque, sob a aparência de uma recusa temática (*quod*, *quotiens*, *quotiens*), entrevê-se uma recusa de procedimento: não a história tal qual concebida pelos anais pontificais (ou por Ênio como *alter* poético deles), mas – e aqui certamente se inseria a tópica do *primus ego* – tal como o próprio Catão a concebia – e, sem dúvida, não faltavam particularidades a destacar, muitas das quais, pensamos, podem ser percebidas pelo cuidadoso trabalho dispensado à elocução, logo, em certo sentido, verdadeiro cuidado com a poética da obra.

É o quanto já perceberam Wagener, para quem o segundo proêmio “indica o caminho [...] e o método que [Catão] se propôs para tratar a história” (WAGENER, 1849,

p. 5), e, mais recentemente, Cugusi e Sblendorio Cugusi, que, para além da mudança temática que se poderia extrair do relato de Nepos, apontam que “o segundo proêmio assinala [...] o novo método historiográfico de Catão” (CUGUSI & SBLENDORIO CUGUSI, 1996, p. 139). Afinal, trata-se de estabelecer um confronto especificamente com outras *formas* de narrar a história que também implicam outra *seleção* de temas. Conforme bem pontua Fankhänel: “neste [fragmento] [...], Catão posiciona-se claramente contra seus antecessores” (FANKHÄNEL, 1938, p. 210).

Paolo Cugusi, embora relacionando-o ao primeiro proêmio das *Origines*, apontou para fragmento do historiógrafo Semprônio Asélio (nascido cerca de 160 a.C., CORNELL, 2013a, p. 275), atribuído ao primeiro livro de sua obra – logo, muito certamente ao seu proêmio – que nos parece ter algo a dizer neste contexto:

	GEL.5.18.7-9
7. <i>Cum uero non per annos, sed per dies singulos res gestae scribuntur, ea historia Graeco uocabulo ἔφημερίς dicitur, cuius Latinum interpretamentum scriptum est in libro Semproni Asellionis primo, ex quo libro plura uerba ascripsimus, ut simul ibidem quid ipse inter res gestas et annales esse dixerit ostenderemus.</i>	7. Quando, no entanto, os feitos são registrados não por ano, mas dia a dia, essa narrativa se chama pelo termo grego ἔφημερίς, cujo sentido latino se encontra no primeiro livro de Semprônio Asélio, livro do qual citamos um trecho maior, para que mostremos também aí que diferença ele disse haver entre feitos (<i>res gestas</i>) e anais. Ele disse:
8. <i>“Verum inter eos”, inquit, “qui annales relinquere uoluissent, et eos, qui res gestas a Romanis perscribere conati essent, omnium primum hoc interfuit: annales libri tantummodo quid factum quoque anno gestum sit, ea demonstrabant, ita quasi qui diarium scribunt, quam Graeci ἔφημερίδα uocant; nobis non modo satis esse uideo quid factum esset, id pronuntiare, sed etiam quo consilio quaque ratione gesta essent demonstrare”.</i> (FRH.20.1)	8. “Entretanto, entre aqueles que quiseram legar anais e aqueles que buscaram pôr por escrito os feitos dos romanos, havia, dentre todas, em primeiro lugar, a seguinte diferença: livros de anais apenas mostravam aquilo que se fez a cada ano, assim como quem escreve um diário, que os gregos chamam ἔφημερίδα; para nós, não me parece ser suficiente mostrar apenas o que ocorreu, mas ainda de acordo com qual desígnio e com qual propósito as coisas se fizeram”.
9. Paulo post idem Asellio in eodem libro:	9. Pouco depois, disse o mesmo Asélio no mesmo livro:
<i>“Nam neque alacriores”, inquit, “ad rem perperam faciundam neque segiores ad rempublicam defendundam annales libri commouere quicquam possunt. Scribere autem bellum initum quo consule et quo confectum sit et quis triumphans introierit, eo libro quae in bello gesta sint {iterare id fabulas} non praedicare, aut interea quid senatus decreuerit aut quae lex rogatione lata sit, neque quibus consiliis ea gesta sint iterare, id fabulas pueris est narrare, non historias scribere”.</i> (FRH.20.2)	“Pois os livros de anais nada podem fazer para tornar as pessoas mais alertas a praticar o mal ou mais indispostas a defender a república. Pois registrar sob que cônsul uma guerra começou e sob que cônsul acabou, quem então retornou em um triunfo e não revelar naquele livro o que ocorreu na guerra ou o que, no entretanto, decretou o Senado ou que lei ou proposta de lei foi apresentada nem referir com que desígnios tais coisas ocorreram, isso é narrar fábulas a crianças, não escrever história”.

Cugusi, atentando apenas para a primeira parte da citação (FRH.20.1), notadamente para o possível eco entre a formulação que aí se encontra (*res gestas a Romanis prescribere*) e o catoniano *si ques sunt homines quos delectat populi Romani gesta describere* (FRH.5.1), destacou que se trataria de “espécie de glossema do texto catoniano, contribuindo para definir a tipologia da investigação histórica perseguida como investigação não analística” (CUGUSI, 1996, p. 266). Pensamos, no entanto, que, à luz da reiterada referência aos *annales*, a passagem pode antes, admitido o elo forte com a dicção catoniana, ajudar a pensar na natureza do *proemio al mezzo* das *Origines*.

Para além da referência ao anais pontificais, pensamos que o passo também se relaciona ao FRH.5.80 pela forma de apresentar o conteúdo dos anais mediante uma série de recusas formuladas com termos relativos (*bellum initum quo consule et quo confectum sit, et quis triumphans introierit ex eo...*), antepostas aqui a uma afirmação do que deve ser feito, ainda que pela negativa (*non praedicare...*). É interessante que essas recusas sejam precisamente focadas nas grandes personagens, culminando em um triunfo, o que corresponde ao tipo de glorificação individual que vem rejeitada por Catão certamente já no primeiro proêmio (*supra*, item 4.1.2). A história que prescritivamente Semprônio Asélio julga dever ser escrita ocupa-se de uma agência coletiva, institucionalizada sobretudo pelas decisões colegiadas da República (*quid senatus decreuerit aut quae lex rogatione lata sit*), conteúdo que certamente era o de Catão no primeiro proêmio e que muito possivelmente ecoava também no segundo.

Interessa particularmente notar que essas decisões coletivas, que parecem resumir o propósito de narrativa, vêm, nos dois fragmentos, referidas a noções semelhantes: *quo consilio quaque ratione; quibus consiliis*. Trata-se assim não apenas de uma agência coletiva, mas de ação dotada de inteligibilidade, ponto que parece especialmente relevante para compreender o segundo proêmio catoniano, uma vez que aquele texto rejeitava dois fenômenos inteiramente desvinculados de qualquer intencionalidade e de qualquer ação humana, coletiva ou já mesmo individual. Nesse sentido, é bastante plausível que o priamel catoniano se fechasse com a enunciação daquela agência, central para Catão: *non lubet..., sed quo consilio quaque ratione [res] gesta essent* ou *quibus consiliis ea [res] gesta sint*.

Essa hipótese se torna mais tangível quando se observa o contexto da citação de *FRH.5.80* em Aulo Gélíio, notadamente *GEL.2.28.4-5* e 7. Gélíio está aí lamentando a falta de interesse de Catão em conhecer as causas dos eclipses (*eius rei causa; rationes ueras... scire uel dicere*); se a referência dupla ao problema poderia ser interpretada como discrepância entre os interesses de Gélíio e de Catão, a proximidade entre os fragmentos de Semprônio Asélio relacionados a Catão e o contexto em que Gélíio cita o texto antes reforçam a ideia de que o priamel acabasse com uma afirmação de que, contra as descrições de eclipse e de preço do trigo dos anais pontificais, Catão se propusesse a expor as *rationes* dos feitos coletivos dos homens. A contraposição entre um homem interessado em conhecer determinadas coisas (*GEL.2.28.5*), mas não outras (como os eclipses) pode ser ainda mais um eco da formulação catoniana, certamente próxima de Semprônio Asélio.

Note-se, brevemente, ao fim, que a segunda citação de Semprônio Asélio (*FRH.20.2*) tem também uma dimensão ética: conhecer as causas dos feitos transforma as pessoas em cidadãos alertas (*alacriores*) para a defesa da República e mais preguiçosos (*segniores*) para praticar o mal. Essa diretriz está possivelmente relacionada, pelo vocabulário relativo à atividade e à falta de atividade, ou empenho, com a questão do ócio, que remete à formulação de *Cic.Rep.1.XVII.27* (v., *supra*, item 4.1.2), o que não quer dizer que isso também estivesse no *proemio al mezzo*, mas, mais provavelmente, como sugerimos, que Asélio tenha redigido esses segmentos, certamente proemiais, aproveitando material tirado aos dois proêmios de Catão.

4.1.4. *Res gestae e admiranda*

Tendo visitado, nos itens anteriores, o problema da distribuição da narrativa ao longo dos sete livros e os dois proêmios das *Origines*, que fornecem algumas relevantes chaves de leitura para a compreensão do plano geral da obra e do projeto catoniano, devemos retornar agora ao resumo de Cornélio Nepos sob outra perspectiva. Aquele rico texto, pensamos, pode auxiliar a desenhar uma taxonomia das matérias que, independentemente de sua específica localização no conjunto da obra, podiam encontrar abrigo no texto de Catão. Com efeito, Nepos institui uma primeira oposição entre o gênero a que Catão se dedicou desde a juventude e aquele a que se voltou na velhice: *Ab adulescentia confecit orationes. Senex historias scribere instituit* (*NEP.Ca.3.2-3*). Vimos

já que as *Origines* acolhem a oratória catoniana, em ao menos duas oportunidades com a inclusão dos próprios textos de discursos catonianos (v., *infra*, item 5.1). Mas eles permanecem (ao menos tais como nos foram transmitidos) corpos à parte, por assim dizer, e a eles nos voltaremos no capítulo seguinte, ao tratar da prosa oratória de Catão. No interior mesmo do que chama *historiae*, isto é, na prosa especificamente historiográfica, entretanto, Nepos permite aprofundar a classificação.

Quando particulariza as matérias das *Origines*, o objeto que Nepos sempre nomeia, a partir do quarto livro, é a guerra: *bellum Poenicum primum*, [*bellum Poenicum*] *secundum*, *reliquaque bella* (NEP.Ca.3.3-4). No ponto em que a matéria aparentava ter sido inteiramente exposta, contudo, intervém um complemento, indicado pelo pronome demonstrativo *eisdem* (*in eisdem*). O antecedente aqui só pode ser *libri septem*, antes da particularização do conteúdo de cada livro, logo as *Origines* como um todo.²¹⁹ Assim, ao lado da matéria bélica, comparece, em toda a extensão da obra, matéria indicada como constituída por coisas admiráveis, ou *admiranda* (*in eisdem exposuit quae in Italia Hispanisque aut fierent aut uiderentur admiranda*, NEP.Ca.3.4). Há nitidamente uma diferenciação, assim, na perspectiva de Nepos, entre dois objetos da escrita historiográfica de Catão, *bella* e *admiranda*. Ou, mais particularmente, entre duas séries taxonômicas a que pertencem *bella*, de um lado, e *admiranda*, de outro, mas que ainda podem, ao menos de acordo com a letra do texto de Nepos, ganhar precisão sistemática. Vejamos.

Sobre a matéria do primeiro livro, Nepos fala em *res gestas regum populi Romani*. Não escapará a uma leitura atenta que os objetos *res gestae* e *bella* formam um importante par nocional, no século I a.C., para designar a matéria tradicional da poesia épica, como em HOR.Ars.73 (*res gestae regumque ducumque et tristia bella*). A confrontação com o texto de Nepos é produtiva ainda porque *res gestas regum [populi Romani]* (NEP.Ca.3.3) encontra correspondência perfeita em HOR.Ars.73: *res gestae regumque [ducumque]*. A contraposição, após *regum*, entre os passos catoniano e horaciano epitoma a posição peculiar de Catão relativamente às formas tradicionais de gestão da memória coletiva e, certamente, à épica hexamétrica (v., *supra*, itens 4.1.2 e 4.1.3): não os generais, mas o povo romano. Aliás, de forma perfeitamente estruturada, os *duces* aparecem mais adiante

²¹⁹ Os outros dois substantivos masculinos plurais no entremeio são descartados por inadequação semântica: *duces* e *Lusitanos*. O referente *libri septem* é explicitado com clareza pelos tradutores de Nepos, de modo que *in eisdem* vem vertido por “dans le même ouvrage” por Guillemain (1961, p. 148) e por “in the same work” por Cornell (2013, 2, p. 135). Piccarolo esclareceu o antecedente em nota: “*in eisdem (libris)*” (PICCAROLO, 1934, p. 262).

na própria descrição de Nepos para apontar justamente uma exclusão: *atque horum bellorum duces non nominavit, sed sine nominibus res notavit* (NEP.Ca.3.4, destacamos). Assim, nocionalmente, teríamos algo como *res gestae populi Romani, regibus regnantibus et libera re publica*, paralelamente ao liviano *a primordio urbis res populi Romani* (LIV.praef.1, depois *rerum gestarum [...] principis terrarum populi*, LIV.pref.3) e ao salustiano *res populi Romani... ac deinde militiae et domi gestas composui* (SAL.Hist.1).

O objeto em foco, contraposto aos *admiranda*, são, assim, claramente as *res gestae*, que, explica Brink, para o passo citado da *Ars poetica*, consistem nas “ações públicas, antigas ou contemporâneas, como assunto para a poesia épica” (BRINK, 1971, p. 164). Nesse contexto, os *bella* são uma das duas facetas das *res gestae*, como esclarece ainda outro passo horaciano: *quis sibi res gestas Augusti scribere sumit? / bella quis et paces longum diffundit in aevum?* (HOR.Ep.1.3.7-8). Afinal, *bella... et paces* é formulação conceitualmente equivalente à expressão *domi militiaeque*, que, segundo aponta Jocelyn, constituía, desde o período arcaico, “fraseologia oficial” (JOCELYN, 1969, p. 338). O frasema é onipresente em Salústio, especialmente nas declarações programáticas (assim, na abertura de suas *Historiae*: *deinde militiae et domi res gestas composui*, SAL.Hist.1; cf. também SAL.Cat.5.9: *domi militiaeque*),²²⁰ e é retomado no prefácio de Lívio (*per quos viros quibusque artibus domi militiaeque et partum et auctum imperium sit*, LIV.pref.8), e desse modo fortemente associado com o gênero historiográfico latino. Sobre sua eventual presença textual em Catão, apenas podemos especular, mas que a distinção podia ser colhida, em sua época, também no domínio literário, vêmo-lo pela presença em Ênio: *em neque domi nunc nos nec militiae sumus* (ENN.trag.239V, FRL.84). Constitui, no entanto, sem dúvida, díade semanticamente – ainda que não genericamente – equivalente ao *bella... et paces* horaciano.

Assim, a matéria *bella* não é descontínua com as *res gestae*, mas um seu desdobramento, apenas não sendo, no caso dos livros quarto e seguintes das *Origines*, atribuídas aos *reges*, uma vez que estamos já no período republicano. Nesse contexto, podemos muito provavelmente associar o objeto dos livros segundo e terceiro (*unde quaeque ciuitas orta sit Italica*, NEP.Ca.3.3) à outra metade, ou à completude da dualidade inscrita nas *res gestae*. Afinal, trata-se, com as κτίσεις, do fato fundador da

²²⁰ Mas também alhures: Cat.6.5, Cat.9.1, Cat.29.3, Cat.53.2, Iug., 14.1, Iug.31.25, etc.. Sobre a inversão, no fragmento das *Historiae*, cf. p. LA PENNA & FUNARI, 2015, p. 120.

própria oposição *domi militiaeque*. Destarte, nossa taxonomia avança: de um lado, estão as *res gestae domi* (a que se podem ligar as κτίσεις) e, de outro, as *res gestae militiaeque* (equivalendo nitidamente aos *bella*).

Soubéssemos mais sobre a obra ou a tivéssemos diante dos olhos, seria certamente possível especificar mais graus na taxonomia. De todo modo, a dualidade aqui enunciada, a partir do resumo de Nepos, pode ser confirmada por interessante testemunho sobre a matéria das *Origines*. Trata-se de passagem de Frontão, conservada sobretudo em nota marginal, por mão que corrigiu e emendou o único códice em que nos chegaram suas epístolas (van den HOUT, 1988, p. xxxv-xliii), um palimpsesto com muitos pontos obscuros. Na parte legível na margem, o texto é o seguinte, em duas entradas referentes a Catão, com as restaurações de van den Hout (discutidas e confrontadas com as anteriores tentativas de reconstrução do texto em van den HOUT, 1988, p. lxxvi-lxxvii):

	FRO.204Ho
<p>b) <i>enimvero fandi agendique laudibus longe praestantissimus omnium Cato Porcius</i></p> <p>c) <discipulis nat>u<r>a<e> in nauium arte extruendi deus alitis pinnatas <faculta>tes<s sapie>nter tueri dare; †<rem>os certe deputat†²²¹ catus ita Cato <Censorius a>p<a>tria oppidatim statuis ornandus, qui prima sollertiarum et Latini nominis subolem et Italicarum origenes <urbium et Ab>originum pueritias inlustrauit.</p>	<p>b) Com efeito, o mais destacado de todos em feitos ilustres de oratória e de ação [foi] [Marco] Pórcio Catão.</p> <p>c) A divindade deu aos discípulos da natureza a capacidade das asas artificiais para observar com sabedoria na arte de construir navios. †[atribui certamente remos]† Assim agudo [foi] Catão Censor, que deve ser honrado pela pátria com estátuas em todas as cidades, ele que deu lustro às primícias dos empreendimentos [romanos], à linhagem do povo latino, às origens das cidades itálicas e à infância dos habitantes originários da Itália.</p>

Essas entradas estão relacionadas com o texto escrito pelo escriba principal, muito pouco legível no palimpsesto. Com relação à primeira entrada, que é um elogio genérico a Catão, está evidente que se trata de repetição (ou emenda) ao texto principal, em que se leem mais nitidamente *...muero fandi... laudibus longe praestantissimus omnium Cato Porcius Censorius...* Na sequência, identificam-se algumas palavras que sem dúvida continuam a se referir a Catão: *...stantesque... dat laudes hortorum aut pantis aliter... Cato...*, inserindo-se aqui a remissão à outra nota, mais longa, que nos interessa mais de perto. Talvez se trate, como em outros casos, de passo de Frontão que fora saltado pelo

²²¹ Obelizamos esta passagem, já que, segundo van den Hout, “*Remos... deputat* (‘atribui’) não faz sentido algum” (van den HOUT, 1999, p. 467).

escriba principal e que veio completado na margem a partir de outros exemplares. Seja como for, é provável que, ainda na sequência próxima, Frontão estivesse a falar em Catão, pois podem-se ler elementos como os seguintes, que bem se aplicariam à sua escrita historiográfica: *...quasi... prospera facta silet aut... publike supplantare...*

Aparentemente trata-se de passo algo alentado sobre Catão, nesta carta dirigida ao imperador Marco Aurélio, e que trata justamente da escrita da história, razão pela qual o editor do século III lhe deu o nome de *principia historiae* (van den HOUT 1988, p. 202 e van den HOUT, 1999, p. 462). A primeira frase (*discipulis... dare*) constitui uma alegoria relativa à imaginação histórica e parece querer dizer que o historiador é capaz de observar com a imaginação aquilo que não vê com os próprios olhos, talvez um elogio à capacidade descritiva de Catão para os fatos remotos que não testemunhou.

Mais de perto nos interessa a sequência. Notar-se-á que, segundo Frontão, se declinam quatro matérias na obra historiográfica de Catão, indicadas pelos quatro complementos acusativos (*prima, subolem, origenes, pueritias*), que, para Van den Hout, declinariam a matéria própria a diferentes livros das *Origines* e ao prefácio: “podemos imaginar que *prima sollertiarum* se refere ao prólogo do livro I, *Aboriginum pueritias* também ao livro I, *Latini nominis subolem* ao livro II e *Italicarum origines urbium* ao livro III” (van den HOUT, 1999, p. 468).²²²

Embora essas matérias estivessem certamente contidas nas *Origines*, a leitura de van den Hout parece excessivamente confiante em atribuir os núcleos a livros distintos; sem dúvida, contudo, o autor tem razão ao associar o passo aos primeiros livros da obra, aspecto em que Frontão concorda perfeitamente com Nepos. Afinal, a sequência do texto mutilado, na mão do escriba principal, parece dever ser lida como relativa à matéria dos livros seguintes, de modo que *prospera facta silet* e *supplantare* poderiam justamente estar a indicar que a obra passa então a se concentrar unicamente nos empreendimentos bélicos dos romanos. Insinua-se assim que temos testemunho – menos específico talvez, mutilado, mas entremeado a um louvor a Catão e a sua imaginação histórica – que corrobora, em amplos traços, o relato de Nepos, sobre o conteúdo das *Origines*.

²²² Vale observar que o termo *Aborigines* é catoniano, como deixa claro o seguinte fragmento: *Cato in originibus hoc dicit... primo Italiam tenuisse quosdam qui appellabantur Aborigines* (“Catão diz o seguinte nas *Origines*... que primeiramente dominaram a Itália certas pessoas que eram chamadas aborígenes”, *FRH*.5.63, citado em *SERV.A*.1.6, sem indicação de livro, mas atribuído, por CORNELL, 2013, 2, p. 183, a algum ponto entre os livros primeiro e terceiro).

No que respeita aos *admiranda*, de que fala Nepos, mas não Frontão, noção a que Klotz dedicou verdadeira monografia em verbetes do *Thesaurus Linguae Latinae*, valem alguns esclarecimentos. O especialista indica que “há duas noções no verbo *admiror*, uma de estupefação, que é a única que consta em Plauto, e outra de olhar com respeito, que se encontra a partir de Terêncio” (KLOTZ, 1900b, col. 740). Havia mesmo um gênero dedicado aos *admiranda*, de que infelizmente não preservamos exemplar. Algumas obras que permitem conhecer algo sobre esse gênero podem ser individualizadas, caso de um dos diálogos no ambicioso programa dos λογιστορικοί de Varrão, intitulado *Gallus uel Fundanius, de admirandis*,²²³ e de um *De admirandis* escrito por Cícero (SERBAT, 1972, p. 106). O *Fundanius* de Varrão “pertence à tradição da literatura de maravilhas (*Mirabilienliteratur*)”, afirma Cardains (2001, p. 74). Seus fragmentos, prossegue, mostram “a primeira quadriga, o primeiro templo, fontes no mar, pesca, efeito de determinado vinho, etc.” (CARDAINS, 2001, p. 74). Do *De admirandis* de Cícero, possuímos registro por meio de citações em Plínio o Velho, por exemplo a respeito de região em que a chuva deixa as terras mais secas, e a estiagem as deixa mais úmidas (PLIN.Nat.31.51; cf., ainda, PLIN.Nat.31.12).

De ambas restam alguns fragmentos curtos. Porém, muito mais amplamente, diversas referências em Plínio o Velho dão conta de um vasto estoque de *admiranda* (e.g., PLIN.Nat.31.17-19), devido à literatura grega, mas também latina, como uma fonte na Arábia que devolve os mais pesados objetos nela jogados (PLIN.Nat.31.18) ou outra fonte que permite que se deixe de amar (PLIN.Nat.31.19).²²⁴ Sabemos, ademais, por Gélio, que havia, nos anais de Públio Cornélio Cipião Africano, historiógrafo contemporâneo de Catão (CORNELL, 2013, 1, p. 184), diversos *admiranda* a ser extraídos (*admiranda quaedam ex annalibus sumpta de P. Africano*, GEL.6.1), de sorte que é possível identificar paralelos genéricos latinos para o juízo de Nepos a respeito das *Origines* (historiografia semeada de *admiranda*), ainda que, segundo Horsfall, Varrão, Cícero e Plínio o Velho tenham “usado *admiranda* de fenômenos naturais”, ao passo que “o interesse e a curiosidade de Catão eram muito mais amplos” (HORSFALL, 1989, p. 57). A citação de

²²³ Conte indica ser modelo emulado por Cícero: *Cato de senectute* e *Laelius de amicitia* (CONTE, 2019, p. 216-217). Trata-se de 86 livros, nomeados “por um nome próprio a que se acrescenta o argumento que se propõe desenvolver” (BRUNETTI, 1874, p. 650). Aparentemente, o nome próprio era o de quem tinha a parte principal nos diálogos (BRUNETTI, 1874, p. 651).

²²⁴ Esta última anedota tirada sem dúvida a uma recolha de *admiranda*, pois, como nota Guy Serbat, Plínio a cita 32 vezes “sempre para referir um fato maravilhoso ou insólito” (SERBAT, 1972, p. 115).

fragmento do *Fundanius* de Varrão, seguida diretamente de referência às *Origines* de Catão como fontes para uma palavra rara sugere, de todo modo, algum tipo de vinculação:

	CHAR.167B
“ <i>Glis</i> ” Varro in <i>admirandis</i> “in silua mea est <i>glis nullus</i> ”, sed et Cato in <i>Originibus</i> ita est locutus (FRH.5.121). ²²⁵	Varrão, em seus <i>Admiranda</i> , usa a forma <i>glis</i> : “no meu bosque, não há nenhum <i>glis</i> [rato silvestre]”. Mas também Catão, nas <i>Origines</i> , expressou-se da mesma forma.

Segundo Cugusi e Sblendorio Cugusi, “talvez o passo catoniano constitua um *admirandum*, por analogia com o *admirandum* varroniano citado pela fonte; mas trata-se de mera hipótese” (CUGUSI & SBLENDORIO CUGUSI, 2001, *ad loc.*). Fragmento não textual das *Origines*, com um *admirandum* catoniano que trata precisamente da distribuição geográfica de determinados animais – “uma pequena recolha de *admiranda* catonianos” (CUGUSI & SBLENDORIO CUGUSI, 2001; no mesmo sentido, CORNELL, 2013, 3, p. 120) – torna ainda mais provável nexo desse tipo:

	<i>Paradoxographus Palatinus</i> 21
Κάτων φησίν, ἐν ταῖς Κτίσεσιν, ἐπὶ τῶν Ἀλπεων λευκοὺς μὲν λαγωοὺς γίνεσθαι, μὴς δ’ἐνδεκαλίτρους ὅς δὲ μονοχήλους καὶ κύνας δασεῖς καὶ βόας ἀκεράτους. (FRH.5.75)	Catão afirma, nas <i>Origines</i> , que nos Alpes vivem criaturas brancas, como lebres, ratos de onze libras, porcos de cascos sólidos e cães hirsutos e bois sem chifres.

A estrita separação entre *admiror* no sentido de estupefação (a que corresponde um *affectus obstupescens*, KLOTZ, 1900a, col. 738) e no sentido de respeito (associada a um *affectus uenerantis uel reuerentis*, KLOTZ, 1900a, col. 736) deve ser matizada, como o próprio Klotz reconhece (KLOTZ, 1900b, col. 740); ademais, do *affectus uenerantis*, vai se desdobrando sentido negativo de *admiror*, denotando reação afetiva também àquilo que se reprova intensamente. Para uma compreensão adequada do passo de Nepos e de seu possível referente em Catão, pensamos então necessário explorar um pouco mais a noção de *admirandum*; ao que nos parece, essa exploração permitirá retornar a Nepos e avançar na taxonomia. Nesse esforço, pensamos haver sobretudo dois elementos a tratar.

O primeiro ponto tem que ver com a questão da causalidade. Em plena obra historiográfica, o autor do *Bellum Alexandrinum* relata que os habitantes de Alexandria ficaram estupefatos ao perceber que a água em suas casas estava muito salgada, sem saber

²²⁵ Menção a isso também em VAR.R.3.12.2; e, certamente citando o *Fundanius*, PLIN.Nat.8.225.

que se tratava de estratégia de guerra de Ganimedes: *magnamque hominibus admirationem praebebat, quam ob rem id accidisset* (Alex.62). Neste caso, a estupefação (*admiratio*) tem que ver com o desconhecimento da causa.

No segundo livro do diálogo *De diuinatione*, de Cícero – que, como Klotz aponta, emprega o verbo *admiror* e termos cognatos *saepissime* (KLOTZ, 1900a, col. 740) –, a noção de *admiratio* vem justamente associada à percepção de algo impressionante cuja causa se desconhece ou para a qual se postula uma causa impossível: são exemplos disso os primeiros homens, que achavam ser trovões e raios obra de Júpiter (*admiratione hominum, quod... credidisse*, Cic.Div.2.XVIII.42), ou os tarquínios, que acreditaram ter saído um rapaz do meio da terra cavada, crença de pessoas estúpidas (*cum admiratione edidisse... estne quisquam ita desipiens, qui credat exaturum esse...*, Cic.Div.2.XXIII.50-51). Ao contrário, em meio à crítica que faz às crenças que subjazem a diversas práticas divinatórias, Cícero avisa que, diante daquilo que é novo e portanto produz estupefação, é preciso buscar as causas, pois nada ocorre sem que haja causa: *causam igitur inuestigato in re noua atque admirabili, si poteris... nihil fieri potuisse sine causa* (Cic.Div.2.XXVIII.60).

O segundo elemento de relevo na ideia de *admiratio* é seu nexu estreito com as noções de ornato, ordem e beleza. Em uma das primeiras ocorrências das palavras desse campo semântico, Plauto trata um ornamento (corporal) como o próprio objeto da admiração: *nunc me hunc ornatum uos meum admiremini* (PL.Am.116). Isto é, trata-se da reação a algo por excelência belo. Não é por acaso que o mesmo Cícero, nas vestes agora não de filósofo preocupado com a causa das coisas, mas de rétor, interessado pelo impacto dos discursos, incite o orador a incluir toda sorte de *admiranda* em suas peças oratórias, produzindo assim deleite (não compreensão) no auditório e, com isso, evidentemente, propiciando sua inclinação favorável ao discurso:

	Cic.Part.XXI.73
<i>Adhibendaque frequentius etiam illa ornamenta rerum sunt, siue quae admirabilia et nec opinata, siue significata monstris, prodigiis, oraculis, siue quae uidebuntur ei de quo agimus accidisse diuina atque fatalia. Omnis enim expectatio eius qui audit et admiratio et improuisi exitus habent aliquam in audiendo uoluptatem.</i>	Deve-se ainda recorrer muito frequentemente àqueles ornamentos de matéria: seja os fatos surpreendentes e inesperados, seja anunciados por revelações, prodígios, oráculos ou aqueles que parecem ter sido enviados pelos deuses ou pelo destino àquele sobre quem versa a causa. Pois toda expectativa de quem ouve, toda admiração e todo fim imprevisto causam certo prazer para o auditório.

Assim, se o ornamento é fonte de admiração, os próprios *admiranda*, independentemente de sua causa, são também ornamentos em si mesmos para o discurso. Para além mesmo da estratégia aconselhada ao orador, a ornamentação não é, contudo, mero engodo, e assim os *admiranda ornamenta* também encontram uma razão de ser na ordem do mundo ditada pela providência divina – não se deve confundir a crítica de Cícero à superstição com abstração da divindade, que não ocorre. Segundo explica Cícero na conclusão do *De diuinatione*:

	Cic.Div.2.LXXII.148
<i>Nam et maiorum instituta tueri sacris caerimoniisque retinendis sapientis est, et esse praestantem aliquam aeternamque naturam, et eam suspiciendam admirandamque hominum generi pulchritudo mundi ordoque rerum caelestium cogit confiteri.</i>	Pois é próprio do homem sábio proteger as instituições de nossos antepassados, conservando os ritos sagrados, e a beleza do mundo e a ordem das coisas celestes obrigam a confessar que há certa natureza eterna superior e que ela deve ser honrada e admirada pelo gênero humano.

Esses breves esclarecimentos permitem retornar à afirmação de Nepos a respeito dos *admiranda* nas *Origines* com novos olhos. Claramente estamos diante de elemento que tem estatuto literário reconhecido, seja de forma independente, como gênero em si mesmo, seja no interior de outros gêneros, inclusive no seio da historiografia romana e, mais que isso, de elemento que, nesse gênero, cria um contraponto relevante: com as *res gestae*, estamos no domínio próprio da causalidade sucessiva, eminentemente própria à narrativa; já com os *admiranda*, adentramos em outra modalidade de discurso, menos preocupada com as relações de sucessão e causalidade e mais centrada na ornamentação e no deleite, e neste caso eminentemente adaptada à descrição. Não à toa, os *admiranda* de que Plínio o Velho se serve vinham sobretudo de obras geográficas, ou etnográficas (cf. SERBAT, 1972, p. 111-116).

O contraponto, assim, vai se delineando – e, pensamos, com ele também uma pré-compreensão de que a diversidade de matérias (os *admiranda* são *ornamenta rerum*, vimos em Cic.Part.XXI.73) deve estar funcionalmente associada a uma diversidade também da forma do discurso.

Para nossos propósitos classificatórios, há sutil traço de distinção no texto de Nepos, que merece agora breve atenção. Note-se que o biógrafo fala em *quae... aut fierent aut uiderentur admiranda*. Antoine propõe que se entenda por aí “tudo o que é digno de admiração, seja fatos ou eventos passageiros (*fierent*), seja objetos duradouros e que ainda

podem ser vistos (*uiderentur*), por exemplo um sítio, um monumento, etc.” (ANTOINE, 1925, p. 232). Cornell acolhe exatamente essa leitura em sua tradução, ao verter *aut fierent aut uiderentur admiranda* por “wondrous events and sights” (CORNELL, 2013, 2, p. 135), mesma solução já anteriormente encontrada por Horsfall (1989, p. 57). Pensamos que a própria análise dos fragmentos supérstites, a ser empreendida em 4.3, *infra*, permitirá avançar na compreensão da oposição.

Contudo, o breve incurso que propusemos na noção de *admiranda* sugere já outra leitura, a saber, que Nepos se refere, de um lado, à *admiratio* no sentido de *affectus obstupescens*, às coisas que meramente parecem surpreendentes (*quae... uiderentur admiranda*), porque não se está a lidar com uma investigação de causas (retome-se em Cícero: *siue quae uidebuntur ei de quo agimus accidisse diuina atque fatalia*, Cic.Part.XXI.73, destacamos). Já com *ea quae fierent admiranda*, aproximamo-nos mais da *admiratio* no sentido do *affectus reuerentis*. Lembre-se que Nepos dedica seu prefácio ao interesse de conhecer os costumes diversos de outros povos, como os gregos, o que vem epitomado na ideia de que *multo fit aliter in Graecia* (NEP.praef.7, destacamos). Assim, *quae... fierent... admiranda* pode ter mais que ver com o registro dessa diversidade de costumes, que também é fonte de ornamento, que também causa surpresa, mas que não é intrinsecamente falsa ou necessariamente infensa ao conhecimento racional, ou a toda forma de causalidade, sendo apenas efetivamente tomado textualmente em sua qualidade de ornato.

Assim, pensamos que, da descrição de Nepos, extrai-se sucinto, mas significativo, panorama classificatório da matéria das *Origines*: de um lado, as *res gestae populi Romani, domi* (ao menos as κτίσεις) *militiaeque* (guerras); de outro, os *ea quae aut fierent* (descrição de costumes, paisagens, etc.) *aut uiderentur* (prodígios) *admiranda*. Em suma, estaríamos diante do entrelaçamento entre a narrativa de eventos, mais particularmente vistos como feitos (isto é, ações), movidos por sucessividade e causalidade, de um lado, e fontes de admiração e deleite de toda ordem, que escapam, ou por sua natureza ou por decisão do autor, a uma apresentação guiada por sucessividade e causalidade, e logo se apresentam sob veste prioritariamente descritiva, de outro.

Para o que nos importa aqui, esse esquema classificatório deve evidentemente ser tratado como proposta de pré-compreensão, a ser confrontada com os textos de que dispomos. Nesse sentido, buscaremos, em uma série de fragmentos supérstites das *Origines*, excluídos evidentemente os extremamente diminutos, evidenciar o tratamento

dispensado por Catão às *res gestae*, de um lado, correspondentes *grosso modo* à narrativa propriamente dita, e aos *admiranda*, de outro, em que prevalecem as descrições. O sistema permite toda sorte de interpenetração e também de variação interna, mas pensamos que a dicotomia de matérias e sua ulterior divisão ajuda a discernir pontos de referência no sistema elocutivo catoniano, cuja combinação – funcional – em passos como o famoso episódio do tribuno Quinto Cedício (v., *infra*, item 4.4) produz significado justamente por fazer referência a esse sistema.

Prestados esses esclarecimentos, é precisamente à compreensão dessa estrutura da prosa catoniana que passamos a nos dedicar, que, veremos, dialoga estreitamente com os módulos frasais e procedimentos de que nos ocupamos no capítulo 3. A exploração realizada naquele ponto da investigação permitirá verificar como diferentes matérias, à luz do esquema que acaba de ser delineado, conduzem o autor a adotar certos módulos e certos procedimentos de forma significativamente relacionada àqueles modelos, que são, no entanto, intensamente manipulados por Catão.

Friedrich Leo exprimiu, em 1913, juízo bastante cético sobre a possibilidade de explorar a elocução das *Origines* para além dos fragmentos do *Pro Rhodiensibus* (*infra*, 5.1). Para o especialista, “podemos dizer pouco sobre sua técnica narrativa, pois, além de muitos excertos pequenos, possuímos apenas um mais longo” (LEO, 1913, p. 295-296; opinião semelhante expressa por BRISCOE, 2010, p. 155). Cremos que as reflexões até aqui propostas permitirão atribuir sentido a muitos desses pequenos excertos e, com isso, compreender algo da técnica narrativa de Catão. Aliás, o mais longo trecho mencionado por Leo, a famosa ἀριστεία do tribuno Quinto Cedício – preservado, também desta feita, por Aulo Gélcio (GEL.3.7.1-19, especialmente 3.7.19) – ocupar-nos-á na penúltima seção deste capítulo (item 4.4), mas pensamos que sua compreensão adequada não prescinde do tratamento dos fragmentos menores, sendo antes o caso de extrair o máximo de informação possível do conjunto daquilo de que dispomos, sob pena de tornar o que já é fragmentário ainda mais restrito.

4.2. Prosa narrativa

4.2.1. *Militiae*

4.2.1.1. *Os fragmentos FRH.5.78-79: introdução à narrativa catoniana*

Tomando justamente o episódio de Quinto Cedício por termo de comparação, Antonio La Penna buscou caracterizar a “prosa narrativa” de Catão contrapondo a elocução daquele episódio, em que Catão “não tem dificuldades em recorrer à hipotaxe [...], por vezes mesmo complicada” (LA PENNA, 2008, p. 23-24), a fragmento que relata a consagração do bosque de Diana pelo ditador Egério Bébio, que seria marcado, a seu turno, por espécie de “secura”, resultado de “uma escolha deliberada, porque se sente a necessidade de conservar a cor da tradição analística” (LA PENNA, 2008, p. 24).

A despeito da fértil diretriz de perquirir os nexos funcionais entre matéria e elocução, o passo selecionado por La Penna infelizmente não oferece o melhor ponto de partida para discutir a prosa narrativa de Catão. Trata-se do seguinte excerto, citado por Prisciano por interesse pela terminação do denominativo *Ardeatis* e atribuído pelo gramático ao segundo livro das *Origines*:

	PRISC. <i>GL.2.129</i>
<i>Cato Censorius [...] ibidem: Lucum Dianium in nemore Aricino Egerius Baebius Tusculanus dedicavit dictator Latinus. hi populi communiter: Tusculanus, Aricinus, Lanuvinus, Laurens, Coranus, Tiburtis, Pometinus, Ardeatis Rutulus. (FRH.5.36a)</i>	Catão Censor [...] no mesmo lugar: “Egério Bébio, de Túsculo, ditador latino, consagrou o bosque de Diana na floresta da Arícia. Estes povos conjuntamente: os tusculanos, os aricinos, os lanúvios, os laurentes, os coranos, os tiburtinos, os pometinenses, os rútuos de Árdea”.

Essa citação levanta, contudo, uma série de problemas de transmissão, aparecendo em duas formas distintas em pontos diferentes de Prisciano (*GL.2.129* e *GL.2.337*), de modo que a versão aqui exibida, embora “se demonstre ser mais confiável, não pode necessariamente ser vista como uma transcrição acurada do documento citado por Catão” (CORNELL, 2013, 3, p. 83). Note-se, ademais, que Catão, com toda a probabilidade, transcreveu aqui uma inscrição dedicatória no bosque de Diana (CORNELL, 2013, 3, p. 83). Trata-se, claro, de “ponto chave no que diz respeito ao método de Catão” (CORNELL, 2013, 3, p. 85; cf. também CUGUSI & SBLENDORIO CUGUSI, 1996, p. 158), consoante com o hábito, que já se assinalou, de inserção de materiais textuais gestados alhures no curso de sua escrita (discursos, textos de lei, etc.).

Sobre essas fontes, há ainda traço no *Cato Maior* de Cícero: *Septimus mihi liber Originum est in manibus; omnia antiquitatis monumenta colligo...* (“estou trabalhando no sétimo livro de minhas *Origines*; eu recolho todos os testemunhos dos tempos antigos”, Cic.Sen.XI.38). Talvez a cópia de uma inscrição ajude mesmo a explicar o emprego do nome próprio, em contradição com o que parece ter sido a prática catoniana de anonimizar as personagens, segundo já visto, a menos que se deva restringir essa limitação aos últimos livros.²²⁶ O passo é, assim, interessante, mas bastante problemático, e sobretudo não parece representar a prosa narrativa catoniana, e nem mesmo elocução de autoria de Catão. Trata-se, pensamos, de sério alerta a respeito da dificuldade do material, a ser manipulado com atenção.

Dois fragmentos relacionados entre si, advindos desta feita do livro quarto das *Origines*, afiguram-se-nos como pontos de partida mais promissores para os propósitos que perseguimos. O estudo desses fragmentos servirá a uma primeira abordagem da prosa narrativa catoniana, com a mobilização, conjuntamente, de textos complementares. No subitem seguinte, à luz desses esclarecimentos, examinaremos os demais fragmentos narrativos catonianos de matéria bélica, o que permitirá, pensamos, uma apreensão tão sistemática quanto possível do material.

Trata-se, nos dois casos, de excertos conservados por Aulo Gélíio, por razões linguísticas (uso de *diequinti* no primeiro fragmento e de *resciscere* no segundo), certamente muito próximos um ao outro, compondo um mesmo episódio, embora não imediatamente contíguos (PETER, 1906-1914, p. 81; CORNELL, 2013, 3, p. 126-127). Estamos diante de um diálogo entre Aníbal e seu comandante da cavalaria, chamado Maarbal por Gélíio – mas, como Aníbal, referido por Catão apenas por seu título, confirmando, assim, a informação sobre a supressão dos nomes das personagens ao menos neste ponto das *Origines*, e logo em linha com o que esperaríamos, a partir da pré-compreensão da prosa catoniana que pudemos colher no item 4.1, *supra*. O diálogo se passa após a batalha de Canas, ocorrida em 216 a.C.. Como aponta Cornell, o episódio se tornou famoso, sendo sucessivamente narrado também por Lúcio Célio Antípatro

²²⁶ Dentre os problemas da transmissão, destaca-se ainda o fato de que manuscrito em geral confiável de Prisciano grafa *dicator*, no lugar de *dictator* (CHASSIGNET, 1986, p. 28, n. 28), o que poderia representar figura etimológica, ademais frequentada por Catão (TILL, 1968, p. 53-54), entre *dedicauit* e *dicator*, mas novamente a incerteza impede de avançar.

(FRH.15.26) e por Lívio (22.51.4), entre outros (CORNELL, 2013, 3, p. 127). Confira-se:

	GEL.10.24.7
<i>Et historiam autem et uerbum hoc sumpsit Coelius ex Origine <III> M. Catonis, in qua ita scriptum est: Igitur dictatorem Carthaginensium magister equitum monuit: “Mitte mecum Romam equitatum; diequinti in Capitolio tibi cena cocta erit.”</i> (FRH.5.78)	E Célio tomou tanto a história como a palavra ao quarto livro das <i>Origines</i> de Marco Catão, em que está escrito o seguinte: “Então, o comandante da cavalaria aconselhou o ditador dos cartagineses: ‘envia a cavalaria a Roma comigo; no quinto dia, teu jantar será preparado no Capitólio’.”
	GEL.2.19.9
<i>M. Cato in quarto Originum: Deinde dictator iubet postridie magistrum equitum arcessi: “Mittam te si uis cum equitibus”. “Sero est”, inquit magister equitum: “iam rescuere.”</i> (FRH.5.79)	Marco Catão, no quarto livro das <i>Origines</i> : “Então, o ditador ordena, no dia seguinte, que seja convocado o comandante da cavalaria: ‘eu te mandarei, se quiseses, com os cavaleiros.’ ‘É tarde’, disse o comandante da cavalaria, ‘já foram alertados’.”

Há, como se verifica, um diálogo dramático entre as personagens, pelo que Badian chegou a cogitar que as personagens falam aqui “em uma linguagem simples, direta, como poderia ter sido usada na época” (BADIAN, 1956, p. 17). Pensamos, no entanto, que o problema do coloquialismo, vale dizer, da incorporação de elementos da língua falada na prosa catoniana, deva ser deixado de lado, por razões metodológicas, conforme já expusemos *supra*, item 1.1.3. Afinal, o trabalho de identificação dos registros é um trabalho contrastivo, que se ocupa da posição relativa que os usos da língua ocupam uns frente aos outros em um sistema (aqui, particularmente, o sistema da prosa catoniana). Desse modo, a menos que venha implementada significativamente no sistema, a origem de um termo é irrelevante, importando antes a posição do elemento no sistema presente que seu valor em outros sistemas, ademais mal (ou não) conhecidos. Destarte, o que interessa imediatamente não pode ser a oposição entre “linguagem coloquial” e “linguagem literária”, visto que, em uma obra “literária”, toda linguagem coloquial é tornada “literária”, mesmo tomada em estado bruto, sem alteração dos elementos que não a já complexa redução da fala à escrita, e isso pela simples posição sistemática que adquire, em um *sistema* “literário”. Nesses termos, o que efetivamente importa, pensamos, nos FRH.5.78-79, em face do sistema catoniano, é a contraposição entre segmento narrativo e segmento dialogado.

No que respeita aos segmentos narrativos, dominam as frases narrativas elementares tais como as descrevemos em 3.1, *supra*: a tendência a localizar as ideias verbais no final de segmentos curtos (exceção feita ao *inquit*, que é, no entanto, a posição

normal desse indicador de discurso direto interposto entre elementos do discurso reportado, MAROUZEAU, 1953, p. 51), ademais iniciados por advérbios (no caso, como frequentemente, de tempo): *igitur... monuit, deinde... iubet, postridie... arcessi*.

A separação do segmento *postridie magistratum equitum arcessi* para constituir módulo frasal narrativo em si mesmo, o que é fortemente sugerido pela mimetização estrutural (advérbio... verbo) pode chamar a atenção por tratar-se de infinitivo, logo dependente do anterior *iubet*, localizado em estrutura frasal de que o dissolvemos. Ocorre, no entanto, que é próprio da língua antiga que a posição final não seja exclusiva de um verbo finito. Como bem nota Fankhänel, “além do participio, também o infinitivo e o supino são pospostos à estrutura frasal, quando eles introduzem novas ideias independentes” (FANKHÄNEL, 1938, p. 77). O infinitivo, em particular, “também quando ele talvez apareça como complemento necessário do verbo, é uma componente independente, que desenvolve uma vida própria, e é em razão disso que se deve entender, em primeiro lugar, sua posposição” (FANKHÄNEL, 1938, p. 172). A eventual anteposição do infinitivo assinala antes o caráter meramente modal do verbo finito (FANKHÄNEL, 1938, p. 175-178). Evidentemente, isso implica relativizar os padrões de seccionamento aplicados à prosa clássica e, mais que isso, reconhecer a existência de diferentes qualidades e intensidades de subordinação.

Confira-se, como digno de nota, apenas a anteposição do objeto ao sujeito em *igitur dictatorem Carthaginiensium magister equitum monuit*, o que provavelmente se explicaria levando em conta o que precedia (e se perdeu, talvez realizando um foco contrastivo), a se ter em conta o que já se viu sobre os procedimentos de deslocamento dos constituintes (*supra*, item 3.1.3 *et alibi* em 3.1 e 3.2).

Já vimos extensamente com o exemplo de Hemina, em 3.1.5, *supra*, que a posição final do verbo, dita “de base”, é quase exclusiva na analítica, isto é, “nos antigos prosadores que Cícero chama ‘*narratores, non exornatores rerum*’ (*De orat.* II.12.50)” (MAROUZEAU, 1953, p. 44, passo que já comentamos no item 1.2, *supra*). Examinemos trecho do analista Cláudio Quadrigário (fim do século II a.C. – início do século I a.C., CORNELL, 2013, 1, p. 288), que, também já o vimos (v. item 4.1, *supra*), é percebido por certo filão da literatura crítica como passo adiante na direção de um “incremento de complexidade” da prosa analítica, mas que se vale extensamente da frase narrativa elementar, em pequeno trecho bélico que nos aproxima da matéria que estamos a tratar:

	GEL.9.13.4.17 ²²⁷
<p><i>“Dum se Gallus iterum eodem pacto constituere studet, Manlius animo magis quam arte confisus iterum scuto scutum percutit atque de loco hominem iterum deiecit; eo pacto ei sub Gallicum gladium successit atque Hispanico pectus hausit; deinde continuo humerum dextrum eodem concessu incidit, neque recessit usquam donec subuertit, ne Gallus impetum icti haberet.” (FRH.24.6)</i></p>	<p>“Enquanto o gaulês novamente se esforça para retomar a posição anterior, Mânlio, confiando mais na disposição que na técnica, novamente bate escudo com escudo e novamente retira o homem da posição; desse modo, ele foi para baixo da espada gaulesa e perfurou seu peito com a [espada] hispânica; então, ato contínuo e no mesmo movimento, cortou o ombro direito e não retroagiu em nada, até que o pôs abaixo, para que o gaulês não pudesse desferir um golpe de impacto.”</p>

Infelizmente, não dispomos de cena de batalha dessa extensão proveniente das *Origines*,²²⁸ mas, como se vê, figura aqui a frase narrativa elementar, essencial à prosa narrativa analítica, notadamente no que tange à posição do verbo e, quando comparecem, também dos advérbios de tempo, segundo também se constata em Catão, nos *FRH.5.78-79*, conforme já se mostrou, ainda que a parataxe em Quadrigário venha significativamente atenuada, mas por distintos meios: “a ligação entre as frases é realizada por meio de pronomes demonstrativos, relativos e por subordinação, isso na medida em que haja ligação entre as orações” (von ALBRECHT, 2012, p. 78). Tudo bem computado, Quadrigário atua “no interior de limites relativamente restritos” (von ALBRECHT, 2012, p. 78), vale dizer, “de um lado, a posição final do verbo e, de outro lado, a necessidade de enfileirar complexos maiores de forma analítica” (von ALBRECHT, 2012, p. 78). Com as distinções que se impõem, estamos em terreno comum, e mesmo os analistas mais tardios ainda parecem estar trabalhando em função da frase narrativa elementar, ainda que com forte incidência de certos procedimentos.

Nos segmentos dialogados dos fragmentos catonianos, por sua vez, ainda que o material seja muito reduzido, pensamos ser possível identificar uma nítida contraposição ao que se acaba de ver e que não está indiciada nos testemunhos examinados em 3.1, *supra*, até mesmo porque não há segmentos dialogados supérstites nos *Annales* de Hemina e no *Euhemerus* de Ênio que pudessem servir à comparação, menos ainda, por evidente, nos demais textos lá examinados. A primeira frase do *magister equitum*, em

²²⁷ O famoso fragmento de Quadrigário é mais extenso, de modo que apenas escolhemos aqui um extrato capaz de fazer avançar a discussão.

²²⁸ O passo foi, no entanto, trabalhado por Lívio (7.9.8-10 e 13), em interessantíssimo exercício de *expolitio*, segundo se pode colher na análise de Leeman, que se vale do conceito, tirado a *Rhet. Her. 4.XLII.54* (1963, p. 78-81). Cf. também, para outras análises comparativas estimulantes: COURTNEY, 1999, p. 144-150; von ALBRECHT, 2012, p. 73-83

FRH.5.78, exibe alguns traços marcantes: não só colocação do verbo em posição inicial (*mitte mecum*) – que é, relativize-se, posição normal para os imperativos (MAROUZEAU, 1953, p. 46) –, mas aliteração entre as duas primeiras palavras, com ulteriores ecos do fonema /m/ na primeira oração, inclusive a formar o homeoteleuto *mecum... equitatum* (*mitte **mecum** Romam equitatum*), e então repetidas aliterações na segunda oração, com fonema distinto, /k/ (*diequinti in Capitolio tibi coena cocta erit*). No posicionamento inicial do verbo e na interposição da prótase entre elementos da apódose, isto é, no servir-se de figuras de colocação, pode-se perseguir a contínua elaboração elocutiva, ainda que atenuada, por não lançar mão do paralelismo fônico, também na primeira fala inserta em *FRH.5.79* (*mittam te, si uis, cum equitibus*).

Embora o material para comparar Catão com os demais analistas seja exíguo, como lembra Briscoe (2005, p. 63), devemos também a Aulo Gélcio a conservação da versão de Lúcio Célio Antípatro (fim do s. II a. C., cf. CORNELL, 2013, 1, p. 256-257), para a primeira frase do *magister equitum*. É o próprio Gélcio a afirmar que Antípatro se baseou nas palavras de Catão (*et historiam et uerbum hoc sumspit Coelius ex Origine <III> M. Catonis*, GEL.10.24.6-7). Veja-se a versão do analista:

	GEL.10.24.6
“ <i>Si uis mihi equitatum dare et ipse cum cetero exercitu me sequi, diequinti Romae in Capitolium curabo tibi coena sit cocta.</i> ” (<i>FRH.15.22</i>)	“Se quiseses dar-me a cavalaria e [tu] mesmo me seguir com o resto do exército, eu cuidarei para que, dentro de cinco dias, teu jantar seja preparado em Roma, no Capitólio.”

Note-se que as duas orações que em Catão estavam ladeadas parataticamente vêm reunidas por Antípatro em um período composto algo complexo, que tem por estrutura a frase argumentativa, com desenvolvimentos internos: *uis* é núcleo da prótase condicional, mas núcleo da principal relativamente às duas completivas nucleadas em *dare* e *sequi* e coordenadas entre si; *curabo* é núcleo da principal, relativamente à subordinada nucleada em *uis*, mas também em relação à completiva nucleada em *sit*. No interior desse período, adiciona-se, ou explicita-se, a ideia de que Aníbal seguiria com o resto do exército. Segundo Fankhänel, Célio Antípatro altera a ordem “artisticamente” (FANKHÄNEL, 1938, p. 199). Badian pensara poder ver aqui epítome do desenvolvimento da prosa latina (BADIAN, 1956, p. 17), julgando que Antípatro “introduz estrutura” (BADIAN, 1956, p. 17), que, logo, faltaria em Catão. Reichardt entendeu que se tratava mesmo de buscar distanciamento relativamente a uma oralidade pouco refinada, “como se a formulação

catoniana tivesse para ele [Antípatro] um efeito demasiadamente próximo à língua falada, e ele se esforçasse por um refinamento estilístico” (REICHARDT, 2008, p. 87).

Ora, ao contrário, como vimos, havia intensa elaboração elocutiva no segmento catoniano, que vem parcialmente mantido nas aliterações em /k/, com adição ainda de *curabo*, em reforço à série aliterante – logo, o procedimento é reconhecido e encarecido por Antípatro. O que parece se passar, do ponto de vista da ordem das palavras, é antes espécie de normalização sintática, no interior da estrutura condicional, com a segmentação das ideias verbais, postas na posição final dos sintagmas. Assim, deve-se entender antes que *si uis mihi equitatum dare* não é anteposição do verbo finito, mas segmentação entre principal (*uis*) e completiva (*dare*), de modo coerente com o procedimento apositivo (v., *supra*, item 1.1.1 e neste item). Está-se mais próximo, assim, ao que vimos nos segmentos narrativos das passagens correspondentes em Catão, além de uma elaboração da seção final (oração principal de núcleo *curabo* e completiva de núcleo *sit*), por dois expedientes, a saber, a acumulação de três sintagmas adverbiais no começo da oração principal (*diequinti / Romae / in Capitolium*) e a posposição do particípio ao verbo finito, provavelmente por preocupação rítmica com a cláusula (BADIAN, 1956, p. 17), que assim desenha o muito visitado ritmo crético.²²⁹ Destarte, do ponto de vista do sistema prosaico catoniano – que conhece bem a hipotaxe, “mesmo complicada”, para relembrar ainda uma vez as palavras de La Penna (2008, p. 23-24) –, o tipo de transformação operada por Antípatro não é propriamente refinamento, mas supressão de marcas distintivas de registros diferenciados pela colocação das palavras, o principal elemento distintivo sendo justamente o recurso ao molde da frase argumentativa (v., *supra*, item 3.2).

Retomando o texto catoniano, note-se ainda que os dois primeiros segmentos dialogados se contrapõem nitidamente ao último, que é a resposta do *magister equitum* ao *dictator Carthaginensium*. Aqui, constata-se intensa braquilogia, reduzindo-se o discurso a duas orações paratáticas, formadas cada uma apenas de um advérbio e de um verbo finito: *sero est; iam rescuere*. A frase atribuída a Maarbal na narrativa de Lívio, no lugar da resposta braquilógica catoniana, pode ajudar a iluminar o que se passa aqui: “Com efeito, os deuses não dão tudo à mesma pessoa: sabes vencer, Aníbal, mas não sabes servir-te da vitória” (*non omnia nimirum eidem di dedere: uincere scis, Hannibal*,

²²⁹ Talvez justamente esse tipo de elaboração seja o que conduziu Cícero a valorizar Antípatro acima de Catão em passagem do *De oratore* já discutida em 1.2, *supra*.

uictoria uti nescis, LIV.22.51.4). A pressupor uma *expolitio* da versão catoniana, direta ou indiretamente, vale dizer, uma reelaboração da elocução, destinada a incrementar seu impacto (*Rhet.Her.4.XLII.54*), fica evidente que, por meio da *sententia* (*non omnia nimirum eidem di dedere*) e da elaborada antítese com paralelismo, aliteração, homeoteleuto e poliptoto (*uincere scis*, ..., *uictoria uti nescis*), refaz-se, com outros instrumentos, apropriados ao sistema elocutivo liviano, o forte efeito buscado pela *breuitas* na resposta tal qual figura nas *Origines*.

Não se trata, contudo, do único exemplo de diálogo dramático de que dispomos das *Origines*,²³⁰ havendo outro exemplo vindo do livro terceiro e, apesar de curto, referindo-se muito provavelmente a fábula atribuída por Aristóteles (*Rhet.2.20.1393b*) a Estesícoro (PETER, 1906-1914, p. 76; BECK & WALTER, 2001, p. 195; CORNELL, 2013, 3, p. 88). Veja-se:

	FEST.196-198L
<i>“Oreae”: freni quod ori inseruntur [...] Cato Originum lib. III: Equos respondit: “Oreas mihi inde, tibi cape flagellum”. (FRH.5.42)</i>	<i>Oreae</i> : freios que são inseridos na boca [...] Catão, no livro terceiro das <i>Origines</i> : “o cavalo respondeu: ‘para mim, então, os freios, para ti, toma o chicote’.”

Conforme se verifica, há nítida manipulação da colocação das palavras, determinada pelo quiasma dos acusativos *oreas* e *flagellum*, respectivamente no começo e no fim de cada um dos dois segmentos, impactando a distribuição dos demais elementos: no primeiro segmento, colocação do advérbio no final, com supressão do verbo; no segundo, o verbo não ocupa nem a última posição, segundo o módulo narrativo comum, nem a primeira, esperável para um imperativo. É o foco *tibi*, contrastado ao *mihi* do segmento anterior, que se frontaliza.

Mesmo que a distribuição dos elementos ainda careça de maiores esclarecimentos, pensamos poder desde pronto concluir que a prosa narrativa catoniana opera com relevantes contrastes de elocução, a partir da frase narrativa elementar, que Catão compartilha com a tradição analítica e com a vasta tradição de textos narrativos oficiais. Os segmentos dialogados se particularizam sobretudo pela manipulação da ordem das

²³⁰ Certamente Catão incluiu ainda outros diálogos nas *Origines*, como se vê em *FRH.5.76*, em paráfrase de Gélcio que é certamente muito próxima da expressão do original (v., *infra*, 4.4), mas infelizmente o texto catoniano propriamente dito não nos alcançou.

palavras, forma de distinção que, no entanto, não parece estabilizada no gênero, a se terem em conta as diferentes abordagens verificadas.

Na falta de mais exemplos de diálogos nas *Origines*, seria sem dúvida interessante investigar passos dialogados nos mais antigos analistas, para além da já examinada *expolitio* da passagem catoniana em Antípatro (*FRH.15.22*). Acontece que, considerando todos os analistas até Sisena inclusive, pensamos que, à parte um braquilógico *quid postea?* que Quadrigário atribui a uma personagem (*FRH.24.57*), resta um único passo, em Calpúrnio Pisão, que se possa seguramente enquadrar como diálogo (*FRH.9.10*). Pensamos não se tratar de mero acaso de transmissão, uma vez que há diversos fragmentos que se valem do discurso indireto com *uerba dicendi* (assim, exemplificativamente, no próprio Pisão: *FRH.9.20*, 21, 24; em Antípatro: *FRH.15.16*, 28, etc.), devendo se tratar antes de indicação da raridade com que se recorria ao diálogo. O trecho de Pisão é o seguinte:

	GEL.11.14.2
<i>Ea uerba, quae scripsit, haec sunt: “Eundem Romulum dicunt ad cenam uocatum ibi non multum bibisse, quia postridie negotium haberet. Ei dicunt: ‘Romule, si istuc omnes homines faciant, uinum uilius sit’. Is respondit: ‘immo uero carum, si quantum quisque uolet bibat; nam ego bibi quantum uolui’.” (FRH.9.10)</i>	As palavras que ele escreveu são estas: “Dizem que o mesmo Rômulo lá chamado ao jantar não bebeu muito, pois tinha assunto a tratar no dia seguinte. Dizem-lhe: ‘Rômulo, se todos os homens fizessem isso, o vinho se tornaria mais barato’. [Rômulo] responde-lhes: ‘Seria, antes, caro, se cada um bebesse o quanto quisesse; pois eu bebi o quanto quis’”.

É interessante que, exatamente como no caso da frase tirada a Antípatro, o diálogo trabalha com frases argumentativas; no caso em tela, uma para cada interlocutor, concluindo-se ainda com *sententia* que introduz, conjuntamente com a apódose, forte paralelismo, com quiasma e homeoteleuto (*quantum... uolet bibat... bibi quantum uolui*), assemelhando-se destarte ao retrabalho liviano dos *FRH.5.78-79*. São recursos, como veremos, comuns sobretudo nas frases argumentativas da oratória catoniana (cf., *infra*, capítulo 5). Embora haja pouco material, o que nos força a abreviar a discussão, a concordância entre esses testemunhos, de um lado, e a feitura diversa dos diálogos das *Origines* de que dispomos, sugerem que Catão estivesse promovendo a diferenciação entre narrativa e diálogo por outros meios.

Feitos esses esclarecimentos preliminares, pensamos poder dar um passo adiante tomando em consideração algumas passagens retiradas à *Rhetorica ad Herennium* e a

outros textos retóricos, para, no subitem seguinte, voltar aos demais fragmentos narrativos catonianos com matéria bélica.

As remissões à *Rhetorica ad Herennium*, e especialmente a seu rico conjunto de exemplos, merece uma ponderação, por tratar-se de obra já afastada de Catão no tempo (década de 80 a.C.), em que, ademais, seu *auctor* anônimo se ufana de apenas submeter exemplos de sua própria lavra, e não retirados a obra de outrem (*Rhet.Her.*4.I.1-VII.10). Ora, as questões da origem dos exemplos e de sua posição cronológica diante das transformações da prosa latina merecem ser vistas conjuntamente. Note-se, primeiramente, que, apesar dos decênios que a separam de Catão, ela guarda importantes pontos de contato com a prosa tal qual praticada por ele, localizando-se, de todo modo, antes do efetivo influxo do período isocrático e de seus fortes efeitos na história da prosa latina (CALBOLI, 1964-1965, *passim*). Conforme aponta Caplan, o *auctor* foi “formado com base nos mesmos princípios dos oradores romanos que Cícero considerava seus predecessores” (CAPLAN, 1954, p. xxxiii), e de tal modo que “naturalmente usou material que ouviu ou leu” (CAPLAN, 1954, p. xxxi).

Mais ainda, é preciso fazer a crítica do que o *auctor* afirma sobre si mesmo. Nesse sentido, Calboli pensa, a respeito dos exemplos do quarto livro, que “a originalidade do *auctor* certamente não é verdadeira cem por cento” (CALBOLI, 1993, p. 46). É possível encontrar paralelos gregos que serviram de modelo, provavelmente direto “quando se trata de versos e expressões breves, como provérbios e tiradas” (CALBOLI, 1993, p. 49). No entanto, “por vezes é possível supor, entre o exemplo da *Rhetorica ad Herennium* e o modelo grego, uma declamação romana intermediária” (CALBOLI, 1993, p. 49). Bem a propósito, quando da discussão dos modelos, cita Ênio e Caio Graco (*Rhet.Her.*4.I.2) e de novo Graco e Crasso (*Rhet.Her.*4.I.2). Como afirma Calboli, “os discursos de Caio Graco e as obras de Ênio eram estudadas como modelos de eloquência” (CALBOLI, 1993, p. 274).

Anotando que a *Rhetorica ad Herennium* nasce no ambiente da sala de aula, Marx identifica uma série de *declamationes* na base do tratamento (MARX, 1894, p. 103ss).²³¹ Teremos a ocasião de constatar, em algumas oportunidades, a similaridade estreita entre alguns exemplos específicos do quarto livro da *Rhetorica ad Herennium* e fragmentos

²³¹ Marx anota que não tratará de todas, pois, caso contrário, teria de “copiar todo o livro IV” (MARX, 1894, p. 104). Dentre exemplos citados do livro IV estão: 4.LV.68; 4.XXXV.47; 4.XXIV.34; 4.XXV.35; 4.LII.65 e 4.XXXIV.45 (MARX, 1894, p. 103-108).

oratórios de Catão, o que corrobora a ideia de que, em alguma medida, o *auctor* está refletindo sobre uma prosa que, se não for diretamente também a de Catão, que dificilmente não teria lido, é no mínimo bastante próxima da sua. Estabelecida assim a pertinência da *Rhetorica ad Herennium*, e especificamente de seus exemplos, para auxiliar na caracterização da prosa catoniana, passamos a considerar alguns passos em particular (mas v., também, mais adiante, 4.3).

Após apresentar os três *genera dicendi* (que chama também *figurae*, *Rhet.Her.4.VIII.11*) virtuosos, as *figurae grauis, mediocris e extenuata* (*Rhet.Her.4.VIII.11-X.14*), o autor da *Rhetorica ad Herennium* alerta contra o perigo de cair em estilos viciosos, próximos àqueles, os quais nomeia respectivamente *figurae sufflata, dissoluta e exilis* (*Rhet.Her.4.X.15-XI.16*). Para o *genus exile*, a *Rhetorica ad Herennium* oferece exemplo que consiste justamente em curto diálogo dramático:

	<i>Rhet.Her.4.XI.16</i>
<i>Nam istic in balineis accessit ad hunc; postea dicit: "Hic tuus seruus me pulsauit". Postea dicit hic illi: "Considerabo". Post ille conuicium fecit et magis magisque praesente multis clamauit.</i>	Com efeito, um homem se aproxima de outro nos banhos; depois, diz: "Este teu escravo me bateu". Depois diz este àquele: "Eu considerarei". Então aquele fez um escândalo e, na presença de muitos, gritou mais e mais.

Marouzeau submeteu o passo a uma análise centrada sobretudo na escolha vocabular, que reputa recheada de elementos vulgares e advindos da língua falada (MAROUZEAU, 1946, p. 195). No entender de Caplan, contudo, há muitas características salientes também no nível sintático: "o abuso do demonstrativo em *istic, hunc, hic, hic, ille, ille*, as transições monótonas, a parataxe estranha (*awkward*) e as frases curtas, o emprego, por três vezes, de *post* e *postea* e o recurso ao discurso direto para uma resposta curta e insignificante" (CAPLAN, 1964, p. 267; cf., no mesmo sentido, CALBOLI, 1993, p. 297, n. 52; ADAMS, 2016, p. 134-135; CALBOLI, 2020, p. 665). Tais elementos sintáticos são de fato bastante proeminentes e permitem que se tracem alguns paralelos com os fragmentos *FRH.5.78-79*, notadamente a construção de parte dos segmentos narrativos por módulos, parataticamente ladeados, iniciando por advérbio (elemento do "estilo narrativo ingênuo", segundo ADAMS, 2016, p. 136) e findando pelo verbo conjugado (*postea dicit; post... fecit; magis magisque... clamauit*),²³² e a resposta

²³² As perturbações a esse esquema parecem ditadas pela profusão de pronomes, que não tem paralelo nos fragmentos catonianos (*accessit ad hunc*) ou às estruturas oracionais de introdução do discurso direto, que são sujeitas à anteposição do verbo (MAROUZEAU, 1953, p. 51) (*dicit hic illi*, este caso podendo se compreender também em função da abundância de pronomes).

lacônica, que, aqui banal, remete, pela concisão, à *breuitas* do *magister equitum* no *FRH.5.79*.

Se examinarmos, mais à frente na *Rhetorica ad Herennium*, o ornato da *disiunctio* (*Rhet.Her.4.XXVII.37*), que consiste precisamente no concluir cada ideia por um verbo determinado (*disiunctum est cum eorum, de quibus dicimus, aut utrumque aut unum quodque certo concluditur uerbo*, *Rhet.Her.4.XXVII.37*), veremos, contudo, que essa particularidade sintática não pode ser reputada – no sistema da *Rhetorica ad Herennium* – como integrante ela própria do vício da *exilitas*. O exemplo é bastante elucidativo:

	<i>Rhet.Her.4.XXVII.37</i>
<i>Populus R. Numantiam deleuit, Kartaginem sustulit, Corinthum disiecit, Fregellas euertit. Nihil Numantinis uires corporis auxiliatae sunt, nihil Kartaginiensibus scientia rei militaris adiumento fuit, nihil Corinthis erudita calliditas praesidii tulit, nihil Fregellanis morum et sermonis societas opitulata est.</i>	O povo romano destruiu Numância, arrasou Cartago, desmembrou Corinto, arrasou Fregelas. Em nada as forças físicas auxiliaram os numantinos, em nada a ciência militar ajudou os cartagineses, em nada a esperteza apurada protegeu os coríntios, em nada a proximidade de costumes e de língua [para com os romanos] favoreceu os fregelanos.

Embora venha aqui cumulada com paralelismo, ao longo de toda a extensão (no primeiro segmento *deleuit, ... sustulit, ... disiecit, ... euertit*; no segundo, *auxiliatae sunt, ... adiumento fuit, ... praesidii tulit, ... opitulata est*), e, na segunda parte, com anáfora (*nihil*), logo com peculiar incidência de procedimentos rítmicos, note-se que o núcleo da *disiunctio*, segundo sua própria definição, corresponde à prática testemunhada nos segmentos narrativos dos fragmentos *FRH.5.78-79*, de seccionar as orações, terminando-as com a ideia verbal, usualmente com um verbo finito, e dispô-las parataticamente. A definição é, aliás, reafirmada antes de passar à próxima figura (“vemos concluir-se cada ideia com um verbo determinado”, *unam quamque rem certo uerbo concludi uidemus*, *Rhet.Her.4.XXVII.37*). A parataxe assindética que aqui se testemunha é, ademais, a mesma da prosa historiográfica, com as frases encabeçadas não por conjunções, mas por advérbios, e não escapará à atenção que o exemplo trata de matéria histórica.²³³⁻²³⁴

²³³ Outro exemplo se localiza na *notatio*, que é uma descrição de caráter (*notatio est cum alicuius natura certis describitur signis quae, sicut notae quaedam, naturae sunt adtributa*, *Rhet.Her.4.XLIX.63*), comportando narrativas e diálogos dramáticos subordinados àquele intento: “os estrangeiros partem; ele corre rapidamente para a sua casa; eles chegam às dez horas ao lugar que ele havia determinado” (*Hospites discendunt. Iste se raptim domum suam conicit; illi decuma, quo iusserat, ueniunt*, *Her.4.LI.64*, destacamos). As seções narrativas vêm assim frequentemente vazadas nesse verdadeiro estilema, neste caso sem os advérbios, o que frequentemente intensifica a braquilogia.

²³⁴ Calboli nota a intensa proximidade com *Cic.Phil.4.V.13* (*maiores... redegerunt*), indicando que “a semelhança [...] faz pensar em um discurso típico sobre o império romano” (CALBOLI, 2020, p. 774).

É também centrado em matéria histórica que o *auctor* exemplifica o ornato da *breuitas*, que consistiria na exposição da matéria apenas com as palavras necessárias (*breuitas est res ipsis tantummodo uerbis necessariis expedita*, *Rhet.Her.4.LIV.68*). O exemplo é o seguinte:

	<i>Rhet.Her.4.LIV.68</i>
<i>Lemnum praeteriens cepit, inde Thasi praesidium reliquit, post urbem Viminacium sustulit, inde pulsus in Hellespontum statim potitur Abydi.</i>	Ele tomou Lemnos em seu caminho, então deixou uma guarnição em Tasos, depois destruiu a cidade de Viminácio, então, retornado ao Helesponto, imediatamente ocupa Abido.

Conforme indica Caplan (1964, p. 404), essa passagem pode ter advindo de um discurso; embora o referente histórico seja objeto de debate (CALBOLI, 1993, p. 433), é evidente tratar-se de prosa narrativa – seja oratória (então, provavelmente na *narratio* do discurso) ou historiográfica propriamente dita. Interessa-nos sobremaneira a sucessão de uma frase declarativa, com frontalização do objeto (*Lemnum... cepit*), por quatro frases narrativas sequenciais, iniciadas por advérbio e terminadas as duas primeiras por verbo no *perfectum* (*inde... reliquit; post... sustulit*), como nas frases narrativas mais elementares. As duas últimas replicam a estrutura hierárquica produzida na frase declarativa, combinando particípio e verbo finito, este posto no presente e anteposto, com marcação de foco em *Abydi*, mas novamente com dois advérbios marcando as fronteiras entre as unidades frasais (*inde pulsus... statim potitur Abydi*), segundo modelos de encarecimento que já estudamos extensamente em 3.1.

Evidentemente, a avaliação do que constitui ornato, a posição a atribuir a esses distintos modos de proceder (e.g., ausência de advérbios no exemplo da *disiunctio*, preenchimento de todas as frases, excetuada a declarativa, com advérbios iniciais no caso da *breuitas*) precisará ser pensada em função de cada sistema peculiar, não se podendo *a priori* crer que o *auctor* da *Rhetorica ad Herennium* estivesse olhando para aqueles exemplos exatamente como Catão os veria.

De todo modo, essa sucessão de frases narrativas elementares, profundamente associada com a narrativa (histórica), é de certo modo previsível, ou mesmo deliberadamente previsível, poder-se-ia dizer (“uma escolha deliberada”, retomando juízo já referido de La Penna, 2008, p. 24), certamente direcionada a um foco no conteúdo: a manipulação da textura formal, na ausência mesma de ruptura, subtrai-se,

momentaneamente que seja, à consciência. Note-se mesmo que a ênfase na escolha do *certum uerbum*, formulação a que a *Rhetorica ad Herennium* recorre duas vezes na caracterização da *disiunctio*, ajuda a explicar isso, pois parte da virtude (quando o módulo é posto, assim, a bom serviço) repousaria na precisão da ideia verbal sita em local predeterminado; o engenho do escritor se localizaria, assim, no eixo paradigmático, não no sintagmático. Sob essa luz, a sinonímia aparente na série de paralelismos do exemplo de *Rhet.Her.4.XXVII.37* seria, na verdade, exercício de distinção para encontrar o verbo exato que corresponde a cada situação específica: não se trata de mera variação sinonímica, mas de *discrímen* e de adequação. Vicioso ou virtuoso, porém, esse módulo é estrutural para a narração, que, no entender da própria *Rhetorica ad Herennium*, como parte do discurso, como *narratio*, deve ser o mais breve, e assim o mais clara clara e do mais fácil entendimento possível (*nam quo breuior, eo dilucidior et cognitu facilius narratio fiet...*, *Rhet.Her.1.IX.15*). Ao mesmo tempo, vê-mo-lo em exemplo como o da *breuitas* em *Rhet.Her.4.LIV.68*, o módulo elementar fornecido pela sucessão de frases narrativas básicas permite, justamente porque gera uma previsão de sua repetição encadeada, ambiente fértil para as rupturas que identificam pontos salientes, pelas mais diversas razões.

A caracterização da narrativa – e da frase narrativa elementar – na *Rhetorica ad Herennium* pode ser utilmente completada por uma breve consideração de outros elementos da tradição retórica, com especial ênfase nos *Progymnasmata*, exercícios retóricos preliminares, que de certo modo permitem vislumbrar um aspecto compositivo da narrativa fundamental para amplo grupo de autores antigos, talvez mesmo para Catão.

No Pseudo-Hermógenes (século III d.C.), depois traduzido por Prisciano (séculos V-VI), os exercícios preliminares relativos à narrativa reconhecem uma série de “figuras narrativas” (σχήματα διηγημάτων, HERMOG.*Prog.2.4*; *species narrationum*, PRISC.*Praexercitamina.II.5.552RL*; tratadas pelo mais antigo exemplar de *progymnasmata* preservado, devido a Élio Teão, como τρόποι, THEON.*Prog.87*). Trata-se, em verdade, de diferentes moldes sintáticos nos quais vazar uma passagem narrativa, que, de acordo com Patillon, funcionariam como “maneira de obter domínio sobre os recursos da linguagem” (PATILLON, 2002, p. 50, n. 260). Segundo Teão:

	THEON. <i>Prog.87</i>
Ἐπεὶ δὲ εἰώθαμεν ἐκφέρειν τὰ πράγματα ἐνίστε μὲν ὡς ἀποφαινόμενοι, ἐνίστε δὲ ὡς	Mas costumamos enunciar os fatos segundo um modo por vezes declarativo e por vezes

<p>πλέον τι τοῦ ἀποφαίνεσθαι ποιῶντες, καὶ ἐνίοτε μὲν ὡς ἐρωτοῦντες. ἄλλοτε δὲ ὡς πυνθανόμενοι, ἔσθ' ὅτε δὲ ὡς ἐπαποροῦντες, καὶ ἄλλοτε μὲν ὡς προστάττοντες, ἄλλοτε δὲ ὡς εὐχόμενοι, καί μὲν ὡς ὁμνῶντες, ποτὲ δὲ ὡς προσαγορεύοντες, ἄλλοτε δὲ ὡς ὑποτιθέμενοι, ποτὲ δὲ ὡς προσδιαλεγόμενοι, ἐνδέχεται κατὰ πάντας τούτους τοὺς τρόπους ἐκφέρειν ποκίλλοντας τὰς διηγήσεις.</p>	<p>fazendo algo a mais do que declarar, por vezes interrogativo. Outras vezes, inquisitivo, controvertendo, e outras vezes jussivo e outras vezes imprecativo, outras vezes em forma de juramento e outras vezes interpelativo, outras vezes hipotético e às vezes dialogado; pode-se enunciar as narrativas segundo todos esses modos, conferindo-lhes assim variedade.</p>
---	--

Na sequência, o rétor exemplifica esses modos de narração tomando uma frase a Tucídides e submetendo-a a toda sorte de manipulação. É o mesmo exercício que pode ser seguido, com frases mais curtas, no Pseudo-Hermógenes (HERMOG.*Prog.*2.4-9) e na correspondente tradução de Prisciano (552RL), que tomaremos aqui à tradução latina pela maior proximidade com o material que estamos a tratar:

	PRISC. <i>Praexercitamina</i> .II.6-7.552RL
<p><i>Nunc autem de ea, quae ad exercitationem pertinet, dicimus, quam uariis proferre modis solemus: per rectum indicatiuum, per indicatiuum inclinatum, per conuictiuium, per dissolutum, per comparatiuum. Per rectum quidem indicatiuum, ut: "Medea Aeetae filia fuit; haec prodidit aureum uellus", et sequentia. Rectum autem nominatur, quod per totam uel ampliore orationem casum seruat nominatiuum. Indicatiua uero inclinata dicitur, in qua obliquis utimur casibus, ut "Medeam, Aeetae filiam, dicunt amauisse Iasonem" et reliqua, quia alios quoque casus assumit. Conuictiua uero figura est, qua arguentes utimur, ut: "Quid enim non fecit Medea malum? Non amauit quidem Iasonem, prodidit autem aureum uellus, interfecit fratrem?" et sequentia. Dissolutum uero fit sic: "Medea, Aeetae filia, prodidit aurem uellus, Absyrtum interfecit fratrem" et sequentia. Comparatiuum uero est hoc: "Medea, Aeetae filia, debens pudicitiam seruare, amoris turpitudine prodidit eam, et quam debebat custodem fieri fraternae salutis, interfecit fratrem, et quae debuit tutari aureum uellus, tradidit insidiatori". Et rectum quidem historiae conuenit – est enim planius –, inclinatum uero magis certaminibus rhetoricis, conuictiuium uero ad arguendum accommodatius, dissolutum autem perorationibus siue conclusionibus; est enim passiuum, id est affectus animi commouens.</i></p>	<p>Agora, no que diz respeito aos exercícios, afirmamos que costumamos pronunciar segundo várias formas: servindo-nos do indicativo reto, do indicativo oblíquo, do convincente, do dissoluto, do comparativo. Servindo-nos do indicativo reto, assim: "Medeia foi filha de Eetes; ela obteve o velo de ouro", e assim por diante. É chamada "reta" porque mantém em toda a sua extensão ou na maior parte dela o caso nominativo. Chama-se então indicativa inclinada aquela em que valemo-nos dos casos oblíquos, como: "Dizem que Medeia, filha de Eetes, apaixonou-se por Jasão", e assim por diante, porque também assume outros casos. A figura convincente é aquela de que nos servimos ao argumentar, como: "Pois que mal Medeia não perpetrou? Não amou então Jasão, não obteve o velo de ouro, matou o irmão?", e assim por diante. Faz-se o dissoluto como segue: "Medeia, filha de Eetes, obteve o velo de ouro, matou o irmão, Absirto", e assim por diante. O comparativo é o seguinte: "Medeia, filha de Eetes, devendo mater a castidade, em razão da torpeza do amor, ofereceu-a; e, embora devesse ser guardiã do bem-estar do irmão, matou-o; e posto que devia proteger o velo de ouro, entregou-o ao traidor". O [modo] reto convém à história – pois é mais simples –, o inclinado, antes às justas oratórias; o convincente é mais apropriado à argumentação; o dissoluto, às perorações ou</p>

	conclusões, pois é patético, isto é, move os afetos da alma.
--	--

O detalhe da expressão desse texto sofre naturalmente o influxo do original grego (fazendo, por exemplo, corresponder exatamente a posição do verbo em alguns dos exemplos) e vem vazado em latim já mais de 600 anos afastado do ambiente de Catão, razão pela qual seria temerário proceder a um cotejo minudencioso dessas frases com o material catoniano. É importante, no entanto, destacar a ideia central de que o mesmo conteúdo vai conformado a distintos moldes sintáticos segundo os contextos discursivos para os quais cada molde é apropriado, havendo inclusive uma *species narrationis* mais simples (*planius*) apropriada à história (com verbo finito no *perfectum*, ao menos uma vez no fim da frase, com sucessão de frase enunciativa simples e frase sequencial iniciada por anafórico), ao passo que distintas situações oratórias, pensadas segundo a teoria das *partitiones* do discurso, solicitam moldes mais complexos (valendo-se, por exemplo, de *interrogationes* ou de subordinações mais complexas, por vezes com frases que se aproximam de períodos, como no “modo comparativo”), isto é, contêm algo a mais que a simples declaração, para retomar a formulação de Teão.

Sobretudo convém enfatizar a ideia de uma manipulação formal do conteúdo e a possibilidade de que essa tipo de manipulação fizesse parte do treinamento elementar de oradores já de alguma forma no horizonte de Catão. Afinal, segundo ensina Suetônio a respeito da prática no começo do século I a.C., vale dizer, à época imediatamente anterior à *Rhetorica ad Herennium*:

	SUET.Gram.4.5
<i>Secundum quam consuetudinem posteriores quoque existimo – quamquam iam discretis professionibus – nihilo minus uel retinuisse uel instituisse et ipsos quaedam genera institutionum ad eloquentiam praeparandam, ut problemata, paraphrasis, adlocutiones, aetiologias atque alia hoc genus, ne scilicet sicci omnino atque aridi pueri rhetoribus traderentur.</i>	Eu julgo que é também segundo esse hábito que os pósteros – embora já distintas as profissões [de gramático e de rétor] – mantiveram ou criaram, sem embargo, alguns tipos de exercícios preparatórios à oratória, como os problemas, as paráfrases, as alocações, as etiologias e outros de mesmo tipo, isto para que os meninos não fossem entregues ao rétor inteiramente secos e áridos [em sua elocução].
	SUET.Gram.25.4 [=Rhet.1]
<i>Sed ratio docendi nec una omnibus, nec singulis eadem semper fuit, quando uario modo quisque discipulos exercuerunt. Nam et dicta praeclare per omnes figuras <uersare> et apologos aliter atque aliter exponere, et</i>	Mas o método de ensino nem sempre foi o mesmo para todos [os professores] nem sempre o mesmo para um mesmo [professor], pois cada um exercitava seus discípulos de maneira distinta. Pois os exercícios consistiam

<p><i>narrationes cum breuiter ac presse tum latius et uberius explicare consuerant, interdum Graecorum scripta conuertere ac uiros illustres laudare uel uituperare, quaedam etiam ad usum communis uitae instituta tum utilia et necessaria, tum perniciosa et superuacanea ostendere, saepe fabulis fidem firmare aut demere – quod genus θέσεις et ἀνασκευάς et κατασκευάς Graeci uocant – donec sensim haec exoluerunt, et ad controuersiam uentum est.</i></p>	<p>em fazer passar as palavras com esplendor por todas as figuras, expor os apólogos de muitos modos distintos e desenvolver as narrações ora com brevidade e exatidão, ora com amplidão e abundância, por vezes em traduzir textos gregos e louvar ou vituperar os homens ilustres, certas vezes ainda expor que o que é estabelecido para a vida comum é ora útil e necessário, ora pernicioso e dispensável, frequentemente confirmar ou refutar a confiança nas fábulas – tipo de tese que os gregos chamam ἀνασκευαί e κατασκευαί – até que imperceptivelmente esses exercícios foram abandonados e se adotaram as contravérsias.</p>
--	--

Patillon, comentando essas passagens, conclui que “os exercícios preparatórios já faziam parte do ensino da retórica [...] no começo do século I a.C.” (PATILLON, 2002, p. xii), onde, como se notará, figuram os exercícios em torno das *narrationes* também, pelo que temos de admitir que, no todo, essa forma de se preparar para a produção de textos públicos está bem próxima do ambiente de Catão, sendo possível, como se constatará, observar em sua prática indícios bastante evidentes de manipulações comparáveis do texto. Mais que isso, é na própria distinção entre narrações mais simples e mais desenvolvidas (*cum breuiter ac presse tum latius et uberius explicare consuerant*) que parecia estar o foco do exercício, de modo muito comparável ao que se verá Catão fazer segundo as constrações próprias a cada contexto enunciativo, já na prosa historiográfica, já na prosa narrativa em contexto oratório (v., *infra*, 5.3).

Partimos, assim, do *FRH.5.78-79*, em que vimos que a própria existência das expectativas geradas pela estrutura da frase narrativa elementar permitem conceber o diálogo como ruptura dessas expectativas, o que em Catão se promove especialmente pela alteração da ordem das palavras e pelo recurso a figuras de paralelismo fônico (e, em outros autores, por outros meios, como o recurso à frase argumentativa). Buscamos situar esses fragmentos, assim, em um contexto de elocução que, vimo-lo, é atualização daquele que, em vários domínios, é ocupado pela frase narrativa latina. Tendo já tratado do único outro exemplo de diálogo nas *Origines*, cabe-nos agora examinar os demais fragmentos da obra historiográfica catoniana em que se pode identificar narrativa de matéria bélica.

4.2.1.2. Demais fragmentos de matéria bélica

Conjuntamente com as frases narrativas dos fragmentos *FRH.5.78-79*, com as especificidades mais longamente comentadas, podem ser identificados traços próprios à frase narrativa em seu estado elementar no *FRH.5.20*, citado por Nônio pela ocorrência do termo *pedato*:

	NON.89L
<i>Cato Originum lib. I: Igitur tertio pedato bellum nobis facere. (FRH.5.20)</i>	Catão, no primeiro livro das <i>Origines</i> : “então, com um terceiro ímpeto [= pela terceira vez], moveram uma guerra contra nós”.

Não se pode determinar com muita precisão o contexto, isto é, de que guerra se tratava (talvez uma daquelas em época arcaica entre romanos e sabinos, a terceira à época de Tarquínio Prisco, sugerem CUGUSI & SBLENDORIO CUGUSI, 1996, p. 153), nem mesmo quem é o referente de *nobis*, se o povo romano ou alguma outra coletividade (CORNELL, 2013, 3, p. 75), embora se possa afirmar que a expressão *tertio pedato* é própria da língua militar (CUGUSI & SBLENDORIO CUGUSI, 2001, *ad loc.*). Complexa também é a determinação do estatuto do verbo *facere*, se um “infinitivo histórico usado em uma *narratio* bélica” (CUGUSI & SBLENDORIO CUGUSI, 2001, *ad loc.*) ou se um infinitivo dependente. À luz, contudo, do que já se disse sobre a autonomia dos módulos formados por infinitivo sintaticamente articulado a outro verbo, quando se comentaram os fragmentos *FRH.5.78-79* (v., *supra*, 4.2.1.1), trata-se, em um caso, como noutro, de frase narrativa (suficientemente) autônoma.

Como tal, essa frase necessariamente pressupõe uma antecedente (uma frase declarativa acompanhada ou não de uma ou mais frases narrativas) que situaria o momento com relação ao qual este é posterior e que explicitaria o sujeito, aqui omitido. O segmento, como se vê, segue o padrão de abrir-se por advérbio (no caso temporal, como mais frequentemente) e terminar-se por verbo (embora, neste caso, não finito); note-se apenas que a expressão *tertio pedatu*, com valor adverbial, sugere já fenômeno que veremos, na sequência imediata, de forma bastante mais ampliada, que é o enfileiramento, no início, de mais de um constituinte de natureza adverbial, com a primeira posição ocupada pelo advérbio ou pela expressão adverbial de tempo, conforme com o quanto se verifica no uso geral desse modelo extraído da prosa administrativa, em que, vai-se vendo, Catão está bastante bem fincado; note-se ainda que, no caso de mais de uma referência

temporal, a primeira posição cabe àquela de mais evidente carga anafórica e mais genérica.

Exemplo de mais ampla expansão horizontal da frase narrativa elementar pode ser colhido em fragmento do quinto livro, que se refere a uma batalha indeterminada (CORNELL, 2013, 3, p. 135-136). Pensamos conveniente, para fins de clareza, distinguir, como procedimentos aplicados à frase narrativa elementar, a expansão horizontal (que multiplica os constituintes em suas posições sintagmáticas esperadas, algo que já vimos acontecer nos *carmina*, embora com uma lógica própria de preenchimento) e expansão vertical (pelo que entendemos distintas formas de subordinação interna à estrutura da frase narrativa, a alterar a própria natureza das posições sintagmáticas). Confira-se:

	GEL.15.9.5
<i>Quippe M. Cato in quinto Originum ita scripsit: Postridie signis conlatis, aequo fronte, peditatu, equitibus atque alis cum hostium legionibus pugnauit. (FRH.5.95)</i>	Com efeito, Marco Catão, no quinto [livro] das <i>Origines</i> escreveu assim: “no dia seguinte, tendo a batalha se iniciado, ele combateu contra as legiões dos inimigos em uma frente retilínea com a infantaria, a cavalaria e as alas [dos aliados].”

Conforme se observa, o fragmento se inicia por um advérbio temporal e termina pelo verbo, mas inclui um conjunto grande de informações no interior da frase. É notadamente o caso de um ablativo absoluto (*signis conlatis*), que poderia ter constituído um módulo à parte e ladeado aquele que se termina por *pugnauit* (algo como *postridie signa contulerunt, [deinde] aequo fronte pugnauit*). O emprego do ablativo absoluto em contexto narrativo é expediente, como vimos, corrente na língua administrativa, a comparecer mesmo nos *tituli* simples (item 3.1.1, *supra*), que confere aqui especificidade semântica à posição adverbial, o que não se obteria por meio apenas do advérbio. Não discrepa muito, assim, da sequência verificada no início do fragmento *FRH.5.20, igitur tertio pedatu (supra, neste item)*. A descrição específica das forças também dá margem a expansão por meio de três membros (*peditatu, equitibus atque alis*), que também já é expansão do genérico *aequo fronte*, “em uma frente retilínea, composta por...”, em que se notará a variação formal (*equitibus*, e não *equitatu*, como no já visto *FRH.5.78*, ou no *De re militari: inde partem equitatus atque ferentarios praedatum misit, FRM.13*) e a significativa reversão da lei dos três membros crescentes, sendo o terceiro elemento o menor deles (*peditatu equitibus atque alis*).

Ainda observando o comportamento da frase narrativa elementar, pode-se abordar fragmento situado também no quarto livro das *Origines*, segundo a autoridade de Gélío, que o cita por interesse pelo advérbio *compluriens* (GEL.5.21.15):

	GEL.5.21.17
<i>Idem Cato> in IIII Originum eodem in loco ter hoc uerbum posuit: Compluriens eorum milites mercennarii inter se multi alteri alteros <in castris> occidere, compluriens multi simul ad hostis transfugere, compluriens in imperatorem impetum facere. (FRH.5.81)</i>	O mesmo Catão, no quarto livro das <i>Origines</i> , pôs essa palavra três vezes no mesmo lugar: “Amiúde, os seus soldados mercenários matam uns aos outros em grandes números no próprio acampamento, amiúde muitos desertam ao mesmo tempo para os contingentes inimigos, amiúde fazem um ataque contra seu general”.

Trata-se de referência ao exército cartaginês, a respeito do qual há diversos relatos de revoltas de mercenários (CHASSIGNET, 1986, p. 36; CORNELL, 2013, 3, p. 129). Além da possibilidade de se tratar de um discurso, devido ao que entende ser “linguagem retórica” (CORNELL, 2013, 3, p. 129), Cornell cogita ainda de uma “digressão etnográfica sobre as instituições de Cartago” (CORNELL, 2013, 3, p. 129). Note-se, de passagem, em atenção à seção seguinte e a nosso esforço de manutenção da taxonomia proposta em 4.1.4, *supra*, que, embora possa haver, por distintas razões, dúvida sobre a diferenciação das matérias tratadas por Catão, a referência a eventos passados, certamente relacionados ao contexto das Guerras Púnicas, classifica-se melhor como narrativa histórica, reservando-se a ideia de matéria etnográfica para observações que prescindem de referencial temporal. É evidente, ademais, que a temporalidade mirada pelo texto pode ser mais dilatada (como aqui, pela própria recorrência significada pelos repetidos *compluriens*) ou mais diminuta (como na sucessão de eventos nos *FRH.5.78-79*, que analisamos acima, item 4.2.1.1), uma particularidade que começa a sinalizar como passos narrativos podem se infundir de propriedades descritivas, problema que trataremos mais no pormenor em 4.3, *infra*. Seja como for, conforme se verifica, no fragmento *FRH.5.81*, os módulos narrativos elementares comparecem em sua forma habitual: orações paratáticas, encabeçadas por advérbio de tempo (*compluriens*) e terminadas por verbos (*occidere, ... transfugere, ... facere*). Há, no entanto, alguns particulares dignos de nota, para os quais se deve atentar desde logo.

O primeiro deles é que as formas verbais aqui empregadas são “infinitivos históricos”, segundo a terminologia tradicional, ou, como preferem Kühner e Stegmann, casos de *infinitiuus adumbratiuus* ou *descriptiuus* (KÜHNER & STEGMANN, 1955, 1,

p. 135), isto é, infinitivos que valem por formas finitas de sentido passado, mas com específica conotação, pois constituem recurso elocutivo que, ao menos à luz do uso clássico, “serve a fornecer relato de muitas ações simultâneas, que interferem umas nas outras e que se seguem imediatamente umas às outras, com muita rapidez, portanto com abandono das conjunções e de tudo o que poderia ser nocivo à representação vívida” (KÜHNER & STEGMANN, 1955, 1, p. 135). A descrição parece convir igualmente ao material pré-clássico (BENNETT, 1982, 1, p. 419-423). Como já visto extensamente em 3.1, *supra*, por exemplo em 3.1.2, ao examinar as *tabulae triumphales*, o recurso ao infinitivo histórico é também relevante expediente de hierarquização da informação, embora não disponhamos aqui do contexto necessário para verificar em que medida seu uso por Catão poderia diferir (ou não) daqueles modelos de prosa oficial. Aponte-se, de todo modo, que o passo não é isolado, pois encontramos o mesmo recurso em Catão no *FOR.84* (*oratio si se M. Caelius tribunus plebis appelasset*): “desce do capão, então dá alguns passos de dança, faz coisas ridículas” (*descendit de cantherio, inde staticulos dare, ridicularia fundere*), que será objeto de nosso interesse mais adiante (item 5.3.3).

A elaboração especial que, de todo modo, se pode associar ao uso do infinitivo histórico combina-se com diversos outros procedimentos, no *FRH.5.81*, a começar pela tripla anáfora *compluriens...*, *compluriens...*, *compluriens*, notada por Gélío (*eodem in loco ter hoc uerbum posuit*), mas também pela mais discreta (por não comparecer na mesma posição da frase) *multi... multi*, pelas aliteraões (em /m/: *milites mercenarii... multi*; em /i/, com assonância: *in imperatorem impetum*), pela *complexio* silábica (*multi simul*) e pelo poliptoto que, embora comum e habitualmente determinado apenas pelo sentido, se realça no contexto de amplo ornato rítmico (*alteri alteros*). Infelizmente, faltam aqui o contexto mais amplo, para determinar por que o módulo de prosa narrativa elementar serviu de suporte, ainda que se mantendo hígido de um ponto de vista sintático, para essa pletora ornamental. Na descrição dos *admiranda*, veremos que frequentemente tais procedimentos estão casados com essa específica matéria, como se houvesse espécie de elocução mimética, a forma se tornando ela mesma *admiranda* para descrever os distintos portentos, como parte de um “estilo dos prodígios” (SANTINI, 1988; sobre essa noção, v. item 4.3, *infra*).

Desde logo, no entanto, verifica-se que aqui se expressam também alguns procedimentos, como todas as formas de paralelismo indicadas, que já vimos extensamente ao tratar dos *carmina*, em 3.3, *supra*, mas aqui justamente sem expansão

horizontal, isto é, sem desdobramento modular cumulativo das posições no eixo sintagmático. É relevante, assim, verificar que modularidade e paralelismo, que, naquele gênero de textos, encontram-se indissoluvelmente imbricados, podem ser tratados por Catão de forma independente – ponto que sugere uma forte conotação intergenérica quando aqueles procedimentos se manifestem conjuntamente na obra catoniana.

Outro fragmento amplia o quadro do tratamento da frase narrativa:

	NON.142L
<i>“Duouicesimo”, ita ut “duodecimo”. Varro Humanarum Rerum lib. XVI: ‘mortuus est anno duouicesimo; rex fuit annos xxi.’ Cato in IV Originum: Deinde duouicesimo anno post dimissum bellum, quod quattuor et uiginti annos fuit, Carthaginenses sextum de foedere decessere (FRH.5.77a).</i>	Diz-se <i>duouicesimo</i> , assim como <i>duodecimo</i> . Varrão, no décimo-sexto livro das <i>Humanarum rerum</i> : “morreu em seu vigésimo-segundo ano; foi rei por 21 anos”. Catão, no livro quarto das <i>Origines</i> : “então, no vigésimo-segundo ano após o fim da guerra, que durou 24 anos, os cartagineses pela sexta vez romperam o tratado de paz”.

Em FRH.5.77a, é também um acúmulo, ou desdobramento, da posição inicial do advérbio que se verifica, no interior de uma frase narrativa típica, iniciada por advérbio sequencial de tempo e terminada com verbo no *perfectum* (*deinde... decessere*). Como nos exemplos anteriores de expansão horizontal, à primeira posição adverbial, seguem-se outros sintagmas que expandem a posição adverbial e lhe dão maior especificidade semântica: *duouicesimo anno post dimissum bellum* e *quod quattuor et uiginti annos fuit*. Tal qual em FRH.5.95, a segunda posição aqui também é ocupada por um particípio (*dimissum*), embora não no ablativo absoluto, uma vez que é regido pela preposição *post*, ainda que o sintagma se inicie no ablativo. Já a terceira posição vem marcada por uma oração relativa, cujo verbo, no entanto, é mero verbo auxiliar, sem densidade semântica, conformando, portanto, caso de relativa com fraco valor de verticalidade, integrada ao sintagma precedente, mas de todo modo com o verbo também em posição final. Embora o contexto, como de costume, falte, o encarecimento da posição adverbial faz sentido se atentamos para o fato de que, neste fragmento, Catão se refere ao ataque de Aníbal a Sagunto, em 219 a.C. (CORNELL, 2013, 3, p. 125), chegando-se aqui certamente a um clímax após a listagem das outras rupturas da paz acordada, segundo propõe Chassignet em atenção ao emprego de *deinde* (CHASSIGNET, 1986, p. 90).

Concluiremos esta investigação das frases narrativas catonianas com matéria bélica examinando três fragmentos com dificuldades de transmissão, que levantam

dúvidas a respeito da completude ou da forma das frases, mas que, independentemente disso, permitem, à luz do quanto já se viu, completar o quadro até aqui desenhado.

O fragmento *FRH.5.97* trata de narrativa militar cujo referente não conseguimos identificar (CORNELL, 2013, 3, p. 136), mas que se vale de terminologia especificamente militar, notadamente o verbo *educo* (CUGUSI & SBLENDORIO CUGUSI, 2001):

	GEL.15.13.5
<i>M. Cato in quinta Origine exercitum, inquit, suum pransum paratum cohortatum eduxit foras atque instruxit. (FRH.5.97)</i>	Marco Catão no quinto livro das <i>Origines</i> , disse: “ele conduziu seu exército alimentado, armado e encorajado e o dispôs em ordem de batalha”.

Na ausência de um marcador adverbial que delimite a posição inicial, não temos como saber se estamos diante de frase narrativa abreviada, como vimos, por exemplo, em *Rhet.Her.4.XXVII.37* – cuja ocorrência em Catão, dissemos, levanta o problema de como ela se relaciona com a frase narrativa típica, com marcador adverbial – ou de frase cujo início foi cortado por Gélío. De todo modo, a elocução e a matéria são típicas da prosa narrativa.

Há, contudo, procedimentos dignos de nota, mais especificamente uma relevante expansão horizontal, com desdobramento modular das posições do eixo sintagmático, e fortes paralelismos fônicos em cada posição expandida, já mesmo na longa série homeotelêutica antes dos verbos (*exercitum suum pransum paratum cohortatum*), sem que possamos dizer se *suum* participa meramente dessa abundância da expressão ou se tinha valor contrastivo. Na série participial assindética, notar-se-á, para além do apontado homeoteleuto que a liga às demais palavras que acompanha, a aliteração entre os dois primeiros membros (em /p/: *pransum paratum*) e a organização em clímax silábico, com duas, três e quatro sílabas.

O segmento *eduxit foras atque instruxit* também deve ser concebido como um longo sintagma verbal, logo como expansão horizontal daquela posição sintagmática; o advérbio *foras*, que pareceria estar deslocado à direita do verbo, está em posição muito frequentemente atestada quando acompanha, entre outros, os verbos compostos com prefixo *ex-* (cf. *TLL.6.1.1036*), muito consistentemente posto depois do verbo (cf., por exemplo: *Hector armatos eduxit foras*, *ENN.Trag.158V*, *FRL.61*; *piscis donicum eduxit foras*, *PL.Truc.39*), possivelmente por seu valor parcialmente redundante com o prefixo. Assim, o que se tem é uma expressão verbal, também ela fortemente homeotelêutica

(*eduxit... instruxit*). Essa combinação entre modularidade e paralelismo, reforçada ainda pelo assíndeto entre os participípios, é, não se deixará de notar, combinação de procedimentos fortemente vinculada ao *carmen* (v., *supra*, item 3.3). Contudo, os vocábulos que se cumulam modularmente não se podem conceber como feixes sinonímicos, como é comum naqueles textos, guardando relevante independência semântica.

As dificuldades postas pelo próximo fragmento são de maior monta:

	FEST.196L
... eos nostri alii pro legatis appellant, ut Cato in ea quam scripsit de suis uirtutibus contra Thermum [...] et in Originum lib. I: Propter id bellum coepit. C<l>oelius praetor Albanus oratores misit Romam cum *** (FRH.5.15)	... outros escritores romanos os chamam, em vez de “legados”, como Catão, no discurso que escreveu a respeito de suas virtudes contra Termo [...] e no livro primeiro das <i>Origines</i> : “por essa razão, começou a guerra. Clélio, pretor albano, enviou embaixadores a Roma...”

Note-se que há uma dificuldade de pontuação, podendo haver deslocamento na primeira frase, se o ponto vier posto após *Cloelius praetor Albanus*, e não após *coepit*.²³⁵ Julgamos, contudo, bastante improvável tal hipótese, uma vez que os nomes acompanhados de cargos são tradicionalmente forma de início de frases declarativas, como estratégia assentadíssima de apresentação do tópico (cf., *supra*, item 3.1.1). Ainda na leitura aqui adotada, entretanto, é possível que houvesse um sujeito anteriormente na frase, pois, conforme lembra Chassignet, “a expressão *res coepit*, com emprego absoluto do verbo sem infinitivo praticamente não se encontra senão a partir da época ciceroniana” (CHASSIGNET, 1986, p. 65), razão pela qual o *TLL* (2.1837) põe um ponto de interrogação nesse passo como exemplo da construção em questão.

A bem da verdade, mesmo que não se trate de construção absoluta, a presença do demonstrativo anafórico *id* indica que estamos diante de frase avançada na sequência de módulos narrativos, a que se segue outra frase (relativamente) inicial (*Cloelius...*), havendo então grande probabilidade de que o sujeito fosse, nesse caso, elíptico. Nesses dois casos, que nos parecem os mais prováveis, haveria frase narrativa típica, com anafórico no começo e verbo finito no *perfectum* ao fim.

²³⁵ Do mesmo modo, *praetor Albanus* poderia ser sujeito da segunda oração, não se identificando com *Cloelius*. Cornell descarta, no entanto, essa última hipótese, de cisão de *Cloelius praetor Albanus*, por referências a Clélio como magistrado em outras fontes (CORNELL, 2013, 3, p. 73).

Como se vê, o segmento final também está truncado com o *cum* conjuntivo ou preposicional solto. A posposição de *Romam* a *misit* é ordinária, de modo que, tudo bem pensado, podemos estar diante de módulos habituais, já para a frase narrativa sequencial, já para a frase narrativa (relativamente) inicial que se segue àquela.

O último fragmento também está truncado ao fim:

	PRISC. <i>GL</i> .2.152
<i>Cato in II Originum: Itaque res uber fuit, antequam legiones...</i> (FRH.5.37)	Catão, no livro segundo das <i>Origines</i> : “e então os negócios estavam prósperos, antes que as legiões...”.

Embora Cugusi e Sblendorio Cugusi entendam tratar-se da ideia de que as tropas chegam e empobrecem lugar que prosperava (CUGUSI & SBLENDORIO CUGUSI, 2001, *ad loc.*), talvez seja mais prudente anuir com Cornell em que “não apenas o contexto, mas também o sentido básico do fragmento está para além de conjectura” (CORNELL, 2013, 3, p. 85). Apesar do estado fragmentário do texto, todavia, ele nos parece sumamente interessante. Vê-se com clareza a frase narrativa sequencial elementar em *itaque... fuit*, mas, embora não disponhamos de um segmento completo, segue-se o que claramente era uma subordinada temporal introduzida por *antequam*.

Trata-se de elemento importantíssimo não apenas pela presença rara da subordinação na sequência narrativa, que portanto figura como específico expediente elocutivo, mas sobretudo porque a estrutura é a típica do chamado “*cum* inverso”, isto é, o caso em que o evento principal e posterior está na subordinada, procedimento que Chausserie-Laprée, preferindo nomear “*cum* de ruptura”, julga essencial na narrativa dramática e que, ademais, não teria sido conservado por nenhum analista, pois, para se desenvolver, demandaria “que a prosa latina chegasse à sua maturidade” (CHAUSSERIE-LAPRÉE, 1969, p. 566-567). Ora, parece-nos que esse fragmento das *Origines* prejudica a análise negativa que, vimo-lo (v., *supra*, item 1.1.1), o autor faz da prosa de Catão, que aparecia como espécie de grau zero de elaboração elocutiva.

Como, no entanto, a esta altura, já cremos bastante evidenciada a complexidade dos propósitos de Catão e dos meios que tinha a seu serviço, ocorre apenas reconhecer que a estrutura formada por frase narrativa inicial (isto é, com sujeito explícito, tópico, no começo) e conjunto de frases narrativas sequenciais (com anafóricos, usualmente advérbios de tempo, no começo), todas com verbo (em geral finito e no *perfectum*) ao

fim, é um molde básico que comporta diferentes formas de encarecimento, por expansões horizontais e verticais daqueles moldes frasais, bem como pelos procedimentos que, com ou sem expansão, promovem o paralelismo. Diante desse panorama, caso singular como o de *FRH.5.37* é mais bem tratado como exemplo de um recurso de exceção, mas integrante de uma vasta lista de procedimentos que autorizam a elaboração da linguagem a partir daquele molde primeiro em torno do qual gira toda a prosa narrativa.

4.2.2. *Domi*

Os fragmentos narrativos que tivemos em mira até aqui (*FRH.5.15*, 20, 37, 77a, 78, 79, 81, 95 e 97), no item 4.2.1, exceção feita ao *FRH.5.42*, que não fornece muito contexto, mas que, além de *FRH.5.78-79*, era o único outro fragmento das *Origines* contendo diálogo, lidavam evidentemente com contexto bélico (*res gestae militiae*). Conforme à distinção entre *militiae* e *domi*, porém, que, segundo sugerimos em 4.1.4, *supra*, parece ter sido significativa para Catão, é possível identificar fragmentos que claramente se referiam a eventos domésticos, mas ainda assim pertencem ao espectro narrativo (*res gestae domi*) da prosa catoniana. É a eles que passamos a nos dedicar agora.

Por vezes, a fronteira com os *admiranda* etnográficos (*quae fierent admiranda*) é problemática, pois, diferentemente das *res gestae militiae*, a sucessividade aparece de forma mais tênue no que nos resta das *res gestae domi*. Como veremos adiante (item 4.3.2), os módulos frasais em que estão vazadas as descrições aparecem como módulos frasais narrativos transformados. Diante disso e na falta de contextos mais extensos, julgamos difícil não haver certa sobreposição, de modo que, em alguns casos, há fragmentos que bem poderiam se encaixar em uma como em outra categoria. Começaremos assim com casos de sucessividade narrativa mais explícita, tratando um item mais problemático ao fim.

O contexto de *FRH.5.117*, embora objeto de dissenso (CORNELL, 2013, 3, p. 145), é em geral associado à instituição por Rômulo do *asylum* no Capitólio (a partir de *Liv.1.8.5-6*, cf. PETER, 1906-1915, p. 62; CHASSIGNET, 1986, p. 17). Ele encontra, todavia, importante paralelo verbal em Salústio (*hi postquam in una moenia conuenere, ... sed postquam res eorum ciuibus, moribus, agris aucta satis prospera satisque pollens*

uidebatur, ..., *Cat.*6.2-3, cf. CORNELL, 2013, 3, p. 145)²³⁶, a sugerir emulação. Tratar-se-ia, então, como em Salústio, da descrição de um primeiro incremento populacional em Roma. Veja-se:

	GEL.18.12.7
<i>M. Cato in Originibus: Eodem conuenae conplures ex agro accessitauere. Eo res eorum auxit (FRH.5.117).</i>	Marco Catão nas <i>Origines</i> : “Muitos imigrantes continuaram chegando àquele lugar vindos do campo. Por essa razão, a cidade deles aumentou”. ²³⁷

Notem-se os módulos frasais narrativos elementares, enfeixados por pronomes demonstrativos anafóricos, no começo, e pelos verbos finitos, no *perfectum*, an fim, ainda que não se trate de advérbios temporais, a indicar carga menos intensa de sucessividade das ações. Sobre essas frases, alguns procedimentos se fazem claramente presentes. A anáfora resultante da escolha de pronomes demonstrativos cognatos (*eodem* e *eo*) para abrir as duas orações gera uma expectativa de paralelismo que vem conspicuamente subvertida. No interior da primeira frase, Catão se vale de uma dupla aliteração (em /k/: *conuenae conplures*; em /a/: *agro accessitauere*), em que se deve notar o emprego de compostos com *con-*, que, vimos, são muito recorrentes seja nos *carmina*, seja na língua jurídica (e.g., v., *supra* itens 3.2.5, 3.3.1.1, etc.). A segunda frase é bastante condensada, mas não sem uma aliteração para expandir a série de pronomes, agora com o possessivo (em /e/: *eodem... eo... eorum*) e a escolha de verbo que incrementa a série aliterante da primeira oração (em /a/: *agro accessitauere... auxit*).

Assim, às frases narrativas, aplica-se o procedimento paralelístico, ainda que não saibamos bem a que se prestava neste ponto. Se estiver correta a hipótese de que se trata de narrativa do primeiro ímpeto populacional de Roma, pode-se bem figurar como Catão se disporia a ornar o passo. Afinal, o ornato permite selecionar objetos cuja importância se deseja realçar e, com isso, comunicar-lhes uma aura de admiração, destinada a impactar o leitor, algo que ficará bastante evidente no tratamento dos *admiranda* e que, adiante-se, parece, apesar do *corpus* diminuto, ampliar-se na mesma medida em que retrai a sucessividade, como se um modo narrativo mais brando fosse proporcional a uma

²³⁶ Por isso, Cornell conclui com certo ceticismo: o fragmento poderia “se referir à fuga de camponeses para uma cidade ou centro fortificado em tempo de guerra, resultando em um aumento no tamanho de sua população; nesse caso, poder-se-iam imaginar muitos contextos apropriados” (CORNELL, 2013, 3, p. 145).

²³⁷ Note-se que *auxit* pode ser *perfectum* de *augeo* ou de *augesco* (CUGUSI & SBLENDORIO CUGUSI, 1996, p. 152).

procedimentalização ornamental dos enunciados, que, como teremos a ocasião de ver, implica um regime de descritividade.

Os dois casos subsequentes de *res gestae domi*, curiosamente (pois não temos como averiguar a representatividade dessa particularidade), são casos de notável recurso à hipotaxe, a começar por *FRH.5.27*, citado por Gélío em meio a cerrada discussão sobre os distintos sentidos da partícula *quin* (GEL.17.13). Confira-se:

	GEL.17.13.4
<i>In secunda quoque Origine M. Cato non longe secus hac particula usus est: Neque satis, inquit, habuit quod eam in occulto uitiauerat, quin eius famam prostitueret. (FRH.5.27)</i>	Também no segundo livro das <i>Origines</i> , Marco Catão usou essa partícula de forma não muito diferente: “e não teve por suficiente”, disse ele, “tê-la violentado em segredo, sem se pôr a destruir sua reputação”.

Conforme bem notaram Cugusi e Sblendorio Cugusi, o passo tem “caráter histórico, relativo à história de Roma” (CUGUSI & SBLENDORIO CUGUSI, 1996, p. 155), referindo-se, provavelmente, ao rapto da mulher de Arunte por Lucuno, em 386 a.C., e à consequente invasão dos gauleses, em meio à guerra galo-romana (cf. D.H.13.14-15). Nesse sentido, embora não se trate, no segmento preservado, de eventos militares, não estamos distantes da imagem da guerra.

Como fica evidente, estamos em plena frase sucessiva (*neque*), mas, em lugar da sucessão paratática encabeçada por anafóricos (preferencialmente advérbios ou expressões adverbiais de tempo), há uma oração coordenada com o segmento anterior, perdido (*neque*), a cuja expressão verbal (*satis habuit*) se liga uma completiva (*quod uitiauerat*), vinculada, por sua vez, a uma circunstancial que também contém evento sucessivo no tempo ao da completiva (*quin... prostitueret*). Assim, a sucessão temporal, embora presente, encontra nova estrutura, vagamente reminescente da frase narrativa por posicionar o elemento de ligação transfrástico ou, aqui “transoracional” (as conjunções *quod* e *quin*) no começo do segmento e o verbo finito no final (*uitiauerat, prostitueret*), mas com a variação de tempos e modos que reforça a percepção da hierarquia entre os eventos para além da simples sucessão (*habuit, uitiauerat, prostitueret*). Como sugerimos no subitem anterior relativamente ao recurso à subordinação (*antequam legiones, FRH.5.37*), o emprego dessa estrutura, inabitual na narração histórica, está certamente associado ao tratamento diferencial de evento que aqui é de grandes consequências e que, como tal, vem destacado pelo emprego de uma elocução distintiva. Com isso, certamente,

à mera sucessão dos eventos, crescem-se outros valores, como a valoração dos abusos cometidos, sugerindo a intolerável acumulação dos malfeitos (com consequências dramáticas na guerra). Veremos mais extensamente adiante (item 5.3) que esse tipo de estrutura recorre amúde na narrativa oratória, em que, à narração, associam-se valores propriamente argumentativos.

Em outro caso de possível narração relativa a eventos havidos *domi*, infelizmente falta-nos mais contexto, embora Cornell, reconhecendo que o enquadramento é “muito incerto” (CORNELL, 2013, 3, p. 79), sugira que “a referência pode ser ao ‘escândalo do seguro’, de 213-212 a.C., em que dois empreiteiros, Marco Postúmio, de Pirgos, e Tito Pompônio, de Veio, fizeram dinheiro carregando cargas sem valor em navios incapazes de velejar (CORNELL, 2013, p. 78).

Trata-se do seguinte excerto:

	NON.223L
<i>Cato Originum lib. II: Si inde in nauis putidas atque sentinosas commeatum oner<ar>e uolebant (FRH.5.29)</i>	Catão, no livro segundo das <i>Origines</i> : “Se, na sequência, queriam carregar suprimentos em navios infectos e inundados...”.

Evidentemente, o fragmento está entrecortado, uma vez que só temos a prótase *si... uolebant*, sem a apódose conservada (afinal, o interesse de Nônio era apenas no sentido de *putidas*). Valendo-se, de todo modo, do díptico fundamental da frase argumentativa (v., *supra*, item 3.2 e *infra*, capítulo 5), pensamos haver chances de se tratar de discurso inserto da tessitura das *Origines* ou, de todo modo, de passo argumentativo, mesmo no interior da narrativa, como abertura valorativa no interior da progressão do relato. Infelizmente, não dispomos de mais elementos, mas, conforme veremos em 4.4, *infra*, há desenvolvimentos narrativos que se soldam a considerações argumentativas a respeito deles, o que casa bem com a dimensão moral que, vimo-lo a partir das correspondências entre os proêmios catonianos e aquele de Semprônio Asélio (v., *supra*, item 4.1.3), pode-se entender por bem assentada nas *Origines*. De todo modo, nota-se assim o uso do advérbio aqui certamente temporal *inde*, a indicar o entremear-se da narrativa com a argumentação e o cúmulo com a cópula elevada (pelo recurso ao *atque*) *putidas atque sentinosas*, a indicar ainda aqui que (ao menos ao entremear-se com uma dimensão argumentativa), o recurso à hipotaxe vai de par com o encarecimento da elocução.

Chegamos, enfim – pois infelizmente são poucos os fragmentos que, com algum fundamento, parecem corresponder às *res gestae domi* no que sobrou das *Origines* – a excerto que, ancorado embora na narrativa, tende à descrição. Assim, em *FRH.5.18a*, conservamos fragmento de episódio que pode ser razoavelmente bem localizado: a “exauguração”, isto é, a desconsagração do Capitólio para a construção do templo de Júpiter Ótimo Máximo (BECK & WALTER, 2001, p. 174), seja por Tarquínio Prisco, seja por Tarquínio o Soberbo (CORNELL, 2013, 3, p. 75). O fragmento é citado por Festo por interesse pelo supino *nequitum*. Confira-se:

	FEST.160L
<i>Et Cato Originum lib. I: Fana in eo loco conpluria fuere: ea exauguravit, praeterquam quod Termino fanum fuit; id nequitum exaugurari. (FRH.5.18a)</i>	E Catão no primeiro livro das <i>Origines</i> : “Havia muitos templos naquele lugar; ele os desconsagrou, exceto o templo de Término; ele não podia ser desconsagrado”.

Os módulos frasais elementares são mantidos, com a posição final estável dos verbos (... *fuere*, *ea... exauguravit*, *praeterquam... fuit*, *id... exaugurari*), embora não compareçam advérbios de tempo, até porque não se verifica aqui sequência de ações, mas referência a um fato (*ea exauguravit*) e suas circunstâncias; a função coesiva na cabeça dos módulos é desempenhada sobretudo por pronomes demonstrativos. Apesar da expressão anafórica *in eo loco*, o primeiro módulo frasal é, com relação à sequência das demais frases, inicial, com o sujeito, certamente novo tópico, anteposto à expressão anafórica, e os *fana* ou o *fanum* específico que é centro de interesse do passo, referidos por meio dos demonstrativos subsequentes, que iniciam os módulos frasais (*ea...*, *id...*).

No interior desse excerto, verifica-se toda sorte de procedimento paralelístico, cuja estruturação é guiada pela combinação entre o par de poliptotos aliterantes *fana... fuere* e *fanum fuit* e o poliptoto *exauguravit... exaugurari*, que comparecem em paralelismo estreito: *fana... fuere* / *exauguravit* // *fanum fuit* / *exaugurari*. A busca por essa estrutura pode inclusive ter determinado a escolha do dativo de posse (*quod Termino fanum fuit*), em lugar do genitivo (*fanum Termini*), gerando-se de mesmo golpe a aliteração *praeterquam quod* – com o antecedente *fanum* posposto. É possível que também a posição do adjunto adverbial *in eo loco* e do advérbio *conpluria* derivem dessa estrutura, caso seja intencional a contraposição entre a aliteração à distância *fana... fuere*

e a aliteração em sequência *fanum fuit*.²³⁸ Nessa estrutura, deve-se pôr em relevo como o paralelismo vincula os diferentes módulos elementares em uma estrutura de conjunto, desempenhando, por isso, para além da dimensão de ornato, uma função de coesão entre os módulos verbais.

Questão bastante relevante do ponto de vista que adotamos, ao buscar entender as possíveis correspondências funcionais entre matéria e elocução, é saber se essa forma do ornato poderia ser ditada pelo referente religioso. Afinal, aliterações e repetições de palavras, ornatos comuns nos *carmina* arcaicos, conforme já vimos (v., *supra*, item 3.3), com seus típicos efeitos de *copia*, poderiam sugerir segundo quais critérios Catão ornou a elocução, embora aqui o paralelismo não esteja casado com o cúmulo modular nas diferentes posições sintagmáticas. Pensamos, todavia, que a possibilidade é bastante concreta, notadamente à luz da recorrência desses efeitos em contextos assemelhados, como teremos ocasião de apontar mais abaixo, relativamente a *FRH.5.66b* (rito de fundação de cidades) e *FRH.5.76* (ἀριστεία de Quinto Cedício), em que os referentes rituais são também bastante pronunciados.

Como se verá de pronto, em meio aos *admiranda*, que têm caráter fundamentalmente descritivo, o emprego de tais recursos é bastante recorrente; a suspensão da sequência de eventos é também, em grande medida, espécie de pausa contemplativa na prosa catoniana, em que os procedimentos aplicados às estruturas sintáticas da enunciação contribuem para indiciar, mas certamente também para propiciar, um engajamento com a visualidade dos referentes narrativos.

4.3. Prosa descritiva

A distinção de matérias entre *res gestae* e *admiranda* corresponde, *grosso modo*, do ponto de vista da formulação do texto, à diferenciação entre narração e descrição. Essa distinção é significativamente mais sutil do que aquela que separa frase narrativa de frase argumentativa, até porque a descrição se apoia na estrutura da frase narrativa,

²³⁸ Sobre a posição respectiva entre o supino *nequitum* e o infinitivo *exaugurari*, é mais difícil se pronunciar. O único caso comparável, citado por Festo no mesmo passo, é de um verso de Pacúvio, em que a ordem é inversa: *Sed cum contendi nequitum ui, clam tendenda est plaga* (“Mas quando não é possível ferir com violência, a ferida deve ser infligida sorrateiramente”, WARMINGTON, 1961, fragmentos de colocação incerta, 30, p. 314).

transformando-a por dentro, por assim dizer, de forma significativa, conforme de pronto veremos.

A tradição retórica trata, sob distintos nomes (*illustratio et euidentia*, *euidentia*, *demonstratio*, *repraesentatio*, ἐνάργεια, etc.) e, por vezes, com distinções internas, especialmente um tipo de descrições com particular força visual e com especial aptidão a gerar no ouvinte efeitos de imaginação. Referindo-se à noção de *euidentia*, com que comparece em QUINT.*Inst.*8.3.61, Lausberg propõe uma definição nos seguintes termos:

A *euidentia* [...] é a descrição viva e detalhada de um objeto [...] por meio da enumeração de suas particularidades sensíveis (reais ou inventadas pela fantasia). [...] O conjunto do objeto tem, na *euidentia*, caráter essencialmente estático, ainda que seja um processo (QUINT.*Inst.*9.2.40, *res... ut sit gesta ostenditur*); trata-se da descrição de um quadro que, ainda que movimentado em seus detalhes, encontra-se contido no marco de uma simultaneidade (mais ou menos relaxável). A simultaneidade dos detalhes, que é o que condiciona o caráter estático do objeto em seu conjunto, é a vivência da simultaneidade pela testemunha ocular; o orador se compenetra em si mesmo e faz com que o público se compenetre na situação da testemunha presencial (LAUSBERG, 1967, p. 224-225).

Veja-se, portanto, que as descrições podem ser de coisas ou de pessoas – logo inerentemente estáticas – ou de processos – logo próximas a narrações, mas imbuídas de um tratamento peculiar que tende à formação de uma imagem globalmente apreendida. Evidentemente, esse efeito, seja de uma descrição *stricto sensu*, seja de uma narração imbuída de qualidades que tendem a formar imagens síncronas, ocorre por meio de estratégias, postas a uso pelos escritores, recorram ou não a uma formação retórica específica. Lausberg busca dar conta dessas estratégias (LAUSBERG, 1967, p. 228-234), mobilizando, como de costume, um conjunto amplo de textos; pensamos, contudo, pelas razões já discutidas (*supra*, item 4.2.1.1), que a *Rhetorica ad Herennium* pode ser particularmente interessante aqui.

Na verdade, a *Rhetorica ad Herennium*, segundo Berardi, “distingue-se [...] por ter duplicado o mesmo procedimento estilístico em duas figuras diferentes, a *descriptio* e a *demonstratio*, ao passo que toda a tradição manualística, quando classifica a *evidentia* (ἐνάργεια) entre as figuras retóricas, costuma considerá-la como uma única, grande figura” (BERARDI, 2007, p. 290).²³⁹ Já veremos que a afirmação precisará ser matizada, mas, ainda de acordo com Berardi, quer em uma, quer em outra figura, a ideia central é promover “sensações de simultaneidade e imediatez” (BERARDI, 2007, p. 291), a distinção introduzida pelo autor da *Rhetorica ad Herennium* consistindo, em uma primeira aproximação, em que, ao passo que a *demonstratio* parece ser geral, a *descriptio* está focada nos fatos e consequências futuras.²⁴⁰

A distinção, pensamos, é atinente sobretudo à diferença entre uma descrição estática, ou, diremos, uma descrição *stricto sensu*, e uma descrição narrativa, a primeira correspondendo à *descriptio*, e a segunda, à *demonstratio*. Essa formulação se esclarecerá pela consideração das definições e dos exemplos que se seguem e, como se verá, não se trata de idiosincrasia da *Rhetorica ad Herennium*. Principiemos por ver como a *Rhetorica ad Herennium* conceitua a *descriptio*:

	<i>Rhet.Her.4.XXXIX.51</i>
<i>Descriptio nominatur, quae rerum consequentium continet perspicuam et dilucidam cum grauitate expositionem [...]. Hoc genere exornationis uel indignatio uel misericordia potest commoueri, cum res consequentes comprehensae uniuersae perspicua breuiter exprimuntur oratione.</i>	Chama-se <i>descriptio</i> à figura que contém a exposição perspicua e nítida das coisas consequentes [...]. Por meio desse tipo de ornato, pode-se despertar a indignação ou a compaixão, uma vez que todas as consequências reunidas são expressas concisamente por meio de um discurso perspicuo.

Essa caracterização é bastante densa de sentido. Explicitamos, sumariamente, três elementos centrais. O primeiro é a definição de que se trata das consequências de um fato (*rerum consequentium, res consequentes*); assim, estamos claramente diante de momento

²³⁹ Nesse sentido, para Achard, “o *auctor* [da *Rhetorica ad Herennium*] é o único a definir essa figura [*descriptio*] claramente e a lhe dar essa importância” (ACHARD, 1989, p. 195, n. 280); mais que isso, avança Calboli, a *descriptio* “não encontra um correspondente perfeito em nenhuma outra figura latina ou grega” (CALBOLI, 1993, p. 400).

²⁴⁰ Berardi propõe alguma diferenciação: “Em suma, relendo as definições das duas figuras, pode-se notar que a *demonstratio* parece remeter à exposição viva e patética (*in huiusmodi enarrationibus*), ao passo que a *descriptio* apresenta os traços de uma especificidade de empregos no futuro e no epílogo (brevidade e *grauitas* expressivas). A presença de duas figuras da ἐνάργεια na *Rhetorica ad Herennium* não constitui, portanto, uma duplicação inútil, mas pressupõe uma diferenciação do procedimento expressivo e é resultado da distinção em dois aspectos do *locus* da *evidentia*” (BERARDI, 2007, p. 299).

que é espécie de suspensão temporal no desenrolar narrativo: não se narram fatos, mas se observa o panorama estruturado, sincrônico (*res... comprehensae uniuersae*) após o desenrolar dos fatos. Trata-se, assim, de espécie de descrição, em contraposição à narração. O segundo elemento a explicitar é a insistência na noção de visualidade (*perspicuam et dilucidam, perspicua*).²⁴¹ Enfim, o terceiro elemento a destacar na apresentação da *descriptio* pela *Rhetorica ad Herennium* é seu propósito de excitar emoções no auditório (*uel indignatio uel misericordia potest commoueri*).²⁴² Já se percebe, pela suspensão da sequência narrativa, pela referência à visualidade (*per-spiciuus* $\approx$ *ad-mirabilis*) e pela íntima relação com o afeto do destinatário, que estamos em domínio contíguo ao dos *admiranda*.

A definição da *demonstratio*, por sua vez, realiza-se nos seguintes termos:

	<i>Rhet.Her.4.LIV.68</i>
<i>Demonstratio est cum ita uerbis res exprimitur ut geri negotium et res ante oculos esse uideatur. Id fieri poterit si quae ante et post et in ipsa re facta erunt comprehendemus, aut a rebus consequentibus aut circum instantibus non recedemus.</i>	Há <i>demonstratio</i> quando a matéria é expressa de modo que pareça que a ação e os eventos se desenrolam diante dos olhos. Isso poderá ser feito se incluirmos as coisas que aconteceram antes e depois e na própria ocorrência dos eventos e se não omitirmos as consequências e as circunstâncias.

Como se vê, o autor tem em mira um evento, dotado de sucessividade, incluído em uma cadeia de antecedentes e consequentes, mas que vem tratado de forma a criar uma imagem visual; logo se está a conceber uma narrativa imbuída de descritividade. Não nos parece, como já indicamos, acertada a ideia de um isolamento da *Rhetorica ad Herennium* nessa duplicação entre uma descrição fundamentalmente estática (*descriptio*) e uma narração que se desenrola valendo-se dos meios próprios à *descriptio* (*demonstratio*). Um exame contrastivo dos passos QUINT.*Inst.*8.3.61-71 e QUINT.*Inst.*9.2.40-41 sugere distinção semelhante, com uma forma de narração (*narrari*) essencialmente estática (“uma imagem completa das coisas”, *tota rerum imago*, QUINT.*Inst.*8.3.63), como no exemplo tirado às Verrinas (CIC.*Ver.*2.5.XXXIII.86, citado em QUINT.*Inst.*8.3.64), e outra essencialmente dinâmica (destinada a “indicar não os eventos passados, mas como os eventos se passaram”, *cum res non gesta indicatur, sed*

²⁴¹ Veja-se, com particular redundância da expressão, o verbo cognato *perspicio* em Terêncio, *partim quae perspexi hisce oculis, partim quae accepi auribus* (TER.*Hec.*363), e em Cícero, *ea et mihi ante oculos uersantur et uidere et perspicere potestis* (CIC.*Mur.*XL.88).

²⁴² “A representação vívida dos fatos e das circunstâncias, expressa em uma linguagem indignada e enfática, provoca em quem escuta o despertar de fortes emoções” (BERARDI, 2007, p. 293).

ut sit gesta ostenditur, QUINT.*Inst.*9.2.40), conforme a outro exemplo também extraído por Quintiliano às Verrinas (CIC.*Ver.*2.5.LXII.161, citado em QUINT.*Inst.*9.2.40).

O único exemplo de *demonstratio* na *Rhetorica ad Herennium* dá ideia do que pode ser uma narração descritiva:

	<i>Rhet.Her.</i> 4.LIV.68
<p><i>Quod simul atque Graccus prospexit, fluctuare populum, uerentem, ne ipse auctoritate senatus commotus sententia desisteret, iubet aduocari contionem. Iste interea scelere et malis cogitationibus redundans euolat e templo Iouis: sudans, oculis ardentibus, erecto capillo, contorta toga, cum pluribus aliis ire celerius coepit. Illi praeco faciebat audientiam; hic, subsellium quoddam excors calce premens, dextera pedem defringit et hoc alios iubet idem facere. Cum Graccus deos inciperet precari, cursim isti impetum faciunt et ex aliis alii²⁴³ partibus conuolant atque e populo unus: “Fuge, fuge”, inquit, “Tiberi. Non uides? Respice, inquam.” Deinde uaga multitudo, subito timore perterrita, fugere coepit. At iste, spumans ex ore scelus, anhelans ex infimo pectore crudelitatem, contorquet brachium et dubitanti Gracco, quid esset, neque tamen locum, in quo constiterat, relinquenti, percutit tempus. Ille, nulla uoce delabans insita uirtute, concidit tacitus. Iste uiri fortissimi miserando sanguine aspersus, quasi facinus praeclarissimum fecisset circum inspectans, et hilare sceleratam gratulantibus manum porrigens, in templum Iouis contulit sese.</i></p>	<p>Assim que Graco viu que o povo estava agitado, temendo que ele, movido pela autoridade da decisão do Senado, mudasse de opinião, ordena que se convoque a assembleia. No entretempo, esse miserável [Públio Cornélio Cipião Násica Serapião], cheio de estratégias perversos e criminosos, arremete-se do templo de Júpiter; suando, com os olhos ardentes, os cabelos eriçados, a toga desajeitada, aperta o passo com muitos outros. Um arauto demandava atenção para ele [Graco], mas este [Serapião], insensato, segurando um banco sob o calcanhar, quebra um pé [ao banco] com a mão direita e manda que os outros façam o mesmo. Quando Graco começa a orar aos deuses, eles atacam repentinamente e se arremetem em conjunto de todos os lados. E alguém do povo diz: “Foge, fuge, Tibério! Não vês? Olha, eu te digo!” Então, a multidão inconstante, amedrontada com súbito pavor, começa a fugir. Mas esse miserável, espumando crime pela boca, expirando crueldade do fundo do peito, gira o braço e a Graco, que ponderava do que se tratava e não saía do lugar em que estava, golpeou na cabeça. Ele, desfalecendo sem nenhum som, com sua virtude própria, caiu em silêncio. Esse miserável, aspergido com o sangue miserando do valorosíssimo homem pranteado, como se tivesse realizado grande feito notabilíssimo, olhando no entorno e estendendo, em risos, a mão criminosa aos que o cumprimentavam, rendeu-se ao templo de Júpiter.</p>

Caplan indica tratar-se de exemplo provavelmente vindo de uma *controuersia* (CAPLAN, 1954, p. 402; cf., também, CALBOLI, 1993, p. 436-437). O relato é sem dúvida de ordem narrativa, mas vem aqui posto como exemplo de *demonstratio*, muito distante dos segmentos narrativos que examinamos *supra* (item 3.2.1.1) na *Rhetorica ad*

²⁴³ Emendamos o erro tipográfico de CALBOLI, 2020, p. 383, em que está impresso *ali*.

Herennium, pelas qualidades específicas de que se infunde. Note-se, apenas à guisa de exemplificação, o emprego de descrições como as de Serapião (*sudans... contorta toga; spumans... crudelitatem*), que correspondem bem ao passo ciceroniano citado por Quintiliano como exemplificação da *evidentia* (QUINT.*Inst.*9.2.40), e os deslocamentos da posição do verbo no momento culminante do assassinato de Tibério Graco (*percutit tempus, concidit tacitus*). São elementos que notamos em alguns dos mais elaborados passos narrativos catonianos e aqui chamam a atenção para a possibilidade de entender a descrição não apenas como certa categoria de passagens (descrições), mas como qualidade que pode também se aplicar a textos narrativos (descriptividade), que resultam assim transformados.

Vejam os agora o primeiro e o terceiro exemplos de *descriptio*, de onde podemos extrair, com um pouco mais de clareza, algumas das estratégias empregadas nas passagens descritivas, aproximando-nos de compreender como, seja na descrição *stricto sensu*, seja na narrativa descritiva, Catão logra conferir descriptividade à sua escrita. Sublinhamos o trecho relevante, em que se desenvolve a *descriptio* propriamente dita:

	<i>Rhet.Her.4.XXXIX.51</i>
<p><i>“Quodsi istum, iudices, uestris sententiis liberaueritis, statim, sicut e cauea leo <e>missus aut aliqua t<a>eterrima belua soluta ex catenis, uolitabit et uagabitur in foro, acuens dentes in cuiusque fortunas, in omnes amicos atque inimicos, notos atque ignotos incursitans, aliorum famam depeculans, aliorum caput oppugnans, aliorum domum atque omnem familiam perfringens, rem publicam funditus labefactans. Quare, iudices, eicite eum de ciuitate, liberate omnes formidine; uobis denique ipsis consulite. Nam si istum inpunitum dimiseritis, in uosmet ipsos, mihi credite, feram et truculentam bestiam, iudices, inmiseritis”.</i></p>	<p>“Pois, juízes, se o tiverdes liberado com vosso veredito, imediatamente, assim como o leão saído de seu abrigo ou outra fera tetérrima solta das correntes, voará e vagará pela praça, afiando os dentes nos bens de cada um, avançando contra todos os amigos e inimigos, conhecidos e desconhecidos, pilhando a reputação de uns, atentando contra a vida de outros, destruindo a casa e todos os bens de outros, abalando a própria base da república. Por isso, juízes, expulsai-o da cidade, liberai todos do medo; pensai enfim em vós mesmos. Pois, se o dispensardes sem punição, crede-me, contra vós mesmos lançareis, juízes, uma besta selvagem e feroz.”</p>

Após um símile em que o réu é assemelhado a um leão – retomado no vocabulário subsequente (*acuens dentes, incursitans*, etc.) –, a descrição da desordem e do medo que se imporão à cidade com a absolvição do réu é realizada por meio de alguns procedimentos formais. Em primeiro lugar, há variação na posição das ideias verbais, quase todas expressas por meio do particípio presente (no começo, com *acuens dentes...*, depois ao fim dos distintos segmentos: *in omnes... incursitans; aliorum... depeculans;*

aliorum... obpugnans; aliorum... perfringens; rem p. ... labefactans). Os únicos verbos finitos vêm deslocados para o início da oração: *uolitabit et uagabitur in foro*, imediatamente antes de *acuens dentes*, de modo que o deslocamento tem posição exordial no conjunto da *descriptio*.

Para além desse trabalho de posicionamento das ideias verbais, e de forma muito nítida, o fragmento recorre às formulações bimembres aliterantes (em /w/: *uolitabitur et uagabitur*) ou em forma de merismos (*amicos atque inimicos; notis atque ignotos*). Após visitar os merismos, vêm, na longa série de ideias assindeticamente coordenadas e terminadas por participios presentes, três segmentos iniciados anaforicamente por *aliorum* e terminados em verbos compostos (*depeculans, obpugnans, perfringens*), em forma de três membros crescentes, pela expansão do último membro, com cúmulo sinonímico (*aliorum famam depeculans, aliorum caput obpugnans, aliorum domum ac omnem familiam perfringens*). De forma braquilógica, o último segmento na série é aposto assindeticamente e substitui o acusativo dos demais por um advérbio de registro elevado, com aliteração interna (*funditus labefactans*). Como não se poderá deixar de notar, são precisamente os diversos procedimentos associados à modularidade rítmica própria aos *carmina* que aqui comparecem em peso.

Exatamente porque esses procedimentos nos aproximam dos portentos catonianos que foram preservados – e, vimo-lo, de alguns dos passos narrativos mais trabalhados por Catão –, chama a atenção o terceiro exemplo de *descriptio* do autor da *Rhetorica ad Herennium*, que também realiza importante investimento formal no texto, mas se vale de outros meios, menos ligados aos *carmina*, embora também com relação estreita com os fragmentos catonianos. O exemplo é interessante também porque poderia bem caber em obra historiográfica, já que pinta um panorama da cidade após ser vencida na guerra. Como afirma Berardi, o exemplo da cidade expugnada, que também figura em QUINT.*Inst.*8.3.66-67, está “ligado a um contexto sobretudo historiográfico” (BERARDI, 2007, p. 294). Há muitíssimos *loci communes* (CALBOLI, 2020, p. 825).

	<i>Rhet.Her.4.XXXIX.51</i>
<i>“Nam neminem uestrum fugit, Quirites, urbe capta quae miseriae consequi soleant: arma qui contra tulerunt, statim crudelissime trucidantur: ceteri, qui possunt per aetatem aerumnas <ac> laborem ferre, rapiuntur in seruitutem, qui non possunt, uita priuantur; uno denique atque eodem tempore domus</i>	<i>“Pois não escapa a nenhum de vós, Quirites, quais infortúnios costumam seguir-se à captura da cidade: aqueles que tomaram em armas contra [os vencedores] são imediatamente trucidados com a maior crueldade; dos demais, aqueles que, pela idade, podem suportar trabalhos e labores, são</i>

<i>hostili flagrabit incendio, et quos natura aut uoluntas necessitudine et beniuolentia coniunxit, distrahuntur; liberi partim e gremiis diripiuntur parentum, partim in sinu iugulantur, partim ante pedes constuprantur. Nemo, iudices, est, qui possit satis rem consequi uerbis nec efferre oratione magnitudinem calamitatis”.</i>	levados como escravos, [e] aqueles que não podem, são privados da vida; em um único e mesmo instante, as casas queimarão por um incêndio provocado pelo inimigo, e aqueles que a natureza ou a vontade uniu por parentesco ou por afinidade de espírito são separados; as crianças, em parte são arrancadas do colo dos pais, em parte são estranguladas em seu seio, em parte estupradas a seus pés. Não há ninguém, juízes, que possa suficientemente encontrar as palavras ou expressar, em um discurso, a dimensão da calamidade.”
--	--

Essa *descriptio* pode ser convenientemente seccionada em quatro segmentos:

segmento 1	segmento 2	segmento 3	segmento 4
	<i>ceteri:</i>		<i>liberi:</i>
<i>[statim]</i>		<i>uno denique atque eodem tempore</i>	
<i>arma qui tulerunt, ... trucidantur</i>	<i>qui possunt... ferre, rapiuntur in seruitudinem,</i>	<i>domus... flagrant incendio</i>	<i>partim... diripiuntur parentum</i>
		<i>et</i>	
	<i>qui non possunt, uita priuantur;</i>	<i>quos... coniunxit, distrahuntur;</i>	<i>partim... iugulantur</i>
			<i>partim... constuprantur</i>

Como se verifica, os quatro segmentos se agrupam dois a dois: os marcadores temporais estão nos segmentos ímpares (*statim, uno denique atque eodem tempore*), e os segmentos pares antepõem uma totalidade (*ceteri, liberi*) que se desdobra pelas orações subsequentes (*qui possunt..., qui non possunt; partim..., partim..., partim*). Note-se, ademais, a onipresença da oração relativa sem antecedente, que “se converte ela mesma em complemento do verbo principal” (RUBIO, 1982, p. 282).²⁴⁴

A despeito de não se valer dos procedimentos de modularidade rítmica – mais apropriados talvez a uma descrição estática, ou mais contemplativa, ao passo que aqui se tem descrição com forte impressão de tumulto –, é notável a manipulação do posicionamento, com especial tratamento das posições inicial e final como lugares de manifestação do tópico e foco, respectivamente, o que se atinge mobilizando recursos

²⁴⁴ E que, no entender de Rubio, vale-se do “indício muito orientador da melodia” (RUBIO, 1982, p. 282), isto é, depende fortemente da prosódia para sua perfeita intelecção.

apropriados. Afinal, a relação entre tópico e foco, e mais especificamente a nomeação do objeto e da sua qualidade, é o núcleo essencial de qualquer passo descritivo. Vale destacar, como estratégia de tratamento particularizador da dimensão focal, a que se recorre aqui, e amiúde em Catão (como alhures, v., *supra*, 2.4, 3.2.1, 3.2.2, etc.), a reserva da última posição para constituinte distinto do verbo, lidando assim com a expectativa essencial da frase narrativa de que o verbo ocupe posição terminal.

É assim que o aspecto mais em evidência no passo que ora comentamos é a posição das palavras. Verifique-se que os segmentos 2, 3 e 4 promovem anteposição do verbo²⁴⁵ na primeira oração (*rapiuntur in seruitudinem; flagrant incendio; diripiuntur parentum*) – tratada aqui a relativa sem antecedente como mero argumento, não como subordinada –, contrastando com a posição final do verbo na segunda oração (*priuantur; distrahuntur; iugulantur*) e, no caso do último segmento, também na terceira (*constuprantur*). Já o segmento 1, que também contém uma relativa sem antecedente, vai mais além e produz uma prolepse do objeto, a abrir o conjunto da *descriptio* (*arma*), pondo assim o tópico em relevo por meio de palavra especialmente significativa para o passo. O recurso repetido às relativas sem antecedente é, por sua vez, muito interessante, pois se trata, assim, como constituinte nominal da frase uma imagem verbal evidentemente mais densa semanticamente do que um simples substantivo, recurso com que a ideia verbal é captada e enfeixada, logo subordinada à imagem sincrônica da descrição (semelhantemente ao que vimos ocorrer *supra*, 3.2.3 e 3.2.4).

Conforme já mencionamos, não adquirem relevo, aqui, os recursos evidentes no primeiro exemplo de *descriptio*, vale dizer, os cúmulos bimembres aliterantes ou em forma de merismos, os grupos trimembres em ordem crescente, as anáforas, em suma, as diversas formas de manifestação da modularidade rítmica. As repetições de palavras no último exemplo têm papel claramente organizador, ligado ao desdobramento de *ceteri* (*qui possunt... qui non possunt*), de um lado, e de *liberi* (*partim..., partim..., partim*), de outro, de modo que servem mais a apoiar a estrutura lógica dos enunciados do que a criar efeitos de *copia*. É a mesma razão pela qual se justificam os desdobramentos paralelos *natura aut uoluntas e necessitudine et beniuolentia*, que distingue entre a família, que se une por força da natureza, e os amigos, que se unem pelo simples afeto, tanto que não há

²⁴⁵ Segundo Schönberger, “a posição inicial do verbo [...] serve à elevação do nível estilístico” (SCHÖNBERGER, 2011, p. 361).

nenhuma tentativa de agrupamento desses pares por meio de recursos fônicos, como ocorria na primeira *descriptio*.

Os *exempla* examinados nos permitem abordar os *admiranda* catonianos alertas às distintas formas pelas quais a descrição se pode plasmar sobre a frase narrativa, de modo potencialmente imperceptível, mas possivelmente também muito intenso, segundo escolhas ditadas por preocupações atinentes a cada passagem (e que muita vez podemos apenas imaginar); surpreende-se Catão, assim, a manipular uma palheta diferenciada de procedimentos elocutivos. De um lado, a frase narrativa pode ter sua estrutura de tópico/foco reforçada no sentido de quebrar a expectativa de casamento sintático sujeito (ou anafórico)/verbo para as posições inicial e final – o leitor se lembrará de que são exatamente os procedimentos de deslocamento de constituintes que se identificaram nos segmentos prodigiosos narrados por Cássio Hemina (*supra*, item 3.1.5). De outro lado, a frase descritiva ou narrativo-descritiva sofre toda sorte de elaboração pelos recursos típicos da modularidade rítmica, pondo a serviço do *admirandum* aquele vasto estoque de procedimentos típicos dos *carmina* por nós examinados *supra*, item 3.3, de forma que já se falou mesmo em um “estilo prodigial”, noção a que retornaremos (*v.*, *infra*, item 4.3.2).

4.3.1. *Quae fierent admiranda*

Conforme já indicamos, ao iniciar o item 4.2.2, *supra*, a identificação de certos fragmentos como *admiranda*, a partir da compreensão proposta para o passo de Nepos em que baseamos nossa classificação preambular da matéria das *Origines*, não deixa de levantar algumas dificuldades práticas, não só pela perda de contexto, mas também porque não há mera oposição entre um regime de sucessividade temporal, narrativo *stricto sensu*, e outro, de inteira suspensão da sucessividade, com mera contemplação estática das coisas. Há antes, não apenas vários graus, mas também várias formas por que esses vetores se entremeiam. Ainda aqui, o estado fragmentário de nossos testemunhos impede uma apreciação cabal em que se compilaria um inventário completo e se julgaria o peso relativo dessas formas mistas em relação ao todo da prosa narrativa; isso não impede, contudo, a exploração consequente do material que nos alcançou.

4.3.1.1. Descrições entretecidas com narratividade

Podemos partir de passo que pode ser efetivamente relacionado aos *admiranda* em sentido etnográfico, com *FRH.5.30*. Nele, segundo Cornell, há “um bom exemplo de sua [de Catão] prática etnográfica de descrever hábitos curiosos e inusitados baseados em testemunho ocular, seja seu ou de um informante” (CORNELL, 2013, 3, p. 79). Veja-se:

	NON.306L
<i>Cato Originum lib. II: Libui, qui aquatum ut lignatum uidentur ire; securim atque lorum ferunt, gelum crassum excidunt, eum loro conligatum auferunt. (FRH.5.30)</i>	Catão, no livro segundo das <i>Origines</i> : “Os líbuos, ²⁴⁶ que parecem ir buscar água como se fossem buscar lenha: pegam um machado e uma corda, cortam o gelo espesso, levam-no atado com a corda”.

Não escapará ao leitor que existe sucessividade temporal clara no passo, ainda que sem recurso aos marcadores adverbiais de tempo (ou, significativamente, sem deles fazer uso), mas com o emprego não do presente histórico, e sim do presente habitual como forma de aoristo, a indicar procedimentos que se seguem independentemente da dêixis enunciativa, isto é, naquela forma, ou naquela sucessão, independentemente do tempo da enunciação, como é próprio dos procedimentos que se fazem hábito. Segundo esse esquema, o excerto se articula em frase inicial, havendo o sujeito (inteiramente, já se verá) em posição inicial e sucessão de duas frases que se assemelham às frases narrativas elementares, exceção feita à já mencionada ausência de advérbios, de modo que aqui as orações paratáticas principiam pelo acusativo e terminam pelo verbo (*securim... ferunt, gelum... excidunt, eum... auferunt*), com um anafórico apenas no último módulo frasal (*eum*).

Essa organização, assemelhada à da sequência de frases narrativas, relega apenas à semântica dos constituintes verbais e nominais e à própria parataxe a indicação da sucessividade. Talvez se possa recorrer aqui com mais propriedade do que no caso da sucessão de frases narrativas às noções de “estilo gota a gota (*guttatim*)”, devida a Fraenkel, ou de procedimento “por degraus (*stockweise*)”, na terminologia de Fankhänel. Trata-se da ideia de uma expressão que é, por assim dizer, radicalmente apositiva, de modo intensamente braquilógico, voltada a compor um quadro (descritivo) em etapas que se superpõem. É assim que, para Fraenkel, se trata do “uso da aposição para desenvolver

²⁴⁶ Cf. a discussão sobre o topônimo em CUGUSI & SBLENDORIO CUGUSI, 1996, p. 154.

ou intensificar um detalhe da afirmação precedente [...] gota a gota; uma por uma, as ideias e as imagens se formam [...], avançando a uma expressão mais clara e mais poderosa” (FRAENKEL, 1950, p. 2).²⁴⁷ É Courtney quem retoma a ideia a Fraenkel e a aplica a Catão, de forma particularmente apta a descrever o que acontece em passagens descritivas: “o ponto principal vem primeiro e segue-se uma epíxege” (COURTNEY, 1999, p. 54). De forma comparável, Fankhänel fala em procedimento *stockweise*: “na língua mais antiga, uma expressão não é fechada unitariamente, mas é apresentada por degraus (*stockweise*)” (FANKHÄNEL 1938, p. 53). Nessa caracterização, o procedimento apositivo *guttatim* vem muito claramente endereçado às descrições, mas ele nos parece apto a caracterizar também essas descrições entremeadas de sucessividade (no caso em tela, de procedimentos reiterados independentemente da dêixis), na medida em que essa parataxe despida de marcadores adverbiais entre os módulos frasais é, com sucessividade interna ou não, apta a produzir uma apreensão completa, enfeixada em uma mesma imagem, dos atos descritos.

Voltando ao segmento inicial de *FRH.5.30*, em que há intensa marcação do tópico, é o caso de observar o uso da estrutura com *qui*; afinal, em consonância com a sucessão de orações paratáticas (aspecto apontado por REICHARDT, 2008, p. 89), poder-se-ia muito bem ter algo como *Libui aquatum ut lignatum uidentur ire: securim atque lorum ferunt...*, estrutura inclusive condizente com a semântica do excerto, já que *aquatum ut lignatum uidentur ire* resume tudo o que vem em seguida, que é explicitação daquele conteúdo, como se fossem as demais orações um conjunto de orações apositivas – sucessividade, portanto, subordinada à imagem global. É por isso que não pensamos poder se tratar o segmento como oração relativa entre um sujeito *Libui* e seu verbo principal *ferunt*. Nesse sentido, andou bem a pontuação de Cornell, aqui mantida, com o recurso a ponto-e-vírgula, a marcar que o que se tem é um demonstrativo *qui* (equivalente a *hii*, v., *supra*, item 3.1.4, e *infra*, item 4.4, por exemplo), sendo *Libui* um nominativo isolado-enfático (segundo já exposto em 3.1.4) que destaca o tópico, fórmula expressiva, como vimos, própria a certas inscrições com forte recurso a procedimentos de encarecimento da elocução.

É coerente com essa diretriz o recurso a procedimentos paralelísticos. O homeoteleuto das terminações verbais (*ferunt... excidunt... auferunt*), embora talvez não

²⁴⁷ O autor indica, em nota: “por vezes, chamo esse modo de expressão *guttatim* como modo de abreviar” (FRAENKEL, 1950, p. 2, n. 1).

proeminente por si mesmo, ganha relevo diante das diversas terminações em *-um* (*aquatum... lignatum...*²⁴⁸ *lorum... gelum crassum... eum... conligatum*), assonantes com aquelas. Adicione-se a isso a *adnominatio* entre *ferunt* e *auferunt*. Cuida-se de caso de *adnominatio addendis litteris*, na classificação da *Rhetorica ad Herennium* (*Rhet.Her.4.XXI.29*).²⁴⁹ O próprio Catão apresenta exemplo assemelhado cumulado com anáfora, em seus fragmentos oratórios: *succidias humanas facis, tantam trucidationem facis, decem funera facis, decem capita libera interficis* (*FOR.43*, notado por COURTNEY, 1999, p. 88; v., *infra*, item 5.3.3, para tradução e análise deste fragmento).

Pensado o conjunto do excerto como um quadro introduzido por uma frase inicial que é, na sequência, quebrada, gota a gota, pelos elementos do quadro apresentado, talvez seja significativo que o último membro dos três segmentos sucessivos (*eum loro conligatum auferunt*) seja o mais longo, a promover a sorte de fechamento que, em contexto eminentemente descritivo, essa disposição promove. Nesse sentido, é relevante que, embora a obediência à lei dos membros crescentes não seja regra fixa em Catão (LINDHOLM, 1931, p. 52), o expediente não só é muito mais comum nos adjetivos do que nos substantivos, “muito naturalmente, pois está na natureza dos adjetivos servir à ampliação e tornar a expressão ou a frase fluente ou arredondá-la” (LINDHOLM, 1931, p. 53), como, nos fragmentos historiográficos e oratórios, à diferença da prosa técnica, os adjetivos nunca quebram a regra (LINDHOLM, 1931, p. 53).

Outro fragmento, relacionado às práticas agrícolas, permite realizar constatações semelhantes:

	PRISC.GL.2.537
<i>Cato in II Originum: In campo Tiburti ubi hordeum demessuit, idem in montibus serit, ubi idem iterum metit.</i> (FRH.5.40)	Catão, no livro segundo das <i>Origines</i> : “Na planície tiburtina, depois de ter colhido o trigo, ele o planta nas montanhas, onde o colhe uma segunda vez”.

²⁴⁸ Os supinos *aquatum* e *lignatum*, em si mesmos, não parecem participar de uma elevação da elocução. Conforme explicam Hofmann e Szantyr, “no latim antigo e também em Lívio, são frequentes as combinações de *eo* com supino, em Cícero praticamente restritas apenas às formulações cotidianas *cubitus*, *sessum*, *salutatum eo*, e César admite os supinos *frumentatum*, *pabulatum*, mas abdica de *aquatum* e *lignatum* (que Catão orig. 33 [FRH.5.30] e depois Lívio [*aquatum* também já no *De bello Afric.* e em Salústio] usam de modo inofensivo), assim como *praedatum* etc. (no lugar, usa *aquandi causa*, etc.)” (HOFMANN & SZANTYR, 1965, p. 381).

²⁴⁹ Dá o seguinte exemplo: *Hic sibi posset temperare, nisi amore<i> mallet obtemperare*, *Rhet.Her.4.XXI.29*, também lidando com a contraposição entre a palavra simples e a composta. Hofmann e Szantyr falam em “jogo entre o simples e o composto” (HOFMANN & SZANTYR, 1965, p. 710), exemplificando com Plauto, dentre outros: *si neque ille adest neque hic qui uenit quicquam subuenit* (PL.*Stich.399*). Ou *amplificatio*, cf. DE MEO, 2005, p. 119, com diversos exemplos plautinos.

Trata-se da descrição de práticas agrícolas na região tiburtina. Como se vê, a estrutura apositiva é notável, com três módulos frasais enfileirados: *in campo Tiburti... demessuit, idem... serit, ubi... metit*. Reichardt, apontando que o fragmento trata justamente de agricultura, avançou que ele apresenta um “discurso cotidiano simples que lembra o escrito sobre a agricultura” (REICHARDT, 2008, p. 85), propondo assim que “o emprego desse nível de linguagem parece estar relacionado a seu respectivo conteúdo” (REICHARDT, 2008, p. 85). A situação se afigura, entretanto, mais complexa. Apesar da estrutura apositiva, a primeira frase, com estrutura típica de frase inicial, coloca em posição inicial *in campo Tiburti*, de modo que talvez seja melhor pensar em um tópico para todo o segmento (*in campo Tiburti*), seguido por três unidades iniciadas por *ubi*, *idem* e *ubi*.

Essas três unidades apostas, ou enfileiradas, sugerem marcado paralelismo pela repetição de vocábulos, especialmente com a mesma palavra no início do primeiro e do terceiro segmentos e duas formas do mesmo verbo (*ubi... demessuit, ubi... metit*), com um demonstrativo anafórico encabeçando a frase intermediária, que também figura na segunda posição do terceiro segmento, sendo assim ecoado; o segundo segmento ainda se termina por verbo que também ecoa no terceiro pelo homeoteleuto (*idem... serit, ubi idem... metit*), com reforço da aliteração pelo recurso a *iterum* (em /i/: *idem... idem iterum...*). O intenso paralelismo entre os três módulos frasais que se enfileiram após o tópico revela uma sucessividade temporal, uma vez que o primeiro verbo está no *perfectum*, ao contrário dos outros dois, no presente *infectum*, a sugerir uma sucessividade regular, e mesmo cíclica.

Após examinar os dois últimos fragmentos, que continham descrições marcadas por sucessividade sem dêixis temporal, abordamos o último fragmento que partilha dessa mesma característica, mas apresenta peculiaridades que nos conduzem a tratá-lo à parte:

	ISID.Orig.15.2.3
<i>Locus enim futurae ciuitatis sulco designatur, id est aratro. Cato qui urbem, inquit, nouam condet, tauro et uacca aret; ubi arauerit, murum faciat; ubi portam uult esse, aratrum sustollat et portet et portam uocet. (FRH.5.66b)</i>	Pois o sítio de uma futura cidade era traçado com um sulco, isto é, com arado. Catão diz: “Quem for fundar uma nova cidade, are com um touro e uma vaca; onde tiver arado, faça uma muralha; onde deseja que haja um portão, levante e carregue o arado e clame: ‘portão’.”

Conforme se constata, a despeito de se referir à cerimônia de fundação de cidades (discutida em VAR.L.5.143; cf. BECK & WALTER, 2001, p. 168-169), logo com afinidade evidente com a matéria das κτίσεις, o FRH.5.66b merece vir tratado entre os *admiranda* etnográficos (*quae fierent admiranda*), porque não se trata de determinada fundação de cidade, o que seria matéria típica das *res gestae (domi)*. Mas tampouco se trata de descrição aorística de procedimentos sucessivos eternamente repetíveis, como nos primeiros dois fragmentos examinados nesta seção. A noção de sucessividade está presente aqui, como procedimentos sucessivos repetíveis, mas a ela é acrescido um vetor não menos relevante de prescritividade; não se trata de mera descrição de como determinada população eventualmente conduz uma cerimônia, mas de prescrição sobre como se deve fundar uma cidade, valendo-se para tanto de estrutura tomada ao díptico, em sua forma relativa (*qui... condet, ... aret*), como frase inicial, a que se prendem duas frases subsequentes, iniciadas pelo mesmo anafórico de lugar – ainda que, note-se, com o demonstrativo anafórico *is*: *ubi arauerit, ... faciat; ubi... uult esse..., ... sustollat et portet... et... uocet*.

Já examinamos *supra*, notadamente no item 3.2, casos de sucessividade de módulos prescritivos, por exemplo, na Lei das Doze Tábuas (I.1 e VII.6-7, *supra*, item 3.2.2). No entanto, nos textos de lei, como no caso da Lei das Doze Tábuas, a apódose exhibe em geral os verbos no imperativo, ao passo que no FRH.5.66b os verbos da apódose estão consistentemente no subjuntivo. Em documentos jurídicos privados, no entanto, como as sentenças, encontramos frequentemente estruturas semelhantes àquela do FRH.5.66b. É o caso da *Sententia Minuciorum*, inscrição que contém “uma arbitragem entre os irmãos Minúcios, delimitando o território respectivo dos genuates e dos vetúrios” (ERNOUT, 1947, p. 92), documento que não foi objeto de nossa atenção no item 3.2 *supra* por sua datação relativamente tardia (117 a.C.). Exemplificativamente: *quei intra eos fineis agrum posedet..., eos ita posidere colereque liceat; sei quoi de ea re iniquom uidebitur esse, ad nos adeant...* (ERNOUT, 1947, p. 91-92).

No *De agricultura*, há diversas formulações que se iniciam pelo relativo *qui* e contêm imperativo na apódose (e.g., *qui locus uino optimus dicetur esse et ostentus soli, ... conserito*, Agr.6.4; *qui ager longe a mari aderit, ibi uinum Graecum sic facito*, Agr.105.1, etc.); porém, há também aquelas em que a apódose apresenta verbo no subjuntivo (e.g., *qui eum fundum solum habebit, ita paret itaque conserat*, Agr.8; *qui in torculario erunt uasa pura habeant curentque uti*, Agr.67.1, etc.). Registre-se que se trata

de molde sintático de grande proximidade com o fragmento das *Origines* aqui em comento, ainda que diversos no nível procedimental; é especialmente digna de nota a ausência do demonstrativo anafórico na principal posposta à relativa.

Há, no fragmento, articulação paratática das três frases, de que a primeira é díptico próprio à linguagem prescritiva e argumentativa: *qui... condet, ... aret; ubi arauerit, ... faciat; ubi... uult esse, sustollat... portet... et... uocet*. Com esses verdadeiros períodos compostos, afastamo-nos nitidamente dos módulos frasais narrativos elementares que dominam a exposição das *res gestae* e que, vimo-lo também, fornecem estruturas em larga medida aproveitadas para a descrição. Insinua-se, como forma de ligação entre o primeiro e o segundo períodos, uma anadiplose (*aret... arauerit*), mas o mais notável procedimento é a expansão do terceiro período, com aplicação da lei dos membros crescentes no nível do próprio περίοδος. Nessa expansão do terceiro período, Catão se serve de cúmulo sinonímico bimembre (*sustollat et portet*) e de figura etimológica (*portet... portam*), a última dessas figuras já apontada por Cugusi e Sblendorio Cugusi (2001, *ad loc.*), todos elementos da elocução dos *carmina*, conforme visto extensamente em 3.3, *supra*.

Assim, é mister rejeitar a apreciação de Reichardt, para quem o passo estaria entre aqueles de mais baixo investimento formal (REICHARDT, 2008, p. 85-86). Há, antes, labor formal intenso de elevação da elocução a partir de módulos frasais presentes na linguagem legal e em linguagens com ela articuladas (como a oratória e a técnica), em direção, em sua parte final, àquele tipo de procedimento próprio aos *carmina*. Manifestasse, assim, verdadeiro trabalho de transmutação progressiva da elocução, que avança na direção do fim da frase, em que sobressai o referente religioso, tornado evidente pela última palavra (*uocet*), que escapa a qualquer nexos de mera utilidade. Parece seguro, destarte, afirmar que o referente religioso desempenha relevante papel no determinar o trabalho da expressão (v. o *FRH.5.18a*, analisado em 4.2.2, *supra*). Como explica Varrão, ao descrever a configuração da mesma cerimônia, ela era feita na forma prescrita, “por razões religiosas, em um dia auspicioso” (*hoc faciebant religionis causa die auspicato*, VAR.L.5.143).

Passamos agora ao tratamento de dois últimos fragmentos que também entremeiam descrição e sucessividade, mas ainda de outra maneira. Princípios pelo fragmento *FRH.5.45*, que é reconhecidamente problemático no estabelecimento do texto, especialmente no que tange aos topônimos e patronímicos (CHASSIGNET, 1986, p. 82-

83; CUGUSI & SBLENDORIO CUGUSI, 2001, *ad loc.*). É citado conjuntamente com fragmento de Varrão, relacionado ao de Catão e talvez em parte nele modelado, com acréscimo de determinados elementos. Adotando posição radical, Cornell defende que “as citações de Varrão e de Catão ambas pretendem ser literais, mas podem não ser mais do que paráfrases” (CORNELL, 2013, 3, p. 89-90), juízo que não fundamenta e que, a nosso parecer, vem contraditado pelas especificidades elocutivas. Trata-se dos seguintes fragmentos:

	PROBUS, <i>Praefatio Commentarii in Vergilii Bucolica et Georgica</i> 326 (= <i>ad Verg. Buc.5</i>)
<i>Item Cato Originum III: Thesunt Tauriani uocantur de fluuio, qui propter fluit. Id oppidum Aurunci primo possiderunt, inde Achaei Troia domum redeunt. In eorum agro fluuii sunt sex; septimus finem Rheginum atque Taurinum dispescit: fluuii nomen est Pecoli. Eo Orestem cum Iphigenia atque Pylade dicunt maternam necem expiatum uenisse, et non longinqua memoria est cum in arbore ense uiderint, quem Orestes abiens reliquisse dicitur. (FRH.5.45)</i>	Também Catão, no terceiro livro das <i>Origines</i> : “os tesuntos são chamados taurianos a partir do rio que flui nas proximidades. Os auruncos primeiro possuíram essa fortificação, e depois os aqueus, voltando para casa, vindos de Troia. No território deles, há seis rios; o sétimo marca a fronteira entre Régio e Taurino: o nome do rio é Pecoli. Dizem que Orestes foi para lá com Ifigênia e Pílates para expiar o assassinato da mãe, e não é distante a memória de que se via em uma árvore a espada que, diz-se, Orestes deixara ao ir embora”.

	PROBUS, <i>Praefatio Commentarii in Vergilii Bucolica et Georgica</i> 326 (= <i>ad Verg. Buc.5</i>)
<i>Iuxta Rhegium fluuii sunt continui septem: Latapadon, Micodes, Eugiton, Stracteos, Polie, Molee, Argeades. In his matris nece purgatus dicitur Orestes ibique ahenum eius diu fuisse ense et ab eo aedificatum Apollinis templum e cuius luco Rheginos, cum Delphos profiscicerentur, re diuina facta, lauream decerpere solitos, quam ferrent secum. (FRH.5.45)</i>	Próximo ao Régio, há sete rios contínuos: o Latapadon, o Micodes, o Eugiton, o Stracteus, o Polie, o Mole e o Argeades. Diz-se que Orestes purgou neles o assassinato da mãe, e que lá, por muito tempo, sua espada de bronze ficou e que por ele foi construído um templo de Apolo, de cujo bosque os régines, quando iam a Delfos, tendo realizado uma cerimônia, costumavam arrancar um ramo de loureiro, para levar consigo.

Do ponto de vista do conteúdo, Beck e Walter julgam que, “no texto, se deixam apreender elementos essenciais da escrita histórica de Catão: o interesse pelo princípio, o entrelaçamento entre a história itálica antiga e a Grécia, a sensibilidade para as transformações de cultura, para a habitação e para o domínio ao longo do tempo, um nítido esforço por exatidão e a identificação de indivíduos proeminentes como fundadores de cidades” (BECK & WALTER, 2001, p. 194-195). A avaliação talvez seja

excessivamente grandiloquente. Notamos antes que a narrativa irrompe em meio à descrição da paisagem, que, por sua vez, é uma explicação de antropônimo frontalizado no início do fragmento. Talvez (caso a sequência do material encontrado em Varrão também seja dependente de Catão) a narrativa se prestasse à etiologia de um ritual – fosse esse ritual tomado por presente na época de Catão ou já situado no passado, como em Varrão. Nesse sentido, talvez Beck e Walter exibam excessiva confiança na atribuição de tudo o que está em Varrão às *Origines*, o que certamente não é verdade já pela disparidade na informação dos nomes dos rios, havendo mais do que Catão (se é que há diretamente Catão) por detrás do texto varroniano.

O excerto catoniano, que, malgrado as incertezas, é razoavelmente longo frente a outros fragmentos que vimos examinando, permite apreciar interessantes contrastes e articulações. Em atenção à distinção entre o segmento descritivo, sobre os tesuntes, e o segmento narrativo (qualquer que fosse sua possível articulação etiológica com segmento subsequente que se perdeu), sobre a expiação de Orestes, é possível seccionar a passagem em dois segmentos, que exibem distinções estruturais e procedimentais relevantes.

No primeiro segmento, descritivo (*Thesunti... Pecoli*), sucedem-se uma frase inicial, mais uma vez (v., *supra*, neste item, *FRH.5.30*) com um antropônimo como tópico (*Thesunti... fluit*), e cinco frases sequenciais (*id oppidum... possiderunt; inde... redeuntes; in eorum... sunt sex; septimus... dispescit; fluuii... est Pecoli*). A frase inicial é aumentada por uma relativa após o antecedente nominal (*de fluuiio*) posposto ao verbo da principal, posposição que não parece excepcional em contexto em que domina a estrutura apositiva, uma vez que a informação anterior é completa (*Thesunti Tauriani uocantur*), de modo que se poderia pensar em frase inicial quebrada em dois segmentos. Há uma medida de paralelismo, na aliteração inicial (em /t/: *Thesunt Tauriani*) e no poliptoto (*fluuiio... fluit*). Nas frases sucessivas, é possível subdividir uma seção formada pelas duas primeiras, que têm conteúdo de informação histórica e, correspondentemente, contam com advérbios temporais (*primo, inde*), na primeira internamente à frase porque não se trata de inserção desta em sequência narrativa, e, na segunda, em posição inicial, a indicar sucessividade, aqui evidentemente subordinada à descrição. Notar-se-á que, nessas duas frases apenas, em todo o segmento inicial, não se têm verbos no presente *infectum* (*possiderunt* e *redeuntes*, em contraposição a *uocantur, fluit, sunt, dispescit, est*). Abrindo o conjunto das três últimas frases desse segmento, está uma expressão adverbial (*in eorum agro*), contrastando semanticamente com a pequena seção narrativa interna à descrição (*id*

oppidum), tendo-se aqui sucessão em claro procedimento *guttatim* (a última frase poderia ter figurado em relativa ou como aposto à anterior: *Septimus, qui Pecoli uocatur, cui Pecoli nomen est, Pecoli nomine, Pecoli uocatus*, etc.). Não causam estranheza os dois casos de anteposição do verbo (*sunt sex, est Pecoli*), procedimento, como já se viu extensamente, habitual para topônimos e expressões numéricas ou quantitativas (FANKHÄNEL, 1938, p. 60, 67-68), que ademais constituem o foco das frases.

A esse segmento inicial, sem deslocamentos, subordinações (afora o caso peculiar da relativa), com sucessão *guttatim* de curtas frases descritivas, contrapõe-se o segundo segmento, que contém expressivo conjunto de subordinações e a menção à espada fincada na árvore com vocábulo típico do domínio dos *admiranda*, especialmente dos prodígios (*uiderint*, v. a discussão sobre os portentos na prosa de Cássio Hemina, *supra*, item 3.1.5). O marcador adverbial com que se inicia o segmento (*eo*) impede de vê-lo como desenvolvimento autônomo, tratando-se antes de expansão descritiva, espécie de abertura contemplativa. A passagem vem formulada com estrita observância da posição final do verbo, em dois feixes hipotáticos coordenados entre si, o primeiro composto por um acusativo com infinitivo (*dicunt... uenisse*), com o verbo infinitivo regendo um supino (*expiatum uenisse*), e o segundo, com uma circunstancial temporal posposta à principal (*est, cum... uiderint*), com uma relativa posposta com três ideias verbais cumuladas, pois se constrói em acusativo com infinitivo (*reliquisse dicitur*) e insere ideia de sucessividade relativamente ao rito expiatório com um particípio presente (*abiens*). A essa complexidade sintática, contrastiva com o segmento descritivo inicial, há indícios de encarecimento da expressão, como o posicionamento inicial e final das formas de *dico* (*dicunt... dicitur*) e como o longo sintagma *Orestem cum Iphigenia atque Pilade*, com cópula elevada por meio de *atque*. Assim, dispomos aqui de fragmento um pouco maior, que permite visualizar um contraste estrutural, em que, a uma descrição *guttatim*, normal, objetiva, contrapõe-se uma maravilha que talvez esteja nas raias do portentoso e que, viesse sozinha, e não com desenvolvimento da primeira parte, mereceria figurar entre os *quae uiderentur admiranda* (reveja-se o *uiderint* no passo), em que muitas dessas particularidades de elocução são casadas, como se verá, com a descrição dos portentos, aqui, no entanto, entretecidas com narrativa.

Fragmento muito menor permite visitar pela última vez, no que respeita aos *quae fierent admiranda*, o entretecimento entre narrativa e descrição, vale dizer, a infusão de elementos de sucessividade em passo de dominante descritiva. Veja-se:

	PRISC. <i>GL</i> .2.182
<i>Cato [...] in I Originum: Agrum quem Volsci habuerunt, campestris plerus, Aboriginum fuit</i> (FRH.5.24a)	Catão [...] no livro primeiro das <i>Origines</i> : “a terra que os volscos passaram a possuir, a maior parte plana, foi dos aborígenes”.

O passo, que vem por vezes referido como exemplo de atração de caso,²⁵⁰ admite uma pontuação distinta: *agrum, quem Volsci habuerunt, campestris, plerus Aboriginum fuit* (SCHÖNBERGER, 2000, p. 174), resultando em “a planície que os volscos passaram a deter pertenceu, em sua maior parte, aos aborígenes”. Embora possível, a separação do suposto sintagma *agrum... campestris* precisaria se confirmar por relevante planejamento discursivo que está além de nossas possibilidades de reconstrução.

No estado que nos chegou, evidencia-se uma palavra tópica (*agrum*), seguida por três dados informacionais, em estilo *guttatim*: ela foi tomada pelos volscos, ela é sobretudo plano, ela fora dos aborígenes. Nesse caso, note-se que o *quem*, embora funcionando como relativo, guarda muito de sua natureza de demonstrativo, a chamar atenção para o tópico. A despeito de haver haja informações relativas a dois momentos no tempo, não apenas não há marcações adverbiais, como há reversão na ordem dos eventos, primeiro o mais próximo (*habuerunt*), depois o mais recuado (*fuit*), e isso não por algum planejamento contrastivo, ao que tudo indica, mas por uma hierarquização da informação em que o dado passado é meramente um acréscimo informacional, sem tensionamento entre momentos temporais.

4.3.1.2. *Descrições despidas de sucessividade*

Examinados esses cinco fragmentos, em que a trama fundamentalmente descritiva não rejeitava, mas incluía, de formas diversas, elementos de sucessividade – nos primeiros três casos, uma sucessividade estrutural, aorística, repetitiva, descrição de processo reiterado, eivado ou não de prescritividade, e, nos outros dois, como informações subordinadas em diversos níveis à descrição –, podemos examinar dois fragmentos em que a trama é inteiramente descritiva.

²⁵⁰ “Deve-se notar a antecipação do acusativo em *agrum*, em lugar de *ager* (sujeito de *fuit*), que esperaríamos: um caso análogo em VERG.A.1.573 *Vrbem quam statuo uestra est*. Em Catão mesmo, cf. *orat. fr. 114* [FOR.114] *agrum quem uir habet tollitur*” (CUGUSI & SBLENDORIO CUGUSI, 2001, *ad loc.*).

No livro quarto das *Origines*, constavam, claramente ao lado das cenas narrativas relacionadas à primeira guerra púnica, como vimos (*supra*, 4.1.1, 4.2.1), ou paralelamente a elas, descrições como a seguinte:

	FEST.132L
<i>Cato Originum libro quarto: Mapalia uocantur ubi habitant; ea quasi cohortes rotundae sunt. (FRH.5.84a)</i>	Catão, no livro quarto das <i>Origines</i> : “são chamadas <i>mapalia</i> [as construções] em que habitam; elas são como pátios redondos”.

Cornell especula que “o contexto da afirmação de Catão pode ter sido um relato etnográfico do norte da África (como em SAL.*Iug.*18), talvez no começo da narrativa sobre as Guerras Púnicas, ou mais especificamente um relato das antiguidades e das instituições de Cartago, conjuntamente com F81 [FRH.5.81], 85 [FRH.5.85], 148 [FRH.5.148]” (CORNELL, 2013, 3, p. 130).

A trama descritiva é extremamente simples, com módulos frasais ladeados em que o primeiro tem o sujeito em primeira posição, e os demais, um termo anafórico, terminando-se por verbos (*mapalia uocantur, ubi habitant, ea... sunt*). O fato de que, no segundo módulo, é um constituinte nominal oracionalizado (*ubi habitant* $\approx$ *habitationes eorum*) que se encontra, não quebra o procedimento apositivo, e o fato de o segundo módulo começar por advérbio relativo reforça a percepção de aposição modular. Nesses termos, e sem que se possam identificar procedimentos de encarecimento da linguagem, talvez tenhamos aqui espécie de grau zero da descrição.

Curto fragmento dá ideia do possível tratamento ornamental de certos passos descritivos, ainda que disponhamos de muito pouco contexto:

	NON.221L
<i>Cato Originum lib. V [...] et lib. VII: Fluuium Hiberum; is oritur ex Cantabris, magnus atque pulcher, pisculentus. (FRH.5.111)</i>	Catão, no livro quinto das <i>Origines</i> [...] e no livro sétimo: “o rio Ebro; ele nasce nos montes cantábricos, grande e belo, cheio de peixes”.

Cornell levanta duas possibilidades para o contexto do fragmento: ou uma narrativa histórica, com pequeno excursus sobre o Rio Ebro, “por exemplo na campanha hispânica de Quinto Fúlvio Nobilior em 153 (conforme pensa Peter) ou na de Lúcio Licínio Lúculo, em 151 (segundo propõe Chassignet)” (CORNELL, 2013, 3, p. 141), ou então em um panorama etno-geográfico mais vasto da Hispânia, hipótese que Cornell julga “muito mais forte” (CORNELL, 2013, 3, p. 141).

O excerto, conforme se vê, está incompleto no começo, já que o acusativo está regido por algum vocábulo não preservado. Ele é, contudo, tomado como tópico para a frase que se segue (a única que podemos analisar), pois o demonstrativo anafórico *is* a ele se refere. Como se vê, o complemento *ex Cantabris*, ligado ao verbo *oritur*, está posposto, o que é in excepcional no caso de topônimo (FANKHÄNEL, 1938, p. 60). No entanto, a expressão *magnus atque pulcher pisculentus* vem aposta ao fim, formada de três adjetivos dispostos em ordem silábica crescente, com assíndeto e aliteração em /p/ a ligar o segundo e o terceiro membros. Trata-se, já o vimos, de posição eminentemente focal, que é assim tratada segundo procedimentos de cúmulo paralelístico, a assinalar com ornato essa posição, que, sem ser ocupada por prodígio, como de pronto se verá ocorrer, é, no entanto, intensamente infundida com qualidades descritivas cumuladas (o cúmulo é aqui imagem da própria descrição: multiplicidade síncrona), reservando-se a última posição para adjetivo muito mais raro que os dois primeiros, logo distintivo.

4.3.2. *Quae uiderentur admiranda*

Podemos finalmente passar à última subclassificação do esquema proposto e examinar alguns dos casos em que Catão se ocupou de portentos (*quae... uiderentur admiranda*). Temos conhecimento de alguns portentos nas *Origines*: assim, sabemos da visão que Eneias teve de uma porca que dava à luz trinta filhotes, a significar os trinta anos que faltavam para a fundação de Alba Longa (*FRH.5.10*, v., *supra*, item 3.1.5, para a passagem correspondente em Cássio Hemina), sabemos ainda das moças que encontraram Céculo na lareira e o consideraram filho de Vulcano (*FRH.5.67*). Esses relatos, como muitos outros que decerto havia, não nos chegaram, contudo, em citações literais, de que guardamos apenas poucos casos.

Vimos, no item anterior, ao examinar o fragmento *FRH.5.45*, relativo a Orestes, que ele sugere um regime de portento, mas de forma associada a uma descrição etnográfica, o que se pôde lá constatar pela dimensão mais longa do fragmento, algo que em geral nos é impossível ver e que dá ideia da forma como o portento poderia se encadear aos outros segmentos do texto. Mas há também casos em que o referente, algo ambíguo, dificulta a clara identificação de um regime propriamente de portento. É o caso do seguinte passo:

	VAR.R.1.2.7
<i>An non M. Cato scribit in libro Originum sic? Ager Gallicus Romanus uocatur qui uiritim cis Ariminum datus est ultra agrum Picentium. In eo agro aliquotfariam in singula iugera dena cullea uini fiunt. (FRH.5.46)</i>	Ou Catão não escreve como segue em seu livro das <i>Origines</i> ?: “O campo gálico que foi dado em lotes individuais deste lado de Arímínio e além da terra dos picentes é chamado romano. Nesse campo, em alguns lugares, dez <i>cullea</i> de vinhos são produzidos em uma única jeira”.

Trata-se, conforme se constata, de outro passo em que primeiramente se explica um nome (*ager... Picentium*) e, na sequência, adiciona-se uma característica associada a ele, que, no caso, dá medida de sua fertilidade (*in eo agro... fiunt*). É possível que Catão estivesse a pensar em um portento, conforme sugere Cornell (2013, 3, p. 93), já que um *culleum* equivale a cerca de 525 litros, resultando em produção “excepcionalmente alta para o padrão antigo [...] e visto por estudiosos modernos como dificilmente crível” (CORNELL, 2013, 3, p. 93); Cornell, no entanto, também levanta a possibilidade de se tratar de ano excepcionalmente fértil. De todo modo, o tratamento da elocução pode ajudar a encaminhar o problema e a iniciar o debate sobre os *quae uiderentur admiranda*.

No segmento relativo à explicação do nome, o procedimento é apositivo, iniciado por segmento que principia com o sujeito tópico e termina com o verbo (*ager... uocatur*), ao qual se liga uma relativa, de forma apositiva (*qui... datus est*), devendo-se novamente entender o constituinte nominal ao fim (*ultra agrum Picentium*) como regra, tanto pelo procedimento apositivo como pela regular posposição das indicações de lugar de certa dimensão.

No segmento que relata uma característica do campo, há uma acumulação de sintagmas adverbiais de lugar, dispostos em ordem crescente de cinco, seis e sete sílabas (*in eo agro, aliquotfariam, in singula iugera*), o que talvez explique o ἅπαξ λεγόμενον *aliquotfariam*. Para além dessa modularidade ordenada, é notável o poliptoto *ager... agrum... agro*, que constitui verdadeira marca da linguagem jurídica, como o indo-europeu *dies... in eo die* (v., *supra*, item 3.2.3). Assim, por exemplo, na já mencionada *Sententia Minuciorum*, de 117 a.C. (cf., *supra*, item 3.3.1): *qua ager priuatus casteli Vituliorum est, quem agrum eos uendere heredemque sequi licet, is ager uectigal nei siet*; mais adiante, *quei ager compascuos erit, in eo agro quo minus pecus pascere Genuates Veiturosque liceat ita...* (ERNOUT, 1947, p. 90-91). Também na *Lex Agraria*, de 111 a.C., entre muitas passagens: 1, *extra eum agrum, quei ager ex lege plebeiue scito* (CRAWFORD, 1996, 1, p. 113); 68, *quoi agrum de eo agro, quei ager in Africa est*

(CRAWFORD, 1996, 1, p. 120). Combinados com o clímax dos módulos adverbiais que antecedem a característica destacada, esses procedimentos enquadram a expressão da qualidade notável do campo e permitem que ela se destaque.

Essa contraposição entre um segmento inicial mais comedidamente descritivo e uma extensão final, com mais intenso labor formal e apelando especificamente à modularidade e ao paralelismo, vale dizer, a procedimentos que remetem aos *carmina*, assinala muito fortemente o tratamento dos portentos na obra catoniana. Assim, na sequência, abordaremos três fragmentos das *Origines* que podem ser claramente identificados como portentos, a que faremos seguir uma discussão sobre a noção de *sermo prodigialis*.

Os dois próximos fragmentos (FRH.5.47 e FRH.5.48) são transmitidos por Varrão em trechos próximos do *De re rustica*, tratando de cabras e porcas com propriedades físicas excepcionais. Pensamos que, embora menos estupefacientes que os *admiranda* de que temos apenas notícia indireta, e não os *ipsissima uerba* de Catão, eles se enquadram na categoria pelo destaque a características inesperadas. O primeiro deles é o seguinte:

	VAR.R.2.3.3
<i>De quarum uelocitate in originum libro Cato scribit haec: In Sauracti <et> Fiscello caprae ferae sunt, quae saliant e saxo pedes plus sexagenos</i> (FRH.5.47).	A respeito de cuja velocidade, Catão escreve o seguinte em um livro das <i>Origines</i> : “Nos [montes] Soracte e Fiscello, há cabras selvagens que pulam mais de 60 pés do alto de um rochedo”.

Trata-se, conforme viu Cornell, de “um de vários *admiranda* relativos à fauna itálica” (CORNELL, 2013, 3, p. 94) e, segundo Cugusi e Sblendorio Cugusi (2001, *ad loc.*), de um portentoso. A posição inicial de *in Sauracti et Fiscello* sugere que o passo tem que ver com descrição geográfica, talvez uma “introdução geral à região montanhosa da Itália central” (CORNELL, 2013, 3, p. 94), posição tópica que, conforme vimos, tende a ganhar reforço nas descrições catonianas. Seja como for, há uma primeira estrutura frasal até *sunt*, declarativa, mais ou menos soldada com o tópico. Na sequência, a qualificação das cabras, de forma que chama a atenção de Cugusi e Sblendorio Cugusi pela “construção apositiva” (CUGUSI & SBLENDORIO CUGUSI, 2001, *ad loc.*), vem realizada por meio de estrutura introduzida por pronome relativo, que, vimos, é forma de expansão horizontal, significativa em contraposição à parataxe com retomada por demonstrativo (... *sunt. Ea saliant...*).

Ocorre chamar atenção para o *pedes plus sexagenos*, que Cugusi e Sblendorio Cugusi (2001) viram como “construção apositiva”. Já vimos, em diversas oportunidades, ao examinar textos, como, por exemplo, as *tabulae triumphales*, tais quais a coluna rostral de Duílio (v., *supra*, item 3.1.2), que a construção apositiva arcaica tendia a estabelecer a posposição de muitos determinantes adverbiais, como particularmente os que contêm referências numéricas, como posição normal. Conforme nota, contudo, Fankhänel, “ao longo do tempo, sua [i.e., dos advérbios pospostos] relação com a frase se alterou” (FANKHÄNEL, 1938, p. 67). Em Catão, temos uma situação em que, no *De agricultura*, a posição normal é ainda a posposta (FANKHÄNEL, 1938, p. 67), mas, na obra historiográfica, nem sempre estamos certos a respeito da normalidade ou não da posição, sendo necessário socorrermos-nos de mais dados contextuais. A situação é, contudo, mais complexa nos fragmentos oratórios e historiográficos, em que não só a expansão horizontal é saliente, mas também se destaca o recurso ao paralelismo com aliteraões (em /s/: *saliunt e saxo... sexagenos*, fonema bastante evocado também ao fim das três últimas palavras, *pedes plus sexagenos*; em /p/: *pedes plus*). Afinal, é justamente esse último segmento apostro, *quae saliunt e saxo*, mas fundamentalmente *pedes plus sexagenos* que contém o núcleo do portento, a incrível altura do salto. Nesse caso, a aposição, se não significativa em si mesma, adquire certamente significado pelo tratamento do passo.

Constatações semelhantes podem ser feitas a respeito de outro portento catoniano transmitido por Varrão a pouca distância do anterior, complementado depois pelo próprio Varrão (VAR.R.2.4.11-12,) por outros “dois *admiranda* relativos a suínos de tamanho excepcional, comparáveis à anedota catoniana” (SBLENDORIO CUGUSI & CUGUSI, 1996, p. 155). Trata-se do seguinte trecho:

	VAR.R.2.4.11
<i>De magnitudine gallicarum succidiarum Cato scribit his uerbis: <u>In Italiam Insubres terna atque quaterna milia annua succidiarum aduehere. Sus usque adeo pinguitudine crescere solet ut se ipsa stans sustinere non possit neque progredi usquam. Itaque eas si quis quo traicere uolet, in palustrum imponit.</u> (FRH.5.48)²⁵¹</i>	A respeito do volume da carne de porco salgada gaulesa, Catão escreve nos seguintes termos: “Os insubres transportam para a Itália três e quatro mil presuntos todos os anos. Uma porca normalmente cresce a tal ponto de gordura, que ela não pode se aguentar de pé ou se mover de modo algum. Assim, se alguém quer transportá-las para algum lugar, ele as põe em uma carroça”.

²⁵¹ Para o trecho sublinhado, adotamos a emenda proposta por Cornell no comentário, mas não impressa na edição (*in Italiam Insubres terna atque quaterna milia annua succidiarum aduehere*, CORNELL, 2013, 3, p. 95). Para uma compilação de sugestões de emenda, cf. CHASSIGNET, 1986, p. 70.

O passo, como se vê, está corrompido no início, em que, de todo modo, são certas a posição inicial, tópica, da Itália e a matéria dos portentos (CORNELL, 2013, 3, p. 94-95). Para o trecho subsequente, chama a atenção o recurso a uma frase consecutiva (... *adeo... solet, ut... sustinere non possit neque progredi*) e a uma condicional (*si... uolet, ... imponit*). Nessa estrutura de descrição sintaticamente elaborada, são novamente notáveis os fenômenos de manipulação da ordem das palavras, gerando foco específico no final da consecutiva. Note-se já o destaque apositivo do constituinte *neque progredi usquam*; na sequência, na condicional, há prolepse do anafórico *eas*, relativamente à conjunção *si*, referindo-se às porcas. Há, assim, espécie de tensão que se constroi em torno desses constituintes. O tratamento fônico é compatível com essa peculiar intensidade do segmento, com aliteração e assonância em /s/, primeiramente (*stans sustinere non possit*) e aliteração em /p/, na sequência (*non possit neque progredi*).

A frase condicional, a seu turno, com a notável insistência no som /k/ (*itaque si quis quo traicere...*), já ocorrente na última sílaba da frase anterior (*usquam*), terminada também com aliteração em /p/: *palustrum imponit*, fazendo aliterantes e homeotelêuticos os demais verbos finitos (*possit, imponit*), constitui, na verdade, um alargamento da descrição do portentoso, a dar vazão continuada à consecutividade (*adeo... ut... itaque*). Também neste fragmento, assim, os procedimentos de alteração na ordem dos constituintes, com reforço da focalidade (neste caso, com base na escolha do molde sintático, pelo recurso à estrutura consecutiva, que é, em si mesma, geradora de foco) sobre a descrição do portentoso, vêm acompanhados de diversas formas de modularidade rítmica, características que vimos ser definidoras do *carmen* (v., *supra*, item 3.3) e, vamos vendo, também dos portentos.

Há mais um fragmento que, no entender de Cornell, ilustra o interesse de Catão por “recursos naturais e portentos (*admiranda*)” (CORNELL, 2013, 3, p. 144), conservado por Gélío pela referência ao Vento Cércio. Mais extenso, pensamos que ele reforça e esclarece os comentários dispensados aos fragmentos anteriores. Veja-se:

	GEL.2.22.28-29
28. <i>M. Cato in libris Originum eum uentum Cercium dicit, non Circium. 29. Nam cum de Hispanis scriberet qui citra Hiberum colunt, uerba haec posuit: Set in his regionibus ferrariae, argentifodinae pulcherrimae;</i>	28. Marco Catão, nos livros das <i>Origines</i> , chama àquele vento Cércio, não Círcio. 29. Pois, quando escrevia a respeito dos hispânicos que vivem aquém do rio Ebro, introduziu as seguintes palavras: “Mas, nessas

<i>mons ex sale mero magnus. Quantum demas, tantum adcrecit. Ventus Cercius, cum loquere, buccam implet, armatum hominem, plaustrum oneratum percellit.</i> (FRH.5.116) ²⁵²	regiões, [há] minas de ferro, minas de prata belíssimas; uma grande montanha de puro sal: tanto retiras, tanto acresce. O vento Cércio, quando falas, enche a boca, um homem armado, um carro carregado derruba.
--	--

O fragmento pode ser concebido em três segmentos. O primeiro começa com uma partícula adversativa, cujo sentido fica prejudicado pela perda do contexto antecedente. Isso posto, está-se a falar da Hispânia, como indica Gélío, que comparece anaforicamente com a locução *in his regionibus*; esse segmento termina com elipse do verbo, em ponto que merece discussão. A pontuação na edição de Cornell sugere que haja pausa após *magnus*, mas pensamos que a opção deva ser alterada, para que o primeiro segmento termine em *pulcherrimae*, seguindo-se um *nominativus pendens mons... magnus*, que seria tópico da frase correlativa que se segue. Já veremos mais no detalhe as razões para isso para além do vínculo semântico entre o tópico *mons ex sale mero magnus* e a correlativa. Enfim, o terceiro segmento é formado por uma frase com o sujeito *uentus Cercius* como tópico, que rege duas coordenadas assindéticas (... *implet*, ... *percellit*), de que vem separado por uma breve subordinada circunstancial (*cum loquere*).

Cugusi e Sblendorio Cugusi propõem uma caracterização do fragmento nos seguintes termos:

Do ponto de vista estilístico, notar o *tricolon* assindético *ferrariae | argentifodinae pulcherrimae | mons ex sale mero magnus*, com clímax silábico crescente e aliteração *mons magnus*; o *dicolon* assindético *buccam implet | armatum... percellit*, com quiasmo no segundo membro (*armatum hominem x plaustrum oneratum*) (CUGUSI & SBLENDORIO CUGUSI, 2001, *ad loc.*).

Essa caracterização, pensamos, merece alguns reparos e complementos. A bem da verdade, o suposto *tricolon* assindético não se verifica: a extensão silábica dos membros (três, dez e oito sílabas), bem como o homeoteleuto em /ae/ (*ferrariae argentifodinae pulcherrimae*), contraposto às aliterações em /m/ (*mons ex sale mero magnus*), sugere a dissociação entre esses elementos. Assim, o primeiro segmento é composto por dois

²⁵² Pontuação alterada segundo as explicações fornecidas no corpo do texto.

membros nominais, de três e seis sílabas (ligados pela aliteração interna, em /f/: *ferrarae argentifodinae*), a que se apõe um adjetivo (*pulcherrimae*) que pode ser associado a ambos, apenas com homeoteleuto, sem aliteração; ao assíndeto, soma-se a elipse verbal, de modo a produzir uma notável braquilogia na apresentação do constituinte nominal puro, sem verbo, como a apresentar diante dos olhos o objeto da descrição, sem necessidade do verbo, com os mínimos elementos dos *admiranda*: o tópico e a qualidade especial, aqui um simples *pulcherrimae*. Se o fragmento terminasse aqui, certamente tê-lo-íamos classificado entre as descrições etnográficas, à moda de *FRH.5.111 (magnus atque pulcher, pisculentus)*.

A valorização do constituinte nominal parece-nos ser perseguida, com outras estratégias, nos dois segmentos seguintes. No segundo, *mons ex sale mero magnus*, em nossa proposta de pontuação, aparece como *nominatiuus pendens*, que é, como já o vimos (v., *supra*, 3.1.5), um nominativo isolado enfático, que valoriza o tópico, aqui distinguido também pela já apontada aliteração e, mais que isso, pela notável disposição entre o substantivo e o adjetivo. Fankhänel aponta que, na língua antiga e em Catão, adjetivo e substantivo formam um bloco fechado, com apenas três casos de separação na obra historiográfica e oratória de Catão: *mons... magnus*, aqui, e *operam... fortem* e *uolnus... nullum* (os dois últimos em *FRH.5.76, cf., infra*, item 4.4). Segundo o autor, “nesse passo, o sintagma *mons magnus* está realmente destruído” (FANKHÄNEL, 1938, p. 147).²⁵³ Trata-se de valorização do adjetivo ao fim, como o *pulcherrimae* relativo às minas de ferro e de prata, a reservar ao qualificativo *magnus* posição focal, como ademais temos visto ocorrer amiúde nos prodígios. Contudo, neste segundo segmento, apõe-se ao adjetivo a característica que torna o monte propriamente prodigioso: *quantum demas, tantum adcrescit*.

Enfim, o terceiro segmento valoriza o constituinte nominal *uentus Cercius* intercalando, entre o sujeito em posição tópica e sua complementação, a subordinada circunstancial *cum loquere*, ligada mais diretamente à primeira oração de que *uentus Cercius* é sujeito (*buccam implet*), que vem, por sua vez, assindeticamente coordenada com a segunda (*armatum hominem, plastrum oneratum percellit*). Notar-se-á aqui a

²⁵³ Fankhänel afirma ainda que “toda a expressão é muito compreensível, quando se vê que os complementos estão dispostos enfileirados: *mons/ex sale mero/magnus*” (FANKHÄNEL, 1938, p. 147), explicação para a qual aduz exemplos do *De agricultura*, como os seguintes: 81: *aheneam aquae calidae plenam*; 112.1: *aquam ex alto marinam*; 88.1: *amphoram defracto collo puram*; 82: *spaeras pugnum altis*. No entanto, a dissociação, dado o tratamento sistemático nas *Origines* e nos discursos, e a tendência, já vista, a relativizar a aposição nessas obras, parecem militar no sentido de outra explicação.

disposição quiástica *armatum hominem / plastrum oneratum*, com os participios nas extremidades, já notada por Cugusi e Sblendorio Cugusi, bem como a organização em ordem silábica crescente de *buccam implet* e *armatum hominem plastrum oneratum percellit*, o último constituinte assinalado ainda pelo homeoteleuto *-um* e pela aliteração em /p/: *plastrum... percellit*. Aqui, a descrição do prodígio, que é a força do vento, é bastante ampliada. Na verdade, o que se vê é que há três *admiranda*: as belas minas de ferro e de prata, o monte de sal inesgotável e o poderoso vento Cércio, com uma expansão do espaço dedicado à caracterização de cada portentoso: *pulcherrimae*, para o primeiro; *quantum demas, tantum adcrescit*, para o segundo; *cum loquere, buccam implet, armatum hominem, plastrum oneratum percellit*, para o terceiro.

Embora o material que nos reste relativamente aos portentos catonianos seja particularmente escasso, desenha-se assim íntima associação entre essa classe de *admiranda* e certo conjunto de procedimentos elocutivos. O superlativo *pulcherrimae*, que, por si mesmo, comunica elemento definidor dos *admiranda* (v., *supra*, 4.1.4), talvez preencha assim também o papel de indicar aquilo que a linguagem vai perseguindo para dar conta desses referentes.

É interessante, diante dessas análises, que Santini, com base em trabalho anterior de Luterbacher (1904), tenha identificado o que chamou um “estilo de prodígio”, ou *sermo prodigialis* (*Prodigiensstil*), identificando especificamente nas obras de Tito Lívio e de Júlio Obsequente:

Em torno do que se pode definir como o sistema de identificação dos *prodigia* e de sua *procuratio*, havia se formado uma língua dotada de peculiaridades próprias, que talvez não seja exagero definir como técnica pelos laços estreitos com a língua religiosa em geral; também parece idônea a definição de *sermo prodigialis*, cujas principais fontes a nos atingir são precisamente Lívio, onde, no entanto, as partes relativas aos prodígios são destacadas pela elocução, e o opúsculo de Obsequente (SANTINI, 1988, p. 212).

O prodígio requer “uma proclamação o mais enfática possível” (SANTINI, 1988, p. 213), como mais alto grau de impacto da descrição, assim como o *carmen*, vimo-lo (item 3.3, *supra*), produz uma intensificação da linguagem voltada a garantir sua eficácia:

“o número de palavras e de sílabas, combinando-se com as iterações dos signos, busca atingir formas particulares de *páthos* religioso” (SANTINI, 198, p. 217). As principais características do *Prodigienstil* são o “suceder-se de *kóla* e de seções mais amplas que chegam até a períodos inteiros, todos vigorosamente marcados por aliteraões, homeoteleutos, homofonias e poliptotos” (SANTINI, 1988, p. 219), isto é, precisamente aqueles procedimentos de cúmulo modular e de paralelismo que distinguem a elocução dos *carmina*.²⁵⁴

É a própria conclusão de Santini:

O exame de tal material fornece, à primeira vista, um dado objetivo: estamos em presença de restos de prosa atinente à esfera das instituições religiosas em que o fim implicitamente declarado de incutir horror e reverência por eventos determinados por uma divindade numinosa se serve sobretudo do meio estilístico da repetição, determinando assim, na *léxis*, fenômenos de estranhamento relativamente ao cotidiano e ao costumeiro. As expressões polares ou sinonímicas, o martelante jogo de aliteraões, homeoteleutos, homofonia deixam transparecer a intenção de imitar o estilo dos assim chamados *carmina* pré-literários (SANTINI, 1988, p 222).

Ora, essas características também as localizamos em segmentos narrativos mais desenvolvidos, com maior encarecimento do módulo elementar da frase narrativa; ocorre que o caráter prodigial pode ser duradouro, como nas descrições que examinamos aqui, ou pode se produzir no decurso dos eventos, cabendo à linguagem deter a narração, redobrá-la em si mesma – torná-la descritiva – para dar conta desse aspecto:

Os critérios estilísticos com os quais uma vitória militar, a concessão do triunfo, o verificar-se de um prodígio e a sua

²⁵⁴ Segundo Santini: “A estruturação de muitas narrativas de prodígios por *kóla* e *kómmata* bimembres e trimembres aparece de forma evidente; vale-se de anáfora, assíndetos, paralelismos e quiasmas...” (SANTINI, 1988, p. 220); “cópulas polares e sinonímicas [...] alternância de prevérbios [...] sucessão deles [prevérbios] com verbos diferentes [...] certa predisposição por *kóla* crescentes” (SANTINI, 1988, p. 221); “na origem de toda essa série de imitações sucessivas, está o estilo dos *carmina* pré-literários” (SANTINI, 1988, p. 224); a *lexis* do *sermo prodigialis* é “imitação e paráfrase daquela do *carmen*” (SANTINI, 1988, p. 226).

procuratio são narrados, todos eventos que escandem o curso da história republicana, são de fato substancialmente idênticos e têm todos como ponto de referência a tradição dos antigos *carmina*, exatamente porque ela se afigura como a mais adequada, em virtude dos meios habituais da repetição fônica, a tornar o anúncio dotado de autoridade (SANTINI, 1988, p. 223).

Nesse sentido, assim como verificamos o entremear-se das descrições com elementos narrativos, segundo distintas modalidades de articulação, poderíamos voltar aos segmentos de dominante narrativa e verificar como lá se infundem elementos próprios à descrição – ponto que, com relação aos triunfos mencionados por Santini, já desenvolvemos amplamente em 3.1.2, *supra*, ao examinar as *tabulae triumphales*. Uma tentativa estruturada de descrever a frase narrativa e a frase descritiva em Catão será intentada *infra*, item 4.5. Antes disso, no entanto, cabe voltar-nos ao mais extenso excerto das *Origines* conservado, a chamada ἀριστεία de Quinto Cedício, que passamos a tratar.

4.4. A ἀριστεία de Quinto Cedício

Aulo Gélíio introduziu o episódio do tribuno militar Quinto Cedício, que teria acontecido em 258 a.C. (CUGUSI & SBLENDORIO CUGUSI, 2001), afirmando tratar-se de um feito digno da destreza verbal dos exemplos de eloquência gregos (*pulcrum, dii boni, facinus Graecarumque facundiarum magniloquentia condignum*, GEL.3.7.1). Quinto Cedício é o nome que o próprio Gélíio lhe atribui; Catão não o nomeia, e as demais fontes que contam a história exibem relevante variação (cf., para um recenseamento, CORNELL, 2013, 3, p. 121).²⁵⁵ Trata-se, em resumo, do caso de tribuno que, para distrair os cartagineses e assim salvar a maior parte do exército romano, se dispôs a sacrificar a própria vida, liderando quatrocentos soldados na tentativa de tomar um pequeno monte.

A maior parte do episódio é resumida por Gélíio (*id profecto est ad hanc ferme sententiam*, GEL.3.7.2), mas, no fim, para reportar o desfecho da história, Gélíio prefere

²⁵⁵ O caso é citado por Cíc.Sen.XX.75, Cíc.Tusc.1.XLII.101, SEN.Epist.82.22; cf. ainda SAL.Cat.8. (CUGUSI & SBLENDORIO CUGUSI, 2001, *ad loc.*). Entre as fontes gregas da história correspondente de Leônidas que vem citada no passo por Catão, cf. HDT.7.201-238, D.S.11.4-11, PAUS.3.4.7-8, JUST.2.11 (CUGUSI & SBLENDORIO CUGUSI, 2001, *ad loc.*).

transmitir as próprias palavras de Catão (*non iam nostris, sed ipsius Catonis uerbis subiecimus*, GEL.3.7.18). Com isso, legou-nos a mais extensa citação contínua das *Origines* de que dispomos (CORNELL, 2013, 3, p. 122). Diversos autores apontaram que certamente Gélío conservou muito da elocução originária em sua paráfrase no segmento anterior (BRISCOE, 2005, p. 157; CORNELL, 2013, 3, p. 123), e Pisani chega mesmo a asseverar que o trecho inicial seria idêntico ao de Catão (PISANI, 1962, p. 223). Von Albrecht faz apenas pequenas reservas, concluindo que “o vocabulário é tão catoniano, que mal se pode duvidar da fidelidade estilística da narrativa” (von ALBRECHT, 2012, p. 32), posição que fundamenta apontando cópulas sinonímicas, hipérbatos, retomada do verbo pelo particípio, entre outras características da paráfrase (von ALBRECHT, 2012, p. 32-33), formas de elevação do discurso bastante empregadas por Catão para encarecer certos passos e que, como temos visto, muito devem aos *carmina*. Podemos citar os seguintes casos, muitos já apontados por von Albrecht: *terra Sicilia* (redundância comparável a *terram Italiam*, FOR.142); *fraudi et pernicei obnoxium* (sinonímia); *imperes horterisque* (sinonímia); *ad occursandum pugnandumque* (sinonímia); *gratias laudesque agit* (sinonímia); *quos in exercitos uiros habuit strenuissimos* (redundância entre *quos* e *uiros*, como aquela entre *ques* e *homines*, em FRH.5.1); *Romani milites circumueniuntur, circumuenti repugnant* (anadiplose).²⁵⁶

No entanto, demais de ser difícil separar as tendências arcaizantes de Gélío e a influência direta do original (BRISCOE, 2005, p. 157), é complexo recorrer a paráfrases para discutir a escrita de um autor, como aponta Briscoe, “mesmo se por vezes suspeitamos de que o autor que cita reproduziu as próprias palavras da fonte” (BRISCOE, 2005, p. 53), notadamente em nosso caso, em que voltamos nossa atenção especificamente à estrutura frasal e ao tratamento que ela recebe. Por isso, este item se dedicará a examinar o segmento que, segundo o próprio Gélío, constitui citação literal de Catão.

Confira-se:

	GEL.3.7.1-20
<i>1. Pulcrum, dii boni, facinus Graecarumque facundiarum magniloquentia condignum M. Cato libris Originum de Q. Caedicio tribuno militum scriptum reliquit. 2. Id profecto est ad hanc ferme sententiam: 3. Imperator Poenus</i>	1. Pelos bons deuses, Marco Catão deixou por escrito, nos livros das <i>Origines</i> , um feito belo e digno da destreza verbal dos exemplos de eloquência gregos, a respeito de Quinto Cedício, tribuno militar. 2. Ele dá

²⁵⁶ Além de *ego hanc tibi*: “a ordem das palavras mostra aqui a tendência a colocar os pronomes um depois do outro, que já se observava em Catão” (von ALBRECHT, 2012, p. 33; cf. FANKHÄNEL, 1938, p. 185).

in terra Sicilia bello Kartaginiensi primo obuiam Romano exercitu progreditur, colleis locosque idoneos prior occupat. 4. Milites Romani, uti res nata est, in locum insinuant fraudi et perniciiei obnoxium. 5. Tribunus ad consulem uenit, ostendit exitium de loci importunitate et hostium circumstantia maturum. 6. "Censeo", inquit, "si rem seruare uis, faciundum ut quadringentos aliquos milites ad uerrucam illam" – sic enim Cato locum editum asperumque appellat – "ire iubeas, eamque uti occupent, imperes horterisque; hostes profecto ubi id uiderint, fortissimus quisque et promptissimus ad occursandum pugnandumque in eos praeuertentur unoque illo negotio sese alligabunt. Atque illi omnes quadringenti procul dubio obtruncabuntur; 7. tunc interea occupatis in ea caede hostibus tempus exercitus ex hoc loco educendi habebis. Alia nisi haec salutis uia nulla est." 8. Consul tribuno respondit consilium quidem fistuc quidem† atque providens sibi uiderier; "sed istos", inquit, "milites quadringentos ad eum locum in hostium cuneos quisnam erit qui ducat?" 9. "Si alium", inquit tribunus, "neminem repp<er>eris, me licet ad hoc periculum utare; ego hanc tibi et rei publicae animam do." 10. Consul tribuno gratias laudesque agit. 11. Tribunus et quadringenti ad moriendum proficiscuntur. 12. Hostes eorum audaciam demirantur; quorum ire pergant in exspectando sunt. 13. Sed ubi apparuit ad eandem uerrucam occupandam iter intendere, mittit aduersum illos imperator Karthaginiensis peditatum equitatumque, quos in exercitu uiros habuit strenuissimos. 14. Romani milites circumueniuntur, circumuenti repugnant; fit proelium diu anceps. 15. Tandem superat multitudo. 16. Quadringenti omnes <in> tumultu perfossi gladiis aut missilibus aperti cadunt. 17. Consul interibi, dum ea pugna <pugnatur>, se in locos tutos atque editos subducit. 18. Sed quod illi tribuno, duci militum quadringentorum, diuinitus in eo proelio usu uenit, non iam nostris, sed ipsius Catonis uerbis subiecinus:

aproximadamente o seguinte relato: **3.** um general cartaginês na Sicília, durante a Primeira Guerra Púnica, avança contra o exército romano e ocupa primeiro as colinas e as posições vantajosas. **4.** Quando isso ocorreu, os soldados romanos penetram em uma posição exposta à emboscada e à ruína. **5.** O tribuno acorre ao cônsul, mostra a destruição iminente devida à posição desfavorável e ao cerco dos inimigos. **6.** Ele diz: "Penso que, se queres salvar a situação, debes ordenar que cerca de 400 soldados se dirijam àquela *uerruca*" – pois Catão chama assim um local alto e escarpado – "e ordenar e exortar a que a ocupem; certamente, os inimigos, quando o virem, desviarão todos os homens mais valentes e mais aptos para combater e lutar contra eles e se dedicarão a essa única tarefa. E, sem dúvida nenhuma, todos aqueles 400 [soldados] serão mortos; **7.** então, enquanto isso, com os inimigos ocupados nesse morticínio, terás tempo para conduzir o exército para fora desta posição. Não há outra via de salvação a não ser essa". **8.** O cônsul respondeu ao tribuno que, com efeito, esse plano lhe parecia providente; [e] disse: "mas quem haverá para conduzir esses 400 soldados àquele lugar contra as fileiras dos inimigos?" **9.** O tribuno respondeu: "se não encontrares mais ninguém, podes me usar para esse perigo; eu dou esta [minha] vida a ti e à república". **10.** O cônsul rende graças e louvores ao tribuno. **11.** O tribuno e 400 [soldados] se dirigem à morte. **12.** Os inimigos ficam pasmos com sua audácia; estão na expectativa de descobrir para onde estão a se dirigir. **13.** Mas, quando ficou claro que tomavam o rumo de ocupar aquela *uerruca*, o general cartaginês manda contra eles a infantaria e a cavalaria, os mais prontos homens que tinha no exército. **14.** Os soldados romanos são cercados, e cercados, contra-atacam; por longo tempo, trava-se uma batalha de resultado incerto. **15.** Enfim, o maior contingente prevalece. **16.** Todos os 400 caem de olhos fechados no tumulto, traspassados com espadas e dardos. **17.** No entretanto, o cônsul, enquanto a luta é travada, subtrai-se para posições seguras e elevadas. **18.** Mas acrescentamos aquilo que, por intervenção divina, ocorreu, naquela batalha, ao tribuno, comandante de 400 soldados, já não em nossas palavras, mas nas do próprio Catão:

<p>19. <i>Dii immortales tribuno militum fortunam ex uirtute eius dedere. Nam ita euenit: cum saucius multifariam ibi factus esset, tamen uolnus capiti nullum euenit, eumque inter mortuos defetigatum uolneribus atque quod sanguen eius defluerat, cognouere. Eum sustulere, isque conualuit, saepeque postilla operam rei publicae fortem atque strenuam praehibuit illoque facto, quod illos milites subduxit, exercitum ceterum seruauit. Sed idem bene factum quo in loco ponas nimium interest. Leonides Laco, qui simile apud Thermopylas fecit, propter eius uirtutes omnis Graecia gloriam atque gratiam praecipuam claritudinis inclitissimae decorauere monumentis: signis, statuís, elogiis, historiis aliisque rebus gratissimum id eius factum habuere; at tribuno militum parua laus pro factis reddita, qui idem fecerat atque rem seruauerat.</i></p>	<p>19. “Os deuses imortais concederam uma sorte ao tribuno militar conforme ao seu valor. Pois assim ocorreu: embora lá tenha sido ferido em muitos lugares, nenhum ferimento, contudo, atingiu sua cabeça, e o reconheceram entre os mortos, exausto pelas feridas e porque seu sangue havia sido derramado. Levantaram-no, e ele se restabeleceu e frequentemente, depois disso, prestou à república um serviço destemido e empenhado. E, por aquele fato, porque desviou aqueles soldados, salvou o resto do exército. Mas faz muita diferença em que lugar situes a mesma boa ação. Leônidas da Lacônia, que agiu de modo semelhante em Termópilas, mercê das suas virtudes, toda a Grécia adornou sua glória e seu distinto renome por meio de monumentos de elevadíssima celebridade: por imagens, estátuas, epitáfios, histórias e por outros meios tiveram aquele seu feito em altíssima estima; mas, ao tribuno militar, foi atribuída uma pequena glória pelos seus feitos, ele que fizera o mesmo e salvara a república”.</p>
<p>20. <i>Hanc Q. Caedici tribuni uirtutem M. Cato tali suo testimonio decorauit. 21. Claudius autem Quadrigarius annali tertio non Caedicio nomen fuisse ait, sed Laberio. (FRH.5.76)</i></p>	<p>20. Marco Catão ornou, com testemunho seu de tal qualidade, esse feito valoroso do tribuno Quinto Cedício. 21. Mas Cláudio Quadrigário, no terceiro livro dos <i>Annales</i>, afirmou que seu nome não era Cedício, mas Labério.</p>

Muitos autores perceberam que o texto pode ser seccionado em duas grandes partes (*grosso modo*, diríamos: *Dii... seruauit; Sed... seruauerat*), ambas assim terminando com formas do verbo *seruo*. De um ponto de vista temático, essas partes podem ser concebidas como respectivamente narrativa e reflexiva, na terminologia de Cornell (2013, 3, p. 123-124) e, de um ponto de vista estilístico, como separadas por “verdadeira fratura do [...] *genus dicendi*”, com nítida elevação formal na segunda parte (CARDINALI, 2017; cf., ainda, LEEMAN, 1963, p. 71; CALBOLI, 1996, p. 15; COURTNEY, 1999, p. 77; REICHARDT, 2008, p. 83; von ALBRECHT, 2012, p. 36). Fankhänel assinalou, de um lado, “a seção do relatório” (FANKHÄNEL, 1938, p. 25), “fechada em si mesma” (FANKHÄNEL, 1938, p. 26), e, de outro, a seção que “mostra como Catão, sempre que escapa a um simples relato, pode fazer seguir um segmento artisticamente construído” (FANKHÄNEL, 1938, p. 25, n. 28). Trata-se das “iterações sinonímicas, hipérbato, cúmulo de pronomes e outros indícios que documentam o alto empenho estilístico de todo o passo” (CALBOLI, 1986, p. 1087ss).

Concordamos com a ideia geral de uma bipartição, mas pensamos que uma discussão apropriada, que a passagem sem dúvida merece, deve partir de um seccionamento mais refinado, a cindir as duas seções aludidas em distintos segmentos. Propomos, para tanto, o seguinte esquema, em que ademais pareamos os segmentos de cada seção de acordo com a forte homologia que existe entre elas, que não nos parece ter sido apontada a contento na literatura crítica. Por facilidade de referência, referir-nos-emos a esses segmentos indicando o número da seção seguido do número do segmento:

	seção 1	seção 2
segmento 1	<i>Dii immortales... dedere.</i>	<i>Sed idem bene factum... interest.</i>
segmento 2	<i>Nam ita euenit... cognouere.</i>	<i>Leonides Laco... fecit..</i>
segmento 3	<i>Eum sustulere... praeibuit.</i>	<i>propter eius uirtutes, ... habuere;</i>
segmento 4	<i>illoque facto... seruauit.</i>	<i>at tribuno militum... seruauerat.</i>

Mais especificamente, a primeira seção se abre por uma afirmação geral (*dii immortales tribuno militum fortunam ex uirtute eius dedere*, 1.1), na forma de uma frase declarativa inicial que dá o sentido da narrativa, aludindo certamente à graça de ser salvo da morte, concedida pelos deuses ao tribuno por suas qualidades excepcionais, como se vê na sequência. Há então uma fórmula de transição para a narrativa (*nam ita euenit*), que vai substanciar a afirmação de 1.1. Essa narrativa ocupa os segmentos 1.2 e 1.3. No entanto, no segmento 1.2, há um forte componente descritivo, centrando-se tudo no estado em que o tribuno é encontrado no campo de batalha²⁵⁷; no segmento 1.3, é, a seu turno, o conteúdo narrativo que domina, dispondo o texto em três etapas o que aconteceu com o tribuno após ser identificado vivo no campo de batalha. O segmento 1.4, enfim, sumula o sentido geral do feito do tribuno: ter conduzido seus soldados a um feito que salvou o resto do exército.

A segunda seção guarda forte homologia para com a primeira, estabelecendo-se assim uma contraposição estruturada. É assim que ela igualmente se abre, no segmento 2.1, com uma afirmação geral, agora em forma de *sententia*, a preparar o leitor para uma

²⁵⁷ Aqui grassa discussão sobre o sentido exato de *uolnus capiti*, a necessidade de emenda do passo, etc, (cf. CORNELL, 2013, 3, p. 123), parecendo-nos que o sentido geral é que o tribuno pôde ser reconhecido (CALBOLI, 1996, p. 21).

contraposição: a diferença que um mesmo feito produz quando realizado em lugares distintos. O *sed* inicial é o único elemento que sugere um nexo interfrástico a impedir que se possa falar em frase inicial propriamente dita. Os segmentos 2.2 e 2.3 invertem seus correspondentes na primeira seção: é o segmento 2.2 que contém uma narrativa (sugestiva, ou virtual, porque inteiramente braquilógica: *simile fecit*), que tem por protagonista o homólogo laconiano de Quinto Cedício, Leônidas da Lacônia; o segmento 2.3 trata de descrever como os gregos renderam a Leônidas grandes homenagens por seu feito. Finalmente, o segmento 2.4 retorna ao tribuno, que, ao contrário, teria recebido muito pouca homenagem por parte dos romanos; concluindo-se com a expressão *rem seruauerat*, recupera a mesma expressão e a mesma ideia com que findara a primeira seção, isto é, que ele *exercitum ceterum seruauit*.

Desenhado esse enquadramento geral, note-se que a verdadeira oposição da elocução não é entre o todo da primeira e o todo da segunda seção, mas especificamente entre os respectivos segmentos 2 e 3. Já antes disso, internamente à primeira seção, oposição entre seus próprios segmentos 1.2 (descritivo) e 1.3 (narrativo), e, internamente à segunda seção, oposição entre os segmentos 2.2 (narrativo) e 2.3 (descritivo), que, portanto, desenharam uma estrutura quiástica entre as porções centrais das duas metades do texto. Vejamos.

O segmento 1.2 é caso evidente de composição que se desvia da frase narrativa elementar por uma série dos procedimentos já visitados: hipotaxe entre a oração concessiva (*cum saucius... esset*) e sua respectiva principal (*tamen uolnus euenit*), coordenação sindética entre elas e outro par hipotático, formado a seu turno por uma principal (*eumque... cognouere*) e uma causal (*quod sanguen... defluxerat*), colocando-se esta última no mesmo plano de um ablativo de meio (*uolneribus*) com que se liga por *atque*, o que é sem dúvida manifestação dos difusos procedimentos de expansão horizontal da expressão, pois, para além da particularidade sintática, *uolneribus atque quod sanguen eius defluxerat* protraí o sintagma em ordem de membros crescente. Adams nota que essa falta de simetria seria julgada “artística” (ADAMS, 2016, p. 10) e, como nota Lindholm, trata-se do único caso de coordenação entre substantivo e oração em Catão (LINDHOLM, 1931, p. 51). Embora não haja anteposição do verbo, chama a atenção a separação dos sintagmas (*eumque inter mortuos defetigatum; uolnus capiti nullum; operam rei publicae fortem atque strenuam*); são, como aponta Fankhanel, conjuntamente com o já visitado *mons ex sale mero magnus*, os únicos casos de

separação do grupo formado por substantivo e adjetivo fora do *De agricultura* (FANKHÄNEL, 1938, p. 147). No mesmo sentido, é notável a distância entre o último verbo e seu objeto (*eumque... cognouere*), entre os quais se interpõe até mesmo uma oração (*quod... defluxerat*). Conforme vimos (v., *supra*, item 4.3), esse conjunto de procedimentos é típico das seções descritivas preenchidas por *admiranda*. Nesse sentido, é interessante que o segmento se conclua justamente com um verbo de forte conteúdo visual, a assinalar a dimensão descritiva do passo: *cognouere*.

O segmento 1.3, a seu turno, organiza-se em três frases narrativas elementares, todas com verbo finito no *perfectum*, em posição final (cf. FANKHÄNEL, 1938, p. 26), com procedimento que já havíamos detectado em outros passos, vale dizer, braquilogia das duas primeiras frases, sem advérbio e com preenchimento do argumento por mero pronome pessoal (mas que são, de todo modo, anafóricos),²⁵⁸ e expansão horizontal do último, com dois elementos na posição do advérbio (*saepeque postilla*) e cúmulo sinonímico nos adjetivos que caracterizam o argumento acusativo (*fortem atque strenuam*; cf. *et uiri fortissimi et milites strenuissimi*, CATO.Agr.praef.; *eo postremum scribo quin populi et boni et strenui sient*, FRH.5.41). O único elemento discrepante do esquema das frases narrativas elementares é o emprego de *-que*, em *isque* e *saepeque*, de modo que, afora a relação da primeira frase com o segmento 1.2, não há propriamente parataxe. Conforme notou Goldberg, relativamente a este ponto, Catão “trata cada ação como uma unidade verbal discreta” (GOLDBERG, 1986, p. 174). Esquemáticamente temos, para este segmento:

advérbio (ou ≈)	demais constituintes	verbo
	<i>eum</i>	<i>sustulere</i>
	<i>isque</i>	<i>conualuit</i>
<i>saepeque postilla</i>	<i>operam rei publicae fortem atque strenuam</i>	<i>perhibuit</i>

Note-se que, na avaliação de Cornell, o que entende como passagem narrativa, isto é, o conjunto da primeira seção do texto, incluindo, indistintamente, os segmentos 1.2 e 1.3, “consiste em uma série de orações sobretudo paratáticas, com frequentes mudanças de sujeito” (CORNELL, 2013, 3, p. 123). O autor apresenta uma visão claramente negativa sobre a qualidade do texto nesse ponto, entendendo que “o efeito

²⁵⁸ “Nessas ligações mediante *is*, já há um primeiro entrelaçamento de duas frases, pois, com o pronome, uma pessoa ou coisa já nomeada é retomada na nova frase com todo seu conteúdo de informação” (FANKHÄNEL, 1938, p. 82).

geral é sequencial e incoerente, e a relação entre os fatos da narrativa é por vezes confusa” (CORNELL, 2013, 3, p. 123), avaliação que segue na esteira da desvalorização da parataxe que marca a recepção da obra de Catão (v., *supra*, item 1.1.1). Evidentemente, o recurso às frases narrativas elementares é tudo menos confusa, já que provê ao autor e a seu público uma estrutura de base previsível, em que a informação já vem previamente estruturada. A avaliação negativa da parataxe deve, assim, ser bastante matizada, à luz das características que destacamos; é antes o intenso recurso à hipotaxe (no segmento 1.2) e à coordenação sindética (no segmento 1.3) que merecem destaque, com a parataxe marcando antes a fratura entre os segmentos descritivo e narrativo (... *cognouere. Eum sustulere...*).

Breve consideração sobre as mudanças de sujeito referidas por Cornell também merece ser feita. Trata-se mais especificamente da sequência de verbos entre *cognouere* e *seruauit* (*cognouere, ... sustulere, ... conualuit, ... perhibuit, ... subduxit, ... seruauit*). Evidentemente, não há frequentes mudanças de sujeito, mas uma só: os dois primeiros verbos vão na terceira pessoa do plural – sujeito indeterminado –, e os quatro restantes, na terceira pessoa do singular, tendo por sujeito naturalmente o tribuno militar. Ainda que assim não fosse, já o vimos (*supra*, item 3.2.2), o estado arcaico da língua é o de “ausência de um sujeito expreso” (COURTNEY, 1999, p. 16), em que “surtem frequentes mudanças não assinaladas de sujeito quando o contexto é livre de ambiguidade” (COURTNEY, 1999, p. 16; v., ainda, item 3.2, *supra*).

Desse modo, a avaliação negativa de Cornell sobre os segmentos em questão – longe de isolada (Leeman, referindo-se também à primeira parte do episódio, afirma que é “um exemplo interessante do estilo histórico de Catão, ou antes de sua falta de um estilo histórico”, LEEMAN, 1963, p. 71) – não merece prosperar. Temos aqui, nos segmentos 1.2 e 1.3, elaborado contraste entre trecho vazado nas frases narrativas elementares da prosa narrativa oficial e partilhada pela tradição analística (segmento 1.3), eles mesmos submetidos a certa medida de empenho formal, e trecho de nítido desvio daqueles módulos por meio de manipulação de instrumentos de subordinação e coordenação sindética das orações e pelo arranjo da ordem das palavras, como em outras passagens descritivas nas *Origines* (segmento 1.2). Afirmamos que se trata de contraste elaborado porque ele espelha duas ênfases distintas, uma predominantemente descritiva (*cognouere*), e a outra prioritariamente narrativa (*euenit*), confirmando e estendendo observações que já tecêramos a partir de outros fragmentos das *Origines*.

Nos correspondentes segmentos 2.2 e 2.3 do *FRH.5.76*, temos um panorama distinto, que de fato chamou a atenção de diversos especialistas pela transformação da elocução.

Tentemos uma descrição estruturada. Temos aí três orações (que têm por núcleos *fecit*, *decorauere* e *habuere*). Todas elas exibem particularidades com relação aos seus respectivos sujeitos, que merecem breve comentário apenas para fins de esclarecimento preliminar. Na primeira, conforme diversos autores já apontaram, *Leonides Laco* é um *nominatiuus pendens* (cf. ERNOUT & THOMAS, 1953, p. 12, com outros exemplos em Catão),²⁵⁹ ou “nominativo isolado-enfático” (HOFMANN & SZANTYR, 1965, p. 29), como os que já vimos especialmente no epitáfio de Cipião Barbado (v., *supra*, item 3.1.5), isto é, nominativo que não funciona como sujeito de nenhuma oração e, portanto, neste caso, serve, sintaticamente, apenas a ser o antecedente do pronome relativo (cf. a discussão e as referências em CORNELL, 2013, 3, p. 124);²⁶⁰ poder-se-ia muito bem ter escrito *Leonides Laco simile apud Thermopylas fecit*, servindo aqui antes a reforçar o caráter de tópico do nominativo *Leonides Laco*. Na segunda e na terceira orações, a seu turno, a particularidade é a silepse de número, com o sujeito singular (*omnis Graecia*) concordando com verbos plurais (*decorauere* e *habuere*).²⁶¹

Isso posto, reorganizando ligeiramente a ordem sintática, temos o seguinte quadro:

²⁵⁹ Registre-se especialmente o seguinte: *Serui, ancillae, si quis eorum sub centone crepuit, quod ego non sensi, nullum mihi uitium facit* (*FOR.60*), cf., *infra*, item 4.4.2.

²⁶⁰ Christopher Krebs propõe tacitamente a emenda *Leonides Laco quidem simile apud Thermopylas fecit* (KREBS, 2006, p. 93). No entanto, o ponto não é discutido e não encontra nenhum apoio na tradição manuscrita, como se vê no aparato em HOLFORD-STREVEENS, 2020, 1, p. 176.

²⁶¹ Afinal, notar-se-á que se fala em *omnis Graecia*, e não *tota Graecia*, o que semanticamente pediria o singular. Cf. *FOR.17: inde omnem classem uentus Auster lenis fert*; cf., *infra*, item 4.2.1.

sujeito	arg. 1 (ac.)	arg. 2 (ac.)	sat. 1 (lugar)	sat. 2 (instrumento)	sat. 3 (causa)	verbo
<i>qui</i> [Leonides Laco]	<i>simile</i>	-	<i>apud</i> <i>Thermopylas</i>	-	-	<i>fecit</i>
<i>omnis</i> <i>Graecia</i>	<i>gloriam</i> <i>atque</i> <i>gratiam</i> <i>praecipuam</i>	-	-	<i>claritudinis</i> <i>inclitissimae...</i> <i>monumentis</i>	<i>propter</i> <i>eius</i> <i>uirtutes</i>	<i>decorauere</i>
[<i>omnis</i> <i>Graecia</i>]	<i>id eius</i> <i>factum</i>	<i>gratissimum</i>	-	<i>signis, statuis,</i> <i>elogiis,</i> <i>historiis,</i> <i>aliisque rebus</i>	[<i>propter</i> <i>eius</i> <i>uirtutes</i>]	<i>habuere</i>

Notar-se-á que indicamos por meio de colchetes não só *omnis Graecia* como sujeito da oração nucleada por *decorauere*, mas também replicamos da mesma forma o satélite *propter eius uirtutes* (adjunto adverbial de causa), que certamente se aplica conjuntamente àquela oração também, como se o início do segmento 2.3 (*propter eius uirtutes omnis Graecia*) fosse comum às duas orações. Essa simbiose inicial das orações é perseguida nos seus satélites aparentemente respectivos (adjuntos adverbiais de modo), pois exibem uma ligação peculiar, na medida em que *signis statuis, elogiis, historiis aliisque rebus* funciona como aposto de *monumentis*, com a primeira oração se terminando e a segunda iniciando por esse elemento. Há, assim, simbiose no começo e no fim. Certamente isso acontece porque as duas orações são semanticamente equivalentes, uma valendo pela outra, mas ampliando, ou encarecendo, seu conteúdo: *factum eius signis [...] gratissimum habuere* $\approx$ *gloriam atque gratiam monumentis decorauerunt*. Repare-se, nesse sentido, na correspondência entre *gratiam* e *gratissimum* nos argumentos acusativos respectivos.

Diante dessas descrições, o que temos é uma declaração curta, que resume toda uma narrativa – virtual, como dissemos, porque não é desenvolvida, mas meramente aludida por meio de duas palavras de baixa carga semântica: *simile fecit* –, com forte pausa em *fecit* (segmento 2.2), seguindo-se duas orações em intensa simbiose sintático-semântica, centradas na descrição das formas pelas quais os gregos honraram o feito de

Leônidas (segmento 2.3). Passamos então a comentar algumas particularidades elocutivas de cada segmento.

Referindo-se ao segmento 2.4, von Albrecht asseverou que “aí, a linguagem tem a simplicidade grandiosa de uma inscrição” (von ALBRECHT, 2012, p. 36). Pensamos, contudo, que essa afirmação se aplica sobretudo ao segmento 2.2, em que parece haver espécie de alusão a um conjunto complexo de práticas de gravação da memória das pessoas e dos feitos em suportes perenes, que já visitamos extensamente no item 3.1, *supra*. Elementos relevantes podem ser colhidos no túmulo de Cornélio Lúcio Cipião Barbado, analisado já no item 3.1.5. Conforme lá visto, para a unidade, lá destacada, como unidade métrico-sintática, por meio de traços horizontais (DEGRASSI, 1957-1963, 1, p. 179), *consol censor aidilis qui fuit apud uos*, existe paralelo quase idêntico no túmulo de seu filho: *cosol censor aidilis hic fuit a[pu]d uos*. Descontado o problema da grafia *consol/cosol*, temos aqui exemplo paralelo idêntico para o *nominatiuus pendens* seguido de oração relativa introduzida por *qui* ($\approx$ *quei*).²⁶² Assim, aquela estrutura, sugere-o o *elogium* de seu filho, sintaticamente aparece como correspondente à frase não relativa, com substituição do *quei* por *hic*.²⁶³ Ora, a equivalência entre *qui* e *hic* nesses dois epítáfios parece trazer confirmação bastante sólida à hipótese de que teríamos caso de determinante nominal, como aliás provavelmente em outras construções catonianas com forte marcação do tópico, conforme observamos em outros pontos deste capítulo.

Para além desse elemento fundamental, note-se, entre a frase catoniana e o epítáfio dos Cipiões, o eco de *apud*, no sentido arcaico de *in* (TILL, 1968, p. 23), e o verbo no *perfectum*, que, em Catão, é braquilógico, como já dissemos, mas que figura no lugar de uma realização militar, como aquelas que, na sequência do epítáfio de Cipião Barbato, são referidas pelos verbos *cepit*, *subegit* e *abdoucit*. Não se deixará de notar também que essa elocução braquilógica paratática não se afasta da frase narrativa – aqui inicial, com encarecimento do tópico – no emprego do verbo no *perfectum* em posição final, pelo que faz sentido ainda que se associe o segmento 2.2 ao segmento 1.3.

²⁶² Em sua versão para o latim clássico, Ernout pontua da seguinte maneira: “*Cornelius Lucius Scipio Barbatus / Gnaeo patre prognatus, fortis uir sapiensque, / cuius forma uirtuti parissima fuit; / Consul, censor, aedilis qui fuit apud uos. / Taurasiam, Cisaunum <in> Samnio cepit. / Subigit omnem Lucaniam obsidesque abducit*” (ERNOUT, 1947, p. 14).

²⁶³ Pensamos, por isso, que não assiste razão a Cornell quando afirma, sobre o *nominatiuus pendens*, tratar-se aqui de “um modo informal de introduzir um tópico de forma muito enfática, e assim quase certamente reflete a língua falada” (CORNELL, 2013, 3, p. 124). Se as origens últimas da construção podem estar na língua falada, estamos já aqui diante de processamento complexo de dado trazido para o domínio da língua literária. Um pouco no mesmo sentido de Cornell expressa-se CALBOLI, 1996, p. 14.

Tudo indica, assim, que, no segmento 2.2 de nosso fragmento, estejamos diante de uma mimetização da elocução de epitáfios que já eram antigos de um século para Catão. Essa hipótese nos parece ademais confirmada pela insistência de todo o segmento 2.3 nos *monumenta*, dentre os quais os *elogia*, no ponto em que as duas orações daquele segmento se encontram (... *monumentis: signis, statuis, elogiis, historiis aliisque rebus*), e pela centralidade da noção de *uirtus* (*propter eius uirtutes* em *FRH.5.76*; *quouis forma uirtutei parisuma fuit*, em *CIL I² 7*).

Isso posto, podemos comentar brevemente alguns elementos da elocução do segmento 2.3, que, já o indicamos, se encontra eivado de qualidades próprias à descrição. Já assinalamos a intrincada construção da frase, com simbiose complexa entre as duas orações, no que se pode ver caso extremo de manipulação sintática, inclusive com anteposição de verbo (*decorauere monumentis*) no ponto de solda, pelo que estamos no terreno dos desvios próprios às passagens descritivas (Courtney destaca que esse deslocamento “adiciona um toque de arte na ordem das palavras desse período estilisticamente ambicioso”, COURTNEY, 1999, p. 75).²⁶⁴

Sobressaem diversos procedimentos de encarecimento importados à modularidade rítmica dos *carmina*. No aspecto fônico, destacam-se as aliteraões (em /g/: *Graecia gloriam atque gratiam*; em /s/: *signis, statuis*), em ambos os casos em cúmulos sinonímicos, seja sindéticos (*gloriam atque gratiam*) seja assindéticos (*signis, statuis*), e os homeoteleutos (*gloriam atque gratiam praecipuam; monumentis: signis, statuis, elogiis, historiis*). No aspecto lexical, a escolha de palavras é bastante bem estruturada. Chama a atenção, em primeiro lugar, a sequência *signis, statuis, elogiis, historiis*, que, como Courtney notou, está articulada em duas unidades de palavras respectivamente latinas e gregas: “a lista está disposta de modo que as palavras latinas estão unidas por aliteração e se elevam de duas para três sílabas, mas são desbancadas pelas palavras gregas, cada uma de quatro sílabas” (COURTNEY, 1999, p. 78). Em seguida, nota-se a escolha de palavras em *claritudinis inclitissimae* (“palavras épicas” diz LEEMAN, 1963, p. 71), com um composto em *-tudo*, de marca arcaica (cf. TILL, 1968, p. 20, comentando *GEL.17.2.20*, sobre *duritudo*; lista de palavras com esse sufixo em TILL, 1968, p. 99; mais amplamente, CUGUSI, 1991), e adjetivo recorrente na poesia, “a palavra poética

²⁶⁴ Mais crítica a posição de Fankhänel, para quem se trataria de “um uso muito mais pesado, ainda inteiramente esquemático, dessa disposição” (FANKHÄNEL, 1938, p. 162), o que nos parece juízo estético altamente subjetivo.

inclutus, que ademais disso ainda aparece no superlativo” (von ALBRECHT, 2012, p. 35-36). Note-se construção semelhante no *FRH.5.28*, que Festo localiza no segundo livro das *Origines*: *in maximum decus atque in excelsissimam claritudinem sublimauit* (“elevou-o à mais alta glória e à mais elevada distinção”, *FRH.5.28*), a que retornaremos na sequência.

Há também recurso às expansões horizontais, no já notado cúmulo *gloriam atque gratiam*, mas sobretudo na *frequentatio* (*Rhet.Her.4.XL.52*, do tipo *congeries synonymica*, cf. CALBOLI, 1993, p. 404-405) em *monumentis: signis, statuis, elogiis, historiis aliisque rebus*. Aqui também o procedimento tem paralelo na prosa catoniana das *Origines*, especificamente em descrição de ornamentos femininos: *mulieres opertae auro purpuraque; arsinea, rete, diadema, coronas aureas, rusceas fascias, galbeas lineos, pelles, redimicula* (“mulheres cobertas de ouro e púrpura; penteado, touca, diadema, coroas de ouro, faixas vermelhas, braçadeiras de linho, peles, colares”, *FRH.5.109*). Mais discretamente, mas de forma também significativa, podemos citar o uso pleonástico do pronome demonstrativo (*id eius factum*). Mas certamente, conforme já apontamos, é a simbiose entre duas orações sinônimas, que servem de amplificação uma da outra, que constitui o mais claro procedimento de expansão horizontal da expressão.

Sobre o próprio episódio de Quinto Cedício, Reichardt remete, referindo-se a algumas das modalidades de operações que aí identificamos, à “língua oficial e ritual latina, que empresta uma formalidade e uma festividade certas à dicção” (REICHARDT, 2008, p. 81), o que fica fundamentado pelas considerações aqui tecidas. Calboli, em leitura densa do episódio, chega a propor que existe um teor religioso no fragmento, ligado à ideia da *deuotio*, com a particularidade de inexistência de vítima sacrificial, como em princípio requerido (CALBOLI, 1996, *passim*, especialmente p. 23-25). Todo o encarecimento verbal, pensa, “pertence à língua antiga e está em conexão com a religiosidade romana” (CALBOLI, 1996, p. 27), expressando “um tipo de dedicação religiosa ao serviço da república” (CALBOLI, 1996, p. 27), razão pela qual estaria aqui particularmente conectado com a tradição dos *carmina* (CALBOLI, 1996, p. 27). A motivação sem dúvida é problema mais difícil de sondar, mas certamente é notável a combinação hábil entre módulos narrativos e suas transformações segundo diretrizes próprias à componente descritiva, incluindo a aplicação dos procedimentos da modularidade rítmica dos *carmina*.

A intensa expansão elocutiva no segmento 2.3, também já se notou, tem um contraponto no segmento 2.4: “o período expansivo sobre Leônidas é seguido por aquele, muito menor, atribuído ao romano” (COURTNEY, 1999, p. 78), em que se deve notar sobretudo a braquilogia, pela supressão do auxiliar *est*: *parua laus pro factis relictā [est]*. É provável que haja uma ampla mimese aqui do conteúdo do passo, entre a *gloria atque gratia praecipua* atribuída a Leônidas pelos gregos e a *parua laus* conferida a Cedício pelos romanos. É nesse sentido a observação de Cardinali, para quem, no segmento 2.3, Catão teria buscado se elevar, “no estilo, à altura da personagem mencionada e ao registro que os autores gregos haviam utilizado para elogiá-lo” (CARDINALI, 2017, *ad loc.*). O contraponto do segmento 2.4 é simplesmente o corolário lógico disso (é também a conclusão de REICHARDT, 2008, p. 84).

O episódio de Quinto Cedício constitui espécie de *exemplum uirtutis* (KIERDORF, 2003, p. 23; cf. também ASTIN, 1978, p. 231-232), com complexo arranjo de segmentos internos do texto. Com relação a esse episódio, justamente, alguns autores se deram conta da existência de uma destacada componente funcional na prosa catoniana, sendo a passagem em geral privilegiada por aqueles que vislumbraram a possibilidade de desenvolver um “formalismo funcionalista” do texto de Catão (v., *supra*, item 1.1.1). Para Astin, por exemplo, “seu uso do estilo era funcional” (ASTIN, 1978, p. 238), de modo que haveria fatores encorajando o encarecimento formal do texto, a saber, “o desejo de tirar uma vantagem didática do clímax de uma história” e a existência de “eventos rápidos ou dramáticos, reminiscentes das passagens descritivas em seus discursos” (ASTIN, 1978, p. 239; cf., também, REICHARDT, 2008, p. 83). Trata-se da intuição fundamental de von Albrecht (v., *supra*, item 1.1.1), já por nós referida, para quem, no passo aqui analisado, “mostra-se que a língua e o estilo são tratados, em grande medida, funcionalmente” (von ALBRECHT, 2012, p. 36). Afinal, aquele especialista notou que, de um lado, “onde se trata de uma sequência de acontecimentos, não se busca criar variedade ou relevo artísticos, porque isso não favorece a matéria” (von ALBRECHT, 2012, p. 36), e, de outro, “tão logo cuida-se de enfatizar determinados segmentos, ou pôr em relevo relações ou oposições, as partículas lógicas e também as composições hipotáticas ficam conjuntamente à disposição de Catão” (von ALBRECHT, 2012, p. 36).

Nesse episódio, contudo, pudemos verificar, em passagem mais extensa, a existência de módulos e procedimentos – em “distintos registros estilísticos” (REICHARDT, 2008, p. 85) – de mesma feitura que aqueles dos fragmentos menores das

Origines e, além disso, exibindo padrões bastante semelhantes de distribuição funcional, com divisão bastante perceptível entre narrativa e descrição.

Antes de terminar esta seção, pensamos que a análise do episódio de Quinto Cedício pode ser utilmente completada pela tomada em consideração de alguns passos assemelhados em Catão e em outros analistas, que sugerem que a ἀριστεία daquele tribuno militar provavelmente não era a única nas *Origines*, mas antes consistia em um gênero de episódio, replicado em outras partes da obra e mais amplamente difundido na tradição analística. O passo catoniano, já aludido *supra*, é o seguinte:

	PRISC.GL.2.227
<i>Cato in I Originum: Nam de omni Tusculana ciuitate soli Lucii Mamili beneficium gratum fuit. (FRH.5.25)</i>	Catão, no livro primeiro das <i>Origines</i> : “pois, de todos os cidadãos tuscúlanos, apenas o favor de Lúcio Mamílio foi bem acolhido”.

Trata-se de relato concernente a Lúcio Mamílio, ditador de Túsculo, que foi o primeiro estrangeiro a receber a cidadania de Roma, em 458 a.C., após ter apoiado Roma contra clientes e escravos amotinados (SCHÖNBERGER, 2000, p. 515-516; CUGUSI & SBLENDORIO CUGUSI, 2001, *ad loc.*; CORNELL, 2013, 3, p. 76). Infelizmente, dispomos de uma única frase, introduzida por partícula que indica nexos interfrásticos (*nam*). Não apenas a menção a personagem que gozou de reconhecimento por um feito notável, no entanto, aproxima as passagens, mas também o próprio vocabulário (de um lado: *beneficium gratum* $\approx$ *beneficium*; *gratiam*; *gratissimum... factum*; de outro: *de omni Tusculana ciuitate... gratum fuit* $\approx$ *omnis Graecia... gratiam... decorauere*).

Temos ainda traço de outro *elogium* catoniano, a respeito também de feito militar excepcional reconhecido pela república – o do próprio Catão, em Termópilas, em 191 a.C., segundo narrado por Plutarco, infelizmente sem citação literal:

	PLU.Cat.Ma.14.2-4
[2.] ὁ δὲ Κάτων ἀεὶ μὲν τις ἦν, ὡς ἔοικε, τῶν ἰδίων ἐγκωμίων ἀφειδῆς καὶ τὴν ἀντικρυς μεγαλαυχίαν ὡς ἐπακολούθημα τῆς μεγαλουργίας οὐκ ἔφευγε, πλεῖστον δὲ ταῖς πράξεσι ταύταις ὄγκον περιτέθεικε, 3. καὶ φησι τοῖς ἰδοῦσιν αὐτόν τότε διώκοντα καὶ παίοντα τοὺς πολεμίους παραστήναι μηδὲν ὀφείλειν Κάτωνα τῷ δήμῳ τοσοῦτον, ὅσον Κάτωνι τὸν δῆμον, αὐτόν τε Μάνιον τὸν ὑπατον θερμόν ἀπὸ τῆς νίκης ἔτι θερμῷ περιπλακέντα πολὺν χρόνον ἀσπάζεσθαι καὶ βοᾶν ὑπὸ χαρᾶς, ὡς οὐτ’ ἂν αὐτὸς οὐθ’ ὁ	[2.] Catão, que sempre foi bastante generoso, conforme parece, em louvar a si mesmo e não hesitou em seguir seus grandes feitos com louvores igualmente grandes, é muito pomposo em seu relato desse feito, 3. e diz que aqueles que o viram na época perseguindo e acantonando os inimigos, sentiram-se convencidos de que Catão devia menos ao povo do que o povo a Catão, e [diz] também que o próprio cônsul Mânio, inflamado devido à vitória, abraçou-o ainda quente e o saudou longamente, bradando de felicidade como

σύμπας δῆμος ἐξισώσει τὰς ἀμοιβὰς ταῖς Κάτωνος εὐεργεσίαις. 4. μετὰ δὲ τὴν μάχην εὐθὺς εἰς Ῥώμην ἐπέμπετο τῶν ἡγωνισμένων αὐτάγγελος· καὶ διέπλευσε μὲν εἰς Βρεντέσιον εὐτυχῶς, μᾶ δ' ἡμέρα διελάσας ἐκεῖθεν εἰς Τάραντα καὶ τέσσαρας ἄλλας ὁδεύσας πεμπταῖος εἰς Ῥώμην ἀπὸ θαλάσσης ἀφίκετο καὶ πρῶτος ἀπήγγειλε τὴν νίκην. καὶ τὴν μὲν πόλιν ἐνέπλησεν εὐφροσύνης καὶ θυσιῶν, φρονήματος δὲ τὸν δῆμον ὥς πάσης γῆς καὶ θαλάσσης κρατεῖν δυνάμενον...	nem ele nem todo o povo poderiam oferecer recompensas apropriadas a Catão por suas boas ações. 4. Imediatamente depois da batalha, Catão foi enviado a Roma para anunciar em pessoa o sucesso do empreendimento. Ele navegou com sucesso para Brundísio, em um único dia alcançou Tarento, e viajando mais quatro dias, no quinto dia após aportar, chegou a Roma e foi o primeiro a anunciar a vitória. Ele encheu a cidade de alegria e de sacrifícios, e o povo com o sentimento de orgulho de ter conseguido dominar terra e mar.
--	---

Segundo Cornell, a fonte do fragmento eram “provavelmente as *Origines*, embora detalhes dessa campanha também estejam incluídos no discurso *de consulatu suo*” (CORNELL, 2013, 3, p. 154). Estão aí os elementos centrais do grande feito (μεγαλουργίας, εὐεργεσίαις) e do reconhecimento do povo romano. Embora a elocução catoniana escape a nosso conhecimento, está evidente que ela era grandiloquente (πλεῖστον δὲ ταῖς πράξεσι ταύταις ὄγκον περιτέθεικε) e, admitida a inclusão do episódio nas *Origines*, em que dificilmente Catão o teria deixado passar, ainda outra instância de ἀριστεία motivada por feito militar, a inserir o episódio de Quinto Cedício em efetiva série de episódios congêneres.

Outros analistas permitem constatar a natureza tópica do episódio com um pouco mais de contexto. Fankhänel traça ao menos dois paralelos, em passos que destacam determinadas personagens por meio de procedimento específico afim ao do segmento *Leonides Laco...*: “em todos esses passos, o nominativo está elevado, na primeira posição da seção” (FANKHÄNEL, 1938, p. 52).

O primeiro é o relato feito por Calpúrnio Pisão sobre o primeiro episódio em que foi conferida uma coroa honorífica àquele que expurgou o acampamento inimigo, após a Batalha do Lago Regilo (496 ou 495 a.C.):

	PLIN. <i>Nat.</i> 33.38
<i>A. Postumius dictator apud lacum Regillum castris Latinorum expugnatis eum, cuius maxime opera capta essent,</i> ²⁶⁵ <i>hanc coronam ex praeda is dedit <II> librarum. (FRH.9.23)</i>	Aulo Postúmio, ditador, tendo sido tomado o acampamento dos latinos perto do lago Regilo, deu àquele, por cujo esforço foi, acima de todos, tomado [o acampamento] esta coroa de duas libras, tirada ao butim.

²⁶⁵ Na pontuação, seguimos FANKHÄNEL, 1938, p. 52.

O passo aproveita extensamente a linguagem dos *tituli* simples (cf., *supra*, item 3.1.1), com que coincide no início e no fim: *A. Postumius dictator* (nome e cargo no nominativo, típicos do *corpus*) e *ex praeda dedit* (frasema recorrente no *corpus*). É a explicitação do objeto dado que amplia a elocução (*hanc coronam... II librarum*), bem como o desenvolvimento do contexto do feito, que, naquelas inscrições, poderia ser assinalado por ablativo absoluto, servindo-se por exemplo do *capta* que aqui figura (e muito frequente naquele *corpus*, que costuma escolher entre *cepit* e *dedit*, excepcionalmente cumulando os dois verbos), em alguma construção como *Regillo capta*. Fica indiciado, assim que, como o modelo dos *elogia* epigráficos para Catão, um mesmo estrato da prosa oficial parece ser aproveitado em Calpúrnio Pisão.

O segundo passo comparável retirado aos analistas é um elogio de Marco Mânlio, pelo analista Cláudio Quadrigário, com atuação destacada na guerra galo-romana, no início do século IV a.C.:

	GEL.17.2.14
“ <i>Nam Marcus Manlius</i> ”, <i>inquit</i> , “ <i>quem Capitolium seruasse a Gallis supra ostendi cuiusque operam cum M. Furio dictatore apud Gallos cumprime fortem atque <in>exsuperabilem res publica sensit, is et genere et ui et uirtute bellica nemini concedebat</i> ”. (FRH.24.3)	“Pois Marco Mânlio”, diz, “que eu acima mostrei que manteve o Capitólio a salvo dos gauleses e cujo esforço contra os gauleses, em conjunto com o ditador Marco Fúrio, a república julgou particularmente corajoso e sem igual, ele não era inferior a ninguém, nem em estirpe, nem em força, nem em bravura bélica”.

Para Halla-Aho, trata-se do “mais próximo paralelo” para o segmento catoniano relativo a *Leonides Laco* (HALLA-AHO, 2018, p. 213), aqui também havendo um nominativo isolado-enfático no começo, seguido de relativa, cuja principal o retoma pelo demonstrativo *is*. Para além dessa particularidade e do reconhecimento de um feito pela república, são também notáveis os cúmulos sinonímicos (*fortem atque <in>exsuperabilem*; depois, aliteração em /w/ entre os dois últimos membros, em ordem silábica crescente, que são ademais os semanticamente mais próximos, da seguinte série: *et genere et ui et uirtute bellica*), ou seja, valendo-se daqueles expedientes de encarecimento formal que se casam funcionalmente com essas situações em que a simples narrativa é como que arrancada a seu contexto propriamente narrativo e elevada a um quadro de descrição narrativa, servindo de *exemplum uirtutis*.

Fica evidente, assim, que o episódio de Quinto Cedício está bem ancorado em um conjunto de práticas comemorativas em que os mesmos tipos de expedientes linguísticos são postos a serviço de assinalar o valor do feito militar de indivíduo em prol da comunidade. Evidencia-se assim também o fato de que Catão está precisamente a escrever no interior de um sistema prosaico funcional, que é o seu, com suas particularidades, evidentemente, mas que também o atravessa e o constitui.

4.5. As frases narrativa e descritiva catonianas: tentativa de síntese

Nos itens 4.2, 4.3 e 4.4, pudemos examinar um conjunto de fragmentos, de maior ou menor extensão, provindos das *Origines* de Catão, constatando que a matéria daquela obra, com toda sua complexidade taxonômica, de que buscamos dar conta, está vazada em algumas estruturas fundamentais, que são essencialmente a frase narrativa e sua homóloga transformada, a frase descritiva, ambas a constituir verdadeiros módulos frasais que se vão combinando, em direção à construção dos distintos segmentos desse texto episódico (*capitulatim scriptus*).

Em um como em outro caso, em segmentos de dominante narrativa ou descritiva, o episódio e suas subseções vêm iniciados por uma frase enunciativa, ou declarativa, inicial que se distingue formalmente das demais pela inexistência (ou diminuta relevância) de anafóricos. Especialmente nos segmentos descritivos, essa frase inicial é marcada pela anteposição do tópico, expresso amiúde por expressão adverbial (*in campo Tiburti*, FRH.5.40; *in Sauracti et Fiscello*, FRH.5.47; *in Italiam*, FRH.5.48), por um nominativo (*Thesunti*, FRH.5.45; *ager Gallicus Romanus*, FRH.5.46), muito frequentemente por um nominativo isolado enfático (*Libui*, FRH.5.30; *mons... magnus*, FRH.5.116; *Leonides Laco*, FRH.5.76), ao lado de casos em que não há nominativo isolado enfático e mesmo assim há pronome relativo após a primeira palavra, tópica (*agrum quem*, FRH.5.24a). É notável a recorrência de frases iniciais dedicadas a desenvolver um nome (*Thesunti Tauriani uocantur...*, FRH.5.45; *mapalia uocantur...*, FRH.5.84a; *ager Gallicus Romanus uocatur...*, FRH.5.46).

Essa mais intensa topicalização, dissemos, é mais evidente nos segmentos de dominante descritiva, talvez porque muitos desses segmentos se apresentassem como digressões mais diminutas na tessitura globalmente narrativa, logo mais propícios a uma transcrição integral. Dispomos de muito menos frases evidentemente iniciais em

segmentos narrativos, que, no mais das vezes, flagramos *in medias res*. O *FRH.5.76*, contudo, sugere um procedimento diverso, com frase que sumula o sentido do passo, sem dependência do segmento anterior (*dii immortales tribuno militum fortunam ex uirtute eius dedere*) e uma fórmula de transição com o advérbio catafórico *ita* e *nam* prospectivo, ou de transição (KROON, 1995, p. 152-155) (*nam ita euenit*). Curiosamente recorre também a um *nam*, necessariamente prospectivo, o *FRH.5.25*, com frase que possivelmente seja frase narrativa relativamente inicial (*nam de omni Tusculana...*).

O nominativo isolado-enfático *Leonides Laco* (*FRH.5.76*) aponta ademais para uma relação genética entre frases narrativas iniciais catonianas e aquelas frases narrativas iniciais típicas da prosa administrativa oficial. Sem dúvida, a perda da inteireza das *Origines* é lamentável, entre outras razões, por não nos permitir contrapor sistematicamente o sistema de perenização da memória individual codificado nos formulismos daqueles gêneros de texto e o empreendimento catoniano. De todo modo, as *narrationes* nos discursos de Catão, examinadas *infra*, itens 5.2.2 e 5.3, permitirão extrair alguns elementos adicionais para a reflexão sobre esse ponto.

Evidentemente, o material relativo às frases enunciativas (relativamente) iniciais – isto é, aqueles que iniciam segmentos que se independentizam dos anteriores, o que pode se dar com graus distintos de autonomia, de onde a relatividade do caráter inicial – é diminuto. Contudo, fica, pensamos, evidenciada, de um lado, a relevância e a recorrência da frase inicial (declarativa, enunciativa) nos distintos tipos de segmentos que formam a prosa catoniana e notadamente nos episódios das *Origines* e, de outro, a notável especificidade funcional que se reflete na tipologia dessas frases, com evidentes distinções formais, a depender da natureza do segmento, se narrativo ou descritivo (ou ainda argumentativo, como se verá mais à frente). Assim, seria possível conceber, ao menos em tese, espécies de frase inicial narrativa, descritiva, argumentativa, etc..

Isso posto, os blocos textuais catonianos amarram uma cadeia mais ou menos extensa de frases subsequentes à frase inicial em cada uma daquelas tipologias de segmentos textuais. A frase narrativa sequencial, cuja conformação na prosa administrativa oficial e nas obras prosaicas que dela se nutriram nos ocupou extensamente em 3.1, *supra*, é claramente o molde fundamental não apenas para a frase narrativa catoniana, mas ainda para a frase descritiva, que dela se apossa, promovendo transformações a que já nos referimos e que sumularemos em breve.

Nos segmentos de dominante narrativa, contudo, o molde elementar é, vimo-lo extensamente, o de frases enfileiradas parataticamente (daí seu caráter modular que nos convida a pensar efetivamente em módulos frasais) que se iniciam por advérbio temporal ou expressão adverbial temporal e terminam por um verbo conjugado no *perfectum* (*igitur... monuit, FRH.5.78; postridie... pugnauit, FRH.5.95*). O caráter apositivo desses módulos enfileirados resulta na equivalência entre os módulos com verbo finito e aqueles terminados por infinitivo dependente (*postridie... arcessi, FRH.5.79*) ou particípio (*inde... redeuntes, FRH.5.45*), que têm relevante autonomia frasal e mimetizam a estrutura dos módulos frasais com verbo finito.

Essas frases narrativas sequenciais elementares, ou módulos narrativos elementares, podem sofrer a incidência de uma série de procedimentos, alguns incidentes justamente sobre esses elementos liminares definidores que são o início por advérbio temporal e o fim por verbo em geral finito e no *perfectum*. Com relação à posição adverbial, ela pode vir ocupada por outros anafóricos que não os temporais, sejam outros advérbios ou locuções adverbiais (*eodem... accessitauere, eo... auxit, FRH.5.117; propter id... coepit, FRH.5.15*), sejam pronomes (*ea... exaugurauit, FRH.5.18a; eumque... cognouere, eum sustulere, isque conualuit, FRH.5.76*). A supressão de advérbios temporais tem relevante impacto na narrativa, seja tornando-a mais braquilógica (talvez mais acelerada), no caso da eliminação completa de anafóricos adverbiais, seja introduzindo outros nexos semânticos que não a pura sucessividade, no caso de sua substituição por outros constituintes adverbiais, neste caso com importante campo de compenetração entre a frase narrativa e a descritiva.

À condensação horizontal – supressão da posição sintagmática do advérbio – contrapõe-se a expansão horizontal – replicação da posição sintagmática daquele constituinte, que, como vimos, é procedimento que se aplica potencialmente a todas as posições da frase, com conotações muito particulares, a depender das especificidades de seu agenciamento.²⁶⁶ No que toca aos constituintes adverbiais especificamente, verificamos que esse enfileiramento em geral produz uma progressiva especificação semântica com a acumulação de expressões mais elaboradas, como por exemplo os ablativos absolutos ou adjuntos adverbiais mais extensos (*postridie signis conlatis...*

²⁶⁶ “Chama-se ‘expansão’ a todo elemento acrescido a um enunciado que não modifica as relações mútuas e a função dos elementos preexistentes. Pode-se, assim, em certo sentido, dizer que tudo em um enunciado pode ser considerado como expansão do monema predicativo, excetuados os elementos indispensáveis à atualização desse monema” (MARTINET, 1970, p. 128).

pugnauit, FRH.5.95; deinde duouicesimo anno post dimissum bellum... decessere, FRH.5.77a; saepeque postilla... praehibuit, FRH.5.76).

Com relação à posição terminal da frase narrativa (sequencial) elementar, procedimento específico é o recurso ao presente histórico (*deinde... iubet, FRH.5.79*; [frase talvez cortada no começo, com possível perda do advérbio ou dos advérbios] ... *respondit, FRH.5.42*) ou então ao infinitivo histórico (*igitur... facere, FRH.5.20; compluriens... occidere, compluriens... transfugere, compluriens... facere, FRH.5.81*), mas também aqui se manifesta a expansão horizontal ([frase possivelmente cortada no começo, com possível perda do advérbio ou dos advérbios] ... *eduxit foras atque instruxit, FRH.5.97*). Essas manipulações do verbo são novamente estratégias destinadas a produzir efeitos que, em seu grau semântico mínimo, cuidam de emprestar relevo, em um contexto suprafrasal, àquelas unidades, como a irrupção do presente o fazia, promovendo hierarquia e destaque na prosa oficial administrativa (v., por exemplo, 3.1.2 e 3.1.4, *supra*).

Algumas frases narrativas, enfim, não podem ser consideradas elementares, por mais que dialoguem com aquele modelo, caso notadamente daquelas em que segmento narrativo está vazado com recurso à hipotaxe, em estruturas mais ou menos complexas (*neque satis habuit, quod eam in occulto uitiauerat, quin eius famam prostitueret, FRH.5.27*), uma vez recorrendo ao díptico condicional (truncado na transmissão: *si inde nauis putidas atque sentinosas commeatum onerare uolebant, FRH.5.29*) e uma vez com uma estrutura complexa, marcada pela localização do evento principal na circunstancial posposta (*itaque res uber fuit, antequam legiones, FRH.5.37*), estratégia equivalente ao *cum* inverso que certa bibliografia vê como marca de abandono do suposto primitivismo da prosa analística.

A frase descritiva que poderíamos denominar “elementar” é homóloga à frase narrativa, como vimos, mas tem regime distinto justamente no que respeita à primeira e à última posições. A generalização é mais complexa, até porque a descrição parece se transmitir a distintos contextos como uma propriedade capaz de transformar frases em princípio de outro molde (dotadas ou não de sucessividade, providas ou não de prescritividade, etc.). De todo modo, podem-se dizer duas as tendências fundamentais pelas quais a frase descritiva se distingue da narrativa, para além do emprego dos verbos no presente *infectum*. A primeira é o tratamento da posição inicial com intensa marcação de topicalidade, como já vimos acima para as muitas frases descritivas iniciais, em que

se convocam estratégias extremas, como o nominativo isolado enfático; as frases descritivas iniciais tendem a se iniciar por novo constituinte nominal (*securim... ferunt, gelum... excidunt, FRH.5.30; septimus... dispescit, FRH.5.45*) ou, em outro nível hierárquico, em frase descritiva sequencial, por anafórico pronominal (*eum... auferunt, FRH.5.45; ea... sunt, FRH.5.30; is oritur, FRH.5.111*). A outra tendência, correspondente ao destaque do tópico na frase descritiva inicial, é o destaque dado à última posição, no que parece ser a última frase de cada episódio, sobretudo pela anteposição do verbo, concedendo a última posição a constituinte que vem destarte focalizado. Essa construção, vimos, é típica dos prodígios (... *saliunt e saxo pedes plus sexagenos, FRH.5.47; ... progredi usquam, FRH.5.48*).

Essas duas características dos segmentos descritivos permitem distingui-los de seus correspondentes narrativos também sob uma perspectiva suprafrasal. Afinal, o encarecimento da primeira posição da primeira frase e da última posição da última frase, com estruturas intermediárias de frases abertas por constituintes nominais (lexicais ou pronominais) e findas por verbo no presente *infectum*, fornece espécie de módulo suprafrasal com clara delimitação relativamente aos demais (sejam eles também descritivos, narrativos ou outros), o que parece se promover de forma menos marcada no caso dos segmentos narrativos, notadamente no que podem ser tidas como suas últimas frases antes de um novo segmento (relativamente) inicial, talvez apoiando-se também em nexos transfrásticos que produzem uma progressão menos incisiva, como o *nam* prospectivo, de que já falamos, também a atenuar as fraturas entre segmentos. É como se os segmentos descritivos viessem assim encapsulados, aptos a se introduzir como digressões no tecido narrativo, embora seja de todo impossível perscrutar o peso relativo que poderiam ocupar segmentos narrativos e descritivos nas *Origines* para além das indicações gerais fornecidas por Nepos.

Concomitantemente com esse tratamento diferencial das posições inicial e final – nos níveis frasal e suprafrasal –, os segmentos descritivos se assinalam, sobretudo quando adotam o regime próprio à descrição dos portentos, por um mais amplo recurso às expansões horizontais, não de qualquer forma, mas cumulando constituintes na mesma posição do eixo sintagmático e assinalando os cúmulos por toda sorte de paralelismo, com recurso, portanto, aos procedimentos próprios à elocução dos *carmina*. Exemplificativamente: homeoteutos (*ferrarae argentifodinae pulcherrimae, FRH.5.116; aquatum ut lignatum, FRH.5.3*), aliteraões (em /p/: *magnus atque pulcher*

pisculentus, FRH.5.111; *pedes plus sexagenos*, FRH.5.48; em /m/: *mons ex sale mero magnus*, FRH.5.116), anáforas, poliptotos e outras figuras de repetição (*de fluuiio qui propter fluit*, FRH.5.45; *et portet et portam uocet*, FRH.5.66b; *demessuit... metit*, FRH.5.40), fenômenos que se manifestam frequentemente em cúmulos assindéticos dispostos em ordem silábica crescente.

Talvez seja possível ver nessas qualidades algo de estruturalmente descritivo: a inarredável sucessividade discursiva se amarra a uma repetição sincrônica (de constituintes de mesma posição, mas também à distância), de modo a transformar o próprio texto em estrutura em que a sucessividade dá lugar à sincronicidade; o mesmo elemento é visitado e revisitado por novos ângulos (nos cúmulos, em suas diversas posições hierárquicas na frase e entre frases), e cada elemento está amarrado ao anterior, que não é, portanto, abandonado, ultrapassado, mas constantemente retomado pela rítmica modular. Afinal, o ritmo “introduz unidade em uma trama sintática fundamentalmente aditiva” (DANGEL, 1982, p. 248).

Tais características excepcionalmente se comunicam aos textos narrativos (*compluriens...*, *compluriens...*, *compluriens*, FRH.5.81; *pransum paratum cohortatum* FRH.5.97; *fana... fuere*, ... *fanum fuit*, FRH.5.18a, etc.). Quando isso ocorre, parece lícito pensar na comunicação, aos segmentos narrativos, de propriedades próprias aos textos descritivos. Isso ocorre em alguns casos e parece motivado pelo destaque que se confere a determinadas passagens, que ganham assim saliência, de modo que se trata também, necessariamente, de estratégia de organização transfrástica a hierarquizar o texto em nível suprafrasal. Nesses casos, temos espécies de narrativas descritivas (*demonstrationes*).

Enfim, notamos a existência de diálogos dramáticos nos segmentos narrativos do texto (FRH.5.42, 78 e 79), a que estão associadas estratégias de inversão da ordem dos constituintes, certamente a marcar tópicos e focos contrastivos (*oreas mihi inde, tibi cape flagellum*, FRH.5.42), conjuntamente com procedimentos paralelísticos como as aliterações (em /m/: *mitte mecum*, FRH.5.78; em /k/: *diequinti in Capitolio tibi cena cocta erit*, FRH.5.78), a sugerir encarecimento da linguagem comparável à infusão de elementos descritivos na narração e certamente participando de estratégias similares de soerguimento da narração (vivacidade, visualidade, etc.). Essas passagens, como segmentos também bastante delimitados, desempenhavam certamente funções relevantes, como as descrições, na organização suprafrasal do texto.

Essas considerações, embora limitadas pela rarefação do material de que dispomos, permitem desde longo entender a prosa (narrativa) catoniana como linguagem profundamente ancorada no sistema prosaico que a circunda – particularmente a frase narrativa e os procedimentos de modularidade rítmica, fundamentos compositivos radicados na prosa narrativa oficial administrativa (*supra*, 3.1) e nos *carmina* (*supra*, 3.3), em que o diálogo intergenérico já era regra, como se vê, por exemplo, na contraposição entre *tituli* simples (3.1.1) e *tabulae triumphales* (3.1.2), cuja distinção é, em grande medida, assinalada pela incidência dos procedimentos dos *carmina* nos segundos – e ao mesmo tempo como manipulação estratégica desses recursos linguísticos, tirados aos seus modelos na qualidade de módulos e de procedimentos com os quais dar conta da matéria que aborda, na dimensão complexa de seu programa. Estamos, contudo, ainda longe de uma apreensão global da prosa catoniana, de modo que passamos imediatamente a abordar outro amplo conjunto de testemunhos, a saber, os fragmentos provenientes de sua prosa oratória.

CAPÍTULO 5

Iussi caudicem proferri, ubi mea oratio scripta erat:

a prosa argumentativa

Introdução

Dos mais de 150 discursos de Catão registrados por escrito – o número que Cícero conseguiu consultar um século após a morte do Censor (Cic.*Brut.*XVII.65, v., *supra*, 1.2) –, são conservados elementos, literais ou não e de variadíssima extensão, de cerca de 80 (82 segundo SBLENDORIO CUGUSI, 1982, p. 67-123 e CUGUSI & SBLENDORIO CUGUSI, 2001, intr.). Cugusi e Sblendorio Cugusi computam 227 fragmentos (CUGUSI & SBLENDORIO CUGUSI, 2001), contra 217 da edição anterior de Sblendorio Cugusi (1982, p. 67-123), nunca infelizmente acumulados de tal modo ou em tal extensão que se possa vislumbrar o conjunto de um discurso. Mesmo assim, diante do reduzidíssimo material conservado de outros oradores (v., *supra*, item 3.2), Catão, ainda no estado lamentável em que nos chegou, é o principal representante da oratória pré-ciceroniana. Os fragmentos dos discursos cobrem um arco temporal que se estende de 195 a 149 a.C., com assuntos atinentes tanto ao *genus deliberativum* (sobretudo pronunciados no Senado) como ao *genus iudiciale* (cf. SBLENDORIO CUGUSI, 1982, p. 24-25).

Há referência, no *Cato Maior*, de Cícero, segundo a qual, na velhice, Catão teria se dedicado a uma revisão e a uma edição daqueles textos (*causarum illustrium quascumque defendi nunc cum maxime conficio orationes*, “estou completando, agora sobretudo, os discursos de todas as causas ilustres em que atuei como defensor”, Cic.*Sen.*XI.38). A despeito de opiniões em contrário (e.g., SCHOLZ, 1989, p. 51), não é, contudo, possível “esclarecer, com certeza de corresponder à verdade, se [os discursos] foram recolhidos em um *corpus* propriamente dito (pelo próprio Catão ou por outros, em um período posterior) – [...] – e se foram conservados na versão em que foram pronunciados ou se sofreram uma reelaboração antes de ser difundidos” (SBLENDORIO CUGUSI, 1982, p. 28-29).²⁶⁷

²⁶⁷ Acrescentamos que a notícia do *Brutus* (XVII.65, v., *supra*, item 1.2), que põe Cícero à busca de discursos de Catão, sem referência a uma edição, assim como a total ausência de menção, em todas as autoridades de onde extraímos os fragmentos da oratória catoniana, a uma edição desse tipo, sugerem que a imagem de Catão *senex* a revisar seus discursos deriva da imaginação literária de Cícero (CAVARZERE, 2000, p. 43).

Concretamente, podemos afirmar apenas, com base em *FOR*.169, extenso fragmento examinado *infra*, itens 5.1.1 e 5.3.2, que Catão dispunha de um arquivo pessoal em que ao menos alguns discursos anteriormente pronunciados eram mantidos não como anotações, mas como textos redigidos por extenso (cf. ASTIN, 1978, p. 136); trata-se, de fato, “do documento mais significativo” relativamente ao método da oratória catoniana (ASTIN, 1978, p. 136). É, sem dúvida, desse mesmo arquivo que os discursos *Pro Rhodiensibus* (167 a.C.) e *Contra Galbam* (149 a.C.) foram compulsados para integrar as *Origines*, a que talvez se somassem outros (quicá a *Oratio quam dixit Numantiae*, de 195 a.C., segundo SCHOLZ, 1989, p. 151, n. 6).

De todo modo, seja por interesse gramatical, em muitos casos, seja por interesse pela própria oratória de Catão, em outros, dispomos de um conjunto relevante de fragmentos em que distintas estruturas frasais catonianas nos foram legadas e que constituem, assim, material apto a se submeter ao exame a que se propõe esta investigação. Embora não haja uma taxonomia de matérias propriamente dita, como no caso das *Origines*, podemos recorrer aqui, com cautela, à partição do discurso oratório tal qual preconizada na teoria da *diuisio* – sem que se trate, naturalmente, de radicar Catão em determinado filão específico de teorização sobre aquele tema. Embora o problema seja, assim, intimamente relacionado ao intrincado ponto do acesso que Catão teve à retórica (v., *supra*, item 1.1.3), um conjunto de testemunhos indica que o Censor dominava a técnica da segmentação do discurso em unidades (notadamente proêmio, narração e argumentação, possivelmente também peroração), ou, nos termos de Sblendorio Cugusi, Catão “antecipava aquelas que se tornariam sucessivamente as *partitiones* canônicas” (SBLENDORIO CUGUSI, 1987, p. 27-28; cf., no mesmo sentido, CAVARZERE, 2000, p. 48).

Trata-se não apenas das referências dos rétores mais tardios a passos de Catão, identificando neles aquelas seções – o que sempre se poderia explicar pela aplicação de categorias anacrônicas a material composto sob luz diversa (cf. *FOR*.193 para a *narratio*)²⁶⁸ –, mas sobretudo das características intrínsecas de cada fragmento e da

²⁶⁸ “Devemos empregar a narração subdividida apenas quando alguns fatos nos são contrários? Antes, como as narrativas minudentes contêm a maior combatividade, podemos subdividir a narração do adversário, para que nos sirvamos da amplificação, declarando os eventos regularmente um a um. Por que assim proceder? Para que despertemos a indignação dos juízes não apenas uma vez, mas reiteradamente a cada evento, como fez Catão no discurso *de re Floria[na]*” (*Concisa narratione tunc tantum utemur, quando quaedam aduersa sunt nobis? Immo et cum singulae res gestae maximam inuidiam continent, aduersariorum possumus narrationem concidere, ut propositis singulis rebus statim exaggeratione utamur. Cur ita? Vt*

identificação neles de tópicos que se encontram nos manuais e em outros oradores, o que só se explica cabalmente diante do compartilhamento de uma técnica, embora não seja preciso postular que ela atinge Catão em seu máximo grau de formalidade por meio do estudo minucioso de uma tratadística especificamente retórica. Julgamos, assim, correta a avaliação de Sblendorio Cugusi:

Globalmente, portanto, ainda que não se queira levar em conta a tratadística retórica, que pode ter julgado Catão à luz de uma praxe que se afirmou após o próprio Catão, parece documentado, por via direta, o uso de *exordium-narratio-argumentatio-conclusio*?; no entanto, à exceção do *Dierum dictarum* e do *Pro Rodiensibus* (em que convivem, respectivamente, *proêmio+narratio* e *proêmio+argumentatio*), não se pode afirmar com certeza que todos esses elementos estruturais estivessem presentes em cada um dos discursos de Catão (SBLENDORIO CUGUSI, 1982, p. 44).²⁶⁹

A especialista acrescenta, então, argumento que, embora negativo, não se pode desprezar, a saber, a ausência de indicação em Cícero de que faltasse a Catão alguma divisão oratória: “se alguma das *partitiones* julgadas na sequência indispensáveis para a correta estruturação da *oratio* tivesse faltado em Catão, Cícero provavelmente teria identificado essa falta como um defeito” (SBLENDORIO CUGUSI, 1982, p. 44). Tudo bem pesado, assim, as *partitiones* fornecem contexto apto a desenhar a pertença dos fragmentos conservados a mais extensos segmentos textuais, de cujas determinantes certamente derivavam parte considerável de sua estrutura, tal qual ainda pode ser apreendida.

Na sequência, teremos a ocasião de retomar esses problemas, justamente no que diz respeito ao *Pro Rhodiensibus*, discurso de que temos, no conjunto, o mais abundante material preservado (item 5.1), e ao *Dierum dictarum*, de que dispomos do maior número de fragmentos, muitos dos quais, entretanto, bastante curtos (item 5.2); no caso da

indignationem iudicum non semel, sed saepius in rebus singulis excitemus, sicuti fecit M. Cato de re Floriana, FOR.193, FORTUNATIANUS.RL.111).

²⁶⁹ A inexistência de alguma das *partitiones* canônicas em discursos específicos é, aliás, o que se deve esperar, a se ter em mente a própria obra de Cícero. Cf. SOLMSEN, 1938.

primeira dessas peças oratórias, podemos avançar uma hipótese de atribuição de certos fragmentos à *conclusio*, o que permitirá, na sequência, discutir a topologia de fragmentos advindos de outros discursos. Também dedicaremos considerações específicas às frases narrativas (item 5.3), muitas das quais claramente provêm da *narratio* de seus respectivos discursos, antes de discutir outras estruturas frasais, propriamente argumentativas, que, ainda que mais provavelmente advindas da *argumentatio* ou da *conclusio*, segundo o caso, até mesmo pela diminuta extensão de muitos fragmentos, não se localizam com tanta facilidade, questão que deverá ser discutida a cada caso (itens 5.4, 5.5 e 5.6); afinal, a infusão de uma diretriz argumentativa marca o conjunto das *partitiones*, e não apenas a *argumentatio*. Como no capítulo anterior, terminaremos a discussão com uma síntese a respeito da frase argumentativa catoniana e de sua relação com as demais estruturas frasais com que confinava no seio dos discursos catonianos (item 5.7).

5.1. *Oratio pro Rhodiensibus*

O *Pro Rhodiensibus* foi pronunciado por Catão em 167 a.C., quando, finda a Terceira Guerra Macedônica, o Senado deliberava o que fazer com os ródios, que, tradicionais aliados de Roma, haviam agido para tentar pôr um fim à guerra sem secundar a vitória cabal de Roma e a destruição de Perseu, antes tentando preservá-lo e mesmo, alegava-se, sendo simpáticos a ele e cogitando ajudá-lo contrariamente ao interesse romano. Havia então forte pressão no Senado para que a guerra fosse levada aos ródios, e foi para demover o grupo partidário da punição que Catão pronunciou seu discurso.²⁷⁰

Posteriormente, Catão inseriu o discurso no quinto livro das *Origines*, como aprendemos por Aulo Gélíio (GEL.6.3.7) e por Lívio (LIV.45.25.3). A Gélíio, devemos todos os fragmentos conservados, no mais longo capítulo de suas *Noctes Atticae* (GEL.6.3). O interesse de Gélíio repousava em uma defesa da oratória catoniana, que havia sido atacada por Túlio Tirão, liberto e secretário de Cícero, em carta a Quinto Áxio, amigo de Cícero (GEL.6.3.10), com quem, a dois séculos de distância, Gélíio polemizava. Aprendemos que os seis primeiros trechos foram diretamente citados ou especificamente referidos por Tirão em seu escrito crítico, e que Gélíio a eles adicionou o sétimo (GEL.6.3.49), testemunho relevante sobre o acesso duradouro a esse discurso (talvez pela via das *Origines*) durante um amplo arco temporal.

²⁷⁰ Sobre o episódio, cf. PLB.30.4-5, LIV.45.20-25; GEL.6.3.

Este não é o único discurso próprio que Catão integrou em suas *Origines*, como já dissemos, a que carrou pelo menos também o *Contra Galbam*, já no livro sétimo, pronunciado no próprio ano de 149 a.C., em que veio a falecer, e que, distintamente do *Pro Rhodiensibus*, não logrou persuadir os senadores. Do *Contra Galbam*, no entanto, dispomos de apenas dois fragmentos, de menor extensão, razão pela qual o *Pro Rhodiensibus* mais bem se presta a um comentário estruturado; os fragmentos do *Contra Galbam* são comentados aqui conjuntamente, como apoio à compreensão de elementos do *Pro Rhodiensibus*, e sucintamente retomados em 5.4.2 e 5.5.3, *infra*, de forma a apresentá-los no contexto da investigação sistemática das estruturas frasais nos discursos catonianos. Assim, também, não nos furtamos a fazer, desde logo, referência a fragmentos de outros discursos com potencial de elucidar essa primeira incursão no assunto, sem prejuízo de retomá-los na seção própria deste capítulo a que foram alocados os fragmentos não pertencentes ao *Pro Rhodiensibus* e ao *Dierum dictarum*.

5.1.1: exordium

<i>Pro Rhodiensibus</i> (167 a.C.)	GEL.6.3.11-15
<p>11. <i>Ex ea epistula lubitum forte nobis est reprehensiones eius quasdam attingere: maiore scilicet uenia reprehensuri Tironem, cum ille reprehenderit Catonem.</i> 12. <i>Culpauit autem primum hoc, quod Cato inerudite et anagogos, ut ipse ait, principio nimis insolenti nimisque acri et obiurgatorio usus sit, cum uereri sese ostendit ne patres gaudio atque laetitia rerum prospere gestarum de statu mentis suae deturbati non satis consiperent neque ad recte intellegendum consulendumque essent idonei.</i> 13. <i>“In principiis autem”, inquit, “patroni, qui pro reis dicunt, conciliare sibi et complacare iudices debent, sensusque eorum expectatione causae suspensos rigentesque honorificis uerecundisque sentiis commulcere, non iniuris atque imperiosis minationibus confutare.”</i></p>	<p>11. Ocorre que um intenso desejo se nos apresentou de tratar de algumas recriminações contidas naquela epístola: com maior vênica recriminaremos Tirão, já que ele recrimina Catão. 12. Em primeiro lugar, ele criticou o fato de que Catão “indoutamente e ἀναγώγως”, como ele diz, tenha usado um proêmio extremamente insolente e extremamente ácido e severo, quando mostra temer que os senadores, perturbados em seu estado mental com o júbilo e a alegria derivados dos bons sucessos, não refletissem suficientemente nem fossem aptos a compreender e a deliberar de forma correta. 13. Ele diz: “Nos proêmios, ao contrário, os patronos que falam em favor do réu devem conciliar os julgadores consigo e arrefecer seus ânimos e granjear as boas graças deles, ainda incertos e tesos na expectativa de ouvir a causa, com palavras elogiosas e respeitadas, e não abatê-los com injúrias e com ameaças imperiosas”.</p>
<p>14. <i>Ipsum deinde principium apposuit, cuius uerba haec sunt: Scio solere plerisque hominibus rebus secundis atque prolixis atque prosperis animum excellere, atque superbiam atque ferociam augescere atque crescere. Quo mihi nunc magnae curae est,</i></p>	<p>14. Então ele [Catão] após o próprio início [do discurso], cujas palavras são as seguintes: “Eu sei que, para a maior parte dos homens, em situação favorável, propícia e benfazeja, o espírito costuma ensoberber-se, e seu orgulho e sua audácia aumentar e crescer, razão pela</p>

<p><i>quod haec res tam secunde processit, ne quid in consulendo aduorsi eueniat, quod nostras secundas res confutet, neue haec laetitia nimis luxuriose eueniat. Aduorsae res edomant et docent quid opus siet facto, secundae res laetitia transuorsum trudere solent a recte consulendo atque intelligendo. Quo maiore opere dico suadeoque, uti haec res aliquot dies proferatur, dum ex tanto gaudio in potestatem nostram redeamus. (FRH.5.87 = FOR.118)²⁷¹</i></p>	<p>qual me é agora motivo de grande preocupação o fato de que esses eventos se passaram tão favoravelmente; espero, assim, que nada de adverso ocorra em nossas deliberações que diminua nossa condição favorável, e que essa alegria não desborde para grande desregramento. As condições desfavoráveis disciplinam e ensinam o que deve ser feito; as condições favoráveis e a alegria costumam pôr obstáculo ao bem deliberar e compreender. Por isso, ainda mais, eu insisto e defendo que esse assunto seja diferido por alguns dias, até que, pondo de lado tanta alegria, voltemos ao controle de nós mesmos.”</p>
--	---

Estruturalmente, o primeiro excerto do *Pro Rhodiensibus*, que sabemos por Gélío vir do princípio do discurso,²⁷² está organizado em duas seções simétricas (*scio solere... eueniat; aduorsae res... redeamus*). Em cada uma dessas seções, o primeiro segmento principia por uma declaração sentenciosa, conteúdo de frase enunciativa inicial, em um caso absolutamente inicial, porque inicia o discurso, no outro relativamente inicial, por representar progressão discursiva, embora sem nenhum tipo de anafórico. No começo da segunda seção, a enunciação se desdobra, na verdade, em duas frases antitéticas acopladas parataticamente (*aduorsae res... facto; secundae res... intellegendo*). Nos dois casos, as frases enunciativas estão centradas na ideia verbal de *soleo* (*scio solere; solent*), expressa com particular abundância de ornato verbal, como de pronto se demonstrará. Note-se que, também em ambas as seções, o primeiro segmento termina com duas formas nominais do verbo ligadas por *atque*: *augescere atque crescere; consulendo atque intelligendo*.

Segue-se, nos dois casos, uma curta transição, no segundo segmento, em que Catão se refere a seu próprio juízo (*quo mihi nunc magnae curae est; quo maiore opere dico suadeoque*). Essa transição está ligada ao que precede pelo mesmo expediente sintático, que é o pronome relativo no ablativo (*quo*), e introduz um frequente marcador argumentativo, ao apontar uma consequência de cada frase enunciativa. Essa estrutura serve, então, de suporte de subordinação para o que se segue (*curae est quod..., ne...,*

²⁷¹ Pontuação ligeiramente alterada à luz de FRAENKEL, 1968, p. 125.

²⁷² Não apenas na introdução à citação, mas também quando, mais adiante (GEL.13.25.13), afirma que Catão se serviu do ornato de usar várias palavras para significar a mesma coisa: “no princípio do discurso que pronunciou ao Senado em defesa dos ródios, quando quis dizer que a situação era muito favorável, Marco Catão valeu-se de três palavras de mesmo sentido” (*M. Cato in orationis principio, quam dixit in senatu Pro Rhodiensibus, cum uellet res nimis prosperas dicere, tribus uocabulis idem sentientibus dixit*). Gélío está evidentemente se referindo a *rebus secundis atque prolixis atque prosperis*. Cf. PETER, 1906-1914, p. 85; COURTNEY, 1999, p. 80.

quod..., *neue...*; *dico suadeoque uti...*, *dum...*). Esse segmento final de ambas as seções, que é formado, assim, por ampla rede de subordinações, vem estruturado em série de orações curtas, iniciadas pelo termo subordinante e terminadas pelo verbo conjugado (na primeira seção: *quod... processit*; *ne quid... eueniat*; *quod... confutet*; *neue... eueniat*; na segunda: *uti... proferatur*; *dum... redeamus*).

Assim, esquematicamente, temos o seguinte quadro de correspondências:

	<i>seção 1</i>	<i>seção 2</i>
<i>segmento 1</i>	<i>scio solere... augescere atque crescere;</i>	<i>aduorsae res... solent... consulendo atque intelligendo;</i>
<i>segmento 2</i>	<i>quo mihi nunc magnae curae est...;</i>	<i>quo maiore opere dico suadeoque...;</i>
<i>segmento 3</i>	<i>quod... processit; ne... eueniat; quod... confutet; neue... eueniat.</i>	<i>uti... proferatur; dum... redeamus.</i>

A própria simetria, estrita que é, abstração feita dos procedimentos aplicados em cada segmento às estruturas frasais de base, evidencia cuidadosa elaboração do passo, possivelmente com referência a modelos que poderiam mesmo advir do acervo de discursos mantido por Catão. Dispomos, afinal, de extraordinário testemunho, transmitido por Frontão, em que é o próprio Catão a dar notícia de seu método de composição de um discurso. Já o mencionamos *supra*, na introdução deste capítulo, e teremos ocasião de examiná-lo sob outra perspectiva em 5.3.2, *infra*, mas por ora convém apresentá-lo pelo que pode sugerir a respeito da pré-história do proêmio do *Pro Rhodiensibus*. Confira-se:

<i>Oratio de sumptu suo</i> (data incerta)	FRO.90Ho
<i>Iussi caudicem proferri, ubi mea oratio scripta erat de ea re, quod sponsionem feceram cum M. Cornelio. Tabulae prolatae: maiorum benefacta perlecta; deinde quae ego pro re p. fecissem leguntur. Vbi id utrumque perlectum est, deinde scriptum erat in oratione: “Numquam ego pecuniam neque meam neque sociorum per ambitionem dilargitus sum”. Attat noli, noli scribere, inquam, istud: nolunt audire. Deinde recitauit: “Numquam ego praefectos per sociorum uestrorum oppida inposui, qui eorum bona liberos diriperent”. Istud quoque dele, nolunt audire; recita porro. “Numquam ego praedam neque quod de</i>	Mandei que me fosse trazido o códice em que estava escrito o meu discurso a respeito da obrigação por mim contraída com Marco Cornélio. Foram trazidas as tábuas: foi lido o elenco dos serviços dos meus antepassados; depois, foram lidos os meus feitos pela república. Quando ambos haviam sido lidos, chegou-se então ao ponto em que estava escrito naquele discurso: “Eu nunca, por ambição, distribuí nem o meu dinheiro nem o dos meus associados”. Mas não, não transcreva, peço, este ponto: não querem ouvi-lo. Então, ele recitou: “Eu nunca nomeei como prefeitos das cidades de vossos aliados homens que lhes tirassem bens e filhos”.

<p><i>hostibus captum esset neque manubias inter pauculos amicos meos diuisi, ut illis eriperem qui cepissent". Istuc quoque dele: nihil eo minus uolunt dici; non opus est recitato. "Numquam ego euectiorem dataui, quo amici mei per symbolos pecunias magnas caperent". Perge istuc quoque uti cum maxime delere. "Numquam ego argentum pro uino congiario inter apparitores atque amicos meos disdidi neque eos malo publico diuities feci". Enimuero usque istuc ad lignum dele. Vide sis quo loco res p. siet, uti quod rei p. bene fecissem, unde gratiam capiebam, nunc idem illud memorare non audeo, ne inuidiae siet. Ita inductum est male facere inpoene, bene facere non inpoene licere. (FOR.169)</i></p>	<p>Apaga isso também, não querem ouvir; recita mais adiante: "Eu nunca dividi entre poucos amigos meus nem o grosso do butim de guerra, nem a minha parte do butim, de modo a subtrair o todo de quem o havia conquistado". Apaga isso também: não há nada que queiram seja dito menos que isso; não é preciso recitar isso. "Eu nunca dei aos meus próximos o direito de se servir do transporte público, pelo que meus amigos pudessem alegar ganhar muito dinheiro por minha autorização". Continua e apaga isso com o maior cuidado. "Eu nunca dividi com meus subalternos e com os meus amigos a distribuição do vinho nem, causando dano à coisa pública, tornei-os ricos". Com efeito, apaga tudo isso até chegar à madeira. Veja a que ponto chegou a república, que aquilo por que eu era louvado, agora as mesmas coisas eu não ousa recordar, para que não seja causa de inveja. Assim se mostra que se pode fazer o mal impunemente, enquanto não é permitido impunemente fazer o bem.</p>
---	--

Evidentemente, o passo, a mais longa citação contínua de um discurso de Catão (CUGUSI & SBLENDORIO CUGUSI, 2001, *ad loc.*), exibindo intrincada situação em que Catão é a autoridade a citar fragmentos de um seu discurso anterior, merece amplo comentário à parte (há um enquadramento pertinente em CAVARZERE, 2000, p. 43-47), e com efeito o fragmento será tratado em ponto subsequente de nossa exposição (v. 5.3.2); por ora, no entanto, importa apenas retomar, já defronte a esse texto, a constatação de que Catão se servia de um arquivo pessoal, disponível como repositório de modelos formais próprios (e certamente também alheios, seja ao menos na incorporação de toda uma tradição como esteio de sua expressão) a partir dos quais estruturas elaboradas como a abertura do *Pro Rhodiensibus* poderiam ser moldadas.

É o que afirmaram Poccetti, Poli e Santini sobre o próprio *Pro Rhodiensibus*, para quem o início daquele discurso "não deve ser visto como aparecimento isolado, pois ocorrem estilemas análogos também no discurso [*Dierum dictarum*] de consulatu suo" (POCCETTI, POLI & SANTINI, 2005, p. 264).²⁷³ Estudaremos com algum detalhe o

²⁷³ Os autores estão se referindo a FOR.5, que reconstroem como <Scio> ego atque iam pridem cognoui atque intellexi atque arbitror rem publicam curare summum periculum esse (POCCETTI, POLI & SANTINI, 2005, p. 264). Veremos, *infra*, que a inclusão de *scio* aqui é uma reconstrução ousada do texto, mas sem dúvida o enfileiramento de verbos de sentido cognitivo é modo privilegiado da abertura oratória catoniana (v., *infra*, 5.4.2 e 5.4.3).

Dierum dictarum (5.2, *infra*) e imediatamente apresentaremos paralelo que nos parece bem mais próximo nos próprios fragmentos oratórios catonianos. Desde já, contudo, parece-nos de suma importância constatar que todas as citações que Catão faz de seu próprio texto em *FOR.169* sejam citações de frases completas (certamente provenientes de trecho do discurso com enfileiramento de módulos frasais anafóricos), a confirmar, por essa espécie de análise endógena da própria prosa, que Catão estava a olhar para seus modelos à busca de moldes frasais, passíveis, evidentemente, de transformação procedimental. O próprio enfileiramento desses módulos um após o outro, todos iniciados por segmento perfeitamente simétrico, com uma oração aberta por *numquam* e com verbo final no *perfectum*, e todos também terminados por segmento variante (distintos tipos de subordinadas, uma coordenada, etc.), sugere justamente esse tipo de trabalho de variação a partir de um mesmo molde frasal.

Estabelecido esse pano de fundo de manipulação intensa de módulos frasais próprios, importa, para a discussão do proêmio do *Pro Rhodiensibus*, que o fragmento *FOR.90*, de 184 a.C., anterior, assim, ao *Pro Rhodiensibus*, não apenas se inicie com *scio... solere*, como tematize exatamente a mesma ideia sentencial da abertura do *Pro Rhodiensibus*: “sei que a fortuna favorável costuma trazer consigo a negligência” (*scio fortunas secundas neglegentiam prendere solere*, *FOR.90*, analisado *infra*, 5.4.2). Pode-se constatar que o *scio* inicial “constitui um ‘ataque’ típico do *exordium*” (SBLENDORIO CUGUSI, 1982, p. 274) e, mais especificamente, típico dos exórdios catonianos (SKARD, 1956, p. 81), a exemplo dos ataques por outros verbos cognitivos (cf., *infra*, 5.2.1 e 5.4.2 e 5.4.3), mas sua associação exatamente com o mesmo conteúdo sentencioso pode ser traço de que algo semelhante à relação entre *FOR.168* e *FOR.169* esteja a se passar aqui, vale dizer, o reemprego deliberado de modelo próprio retirado a seu arquivo pessoal, ampliado por uma série de expedientes de encarecimento da elocução, que logo se verão mais no detalhe (e que, evidentemente, também podem trazer a marca de eventual revisão quando de sua inserção nas *Origines*).

A mesma ideia, também com formulação semelhante, embora menos especificamente dependente do mesmo modelo frasal, encontramos ainda em exemplo aduzido pela *Rhetorica ad Herennium*, algumas décadas depois, para a figura da *sententia*: “equivocam-se os que, nas situações favoráveis, acreditam ter escapado a todo golpe da fortuna; refletem sabiamente os que, nos momentos benfazejos, temem a sorte adversa” (*errant, qui in prosperis rebus omnis impetus fortunae se putant fugisse*;

sapienter cogitant, qui temporibus secundis casus aduersos reformidant, *Rhet.Her.4.XVII.24*). O exemplo lembra especificamente as duas frases enunciativas antitéticas, acopladas assindeticamente no início da segunda seção do fragmento. Se a *Rhetorica ad Herennium* moldou seu exemplo no próprio Catão ou em outros modelos disponíveis, não podemos responder; sem dúvida, porém, temos aí testemunho de uma cultura oratória de intensa circulação não apenas de ideias abstratas, mas de concretizações formais de ideias, sujeitas a reutilizações as mais diversas. Quando resolveu atribuir discurso fictício a Catão (Liv.34.2-4), Tito Lívio suscitou justamente a mesma ideia tópica (SKARD, 1956, p. 91; SBLENDORIO CUGUSI, 1982, p. 264), afirmando que “quanto melhor e mais próspera se torna, a cada dia, a sorte de nossa república e nosso domínio se amplia, tanto mais eu temo que essas coisas nos dominem mais do que nós a elas” (*haec ego, quo melior laetiorque in dies fortuna rei publicae est imperiumque crescit [...] eo plus horreo, ne illae magis res nos ceperint quam illas*, Liv.34.4.1). Talvez a ideia constasse assim em mais discursos de Catão, hoje perdidos, justificando a avaliação de que estamos diante de um “pensamento nuclear (*Kerngedanke*) do velho Catão” (SKARD, 1956, p. 91).

Posta a questão do formulismo frasal e semântico do início do proêmio, cabe apontar que, nos segmentos de abertura das duas seções do fragmento exordial do *Pro Rhodiensibus*, vale dizer, em suas frases enunciativas iniciais, há intenso investimento formal (assim LEEMAN, 1963, p. 45). Para von Albrecht, trata-se de uma “abundância solene” que, desenhando uma “diferença estilística entre o começo e as demais partes”, mostra que o principal ornato arcaico é justamente cuidar do começo: “a solenidade arcaica do começo é, por assim dizer, o pórtico ilusionista de uma continuação mais prosaica” (von ALBRECHT, 2012, p. 24). Teremos ocasião de verificar que o caso é algo mais nuançado, mas o investimento formal tem de fato bastante relação com o trabalho dispensado aos proêmios nas *Origines*, no *De agricultura* e no *De re militari* (v., *supra*, itens 4.1.2 e 4.1.3) e, de fato, incide mais intensamente, de forma estruturalmente diferencial, como de pronto constataremos, nas frases enunciativas.

Notem-se, na primeira seção: a antecipação do verbo conjugado para a primeira posição (*scio*) (marca de elevação, segundo TILL, 1968, p. 58, e von ALBRECHT, 2012, p. 25); o uso, por cinco vezes, da conjunção *atque*, marca também de discurso elevado (HOFMANN-SZANTYR, 1965, p. 476), especificamente usada aqui para ligar cúmulos sinonímicos em distintos níveis sintagmáticos (*secundis atque prolixis atque prosperis*;

animum excellere atque... crescere, toda a passagem do primeiro *atque* até *crescere* sendo repetição da ideia de *animum excellere*; enfim, no interior de *atque... crescere*, *superbiam atque ferociam* e *augescere atque crescere*); no interior dos cúmulos sinonímicos, efeitos de paralelismo fônico como as aliteraões (em /p/: *prolixis atque prosperis*), figura que já comparecera nas duas palavras de abertura (em /s/: *scio solere*), e diversos homeoteleutos (*secundis atque prolixis atque prosperis*; *superbiam atque ferociam*; *excellere... augescere atque crescere*), todos elementos de encarecimento do discurso que, como já vimos extensamente, se radicam primacialmente no *carmen* (3.3, *supra*). Até mesmo identidades rítmicas podem ser detectadas, como em *ātquē sūpērbīām / ātquē fērōcīām*, a reforçar o paralelismo, e notadamente a simetria interna (elemento sobre o qual se demorou TRAGLIA, 1985, p. 353; cf., ainda, KENNEDY, 1972, p. 50),²⁷⁴ tão estritamente controlada quanto a simetria do conjunto.

Efeitos de mesma natureza são produzidos no segmento de abertura da segunda seção, composta por duas frases enunciativas acopladas parataticamente. Assim, notem-se: a construção simétrica paratática, assindética e antitética *aduorsae res..., secundae res...* (talvez emulada em *Rhet.Her.4.XVII,24*, citado *supra*); o uso de cúmulos sinonímicos, aqui em cópulas verbais (*edomant et docent; consulendo atque*

²⁷⁴ Há interessante discussão sobre a ideia de uma prosa rítmica em Catão e sobre sua específica caracterização, para além daquelas posições que simplesmente descartam sua existência (cf. ASTIN, 1978, p. 146). Eduard Fraenkel, em estudo de primeira importância, formulou o problema em termos gerais, para além da limitada discussão sobre as *clausulae*: “Hoje é inteiramente reconhecido que a ritmização de um discurso latino não se limita à assim dita cláusula, mas que a cláusula é apenas a parte mais facilmente reconhecível como uma parte formal perceptível de um todo inteiramente ritmizado” (FRAENKEL, 1968, p. 17). Afinal, segundo o autor, para as camadas elevadas latinas, era absolutamente natural escrever com ritmo, “de todo modo eles sempre formulam com base na audição e, mesmo quando escrevem, seu ouvido está fortemente envolvido” (FRAENKEL, 1968, p. 21). A dificuldade é epistemológica, isto é, identificar a segmentação apropriada do discurso e a relevância de ocorrência de padrões idênticos ou similares. Isso posto, há quem julgue, como Primmer, que o uso do ritmo por Catão seria inconsciente (PRIMMER, 1970, p. 177), notando ainda que mais que os finais de cláusulas, importam as sugestões de correspondências, ponto importante tendo em vista a relevância das estruturas paralelas na prosa catoniana, como se verificará ao longo da análise: “Pois a predileção romana antiga por *kóla* correspondentes produz por vezes também padrões métricos, que nós também podemos perceber” (PRIMMER, 1970, p. 178). É conclusão semelhante à de Solodow, para quem Catão e Cícero “usavam o ritmo para articular a frase ou o período: especialmente, eles às vezes marcavam sintagmas correspondentes ou opostos com ritmos idênticos” (SOLODOW, 1977, p. 360). Embora pontual, a contribuição de Solodow realça a importância do ritmo, demonstrando sobretudo que um cuidado com ele pode ter sido desencadeador de alguns neologismos, que atenderiam, assim, antes de tudo, a conveniências métricas de balancear os *kóla* (SOLODOW, 1977, p. 360). No entanto, o tratamento de todos esses problemas, que envolvem a apresentação prévia de procedimentos metodológicos adequados, escapa ao que podemos apresentar nos limites desta investigação. Segundo Fraenkel, nos fragmentos de discursos de Catão, “os *cola* correspondem precisamente àqueles que encontramos nos discursos de Cícero, tanto em sua relação uns com os outros como em sua função no interior da estrutura da frase, como enfim em sua forma rítmica” (FRAENKEL, 1968, p. 156). “O passo decisivo que a oratória romana posterior deu além de Catão não se encontra na construção dos *cola*, mas na construção dos períodos” (FRAENKEL, 1968, p. 157).

intelligendo); a terminação por dois participios presentes (*consulendo atque intellegendo*), forma de todo rara à época (MAROUZEAU, 1910); os efeitos de paralelismo fônico produzidos pela aliteração (em /d/: *edomant et docent*; em /t/: *transuorsum trudere*; em /w/: *aduorsae... transuorsum*) e pelo homeoteleuto (*consulendo atque intelligendo*). Desse modo, fica evidente que a equiparação semântica entre os respectivos segmentos, que são autênticas *sententiae*, vem casada com um tratamento formal muito semelhante, ainda que talvez algo atenuado no segundo caso (veja-se o menor número de conjunções *atque*, inclusive com um *et*).

Recursos comparáveis podem ser localizados em diversos fragmentos oratórios. Assim, exemplificativamente: as simetrias paratáticas assindéticas (*Antiochus epistolis bellum gerit, calamo et atramento militat*, FOR.2), os cúmulos sinonímicos de dois ou três membros (*asperrimo atque arduissimo*, FOR.3; *cognoui atque intellexi atque arbitror*, FOR.5; *in parsimonia atque in durtia atque industria*, FOR.93; *auaritiae atque pecuniae causa*, FOR.134), as aliterações (em /p/: *pretium parauere*, FOR.2; em /a/: *asperrimo atque arduissimo aditu*, FOR.3), etc.. Mais especificamente, ainda, o investimento formal, por recursos comparáveis, pode ser seguido na abertura do discurso *Contra Galbam*, um de cujos fragmentos conservados provém evidentemente do exórdio, como se depreende do próprio conteúdo do passo:

<i>Contra Galbam</i> (149 a.C.)	GEL.13.25.15
<i>Itidem Cato ex Originum VII in oratione quam contra Seruium Galbam dixit conpluribus uocabulis super eadem re usus est: Multa me dehortata sunt huc prodire, anni aetas, uox uires {senectus},²⁷⁵ uerum enimuero cum tantam rem peragier arbitrarer... (FRH.5.104 = FOR.152)</i>	Igualmente Catão, no livro VII das <i>Origines</i> , no discurso que pronunciou contra Sêrvio Galba, valeu-se de muitas palavras para a mesma coisa: “Muitas coisas me desencorajaram de vir até aqui: os anos, a idade, a voz, as forças, a velhice; contudo, tendo julgado que um assunto de grande relevância era debatido...”

Testemunham-se aí o cúmulo sinonímico (apontado pelo próprio Gêlio, ao mencionar as “muitas palavras para a mesma coisa”: *anni aetas uox uires {senectus}*), as aliterações, sobretudo bimembres (em /m/: *multa me*; em /a/: *anni aetas*; em /w/: *uox uires*, os dois últimos pares formando dois agrupamentos internos no grupo *anni aetas uox uires {senectus}*, de forma semelhante a FRH.5.76, e, caso constasse no original, isolando a última palavra, a de maior extensão silábica), o efeito de assonância final,

²⁷⁵ Fraenkel (1968, p. 151) suprimiu *senectus*, que julga ter sido uma glosa na margem, incorporada erroneamente ao texto em algum ponto da transmissão. Para o autor, não faria sentido iniciar com *anni aetas* e voltar som *senectus* no fim. Holford-Strevens (2020, p. 480) adota a supressão.

próximo do homeoteleuto (*peragier arbitrarer*), vale dizer, justamente o recurso à modularidade rítmica que, vimo-lo, Catão emprega como forma de particular encarecimento formal. Note-se ainda o infinitivo arcaico em *-ier*, empregado significativamente por Plauto nos fins de versos,²⁷⁶ “na sede notoriamente reservada aos arcaísmos” (DE MEO, 2005, p. 97). No entender de de Meo, essa forma bem se aplica ao “solene início da oração tardia contra Galba” (DE MEO, 2005, p. 97). Trata-se, no todo desses expedientes, de investimento formal bastante conotado no sistema da prosa pré-clássica, que encontra assim localização apropriada e privilegiada no segmento inicial do discurso (v., *infra*, 5.4.2).

O paralelismo verificado entre as frases enunciativas que abrem as duas seções no proêmio do *Pro Rhodiensibus* é seguido à risca, na sequência, como vimos de forma genérica, nos demais segmentos correspondentes. Importa notar que, não apenas do ponto de vista da ordem das palavras, com orações cujos verbos estão sempre em posição final, mas também dos demais procedimentos de agenciamento formal, a simplicidade (ornamental, não sintática, já o vimos) é clara na sequência da abertura: ausência de cúmulos sinonímicos (nenhum *atque*, nenhuma conjunção aditiva), ausência de efeitos de paralelismo fônico de relevo (exceção feita à discreta aliteração – não sequencial – em */l/*: *laetitia nimis luxuriose*), sendo notáveis antes algumas repetições de palavras (*res... secunde* e *secundas res*; *eueniat* e *eueniat*). O tecido procedimental arrastado dos *carmina* às frases enunciativas não se estende a esses pontos.

O modelo de construção textual determinante aqui também parece ser outro. Note-se que, do ponto de vista da estrutura sintática, os segmentos que se seguem às frases enunciativas têm estrutura complexa, remanescente de modelos frasais que encontramos em tipologias de textos como certas *leges* e *senatus consulta*, em que, no entanto, à frase enunciativa inicial, habitualmente se seguia um díptico (v., por exemplo, 3.2.3 e 3.2.4, *supra*). Aqui, todavia, interpõe-se, logo após as frases enunciativas, estrutura que é explicitação do nexa argumentativo sem correspondente naquelas tipologias textuais (e.g. *in hoc loucarid stircus ne quis fundatid neue cadauer proiecitat neue parentatid. Sei quis aruorsum hac faxit...*, cf. 3.2.3, *supra*, e não algo como *in hoc loucarid stircus ne quis fundatid neue cadauer proiecitat neue parentatid. Quo facto, dico suadeoque uti sei quis aruorsum hac faxit...*). Essa estrutura é, em si mesma, superabundante, com o cúmulo *dico suadeoque uti*, remanescente, a seu turno, daqueles que abrem um leque de

²⁷⁶ E.g., PL.Am.13, 201, 349, 465, 512, 703, 710, 721, 932.

subordinações nos *carmina* (transmitido no cálamo do próprio Catão, cf. 3.3.2.1, *supra*: *precor quaesoque uti...*), como se houvesse, no segmento de transição para a seção hipotática, ainda uma marca procedimental dos *carmina*.

Na sequência dessa estrutura superabundante, mas significativa, porque explicita a distância entre um regime de prescritividade e outro de arrazoamento, seguem-se, em uma e outra seção, estruturas que não exibem a estrutura do díptico, mas cujas particularidades se esclarecem melhor quando temos aqueles contextos em mente. Na primeira seção, se o todo se subordina como completiva (*quod... eueniat*), têm-se, internamente, uma oração principal (*quod... processit*) e duas subordinadas coordenadas entre si (*ne... confutet; neue... eueniat*), mas com forte nexos correlativo indiciado pelo *tam* na principal, de modo que se trata de uma relação de consecutividade. A forma da coordenação é remanescente ainda aqui dos textos jurídicos, com as sucessões de proibições enfileiradas; na *lex sacra* que acabamos de citar: *in hoc loucarid stircus ne quis fundatid neue cadauer proiecitid neue parentatid* (v., mais amplamente, 3.2.3). No segundo segmento, trata-se também de uma subordinação globalmente completiva (*uti haec res... redeamus*), articulada internamente em oração principal (*uti haec res... proferatur*) e em circunstancial temporal (*dum... redeamus*).

Se a sucessão de completivas está bem radicada, assim, seja nos textos dos *carmina*, seja nos textos legais (lembre-se o conjunto de orações enfileiradas no *senatus consultum de bacchanalibus*, 3.2.5, dependentes de um *censuere* inicial que disciplinava inclusive a *consecutio temporum*), essa variedade, com consecutivas e temporais, chama a atenção para regime parcialmente diverso, que poderá ser mais bem apreendido diante dos múltiplos modelos frasais que comparecem na prosa oratória (v., *infra*, itens 5.3, 5.4, 5.5 e 5.6). Note-se, no entanto, desde já, que essa complexidade hipotática encontra, em si mesma, paralelos em alguns dos passos mais elaborados da prosa narrativa (v., *supra*, 4.2.2), em que as subordinações se substituem à frase narrativa elementar. Teremos ocasião, mais adiante, de perquirir como esse tipo de expediente produz realce e relevo justamente em face da frase argumentativa que, segundo o modelo da prosa jurídica, seria precisamente aquela que, fosse menor o empenho da elocução, encontraríamos após a frase enunciativa, em contexto oratório, assim como em contexto jurídico, vale dizer, o díptico condicional.

Entre as frases enunciativas e os segmentos que a elas se seguem, não há, portanto, como se poderia cogitar, relaxamento formal, em contraposição à máxima cura nos

respectivos segmentos iniciais de cada seção. Isso fica evidente, por exemplo, já o apontamos, nas figuras de repetição, no segmento final da primeira seção (já a anáfora *quod... quod*, já a *complexio ne... eueniat, neue... eueniat*),²⁷⁷ mas sobretudo no intenso recurso à subordinação, cuja estrutura frasal e suprafrasal buscamos apontar acima e que, vimo-lo, tem valor diferencial na prosa catoniana. Há, assim, espécie de deslocamento da qualidade do empenho formal, que abandona o efeito de abundância, mediante os procedimentos de modularidade rítmica, evocador dos *carmina*, em prol de um efeito de concatenação e ordenação lógica, com multiplicação e repetição de itens gramaticais e mesmo preferência pela repetição eventual de palavras, a remeter a um conjunto de procedimentos que, embora todos pontualmente constatados em alguns setores do sistema da prosa pré-clássica em geral e catoniana em particular, talvez encontre seu húmus próprio na prosa oratória. É como se houvesse impacto da linguagem performativa seguido imediatamente de impacto da exibição – sintática, já antes que semântica – da (própria ideia de) argumentação. Teremos ocasião de voltar a esse problema em diversos momentos ao longo deste capítulo.

Note-se, de todo modo, no *FOR.169*, acima transcrito, que a variação sinonímica era recurso à mão de Catão (*nolunt audire; nihil minus uolunt dici; ou noli scribere; dele; perge... uti cum maxime delere; usque istuc ad lignum dele*), que nesse emprego se estendia além da prosa arcaica (*carmina* e *leges* e mesmo além dos historiadores arcaicos), como ademais registra Calboli (1965-1965, p. 40-41). Há, assim, insistimos, contraposição não entre investimento formal e ausência de investimento formal, mas contraposição entre modalidades de investimento formal, para, de um lado, criar *copia*, “exuberância e plenitude” (TILL, 1968, p. 56), e, de outro, criar estrutura, sugestiva, já antes que realizadora – o que depende de uma decifração – de encadeamento lógico. A variação entre modalidades de enunciação em tão curto espaço não é significativa apenas em si mesma; seu valor é aquele também dos intertextos de cada segmento, tanto quanto da passagem de um ao outro. Daí a relevância de identificar distintas matrizes textuais e suas transformações sob o cálamo de Catão.

Sem dúvida, como já apontamos, têm razão os especialistas que enxergaram influxo da oralidade festiva itálica, notadamente dos *carmina*, nos recursos empregados por Catão (assim, TILL, 1968, p. 276; LEEMAN, 1963, p. 22 e 46; de forma mais geral, para o conjunto do *Pro Rhodiensibus*, CALBOLI, 2003, p. 237-238). Ao que nos parece,

²⁷⁷ Não mera epífora, como indicou COURTNEY, 1999, p. 81.

contudo, essa afirmação é bastante mais verdadeira para explicar os segmentos iniciais de cada seção, e logo os efeitos de *copia*,²⁷⁸ do que para explicar os efeitos de estruturação. É naturalmente possível cogitar de distintos influxos, como a sempre lembrada e polêmica relação de Catão com a retórica grega (e.g., CLACKSON & HORROCKS, 2007, p. 166 e 170-171; v., *supra*, 1.1.3), mas, sem dúvida, na própria experiência de linguagem prosaica romana, é possível remeter à forma das *leges* e dos *senatus consulta*, com seus paralelismos em mais ampla escala, suas repetições antes que variações de palavras, e notadamente suas estruturas de subordinação, aqui radicalizadas pela natureza da subordinação, extrapolando a frase argumentativa que podemos chamar “elementar”, aquela composta pelo díptico.

O incremento estrutural se desenvolverá em torno mesmo dos segmentos textuais que têm por núcleo as frases argumentativas elementares, como veremos na sequência imediata. Já aqui, contudo, ficamos alertas para a produtividade da hipotaxe como recurso de elaboração elocutiva, mas, mais que isso, de uma específica forma de elaboração que sinaliza, antes mesmo de especificá-la, a concatenação de um argumento.

5.1.2. *argumentatio*

	GEL.6.3.15-16
15. “ <i>Quae deinde Cato iuxta dicit, ea</i> ”, inquit, “ <i>confessionem faciunt, non defensionem, neque propulsationem translationemue criminis habent, sed cum pluribus aliis communicationem, quod scilicet nihil ad purgandum est. Atque etiam</i> ”, inquit, “ <i>insuper profitetur Rodienses, qui accusabantur quod aduersus populum Romanum regi magis cupierint fauerintque, id eos cupisse atque fauisse utilitatis suae gratia, ne Romani Perse quoque rege uicto ad superbiam ferociamque {et} inmodicum <in> modum insolescerent.</i> ”	15. Ele [Tirão] diz: “Aquilo que Catão diz na sequência importa em uma confissão, e não em uma defesa, nem produz um rechaço ou uma transposição do crime, mas antes uma cumplicidade com muitos outros, o que, com efeito, não implica absolutamente uma escusa. E, mais que isso”, diz [Tirão], “ainda declara que os ródios, que eram acusados de ter favorecido antes ao Rei [Perseu] e desejado [sua vitória], contra o povo romano, assim desejavam e favoreciam em seu próprio interesse, para que os romanos, tendo vencido também o Rei Perseu, não se enchessem de soberba, arrogância e extrema insolência.
16. <i>Eaque ipsa uerba ponit, ita ut infra scriptum: Atque ego quidem arbitror Rodienses noluisse nos ita depugnare uti depugnatum est, neque regem Persem uinci. Sed non Rodienses modo id noluere, sed multos populos atque multas nationes idem</i>	16. E aduz as próprias palavras [do discurso de Catão], como a seguir escrito: “E eu, no que me concerne, julgo que os ródios não queriam que nós lutássemos até o fim como lutamos, nem que o rei Perseu fosse vencido. Não apenas os ródios, porém, não o queriam, mas

²⁷⁸ Em que, no apontamento sucinto de Sciarrino, “a formalização verbal parece ter sido obtida de três maneiras: justapondo segmentos compositivos mais longos e mais curtos, chamados *kóla*, recorrendo a variadas figuras sonoras e alinhando duas ou três palavras e/ou frases” (SCIARRINO, 2007, p. 58).

<p><i>noluisse arbitror atque haut scio an partim eorum fuerint qui non nostrae contumeliae causa id noluerint euenire; sed enim id metuere,²⁷⁹ si nemo esset homo quem uereremur, quidquid luberet faceremus, ne sub solo imperio nostro in seruitute nostra essent; libertatis suae causa in ea sententia fuisse arbitror. Atque Rodienses tamen Persem publice numquam adiuuere. Cogitate quanto nos inter nos priuatim cautius facimus! Nam unusquisque nostrum, si quis aduersus rem suam quid fieri arbitratur, summa ui contra nititur ne aduersus eam fiat; quod illi tamen perpessi. (FRH.5.88 = FOR.119)²⁸⁰</i></p>	<p>julgo que muitos povos e muitas nações tampouco o tenham querido; e eu não sei se não havia parte deles que não queriam que isso acontecesse, não como uma afronta a nós, mas porque tinham medo – se não houvesse homem algum que temêssemos, faríamos o que quiséssemos – de estar sob nosso domínio exclusivo, escravizados por nós; eu julgo que eram dessa opinião em prol de sua liberdade. Mas os ródios nunca ajudaram Perseu publicamente. Meditai como nós, entre nós, em privado, agimos mais cautelosamente! Pois cada um de nós, se julga que algo se faz contra seu interesse, com a maior força oposta se esforça para que nada seja feito contra ele; eles, no entanto, toleraram isso”.</p>
---	---

Com este fragmento, estamos, ao que tudo indica, em plena argumentação, ou, aceito o enquadramento dado pela teoria da *partitio* oratória, em plena *argumentatio*, ainda que, como já afirmamos na introdução a este capítulo, excertos argumentativos possam, pela própria natureza da prosa oratória, sempre argumentativa em alguma medida, encontrar-se em outros pontos do discurso. Aqui, no entanto, o arrazoamento mais longamente concatenado sugere bem tratar-se da *argumentatio* propriamente dita.

Como no fragmento do exórdio examinado na seção anterior e a despeito de diferenças a que retornaremos mais abaixo, é notável a existência de espécie de planejamento estrutural em ampla escala, nitidamente apoiado também em um senso de estrutura gerado pela simetria de períodos construídos segundo padrão que se repete, homologia claramente assinalada pela repetição vocabular. É assim que o trecho está organizando em três grandes seções, todas iniciadas por *atque* (*atque ego quidem ...arbitror; atque haut... arbitror; atque Rodienses... perpessi*). Não se deixará de notar que as duas primeiras, que conjugam o verbo inicial na primeira pessoa do singular, terminam também pela mesma forma verbal, gerando uma *complexio* à distância que produz forte simetria, ao passo que a terceira seção introduz relevante variação, já pelo sujeito do verbo inicial (*Rodienses*), já pela ausência de correspondência no último verbo, deslocamentos, ou quebras de expectativas, a que retornaremos logo em mais detalhe. Vamos agora, em um primeiro momento, detalhar essa estrutura homóloga para depois

²⁷⁹ Na edição, <ne> *si nemo*, inserção que não acolhemos por razões explicadas no corpo do texto.

²⁸⁰ Pontuação alterada à luz de FRAENKEL, 1968, p. 125.

examinar no pormenor aquilo que o fragmento é apto a ensinar especificamente sobre os módulos e procedimentos da prosa argumentativa.

É possível pensar, primeiramente, assim, em uma mais estreita homologia entre as primeiras duas seções. Com efeito, ambas não apenas se iniciam por duas expressões verbais de valor antitético uma relativamente à outra (*arbitror; haut scio an*), como terminam simetricamente por duas expressões formadas por um infinitivo *perfectum* e pelo mesmo verbo conjugado (*noluisse arbitror; fuisse arbitror*), tudo a desenhar uma espécie de replicação estrutural simétrica (*atque ego quidem arbitror... noluisse arbitror* $\approx$ *atque haud scio an... fuisse arbitror*). No interior dessas duas estruturas homólogas, há uma mesma conjunção estruturante (*sed*), em torno da qual se desenvolve a mesma figura da *praeteritio*, pela qual se afirma que não se trata de x, ou apenas de x, mas de y, ou também de y (*non modo id noluere..., sed...; non nostrae contumeliae causa,... sed... libertatis suae causa*).

Há variação, contudo, na distribuição sintática da *praeteritio* relativamente ao *sed*, já que o segmento *atque... uinci*, na primeira seção, é anterior, vindo a *praeteritio* introduzida em um módulo subsequente (*sed non Rodienses...*), ao passo que, na segunda seção, a *praeteritio* já se esboça no princípio, mas só se completa ao fim, com diversos elementos intercalados. Constata-se, assim, a existência de um molde para a apresentação de argumentos que pode ser replicado e, ao mesmo tempo, submetido a procedimentos que o fazem variar – cuja motivação, para além da própria variação, será objeto de atenção mais adiante. A variação, na terceira seção, é sistemática, isto é, não deixa de construir homologia, até na correspondência entre as conjunções adversativas *sed*, empregadas na primeira e na segunda seções, e a conjunção *nam*, na terceira. Veja-se, portanto: simetria global, com *uariatio* homóloga do terceiro membro (*atque, atque, atque; sed, sed, nam; arbitror, arbitror, perpersi*).

Nessa sucessão homóloga, com variação, há evidente correspondência semântica com os argumentos que vão desenhando uma progressão argumentativa: Catão avançara, na abertura, afirmação que em princípio desabonaria os ródios (não queriam que a guerra chegasse a um fim ou mesmo que Perseu fosse vencido) e trata de refutar, nas primeiras duas seções, o fundamento pressuposto que torna a afirmação desabonadora, para avançar outro fundamento, justificador da posição dos ródios (não foram os únicos que tiveram essa vontade, na seção 1; eles prezam sua própria liberdade, na seção 2). Já na terceira seção, a afirmação é em si positiva (nunca houve ajuda pública dos ródios a Perseu), tanto

que os ródios podem ser apresentados sob luz mais positiva que os romanos, que talvez não tivessem suportado tamanha ameaça a seus interesses. E, assim, um ponto após o outro, passa-se do desabono dos ródios (transformado em atitude justificável nas duas primeiras seções) ao desabono dos romanos (contraposto à virtude da resiliência dos ródios, na terceira).

Nessa transição argumentativa, que redundava em verdadeira reversão de expectativas, pois os julgadores acabam acusados, há alguns expedientes a unir a segunda à terceira seção. O primeiro é a existência de um díptico condicional em ambas as seções, ponto central, a que já retornaremos mais amplamente, sendo o díptico o molde central da frase argumentativa, conforme já o vimos amplamente (v. 3.2, *supra*). Mas também é notável a terminação paratática dessas duas seções, cujos últimos segmentos vêm mais frouxamente ligados ao precedente, por expedientes anafóricos, como o pronome demonstrativo (*in ea sententia*) ou o pronome relativo de ligação (*quod...*, talvez *uariatio* frente aos habituais demonstrativos em Catão, para “‘aumentar’ o nível estilístico”, CLACKSON & HORROCKS, 2007, p. 173).

Feitas essas considerações preliminares, com que buscamos comunicar uma primeira apreensão estrutural do passo (cf., para apresentação sucinta, mas próxima à nossa, FANKHÄNEL, 1938, p. 180), podemos esquematizar a leitura estrutural no seguinte quadro, para avançar na sequência a pontos centrais para a concepção da prosa argumentativa catoniana que merecem nossa atenção especial:

	<i>seção 1</i>	<i>seção 2</i>	<i>seção 3</i>
<i>seg. 1</i>	<i>Atque ego quidem arbitror...</i>	<i>Atque haut scio an...</i>	<i>Atque Rodienses tamen...</i>
<i>seg. 2</i>	<i>sed... non modo, sed...</i>	<i>non nostra contumeliae causa... [sed] libertatis suae causa... sed... si... ne...</i>	<i>Cogitate! nam</i>
<i>seg. 3</i>	<i>... noluisse arbitror.</i>	<i>... fuisse arbitror.</i>	<i>... quod illi tamen perpersi.</i>

Essa estruturação modular e homóloga, quando não simétrica, que não só permite a variação a cada reaparição de um módulo, com mais ou menos intensidade, mas sobretudo se vale da modificação desses módulos como fato gerador de estrutura, sofreu, no entanto, críticas severas. É assim que, para Goldberg, estaríamos diante de uma

“sequência que divaga” (GOLDBERG, 1983, p. 204) e, especificamente, de “um *sed* não muito gracioso” (GOLDBERG, 1983, p. 204). Menos desfavoráveis, mas afirmando estranhamento – ou quando muito não demarcando de forma clara sua dimensão (possível que seja, diante de incertezas) de estratégia textual e não de carência diante do modelo da sintaxe clássica – são as observações de Poccetti, Poli e Santini:

seu estilo permite reconhecer um bom domínio da capacidade de estruturar períodos complexos, mas os enunciados de natureza concessiva, que nele assumem primeiro plano, são em geral expressos de forma paratática com uma sequência de frases afirmativas, a que se segue diretamente uma oração subordinada, que é introduzida por *sed*, *tamen*, *atque* e que contém a negação (POCCETTI, POLI & SANTINI, p. 264).

Talvez na base dessa apreciação negativa ou, no mínimo, reticente, esteja algo como a noção expressa por Dangel de que a frase argumentativa é essencialmente periódica:

A frase oratória [...], destinada à argumentação lógica e ao comentário, longe de progredir por notações sucessivas, parece dever se desenvolver de acordo com um plano preciso e bem construído, conforme permite inferir o próprio termo “período”, associado ao enunciado oratório típico (DANGEL, 1982, p. 3).

Não há, afinal, que confundir a noção de frase fechada, como modelo ideal da frase argumentativa (v., *supra*, item 2.2), com a estrutura periódica, nem mesmo desprezar a possibilidade de desmembrar as metades de uma frase fechada em notações sucessivas, com a plethora de efeitos que essa forma de construção textual é apta a gerar. Ademais, em contexto oratório a que já retornaremos (5.2.1), encontramos estrutura concessiva sem desmembramento comparável (*Atque quamquam multa noua miracula fecere inimici mei, tamen nequeo desinere mirari eorum audaciam atque confidentiam*, FOR.6), de sorte que a avaliação não pode se dar em termos de carências, devendo antes se pautar pelo pressuposto da liberdade de escolha, logo de um senso de estratégia na construção textual que opta por se apresentar como a vemos.

Pensamos que alguma clareza pode ser obtida pela consideração de outro fragmento da oratória catoniana. Trata-se de citação, novamente devida a Gélio, do primeiro discurso datado de Catão de que conservamos um excerto, a *Oratio quam dixit Numantiae apud equites*, de 195 a.C. (retomado *infra*, 5.5.2):

<i>Oratio quam dixit Numantiae apud equites</i> (195 a.C.)	GEL.16.1.4
<i>Cogitate cum animis uestris: si quid uos per laborem recte feceritis, labor ille a uobis cito recedet, bene factum a uobis dum uiuitis non abscedet; sed si qua per uoluptatem nequiter feceritis, uoluptas cito abibit, nequiter factum illud apud uos semper manebit.</i> (FOR.1)	Meditai em vosso ânimo: se agirdes corretamente à custa de esforço, logo vos livrareis daquele esforço, ao passo que o bem que fizestes, enquanto viverdes, nunca desaparecerá; mas, se fizerdes algo de iníquo em razão de prazer, o prazer logo desaparecerá, mas aquilo que fizestes de iníquo sempre permanecerá convosco.

Note-se que se trata de excerto textual que guarda a maior semelhança com a terceira seção do fragmento da *argumentatio* do *Pro Rhodiensibus*, após a frase enunciativa *atque Rodienses tamen Persen publice numquam adiuuere*: iniciada pelo mesmo verbo (*cogitate*), com uma admoestação à reflexão, ambas engatam uma estrutura de díptico condicional, que vem ademais reduplicado na *Oratio quam dixit Numantiae*.²⁸¹ Parecemos estar diante de construção suprafrasal erigida a módulo de estruturação do discurso e sujeita à manipulação, muito possivelmente porque, em seu acervo, Catão dispunha de estruturas como essa, fosse a própria *Oratio quam dixit Numantiae* ou outra a que tenha diretamente recorrido na escrita desse segmento do *Pro Rhodiensibus*. Já nos deparamos com a existência de módulos de escrita suprafrasais, por exemplo no caso da narrativa dos portentos (v., *supra*, item 4.3.2 e 4.5) ou, de forma bastante clara, já na estrutura de certos textos legais com frase simples seguida de dois dípticos (v., *supra*, 3.2), o que é de certo modo o que encontramos aqui, mas com um grau de concretização inclusive lexical que sem dúvida vai além do quanto se constataria naquelas oportunidades.

Diante desse enquadramento, que aponta para uma apreensão modelar do texto, ganha relevo também a forma da distinção entre um e outro excerto: se o fragmento da *Oratio quam dixit Numantiae* articula uma frase iniciada pelo verbo *cogitate* sem objeto expresso (são as orações subsequentes a desempenhar essa função) e faz seguir dois dípticos condicionais coordenados entre si pela conjunção *sed*, o *Pro Rhodiensibus*

²⁸¹ Possivelmente com um modelo grego para as condicionais, pensa Skard (1956, p. 77).

explicita objeto oracional próprio do verbo *cogitate* (*quanto nos... facimus*), articula essa admoestação ao díptico por um *nam*, antecipa, à esquerda da prótase, o sujeito da apódose e após ela vale-se ainda de um relativo de ligação para introduzir frase de sentido concessivo (explicitado com a partícula *tamen*), com braquilogia gerada pela supressão do verbo finito ao fim (*perpessi [sunt]*). O que é muito claramente o mesmo módulo aparece assim transformado de forma também muito conspícua.

Para buscar compreender um pouco melhor essa diferença no interior de um mesmo módulo suprafrasal, convém atentar para diversidade semântica essencial em contexto de argumentação retórica, a saber, o fato de que o fragmento da *Oratio quam dixit Numantiae* apresenta argumento dedutivo, ao passo que aquele do *Pro Rhodiensibus* contém argumento indutivo.

É assim que, no mais antigo desses discursos, temos dípticos que expressam uma premissa e sua conclusão necessária, no interior mesmo do díptico (se alguém tem a conduta x, a consequência é o resultado y), ainda que se trate não de um silogismo, mas de um entimema, uma vez que não há formulação clara e separada da premissa maior. Porém, o próprio fragmento cuida de remediar à aparente dificuldade. O paralelismo perfeito entre os dois dípticos coordenados de forma determinada mimetiza a concatenação lógica: *si quid/ si qua; uos/-; per laborem/per uoluptatem; recte feceritis/nequiter feceritis; labor ille/uoluptas; a uobis/-; cito recedet/cito abibit; bene factum/nequiter factum illud; a uobis/apud uos; dum uiuitis/semper; non abscedet/manebit*. Com isso, a própria articulação de duas frases, uma simetricamente oposta à outra, ponto a ponto, gera a percepção de que, tomada a primeira como premissa, infere-se necessariamente a segunda, a desenhar perfeitamente o entimema no próprio encadeamento. Trata-se, afinal, de *similitudo in contrariis* que poderia vir formulada em um só díptico, como em exemplo do *De inuentione*, de Cícero:

	Cic.Inv.1.XXX.46
<i>Similitudo autem in contrariis et <ex> paribus et in iis rebus, quae sub eandem rationem cadunt, maxime spectatur. In contrariis, hoc modo: "Nam si iis, qui imprudentes laeserunt, ignosci conuenit, iis, qui necessario profuerunt, haberi gratiam non oportet".</i>	A analogia se observa sobretudo nas coisas contrárias, iguais ou que seguem o mesmo princípio. Nas coisas contrárias, da seguinte maneira: "Pois se convém perdoar àqueles que nos causaram dano de forma involuntária, àqueles que nos beneficiaram por necessidade, não cabe agradecer".

Juntando a esse paralelismo também um paralelismo da conclusão:

	CIC.Inv.1.V.6
“Si summo opere sapientia petenda est, summo opere stultitia uitanda est: summo autem opere sapientia petenda est: summo igitur opere stultitia uitanda est.”	“Se se deve buscar a sabedoria com o maior empenho, com o maior empenho a estupidez deve ser evitada: ora, a sabedoria deve ser buscada com o maior empenho: logo, a estupidez deve ser evitada com o maior empenho.”

Já o *Pro Rhodiensibus* particulariza o sujeito topicalizado do díptico, de modo que não se expressa um raciocínio de premissa e conclusão conectados por nexos (aparente, que seja) de necessidade, tanto que a conclusão está anteposta como objeto de *cogitate*, e o díptico serve de corroboração da máxima já enunciada. Nessa estruturação de díptico condicional no seio de uma argumentação indutiva, parece haver impulso relevante para que o díptico venha circundado de termos que indiciam o processo de inferenciação (*nam; quod; tamen*), trazendo para fora do díptico aquilo que ele em si mesmo não realiza, vale dizer, a articulação inferencial do argumento. Essa cumulatividade é, pode-se avançar, a mesma que se encontra no desdobramento da ideia concessiva em orações coordenadas por uma conjunção adversativa, espécie de desdobramento apto a mimetizar a ideia de um *iter* lógico.

Se a disparidade estrutural entre a apresentação de um argumento dedutivo e aquela de um argumento indutivo ajuda a compreender a distinta manipulação de uma mesma estrutura suprafrasal, ela ao mesmo tempo indicia a aptidão, que bem corresponde ao quanto se verificou no exórdio, a encarecer um segmento de texto, cumulando, com uma estrutura de base, elementos aptos a exibir, de forma mais ou menos ostensiva segundo o caso, os nexos argumentativos que podem produzir eficácia já mesmo pela sua presença, pela aparência de logicidade que são capazes de produzir. Pensamos que Calboli atinou, de algum modo, para essa semântica elementar da cumulatividade: “a repetição ligava os vários momentos do arrazoamento, sublinhava a paridade das condições” (CALBOLI, 2003, p. 285); em sentido próximo, von Albrecht propõe que “a retomada de palavras aparece como forma importante de desenvolver o pensamento” (von ALBRECHT, 2012, p. 25), mas talvez se devesse dizer, como forma de fazer aparecer o desenvolvimento do pensamento.

Talvez seja justamente essa sintaxe em que a argumentação é tornada ostensiva a oferecer o melhor enquadramento para entender a intrusão do díptico condicional na

segunda seção da *argumentatio* do *Pro Rhodiensibus*, com efetiva suspensão da continuidade sintática, entre o verbo *metuere* e seu complemento, *ne sub solo...* Essa construção incomodou a tal ponto alguns leitores do fragmento, que muitos preferiram emendar o passo inserindo um *ne* entre *metuere* e *si*, postura pouco sã de corrigir a *lectio difficilior* dos códices por uma *lectio facillior* putativa.²⁸² Trata-se, no entanto, de díptico condicional interposto, que, ademais, desde que se lembre que a oratória catoniana é certamente escrita diretamente para a performance oral, pode ser objeto de um forte destaque prosódico.

Afinal, seguindo indicações de Leeman (1963, p. 46), Astin (1978, p. 145) e Goldberg (1983, p. 202), Cavarzere (2000, p. 46-47) e Cavarzere, De Vivo e Mastandrea (2015, p. 41) desenvolveram a ideia de que alguns dos traços do discurso catoniano, especialmente a parataxe e o assíndeto, explicar-se-iam pelo nexos fundamental entre os discursos tal como nos chegaram e sua condição de atos de fala no interior de uma performance oral: “para o ouvido do auditório, para guiar sua compreensão, não se tratava da sintaxe do período, mas antes da prosódia dada pelo ritmo, pelas pausas e pelas repetições, pelas entonações da voz e pelos acentos das frases acompanhadas da gestualidade apropriada” (CAVARZERE, DE VIVO & MASTANDREA, 2015, p. 41).

Nesse panorama, a interposição de um díptico, no seio de *argumentatio* de natureza indutiva, parece particularmente apta a produzir relevo, de modo a gerar no auditório uma percepção muito impactante da (noção de) inferência. A ruptura sintática pode muito bem valer, nesse panorama, como artifício apto a destacar a estrutura do díptico, valendo já pelo que a fórmula sintática exibida implica para a percepção de um tecido argumentativo; trata-se, afinal, da frase argumentativa por excelência, como já

²⁸² Em estudo inteiramente dedicado ao problema, Ghislaine Viré, baseando-se na prática de Plauto e Terêncio, notou que são frequentes os casos de intercalação de subordinada entre o verbo de temor e sua completiva e, mais que isso, que, “na maioria dos casos em que a conjunção subordinativa *ne* não se segue imediatamente ao verbo de temor, a proposição inserida entre essas duas palavras é introduzida por *si*” (VIRÉ, 1979, p. 555). Exemplificativamente: PL.*Epid.*310-311: *Quod pol ego metuo, si senex rescuerit, / ne ulmos parasitos faciat, quae usque attondeant*; PL.*Trin.*1170-1171: *metuo, si tibi / denegem quod me oras, ne te leuiorem erga me putes*. Com base nessa leitura, Viré traduz, em francês: “mais en effet ce qu’ils ont craint, s’il ne se trouvait plus nul homme que nous redoutions, et que nous fissions à notre guise, c’est de se trouver sous notre seul pouvoir, à notre merci”. No entanto, notar-se-á, que nos casos aduzidos de Plauto, há apenas uma subordinada, e não um período composto, formado por subordinada e condicional. Pensamos que a leitura de Viré se justificaria se o texto fosse algo como *si nemo esset homo quem uereremur atque quidquid luberet faceremus* ou de outra forma mostrasse que *faceremus* também é núcleo de uma condicional coordenada a *si nemo... uereremur*. É verdade que Cugusi e Sblendorio Cugusi entendem que *si nemo esset homo quem uereremur* e *quidquid luberet faceremus* são duas orações coordenadas por assíndeto a *ne sub solo imperio nostro in seruitute nostra essent* (CUGUSI & SBLENDORIO CUGUSI, 2001, *ad loc.*). Assim, propomos entender que se trata efetivamente de um díptico condicional interposto.

apontamos e como teremos a ocasião de investigar mais no detalhe (v., 5.4.2, *infra*). Não se deixará de notar a redundância *nemo... homo* (cf. CALBOLI, 2003, p. 289-290), de mesma natureza que aquela do *incipit* das *Origines* (v. 4.1.2, *supra*): *si nemo esset homo quem* ($\approx$ *si quæ sunt homines quos*), frase que sumula o sentido da segunda seção e, por assim dizer, reduplica-o em estrutura quintessencialmente argumentativa exposta como que a irromper acima da sintaxe regular do passo.

É lamentável que não disponhamos de mais extenso segmento da *Oratio quam dixit Numantie*, para contrastar com o mais amplo excerto do *Pro Rhodiensibus*, notadamente no que diz respeito à posição da primeira e da segunda seções da *argumentatio*. Pensamos, porém, que a conclusão a ser extraída é que, diante de determinados módulos não apenas frasais, mas inclusive suprafrasais, Catão podia, segundo a natureza do argumento, mas também segundo outras determinantes, tais como o particular destaque a conferir a determinado segmento, fazer incidir um conjunto de procedimentos de explicitação dos nexos argumentativos, que desenham assim um regime que extrapola a mera necessidade para ser também parcialmente determinado pelas estratégias de construção textual; nesses procedimentos, a frase fornecida pelo díptico condicional ganha absoluta centralidade, seja por tudo o que se pode tecer em torno dele, seja por sua aptidão a se duplicar em mais de um díptico, encadeando-se eles sequencialmente, seja enfim por sua capacidade de se impor como espécie de forma simbólica da argumentação. O já anunciado exame sistemático dos dípticos condicionais advindos da oratória catoniana (*infra*, item 5.5) permitirá adensar essas observações adiante. Já na sequência imediata (5.1.3), porém, há uma série de dípticos condicionais que merecem esclarecimento.

5.1.3. *peroratio*

	GEL.6.3.26-27
26. <i>Postea uerba hæc ex eadem oratione ponit: Ea nunc derepente tanta beneficia ultro citroque, tantam amicitiam relinquemus? Quod illos dicimus uoluisse facere, id nos priores facere occupabimus?</i> (FRH.5.89 = FOR.120)	26. Depois aduz as seguintes palavras do mesmo discurso: “Agora, repentinamente, abriremos mão de tantos bons serviços de parte a parte, [abriremos mão] de tamanha aliança? Aquilo que dizemos que eles queriam fazer, nós trataremos de fazer antes?”
27. “Hoc”, inquit, “enthymema nequam et uitiosum est. Responderi enim potuit: “occupabimus certe; nam si non occupauerimus, opprimemur, incidendumque erit in insidias a quibus ante non cauerimus.”	27. Diz [Tirão]: “Esse entimema é péssimo e vicioso”. Ter-se-ia podido responder-lhe: “Nós nos anteciparemos, por certo; pois, se não nos anteciparmos, seremos destruídos e

	cairemos em armadilhas contra as quais não nos precavêramos”.
--	---

	GEL.6.3.34-36
<p>34. <i>Post deinde usum esse Catonem dicit in eadem oratione argumentis parum honestis et nimis audacibus ac non uiri eius qui alioqui fuit, sed uafri ac fallaciosi, et quasi Graecorum sophistarum sollertiis. 35. “Nam cum obiceretur”, inquit, “Rodensibus, quod bellum populo Romano facere uoluissent, negauit poena esse dignos, quia id non fecissent, etsi maxime uoluissent”, induxisseque eum dicit quam dialectici epagogen appellant, rem admodum insidiosam et sophisticam neque ad ueritates magis quam ad captiones repertam, cum conatus sit exemplis decipientibus conligere confirmareque, neminem qui male facere uoluit plecti aequum esse, nisi quod factum uoluit etiam fecerit.</i></p>	<p>34. Depois diz então [Tirão] que Catão usou, nesse discurso, argumentos pouco decorosos e muito temerários e não do valor que Catão mostrou alhures, mas velhacos e falaciosos e semelhantes aos dos sofistas gregos. 35. Ele [Tirão] diz: “Pois, embora opusesse aos ródios o fato de terem querido travar guerra contra o povo romano, afirmou não serem dignos de punição, porque não o fizeram de fato, ainda que o tenham querido imensamente”, e [Tirão] diz que ele introduziu o que os dialéticos chamam de ἐπαγωγή, algo inteiramente insidioso e sofístico e nem inventado para a verdade, mas para o engodo, pois ele tentou, por meio de exemplos enganosos, concluir e demonstrar que não seria justo que fosse castigado ninguém que tenha querido fazer mal, a menos que tenha feito aquilo que quis que fosse feito.</p>
<p>36. <i>Verba autem ex ea oratione M. Catonis haec sunt: Qui acerrime aduersus eos dicit ita dicit, hostes uoluisse fieri. Ecquis est tandem qui uestrorum, quod ad sese attineat, aequum censeat poenas dare ob eam rem, quod arguatur male facere uoluisse? Nemo, opinor; nam ego, quod ad me attinet, nolim. (FRH.5.90 = FOR.121)</i></p>	<p>36. As palavras daquele discurso de Marco Catão são as seguintes: “Quem fala com a maior aspereza contra eles, diz o seguinte: ‘queriam se tornar inimigos’. E por acaso há enfim algum de vós que julgue justo, naquilo que lhe diz respeito, ser punido por aquilo que alguém alega ter querido fazer de mal? Ninguém, eu penso; certamente eu, naquilo que me diz respeito, não quereria”.</p>

	GEL.6.3.37
<p><i>Deinde paulo infra dicit: Quid nunc? Ecqua tandem lex est tam acerba, quae dicat “si quis illud facere uoluerit, mille minus dimidium familiae multa esto; si quis plus quingenta iugera habere uoluerit, tanta poena esto; si quis maiorem pecuum numerum habere uoluerit, tantum damnas esto”? Atque nos omnia plura habere uolumus, et id nobis impune est. (FRH.5.91 = FOR.122)</i></p>	<p>E depois diz, um pouco mais abaixo: “O que agora? E por acaso há uma lei tão dura que diga: ‘se alguém quiser fazer isso, que a multa seja de mil, desde que isso seja menos do que a metade de seu patrimônio;²⁸³ se alguém quiser possuir mais do que quinhentas jeiras, que a pena seja tal; se alguém quiser ter um maior número de cabeças de gado, que seja condenado em tanto’? Nós também queremos ter mais de tudo, e isso não nos faz ser punidos”.</p>

²⁸³ Notar outra interpretação, e.g. CALBOLI, 2003, p. 406: “a metade do patrimônio menos mil asses”. No entanto, Courtney aduz uma série de exemplos tirados à legislação romana, como os seguintes, a confirmar a interpretação aqui adotada (COURTNEY, 1999, p. 83: *eum quis uolet magistratus multare, dum minore partus familias taxat, liceto* (*Lex Silia*, CRAWFORD, 1996, 1, p. 200; *sei quis mag(istratus) multam inrogare uolet, [quei uolet, dum minoris] partus familias taxat, liceto* (*Lex Bantia*, CRAWFORD, 1, 1996, p. 280), *eius familia pe[cunia...] minus dimi[di]ae partis...*) (*Lex Gabinia Calpurnia de insula Delo*, CRAWFORD, 1996, 1, p. 346).

	GEL.6.3.38
<i>Postea ita dicit: Sed si honorem non aequum est haberi ob eam rem, quod bene facere uoluisse quis dicit neque fecit tamen, Rodiensibus oberit, quod non male fecerunt, sed quia uoluisse dicuntur facere? (FRH.5.92 = FOR.123)</i>	Depois, diz assim: “Mas, se não é justo que alguém goze de honra por dizer ter querido agir bem, e não ter, no entanto, agido bem, prejudicará aos ródios não ter feito mal, mas o fato de que se diz terem querido fazer mal?”

	GEL.6.3.43-51
<i>43. Haec Tiro in Catonem non nimis frigide neque sane inaniter; 44. sed enim Cato non nudam nec solitariam nec inprotectam hanc ἐπαγωγὴν, sed multis eam modis praefulcit multisque aliis argumentis conuelat, et, quia non Rodiensibus magis quam rei publicae consultabat, nihil sibi dictu factuque in ea re turpe duxit quin omni sententiarum uia seruatum ire socios niteretur. 45. Ac primum ea non incallide conquisiuit, quae non iure naturae aut iure gentium fieri prohibentur, sed iure legum rei alicuius medendae aut temporis causa iussarum; sicut est de numero pecoris et de modo agri praefinito. 46. In quibus rebus, quod prohibitum est fieri quidem per leges non licet; uelle id tamen facere, si liceat, inhonestum non est. 47. Atque eas res contulit sensim miscuitque cum eo, quod neque facere neque uelle per sese honestum est; tum deinde, ne disparilitas conlationis euidens fieret, pluribus id propugnaculis defensat neque tenues istas et enucleatas uoluntatum in rebus illicitis reprehensiones, qualia in philosophorum otio disputantur, magni facit, sed id solum ex summa ope nititur, ut causa Rodiensium, quorum amicitiam retineri ex re publica fuit, aut aequa iudicaretur aut quidem certe ignoscenda. Atque interim neque fecisse Rodienses bellum neque facere uoluisse dicit, interim autem facta sola censenda dicit atque in iudicium uocanda, sed uoluntates nudas inanesque neque legibus neque poenis fieri obnoxias; interdum tamen, quasi deliquisse eos concedat, ignosci postulat et ignoscentias utiles esse rebus humanis docet ac, nisi ignoscant, metus in republica rerum nouarum mouet; sed enim contra, si ignoscatur, conseruatum iri ostendit populi Romani magnitudinem. 48. Superbiae quoque crimen, quod tunc praeter cetera in senatu Rodiensibus obiectum erat, mirifica et prope diuina responsionis figura elusit et eluit. 49.</i>	<i>43.</i> Essas [críticas] de Tirão a Catão, não [são] inteiramente sem força nem completamente sem consistência. <i>44.</i> No entanto, Catão não apresenta essa ἐπαγωγή isolada ou desprotegida, mas a fortalece por muitos meios e a veste com muitos outros argumentos e, pois que não promovia mais os interesses dos ródios que os da república, não conduziu naquela matéria nada, por palavra ou por ação, com torpeza, que não fosse o ser abundante com todo tipo de opiniões para salvar os aliados. <i>45.</i> E, primeiramente, não sem destreza, procurou com cuidado aquilo que é proibido fazer não por direito natural ou pelo direito das gentes, mas de acordo com o direito das leis em razão de remediar a algo ou por causa de uma emergência; assim como relativamente ao número das cabeças de gado ou à extensão da terra. <i>46.</i> Nessas coisas, não é lícito fazer o que é proibido pelas leis; mas querer fazer, se for permitido, não é indecoroso. <i>47.</i> E ele aduziu essas coisas imperceptivelmente e as misturou com aquilo que, em si, não é decoroso nem fazer nem querer; então, na sequência, para que a disparidade na comparação não se tornasse evidente, ele defende isso com muitas trincheiras e não dá grande importância às recriminações sutis e puras dos desejos de coisas ilícitas, tais como debatem, no ócio, os filósofos, mas apenas se esforça, com o máximo empenho, para que a causa dos ródios, que era manter a amizade da república, ou fosse julgada justa ou, quando pouco, perdoada. E ora afirma que os ródios nem travaram guerra nem quiseram que se travasse uma guerra, ora diz que apenas os fatos devem ser considerados e levados a juízo, e que as puras e meras vontades não são responsabilizadas nem pelas leis nem com punição; por vezes, entretanto, quase admitindo que eles agiram mal, pede que sejam perdoados e ensina que o perdão é útil

<i>Verba adeo ipsa ponemus Catonis, quoniam Tiro ea praetermisit:</i>	e que, a não ser que se perdoe, desperta-se o medo da sedição na república; mas, ao contrário, caso se perdoe, mostra que a grandeza do povo romano será conservada. 48. Também a acusação de arrogância, que então acima de todas se imputava, no Senado, aos ródios, ele a obviou e a eliminou. 49. Nós adicionaremos ainda as próprias palavras de Catão, pois Tirão as deixou de lado:
50. <i>Rodiensis superbos esse aiunt, id obiectantes, quod mihi et liberis meis minime dici uelim. Sint sane superbi. Quid id ad nos attinet? Idne irascimini, si quis superbior est quam uos? (FRH.5.93 = FOR.124)</i>	50. “Afirmam que os ródios são arrogantes, imputando-lhes o que de mim e dos meus filhos eu de modo algum gostaria que fosse dito. Admita-se que são arrogantes. Por que isso nos toca? Por acaso vos irritais se há alguém mais arrogante do que vós?”
51. <i>Nihil prorsus hac compellatione dici potest neque grauius neque munitius aduersus homines superbissimos facta, qui superbiam in sese amarent, in aliis reprehenderent.</i>	51. Absolutamente nada de mais grave ou de mais robusto do que essa interpelação pode ser afirmado contra as ações dos homens de imensa soberba, que amam a soberba em si mesmos e a recriminam nos outros.

Se, para o primeiro e o segundo fragmentos do *Pro Rhodiensibus*, é possível postular, com algum grau de segurança, sua localização respectivamente no exórdio e na argumentação do discurso, no caso dos restantes cinco fragmentos, que são mais curtos, a discussão é um pouco mais complexa. Sblendorio Cugusi propôs que se localizariam também na *argumentatio* (SBLENDORIO CUGUSI, 1987, p. 29-30). No entanto, todos eles se caracterizam por exibir séries de questões retóricas, o que pode constituir relevante pista topológica. A *Rhetorica ad Herennium*, que nomeia a figura *interrogatio*, aprova não todas as *interrogationes*, mas apenas aquelas que confirmam o discurso pronunciado, indicando, assim, tratar-se de figura apropriada à *peroratio*:

	<i>Rhet.Her.4.XV.22</i>
<i>Interrogatio non omnis grauis est neque concinna, sed haec, quae, cum enumerata sunt ea, quae obsunt causae aduersariorum, confirmat superiorem orationem, hoc pacto [...].</i>	Nem toda questão retórica é ponderosa ou elegante, mas apenas aquelas que, depois de terem sido respondidos os argumentos que prejudicam a causa dos adversários, confirmam o discurso precedente; por exemplo [...].

De fato, em alguns dos fragmentos em exame, adaptada a ideia da *causa aduersariorum* ao *genus deliberatiuum*, há, de acordo com a descrição da *Rhetorica ad Herennium*, menção aos argumentos opostos antes das perguntas (e.g., *qui acerrime*

*aduersus eos dicit, ita dicit:...*²⁸⁴ *Rodienses superbos esse aiunt, id obiectantes quod...*), a indicar aparência de retomada de argumentos na defesa da posição contrária, assim postos em causa por Catão, por meio das sucessivas *interrogationes*. Trata-se, então, exatamente do cenário prescrito pela *Rhetorica ad Herennium*. Em si mesmo, o fato não seria suficientemente probante. Não há dificuldade em achar perguntas na *confirmatio* (Cic.*Inv.*1.XXXVIII.69 e XXXIX.71). Aqui, contudo, a acumulação, em um mesmo fragmento curto, de perguntas que claramente se contrapõem, uma após a outra, a argumentos distintos (e.g., *ea nunc derepente tanta beneficia ultro citroque, tantam amicitiam relinquemus? quod illos dicimus uoluisse facere, id nos priores facere occupabimus?*, na sequência em *FRH.*5.89), torna bastante difícil entender que estaríamos em meio à *argumentatio* propriamente dita; como vimos na análise do segundo fragmento (*supra*, 5.1.2), possivelmente Catão dedicaria maior espaço à construção de cada argumento, pelo que a custo se teria aqui senão retomada de questão anteriormente debatida.

Desse modo, tudo bem pesado, parece suficientemente provável que o conjunto desses fragmentos se encontrasse na peroração do *Pro Rhodiensibus*, o que ademais demonstraria que, na resposta de Aulo Gélio – e na correspondente crítica de Tirão –, os passos do discurso foram sendo copiados e comentados na ordem em que compareciam (SBLENDORIO CUGUSI, 1982, p. 315). Assim, se Sblendorio Cugusi afirmava que “não possuímos nenhum excerto seguramente proveniente da *conclusio* de algum discurso (em verdade, não podemos sequer estar seguros de que Catão empregava a *conclusio*)” (SBLENDORIO CUGUSI, 1987, p. 38), parece-nos que os fragmentos em questão apontam para outro cenário – sem que se possa, evidentemente, ter a discussão por terminada.

Como já observamos no caso do exórdio e da *argumentatio*, aduzindo fragmentos de outros discursos, neste ponto também podemos verificar traços de manipulação de modelos próprios por parte de Catão, aqui no entanto a partir de texto posterior, e não anterior ao *Pro Rhodiensibus*. Com efeito, se observarmos o segundo fragmento do já

²⁸⁴ Note-se a construção semelhante em CATO.*Agr.praef.*2: *Quom laudabant, ita laudabant*, ou ainda em FOR.128: *Qui antea obsonitauere, postea centenis obsonitauere*. Para Calboli, trata-se de “reduzir ao osso a acusação contra os ródios [...]. Uma variação sinonímica com *ait*, *contendit* ou semelhantes, não apenas teria enriquecido de informações pelo mecanismo informacional da sinonímia [...], mas teria adicionado alguma coisa, algum significado novo que certamente Catão queria evitar para mostrar, em sua essência nua a acusação contra os ródios e, ao mesmo tempo, precisamente o quanto era pobre” (CALBOLI, 2003, p. 302).

bastante referido *Contra Galbam* (149 a.C.), verificaremos não apenas um paralelo estrutural (afirmação abreviada do argumento contrário, seguido por *interrogationes*), mas também um paralelo de conteúdo, já que um dos principais argumentos da *peroratio* do *Pro Rhodiensibus* vem aqui também mobilizado, a saber, a insuficiência da mera vontade para gerar punição:

<i>Contra Galbam</i> (149 a.C.)	GEL.1.12.17
<i>M. Cato de Lusitanis, cum Ser. Galbam accusavit: Tamen dicunt deficere uoluisse. Ego me nunc uolo ius pontificium optime scire; iamne ea causa pontifex capiar? Si uolo augurium optime tenere, ecquis me ob <rem> augurem capiat? (FRH.5.105 = FOR.153)</i>	Marco Catão, a respeito dos lusitanos, quando acusou Sêrvio Galba: “Mas dizem que eles queriam se revoltar; eu agora quero saber perfeitamente o direito pontifical; e por essa razão eu serei agora tido por pontífice? Se eu quiser dominar perfeitamente os augúrios, por acaso alguém, por essa razão, tomar-me-á por um áugure?”

Não se deixará de constatar a presença do díptico condicional na segunda interrogação, que vale aqui por articulação entre premissa menor (*augurium optime tenere uolo tantum*) e conclusão negativa (*ergo, nemo me augurem capiet*), com premissa maior indutivamente construída e, possivelmente, explicitada em outro passo do discurso (algo como *sola uoluntas non laedet neque prodest*). Interessa aqui particularmente o módulo anterior, semanticamente equivalente, mas mobilizando outro exemplo, com a relevante particularidade, contudo, de vir desdobrado em duas frases e com recurso a um anafórico: pressupõe-se a mesma premissa maior e seguem-se a menor (*ego uolo ius pontificium optime scire*) e a conclusão, transformada a interrogação em negativa (*ergo, nemo ea causa me pontificem capiet*). Essa equivalência semântica entre a forma do díptico condicional e outras formulações que, como aqui, desdobram a frase fechada (epítome da frase argumentativa), remete a fenômeno a que já aludimos (*supra*, item 5.1.2), ao mencionar o desdobramento da frase concessiva; como lá, sugerimos, parece advir, aqui também, de um encarecimento da estrutura argumentativa que se alcança pelo cúmulo e pelo reforço anafórico.

Cícero, no *De inuentione*, é bastante explícito sobre os distintos agenciamentos frasais de um argumento, identificando dois sentidos no termo *argumentatio*, isto é, o argumento propriamente dito e sua apresentação de acordo com a técnica retórica:

	Cic.Inv.1.XL.74-75
<i>Nam argumentatio nomine uno res duas significat, ideo quod et inuentum aliquam in rem probabile aut necessarium argumentatio uocatur et eius inuenti artificiosa expolitio. 75. Cum igitur proferent aliquid huiusmodi: “Quoniam peperit, cum uiro concubuit”, inuentum proferent, non expolitionem; nos autem de expolitionis partibus loquimur.</i>	Com efeito, <i>argumentatio</i> significa duas coisas, com uma só palavra: chama-se <i>argumentatio</i> tanto o argumento necessário ou plausível a respeito de algum assunto, como o tratamento artificioso daquele argumento. 75. Pois, quando disserem algo como o seguinte: “Pois que pariu, deitou-se com um homem”, exporão um argumento, não seu polimento formal; mas nós falaremos das partes do tratamento do argumento.

A mera afirmação braquilógica do argumento em uma única frase que, ademais, não é um díptico, não parece suficiente para Cícero. Note-se que, pouco antes, o autor expressara a mesma ideia em um díptico e com supressão da conclusão, forma artificiosa, embora ainda assim não inteiramente adequada, de fazer com que os ouvintes tirem a única conclusão possível do raciocínio apresentado:

	Cic.Inv.1.XL.72
<i>Sunt autem, qui putant nonnumquam posse complexione supersederi, cum id perspicuum sit, quod conficiatur ex ratiocinatione; quod si fiat, bipertitam quoque fieri argumentationem, hoc modo: “Si peperit, uirgo non est: peperit autem”. Hic satis esse proponere et adsumere: quod conficiatur quoniam perspicuum sit, complexionis rem non indigere. Nobis autem uidetur et omnis ratiocinatio concludenda esse et illud uitium, quod illis displicet, magnopere uitandum, ne, quod perspicuum sit, id in complexionem inferamus.</i>	Há, no entanto, quem diga que, por vezes, é possível deixar de lado a conclusão, quando é evidente aquilo que deriva da argumentação; se assim se procede, a argumentação pode ser em duas partes, da seguinte maneira: “Se deu à luz, não é virgem; ora, ela deu à luz”. Aqui, seria suficiente apresentar a premissa maior e a menor: o que se conclui seria evidente, e a matéria não necessitaria de conclusão. A nós, contudo, parece que toda argumentação dedutiva deva receber uma conclusão, e aquele vício que lhes desagrade deva ser evitado com todo empenho, isto é, que não se introduza na conclusão algo que é evidente.

O rétor Caio Mário Vitorino (s. IV d.C.), comentando o passo Cic.Inv.1.XL.72-75, bem sumulou o ponto, assinalando que “há que se empenhar muito na forma de tratamento do argumento, pois a *inuentio* é comum a todos os oradores, mas os oradores são excelentes, medianos ou ruins segundo a forma da expressão (*expolitio*)” (*expolitioni itaque magnopere studendum est, quia inuentio cunctis oratoribus communis est, sed ipsi oratores dicendi modo aut optimi sunt aut mediocres aut infimi*, VICT.40.132R). Cícero compartilha essa preocupação com Aristóteles, que afirmara ser relevante por vezes usar a forma da máxima em lugar da do entimema, apresentando justamente a oposição entre frase simples e díptico condicional:

	ARIST. <i>Rh.</i> 3.17 (1418b)
δεῖ δὲ καὶ μεταβάλλειν τὰ ἐνθυμήματα καὶ γνώμας ποιεῖν ἐνίοτε, οἷον “χρὴ δὲ τὰς διαλλαγὰς ποιεῖν τοὺς νοῦν ἔχοντας εὐτυχοῦντας · οὕτω γὰρ ἂν μέγιστα πλεονεκτοῖεν.” Ἐνθυμηματικῶς δὲ · “εἰ γὰρ δεῖ, ὅταν ὠφελιμώταται ὥσι καὶ πλεονεκτικώταται αἱ καταλλαγαί, τότε καταλλάττεσθαι, εὐτυχοῦντας δεῖ καταλλάττεσθαι.”	Deve-se pois mudar [a forma dos] entimemas e por vezes produzir máximas, do seguinte modo: “Os homens sensatos, quando obtêm sucesso, precisam se pôr de acordo; pois assim obtêm as maiores vantagens”. Já em forma de entimema: “Se pois se deve fazer um acordo sempre que os acordos são mais úteis e mais vantajosos, devem-se então fazer acordos quando se tem sucesso”.

Evidentemente, o comentário parte da ideia de que o entimema, formulado como díptico, é forma normal, eventualmente substituído por outra maneira de expressão, assinalando-se ainda aqui a recepção da retórica aristotélica no tratado ciceroniano. Cícero entende mesmo que sua contribuição no livro primeiro do *De inuentione* é exatamente ensinar a tratar formalmente os argumentos, o que significa que podem ser expostos de diversos modos, uns melhores, ou mais adequados, outros piores, ou menos adequados:

	CIC. <i>Inv.</i> 1.XXX.50
<i>Atque inueniri quidem omnis ex his locis argumentatio poterit: inuentam exornari et certas in partes distingui et suauissimum est et summe necessarium et ab artis scriptoribus maxime neglectum. Quare et de ea praeceptione nobis et in hoc loco dicendum uisum est, ut ad inuentionem argumentandi <ratio> adiungeretur.</i>	E, com efeito, uma argumentação pode ser encontrada a partir de todos esses lugares: mas, uma vez o argumento encontrado, é sumamente necessário e muitíssimo agradável orná-lo e desmembrá-lo em partes certas, o que é inteiramente ignorado pelos escritores da técnica. Por essa razão, pareceu-nos também apropriado falar das regras a esse respeito aqui, para que se acrescente à descoberta do argumento o método de tratamento da argumentação.

Equivalências e transformações entre díptico e outras formas de expressão do argumento fazem, pois, parte do tratamento dispensado à argumentação. De todo modo, nos fragmentos da, segundo nossa proposta, *peroratio* do *Pro Rhodiensibus*, os dípticos condicionais aparecem em peso, em três dos cinco excertos, e logo veremos que, sob outra forma, o díptico também está presente nos outros dois. No caso de *FRH.5.92*, a premissa maior está formulada na prótase (*non aequum est honorem haberi ob eam rem quod quis bene facere uoluisse dicit neque fecit tamen*, que é nova veste da ideia de *sola uoluntas non laedet neque prodest*), a premissa menor em uma relativa na apódose (*Rhodienses non male fecerunt*), e novamente a interrogação na apódose vale pela conclusão (*ergo, Rhodiensibus non oberit uoluisse facere dicere*). Evidentemente, vazar

o silogismo ou o entimema em molde interrogativo não é indiferente, e voltaremos a esse ponto ao fim deste subitem.

Veja-se, na sequência, no *FRH.5.93*, estrutura em tudo comparável, em que a premissa maior está dada no conjunto do díptico (*si quis superbior est, irasci non licet*), a premissa menor vem anteposta (*sint sane superbi*), e a conclusão, pela negativa, vem formulada como decorrência da apódose interrogativa (*ergo, non licet nos aduersus Rhodienses irasci*). Esses exemplos já permitem evidenciar que o díptico condicional é usado com maleabilidade no enquadramento dos diferentes passos do processo de inferenciação, de modo que não há local certo e necessário para cada uma das premissas (que podem estar uma ou outra na prótase ou também qualquer delas em frase enunciativa anteposta), nem para a conclusão (mais frequentemente na apódose, mas também possivelmente em frase enunciativa posposta ao díptico ou indiciada por uma pergunta que direciona a conclusão).

Por felicidade, conservamos uma sequência de três dípticos condicionais enfileirados em *FRH.5.91*, que remetem já não diretamente ao processo inferencial, mas imediatamente à prosa jurídica, de onde, segundo propusemos (item 3.2, *supra*), o díptico condicional vem aportar na oratória e, concomitantemente com ela, na prosa filosófica, com processos inferenciais potencialmente mais rigorosos e não afetados, em princípio, pelos expedientes elocutivos que comentaremos ao fim do subitem.

Há largo debate sobre o referente, que parece ser uma *lex* real, e não exemplo inventado (no entanto, cf. GUARINO, 1982). Contrariamente à opinião frequentemente sustentada por aqueles que acreditam se tratar de lei específica, mais particularmente a *Lex Licinia Sexta*, de 367 a.C. (sobre o debate, cf. CUGUSI & SBLENDORIO CUGUSI, 1996, p. 125-126), Calboli pensa ser o referente “uma recente lei *de modo agrorum* que em parte terá retomado a velha *Lex Licinia* e que deve ser posterior à guerra de Aníbal” (CALBOLI, 2003, p. 306; propondo diferenciar mais um referente, cf. LABRUNA, 1982). Os modelos aqui são típicos, de todo modo, de certo extrato da prosa legal marcada pelo desdobramento dos elementos na prótase (*si quis*, com cumulação da conjunção e do indefinido; alusão ao verbo *uolo*, frequentemente empregado como verbo suporte, embora aqui nitidamente como verbo lexical) e por frases tópicos na apódose, sempre com o imperativo em *-to* (*multa esto, poena esto, damnas esto*). Verificamos amplamente os desdobramentos da prótase *supra* (e.g., 3.2.3 e 3.2.4) e, para os frases da apódose, podemos citar, por exemplo, em apertada sequência, excerto da *Lex Tarentina* (século I

a.C.): *quei faxit quant[i] ea res erit quadruplum multae esto eamque pecuniam mu[n]icipio dare damnas esto...* (CRAWFORD, 1996, 1, p. 304, mas v., já, *poenae sunt* na Lei das Doze Tábuas, I.14 e I.15, *supra*, item 3.2.2).

Evidentemente, é o recorrente *uoluerit* no fim da prótase que vem aqui evidenciado, pois, segundo sugere Catão, não haveria lei atribuindo aquelas penalidades a quem meramente quisesse se conduzir de tal modo; valem, portanto, por premissas maiores (não há leis que penalizem x; os ródios fizeram x; *ergo*, os ródios não devem ser penalizados), a conclusão estando indiciada justamente na interrogação que abarca os três dípticos como seu objeto (*ecqua tandem lex est tam acerba quae dicat* [enunciados legais]?). Nessa transposição dos próprios dípticos condicionais legais para o estatuto de premissa maior, há fenômeno análogo ao constatado em *FRH.5.88*, mas aqui com evidênciação conspícua da matriz linguística de onde provêm aqueles módulos argumentativos amiúde manipulados por Catão e, de certo modo, guardadas as especificidades, espécie também de exibição, naturalmente destacada pela prosódia, daqueles moldes elementares da prosa argumentativa, como ocorre também no excerto da *argumentatio* (v., *supra*, 5.1.2).

Se nos voltarmos agora brevemente aos outros dois fragmentos, desprovidos de díptico condicional, verificaremos que, como nos modelos de prosa jurídica extensamente estudados (v., *supra*, item 3.2), comparecem dípticos relativos, com a relativa anteposta, em larga medida intercambiáveis com os dípticos condicionais. Também aqui, identificam-se passos de um *iter* inferencial. Assim, em *FRH.5.89*, pode-se postular uma premissa maior a partir da frase anterior ao díptico (*amicitiam relinquere non oportet*) e identificar no próprio díptico uma premissa menor (*Rhodienses amicitiam relinquere dicimus*) e uma conclusão (*ergo, non oportet nos amicitiam relinquere*). Também em *FRH.5.90*, o díptico participa da argumentação, aqui funcionando como premissa menor. Vejamos. A premissa maior vem dada à frente (*poenas dare ei qui male facere tantum uult non aequum est*), de que a premissa menor do díptico particulariza um caso (*Rhodienses hostes fieri tantum uoluerunt*), e a conclusão vem ao fim (*ergo, nemo aequum censet Rhodiensibus poenas dare, qui male facere tantum uoluerunt*).

Esclarece-se, assim, que o díptico prioritariamente condicional, mas também relativo, vem consistentemente empregado por Catão para dar forma à concatenação de argumentos e especificamente a uma modalidade de inferenciação lógica em que de alguma forma comparecem premissa maior, premissa menor e conclusão, ainda que o

díptico possa ser manipulado de sorte a distribuir de variadas maneiras esses elementos em suas duas metades e nos módulos frasais circundantes.

Estamos aqui, no entanto, distanciados das formas do díptico que constatamos na *argumentatio* (*supra*, item 5.1.2), justamente porque esses mesmos dípticos vêm constantemente vazados na forma de interrogação e, mais que isso, cercam-se de formas particulares de ênfase. É o caso do “pronomine *ecquis*, usado em interrogativas retóricas [, que] assume particular expressividade aqui como alhures em Catão” (SBLENDORIO CUGUSI, 1982, p. 271). Como lembra Sblendorio Cugusi, é o mesmo expediente que comparece na famosa epístola de Cornélia – cuja autenticidade (se composta em 124 a.C. ou diretamente por Nepos, que a cita) é debatida (COURTNEY, 1999, p. 136) – com quádrupla anáfora na cabeça de *interrogationes* sucessivas (*ecquando desinet...*; *ecquando modus...*; *ecquando desinemus...*; *ecquando perpudescet...*, MARSHALL, 1991, p. 112). Na própria concatenação dos argumentos, é o caso dos superabundantes *ob eam rem quod* (duas vezes, em *FRH.5.90* e em *FRH.5.92*) e *id obiectantes quod* (*FRH.5.93*), com que se associam outros casos de anafóricos e catafóricos, que “conferem grande ênfase” a essa passagem (COURTNEY, 1999, p. 83), como, e.g., *ea... beneficia*, *FRH.5.89*, *idne irascimini*, *si...*, *FRH.5.93*.

Fragmento oratório catoniano mais extenso, com sucessivas *interrogationes*, retirado à *Oratio in Q. Minucium Thermum de falsis pugnīs* (190 a.C.), pode ser mobilizado aqui (ele será brevemente revisitado, *infra*, item 5.3.3):

<i>In Q. Minucium Thermum de falsis pugnīs</i> (190 a.C.)	GEL.10.3.17
<i>Dixit a decemuiris parum bene sibi cibaria curata esse. Iussit uestimenta detrahi atque flagro caedi. Decemuiros Bruttiani uerberauere, uidere multi mortales. Quis hanc contumeliam, quis hoc imperium, quis hanc seruitutem ferre potest? Nemo hoc rex ausus est facere: eane fieri bonis, bono genere gnatis, boni consultis! Vbi societas? Vbi fides maiorum? Insignitas iniurias plagas, uerbera uibices, eos dolores atque carnificinas per dedecus atque maximam contumeliam inspectantibus popularibus suis atque multis mortalibus te facere ausum esse! Set quantum luctum quantum gemitum, quid lacrimarum quantum fletum factum audiui! Serui iniurias nimis aegre ferunt: quid illos, bono genere gnatos, magna uirtute praeditos, opinamini animi</i>	“Disse que os decênviros haviam tido pouco cuidado com os provimentos. Mandou que fossem tiradas as vestes e mortos com fogo. Os brutianos golpearam os decênviros, muitas pessoas viram. Quem pode suportar essa ofensa, esse domínio, essa escravidão? Nenhum rei ousou fazer isso: e agora isso é feito por bens, a pessoas bem nascidas, tidas por boas! Onde a aliança? Onde a confiança dos antepassados? Que tenhas ousado cometer, diante das vistas dos populares e de muitos homens, notáveis injúrias, plagas, golpes, feridas, dores e assassinatos por desonra e imensa violência! Mas quanto luto, quanto gemido, quantas lágrimas, quanto choro eu ouvi! Os escravos suportam com muita dificuldade as ofensas: o que pensais que aqueles, bem nascidos, dotados de grande

<i>habuisse, atque habituros, dum uiuent?</i> (FOR.42)	virtude, tenham sentido e sentirão enquanto viverem?”
---	---

Após breve seção narrativo-descritiva (*Dixit... multi mortales*), segue-se toda uma seção reflexiva (*Quis hanc... dum uiuent?*), em que se entremeiam duas figuras tratadas uma após a outra na *Rhetorica ad Herennium*: a *interrogatio*, que, vimos, também comparece no *pro Rhodiensibus*, e a *exclamatio*, direcionada à expressão da dor ou da indignação (*exclamatio est quae conficit significationem doloris aut indignationis [...]* *Rhet.Her.4.XV.22*). A seção reflexiva, ou, mais especificamente, interrogativo-exclamativa, recebe extenso tratamento segundo os procedimentos da modularidade rítmica: anáforas (*quis hanc... quis hoc... quis hanc...; ubi societas... ubi fides; quantum luctum, quantum gemitum..., quantum fletum*), poliptotos (*bonis, bono... boni; habuisse... habituros*), aliteraões (em /g/: *genere gnatis*; em /i/: *insignitas iniurias*; em /w/: *uerbera uibices*; em /m/: *multis mortalibus*; em /f/: *fletum factum*), homeoteleuto complexo (*opinamini animi*),²⁸⁵ ao lado de muitíssimos homeoteleutos mais simples, cúmulo longo com articulação interna pela aliteração (*insignitas iniurias / plagas / uerbera uibices*, à semelhança de *FRH.5.76* e *FRH.5.104*, já visitados respectivamente em 4.4 e 5.1.1), etc.. Mesmo a curta seção narrativa participa do mesmo tratamento, aproximando-se, por isso mesmo, do regime de narrativa descritiva de que tratamos *supra*, item 4.5, com anteposição do verbo (*dixit... curata esse; iussit... detrahi atque... caedi*), quiasmos (*Bruttiani uerberauere, uidere multi mortales*), além de muitas aliteraões (em /d/: *dixit a decemuiris*; em /k/: *cibaria curata*; em /w/: *uerberauere uidere*; em /m/: *multi mortales*).²⁸⁶

Aqui claramente a intensidade combinada da *interrogatio* e da *exclamatio* torna rarefeito o regime reflexivo, embora não ausente; há elementos inferenciais, com módulos que desenvolvem o argumento (indutivo) de que, não se tendo ousado fazer atrocidades tamanhas a pessoas humildes, muito menos concebível é fazê-las a pessoas bem nascidas, mas esses segmentos inferenciais são como que suprasumidos pela dimensão que toma a fortíssima incidência dos referidos procedimentos. A transformação é bastante

²⁸⁵ Antes que “um *jingle* certamente acidental” (COURTNEY, 1999, p. 87).

²⁸⁶ Note-se que *multi mortales* é possivelmente importado à linguagem poética, encontrado que é em Névio (*eorum sectam sequuntur multi mortales, / multi alii e Troia strenui uiri. / Vbi foras cum auro illic exibant*, “seguem o seu séquito muitos mortais, / muitos outros valorosos homens de Troia. / Quando de lá saíam com ouro..., *Bell.Poen.6BL*). Não deve ser originalmente catoniano, portanto, conforme pensa SKARD, 1956, p. 80.

comparável àquela que, na prosa narrativa, ocorre com a incidência dos mesmos procedimentos de modularidade rítmica, como vimos extensamente em 3.3 e 3.5, *supra*.

No caso dos fragmentos do que, segundo nossa proposta, é a *peroratio* do *Pro Rhodiensibus*, se fosse possível pensar em uma gradação, que se estendesse da inferenciação tersa, tal como pode ser colhida em certos espécimes de prosa filosófica (e nos modelos de subsunção legal que a modelam), até um passo como *FOR*.42, com quase apagamento do processo de inferenciação sob uma plethora de procedimentos, em que os diversos expedientes produtores de modularidade rítmica se casam com módulos de *exclamationes* e de *interrogationes*, poderíamos dizer que, com o *pro Rhodiensibus*, estamos em algum ponto intermediário, com os módulos argumentativos inferenciais ainda bastante reconhecíveis, mas perturbados em seu encadeamento puramente lógico por procedimentos que situam fortemente sua inserção em segmento textual afeito a esse tipo de perturbação. Em 5.6.2, teremos ocasião de examinar mais algumas *interrogationes* nos discursos de Catão, mas, por ora, antes de abordar separadamente algumas espécies de frases centrais para a oratória catoniana, cabe investigar o bastante extenso conjunto de fragmentos provenientes do discurso *Dierum dictarum de consulatu suo*.

5.2. *Oratio dierum dictarum de consulatu suo*

Trata-se de discurso de *genus iudiciale* (SBLENDORIO CUGUSI, 1982, p. 146) que Catão pronunciou entre o fim de 191 e o início de 190 a.C. para se defender da acusação de má gestão em seu consulado de 195 a.C., assunto a que voltaria posteriormente no livro quinto das *Origines* (CUGUSI & SBLENDORIO CUGUSI, 1996, p. 103). Conforme já afirmado na introdução a este capítulo, trata-se do discurso de que conservamos a maior quantidade de fragmentos, possivelmente 32, 28 dos quais são atribuições explícitas dos autores que os citam (os quatro restantes vêm assinalados por um asterisco).

Deve-se a Maria Teresa Sblendorio Cugusi a mais completa reconstrução da posição relativa dos fragmentos, em trabalho iniciado com artigo de 1980, tarefa anteriormente intentada por diversos editores, com menos sucesso. Paralelamente, Martínez Gászques havia desenvolvido trabalho semelhante, com conclusões parecidas (MARTÍNEZ GÁSZQUES, 1974); Sblendorio Cugusi, contudo, pôde na sequência reavaliar seus próprios resultados à luz da contribuição de Martínez Gászques, a qual

incorporou e corrigiu na edição dos fragmentos oratórios de Catão vinda a lume em 1982. A apreensão que temos hoje desse discurso é resultado desse esforço concentrado.

Segundo a autora, a primeira parte constitui um *exordium a nostra persona*, com “argumentação de caráter geral e tom apologético” (SBLENDORIO CUGUSI, 1982, p. 147), ou então com “características de sentenciosidade e de abstração” (SBLENDORIO CUGUSI, 1980, p. 253). Sua reconstrução é guiada sobretudo pelo confronto com o capítulo 85 do *Bellum Iugurthinum* de Salústio, que contém um discurso de Mário, com ideias muito semelhantes, em torno da oposição dos *nobiles* aos esforços do comandante, um *homo nouus*, certamente emulando o proêmio do *Dierum dictarum*, associação pioneiramente proposta por Sblendorio Cugusi (1980, p. 253-256), mas relativamente a um discurso em que, já na apreciação de Skard, “Catão figura mais claramente do que em qualquer outro discurso de Salústio” (SKARD, 1956, p. 92).

Já a segunda parte é uma *narratio* que, ainda segundo Sblendorio Cugusi, se identifica com aquela que a *Rhetorica ad Herennium* define como *cum exponimus rem gestam et unum quidque trahimus ad utilitatem nostram uincendi causa, quod pertinet ad eas causas, de quibus iudicium futurum est* (*Rhet. Her.* 1.VIII.12). Nesse caso, a seu turno, a atribuição e a ordenação dos fragmentos pode se apoiar na narrativa dos mesmos eventos por Tito Lívio, no trigésimo-quarto livro de sua história de Roma (SBLENDORIO CUGUSI, 1982, p. 148), assumindo-se uma ordenação cronológica (SBLENDORIO CUGUSI, 1980, p. 249). Note-se, no entanto, que, para uma série de fragmentos que não encontram referências claras partilhadas com a narrativa de Lívio, Sblendorio Cugusi recorreu às “cadências estilísticas típicas da *narratio* histórica em geral” (SBLENDORIO CUGUSI, 1980, p. 248), como indício de sua colocação na *narratio* do *Dierum dictarum*, observando que apresentam todos esses fragmentos, como denominadores comuns, a matéria bélica e o “tom” narrativo (SBLENDORIO CUGUSI, 1980, p. 253). Nesses casos, evidentemente, a ordenação é bastante mais especulativa.

Conforme se verá de pronto, muitos fragmentos, notadamente no caso do proêmio, são extremamente curtos, a maior parte dos quais devidos à *Ars grammatica* de Carísio (século IV d.C.); o material apresenta, assim, limitações para a investigação, convidando à prudência. Por isso, comentaremos conjuntamente os fragmentos do proêmio e depois, também conjuntamente, os da narração, em que, como se verá, há citações mais amplas a permitir discussão mais consistente do material.

5.2.1. Proêmio

<i>Oratio dierum dictarum de consulatu suo</i> (c.191-190 a.C.)	CHAR.263B
<i>“Industrie” M. Cato dierum dictarum de consulatu suo: Egoqu[a]e iam pridem cognoui atque intellexi atque arbitror rem publicam curare industrie summum periculum esse. (FOR.5)</i>	[O advérbio] <i>industrie</i> [é usado por] Marco Catão no discurso <i>Dierum dictarum de consulatu suo</i> : “E eu, de minha parte, há já muito tempo, percebi, compreendi e julgo que velar pela república com afinco é um imenso perigo”.
<i>Oratio dierum dictarum de consulatu suo</i> (c.191-190 a.C.)	CHAR.297B
<i>Cato dierum dictarum de consulatu suo: Atque quamquam multa noua miracula fecere inimici mei, tamen nequeo desinere mirari eorum audaciam atque confidentiam. (FOR.6)</i>	Catão, no discurso <i>Dierum dictarum de consulatu suo</i> : “E, embora os meus inimigos tenham feito muitas e inauditas façanhas surpreendentes, eu não posso deixar de me surpreender com sua audácia e sua presunção”.
<i>Oratio dierum dictarum de consulatu suo</i> (c.191-190 a.C.)	CHAR.259B
<i>“Falso” [...] M. Cato dierum dictarum de consulatu suo: Ei rei dant operam, ut mihi falso maledicatur. (FOR.7)</i>	[O advérbio] <i>falso</i> [é usado por] Marco Catão no discurso <i>Dierum dictarum de consulatu suo</i> : “Empenham-se para que eu seja falsamente difamado”.
<i>*Oratio dierum dictarum de consulatu suo</i> (c.191-190 a.C.)	FEST.140L
<i>“Maledi<ctores” dicebantur ab antiquis, quos> nos appellamus <maledicos>... Hispania Re<mouendi maledictores>. (FOR.8)</i>	Eram chamados <i>maledictores</i> pelos antigos aqueles que hoje chamamos <i>maledicos</i> ... Hispânia: “Os difamadores devem ser eliminados”.
<i>Oratio dierum dictarum de consulatu suo</i> (c.191-190 a.C.)	CHAR.285B
<i>“Secus” pro “aliter” [...] Cato de consulatu suo: Secus aetatem agerem quam illi egissent. (FOR.9)</i>	Catão [usa] <i>secus</i> por <i>aliter</i> no discurso <i>De consulatu suo</i> : “Eu viveria distintamente de como eles viveram”.
<i>Oratio dierum dictarum de consulatu suo</i> (c.191-190 a.C.)	CHAR.279B
<i>Absolute “quanto” Cato de consulatu suo: Videtote quanto secus ego fecerim. (FOR.10)</i>	Catão [usa] <i>quanto</i> de forma absoluta no discurso <i>De consulatu suo</i> : “Vede como eu faria distintamente”.

<i>Oratio dierum dictarum de consulatu suo</i> (c.191-190 a.C.)	FEST.142L
<i>“Mediocriculo” usus est in ea quam dixit Cato in consulatu: Ridibundum magistratum gerere, pauculos homines mediocriculum exercitum obuium duci. (FOR.12)</i>	Catão usou <i>mediocriculo</i> naquele discurso que pronunciou sobre o [seu] consulado: “Deter uma magistratura ridícula, que homens de nada, um exercitozinho medíocre seja conduzido diante de [...]”

<i>Oratio dierum dictarum de consulatu suo</i> (c.191-190 a.C.)	CHAR.286B
<i>“Timidius” idem in eadem Cato: Censores, qui posthac fiunt, formidulosius atque segnius atque timidus pro re publica nitentur. (FOR.13)</i>	O mesmo Catão [usa] <i>timidius</i> no mesmo discurso [<i>De consulatu suo</i>]: “Os censores que serão eleitos depois disso empenhar-se-ão pelo estado de modo mais temeroso, mais preguiçoso, mais hesitante”.

Embora não conste indicação de sua posição na introdução à citação, o *FOR.5* é sem dúvida um “*locus* proemial clássico: o ataque *egoque... cognoui* é comparável até mesmo na estrutura ao *incipit* salustiano, *scio ego*” (SBLENDORIO CUGUSI, 1980, p. 254). Por essa mesma razão, Jordan emendou o texto catoniano para *scio ego iam...*, de modo que corresponderia aos já visitados *FRH.5.87* e *FOR.90* (v., *supra*, 5.1.1, bem como o prefácio ao *De re militari*)²⁸⁷; como tal, poderia ser tomado por *incipit* do discurso. É forçoso, contudo, reconhecer que se trata de mera especulação (SBLENDORIO CUGUSI, 1982, p. 149-150): na forma como nos chegou, o *FOR.5* indica talvez um tópico contrastivo (*ego* inicial) e contém uma partícula copulativa (*-que*)²⁸⁸ apenas à primeira palavra, de modo que não se pode tratar de frase enunciativa inicial absoluta, fosse qual fosse seu grau de autonomia no contexto circundante.

Estamos, assim, diante de frase enunciativa cuja articulação com segmentos textuais antecedentes e sucessivos, embora existentes, não se pode elucidar. O que se pode verificar é que ela sofre a incidência de uma série de procedimentos relevantes que convém indicar e que são compatíveis com uma posição globalmente inicial. Note-se especialmente o cúmulo sinonímico *cognoui atque intellexi atque arbitror*, bem adaptado a momento forte de abertura e especialmente notável por seus paralelos nos *carmina*, que

²⁸⁷ *Scio ego quae scripta sunt si palam proferantur, multos fore qui uilitigent, sed ii potissimum qui uerae laudis expertes sunt. Eorum ego orationes siui praeterfluere* (“Eu sei que, se forem divulgadas em público as coisas que estão escritas, haverá muitos que farão críticas com o propósito de fustigar, mas sobretudo aqueles que são desprovidos de verdadeiro mérito. Os discursos deles, eu os deixo correr” (*FRM.1*, *PLIN.Nat.praef.30*).

²⁸⁸ Trata-se, no manuscrito de Carísio, de abreviação, desenvolvida seja como *quae*, seja como *que*; admitimos a segunda leitura, a outra nos parecendo inadmissível em face do objeto oracional que se segue, no singular, que não comportaria anafórico dessa natureza.

conferem centralidade aos termos relativos à percepção e, eventualmente, tratam de cumulá-los, caso, por exemplo, dos já visitados *si haec ita feceritis ut sciamus intellegamusque* (MACR.3.9.8; v., *supra*, item 3.3.3.1) e *si haec ita faxitis ut ego sciam sentiam intellegamusque* (MACR. 3.9.11; v., *supra*, item 3.3.3.2).

Verbos relativos à percepção ocupam papel de relevo em outros fragmentos do proêmio, como o *uidetote* com que se abre o *FOR.10* (lembre-se *cogitate* em *FRH.5.88* e em *FOR.90*, *supra* 5.1.2) e a *figura etymologica miracula... mirari*, em *FOR.6*. A marcada alusão à visualidade, nesse contexto, remete às considerações já tecidas (v., *supra*, item 4.3) sobre um regime de descritividade que se vale justamente da modularidade rítmica para conferir relevo às descrições (como as de portentos, v. *supra*, item 4.3.2), às próprias narrativas históricas, que podem dar azo a descritividade (é a *demonstratio* da *Rhetorica ad Herennium*, v., *supra*, item 4.3 e 4.3.1.1), mas também, nos discursos, à *argumentatio* (v., *supra*, itens 5.1.2 e 5.1.3) e à *narratio* (v., *infra*, itens 5.2.2 e 5.3). Com incidência dos procedimentos da modularidade rítmica, notem-se, no fragmento do proêmio, alguns cúmulos sinonímicos (*audaciam atque confidentiam*, *FOR.6*, fragmento com mais alguns fenômenos relevantes aos quais já retornaremos; *formidulosius atque segnius atque timidius*, *FOR.13*), que se somam ao já comentado *cognoui atque intellexi atque arbitror* de *FOR.5*, sempre com emprego da cópula elevada *atque*.

Do ponto de vista das estruturas frasais, para além do tipo de frase enunciativa como aquela de *FOR.5*, sobre a qual já se falou, alguns dos fragmentos são excessivamente curtos, de modo que é certo que alguns não correspondem a frase completa (*FOR.8*, *FOR.12*) e incerto se outros podem corresponder a uma frase inteira (*FOR.7*, *FOR.9*, *FOR.10*). A despeito disso, há duas observações pertinentes, que, embora não possam ser amplamente comentadas nesta sede pela rarefação do material, merecem ser assinaladas para articulá-las com o quanto já dito e com o que ainda se dirá, neste mesmo capítulo.

A primeira observação diz respeito à presença de uma frase concessiva em *FOR.6* (*quamquam... fecere, tamen nequeo desinere mirari...*), em passo destacado pela posposição de *inimici mei* ao verbo (compatível com outros deslocamentos nessas citações proemiais: *egoque*, *FOR.5*; *secus ego*, *FOR.10*), e pelos cúmulos ou expressões complexas, para além do já referido *audaciam atque confidentiam* (sintagma *multa noua miracula*, aliterante em /m/ e homeotelêutico; expressão verbal trimembre *nequeo desinere mirari*), bem como pela também já mencionada *figura etymologica* em

miracula... mirari, exatamente nos dois membros dessa frase concessiva (cf. CUGUSI & SBLENDORIO CUGUSI, 2001, *ad loc.*). Essa correspondência entre uma estrutura hipotática rara em Catão (v., *supra*, 5.1.2) e os procedimentos de modularidade rítmica traz novamente à balha constatação já sumulada (v., *supra*, 4.2.2 e 4.5), a indicar o valor de encarecimento que pode assumir a própria hipotaxe. Mais que isso, notar-se-á que a concessiva é forma de hipotaxe particularmente interessante no contexto oratório porque também exhibe estrutura de frase fechada, ou díptico (v., *supra*, 2.2), assinalado pela forte amarração da principal na subordinada, com o advérbio *tamen*. Como se constatou em 5.1.2, na *argumentatio* do *Pro Rhodiensibus*, é estrutura particularmente apta – ainda que desdobrada, como lá – a vazar os distintos passos lógicos de um argumento.

A segunda observação relativa à estrutura frasal diante dos fragmentos do proêmio do *Dierum dictarum* é a recorrência das estruturas comparativas, mesmo em caso de frases cuja completude é incerta: *secus... agerem quam... egissent*, FOR.9; *quanto secus... fecerim*, FOR.10; *formidulosius atque segnius atque timidius... nitentur*, FOR.13. Já na *argumentatio* do *Pro Rhodiensibus*, recorde-se, havia elementos dessa natureza: *cogitate quanto nos... cautius facimus*, FRH.5.88. Trata-se, afinal, de módulo extremamente importante no tratamento de inferências indutivas, assim como os dípticos condicionais assumem relevo no desenvolvimento de inferências dedutivas, conforme visto mais amplamente em 5.1.2 e 5.1.3, *supra*. Mais adiante, teremos ocasião de voltar a uma série de frases comparativas nos discursos de Catão (5.6.1, *infra*), quando se tornará possível identificar inclusive subcategorias dessas frases.

Feitas essas brevíssimas considerações, que são as possíveis diante da acentuada fragmentariedade do material, passamos imediatamente aos fragmentos da *narratio*, em maior número e muitos dos quais em maior extensão.

5.2.2. Narratio

<i>Oratio dierum dictarum de consulatu suo</i> (c.191-190 a.C.)	SERV.B.4.5
“ <i>Ab integro</i> ” uel “ <i>denuo</i> ” uel “ <i>ab initio</i> ”. <i>Cato de suo consulatu: Omnia ab integro paranda erant.</i> (FOR.14)	<i>Ab integro</i> significa “novamente” ou “desde o começo”. Catão, no discurso <i>De suo consulatu</i> : “Era necessário preparar tudo desde o início”.

<i>Oratio dierum dictarum de consulatu suo</i> (c.191-190 a.C.)	CHAR.266B
<i>Maturrime M. Cato dierum dictarum de consulatu suo: Laudant me maximis laudibus, tantum nauium, tantum exercitum, tantum <com>meatum non opinatum esse quemquam hominem comparare potuisse; id me tam matur<r>ime comparauisse.</i> (FOR.15)	Marco Catão [usa] <i>maturrime</i> em seu discurso <i>Dierum dictarum de consulatu suo</i> : “Louvam-me com os maiores louvores, [pois] ninguém imaginou que um homem [só] pudesse arregimentar tamanha frota, tamanho exército, tamanhas provisões; mas eu os arregimentei com muita rapidez”.
<i>Oratio dierum dictarum de consulatu suo</i> (c.191-190 a.C.)	CHAR.269B
<i>“Nocte” M. Cato dierum dictarum de consulatu suo: Deinde postquam Massiliam praeterimus, inde omnem classem uentus Auster lenis fert; mare uelis florere uideres. Vltra angulum Gallicum ad Illiberim atque Ruscinonem deferimur; inde nocte aura profecti sumus.</i> (FOR.17)	Marco Catão [usa] <i>nocte</i> em seu discurso <i>Dierum dictarum de consulatu suo</i> : “Então, depois que passamos Massília, um vento leve austral leva de lá toda a frota; terias visto o mar florir com velas. Depois do golfo gálico, somos transportados a Ilíberis e a Ruscínio; de lá, partimos à noite, levados pelo vento”.
<i>Oratio dierum dictarum de consulatu suo</i> (c.191-190 a.C.)	GEL.4.17.15
<i>Id ipsum autem uerbum M. Cato sub alia praepositione dicit in oratione, quam de consulatu suo habuit: Ita nos, inquit, fert uentus ad primorem Pyrenaeum, qua proicit in altum.</i> (FOR.18)	Marco Catão emprega a mesma palavra, com outro prefixo, no discurso que fez a respeito de seu consulado (<i>De consulatu suo</i>). Ele diz: “Então, o vento nos conduz em direção ao promontório dos Pirineus, de onde se adentra em alto mar”.
<i>*Oratio dierum dictarum de consulatu suo</i> (c.191-190 a.C.)	FEST.170L
<i>“Nauitas” [...] Cato in ea, quam scr<ipsit> cum in Hispaniam profisce>retur, cum ait: Nauitae*** uinum atque oleum, uer***</i> (FOR.19)	Catão [usou a palavra] <i>nauitas</i> naquele discurso que escreveu quando marchou para a Hispânia, ao dizer: “Os marinheiros... vinho e óleo...”
<i>*Oratio dierum dictarum de consulatu suo</i> (c.191-190 a.C.)	PLIN.Nat.14.91
<i>Idem Cato cum in Hispaniam nauigaret, unde cum triumpho rediit: Non aliud uinum bibi[t] quam remiges.</i> (FOR.20)	O mesmo Catão, quando navegou até a Hispânia, de onde retornou com um triunfo: “Não bebi vinho distinto daquele dos remadores”.
<i>Oratio dierum dictarum de consulatu suo</i> (c.191-190 a.C.)	CHAR.271B
<i>“Obuiam” [...] M. Cato dierum dictarum de consulatu suo: Mihi atque classi obuiam fiunt.</i> (FOR.21)	Marco Catão [usa] <i>obuiam</i> no discurso <i>Dierum dictarum de consulatu suo</i> : “Posicionam-se diante de mim e da armada”.

<i>Oratio dierum dictarum de consulatu suo</i> (c.191-190 a.C.)	CHAR.270B
“ <i>Necessum</i> ” <i>M. Cato dierum dictarum de consulatu suo: Eas res non posse sustineri nisi eo praesidia magna frumentumque (***). Nam ita dicunt, palam necessum esse obcuratum.</i> (FOR.22)	Marco Catão [usa] <i>necessum</i> no discurso <i>Dierum dictarum de consulatu suo</i> : “Essa posição não poderia ser sustentada a não ser que para lá grandes reforços e trigo [fossem enviados]... Pois dizem que é evidente ser necessário prestar auxílio”.

<i>Oratio dierum dictarum de consulatu suo</i> (c.191-190 a.C.)	CHAR.287B
“ <i>Vsquequaque</i> ”, quasi diceret longe lateque, <i>M. Cato dierum dictarum de consulatu suo: Omnia tumultus plena, simul hostium copiae magnae contra me sedebant; usquequaque lacessebamur.</i> (FOR.23)	Marco Catão usa <i>usquequaque</i> como se dissesse “por todo lado” (<i>longe lateque</i>), no discurso <i>Dierum dictarum de consulatu suo</i> : “Tudo preenchido de confusão, também grandes tropas de inimigos estavam postas diante de mim; de todos os lados éramos agredidos”.

<i>Oratio dierum dictarum de consulatu suo</i> (c.191-190 a.C.)	CHAR.287B
“ <i>Vsquequaque</i> ”, quasi diceret “longe lateque”, <i>M. Cato dierum dictarum de consulatu suo [...], quod manifestius idem ita disserit: Interea ad socios nostros sedulo dispartieram alio frumentum, alio legatos, alio litteras, alio praesidium usquequaque.</i> (FOR.24)	Marco Catão usa <i>usquequaque</i> como se dissesse “por todo lado” (<i>longe lateque</i>), no discurso <i>Dierum dictarum de consulatu suo</i> [...], o que o mesmo [Catão] argumenta de forma mais clara assim: “No entretempo, eu havia industriosamente enviado aos nossos aliados, em todas as direções, a um trigo, a outro mensageiros, a outro cartas, a outro reforços”.

* <i>Oratio dierum dictarum de consulatu suo</i> (c.191-190 a.C.)	FRO.150H
<i>Ipsa subieci Catonis uerba, in quibus consiliorum tuorum expressa uestigia cerneres: Interea unamquamque turmam, manipulum, cohortem temptabam quid facere possent; proeliis leuibus spectabam cuiusmodi quisque esset; si quis strenue fecerat, donabam honeste, ut alii idem uellent facere, atque in contione uerbis multis laudabam. Interea aliquot <p>au<ca> castra feci. Sed ubi annus tempus uenit, castra hiberna.</i> (FOR.25)	Eu apus as próprias palavras de Catão, nas quais captarás as pistas claras para tuas deliberações: “No entretempo, eu testava o que cada companhia de cavalaria, cada companhia de soldados, cada hoste pudesse fazer; nas escaramuças, eu examinava o valor de cada um; se alguém realizara algo industriosamente, eu o premiava honrosamente, para que os demais quisessem fazer o mesmo, e louvava com muitas palavras na assembleia. No entretempo, ergui alguns poucos acampamentos. Mas, quando se passou um ano, acampamentos de inverno...”

<i>Oratio dierum dictarum de consulatu suo</i> (c.191-190 a.C.)	CHAR.277B
“ <i>Pone uersus</i> ” <i>M. Cato dierum dictarum de consulatu suo [...] item idem: Postquam</i>	Marco Catão [usa] <i>pone uersus</i> no seu discurso <i>Dierum dictarum</i> [...]; o mesmo

<i>auspicaui atque exercitum adduxi pone (uersus) castra hostium. (FOR.26)</i>	[Catão] então [diz]: “Depois conduzi os augúrios e levei o exército atrás do acampamento dos inimigos”.
<i>Oratio dierum dictarum de consulatu suo (c.191-190 a.C.)</i>	CHAR.277B
<i>“Pone uersus” M. Cato dierum dictarum de consulatu suo: Nostros pone uersus hosteis esse ab dextra parte. (FOR.27)</i>	Marco Catão [usa] <i>pone uersus</i> no seu discurso <i>Dierum dictarum</i> : “Os nossos estavam atrás dos inimigos, do lado direito”.
<i>Oratio dierum dictarum de consulatu suo (c.191-190 a.C.)</i>	CHAR.281B
<i>Item “satis” pro “intente” Cato dierum dictarum de consulatu suo: Iam apud uallum nostri satis agebant. (FOR.28)</i>	Então Catão usa <i>intente</i> por <i>satis</i> no discurso <i>Dierum dictarum de consulatu suo</i> : “Os nossos já se movimentavam com grande empenho perto da trincheira”.
<i>Oratio dierum dictarum de consulatu suo (c.191-190 a.C.)</i>	CHAR.275B
<i>“Porro” M. Cato dierum dictarum de consulatu suo: Itaque porro in Turtam proficiscor seruatum illos. (FOR.29)</i>	Marco Catão usa <i>porro</i> no discurso <i>Dierum dictarum de consulatu suo</i> : “Então, depois, marchei adiante a Turta, para salvá-los”.
<i>Oratio dierum dictarum de consulatu suo (c.191-190 a.C.)</i>	CHAR.275B
<i>“Porro” M. Cato dierum dictarum de consulatu suo [...] idem supra: Inde pergo porro ire in Turtam. (FOR.30)</i>	Marco Catão usa <i>porro</i> no discurso <i>Dierum dictarum de consulatu suo</i> [...] o mesmo acima: “Então, depois continuo a ir adiante para Turta”.
<i>Oratio dierum dictarum de consulatu suo (c.191-190 a.C.)</i>	CHAR.286B
<i>“Temere” pro “facile” [...] Cato de consulatu suo: Si cuperent hostes fieri, temere fieri nunc possent. (FOR.31)</i>	<i>Temere</i> por <i>facile</i> [...] Catão, no discurso <i>De consulatu suo</i> : “Se desejassem se tornar inimigos, facilmente agora poderiam se tornar”.
<i>Oratio dierum dictarum de consulatu suo (c.191-190 a.C.)</i>	CHAR.282B
<i>“Sempiterno” Cato dierum dictarum de consulatu suo: Ego mi<hi> haec monimenta sempiterno posui quae cepi. (FOR.32)</i>	Catão [usa] <i>sempiterno</i> no discurso <i>Dierum dictarum de consulatu suo</i> : “Eu, de minha parte, estabeleci aquilo que conquistei como recordações eternas em meu benefício”.
<i>Oratio dierum dictarum de consulatu suo (c.191-190 a.C.)</i>	CHAR.275B
<i>“Porro” pro “in futurum” M. Cato in eodem: Me sollicitum atque ex<er>citum habitum esse atque porro fore. (FOR.33)</i>	Marco Catão [usa] <i>porro</i> no mesmo discurso por <i>in futurum</i> : “Eu ter estado agitado e inquieto e no futuro estaria”.

<i>Oratio dierum dictarum de consulatu suo</i> (c.191-190 a.C.)	CHAR.286B
“ <i>Tertium</i> ” <i>M. Cato de consulatu suo: Id ego primo minus animaduerti; ueniunt iterum atque tertium tumultuosius.</i> (FOR.34)	Marco Catão [usa] <i>tertium</i> em seu discurso <i>De consulatu suo</i> : “Disso, eu, de minha parte, primeiramente, não me dei conta; vêm de novo e uma terceira vez de modo mais tumultuoso”.

<i>Oratio dierum dictarum de consulatu suo</i> (c.191-190 a.C.)	CHAR.277B
“ <i>Pedetemptim</i> ” [...] <i>Cato dierum dictarum de consulatu suo: Eam ego ui<a>m pedetemptim temptabam.</i> (FOR.35)	Catão [usa] <i>pedetemptim</i> em seu discurso <i>Dierum dictarum de consulatu suo</i> : “Eu testava aquele caminho cautelosamente”.

<i>Oratio dierum dictarum de consulatu suo</i> (c.191-190 a.C.)	CHAR.288B
“ <i>Vicissim</i> ” <i>Cato de consulatu suo: Qui maximis uicibus ac uicissim.</i> (FOR.36)	Catão [usa] <i>uicissim</i> no discurso <i>De consulatu suo</i> : “Que com muitíssimas alterações e alternativamente”.

<i>Oratio dierum dictarum de consulatu suo</i> (c.191-190 a.C.)	FEST.364L
<i>Recto fronte ceteros sequi si norit. Cato in dissertatione consulatus.</i> (FOR.37)	Catão no discurso sobre o consulado: “Se souber seguir os demais em linha reta”.

<i>Oratio dierum dictarum de consulatu suo</i> (c.191-190 a.C.)	CHAR.266B
“ <i>Maturissime</i> ” <i>M. Cato dierum dictarum de consulatu suo: Item ubi ad Thermopul[i]eis atque ex Asia maximos tumultus maturissime disieci atque consedaui.</i> (FOR.39)	Marco Catão [usa] <i>maturissime</i> no discurso <i>Dierum dictarum de consulatu suo</i> : “Igualmente quando em Termópilas e na Ásia, com a maior rapidez, eu pus fim a imensos tumultos e pacifiquei”.

Como se constata e conforme previamente anunciado, os fragmentos da *narratio* não são apenas mais abundantes, mas muitos deles mais extensos também do que os do proêmio, a permitir uma apreensão mais ampla dos textos. Como também já indicamos, Sblendorio Cugusi havia notado o “tom” narrativo como elemento que milita em prol da inserção de diversos desses passos na *narratio*. Mais especificamente, indicando o que entende por isso, a especialista propôs o seguinte (acrescentamos em colchetes os números da edição SBLENDORIO CUGUSI, 1982):

É essa [*narratio*] a parte do discurso que eu definirei como narrativa, seja referindo-me à *narratio* liviana, seja porque nela

se identificam cadências estilísticas típicas da *narratio* histórica em geral: fr. 29 [FOR.17] *deinde... inde... inde* e fr. 41 [FOR.30] *inde...*, fr. 34 [FOR.24] *interea* e fr. 35 [FOR.25] *interea... interea... sed ubi*; fr. 38 [FOR.28] *iam...*, fr. 44 [FOR.34] *primo... iterum... atque tertium* (SBLENDORIO CUGUSI, 1980, p. 248).

Diante dessas indicações, torna-se evidente que os referidos fragmentos devem necessariamente ser vistos à luz do quanto se pôde determinar sobre a prosa narrativa nas *Origines* (com as conclusões condensadas em 4.5, *supra*). No entanto, como bem viu Soubiran, “a técnica da narrativa não é apenas assunto dos historiadores, mas também dos oradores (a *narratio* é uma parte do discurso)” (SOUBIRAN, 1971, p. 84), e a abordagem da narração por Catão nesses fragmentos não se identifica simplesmente com a prosa narrativa das *Origines*, ainda que com ela se interseccione, por exemplo pelo recurso compartilhado àqueles marcadores adverbiais apontados por Sblendorio Cugusi.

Mais geralmente, devemos nos precaver contra a ideia de que a *narratio* no discurso é uma simples transposição, *ipsis litteris*, da frase narrativa historiográfica. Viu-se *supra* (4.2.1) como já a retórica antiga, notadamente nos *Progymnasmata*, continha exercícios destinados a que se aprendesse a narrar de distintos modos, uns mais adaptados à narrativa historiográfica, outros às diferentes situações oratórias. Ainda aqui, podemos recorrer ao importante estudo de Dangel sobre a frase oratória em Tito Lívio. Notando procedimentos empregados para gerar efeitos de oposição (temporal, por exemplo) e insistência (cúmulo, retomada anafórica), que particularizam as seções narrativas nos discursos livianos em face de sua prosa narrativa regular, Dangel sustentou que, nesse autor, a *narratio* já é toda voltada à argumentação:

Uma narração comentada e arrazoadada, baseada em eventos relatados com o fito de ilustrar uma ideia, tal é a forma de narrar do Tito Lívio orador, que, distintamente do narrador, *não fornece os fatos por si mesmos, mas os repensa, fazendo-os servir a uma demonstração* (DANGEL, 1982, p. 15, destacamos).

À luz desses apontamentos iniciais, pode ser interessante perceber que os fragmentos acima enumerados por Sblendorio Cugusi contêm “cadências estilísticas típicas da *narratio* histórica” (SBLENDORIO CUGUSI, 1980, p. 248), ao lado de outros cuja afinidade íntima com a frase narrativa parece lhe ter escapado, para compreender o sentido da transformação que aquele tipo de frase sofre em contexto oratório. Destacamos, na citação de Dangel, a ideia de que a transformação da prosa narrativa tem que ver com infundir uma reflexão no próprio tecido narrativo, pois a pista nos parece profícua. Vimos, afinal, ao longo dos itens 4.3 e seguintes, *supra*, que a narrativa pode se contaminar de qualidades descritivas – muitas das quais reencontraremos aqui – o que, constatamos, está amiúde relacionado com um relaxamento da sucessividade em prol de espécie de contemplação visual de uma cena globalmente apreendida e destinada a produzir efeito de maravilhamento. Ora, no seio de um discurso, o relaxamento da sucessividade também pode ocorrer com outros fins mais específicos e mais associados à própria situação oratória. Talvez seja possível recuperar algumas das formas linguísticas que se prestam ao desenvolvimento dessas estratégias e, ainda que obliquamente, captar algo a respeito das próprias estratégias.

Diante desse panorama da prosa narrativa, torna-se interessante que Till, referindo-se à cumulação modular das frases narrativas de base em Catão, a exemplo das encontradas amiúde nas *Origines*, tenha citado justamente *FOR*.17 como um paralelo: “essas pequenas frases, postas uma ao lado da outra de forma não conjunta, são por vezes empregadas também na simples *narratio*, por exemplo na descrição da navegação em direção à Hispânia” (TILL, 1968, p. 25); marcando ainda mais fortemente a relação do fragmento com os módulos narrativos sequenciais elementares e com suas matrizes textuais, Sblendorio Cugusi afirma que “o procedimento estilístico, detectável no fragmento, de breves frases justapostas parataticamente e assindeticamente parece reportar-se ao estilo dos ‘despachos’ militares” (SBLENDORIO CUGUSI, 1982, p. 164).

É, contudo, o próprio Till a apontar que esse fragmento de *narratio* é eivado do que caracteriza como uma série de poetismos (TILL, 1968, p. 41-43; também CUGUSI & SBLENDORIO CUGUSI, 2001, *ad loc.*); Schönberger, sem destoar, afirma que “a descrição da viagem marítima para a Hispânia é realizada em forma altamente poética” (SCHÖNBERGER, 2000, p. 361). Estruturalmente, interessa notar que o tratamento especial da linguagem identificado como “poetismos” está vazado no interior de uma estrutura modular formada por cinco frases encabeçadas por anafóricos adverbiais que

indicam sucessividade espaço-temporal (com uma exceção) e com verbos finitos sitos ao fim: *deinde... praeterimus, inde... fert, mare... uideres, ultra... deferimur, inde... sumus*.

Esse construto, de fato típico da narração historiográfica, vem, contudo, marcado por alguns elementos notáveis já no nível estrutural, partindo da presença do *postquam*, como segundo elemento do primeiro módulo, a hierarquizar os segmentos, de tal sorte que a parataxe propriamente dita se dá entre os quatro últimos membros, por mais que a presença de *deinde*, na cabeça do primeiro módulo, seja também alusiva ao procedimento de enfileiramento paratático dos módulos narrativos. É notável aqui ainda o emprego do presente histórico, “expediente estilístico caro à *narratio* histórica; como tal, é particularmente apropriado no *Dierum dictarum...*” (SBLENDORIO CUGUSI, 1982, p. 165), elemento que, sabemos, serve, na própria prosa oficial, a conferir relevo em face de módulos no *perfectum* (v., 3.1.2 e 3.1.4, *supra*). É notável também, finalmente, que, em meio à sucessividade espacial-temporal, esteja incrustada frase sem advérbio na cabeça, terminada por verbo visual (*uideres*), com uma metáfora (*uelis florere*), passo encarecido pela aliteração (em /w/: *uelis... uideres*) e pelo (aspecto de) homeoteleuto (*florere uideres*). Não bastasse, assim, o relevo trazido pelo presente histórico, o passo está infundido das outras características próprias ao regime da descritividade, assinaladas pelo conspícuo *uerbum uidendi*.

Bastante próximo de *FOR.17* é *FOR.18* (*fert uentus ≈ uentus... fert*). Há dois verbos, ambos no presente, em segmentos iniciados por anafóricos, no primeiro caso um advérbio temporal e no outro um relativo, ambos a indicar sucessividade (*ita... fert, qua proicit*). Se a posposição dos adjuntos adverbiais de lugar é inexceptional (*ad primorem Pyrenaeum, in altum*), a posposição do sujeito (*fert uentus*) e a preferência pelo relativo, e não por um advérbio espacial no segundo módulo (*quo*, e não *inde*, por exemplo), indicam hierarquização da informação: talvez marcação focal de *uentus* e subordinação da informação *qua... altum* ao segmento anterior. Infelizmente, o estado fragmentário da transmissão impede uma apreensão mais nuançada, mas está evidente que o recurso ao presente histórico (caso de *fert*, mas não necessariamente de *proicit*) é muito disseminado, em franca concorrência (ou melhor, em precisa articulação) com o *perfectum*.

Embora o fragmento esteja incompleto, o *FOR.26*, que, como os *FOR.27* e *FOR.28*, refere-se à batalha de Empórias (LIV.34.14-15), está muito próximo da frase narrativa elementar, mas novamente recorre a uma subordinada temporal (valendo-se da mesma conjunção *postquam* encontrada em *FOR.17*), com verbos desta feita no

perfectum, com expressão de lugar posposta, o que, novamente, não é excepcional. Parece forma simples de encarecimento valer-se da subordinação temporal, que depende aqui meramente da escolha da palavra que encabeça o primeiro módulo (*postquam auspicau...* [deinde...], e não algo como *postea auspicau...* [deinde...]) e respeita a sucessividade dos eventos na ordem das orações, a reforçar o senso de que se trata efetivamente de estratégia de encarecimento da elocução. Neste caso, a sucessão (lógica) *auspicau... adduxi* é resolvida sintaticamente em uma correlação com cópula elevada *atque* (talvez a reforçar as aliterações entre os verbos em /a/: *auspicau atque... adduxi*). Não se deixará de notar que a citação se refere precisamente à cerimônia relatada nos *scholia Veronensis*, estudada *supra* (item 3.3.1.2), em que o comandante preside aos auspícios no tabernáculo diante do exército, que em seguida é conduzido em fileira para o campo de batalha. Há aí como que uma confinidade entre contextos de elocução elevada.

O *FOR.39* exhibe um módulo narrativo elementar particularmente encarecido, de forma significativamente motivada, ao que parece, novamente entretecendo a oratória catoniana no seio das práticas de linguagem da Roma pré-clássica. Trata-se da participação de Catão na expedição contra Antíoco em 191. a.C., de onde retornou vencedor e em prol de cuja vitória foram decretados três dias de preces públicas em Roma, em meio à alegria do povo (PLU.*Cat.Ma.*14.4, v., *supra*, 4.4). Segundo Sblendorio Cugusi, o segmento poderia estar “inserido depois da narração dos fatos hispânicos, talvez como uma espécie de *conclusio* tendo por objeto um balanço da atividade político-militar de Catão” (SBLENDORIO CUGUSI, 1982, p. 187).

Seja como for, embora encabeçado por advérbio comparativo (*item*) que o liga ao que precede (talvez no seio de enumeração de outros feitos recordados *capitulatim*: e também quando incumbido de x, teve sucesso; e também..., etc.), a estrutura da frase é a de um módulo narrativo, com o marcador temporal (no caso conjuncional) no começo e o verbo conjugado no *perfectum* ao fim (*ubi... disieci atque consedaui*). Neste caso, como em *FOR.17*, é notável o encarecimento da elocução: aliteração (em /m/: *maximas... maturissime*), cúmulo em ordem silábica crescente (*disieci atque consedaui*), sem dúvida relacionado ao notável ambiente comemorativo de volta da expedição, certamente celebrado também com práticas de registro da memória do feito vazadas em vertente elevada da prosa narrativa oficial (v., *supra*, 3.1.2 e 4.4). Nesse sentido, o que se tem aqui é algo extremamente próximo à supressão da frase narrativa elementar tal qual encontrada nos *tituli* simples pelas *tabulae triumphales* (*supra*, 3.1.1 e 3.1.2), pelo que se

compreende a produtividade daquela matriz textual no encarecimento dos módulos narrativos da oratória catoniana.

O *FOR.20* é muito relevante nesse contexto, pela informação dada por Plínio, que introduz o fragmento fazendo referência ao triunfo de Catão na volta da campanha da Hispânia (*unde cum triumpho rediit*). Pensamos que a restituição de *bibit* para *bibi* se impõe (SBLENDORIO CUGUSI, 1982, p. 169-170) e certamente desenvolve a temática do espírito de corpo entre o comandante e seus comandados (extensamente trabalhada na emulação em *SAL.Iug.85*). Isso não apenas porque a presença do triunfo no horizonte do discurso permite entender referência a evento posterior e recente, como o sucesso em Termópilas, espécie de nova demonstração das mesmas qualidades, mas sobretudo porque, pensamos, pode fornecer chave de leitura para mais dois fragmentos e, assim como em *FOR.39*, permite ler as estratégias de escrita no discurso, notadamente no que diz respeito ao encarecimento dos módulos narrativos pelos procedimentos típicos da modularidade rítmica, como contaminações – emulações – da linguagem comemorativa das *tabulae triumphales* (ou como a das *tabulae triumphales*) na prosa narrativa de Catão.

Um desses fragmentos é *FOR.32*, que poderia ser proemial, genérico ou relativo a alguma situação específica (CUGUSI & SBLENDORIO CUGUSI, 2001, *ad loc.*), mas que, de todo modo, contém elementos que indicam claramente as práticas públicas de perenização da memória. Notem-se o sugestivo *cepi*, tópico nos *tituli* dos magistrados, inclusive nas *tabulae triumphales* (3.1.1 e 3.1.2, *supra*), e a menção a *monimenta*, que poderia mesmo se referir a algum monumento mandado erigir por Catão para preservar sua memória a partir de feito como aquele. O *haec* (aqui com explicitação dos *monimenta*) corresponde também perfeitamente aos formulismos daqueles testemunhos (*hoc dedit, hoc cepit*). Poder-se-ia até mesmo sugerir que o *ego* em primeira posição corresponde a uma forte enunciação como *M. P. Cato consul*, que figuraria em monumento dessa natureza. A confecção de monumento comemorativo em primeira pessoa, vimo-lo (3.1.3), embora excepcional, não seria tampouco sem paralelo. Isso tudo, porém, passa-se em frase narrativa transformada, com notável abertura por três pronomes, “parte do estilo elevado e solene” (SBLENDORIO CUGUSI, 1982, p. 181), e com o recurso à relativa, em lugar da parataxe (*haec monimenta, quae cepi, posui*, por algo como *haec monimenta cepi, ea posui*) ou em lugar da ordenação da informação relativa ao verbo *cipio* em um ablativo absoluto ou condensada em um sintagma como *de praeda* ou *de manubies* (*haec [monimenta], Thermopila capta, posui* ou *haec [monimenta] de praeda posui*).

É provável que seja esse ainda o enquadramento adequado para compreender o *FOR.15*, que tematiza o louvor a Catão, por meio de figuras como os poliptotos (*laudabant... laudibus, comparare... comparauisse*), a anáfora (*tantum... tantum... tantum*), a sempre disponível para Catão redundância do pronome pessoal e da palavra *homo* (*quemquam hominem*), os diversos homeoteleutos em *-um* e as amplas assonâncias em /m/. Trata-se de muitos dos recursos de modularidade rítmica que participam da elaboração da linguagem nesses contextos comemorativos. Para além disso, o verbo anteposto no começo, que é visto por Fankhänel como forma de destaque nesse específico passo (FANKHÄNEL, 1938, p. 185), e a estrutura hipotática, com recurso ao acusativo com infinitivo, participam do encarecimento da elocução por meios outros que os da modularidade rítmica, acrescentando-se a eles e aprofundando um pouco a compreensão do tipo de alteração que a emulação de uma prática comemorativa oficial podia sofrer no cálamo de Catão, que evidentemente é atravessado por essas práticas, conformando-se por elas, mas apto também a reestruturá-las em seu próprio sistema textual.

O *FOR.28*, tratando de matéria bélica, é particularmente interessante, mercê da presença de um *iam* inicial, terminando-se com verbos no passado *infectum*, procedimento que caracteriza o que Chausserie-Laprée denominou *iam* de abertura, para quem se trata de expediente próprio da narrativa dramática: “nós nos sentimos instalados no fluxo de uma ação ou de uma situação que o sinal do *iam* nos diz não ser senão uma passagem e um prelúdio para uma resolução muito próxima” (CHAUSSERIE-LAPRÉE, 1969, p. 499). É sumamente curioso, então, que, embora cite o fragmento do *Dierum dictarum* como “primeiro testemunho de um *iam* anteposto” (CHAUSSERIE-LAPRÉE, 1969, p. 501), Chausserie-Laprée imediatamente emita o juízo segundo o qual “não parece possível que, nessa época, tais empregos tenham sofrido desenvolvimento algum. Demasiado estranhos à tonalidade habitual da narrativa analística, eles devem ter permanecido excepcionais nela” (CHAUSSERIE-LAPRÉE, 1969, p. 501).

Ora, já vimos que Catão recorreu ao menos outra vez a expediente semelhante nas *Origines* (um *antequam* posposto, *FRH.5.37*, item 4.2.1.2, *supra*), equivalente ao *cum* inverso a que Chausserie-Laprée atribui papel comparável ao *iam* de abertura e que muito possivelmente encabeçava a oração seguinte (*iam... agebant, cum...*); assim, antes que projetar imagem descabida de primitivismo sobre a prosa catoniana (v., *supra*, 1.1.1), cabe constatar a presença desses recursos e, mesmo que a citação transmitida por Carísio seja excessivamente curta para permitir apreciação mais extensa, reconhecer aqui

expediente claramente sintonizado com regime narrativo que infunde na mera sucessividade dos eventos uma série de valores particulares, como o senso de imediatez e de vivacidade que Chausserie-Laprée atribui aos procedimentos do *iam* anteposto e do *cum* inverso. Notar-se-á, a propósito, o emprego do passado *infectum*, que comparece muito mais regularmente aqui do que nas narrativas das *Origines* e que, como nos já estudados casos de *descriptio* e de *demonstratio* na *Rhetorica ad Herennium* (v. 4.3, *supra*), parecem visar a conferir imediatez visual à narrativa dos eventos.

É aparentemente também de matéria bélica que trata o *FOR.34* (SBLENDORIO CUGUSI, 1982, p. 183). Embora se trate aqui de módulos paratáticos com advérbios e verbos, a lembrar, mais uma vez, a frase narrativa elementar, há toda sorte de transformação no passo: em lugar de um possível *primo... animaduerti, iterum atque tertium... uenierunt*, há deslocamento conjunto de dois pronomes à esquerda do advérbio na primeira oração (v. o já analisado *FOR.32*), o primeiro dos quais anafórico (*id ego*), anteposição do verbo cumulada com passagem do *perfectum* ao *infectum* (*ueniunt*), no segundo módulo, e consequente deslocamento dos advérbios, também aqui, para a segunda posição. Relativamente à posição inicial de *ueniunt*, Fankhänel identificou especificamente nesse fragmento algo que lhe parecia próprio à *narratio* oratória em contraposição à prosa historiográfica: “em geral, podemos dizer que a antiga historiografia romana é alheia a essa posição inicial [do verbo] do relato dramático. Apenas nos discursos de época antiga encontramos passos semelhantes” (FANKHÄNEL, 1938, p. 220). Embora o juízo não possa ser tão drástico (v. *FRH.6.35*, item 3.1.5; *FHR.5.79*, item 4.2.1.1), trata-se, conforme reconhece Sblendorio Cugusi, para quem a posição inicial do verbo é “um procedimento de alto nível estilístico aplicado também outras vezes por Catão” (SBLENDORIO CUGUSI, 1982, p. 183), de expediente distintivo que concerne à referida infusão de valores para além da mera sucessividade na prosa narrativa – são elementos cuja conotação nem sempre é certa, mas que indiciam a própria noção de composição, ou agenciamento, do relato.

Os *FOR.29* e *FOR.30* são citados por Carísio um na sequência do outro pelo emprego da palavra *porro* e, tratando ambos da ida a Turta, certamente figuravam próximos no discurso. No caso de *FOR.29*, note-se o presente histórico, mas, afora isso, a frase inicia-se por advérbio de tempo a indicar sucessividade e termina por verbo finito (*itaque... proficiscor*), com um módulo apostrofo com o supino. Em *FOR.30*, nota-se a “expressão redundante, em que o significado de *porro* [...] já está compreendido em *pergo*

ire” (CUGUSI & SBLENDORIO CUGUSI, 2001, *ad loc.*), talvez para valorizar a aliteração em /p/, com *in Turtam* posposto à expressão verbal *pergo... ire*, sem excepcionalidade nesse particular (FANKKHÄNEL, 1938, p. 60). Veja-se, porém, ainda aqui, o início por advérbio anafórico que indica sucessividade (*inde*), novamente a aludir à frase narrativa elementar, que, vamos vendo, está no pano de fundo de todo um vasto conjunto de elaborações, com matrizes ora mais, ora menos evidentes, mas sempre intensamente atuantes.

Com *FOR.24* e *FOR.25*, parece-nos que entramos em modalidade narrativa já mais afastada daquela frase elementar. É verdade que, sobre *FOR.24*, Sblendorio Cugusi notou o início pelo advérbio temporal *interea*, reputando que “é típico da *narratio* histórica e sublinha as cadências ‘narrativas’ do *Dierum dictarum*” (SBLENDORIO CUGUSI, 1982, p. 173), assim como Cugusi e Sblendorio Cugusi afirmaram, sobre o *FOR.25*, que se devem notar “as cadências narrativas, escandidas pela sucessão de advérbios temporais (presentes também no fr. 34 [*FOR.34*]), que fazem propender pela *narratio* histórica” (CUGUSI & SBLENDORIO CUGUSI, 2001, *ad loc.*).

No entanto, não escapará à atenção que não apenas os advérbios em questão não são marcadores de sucessividade, como também os verbos com que se associam estão muita vez no passado *infectum*, a denotar aquela simultaneidade característica da narrativa descritiva (*interea... dispertieram*, *FOR.24*; *interea... temptabam*, *FOR.25*; *interea... feci*, *FOR.25*, seguindo-se depois, em *FOR.25*, *spectabam*, *donabam* e *laudabam*). A ruptura, certamente em direção a uma retomada da sucessividade, vem marcada, ao final de *FOR.25*, pela adversativa *sed*, seguida da conjunção *ubi*, com verbo no *perfectum* (*uenit*), a sugerir que o passo anterior era espécie de suspensão temporal, bem marcada pelos três *interea* que comparecem no conjunto da seção formada pelos dois passos e pela multiplicação dos referentes (*turtam manipulum cohortem*), tudo a denotar um regime globalmente descritivo, com reforço dos efeitos de visualidade, novamente evidenciados no nível lexical (*spectabam*). A presença de período composto com condicional, duas principais coordenadas e final (*si... fecerat*, *donabam... atque... laudabam*, *ut... uellent facere*) insere-se naturalmente nesse contexto em que a hipotaxe participa da elaboração elocutiva, articulando ideias que se acrescem à pura sucessividade, mas talvez adicionando à supressão da sucessividade outros valores que não os meramente descritivos, exibindo aqui um raciocínio – lembrar-se-á do destaque

conferido por Dangel ao uso das condicionais nas *narrationes* livianas como indício de reflexividade.

Verifica-se, assim, como a narração, mesmo em presença das marcas próprias à prosa narrativa, comparece na *narratio* em um regime discursivo próprio, construindo-se sobre a textura ordinária da prosa historiográfica, mas sublimando-a para acrescentar à sucessividade elementos de outra índole, seja atinentes ao regime de descritividade, a fazer com que as ações sejam observadas globalmente, em uma visualidade contemplativa exacerbada, seja respeitantes a um regime mais propriamente argumentativo, pelo que a narrativa se vai tornando matéria do argumento, a ser processada já como antecipação da demonstração.

Embora não exiba marcadores adverbiais denotadores de sucessividade, *FOR.23* tem notável afinidade com as narrativas descritivas, com recurso a três segmentos paratáticos, o primeiro com elipse do verbo ([*erat*]), ou melhor, com uma frase nominal, e os outros dois com passado *infectum* ao fim (*sedebant, lacessebamur*); nessas duas últimas frases, há marcadores adverbiais com valor relevante. Ainda que Cugusi e Sblendorio Cugusi entendam que “*simul* tem valor apenas copulativo” (CUGUSI & SBLENDORIO CUGUSI, 2001, *ad loc.*), é possível que o valor seja temporal, o que faz aliás todo o sentido em uma cena de batalha e seria apenas forma mais urgente de simultaneidade que o já encontrado *interea*. O advérbio *usquequaque*, razão da citação do passo, faz lembrar justamente o exemplo da *demonstratio* na *Rhetorica ad Herennium* (v., *supra*, 4.3, *ex aliis alii partibus*, para se referir também a ataque que vem de todos os lados). Os procedimentos aqui verificados, segundo Sblendorio Cugusi, “conferem ao fragmento notável *uelocitas*” (SBLENDORIO CUGUSI, 1982, p. 173), mas isso no interior de uma simultaneidade que, agitada no detalhe, é estática no conjunto. A primeira frase, nominal, serve como descrição global do que vem particularizado na sequência, como partes da cena que está *tumultus plena*, possivelmente se seguindo depois outras frases, não conservadas, com verbos no passado *infectum* que continuassem a particularizar a imagem apresentada. A frase de abertura é muito assemelhada à de *FOR.14* (*omnia... paranda erant*), que certamente fazia seguir uma descrição dos elementos em que se decompunha esse *omnia*, talvez algo como aqueles nomeados no já analisado *FOR.15* (*naues, exercitus, commeatus*), que poderiam ser os objetos particulares da preparação.

Alguns outros fragmentos claramente participavam de segmentos decididamente narrativos, como *FOR.21*, em que *fiunt* é decerto presente histórico relacionado à iminência do ataque, e *FOR.35*, com um passado *infectum* em que o valor do tempo verbal, contudo, não se esclarece (se parte de uma narrativa descritiva, se ingressivo), mas com o jogo fônico *pedetemptim temptabam* e o já encontrado enfileiramento de pronomes no começo (*eam ego*), aqui associado à dissociação entre *eam* e *uiam*, tudo a sugerir forte encarecimento da elocução. Algumas frases estão demasiado mutiladas, impedindo que se avance muito (*FOR.19*, *FOR.33*, *FOR.36*, *FOR.37*).

Em três derradeiros fragmentos (*FOR.20*, *FOR.22* e *FOR.31*), vemos, em trechos menores, elementos que já constatamos nas passagens narrativas mais extensas do discurso, como recurso a distintas estruturas hipotáticas, tais quais as comparativas (*FOR.20*) e as condicionais (*FOR.22*, *FOR.31*) – justamente os módulos que, segundo vimos (5.1.2, 5.1.3 e 5.2.1), servem de apoio ao processo de inferenciação –, claramente introduzindo reflexão (evidente em *nam ita dicunt...*, em *FOR.22*, sugerida no quiasma *cuperent... fieri, ... fieri... possent*, em *FOR.31*), mas de todo modo abrindo o tecido narrativo de sua habitual sucessividade para, suspendendo o tempo para uma contemplação que pode ser mais imediatamente visual (como parece ser o caso em muitas oportunidades) ou mais propriamente reflexiva (como sugerem alguns dos casos analisados, a exemplo dos últimos comentados), tornar a *narratio* espécie de veículo não apenas de fatos, mas de ideias entremeadas de fatos ou expressas por meio de fatos.

O entremear-se de narração e argumentação foi apontado por Fankhänel a partir do que via como um parentesco próximo entre orações condicionais e temporais, “pois ambas indicam, em primeiro lugar, uma circunstância, de certo modo uma situação que está no pano de fundo (*Hintergrundsituation*), a partir da qual a ação principal, com o verbo no início, projeta-se e assim lança o movimento daí originado” (FANKHÄNEL, 1938, p. 223). Sem dúvida, a narrativa estruturada, como vimos, não apenas em orações temporais, que também comparecem, mas por toda sorte de expediente que gera hierarquização da informação para além da mera sucessividade dos eventos – ou, o que não deixa de ser quase seu equivalente, a mera simultaneidade – é veículo eminentemente apto a gerar o que talvez pudéssemos conceber como narrativas argumentativas.

O panorama que se infere, portanto, da *narratio* do *dierum dictarum* é uma narrativa cônica dos módulos narrativos de base (*FOR.17*, *FOR.26*, *FOR.39*), mas pronta de um lado a fazer neles incidir procedimentos diversos, sejam os próprios à

modularidade rítmica, muito associados a um regime de descritividade (*FOR.15, FOR.17, FOR.39*), com espaço notável também para recurso a expedientes como o emprego do passado *infectum* (*FOR.17, FOR.23, FOR.28, FOR.35*), do presente histórico (*FOR.21, FOR.29, FOR.30, FOR.34*) e da subordinação temporal (*FOR.17, FOR.26, FOR.39*), sejam os procedimentos que se associam também a uma desarticulação da estrita sucessão narrativa, fazendo irromper uma medida de reflexividade na textura do relato, com elementos que podem se ter por reflexões sobre as situações narrativas (*FOR.17, FOR.20, FOR.22, FOR.31*). Recorde-se, por derradeiro, que, em determinado conjunto de fragmentos (*FOR.15, FOR.32, FOR.39*), é possível que haja referência específica ao *triumphus* do próprio Catão, ponto muito interessante porque implicaria identificar de forma bastante precisa uma das matrizes fundamentais de elaboração da linguagem narrativa nas *tabulae triumphales* e no conjunto de textos comemorativos a elas associados (v., *supra*, 3.1.2).

Teremos agora uma última oportunidade de tratar dessas questões, examinando, em 5.3, *infra*, as ocorrências de segmentos narrativos nos demais discursos de Catão.

5.3. Prosa narrativa na oratória

Após estudar a prosa narrativa nas *Origines* e tecer algumas considerações sobre a *narratio* do *Dierum dictarum*, precisamos ainda abordar os fragmentos dos outros discursos de Catão aptos a informar sobre seu tratamento da narração. Infelizmente, os contextos são em geral menos bem determinados, de modo que não se pode assegurar sequer se todas as frases aqui contempladas figuravam efetivamente na *narratio* de seus respectivos discursos ou alhures (o *exemplum* histórico, instrumento da argumentação indutiva, “é o que ocorre com maior frequência” nos discursos e especificamente na *argumentatio*, LAUSBERG, 1966, p. 350); do mesmo modo, outras frases, sobretudo declarativas, que examinaremos *infra*, item 5.4, poderiam muito bem ter figurado em uma *narratio*, que, como vimos *supra*, item 5.2.2, estava apta a conter segmentos diretamente argumentativos.

O critério de seleção adotado para os fragmentos tratados neste item é, assim, a forma com que se apresentam determinados segmentos de texto catoniano, seja vazados em módulos narrativos elementares (5.3.1), seja em períodos hipotáticos com orações (sobretudo) temporais (5.3.2). Em meio a esse material, a existência de mais de um

fragmento narrativo (nesses mesmos termos) provindo de um mesmo discurso convida a um tratamento conjunto, extremado dos demais excertos (5.3.3).

Neste passo da análise, mais ainda do que nas precedentes incursões na prosa narrativa catoniana, toda a prudência é requerida; pode-se analisar o labor formal em nível frasal, e em alguns poucos casos em nível suprafrasal, ficando as considerações funcionais – que, não restam dúvidas, seriam aptas a encaminhar a compreensão sobre a dimensão estratégica que subjaz a esse labor – como que em suspenso ou meramente cogitadas virtualmente à luz do quanto já se pôde determinar nas seções precedentes.

5.3.1. Introdução e transformações da frase narrativa elementar

Começamos com o primeiro fragmento, interessante por sua extensão e pelo fato de vir comentado, ainda que obliquamente para o que aqui interessa, por Aulo Gélíio, interessado em esclarecer o sentido da expressão obscura *seruus recepticius*.²⁸⁹ Veja-se:

<i>Suasio legis Voconiae</i> (169 a.C.)	GEL.17.6.1-2
<p>1. M. Cato Voconiam legem suadens uerbis hisce usus est: <i>Principio uobis mulier magnam dotem adtulit; tum magnam pecuniam recipit, quam in uiri potestatem non conmittit, eam pecuniam uiro mutuum dat; postea, ubi irata facta est, seruuum recepticium sectari atque flagitare uirum iubet.</i> 2. <i>Quaerebatur seruus recepticius quid esset.</i> (FOR.113)</p>	<p>1. Marco Catão valeu-se das seguintes palavras defendendo a aprovação da <i>Lex Voconia</i>: “Primeiramente, a mulher vos trouxe grande dote; então, recebe [em herança] uma grande soma de dinheiro, que não entrega ao comando do marido, mas dá esse dinheiro em empréstimo ao marido; depois, quando ficou com raiva do marido, ordena que um escravo, que recebeu, persiga o marido e insistentemente requeira [o dinheiro]”. 2. Discutia-se o que é o <i>seruus recepticius</i>.</p>

A *Lex Voconia* tratava da proteção dos herdeiros contra disposições testamentárias que lhes poderiam ser nocivas (GAI.2.226), no caso específico dos cidadãos constantes no censo (CIC.Ver.2.1.XLIII.110), com especial atenção para impedir que alguém tornasse uma mulher, solteira ou casada, sua herdeira (CIC.Ver.2.1.XLII.107; LIV.Per.41; cf, sobre o assunto, KASER, 1971, p. 756). Diante desse panorama, o fragmento catoniano parece discutir a sorte dessa herança após ter sido recebida. Nesse sentido, o

²⁸⁹ Talvez um escravo pertencente à *dos recepticia*, talvez aos bens que a mulher tinha à sua disposição após o casamento, segundo correntes interpretativas sumuladas por SBLENDORIO CUGUSI, 1982, p. 307-308. Pode-se cogitar ainda de um escravo recebido conjuntamente com a herança (*recipit... recepticium*) e que nem integrara o dote nem fora, no caso, emprestado ao marido.

contexto, em discurso ademais de *genus deliberatiuum*, sugere uma narrativa hipotética (note a abstração implicada em *principio*), a caracterizar não um fato concreto, mas uma hipótese fática em relação à qual a incidência da lei assume relevância; trata-se sem dúvida de instrumento da *argumentatio*.

Não estranha, assim, que se trate de ambiente propício à sucessão modular de frases narrativas elementares, ainda que transformadas: muitos dos módulos são encabeçados por advérbios temporais e terminados por verbo finito (*principio... adtulit, tum... recipit, postea... iubet*). A passagem é vazada sobretudo no presente *infectum*, compatível com a apresentação de uma hipótese fática, ao menos fora da prótase do díptico legal (não se trata, assim, de presente histórico), com relação ao qual o uso do *perfectum* (*principio... adtulit, ubi irata facta est*) tem sentido contrastivo, designando circunstâncias não diretamente relevantes para a situação sobre a qual deve incidir a lei. Com ele, constroi-se um pano de fundo explicativo; com o presente, confere-se saliência à hipótese fática.

A noção de hierarquia ajuda a explicar também as orações *quam... committit e eam... dat*, que já não importam como sucessividade, mas designam duas qualificações do mesmo fato, com mesmo referente, em uma vez retomado pelo relativo (*pecuniam... quam*) e, na outra, pelo demonstrativo com repetição do substantivo (*eam pecuniam*). Assim, estruturalmente, há dois segmentos (*principio... dat, postea... iubet*), iniciados cada um por uma informação de pano de fundo no *perfectum*, desembocando depois em informação central para a incidência da lei no presente *infectum*, informações essas que, no primeiro módulo, criam um desdobramento a partir de *tum*, com conexão anafórica dos elementos que desenham concomitantemente a hipótese fática (*tum... quam... eam*).

Estamos, com essas constatações, distantes da avaliação de Goldberg, para quem haveria, no passo, uma sucessão de “conectivos que são na melhor das hipóteses ingênuos” (GOLDBERG, 1983, p. 205). Para além da clara estruturação da informação, importa apontar que, em face do que se pode figurar, essa estrutura está destinada a compor a premissa menor de uma argumentação relativa à incidência da lei, algo como: a *Lex Voconia* determina x (premissa maior: e.g., a proteção do herdeiro, a impossibilidade de instituir mulheres como herdeiras); uma mulher emprestou dinheiro de sua herança ao marido, que não quer devolvê-lo (premissa menor); portanto, y (conclusão: e.g., o marido deve ser forçado a devolver o dinheiro, sob a pena prevista na lei, talvez o quanto se encontra estabelecido em *FOR.114*, curto fragmento de nosso

discurso preservado em SERV.A.1.573: “a terra que o marido possui lhe é tomada”, *agrūm quem uir habet tollitur*). Esse entimema talvez se preste a descrever a consequência negativa que adviria de não aprovar a *Lex Voconia*, que remediaria ao problema retirando às mulheres a possibilidade de herdar, no futuro.

Os módulos narrativos elementares se encontram assim abrigados na prosa oratória, mas suprasumidos para os fins da argumentação, com notáveis consequências no plano da expressão, a gerar a mobilização de diversos expedientes de hierarquização da informação fática para além da mera sucessividade temporal.

Elementos de relevo no fragmento são as repetições *magnam... magnam* e *pecuniam... pecuniam*, a última naturalmente muito calcada no já visitado fenômeno característico da linguagem legal de retomar os substantivos conjuntamente com os pronomes demonstrativos anafóricos (v., *supra*, comentário a *FRH.5.46*, em 4.3.2). Porém, atravessado que esteja o estilema pelo texto legal de que trata a própria *suasio* – e certamente a *Lex Voconia* conteria passagens que lançam mão desse recurso –, sua importação não é simples função da prosa legal, mas vem aportar na prosa oratória como recurso significativo capaz de criar não mera clareza do referente ou coesão textual, mas sobretudo insistência e realce. É o que se verifica pela constatação de que não só a repetição se comunica ao adjetivo *magnam*, em função do qual a repetição ganha ares miméticos, como Gélíio aparenta ter identificado o artifício textual quando comenta, um pouco mais à frente:

	GEL.17.6.8
<i>Ipsē etiam Cato mulierem demonstrare locupletem uolens “mulier”, inquit, “et magnam dotem dat et magnam pecuniam recipit”, hoc est: et magnam dotem dat et magnam pecuniam retinet.</i>	O próprio Catão ainda, querendo mostrar que a mulher é rica, diz: “dá um grande dote e recebe uma grande soma de dinheiro”, isto é: dá um grande dote e conserva para si uma grande soma de dinheiro.

Da repetição de *magnam*, ao que parece, Gélíio retirou uma intencionalidade no discurso de Catão (*demonstrare... uolens*). Já examinamos extensamente o papel das repetições em diversos textos catonianos, que, nas *Origines* e nos discursos, aparecem em contexto de empenho da elocução.

Talvez as repetições ao fim de três frases terminadas por verbo no *perfectum*, designando, embora sem apoio em advérbios, eventos sucessivos, possam-se ler na mesma chave, no *FOR.80*, que podemos examinar com brevidade:

<i>Contra Oppium</i> (c. 184 a.C.)	FEST.312L
“ <i>Quadrantal</i> ” uocabant antiqui, quam ex Graeco amphoram dicunt, quod uas pedis quadranti octo et XL capit sextarios. [...] et Cato contra Oppium: Vinum redemisti, praedia pro uini quadrantalibus sexaginta in publi<cum> dedisti, uinum non dedisti. (FOR.80)	Os antigos chamavam “quadrantal” o que se diz ânfora, a partir do grego, que é um recipiente de 48 pés e que comporta 40 sextários. [...] e Catão no discurso <i>Contra Oppium</i> : “Remiste o vinho, deste publicamente bens [em garantia] por sessenta quadrantais de vinho, mas não entregaste o vinho”.

Cugusi e Sblendorio Cugusi notam a “terminologia técnico-jurídica, semelhante àquela usada sistematicamente por Catão nos contratos inseridos no *De agricultura*” (CUGUSI & SBLENDORIO CUGUSI, 2001, *ad loc.*), mas é sem dúvida o valor de insistência do homeoteleuto e da epífora (*redemisti... dedisti... dedisti*) que ganham o primeiro plano, em contexto de acusação contra Ópio, com o recorrente expediente de apor um segmento curto, frequentemente paratático, ao fim de uma sucessão, expressando uma valoração (aqui provavelmente a acusação de que Ópio se locupletou, não entregando bem que deveria ter entregado). Veremos, ainda nesta seção, casos semelhantes.

É possível identificar mais sete segmentos aparentemente narrativos que não se valem da hipotaxe (v., ainda, 5.3.3, para alguns casos suplementares).

Um primeiro caso pode ser visto em *FOR.41*, em que Catão está se pronunciando contra uma *Lex Iunia* que combatia a usura. Veja-se:

<i>Dissuasio legis Iuniae de feneratione</i> (talvez 190 a.C.)	NON.89L
“ <i>Pedato</i> ” positum pro “ <i>repetitu</i> ” uel “ <i>accessu</i> ”, quasi per pedem, sicuti nunc uulgo dicitur, “ <i>tertio pedato</i> ”. Cato [...] in dissuasione de feneratione: Tertio autem pedato item ex fenore discordia excrescebat. (FOR.41)	<i>Pedato</i> se usa no lugar de <i>repetitu</i> ou <i>accessu</i> , como que em razão de pé, como hoje se diz por toda parte <i>tertio pedatu</i> . Catão [...] no discurso <i>Dissuasio de feneratione</i> : “Porém, pela terceira vez, começava a aumentar a discórdia novamente em razão da usura”.

O próprio Catão se pronunciou contra a usura de forma clara (e.g., CATO.Agr.praef), de modo que discursar contra referida lei não pode ser confundido com assumir postura favorável à usura, do que se acha traço no próprio fragmeno, já que a usura é apresentada como causa de discórdia. Notar-se-á a estrutura narrativa formada por adjunto adverbial temporal no início e verbo finito ao fim (*tertio pedato... excrescebat*), em que se destaca o recurso ao passado *infectum*, possivelmente em sentido

ingressivo. O passado *infectum* é forma verbal dependente, pois indica vínculo para com a fixação em um tempo no passado, e é mesmo possível que o segmento citado por Nônio fosse seguido por uma subordinada, com *cum inuersum* ou *antequam* (cf. *FRH.5.37* e *FOR.28*, analisados em 4.2.1.2 e 5.2.2, *supra*), com verbo no *perfectum* ou no presente histórico.

Note-se que o fragmento é comparável a *FRH.5.20* (*igitur tertio pedato bellum nobis facere*, já examinado em 4.2.1.2, *supra*), com o qual compartilha o sintagma *tertio pedato*. Com relação a esse testemunho, destaca-se justamente a manipulação de partículas adverbiais (*autem* e *item* aqui, *igitur* no fragmento das *Origines*). Vimos que, no enfileiramento de mais de um marcador adverbial temporal, na prosa narrativa (ao menos historiográfica), o usual é que um marcador mais genérico, de valor mais fortemente anafórico, assuma a primeira posição, enquanto o conteúdo lexicalmente mais específico se atribui à posição ou às posições subsequentes.

Em *FOR.41*, contudo, não só não há anafórico de simples sucessividade como *igitur*, mas Catão se vale de uma combinação de partículas que remetem, preferencialmente, à organização lógica dos eventos, indicando antes foco ou descontinuidade com relação ao segmento anterior, perdido, função discursiva própria a *autem* (KROON, 1995, p. 270). Como parte do sintagma *item ex fenore*, *item* indica não sucessividade, mas insistência, certamente em narrativa que mostra a força negativa repetidamente operada pela usura. Evidentemente, conforme apontamos, a possibilidade de se tratar de segmento incompleto é real, mas já se vê assim como a textura da frase narrativa se vai dobrando para desempenhar funções eminentemente argumentativas; o tempo fica, destarte, infundido de marcas de valoração dos eventos.

O segundo testemunho é fornecido aqui por *FOR.52*, que, a despeito de dificuldades de transmissão, pode ser reconstituído como segue:

<i>De signis et tabulis</i> (184 a.C.)	NON.364L
<i>“Redemptitauere” item, ut “clamitauere”, Cato idem in ea, quae egit de signis et tabulis: Honorem emptitauere, malefacta benefactis non redemptitauere. (FOR.52)</i>	Em seguida, <i>redemptitauere</i> , como <i>clamitauere</i> , o mesmo Catão naquele discurso que pronunciou, <i>De signis et tabulis</i> : “Compraram as honrarias; não resgataram os maus feitos com boas ações”.

Em que pese a posição final dos verbos, não há, como se vê, nenhuma ideia de sucessividade. Antes, trata-se de indicar uma valoração relativa a fatos certamente

narrados anteriormente, com paralelismo sublinhado pelos jogos verbais antitéticos *emptitauere... redemptitauere* e *malefacta benefactis*. Trata-se de tipo de entretecimento e concisão que marca frequentemente o final de segmentos narrativos na oratória, como veremos em alguns dos exemplos seguintes.

Em *FOR.116*, há terceiro caso, bastante simples:

<i>De Macedonia liberanda</i> (167 a.C.)	PRISC.GL.2.88
<i>Vetustissimi [...] comparatiuis etiam huiuscemodi sunt [scil. “piior”] usi. Cato de Macedonia liberanda: Idque perpetuius atque firmitus repsit. (FOR.116)</i>	Os mais antigos [...] ainda usaram comparativos desse tipo [isto é, como <i>piior</i>]. Catão, no discurso <i>De Macedonia liberanda</i> : “E isso se introduziu com mais constância e com mais consistência”.

Como se vê, trata-se praticamente de frase narrativa simples, com um anafórico pronominal no começo e verbo finito no *perfectum* no fim (*repsit*). O elemento distintivo são os dois advérbios comparativos, que constituem cúmulo sinonímico homeotelêutico copulado com *atque*, a denotar algum tipo de encarecimento elocutivo.

Passamos, então, em quarto lugar, a *FOR.145*, relativo às preparativas dos romanos para enfrentar a guerra contra Perseu (SBLENDORIO CUGUSI, 1982, p. 368):

<i>De rege Attalo et uectigalibus Asiae</i> (151 a.C. ou depois)	FEST.266L
<i>“Portisculus” est, ut scribit Aelius Stilo, qui in portu modum dat classi. Id autem est malleus, cuius meminit Cato in dissuasione de rege Attalo, et uectigalibus Asiae: C. Licinio praetore regimes scribiti ciues Romani[s] sub portisculum, sub flagrum conscribiti ueniere passim.</i> (FOR.145)	O <i>portisculus</i> é, como escreve Élio Estilão, quem dá a medida para a frota no porto. Mas também é o martelo, de que se lembra Catão, no discurso de oposição <i>De rege Attalo et uectigalibus Asiae</i> : “Quando Caio Licínio era pretor, cidadãos romanos inscritos [oficialmente] como remadores sob o martelo, [na verdade] arregimentados pelo chicote, foram vendidos por todo canto”.

Trata-se evidentemente de frase inicial, sem anafórico adverbial ou de outra natureza, embora aberta por um ablativo que situa a ação no tempo (*C. Licinio praetore*) e com verbo finito no *perfectum* (*ueniere*). A elaboração em torno dessa frase inicial se colhe não apenas do saliente *passim*, posposto ao verbo no fim, mas também e sobretudo da transformação do que são dois eventos sucessivos (ser regularmente inscrito como remador e ser escandalosamente vendido como escravo) em uma estrutura que atribui preeminência ao contraste, pelo paralelismo quiástico *scribiti... sub portisculum – sub flagrum conscribiti*, com emprego de sintagmas regidos pela mesma preposição (*sub*) e

opondo dois participios em *redditio* do simples (*scribti*) e do composto (*conscribti*). Trata-se de indícios muito claros da transformação da própria narrativa em argumento, comparáveis ao *FOR.52* nesse ponto.

O quinto desses fragmentos é o *FOR.166*, aparentemente relacionado a caso em que Catão foi chamado a juízo para responder a processo sumaríssimo (MALCOVATI, 1981):

<i>Pro L. Autronio</i> (s./d.)	PRISC.GL.2.482
<i>Vetustissimi et “ausi” pro “ausus sum” et “gauisi” pro “gauisus sum” protulerunt. Cato Censorius in oratione pro Lucio Autronio: Venefici postridie iussisti adesse in diem ex die; non ausi recusare. (FOR.166)</i>	Os muito antigos diziam <i>ausi</i> em lugar de <i>ausus sum</i> e <i>gauisi</i> em lugar de <i>gauisus sum</i> . Catão Censor, no discurso <i>Pro Lucio Autronio</i> : “No dia seguinte ao envenenamento, requereste que [eu me] apresentasse em um dia determinado a partir daquele dia; não ousei recusar.”

O passo pode ser seccionado em três segmentos: *uenefici... iussisti, adesse... ex die, non... recusare*. O desdobramento do segundo módulo, com o infinitivo dependente de *iussisti* posposto e a posposição da expressão temporal, são sem especial relevo, já o vimos amplamente (cf., ainda aqui, FANKHÄNEL, 1938, p. 66 e 77). Notem-se a posposição do advérbio de tempo no primeiro segmento (*postridie*) e a parataxe forte sem anafórico de qualquer tipo, no curto segmento final, semelhante ao que vimos *supra*, neste subitem, em *FOR.80*, também no terceiro segmento (*uinum non dedisti*). Fankhänel comentou, nesse específico passo, o efeito gerado pela posição inicial de *non ausi*: “o decisivo, nesses passos, é a quebra, que, depois de uma narrativa toda formada igualmente por posição final, é produzida pela construção oposta do membro final” (FANKHÄNEL, 1938, p. 233).

O caso, no entanto, é mais complexo. O *FOR.42*, já examinado (v., *supra*, 5.1.3; mais amplamente, *infra*, 5.3.3), apresenta esse mesmo verbo duas vezes em distintas posições: *nemo hoc rex ausus est facere* e *te facere ausum esse*, ademais sem a peculiaridade apontada por Prisciano como razão para a citação de *FOR.166*, já que se constrói aqui como depoente, como na língua clássica. Afinal, a já comentada peculiaridade de que diverge, entre a prosa historiográfica e a prosa oratória, a atitude de Catão para com a posição do infinitivo nas completivas, fundamentalmente apositivo no primeiro caso, mais aberto à anteposição no segundo (v. 4.2.1, *supra*), dificulta a persecução desse raciocínio, atribuindo significado a *non ausi recusare* por oposição a

um hipotético *recusare non ausi*. Parece-nos antes que o senso de ruptura, bem percebido por Fankhänel, deve-se à parataxe estrita, à concisão da frase e à passagem à primeira pessoa, antes que à posição do verbo, tudo reforçando o expediente construtivo identificado de transformar o último (em geral terceiro) segmento de um curto excerto narrativo em *locus* predeterminado a acolher evento denso de sentido axiológico.

O penúltimo fragmento a ser aqui examinado provém do *De re Floria* (ou *De re Floriana*, cf. a discussão em CUGUSI & SBLENDORIO CUGUSI, 2001, *ad loc.*), que, embora distinto do excerto anterior, ajuda a avançar a reflexão no mesmo ponto:

<i>De re Floria</i> (s./d.)	GEL.10.13.1-2
1. “ <i>Partim hominum uenerunt</i> ” <i>plerumque dicitur, quod significat “pars hominum uenit”, id est quidam homines. [...] 2. Cato in oratione de re Floria ita scripsit: Ibi pro scorto fuit, in cubiculum subrectitauit e conuiuio, cum partim illorum iam saepe ad eundem modum erat.</i> (FOR.192)	1. Comumente se diz <i>partim hominum uenerunt</i> , o que significa <i>pars hominum uenit</i> , isto é, determinados homens. [...] 2. Catão escreveu o seguinte no discurso <i>De re Floria</i> : “Lá foi como meretriz, esgueirou-se em direção ao quarto, escapando ao banquete; com parte deles, frequentemente se portava do mesmo modo”.

Chama a atenção o fato de que, depois das orações no *perfectum* (a primeira em um módulo bastante usual, encabeçado por anafórico e terminado pelo verbo: *ibi... fuit*; a segunda, além do ἅπαξ λεγόμενον *subrectitauit*, sem anafórico e com posposição de *e conuiuio*, certamente a gerar foco contrastivo com *in cubiculum*, nos dois extremos do módulo), segue-se oração no passado *infectum*, com parataxe estrita. A narrativa resolve-se, assim, rapidamente em avaliação global, sem dúvida voltada a fins argumentativos, de modo a caracterizar negativamente a personagem. No caso específico do *De re Floria*, temos a felicidade de ter conservado testemunho de Fortunaciano, que sugere estarmos efetivamente diante da *narratio* do discurso:

	FORTUNATIANUS, <i>RL</i> .111
<i>Concisa narratione tunc tantum utemur, quando quaedam aduersa sunt nobis? Immo et cum singulae res gestae maximam inuidiam continent, aduersariorum possumus narrationem concidere, ut propositis singulis rebus statim exaggeratione utamur. Cur ita? Vt indignationem iudicum non semel, sed saepius in rebus singulis excitemus, sicuti fecit M. Cato de re Floriana.</i> (FOR.193)	Devemos empregar a narração subdividida apenas quando alguns fatos nos são contrários? Antes, como as narrativas minudentes contêm a maior combatividade, podemos subdividir a narração do adversário, para que nos sirvamos da amplificação, declarando os eventos regularmente um a um. Por que assim proceder? Para que despertemos a indignação dos juízes não apenas uma vez, mas reiteradamente a cada evento, como fez Marco Catão no discurso <i>De re Floriana</i> .

A reunião dos dois fragmentos indica que a apresentação dos eventos se passaria aqui de forma muito breve, logo associada a uma avaliação negativa, diretamente voltada a promover a indisposição dos juízes. É, com as especificidades de mudança da forma do verbo e da maior extensão, expediente semelhante ao que já constatamos em *FOR.80*, *FOR.145* e em *FOR.166*.

Podemos, enfim, examinar brevemente *FOR.206*:

<i>Suasio in senatu</i> (s./d.)	PRISC.GL.2.337
<i>Idem [Cato] in oratione, qua suasit in senatu, "Samnitis" dixit pro "Samnis": Accessit ager, quem priuatim habent, Gallicus, Samnitis, Apulus, Bruttius. (FOR.206)</i>	O mesmo [Catão] no discurso de defesa que pronunciou, no Senado, disse <i>Samnitis</i> em lugar de <i>Samnis</i> : "Juntou-se o campo, que possuem como propriedade privada, gaulês, samnita, ápulo, brútio".

Aqui, infelizmente o tratamento resta sobremaneira dificultado, o passo podendo estar entrecortado e não se sabendo ao certo, por isso mesmo, qual poderia ser o sentido de *accessit* (SBLENDORIO CUGUSI, 1982, p. 474). Sblendorio Cugusi nota a posição inicial do verbo *accessit*, mas isso também não nos parece certo, podendo se tratar de verbo final, seguido de ponto, a próxima frase iniciando-se por *ager*. O recurso ao presente *infectum* (*habent*), na relativa, após o *perfectum* inicial, não deixa, contudo, de ser significativo, com a possível nuance negativa de *priuatim* (apropriação indevida de bens públicos?), tudo a sugerir, ainda que à distância, as múltiplas dimensões da narrativa e seu direcionamento argumentativo pela infusão de elementos valorativos.

Vemos, assim, vez após outra, a narrativa ser formalmente transformada para se acrescer de valores significativos indiciados pela transformação dos módulos elementares, conformando-se já de modo a sustentar a argumentação. A hipotaxe, que se examinará na sequência, faz justamente parte dos expedientes à disposição de Catão para promover esse amoldamento da narrativa à argumentação.

5.3.2. Recurso à hipotaxe

Conforme anunciado, há, nos discursos, fragmentos com orações subordinadas temporais, que vimos ocorrer com alguma frequência na *narratio* do *Dierum dictarum* (5.2.2) e, entremeadas a módulos elementares, também na *Suasio legis Voconiae* (5.3.1). Começamos por fragmento do discurso contra Mânio Acílio Glabrião, contra quem Catão

disputou a censura em 189 a.C. e com quem havia participado da campanha contra Antíoco em 191 a.C., Catão como tribuno militar e Glabrião como cônsul (SBLENDORIO CUGUSI, 1982, p. 213). Trata-se do seguinte excerto:

<i>Aduersus M.' Acilium Glabrione quarta (?)</i> (190 a.C.)	FEST.268L
<i>“Penatores” qui penus gestant. Cato aduersus M' Acilium quarta: Postquam na[ti]uitas ex nauibus eduxi, non ex militibus atque nautis piscatores penatores feci, sed † arum dedi.</i> (FOR.48)	<i>Penatores</i> são os que carregam víveres. Catão no quarto discurso contra Mânio Acílio: “Depois que conduzi os marinheiros para fora das naus, não transformei soldados e marinheiros em pescadores e vivandeiros, mas dei-lhes ?armas”.

Note-se que as informações que se prestariam à sequência narrativa estão dadas em *postquam... eduxi* e *sed... dedi*; o módulo intermediário, *non... feci*, é contrafático e necessariamente polêmico, certamente contendo crítica ao desempenho de Glabrião como comandante militar e talvez contrapondo o consulado de um ao de outro. É nesse contexto de supressão da narrativa pela argumentação que se deve entender o encarecimento do segmento contrafático com o cúmulo dotado de cópula elevada *militibus atque nautis* e o cúmulo assindético e aliterante em /p/ *piscatores penatores*; o alçar-se da narrativa a argumento (de ataque, no caso, e intensificado) convoca extravasamento formal. A hipotaxe se situa bem, assim, nessa dimensão que se acresce ao plano puramente narrativo, enredando a conduta negativa em estrutura que, nos seus extremos, fala, positivamente, da conduta do próprio Catão.

O FOR.138 contém uma subordinada temporal no interior da relativa:

<i>De Ptolomaeo minore contra <L.> Thermum siue de Thermi quaestione</i> (c. 154-153 a.C.)	CHAR.256B
<i>“Donicum” pro “donec”. [...] sed et Cato: Tu otiosus ambulas, qui apud regem fuisti donicum ille tibi interdixit rem capitalem.</i> (FOR.138)	<i>Donicum</i> por <i>donec</i> . [...] Mas também Catão: “Tu caminhas ocioso, tu que estiveste junto ao rei até que ele te impôs a pena capital”.

É possível que *donicum* seja aqui reminiscência da língua jurídica (três outras ocorrências em Catão, todas no *De agricultura*, duas das quais nas *leges uenditionis*, CATO.Agr.146.2 e 149.2). Na prosa narrativa catoniana, é caso isolado, mas encabeça aqui oração em que se identifica relevante labor formal (encontro dos pronomes *ille tibi*, anteposição do verbo com conseqüente marcação focal de *rem capitalem*).

Caso que parece ser de oração temporal com perda da oração principal pode ser visto no *FOR.70*, em relevante discurso censório sobre a construção de uma basílica, ação marcante da censura de Catão (cf. *LIV.39.44.7*; *PLU.Cat.Ma.19.2*):

<i>Vti basilica aedificetur</i> (184 a.C.)	PRISC.GL.2.433
A “ <i>uilico</i> ” etiam “ <i>uilico</i> ” uel “ <i>uilicor</i> ” dicebant antiqui. Cato in oratione, quae inscribitur uti basilica aedificetur: <i>Antequam is uilicare coepit.</i> (<i>FOR.70</i>)	Os antigos diziam também <i>uilico</i> ou <i>uilicor</i> a partir de <i>uilicus</i> . Catão, no discurso intitulado <i>Vti basilica aedificetur</i> : “Antes de ele começar a administrar uma propriedade rural”.

Como se vê, não há nexos evidente entre o fragmento e o tópico do discurso. Do ponto de vista linguístico, adotada a leitura que indicamos (a tradição manuscrita oscila entre *is* e *uis*), colher-se-ia aqui mais uma instância de *antequam* na temporal, talvez em estrutura semelhante àquela que se identificou em *FRH.5.37* (v., *supra*, 4.2.1.2), o que levaria a incrementar a lista de casos em que Catão se valeu dos expedientes sintáticos equivalentes ao *iam* de abertura e ao *cum* inverso para organizar uma narrativa em modo bastante distinto da mera sucessividade, o que ocorre, portanto, em passos especialmente encarecidos das *Origines*, mas também, como se vai sugerindo, nos discursos, em que os módulos elementares já comparecem alterados. Diante da transmissão fragmentária, trata-se de mera possibilidade.

Infelizmente, *FOR.71* está maculado pela transmissão do texto, a prejudicar bastante sua compreensão, ainda mais lamentável mercê do tema do discurso, que certamente teria muito a acrescentar à discussão sobre as práticas de comemoração das vitórias militares e sobre os moldes linguísticos com elas relacionados (v., *supra*, 3.1.1 e 3.1.2). Veja-se:

<i>Ne spolia figerentur nisi de hoste capta</i> (184 a.C.)	SERV.A.4.244
<i>Alii tradunt “resignare” uetuste ita dictum, ut nos “adsignare” dicimus pro damno, ut est apud Catonem in Lucium Furium de aqua [...] et idem in oratione ne spolia figantur nisi de hoste capta: Sed tum, ubi † ludi misi sunt, reuertantur resignatis uectigalibus.</i> (<i>FOR.71</i>)	Outros explicam que <i>resignare</i> dizia-se antigamente, como nós dizemos <i>adsignare</i> [um pagamento] pelo dano, como se encontra em Catão, no discurso <i>In Lucium Furium de aqua</i> [...], e o mesmo [diz] no discurso <i>Ne spolia figantur nisi de hoste capta</i> : “Mas então, quando são enviados..., retornam, tendo sido retiradas as rendas”.

Diante da incerteza do texto, limitamo-nos a notar a cumulação da oração temporal com um ablativo absoluto, para além da correlação *tum... ubi*, que não

comparece nos demais casos de temporais com *ubi* e que portanto pode se prestar a conferir alguma sorte de relevo à informação assim veiculada.

Os dois casos restantes de orações temporais são bastante significativos por constituírem não apenas “exemplos de *cum* com valor narrativo temporal” (SBLENDORIO CUGUSI, 1982, p. 364), mas especificamente porque, “no latim pré-clássico, em geral, em todos os seus sentidos [...], *quom* se constrói com o indicativo” (BENNETT, 1982, 1, p. 302). Trata-se dos dois passos seguintes:

<i>De Achaeis</i> (151 a.C.)	GEL.2.6.7
<i>M. Catonis uerba sunt ex oratione quam de Achaeis scripsit: Cumque Hannibal terram Italiam laceraret atque uexaret; uexatam Italiam dixit Cato ab Hannibale, quando nullum calamitatis aut saeuitiae aut immanitatis genus reperiri queat quod in eo tempore Italia non perpessa sit. (FOR.142)</i>	Há as palavras de Marco Catão, tiradas ao discurso que ele escreveu, <i>De Acheis</i> : “E quando Aníbal dilacerava e atormentava a Itália...”; Catão diz que a Itália estava sendo atormentada por Aníbal, pois não se poderia encontrar nenhuma espécie de calamidade, crueldade ou barbaridade que a Itália não tenha sofrido naquela época.

<i>De innocentia sua</i> (s./d.)	ISID. <i>Etymologiae</i> .20.3.8
<i>“Honorarium uinum”, quod regibus et potentibus honoris gratia offertur. Cato de innocentia sua: Quom essem in prouincia legatus, quamplures ad praetores et consules uinum honorarium dabant. Numquam accepi, ne priuatus quidem. (FOR.163)</i>	Chama-se vinho <i>honorarius</i> porque é oferecido aos reis e aos poderosos como honraria. Catão, no discurso <i>De innocentia sua</i> : “Quando eu atuava como legado na província, muitos davam donativo em vinho para os pretores e para os cônsules. Eu nunca aceitei, nem mesmo como cidadão privado”.

Conforme se vê, *FOR.142* guardou apenas a oração temporal, ao passo que *FOR.163* compreende, além dela, a principal e uma frase simples na sequência. Antes de tecer algumas breves considerações sobre esses textos, convém apontar sucintamente o interesse que reveste recurso ao *cum* narrativo.

Embora Hofmann e Szantyr assinalem a dificuldade para compreender perfeitamente o surgimento do *cum* temporal com subjuntivo (HOFMANN & SZANTYR, 1965, p. 620), aduzindo vários casos de transmissão duvidosa do verbo (HOFMANN & SZANTYR, 1965, p. 622), a ponto de lançar dúvida inclusive sobre o texto de *FOR.142* e de *FOR.163* (HOFMANN & SZANTYR, 1965, p. 622), os autores não substanciam o ataque à lição do texto catoniano, transmitido, ademais, no caso de *FOR.142*, por Aulo Gélíio, fonte em geral bastante confiável no que concerne às particularidades linguísticas. O ceticismo parece excessivo e mesmo contrafático.

Com relação à situação do latim clássico, mas em função de desenvolvimento que o antecede, Tarrío Ruíz e Baños Baños discriminam nos seguintes termos o *cum* temporal com indicativo do *cum* com subjuntivo:

Frente a *cum* com indicativo, que indica apenas o momento (*quando?*) [...], *cum* com subjuntivo responde à pergunta *quo statu rerum?*, quer dizer, expressa a circunstância que dá ocasião ao evento designado na oração temporal, de modo que, ao sentido temporal, acresce-se amiúde, embora não necessariamente, uma ideia de causa, oposição, etc. (TARRIÑO RUÍZ & BAÑOS BAÑOS, 2009, p. 615).

Os autores falam, a propósito, em um “tipo temporal-qualitativo” (TARRIÑO RUÍZ & BAÑOS BAÑOS, 2009, p. 615), diferença resumida por Jacques Perret como aquela entre um processo que ocorre “no momento em que outro processo ocorria”, no caso do indicativo, e um processo que ocorre “em um momento, em uma situação em que outro processo poderia ocorrer”, no do subjuntivo (PERRET, 1958, p. 116, grifos do autor). Muito evidente no período clássico, a distinção já se aplica perfeitamente também a Catão, como assinala Cesidio de Meo, tendo em mira justamente esses específicos passos: “mais do que de narração, trata-se aqui de caracterização de circunstância, isto é, de um tipo em que o sintagma *cum* + subjuntivo não indica o χρόνος, mas o καιρός” (DE MEO, 1968, p. 171).

Jacques Perret propôs que se pensasse, no caso do *cum* temporal com subjuntivo, em uma “cronologia da razão” (*chronologie de raison*):

O tempo abstrato, inter-nocional, o tempo de razões que se depreende assim é uma realidade bastante diferente do tempo da cronologia histórica, que é a cronologia do contingente. Ele não pode, por evidente, ser utilizado distintamente, manipulado com proveito senão por uma consciência em que a noção de tempo objetivo já esteja bem estabelecida e firmada. Sob essa condição, ele pode ser, para o pensamento, um instrumento extremamente precioso (PERRET, 1958, p. 117).

Evidentemente, essa perspectiva é em tudo compatível com o que vimos assinalando no tratamento da prosa narrativa por Catão em contexto oratório, vale dizer, o crescer-se de outros valores, e especialmente de um valor lógico, àquele da pura sucessão temporal na narrativa dos eventos, que já vêm esquematizados de forma a prefigurar ou mesmo a figurar um argumento.

Em *FOR.142*, embora o contexto tenha se rarefeito, é possível perceber um nítido encarecimento da elocução, seja pelo nexos redundante *terram Italiam* (“termo técnico político de origem religiosa”, CUGUSI & SBLENDORIO CUGUSI, 1996, p. 127; v. 4.4, *supra*, para um possível *terra Sicilia*), seja pelo cúmulo sinonímico em ordem silábica crescente *laceraret atque uexaret*, ademais com a cópula elevada *atque* (cúmulo formular, posteriormente atestado em *Cic.Dom.XXIII.59*, *Cic.Phil.11.III.8*, *Liv.2.56.8*).

É bastante provável que Plutarco esteja a se referir exatamente a esse passo em *FOR.143*:

	PLU.Cat.Ma.1.8
φησὶ γὰρ αὐτὸς ἑπτακαίδεκα γεγονὼς ἔτη τὴν πρώτην στρατεύσασθαι στρατείαν, περὶ ὃν Ἀννίβας χρόνον εὐτυχῶν ἐπέφλεγε τὴν Ἰταλίαν. (<i>FOR.143</i>)	O próprio [Catão] diz ter participado de uma campanha militar pela primeira vez aos 17 anos, por volta do tempo em que Aníbal, bem sucedido, ateava fogo à Itália.

Caso se trate efetivamente de citação do mesmo passo do mesmo discurso (conforme pensam CUGUSI & SBLENDORIO CUGUSI, 2001, *ad loc.*, que identificam distintas posições), ganham relevo o acusativo interno *στρατεύσασθαι στρατείαν*, talvez emulando nexos semelhante em Catão, e sobretudo a expressão *περὶ ὃν*, duplicada pela referência ao tempo no complemento acusativo do particípio *εὐτυχῶν* (*χρόνον*). O *cum* com subjuntivo catoniano viria assim traduzido por meio de expressão desenvolvida a situar a ação principal (atividade militar de Catão) em uma circunstância que parece contribuir para desenhar todo um quadro, um pouco ao modo da narrativa descritiva que se serve dos mesmos expedientes de cúmulo e redundância verificados na citação direta.

Quanto a *FOR.163*, trata-se claramente de contraposição entre conduta proba de Catão e conduta ímproba de outrem, repetindo assim o esquema de *FOR.48*, aqui com recurso ao deslocamento de constituintes, a saber, a posposição de *in prouincia legatus* na temporal e de *ne priuatus quidem* na oração simples (esta última posposição notada

por FANKHÄNEL, 1938, p. 58); nesse sentido, parece justificado o *cum* circunstancial, pois se trata de enfatizar não bem um tempo, mas um contexto de atuação. Note-se a aliteração em /k/ no início dos dois segmentos do período composto (*quom... quamplures...*) e a parataxe estrita (a exemplo de *FOR.80*, *FOR.166* e *FOR.192*, vistos *supra*, 5.3.1) para o último membro, que contém (também a exemplo daquelas passagens) a conduta de Catão, assim posta em relevo e valorada positivamente. Aqui, a contraposição entre a hipotaxe e a frase apensa ao fim parece mais bem justificada, portanto, por essa espécie de ordenação do material narrativo na forma de argumento – não mera sucessão, mas ordenação, distinção e especificamente contraposição.

Foi identificado, na década de 1980, um segundo fragmento do discurso *De innocentia sua* (*FOR.163bis*, cf. CUGUSI & SBLENDORIO CUGUSI, 2001, *ad loc.*), bastante interessante, apesar de curto:

<i>De innocentia sua</i> (s./d.)	GEL.20.10
< <i>Quid significet M. Cato in oratione quam in>scripsit De innocentia sua, cum ita dictitat: Numquam uestimenta a populo poposci.</i> (<i>FOR.163bis</i>)	O que quer dizer Marco Catão naquele discurso intitulado <i>De innocentia sua</i> , quando se expressa assim: “eu nunca pedi vestimentas ao povo”.

Como não se deixará de notar, o módulo preservado tem estrutura semelhante à última frase de *FOR.163*, abrindo-se por *nunquam* e conjugando o verbo na primeira pessoa do singular do *perfectum* (*numquam accepi* $\approx$ *numquam... poposci*). É possível, assim, que funcionasse também mais amplamente, tal qual o *FOR.163*, como espécie de conclusão negativa apensa a curto segmento narrativo vazado talvez em termos positivos.

O fragmento se revela interessante porque de fato parece espelhar um módulo construtivo privilegiado na prosa catoniana. Segundo Cugusi e Sblendorio Cugusi, ele é “perfeitamente aderente aos ‘módulos’ linguísticos catonianos” (CUGUSI e SBLENDORIO CUGUSI, 1996, p. 129).

Já comentamos alguns aspectos de *FOR.169* (5.1.1, *supra*) – que contém *FOR.168* em seu imo, já o vimos – especialmente por aquilo que indica sobre o método compositivo catoniano, notadamente sua modularidade e a centralidade da frase como unidade compositiva modular. Vale aqui retomá-lo porque o discurso de *FOR.168*, isto é, as frases citadas em *FOR.169*, contém exatamente aqueles módulos formados por *numquam* e verbo na primeira pessoa do singular do *perfectum*. Veja-se:

<i>De sumptu suo</i> (s./d.)	FRO.90.Ho
<p><i>Quoniam mentio παραλείψεως habita est, non omittam quin te impertiam quod de figura ista studiosius animaduerterim, neque Graecorum oratorum neque Romanorum, quos ego legerim, elegantius hac figura usum quemquam quam M. Porcium in ea oratione, quae de sumptu suo inscribitur, in qua sic ait: Iussi caudicem proferri, ubi mea oratio scripta erat de ea re, quod sponsionem feceram cum M. Cornelio. Tabulae prolatae: maiorum benefacta perlecta; deinde quae ego pro re p. fecissem leguntur. Ubi id utrumque perlectum est, deinde scriptum erat in oratione: “Numquam ego pecuniam neque meam neque sociorum per ambitionem dilargitus sum”. Attat noli, noli scribere, inquam, istud: nolunt audire. Deinde recitauit: “Numquam ego praefectos per sociorum uestrorum oppida inposui, qui eorum bona liberos diriperent”. Istud quoque dele, nolunt audire; recita porro. “Numquam ego praedam neque quod de hostibus captum esset neque manubias inter pauculos amicos meos diuisi, ut illis eriperem qui cepissent”. Istuc quoque dele: nihil eo minus uolunt dici; non opus est recitato. “Numquam ego euectiorem dataui, quo amici mei per symbolos pecunias magnas caperent”. Perge istuc quoque uti cum maxime delere. “Numquam ego argentum pro uino congiario inter apparitores atque amicos meos disdidi neque eos malo publico diuites feci”. Enimuero usque istuc ad lignum dele. Vide sis quo loco res p. siet, uti quod rei p. bene fecissem, unde gratiam capiebam, nunc idem illud memorare non audeo, ne inuidiae siet. Ita inductum est male facere inpoene, bene facere non inpoene licere. Haec forma παραλείψεως noua nec ab ullo alio, quod ego sciam, usurpata est. Iubet enim legi tabulas et quod lectum sit iubet praeteriri. (FOR.169)</i></p>	<p>Pois que se mencionou a παραλείψις, não deixarei de te comunicar o que com muita diligência descobri a respeito dessa figura, e nenhum dos oradores gregos ou romanos que eu li usou essa figura de modo mais elegante que Marco Pórcio [Catão] naquele discurso intitulado <i>De sumptu suo</i>, em que fala assim: “Mande que me fosse trazido o códice em que estava escrito o meu discurso a respeito da obrigação contraída com Marco Cornélio. Foram trazidas as tábuas: foi lido o elenco dos serviços dos meus antepassados; depois, foram lidos os meus feitos pela república. Quando ambos haviam sido lidos, chegou-se então ao ponto em que estava escrito naquele discurso: ‘Eu nunca, por ambição, distribuí nem o meu dinheiro nem o dos meus associados’. Mas não, não transcreva, peço, este ponto: não querem ouvir. Então ele recitou: ‘Eu nunca instituí como prefeitos das cidades de vossos aliados homens que dilapidassem bens e filhos’. Isso também apaga, não querem ouvir; recita adiante: ‘Eu nunca dividi entre poucos amigos meus nem o grosso do butim de guerra, nem a minha parte do butim, de modo a subtrair o todo de quem o havia conquistado’. Apaga isso também: não há nada que queiram seja dito menos que isso; não é preciso recitar isso. ‘Eu nunca dei aos meus próximos o direito de se servir do transporte público, pelo que meus amigos pudessem alegar ganhar muito dinheiro por minha autorização’. Continua e apaga isso com o maior cuidado. ‘Eu nunca dividi com meus subalternos e com os meus amigos com a distribuição do vinho nem, causando dano à coisa pública, tornei-os ricos’. Com efeito, apaga tudo isso até chegar à madeira. Veja a que ponto chegou a república, que aquilo de que eu recebia honra, agora as mesmas coisas eu não ousa recordar, para que não seja causa de inveja. Assim se mostra que se pode fazer o mal impunemente, enquanto não é permitido impunemente fazer o bem”. Essa forma de παραλείψις é nova e, tanto quanto eu sei, não foi usada por mais ninguém. Pois ele manda que as tábuas sejam lidas e manda que aquilo que foi lido seja deixado de lado.</p>

Neste ponto, em atenção ao problema da prosa narrativa na oratória, gostaríamos de tecer algumas breves considerações em primeiro lugar sobre as próprias frases citadas (FOR.168) e, na sequência, sobre sua junção em FOR.169.

Conforme se nota, e já o dissemos em 5.1.1, *supra*, os módulos que aqui recorrem são aptos a sofrer variação, seja pela aposição de subordinadas após o verbo que integra o módulo, seja por meio de relativas, seja ainda pela duplicação das orações em um mesmo módulo. Essas expansões são em geral no sentido de desenvolvimento de módulos finais, seja por meio de relativas impróprias (*qui... diriperent*, *quo... ceperent*), seja mediante orações finais propriamente ditas (*ut... eriperent*). A se ter em conta o *De innocentia sua* (FOR.163 e FOR.163bis), seria possível imaginar que haveria algum tipo de narrativa contra Marco Cornélio, contra quem o discurso é dirigido, pontuada por frases contrastivas a ressaltar a conduta inversa de Catão. Um dos módulos é inclusive tematicamente muito próximo ao *De innocentia sua*: *numquam ego argentum pro uino congiario inter apparitores atque amicos meos disdidi* (FOR.168) $\approx$ *numquam [uinum honorarium] accepi* (FOR.163). Desconhecemos, infelizmente, a distância relativa em que essas frases se encontravam umas das outras, no discurso de origem. Aceita nossa hipótese de que os módulos replicassem o que se vê no *De innocentia sua*, no entanto, poderiam estar próximas, mas não seriam contíguas.

Se não podemos ir mais além na costura operada no discurso original, podemos, sem dúvida, observar o trabalho operado por FOR.169 para alinhar essas passagens. Trata-se de trabalho efetuado em três partes: um segmento narrativo inicial (*iussi... oratione*); um segmento intermediário, mais longo, com as citações entremeadas com as ordens ao secretário para que as apagasse (*numquam... ad lignum dele*); enfim, um segmento reflexivo, a explicar o sentido da revisão do discurso, isto é, a falta de respeito pelas boas ações (*uide... licere*). Na sequência, passamos a alguns sucintos comentários, sobretudo sobre o primeiro e o último segmentos.

Há extensa variedade, no primeiro segmento, de formas de indicar a sucessividade. Após um módulo inicial com uma oração principal e uma completiva, seguem-se duas relativas (*iussi... proferri*, *ubi... scripta erat...*, *quod... feceram*), que é espécie de início (mais provavelmente relativo, v., *infra*, 5.4.2) que estabelece o cenário com uma ação inicial de referência, plenamente contextualizada. Seguem-se então duas orações sem advérbios ou conjunções temporais e sem verbo finito (*tabulae prolatae, ... benefacta perlecta*), marcas evidentes de *brevitas* narrativa (v., *supra*, 4.5). Sucedem-se, então, uma frase com advérbio temporal no começo e verbo conjugado no fim (*deinde... leguntur*), com expansão interna por relativa (*quae... fecissem*), frase narrativa típica, mas vivificada pelo presente histórico. O último passo se dá por espécie de correlativa

temporal (*ubi... perlectum est, deinde... scriptum erat*) – novamente com o advérbio *deinde*, que, notar-se-á, não comparecera na prosa narrativa historiográfica (mas sim no especialmente encarecido *FOR.10*, v. 5.2.2, *supra*) –; os indicadores temporais vão assim desenhando um crescendo. A variedade da estrutura sucessiva, inicialmente braquilógica (*prolatae... perlecta*), finalmente superabundante (*ubi... deinde*), vem casada com a variedade dos tempos verbais, iniciando-se com o *perfectum* e chegando no presente *infectum* e no passado *infectum*. A narrativa sobre o seu trabalho é muito afim à narrativa descritiva, narrativa vazada com evidente empenho na variedade formal, não meramente variegada, mas direcionada, presentificadora dos fatos.

O que se tem na sequência é espécie de diálogo dramático, em que Catão vai reportando suas diretrizes ao assistente como se estivessem ocorrendo na hora, complemento eficaz da narrativa descritiva e como que sua culminação. Apenas um curto *deinde recitavit* (note-se novamente o mesmo advérbio), em um único ponto, faz intervir Catão narrador nessa longa segunda seção. Reencontramos, assim, o recurso raro do diálogo dramático, verificado na narrativa das *Origines* (v., *supra*, 4.2.1.1), com a particularidade de que a personagem do assistente está aqui a pronunciar exclusivamente palavras de Catão, que assim fala por três bocas, a do orador presente, a da personagem de si mesmo falando com o assistente e a do autor do texto que o assistente lê.

O terceiro segmento, enfim, é ocupado por uma reflexão de caráter axiológico (o *uide* inicial sinaliza a atividade cognitiva), a propor que a falta de interesse nas boas ações de outrora é indício da miséria da república. A construção da última frase é relevante para o cumprimento dessa função; seu caráter sentencioso é assegurado pelo paralelismo (*male facere inpoene* $\approx$ *bene facere non inpoene*). Mais que isso, a estrutura de narrativa seguida de dito axiologicamente denso, que encontramos em diversas oportunidades, especialmente em 5.3.1, *supra*, vê-se aqui replicada, ainda que com toda sorte de expansão e encarecimento expressivo.

A narrativa, assim, onde quer que efetivamente se localizasse no discurso, propõe um argumento indutivo. Parte de um evento verossímil (o que *Rhet.Her.1.VIII.13* chama *argumentum*, em contraposição à *historia*, verdadeira, e à *fabula*, nem verdadeira nem verossímil) e então apresenta uma proposição geral, baseada naquela narrativa. Não escapará à atenção o uso do particípio *inductum* para a introdução dessa conclusão, verbo que, no *De inuentione* de Cícero (Cic.*Inv.1.XXXII.53*), já tem sentido claramente técnico e que vem empregado por Catão em mais um ponto (*quantoque suam uitam superiorem*

atque ampliorem atque antiquiorem animum inducent esse quam innoxiiorem, *FOR.135*, v. 5.6.1, *infra*).²⁹⁰ De forma efetivamente compatível com esse sentido técnico e com esse referente, trata-se, em *FOR.169*, dos dois primeiros passos na estrutura típica da indução oratória tal qual exposta por Cícero:

	Cic. <i>Inv.</i> 1.XXXII.54
<i>Ita fit hoc genus argumentandi tripartitum: prima pars ex similitudine constat una pluribusue; altera ex eo, quod concedi uolumus, cuius causa similitudines adhibitae sunt; tertia ex conclusione, quae aut confirmat concessionem aut quid ex ea conficiatur ostendit.</i>	Assim, essa espécie de argumentação se faz em três partes: a primeira parte consiste em uma ou em mais analogias; a segunda, naquela proposição que queremos que seja admitida, por cuja razão as analogias foram introduzidas; a terceira, na conclusão, que reforça o que se concedeu ou mostra o que se pode retirar daquilo que se concedeu.

Ainda que não se possa saber como Catão prosseguiria, em um possível terceiro passo, fica evidente que a organização em escala suprafrasal corresponde aqui a padrões argumentativos afinados com a modalidade de inferenciação em questão e certamente partilhados com uma mais ampla tradição.

Examinados esses casos de prosa narrativa com recurso às orações temporais, apensamos algumas considerações sobre dois fragmentos claramente narrativos em que comparecem outras modalidades de subordinação.

O primeiro deles é *FOR.95*, advindo do discurso *De suis uirtutibus contra L. Thermum post censuram*, do qual foram conservados ao todo cinco fragmentos utilizáveis (*FOR.93-97*), além de um muito corrompido (*FOR.98*) e outro hipotético (*FOR.99*). Voltaremos aos demais fragmentos nas seções pertinentes de 5.4 e 5.5, *infra*, mas, por ora, tratamos especificamente de *FOR.95*, que pode ser apreendido como segmento de prosa narrativa:

²⁹⁰ Note-se que o *TLL* (7.1.1238) não registra *FOR.169* para o sentido retórico técnico de *inducere*, o que nos parece imperativo no contexto.

<i>De suis uirtutibus contra <L.> Thermum post censuram</i> (183 a.C.)	FEST.196L
<i>“Oratores” [...] alii pro legatis appellant, ut Cato in ea quam scripsit de suis uirtutibus contra Thermum: M. Fulvio consuli legatus sum in Aetoliam, propterea quod ex Aetolia conplures uenerant: Aetolos pacem uelle, de ea re oratores Romam profectos.</i> (FOR.95)	Outros chamam aos embaixadores <i>oratores</i> , como Catão, naquele discurso que escreveu, <i>De suis uirtutibus contra Thermum</i> : “Fui enviado à Etólia como legado do cônsul Marco Fúlvio, pois muitos haviam chegado da Etólia: [diziam que] os etólios queriam celebrar a paz e que embaixadores haviam sido mandados a Roma para tratar do assunto”.

Como se observa, apesar de se tratar de relato de eventos sucessivos, há uma inversão global: é tratada primeiramente a ida de Catão à Etólia (*legatus sum in Aetolia*) e depois o evento anterior que motiva a viagem, a vinda dos embaixadores da Etólia a Roma (*propterea... uenerant*); por sua vez, segue-se ao fim o motivo que levou os embaixadores da Etólia a Roma, isto é, o desejo de celebrar a paz com os romanos (*Aetolos... profectos*). A distinção das formas verbais colabora para organizar o passo nesses três segmentos: o *perfectum* na frase inicial (*legatus sum*), o mais-que-perfeito na frase seguinte (*uenerant*), enfim um *uerbum dicendi* subentendido no último segmento, sem verbo finito, a explicar o propósito da vinda dos embaixadores da Etólia ([*dicebatur*]... *uelle*... [*et*]... *profectos* [*esse*]). Assim, o que guia a ordenação das frases é uma sucessão de motivações; constata-se aqui, e de forma particularmente drástica, que os eventos são colhidos à sua ocorrência bruta para se apresentar já sob a forma de um encadeamento lógico, não cronológico.

Podemos por fim examinar o *FOR.171*, único fragmento supérstite do discurso *Pro se contra C. Cassium*:

<i>Pro se contra C. Cassium</i> (s./d.)	GEL.10.14.1-4
<i>1. Audio “illi iniuriam factum iri”, audio “contumeliam dictum iri” uulgo quoque ita dici, et istam esse uerborum figuram iam in medio loquendi usu, idcirco exemplis supersedeo. 2. Sed “contumelia illi” uel “iniuria factum itur” paulo est remotius, exemplum igitur ponemus. 3. M. Cato pro se contra C. Cassium: Atque euenit ita, Quirites, uti in hac contumelia quae mihi per huiusce petulantiam factum itur rei quoque publicae medius fdius miserear, Quirites. 4. Sicut autem “contumeliam factum iri” significat iri ad contumeliam faciendam, id est operam dari quo fiat contumelia, ita</i>	<i>1. Ouço illi iniuriam factum iri</i> (“ser-lhe-á feita uma ilegalidade”), ouço <i>contumeliam dictum iri</i> (“será dito algo de ultrajante”) ser dito também por toda parte, [ouço que] essa expressão já tem foros de cidadania e por isso renuncio a dar exemplos. 2. Mas <i>contumelia illi</i> ou <i>iniuria factum itur</i> (“está-se lhe fazendo um ultraje ou uma ilegalidade”) é um pouco mais raro, e por isso ofereceremos um exemplo. 3. Marco Catão, no discurso <i>Pro se contra C. Cassium</i> : “E ocorreu assim, Quirites, que, nesse ultraje que se esforça para voltar contra mim, por impostura dele, também me comisero da República, Quirites, o deus Fídio me ajude!”. 4. Mas, assim como

“<contumelia> mihi factum itur” casu tantum inmutato idem dicit. (FOR.171)	contumeliam factum iri significa ir cometer um ultraje, isto é, empenhar-se para que um ultraje ocorra, assim também <i>contumelia mihi factum itur</i> diz a mesma coisa apenas com mudança do tempo verbal.
--	---

O passo parece central na economia do discurso, na medida em que responde à acusação de Cássio fazendo menção ao ultraje e argumentando que é ao mesmo tempo um ultraje a Catão e à república. Tivéssemos fragmento mais extenso, talvez constatássemos tratar-se de conclusão de uma sequência de inferências, quer em posição final, quer relativamente inicial, em uma sequência argumentativa. O passo é possivelmente encarecido pela referência aos *Quirites* e pode desempenhar assim função de redirecionamento (v., *infra*, 5.4.3).

Se introduzimos o passo entre os fragmentos narrativos, isso se deve à expressão *euenit ita*, com paralelo na abertura do episódio de Quinto Cedício (*nam ita euenit*, *FRH.5.76*, v., *supra*, 4.4). A própria estrutura hipotática se apresenta como nítido encarecimento elocutivo. Está articulada a toda uma estrutura, em que se interpõe, na completiva *uti... miserear*, a relativa *quae... factum itur*, a desenhar contraste entre *mihi e rei quoque publicae*. A presença de uma marca de coloração narrativa (*euenit ita*) para introduzir um argumento é, ao que parece, indício forte de entretecimento, talvez porque os eventos decorridos e anteriormente narrados fossem um *exemplum*.

5.3.3. Considerações suplementares

Passamos, enfim, à análise de 12 fragmentos restantes, que poderiam ter sido distribuídos entre os itens 5.3.1 e 5.3.2, *supra*, mas que decidimos tratar aqui, porque se agrupam em alguns poucos discursos. O material é muito menos abundante do que aquele disponível para o *Pro Rhodiensibus* e para o *Dierum dictarum*, mas julgamos que alguma inteligibilidade adicional pode eventualmente ser obtida por seu tratamento conjunto.

Principiamos pelos quatro fragmentos não irremediavelmente corromptos e entrecortados (caso de *FOR.46* e de *FOR.47*) dentre os que nos restam dos dois discursos contra Quinto Minúcio Termo pronunciados por Catão em 190 a.C., certamente posicionando-se contra o pedido de Termo para receber o triunfo em Roma

(SBLENDORIO CUGUSI, 1982, p. 193-194), *In Q. Minucium Thermum de falsis pugnibus* e *In Q. Minucium Thermum de decem hominibus*:

<i>In Q. Minucium Thermum de falsis pugnibus</i> (190 a.C.)	GEL.10.3.16-17
<p>16. <i>Intelletget, opinor, Catonem contentum eloquentia aetatis suae non fuisse et id iam tum facere uoluisse, quod Cicero postea perfecit. 17. In eo namque libro qui de falsis pugnibus inscriptus est, ita de Q. Thermo conquestus est: Dixit a decemuiris parum bene sibi cibaria curata esse. Iussit uestimenta detrahi atque flagro caedi. Decemuiros Brutiani uerberauere, uidere multi mortales. Quis hanc contumeliam, quis hoc imperium, quis hanc seruitutem ferre potest? Nemo hoc rex ausus est facere: eane fieri bonis, bono genere gnatis, boni consultis! Vbi societas? Vbi fides maiorum? Insignitas iniurias plagas, uerbera uibices, eos dolores atque carnificinas per dedecus atque maximam contumeliam inspectantibus popularibus suis atque multis mortalibus te facere ausum esse! Set quantum luctum quantum gemitum, quid lacrimarum quantum fletum factum audiui! Serui iniurias nimis aegre ferunt: quid illos, bono genere gnatos, magna uirtute praeditos, opinamini animi habuisse, atque habituros, dum uiuent?</i> (FOR.42)</p>	<p>16. Compreenderá, penso, que Catão não estava satisfeito com a eloquência de sua época e já então queria fazer o que depois Cícero realizou perfeitamente. 17. Pois naquele livro, intitulado <i>De falsis pugnibus</i>, reclamou de Quinto Termo como segue: “Disse que os decênviro haviam tido pouco cuidado com os provimentos. Mandou que fossem tiradas as vestes e mortos com fogo. Os brutianos golpearam os decênviro, muitas pessoas viram. Quem pode suportar essa ofensa, esse domínio, essa escravidão? Nenhum rei ousou fazer isso: e agora isso é feito por bens, a pessoas bem nascidas, tidas por boas! Onde a aliança? Onde a confiança dos antepassados? Que tenhas ousado cometer, diante das vistas dos populares e de muitos homens, notáveis injúrias, plagas, golpes, feridas, dores e assassinatos por desonra e imensa violência! Mas quanto luto, quanto gemido, quantas lágrimas, quanto choro eu ouvi! Os escravos suportam com muita dificuldade as ofensas: o que pensais que aqueles, bem nascidos, dotados de grande virtude, tenham sentido e sentirão enquanto viverem?”</p>

<i>In Q. Minucium Thermum de decem hominibus</i> (190 a.C.)	GEL.13.25.12
<p><i>Hoc ornatus genus [repetitionem] in crimine uno uocibus multis atque saeuis exstruendo ille iam tunc M. Cato antiquissimus in orationibus suis celebrauit, sicut in illa quae inscripta est de decem hominibus, cum Thermum accusauit quod decem liberos homines eodem tempore interfecisset, hisce uerbis eandem omnibus rem significantibus usus est, quae quoniam sunt eloquentiae Latinae tunc primum exorientis lumina quaedam sublustria, libitum est ea mihi ἀπομνημονεύειν: Tuum nefarium facinus peiore facinore operire postulas, succidias humanas facis, tantam trucidationem facis, decem funera facis, decem capita libera interficis, decem hominibus uitam eripis indicta causa, iniudicatis, indemnatis.</i> (FOR.43)</p>	<p>Já o antiquíssimo e famoso Marco Catão praticou esse gênero de ornato [a repetição], acumulando, para se referir a um único crime, muitas e violentas palavras, como naquele discurso intitulado <i>De decem hominibus</i>, quando acusou Termo de ter assassinado dez homens livres ao mesmo tempo, valendo-se de todas essas palavras significando a mesma coisa; pois que são as luzes da eloquência latina, um pouco lampejantes, que então se erguia pela primeira vez, agradei-me recordá-las: “Procuras esconder teu crime nefasto com um crime pior, sacrificas vítimas humanas, fazes uma imensa carnificina, fazes dez cadáveres, assassinas dez homens livres, tiras a vida a dez homens sem processo, sem julgamento, sem condenação”.</p>

<i>In Q. Minucium Thermum de decem hominibus</i> (190 a.C.)	FEST.208L
“ <i>Obstinato</i> ”, <i>obfirmato</i> , <i>perseueranti</i> , <i>uti tenere possit</i> [...] <i>Cato in Q. Thermum de X. hominibus: Rumorem, famam flocci fecit intercutibus stupris obstinatus, insignibus flagitiis.</i> (FOR.44)	<i>Obstinatus</i> significa firme (<i>obfirmatus</i>), perseverante (<i>perseuerans</i>), tanto quanto pode sustentar. [...] Catão, no discurso <i>In Q. Thermum de X. hominibus</i> : “Fez pouco caso da reputação, da opinião pública, perseverando em incontinências secretas, em notáveis imoralidades”.

<i>In Q. Minucium Thermum de decem hominibus</i> (190 a.C.)	FEST.140L
“ <i>Multifacere</i> ” <i>antiqui dicebant sicut “magnificare”, item et “paruifacere”</i> [...] <i>Cato in ea quam scripsit contra Q. Minucium Thermum de X. hominibus: Neque fidem, neque iusiurandum, neque pudicitiam multifacit.</i> (FOR.45)	Os antigos diziam <i>multifacere</i> , como <i>magnificare</i> e também <i>paruifacere</i> [...] Catão, no discurso que escreveu, <i>Contra Q. Minucium Thermum de X. hominibus</i> : “Não tem em muita conta a boa-fé, nem o juramento nem o pudor”.

Note-se que, como *FOR.42*, a que já retornaremos mais amplamente, *FOR.43*, o segundo fragmento mais extenso, é recordado por Gélío em razão de seu mérito oratório e especificamente porque Catão se valeu da *repetitio*. Trata-se do fato de que, em *FOR.43*, Catão se serve de distintas expressões para significar que Termo assassinou dez homens livres. Mais especificamente, o fragmento apresenta segmento em que o sentido do fato vem anteposto em frase com poliptoto em torno da noção central de *facinus*, adjetivado nas duas ocorrências (*tuum nefarium facinus peiore facinore operire postulas*). Seguem-se então os cinco segmentos paratáticos que descrevem o mesmo evento (*succidias... facis, tantam... facis, decem... facis, decem... interficis, decem... eripis*). Notar-se-á a elaborada construção com epífora nas três primeiras frases (*facis*) e anáfora nas três últimas (*decem*), com a frase intermediária (*decem funera facis*) prendendo-se às duas séries. Ao fim, três complementos dativos do *hominibus* da última frase, aliterantes (em /in/) e issosilábicos, vêm apostos ao fim, em clímax semântico assindético (*indicta causa, iniudicatis, incondemnatis*).

Merece nota, nesse passo de alto empenho formal, o uso do presente histórico, na segunda pessoa do singular, trazendo para primeiro plano a atualidade da acusação em face do autor do crime. Nesse sentido, o paralelismo das frases enfileiradas com verbo no fim torna-se bastante significativo; epíforas e anáforas cobrem as frases em uma lógica de conjunto sincrônica, a denotar seja uma correlação de teor argumentativo (aqui via

módulo comparativo, *nefarium facinus peiore facinore*, v., *infra*, item 5.6.1), seja uma estática que incrementa o valor do que se reduz a uma mesma afirmação.

O *FOR.42*, que já visitamos em razão do recurso às interrogações, em 5.1.3, merece agora segundo exame, pela seção narrativa que se insere no começo. Note-se que esse segmento narrativo pode ser separado em três unidades cronologicamente sucessivas (*dixit... curata esse; iussit... detrahi atque... caedi; Bruttiani uerberauere*), indicando o *iter* que leva da decisão à consumação de uma punição injusta. Trata-se de dois períodos hipotáticos, com completivas, seguidos de uma frase concisa, com todos os verbos no *perfectum* e concentração das ideias verbais no final. A sucessão, contudo, não vem marcada por anafóricos, sendo indicada apenas pelo conteúdo da narrativa.

Segue-se, então, frase com frontalização do verbo, que é justamente um verbo cognitivo ou perceptivo (*uidere multi mortales*), a que sucede então a já visitada seção interrogativo-exclamativa, que passa da narrativa à contemplação e à valoração do resultado global do feito, com máximo investimento formal, como já tivemos ocasião de apontar. À luz do quanto se viu, pode-se acrescentar que o amplo recurso ao paralelismo, como as já visitadas anafóras, poliptotos, cúmulos, etc., é muito comparável ao que se vê em *FOR.43*, conferindo tratamento intensivo a um feito, expedientes que valem, portanto, por seu valor argumentativo, aqui certamente o de convencer os ouvintes que Termo não é digno de receber o triunfo que postula.

Conforme apontamos, esse trecho, como o *FOR.43*, vem citado por Gélío em meio a considerações mais ou menos extensas sobre a oratória. No caso de *FOR.42*, especificamente, trata-se de longo capítulo em que Gélío contrasta a oratória de Catão, de Caio Graco e de Cícero. Em termos resumidos, o gramático apresenta a posição segundo a qual Caio Graco seria mais veemente (*seuerior, acrior, ampliorque*, GEL.10.3.1) que Cícero e trata de refutá-la, contrapondo passos dos dois oradores (GEL.10.3.2-14). Ao final do capítulo, afirma que aqueles que parecem se encantar por Graco apenas porque ele tem em si a sombra e a cor de uma antiguidade obscura (*umbra et color quasi opacae uetustatis*, GEL.10.3.14) devem ler um discurso de Catão, em que este se mostra muito mais forte e copioso (*uim et copiam*) do que Graco (GEL.10.3.14). É justamente nesse ponto que, para demonstrar a afirmação, introduz *FOR.42*.

Interessa-nos aqui transcrever os fragmentos citados de Graco e atentar para sua avaliação por Gélío, que fornece pista relevante para o esclarecimento dos textos de Catão que estamos examinando. Veja-se:

	GEL.10.3.2-4; 11
<p>2. <i>Legebamus adeo nuper orationem Gracchi de legibus promulgatis, in qua M. Marium et quosdam ex municipiis Italicis honestos uiros uirgis per iniuriam caesos a magistratibus populi Romani, quanta maxima inuidia potest, conqueritur. 3. Verba haec sunt, quae super ea re fecit: “Nuper Teanum Sidicinum consul uenit. Vxor eius dixit se in balneis uirilibus lauare uelle. Quaestori Sidicino M. Mario datum est negotium, uti balneis exigerentur, qui lauabantur. Vxor renuntiat uiro parum cito sibi balneas traditas esse et parum lautas fuisse. Idcirco palus destitutus est in foro, eoque adductus suae ciuitatis nobilissimus homo M. Marius. Vestimenta detracta sunt, uirgis caesus est. Caleni, ubi id audierunt, edixerunt ne quis in balneis lauisset uellet cum magistratus Romanus ibi esset. Ferentini ob eandem causam praetor noster quaestores arripi iussit: alter se de muro deiecit, alter prensus et uirgis caesus est”. 4. In tam atroci re ac tam misera atque maesta iniuriae publicae contestatione ecquid est, quod aut ampliter insigniterque aut lacrimose atque miseranter aut multa copiosaque inuidia grauique et penetrabili querimonia dixerit? Breuitas sane et uenustas et mundities orationis est, qualis haberi ferme in comoediarum festiuitatibus solet. [...]</i></p>	<p>2. Estávamos lendo recentemente um discurso de [Caio] Graco, <i>De legibus promulgatis</i>, em que se lamenta por Marco Mário e por certos homens probos de cidades itálicas, mortos ilegalmente a golpes de porrete, por obra de magistrados do povo romano, com a maior odiosidade possível. 3. Estas são as palavras que pronunciou sobre o assunto: “Recentemente, o cônsul veio a Teano Sidicino. Sua esposa disse que queria lavar-se nos banhos masculinos. Incumbiu-se o questor de Sidicino, Marco Mário, de fazer sair dos banhos aqueles que se lavavam. A mulher reclama ao marido que os banhos lhe foram entregues com pouca celeridade e pouco limpos. Por isso, um pelouro foi posto na praça, e a ela foi levado Marco Mário, o homem mais notável de sua comunidade. As vestes foram arrancadas, ele foi abatido com porretes. Os calenos, quando souberam disso, determinaram que ninguém fosse lavar-se nos banhos quando um magistrado romano estivesse na cidade. Pela mesma razão, em Ferentino, nosso pretor ordenou que os questores fossem pegos. Um jogou-se da muralha, o outro foi pego e abatido com porretes”. 4. Em uma matéria tão atroz, tão comiseranda e triste, atestação de uma ilegalidade oficial, o que [Graco] disse com amplidão e de forma insigne ou digna de choro e comiserção ou com muita e abundante revolta e com um lamento pungente? Há, decerto, brevidade, beleza e pureza na expressão, como costuma haver, em geral, nas amenidades das comédias. [...]</p>
<p>11. <i>Gracchus autem non querentis neque implorantis, sed nuntiantis uicem: “palus”, inquit, “in foro destitutus est, uestimenta detracta sunt, uirgis caesus est”.</i></p>	<p>11. Mas Graco diz, não lamentando, nem implorando, e sim à maneira de quem apenas anuncia: “uma coluna foi posta na praça, as vestes foram arrancadas, foi abatido com porretes”.</p>

	GEL.10.3.5-6
<p>5. <i>Item Gracchus alio in loco ita dicit: “Quanta libido quantaque intemperantia sit hominum adulescentium, unum exemplum uobis ostendam. His annis paucis ex Asia missus est, qui per id tempus magistratum non</i></p>	<p>5. Igualmente, Graco, em outro ponto, diz o seguinte: “Quão grandes são o furor e a intemperança dos jovens rapazes, eu vo-lo mostrarei com um único exemplo. Há poucos anos, foi enviado da Ásia, como legado,</p>

<p><i>ceperat, homo adulescens pro legato. Is in lectica ferebatur. Ei obuiam bubulcus de plebe Venusina aduenit et per iocum, cum ignoraret qui ferretur, rogauit num mortuum ferrent. Vbi id audiuit, lecticam iussit deponi, struppis quibus lectica deligata erat usque adeo uerberari iussit dum animam efflauit.”</i></p> <p>6. <i>Haec quidem oratio super tam uiolento atque crudeli facinore nihil profecto abest a cotidianis sermonibus.</i></p>	<p>alguém que, àquela época, não havia exercido magistratura, um jovem rapaz. Estava sendo carregado em uma liteira. 6. Deparou-se com ele um boiadeiro do povo de Venúsia e, por galhofa, como não sabia quem estava sendo carregado, perguntou se por acaso estavam carregando um morto. Quando [o jovem rapaz] ouviu isso, mandou que a liteira fosse baixada e que, com as correias com que estava atada a liteira, [o boiadeiro] fosse golpeado até entregar a alma”. 6. Com efeito, esse discurso sobre um feito tão violento e cruel não dista absolutamente nada da fala cotidiana.</p>
--	---

Nos dois casos, temos narrativas que, explicitamente no caso do segundo excerto (*unum exemplum... ostendam*) e implicitamente no caso do primeiro, pelo cúmulo de outro evento semelhante, desempenham papel de argumentos indutivos no seio de um discurso. Seu papel é, evidentemente, assim, subordinado à argumentação, embora não se localize – e certamente Gélío os teria transmitido – contraposição entre narrativa e trechos patéticos, como os de *FOR.42* e de *FOR.43*.

Talvez a observação mais significativa em Gélío seja o que diz em GEL.10.3.11, não tanto pelo comentário, que sugere uma contraposição entre o simples relato (*nuntiatiss uicem*) e o tipo de frase não declarativa e expressiva ou exortativa/invectiva, que é essencial ao andamento do discurso (*non querentis neque implorantis*), mas sobretudo pela seleção e reordenação do exemplo. Gélío escreve, nesse ponto: *palus in foro destitutus est, uestimenta detracta sunt, uirgis caesus est*. Trata-se, contudo, de reorganização do texto anteriormente apresentado: *idcirco palus destitutus est in foro eoque adductus suae ciuitatis nobilissimus homo M. Marius. Vestimenta detracta sunt, uirgis caesus est*. Notem-se a omissão de *eoque...* *Marius* e a alteração na ordem, para que, como os demais, o módulo nucleado em *destitutus est* termine em verbo finito. Assim, o que poderia ser contraste de *breuitas* na narrativa de Graco, com compressão em *uestimenta... est*, contraposta a segmento anterior com inversão e desenvolvimento mais amplo, vem aplainado.

Evidentemente, não podemos nos pronunciar sobre a intensidade desses elementos no sistema da prosa de Graco e em que medida parte das distinções internas àquele sistema e em si mesmas significativas estavam além da apreensão de Gélío, cujas faculdades críticas estavam calibradas segundo outras escalas. Para nossos propósitos, importa antes verificar que a contraposição entre seriação sucessiva comprimida, sem

anafóricos, e sincronicidade aparece como critério distintivo para a prosa oratória (para Gélío valorativa, para nós potencialmente dotada de distintas funcionalidades) e retrabalha, a partir de dentro, a própria narrativa. Afinal, em *FOR.42*, a narrativa de Catão também é comprimida, sem anafóricos e com condensação das ideias verbais ao fim; ocorre apenas que, sistematicamente, esses expedientes se iluminam relacionalmente, à luz dos segmentos seguintes, que intervêm contemplativamente, redobrando-se sobre aqueles. Nesse sentido, talvez o que Gélío esteja a expressar é que a prosa narrativa oratória não é como a prosa narrativa historiográfica. Seu propósito é mesmo arrancar os eventos à faticidade de sua ocorrência e transmudá-los em elementos da situação comunicativa presente, que envolve uma valoração e, ao fim e ao cabo, uma decisão.

Isso posto, são justamente os efeitos de paralelismo nos segmentos narrativos mais curtos de *FOR.44* e *FOR.45* que merecem atenção. Trata-se de frases narrativas, com verbo no *perfectum*, sem anafóricos, de modo que nada se pode dizer sobre sua posição na sucessão, embora o sujeito desinencial indique necessária posterioridade. Em *FOR.44*, chamam atenção, de um lado, a notável aliteração que finda no verbo (em /f/: *famam flocci fecit*), e, de outro, a dupla forma da aposição, não apenas com um segmento posterior ao verbo, mas com complemento ablativo de *obstinatus* também posposto, novamente com uma aliteração e com os homeoptotos dos dois sintagmas ablativos (*intercutibus stupris... insignibus flagitiis*). Em *FOR.45*, o paralelismo é dado pela anáfora *neque*, que introduz termos em ordem silábica crescente. O trecho é muito semelhante à passagem contemplativa em *FOR.42* e estabelece uma continuidade expressiva com *FOR.44* (*flocci fecit, multifacit*). É possível que fizessem parte, assim, de um mesmo segmento de texto.

Três fragmentos, todos de pequena extensão, infelizmente, do discurso *in L. Veturium de sacrificio commissio cum ei equum ademit* podem ser de alguma forma relacionados à prosa narrativa:

<i>In L. Veturium de sacrificio commissio cum ei equum ademit</i> (184 a.C.)	FEST.466L
“ <i>Stata sacrificia</i> ” sunt, quae certis diebus fieri debent. Cato in ea, quam scripsit de L. Veturio, de sacrificio commissio, cum ei equum ademit: <i>Quod tu, quod in te fuit, sacra stata, sollempnia, capite sancta, deseruisti.</i> (<i>FOR.59</i>)	<i>Stata sacrificia</i> são aqueles sacrifícios que devem ser feitos em dias determinados. Catão [empregou a expressão] naquele discurso que escreveu a respeito de Lúcio Vetúrio, <i>De sacrificio commissio, cum ei equum ademit</i> : “Pois tu, no que de ti dependia, abandonaste os sacrifícios de data certa, as cerimônias, o que é sancionado com a pena capital”.

<i>In L. Veturium de sacrificio commissio cum ei equum ademūt</i> (184 a.C.)	PRISC.GL.2.230
“ <i>September Septembris, October Octobris</i> ” [...] <i>Vetustissimi tamen genetiuo quoque similem nominatiuum eorum proferebant. Cato de sacrificio commissio: Mense Octobri fecimus, Nouembris reliquus erat.</i> (FOR.63)	<i>September Septembris, October Octobris.</i> [...] Mas os mais antigos também falavam com um genitivo semelhante ao seu nominativo. Catão, no discurso <i>De sacrificio commissio</i> : “No mês de outubro, fizemos; faltava o [mês] de novembro”.

<i>In L. Veturium de sacrificio commissio cum ei equum ademūt</i> (184 a.C.)	PRISC.GL.2.377
“ <i>Fitur</i> ” etiam pro “ <i>fit</i> ” dicebant. M. Cato Censorius in <i>Quintum Thermum</i> [...] <i>Idem de Lucio Veturio: Graeco ritu fiebantur Saturnalia.</i> (FOR.64)	Ainda diziam <i>fitur</i> em lugar de <i>fit</i> : Marco Catão Censor, no discurso <i>In Quintum Thermum</i> [...] O mesmo [Catão] no discurso a respeito de Lúcio Vetúrio: “As Saturnálias eram realizadas de acordo com a prática grega”.

Trata-se, como se sabe por Gélio (6.22), de discurso em que Catão retirou cavalo a Vetúrio, que, excessivamente gordo, não podia desempenhar adequadamente a função de cavaleiro, e isso, excepcionalmente, atribuindo-lhe ignomínia, segue Gélio, porque alguém que se tenha deixado chegar a tal condição não é sem culpa nem sem desídia (*non omnino inculpatum neque indesidem*, GEL.6.22.4).

O FOR.59 tem evidente relação com essa temática, indicando a desídia para com o culto. O módulo é claramente de narrativa transformada, pois a posição final do verbo no *perfectum* (mas já na segunda pessoa) se combina com a anáfora *quod... quod...*, que não tem que ver com situação cronológica, mas sim com o destaque conferido a *tu*, significando logo a reprovação da conduta, não sua simples narração. Esse regime alterado é o mesmo que se verifica no par aliterante e assindético em /s/ *sacra stata sollemnia*, o complemento que ainda persegue parcialmente a aliteração em /s/, *capite sancta* introduzindo caracterização que contribui para a reprovação. O fragmento tem certa homologia com FOR.138, examinado *supra*, 5.3.2.

Infelizmente, pouco se pode retirar de FOR.63 e de FOR.64, para além da presença interessante do passado *infectum*, no caso de FOR.64 combinado com a posposição do sujeito. Esses elementos são traço seguro de uma narrativa multidimensional, preenchida de cenários caracterizadores, embora o máximo que possamos fazer aqui seja atestar sua presença.

Do discurso *Si se M. Caelius tribunus plebis appelasset*, possuímos nove fragmentos (FOR.81-89), em que se verifica crítica veemente aos costumes do tribuno da plebe Marco Célio. À parte FOR.81, no entanto (v., *infra*, item 5.5.2), eles são bastante sucintos, não se podendo atribuir com clareza a um ou a outro ponto do discurso. Por essa razão, parece conveniente tratar os diferentes fragmentos segundo os tipos de frase encontrados, já que tratá-los todos em conjunto não implicaria maior inteligibilidade. Aqui abordamos especificamente FOR.84 e FOR.85:

<i>Si se M. Caelius tribunus plebis appelasset</i> (184 a.C.)	MACR.3.14.8-9
8. <i>Ceterum superius plerumque nobilitatem haec propudia celebrare conquestus est. 9. Sic nimirum M. Cato senatorem non ignobilem Caelium “spatiorem” et “Fescenninum” uocat eumque sticulos dare his uerbis ait: Descendit de cantherio, inde sticulos dare, ridicularia fundere.</i> (FOR.84)	8. Ademais, lamenta que já antes a maior parte da nobreza praticava essas indignidades. 9. Assim, por certo, Marco Catão chama o senador Célio, nobre, de “preguiçoso” e “fescenino” e diz que dá passos de dança, nas seguintes palavras: “Desce do capão, então dá alguns passos de dança, faz coisas ridículas”.
<i>Si se M. Caelius tribunus plebis appelasset</i> (184 a.C.)	MACR.3.14.9-10
9. <i>Et alibi in eundem: Praeterea cantat, ubi collibuit, interdum Graecos uersus agit, iocos dicit, uoces demutat, sticulos dat. 10. Haec Cato, cui, ut uidetis, etiam cantare non serii hominis uidetur, quod apud alios adeo non inter turpia numeratum est, ut L. Sulla, uir tanti nominis, optime cantasse dicatur.</i> (FOR.85)	9. E alhures contra o mesmo: “Ademais, canta, quando lhe agrada, por vezes recita versos gregos, faz zombarias, altera a voz, dá alguns passos de dança”. 10. Catão diz essas coisas, como vedes, e mesmo que cantar não pareça ser coisa de um homem sério, o que, para outros, a tal ponto não se contava entre as coisas torpes, que se diz que Lúcio Sula, homem de grande reputação, cantava muito bem.

Esses dois fragmentos, citados um em seguida do outro por Macróbio, parecem se referir a segmentos próximos, narrando a conduta de Célio ao pronunciar um discurso. Os passos são dominados pelo presente histórico (*descendit, cantat, agit, dicit, demutat, dat*). Embora FOR.85 pudesse estar a se referir a uma conduta reiterada, FOR.84 deixa clara a particularização da situação, com recurso ao infinitivo histórico (*dare, fundere*, “um módulo que depois encontrará larga aplicação em Salústio” (SBLENDORIO CUGUSI, 1982, p. 267).

A frase narrativa comparece como tal uma vez (*inde... dare*), mas sem dúvida projeta sua sombra também quando o advérbio inicial não denota sucessividade (*interdum... agit*). No todo, a narrativa é bastante alterada em face dos módulos

elementares, não apenas pelo recurso ao presente e ao infinitivo históricos, mas também pela anteposição do verbo (*descendit de cantherio*) e pelos segmentos curtos, frequentemente compostos apenas pelo acusativo e pelo verbo (*ridicularia fundere*, FOR.84; *iocos dicit, uoces demutat, staticulos dat*, FOR.85). Trata-se do já referido fenômeno da compressão dos módulos narrativos, que vimos ocorrer também nas *Origines* (v., *supra*, item 4.2). A acumulação de ideias verbais a curta distância pode naturalmente servir a vazar uma narrativa que se precipite ou, como aqui, talvez a mimetizar a própria agitação da personagem; em todo caso, contribui para formar uma imagem global de Célio, aproximando-se assim da narrativa descritiva. A mais estrita parataxe, no fim de FOR.85, favorece a diretriz descritiva, pois o advérbio *interdum* se prorroga virtualmente sobre os módulos reduzidos, indicando que na cena importa a combinação daqueles eventos, tomados portanto como atributos cumulativos.

Ao discurso *De bello Carthaginiensi* pertencem os FOR.146 e FOR.148, bem como provavelmente também o FOR.147. Trata-se, ao que parece, do único discurso sobre o assunto que Catão publicou, embora tenha se pronunciado a respeito do tema ao menos quatro vezes entre 153 e 150 a.C. (Liv.Per.48-49); apesar de tentativas de ampliação dos testemunhos (cf. CUGUSI & SBLENDORIO CUGUSI, 2001, *ad loc.*), motivadas, sem dúvida, pela importância do tema da guerra contra Cartago na recepção da imagem de Catão, o discurso não comporta tratamento ampliativo. Aqui bastarão brevíssimos apontamentos. Os fragmentos são os seguintes:

<i>De bello Carthaginiensi</i> (c. 150 a.C.)	GEL.9.14.10
9. Sic autem “ <i>dies dii</i> ” a ueteribus declinatum est, ut “ <i>fames fami</i> ”, “ <i>perniciēs pernicii</i> ”, “ <i>progenies progenii</i> ”, “ <i>luxuries luxurii</i> ”, “ <i>acies acii</i> ”. 10. M. enim Cato in oratione quam de bello Carthaginiensi composuit ita scripsit: <i>Pueri atque mulieres extrudebantur fami causa.</i> (FOR.146)	9. Os antigos declinavam <i>dies dii</i> , assim como <i>fames fami</i> , <i>perniciēs pernicii</i> , <i>progenies progenii</i> , <i>luxuries luxurii</i> , <i>acies acii</i> . 10. Pois Marco Catão assim escreveu no discurso que compôs, <i>De bello Carthaginiensi</i> : “Homens e mulheres eram expulsos por causa da fome”.

<i>De bello Carthaginiensi</i> (c. 150 a.C.)	GEL.3.14.18-19
18. “ <i>Dimidiatum</i> ”, inquit, “ <i>digitum</i> ”, non “ <i>dimidium</i> ”. Nam <i>digiti quidem “dimidium”, digitum autem ipsum “dimidiatum” dici oportet.</i> 19. Item M. Cato de Carthaginiensibus ita scripsit: <i>Homines defoderunt in terram dimidiatos ignemque circumposuerunt, ita interfecerunt.</i> (FOR.147)	18. Ele diz <i>dimidiatum digitum</i> , não <i>dimidium</i> . Pois deve-se dizer “a metade do dedo”, mas, do próprio dedo, deve-se dizer que ele é “uma metade de dedo”. 19. Então Marco Catão assim escreveu sobre os cartagineses: “Enterraram os homens na terra até a metade do corpo, atearam fogo em volta, e assim os mataram”.

<i>De bello Carthaginiensi</i> (c. 150 a.C.)	NON.128L
“ <i>Calliscerunt</i> ” prout “ <i>calluerent</i> ”. <i>Cato de Bello Carthaginiensi: Aures nobis calliscerunt ad iniurias.</i> (FOR.148)	<i>Calliscerunt</i> por <i>calluerunt</i> . Catão, no <i>De bello Carthaginiensi</i> : “Nossas orelhas se tornaram calejadas diante das ofensas”.

Verifica-se que os passos têm inserções muito distintas em uma possível narrativa. FOR.146 lembra imediatamente os já visitados exemplos de *descriptio* na *Rhetorica ad Herennium* (v., *supra*, 4.3), com a ideia tópica da cidade arrasada (muitos exemplos historiográficos em CUGUSI & SBLENDORIO CUGUSI, 2001, *ad loc.*). Parece tratar-se, assim, de narrativa descritiva, o que contribuiria para explicar o passado *infectum* e a posposição de *fami causa*. Já FOR.148, que também opera posposição do complemento (*ad iniurias*), não parece se referir a algum evento específico, tratando provavelmente da atitude dos romanos diante das injúrias dos cartagineses, talvez fosse segmento final axiologicamente denso, como aqueles de FOR.80, FOR.166 e FOR.192, examinados *supra*, 5.3.1.

É FOR.147 que parece conter segmento efetivamente narrativo, com uma frase inicial, em que a posição de *in terram dimidiatos* não representa necessariamente destaque do foco, dada a habitual posposição de expressões de medida, e se seguem duas frases também com verbos finitos ao fim, mas sem indicação de sucessividade: embora, entre o primeiro e o segundo módulos, haja nocionalmente sucessividade, sintaticamente recorre-se à cópula *–que*. O advérbio *ita*, que introduz o último módulo, como resume o sentido do que foi feito e não aponta evento posterior, parece corresponder à prática de apor, ao final de curto segmento narrativo, uma conclusão ou uma reflexão.

Findo esse breve percurso pelas frases narrativas na oratória catoniana e constatado o quanto elas se encontram transformadas à medida que se vai impondo, mais ou menos radicalmente, uma organização lógica em concorrência com uma organização cronológica dos eventos ou mesmo em substituição a ela, podemos passar à investigação das frases introdutórias e conclusivas, que assumem papel central na organização suprafrasal do texto, antes de passar a tratar de distintas modalidades de frases argumentativas, que complementarão as observações já tecidas acima a esse respeito no exame dos discursos *Pro Rhodiensibus* e *Dierum dictarum*.

5.4. Frases introdutórias e terminativas

As frases típicas de que vimos nos ocupando não ocorrem, já o vimos, como que soltas no discurso, antes se amarrando em blocos de frases em que desempenham papel central, como sinalizadoras, as primeiras frases, as últimas frases e as frases que, sem ser nem absolutamente primeiras nem de todo derradeiras, promovem fechamentos e aberturas parciais dentro de um discurso expandido. Essas frases, iniciais, finais e “pivotantes” – como se poderia chamá-las, por promoverem uma guinada, uma alteração de rumo – fornecem espécie de solda na organização do discurso. À míngua de terminologia mais apropriada, agrupamo-las aqui como frases introdutórias e terminativas, uma vez que é esse papel suprafrasal que parece determinar seus aspectos mais salientes.

Em termos simples, podemos dizer que essas frases são, em seu nível elementar, frases com constituintes nominais preenchidos, isto é, sem elipse do sujeito, ao menos nas frases iniciais, seja absolutas ou relativas, e sem recurso a pronomes que funcionem como anafóricos, no caso das frases total ou parcialmente iniciais, ou catafóricos, no caso das frases total ou parcialmente finais; são também frases em geral com verbos finitos em tempos como os presentes *infectum* e *perfectum*.

As frases iniciais, total ou parcialmente, tendem ainda a se apresentar como frases mais ou menos elaboradas, segundo os contextos, lançando mão de diversos expedientes retirados sobretudo ao fundo dos procedimentos da modularidade rítmica, e acima de tudo aqueles que promovem cúmulo de constituintes na mesma posição do eixo sintagmático. Em contraposição, as frases total ou parcialmente finais exibem tendência a notável concisão, muitas vezes adquirindo feição mesmo braquilógica, não raro paratáticas. As declarações de alta intensidade, com as marcas dos *carmina* que sem dúvida contribuam para dotá-las de alguma impressão de eficácia, concentram uma energia forte que é depois destilada nas frases sequenciais, fossem narrativas, descritivas ou argumentativas, antes de se fecharem com uma frase quase sem sopro.

A forma específica da expansão ou da compressão da enunciação é um dos elementos mais significativos para identificar a posição dessas frases no encadeamento do discurso, sendo os passos efetivamente proemiais objeto de especial aplicação de recursos expansivos, como já se viu. Infelizmente, não podemos fazer afirmações semelhantes relativamente às frases terminativas absolutas, por não termos certeza a

respeito de nenhuma frase que efetivamente terminasse um livro das *Origines* ou um discurso de Catão. O que podemos dizer, com base nos fragmentos supérstites, é que parataxe e braquilogia são em geral sinalizadores de conclusão de um segmento discursivo, sem que possamos hierarquizar, por simples falta de material, modalidades ou graus de término.

Nem todas essas frases são meramente declarativas, havendo número importante de casos em que elas se formulam como frases exortativas, o que é, de certo modo, contrapartida do fato de que muitas das frases declarativas se formulam em primeira pessoa, recaindo sobre a pessoa do escritor, ou orador, ou sobre aquelas de sua audiência, ou leitorado, correspondendo a modo de introduzir ou concluir a enunciação, novamente total ou parcialmente, recorrendo a elementos da situação comunicativa, e não apenas aos dados internos do texto. Vamos aqui nos ater fundamentalmente às frases declarativas, pois as exortações de que dispomos estão atreladas a outros moldes frasais que vêm tratados em outros pontos, mas indicaremos sua relevância, ainda que de forma breve, na seção 4.4.3, *infra*, com a consideração de alguns fragmentos adicionais.

Verificamos já muitas dessas características, seja neste capítulo, seja no precedente, com as especificidades que têm tais frases nos contextos até aqui investigados, vale dizer, em segmentos narrativos, descritivos e argumentativos. Evidentemente, precisamos repeti-lo ainda aqui, esse tipo de consideração nos conduz a elucubrações relativas à estrutura suprafrasal do texto que, se deixa marcas evidentes na elocução, expõe de modo mais duro a natureza fragmentária do material de que dispomos. É, assim, cientes dessas limitações, que propomos, mesmo assim, algumas reflexões sumárias sobre determinados fragmentos catonianos que parecem se relacionar com a problemática aqui exposta.

As limitações são de tal monta, que não podemos propor senão uma reflexão tópica, destinada a esclarecer alguns pontos em que os fragmentos nos permitem avançar em relação ao quanto já pudemos constatar notadamente no tratamento do *Pro Rhodiensibus* e do *Dierum dictarum*, em cujas análises nos apoiaremos para contextualizar os problemas tratados.

Na primeira parte dessa explicação (5.4.1), trataremos inicialmente de alguns fragmentos mais curtos e de outros que ajudam a verificar a estrutura da frase declarativa elementar, com algumas reflexões especificamente voltadas às frases conclusivas.

Aproveitamos para introduzir alguns fragmentos que têm o valor metodológico de recomendar máxima prudência diante dos fragmentos muito diminutos. Na seção seguinte (5.4.2), examinaremos cinco casos em que elementos suplementares permitem avançar um pouco mais, especialmente para caracterizar passos iniciais, tanto absolutos como relativos. Enfim, na última seção (5.4.3), teceremos algumas considerações sobre as frases exortativas.

5.4.1. Introdução às frases declarativas

Veja-se, assim, inicialmente, o *FOR.165*, único fragmento de um discurso supostamente sobre uma *Lex Maeuia*, que não se conhece por nenhuma outra menção:

<i>Legis Maeuiae suasio</i> (s./d.)	PRISC.GL.2.587
<i>Neutrum eorum (scil. uerborum “nostras” et “uestras”) in “e” finitur, “nostrate”, “uestrate”. [...] M. Cato in legis Maeuiae suasionem: Rex Seleucus arma nostratia facit. (FOR.165)</i>	O neutro dessas palavras (isto é, <i>nostras</i> e <i>uestras</i>) termina em <i>e</i> , <i>nostrate</i> e <i>uestrate</i> . [...] Marco Catão, no discurso em favor da <i>Lex Maeuia</i> : “O rei Seleuco fabrica armas semelhantes às nossas”.

Como se vê, trata-se de frase declarativa no presente *infectum* (*facit*), com sujeito explícito inicial (*Rex Seleucus*) e um complemento acusativo (*arma nostratia*). Isso dito, é possível inventariar um catálogo de ausências: ausência de anafórico ou catafórico (logo frase declarativa dotada de certa autonomia), mas ausência também de empenho elocutivo notável (logo diminuta aptidão para ser frase inicial absoluta, v., *infra*, 5.4.2), bem como ausência de braquilogia pronunciada (logo sem marca evidente de realizar uma sinalização de fim). Provavelmente, estamos diante de frase pivotante de baixa intensidade.

Algo semelhante pode ser colhido em *FOR.140*, do discurso *Ne quis iterum consul fiat*, de que dispomos de um fragmento adicional, de maiores dimensões, comentado mais adiante, em 5.4.2 (*FOR.139*). Confira-se:

<i>Ne quis iterum consul fiat</i> (c. 152 a.C.)	PRISC.GL.2.88
<i>Vetustissimi [...] comparatiuis etiam huiusmodi sunt [scil. “piior”] usi. M. Cato in oratione, ne quis iterum consul fiat: Imperator laudem capit, exercitum meliorem, industriorem facit. (FOR.140)</i>	Os mais antigos autores também usaram comparativos desse tipo [isto é, <i>piior</i>]. Marco Catão, no discurso <i>Ne quis iterum consul fiat</i> : “O general recebe louvor, torna o exército melhor, mais empenhado”.

Aqui, na verdade, há dois módulos frasais, o primeiro dos quais com sujeito explícito, verbo no presente *infectum* e um complemento acusativo, em tudo e por tudo comparável ao fragmento anterior. Ele se liga todavia a um segundo módulo, agora com sujeito elíptico, ainda com verbo no presente *infectum* no final (aliás, o mesmo verbo de *FOR.165*), mas com dois complementos cumulados na mesma posição sintagmática e dispostos assindeticamente em ordem silábica crescente (*meliozem industriiorem*). A superposição dos dois módulos resulta em que também entre eles há uma disposição crescente (*laudem capit; exercitum meliozem industriiorem facit*), paralelismo reforçado pela forte assonância dos verbos em homeoteleuto.

Esse é o tipo de empenho elocutivo que, em passos com maior encarecimento ainda da elocução e em função de certas recorrências temáticas, parece sugerir uma posição inicial de maior intensidade para determinados segmentos, alguns certamente ou muito provavelmente aptos a ser tomados por *incipit* do próprio discurso, como veremos logo adiante, item 5.4.2.

Evidentemente, em *FOR.165* e em *FOR.140*, a relativa independência semântica das frases favorece a possibilidade de que se trate de frases iniciais de média ou baixa intensidade. Em outros casos, apesar do módulo sintático, o conteúdo sugere outra leitura da documentação. É o caso, por exemplo, de *FOR.177*:

<i>De agna musta pascenda</i> (s./d.)	PRISC.GL.2.85
“ <i>Citra citerior</i> ”; <i>uetustissimi tamen “citer” protulisse inueniuntur. Cato de agna pascenda: Citer ager alligatus ad sacra erit.</i> (<i>FOR.177</i>)	<i>Citra citerior</i> ; mas se descobre que os mais antigos diziam <i>citer</i> . Catão, no discurso <i>De agna pascenda</i> : “O campo deste lado será destinado aos ritos sacros”.

Evidentemente, apesar de os constituintes nominais comparecerem todos aqui, a menção a um *citer ager* levanta toda sorte de questão, a principiar pela divisão do *ager* a partir de uma referência espacial binária (*citer/ultra*), talvez porque o campo mais distante deva ser reservado justamente a apascentar as ovelhas novas, a se atentar para o título do discurso.

As especificidades semânticas não são o único elemento a levantar um alerta para o tratamento da frase declarativa com constituintes nominais preenchidos como frase tendencialmente inicial. Um exame de *FOR.183* é apto a aconselhar à prudência relativamente aos fragmentos muito diminutos. Temos aqui o único fragmento preservado do discurso *in Lentulum apud censores*:

<i>In Lentulum apud censores (s./d.)</i>	GEL.5.13.3-4
<p>2. <i>Conueniebat autem facile constabatque ex moribus populi Romani primum iuxta parentum locum tenere pupillos debere, fidei tutelaeque nostrae creditos; secundum eos proximum locum clientes habere, qui sese itidem in fidem patrociniūque nostrum dediderunt; tum in tertio loco esse hospites; postea esse cognatos adfinesque.</i> 3. <i>Huius moris obseruationisque multa sunt testimonia atque documenta in antiquitatibus perscripta, ex quibus unum hoc interim de clientibus cognatisque, quod prae manibus est, ponemus.</i> 4. <i>M. Cato in oratione quam dixit apud censores in Lentulum ita scripsit: quod maiores sanctius habuere defendi pupillos quam clientem non fallere. Aduersus cognatos pro cliente testatur, testimonium aduersus clientem nemo dicit. Patrem primum, postea patronum proximum nomen habere.</i> (FOR.183)</p>	<p>2. Concordava-se, e sem dificuldade estava estabelecido de acordo com os costumes do povo romano, que os pupilos deveriam ocupar o primeiro lugar depois dos pais, confiados à nossa boa-fé e à nossa tutela; em seguida vinham os clientes, que do mesmo modo tinham se dado a si mesmos à nossa boa-fé e ao nosso patrocínio; então, em terceiro lugar, os hóspedes; depois, os cognatos e os afins. 3. Há muitos testemunhos e documentos a respeito desse costume e dessa regra transcritos nas recolhas de antiguidades, dos quais mostraremos, por enquanto, um único, que temos à mão, a respeito dos clientes e dos cognatos. 4. Marco Catão, no discurso que pronunciou <i>Apud censores in Lentulum</i>, escreveu assim: “...pois nossos antepassados tiveram por mais santo defender os tutelados do que não enganar um cliente. Testemunha-se contra os cognatos em favor de um cliente; ninguém dá um testemunho contra um cliente. Primeiro o pai recebeu o nome, e na sequência o patrono...”</p>

Esse fragmento está duplamente entrecortado, no começo (pois não conhecemos a principal da explicativa *quod... habuere*) e no fim (pois não conhecemos a principal da completiva *patrem... [et] patronum... habere*). Entre esses dois membros de frase, no entanto, há dois módulos frasais, o primeiro dos quais com sujeito indeterminado (*testatur, ... nemo dicit*). Ambos esses módulos encontram-se com verbo no presente *infectum*, em posição final, não possuem sujeito elíptico nem anafóricos ou catafóricos e seriam, assim, aptos a ser tidos por frases de relativa autonomia, ainda que a ausência de empenho elocutivo ou de intensa braquilogia afaste, em princípio, ainda que não de forma absolutamente necessária, que sejam postos em posições iniciais ou finais de mais alta intensidade.

Contudo – e é o que nos importa aqui assinalar – a estrutura dessas frases não é mutuamente indiferente, desenhando-se um notável quiasma antitético paratático (... *pro cliente testatur, testimonium aduersus clientem nemo dicit*), equivalendo o *testatur* da primeira frase a um *unusquisque testimonium dicit*; a posposição do sujeito, na segunda frase, ao complemento *testimonium aduersus clientem* parece justamente sublinhar a anadiplose relaxada na junção das duas frases. Na verdade, a estrutura quiasmática com

negativa no segundo membro de certa forma está anunciada na explicativa antecedente (*defendi pupillos... clientem non fallere*).

Não se trata, assim, de duas frases efetivamente independentes, mas, como assinala justamente o quiasma, de frases com forte nexos semântico, que se poderia vazar em uma estrutura de díptico concessivo (*quamquam aduersus cognatos pro cliente testatur, testimonium aduersus clientem nemo tamen dicit*), com mera explicitação do nexos por desfazimento da parataxe. O caso é em tudo comparável ao que se verificou já na *argumentatio* do *Pro Rhodiensibus* (v., *supra*, item 5.1.2). Veremos mais adiante (v., *infra*, item 5.6.1), que muitas estruturas comparativas se apresentam precisamente sob forma paratática, lançando mão de quiasmos e outros recursos em que o nexos correlativo é expresso por expedientes outros que a explicitação de conectivos.

A estrutura de intensa dependência mútua, embora apresentada por duas frases declarativas, compreende-se pela sucessão do discurso, que, segundo Gélio mostra, vai amarrando, em um nexos de valoração decrescente de importância, determinadas pessoas a quem se confere prioridade no seio de um processo, por exemplo. Isso já demonstra que a parataxe catoniana não pode ser tratada como um absoluto, como se por detrás de toda frase declarativa se encontrasse uma enunciação também semanticamente dotada de autonomia suficiente para figurar como frase introdutória, terminativa ou pivotante.

Lição semelhante se colherá do *FOR.78*, de discurso de que possuímos sete fragmentos, todos cortados ou mal transmitidos:

<i>In L. Furium de aqua, qua multam ei dixit</i> (184 a.C.)	FEST.516L
“ <i>Vindiciae</i> ” appellatur res eae, de quibus controuersia est: quod potius dicitur ius quia fit inter eos qui contendunt. Cato in ea quam scripsit L. Furio de aqua: ***s praetores secundum populum uindicias dicunt. (<i>FOR.78</i>)	Chamam-se <i>uindiciae</i> aquelas coisas a respeito das quais se controverte: diz-se antes do direito que existe entre aqueles que controvertem. Catão [emprega o termo] naquele discurso que escreveu, <i>L. Furio de aqua</i> : “os pretores adjudicam as controvérsias em favor do povo”.

Note-se que há perda de elementos textuais à esquerda de *praetores*, de modo que frase que poderia aparentar completude constitui muito provavelmente elemento de módulo mais extenso.

Diante dessas constatações, pensamos que a simples apresentação de uma frase sem marcas de inserção em uma continuidade discursiva não autoriza a sua inclusão entre

aquelas frases introdutórias, conclusivas ou pivotantes, sendo necessário recorrer a outras marcas discursivas aptas a fundamentar hipóteses consistentes relativamente à sua posição no seio de uma mais longa unidade discursiva. Evidentemente, o papel de proa é conferido ao reconhecimento da própria modularidade no discurso catoniano. Embora ela seja muito mais evidente na forma das frases sequenciais, em que a modularidade esclarece o valor das fronteiras, também em frases iniciais e finais, relativas ou absolutas, há padrões que precisam ser reconhecidos e que permitem, em muitos casos, determinar o valor dos testemunhos mesmo diante de uma transmissão profundamente imperfeita como aquela com que estamos a lidar. Reencontramo-nos, assim, com a noção de frase como modelo frasal (v., *supra*, 2.3). Discorreremos mais extensamente sobre esse ponto no item seguinte.

Passamos, no entanto, antes disso e conforme anunciado, à breve consideração de dois fragmentos que ajudam a refletir um pouco sobre o problema, bastante espinhoso, pela falta de material aproveitável, das frases terminativas. Veja-se, em primeiro lugar, *FOR.61*:

<i>In L. Veturium de sacrificio commissio cum ei equum ademit (184 a.C.)</i>	PRISC.GL.2.208
<i>“Anio” etiam “Anienis”, quod antiqui secundum analogiam “Anien” nominatium proferebant. Cato contra Veturium: Aquam Anienem in sacrarium inferre oportebat. Non minus XV. milia Anien abest. (FOR.61)</i>	Anio ou Anienis, que os antigos, de acordo com a analogia, escreviam <i>Anien</i> no nominativo. Catão, no discurso contra Vetúrio: “Teria sido oportuno direcionar a água do Anieno para dentro do sacrário. O Anieno dista mais de 15 milhas”.

O verbo no passado *infectum*, na primeira frase, é indicação suficiente de que a frase não pode ser inicial, porque esse tempo verbal não se prende diretamente à dêixis do orador, dependendo da pretérita fixação de um tempo passado. Funciona, assim, como espécie de anafórico verbal. Nesse contexto, importa sinalizar que não apenas se está em plena sequência (possivelmente narrativa, com maior ou menor grau de conteúdo argumentativo), mas sobretudo que há, como notam Cugusi e Sblendorio Cugusi, “forte assíndeto entre a primeira e a segunda frases” (CUGUSI & SBLENDORIO CUGUSI, 2001, *ad loc.*), a que se acresce a mudança para o presente *infectum*. Note-se que a expressão de distância, em lugar de vir após o verbo, está anteposta ao sujeito, o que talvez contribua para caracterizar uma elocução concisa ao fim.

Distintamente da avaliação de que se trataria de uma expressão “desajeitada na estrutura” (ASTIN, 1975, p. 145), trata-se precisamente de forma de término de segmentos como aqueles que vimos mais extensamente em 5.3.1, *supra*, para segmentos narrativos na oratória. É mesmo possível que este segmento pertença àquele conjunto de construções, embora a ausência de mais contexto inicial impeça que a questão seja decidida com clareza.

Outro fragmento que se pode visitar neste ponto é *FOR.160*, o único de um discurso sem data que Catão pronunciou contra Ânio:

<i>Contra Annium</i> (s./d.)	FEST.394L
<i>Sed per se “super” significat quidem “supra” [...] Cato contra Annium: Nemo antea fecit super tali re, cum hoc magistratu utique, rem. (FOR.160)</i>	Mas <i>super</i> , por si, significa, com efeito, <i>supra</i> [...] Catão, no discurso <i>contra Annium</i> : “Ninguém antes fez nada a respeito dessa questão, certamente não com o concurso deste magistrado”.

Como se verifica, o conteúdo do fragmento corresponde ao título, pois exhibe diretamente uma acusação. Note-se primeiramente o uso de duas expressões anafóricas: *tali re*, remetendo a algum problema a que o magistrado (decerto Ânio) não deu resposta alguma, e *hoc magistratu*, referindo-se ao próprio magistrado, que, além de dêitico, significativo em presença de Ânio, também é certamente anafórico, diante do que teria sido dito anteriormente sobre o magistrado.

Há forte efeito causado pela disjunção entre o verbo *fecit* e seu complemento, ao fim do fragmento (*rem*), por duas expressões adverbiais, em ordem silábica crescente (*super tali re* e *cum hoc magistratu utique*); constrói-se, assim, poliptoto com o *re* de *super tali re*, interposto entre *fecit* e *rem*, e o passo se termina com palavra de uma única sílaba, longamente diferida. Evidentemente, o procedimento é contrário às sequências de dominante apositiva na prosa catoniana, de modo que produz nítida distinção relativamente ao andamento habitual das frases.

Sblendorio Cugusi julgou haver motivação sobretudo semântica: “indicar-se-á a posição final marcada de *rem*, que faz um contraponto ao *nemo* inicial: dois termos negativos que conferem marcada carga pejorativa ao tom do fragmento” (SBLENDORIO CUGUSI, 1982, p. 392). No entanto, é igualmente possível imaginar que se trate de expediente apto a pôr um fim àquele segmento (estendido desde as frases anteriores a que se prendem os anafóricos), produzindo braquilogia não por uma frase curta, mas por uma

curta palavra que se aguardava para o fechamento de sentido do passo. Afinal, a frase tem sentido terminal (certamente interno), imaginando-se a custo como poderia prosseguir um episódio a respeito do qual ninguém fez absolutamente nada para que um problema fosse resolvido.

Como já indicáramos, contudo, o tratamento das frases terminativas é delicado por ausência de material mais abundante, de tal sorte que aquilo que resta nos permite verificar conclusões (mais amplamente em 5.3.1, *supra*), mas não o suficiente para entendê-las em sua variedade potencial e em suas gradações de intensidade.

5.4.2. Inícios de alta intensidade

Feita essa inquirição inicial, podemos mais especificamente investigar alguns fragmentos cujas especificidades elocutivas sugerem tratar-se de inícios de alta intensidade, sem marcas de anafóricos, evidentemente, nem catafóricos. Investigaremos brevemente cinco fragmentos. Começamos com três que podem ter constituído mesmo o início absoluto de seus discursos. Trata-se especificamente dos *FOR.2*, *FOR.93* e *FOR.72*. Antes disso, reapresentamos aqui os já examinados *FOR.90* e *FOR.104* (ambos tratados *supra*, 5.1.1, em conexão com o proêmio do *Pro Rhodiensibus*), com o mero intuito de reunir os fragmentos dos discursos outros que o *Pro Rhodiensibus* e o *Dierum dictarum* naquele ponto da investigação em que em princípio se encaixariam, não tivessem sido solicitados a esclarecer aqueles outros textos:

<i>Ad litis censorias</i> (184 a.C.)	FEST.280L
“ <i>Parsi</i> ” non “ <i>peperci</i> ”, ait Cato in eadem oratione [in ea oratione, quam scripsit ad litis censorias]: Scio fortunas secundas neglegentiam prendere solere: qu<a>e uti prohibitum irem, quod in me esset, meo labori non parsi (<i>FOR.90</i>)	Catão usa <i>parsi</i> , não <i>peperci</i> , no mesmo discurso [no discurso que escreveu, <i>Ad litis censorias</i>]: “Eu sei que a fortuna favorável costuma trazer consigo a negligência: para evitar isso, na medida em que pude, não economizei empenho”.

<i>Contra Galbam</i> (149 a.C.)	GEL.13.25.15
<i>Itidem Cato ex Originum VII in oratione quam contra Seruium Galbam dixit conpluribus uocabulis super eadem re usus est: Multa me dehortata sunt huc prodire, anni aetas, uox uires {senectus}; uerum enim uero cum tantam rem peragier arbitrarer...</i> (<i>FRH.5.104</i> = <i>FOR.152</i>)	Igualmente, Catão, no livro VII das <i>Origines</i> , no discurso que pronunciou contra Sêrvio Galba, valeu-se de muitas palavras para a mesma coisa: “muitas coisas me desencorajaram de vir até aqui: os anos, a idade, a voz, as forças, a velhice; contudo, tendo julgado que um assunto de grande relevância era debatido...”

Não retomamos, assim, as análises tecidas em 5.1.1, *supra*, bastando-nos apontar como se trata de instâncias que se valem de enunciações com saturação de constituintes, seja em forma de listas, de cúmulos verbais, de explicitação de possessivos, de adjetivações intensificadoras, de nexos transfrásticos como relativos de ligação e partículas, etc.. O que importa reter é a imagem geral de empenho elocutivo despendido para com essas frases declarativas de alta intensidade, de modo a avaliar os exemplos seguintes por contraste com as declarações bastante mais singelas examinadas em 5.4.1.

Começamos então essa série com *FOR.2*, da já referida (v., *supra*, item 5.1.2) *Oratio quam dixit Numantiae apud equites*:

<i>Oratio quam dixit Numantiae apud equites</i> (195 a.C.)	FEST.220L
“ <i>Optionatus</i> ”, ut “ <i>decurionatus</i> ”, “ <i>pontificatus</i> ” dicitur, ut Cato in ea, quam habuit apud equites: <i>Maiores seorsum atque diuorsum pretium parauere bonis atque strenuis, decurionatus, optionatus, hastas donaticas aliosque honores.</i> (<i>FOR.2</i>)	<i>Optionatus</i> diz-se como <i>decurionatus</i> e <i>pontificatus</i> , como Catão naquele discurso que pronunciou diante dos cavaleiros: “Nossos antepassados estabeleceram prêmios separados e distintos para os bons e diligentes: o cargo de decurião, o cargo de ajudante, as lanças ofertadas formalmente e outras honrarias”.

Como se vê, trata-se de frase com sujeito explícito, um único verbo, no *perfectum* (*parauere*), e formada apenas por constituintes nominais, sem anafóricos ou catafóricos de nenhum tipo. A posição do verbo é relevante não porque se esperaria fosse absolutamente final, devido à lista de honrarias concedidas, já que, na prosa catoniana, é próprio das listas virem apostas (FANKHÄNEL, 1938, p. 2), mas pela posição de *bonis atque strenuis*, que em princípio viria antes do verbo, de modo que parece ser constituinte aqui posto em destaque.

Estamos evidentemente diante de um cúmulo – como os vários existentes no fragmento, a que já retornaremos –, mas trata-se de cúmulo especialmente relevante na prosa catoniana, porque é variação de outro que recorre: *et uiri fortissimi et milites strenuissimi gignuntur*, escreveu Catão no proêmio do *De agricultura*; *operam... fortem atque strenuam*, disse o censor sobre Quinto Cedício em *FRH.5.76* (v., *supra*, item 4.4). Pensamos que a relevância resulta incrementada quando notamos que, também no prefácio ao *De agricultura*, Catão falara nos *maiores*: *maiores nostri habuerunt*, já na segunda frase. Mais que isso, o primeiro ponto que parece ter sido tocado no *De sumptu*

suo (FOR.169, v., *supra*, 5.1.1 e 5.3.2) foram os feitos dos *maiores*: *tabulae prolatae: maiorum benefacta perlecta; deinde quae ego...* Assim, trata-se de tópicas recorrentes, com forte dimensão axiológica e com atestada localização inicial, inclusive de forma combinada.

É nesse contexto, pensamos, que devem ser lidas as especificidades elocutivas do passo, notadamente o recurso a cúmulos de constituintes na mesma posição além de *bonis atque strenuis* (*seorsum atque diuorsum, decurionatus optionatus hastas donaticas*), com os evidentes efeitos de paralelismo fônico que decorrem do homeoptoto, a que se pode somar a aliteração em /p/ de *pretium parauere*, talvez a justificar também em parte a posposição de *bonis atque strenuis*, que poderia ter separado o par aliterante.

É a constatações semelhantes que convida FOR.93:

<i>De suis uirtutibus contra <L.> Thermum post censuram</i> (c. 183 a.C.)	FEST.350L
<i>“Repastinari” ager is dicitur, ut Verrius existimat, cuius natura mutatur fodiendo, cum aut siluester excodicitur, aut lapis mollitur frangendo, ut fiat †pascui†, uel pecoribus herba, uel hominibus satione. Cato in ea, quam scripsit de suis uirtutibus contra Thermum: Ego iam a principio in parsimonia atque in durtia atque industria omnem adulescentiam meam abstinui agro colendo, saxis Sabinis silicibus repastinandis atque conserendis.</i> (FOR.93)	Como julga Vérrio, diz-se <i>repastinari</i> do campo cuja natureza se altera ao ser cavado, seja quando um campo silvestre tem as plantas desarraigadas ou quando a pedra é revolvida sendo quebrada, para que se torne propício ao pasto, quer para dar erva ao gado, quer para alimentar os homens. Catão, no discurso que escreveu, <i>De suis uirtutibus contra Thermum</i> : “Já desde o princípio eu vivi toda a minha juventude com parcimônia, austeridade e empenho, lavrando o campo, revolvendo os seixos sabinos e semeando”.

Novamente, apesar de algumas ideias verbais no particípio presente, a que já retornaremos, há um único verbo finito (*abstinui*) e nenhum anafórico, tudo isso com sujeito que poderia ser desinencial, sem deixar de ser específico, mas que vem explicitado em primeira posição (*ego*). A esses elementos, acresce a intensa elaboração da elocução, de modo a sugerir, também aqui, início de alta intensidade. A relação com o já analisado fragmento do proêmio do *Dierum dictarum*, FOR.5 (*egoqu[a]e iam pridem cognoui atque intellexi atque arbitror...*), pelo *ego* e pelo *iam*, sugere uma posição talvez equivalente, quiçá absolutamente inicial, aqui não embaraçada pela possibilidade de que se deva ler *egoque* no começo de FOR.5 (v., *supra*, item 5.2.1), o que inviabilizaria a possível colocação como *incipit* do discurso.

A essa possível reminiscência de um módulo proemial mais concreto, soma-se a intensa incidência de procedimentos de cúmulo de constituintes, nos adjuntos adverbiais que identificam como Catão passou sua juventude, seja aqueles nominais antes do verbo, seja aqueles que se valem de participípios presentes, ao fim. Nos dois casos, trata-se de constituintes compostos em dois sintagmas, o segundo maior que o primeiro; assim nos constituintes nominais (*in parsimonia / atque in duritia atque industria*) e nos gerundivais (*agro colendo / saxis Sabinis silicibus repastinandis atque conserendis*). Como se vê, a cópula *atque* é empregada entre os elementos internos que se colocam na segunda parte desses cúmulos e, no primeiro caso, também entre os dois sintagmas.

Não bastasse o cúmulo desenvolvido, o paralelismo fônico não é produzido apenas pelo homeoptoto e pelo homeoteleuto, mas também pela notável tripla aliteração em /s/ no início do segundo membro do cúmulo participial (*saxis Sabinis silicibus*). Note-se que mesmo o complemento acusativo é redundante e superabundante, com os qualificativos *omnem* e *meam* servindo antes de intensificadores que de especificadores lexicais de relevo. Há, assim, nítido recurso aos procedimentos da modularidade rítmica no sentido de atribuir alta intensidade ao passo que, dadas as características sintáticas e lexicais já apontadas, sugere uma colocação inicial bastante pronunciada, possivelmente no princípio do discurso.

O *FOR.72* é o único fragmento conservado do discurso *Vti praeda in publicum referatur*. Veja-se:

<i>Vti praeda in publicum referatur</i> (184 a.C.)	PRISC.GL.2.367
<i>Genetivus fit addita ablativus singulari "rum"; "ab hac re harum rerum", "a die dierum"; qui tamen in aliis fere omnibus usu apud plerosque deficit. [...] inveniuntur tamen vetustissimi secundum analogiam hoc uti casu. Cato Censorius in oratione quam scripsit uti praeda in publicum referatur: Miror audere atque religioni non teneri, statuas deorum, exempla earum facierum, signa domi pro supellectile statuere (FOR.72)</i>	O genitivo se constrói adicionando <i>-rum</i> ao ablativo singular: a partir de <i>hac re</i> , <i>harum rerum</i> , a partir de <i>die</i> , <i>dierum</i> ; isso, contudo, falta, entre a maior parte dos autores, em quase todos os vocábulos. [...] No entanto, encontram-se alguns autores antiquíssimos que se serviram dessa declinação segundo a analogia. Catão Censor, no discurso que escreveu, <i>Vti praeda in publicum referatur</i> : "Eu me admiro de que ousem e não observem a religião: instalar estátuas de deuses, imagens de seus aspectos, figurações, em suas casas, como se fossem utensílios domésticos".

Conforme se vê, o fragmento bem espelha o título do discurso, porque critica atos individuais em que elementos presumivelmente retirados ao butim são apropriados e

postos nas casas dos cidadãos, em lugar de ser revertidos ao patrimônio público. É possível que aqueles que se apropriam das estátuas dos deuses tivessem sido nomeados anteriormente, embora também se possa conceber que Catão tenha construído uma frase com sujeitos indeterminados ou que o sujeito estivesse deslocado para posição terminativa, caso em que se poderia tratar de *incipit* absoluto ou quase, (talvez após uma exortação).

O fragmento estrutura-se em uma frase com verbo *cognoscendi* anteposto (*miror*, assim, comparável a *scio*, a *arbitror*, etc.), especialmente intensivo, frequentemente associado aos *admiranda* (já em Cássio Hemina, também anteposto, *mirabantur alii*, *FRH.6.35*, v., *supra*, 3.1.5; v., ainda, *FOR.6*, em sentido também negativo: ... *nequeo desineo mirari eorum audaciam atque confidentiam*, v., *supra*, 5.2.1), a que se preendem três completivas, nucleadas em *audere*, *teneri* e *statuere*.

As completivas se ordenam de forma crescente, a primeira sem complemento, a segunda com um complemento no dativo (*religioni*), a terceira com três complementos acusativos (*statuas*, *exempla*, *signa*), possivelmente redundantes (semelhantes a *FRH.5.76*: *signis statuís elogiis historiis*, v. 4.4, *supra*), cumulados assindeticamente em ordem crescente também pelos complementos que se preendem a cada um dos núcleos acusativos (*statuas deorum* / *exempla earum facierum* / *signa domi pro supellectile*). A concretude da última completiva indica que o sentido não é meramente cumulativo, mas que *statuas... statuere*, em que se notará a *figura etymologica*, concretiza o que talvez complementarmente seja referido pelas duas primeiras completivas (complementaridade que possivelmente justifique o nexos em *atque*, que não é reproduzido entre a segunda e a terceira, a pausa talvez valendo por algo como *id est*).

Fechamos, com essa tríade, o que nos parece razoável imaginar como fragmentos aptos a figurar no *incipit* de discursos catonianos. Pode-se passar, agora, ao exame de um segundo conjunto de fragmentos, em que continuamos a testemunhar empenho elocutivo notável, especialmente mediante o cúmulo de constituintes, mas há maior probabilidade de estarmos a lidar com segmentos internos, que participam de alguma espécie de guinada no interior de um discurso já em andamento. É o caso de *FOR.40* e de *FOR.139*, a cuja análise passamos a nos dedicar.

Podemos iniciar essa exploração por *FOR.40*, da *Dissuasio legis Iuniae de feneratione*:

<i>Dissuasio legis Iuniae de feneratione</i> (c. 190 a.C.)	FEST.268L
<p><i>“Prorsus porro uorsus”, nisi forte ex Graeco πρὸ. Cato de feneratione legis Iuniae: Camer<i>i>ni ciues nostri oppidum pulchrum habuere, agrum optimum atque pulcherrimum, rem fortunatissimam. Cum Romam ueniebant, prorsus deuertebantur pro hospitibus ad amicos suos. (FOR.40)</i></p>	<p><i>Prorsus</i> vem de <i>porro uorsus</i>, a menos que venha do grego πρὸ: Catão, no discurso <i>De feneratione legis Iuniae</i>: “Os habitantes de Camerino, nossos concidadãos, tinham uma bela cidade, um campo excelente e belíssimo, um patrimônio muito próspero. Quando vinham a Roma, imediatamente se dirigiam para se alojar com seus amigos”.</p>

A situação é muito semelhante aos passos da tríade anteriormente analisados, não fosse pelo fato de ter sido conservada também a frase seguinte, que é uma temporal com *cum* e indicativo, no passado *infectum*, logo se valendo de módulo caro à narrativa descritiva (*cum ueniebant...*, *deuertebantur*); trata-se, evidentemente, de frase sequencial, como já o mostraria o sujeito elíptico, não tivesse sido preservada a primeira frase. Interessa-nos precisamente a primeira, declarativa, com sujeito exposto na primeira posição e verbo no *perfectum*, sem anafóricos ou catafóricos de nenhuma espécie.

Novamente se notam aqui as acumulações, a começar pelo aposto (*ciues nostri*) do sujeito (*Camerini*), mas especialmente os três constituintes no acusativo (*oppidum, agrum, rem*), um anteposto ao verbo, com adjetivo no grau normal (*pulchrum*), e os outros, pospostos, assinalados por superlativos (*optimum, pulcherrimum, fortunatissimam*) e, no caso do intermediário, qualificado por dois adjetivos, unidos pela cópula elevada *atque* (*optimum atque pulcherrimum*), o segundo dos quais é superlativo de *pulchrum*, que já qualificara *oppidum*. Entre os constituintes nominais acusativos, a cumulação é inteiramente assindética.

A abertura é, assim, compatível com um início vigoroso, mas talvez antes relativo que absoluto, isto é, já no decorrer de um discurso, mas marcando forte cesura, não havendo material lexical específico que permita identificar aqui gesto efetivamente próprio a um *incipit*. Evidentemente, estamos aqui limitados pela natureza fragmentária do material. A existência de uma frase posterior, aparentemente o começo de uma narrativa descritiva, de extensão imperscrutável, não parece predeterminada por aquela frase, o que indica a maleabilidade mesma das frases declarativas desprovidas de marcadores anafóricos ou catafóricos, vale dizer, sua aptidão a servir de ponto de engate para desenvolvimentos de distintas qualidades.

É também fruto de relevante empenho elocutivo, mas possivelmente não um início absoluto, o *FOR.139*, de tema semelhante ao *FOR.72*, examinado *supra*, nesta seção, pois também critica o interesse que certos cidadãos têm por suas próprias residências:

<i>Ne quis iterum consul fiat</i> (c. 152 a.C.)	FEST.282L
<i>Poenica marmore Numidico constrata significat Cato, cum ait in ea, quam habuit, ne quis consul bis fieret: Dicere possum, quibus uillae atque aedificatae atque expolitae maximo opere citro atque eboe atque pauimentis Poenicis sient.</i> (<i>FOR.139</i>)	Catão indica que o pavimento púnico era coberto com mármore da Numídia, quando diz, naquele discurso que pronunciou, <i>Ne quis consul bis fieret</i> : “Eu posso designar de quem são as vilas, as casas construídas e adornadas com o maior empenho com cidreira e marfim e com pavimentos púnicos”.

O principal elemento a sugerir não se tratar de elemento inicial absoluto é o descompasso entre o tema do discurso, segundo seu título, e o tema do fragmento, que nem corresponde diretamente àquele, nem é dotado de generalidade suficiente para abarcá-lo como introdução; antes, trata-se, mais possivelmente, como nota Sblendorio Cugusi, de aspecto do tema, muito possivelmente uma descrição da atitude dos maus comandantes militares, que entre outras coisas se apropriam do butim indevidamente, contraposto, assim, ao outro fragmento conservado do discurso, *FOR.140*, analisado *supra*, 5.4.1, que parece tratar do bom comandante militar (SBLENDORIO CUGUSI, 1982, p. 359). Ademais, a modalização de *dicere* com *possum* parece destoar de uma afirmação mais enfática como as que caracterizam os inícios de discurso, ainda que acene para um conteúdo cognitivo ([*scio, ergo*] *dicere possum*).

Notem-se, contudo, a sinalizar um início ou guinada de relevante intensidade, a elevada medida de cumulação, a começar pelos dois participípios, ambos precedidos pela cópula elevada *atque* (*atque aedificatae atque expolitae*), com uma série de complementos interpostos entre eles e o verbo finito *sient*, ao fim. Esses complementos são, ademais de um adjunto adverbial de modo (*maximo opere*), três constituintes ablativos em ordem crescente, ligados por *atque* (*citro, eboe, pauimentis Poenicis*), com aliteração em /p/ entre os dois últimos termos (*pauimentis Poenicis*). Evidentemente, a motivação poderia ser menos a da topologia de frase no discurso e mais mimética, espelhando na linguagem a rica ornamentação das casas.

5.4.3. Anotações sobre as frases exortativas

Afirmamos, no começo da seção 5.4, que não apenas as frases declarativas podem ser responsáveis por gestos introdutórios, terminativos e pivotantes. Temos notadamente um conjunto de frases exortativas que funcionam como apelos ao auditório para que preste atenção ao que será dito adiante. Muitas dessas frases ou foram tratadas em outros contextos ou serão tratadas ainda nas seções subsequentes deste capítulo: *Cogitate cum animis uestris* (FOR.1, tratado já em 5.1.2, v., ainda, 5.5.2, *infra*), *Videtote quanto secus ego fecerim* (FOR.10, v., *supra*, 5.2.1), *Audite, sultis, milites* (FOR.187, v., *infra*, 5.5.3), *Vide sis quo loco* (FOR.169, v., *supra*, 5.1.1 e 5.3.2).

Esses verbos iniciais – ainda que aqui determinados também pela posição normal do imperativo, na cabeça da frase (MAROUZEAU, 1938, p. 52) – têm sem dúvida seus correspondentes nos verbos de primeira pessoa, também de sentido cognitivo ou perceptivo, que estão estrategicamente posicionados, por exemplo em passos proemiais, alguns dos quais em frases iniciais absolutas: *Scio solere* (FRH.5.87, v., *supra*, 5.1.1), *Scio fortunas* (FOR.90, v., *supra*, 5.1.1), *Egoqu[a]e iampridem cognoui atque intellexi atque arbitror* (FOR.5, v., *supra*, 5.2.1). A elas, embora não se trate de discurso, pode-se somar o *incipit* do *De re militari*: *Scio ego quae scripta sunt...* (PLIN.Nat.pref.30; v., *supra*, 5.2.1). Uma delas pode ser examinada aqui residualmente por não se apresentar em outros pontos deste estudo:

<i>In C. Pisonem</i> (s./d.)	PRISC.GL.2.533
“Curro” etiam repetita priori syllaba “cucurri” facit praeteritum, quod in compositione inuenitur apud quosdam auctorum geminationem primae syllabae seruans [...] Cato contra C. Pisonem: Video hac tempestate concucurrisse omnes aduersarios. (FOR.164)	<i>Curro</i> constrói o <i>perfectum</i> com repetição da primeira sílaba, <i>cucurri</i> , razão pela qual, em certos autores, encontra-se, em composição, mantendo a geminação da primeira sílaba [...]. Catão, contra Caio Pisão: “Eu vejo que, neste momento, acorreram todos os adversários”.

A referência à primeira pessoa aqui, novamente por um verbo cognitivo (os pares opostos perfeitos são o *uidetote* de FOR.10 e o *uide* de FOR.169, acima referidos), vem duplicada pelo demonstrativo de primeira pessoa *hac*, os *omnes aduersarios* sendo certamente sujeitos presentes, aptos a ser destinatários de invectivas em segunda pessoa. Infelizmente, o contexto ainda aqui é rarefeito, e não temos como saber, apesar da inexistência de anafóricos, qual poderia ser a intensidade relativa dessa enunciação. Nem

mesmo temos certeza de que a frase não prosseguiria em expansão, tendo Prisciano parado tão logo findou a primeira unidade de sentido após *concucurrisse*.

Há, assim, ao menos inícios – os em primeira pessoa possivelmente absolutos; os em segunda, relativos, como movimentos internos ao discurso, ainda que *FOR.187* possa ser diferente – que operam justamente com a passagem entre as declarações e a situação comunicativa em que se realiza a declaração, elemento evidentemente relevante da oratória catoniana, que deixou seus traços nos fragmentos conservados. Embora não possamos nos deter neles, como dissemos, porque se trata de fragmentos que se abordam em outros contextos desta investigação, sua existência deve ser bem afirmada neste ponto, para que não se creia que a solda dos discursos, para além das frases tipicamente narrativa, descritiva e argumentativa, ocorre apenas mediante frases declarativas, o que não corresponderia às evidências de que dispomos.

Para além das exortações de sentido cognitivo, os discursos estão recheados de outras, de diversos tipos. Veja-se, como demonstração dessa diversidade, os seguintes casos:

<i>De tribunis militum</i> (171 a.C.)	NON.93L
“ <i>Proletari</i> ” dicti sunt plebei, qui nihil rei publicae exhibeant, sed tantum prolem sufficient. Cato e tribunis militum: <i>Expedito pauperem plebeium atque proletarium.</i> (FOR.107)	São chamados <i>proletarii</i> os plebeus porque não oferecem nada à república, mas apenas fornecem a prole. Catão [emprega o termo] no discurso <i>De tribunis militum</i> : “Enviai o plebeu pobre e o proletário”.

<i>De Ptolomaeo minore contra L. Thermum siue de Thermi quaestione</i> (c. 154 a.C.)	GEL.20.11.1-5
1. <i>P. Lauini liber est non incuriose factus. Is inscriptus est De uerbis sordidis. 2. In eo scripsit sculnam uulgo dici quasi seculnam, “quem qui elegantius”, inquit, “loquuntur sequestrem appellant. 3. Vtrumque uocabulum a sequendo factum est, quod eius qui electus sit utraque pars fidem sequatur.” 4. “Sculnam” autem scriptum esse in logistorico M. Varronis qui inscribitur Catus idem Lauinius in eodem libro admonet. 5. Sed quod apud sequestrem depositum erat, “sequestro positum” per aduerbium dicebant. Cato de Ptolemaeo contra Thermum: <i>Per deos immortales, nolite uos atque <***></i>. (FOR.136)</i>	1. Há um livro de Públio Lavínio feito não sem cuidado. Ele é intitulado <i>De uerbis sordidis</i> . 2. Nesse livro, escreveu que comumente se diz <i>sculna</i> em lugar de <i>seculna</i> , “o que”, diz ele, “os que falam de forma mais elegante chamam <i>sequester</i> . 3. Ambos os vocábulos provêm de <i>sequi</i> , pois ambas as partes seguem a boa-fé daquele que tenha sido escolhido”. 4. Mas o mesmo Lavínio, no mesmo livro, lembra que está escrito <i>sculna</i> no <i>Logistoricum</i> de Marco Varrão intitulado <i>Catus</i> . 5. Mas o que tinha sido depositado junto ao <i>sequester</i> dizia-se, como advérbio, <i>sequestro positus</i> . Catão, no discurso <i>De Ptolemaeo contra Thermum</i> : “Pelos deuses imortais, não quereis e...”

<i>In Sergia</i> (s./d.)	NON.295L
“ <i>Collus</i> ” masculino [...] <i>Cato in †Sercia: Accipite, si uultis, hoc onus in uestros collos.</i> (FOR.204)	<i>Collus</i> , masculino. [...] Catão, no discurso <i>In †Sercia</i> : “Tomai, por favor, esse peso em vossos pescoços”.

No caso de FOR.136, temos uma frase entrecortada, mas suficiente para detectar a estrutura de imperativo *nolite* + (certamente) infinitivo. Em FOR.204, trata-se de frase de sentido nitidamente argumentativo (*si uultis*), talvez a sugerir que os juízes ajam de forma a não assumir determinado peso. Já em FOR.107, está suficientemente claro que se trata de exortação mais direta à convocação de soldados. Essas frases, no entanto, não são iniciais (*hoc onus*, por exemplo, em FOR.204, evidencia-o), nem provavelmente finais. Podem, no entanto, participar dessa diretriz de ordenação do discurso, costurando o conjunto de diversos tipos frasais com vínculos com as situações comunicativas em que se pronunciam.

As indicações da situação performativa evidentemente se encontram por muitas partes nos fragmentos oratórios, devendo-se ter a recorrência de segmentos em primeira e segunda pessoas nas frases iniciais, bem como as muitas exortações ao longo do discurso como pontos nodais na estruturação de uma efetiva situação de comunicação. Dentro desse cenário, terminamos com pequeno fragmento conservado por Festo:

<i>Dissuasio ne Lex Baebia derogaretur</i> (179 a.C.)	FEST.356L
“ <i>Rogat</i> ” est consulit populum, uel petit ab eo ut id sciscat, quod ferat; unde nos quoque in consuetudine habemus pro “ <i>petere</i> ” et “ <i>orare</i> ”. <i>Cato in dissuasione ne lex Baebia derogaretur ait: Hoc potius agam quod hic rogat.</i> (FOR.100)	<i>Rogat</i> , isto é, consulta o povo ou lhe pede que vote aquilo que propõe; de onde nós também temos o hábito de empregar [<i>rogare</i>] em lugar de <i>petere</i> e <i>orare</i> . Catão, no discurso <i>Dissuasio ne Lex Baebia derogaretur</i> : “Eu farei de preferência aquilo que ele pede”.

O passo não pode evidentemente ser localizado com precisão, mas indica essa relação forte entre anafórico ou catafórico textual (*hoc*) e dêitico (*hic*), a entretecer o conteúdo do discurso com o *hic et nunc* da *actio* do orador.

5.5. Prosa argumentativa: o díptico condicional

Um estudo dos dípticos condicionais na oratória catoniana, complementarmente ao quanto já se viu na *argumentatio* e na *conclusio* do *Pro Rhodiensibus* (v., *supra*, 5.1.2 e 5.1.3), mostrará a íntima relação entre os dípticos prescritivos e os dípticos

argumentativos, confirmando, mais uma vez, o vínculo genético entre os módulos condicionais deônticos e epistêmicos (v., *supra*, 3.2) e, mais ainda, o vínculo para com as próprias situações comunicativas em que eles se desenvolvem. Começaremos, assim, com fragmentos que se alinham de forma mais próxima aos dípticos legais (5.5.1), para então passar àqueles fragmentos que se apresentam mais evidentemente como argumentativos (5.5.2), antes de investigar alguns casos de entrelaçamento entre os dípticos condicionais e outros módulos argumentativos (5.5.3), que serão depois objeto de exame à parte (5.6).

5.5.1. Díptico legal-argumentativo

Os dípticos legais já compareciam, vimo-lo (v. 4.1.2, *supra*), nas *Origines* (FRH.5.35, FRH.5.82 e FRH.5.85), onde figuram, com forma bastante simples, como descrições de costumes, divergindo dos dípticos legais mais sucintos (notadamente, 3.2.1 e 3.2.2, *supra*) apenas por se valerem do indicativo na apódose, adequado ao relato do costume ou da lei, e não do imperativo, próprio à prescrição propriamente dita. Recorde-se:

	PRISC.GL.2.129
<i>Cato Censorius in I Originum [...] in II: si quis mortuus est Arpinatis, eius heredem sacra non secuntur.</i> (FRH.5.35)	Catão Censor, no primeiro livro das <i>Origines</i> [...] no segundo: “se algum arpinate morre, as obrigações rituais não passam ao seu herdeiro”.

	GEL.11.1.6-7
6. <i>Cum autem usus et mos sermonum is sit ut ita et nunc loquamur, ut plerique ueterum locuti sunt, “multam dixit” et “multa dicta est”, non esse ab re putavi notare quod M. Cato aliter dixit. Nam in quarto Originum uerba haec sunt: Imperator noster, si quis extra ordinem depugnatum iuit, ei multam facit. 7. Potest autem uideri consulta elegantia mutasse uerbum, cum in castris et in exercitu multa fieret, non in comitio nec ad populum diceretur.</i> (FRH.5.82)	6. Mas, como é prática e costume falar hoje, assim como antes a maior parte dos antigos falava, “aplicou uma multa” e “uma multa foi aplicada”, julguei não ser desinteressante apontar que Marco Catão se expressou de outro modo. Pois, no livro quarto das <i>Origines</i> , há as seguintes palavras: “nosso general, se alguém vai à batalha saindo de sua fileira, impõe-lhe uma multa”. 7. Mas pode parecer que ele tenha mudado a forma de expressão por uma razão de elegância, já que se aplicava uma multa no acampamento e no exército, e não em uma assembleia ou diante do povo.

	PRISC.GL.2.129
<i>Cato tamen “os” protulit in IIII Originum: Si quis membrum rupit aut os fregit, talione proximus cognatus ulciscitur. (FRH.5.85)</i>	Mas Catão escreveu <i>os</i> no livro quarto das <i>Origines</i> : “se alguém aleija de um membro do corpo ou quebra um osso [a alguém], o parente masculino mais próximo aplica o talião”.

Em *FRH.5.85*, a elocução é extremamente semelhante à de dois dípticos da Lei das Doze Tábuas (I.13 e I.14, v. *supra*, item 3.2.2), que dificilmente estariam distantes da consciência de Catão. Pode-se pensar em algo como efetiva transposição do preceito normativo para um regime de relato. Algo semelhante se passa com *FRH.5.82*. Embora Gélío sugira que Catão tenha buscado uma combinação menos comum (*multam facere* em vez de *multam dicere*) por razão de elegância, a avaliação não parece se confirmar, até porque Catão recorre muito frequentemente ao verbo *facio* como auxiliar (SKARD, 1956, p. 82); estamos antes diante de expediente com que se dá conta, descritivamente, do imperativo formular da linguagem legal, *multae esto* (apropriado já pelo próprio Catão em *FRH.5.91*; v. 5.1.3, *supra*). Como veremos de pronto, na prosa oratória de Catão, as apropriações dos dípticos legais sofrem mais forte incidência de procedimentos do que nesses exemplos das *Origines*, fenômeno comparável ao que vimos ocorrer extensamente na prosa narrativa oratória, em contraposição com a prosa narrativa historiográfica (v., *supra*, 5.2.2 e 5.3)

FOR.200 e *FOR.201* são os dois únicos fragmentos de que dispomos de um discurso de data incerta, intitulado *De dote* (*FOR.202* é citação indireta apenas hipoteticamente atribuída ao mesmo discurso). Confira-se:

<i>De dote</i> (s./d.)	GEL.10.23.4
<i>Verba Marci Catonis adscripsi ex oratione quae inscribitur De dote, in qua id quoque scriptum est, in adulterio uxores deprehensas ius fuisse maritis necare: Vir, inquit, cum diuortium fecit, mulieri iudex pro censore est, imperium quod uidetur habet: si quid peruerse taetrequae factum est a muliere, multatur; si uinum bibit, si cum alieno uiro probri quid fecit, condemnatur. (FOR.200)²⁹¹</i>	Transcrevi as palavras de Marco Catão a partir do discurso que é intitulado <i>De dote</i> , em que também está escrito que os maridos tinham o direito de matar as esposas pegas em adultério. Ele diz: “Quando o marido decidiu se divorciar, [ele mesmo] será um juiz para a mulher, no lugar de um censor, e tem o poder que lhe parece [devido]: se algo foi perpetrado pela mulher de modo perverso e vergonhoso,

²⁹¹ A pontuação em Holford-Strevens (2020) é bastante distinta daquela de Sblendorio Cugusi (1982), que seguimos aqui, resultando em diversa segmentação das frases. Enfrentando a questão e alinhando-se, entre outros, com Fraenkel (1968, p. 155), Sblendorio Cugusi demonstra a contento, pensamos, que se deve dar preferência à pontuação que também acolhemos: “O passo se apresenta com efeito articulado de acordo com a estrutura típica das prescrições legais, *si quis... multae esto*, etc. [...], uma estrutura que prevê primeiramente a enunciação da culpa e depois a indicação da pena; ademais, *peruerse taetrequae* constitui iteração sinonímica, e dificilmente os dois conceitos podem ser cindidos e se referirem, um independentemente do outro, a conceitos diversos [...]. Ainda, com a interpretação B [adotada por

	que seja multada; se bebe vinho, se cometeu adultério com outro homem, que seja condenada”.
--	---

<i>De dote</i> (s./d.)	GEL.10.23.5
<i>De iure autem occidendi ita scriptum: In adulterio uxorem tuam siprehendisses, sine iudicio inpune necares; illa te, si adulterares siue tu adulteraree, digito non aueret contingere, neque ius est. (FOR.201)</i>	A respeito do direito de matar, está escrito o seguinte: “Uma vez que tenhas surpreendido tua esposa em adultério, sem julgamento, livre de pena, tu a matarias; mas ela a ti, se cometesses adultério ou se fosses levado a adultério, não ousaria [te] tocar com um dedo, pois não é lícito”.

Comparecem aqui, claramente, previsões jurídicas relativas ao poder do marido sobre a mulher (expressões da *manus* marital; cf. KASER, 1971, p. 72-81); Gélio cita os dois passos efetivamente como testemunhos sobre normas antigas, um na sequência do outro. Em ambos os fragmentos, há uma sequência de dois dípticos (ademais, com dupla prótase, no segundo díptico de *FOR.200*), a que se acresce, em *FOR.200*, uma frase antecedente, também um período composto, formado desta vez por oração temporal.

Antes de comentar alguns aspectos dos módulos frasais que aí se verificam, cabe indicar que a mais ampla estrutura suprafrasal de *FOR.200*, formada por frase inicial, a introduzir situação para a qual os dípticos são pertinentes, seguida de dois dípticos, é típica da estrutura de muitos textos legais, conforme vimos extensamente em 3.2, *supra*, o que já nos alerta para o fato de que não apenas a estrutura do díptico legal e alguns de seus frasemas estão sofrendo apropriação, mas um arranjo estrutural mais amplo. Nesse ponto específico, chamamos atenção para fragmento plautino²⁹² sobre o mesmo tema de *FOR.201*, com estrutura inteiramente comparável:

	PL.Merc.817-822
<i>Ecaster lege dura uiuont mulieres multoque iniquiore miserae quam uiri. Nam si uir scortum duxit clam uxorem suam, id si rescuiit uxor, impune est uiro; uxor uirum si clam domo egressa est foras, uiro fit causa, exigitur matrimonio.</i>	Por Castor, as mulheres vivem sob uma lei dura e muito mais iníqua, miseráveis, do que os homens. Pois, se o homem contrata uma prostituta às escondidas de sua esposa, e se a esposa descobre, o homem fica sem punição; mas, se uma esposa sai para fora de casa às

Sblendorio Cugusi], a precisa enunciação dos dois dispositivos de tipo legal, *si... multatur* e *si... condemnatur* vem antecipada por uma premissa de caráter geral, de acordo com módulos estilísticos conhecidos de Catão (v. o caso do frg. 152 [FOR.152] *multa me dehortata sunt* (afirmação geral) + exemplificação precisa e pontual” (SBLENDORIO CUGUSI, 1982, p. 465).

²⁹² Citado por SBLENDORIO CUGUSI, 1982, p. 468, no comentário a *FOR.201*, pela presença de marcas do discurso jurídico, sem atenção à estrutura suprafrasal.

	escondidas do marido, o marido ajuíza um processo e põe fim ao matrimônio.
--	--

Aqui também há uma frase inicial (*ecastor... uiri*), seguida por dois dípticos, o primeiro com duas prótases (*si uir... duxit...*, *si rescuiuit...*, *impunest*), e o segundo, com duas apódoses (*si... est*, *... fit*, *... exigitur*). O segundo díptico, notar-se-á, estabelece uma situação antitética relativamente ao primeiro, de forma comparável a *FOR.201* e compatível com uma série de outros passos em que o díptico vem mais claramente empregado no desenvolvimento de um argumento por Catão. Trata-se, assim, de um módulo suprafrasal que dos textos legislativos se transmite a outros gêneros, não só a oratória, e que, por essa mesma apropriação, parece se poder reconhecer como uma estrutura discursiva que se apresenta como molde replicável de expressão.

Passamos então a algumas considerações específicas sobre os fragmentos do discurso *De dote*. Em *FOR.200*, *uir* vem frontalizado, em prolepse relativamente ao *cum* que se segue (contrastando com *mulieri* na oração principal, também em primeira posição, anteposto ao sujeito). É também digno de nota o deslocamento de *muliere* na prótase do primeiro díptico para depois do verbo. Manipulações das dimensões de topicalidade e de focalidade dessa natureza não são estranhas aos textos legislativos (conforme vimos à larga, em 3.2, *supra*), ainda que talvez ocorram com maior incidência nos contextos argumentativos de que estamos nos ocupando, em que, vê-lo-emos adiante (5.6.1, *infra*), essas contraposições são mobilizadas em procedimentos inferenciais. De forma semelhante ao que vimos acima sobre *FRH.582*, note-se que o léxico faz também referência estreita às prescrições legais, notadamente nas apódoses (*multatur* por *multae esto* e *condemnatur* por *damnas esto*; v., amplamente, 3.2, *supra*).

O principal traço de distinção entre o díptico propriamente legal e apropriação como esta é, como nos fragmentos das *Origines* acima transcritos, o uso do indicativo em lugar do imperativo; o texto, afinal, não está prescrevendo, mas relatando uma prescrição, e, mais que relatando, talvez – o que seria mais próprio à obra historiográfica –, está, podemos dizer, mobilizando argumentativamente a descrição da prescrição. Note-se, nesse sentido, que a primeira prótase, onde se descreveria uma hipótese fática, tem redação genérica, acumulando dois advérbios aparentemente de sentido próximo, a criar espécie de cúmulo sinonímico (*peruerse taetrequē*). A baixa especificidade indica, por si mesma, um marcado distanciamento relativamente à prescrição legal, em comparação

com os relatos das *Origines*, desenhando efeitos de intensificação que lá não se manifestavam.

Em *FOR.201*, chamam também a atenção as anteposições prolépticas, neste caso nas prótases, em ambos os dípticos (*in adulterio uxorem tuam*, no primeiro caso; *illa te*, com o já muita vez observado encontro pronominal, no segundo). Embora encontradiças no discurso jurídico, como vimos de referir, no caso do primeiro díptico a longa prolepse talvez esteja a valer por uma frase inicial, pois formula claramente o tópico; já no segundo, parece mais destinada a encarecer, pelo recurso ao encontro pronominal, a antítese entre primeiro e segundo dípticos, sugerindo assim uma função já propriamente argumentativa, pondo em relevo, mais uma vez, a noção de contraposição.

Note-se, na segunda apódose, novo afastamento em relação à linguagem própria à prescrição legal, com a oração *digito non audeat contingere*, que não expressa uma sanção ou uma posição jurídica de tipo algum, mas desloca o discurso para a apreensão subjetiva da esposa, reservando o conteúdo jurídico para a oração coordenada que se segue, *neque ius est* – mas tampouco aqui evidenciando o consequente que teria lugar no díptico legal. Assim, a apresentação de prescrição jurídica, que não é, ela mesma, prescrição, serve-se dos módulos típicos da linguagem legal, mas os submete a transformações relevantes, como que a inscrever a argumentatividade, se não já a argumentação (conforme poderemos constatar em diversos casos) nessa estrutura suprafrasal.

No já visitado discurso *De re Floria* (v., *supra*, 5.3.2), temos exemplo claro em que Catão está se referindo a preceito normativo:

<i>De re Floria</i> <na> (s./d.)	GEL.9.12.7-8
<p>7. <i>Ne quis autem de suspicioso, quod supra posuimus, et de formiduloso in eam partem quae minus usitata est exemplum requirat, inueniet de suspicioso apud M. Catonem de re Floria ita scriptum: Sed nisi qui palam corpore pecuniam quaereret aut se lenoni locauisset, etsi famosus et suspiciosus fuisset, uim in corpus liberum non aecum censuere adferri. 8. Suspiciosum enim {Cato} hoc in loco suspectum significat, non suspicantem.</i> (<i>FOR.191</i>)</p>	<p>7. Para que ninguém, contudo, precise procurar um exemplo das palavras <i>suspiciosus</i>, que mencionamos acima, e <i>formidulosus</i>, no sentido menos comum, encontrará escrito em Marco Catão, no discurso <i>De re Floria</i>, como segue: “Mas, a não ser que alguém abertamente pedisse dinheiro pelo seu corpo ou se tivesse colocado a serviço de um cafetão, ainda que fosse muito conhecido e suspeito, decidiram não ser justo cometer violência contra o corpo de um homem livre”. 8. Pois, nesse passo, {Catão} emprega <i>suspiciosus</i> como suspeito, e não suspeitoso.</p>

Novamente, encontramos uma prótase complexa, com duas hipóteses coordenadas por *aut* (*nisi... quaereret aut... locauisset*) e uma segunda condicional, que não é restrição da primeira, como habitualmente (para o quê, recorde-se, usava-se *ast* na camada mais antiga de textos legislativos, v., *supra*, 3.2.1 e 3.2.2), mas que designa a exclusão *a priori* de uma possível exceção. Essa segunda condicional exhibe o afastamento relativamente aos módulos legais, por não precisar a hipótese fática, que não amplia nem restringe; antes, dialoga com possível argumento, a saber, a estensibilidade da punição corporal para casos não previstos na hipótese fática, já formulada em termos restritivos (*nisi*). O *censuere* da apódose é, vimo-lo (*supra* 3.2.5), linguagem típica dos *senatus consulta*, talvez o referente prescritivo em tela, embora, nos muitos casos do tipo *aequom censeo* em Plauto, a expressão esteja empregada de forma ampla, como um idiomatismo (BENNET, 1910, 1, p. 388; note-se a expressão paralela em *FOR.183: maiores sanctius habuere...*). Indício bastante significativo da suprassunção argumentativa do díptico legal é o *sed*, no começo da citação, que insere o relato da prescrição jurídica no seio de um tecido argumentativo – a que infelizmente não temos mais acesso, mas de que podemos fazer alguma ideia a partir dos poucos fragmentos mais extensos e dos muitos casos de *sed* anteposto a *si* que deparamos nos discursos de Catão.

É o mesmo indício que se encontra em *FOR.134*, aqui em passo que apresenta com muito mais clareza as marcas de inserção do díptico em segmento argumentativo:

<i>De Ptolomaeo minore contra <L.> Thermum siue de Thermi quaestione</i> (c. 154 a.C.)	GEL.18.9.1-2
1. <i>In libro uetere in quo erat oratio M. Catonis de Ptolemaeo contra Thermum sic scriptum fuit: Sed si omnia dolo fecit, omnia auaritiae atque pecuniae causa fecit, eiusmodi scelera nefaria <neque insecenda>, quae neque fando neque legendo audiimus, <fecit>, supplicium pro factis dare oportet.</i> 2. <i>“Insecenda” quid esset quaeri coeptum.</i> (<i>FOR.134</i>)	1. Em um livro antigo em que havia um discurso de Marco Catão, <i>De Ptolemaeo contra Thermum</i> , estava escrito assim: “Mas, se ele tudo fez com dolo, [se ele] tudo fez por avariza e por dinheiro, [se] <cometeu> crimes nefastos de tal tipo <que não se deve contar,> que nunca ouvimos, seja por relatos orais ou escritos, convém infligir punição por seus feitos”. 2. Começou-se a procurar o que seria <i>insecenda</i> .

Conforme se vê, há uma longa estrutura de prótase, seguida por uma apódose mais sucinta, com uso do verbo auxiliar *oportere* (novamente, recorrente na linguagem legal, de que este passo é claramente derivado, v., exemplificativamente, prescrições II.3 e II.4 das *leges regiae*, 3.2.1, *supra*). Entretanto, notar-se-á que a prótase é formada por três orações dispostas em ordem crescente, todas terminadas por *fecit*, em estrutura de epífora,

sem repetição da conjunção *si* na segunda e terceira orações, mas que vai naturalmente subentendida. Ademais, *pro factis* retoma exatamente essa figura de repetição na apódose, gerando um poliptoto inteiramente redundante (*si ea fecit, pro factis supplicium dato*). A redundância é mais ampla. Afinal, a segunda oração da prótase retoma a primeira pela anáfora do complemento acusativo, *omnia*, expandindo a expressão com a cópula sinonímica *avaritiae atque pecuniae causa*. A terceira oração da prótase, enfim, promove expansão mais extensa por meio de uma relativa (*quae... audiui*), também preenchida com uma cópula (aqui complementar, recorrendo a um merismo polissindético, *neque fando neque legendo*).

Fica evidente, assim, que a prótase se serve de diversos procedimentos próprios ao estoque da modularidade rítmica, não para precisar uma hipótese fática, mas para intensificar sua apresentação; correspondentemente, a apódose é menos uma prescrição do que uma espécie de conclusão necessária, decorrente da própria ideia elementar de justiça (“se alguém agiu injustamente, cabe que receba a punição cabível”). Significativamente, trata-se de consequente absolutamente inespecífico, claramente inapto a figurar em um dístico legal prescritivo, pois não individualiza uma conduta injurídica e seu consequente jurídico (pena). Esses elementos certamente deveriam vir expressos alhures no discurso ou estar claros no contexto da enunciação, sobre os quais o passo catoniano se projeta como um intensificador: se tão plenamente a hipótese fática se verificou, o castigo deve ser certo. A frase promove assim nítido deslocamento relativamente às enunciações modelares em que se apoia, transmutando um módulo prescritivo em módulo argumentativo.

O *FOR.186*, último fragmento claramente radicado na linguagem especificamente legal de que nos ocuparemos, é o único excerto conservado do discurso, sem data, *Pro L. Turio contra Cn. Gellium*, mas permite constatar de forma particularmente interessante, por sua maior extensão, como se poderia dar a apropriação da estrutura modular das prescrições legais por estruturas modulares comparáveis em desenvolvimentos argumentativos:

<i>Pro L. Turio contra Cn. Gellium</i> (s./d.)	GEL.14.2.21 e 26
21. <i>Quod autem ad pecuniam pertinet quam apud iudicem peti dixisti, suadeo hercle tibi utare M. Catonis, prudentissimi uiri, consilio, qui in oratione quam pro L. Turio contra Cn. Gellium dixit ita esse a maioribus traditum obseruatumque ait, ut si quod inter duos</i>	21. No que diz respeito ao dinheiro que disseste que se pede em juízo, eu te aconselho, por Hércules, a usar o ensinamento de Marco Catão, homem de extrema prudência, que, no discurso que pronunciou, <i>Pro L. Turio contra Cn. Gellium</i> , afirmou que os antigos

<p><i>actum est neque tabulis neque testibus planum fieri possit, tum apud iudicem qui de ea re cognosceret uter ex his uir melior esset quaereretur, et si pares essent seu boni pariter seu mali, tum illi unde petitur crederetur ac secundum eum iudicaretur. [...] 26. Verba ex oratione M. Catonis cuius commemorat Fauorinus haec sunt: Atque ego a maioribus memoria sic accepi: si quis quid alter ab altero peteret, si ambo pares essent, siue boni siue mali essent, quod duo res gessissent, uti testes non interessent, illi unde petitur, ei potius credendum esse. Nunc si sponsionem fecissent Gellius cum Turio, ni uir melior esset Gellius quam Turius, nemo opinor tam insanus esset qui iudicaret meliorem esse Gellium quam Turium; si non melior Gellius est Turio, potius oportet credi unde petitur. (FOR.186)</i></p>	<p>praticavam e observavam o costume de que, se havia disputa judicial entre duas pessoas e não se podia esclarecer nem com documentos escritos nem com testemunhas, então se questionava diante do juiz que conhecia da causa qual dos dois era homem melhor, e se eram ambos igualmente bons ou maus, então era preciso crer no réu e julgar em seu favor. [...] 26. “E eu recebi dos antepassados o seguinte ensinamento: se alguém pedir algo a alguém, [e] se ambos têm o mesmo estatuto, sejam bons ou maus, sendo que os dois litigaram sem testemunhas, deve-se crer antes no réu. Mas bem, se Gélcio e Túrio tivessem pactuado [a condição] ‘a menos que Gélcio seja um homem melhor que Túrio’, creio que ninguém seria tão estúpido a ponto de julgar que Gélcio é melhor que Túrio; se Gélcio não é melhor que Túrio, antes convém crer no réu”.</p>
---	--

Conforme se verifica, há aqui uma frase introdutória – não inicial, pois encabeçada pela cópula *atque*, mas muito certamente pivotante em algum grau – seguida por um conjunto de três dípticos condicionais algo complexos. O primeiro contém duas prótases e duas orações a elas atreladas (*si... peterent, si... essent, siue... essent, quod... gessissent, uti... interessent*), a que se segue a apódose (*illi... credendum esse*). O segundo e o terceiro dípticos estão articulados a essa estrutura como um grupo, por meio da partícula *nunc*. O segundo, dentro da própria prótase, contém citação a prótase em que se veicula a hipótese fática de um acordo, bem como uma apódose organizada como uma correlação consecutiva, além de uma oração interferente em primeira pessoa (*si... fecissent* [“*ni... esset*”], ... *nemo – opinor – esset, qui... iudicaret*). O terceiro díptico, enfim, é o mais simples (*si... est, ... oportet credi*).

Estruturas de dípticos complexas, como no primeiro díptico de FOR.186, com subordinações internas a especificar a hipótese fática, em que a segunda prótase e, eventualmente, as demais subordinadas vão precisando a situação, são encontradas já no mais antigo fundo de textos legais latinos (v., *supra*, 3.2.1 e 3.2.2). Note-se, ainda, no nível dos sintagmas, formulismos como o emprego de *si quis*, próprio, como vimos amplamente, de certos estratos da linguagem legal (v. 3.2.4, *supra*) – embora aqui aproveitado por Catão para amplo enfileiramento de pronomes (*si quis quid alter*) – e a redundância pronominal na apódose (*illi... ei*), outro formulismo típico daquele estrato linguístico. Assim, exceção feita, aqui também, à forma verbal da apódose (*credendum*

esse), dependente de um *uerbum dicendi* implícito (*maiores dixerunt*), o primeiro díptico está profundamente ancorado na elocução legislativa. O mesmo se poderia dizer relativamente aos outros dois dípticos, ainda que a linguagem aqui esteja mais claramente impregnada pelos modelos fornecidos pelos negócios jurídicos (*sponsiones*, cf. GAI.3.92 e KASER, 1971, p. 168-170).

Para a compreensão do problema que estamos tratando aqui, importa sobremaneira a articulação entre o primeiro díptico e os outros dois, por meio de *nunc*, a operar uma mudança de perspectiva, passando-se claramente da prescrição à argumentação, conforme manifesto pelo *opinor* na oração interferente inserta na apódose do segundo díptico. Catão agita agora um argumento hipotético, valendo-se de uma condicional irreal do passado (*si... fecissent*). Essa condicional veicula um acordo verbal (*sponsio*) hipotético (*ni... esset*), que Catão indica ser uma irreal do presente, pois só alguém louco poderia julgar Gélcio melhor do que Túrio. A conclusão, então, não pode ser prescritiva, mas apenas argumentativa: Túrio é melhor que Gélcio, o que passa a valer como premissa, assentada por seu aparente valor de evidência (*nemo... tam insanus esset, qui... iudicaret*). Ela é repetida ou sumulada na próxima prótase (*si non melior Gellius est Turio*), de onde exsurge a apódose como conclusão (vale mais crer em Túrio).

A macroestrutura aqui é muito mais aproximada do que se esperaria encontrar na *responsio* de um jurisconsulto, a quem se apresenta um caso concreto (e.g., realização de uma *sponsio*) que deve ser interpretado à luz de uma norma jurídica (primeiro díptico), para que ele apresente solução adequada (segundo díptico). Nesse sentido, Catão poderia se aproximar aqui da técnica de manipulação do *ius ciuile* que, dentro de poucos decênios de sua morte, tomaria rumo decididamente filosófico, com vigoroso influxo da filosofia peripatética (SUERBAUM, 2002, p. 561). Ora, sabemos que Catão escreveu um comentário ao direito civil, provavelmente mais especificamente dedicado ao direito pontifical e augural (AUSTIN, 1978, p. 185), embora as referências no Digesto (sem citação literal) possam se dever a obra de seu primogênito (AUSTIN, 1978, p. 185). Embora fugidio, esse referente, que talvez apareça, assim, em *FOR.186*, pode sugerir um entrecruzamento muito concreto entre os modelos de elocução legal e sua apropriação por tipo de prosa argumentativa mais afim à reflexão filosófica que à pugna oratória – razão pela qual a técnica argumentativa de Catão merece ser efetivamente levada a sério.

Note-se, de todo modo, que, em razão da passagem de um díptico normativo a dois dípticos claramente argumentativos, o todo vem ressignificado, e o próprio primeiro

díptico passa a se integrar ao argumento, valendo como premissa maior (se ambos os litigantes têm igual condição, o julgamento deve ser favorável ao réu), a que seguem a premissa menor (o autor Gélío não é um homem melhor que o réu Túrio) e a conclusão (logo, deve-se crer em Túrio). Visto sob essa luz, o passo é exemplar do vínculo estreito existente entre os dípticos prescritivos e argumentativos – ou melhor, da supressão da prescrição pela argumentação –, funcionando de modo muito semelhante aos fragmentos da *conclusio* do *Pro Rhodiensibus* (v., *supra*, 5.1.3), onde o mesmo entretecimento entre dípticos jurídicos, inclusive hipotáticos e mesmo fantasiosos (v. *FRH.5.91*), funcionava como premissa de um raciocínio que emulava a forma do díptico legal ao mesmo tempo em que o encampava no díptico argumentativo.

Embora não diretamente calcado na linguagem legal (*stricto sensu*, mas certamente interessante para quem se ocupou de direito pontifical e augural), o *FOR.60* se relaciona com a regularidade da *auspicatio*, e logo com a prescritividade, de forma que merece ser tratado aqui também:

<i>In L. Veturium de sacrificio commissum cum ei equum ademit</i> (184 a.C.)	FEST.268L
<i>“Prohibere comitia”. dicitur uitare diem morbo, qui uulgo quidem “maior”, ceterum ob id ipsum “comitialis” appellatur. Cato in ea oratione, quam scripsit de sacrificio commissum: Domi cum auspicamus, honorem me diu immortalium uelim habuisse. Serui, ancillae, si quis eorum sub centone crepuit, quod ego non sensi, nullum mihi uitium facit. Si cui ibidem seruo aut ancillae dormienti euenit, quod comitia prohibere solet, ne is quidem mihi uitium facit.</i> (FOR.60)	<i>Prohibere comitia</i> : é como se chama macular o dia com uma doença que em geral se denomina “maior” ou “assemblear”. Catão naquele discurso que escreveu acerca do sacrifício realizado: “Quando fazemos os auspícios em casa, eu gostaria de honrar os deuses imortais. Escravos, aias, se algum deles solta gases sob a coberta, e eu não percebi, não me causa nenhum vício. Se, então também, ocorre a algum escravo ou aia que dorme o que costuma impedir a assembleia, nem mesmo isso me causa vício”.

O fragmento se refere ao culto doméstico conduzido pelo *pater familias* e alude bastante especificamente à linguagem dos auspícios, notadamente com a oração *quod ego non sensi* (v., *supra*, 3.3.1, *quod me sentio dixisse, utique... rectissime sensi*), tratando de dois casos que não causam invalidade ao rito, resultando na regularidade tecnicamente referida por *silentium*: *id silentium dicimus in auspiciis quod omni uitio caret* (Cic.Div.XXXIII.2.71); *hoc enim est proprie silentium, omnis uitii in auspiciis uacuitas* (FEST.474L).²⁹³

²⁹³ O sentido do fragmento na crítica dirigida a Lúcio Vetúrio é, contudo, mais difícil de determinar.

Para além de se reportar a frases próprios ao contexto dos auspícios, o fragmento é mais amplamente remanescente de contextos prescritivos, e é em função dessa diretriz que se deve compreender o recurso a *uelim habuisse* na frase inicial. Trata-se de formulismo que já encontramos em *senatus consultum* (cf., *supra*, item 3.2.5), a denotar, conforme já vimos também, uma injunção peculiarmente forte. Para Pinkster, “ela é por vezes encontrada fora de prescrições de magistrados, seja em imitação do valor que se acaba de descrever [forte ameaça] ou porque se tornou idiomática” (PINKSTER, 2015, p. 538).

Para além disso, a estrutura global do fragmento é exatamente a mesma que a de *FOR.200*, examinado ao princípio deste subitem: uma frase inicial, formada por uma temporal com *cum*, com termo proléptico no início da frase, deslocado para a esquerda da conjunção; na sequência, dois dípticos condicionais enfileirados. Evidentemente, vale aqui a mesma observação sobre o fato de se tratar de módulo aproveitado à estrutura suprafrasal de vasto conjunto de textos legais, com o comentário suplementar de que esse módulo suprafrasal parece se ter especificado mais estritamente em Catão, dada a ampla correspondência entre os dois fragmentos. Estamos diante de mais uma instância que indicia a relevância dos modelos suprafrasais replicáveis na prosa catoniana.

Vale apontar, enfim, e no mesmo sentido, que a primeira prótase é aqui alvo de maior encarecimento, como em diversos dos casos precedentemente examinados, com um nominativo isolado-enfático, destacando os tópicos *serui* e *ancillae*, depois novamente referidos no segundo díptico. Para além disso, há notável paralelismo entre os dípticos, seja pela existência, nos dois casos, de uma oração em *quod*, ainda que com distinto valor (*quod... sensi*; *quod... solet*), seja pela repetição das apódoses, com simples variação intensiva (*nullum mihi uitium fecit* $\approx$ *ne is quidem mihi uitium fecit*). Esses paralelismos, verificamos assim, constituem um dos principais recursos catonianos nos dípticos enfileirados, podendo servir, como aqui, ao pareamento de situações (no mesmo sentido, *FOR.200*, *supra*, neste item), ou, como alhures (*FOR.201*, *supra*, neste item), à contraposição de situações).

5.5.2. Díptico argumentativo

Viu-se no subitem anterior que a oratória catoniana se apropria dos dípticos condicionais próprios à linguagem legal, com a qual exhibe, vez após a outra, um profundo

vínculo genético, mas também com relevantes transformações que os aclimatam à textura argumentativa, por diversas estratégias sobre as quais nos demoraremos. Outros casos há, e agora passamos a nos ocupar deles, em que se retrai toda memória de uma prescrição (descrita), de modo que restam a estrutura do díptico, e muito frequentemente as estruturas suprafrasais em que eles se encaixam, mas não se replicam os frasemas jurídicos que vimos de tratar.

Começamos por fragmento que infelizmente nos chegou sem nome do discurso e sem nenhum indicativo de data:

s./n., s./d.	GEL.13.24.1
<i>M. Cato consularis et censorius publicis iam priuatisque opulentis rebus uillas suas inexcultas et rudes ne tectorio quidem praelitas fuisse dicit ad annum usque aetatis suae septuagesimum. Atque ibi postea his uerbis utitur: Neque mihi, inquit, aedificatio neque uasum neque uestimentum ullum est manupretiosum, neque pretiosus seruus neque ancilla. Si quid est quod utar, utor; si non est egeo. Suum cuique per me uti atque frui licet. Tum deinde addit: Vitio uertunt, quia multa egeo; at ego illis, quia nequeunt egere. (FOR.218)</i>	Marco Catão, que teve dignidades consular e censória, mesmo quando os recursos da República e os seus já eram abundantes, diz que suas vilas eram rudes e sem ornamento e que nem mesmo eram revestidas com reboco até seus setenta anos de idade. E, aí, depois, vale-se das seguintes palavras. Ele diz: “Eu não tenho nenhuma construção, nem utensílio, nem vestimenta nenhuma que tenha sido feita de modo encarecido à mão, nem nenhum escravo ou aia caros. Se tenho algo que possa usar, uso; se não tenho, passo necessidade. A meu juízo, cada um deve usar e fruir apenas do que é seu”. Então, na sequência, acrescenta: “Criticism-me porque passo sem muitas coisas; mas eu, de minha parte, [crítico] a eles, pois não podem passar sem nada”.

O fragmento contém um de diversos pronunciamentos de Catão sobre sua própria frugalidade (cf., sobre o ponto, ASTIN, 1978, p. 3). Comparecem dois curtos dípticos, paralelos e antitéticos (*si... est, utor; si non est, egeo*), em meio a mais amplo desenvolvimento. Relativamente ao que precede, esse díptico resume o que fora exemplificado na enumeração precedente, que se valera sistematicamente da anáfora *neque*, como espécie de sùmula sentenciosa particular. O segmento anterior está organizado de forma engenhosa, com adjetivo posposto (*manupretiosum*) referindo-se ao último ou aos dois últimos elementos dos primeiros três nominativos introduzidos por *neque* posposto; forma simples daquele adjetivo composto (*pretiosus*) vem então anteposta aos outros dois nominativos. Forma-se, assim, uma estrutura quiástica em torno do verbo (*neque mihi..., neque..., neque... manupretiosum est, neque pretiosus... neque... [mihi est]*). A longa enumeração e o quiasma encarecido pela *reditio* do simples e do

composto conferem realce à braquilogia das duas condicionais, de tal sorte que se poderia caracterizar o movimento argumentativo como uma indução. Às condicionais, segue-se uma conclusão mais geral (*suum... licet*), como sùmula sentenciosa abstrata. A sequência da indução segue assim à risca o que vimos se passar em *FOR.169* (v., *supra*, 5.3.2).

Gélio então intervém, mas a frase que se segue parece prender-se imediatamente à sequência anterior. Ela reforça a forma de estruturas paralelas contrapostas e retoma a tese central de *egestas* (com poliptoto: *egeo... egeo... egere*) que presidira aos dípticos contrapostos (*[illi mihi] uitio uertunt, quia... egeo; at ego illis, quia nequeunt egere*). É também, recorde-se, como findara a indução contida em *FOR.169*. A estrutura dos dípticos contrapostos se presta assim a vazar um contraste, em meio a uma série de expedientes argumentativos articulados.

Vimos já algo semelhante com *FOR.1* (v., *supra*, 5.1.2), que reproduzimos aqui novamente para agrupar os fragmentos que não provêm do *Pro Rhodiensibus* e do *Dierum dictarum* no ponto da análise em que normalmente viriam tratados:

<i>Oratio quam dixit Numantiae apud equites</i> (195 a.C.)	GEL.16.1.1-4
<p>1. <i>Adulescentuli cum etiamtum in scholis essemus, ἐνθυμημάτων hoc Graecum quod adposui dictum esse a Musonio philosopho audiebamus, et quoniam uere atque luculente dictum uerbis est breuibis et rotundis uinctum, perquam libenter memineramur: 2.</i> Ἄν τι πράξεις καλὸν μετὰ πόνου, ὁ μὲν πόνος οἴχεται, τὸ δὲ καλὸν μένει· ἂν τι ποιήσης αἰσχρὸν μετὰ ἡδονῆς, τὸ μὲν ἡδὺ οἴχεται, τὸ δὲ αἰσχρὸν μένει. 3. <i>Postea istam ipsam sententiam in Catonis oratione quam dixit Numantiae apud equites, positam legimus. Quae etsi laxioribus paulo longioribusque uerbis comprehensa est praequam illud Graecum quod diximus, quoniam tamen prior tempore antiquiorque est, uenerabilior uideri debet. 4.</i> <i>Verba ex oratione haec sunt: Cogitate cum animis uestris: si quid uos per laborem recte feceritis, labor ille a uobis cito recedet, bene factum a uobis dum uiuitis non abscedet; sed siqua per uoluptatem nequiter feceritis, uoluptas cito abibit, nequiter factum illud apud uos semper manebit.</i> (FOR.1)</p>	<p>1. Quando ainda éramos jovens e estávamos na escola, ouvíamos que o entimema grego que eu transcrevi fora dito pelo filósofo Musônio e, porque o dito está vazado de forma verdadeira e clara, em palavras breves e arredondadas, nós o guardávamos de muitíssimo boa vontade: 2. “Se fazes algo bom com esforço, o esforço vai embora, e o bem permanece; mas, se realizas algo ruim com prazer, o prazer vai embora, e o mal permanece”. 3. Depois, lemos esse mesmo pensamento no discurso que Catão pronunciou em Numância, diante dos cavaleiros. E, embora concebido em termos mais frouxos e um pouco mais longos que o dito grego que citamos, porque ele é anterior e mais antigo, deve parecer mais venerável. 4. Estas são as palavras do discurso: “Meditai em vosso ânimo: se agirdes corretamente à custa de esforço, logo vos livrareis daquele esforço, ao passo que o bem que fizestes, enquanto viverdes, nunca desaparecerá; mas, se fizerdes algo de iníquo em razão de prazer, o prazer logo desaparecerá, mas aquilo que fizestes de iníquo sempre permanecerá convosco”.</p>

Apensamos às considerações já tecidas a identificação, por Gélio, de que se trata de entimema. O paralelismo antitético perfeito que se exprime nesta passagem, e que já analisamos, permite que, aceito o primeiro díptico como premissa, o segundo vá facilmente aceito também, como conclusão. Trata-se de expediente que fica aquém do silogismo, porque a premissa é imperfeita, desacompanhada de prova, localizando-nos, assim, em pleno terreno argumentativo. Note-se, à luz de passagens examinadas no subitem anterior, o recurso, mais uma vez, à partícula *sed* antes do díptico, também a sinalizar que estamos em contextura argumentativa.

Mais exíguo, infelizmente, é o segmento preservado em *FOR.187*:

<i>Pro L. Caesetio</i> (s./d.)	FEST.388L
<i>“Sultis, si uoltis”. [...] Cato pro L. Caesetio: Audite, sultis, milites: si quis uestrum in bello superfuerit, si quis non inuenerit pecuniam, egebit. (FOR.187)</i>	<i>Sultis</i> , isto é, <i>si uoltis</i> [por favor] [...] Catão no discurso <i>Pro L. Caesetio</i> : “Ouvi, por favor, soldados: se algum dentre vós sobreviver à guerra, se alguém não encontrar dinheiro, passará necessidade”.

Havíamos mencionado brevemente esse fragmento também ao tratar das frases estruturais não declarativas (v., *supra*, 5.4.3), pelo emprego de uma frase inicial com imperativo. Com relação à condicional que se segue, ela apresenta mais uma vez a estrutura de dupla prótase, aqui com uma restrição sucessiva da hipótese fática ($\approx$ *si quis... superfuerit, ast... pecuniam non inuenerit*) com posposição de *pecuniam* na segunda prótase, com efeito de fazer nela recair o foco, o que podemos verificar, embora não esmiuçar por perda do contexto. De todo modo, o contexto não é prescritivo, mas claramente admoestativo.

Terminamos a exploração complementar dos dípticos condicionais com um exame de quatro fragmentos, todos provenientes do discurso *si se M. Caelius tribunus plebis appellasset* (v., *supra*, 5.3.3):

<i>Si se M. Caelius tribunus plebis appellasset</i> (184 a.C.)	GEL.1.15.8-10
8. <i>Cumprimis autem M. Cato atrocissimus huiusce uitii [loquacitatis] insectator est. 9.</i> <i>Namque in oratione quae inscripta est “si se Caelius tribunus plebis appellasset”: Numquam, inquit, tacet, quem morbus tenet loquendi tamquam ueternosum bibendi atque dormiendi. Quod si non conueniatis cum conuocari iubet, ita cupidus orationis conducat qui auscultet. Itaque auditis, non</i>	8. Primeiramente, Marco Catão foi um ferocíssimo perseguidor desse vício [da loquacidade]. 9. Pois, naquele discurso que é intitulado <i>Si se Caelius tribunus plebis appellasset</i> , disse: “Nunca se cala quem tem a doença de falar, assim como o hidrópico [tem a doença] de beber e de dormir. Pois, se não vos congregais quando ele ordena que sejais convocados, é tão desejoso de discursar, que

<i>auscultatis, tamquam pharmacopolam. Nam eius uerba audiuntur, uero se nemo committit si aeger est. (FOR.81)</i>	paga para quem o escutar. E assim ouvis, mas não escutais, como a um vendedor de fármacos: pois as palavras deste [vendedor de fármacos] são ouvidas, mas ninguém se confia a ele se está doente”.
<i>10. Idem Cato in eadem oratione, eidem M. Caelio tribuno plebi utilitatem obprobrans, non loquendi tantum uerum etiam tacendi, frusto, inquit, panis conduci potest uel uti taceat uel uti loquatur. (FOR.82)</i>	O mesmo Catão, no mesmo discurso, exprobando ao mesmo Marco Célio, tribuno da plebe, a utilidade não apenas de que falasse, mas mesmo de que calasse, diz: “Por um bocado de pão, pode ser contratado seja para calar, seja para falar”.

<i>Si se M. Caelius tribunus plebis appellasset (184 a.C.)</i>	FEST.466L
<i>“Spatiatorem erratorem” Cato in M. Caelium si se appellauisset: In coloniam mercules, scribere nolim, si trium uirum sim, spatiatorem atque fescenninum. (FOR.86)</i>	Catão, no discurso <i>M. Caelium si se appellauisset</i> , usa <i>spatiator</i> , vadio (<i>errator</i>): “Por Hércules, se eu fosse um dos triúnviros, eu não quereria arregimentar para a colônia um vadio e difamador”.

<i>Si se M. Caelius tribunus plebis appellasset (184 a.C.)</i>	FEST.266L
<i>“Pro scapulis” cum dicit Cato, significat pro iniuria uerberum. Nam conplures leges erant in ciues rogatae, quibus sanciebatur poena uerberum. His significat prohibuisse multos suos ciuis in ea oratione, quae est contra M. Caelium: Si em percussi saepe, incolumis abii; praeterea † pro republica, pro scapulis atque aerario multum rei publicae profuit. (FOR.87)</i>	Quando Catão diz <i>pro scapulis</i> , quer dizer “pelo castigo dos açoites”. Pois propunham-se muitas leis diante dos cidadãos, cuja sanção era a pena de açoite. Com essas palavras, indica que defendeu muitos de seus concidadãos naquele discurso contra Marco Célio: “Se frequentemente o golpeei, saí incólume; ademais, favoreceu muito à república [ter eu agido] pelo castigo dos açoites e do erário”.

A preservação dos quatro fragmentos, dois por Festo e dois por Gélio, deixa evidente a interferência da autoridade que transmite a citação na extensão de texto que nos é dado vislumbrar. Assim, se em *FOR.86* nada mais temos do que o díptico e, em *FOR.87*, o díptico e uma frase declarativa subsequente (em fragmento que aparenta estar bastante corrompido, cf. ASTIN, 1978, p. 22), já em *FOR.81*, que certamente estava muito próximo de *FOR.82*, dispomos de excerto bem mais extenso.

Apesar do tamanho diminuto, *FOR.86* exhibe a peculiaridade de estar a prótase inserta no meio da apódose, talvez por um foco contrastivo entre *in coloniam*, reforçado pela interjeição (*mercules*), e outro passo não conservado (algo como *in urbe*), e pela focalização de *spatiatorem aut fescenninum*, ao fim, como qualificativos particularmente negativos. Em atenção ao título do discurso, talvez a mensagem fosse que, se nem para

ser recrutado para lutar no exterior Marco Célio servia, tanto menos servia para se tornar tribuno da plebe, em Roma. O duplo foco assim gerado, com quebra da apódose, parece fazer parte dos recursos de manipulação do díptico próprios ao contexto argumentativo – verificando-se destarte uma mais profunda manipulação estrutural do díptico nesse contexto.

Em *FOR.87*, o díptico contém uma antítese, reforçada pelo quiasma dos verbos (*percussi saepe, incolumis abii*). Vê-se aqui algo semelhante à sublimação da narrativa em estrutura argumentativa, com os perfeitos mostrando que se trata de narrativa, mas tomada em sua globalidade (*saepe*, e não em determinado ponto específico do tempo), porque o que importa é a valoração global. É também como parece funcionar a sequência, encabeçada por *praeterea*, produzindo espécie de cumulatividade argumentativa, em contraposição à sucessividade cronológica, apesar de seguir a escrita recorrendo ao *perfectum* (*profuit*)

O *FOR.81* constitui, talvez, o excerto mais interessante, pela extensão e pelo vasto entretecimento do díptico com outras estruturas relevantes em contexto argumentativo. O segmento começa com pensamento sentencioso antes do díptico, como frequentemente em contexto argumentativo (v., *supra*, 5.1.2 e, *infra*, 5.6). O díptico que se segue vem significativamente ligado à frase precedente por uma partícula (*quod*), a introduzir evidência daquela afirmação (e assim funcionando como as outras partículas que, nesses contextos, frequentemente introduzem o díptico: especialmente *sed*, mas também *nam* e *nunc*), valendo então por recurso de estruturação a encaminhar um argumento indutivo. Esse díptico tem estrutura complexa, com uma temporal subordinada à prótase (*cum... iubet*) e com a apódose formada por uma consecutiva braquilógica (que se poderia desenvolver como *ita cupidus orationis [est, ut] conducat [eum] qui auscultet*).

Os próximos módulos frasais são introduzidos por palavras indicativas justamente do processo argumentativo: *itaque*, presidindo a uma contraposição (*auditis, non auscultatis*) a que se apensa uma comparação (*tamquam*), recursos muito relevantes na prosa argumentativa catoniana (v. 5.6.1, *infra*, para módulos especificamente comparativos); *nam*, que, por sua vez, substancia o fato de que não se leva a sério o vendedor de fármacos, novamente com uma contraposição (agora indicada por *uero*). Essa contraposição é um desenvolvimento da primeira, como se fosse uma *differentia* que explica (ou melhor mobiliza argumentativamente a explicação da) diferença entre *audio* e *ausculto* (v., *infra*, 5.6.1): *auditis* vem glosado como *eius uerba audiuntur*, e *non*

auscultatis, como *uero se nemo committit si aeger est* (significando, portanto, algo como “dar ouvidos a”, “dar importância a”, “acreditar em”). Note-se que, no último segmento, encontra-se reduzidíssimo díptico condicional, com a prótase posposta (*se nemo committit si aeger est*). A frase declarativa que se encontra em *FOR.82*, introduzida por Gélío na sequência, mas sem que possamos determinar a distância relativamente a *FOR.81*, aparenta ser mais um elemento nessa argumentação indutiva, fornecendo mais um exemplo da conduta reprovável de Marco Célio.

O díptico, podemos constatar, é extremamente maleável, como já o víamos em 5.1.2 e 5.1.3, *supra*, relativamente à posição que pode ocupar em uma sequência argumentativa. Demonstração bastante clara disso é que, no vazar uma contraposição, ela pode se construir entre dois dípticos (e.g., *FOR.1* e *FOR.218*), entre díptico a frase declarativa (como em *FOR.81*, *nam... uero*) ou ainda entre a prótase e a apódose de um mesmo díptico (*FOR.87*). Talvez tenhamos aqui indício do próprio processo de adaptação dos moldes frasais originados na língua jurídica, com clara distribuição do conteúdo entre prótase (hipótese fática) e apódose (consequente jurídico) para a prosa oratória, em que os segmentos de frase funcionam como moldes pré-estruturados em que encaixar, com maior liberdade, as diversas componentes de um argumento.

5.5.3. Outros dípticos e dípticos fragmentários

Para finalizar este estudo dos dípticos na oratória catoniana, restam ainda alguns casos, menos numerosos, que serão examinados sucintamente: dípticos condicionais em enunciados interrogativos, dípticos condicionais truncados e dípticos relativos.

Começamos com os dípticos em enunciados interrogativos, de que há os seguintes quatro casos a examinar:

<i>De suis uirtutibus contra <L.> Thermum post censuram</i> (183 a.C.)	FEST.198L
“ <i>Ordinarium</i> ” hominem Oppius ait dici solitum scurram et improbum, qui assidue in litibus moraretur: ob eamque causam in ordine staret adeuntium praetorem. [...] <Cato> in ea oratione, quam scribit de suis uirtutibus contra Thermum: Quis mihi fieret, si non ego stipendia [in ordine] omnia ordinarius meruissent semper? (<i>FOR.94</i>)	Ópio diz que um homem costumava ser chamado <i>ordinarius</i> quando era bufão e imoral e assiduamente se demorava em processos judiciais: por essa razão, estava sempre em fila indo ver o pretor. [...] <Catão>, no discurso que escreveu, <i>De suis uirtutibus contra Thermum</i> : “O que me ocorreria, se eu, como soldado raso, não tivesse sempre realizado todo o serviço nas fileiras?”

<i>Contra Galbam</i> (149 a.C.)	GEL.1.12.17
<i>M. Cato de Lusitanis, cum Ser. Galbam accusavit: Tamen dicunt deficere uoluisse. Ego me nunc uolo ius pontificium optime scire; iamne ea causa pontifex capiar? Si uolo augurium optime tenere, ecquis me ob <rem> augurem capiat?</i> (FRH.5.105 = FOR.153)	Marco Catão, a respeito dos lusitanos, quando acusou Sêrvio Galba: “Mas dizem que eles queriam se revoltar; eu agora quero saber perfeitamente o direito pontifical; e por essa razão eu serei agora tido por pontífice? Se eu quiser dominar perfeitamente os augúrios, por acaso alguém, por essa razão, tomar-me-á por um áugure?”

<i>Contra Tiberium exulem</i> (s./d.)	GEL.2.14.1-2
<i>1. In libro uetere M. Catonis, qui inscribitur Contra †Tiberium exulem†, scriptum sic erat: Quid si uadimonium capite obuoluto stitisses? 2. Recte ille quidem stitisses scripsit.</i> (FOR.184)	1. Em um livro antigo de Marco Catão, intitulado <i>Contra Tiberium exulem</i> , estava escrito assim: “E o que, então, se comparecesses intimado em juízo, com a cabeça inteiramente coberta?” 2. E com efeito ele escreveu <i>stitisses</i> corretamente.

s./n., s./d.	QUINT.Inst.9.2.20-21
<i>20. A quo schemate non procul abest illa quae dicitur communicatio, cum aut ipsos aduersarios consulimus [...] 21. aut cum iudicibus quasi deliberamus, quod est frequentissimum: [...] ut Cato: Cedo, si uos in eo loco essetis, quid alius fecissetis?</i> (FOR.219)	20. Não dista muito dessa figura aquela que se chama <i>communicatio</i> , quando ou conversamos com os próprios adversários [...] 21. ou como que deliberamos com os juízes, o que é muito frequente: [...] como Catão: “Bem, se vós estivésseis naquele lugar, o que teríeis feito de diferente?”

Já tratamos das *interrogationes* ao examinar a *conclusio* do *Pro Rhodiensibus* (5.1.3, *supra*) e voltaremos a alguns casos à frente (5.6.2, *infra*). Constatamos, no *Pro Rhodiensibus*, que muitas das *interrogationes* lá estavam formuladas precisamente como dípticos condicionais, a implicar amiúde uma conclusão a partir de premissas que ou estavam explícitas ou se podiam depreender do contexto circundante. Infelizmente, aqui não é possível fazer uma análise da mesma extensão, diante do diminuto dos fragmentos, que não permitem acompanhar o processo de inferenciação – mas sem dúvida indicam que de inferenciação se trata. Algumas observações, no entanto, ajudam a prosseguir na caracterização desses relevantes módulos argumentativos.

Também havíamos examinado o FOR.153 ao tratar do *Pro Rhodiensibus* (5.1.3, *supra*), que reproduzimos aqui segundo a diretriz, já repisada, de alocar os fragmentos mobilizados nos itens 5.1 e 5.2, *supra*, nas posições em que naturalmente recairiam no capítulo.

Passando aos três casos que agora nos incumbe examinar, note-se primeiramente tratar-se de prótases irrealis e em primeira ou segunda pessoa, de modo associado, portanto, a contextos não meramente declaratórios (*meruissent*, *stitisses*, *essetis*). Quintiliano chega mesmo a acenar para essa particularidade dialógica na introdução a *FOR.219*, ao referir a figura da *communicatio*. Note-se, ainda, que o conteúdo da apódose (em que figura o pronome interrogativo) é extremamente rarefeito, centrado em verbos de baixa densidade lexical (*fieret*, *fecissetis*) ou reduzido apenas ao pronome interrogativo, como em *FOR.184*. Apontamos, por fim, o interessante marcador argumentativo *cedo*, no início de *FOR.219*, que significaria algo como *dicite* para Sblendorio Cugusi (1982, p. 488), mas que possivelmente se deve ler como “suponha-se que” (*OLD*, p. 293, para esta passagem), e então como marcador argumentativo por excelência.

Em duas oportunidades, temos prótases, mas não apódoses, em razão de citações truncadas por gramáticos que perseguem interesses muito específicos:

<i>De moribus Claudii Neronis</i> (184 a.C.)	NON.88L
“ <i>Fulguratores</i> ”, ut extispices et aruspices, ita hi fulgurum inspectores. Cato de moribus Claudii Neronis: <i>Haruspicem, fulguratorem, si quis adducat.</i> (<i>FOR.58</i>)	<i>Fulguratores</i> , assim como <i>extispices</i> e <i>aruspices</i> [intérpretes de entranhas]. Catão, no discurso <i>De moribus Claudii Neronis</i> : “Se alguém trazer um arúspice ou um intérprete de raios...”

<i>Aduersum Ti. Sempronium Longum</i> (s./d.)	PRISC.GL.2.279
“ <i>Supellex supellectilis</i> ”: uetustissimi tamen etiam “ <i>haec supellectilis</i> ” nominatium proferebant. Cato aduersum Tiberium Sempronium Longum: <i>Si posset auctio fieri de artibus tuis, quasi supellectilis solet.</i> (<i>FOR.161</i>)	<i>Supellex, supellectilis</i> : os muito antigos, entretanto, diziam <i>haec supellectilis</i> no nominativo. Catão, no discurso <i>Aduersum Tiberium Sempronium Logum</i> : “Se se pudesse fazer uma venda pública de tuas artes, como se costuma fazer com a mobília...”

Em *FOR.58*, verifica-se anteposição dos complementos acusativos (cumulados assindeticamente, em ordem silábica crescente e aproximadamente sinônimos) à conjunção da prótase – novamente, é possível que se tratasse de tópico ou foco contrastivo, infelizmente para além de toda possibilidade de recuperação. O cúmulo, de todo modo, parece ser técnico, pois se encontra também em inscrição: *haruspe fulguriator* (*CIL* I² 2127, de cerca de 100 a.C., cf. SBLENDORIO CUGUSI, 1982, p. 231).

Em *FOR.161*, chama atenção a ordem de palavras na prótase, uma vez que, como verbo auxiliar, *posset* assumiria em princípio posição terminal (*fieri posset*;

FANKHÄNEL, 1938, p. 175-178), de modo que os sintagmas *auctio fieri* e *de artibus tuis* parecem estar postos em relevo, certamente em relação com a metáfora que comunicam e que vem encarecida pelo símile (*quasi... solet*); o teor imaginativo do passo está claramente assinalado pelo subjuntivo (*posset*). Neste excerto, há, assim, um evidente módulo condicional argumentativo, o que deve ser o caso também de *FOR.58*, ainda que o material seja mais rarefeito, logo de mais difícil avaliação. De toda forma, o emprego das anteposições, do cúmulo e do símile dão conta do tipo de tratamento a que os dípticos condicionais são submetidos nesses contextos (estrita ou amplamente) argumentativos.

Enfim, podemos finalizar este ponto do estudo com dois dípticos relativos, um dos quais está truncado:

<i>De suis uirtutibus contra <L.> Thermum post censuram</i> (183 a.C.)	IULIUS RUFINIANUS, <i>RL.43</i>
Διάνοια. <i>Haec figura fit proprie cum proponitur non id quod fieri oportet, sed quod fit. [...] Applicatur huic figura etiam χρεία, sententia necessaria, ut Cato in Thermum post censuram: Qui uentrem suum non pro hoste habet, qui pro re publica non pro sua obsonat, qui stulte spondet, qui cupide aedificat.</i> (FOR.97)	Διάνοια. Emprega-se essa figura quando se expõe não aquilo que deve ser feito, mas o que se faz. [...] Aplica-se ainda a essa figura a χρεία, máxima necessária, como Catão no discurso <i>in Thermum post censuram</i> : “Quem não tem o próprio ventre por inimigo, quem banqueteia às expensas da república, e não às suas, quem promete estupidamente, quem edifica cupidamente...”

<i>Dissuasio ne Lex Orchia derogaretur</i> (c. 161 a.C.)	FEST.220L
<i>Obsonitauere saepe obsonauere. Cato in suasionem <ne> de lege Orchia derogaretur: Qui antea obsonitauere <***>, postea centenis obsonitauere.</i> (FOR.128)	<i>Obsonitauere</i> frequentemente por <i>obsonauere</i> . Catão, no discurso contra a derrogação da <i>Lex Orchia</i> : “Aqueles que antes banquetearam..., depois banquetearam por cem [asses]”.

O *FOR.97*, como se vê, está truncado, mas acumula uma série de prótases, todas a descrever condutas negativas, chamando a atenção a anáfora do relativo (*qui... qui... qui... qui...*), bem como seu pareamento, duas a duas, pelos constituintes internos (repetição de *non pro*, nas duas primeiras, complemento unicamente adverbial, *stulte* e *cupide*, nas duas últimas). Note-se, na segunda prótase, a contraposição interna (*pro republica, non pro sua*), em nítida estratégia de intensificação para descrever condutas contrárias à frugalidade.

Já *FOR.128* aparenta ter prótase e apódose, mas há uma lacuna interna. Interessantemente, retoma, no léxico, uma das condutas negativas de *FOR.97* (*obsonat*;

obsonitauere... obsonitauere), a criar uma contraposição, marcada claramente por *antea* e *postea*. Também aqui, evidencia-se, assim, recurso às contraposições argumentativas, talvez a descrever um argumento indutivo (quem antes fez algo, depois também certamente o há de fazer).

5.6. Prosa argumentativa: outros módulos

Chegamos ao último item de análise da prosa argumentativa catoniana, aliás bem curto, em que abordamos alguns fragmentos residuais. Embora se vislumbrem aqui alguns módulos frasais e mesmo suprafrasais (muitos dos quais com paralelos nos passos já examinados, sobretudo em 5.1 e 5.2), o material é em geral mais diminuto, não havendo quase nenhum segmento extenso. Tratamos, primeiramente, alguns fragmentos com (distintos) módulos comparativos (5.6.1), depois alguns fragmentos com módulos frasais interrogativos (5.6.2) e enfim um pequeno conjunto de quatro fragmentos com algumas partículas importantes na prosa argumentativa catoniana que merecem breve tratamento (5.6.3).

5.6.1. Enunciados comparativos

A comparação assume formas distintas, conforme já apontamos, em 5.1.2, *supra*, a partir de passo do *De inuentione* de Cícero que convém citar na integralidade aqui:

	Cic.Inv.1.XXX.46-47
<p>46. <i>Similitudo autem in contrariis et <ex> paribus et in iis rebus, quae sub eandem rationem cadunt, maxime spectatur. In contrariis, hoc modo: “Nam si iis, qui imprudentes laeserunt, ignosci conuenit, iis, qui necessario profuerunt, haberi gratiam non oportet”. 47. Ex pari, sic: “Nam ut locus sine portu nauibus esse non potest tutus, sic animus sine fide stabilis amicis non potest esse”. In iis rebus, quae sub eandem rationem cadunt, hoc modo probabile consideratur: “Nam si Rhodiis turpe non est portorium locare, ne Hermocreonti quidem turpe est conducere”. Haec tum uera sunt, hoc pacto: “Quoniam cicatrix est, fuit uulnus”; tum ueri similia, hoc modo: “Si multus erat in calceis puluis, ex itinere eum uenire oportebat”.</i></p>	<p>46. A analogia se observa sobretudo nas coisas contrárias, iguais ou que seguem o mesmo princípio. Nas coisas contrárias, da seguinte maneira: “Pois, se convém perdoar àqueles que nos causaram dano de forma involuntária, àqueles que nos beneficiaram por necessidade, não cabe agradecer”. 47. A partir do que é igual, assim: “Pois, assim como um local sem porto não pode ser seguro para os navios, assim também uma alma sem lealdade não pode ser constante para os amigos”. Naquelas coisas que seguem o mesmo princípio, considera-se o plausível da seguinte forma: “Pois, se não é vil para os ródios conceder a taxa portuária, tampouco a Hermocreonte é vil tomá-la em concessão”. Esses argumentos são por vezes verdadeiros, da seguinte maneira: “Pois que há uma</p>

	cicatriz, houve um ferimento”; e por vezes verossímeis: “Se havia muita poeira em seus calçados, ocorria de ele chegar de viagem”.
--	--

Conforme se vê, a comparação, ou analogia (*similitudo*), pode apresentar conteúdos diversos, contrastando ou identificando elementos complementares, ou ainda estabelecendo um nexos entre eles,²⁹⁴ assim como pode assumir formas distintas, valendo-se dos dípticos condicionais (*nam si iis...*, *nam si Rhodiis...*, *si multus...*) ou de outras formas de expressão (*nam ut... sic...*, *quoniam...*). Examinemos, então, algumas comparações catonianas.

Em dois casos, a comparação nos fragmentos de Catão vem formatada de modo perfeitamente correspondente à figura que a *Rhetorica ad Herennium* denomina *definitio* (*Rhet.Her.4.XX,35*):

<i>In L. Quinctium Flaminius</i> (c. 184 a.C.)	ISID. <i>Differentiae.5</i>
<i>Inter amorem et cupidinem: Aliud est, Philippe, amor, longe aliudque cupido. Accessit ilico alter, ubi alter recessit; alter bonus, alter malus.</i> (FOR.55)	Entre amor e cupido: “Uma coisa, Felipe, é o amor, e outra coisa muito distinta é o desejo. Um chega imediatamente quando o outro vai embora; um é bom, o outro é mau”.

<i>De suis uirtutibus contra <L.> Thermum post censuram</i> (183 a.C.)	GEL.16.14.1-2 (compl. ISID. <i>Differentiae.440</i>)
<i>1. Festinare et properare idem significare atque in eadem rem dici uidentur. 2. Sed M. Cato id differre existimat eaque hoc modo diuisa (uerba sunt ipsius ex oratione quam de suis uirtutibus habuit): Nam aliud est properare, aliud festinare: qui unumquidquid mature transigit, is properat; qui multa simul incipit neque perficit, is festinat. Ego unumquodque quod adortus eram transigebam.</i> (FOR.96)	1. <i>Festinare</i> e <i>properare</i> parecem ter o mesmo significado e se dizer a respeito das mesmas coisas. 2. Mas Marco Catão julga serem distintas e diferenciarem-se da seguinte forma (as palavras dele são de seu discurso a respeito de suas virtudes): “Pois uma coisa é <i>properare</i> , outra coisa é <i>festinare</i> : quem leva a cabo alguma coisa com rapidez, <i>properat</i> ; quem começa muitas coisas simultaneamente e não completa nenhuma, <i>festinat</i> . Eu, de minha parte, levava a cabo tudo aquilo que começara”.

²⁹⁴ Conforme explica Mário Vitorino, trata-se de relações como as dos contratos de *locatio conductio* (que engloba nossos atuais contratos de aluguel, empreitada, prestação de serviço, trabalho, entre outros) e de *emptio uenditio*, como no exemplo logo adiante (VICT.29.115R): “essas palavras olham uma na direção da outra; assim, a partir do princípio de uma, devemos provar o princípio da outra, como por exemplo: a respeito de não sei <quem>, que comprou o filho ao pai que o vendia, diz-se que cometeu um ato iníquo” (*haec uerba se inuicem spectant; itaque ex unius ratione alterius rei rationem probare debemus, ut puta: nescio <quis>, qui patre uendente emit filium, iniquam rem dicitur fecisse*, VICT.29.115R).

Note-se que, em ambos os casos, trata-se mais especificamente de *definitiones* contrastivas, a exemplo de dois dos exemplos daquela figura na *Rhetorica ad Herennium*:

	<i>Rhet.Her.4.XXV.35</i>
Item: “ <i>Non est ista diligentia, sed auaritia, ideo quod diligentia est accurata conseruatio suorum, auaritia iniuriosa adpetitio alienorum</i> ”. Item: “ <i>Non est ista fortitudo, sed temeritas, propterea quod fortitudo est contemptio laboris et periculi cum ratione utilitatis et compensatione commodorum, temeritas est cum inconsiderata dolorum perpeissione gladiatoria periculorum susceptio</i> ”.	Ademais: “Isso não é diligência, mas avareza, pois a diligência é a conservação cuidadosa do que é seu, mas a avareza é o desejo ilegítimo do que é dos outros”. Ademais: “Isso não é persistência, mas temeridade, pois a persistência é o desprezo pela fadiga e pelo perigo em face da utilidade e do sopesamento das vantagens; a temeridade é a assunção irrefletida de perigos, com a resignação dos sofrimentos, à maneira dos gladiadores”.

Tem-se, assim, um tipo específico de *definitio*, a *distinctio* (QUINT.*Inst.*9.3.65), de longa ascendência na tradição retórica (RADERMACHER, 1951, p. 67). Evidentemente, Catão pode, ainda aqui, ter ou não acessado os exemplos escolares da figura (cf. discussão em SBLENDORIO CUGUSI, 1982, p. 228), mas sem dúvida se valeu de molde pronto, e isso reiteradamente, conforme atestam *FOR.55* e *FOR.96*. Mais ainda, o eco muito preciso de *FOR.55* em Afrânio, na segunda metade do século II a.C. (*aliud est amor, aliud cupido*, AFRAN.*Com.*23R), e a amplíssima difusão da *distinctio* de *properare* e *festinare* (testemunhos citados em SBLENDORIO CUGUSI, 1982, p. 286-287), sugerem talvez mais do que uma recepção pontual de Catão, mas uma presença bastante ampla desses módulos.

Em ambos os casos, nota-se a extensão do paralelismo, sempre construído em três segmentos. Assim, em *FOR.55*: no primeiro, estão dados os termos a distinguir, com recurso à estrutura *aliud... aliud*; no segundo, a definição propriamente dita, ainda que sugestiva (encarecida pelo quiasmo *accessit... recessit*); no terceiro, enfim, encontra-se uma avaliação moral, que, conforme se nota, acaba por mostrar que se está diante de uma oposição de valores, mais do que mera distinção terminológica. Assim também, em *FOR.96*: no primeiro segmento, estão novamente dados os termos a distinguir, ainda aqui com recurso a *aliud... aliud...*; no segundo segmento, também se localiza a distinção propriamente dita (como dípticos relativos contrapostos, na forma tradicional, com relativa anteposta e demonstrativo anafórico); no terceiro segmento, ocorre mais uma vez frase que contém posicionamento moral (Catão é alguém que *properat*, não *festinat*).

Para o que aqui importa, note-se que essa estrutura de *distinctio* funciona como premissa maior em um entimema. Ela está sozinha em *FOR.55*, mas acompanhada da

premissa menor em *FOR.96* (*ego... transigebam*), de onde exsurge a conclusão evidente (*ego ergo properabat, non festinabat*). A *definitio* aparece, assim, como um módulo suprafrasal pronto, em três partes, com possibilidades evidentes de variação, destinado a produzir premissas maiores a que se podem atrelar, na sequência, os passos subsequentes do processo de inferenciação, notadamente em um raciocínio dedutivo.

Formas como essas de contrastes simétricos, mesmo quando não se erigem em *definitiones*, e propriamente em *distinctiones*, constituem módulo caríssimo à oratória catoniana, que abunda em *similitudines ex contrariis* (cf. *FRH.5.87*, 4.1.1; *FOR.48*, 4.3.2; *FOR.169*, 4.3.2; *FOR.201*, 4.5.1; *FOR.218*, 4.5.2; *FOR.1*, 4.5.2). Veremos mais cinco casos neste subitem, iniciando por três curtos, mas instrutivos, fragmentos (*FOR.111*, *FOR.172* e *FOR.223*), seguindo-se depois caso de atribuição duvidosa aos discursos (*FOR.224*) e, enfim, excerto um pouco mais longo, a permitir algumas considerações estruturais (*FOR.196*).

Começamos com os três casos curtos de *similitudo ex contrariis*:

<i>In P. Furium pro Hispanis de frumento</i> (c. 183 a.C.)	CHAR.289B
<i>“Vtrinde” Cato pro Hispanis de frumento: Vtrubi bona, utrubi mala gratia capiatur, utrinde iram, utrinde factiones tibi pares.</i> (<i>FOR.111</i>)	Catão usa <i>utrinde</i> no discurso <i>Pro Hispanis de frumento</i> : “De um lado, adquire-se estima; do outro, adquire-se escárnio; de uma parte ganha-se hostilidade, de outra companheiros”.

<i>De praeda militibus diuidenda</i> (s./d.)	GEL.11.18.18
<i>Sed enim M. Cato in oratione quam de praeda militibus diuidenda scripsit uehementibus et inlustribus uerbis de impunitate peculatus atque licentia conqueritur. Ea uerba quoniam nobis inpense placuerant adscripsimus: Fures, inquit, priuatorum furtorum in neruo atque in compedibus aetatem agunt, fures publici in auro atque in purpura.</i> (<i>FOR.172</i>)	Mas Marco Catão, no discurso que escreveu, <i>De praeda militibus diuidenda</i> , queixa-se a respeito da impunidade do peculato e da ousadia. Pois que nos agradaram profundamente essas palavras, nós as transcrevemos: “Os ladrões de furtos privados passam a vida em correias e grilhões; os ladrões públicos, no ouro e na púrpura”.

s./n., s./d.	FEST.408L
<i>“Struere”, antiqui dicebant pro adicere, augere. Vnde industrios quoque M. Cato: Iure, lege, libertate, re publica communiter uti oportet; gloria atque honore, quomodo sibi quisque struxit.</i> (<i>FOR.223</i>)	Os antigos diziam <i>struere</i> por <i>adicere</i> , <i>augere</i> . De onde também Marco Catão [empregou o vocábulo a propósito dos] industriosos: “Devem-se gozar em comum o direito, a lei, a liberdade, a república; a glória e a honra, conforme cada um para si próprio amealhou”.

Trata-se de trechos mais curtos do que os anteriormente examinados em outros pontos da investigação, na listagem apresentada acima, o que impede, infelizmente, de entender a articulação dessas *similitudines ex contrariis* em seus contextos argumentativos. No entanto, o recurso a toda sorte de paralelismo e a preferência por uma articulação assindética são traços marcantes e compartilhados com aqueles outros passos. Assinalemos algumas peculiaridades

Note-se, em *FOR.111*, a formação complexa com dupla anáfora aliterante (*utrubi... utrubi..., utrinde.. utrinde...*), paralelismo (em cada par anafórico, apenas complemento acusativo no primeiro membro, mas dois complementos e verbo no segundo) e quiasma (elementos negativos no centro, *mala gratia* e *iram*, e positivos nas extremidades, *bona* e *factiones tibi*). Sblendorio Cugusi sugere que “*utrinde* seria neologismo catoniano, inspirada pelo precedente *utrubi*” (SBLENDORIO CUGUSI, 1982, p. 305), o que é possivelmente forma de dobrar a língua para realçar o paralelismo (TRAINA, 1999, *passim*).

Em *FOR.172*, o paralelismo assume outra forma – que, já veremos, com *FOR.223*, é também modular –, opondo agora uma frase mais desenvolvida a outra mais curta, mas ambas novamente começando em anáfora (*fures... fures...*) e terminando também paralelamente com cúmulos bimembres ablativos introduzidos por *in* e copulados por *atque* (*in neruo atque in compedibus, in auro atque in purpura*), nos dois casos dispondo os substantivos em ordem silábica crescente. É interessante o comentário de Gélío (*ea uerba... nobis inpenso placuerunt*), que talvez se relacione justamente com a percepção dessa estrutura simétrica elaborada.

Atente-se para as expressões a que Catão recorre. Assim, o primeiro complemento ablativo é tradicionalíssimo, comparecendo na Lei das Doze Tábuas (*uincito aut neruo aut compedibus*, III.3, v., *supra*, item 3.2.2), o segundo já no próprio Catão (*mulieres opertae auro purpuraque*, *FRH.5.109*, v. 4.4, *supra*, mas também, e.g., *PL.Au.500; Mo.286*). Note-se que *auro et pupura* comparece inclusive, duas vezes, no discurso que Lívio atribui a Catão sobre a *Lex Oppia*, em *LIV.34.3.9* e *LIV.34.4.14*. O nexos aliterativo *aetatem agere* é também formular e vem aqui igualmente reaproveitado (cf., no próprio Catão, *secus aetatem agerem quam illi egissem*, *FOR.9, supra*, 5.2.1; além disso, Ênio em *FRL.E.4, supra*, 3.1.6, *aetate pessum acta*, etc.). A acumulação de sintagmas formulares é tão intensa aqui, recorrendo a frases prontas enfileirados, que dificilmente se poderia tratar de mera coincidência; talvez a função de premissa maior

desempenhada por essas *similitudines* convoque o recurso a um fundo de linguagem estabilizado, a substituir a prova das proposições, que não é em geral fornecida em tais casos.

Em *FOR.223*, o paralelismo prescinde da anáfora, mas é criado pela replicação estrutural dos complementos ablativos em primeira posição, por um complemento adverbial também na mesma posição (advérbio na primeira frase, oração adverbial na segunda), novamente com a expressão verbal expressa apenas na primeira frase, como em *FOR.172*. Vejam-se ainda o assíndeto entre as frases e o contraste entre emprego de assíndeto para os complementos ablativos na primeira frase e cópula com *atque* para aqueles na segunda. Note-se, por fim, o cúmulo em ordem silábica crescente *iure, lege, libertate, re publica* com redundâncias sinonímicas (*iure lege, gloria atque honore*; com relação a este último, relembrem-se *gloriam atque gratiam* em *FRH.5.76, 3.4*; com vários paralelos em outros textos, e.g. *gloriam laudem decus*, *PL.St.281*; *gloriam et gratiam*, *PL.Tr.274*, etc.).

Como afirmamos, há um passo de origem incerta e apenas possivelmente advindo de discurso catoniano (SBLENDORIO CUGUSI, 1982, p. 492):

s./n., s./d.	FEST.519L
“ <i>Vecticularia uita</i> ” dicitur eorum, qui uectibus parietes alienos perfodiunt furandi gratia. Cato: <i>Vecticulariam uitam uiuere, repente largiter habere, repente nihil.</i> (<i>FOR.224</i>)	Diz-se uma <i>uecticularia uita</i> a respeito daqueles que, servindo-se de alavancas, cavam buracos nas paredes alheias para poder furtar. Catão: “Viver uma vida de arrombadores, subitamente ter muito, subitamente não ter nada”.

Notem-se a tripla aliteração (em /w/: *uecticulariam uitam uiuere*) e a contraposição que se segue, encabeçada por anáfora (*repente..., repente...*), novamente com verbo apenas no primeiro membro. Pode-se, assim, afirmar que, com algumas variações, existe efetivo módulo contrastivo catoniano, dependente ou não de uma *definitio* no começo, ainda que com variações, elas mesmas modulares. Esse módulo é, ademais, amiúde tratado com aplicação dos procedimentos próprios ao paralelismo fônico, o que lhe confere clara proeminência na contextura argumentativa, ainda que se deva assinalar, como já se viu a respeito da prosa narrativa na oratória (v. 5.3, *supra*), que o discurso como um todo é receptivo a esses procedimentos.

Frente a todos esses trechos mais curtos, ganha interesse enfim o último caso de *similitudo ex contrariis*, no *FOR.196*, único fragmento utilizável de discurso de data

incerta intitulado *De aedilibus uitio creatis* (pois *FOR.197* subsiste como uma única palavra). Veja-se:

<i>De aedilibus uitio creatis</i> (s./d.)	GEL.13.18.1-3
<p>1. <i>Oratio est M. Catonis Censorii de aedilibus uitio creatis. Ex ea oratione uerba haec sunt: Nunc ita aiunt in segetibus in herbis bona frumenta esse. Nolite ibi nimiam spem habere. Saepe audiui inter os atque offam multa interuenire posse; uerum uero inter offam atque herbam, ibi uero longum interuallum est.</i> 2. <i>Erucius Clarus, qui praefectus urbi et bis consul fuit, uir morum et litterarum ueterum studiosissimus, ad Sulpicium Apollinarem scripsit, hominem memoriae nostrae doctissimum, quaerere sese et petere uti sibi rescriberet quaenam esset eorum uerborum sententia.</i> 3. <i>Tum Apollinaris nobis praesentibus – nam id temporis ego adulescens Romae sectabar eum discendi gratia – rescripsit Claro, ut uiro erudito breuissime, uetus esse prouerbium “inter os et offam”, idem significans quod Graecus ille παροιμιώδης uersus: πολλὰ μεταξύ πέλει κύλικος καὶ χεῖλεος ἄκρου. (FOR.196)</i></p>	<p>1. Há um discurso de Marco Catão Censor, <i>De aedilibus uitio creatis</i>. Naquele discurso, há as seguintes palavras: “Agora dizem que há bons grãos nas lâminas. Não ponhais muita esperança nisso. Frequentemente, ouvi que, entre a boca e o bocado, muito se pode passar; mas certamente entre o bocado e a lâmina [do cereal], há bem longa distância”. 2. Erúcio Claro, que foi prefeito da Cidade e duas vezes cônsul, homem interessadíssimo nos costumes e nas letras antigas, escreveu a Sulpício Apolinário, o mais douto homem de que temos recordação, que ele procurava descobrir e pedia que lhe respondesse qual era o sentido daquelas palavras. 3. Então, Apolinário, em nossa presença – pois, naquele tempo, eu era jovem em Roma e o seguia a fim de aprender – respondeu a Claro, de forma brevíssima, como é próprio a um homem erudito, que o provérbio <i>inter os et offam</i> é antigo e significa a mesma coisa que aquele famoso verso proverbial grego: “há muita distância entre o cálice e a borda do lábio”.</p>

É possível acompanhar, neste ponto, um argumento em toda sua extensão. A sequência textual vem dada como premissa menor (*nunc... esse*), conclusão (*nolite... habere*), com premissa maior posposta (*saepe... est*). A premissa maior, na verdade, mais especificamente, é formada por *inter offam atque herbam... est*, derivada, por comparação indutiva, a partir de um provérbio que Catão introduz com fundamento na tradição (*saepe audiui*). Trata-se de notável transposição argumentativa, a subverter a ordem dialética de apresentação dos passos inferenciais.

Cabem algumas observações sobre o emprego de algumas partículas e expressões recorrentes que importam para a organização discursiva. Note-se, primeiramente, o *nunc* (também como sinalizador argumentativo em *FOR.68*, *FOR.186*, *FRH.5.89*, *FRH.5.91* e *FRH.5.92*, *FRH.5.105*, cf. *OLD*, p. 1205, especialmente definições 9, 10 e 11), além dos casos em que funciona como advérbio temporal (a exemplo de *FOR.169*); não parece haver vinculação de *nunc* a algum passo específico da argumentação, mas aponte-se que ele frequentemente ocorre “depois de uma suposição contrária à realidade” (GREINER & BILLORET, 1952, p. 369), o que é sem dúvida o caso aqui. O nexos *ita aiunt* também

é formular em Catão (*qui... dicit, ita dicit, FRH.5.90; nam ita dicunt, FOR.22; quom laudabant, ita laudabant, CATO.Agr.praef*). O mesmo se pode dizer a respeito de *uerum uero* (cf. *enim uero: FOR.169; uerum enim uero, FRH.5.104*), também desempenhando função equiparada a *nunc* (GREINER & BILLORET, 1952, p. 394), tudo a reforçar a prática de explicitação, e mesmo exibição, dos nexos argumentativos que vimos testemunhando ao longo da investigação.

Podemos, enfim, tratar brevemente de mais dois fragmentos:

<i>De moribus Claudii Neronis</i> (184 a.C.)	PRISC.GL.2.509
“ <i>Illi</i> ” pro “ <i>illius</i> ” Cato in <i>Marcum Caelium</i> [...] <i>Idem de moribus Claudii Neronis: Pecunia mea rei publicae profuit quam isti modi uti tu es.</i> (FOR.57)	Catão usou <i>illi</i> no lugar de <i>illius</i> , no discurso <i>In Marcum Caelium</i> . O mesmo [Catão] no discurso <i>De moribus Claudii Neronis</i> : “Meu dinheiro favoreceu à república mais do que [pessoas] desse tipo a que pertences”.
<i>De Ptolomaeo minore contra L. Thermum siue de Thermi quaestione</i> (c. 154 a.C.)	PRISC.GL.2.88
<i>Vetustissimi</i> [...] <i>comparatiuis etiam huiuscemodi sunt</i> [scil. “ <i>piior</i> ”] <i>usi. Cato de Ptolomaeo minore de Thermi quaestione: Quantoque suam uitam superiorem atque ampliorem atque antiquiorem animum inducent esse quam innoxiiorem.</i> (FOR.135)	Os mais antigos ainda usaram comparativos desse tipo [isto é, como <i>piior</i>]. Catão, no discurso <i>De Ptolomaeo minore de Thermi quaestione</i> : “E convencer-se-ão de que sua vida é superior e mais esplêndida e mais louvável [do que a dos outros], antes que mais virtuosa”.

FOR.57 apresenta diversas dificuldades para o estabelecimento do texto (SBLENDORIO CUGUSI, 1982, p. 230), pelo que não permite grandes elucubrações. Aponte-se, contudo, a elipse de *magis* no comparativo. Kühner e Stegmann notaram que isso ocorre sobretudo quando, “no verbo da oração, há um sentido comparativo, portanto especialmente em verbos de querer, desejar, decidir, etc.” (KÜHNER & STEGMANN, 1955, 2, p. 463; cf., por exemplo, PL.*Men*.726; PL.*Rud*.684; PL.*Bac*.618; PL.*Poen*.747), caso em que se encontra *prodesse* (“favorecer”, “contribuir”, “tornar melhor”).

FOR.135, para além do triplo cúmulo com cópula elevada em *atque* (*superiorem atque ampliorem atque antiquiorem*) e do largo homeoptoto formado pelo conjunto dos adjetivos, tem o interesse de conter a expressão *animum inducent*, como, por exemplo, em Plauto e mais amplamente em diversos autores antigos (cf. BENNETT, 1982, 1, p. 379, havendo caso semelhante em *animus induci potest / eum esse ciuem et fidelem et bonum*, PL.*Per*.66-67). Em comparação com FOR.169, onde *inducere* aparece sem o complemento *animum*, e de forma já claramente técnica, a ocorrência da expressão aqui,

em sentido cognitivo, sugere a confinidade entre a ideia de persuasão (e.g., LUCIL.894: *Hymnis, ego animum si induco, quod tu ab insano auferas*) e aquela de atividade de inferenciação. Possivelmente a partir de casos como esse, o complemento *animum* pôde ser deixado de lado.

Vê-se, assim, nesse rápido exame, complementar às análises já anteriormente conduzidas, que as estruturas comparativas aparecem mobilizadas em contextos argumentativos diversos, frequentemente dotada de elocução bastante encarecida, o que pode ser indício de seu estatuto contrastivo relativamente aos dípticos condicionais, no sentido de uma vocação prioritária, originária mesmo, para a argumentação, distintamente dos dípticos condicionais, que são apropriados a outros contextos comunicativos.

5.6.2. Enunciados interrogativos

Estudamos uma série de frases interrogativas em 5.1.3, *supra*, e verificamos que se tratava de importantes veículos argumentativos, ainda que, naquelas frases do *Pro Rhodiensibus*, parecesse se tratar mais especificamente de argumentos retomados na *peroratio*, o que não se pode afirmar, também já o dissemos, de modo geral para as *interrogationes*. Infelizmente, aqui dispomos de menos contexto, pelo que o tratamento será forçosamente muito breve.

Iniciamos com dois casos em que figura, como no *pro Rhodiensibus* (v., *supra*, 4.1.3), o pronome interrogativo *ecquis*:

<i>Si se M. Caelius tribunus plebis appellasset</i> (184 a.C.)	PRISC.GL.2.228
<i>“Illi” pro “illius”. Cato in Marcum Cae[ci]lium: Ecquis illi modi esse uult?</i> (FOR.88)	<i>Illi</i> no lugar de <i>illius</i> . Catão, no discurso contra Marco Célio: “E quem quer ser assim?”

<i>Contra Cornelium ad populum</i> (s./d.)	FEST.364L
<i>“Repulsior” secunda conlatione dixit Cato in ea, quae est contra Cornelium apud populum: Ecquis incultior, religiosior, desertior, publicis negotiis repulsior?</i> (FOR.162)	Como comparativo, Catão usa <i>repulsior</i> no seu discurso <i>Contra Cornelium apud populum</i> : “E por acaso há alguém de mais grosseiro, de mais isolado, de mais abandonado, de mais afastado dos encargos públicos?”

Evidentemente, a recorrência de *ecquis*, com o prefixo *ec-* (“prefixado a interrogativas com força intensiva”, *OLD*, p. 584, o que resulta em que *ecquis* é empregado em “interrogações patéticas”, LEWIS & SHORT, p. 1993, p. 624, como “forma reforçada de *quis*”, BASSI, 1921, p. 14), chama a atenção, configurando tipo privilegiado da interrogação oratória catoniana. Essa presença destacada está naturalmente atrelada à particular moldagem do argumento em contexto oratório, em que as inferenciações são particularizadas. Ambas as interrogativas convidam à mesma resposta negativa que no caso do *pro Rhodiensibus*.

Se *FOR.88* é muito reduzido para permitir mais amplas considerações (mas note-se o termo de comparação *illi modi*, certamente anafórico e certamente referindo-se a Marco Célio), *FOR.162* dá conta de duas especificidades interessantes adicionais: o encarecimento da linguagem, por meio de amplo cúmulo sinonímico assindético e homeotelêutico, disposto em ordem silábica crescente (devido ao complemento do último membro, *publicis negotiis*), e o recurso a uma série de comparativos, de tal sorte que a acumulação de comparativos (v. *FOR.135*, 4.6.1, e *FOR.140*, 5.4.1, *supra*) se vai configurando como módulo sintagmático relevante em Catão.

FOR.103, com o pronome *quis* em seu grau, por assim dizer, normal, também convida a uma resposta negativa:

<i>In M. Fulvium Nobiliorem</i> (c. 178 a.C.)	GEL.5.6.24-26
<p>24. <i>Marcus Cato obicit M. Fulvio Nobiliori quod milites per ambitum coronis de leuissimis causis donasset. 25. De qua re uerba ipsa apposui Catonis. Iam principio quis uidit corona donari quemquam, cum oppidum captum non esset aut castra hostium non incensa essent? 26. Fulvius autem, in quem hoc a Catone dictum est, coronis donauerat milites quia uallum curauerant aut qui puteum strenue foderant.</i> (<i>FOR.103</i>)</p>	<p>24. Marco Catão objetou a Marco Fúlvio Nobilior o fato de que dava coroas aos soldados, com pretextos mínimos, por ambição. 25. A respeito disso, transcrevi as próprias palavras de Catão: “E desde o princípio, quem viu uma coroa ser dada a quem quer que seja quando uma cidade não foi tomada ou o acampamento do inimigo não foi incendiado?” 26. Fúlvio, contra quem isso foi dito por Catão, dera coroas aos soldados porque haviam cuidado das paliçadas ou porque haviam cavado um poço com diligência.</p>

O ataque por (*iam*) *principio* é recorrente em Catão (*principio*, *FOR.113*, *ego iam a principio*, *FOR.93*). Destaque-se que *iam*, que, como se vê, parece se associar ao *principio* de forma estreita, aparenta desempenhar a função de partícula argumentativa antes que de advérbio temporal (paralelamente, portanto, a *nunc*, conforme apontamos

em 5.6.1, *supra*), talvez como “simples reforço na passagem de um pensamento a outro”, na avaliação de Bassi (1921, p. 188), sendo lamentável a perda do contexto antecedente, que poderia auxiliar no esclarecimento de seus valores específicos. Seguem-se duas orações introduzidas por *cum*, com relevante componente semântico causal (valendo *cum non... [cum] non...* em grande medida por *nisi... aut si... non...*). Essas orações desenvolvem amplamente um enquadramento contrafático, o que talvez encareça a afirmativa, que se poderia formular como uma prescrição normativa (*si miles oppidum ceperit, uel castra hostium incenserit, ei coronam dato*). Nesse sentido, a transposição para orações em *cum* talvez se possa identificar com os casos de *cum* temporal com subjuntivo precedentemente analisados (v., *supra*, 5.3.2), constituindo a opção, por assim dizer, marcada, opção por espécie de abertura para visualizar a situação em toda sua abrangência.

No que tange ao agenciamento, merece atenção a posposição de *quemquam* a *donari*, que tem destacado seu valor focal, a reforçar o caráter contrafático das orações que se seguem. Embora falte mais amplo contexto, é plausível que Catão estivesse a estabelecer uma premissa maior (*corona donari non oportet nisi...*); afinal, Gélvio indica, na sequência, qual seria a premissa menor (Fúlvio Nobilior deu uma coroa a soldados que desempenharam tarefas comuns). Lido assim o fragmento, a própria pergunta conteria já anúncio da conclusão, nos moldes dos fragmentos do *Pro Rhodiensibus* (algo como *Fulvius male fecit*).

A *interrogatio* de FOR.83, também do discurso *Si se M. Caelius tribunus plebis appellasset* possui igualmente resposta direcionada:

<i>Si se M. Caelius tribunus plebis appellasset</i> (184 a.C.)	FEST.52L
“ <i>Citeria</i> ” <i>appelabatur effigies quaedam arguta et loquax ridiculi gratia, quae in pompa uehi solita sit. Cato in Marcum Cae[ci]lium: Quid ego cum illo dissertem amplius, quem ego denique credo in pompa uectitatum ire ludis pro citeria, atque cum spectatoribus sermocinaturum?</i> (FOR.83)	Chamava-se <i>citeria</i> [títere, boneco] a certa figura esperta e faladeira, com função de fazer rir, que costumava ser conduzida nas procissões. Catão, no discurso contra Marco Célio: “Por que eu devo discutir mais longamente com ele, que, enfim, creio que irá frequentemente carregado em procissão para os jogos como um títere e que ficará de conversas com os espectadores?”

Note-se o emprego expansivo da relativa para caracterizar condutas hipotéticas de Marco Célio, em duas orações de infinitivo subordinadas a *credo* (*ire*, *sermocinaturum*

[esse]), com posposição de *ludis pro citeria*, na primeira delas (talvez, mais especificamente, posposição de *pro citeria*, uma vez que a posposição do complemento que indica destino com verbo de movimento, segundo já vimos amplamente, não é excepcional em Catão). Trata-se justamente do sintagma em que está localizada a palavra que motivou a citação por Festo. A partícula *denique* está a sugerir tratar-se de argumento final em uma sequência. Fraenkel entendeu que esses argumentos deveriam também estar em relativas que se perderam, depois de *amplius* (FRAENKEL, 1968, p. 143); no entanto, é inteiramente possível que estivessem em frases anteriores, declarativas ou interrogativas, ou mesmo que o segmento preservado valesse por um único argumento que resume tudo o que importa (“que creio, a bem da verdade...”, ou, “em suma...”).

Um último caso de interrogativa a ser referido, em citação bastante diminuta, é o seguinte:

<i>In L. Veturium de sacrificio commissio cum ei equum ademit (184 a.C.)</i>	PRISC.GL.2.230
“Ico” [...] <i>paenultima breui profertur in praesenti teste Capro, sed producit eam in praeterito perfecto et mutat “o” finalem in “i”, “īco īci”, unde “ictus”. Cato Censorius de Veturio: Hostem num unum icit? (FOR.67)</i>	<i>Ico</i> [...] pronuncia-se hoje, com a penúltima breve, de acordo com Caprão, mas ela é alongada no <i>perfectum</i> e substitui o –o final por –ī, <i>īco īci</i> , de onde vem <i>ictus</i> . Catão Censor, no discurso a respeito de Vetúrio: “Por acaso golpeia um só inimigo?”

Infelizmente, a transmissão do passo é bastante incerta (cf. SBLENDORIO CUGUSI, 1982, p. 241). De todo modo, pode-se notar a prolepse de *hostem*, separado de *unum* por *num*, a incrementar, assim a lista de casos em que o substantivo e o adjetivo se encontram separados (v., *supra*, 4.3.2, 4.4 e 5.5.2), certamente aqui também a promover um destaque de foco, em segmento argumentativo. A partícula *num*, que não é muito comum na prosa oratória de Catão, chama a atenção. Entretanto, a incerteza na transmissão e a extensão do fragmento impedem que se avance na análise.

5.6.3. *Alia stilemata*

Encerramos estas considerações complementares às frases argumentativas com quatro fragmentos em que a presença de algumas partículas, pertinentes aos segmentos argumentativos, convidam a algumas reflexões. Começamos com dois fragmentos:

<i>De uestitu et uehiculis</i> (c. 184 a.C.)	PRISC.GL.2.226
<i>Quamuis uetustissimi soleant omnium in “ius” terminantium genetiuum et in “i” datiuum etiam in “i” genetiuum et in “o” datiuum in genere masculino et neutro, in feminino uero secundum primam declinationem in “ae” diphtongum proferre, M. Cato in censura de uestitu et de uehiculis: Nam periniurium siet, cum mihi ob eos mores quos prius habui honos detur, ubi datus est tum uti eos mutem atque alii modi sim, pro “alius modi”. (FOR.51)</i>	Embora os mais antigos costumem empregar a terminação em <i>-i</i> para o dativo de todas as palavras cujo genitivo termina em <i>-ius</i> e a terminação em <i>-o</i> para o dativo de todas as palavras cujo genitivo termina em <i>-i</i> , e no feminino, valer-se do ditongo <i>-ae</i> [para o dativo e para o genitivo], de acordo com a primeira declinação, Marco Catão, ao censurar relativamente às vestimentas e aos veículos [escreve <i>alii modi</i>] em lugar de <i>alius modi</i> : “Pois seria extremamente injusto que, quando me é dado um cargo que eu obtive em razão dos hábitos que eu tinha antes, ao me ser dado o cargo, eu então os mude e me torne alguém de outra conduta”.

<i>Oratio quam dixit Numantiae apud equites</i> (195 a.C.)	PRISC.GL.2.318
<i>Neutrum “hoc aes huius aeris”, cuius plurales obliqui in raro sunt usu, “aera aerum aeribus” Cato in oratione qua in senatu suasit ut plura aera equestria fierent: Nunc ergo arbitror oportere restitui, quin minus duobus milibus CC sit aerum equestrium. (FOR.68)</i>	Catão usa, no discurso que proferiu no Senado para que houvesse mais cavaleiros estipendiados, o neutro <i>hoc aes huius aeris</i> , cujos plurais declinados são de uso raro, <i>aera aerum aeribus</i> : “Agora, portanto, julgo oportuno restituir [a provisão] de que não haja menos de 2200 cavaleiros estipendiados [pela república]”.

Note-se que, em *FOR.51*, como já em *FOR.103* (*supra*, 5.6.2), a oração em *cum* com subjuntivo tem relevante sentido condicional (*si mihi... detur*), também aqui a designar situação contrafática. É notável que haja espécie de especificação temporal correlativa na sequência (*ubi... tum*), em lugar de uma construção *cum... tum*, podendo-se compreender a aparente redundância *cum... detur, ubi datus est*, como especificação ou restrição subsequente do sentido temporal, a reforçar a maior amplitude semântica da oração em *cum* com subjuntivo.

De todo modo, esse complexo segmento situacional-condicional-temporal vem interposto entre a oração principal (*nam periniurium est*) e o segmento completivo (formado por duas coordenadas: *uti... mutem atque [uti]... sim*). Note-se que a intrincada hipotaxe permite organizar o texto em quiasma: *eos mores... detur / ubi datus est... alii modi sim*, em um tecido ademais aliterativo (em /h/: *habui honos*, e em /m/: *mihi... mores... mutem... modi*). O paralelismo se mostra, assim, bastante pronunciado.

Infelizmente – e o mesmo se verifica para os outros fragmentos neste subitem – a partícula *nam* abre o fragmento, de modo que não se logra determinar seu engate específico com a textura argumentativa: como *nam* prospectivo (KROON, 1995, p. 152-155), estaria a introduzir uma premissa maior ou, então, como *nam* retrospectivo (KROON, 1995, p. 145-152), a apresentar propriamente uma conclusão? Não nos parece possível resolver a questão a contento, o que nos obriga a nos limitar à constatação inespecífica da presença do marcador discursivo já encontrado alhures na oratória catoniana, com mais amplo contexto (v., *supra*, 5.1.2, 5.1.3 e 5.5.2).

Embora muito curto, *FOR.68* traz encadeadas duas partículas relevantes em contexto argumentativo, *nunc* e *ergo*, com o verbo em primeira pessoa *arbitror* (comparável a *FRH.5.88*, 5.1.2, e *FOR.5*, 5.2.1, *supra*), constituindo principal de um encadeamento de completivas (*arbitror: oportere restitui quin... sit*; notar a recorrência de *quin*, em *FRH.5.27*, *supra* 4.2.2, e em *FRH.5.41*, *supra* 4.4). Neste caso, o cúmulo *nunc ergo* e a especificidade do conteúdo da enunciação sugerem fortemente que o passo correspondia a conclusão do argumento desenvolvido por Catão. O cúmulo das partículas *nunc ergo* – infelizmente único nos fragmentos supérstites – parece se coadunar com as instâncias examinadas em que, por outros meios, Catão promovia espécie de inferenciação ostensiva, isto é, com índices superabundantes da cadeia argumentativa.

As outras duas frases, de que aqui nos ocupamos também sucintamente, iniciam-se por *sed*:

<i>Orationum in Thermum reliquiae incertae sedis</i> (s./d.)	PRISC.GL.2.88
<i>Vetustissimi [...] comparatiuis etiam huiuscemodi sunt [scil. “piior”] usi. Cato [...] in Thermum: Sed a benefactis, ab optimis artibus fugit maxima fugella, perpetuissimo curriculo. (FOR.157)</i>	Os mais antigos [...] ainda usaram comparativos desse tipo [isto é, como <i>piior</i>]. Catão [...], no discurso contra Termo: “Mas fuge, com a maior disparada, com uma correria desembestada, das boas ações, das melhores condutas”.

<i>De ambitu</i> (s./d.)	PRISC.GL.2.182
<i>Vetustissimi [...] et “altera utra” et “alterum utrum” et “alterius utrius” solebant proferre. [...] Cato de ambitu: Sed sunt partim, qui duarum rerum alterius utrius causa magistratum petent. (FOR.182)</i>	Os mais antigos [...] costumavam dizer <i>altera utra</i> , <i>alterum utrum</i> e <i>alterius utrius</i> [...] Catão, [no discurso] <i>De ambitu</i> : “Mas há alguns que ambicionam a magistratura devido a uma ou outra de duas razões”.

Encontramos a partícula muito frequentemente associada a um *si* subsequente (v., *supra*, 5.5.2), de modo que essas ocorrências confirmam sua relevância na prosa catoniana (em segmentos mais extensos, com preservação de texto antecedente, v. 4.4, *supra*, e 5.1.2). Poder-se-ia notar que outras partículas de (frequente) sentido adversativo são raras, e.g. *autem* (apenas em *FOR*.41, 54 e 213). A despeito da ausência de segmento antecedente nos dois casos de que aqui nos ocupamos, algumas breves considerações podem ser anotadas, sempre de forma complementar aos contextos mais amplos, que permite melhor apreensão do conjunto.

Em *FOR*.157, é notável o duplo cúmulo sinonímico, à esquerda e à direita do verbo (*a benefactis, ab optimis artibus*, de um lado, e *maxima fugella, perpetuissimo curriculo*, de outro). A posposição de *maxima... curriculo* é sem dúvida marcadora de foco – e claramente expansiva, como indica o poliptoto *fugit... fugella*. O paralelismo é reforçado pelo recurso ao superlativo nos três últimos membros (*optimis, maxima, perpetuissimo*). Embora não se possa determinar, como dissemos, a que precisamente *sed* se opunha (mas certamente, de algum modo, a boas ações que deveriam ser feitas e não o eram), os *benefacti*, já o vimos reiteradamente, é um dos tópicos de predileção de Catão, frequentemente em passos argumentativos, estabelecendo nítido contraste com maus feitos (*FRH*.5.76, 4.4; *FRH*.5.25, 4.4; *FOR*.169, 5.1.1 e 5.3.2; *FRH*.5.89, 5.1.3; *FOR*.52, 5.3.1), dando origem a diversos tipos de contraposição e, destarte, criando um contexto (putativo) de inteligibilidade para a partícula *sed*.

Em *FOR*.182, evidentemente desconhecemos o outro ponto do contraste, sem evidente ancoragem de matéria nos demais fragmentos de Catão, mas se deve imaginar que na sequência se declinariam das duas causas que levavam alguém a procurar a magistratura (possivelmente uma boa e outra ruim, e.g., o bem público e o interesse pessoal), aparentemente em tom sentencioso, apto destarte a constituir premissa maior em uma argumentação. De todo modo, a frase é notável por sua natureza de amplo anafórico argumentativo, ainda aqui a confirmar a cura com a explicitação da cadeia argumentativa.

Com esses breves apontamentos sobre frases infelizmente conservadas em condições precárias, encerramos o tratamento analítico dos fragmentos oratórios, cabendo agora uma síntese sobre o problema dos módulos e procedimentos da prosa oratória catoniana, com fundamento nas análises que precederam e em moldes semelhantes aos da síntese intentada em 4.5, *supra*, para a prosa historiográfica.

5.7. A frase argumentativa catoniana e seu entorno: tentativa de síntese

Examinamos, ao longo de todo o capítulo, uma série de fragmentos dos discursos de Catão. Analisamos primeiramente, nos itens 5.1 e 5.2, dois discursos específicos que, com boa dose de probabilidade, permitiram alocar os fragmentos em diferentes segmentos discursivos (admita-se, como fizemos, ou não que Catão planejava seus discursos com base em uma conceituação das *partitiones* oratórias). Ocupamo-nos, na sequência, de diversos outros discursos em função de tipos frasais que se podem conceber como narrativos (item 5.3), introdutórios, pivotantes e terminativos (item 5.4) ou argumentativos *stricto sensu* (itens 5.5 e 5.6). A partir dos tipos frasais, também pudemos reconstituir, em alguma medida, e mais amplamente do que no caso das *Origines*, certo número de módulos suprafrasais.

No que diz respeito à prosa narrativa oratória, é evidente haver um pano de fundo comum com a prosa narrativa historiográfica, representado sobretudo pela frase narrativa sequencial, que já descrevemos mais amplamente (v. a síntese em 4.5, *supra*), encabeçada por anafórico (especialmente advérbio temporal) e finda por verbo finito (sobretudo no *perfectum*). Nos discursos, é notável que esses módulos se apresentam desde logo alterados (notar apenas o singelo *ita interfecerunt*, FOR.147), por distintos procedimentos. Um dos mais recorrentes é o emprego do presente *infectum*, excepcional na prosa historiográfica e, mais amplamente, nos registros oficiais de que aquele modelo deriva: *ita... fert* (FOR.18), *itaque... proficiscor* (FOR.29), *deinde... leguntur* (FOR.169). Correspondentemente, no início da frase, encontram-se outros anafóricos, especialmente marcadores espaciais, mas também anafóricos pronominais, estabelecendo frequentemente uma sucessividade espaço-temporal, notável nos fragmentos da *narratio* do *dierum dictarum* (v., *supra*, 5.2.2): *inde... fert* (FOR.17), *inde... profecti sumus* (FOR.17), *inde... pergo* (FOR.30), *id... animaduerti* (FOR.34), *item... disieci atque consedaui* (FOR.39), *idque... repsit* (FOR.116), *ibi... fuit* (FOR.192), *inde... dare* (FOR.84, valendo-se aqui do infinitivo histórico).

Muito comumente, encontram-se o passado *infectum* ou outros tempos verbais típicos da narrativa descritiva, amiúde atrelados a anafóricos que indicam não sucessividade, mas simultaneidade ou localização espacial, também se aproximando destarte do regime de descritividade: *simul... sedebant, usquequaque lacessebamur*

(FOR.23), *interea... dispertieram* (FOR.24), *interea... temptabam* (FOR.25), *interea... feci* (FOR.25), *eam... temptabam* (FOR.35), *tertio autem pedato... excrescebat* (FOR.41).

As frases narrativas sequenciais também se alteram por outras manipulações daquelas posições inicial e final. É assim que, de um lado, se produz compressão horizontal, com eliminação do anafórico em posição inicial. Por vezes, essa compressão vem associada a uma simetria gerada por distintas figuras de repetição: *uinum redemisti, praedia... dedisti, uinum... non redemisti* (FOR.80), *honorem emptitauere, malefacta... non redemptitauere* (FOR.52), *tuum nefarium... postulas, succidias... facis, tantam... facis, decem... facis, decem... interficis, decem... eripis* (FOR.43). Nesses casos, à sucessividade, acresce um nítido valor lógico de contraposição. Em outros casos, a compressão parece acelerar a narrativa, uma vez que se associa à redução dos complementos verbais a um mínimo: *iocos dicit, uoces demutat, staticulos dat*, FOR.85. Pode mesmo reduzir-se a meros participios: *... prolatae, ... perlecta* (FOR.169).

De outro lado, são essas as posições privilegiadas para fenômenos de alteração da ordem das palavras, justamente por serem muito distintamente conotados, constituindo claras instâncias de marcação de tópico e foco: *ueniunt iterum... tumultuosius* (FOR.34), *... ueniere passim* (FOR.145), *uenefici postridie... (FOR.166), ... subrectitauit e conuiuio* (FOR.192), *uidere multi mortales* (FOR.42), *... fiebantur Saturnalia* (FOR.64), *... extrudebantur fami causa* (FOR.146), *... defoderunt in terram* (FOR.147), *... calliscerunt ad iniurias* (FOR.148), *deinde... erat in oratione* (FOR.169). Esse leque de alterações da frase narrativa sequencial não era estranho à prosa narrativa historiográfica, conforme vimos, mas aparece especialmente valorizado na oratória, refratária, ao que tudo indica, ao mero sequenciamento de frases narrativas inalteradas (cf. FOR.17 para uma sequência de curtas frases narrativas, todas com aplicação de procedimentos como os referidos).

Tais módulos vêm mesmo abandonados, e não meramente transformados, quando Catão recorre à hipotaxe temporal, o que ocorre com relativa frequência: *deinde postquam... praeterimus* (FOR.17), *postquam... auspicaui* (FOR.26), *ubi... disieci atque consedaui* (FOR.39), *postquam... eduxi* (FOR.48), *antequam... coepit* (FOR.70), *ubi... misi sunt* (FOR.71), *ubi... perlectum est* (FOR.169). Merecem especial atenção, entre esses casos, duas situações específicas. A primeira – com exemplos infelizmente truncados – é a subordinação que funciona de forma a localizar o evento decisivo na subordinada, e não na principal, nos termos do *iam* de antecipação, do *cum inuersum*, etc.: *iam... agebat* (FOR.28), talvez o já mencionado *antequam... coepit* (FOR.70). Trata-

se, afinal, de recursos típicos do que Chausserie-Laprée definiu como “narrativa dramática” (CHAUSSERIE-LAPRÉE, 1969, *passim*) e que, segundo ele, estaria ausente dos analistas e, sobretudo, de Catão (v., *supra*, 1.1.1).

A segunda situação que merece destaque é o *cum* temporal com subjuntivo: *cumque... laceraret atque uexaret* (FOR.142), *quom essem* (FOR.163), casos em que a oração temporal serve a uma caracterização contextual da situação em que intervém o evento enunciado na principal. Nessas instâncias, como em alguns dos recursos de transformação da frase narrativa sequencial elementar a que se aludiu acima (a exemplo dos expedientes que produzem contraste), mais do que mera infusão da narrativa com elementos típicos de um regime de descritividade, conforme já víamos ocorrer na prosa historiográfica, estamos diante da combinação da sucessividade com a sugestão de outros nexos semânticos entre as orações, a infundir a cronologia narrativa de relações prioritariamente lógicas, de tal sorte que a narrativa vai bem armada para preparar ou já consumir uma argumentação.

Não é por outra razão que, nos próprios passos narrativos, localizamos formas de subordinação tipicamente argumentativas efetivamente incrustadas. É o caso dos dípticos condicionais: *si... fecerat, ... donabam* (FOR.25), *si cuperent... fieri, ... possent* (FOR.31). É também o caso de orações causais: *legatus sum..., propterea quod... uenerant* (FOR.95). A narração, e mais especificamente a *narratio*, vai assim produzindo argumento.

É talvez justamente por isso também que encontramos muitas mais frases relativamente iniciais aqui do que as pudemos identificar na prosa narrativa historiográfica. Algumas delas simplesmente identificam referentes temporais típicos, de onde pode prosseguir a narrativa: *omnia tumultus plena* (FOR.23), *C. Licinio praetore... ueniere* (FOR.145), *M. Fuluio consuli... legatus sum* (FOR.95). Há, contudo, enunciações mais gerais, sentenciosas, a partir das quais a narrativa já assume feição exemplar, logo argumentativa: *omnia ab integro paranda erat* (FOR.14), *laudant me maximis laudibus* (FOR.15), *non aliud uinum bibi quam remiges* (FOR.20), *ego mihi haec monimenta posui quae cepi* (FOR.32).

Em alguns casos, dispomos de fragmentos narrativos mais extensos que permitem verificar o planejamento textual em um nível suprafrasal. É o caso de FOR.113 (v., *supra*, 5.3.1), que na verdade estabelece uma hipótese fática, contrapondo elementos de pano de fundo no *perfectum* e elementos delineadores da hipótese fática no *infectum*, de forma

claramente direcionada a formular a premissa menor de um argumento dedutivo. É o caso também de *FOR.169* (v., *supra*, 5.3.2), onde a variação de formas de frases narrativas encadeadas – elementares, hipotáticas, comprimidas sem verbo finito – cria oposição ao princípio elementar da prosa historiográfica em seu grau normal, que é o enfileiramento de módulos idênticos. É o caso ainda de *FOR.42* (v., *supra*, 5.3.3), com uma curta narrativa seguida por diversas *interrogationes* e *exclamationes*, de sorte que as alterações existentes na seção narrativa instituem um regime avaliativo, mais que meramente informativo.

As considerações tecidas em torno da prosa narrativa na oratória confirmam, globalmente, a percepção de que, embora dialogue com a frase narrativa historiográfica, a frase narrativa oratória vem transformada, de modo algo comparável com o que ocorrera com a frase descritiva, mas sobretudo de modo a permitir que ela se torne veículo de uma argumentação, o que, se por vezes convoca recursos como os da descrição, em geral produz contrastes e rupturas capazes de destacar nexos lógicos por cima da mera ocorrência cronológica dos fatos. Diferentemente da frase descritiva, contudo, a frase narrativa oratória não consolida um módulo frasal, pelo que deve preferencialmente ser lida como exercício contínuo de desvios procedimentais.

A prosa argumentativa, conforme assinalamos, e talvez de forma mais intensa que a historiográfica, que se apoia sobremaneira na sequencialidade, depende muito fortemente de um planejamento no nível suprafrasal, em que as frases iniciais e concludentes, quer absolutas, quer relativas (funcionando para inflectir a cadeia textual), desempenham papel central. Se essas frases se distinguem pela ausência de anafóricos (nas iniciais) e de catafóricos (nas finais), sua posição relativa é ainda mais bem assinalada por características que, em geral, têm que ver com uma mais marcada expansividade das frases iniciais e com uma mais aguda braquilogia das frases finais.

As frases iniciais absolutas ou para as quais se pode postular forte independência são, segundo o modelo do *Pro Rhodiensibus* e do *Contra Galbam* (v. 5.1.1, *supra*), particularmente encarecidas, valendo-se frequentemente de anteposições do verbo, em geral em primeira pessoa e de sentido cognitivo (*scio solere*, *FRH.5.87*; *multa me dehortata sunt*, *FRH.5.104*; *scio fortunas secundas... solere*, *FOR.90*; *egoqu(a)e iam pridem cognoui atque intellexi atque arbitror*, *FOR.5*; *miror audere atque religioni non teneri*, *FOR.72*), e de toda espécie de procedimento próprio à modularidade rítmica, de que destacamos os cúmulos, frequentemente aliterantes, homeotelêuticos, etc. (*rebus*

secundis atque prolixis atque prosperis... augescere atque crescere, FRH.5.87; cognoui atque intellexi atque arbitror, FOR.5; anni aetas uox uires senectus, FRH.5.104; in parsimonia atque in durtia atque industria, FOR.93; statuas deorum exempla earum facierum signa, FOR.72). Em alguns desses casos, os módulos são a tal ponto compartilhados, que se evidencia que Catão empregava um estoque muito preciso de módulos linguísticos passíveis de reaproveitamento nas ocasiões para as quais eram vocacionados.

Não temos certeza de possuir nenhuma frase terminativa absoluta, mas, em uma série de casos, percebemos que a frase final em um enfileiramento é marcada por uma mais intensa braquilogia frente às que a antecederam. Em alguns fragmentos, especialmente de prosa narrativa oratória, fica evidente a aposição de segmentos paratáticos mais curtos ao fim de uma sucessão, com expressão de valoração (*uinum non dedisti, FOR.80; non ausi recusare, FOR.166; quod illi tamen perpessi, FRH.5.88*), por vezes com modificação do tempo verbal (... *fuit... subrectitauit...*, *cum partim illorum iam saepe ad eundem modum erat, FOR.192; XV. milia Anien abest, FOR.61*). Outra modalidade de término parece ser criada pela colocação de um curto complemento necessário na última posição, gerando efeito de fechamento pela expectativa prolongada da complementação (*nemo antea fecit super tali re, cum hoc magistratu utique, rem, FOR.160*).

Evidentemente, nem todas as frases declarativas desprovidas de algum anafórico ou catafórico acumulam essas características mais claramente indicativas de uma enunciação intensamente inicial ou final, ainda que relativas, isto é, localizadas no meio de um discurso, aptas, contudo, a produzir gestos fortes de abertura e de fechamento. Nesses casos, o problema é em geral a falta de contexto para muitos fragmentos, alguns dos quais podem mesmo constituir falsas frases, talvez representando segmentos de períodos compostos. Toda prudência é então necessária, mas a larga difusão de frases declarativas relativamente simples alerta para o fato de que, conjuntamente com os módulos frasais declarativos mais intensamente típicos, há largo e relevante espaço que vai sendo preenchido por frases que dão coesão ao discurso, talvez não particularmente modulares (pelo menos não identificáveis como tais diante do *corpus* de que dispomos).

Conjuntamente com as frases declarativas, as estruturas discursivas na prosa catoniana são fortemente impactadas também por frases exortativas, em segunda pessoa. A bem da verdade, tais frases são em grande medida homólogas às frases declarativas em

primeira pessoa. Como estas (*scio solere*, *FRH.5.87*; *scio fortunas*, *FOR.90*; *cognoui atque intellexi atque arbitror*, *FOR.5*), têm frequentemente conteúdo cognitivo (*cogitate*, *FOR.1*; *uidetote*, *FOR.10*; *audite*, *FOR.187*; *uide*, *FOR.169*). Entretanto, podem conter outros preceitos (*expedito*, *FOR.107*; *nolite*, *FOR.136*; *accipite*, *FOR.204*), que também poderiam, ao fim e ao cabo, veicular diretivas de fundo cognitivo, formuladas segundo esses módulos. Seria necessário dispor de mais contexto para dissertar mais amplamente sobre o ponto, mas o que emerge é a imagem de uma prosa profundamente ancorada na situação comunicativa da *performance* oratória, que constitui, portanto, um dos pontos de apoio para a sequência discursiva, seja para inflexioná-la, como parece ser o caso das exortações cognitivas, que direcionam a atenção para algo a ser dito, funcionando, portanto, como gesto de abertura, seja para trazer também algum tipo de fechamento – caso frequente das *interrogationes* (v., *supra*, 5.1.3 e 5.6.2), a que já retornaremos.

Nesse tecido de frases iniciais, terminativas e pivotantes, em meio a frases narrativas transformadas em veículos, mais ou menos sutis, de uma argumentação, não há dúvida de que o centro está ocupado pelas frases argumentativas. Ao que tudo indica e bem contada a dificuldade posta por um material que nos chegou em farrapos, os discursos de Catão insistiam muito fortemente na exibição dos argumentos, ostentando a própria noção de argumentação por nexos sintáticos superabundantes (*ob eam rem quod*, *FRH.5.92*; *id obiectantes quod*, *FRH.5.93*; *si quis... si quis...*, *FOR.187*, etc.). Por vezes, essa exibição é representada pelo encaixamento de dípticos condicionais no fio argumentativo, como meros constituintes frasais ou como frases interferentes (*FRH.5.88*, v. 5.1.2, *supra*; *FRH.5.91*, v. 5.1.3, *supra*).

Não há dúvida de que, se há uma frase argumentativa típica – a variedade estrutural é aqui mais proeminente do que na prosa narrativa historiográfica –, trata-se do díptico condicional, que vem aproveitado ao modelo legal (v., *supra*, 3.2) e dialoga fortemente com ele. Dípticos de inspiração legal também compareciam nas *Origines*, mas, exceção feita ao indicativo, próprio ao relato do preceito, tais dípticos seguiam de forma muito próxima os módulos especificamente legais (*FRH.5.35*, *FRH.5.82* e *FRH.5.85*, v., *supra*, 5.5.1). Com o modelo legal, os dípticos condicionais argumentativos catonianos compartilham também sua inserção macrotextual, havendo diversos casos de frase (relativamente) simples inicial seguida de dois dípticos (*FOR.200*, cf. 4.5.1, *supra*, *FOR.186*, v. 5.5.1, *supra*; *FOR.60*, v. 5.5.1, *supra*; *FOR.218*, v. 5.5.2, *supra*; *FOR.1*, v. 5.5.2, *supra*), segundo modelo que testemunhamos em diversas oportunidades nos textos

jurídicos (v., *supra*, 3.2). Em muitos desses casos, contudo, e portanto tipicamente, os dípticos condicionais criam uma oposição entre si, estabelecendo um contraste apto a gerar simetria, o que já é específico da prosa argumentativa, como recurso apto a produzir inferenciações ou a simulá-las, notadamente para o estabelecimento de uma premissa.

Tomado em sua estrutura frasal, o díptico condicional argumentativo é muito mais receptivo do que o díptico legal aos procedimentos que geram modularidade rítmica, com múltiplos cúmulos (*si quid peruerse taetrequ factum erit*, FOR.200; *si omnia dolo fecit, omnia auaritiaie atque pecuniae causa fecit*, FOR.134; *si qua per uoluptatem nequiter feceritis*, FOR.1), que frequentemente contêm hipóteses fáticas etéreas, esvaziando-se de precisão jurídica, ao ponto de formular dípticos contrafáticos (*etsi famosus et suspiciosus est*, FOR.191), o que o afasta mais ainda do díptico condicional legal. Essa estrutura de articulação do pensamento é extremamente maleável, seja no módulo suprafrasal típico formado por frase simples e dois dípticos contrapostos, seja em outros contextos, para conter diferentes passos em uma cadeia inferencial, mostrando-se apto a abarcar, em um raciocínio dedutivo, a premissa maior, a premissa menor, a conclusão, a prova das premissas ou distintas sortes de combinação desses elementos. Eles também são amiúde utilizados por Catão para impor contrastes, frequentemente encarecidos por quiasmos e outros expedientes (*si cuperent hostes fieri, temere fieri nunc possent*, FOR.31; *si quid uos per laborem recte feceritis, labor ille a uobis cito recedet*, FOR.1).

Muitas vezes, o díptico condicional ou os dípticos condicionais não esgotam a estrutura suprafrasal argumentativa, seguindo-se frases simples, isto é, sem forma de díptico, em geral carregadas de partículas que sinalizam o *iter* argumentativo, seja com o fito de provar uma premissa, seja com o de prover uma conclusão ou mesmo introduzir pontos laterais ou comentários (*neque ius est*, FOR.201; *praeterea... fecit*, FOR.87; *suum cuique per me uti frui licet*, FOR.218). Os próprios dípticos são frequentemente introduzidos por partículas que sinalizam sua posição na argumentação, quer tenhamos conservado o segmento anterior ou não (*nam unusquisque nostrum, si... arbitrantur...*, FRH.5.88; *sed nisi... quaereret*, FOR.191; *sed si... fecit*, FOR.134; *nunc si... fecissent*, FOR.186 *sed si... feceritis*, FOR.1; *quod si... conueniatis*, FOR.81). Partículas argumentativas estão aliás por toda parte, inclusive em frases sem dípticos e em outros módulos argumentativos, típicos ou não (*nam... siet*, FOR.51; *nunc ergo... restitui*, FOR.68; *sed... fugit*, FOR.157; *sed sunt*, FOR.182). Conforme se vê, trata-se, sobretudo, de partículas adversativas e conclusivas. Por meio desse conjunto de estratégias, garante-

se, sobretudo, a inserção da frase argumentativa que se poderia ter por elementar, o díptico condicional, na extensão do texto, e especificamente no que se poderiam reputar as “macrounidades da prosa argumentativa”, dadas pela unidade semântica dos argumentos.

O díptico condicional é inserto na estrutura do discurso não apenas por meio de declarações, mas também por interrogações (*sed si... habui, ... oberit...? FRH.5.92; idne irascimini, si quis superbior est quam nos? FRH.5.93; quis... fieret, si... meruissent semper? FOR.94; quis, si... stitisses? FOR.194; si uos... essetis, quid... fecessetis? FOR.219*). Ainda, independentemente do díptico condicional, as interrogações constituem um módulo relevante da prosa argumentativa e mais especificamente da unidade do argumento, em geral solicitando ou sugerindo fortemente a conclusão do raciocínio (*FOR.42*, v. 5.3.3, *supra*; *FOR.162*, *FOR.103*, *FOR.83*, *FOR.67*, v. 5.6.2, *supra*).

Catão é visivelmente capaz de variar seus módulos, notadamente optando pela forma de díptico ou preferindo o desmembramento das metades do díptico em frases independentes postas em relação não pela estrutura sintática do molde consueto, mas por expedientes de escolha lexical e de disposição das palavras que transpõem para outro plano o nexo de dependência provido já de antemão pela estrutura de díptico (é o que já se havia constatado para as concessivas, v. 5.1.2, *supra*). Esses desmembramentos resultam em módulos que se podem chamar “comparativos”, alguns dos quais são muito estritamente determinados, como as *distinctiones*, moduladas em três segmentos (*FOR.55* e *FOR.96*, v., *supra*, 5.6.1). Na maior parte das vezes, temos *similitudines ex contrariis*, que promovem simetria entre dois segmentos, seja perfeitamente simétricos (*utrubi bona, utrubi mala gratia capiatur, utrinde iram, utrinde factiones tibi pares, FOR.111*), seja com encurtamento do segundo membro (*fures priuatorum furtorum in neruo atque in compedibus aetatem agunt, fures publici in auro atque in purpura, FOR.172; iure lege libertate re publica communiter uti oportet, gloria atque honore quomodo sibi quisque struxit, FOR.223; repente largiter habere, repente nihil, FOR.224*).

Ainda que à distância, de forma mediada por testemunhos fragmentários e ademais maltratados pelo tempo, logramos entrever assim um planejamento macroestrutural da prosa argumentativa catoniana, com módulos e procedimentos próprios às aberturas e fechamentos mais intensos, uma série de recursos (frases declarativas e exortativas) para promover transições e, no centro de tudo, um planejamento suprafrasal do argumento, também segundo módulos predeterminados,

aptos, contudo, a acolher variações no tratamento, por meio de procedimentos de desmembramento (e.g., dissolução do díptico condicional em frases independentes que propõem ou não uma *similitudo ex contrariis*) e de integração (e.g., aposição de partículas argumentativas em distintos pontos dos módulos suprafrasais).

CONCLUSÃO

Consoante buscamos deixar claro na introdução, este trabalho não tem pretensão de esgotar o tratamento da prosa de Catão, constituindo antes tentativa de formular um problema – o do desenvolvimento da prosa catoniana no interior do sistema da prosa latina pré-clássica, entendido como articulação funcional de módulos e procedimentos – e de criar as condições para seu tratamento – primeiramente pela caracterização desse sistema, a partir de *corpus* pertinente, submetido à crítica e à análise, e subsequentemente pela leitura de todos os fragmentos historiográficos e oratórios de Catão, à exceção dos muito diminutos, à luz dessa problemática, entendidos, assim, com referência ao sistema.

Os resultados da análise dessas duas grandes frentes em que obrou Catão já foram sumulados nos itens 4.5 e 5.7, *supra*, que constituem, assim, em certo sentido, as principais conclusões do trabalho, isto é, a descrição de parte da prosa catoniana como integrante daquele sistema funcional. É precisamente àqueles itens que remetemos o leitor curioso de conclusões. Condensar mais aqueles apontamentos seria, a nosso ver, inadequado, redundando em depuramento de uma busca toda voltada a adensar o quadro do processo de produção textual manejado por Catão, imprimindo-lhe concretude, ou melhor, buscando descobrir como concretamente se passava.

Diante disso, e tomando certa liberdade frente à prática consuetada, pensamos que mais vale sumular, em cinco pontos, próximos a aforismos, os pontos que se nos afiguram como o cerne da pesquisa em maior nível de abstração – no que diz respeito a seu modo de proceder, visto agora reflexivamente *ex post facto* –, adicionando, em um sexto apontamento, direção que nos parece adequada para prosseguir na exploração do problema enunciado.

1. Comentários filológicos muitas vezes pontuais e de aparência inteiramente técnica frequentemente se radicam em conjunto extensivo de pressupostos, talvez tanto o mais pesados sobre os ombros do pesquisador quanto menos vêm à luz do dia para ser sopesados e submetidos a exame crítico. Foi esse banho de sol que buscamos propiciar no primeiro capítulo desta tese, trabalho que nos foi de grande préstimo para, lendo comentários os mais diversos sobre os numerosos fragmentos analisados, tornar possível extremar observações pertinentes daquelas que estavam mais vinculadas às grandes narrativas do que a uma abertura para o material a ser compreendido.

2. A crítica a determinadas abordagens não constitui salvo-conduto para análise que se pretenderia não determinada, capaz de ir revelando verdades por alguma sorte de imediatez na relação com o material; é, antes, a explicitação – não como profissão de fé, mas como genuíno exercício crítico – de um enquadramento de análise que garante, não a transcendência, mas a abertura para a compreensibilidade, antes de tudo por abrir o trabalho (como operação que é, não revelação) ao controle intersubjetivo. Foi com esse intuito que intentamos definir, no segundo capítulo, os parâmetros da análise a ser perseguida, calibrados segundo o problema que se buscava (começar a) enfrentar; foi também à luz desses parâmetros que se buscou conduzir concretamente todo o trabalho na sequência.

3. A compreensão de um texto, tão logo seja concebido como resultante de um sistema de produção de textos, esclarece-se sobretudo pelo cotejo mais completo possível com todos os demais textos que também resultem da movimentação daquele sistema. Foi por essa razão que, apesar de algo longo, nosso terceiro capítulo se revelou indispensável; se o sistema não se confunde com aquilo que dele emana, é pela forma de se manifestar que o sistema se dá a conhecer. Assim, com interesse em entender a atuação de um dos muitos manejadores do sistema – o que é uma forma de conhecer o próprio sistema, a partir de certo ângulo de observação –, era imprescindível entender o que ele estava a manejar. Pensamos que os resultados assim obtidos se espriam para além deste trabalho, permitindo ulteriores achegamentos ao sistema.

4. Um sistema (de produção de textos) se movimenta, ou melhor, é movimentado por agentes que o põem a se mover; cada oportunidade de movimentá-lo é então também uma possibilidade de alterá-lo. Com o exame dos fragmentos historiográficos de Catão, algo assim estava justamente a ocorrer: no seio de uma série de práticas textuais narrativas, Catão ia forjando uma historiografia em língua latina – subsistema do subsistema narrativo –, eivada de particularidades, mas construída dentro do sistema, mobilizando os seus recursos e funcionando segundo sua lógica, que Catão adaptava para a nova tarefa. Evidentemente, como nosso conhecimento é lacunar, é sempre arriscado dimensionar a inovação; o que ficou patente, no entanto, foi a aptidão do manejo catoniano para fazer o sistema produzir atos discursivos, em algum grau, ou estado de funcionamento do sistema, categorialmente novos, ainda que, em outro grau, categorialmente predeterminados.

5. A formulação do problema de pesquisa a partir da noção de um sistema funcional de módulos e procedimentos tem a vantagem heurística de completar, por indícios, lacunas em nosso conhecimento imperfeito. A oratória de Catão é a primeira atividade oratória que podemos acompanhar no mundo latino, apesar de ser a oratória latina muito anterior a Catão, que não está, portanto, abrindo aqui novo subsistema, mas convivendo em zona bastante estruturada. Esse subsistema da oratória se percebe, entretanto, como uma série de vetores aplicados a material que, em grande medida, encontra-se alhures no sistema, com grande acolhida de módulos, como os narrativos e os normativos, que funcionam para outras atividades do sistema, em outros subsistemas. Foi assim que, alocando essa porção de nosso material ao último passo da análise empreendida, pudemos contar com o esteio de um sistema que já estava parcialmente esclarecido – em que os elementos que circulam e as lógicas que os fazem circular já estavam parcialmente mapeadas – para aprofundar a um só tempo o conhecimento da oratória e, por meio dela, do próprio sistema; se o ângulo de abordagem não fosse Catão, seria Catão sem dúvida o ponto de referência primeiro sobre o qual erigir o conhecimento do subsistema oratório, de modo que o capítulo é, muito diretamente, contribuição ao esclarecimento do próprio sistema.

6. Enfim, concebida assim como atividade de progressivo desvendamento do sistema da prosa latina pré-clássica, a partir de seu manejo por agente bastante ativo e que nos legou material em quantidade apreciável, parece-nos que a investigação não está votada a um fechamento de problemas, mas, reconhecida a fecundidade da direção, a permitir o alargamento da compreensão. Nesse sentido, já assoma no horizonte a ingente tarefa de submeter à máquina de análise o vasto, heteróclito e profundamente fragmentário dossiê textual do *De agricultura*, que permaneceu na entrelinha de muitas considerações tecidas, mas que não podia ser enfrentado, por seu difícil enquadramento categorial, sem que, mais esclarecido o sistema, pudesse ser cercado justamente a partir dessa pertença. É um desafio que se abre, no processo de incremento de inteligibilidade que precisa continuar a se desenvolver.

BIBLIOGRAFIA

A bibliografia está dividida em duas seções, “Textos antigos” e “Estudos modernos”. Na primeira, as edições estão agrupadas por autor (antigo) e organizadas por ordem alfabética de editor. Quando mais de uma edição foi utilizada, os asteriscos indicam as edições de referência, de onde foram extraídas as citações que se fazem ao longo do trabalho, salvo indicação expressa em sentido contrário. Na segunda seção da bibliografia, encontra-se, em uma única série disposta em ordem alfabética, todo o material bibliográfico restante. Nela se encontram também, entre colchetes, remissões a todos os textos citados na seção “Textos Antigos”, para facilitar a localização das referências que se fazem no texto.

Textos antigos

Ácio

DANGEL, Jacqueline (ed., trad., com.). *Accius. Oeuvres: fragments* [1995]. Paris: Les Belles Lettres, 2002.

Antologias

COURTNEY, Edward. *Archaic Latin prose*. Atlanta: Scholars Press, 1999.

ERNOUT, Alfred. *Recueil de textes latins archaïques*. Paris: Klincksieck, 1947.

Aristóteles

CHIRON, Pierre (intr., trad. e notas). *Aristote. Rhétorique*. Paris: Flammarion, 2007.

DORATI, Marco (ed., trad., notas). *Aristotele. Retorica*. Introdução de Franco Montanari. Milano: Mondadori, 1996.

*DUFOUR, Médéric; André WARTELLE (ed., trad.). *Aristote. Rhétorique: tome troisième, livre III* [1973]. Paris: Les Belles Lettres, 1980.

Aulo Gélío

*HOLFORD-STREVEENS, Leofranc (ed., notas). *Auli Gelii Noctes Atticae*. Oxford: Clarendon Press, 2020. 2 v..

JULIEN, Yvette (ed., trad.) *Aulu-Gelle. Les nuits attiques: livres XVI-XX*. Paris: Les Belles Lettres, 1998.

MARACHE, René (ed., trad.). *Aulu-Gelle. Les nuits attiques: livres I-IV*. Paris: Les Belles Lettres, 1967.

MARACHE, René (ed., trad.). *Aulu-Gelle. Les nuits attiques: livres V-X*. Paris: Les Belles Lettres, 1978.

MARACHE, René (ed., trad.). *Aulu-Gelle. Les nuits attiques: livres XI-XV*. Paris: Les Belles Lettres, 1989.

Carísio

BARWICK, C. (ed.). *Charisii artis grammaticae libri V*. Leipzig: Teubner, 1964.

Carmen saliare

SARULLO, Giulia. *Il “carmen saliare”: indagini filologiche e riflessioni linguistiche*. Berlin: De Gruyter, 2015.

Cássio Hemina

SANTINI, Carlo (intr., ed., trad., com.). *I frammenti di L. Cassio Emina*. Pisa: ETS, 1995.

Catão

CALBOLI, Gualtiero (intr., ed., trad., com.). *Marci Porci Catonis Oratio pro Rhodiensibus: Catone, l’Oriente greco e gli imprenditori romani* [1978]. 2.ed. Bologna: Pàtron, 2003.

CHASSIGNET, Martine (ed., trad., com.). *Caton. Les origines: fragments*. Paris: Les Belles Lettres, 1986.

CUGUSI, Paolo; Maria Teresa SBLENDORIO CUGUSI (intr., ed., trad., com.). *Opere di Marco Porcio Catone*. Torino: UTET, 2001. Consultado em versão e-book.

GOUJARD, Raoul (ed., trad., com.). *Caton. De l'agriculture*. Paris: Les Belles Lettres, 1975.

JORDAN, Heinrich (ed.). *M. Catonis praeter librum de re rustica quae extant*. Leipzig: Teubner, 1860.

LION, H. Albertus (ed.). *Catoniana, siue M. Porcii Catonis censorii quae supersunt operum fragmenta*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1826.

*MAZZARINO, Antonio (ed.). *Marcus Porcius Cato. M. Porci Catonis de agricultura*. Ed. Antonio Mazzarino. 2. ed. Leipzig: Teubner, 1982.

POPMA, Ausonius. *M. Porcii Catonis quae extant, ab Ausonio Popma Frisio collecta et restituta*. Lugduni Batavorum: Ex officina Plautiniana, apud Franciscum Raphelengium, 1590.

*SBLENDORIO CUGUSI, Maria Teresa (intr., ed., com.). *M. Porci Catonis Orationum Reliquiae*. Torino et alibi: Paravia, 1982.

SCHÖNBERGER, Otto (ed., trad.). *Cato. Vom Landbau, Fragmente* [1980]. 2.ed. Düsseldorf/Zürich: Artemis und Winkler, 2000.

TREVIZAM, Matheus (trad., apres., notas). *Catão. Da agricultura*. Campinas: Unicamp, 2016.

César e corpus cesariano

ANDRIEU, Jean (ed., trad.). *César. Guerre d'Alexandrie* [1954]. Paris: Les Belles Lettres, 1983.

Cícero

ACHARD, Guy (ed., trad.). *Cicéron. De l'invention*. Paris: Les Belles Lettres, 1994.

APPUHN, Charles (trad.). *Cicéron. Tusculanes* [baseada na ed. de Max Pohlenz]. Paris: Garnier, 1934.

AX, Wilhelm (ed.). *Marcus Tullius Cicero. M. Tulli Ciceronis scripta quae manserunt omnia*: fasc. 3, De divinatione, De fato, Timaeus. Stuttgart/Leipzig: Teubner, 1977.

- BORNECQUE, Henri (ed., trad.). *Cicéron. Divisions de l'art oratoire, Topiques* [1924]. Paris: Les Belles Lettres, 1990.
- BORNECQUE, Henri (ed., trad.); Edmond COURBAUD (trad.). *Cicéron. De l'orateur: livre troisième* [1930]. 2.ed. Paris: Les Belles Lettres, 1956.
- BRÉGUET, Esther (ed., trad.). *Cicéron. La république: tome 1, livre 1* [1921]. Paris: Les Belles Lettres, 1980.
- COURBAUD, Edmond (ed., trad.). *Cicéron. De l'orateur: livre premier* [1922]. Paris: Les Belles Lettres, 1950a.
- COURBAUD, Edmond (ed., trad.). *Cicéron. De l'orateur: livre deuxième* [1927]. Paris: Les Belles Lettres, 1950b.
- *DOUGLAS, A. E. (ed., com.). *M. Tulli Ciceronis Brutus*. Oxford: Clarendon Press, 1966.
- *KUMANIECKI, Kazimierz F. (ed.). *Marcus Tullius Cicero. M. Tulli Ciceronis scripta quae manserunt omnia: fasc. 3, De Oratore*. Stuttgart/Leipzig: Teubner, 1969.
- MARCHESE, Rosa Rita (intr., ed., trad., com.). *Cicerone. Bruto*. Roma: Carocci, 2011.
- MARTHA, Jules (ed., trad.). *Cicéron. Brutus* [1923]. 3.ed. Paris: Les Belles Lettres, 1960.
- PLASBERG, Otto (ed.). *Marcus Tullius Cicero. M. Tulli Ciceronis scripta quae manserunt omnia: fasc. 46, De Divinatione, De Fato, Timaeus*. Stuttgart/Leipzig: Teubner, 1965.
- de PLINVAL, Georges (ed., trad.). *Cicéron. Traité des lois*. Paris: Les Belles Lettres, 1959.
- *POHLENZ, Max (ed.). *Marcus Tullius Cicero. M. Tulli Ciceronis scripta quae manserunt omnia: fasc. 44, Tusculanae Disputationes*. Stuttgart/Leipzig: Teubner, 1918.
- *POWELL, J. G. F. (ed., com.). *Cicero. Cato Maior de Senectute*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
- *POWELL, J. G. F. (ed., notas). *M. Tulli Ciceronis De Officiis*. Oxford: Oxford University Press, 1994.

*POWELL, J. G. F. (ed., notas). *M. Tulli Ciceronis De Re Publica, De Legibus, Cato Maior De Senectute, Laelius De Amicitia*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

SHACKLETON-BAILEY (ed., trad.). *Cicero. Letters to Atticus*. Cambridge, MA/London: Harvard University Press, 1999. 4 v..

TESTARD, Maurice (ed., trad.). *Cicéron. Les devoirs: livres II et III*. Paris: Les Belles Lettres, 1970.

*WEST, Rolf (ed.). *Marcus Tullius Cicero. Scripta quae manserunt omnia: fasc. 5, Orator* [1980]. München/Leipzig: K. G. Saur, 2001.

WUILLEUMIER, Pierre (ed., trad.). *Cicéron. Caton l'Ancien: de la vieillesse* [1961]. Paris: Les Belles Lettres, 1989.

WUILLEUMIER, Pierre; Anne-Marie TUPET (ed., trad.). *Cicéron. Discours, tome XIII, 2, sur la réponse des haruspices*. Paris: Les Belles Lettres, 1966.

YON, Albert (ed., trad.). *Cicéron. L'Orateur, Du meilleur genre d'orateurs du monde*. Paris: Les Belles Lettres, 1964.

Comentários a Virgílio

BASCHERA, Claudio (ed.). *Gli scolii veronesi a Vergilio*. Verona: Mazziana, 1999.

cf., *infra*, s.v. “Sérvio”

Cornélio Nepos

ANTOINE, Ferdinand (ed., notas). *Cornélius Nepos*. Paris: Armand Colin, 1925.

GUILLEMIN, Anne-Marie (ed., trad.). *Cornélius Nepos. Œuvres* [1923]. 2.ed. Paris: Les Belles Lettres, 1961.

HORSFALL, Nicholas. *Cornelius Nepos: a selection, including the lives of Cato and Atticus*. Oxford: Clarendon Press, 1989.

*MARSHALL, Peter K. (ed.). *Cornelii Nepotis uitae cum fragmentis*. Stuttgart/Lepzig: Teubner, 1991.

PICCAROLO, A. (ed., notas). *Cornelli Nepotis vitae excellentium imperatorum*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934.

Demétrio

CHIRON, Pierre (ed., trad. e com.). *Démétrios. Du style*. Paris: Les Belles Lettres, 2002.

INNES, Doreen (ed., trad.). *Aristotle. Poetics* [ed. e trad. Stephen Halliwell]. *Longinus. On the sublime* [trad. W. H. Fyfe, rev. Donald Russell]. *Demetrius. On style*. Cambridge, MA/London: Harvard University Press, 2005.

Dionísio de Halicarnasso

CARY, Earnest (ed., trad.). *Dionysius of Halicarnassus. Roman antiquities: books 1-2*. Cambridge, MA/London: Harvard University Press, 1937.

Ênio

*GOLDBERG, Sander M.; Gesine MANUWALD (ed., trad.). *Fragmentary Republican Latin: Ennius*. Cambridge, MA/London: Harvard University Press, 2018. 2v..

JOCELYN, Henry David. *The tragedies of Ennius: the fragments*. Cambridge: Cambridge University Press, 1967.

VAHLEN, Iohannes (ed.). *Ennianae poesis reliquiae* [1854]. 2.ed. Leipzig: Teubner, 1903.

Ésquilo

FRAENKEL, Eduard (ed., com.). *Aeschylus. Agamemnon: volume II, commentary on 1-1055*. Oxford: Clarendon Press, 1950.

Festo

LINDSAY, Wallace Martin (ed.). *Sextus Pomponius Festus. De uerborum significatu quae supersunt cum Pauli epitome*. Leipzig: Teubner, 1913.

Fortunaciano

MONTEFUSCO, Lucia Calboli (intr., ed. e trad.). *Consulti Fortunatiani Ars Rhetorica*. Boogna: Pàtron, 1979.

Fragmentos de historiadores latinos

BECK, Hans; Uwe WALTER (ed., trad., notas). *Die frühen römischen Historiker: Band I, von Fabius Pictor bis Cn. Gellius*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 2001.

CHASSIGNET, Martine (ed., trad.). *L'annalistique romaine: tome I, les annales des pontifes, l'annalistique ancienne (fragments)* [1996]. Paris: Les Belles Lettres, 2003.

_____ (ed., trad.). *L'annalistique romaine: tome II, l'annalistique moyenne*. Paris: Les Belles Lettres, 1999.

_____ (ed., trad.). *L'annalistique romaine: tome III, l'annalistique récente, l'autobiographie politique*. Paris: Les Belles Lettres, 2004.

*CORNELL, T. J. (ed.). *The fragments of the Roman historians*. Oxford: Oxford University Press, 2013. 3 v..

PETER, Hermann (ed.). *Historicorum Romanorum reliquiae: volumen prius* [1870]. 2.ed. Leipzig: Teubner, 1914.

PETER, Hermann (ed.). *Historicorum Romanorum reliquiae: volumen alterius*. Leipzig: Teubner, 1906.

Frontão

FLEURY, Pascale; Ségolène Demougin (trad., com.). *Fronton. Correspondance*. Paris: Les Belles Lettres, 2003.

HAINES, C. R. (ed., trad.). *The Correspondence of Marcus Cornelius Fronto*. Cambridge, MA/London: William Heinemann, 1920. 2v..

*van den HOUT, Michael P. J. (ed.). *M. Cornelii Frontonis Epistulae*. 2.ed. Berlin: Teubner, 1988.

Gaio

REINACH, Julien (ed., trad.). *Gaius. Institutes* [1951]. Paris: Les Belles Lettres, 1979.

Gramáticos latinos

KEIL, Heinrich (ed.). *Grammatici Latini*. Leipzig: Teubner, 1857-1880. 8 v..

Homero

GRAZIOSI, Barbara; Johannes HAUBOLD (ed., intr. e com.). *Homer. Iliad: book VI*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

Horácio

CUCCHIARELLI, Andrea (intr., ed., trad., com.). *Orazio. Epistole I*. Pisa: Scuola Normale Superiore, 2019.

*SHACKLETON BAILEY, D. R. (ed.). *Horatius. Opera* [1985]. 4.ed. [2001] Berlin: De Gruyter, 2008.

Inscrições

Corpus Inscriptionum Latinarum. Consilio et auctoritate Academiae Litterarum Regiae Borussicae editum. Berlin: De Gruyter (até 1925: Reimer), 1862ss- [17 volumes até o presente].

COURTNEY, Edward, *Musa lapidaria: a selection of Latin verse inscriptions*. Atlanta, GA: Scholars Press, 1995.

DEGRASSI, Atilius (ed.). *Inscriptiones Latinae liberae rei publicae*: fasciculus prior. Firenze: La Nuova Italia, 1957.

DEGRASSI, Atilius. (ed.). *Inscriptiones Latinae liberae rei publicae*: fasciculus alter. Firenze: La Nuova Italia, 1963.

WACHTER, Rudolf. *Altlateinische Inschriften*: sprachliche und epigraphische Untersuchungen zu den Dokumenten bis zum 150 v. Chr.. Bern et alibi: Peter Lang, 1987.

WARMINGTON, E. H. (ed., trad.). *Remains of old Latin*: IV, archaic inscriptions. London/Cambridge, MA: William Heinemann/Harvard University Press, 1959.

Lactâncio

MONAT, Pierre (ed., trad., intr., notas). *Lactance. Institutions divines*: livre I. Paris: CERF, 1986.

Lucílio

CHARPIN, François (ed., trad., notas). *Lucilius. Satires*: tome I, livres I-VIII. Paris: Les Belles Lettres, 1978.

CHARPIN, François (ed., trad., notas). *Lucilius. Satires*: tome II, livres IX-XXVIII. Paris: Les Belles Lettres, 1979.

CHARPIN, François (ed., trad., notas). *Lucilius. Satires*: tome III, livres XXIX, XXX et fragments. Paris: Les Belles Lettres, 1991.

Macróbio

BORNECQUE, Henri (ed., trad.). *Macrobie. Les Saturnales*: volume 1, livres I-III. Paris: Garnier, 1937.

*KASTER, Robert A. (ed., trad.). *Macrobius. Saturnalia*. Cambridge, MA/London: Harvard University Press, 2011. 3 v..

RICHARD, François (ed., trad.). *Macrobe. Les Saturnales*: volume 2, livres IV-VII. Paris: Garnier, 1937.

Mário Vitorino

RIESENWEBER, Thomas (ed.). *C. Marius Victorinus. Commenta in Ciceronis Rhetorica*. Berlin: De Gruyter, 2013.

Nônio

LINDSAY, Wallace Martin (ed.). *Nonius Marcellus. De compendiosa doctrina*. Leipzig: Teubner, 1903. 3.v..

Plauto

ERNOUT, Alfred (ed., trad.). *Plaute*: tome I, *Amphitryon*, *Asinaria*, *Aulularia* [1932]. 4.ed. Paris: Les Belles Lettres, 1959.

ERNOUT, Alfred (ed., trad.). *Plaute*: tome II, *Bacchides*, *Captivi*, *Casina* [1933]. 3.ed. Paris: Les Belles Lettres, 1957.

ERNOUT, Alfred (ed., trad.). *Plaute*: tome III, *Cistellaria*, *Curculio*, *Epidicus* [1935]. 2.ed. Paris: Les Belles Lettres, 1961a.

ERNOUT, Alfred (ed., trad.). *Plaute*: tome IV, *Menaechmi*, *Mercator*, *Miles Gloriosus* [1936]. 4.ed. Paris: Les Belles Lettres, 1956.

ERNOUT, Alfred (ed., trad.). *Plaute*: tome V, *Mostellaria*, *Persa*, *Poenulus* [1938]. 2.ed. Paris: Les Belles Lettres, 1961b.

ERNOUT, Alfred (ed., trad.). *Plaute*: tome VI, *Pseudolus*, *Rudens*, *Stichus* [1938]. 4.ed. Paris: Les Belles Lettres, 1962a.

ERNOUT, Alfred (ed., trad.). *Plaute*: tome VII, *Trinummus*, *Truculentus*, *Vidularia*, *Fragmenta* [1947]. 2.ed. Paris: Les Belles Lettres, 1961c.

*de MELO, Wolfgang (ed., trad.). *Plautus. I. Amphitryon, The Comedy of Asses, The Pot of Gold, The Two Bacchises, The Captives*. Cambridge, MA/London: Harvard University Press, 2011a.

*de MELO, Wolfgang (ed., trad.). *Plautus. II. Casina, The Casket Comedy, Curculio, Epidicus, The Two Menaechmuses*. Cambridge, MA/London: Harvard University Press, 2011b.

*de MELO, Wolfgang (ed., trad.). *Plautus. III. The Merchant, The Braggart Soldier, The Ghost, The Persian*. Cambridge, MA/London: Harvard University Press, 2011c.

*de MELO, Wolfgang (ed., trad.). *Plautus. IV. The Little Carthaginian, Pseudolus, The Rope*. Cambridge, MA/London: Harvard University Press, 2012.

*de MELO, Wolfgang (ed., trad.). *Plautus. V. Stichus, Three-Dollar Day, Truculentus, The Tale of a Traveling-Bag, Fragments*. Cambridge, MA/London: Harvard University Press, 2013.

Plínio, o Jovem

MYNORS, R. A. B. (ed.). *C. Plini Caecili Secundi epistularum libri decem* [1963]. Oxford: Clarendon Press, 2013.

Plínio, o Velho

BEAUJEU, Jean (ed., trad.). *Pline l'Ancien. Histoire naturelle: livre II*. Paris: Les Belles Lettres, 1950.

ERNOUT, Alfred (ed., trad.). *Pline l'Ancien. Histoire naturelle: livre XXVIII*. Paris: Les Belles Lettres, 1962b.

SERBAT, Guy (ed., trad.). *Pline l'Ancien. Histoire naturelle: livre XXXI*. Paris: Les Belles Lettres, 1972.

Plutarco

LINDSKOG, Claes; Konrat ZIEGLER; Hans GÄRTNER (ed.). *Plutarchus. Vitae parallelae*: vol. II, fasc. 2 [1935]. 3.ed. Stuttgart/Lepizig: Teubner, 1994.

PERRIN, Bernadotte (ed., trad.). *Plutarch. Lives*: Themistocles and Camillus, Aristides and Cato Major, Cimon and Lucullus [1914]. Cambridge, MA/London: Harvard University Press, 2006.

SCARDIGLI, Barbara (coord.). *Plutarco. Aristide, Catone*. Milano: BUR, 2011.

*ZIEGLER, Konrat; Hans GÄRTNER (ed.). *Plutarchus. Vitae parallelae*: vol. I, fasc. 1 [1914]. 5.ed. München/Lepizig: K. G. Saur, 2000.

Propércio

FEDELI, Paolo (intr., ed., com.). *Properzio. Elegie*: libro II. Cambridge: Francis Cairns, 2005.

Pseudo-Hermógenes

PATILLON, Michel (ed., trad.). *Corpus Rhetoricum. Anonyme. Préambule à la rhétorique. Aphthonios. Progymnasmata. Pseudo-Hermogène. Progymnasmata*. Paris: Les Belles Lettres, 2008.

Quintiliano

COUSIN, Jean (ed., trad.). *Quintilien. Institution oratoire*: tome I, livre I. Paris: Les Belles Lettres, 1975.

COUSIN, Jean (ed., trad.). *Quintilien. Institution oratoire*: tome II, livres II et III. Paris: Les Belles Lettres, 1976a.

COUSIN, Jean (ed., trad.). *Quintilien. Institution oratoire*: tome III, livres IV et V. Paris: Les Belles Lettres, 1976b.

COUSIN, Jean (ed., trad.). *Quintilien. Institution oratoire*: tome IV, livres VI et VII. Paris: Les Belles Lettres, 1977.

COUSIN, Jean (ed., trad.). *Quintilien. Institution oratoire*: tome V, livres VIII et IX. Paris: Les Belles Lettres, 1978.

COUSIN, Jean (ed., trad.). *Quintilien. Institution oratoire*: tome VI, livres X et XI. Paris: Les Belles Lettres, 1979.

COUSIN, Jean (ed., trad.). *Quintilien. Institution oratoire*: tome VII, livre XII. Paris: Les Belles Lettres, 1980.

*WINTERBOTTOM, Michael (ed.). *M. Fabi Quintiliani Institutionis Oratoriae Libri Duodecim*. Oxford: Oxford University Press, 1970. 2v..

Rétores latinos

HALM, Karl Felix (ed.). *Rhetores Latini minores*. Leipzig: Teubner, 1863.

Retórica a Herênio

ACHARD, Guy (ed., trad.). *Rhétorique à Herennius*. Paris: Les Belles Lettres, 1989.

CALBOLI, Gualtiero (intr., ed., com.). *Cornifici Rhetorica ad C. Herennium* [1969]. 2.ed. Bologna: Pàtron, 1993.

CALBOLI, Gualtiero (prol., ed., trad., com.). *Cornifici seu incerti auctoris Rhetorica ad Herennium*. Berlin: De Gruyter, 2020. 3 v..

CAPLAN, Harry (ed., trad.). [Cicero.] *Ad. Q. Herennium de ratione dicendi (rhetorica ad Herennium)*. London/Cambridge, MA: Heinemann/Harvard University Press, 1964.

MARX, Friedrich (ed.). *Incerti auctoris de ratione dicendi ad C. Herennium lib. IV*. Leipzig: Teubner, 1894.

Salústio

ERNOUT, Alfred (ed., trad.). *Salluste. Catilina, Jugurtha, Fragments des Histoires* [1941]. 13ª reimpressão revista por J. Hellegouarc'h. Paris: Les Belles Lettres, 1989.

LA PENNA, Antonio; Rodolfo FUNARI (ed., com.). *C. Sallusti Crispi Historiae: I. Fragmenta 1.1-146*. Berlin/Boston: De Gruyter, 2015.

*RAMSEY, John T. (ed., trad.). *Sallust. Fragments of the Histories / Letters to Caesar*. Cambridge, MA/London: Harvard University Press, 2015.

REYNOLDS, Leighton (ed., notas). *C. Sallusti Crispi Catilina, Iugurtha, Historiarum Fragmenta Selecta, Appendix Sallustiana*. Oxford: Oxford Classical Texts, 1991.

*ROLFE, J. C. (ed., trad.). *Sallust. The war with Catiline / The war with Jugurtha*. Revisado por John T. Ramsey. Cambridge, MA/London: Harvard University Press, 2013.

Sérvio

THILO, Georg; Hermann HAGEN (ed.). *Servii grammatici qui feruntur in Vergilii carmina commentarii*. Leipzig: Teubner, 1881-1902. 3 v..

Suetônio

AILLOUD, Henri (ed., trad.). *Suétone. Vies des douze césars: tome I, César, Auguste* [1961]. Paris: Les Belles Lettres, 1967.

*KASTER, Robert A. (ed.). *C. Suetoni Tranquilli de uita caesarum libros VIII et de grammaticis et rhetoribus librum*. Oxford: Oxford University Press, 2016.

VACHER, Marie-Claude (ed., trad.). *Suétone. Grammairiens et rhéteurs* [1993]. Paris: Les Belles Lettres, 2003.

Teão

PATILLON, Michel (ed., trad.). *Aelius Theon. Progymnasmata* [assistido por Giancarlo Bolognesi para o armênio]. Paris: Les Belles Lettres, 2002.

Textos jurídicos

BRUNS, Karl Georg. *Fontes Iuris Romani Antiqui: pars prior, leges et negotia* [1860]. 7.ed. atualizada por Otto Gradenwitz. Tübingen, Mohr Siebeck, 1909.

FRANCIOSI, Gennaro (ed.). *Leges regiae*. Napoli: Jovene, 2003.

*CRAWFORD, M. H. (ed.). *Roman statutes*. London: Institute of Classical Studies, 1996. 2 v..

GIRARD, Paul Frédéric; SENN, Félix. *Les lois des romains* [originalmente publicado como *Textes de droit romain*: tome II, em 1890]. 7.ed., aos cuidados de Vincenzo Giuffrè. Napoli: Jovene, 1977.

Tito Lívio

*BAYET, Jean (ed.); Gaston BAILLET (trad.). *Tite-Live. Histoire Romaine*: tome 1, livre 1. Paris: Les Belles Lettres, 1940.

*BAYET, Jean (ed.) ; Gaston BAILLET (trad.). *Tite-Live. Histoire Romaine*: tome V, livre V. Trad. Gaston Baillet. Paris: Les Belles Lettres, 1954.

*BLOCH, Raymond (ed., trad.). *Tite-Live. Histoire Romaine*: tome VIII, livre VIII. Paris: Les Belles Lettres, 1987.

FOSTER, B. O. (ed., trad.). *Livy. I: books I and II* [1919]. London/Cambridge, MA: Heinemann/Harvard University Press, 1957a.

FOSTER, B. O. (ed., trad.). *Livy. II: books III and IV* [1922]. London/Cambridge, MA: Heinemann/Harvard University Press, 1953a.

FOSTER, B. O. (ed., trad.). *Livy. III: books V, VI and VII* [1924]. London/Cambridge, MA: Heinemann/Harvard University Press, 1953b.

FOSTER, B. O. (ed., trad.). *Livy. IV: books VIII-X* [1926]. London/Cambridge, MA: Heinemann/Harvard University Press, 1957b.

FOSTER, B. O. (ed., trad.). *Livy. V: books XXI-XXII* [1929]. London/Cambridge, MA: Heinemann/Harvard University Press, 1949.

*FRANÇOIS, Paul (ed., trad.). *Tite-Live. Histoire Romaine*: tome XIX, livre XXIX. Paris: Les Belles Lettres, 1994.

- MOORE, Frank Gardner (ed., trad.). *Livy. VI: books XXIII-XXV* [1940]. London/Cambridge, MA: Heinemann/Harvard University Press, 1958a.
- MOORE, Frank Gardner (ed., trad.). *Livy. VII: books XXVI-XXVII* [1943]. London/Cambridge, MA: Heinemann/Harvard University Press, 1958b.
- MOORE, Frank Gardner (ed., trad.). *Livy. VIII: books XXVIII-XXX* [1949]. London/Cambridge, MA: Heinemann/Harvard University Press, 1962.
- SAGE, Evan T. (ed., trad.). *Livy. IX: books XXXI-XXXIV* [1935]. London/Cambridge, MA: Heinemann/Harvard University Press, 1961.
- SAGE, Evan T. (ed., trad.). *Livy. X: books XXXV-XXXVII* [1935]. London/Cambridge, MA: Heinemann/Harvard University Press, 1958a.
- SAGE, Evan T. (ed., trad.). *Livy. XI: books XXXVIII-XXXIX* [1936]. London/Cambridge, MA: Heinemann/Harvard University Press, 1958b.
- SAGE, Evan T.; Alfred C. SCHLESINGER (ed., trad.). *Livy. XII: books XL-XLII* [1938]. London/Cambridge, MA: Heinemann/Harvard University Press, 1957.
- SCHLESINGER, Alfred C. (ed., trad.). *Livy. XIII: books XLIII-XLV* [1951]. London/Cambridge, MA: Heinemann/Harvard University Press, 1961.
- SCHLESINGER, Alfred C. (ed., trad.). *Livy. XIV: summaries, fragments and Obsequens*. London/Cambridge, MA: Heinemann/Harvard University Press, 1959.
- *YARDLEY, J. C. (ed., trad.). *Livy. History of Rome: books 31-34*. Cambridge, MA/London: Harvard University Press, 2017.
- *YARDLEY, J. C. (ed., trad.). *Livy. History of Rome: books 35-37*. Cambridge, MA/London: Harvard University Press, 2018a.
- *YARDLEY, J. C. (ed., trad.). *Livy. History of Rome: books 38-40*. Cambridge, MA/London: Harvard University Press, 2018b.

Valério Máximo

- CONSTANT, Pierre (trad.). *Valère Maxime. Actions et paroles mémorables*. [ed. de Kempf] Paris: Garnier, 1935. 2 v..

*SHACKLETON-BAILEY (ed., trad.). *Valerius Maximus. Memorable doings and sayings*. Cambridge, Massachussets/London: Harvard University Press, 2000, 2 v..

Varrão

BRUNETTI, Federico (ed., trad., notas). M. Terenzio Varrone. Frammenti. In: *M. Terentii Varronis Libri de lingua latina et fragmenta quae supersunt omnia*. Venezia: Giuseppe Antonelli, 1874, coll. 609-1482.

CANAL, P. (ed., trad., notas). M. Terenzio Varrone. Libri intorno alla lingua latina. In: *M. Terentii Varronis Libri de lingua latina et fragmenta quae supersunt omnia*. Venezia: Giuseppe Antonelli, 1874, p. ii-lxii e coll. 1-606.

*GUIRAUD, Charles (ed., trad., com.). *Varron. Économie rurale: livre II*. Paris: Les Belles Lettres, 1985.

*HEURGON, Jacques (ed., trad., com.). *Varron. Économie rurale: livre premier*. Paris: Les Belles Lettres, 1978.

*DE MELO, Wolfgang David Cirilo (intr., ed., trad., com.). *Varro. De lingua Latina*. Oxford: Oxford University Press, 2019. 2 v..

TREVIZAM, Matheus (intr., trad., notas). VARRÃO. *Das coisas do campo*. Campinas: Unicamp, 2012.

Demais textos fragmentários antigos

BLÄNSDORF, Jürgen (ed.). *Fragmenta poetarum latinorum*. 4.ed. Berlin: De Gruyter, 2011.

MANUWALD, Gesine (ed., trad.). *Fragmentary Republican oratory*. Cambridge, MA/London: Harvard University Press, 2019. 3 v..

RIBBECK, Otto (ed.). *Scaenicae Romanorum Poesis Fragmenta: volumen I, tragicorum fragmenta*. 3.ed. Leipzig: Teubner, 1897.

RIBBECK, Otto (ed.). *Scaenicae Romanorum Poesis Fragmenta: volumen II, comicorum fragmenta*. 3.ed. Leipzig: Teubner, 1898.

WARMINGTON, E. H. (ed., trad.). *Remains of old Latin*: II, Livius Andronicus, Naevius, Pacuvius and Accius. London/Cambridge, MA: William Heinemann/Harvard University Press, 1961.

Estudos modernos

[ACHARD, 1989: cf. seção “Textos antigos”, s.v. “Retórica a Herênio”.]

[ACHARD, 1994: cf. seção “Textos antigos”, s.v. “Cícero”.]

ADAM, Jean-Michel. *Linguistique textuelle: des genres de discours aux textes*. Paris: Nathan, 2004.

ADAMS, James N.. The *Bellum Africum*. In: Tobias REINHARDT; Michael LAPIDGE; James N. ADAMS (ed.). *Aspects of the language of Latin prose*. Oxford: Oxford University Press, 2005, p. 73-96.

[AILLOUD, 1967: cf. seção “Textos antigos”, s.v. “Suetônio”.]

von ALBRECHT, Michael. *Geschichte der römischen Literatur*: Band I [1991]. 3.ed. Berlin/Boston: De Gruyter, 2016.

_____. *Meister römischer Prosa: von Cato bis Apuleius* [1971]. 4.ed. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 2012.

ALBUQUERQUE, Sebastião José Guedes e. *Arte de traduzir de latim para portuguez reduzida a princípios*. Lisboa: Imprensa Régia, 1818.

ALLERTON, D. J.. The sentence as a linguistic unit. *Lingua*, n. 22, 1969, p. 27-46.

ALTENBURG, Otto. *De sermone pedestri Italarum uetustissimo*. Leipzig: Teubner, 1898.

AMBROSIO, Renato. *De rationis exordiendi: os princípios da história em Roma*. São Paulo: Humanitas/FAPESP, 2005.

[ANDRIEU, 1983: cf. seção “Textos antigos”, s.v. “César”.]

[ANTOINE, 1925: cf. seção “Textos antigos”, s.v. “Cornélio Nepos”.]

[APPUHN, 1934: cf. seção “Textos antigos”, s.v. “Cícero”.]

- ASTIN, Alan E.. *Cato the Censor*. Oxford: Oxford University Press, 1978.
- AUSTIN, J. L.. *How to do things with words: the William James Lectures delivered at Harvard University in 1955* [1962]. Ed. J. O. Urmson & Marina Sbisa. 2.ed.. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1975.
- [AX, 1977: cf. seção “Textos antigos”, s.v. “Cícero”.]
- BADIAN, E.. The early historians. In: T. A. DOREY (ed.). *Latin historians*. New York: Basic Books, 1966, p. 1-38.
- [BAILEY, 1940: cf., nesta seção, *sub* NORDEN, 1939]
- BAÑOS BAÑOS, José Miguel; Concepción CABRILLANA REAL. XXIII. Orden de palabras. In: José Miguel BAÑOS BAÑOS (coord.). *Sintáxis del latín clásico*. Madrid: Liceus, 2009, p. 679-707.
- BARWICK, Karl. Zu den Schriften des Cornelius Celsus und des alten Cato. *Würzburger Jahrbücher*, n. 3, 1948, p. 117-132.
- BARTHES, Roland. L’ancienne rhétorique: aide-mémoire. *Communications*, Paris, n. 16, p. 172-229, 1970.
- [BARWICK, 1964: cf. seção “Textos antigos”, s.v. “Carísio”.]
- [BASCHERA, 1999: cf. seção “Textos antigos”, s.v. “Comentários a Virgílio”.]
- BASSI, Ignazio. *I pronomi, le preposizioni e le particelle della lingua latina* [1898]. 2.ed. Milano: Hoepli, 1921.
- [BAYET, 1940 e 1954: cf. seção “Textos antigos”, s.v. “Tito Lívio”.]
- [BEAUJEU, 1950: cf. seção “Textos antigos”, s.v. “Plínio, o Velho”.]
- BECHARA, Evanildo. Gramática funcional: natureza, funções e tarefas. In: NEVES, Maria Helena de Moura (org.). *Descrição do Português II*. Araraquara: UNESP, 1991, p. 1-97 [Publicação do curso de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa, ano 5, n. 1]. [*n.u.*]
- [BECK & WALTER, 2001: cf. seção “Textos antigos”, s.v. “Fragmentos de historiadores latinos”.]

- BENNETT, Charles E. *Syntax of early Latin* [1910-14]. Hildesheim/New York: Georg Olms, 1982. 2v..
- BENVENISTE, Émile. La phrase relative, problème de syntaxe générale. In: IDEM. *Problèmes de linguistique générale I*. Paris: Gallimard, 1966, p. 208-222.
- _____. Symbolisme social dans les cultes gréco-italiques. *Revue de l'histoire des religions*, n. 129, 1945, p. 5-16.
- BERARDI, Francesco. Le figure dell'evidenza: *descriptio* e *demonstratio* nella *Rhetorica ad Herennium*. *Rivista di filologia e di istruzione classica*, n. 135, 2007, 289-308.
- BERNARD, Seth G.; DAMON, Cynthia; GREY, Campbell. Rhetorics of land and power in the Polla inscription (CIL I² 638). *Mnemosyne*, n. 67 (6), 2014, p. 953-985.
- BERNHARDY, Gottfried. *Grundriss der römischen Litteratur* [1830]. 2.ed. Halle: C. A. Schwetschke und Sohn, 1850.
- BETTINI, Maurizio. La poesia romana arcaica 'al lavoro' (con una apologia della medesima). *Materiali e discussioni per l'analisi dei testi classici*, n. 14, 1985, p. 13-43.
- [BLÄNSDORF, 2011: cf. seção "Textos antigos", s.v. "Demais textos fragmentários antigos".]
- [BLOCH, 1987: cf. seção "Textos antigos", s.v. "Tito Lívio".]
- BLOOMFIELD, Leonard. *Language*. New York: Henry Holt, 1933.
- BÖMER, Franz. Der *commentarius*: zur Vorgeschichte und literarischen Form der Schriften Caesars. *Hermes*, n. 81 (2), 1953, p. 210-250.
- _____. Thematik und Krise der römischen Geschichtsschreibung im 2. Jahrhundert v. Chr. *Historia: Zeitschrift für alte Geschichte*, n. 2 (2), 1953, p. 189-209.
- [BORNECQUE, 1937: cf. seção "Textos antigos", s.v. "Macróbio".]
- [BORNECQUE, 1956 e 1980: cf. seção "Textos antigos", s.v. "Cícero".]
- BRAUND, Susanna Morton. What is Latin literature? In: EADEM (org.). *Latin literature*. London/New York: Routledge, 2002, p. 37-52.

- BRÉAL, Michel. Sur la langue de la Loi des XII Tables. *Journal des savants*, s/n, 1902, p. 599-608.
- BRILLENBURG, Gerardus Cornelius. *Dissertatio litteraria inauguralis de M. Porcio Catone censorio*. Lugduni Batavorum: H. W. Hazenberg, 1826.
- BRINK, C.O.. *Horace on poetry: the 'Ars Poetica'*. Cambridge: Cambridge University Press, 1971.
- BRISCOE, John. *A commentary on Livy: books 38-40*. Oxford: Oxford University Press, 2007.
- BRISCOE, John. The fragments of Cato's *Origines*. In: Eleanor DICKEY; Anna CHAHOUD (ed.). *Colloquial and literary Latin*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010, p. 154-160.
- _____. The language and style of the fragmentary republican historians. In: Tobias REINHARDT; Michael LAPIDGE; James N. ADAMS (ed.). *Aspects of the language of Latin prose*. Oxford: The British Academy/Oxford University Press, 2005, p. 53-72.
- _____. Language and style of the fragmentary Roman historians. In: T. J. CORNELL (ed.). *The fragments of the Roman historians: volume I, introduction*. Oxford: Oxford University Press, 2013a, p. 19-38.
- _____. 6. L. Cassius Hemina. In: T. J. CORNELL (ed.). *The fragments of the Roman historians: volume I, introduction*, Oxford: Oxford University Press, 2013b, p. 219-223.
- _____. 6. L. Cassius Hemina. In: T. J. CORNELL (ed.). *The fragments of the Roman historians: volume III, commentary*. Oxford: Oxford University Press, 2013c, p. 160-184.
- BRUNETTI. Dei logistorici di Varrone. In: *M. Terentii Varronis Libri de lingua latina et fragmenta quae supersunt omnia*. Venezia: Giuseppe Antonelli, 1874a, coll. 650-651.
- [BRUNETTI, 1874b: cf. seção "Varrão", s.v. "Varrão"]
- [BRUNS, 1909: cf. seção "Textos antigos", s.v. "Textos jurídicos".]

BUJUKLIĆ, Zika. *Leges regiae: pro et contra. Revue internationale des droits de l'antiquité*, n. 45, 1998, p. 89-142.

BUONAPARTE, Alfredo. *Manuale di epigrafia latina*. Roma: Carocci, 2009.

CALBOLI, Gualtiero. Die Episode des Tribunen Q. Caedicius (Cato, *Orig.* frg. 7-43 Peter). *Maia: rivista di letterature classiche*, n. 48 (1), 1996, p. 1-32.

_____. Nota di aggiornamento. In: Eduard NORDEN. *La prosa d'arte antica: dal VI secolo a.C. all'età della Rinascenza* [1898]. Edição italiana aos cuidados de Benedetta Heinemann Campana, com base na 3ª edição alemã, de 1915. Roma: Salerno, 1986, p. 969-1185.

_____. Roman law and Latin prose: on the early Latin language. *Journal of Latin linguistics*, n. 10 (1), 2008, p. 57-72bis.

_____. La sinonimia latina fino alla prosa classica. *Quaderni dell'Istituto di Glottologia dell'Università di Bologna*, n. 8, 1964-1965, p. 21-66.

_____. Die Syntax der ältesten lateinischen Prosa. In: Anna Giacalone RAMAT; Onofrio CARRUBA; Giuliano BERNINI (ed.). *Papers from the 7th International Conference on Historical Linguistics*. Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins, 1987a, p. 137-150.

[CALBOLI, 1987b: cf., nesta seção, *sub* LEHMANN, 1984]

[CALBOLI, 1993, 2020: cf. seção “Textos antigos”, s.v. “Retórica a Herênio”.]

[CALBOLI, 2003: cf. seção “Textos antigos”, s.v. “Catão”.]

CAMARA JR., Joaquim Mattoso: cf. MATTOSO CAMARA JR., Joaquim

[CANAL, 1874: cf. seção “Textos antigos”, s.v. “Varrão”]

CANFORA, Luciano. Sull'*Euhemerus* di Ennio. In: IDEM, *Studi di storia della storiografia romana*. Bari: Edipuglia, 1993, p. 317-321.

[CAPLAN, 1964: cf. seção “Textos antigos”, s.v. “Retórica a Herênio”.]

CARANDINI, Andrea (ed.). *La leggenda di Roma: volume III, la costituzione*. Torino: Mondadori, 2011.

CARDAINS, Burkhard. *Marcus Terrentius Varro: Einführung in sein Werk*. Heidelberg: C. Winter, 2001.

CARDINALI, Luca. Alcune osservazioni sulla lingua degli storiografi arcaici. *Pallas: revue d'études antiques*, n. 103, 2017, p. 171-179 [consultado em versão eletrônica].

_____. Le *Origines* di Catone iniziavano con un esametro? *Studi classici e orientali*, n. 37, maio 1988, p. 205-215.

[CARY, 1937: cf. seção “Textos antigos”, s.v. “Dionísio de Halicarnasso”.]

CAVARZERE, Alberto. *Oratoria a Roma: storia di un genere pragmatico*. Roma: Carocci, 2000.

_____; Arturo de VIVO; Paolo MASTANDREA. *Letteratura latina: una sintesi storica*. 2. ed. Roma: Carocci, 2015.

CERVONI, Jean. *L'énonciation*. Paris: PUF, 1987.

CHARPIN, François. Les latins et la notion de phrase grammaticale. *L'information grammaticale*, n. 3, 1979, p. 29-32.

[CHARPIN, 1978, 1979 e 1991: cf. seção “Textos antigos”, s.v. “Lucílio”.]

CHASSIGNET, Martine. Caton et l'impérialisme romain au II^e siècle av. J.-C. d'après les “Origines”. *Latomus*, n. 46 (2), abr.-jun. 1987, p. 285-300.

[CHASSIGNET, 1986: cf. seção “Textos antigos”, s.v. “Catão”.]

[CHASSIGNET, 1999, 2003 e 2004: cf. seção “Textos antigos”, s.v. “Fragmentos de historiadores latinos”.]

CHAUSSERIE-LAPREE, Jean-Pierre. *L'expression narrative chez les historiens latins: histoire d'un style*. Paris: Boccard, 1969.

_____. L'expression narrative chez les historiens latins. *L'information littéraire*, n. 22 (3), 1970, p. 119-126.

_____. Les structures et les techniques de l'expression narrative chez les historiens latins. *Revue des études latines*, n. 41, 1963, p. 281-296.

[CHIRON, 2002: cf. seção “Textos antigos”, s.v. “Demétrio”.]

[CHIRON, 2007: cf. seção “Textos antigos”, s.v. “Aristóteles”.]

CHOMSKY, Noam. La forme et le sens dans le langage naturel. In: Roman JAKOBSON; Morris HALLE; Noam CHOMSKY. *Hypothèses: trois entretiens et trois études sur la linguistique et la poésie*. Paris: Seghers/Laffont, 1972, p. 127-154.

_____. *Syntactic structures* [1957]. The Hague/Paris: Mouton, 1968.

CHURCHILL, J. Bradford. The content and structure of the prologue to Cato’s “Origines”. *Illinois classical studies*, n. 20, 1995, p. 91-106.

CLACKSON, James; Geoffrey HORROCKS. *The Blackwell history of the Latin language*. Oxford: Blackwell, 2007.

COLEMAN, Robert. Conditional clauses in the Twelve Tables. In: ROSÉN, Hannah (ed.). *Aspects of Latin: papers from the Seventh International Colloquium on Latin Linguistics*. Innsbruck: Institut für Sprachwissenschaft, 1996, p. 403-421.

[CONSTANT, 1935: cf. seção “Textos antigos”, s.v. “Valério Máximo”.]

CONTE, Gian Biagio. Istituti letterari e stili di ricerca: una discussione. *Materiali e discussioni per l’analisi dei testi classici*, n. 8, 1982, p. 123-139.

_____. *Letteratura latina: dall’alta repubblica all’età di Augusto* [2012]. 3.ed. Firenze: Le Monnier, 2019.

_____. Proemi al mezzo [1976]. In: _____. *Virgilio: il genere e i suoi confini*. Milano: Garzanti, 1984, p. 121-133.

[CORNELL, 2013: cf. seção “Textos antigos”, s.v. “Fragmentos de historiadores latinos”.]

della CORTE, Francesco. *Catone Censore: la vita e la fortuna* [1949]. 2.ed. Firenze: La Nuova Italia, 1969.

CORTESE, Giacomo. *De M. Porcii Catonis uita operibus et lingua*. Savone: Andrea Ricci, 1882.

COSERIU, Eugenio. *Lições de linguística geral* [1973]. Trad. Evanildo Bechara. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1980.

- _____. *Teoria da linguagem e linguística geral: cinco estudos* [1962]. Trad. Agostinho Dias Carneiro. Rev. Carlos Alberto da Fonseca e Mário Ferreira. Rio de Janeiro: Presença/EDUSP, 1979.
- COSTA, Gabriele. *Sulla preistoria della tradizione poetica italica*. Firenze: Leo S. Olschki, 2000.
- [COURBAUD, 1950a e 1950b: cf. seção “Textos antigos”, s.v. “Cícero”.]
- [COURTNEY, 1995: cf. seção “Textos antigos”, s.v. “Inscrições”.]
- [COURTNEY, 1999: cf. seção “Textos antigos”, s.v. “Antologias”.]
- [COUSIN, 1975, 1976a, 1976b, 1977, 1978, 1979, 1980: cf. seção “Textos antigos”, s.v. “Quintiliano”.]
- [CRAWFORD, 1996: cf. seção “Textos antigos”, s.v. “Textos jurídicos”.]
- CRIFÒ, Giuliano. La legge delle XII tavole: osservazioni e problemi. In: TEMPORINI, Hildegard (ed.). *Aufstieg und Niedergang der römischen Welt: Geschichte und Kultur Roms im Spiegel der neueren Forschung, von den Anfängen bis zum Ausgang der Republik*, Zweiter Band. Berlin/New York: De Gruyter, 1972, p. 115-133.
- CRYSTAL, David; Derek DAVY. *Investigating English style* [1969]. London/New York: Routledge, 2013.
- [CUCCHIARELLI, 2019: cf. seção “Textos antigos”, s.v. “Horácio”.]
- CUGUSI, Maria Teresa Sblendorio: cf. SBLENDORIO CUGUSI, Maria Teresa
- CUGUSI, Paolo. Il proemio delle *Origines* di Catone. *Maia: rivista di letterature classiche*, n. 46, 1994, p. 263-272.
- [CUGUSI & SBLENDORIO CUGUSI, 2001: cf. seção “Textos antigos”, s.v. “Catão”.]
- DANGEL, Jacqueline. Le *carmen* latin: rhétorique, poétique et poésie. *Euphrosyne: revista de filologia clássica*, n. 25, 1997, p. 113-131.
- _____. *La phrase oratoire chez Tite-Live*. Paris: Les Belles Lettres, 1982.
- _____. Les structures de la phrase oratoire chez Tite-Live. *Revue des Études Latines*, n. 54, 1976, p. 221-239.

[DANGEL, 2002: cf. seção “Textos antigos”, s.v. “Ácio”.]

DAUBE, David. *Forms of Roman legislation*. Oxford: Clarendon Press, 1956.

DECORTE, Robrecht. *Sic habeto*: the functions of –to imperatives in legal Latin and beyond. In: Paolo POCCETTI (ed.). *Latinitatis rationes*: descriptive and historical accounts for the Latin language. Berlin: De Gruyter, 2016, p. 801-819.

[DEGRASSI, 1957 e 1963: cf. seção “Textos antigos”, s.v. “Inscrições”.]

DELAS, Daniel; Jacques FILLIOLET. *Linguistique et poétique*. Paris: Larousse, 1973.

DEVINE, A. M.; Laurence D. STEPHENS. *Pragmatics for Latin*: from syntax to information structure. Oxford: Oxford University Press, 2019.

DIEHL, Ernst. Das *saeculum*, seine Riten und Gebete: Teil 1, Bedeutung und Quellen des *saeculum*, die älteren *saecula*. *Rheinisches Museum für Philologie*, n. 83 (3), 1934a, p. 255-272.

_____. Das *saeculum*, seine Riten und Gebete: Teil 2, Die *saecula* der Kaiserzeit, Ritual und Gebet der Feiern der Jahre 17 v. Chr., 88 und 204 n. Chr. (Fortsetzung). *Rheinisches Museum für Philologie*, n. 83 (4), 1934b, p. 348-372.

DIK, Simon C.. *The theory of functional grammar*: part 1, the structure of the clause [1989]. 2.ed. Ed. Kees Hengevald. Berlin/New York: De Gruyter, 1997a.

_____. *The theory of functional grammar*: part 2, complex and derived constructions. Ed. Kees Hengevald. Berlin/New York: De Gruyter, 1997b.

[DOUGLAS, 1966: cf. seção “Textos antigos”, s.v. “Cícero”.]

[DORATI, 1996: cf. seção “Textos antigos”, s.v. “Aristóteles”.]

DUBOIS, Jean; DUBOIS-CHARLIER, Françoise. *Éléments de linguistique française*: syntaxe. Paris: Larousse, 1970.

DUBOIS-CHARLIER, Françoise. *Comment s’initier à la linguistique*. Paris: Larousse, 1975.

DUCROT, Oswald. *Dire et ne pas dire*: principes de sémantique linguistique. Paris: Hermann, 1972.

[DUFOUR & WARTELLE, 1980: cf. seção “Textos antigos”, s.v. “Aristóteles”.]

DURANTE, Marcello. Prosa ritmica, alitterazione e accento nelle lingue dell'Italia antica. *Ricerche linguistiche*, n. 4, 1958, p. 61-98.

ENGISCH, Karl. *Einführung in das juristische Denken* [1956]. 8.ed. Stuttgart/Berlin/Köln: W. Kohlhammer, 1989.

[ERNOUT, 1956, 1957, 1959, 1961a, 1961b, 1961c, 1962a: cf. seção “Textos antigos”, s.v. “Plauto”.]

[ERNOUT, 1962b: cf. seção “Textos antigos”, s.v. “Plínio, o Velho”.]

[ERNOUT, 1989: cf. seção “Textos antigos”, s.v. “Salústio”.]

ERNOUT, Alfred; Antoine MEILLET. *Dictionnaire étymologique de la langue latine : histoire des mots* [1932]. 4.ed. [1959]. Rev. Jacques André [1985]. Paris: Klincksieck, 2001.

_____; François THOMAS. *Syntaxe latine* [1951]. 2.ed. Paris: Klincksieck, 1953.

FALCONE, Maria Jennifer. Poetic and religious language in Roman tragic fragments concerning Medea. In: José Virgilio GARCIA; Angel RUIZ (ed.). *Poetic language and religion in Greece and Rome*. Cambridge: Cambridge Scholars Publishing, 2013, p. 310-320.

FANKHÄNEL, Herbert. *Verb und Satz in der lateinischen Prosa bis Sallust: eine Untersuchung über die Stellung des Verbs*. Leipzig: C. & E. Vogel, 1938.

[FEDELI, 2005: cf. seção “Textos antigos”, s.v. “Propércio”.]

FEENEY, Denis. The beginnings of a literature in Latin. *Journal of Roman Studies*, n. 95, 2005, p. 226-240.

_____. *Beyond Greek: the beginnings of Latin literature*. Cambridge, MA/London: Harvard University Press, 2016.

Resenha: KATZ, Joshua T.. Review. *The Journal of Roman Studies*, n. 96, 2006, p. 240-242.

FLACH, Dieter. *Römische Geschichtsschreibung*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1998.

[FLEURY, 2003: cf. seção “Textos antigos”, s.v. “Frontão”.]

FORSYTHE, Gary. Some notes on the History of Cassius Hemina. *Phoenix*, n. 44 (4), 1990, p. 326-344.

[FOSTER, 1949, 1953a, 1953b, 1957a, 1957b: cf. seção “Textos antigos”, s.v. “Tito Lívio”.]

FOTHERINGHAM, Lynn S.. The numbers in the margins and the structure of Cicero’s *Pro Murena*. *Greece and Rome*, n. 54 (1), 2007, p. 40-60.

FRAENKEL, Eduard. Additional note on the prose of Ennius [1951]. In: IDEM. *Kleine Beiträge zur klassischen Philologie: zweiter Band, zur römischen Literatur, zu juristischen Texten, Verschiedenes*. Roma: Edizioni di Storia e Letteratura, 1964a, p. 53-58.

_____. Eine Form römischer Kriegsbuletins [1956]. In: IDEM. *Kleine Beiträge zur klassischen Philologie: zweiter Band, zur römischen Literatur, zu juristischen Texten, Verschiedenes*. Roma: Edizioni di Storia e Letteratura, 1964b, p. 69-73.

_____. *Kleine Beiträge zur klassischen Philologie*. Roma: Edizioni di Storia e Letteratura, 1964c. 2v..

_____. *Leseproben aus Reden Ciceros und Catos*. Roma: Edizioni di Storia e Letteratura, 1968.

Resenha: LAUGHTON, Eric. Review. *The Journal of Roman Studies*, n. 60, 1970, p. 188-194.

_____. *Plautine elements in Plautus* [1922]. Trad. Tomas Drevikovsky e Frances Muecke. Oxford: Oxford University Press, 2007.

_____. Pre-literary *carmina* in Rome. *Proceedings of the Cambridge Philological Society*, n. 163-165, 1936, p. 5-6.

_____. Senatus consultum de bacchanalibus [1932]. In: IDEM. *Kleine Beiträge zur klassischen Philologie: zweiter Band, zur römischen Literatur, zu juristischen Texten, Verschiedenes*. Roma: Edizioni di Storia e Letteratura, 1964d, p. 447-475.

[FRAENKEL, 1950: cf. seção “Textos antigos”, s.v. “Ésquilo”.]

[FRANCIOSI, 2003: cf. seção “Textos antigos”, s.v. “Textos jurídicos”.]

[FRANÇOIS, 1994: cf. seção “Textos antigos”, s.v. “Tito Lívio”.]

FRANK, Tenney. *Life and literature in the Roman republic*. Berkeley/Los Angeles: University of California Press, 1956.

FRIES, Charles Carpenter. *The structure of English: an introduction to the construction of English sentences*. New York/Burlingame: Harcourt, Brace & World, 1952.

[GAFFIOT, 1936: cf., nesta seção, *sub* TILL, 1968]

GÄRTNER, Ursula. Cicero und die Geschichtsschreibung. In: EADEM. *Römische Geschichte und Geschichtsschreibung*. Potsdam: Universitätsverlag Potsdam, 2005, p. 21-52.

GEENEN, Henrique. *Palestras philologicas*: 1ª série. São Paulo: Irmãos Ferraz, 1931.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas* [1973]. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

[GIRARD & SENN, 1977: cf. seção “Textos antigos”, s.v. “Textos jurídicos”.]

GLARE, Peter G. W. (ed.). *Oxford Latin Dictionary*. Oxford: Clarendon Press, 1982.

GOLDBERG, Sander M.. Terence, Cato, and the rhetorical prologue. *Classical Philology*, n. 78 (3), 1983, p. 198-211.

_____. *Understanding Terence*. Princeton: Princeton University Press, 1986.

[GOLDBERG & MANUWALD, 2018: cf. seção “Textos antigos”, s.v. “Ênio”.]

GORDON, Arthur Ernest. *Illustrated introduction to Latin epigraphy*. Berkeley/Los Angeles/London: University of California Press, 1983.

GOTTER, Ulrich. Cato’s *Origines*: the historian and his enemies. In: Andrew FELDHER (ed.). *The Cambridge companion to the Roman historians*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009, p. 108-122.

_____. Die Vergangenheit als Kampfplatz der Gegenwart: Catos (konter)revolutionäre Konstruktion des republikanischen Erinnerungsraum. In: Ulrich EIGLER et alii (ed.). *Formen römischer Geschichtsschreibung von den Anfängen bis Livius*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 2003, p. 115-134.

[GOUJARD, 1975: cf. seção “Textos antigos”, s.v. “Catão”.]

GRANGER, Sylviane; Magali PAQUOT. Disentangling the phraseological web. In: Sylviane GRANGER; Fanny MEUNIER (ed.). *Phraseology: an interdisciplinary*

perspective. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2008, p. 27-49.

GRATWICK, A. S.. Prose literature. In: E. J. KENNEY; W. V. CLAUSEN (ed.). *The Cambridge history of classical literature*: volume II, part 1, the early republic. Cambridge: Cambridge University Press, 1982, p. 138-155.

[GRAZIOSI & HAUBOLD, 2010: cf. seção “Textos antigos”, s.v. “Homero”.]

GRIMAL, Pierre. *La littérature latine* [1965]. 6.ed. Paris: PUF, 1996.

GREINER, Emile; Roger BILLORET. *Grammaire du latin*. Paris: Hachette, 1952.

GREVISSE, Maurice. *Le bon usage: grammaire française* [1936]. 12.ed. Rev. André Goosse. Paris: Duculot, 1986.

de GROOT, A. W. Le mot phonétique et les formes littéraires du latin. *Revue d'études latines*, n. 12, 1934, p. 117-139.

GUARINO, Antonio. Minima de Gracchis. In: *Studi in onore di Antonio Biscardi*: volume 1. Milano: Istituto Editoriale Cisalpino – La Goliardica, 1982, p. 53-67.

[GUILLEMIN, 1961: cf. seção “Textos antigos”, s.v. “Cornélio Nepos”.]

GUILLÉN, José. _____. El latín de las XII tablas: ambientación histórica. *Helmantica*, n. 61, 1969, p. 67-103

_____. El latín de las XII tablas: la morfología. *Helmantica*, n. 57, 1967, p. 341-401.

_____. El latín de las XII tablas: la semántica. *Helmantica*, n. 58, 1968a, p. 43-111.

_____. El latín de las XII tablas: sintáxis y estilística. *Helmantica*, n. 59-60, 1968b, p. 193-246.

[GUIRAUD, 1985: cf. seção “Textos antigos”, s.v. “Varrão”.]

GUITTARD, Charles. *Carmen et prophéties à Rome*. Turnhout: Brepols, 2007.

_____. Pline et la classification des prières dans la religion romaine (*NH* 28, 10-21). *Helmantica*, n. 38, 1987, p. 157-170.

HABINEK, Thomas. *The world of Roman song: from ritualized speech to social order*. Baltimore/London: Johns Hopkins University Press, 2005.

[HAINES, 1920: cf. seção “Textos antigos”, s.v. “Frontão”.]

HALLA-AHO, Hilla. *Left-dislocation in Latin: topics and syntax in Republican texts*. Leiden/Boston: Brill, 2018.

HALLIDAY, Michael A. K.. *An introduction to functional grammar* [1985]. 3.ed.. Rev. Christian M. I. M. Matthiessen. London: Hodder Education, 2004.

_____; Ruqaiya HASAN. *Cohesion in English*. London/New York: Routledge, 1976.

[HALM, 1863: cf. seção “Textos antigos”, s.v. “Rétores latinos”.]

[HANKE, Martin.] *Martini Hankii de romanorum rerum scriptoribus liber*. Leipzig: Laurentii Sigismundi Cörneri, 1669.

HAUDRY, Jean. L’antéposition de la relative en indo-européen. *La Linguistique*, n. 15 (1), 1979, p. 101-110.

_____. Parataxe, hypotaxe et corrélation dans la phrase latine. *Bulletin de la Société Linguistique de Paris*, n. 68 (1), 1973, p. 147-186.

HAVERS, Wilhelm. Der sog. ‘Nomativus pendens’. *Indogermanische Forschungen*, n. 43, 1925, p. 207-257.

HETTRICH, Heinrich. *Untersuchungen zur Hypotaxe im Vedischen*. Berlin: De Gruyter, 1988.

HEUMANN, Hermann Gottlieb; Emil SECKEL. *Handlexikon zu den Quellen des römischen Rechts* [1846]. 9.ed. [1907]. Jena: Gustav Fischer, 1926.

[HEURGON, 1978: cf. seção “Textos antigos”, s.v. “Varrão”.]

HOFFMANN, Roland. *Lateinische Linguistik: Morphosyntax und Syntax in einzelsprachlicher und typologischer Perspektive*. Hamburg: Buske, 2018.

HOFMANN, J. B.. *Lateinische Umgangssprache* [1926]. 3.ed. Heidelberg: Carl Winter, 1951.

_____; Anton SZANTYR. *Lateinische Syntax und Stilistik*. München: C. H. Beck, 1965.

HOLFORD-STREVEENS, Leofranc. *Aulus Gellius: an Antonine scholar and his achievement*. Oxford: Oxford University Press, 2003.

[HOLFORD-STREVEENS, 2020: cf. seção “Textos antigos”, s.v. “Aulo Gélíio”.]

HORSFALL, Nicholas. The prehistory of Latin poetry: some problems of method. *Rivista di filologia e di istruzione classica*, n. 122, 1994, p. 50-75.

_____. Stylistic observations on two neglected subliterate prose genres. *Bulletin Supplement* (University of London, Institute of Classical Studies), n. 51, 1988, p. 53-56.

[HORSFALL, 1989: cf. seção “Textos antigos”, s.v. “Cornélio Nepos”.]

van den HOUT, Michael P. J.. *A commentary on the letters of M. Cornelius Fronto*. Leiden: Brill, 1999.

[van den HOUT, 1988: cf. seção “Textos antigos”, s.v. “Frontão”.]

HUDDLESTON, Rodney D.. *The sentence in written English: a syntactic study based on an analysis of scientific texts*. Cambridge: Cambridge University Press, 1971.

_____. The verb. In: Rodney HUDDLESTON; Geoffrey K. PULLUM. *The Cambridge grammar of the English language* [2002]. Cambridge: Cambridge University Press, 2008, p. 71-212.

[INNES, 2005: cf. seção “Textos antigos”, s.v. “Demétrio”.]

JACOBY. Euemeros. In: G. WISSOWA (ed.). *Paulys Real-Encyclopädie der classischen Altertumswissenschaft*: sechster Band, elfter Halbband. Stuttgart: J. B. Metzlerische Buchhandlung, 1907, coll. 952-972.

JANSSEN, L. F.. Some unexplored aspects of *devotio deciana*. *Mnemosyne*, n. 34 (3-4), 1981, p. 357-381.

JAUSS, Hans Robert. Littérature médiévale et théorie des genres. In: Gérard GENETTE et alii. *Théorie des genres*. Paris: Seuil, 1986, p. 37-76.

[JOCELYN, 1967: cf. seção “Textos antigos”, s.v. “Ênio”.]

[JORDAN, 1860: cf. seção “Textos antigos”, s.v. “Catão”.]

[JULIEN, 1998: cf. seção “Textos antigos”, s.v. “Aulo Gélíio”.]

KASER, Max. *Das römische Privatrecht*: Erster Abschnitt, das altrömische, das vorklassische und klassische Recht [1955]. 2.ed. München: C. H. Beck, 1971.

[KASTER, 2011: cf. seção “Textos antigos”, s.v. “Macróbio”.]

[KASTER, 2016: cf. seção “Textos antigos”, s.v. “Suetônio”.]

KEHDI, Valter. *Formação de palavras em português* [1992]. 3.ed. [2001]. São Paulo: Ática, 2002.

[KEIL, 1957-1880: cf. seção “Textos antigos”, s.v. “Gramáticos latinos”.]

KENNEDY, George. *The art of rhetoric in the Roman world: 300 b.C.-a.D. 300*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1972.

KIERDORF, Wilhelm. *Römische Geschichtsschreibung der republikanischen Zeit*. Heidelberg: Winter, 2003.

KLOTZ, A.. Admiratio. In *Thesaurus Linguae Latinae*: volumen I. Leipzig: Teubner, 1900a, coll. 735-740.

_____. Admiror. In *Thesaurus Linguae Latinae*: volumen I. Leipzig: Teubner, 1900b, coll. 740-745.

KNAPP, Charles. A phase of the development of prose writing among the Romans. *Classical Philology*, n. 13 (2), abr. 1918, p. 138-154.

KONDRATIEFF, Eric. The column and coinage of C. Duilius: innovations in iconography in large and small media in the middle Republic. *Scripta classica Israelica*, n. 23, 2004, p. 1-39.

KREBS, Christopher. “Leonides Laco quidem simile apud Thermopylas fecit”: Cato and Herodotus. *Bulletin of the Institute of Classical Studies*, n. 49, 2006, p. 93-103.

KROLL, Wilhelm. Die Entwicklung der lateinischen Schriftsprache. *Glotta*, n. 22 (1), 1933, p. 1-27.

KROON, Caroline H. M.. *Discourse particles in Latin: a study of nam, enim, autem, vero and at*. Amsterdam: J.C. Gieben, 1995.

_____. Discourse particles, tense, and the structure of Latin narrative texts. In: Rodie RISSELADA (ed.). *Latin in use: Amsterdam studies in the pragmatics of Latin*. Amsterdam: J. C. Gieben, 1998, p. 37-61.

- KÜHNER, Raphael; Carl STEGMANN. *Ausführliche Grammatik der lateinischen Sprache* [1877]. 3.ed. revista por Andreas Thierfelder. Hannover: Hahnsche Buchhandlung, 1955. 2v..
- [KUMANIECKI, 1969: cf. seção “Textos antigos”, s.v. “Cícero”.]
- KUNKEL, Wolfgang. *Herkunft und soziale Stellung der römischen Juristen*. Weimar: Hermann Böhlaus Nachfolger, 1952.
- KUPFER, Katharina. Anmerkung zu Sprache und Textgattung des Senatus Consultum de Bacchanalibus (CIL I² 581). *Glotta*, n 80 (1), 2004, p. 158-192.
- LABRUNA, Luigi. Astronomi e storici: due leggi ‘immaginarie’ nella pro Rhodiensibus di Catone? In: *Studi in onore di Antonio Biscardi*: volume 3. Milano: Istituto Editoriale Cisalpino – La Goliardica, 1982, p. 119-131.
- LAFONT, Robert; Françoise GARDÈS-MADRAY. *Introduction à l’analyse textuelle*. Paris: Larousse, 1976.
- LAMBRECHT, Knud. *Information structure and sentence form: topic, focus and the mental representations of discourse referents*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- LAUGHTON, Eric. The prose of Ennius. *Eranos*, n. 49, 1951, p. 35-49.
- [LAUGHTON, 1970: cf., nesta seção, *sub* FRAENKEL, 1968]
- LAUSBERG, Heinrich. *Manual de retórica literaria: fundamentos de una ciencia de la literatura*, tomo I. Trad. José Pérez Riesco. Madrid: Gredos, 1966.
- _____. *Manual de retórica literaria: fundamentos de una ciencia de la literatura*, tomo II. Trad. José Pérez Riesco. Madrid: Gredos, 1967.
- LAZZERONI, Romano. Contributo allo studio della preistoria del *carmen* latino. *Annali della Scuola Normale Superiore di Pisa: lettere, storia e filosofia*, n. 28 (1), 1959, p. 119-139.
- LEBEK, Wolfgang Dieter. *Verba prisca: die Anfänge des Archaïsierens in der lateinischen Beredsamkeit und Geschichtsschreibung*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1970.

LEEMAN, A. D.. *Orationis ratio*: the stylistic theories and practice of the Roman orators, historians and philosophers. Amsterdam: Adolf M. Hakkert, 1963. 2 v..

LEHMANN, Christian. *Der Relativsatz*: Typologie seiner Struktur, Theorie seiner Funktionen, Kompendium seiner Grammatik. Tübingen: Gunter Narr, 1984.

Resenha: CALBOLI, Gualtiero. Resenha. *Gnomon*, n. 59 (1), 1987b, p. 10-17.

LENAGHAN, John O.. *A commentary on Cicero's oration De haruspicum responso*. The Hague/Paris: Mouton, 1969.

LEO, Friedrich. *Geschichte der römischen Literatur*: erster Band, die archaische Literatur. Berlin: Weidmann, 1913.

LEWIS, Charlton T.; Charles SHORT. *A Latin Dictionary founded on Andrew's edition of Freund's Latin dictionary* [1879]. Oxford: Clarendon Press, 1993.

LIDDELL, Henry G.; Robert SCOTT; Henry Stuart JONES. *A Greek-English Lexicon* [1843]. 9.ed. With a revised supplement. Oxford: The Clarendon Press, 1996.

LINDHOLM, Elmo. *Stilistische Studien zur Erweiterung der Satzglieder im Lateinischen*. Lund: Gleerupska, 1931.

[LINDSAY, 1903: cf. seção "Textos antigos", s.v. "Nônio".]

[LINDSAY, 1913: cf. seção "Textos antigos", s.v. "Festo".]

[LINDSKOG, ZIEGLER & GÄRTNER, 1994: cf. seção "Textos antigos", s.v. "Plutarco".]

[LION, 1826: cf. seção "Textos antigos", s.v. "Catão".]

LÖFSTEDT, Einar. *Syntactica*: Studien und Beiträge zur historischen Syntax des Lateins, erster Teil, über einige Grundfragen der lateinischen Nominalsyntax [1928]. 2.ed. Lund et alibi: C. W. K. Gleerup et aliis, 1942.

_____. *Syntactica*: Studien und Beiträge zur historischen Syntax des Lateins, zweiter Teil, syntaktisch-stilistische Gesichtspunkte und Probleme. Lund et alibi: C. W. K. Gleerup et aliis, 1933.

LONG, Ralph B.. *The sentence and its parts*: a grammar of contemporary English. Chicago: University of Chicago Press, 1961.

LUISELLI, Bruno. *Il problema della più antica prosa latina*. Cagliari: Sarda Fossataro, 1969.

_____. Preistoria della prosa latina. *Cultura e scuola*, n. 38, 1971, p. 45-64.

LUTERBACHER, Franz. *Die Prodigienlaube und Prodigienstil der Römer: eine historisch-philologische Abhandlung in neuer Bearbeitung*. Burgdorf: P. Eggenweiler, 1904.

LYONS, John. *Introduction to theoretical linguistics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1969.

MAGDELAIN, André. Un aspect négligé de l'*interpretatio*. *Revue historique de droit français et étranger*, n. 61 (1), 1983, p. 1-6.

_____. Le *ius* archaïque. In: IDEM. *Jus imperium auctoritas: études de droit romain*. Rome: École Française de Rome, 1990, p. 3-93.

_____. *La loi à Rome: histoire d'un concept*. Paris: Les Belles Lettres, 1978.

MAINGUENEAU, Dominique. *Pragmatique pour le discours littéraire* [1990]. 2.ed. Paris: Dunod, 1997.

MALCOVATI, Enrica. Su un frammento di Catone. *Athenaeum*, n. 59, 1981, p. 466-468.

[MANUWALD, 2019: cf. seção "Textos antigos", s.v. "Demais textos fragmentários antigos".]

[MARACHE, 1967, 1978 e 1989: cf. seção "Textos antigos", s.v. "Aulo Gélío".]

[MARCHESE, 2011: cf. seção "Textos antigos", s.v. "Cícero".]

MARIN, Louis. *Opacité de la peinture: essais sur la représentation au Quattrocento*. Paris: EHESS, 2006.

MAROUZEAU, Jules. *L'emploi du participe présent latin à l'époque républicaine*. Paris: Honoré Champion, 1910.

_____. Groupes de mots, formules et clichés. *Revue d'études latines*, n. 11, 1933, p. 85-92.

_____. *Lexique de terminologie linguistique: français, allemand, anglais, italien* [1933]. 3.ed.. Paris: Librairie Orientaliste Paul Geuthner, 1951.

- _____. *L'ordre des mots dans la phrase latine: II, le verbe*. Paris: Les Belles Lettres, 1938.
- _____. *L'ordre des mots en latin*. Paris: Les Belles Lettres, 1953.
- _____. *Quelques aspects de la formation du latin littéraire*. Paris: Klincksieck, 1949.
- _____. Structure rythmique de la phrase et du vers latin. *Revue d'études latines*, n. 11, 1933, p. 325-343.
- _____. Sur deux aspects de la langue du droit. In: *Droits de l'Antiquité et sociologie juridique: mélanges Henry Lévy-Bruhl*. Paris: Sirey, 1959.
- _____. *Traité de stylistique latine* [1935]. 2.ed. Paris: Les Belles Lettres, 1946.
- [MARSHALL, 1991: cf. seção “Textos antigos”, s.v. “Cornélio Nepos”.]
- [MARTHA, 1960: cf. seção “Textos antigos”, s.v. “Cícero”.]
- MARTINET, André. *La linguistique synchronique*. Paris: Presses Universitaires de France, 1970.
- MARTÍNEZ GÁSZQUES, José. *La campaña de Catón en Hispania*. Barcelona: Ariel, 1974.
- [MARX, 1894: cf. seção “Textos antigos”, s.v. “Retórica a Herênio”.]
- MATTOSO CAMARA JR., Joaquim. *Princípios de linguística geral* [1942]. 4.ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1970.
- MAY, Gaston. Sur quelques exemples de gémation juridique dans les auteurs littéraires latins. In: *Mélanges Gérardin*. Paris: L. Larose & L. Tenin, 1907, p. 399-412.
- [MAZZARINO, 1982: cf. seção “Textos antigos”, s.v. “Catão”.]
- MEILLET, Antoine. *Introduction à l'étude comparative des langues indo-européennes* [1903]. 8.ed. [1937]. Alabama: University of Alabama Press, 1964.
- _____. *Esquisse d'une histoire de la langue latine*. Paris: Klincksieck, 1977.
- _____; VENDRYES, Joseph. *Traité de grammaire comparée des langues classiques* [1924]. 2.ed. Paris: Honoré Champion, 1953.

de MELO, Wolfgang David Cirilo. *The early Latin verb system: archaic forms in Plautus, Terence, and beyond*. Oxford: Oxford University Press, 2007.

[de MELO, 2011a, 2011b, 2011c, 2012, 2013: cf. seção “Textos antigos”, s.v. “Plauto”.]

[de MELO, 2019: cf. seção “Textos antigos”, s.v. “Varrão”.]

de MEO, Cesidio. *Lingue technique del latino* [1983]. 3.ed. atualizada por Mariella Bonvicini. Bologna: Pàtron, 2005.

_____. Note supplementari. In: TILL, Rudolf. *La lingua di Catone* [1935]. Trad. Cesidio di Meo. Roma: Ateneo, 1968, p. 164-193.

MINARD, Armand. *La subordination dans la prose védique: études sur le Śatapatha-Brāhmaṇa I*. Paris: Belles Lettres, 1936.

MOHRMANN, Christine. Sur l’histoire de *praefari* – *praefatio*. *Vigiliae Christianae*, n. 7 (1), 1953, p. 1-15.

MOMMSEN, Theodor. *Römische Geschichte*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 2010, 2 v. [contém os oito volumes originais, cada um com parginação própria].

_____. S. C. de Thisbaeis a. u .c. DLXXXIV [1872]. In: IDEM. *Gesammelte Schriften*: achter Band, epigraphische und numismatische Schriften, erster Band. Berlin: Weidmann, 1913, p. 274-296.

[MONTEFUSCO, 1979: cf. seção “Textos antigos”, s.v. “Fortunaciano”.]

[MOORE, 1958a, 1958b e 1962: cf. seção “Textos antigos”, s.v. “Tito Lívio”.]

MOUNIN, Georges (ed.). *Dictionnaire de la linguistique*. Paris: PUF, 1974.

MÜLLER, Karl Ottfried. *Die Etrusker: erste Abteilung*. Breslau: Josef Mar und Komp., 1828.

MURANO, Francesca. The Oscan cursing tablets: binding formulae, cursing typologies and thematic classification. *American Journal of Philology*, n. 133 (4), 2012, p. 629-655.

[MYNORS, 2013: cf. seção “Textos antigos”, s.v. “Plínio, o Jovem”.]

- NARDUCCI, Emanuele. Oratoria e retorica. In: MONTANARI, Franco (org.). *La prosa latina: forme, autori, problemi*. Urbino: Carocci, 2008, p. 95-143.
- NETTLESHIP, Henry. The historical development of classical Latin prose. In: IDEM. *Lectures and essays: second series*. Oxford: Clarendon Press, 1895, p. 93-116.
- NEVES, Naria Helena de Moura. *Gramática funcional: interação, discurso e texto*. São Paulo: Contexto, 2018.
- NIEDERMANN, Max. L'inscription de la colonne rostrale de Duilius (C.I.L. I² 25). *Revue des études latines*, n. 14, 1936, p. 276-287.
- NORDEN, Eduard. *Agnostos Theos: Untersuchungen zur Formengeschichte religiöser Rede*. Leipzig: Teubner, 1913.
- _____. *Aus altrömischen Priesterbüchern*. Lund: Gleerup, 1939.
- Resenha:** BAILEY, Cyril. Review. *The Classical Review*, n. 54, 1940, p. 44-46.
- _____. *Logos und Rhythmus: Rede zum Antritt des Rektorats der Friedrich-Wilhelms-Universität zu Berlin am 15. Oktober 1927*. Berlin: Preussischen Drueckerei, 1928.
- _____. *La prosa d'arte antica: dal VI secolo a.C. all'età della Rinascenza* [1898]. Edição italiana aos cuidados de Benedetta Heinemann Campana, baseada na terceira edição, de 1915. Roma: Salerno, 1986. 2 v..
- OGILVIE, R. M.. *A commentary on Livy: books 1-5*. Oxford: The Clarendon Press, 1965.
- OUGHTON, Charles W.. Generic formulae and geographic variation in the tabulae triumphales. 2018. Disponível online em: < <https://classicalstudies.org/annual-meeting/149/abstract/generic-formulae-and-geographic-variation-tabulae-triumphales> > Acesso em: 10 out. 2020.
- PÄCHT, Otto. *Metodo e prassi nella storia dell'arte* [1977]. Trad. Flavio Cuniberto. Torino: Bollati Boringhieri, 1994.
- PALMER, Leonard R.. *The Latin language*. London: Faber and Faber, 1954.
- PALMER, Robert E. A.. *The archaic community of the Romans*. Cambridge: Cambridge University Press, 1970.

- PANHUIS, Dirk. *The communicative perspective in the sentence: a study in Latin word order*. Amsterdam/Philadelphia: Jon Benjamins, 1982.
- _____. *Lateinische Grammatik* [1998]. 3.ed. [2012]. Trad. Roland Hoffmann. Berlin: De Gruyter, 2015.
- PASCUCCI, Giovanni. Aspetti del latino giuridico [1968]. In: IDEM. *Scritti scelti*: volume primo. Firenze: Istituto di Filologia Classica, 1983a, p. 309-351.
- _____. Diritto e filologia [1970]. In: IDEM. *Scritti scelti*: volume primo. Firenze: Istituto di Filologia Classica, 1983b, p. 353-367.
- PASQUALI, Giorgio. *Preistoria della poesia romana*. Firenze: Sansoni, 1936.
- [PATILLON, 2002: cf. seção “Textos antigos”, s.v. “Teão”.]
- [PATILLON, 2008: cf. seção “Textos antigos”, s.v. “Pseudo-Hermógenes”.]
- LA PENNA, Antonio. La storiografia. In: MONTANARI, Franco (org.). *La prosa latina*: forme, autori, problemi. Urbino: Carocci, 2008, p. 13-93.
- [LA PENNA & FUNARI, 2015: cf. seção “Textos antigos”, s.v. “Salústio”.]
- PENNEY, John. Archaic and old Latin. In: CLACKSON, James (ed.). *A companion to the Latin language*. Oxford: Blackwell, 2011, p. 220-235.
- PERRET, Jacques. *Le verbe latin*. Paris: Centre de Documentation Universitaire, 1958.
- PERRI, Basilio. *The so-called senatus consultum de bacchanalibus*: detailed analysis of the language. [s.l.]: Simplicissimus Book, 2014 [livro digital].
- [PERRIN, 2006: cf. seção “Textos antigos”, s.v. “Plutarco”.]
- [PETER, 1906 e 1914: cf. seção “Textos antigos”, s.v. “Fragmentos de historiadores latinos”.]
- [PICCAROLO, 1934: cf. seção “Textos antigos”, s.v. “Cornélio Nepos”.]
- PIGHI, Giovanni Battista. *La poesia religiosa romana*. Forlì: Victrix, 2007.
- PINKSTER, Harm. *Latin syntax and semantics* [1984]. Trad. Hotze Mulder. London/New York: Routledge, 1990.

- _____. *The Oxford Latin syntax: volume 1, the simple clause*. Oxford: Oxford University Press, 2015.
- _____. Relative clauses in Latin: some problems of description. In: CORRÊA, Paula da Cunha et alii (ed.). *Hyperboreans: essays in Greek and Latin poetry, philosophy, rhetoric and linguistics*. São Paulo: Humanitas/CAPES, 2012, p. 377-393.
- PISANI, Vittore. *Testi latini arcaici e volgari con commento glottologico*. Torino: Rosenberg & Sellier, 1950.
- [PLASBERG, 1965: cf. seção “Textos antigos”, s.v. “Cícero”.]
- [de PLINVAL, 1959: cf. seção “Textos antigos”, s.v. “Cícero”.]
- POCETTI, Paolo. Latino e diritto: vicende di una specularità. In: SCHIPANI, S.; SCIVOLETTO, N. (ed.). *Atti del Convegno Internazionale “Il latino del diritto”*. Roma: s/e, 1994, p. 3-37.
- POCETTI, Paolo; POLI, Diego; SANTINI, Carlo. *Eine Geschichte der lateinischen Sprache: Ausformung, Sprachgebrauch, Kommunikation* [1999]. Trad. Hansbert Bertsch. Tübingen/Basel: A. Francke Verlag, 2005.
- [POHLENZ, 1918: cf. seção “Textos antigos”, s.v. “Cícero”.]
- [POPMA, 1590: cf. seção “Textos antigos”, s.v. “Catão”.]
- POWELL, J. G. F.. Legal Latin. In: CLACKSON, James (ed.). *A companion to the Latin language*. Oxford: Blackwell, 2011, p. 464-484.
- [POWELL, 1994, 2006 e 2008: cf. seção “Textos antigos”, s.v. “Cícero”.]
- PRIMMER, Adolf. Der Prosarythmus in Catos Reden. In: Doris ABLEITINGER; Helmut GUGEL (ed.). *Festschrift Karl Vretska*. Heidelberg: Carl Winter, 1970, p. 174-180.
- PRINZEN, Herbert. *Ennius im Urteil der Antike*. Stuttgart/Weimar: Metzler, 1998.
- RACHE, Fritz. *Questiones archaicae*: I. De A. Gellio veteris sermonis imitatore, II. De Ennii Euhemero. Vratislaviae: R. Nischkowsky, 1907.
- RADERMACHER, Ludwig. *Artium scriptores: Reste der voraristotelischen Rhetorik*. Wien: In Kommission bei R. M. Rohrer, 1951.

RADKE, Gerhard. *Archaisches Latein*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1981.

_____. Beobachtungen zum Elogium auf L. Cornelius Scipio Barbatus. *Rheinisches Museum für Philologie*, n.134 (1), 1991, p. 69-79.

_____. Vetus vinum, novum vinum. *Würzburger Jahrbücher für die Altertumswissenschaft*, n. 14, 1988, p. 108-111.

[RAMSEY, 2015: cf. seção “Textos antigos”, s.v. “Salústio”.]

RAWSON, Elizabeth. Scipio, Laelius, Furius and the ancestral religion. *The Journal of Roman Studies*, n. 63, 1973, p. 161-174.

REICHARDT, Christoph. *Sprachlich-stilistische Untersuchungen zu den frühen römischen Historikern*. Bamberg: University of Bamberg Press, 2008.

[REINACH, 1979: cf. seção “Textos antigos”, s.v. “Gaio”.]

[REYNOLDS, 1991: cf. seção “Textos antigos”, s.v. “Salústio”.]

RIBBECK, Otto. M. Porcius Cato Censorius als Schriftsteller [1861]. In: IDEM. *Reden und Vorträge*. Leipzig: Teubner, 1899, p. 236-258.

[RIBBECK, 1897 e 1898: cf. seção “Textos antigos”, s.v. “Demais textos fragmentários antigos”.]

[RICHARD, 1937: cf. seção “Textos antigos”, s.v. “Macróbio”.]

RICHARDSON Jr., L.. Hercules Musarum and the Porticus Philippi in Rome. *American Journal of Archaeology*, n. 81 (3), 1977, p. 355-361.

[RICCOBONUS, Antonius.] *Antonii Riccoboni Rhodigini de historia liber, cum fragmentis historicorum veterum latinorum summa fide & diligentia ab eodem collectis et auctis*. Basileae: Ex officina Petri Pernaie, 1579.

[RIESENWEBER, 2013: cf. seção “Textos antigos”, s.v. “Mário Vitorino”.]

RIGGSBY, Andrew M.. *Caesar in Gaul and Rome: war in words*. Austin, TE: University of Texas Press, 2006.

RISCH, Ernst. *Gerundivum und Gerundium: Gebrauch im klassischen und älteren Latein, Entstehung und Vorgeschichte*. Berlin/New York: De Gruyter, 1984.

ROBERT, Jean-Noël. *Caton ou le citoyen: biographie*. Paris: Les Belles Lettres, 2002.

[ROLFE, 2013: cf. seção “Textos antigos”, s.v. “Salústio”.]

ROSÉN, Hannah. *Latine loqui: trends and directions in the crystallization of classical Latin*. München: Wilhelm Fink, 1999.

ROSIER-CATACH, Irène. *La parole efficace: signe, rituel, sacré*. Paris: Seuil, 2004.

RUBIO, Lisardo. *Introducción a la sintaxis estructural del latín*. Barcelona/Caracas/México: Ariel, 1982.

RÜPKE, Jörg. *Religiöse Erinnerungskulturen: Formen der Geschichtsschreibung in der römischen Antike*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 2013.

[SAGE, 1958a, 1958b, 1961: cf. seção “Textos antigos”, s.v. “Tito Lívio”.]

[SAGE & SCHLESINGER, 1957: cf. seção “Textos antigos”, s.v. “Tito Lívio”.]

[SAGITTARIUS, Caspar.] *Casparis Sagitarii Lunenburgensis commentatio de vita et scriptis Livii Andronici, Naevii, Ennii, Caecilii Statii, Pacuvii, Attii, Attilii, Lucilii, Afranii, M. Porcii Catonis*. Altenburgi: Typis Gothofredi Richteri, 1672.

SANDYS, John Edwin. *Latin epigraphy: an introduction to the study of Latin inscriptions*. Cambridge: Cambridge University Press, 1919.

SANTANGELO, Federico. The fetials and their *ius*. *Bulletin of the Institute of Classical Studies*, n. 51, 2008, p. 63-93.

SANTINI, Carlo. Letteratura prodigiale e ‘sermo prodigialis’ in Giulio Ossequente. *Philologus*, n. 132 (2), 1988, p. 210-226.

[SANTINI, 1995: cf. seção “Textos antigos”, s.v. “Cássio Hemina”.]

[SARULLO, 2015: cf. seção “Textos antigos”, s.v. “Carmen saliare”.]

SBLENDORIO CUGUSI, Maria Teresa. Note sullo stile dell’oratoria catoniana. *Annali delle Facoltà di Lettere, Filosofie e Magistero dell’Università di Cagliari*, n. 34, 1971, p. 5-32.

_____. Oratoria e retorica in Catone. *Atti della Accademia delle Scienze di Torino: II. classe di scienze morali, storiche e filologiche*, n. 121, 1987, p. 23-61.

- _____. *I sostantivi latini in -tudo*. Bologna: Pàtron, 1991.
- _____. Sulla struttura dell'orazione catoniana *Dierum dictarum de consulatu suo*. *Atti della Accademia delle Scienze di Torino*: II. classe di scienze morali, storiche e filologiche, n. 114, 1980, p. 247-258.
- _____; CUGUSI, Paolo. Problematica catoniana: rassegna di studi 1978-1993 e contributi critici. *Bollettino di studi latini*, n. 26, 1996, p. 82-218.
- [SBLENDORIO CUGUSI, 1982: cf. seção "Textos antigos", s.v. "Catão".]
- SBORDONE, Francesco. Per la sintassi delle XII Tavole. In: GUARINO, Antonio; Luigi LA BRUNA (ed.). *Syntelesia Vincenzo Arangio-Ruiz*: volume primo. Napoli: Jovene, 1964, p. 334-339.
- [SCARDIGLI, 2011: cf. seção "Textos antigos", s.v. "Plutarco".]
- SCHERER, Anton. *Handbuch der lateinischen Syntax*. Heidelberg: Carl Winter, 1975.
- SCHICK, Carla. Appunti per una storia della prosa greca: I, la lingua delle iscrizioni. *Rivista di filologia e di istruzione classica*, n. 33 (1), 1955, p. 361-390.
- SCHILLING, Robert. *La religion romaine de Vénus: depuis les origines jusqu'au temps d'Auguste*. Paris: Boccard, 1954.
- [SCHLESINGER, 1959 e 1961: cf. seção "Textos antigos", s.v. "Tito Lívio".]
- SCHOLZ, Udo W.. Catos Rede de Indigetibus. *Rheinische Museum für Philologie*, n. 132 (2), 1989, p. 149-154.
- _____. Zu L. Cassius Hemina. *Hermes*, n. 117 (2), 1989, p. 167-181.
- [SCHÖNBERGER, 2000: cf. seção "Textos antigos", s.v. "Catão".]
- SCIARRINO, Enrica. Putting Cato the Censor's "Origines" in its place. *Classical Antiquity*, n. 23 (2), 2004, p. 323-357.
- _____. Roman oratory before Cicero: the elder Cato and Gaius Gracchus. In: William DOMINIK (ed.). *A companion to Roman rhetoric*. Oxford: Blackwell, 2007, p. 54-66.
- SECHEHAYE, Albert. Essai de classement des espèces de phrases et quelques observations sur les trois cas de l'hypothétique en latin. *Bulletin de la Société de Linguistique de Paris*, n. 35, 1934, p. 58-75.

SERBAT, Guy. *Linguistique latine et linguistique générale*. Louvain-la-Neuve: Peeters, 1988.

[SERBAT, 1972: cf. seção “Textos antigos”, s.v. “Plínio, o Velho”.]

[SHACKLETON-BAILEY, 1999: cf. seção “Textos antigos”, s.v. “Cícero”.]

[SHACKLETON-BAILEY, 2000: cf. seção “Textos antigos”, s.v. “Valério Máximo”.]

[SHACKLETON-BAILEY, 2008: cf. seção “Textos antigos”, s.v. “Horácio”.]

von SIBER, Eduard [Freiherrn]. M. Porcius Cato Censorius. *Jahresbericht des kaiserlich-königlichen Ober-Gymnasiums zu Melk*, n. 22, 1872, p. 1-49.

SKARD, Eiliv. *Sallust und seine Vorgänger: eine sprachliche Untersuchung*. Oslo: A. W. Brogger, 1956.

SKUTSCH, [Otto]. Ennius. In: G. WISSOWA (ed.). *Paulys Real-Encyclopädie der classischen Altertumswissenschaft: fünfter Band, zehnter Halbband*. Stuttgart: J. B. Metzlersche Buchhandlung, 1905, coll. 2587-2628.

SOLMSEN, Friedrich. Cicero’s first speeches: a rhetorical analysis. *Transactions and proceedings of the American Philological Association*, n. 69, 1938, p. 542-556.

SOLODOW, H. B. Cato, Orationes, Frag. 75. *The American Journal of Philology*, n. 98 (4), 1977, p. 359-361.

SOUBIRAN, Jean. Une analyse du style historique. *Revue des études latines*, n. 48, 1971, p. 79-87.

SPEVAK, Olga. *Constituent order in classical Latin prose*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2010.

STOCK, Brian. *The implications of literacy: written language and models of interpretation in the eleventh and twelfth centuries*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1983.

SUBIAS-KONOFAL, Virginie. Le *carmen* latin: entre prière et poésie, ‘géopoétique’ d’une frontière improbable. In: Philippe GUIARD; Christelle LAIZÉ (ed.). *Les dieux et les hommes*. Paris: Ellipses, 2010. Disponível online no endereço eletrônico:

https://www.academia.edu/3617792/Le_carmen_latin_entre_pri%C3%A8re_et_po%C3%A9sie_g%C3%A9opo%C3%A9tique_dune_fronti%C3%A8re_improbable >

SUERBAUM, Werner (ed.). *Die archaische Literatur von den Anfängen bis Sullas Tod: die vorliterarische Periode und die Zeit von 240 bis 78 v. Chr.*. München: C. H. Beck, 2002 (coleção *Handbuch der lateinischen Literatur der Antike*, ed. por Reinhart Herzog e Peter Lebrecht Schmidt, volume 1).

_____. *Cato Censorius in der Forschung des 20. Jahrhunderts: eine kommentierte chronologische Bibliographie für 1900–1999 nebst systematischen Hinweisen und einer Darstellung des Schriftstellers M. Porcius Cato (234–149 v. Chr.)*. Hildesheim: Georg Olms, 2004.

SZANTYR, Anton. Über einige Fälle der semantischen Attraktion im Lateinischen: zum *orare*, *obsecrare*, *obtestari*, *uenerari* und zum *gratus*-Problem. *Gymnasium*, n. 78 (1), 1971, p. 1-47.

TARRIÑO RUIZ, Eusebia; José Miguel BAÑOS BAÑOS. XX. Temporales y causales. In: José Miguel BAÑOS BAÑOS (coord.). *Sintaxis del latín clásico*. Madrid: Liceus, 2009, p. 601-632.

TESNIÈRE, Lucien. *Éléments de syntaxe structurale* [1959]. 2.ed. [1966]. Paris : Klincksieck, 1976.

[TESTARD, 1970: cf. seção “Textos antigos”, s.v. “Cícero”.]

Thesaurus linguae latinae, editus iussu et auctoritate consilii ab academiæ quinquæ germanicarum Berolinensis Gottingensis Lipsiensis Monacensis Vindobonensis. Leipzig: Teubner et aliis, 1900- [11 volumes até o presente].

[THILO & HAGEN, 1881-1902: cf. seção “Textos antigos”, s.v. “Sérvio”.]

THORNE, J. L.. Generative grammar and stylistic analysis. In: John LYONS (ed.). *New horizons in linguistics*. Middlesex: Penguin, 1970, p. 185-197.

THULIN, Carl. *Italische sakrale Poesie und Prosa: eine metrische Untersuchung*. Berlin: Weidmann, 1906.

TILL, Rudolf. *La lingua di Catone* [1934]. Trad. e notas Cesidio di Meo. Roma: Ateneo, 1968.

Resenha: GAFFIOT, Félix. Resenha. *L'Antiquité classique*, n. 5(2), 1936, p. 464-466.

TIMPANARO, Sebastiano. Alcuni tipi di sinonimi in asindeto in latino arcaico e loro sopravvivenze in latino classico. *Rivista di filologia e di istruzione classica*, n. 116 (3), 1988, p. 257-297 e n. 116 (4), 1988, p. 385-428.

TIMPE, Dieter. Le “Origini” di Catone e la storiografia latina. *Atti e Memorie dell'Accademia Patavina di Scienze Lettere ed Arti*, n. 83, 1970-71, p. 5-33.

TORELLI, Mario. *Typology and structure of Roman historical reliefs*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1982.

TOURATIER, Christian. *Grammaire latine: introduction linguistique à la langue latine*. Paris: Sedes, 2008.

TRAGLIA, Antonio. Osservazioni su Catone prosatore. In: Marcel RENARD; Pierre LAURENS (ed.). *Hommages à Henry Bardon*. Bruxelles: Latomus, 1985, p. 344-359.

TRAINA, Alfonso. *Comoedia: antologia della palliata* [1960]. 5.ed. [2000]. Milano: Wolters Kluwer/CEDAM, 2019.

_____. *Forma e suono: da Plauto a Pascoli*. Bologna: Pàtron, 1999.

_____. *Lo stile “drammatico” del filosofo Seneca* [1974]. 4.ed. Bologna: Pàtron, 2011.

[TREVIZAM, 2012: cf. seção “Textos antigos”, s.v. “Varrão”.]

[TREVIZAM, 2016: cf. seção “Textos antigos”, s.v. “Catão”.]

URBANOVÁ, Daniela. *Latin curse tablets of the Roman empire*. Innsbruck: Institut für Sprachen und Literaturen der Universität Innsbruck, 2018.

[VACHER, 2003: cf. seção “Textos antigos”, s.v. “Suetônio”.]

[VAHLEN, 1903: cf. seção “Textos antigos”, s.v. “Ênio”.]

del VECCHIO, Tommaso. Observations sur l’ordre des mots dans le latin archaïque. In: Gualtiero CALBOLI (ed.). *Subordination and other topics in Latin: Proceedings of the Third Colloquium on Latin Linguistics*, Bologna, 1-5 April 1985. Amsterdam: John Benjamins, 1989, p. 541-558.

VENDRYES, Joseph. *Le langage: introduction linguistique à l’histoire*. Paris: Albin Michel, 1950.

VIRÉ, Ghislaine. À propos du fragment 2 de l'*Oratio pro Rhodiensibus* de Caton. *L'antiquité classique*, n. 48 (2), 1979, p. 549-558.

[WACHTER, 1987: cf. seção “Textos antigos”, s.v. “Inscrições”.]

WACKERNAGEL, Jakob. *Kleine Schriften*: Band 3. Die columna rostrata des Duilius [1919]. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1955, p. 1662-1671.

WAGENER, Augustus. *M. Porcii Catonis Originum fragmenta emendata disposita illustrata*. Bonn: F. P. Lechner, 1849.

WARD, John O. The medieval and early Renaissance study of Cicero's *De inventione* and the *Rhetorica ad Herennium*: commentaries and contexts. In: Virginia COX; John O. WARD (ed.). *The rhetoric of Cicero in its medieval and early Renaissance commentary tradition*. Leiden/Boston: Brill, 2006, p. 3-75.

[WARMINGTON, 1961: cf. seção “Textos antigos”, s.v. “Demais textos fragmentários antigos”.]

[WARMINGTON, 1959: cf. seção “Textos antigos”, s.v. “Inscrições”.]

WASZINK, Jan Hendrik. Zum Anfangsstadium der römischen Literatur. In: Hildegard Temporini (ed.). *Aufstieg und Niedergang der römischen Welt*: I, von den Anfängen Roms bis zum Ausgang der Republik, zweiter Band. Berlin/New York: De Gruyter, 1972, p. 869-927.

WATKINS, Calvert. *How to kill a dragon*: aspects of Indo-European poetics. Oxford: Oxford University Press, 2001.

_____. Preliminaries to the reconstruction of Indo-European sentence structure. In: Horace G. LUNT (ed.). *Proceedings of the Ninth International Congress of Linguists*. London/The Hague/Paris: Mouton & Co., 1964, p. 1035-1042.

WATSON, Alan. Roman private law and the *leges regiae*. *The Journal of Roman Studies*, n. 62, 1972, p. 100-105.

WEST, Martin L.. *Indo-European poetry and myth*. Oxford: Oxford University Press, 2007.

[WEST, 2001: cf. seção “Textos antigos”, s.v. “Cícero”.]

- WIEACKER, Franz. Die XII Tafeln in ihrem Jahrhundert. In: O. REVERDIN (ed.). *Les origines de la république romaine*. Vandoeuvres-Genève: Fondation Hardt, 1966, p. 293-336.
- WILLIAMS, Gordon. The genesis of poetry in Rome. In: E. J. KENNEY; W. V. CLAUSEN (ed.). *The Cambridge history of classical literature: volume II, part 1, the early republic*. Cambridge et alibi: Cambridge University Press, 1982, p. 53-59.
- WINIARCZYK, Marek. Ennius' "Euhemerus sive Sacra Historia". *Rheinisches Museum für Philologie*, n. 137 (3), 1994, p. 274-291.
- _____. *The "Sacred History" of Euhemerus of Messine*. Berlin: De Gruyter, 2013.
- [WINTERBOTTOM, 1970: cf. seção "Textos antigos", s.v. "Quintiliano".]
- WÖLFFLIN, Eduard. Die Inschrift der columna rostrata. *Sitzungsberichte der philosophisch-philologischen und historischen Classe der k. b. Akademie der Wissenschaften zu München*, n. 1, 1890, p. 293-321.
- [WUILLEUMIER, 1989: cf. seção "Textos antigos", s.v. "Cícero".]
- [WUILLEUMIER & TUPET, 1966: cf. seção "Textos antigos", s.v. "Cícero".]
- [YARDLEY, 2017, 2018a e 2018b: cf. seção "Textos antigos", s.v. "Tito Lívio".]
- [YON, 1964: cf. seção "Textos antigos", s.v. "Cícero".]
- ZECCHINI, Giuseppe. *Storia della storiografia romana*. Bari: Laterza, 2016.
- ZEVI, Fausto. Considerazioni sull'elogio di Scipione Barbato. *Studi miscellanei*, n. 15, 1968-1969, p. 65-73.
- [ZIEGLER & GÄRTNER, 2000: cf. seção "Textos antigos", s.v. "Plutarco".]